

BRASIL - SÉCULO 20

# Carlos Lacerda

# Depoimento



  
EDITORA  
NOVA  
FRONTEIRA





*O depoimento de Carlos Lacerda foi prestado no Sítio do Alecrim, no Rocio, em Petrópolis, aos repórteres Antonio Cunha, Ayrton Baffa, Cláudio Lacerda Paiva, Melchiades da Cunha Júnior, Ruy Mesquita Filho, Ruy Portilho e Antero Luiz, do Jornal da Tarde. Foram 34 horas de gravação realizada nos fins de semana, nos dias 19, 20, 26 e 27 de março e 16 de abril de 1977, um mês antes da morte do Autor (foto de Iarli Goulart).*

CARLOS LACERDA

# DEPOIMENTO

*Prefácio de*  
RUY MESQUITA

*Organização do texto, Notas  
e Seleção de documentos*  
CLÁUDIO LACERDA PAIVA



© 1977 by Carlos Lacerda

Direitos exclusivos no Brasil para  
EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A.  
Rua Barão de Itambi, 28 — Botafogo — ZC-01 — Tel.: 266-7474  
Endereço Telegráfico NEOFRONT — Rio de Janeiro, RJ

Revisão  
NILDON FERREIRA  
E  
DEBORAH FERREIRA  
Diagramação  
ANTÔNIO HERRANZ

O MATERIAL FOTOGRÁFICO DESTES LIVROS  
FOI GENTILMENTE CEDIDO POR:  
“O ESTADO DE S. PAULO” / “JORNAL DO BRASIL”  
“MANCHETE” E FERNANDO BUENO

FICHA CATALOGRÁFICA  
CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

L135d Lacerda, Carlos, 1914-1977.  
Depoimento / Carlos Lacerda ; prefácio de Ruy Mesquita ; organização de  
texto, notas e seleção de documentos | de | Cláudio Lacerda Paiva. — Rio de  
Janeiro : Nova Fronteira, 1978.

Apêndice  
Bibliografia

1. Brasil — Política e governo 2. Lacerda, Carlos, 1914-1977 I. Título

B  
CDD — 320.981  
923.281  
CDU — 32(81)  
92Lacerda



# SUMÁRIO

PREFÁCIO ( <i>Ruy Mesquita</i> ) .....	11
INTRODUÇÃO ( <i>Cláudio Lacerda Paiva</i> ) .....	19

## DEPOIMENTO DE CARLOS LACERDA

CAP. I: FORMAÇÃO POLÍTICA E A PRIMEIRA PRISÃO .....	27
Formação política — Início no Jornalismo — A Faculdade de Direito — Virgílio de Melo Franco e a formação da UDN — O Manifesto dos Mineiros — A entrevista de José Américo — O golpe de 37 — A tese de Dimitroff — Campanha antiintegralista nos sertões da Bahia — O estado de guerra — Como “médico” em Itaparica — A primeira prisão — A revolta comunista de 35 — Júlio Tavares.	
CAP. II: TRAÍDO PELOS COMUNISTAS .....	42
Aliança Libertadora — O grande erro da Aliança — Prisões — Denunciado à Polícia pelos comunistas — O manifesto de Prestes e os índios — O assassinato de Elza Fernandes — Getúlio entrega a mulher de Prestes à Gestapo — O “Cabeção” — “Miranda” — O rompimento com os comunistas — O apoio de Prestes a Getúlio — O <i>Observador Econômico</i> — Entrevista com Capanema — Diretrizes — A Light financia uma revista para o PC — O Comitê Central aprova a reportagem — Chamado de agente da Gestapo — <i>Baby-face</i> — O artigo 13 do PC — Aproximação com o Mosteiro de São Bento — O medo de renegar o comunismo.	
CAP. III: ESQUERDA, DIREITA E OS ALIADOS PERIGOSOS! .....	54
A aproximação com a esquerda — Nunca fui festivo — O que é esquerda e direita? — Os direitos humanos — Che Guevara e Filinto Müller — A despolitização do povo — O problema é o acesso à riqueza — A reforma agrária — Só combate o comunismo quem esteve próximo dele — A censura e a repressão — A sociedade do futuro — Os estranhos aliados — A chance da minha vida — Governador para o subúrbio.	
CAP. IV: OITO ANOS DE DITADURA ACABARAM COM AS LIDERANÇAS .....	62
A campanha do Brigadeiro em 45 — A vontade de poder — Apoio do Getúlio ao Dutra — Brigadeiro sempre foi contra a ditadura — Apoio da UDN ao governo Dutra — A oposição de Virgílio de Melo Franco — O “rato” Fiúza — A vocação do Prestes é a matemática — Coletiva de Prestes — O livro de Alzira Vargas — Chico Campos e a renúncia de Getúlio.	
CAP. V: FUNDAÇÃO DA TRIBUNA DA IMPRENSA .....	72
Contra a entrega das refinarias a grupos privados — A oposição ao governo Dutra — Otávio Mangabeira e o governo — Convenção da UDN na ABI — Fundação da <i>Tribuna da Imprensa</i> — Eleição para vereador e renúncia do mandato — A “Gaiola de Ouro” — Copa e cozinha do Dutra — Constituinte de 46 — Artur Bernardes —	

Getúlio quase vota contra o Estado Novo — Cassação do Partido Comunista — Proibição do jogo	
CAP. VI: A HISTÓRIA DA BUCHA .....	84
Atentado na porta da Rádio Mayrink Veiga — O governo Dutra — Raul Fernandes — Voto brasileiro pela criação do Estado de Israel — O desperdício de divisas — Intervenção em São Paulo — A Burschenschaft.	
CAP. VII: “TEM DOIS MINUTOS PARA RESPONDER” .....	91
Os comícios — O “caminhão do povo” — Incidentes no interior do Brasil — Ameaças em Uruguaiana e Porto Alegre — a campanha da liberdade e o despertar político do país.	
CAP. VIII: A VOLTA DO FASCISMO-POPULISMO DE VARGAS E DE PERON .....	97
A sucessão de Dutra — O problema de candidatura da UDN — Segunda campanha do Brigadeiro — A “christianização” — A vitória de Getúlio — Encontro com João Goulart — O Exército em 50 — Peron e Getúlio — Carta Brandi — Leitura do telegrama do Itamarati na Câmara — Tentativa de processo na Justiça Militar.	
CAP. IX: GETÚLIO ERA INCOMPATÍVEL COM A DEMOCRACIA .....	109
Dirigindo a <i>Tribuna de Imprensa</i> — A teoria ditatorial do positivismo — A formação do Rio Grande do Sul — Getúlio, incompatível com a democracia — Campanha “Ajuda teu Irmão” — Encontro com Dona Darci — Perfil do Getúlio.	
CAP. X: A CAMPANHA DA ÚLTIMA HORA .....	120
As Forças Armadas em 50 — Incidente no Copacabana Palace — O Grupo Canrobert — O caso <i>Última Hora</i> — Agressão ao jornalista Macedo Soares — O clima de ameaças.	
CAP. XI: O ATENTADO DE TONELEROS “E O VAZ ESTAVA DESARMADO” .....	132
O Vaz estava desarmado — “A República do Galeão” — Prisão dos assassinos — Ardil para Gregório confessar — Benjamim Vargas — A carta-testamento.	
CAP. XII: E EU REZEI POR GETÚLIO .....	142
Encontro com Café Filho — Clima no Congresso — A rebelião na penitenciária — Encontro com Zenóbio no Ministério da Guerra — O suicídio de Getúlio — Nomeação de Alim Pedro — Eleição depois do suicídio — Café Filho e as eleições.	
CAP. XIII: REFORMAS PARA UM REGIME DEMOCRÁTICO AUTÊNTICO ...	151
Regime de exceção — As eleições presidenciais de 55 — Aparece Juscelino — Tentativa de União Nacional — Os partidos políticos — O Vaticano e o PDC — Golberi — A mensagem “tenentista” de Juarez — Doença de Café Filho — Posse de Carlos Luz — O General Lott e os políticos — Primeiro encontro com Juscelino — O golpe de 11 de novembro — A conspiração que não chegou a haver — A turma do muro.	
CAP. XIV: A BORDO DO TAMANDARÉ .....	163
Tentativa de resistência em São Paulo — A grandeza de Carlos Luz — Evitar a guerra civil — “O governo não responde por sua vida”.	
CAP. XV: “O GOVERNO NÃO SE RESPONSABILIZA POR SUA VIDA” .....	169
Asilo na Embaixada de Cuba — Exílio nos Estados Unidos e Portugal.	
CAP. XVI: A PRIMEIRA TENTATIVA DE ME CASSAR FOI EM PLENO REGIME DEMOCRÁTICO .....	174
Volta ao Brasil — Jacareacanga — Armando Falcão e Scaramouche — Juscelino oferece a prefeitura do Rio — A liderança da oposição — A chapa branca da UDN — Telegrama secreto — Tentativa de cassação de mandato.	
CAP. XVII: NA CPI DO IBADE SÓ NÃO ENCONTREI O SEU NOME .....	188
Rebelião de Aragarças — Zezinho Bonifácio — Compra do porta-aviões — Acordo de Roboré — Greve da Panair — IBADE — “Caravana da Liberdade” — Juraci quer ser candidato.	



CAP. XVIII: APOIEI PORQUE O JÂNIO GANHAVA DE QUALQUER JEITO ...	202
Candidatura Jânio Quadros — As primeiras renúncias de Jânio — A convenção da UDN.	
CAP. XIX: E PELA PRIMEIRA VEZ SE FEZ UMA REVOLUÇÃO PELO VOTO	212
Campanha do Jânio e do Lott — Campanha para o governo da Guanabara — O governo da Guanabara — O fenômeno do “lacerdismo” — A posição anticomunista.	
CAP. XX: “E NÃO MONTAMOS NENHUMA MÁQUINA POLÍTICA” .....	225
O governo da Guanabara: o caso do Rio da Guarda, a emoção de realizar coisas, a obra da água, remoção de favelas, Túnel Rebouças, uma nova mentalidade de governo — A vida política brasileira.	
CAP. XXI: PERCEBI QUE ELE NÃO SABIA GOVERNAR NA DEMOCRACIA ...	239
O princípio do governo Jânio Quadros: o ministério e as primeiras decepções — Em fevereiro Jânio queixa-se do Congresso — O peso da minha responsabilidade — Uma política externa de esquerda e uma política interna de direita.	
CAP. XXII: A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS .....	247
Ida a Brasília para conversar com o Presidente — Horta propõe um golpe de Estado — Líderes da UDN se omitem — Carvalho Pinto diz que não foi procurado — Conversa com o Brigadeiro Grüm Moss — Golpe denunciado pela televisão.	
CAP. XXIII: EU NÃO PARTICIPEI DA CONSPIRAÇÃO .....	267
Ambiente no Ministério da Guerra — A “fórmula” parlamentarista — A favor da posse de Jango até o surgimento da fórmula — O grande erro de Jango — Tentativa de intervenção na Guanabara — Relatório da embaixada francesa sobre a situação brasileira — Atentado na porta do Hospital Miguel Couto — Informações que chegavam da Polícia — A conspiração contra Jango — Magalhães Pinto e João Goulart — Saída dos militares do governo da Guanabara — Esvaziamento da Política — A Revolução não teve ajuda externa — Como é o militar brasileiro.	
CAP. XXIV: “GENERAL, OS CIVIS TAMBÉM SABEM MORRER” .....	282
A resistência no Palácio — Castelo Branco pede para sair da Guanabara — Ameaça de invasão dos fuzileiros — Uma lancha para o Gal. Cordeiro de Farias — Brigadeiro Eduardo Gomes chega ao palácio — É preciso resistir à tentação de atribuir tudo à CIA.	
CAP. XXV: A INDICAÇÃO DE CASTELO BRANCO PARA A PRESIDÊNCIA ..	292
Reunião de Governadores — Surge o nome de Castelo Branco — Gal. Muniz de Aragão alerta sobre qualidades e defeitos de Castelo — Apelo a Mazzilli — Evitar uma ditadura militar — Reunião com Costa e Silva no Ministério da Guerra — Costa e Silva resiste ao nome de Castelo — Primeiro encontro com Castelo, que explica seu ministério.	
CAP. XXVI: “SE ABRIR MÃO DA CANDIDATURA NÃO HAVERÁ ELEIÇÕES ..	303
Bilac sugere retirar a candidatura — Preconceito contra o café — O relatório Booz-Allen — A política econômica de Roberto Campos — Clima de intrigas — Missão no exterior — A entrevista em Orly — Willy Brandt e Salazar.	
CAP. XXVII: A PRORROGAÇÃO DO MANDATO DE CASTELO BRANCO ....	317
Juraci briga com o garçom que não o reconheceu — As primeiras notícias da prorrogação do mandato do Castelo — Telegramas para o SNI saber — A cassação de Juscelino — “A cassação de JK não vai beneficiar a candidatura Lacerda” — Novamente Bilac Pinto — Convite para representar o Brasil na ONU desde que desista da candidatura.	
CAP. XXVIII: “EU ARRISQUEI MINHA VIDA, NÃO UMA EMBAIXADA” ....	327
A convenção da UDN — Cartas a Castelo Branco — O apelo de Júlio Mesquita Filho — Debate com Roberto Campos — Manobras para acabar com o poder civil — Roberto Campos, antes e depois da Revolução — Tecnocratas servem a qualquer governo e a qualquer regime — A política econômica de Campos.	

CAP. XXIX: “ELES SÓ COMPREENDEM O POLÍTICO PROFISSIONAL .....	337
Tentativa de prorrogação dos mandatos dos governadores — Os sistemas militares — Relações com Castelo Branco — Política econômica de Campos Sales — Roberto Campos e Joaquim Murtinho, Castelo Branco e Campos Sales — O país fraco e a moeda forte.	
CAP. XXX: “SE PERDERMOS NÃO VAI MAIS HAVER VOTO DIRETO NO BRASIL” .....	344
A sucessão na Guanabara — Governo federal veta e impõe candidatos — As manobras de Castelo para eleger Negrão — O fim das eleições diretas no Brasil — Costa e Silva se impõe como candidato.	
CAP. XXXI: O FIM DAS LIDERANÇAS CIVIS .....	354
Por que não fui cassado por Castelo — O problema das cassações — Afastamento das lideranças civis — Afastamento dos estudantes e das mulheres — A prisão de Elói Dutra — Novo encontro com Costa e Silva — A eleição de Costa e Silva.	
CAP. XXXII: A PRISÃO E A GREVE DE FOME .....	364
O Ato-5 — Uma tentativa de resistir em São Paulo — A última prisão — O Exército não quer receber o preso — A chegada dos outros presos — A greve de fome — O laboratório da PM — Depoimento ao SNI — Tentativa de prisão domiciliar e de exílio — Empadinhas me esperando.	
CAP. XXXIII: FRENTE AMPLA: “UM DIA ELES VÃO ENTENDER” .....	379
Frente Ampla — Encontro com Juscelino — Cassação de Hugo Gouthier — Reunião com comunistas — Juscelino não quer encontro com Goulart — Encontro com Jango — Brizola e a Frente Ampla — Uma saída para o Brasil — “Um dia eles vão entender” — D. Hélder, as favelas e a Frente Ampla — Comício em Santo André — Os tecnocratas — O conagraçamento nacional.	
CAP. XXXIV: PERGUNTAS E RESPOSTAS .....	398

## APÊNDICE

CAPÍTULO II .....	413
CAPÍTULO XI .....	442
I. Relatório da Comissão Militar de Inquérito, 442;	
II. Confissão pormenorizada do executante da empreitada, 448.	
CAPÍTULO XXXII .....	454
I. Carta à mulher e aos filhos, 454; II. Carta do Dr. Antonio Rebello Filho ao Presidente Costa e Silva, 456; III. Carta do Dr. Antonio Rebello Filho às associações médicas, 456; IV. Depoimento prestado pelo Sr. Carlos Lacerda a agentes do DOPS e dois coronéis do S.N.I. no dia 19.12.68, 456; V. Carta ao Presidente Costa e Silva, 458.	
CAPÍTULO XXXIII .....	459
ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	461



## PREFÁCIO

FOI EM UM DIA QUALQUER de outubro de 1976 que Melchiades Cunha Júnior, redator do Jornal da Tarde, entrou na minha sala para propor uma empreitada jornalística que não hesitei em aprovar com entusiasmo, embora sabendo que não poderia render dividendos para o jornal a não ser a longo prazo e em circunstâncias imponderáveis: a formação de uma espécie de banco de informações históricas, destinadas precipuamente a servir a quem, no futuro, pretender estudar a vida política deste país nos últimos quarenta anos. O que Melchiades propunha era a elaboração de uma lista dos principais personagens do drama político brasileiro durante as últimas quatro décadas, ainda vivos e atuantes ou já afastados do centro da cena pública, e ouvir seus depoimentos, que seriam gravados e depositados em nossos arquivos com a garantia de que não seriam divulgados enquanto eles fossem vivos.

Era mais um serviço que prestaríamos à coletividade em um país a tal ponto despreocupado com registrar sua história que ultimamente o melhor que se tem feito em matéria de estudo da história recente do Brasil é obra de estudiosos norte-americanos.

Elaborada a lista, o nome que a encabeçava era o de Carlos Lacerda, como não podia deixar de acontecer. Em torno dele, pelo menos nos últimos 30 anos, girou a vida política da nação.

Este foi o principal argumento que usamos para convencê-lo a aceitar o convite. Mas não lhe pareceu suficientemente convincente. Invocando sua condição de proscrito político e revelando, mais uma vez, toda a amargura que lhe provocara a injustiça de que fora alvo, juntamente com o Brasil, recusava-se a falar, alegando, além do mais, que a política já não o interessava. De fato, durante os oito anos e quatro meses que viveu depois de ter sido cassado, apesar de nosso convívio ter sido certamente muito mais intenso neste período do que durante os outros 25 que durou nossa amizade, foram raríssimas as ocasiões em que ouvi o Carlos referir-se à situação política nacional e, tenho a certeza, jamais ouvi dele qualquer frase que autorizasse a suposição de que a acompanhava com o interesse natural de quem já fora o seu fulcro e tinha o direito de esperar, um dia, voltar a sê-lo.

Sabia, porém, que essa era a atitude do amante traído que tinha medo de, um dia, vir a topar com a mulher amada de braços com seu novo amor.

Uma das características marcantes da personalidade de Carlos Lacerda era o

*pudor dos seus próprios sentimentos, principalmente nos momentos de adversidade, que foram os mais comuns ao longo da sua vida pública.*

*E foi a um destes sentimentos — a amizade — que recorremos, em última instância, para vencer a sua obstinação. Quando, depois de várias tentativas sem sucesso, meu filho Ruy invocou a amizade que nos unia — a nossa família e a dele — e que só se solidificou no período do ostracismo político, Carlos Lacerda cedeu. Estávamos, já, em março de 1977 e o primeiro encontro com os repórteres foi marcado para o fim da semana seguinte, no Sítio do Alecrim, no Rocio, em Petrópolis.*

*E, durante quatro fins de semanas, provocado pelas perguntas dos jornalistas, Carlos Lacerda falou, rememorando em seus mínimos pormenores mais de trinta anos de uma luta política que coincidiu com a história do Brasil durante esse período.*

*E os repórteres que o ouviram, puderam sentir então o quanto estava viva toda sua avassaladora paixão pela política, que com tanto esforço ele vinha sopitando ao longo dos oito anos em que se vira forçado a viver afastado dela.*

*Quis o destino que a sua última obra fosse a coroação da sua vida de jornalista: uma magnífica reportagem, não escrita mas falada, com a clareza e a precisão de um narrador de televisão que estivesse comentando para os espectadores um espetáculo “ao vivo”.*

*Só uma memória privilegiada como a sua poderia tornar possível essa façanha jornalística: uma reportagem empolgante, objetiva e rica, sobre a vida do próprio repórter, personagem central da história que ele reconstruía.*

*Em nenhum momento, durante as 34 horas que durou seu depoimento, transpareceu a amargura que o mantivera calado durante os últimos oito anos. Mergulhado no seu passado, reencontrado consigo mesmo, Carlos Lacerda parecia gostosamente reconciliado com o grande amor que o traía. Quem lê esta sua última reportagem fica com a impressão de que ele estava vivendo os episódios que descrevia e analisava. Avidamente, como alguém que esteve privado durante longo tempo dos seus maiores prazeres e de repente se vê em condições de gozá-los novamente, quem sabe se com o pressentimento de que seria pela última vez.*

\*

*Conheci o Carlos e a Leticia em 1943, se não me falha a memória, na “minha” Casa do meu avô, a fazenda Conceição do Barreiro, em Louveira, São Paulo, onde, a convite do meu tio, Alfredo Mesquita, o casal passava uma temporada. Aí nasceu uma amizade que só sofreria uma interrupção, provocada por uma atitude intempestiva, minha, diante de uma crítica mais violenta que ele fez no seu jornal — Tribuna da Imprensa — ao Brigadeiro Eduardo Gomes, por ter este aceitado o apoio dos integralistas, quando pela segunda vez disputava a Presidência da República. Irritado com os termos veementes da crítica, devolvi-lhe a ação que havia comprado quando lançou a subscrição pública para criar o seu jornal, acompanhada de um bilhete malcriado. Desmentindo, já então, sua alegada agressividade, Carlos respondeu-me com um telegrama em tom irônico e paternal, no qual dizia que perdoava minha atitude como um gesto próprio da imaturidade de um jovem de vinte e poucos anos. O perdão, no entanto, não impediu que desde então deixasse de me procurar quando vinha a São Paulo, como costumava fazer sempre antes do incidente. Fui eu que o fui procurar,*



*quatro anos depois, em 1954, quando me encontrava no Rio, como repórter do Estado de S. Paulo, “cobrindo” os acontecimentos desencadeados pelo atentado da Rua Toneleros, que culminaram com o suicídio de Getúlio Vargas. Em seu apartamento, na rua fatídica, fui encontrá-lo, ferido, moralmente abatido pela morte do amigo Rubem Vaz, mas animado pela expectativa de um triunfo que seria, tenho a certeza, definitivo. Getúlio Vargas impediu esse triunfo, com seu gesto trágico. Sabia que não havia outra maneira de impedi-lo. Nosso encontro não foi uma reconciliação, porque, na realidade, nunca deixáramos de ser amigos.*

*Desde os dias de 1943, na fazenda de Louveira, onde nos divertíamos na caçada noturna aos ratos que infestavam a tulha de café, passando pelas noites boêmias, depois dos ensaios da sua peça A Bailarina Solta no Mundo, encenada pelo Teatro Experimental de Alfredo Mesquita, cujo “nepotismo” transformou-me momentaneamente em “artista”, e depois, em Paris, em 1948, onde, de volta do Oriente Médio, onde estivera como correspondente do Correio da Manhã, cobrindo a guerra que se seguiu à implantação do Estado de Israel, me procurei para pedir uns mínguados dólares emprestados que nunca me pagou e onde passamos juntos alguns dos momentos mais agradáveis da minha primeira experiência parisiense, nunca deixei de seguir de perto a sua atuação como homem público e — com exceção dos quatro anos de amuo provocado pela minha imaturidade — nunca deixei de gozar o privilégio da sua companhia.*

*Por isso, compreendo bem a impressão que causou ao jornalista Melchíades Cunha Júnior, que só foi conhecê-lo pessoalmente quando se iniciaram as entrevistas que hoje constituem este volume.*

*É o jornalista que confessa, em artigo que escreveu como uma espécie de introdução à publicação deste depoimento pelo Jornal da Tarde: “Eu fora armado de preconceitos contra o homem e o político.”*

*Mas quando Letícia perguntou-lhe o que tinha achado do Carlos, respondeu: “Seu marido impressiona. Talvez tenha sido a pessoa que mais me impressionou em minha vida de jornalista.”*

*A mesma reação de qualquer pessoa que, tendo-o conhecido antes apenas pela imagem que dele procuravam criar os seus inimigos, um dia teve a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente e, principalmente, de ouvi-lo, num papo despreocupado como aqueles que ele sustentava durante uma noite inteira com os companheiros de boemia.*

*O Carlos Lacerda que ele e seus companheiros de redação ouviram durante quatro fins de semana, durante as 34 horas que passou reconstituindo toda sua vida de lutas, não tinha ódio no coração, mas apenas amargura, por não ter podido fazer tudo o que se sentia capaz de fazer para que o Brasil deixasse de ser o que continua sendo até hoje: um país politicamente subdesenvolvido.*

*O Carlos que vinha do Rio para São Paulo apenas para ver os roseirais floridos na Chácara Roselândia, no caminho de Cotia, ou para comprar passarinhos na cidade de Limeira — uma ocasião encontrei-o no seu quarto no hotel Jaraguá com mais de trinta gaiolas —, o Carlos que amava na vida tudo que a vida tem de amorável, esse Carlos que nunca saía nos jornais, esse era o verdadeiro, o que explicava o outro da imagem deliberadamente distorcida.*

*A tudo que fazia se entregava totalmente, em tudo que fazia acreditava irremediavelmente. Lembro-me de uma ocasião em que me encontrou num momento de desalento em que a fé começava a me faltar. Então ouvi dele a repreensão amiga: “Olhe, se você não acredita no que está fazendo é melhor não fazer nada.”*

*O homem que amava o belo, que amava o inteligente, que amava o justo, que amava a vida porque a vivia mais intensamente do que ninguém, que amava, em primeiro lugar, a liberdade da qual extraía tudo que ela pode dar aos homens verdadeiramente inteligentes e só a eles, não podia se conter, não controlava sua impaciência diante do feio, do grotesco, da estupidez, da irracionalidade, da injustiça e da iniquidade.*

*E, principalmente, diante de tudo que se antepusesse à plena liberdade. Sua vida de homem público, que se iniciou num momento em que a prevalência de tudo isso caracterizava o panorama político brasileiro, foi um combate permanente, violento e impiedoso contra tudo isso. O espaço político brasileiro encontrava-se totalmente ocupado pela ditadura Vargas e, em grande parte, continuaria ocupado por ela por longo tempo depois da deposição do ditador em 1945, e para os que sonhavam com um Brasil democrático, politicamente civilizado, a prioridade número um tinha de ser a conquista desse espaço, a libertação do território político ocupado pelo inimigo.*

*Daí a sua veemência, daí a sua agressividade, veemência e agressividade naturais em quem investe para conquistar uma posição solidamente fortificada, em quem partiu de uma posição de fraqueza para atacar uma força superior, em quem ataca sem preocupar-se com a própria retaguarda porque, quando partiu para o ataque, não tinha nada o que defender.*

*E, se continuou assim até o fim da sua luta política, foi porque sentiu, depois de 1945, que a vitória tinha sido precária, que o inimigo não estava aniquilado, mas, pelo contrário, tinha forças suficientes para recompor-se, como ficou demonstrado tão pouco tempo depois.*

*E nem depois da tragédia de 1954, do suicídio de Getúlio Vargas, a incipiente democracia aqui instalada dava mostras de fortalecer-se. A própria situação internacional nascida da segunda guerra mundial tornara-a ainda mais problemática nos países sem sólida tradição democrática. Definitivamente derrotado o inimigo nazi-fascista, surgia então um inimigo ainda mais poderoso na forma do movimento comunista internacional transformado em instrumento dócil da nova e poderosíssima potência totalitária e imperialista que emergira com a vitória dos aliados. E a “metralhadora giratória” de Carlos Lacerda mudava de alvo sem parar de atirar. O espaço conquistado à ditadura Vargas não fora ocupado por aqueles, como Carlos Lacerda, que nele pretendiam implantar a cidadela imbatível da democracia, mas sim por forças mescladas, indefinidas, entre as quais os grupos mais eficientes e mais atuantes não eram os dos democratas autênticos, mas sim os daqueles que pretendiam apenas aproveitar-se da democracia em benefício exclusivo dos seus pequeninos interesses pessoais e os daqueles que pretendiam dela aproveitar-se para exterminá-la definitivamente.*

*Carlos Lacerda, que jamais procurou esconder o seu objetivo final, que era o de chegar ao poder democraticamente para melhor promover o seu ideal democrático, em nenhum momento deixou de ser fiel a si mesmo. Com a inteligência que Deus lhe deu, sabia perfeitamente, em todos os momentos, com quem estava a maioria. Sabia quando investiu contra Vargas, sabia quando investiu contra Jânio Quadros.*

*Sabia, também, que a maioria é apenas um critério aritmético, mas nunca um juízo de valor. Assim como sabia que nem sempre a maioria tem razão, ou melhor, que num país do nível cultural do Brasil, totalmente vulnerável à propaganda ideológica e à mistificação, quase nunca a maioria tem razão.*



*Mas, há dois tipos de líderes: o falso líder, que é apenas aquele que, captando na atmosfera política as tendências predominantes, simplesmente as endossa e coloca-se na crista da onda, não para conduzir mas para ser conduzido ao seu objetivo; e há o verdadeiro líder, que é, em síntese, aquele que, pela excepcionalidade de sua lucidez, de sua sensibilidade, de sua inteligência, divisa antes dos outros o verdadeiro rumo do interesse da coletividade e procura conduzi-la para lá. Esse verdadeiro líder, que é o que foi Carlos Lacerda, jamais se coloca na crista das ondas, mas quase sempre é obrigado a enfrentar a “onda.” \* Esse só conduz, jamais é conduzido e só pode conduzir depois de conquistar, pelo convencimento dos demais, da maioria dos demais. E isso Carlos Lacerda não pôde fazer num Brasil que, ainda não recuperado da ocupação fascista, foi obrigado a enfrentar a investida comunista. Com essas “modas” ideológicas que sempre tiraram sua seiva da irracionalidade da maioria que não costuma raciocinar mas apenas reagir pavlovianamente aos estímulos sloganizados, ele não podia transigir.*

*Teria chegado ao poder, quase certamente, se tivesse entrado em compromissos, se tivesse aderido às ondas e às modas políticas e ideológicas, se tivesse, por conveniência, abdicado da convicção de que o poder é um meio para se atingir um fim e não um fim em si mesmo.*

*Foi essa convicção que o levou a ter aversão particular pelas conspirações, mesmo nos momentos em que, para muitos democratas, tão convictos e tão puros quanto ele, a conspiração parecia o único meio de lutar pela democracia.*

*Há um episódio de sua vida, que ele não mencionou no depoimento que fez ao Jornal da Tarde, que me parece importante para comprovar o que afirmei. Não me recordo exatamente da data, mas sei que foi entre novembro de 1963 e fevereiro de 1964.*

*Estávamos na fazenda de Louveira, meu pai, meus irmãos, eu e outras pessoas de que não me recordo. Uma noite, sem avisar, chega Carlos Lacerda, então Governador da Guanabara, que naquele tempo andava sendo “caçado” (com a cedilha mesmo) por sicários de Jango Goulart. Deixara a Guanabara meio clandestinamente para despistá-los e, depois de passar por vários lugares, foi até a fazenda de Louveira onde sabia que meu pai se encontrava. E os dois conversaram longamente sobre a situação brasileira, meu pai tentando convencê-lo de que não havia alternativa para o movimento militar contra Jango e o Carlos não querendo aceitar esse caminho. Não me lembro exatamente das palavras que ele empregou, mas o que disse foi mais ou menos isto:*

*Eu tenho o direito de terminar minha vida política na Presidência da República, Dr. Júlio, e se os militares assumirem o poder desta vez permanecerão nele o tempo suficiente para que isso não seja possível.*

*Foi somente algum tempo depois, algumas semanas, apenas, antes do 31 de março de 1964, que ele aquiesceu em encontrar-se, pela primeira vez, com os oficiais do II Exército com os quais vínhamos conspirando havia quase dois anos. O encontro foi no apartamento do meu irmão, Luiz Carlos Mesquita, o seu querido amigo Carlão. (Foi no dia da sua morte a única vez que vi o Carlos chorar). Naquela altura, Carlos já perdera toda a esperança em qualquer outra solução que não fosse a ação militar pura e simples.*

---

\* “Não conheço mais forte sensação de poder do que a roda do leme nas mãos”, escreveu ele em *A Casa do Meu Avô* (pág. 179).

*É falso, portanto, que ele tenha participado da conspiração.*

*Quando se diz que ele foi o maior líder civil da revolução — e de fato foi, está-se pensando na atuação que teve como Governador da Guanabara durante o governo Goulart e que culminou com a resistência “militar” do dia 31 de março.*

*Temos a certeza de que o leitor deste livro chegará a essas mesmas conclusões.*

*Quando se chega ao fim desta reportagem estão desmentidas as duas acusações que mais comumente se faziam ao político Carlos Lacerda: a de que agia sempre cheio de ódio e a de que era incoerente e contraditório. À primeira, ele mesmo respondeu plenamente, com seu último livro, A casa do meu avô — que é todo ele amor, da primeira à última linha — no qual, na página 151, descrevendo a personalidade do avô, descreve-se a si próprio:*

*Ele era dos que preferem morrer a não pedir perdão de injustiça que cometem. E preferem morrer a pedir perdão por crime não cometido. Somos altivos como príncipes usurpados, que lutam pela coroa perdida: mendigos que morrem de fome mas não recolhem a esmola oferecida por escárnio. Temos muita ira mas de tal modo nos ocupamos que não temos tempo de ter ódio. Nosso amor existe, por isso mesmo não se exhibe.*

*O pudor dos próprios sentimentos de que falei linhas atrás.*

*Muita ira que, na sua luta política, voltava-se quase sempre contra a burrice e a desonestidade. Não apenas a que gera a corrupção, mas toda desonestidade, principalmente a intelectual, que, no mundo em que viveu, levou à mais terrível das subversões: a subversão da inteligência, através da subversão do vocabulário, no interesse da promoção de uma pretensa realidade ideologicamente concebida que é vendida em pílulas para alimentar inteligências incapazes de suportar qualquer espécie de dúvida e de perscrutar qualquer caminho desconhecido. Contra essa espécie de subversão, que continua caracterizando o mundo que emergiu da segunda guerra mundial — o seu mundo —, Carlos Lacerda lutou intransigentemente, cheio da mais justificada ira, com a sua inteligência privilegiada brandindo, sobretudo, a arma mortífera da ironia. E não pode ser irônico quem tem o coração cheio de ódio.*

*E a sua incoerência, as suas contradições? Desde o advento de Copérnico, sabe-se que só o Sol não se move no sistema planetário a que pertencemos. E nesse pequeno planeta que habitamos, apenas a burrice é estática. Como todo jovem inteligente e generoso de sua geração, Carlos Lacerda acreditou, na imaturidade da adolescência, na redenção comunista do homem. Como Malraux, como Koestler, como Silone e como todos nós que, tendo a liberdade como valor supremo, sofremos, no entanto, com as injustiças que se pode praticar em seu seio e em seu nome, também. Sua inteligência superior, no entanto, permitiu que se libertasse dessa ilusão de ótica ideológica muito mais rapidamente do que costuma acontecer com tantos jovens que até hoje se deixam inocentemente intoxicar, antes de aprenderem a raciocinar, pelo barbitúrico da sloganização ideológica.*

*E isso, os comunistas, em particular, e seus habituais companheiros de viagem jamais lhe perdoaram. E com razão. Alguém já imaginou o que teria acontecido no Brasil se a inteligência de Carlos Lacerda tivesse permanecido até a sua morte a serviço da mistificação socialista?*

*Em todo o seu longo depoimento não se sente um resquício de ódio e nem mesmo a ira transparece. E, do seu conjunto, o que salta aos olhos de qualquer leitor é a absoluta coerência da sua ação. O objetivo da sua luta — a liberdade, a democracia —, este permaneceu imutável durante toda sua vida. As táticas*

*para conquistá-lo é que mudaram no tempo e no espaço políticos, de acordo com o que lhe ditava a sua impressionante lucidez. Ele sabia, melhor do que ninguém, localizar em cada situação específica, em cada momento determinado, a ameaça maior, o perigo mais próximo para essa liberdade que foi sempre o norte da sua bússola política.*

*E contra ele investia, com a veemência que lhe era própria, sem se preocupar em saber se o inimigo de hoje era o amigo de ontem ou poderia vir a ser o aliado de amanhã.*

*Se ontem eram os fascistas, hoje eram os comunistas. Se ontem era a corrupção, hoje era a incompetência. Mas sempre, em todos os momentos e em todas as situações, entre esses inimigos pontificavam a estupidez e a mistificação.*

*“Hei de morrer como tenho vivido, desprevenidamente”, dizia ele, numa espécie de pressentimento, num dos últimos parágrafos do bellissimo livro que citamos há pouco. E lutou, sempre, desprevenidamente. Com o apoio de muitos, quando foi possível. Sozinho, quando não o compreendiam. Mas sempre desprevenidamente, sem pesar as possíveis conseqüências dos seus combates para sua própria pessoa e, muito menos, para a sua carreira política.*

*E foi, certamente, pensando na conseqüência final e definitiva dessa maneira de ser e de agir que escreveu uma das mais belas páginas, e das mais cheias de amargura, do livro A casa do meu avô.*

Da raça de Ícaro dificilmente sobra alguém. Sempre chega a hora em que as asas que pretensiosamente nos damos derretem-se ao sol. E caímos, de qualquer altura. Recentemente publicou-se um livro que analisa, ampliado e explicado cada pormenor, o quadro de Brueghel que está no museu de Bruxelas, “A queda de Ícaro”. Esse quadro por si só vale a viagem à Bélgica. O mais extraordinário ali, a par da pintura, que engloba tantos símbolos e propõe tantos enigmas, é que Ícaro cai no mar mas nada se perturba, em redor.

Do homem que partiu à conquista do espaço, do bicho da terra fascinado pela amplidão, vê-se ainda uma perna. Afora essa perna patética que sobrou da sua derrota, a superfície das águas permanece inalterada. Nada flutua do seu corpo, nem do espírito sobre as águas. Continua o lavrador a sua labuta, o navio a sua rota, a ilha permanece cercada de água por todos os lados, para não deixar de ser uma ilha, os carneiros continuam acarneirados sob o gesto imemorial do pastor que guarda a sua submissão. O Céu não dá mostras de cólera nem de indulgência — o céu a que Ícaro pretendeu alçar-se não conhece o perdão. Nada, nada se altera. A intolerável pretensão, o desafio à mediocridade e ao conformismo, que mereceram castigo tamanho, recebem o merecido. A vingança das potestades que ele desafiou está consumada. A queda de Ícaro é a seca advertência a toda rebeldia, a imposição do conformismo. A consagração da mediocridade como regra de bem viver. Tudo em redor vai bem. Ícaro já desapareceu nas águas. Ninguém se dá conta, naquela paz excessiva e suspeita de que um dia essas águas crescerão sobre o mundo, a ilha, o pastor, as ovelhas, os símbolos, as alusões afinal decifradas nesse quadro que tem a força de uma profecia. Depressa todos se conformam, procuram esquecer o episódio...

*Que melhor arremate para esta reportagem sobre sua vida?*

*É ele, de corpo inteiro, escancarando-nos sua alma, na conclusão de sua vida. Mas — está dito no depoimento que é o conteúdo deste livro —, se tivesse de fazer tudo de novo, faria exatamente como fez, mesmo porque, no fundo, ele sabia que a placidez retratada por Brueghel não é a mesma que se seguiu à sua queda. Pelo menos, tenho a certeza de que todo seu desencanto com o resultado da sua luta não o terá impedido de perguntar-se, como tantas vezes tenho feito, qual teria sido o destino político do Brasil se ele não tivesse travado o seu combate?*

*“O que fiz foi parte infinitamente pequena do que nasci disposto e talvez capaz de fazer”. Carlos Lacerda tinha razões para dizer isso. Mas que homem público,*

*que grande líder, que grande estadista, em qualquer país do mundo, pode avaliar antes de morrer, todas as conseqüências da sua atuação?*

*Quantas vezes na história da humanidade o êxito pessoal, a vitória final foram negados aos melhores e aos maiores?*

*Quantas vezes na história das lutas humanas os grandes vencedores não tiveram o privilégio de viver para comemorar a sua própria vitória?*

*Do triunfo final da sua causa só pode duvidar quem duvide da continuidade do Brasil como nação independente.*

*E, no dia desse triunfo, poder-se-á avaliar o quanto ele — que tantas vezes foi acusado de injusto — foi injusto consigo mesmo ao descrever o quadro de Brueghel.*

São Paulo, 12 de agosto de 1977

RUY MESQUITA



## INTRODUÇÃO

CLÁUDIO LACERDA PAIVA

Para que minhas filhas Thereza Cristina e Ana Paula possam no futuro ter a certeza de que a luta de seu tio Carlos e o sofrimento de sua bisavó Olga, de sua tia Letícia e de sua avó Vera não foram em vão.

*PEÇO AO LEITOR um pouco de paciência por estar aqui, intrometido entre o prefácio de Ruy Mesquita e o depoimento de Carlos Lacerda. Mas algumas explicações são mais do que necessárias, são imprescindíveis mesmo, para que todos possam ter uma idéia mais justa e real do que Lacerda diz e de como este depoimento foi feito. É preciso saber o “como” e o “porquê” para poder analisar e entender melhor a importância histórica, não de Carlos Lacerda, que essa é mais do que evidente, mas do próprio livro.*

*E prefiro começar explicando o porquê do livro: era indispensável que este depoimento — talvez o mais importante sobre a história política do Brasil contemporâneo — não ficasse restrito às páginas de dois grandes jornais, O Estado de S. Paulo e o Jornal da Tarde. Era preciso também deixá-lo em livro para que as futuras gerações possam saber realmente quem foi Carlos Lacerda. Afinal, as novas gerações provavelmente não se deixarão ficar tão de lado quanto a atual que, por desencanto ou falta de estímulo, não se está interessando por mais nada.*

*O objetivo é o de deixar registrados importantes acontecimentos da história brasileira, para evitar o que Alexandre de S. C. Barros diz ser*

a manutenção de uma série de mitos na historiografia oficial e oficiosa do país, que foi transmitida à minha geração, e não tenho por que acreditar que não sejam transmitidas às gerações atuais noções errôneas e incompletas a respeito da história brasileira.

*... Alexandre Barros, professor e cientista social, escrevendo de Chicago para o Jornal da Tarde analisa, sem querer julgar a figura de Carlos Lacerda, a importância do depoimento que estava sendo publicado na ocasião:*

*... Mas afinal de contas a minha geração foi a geração que não teve confissões como as de Lacerda para estudar história do Brasil, foi a que foi obrigada a decorar listas de presidentes e de realizações. Este artigo é apenas um lamento das coisas que minha geração não teve para estudar história do Brasil e uma esperança (ou talvez até mesmo um apelo) para que as gerações futuras tenham um pouco mais de material em cima do qual trabalhar para saber o que foi a história do Brasil que, como todos nós sempre desconfiávamos, não se resume a um regente português fujão, a um imperador apaixonado que tinha um filho amante das ciências e das artes, uma neta que teve consideração pelos escravos, um general que proclamou a República, um presidente que construiu estradas, uma revolução em 1930 que permitiu a construção de Volta Redonda e uma revolução em 1964.*

*E nós todos aprendemos uma série de clichês não só sobre fatos, mas sobre pessoas também. Rui Barbosa, por exemplo, ficou sendo importante muito mais*

como “A Águia de Haia” do que como o “primeiro grande professor de civismo do Brasil”. E Carlos Lacerda, que nos seus 40 anos de vida pública foi o político mais marcante do país, é sempre julgado com muito *passionalismo*; era um homem diante do qual ninguém poderia ficar sem tomar uma posição. Era um homem amado ou odiado, mas por isso mesmo, sempre lembrado.

Esse clima que se criou à sua volta — ele o reconhece no depoimento — possibilitou que se fizesse uma série de julgamentos falsos, sobretudo julgamentos imediatistas. Certamente isso aconteceu porque — e são palavras dele —, “quando ninguém falava, ou quem falava, falava baixo, eu precisei gritar para ser ouvido”. E como gritou a vida inteira, suas posições nem sempre foram totalmente compreendidas. Nem mesmo, e talvez até principalmente, pelos que o apoiaram.

O depoimento é todo muito importante, mas há alguns fatos e episódios que gostaria de destacar aqui, por achar que são os que melhor definem quem foi realmente Carlos Lacerda.

As posições radicais — vamos chamá-las assim para não fugir ao jargão que Carlos Lacerda adotou para defender suas idéias — provocaram tanta incompreensão ou, quem sabe, tanto medo na extrema esquerda e na extrema direita que essas duas pontas mais de uma vez se uniram para desenhar um retrato inteiramente inverídico do tão temido inimigo e adversário.

Os comunistas jamais perdoaram Lacerda; eles o tinham como seu adversário mais importante, até porque conhecia os seus métodos de ação. Lembro-me de um deles que há alguns anos comentou comigo que o Partido Comunista tinha, no Brasil, dois grandes problemas: Luís Carlos Prestes e Carlos Lacerda; o primeiro, pelas tolices políticas que fazia; o segundo, pela campanha permanente e eficiente que desenvolvia. E foi por isso que os comunistas usaram contra Lacerda, mais do que contra qualquer outro político, toda a sua série de clichês. Clichês que, à força de serem repetidos, acabaram endossados na época por muitos “populistas” e até hoje pela “esquerda festiva”, isto é, pelo grupo que procura numa posição pseudo-esquerdizante um novo status intelectual.

E a “esquerda festiva”, nova maneira de brilhar intelectual e até profissionalmente, continuou repetindo aqueles velhos jargões fora de moda, como “reacionário feroz” e “vendido ao imperialismo americano”.

Por isso, o leitor mais desinformado, então, poderá levar um susto. Este homem, que era apontado como um “reacionário”, um “vendido”, teve um jornal que não recebia anúncios de empresas estrangeiras; foi o governador desta cidade que mais enfrentou a Light, empresa que durante muito tempo também foi o próprio símbolo do “imperialismo ianque”, embora não fosse americana. Carlos Lacerda foi dos poucos políticos não engajados à esquerda ou à ala nacionalista a protestar contra a compra das concessionárias do serviço público. Protestou quando as negociações foram iniciadas, no governo Jango, e quando foram concretizadas, no governo Castelo Branco. Aliás, logo depois da Revolução, com a marginalização da esquerda e da bancada nacionalista, só ele protestou contra a política econômico-financeira de Roberto Campos, contra a “Hanna”, contra a desnacionalização da nossa economia, contra o pessimismo, contra a marginalização popular. Mas nem um lado, nem outro, por motivos óbvios, teve interesse em reconhecer toda essa luta.

Fascista era outra acusação muito comum. Parece até que todos já esqueceram que o regime fascista no Brasil foi implantado com o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. E esqueceram também que ninguém mais do que Carlos Lacerda lutou contra os que fizeram o Estado Novo. Lutou tanto que depois de várias prisões quase foi morto numa emboscada no dia 5 de agosto de 1954.

No entanto, por um desses mistérios dessa nossa história decorada e cheia de clichês, o homem que foi ferido em um atentado tramado nos porões do palácio presidencial de repente viu-se apontado como “assassino” do Presidente da República, do Presidente que se suicidou.

E o mesmo aconteceu com a renúncia de Jânio Quadros, quando mais uma vez Carlos Lacerda, acusado por tanta gente de querer ser um ditador, vem de público, pela televisão, denunciar um golpe que o Presidente da República estava tramando para instituir a ditadura. Hoje, a tese das “forças ocultas”, que teriam provocado a renúncia, está bastante desgastada. Mas Lacerda continua para muitos como um “ditador em potencial”, enquanto que o Ministro da Justiça da época, que coordenava o golpe, anos depois era considerado porta-voz das liberdades democráticas e depois de morto emprestou o seu nome para o instituto de estudos políticos da oposição, que clama pelas liberdades democráticas.

A direita, por sua vez, embora não podendo se utilizar dos mesmos argumentos e do mesmo palavreado da esquerda, jamais poupou Lacerda. Nem mesmo a “direita festiva”, uma “instituição” mais recente, que vem crescendo muito, pois, embora não renda dividendos intelectuais, tem objetivos bastante compensadores do ponto de vista material.

E a direita, que achava ótima a sua posição anticomunista (ele explica esse ponto com muita clareza quando se refere ao “pessoal do jóquei, aos aliados perniciosos e ao perigo de ser envolvido pelos que são apenas anticomunistas), passou a ver em Carlos Lacerda, sobretudo depois de 64, o “carreirista” o “ambicioso”, o “opositor sistemático”, enfim, o homem que só pensa nele. Essas foram algumas das justificativas encontradas quando ele enfrentou, e aí praticamente sozinho, a política de Roberto Campos, protestou contra a prorrogação do mandato de Castelo Branco e criou a Frente Ampla.

Carlos Lacerda evidentemente errou muito. Ele não era um super-homem. Ele era um homem comum, mas um homem dotado do notável dom de perceber o que vinha adiante. O depoimento vai mostrar isso claramente, desde o dia em que ele alertou José Américo para o que iria representar eleitoralmente para o Brigadeiro Eduardo Gomes a “campanha do marmiteiro”, até sua última atuação na vida pública brasileira, quando foi procurar seus antigos adversários para criar um movimento capaz de unir as lideranças e o povo brasileiro numa tentativa de institucionalizar democraticamente o regime iniciado em 64.

Infelizmente nada disso foi percebido a tempo. Ninguém quis ouvi-lo, ainda em 64, quando alertou que a prorrogação do mandato do presidente poria em risco as eleições presidenciais do ano seguinte e o poder civil. Em 65, quando declarou que se perdesse na Guanabara o povo só iria participar de eleições pelo radinho de pilha, também não foi ouvido. É muito importante que os que elegeram o candidato do governo federal, certos de que estavam votando na oposição, leiam com muita atenção o capítulo que conta a história da sucessão estadual daquele ano.

A Frente Ampla, por exemplo, até hoje é explorada contra ele. Ainda há os que dizem que Lacerda, por não ser cassado, seria o único beneficiário do movimento. Poucos foram os que conseguiram entender que o caso era exatamente o contrário: era ele o único a ter o que perder; mas nem por isso deixou de tentar. Nem todos aceitaram a beleza do gesto do homem que não poupou críticas e ataques aos adversários, quando estes estavam no poder, mas que estendeu a mão quando eles estavam desterrados. Realmente, é muito fácil adular os que mandam e virar o rosto aos que estão por baixo.

*E este foi o “porquê” do livro. Para mostrar a todos, principalmente os que vierem depois de nós, quem foi realmente o político Carlos Lacerda. Lacerda explicado por ele mesmo e não pelos que não o entenderam. Um Lacerda apenas explicado e não julgado, porque isso agora vai competir só à história.*

*Outra explicação necessária é como é o livro.*

*Em primeiro lugar é preciso ficar bem claro que não se trata de uma biografia ou de um livro de memórias. Trata-se apenas de um depoimento jornalístico feito sem outra finalidade do que a de deixar Lacerda falar livremente de sua vida política; contar o que fez, o que deixou de fazer e dar sua interpretação pessoal sobre cada um desses acontecimentos. Gostaria de chamar a atenção do leitor para uma frase de Lacerda: “Depoimento é depoimento, quem quiser que conteste e dê sua versão”.*

*Importante também é deixar claro que Lacerda não teve tempo de rever o que contou, ao contrário do que aconteceu com outros que também depuseram para o Jornal da Tarde como, por exemplo, o ex-deputado Sérgio Magalhães, que releu o texto tirado da gravação.*

*E como ele não teve tempo de fazer a revisão, disso fui incumbido por várias razões, das quais duas são as principais: como repórter, fui um dos que o entrevistaram no Rocio durante todas essas horas de gravação, além de ter começado a minha vida profissional com ele, na Tribuna da Imprensa, de ter ido com ele, sempre como jornalista, trabalhar no Palácio Guanabara. A outra razão não é apenas de ordem afetiva, mas como sobrinho e amigo acompanhei muito de perto, desde os meus tempos de garoto, muitas de suas lutas. Estive a seu lado todo o mês de agosto de 54. Estava com ele na casa de José Nabuco quando Getúlio se matou. Visitei-o na Embaixada de Cuba. Estava com ele no palácio em março de 64 — só para citar fatos mais conhecidos. De algumas histórias contadas neste livro, fui quase “testemunha ocular”.*

*Na revisão, mantive o tom coloquial com que a entrevista foi feita. Deixei as expressões curiosas, as gírias, as reticências. Quis deixar ao leitor a impressão de estar ouvindo Carlos Lacerda conversar. A pontuação (e o leitor vai reparar uma grande quantidade de dois pontos e pontos de exclamação) foi colocada para manter a exata entonação da conversa.*

*E como o trabalho foi todo nesse tom de conversa, de depoimento, será possível reparar que, apesar da intenção de seguir uma ordem cronológica, há sempre um vaivém constante. É a tal história de conversa puxa conversa, de assunto puxa assunto. Mas achei isso tão importante que mantive o livro dentro da ordem narrada. Por isso é que o capítulo da Frente Ampla está depois do relato de sua prisão em dezembro de 68. Acontece que o relato da prisão foi feito com tal emoção, com tal riqueza de detalhes, que nenhum de nós, entrevistadores, ousou interrompê-lo para pedir que falasse antes de seus encontros com Juscelino e com Jango.*

*Meu trabalho foi o de suprimir as perguntas que fizemos — todas elas respondidas, por sinal — para proporcionar ao leitor um texto corrido e fácil de ser lido. Uma ou outra vez puxei o sujeito para mais perto do verbo, já que nessa história de “conversa puxa conversa” houve algumas poucas ocasiões em que um assunto entrava no meio e a continuação da frase iria aparecer muito distante. No mais, tudo foi mantido. Não se alterou nenhum conceito, nenhuma opinião, nenhuma interpretação de Carlos Lacerda.*

*Infelizmente, nem sempre é possível passar para o papel a emoção ou a graça com que muitas dessas coisas foram ditas. Seria quase que necessário um enorme comentário ao final de cada capítulo para explicar, por exemplo, o tom de voz*

em que ele se referiu a um ou a outro; que só falou no Jânio Quadros imitando-o; das boas gargalhadas que deu quando contou um caso da campanha do Marechal Lott. Há episódios como o rompimento com os comunistas, por exemplo, em que o leitor poderá avaliar bem a emoção em que foi narrado. Mas é uma pena que Lacerda não pudesse ser visto nem ouvido quando falou na morte do Major Rubem Vaz. Ele se emocionou tanto que não teve como prosseguir a gravação depois do intervalo para o almoço, como sempre fizemos.

Houve também episódios que emocionaram a nós, repórteres, pelo ineditismo do fato, como os detalhes sobre a “bucha”, o artil para levar Gregório Fortunato à confissão, a cassação de Juscelino, as conversas não publicadas com os aliados da Frente Ampla. Para os que não o conheciam bem, suas definições de esquerda e direita, a análise que fez do anticomunismo e do perigo que sentia de ser usado pelos “anticomunistas fisiológicos” foi outra revelação importante.

Outro fato que deve ser salientado é a incrível memória de Carlos Lacerda. Ele conversou durante 34 horas sem precisar recorrer a documentos ou arquivos, dos quais se utilizou apenas duas vezes: quando leu trechos de seu livro *O caminho da Liberdade*, ao falar na tentativa de cassação de seu mandato em 1957, e de suas cartas ao Presidente Castelo Branco.

Houve, é certo, alguma confusão de datas (ele afirmava não ser capaz de guardar datas), de nomes de personagens secundários e de cargos e postos de alguns outros. Isso foi corrigido, como ele teria feito. Mas foram sempre de fatos sem importância e os que puderam ler nos jornais as retificações de algumas pessoas ao depoimento devem ter reparado nisso: as retificações são sempre sobre coisas sem importância para a história e ainda mais para a História: “o caso do cachorro que o Jânio Quadros viu em Portugal não foi bem assim”; “o estudante em 68 foi preso por outro motivo”; “a recepção em Nova York foi diferente”; “o fulano não chegou a ser ministro, era Comandante do III Exército”; “ele não poderia esquecer o nome do repórter”... Enfim, coisas que não mudam em nada o que ele quis dizer.

É importante também notar que o depoimento publicado foi feito com a pressa que exige o jornalismo. Não houve tempo de rever o texto nem mesmo de fazer as necessárias correções do que foi tirado da fita. É preciso lembrar que o texto começou a ser tirado das fitas gravadas poucas horas depois da morte de Carlos Lacerda e que, por isso mesmo, não pôde ser feito com perfeição. Não houve tempo para a taquígrafa rever, e alguns nomes saíram trocados, algumas frases não foram transcritas. Um fato que os jornalistas, pelo menos, deveriam saber.

No entanto, não houve qualquer erro nas coisas importantes. Nem erros nem confusões. Lacerda foi capaz até de descrever como eram as poltronas do cinema do palácio e os filmes que passaram quando foi a Brasília conversar com Jânio Quadros.

Quanto à parte documental, procurei escolher pouca coisa para não cansar o leitor. É formada por documentos ainda inéditos, com exceção dos que julguei importantes, por estarem hoje esquecidos: a reportagem que provocou o rompimento com os comunistas, os relatórios do IPM que apurou o atentado de Toneleros e a nota conjunta com João Goulart. Com relação a essa nota, aliás, aconteceu um fato curioso: ao falar nela e não a tendo encontrado, Lacerda chegou a sugerir que ela mais tarde fosse lida por “outra voz” para ficar incorporada à gravação, tal a importância que dava ao documento.

Além desses documentos, redigi algumas notas explicativas, não só para realçar, através de depoimentos de terceiros, a importância de alguns acontecimentos



*explicados por Carlos Lacerda, mas também para dar ao leitor um pouco mais, lembrando datas, nomes e acontecimentos talvez hoje já um pouco esquecidos. Não são notas redigidas por um historiador, mas por um repórter que achou necessário pesquisar em livros e jornais e ainda entrevistar algumas pessoas para complementar o seu trabalho.*

*É preciso explicar ainda que a divisão em capítulos não se prendeu aos dias da entrevista nem às fitas gravadas, embora respeitada a ordem em que Lacerda falou. Essa divisão foi feita com a intenção de facilitar a leitura e destacar os acontecimentos mais importantes, mais marcantes e até os literariamente mais belos, como o caso do cruzador Tamandaré.*

*Também é impossível fugir aos agradecimentos: à família Mesquita, que permitiu que o depoimento fosse publicado em livro e especialmente a Ruy Mesquita, Filho, o primeiro a falar na necessidade deste livro e que colocou à minha disposição o arquivo de O Estado de S. Paulo para as pesquisas e ainda cedeu as fotos; a minha irmã, que me ajudou na revisão, e a minha mulher que não só me incentivou, como ajudou na revisão e no penoso trabalho de conferir o texto com as fitas.*

*No mais é repetir: depoimento é depoimento. Quem tiver versões diferentes que se apresente.*

Rio de Janeiro, setembro de 1977

# DEPOIMENTO

## CAPÍTULO I

### FORMAÇÃO POLÍTICA E A PRIMEIRA PRISÃO

FUI CRIADO num meio político. Ouvi falar de política em casa desde que me entendo por gente. Meu pai foi político a vida inteira, sempre de oposição e meu avô nessa época era um político em recesso, era ministro do Supremo,\* mas nem assim deixava de acompanhar pelo menos a política municipal de Vassouras. De sorte que a política era um assunto de todo dia. Talvez fosse um dos assuntos mais comuns, quer pela frequência de políticos lá em casa, quer pelos comentários dos jornais que muito cedo comecei a ler.

No tempo de colégio a política era um excelente pretexto para “matar aula”. Por exemplo, quando meu pai era vereador, e as aulas eram muito chatas, eu ia para a Câmara dos Vereadores acompanhar os debates. Acho que aprendi mais lá do que nas aulas. Não aprendi matemática, mas aprendi um pouco mais de português, pelo menos. Depois, naturalmente, no clima da faculdade; a minha geração foi uma geração muito politizada desde cedo, exatamente porque criada dentro da idéia de lutar contra a ditadura que então se prenunciava.

Do primeiro período de grandes esperanças — época da Revolução de 30 — eu me lembro que logo depois de 24 de outubro, portanto depois da vitória da Revolução, correu o boato de que meu pai ia ser nomeado Ministro da Viação. Aí a nossa casa — nós morávamos em casa de minha avó, em Botafogo — se encheu de gente pedindo emprego, pedindo promoção, denunciando gente. Eram tantas denúncias... A vocação do brasileiro para denunciar nessas horas é uma vergonha. Era tanta gente que eu, uma vez, descendo do bonde para entrar em casa, ouvi um passageiro perguntar para o outro: “Que é aquilo ali naquela casa? Sessão espírita?”. Tinha gente até na calçada.

Depois veio a desilusão com a Revolução de 30. No caso específico de meu pai, o rompimento dele com Getúlio aconteceu quando Getúlio começou a não cumprir os compromissos que tinha assumido com os Tenentes, em grande parte através do meu pai. Num livro muito polêmico, chamado *A Segunda República*, meu pai fala dos entendimentos que teve com Prestes, Siqueira Campos, João Alberto, Juarez Távora, todos no exílio, para articular o apoio dos Tenentes à Aliança Liberal e para fazer a fusão dos políticos com os revolucionários de 22 e 24 em troca de determinados compromissos, isto é, certas reformas políticas no Brasil que eram ideais de todos, desde o tempo de Rui Barbosa.

Getúlio começou a trair quando passou a fazer uma política igualzinha à de antes de 30, só que então com o pessoal dele, como Batista Lusardo na chefia

---

\* Sebastião Lacerda foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal em 1912.

de polícia. Nessa ocasião, começou a perseguição aos comunistas e, entre outros, foram presos meus dois tios, Fernando e Paulo, que eram realmente comunistas. Meu pai se achou no dever, como era natural, de defendê-los. Começou a escrever uma série de artigos no *Diário de Notícias* já combatendo o que chamava traição à Revolução de 30.

Em resumo, fui criado nesse clima.

Depois o jornalismo me levou, naturalmente, a um tal contato com a política que acabou importando numa espécie de compromisso: à força de dizer todos os dias, num jornal, como é que devem ser feitas as coisas e a fazer oposição, acaba-se, de certo modo, comprometido a fazê-las. Entrei no jornalismo acho que por falta de vocação para qualquer outra coisa.

Entre para a Faculdade de Direito em 32, no curso anexo. Houve uma excursão de estudantes a Belo Horizonte e nós estávamos lá quando estourou a Revolução de 32. Nessa ocasião eu ainda era do lado do que se chamava de ditadura, quer dizer, lado da Revolução de 30. Por isso, no começo fiquei indiferente. Não foi uma revolução na qual eu tomasse partido.

Desci de volta de Belo Horizonte, fui para a fazenda de minha tia namorar minha prima, e fiquei lá uns tempos. Quando voltei para o Rio, encontrei aquele clima de ebulição revolucionária. Estudantes se manifestando a favor da Revolução de 32 e muita gente presa. Na faculdade o clima era inteiramente politizado porque grande parte dos professores e alunos era dominada por duas figuras que foram realmente marcantes na Faculdade de Direito do meu tempo: Edgard Castro Rebelo e Leônidas Rezende, ambos marxistas, sendo Leônidas de um marxismo assim misturado com positivismo, um negócio meio estranho. Ele influenciou muito sobre a gente. Nós íamos conversar na casa deles. Daí surgiram as primeiras aproximações minhas com — vamos chamar assim — as esquerdas comunicantes da época. Foi no tempo em que o Mário Lago fundou a Liga dos Estudantes Ateus, à qual não cheguei a pertencer.

Mas só para dar uma idéia dos exageros a que a coisa chegou, fundou-se também a Federação dos Estudantes Vermelhos, a que eu também não cheguei a pertencer. Nessa ocasião Miguel Lins, Alceu Marinho Rego, Mauro Barcelos, que foi repórter de *O Globo* (não era estudante, mas fazia parte do grupo), César Luchetti e outros, fizeram o Clube da Reforma, que era um clube muito estranho: tinha todas as opiniões lá dentro e uma estrutura monárquica. O Miguel Lins, uma espécie de rei, era o presidente. Tinha um gabinete e um primeiro-ministro, etc. Dali saiu gente para todos os lados. Para o integralismo saíram alguns poucos, para o comunismo muitos, e para um vago liberalismo alguns. Tinha também o grupo do Caju, que era o Centro dos Estudos Jurídicos, com Adriano Gallotti, San Tiago Dantas, Gonzaga Nascimento e Silva, Octávio de Faria — gente de grande valor intelectual, provavelmente muito maior do que o nosso —, que eram da direita.

Havia então brigas homéricas que já se traduziam em manifestações políticas no âmbito da faculdade, como no concurso para a cadeira de introdução à ciência do direito disputada pelo Hermes Lima e pelo Alceu de Amoroso Lima que concorria a todas, porque entendia de todos os assuntos ou achava que entendia. Alceu tinha perdido a cadeira de economia política e foi concorrer à de introdução. Mas a turma marxista que dominava a faculdade protegia o Hermes Lima. Fizeram uma comissão de professores para examinar os candidatos e o único que não era marxista era o Spencer Vampré, de São Paulo, que já estava velhinho. Os outros eram o Hahnemann Guimarães, que sabia latim e era marxista teórico; o Castro Rebelo, marxista mesmo, o Leônidas Rezende, mar-

xista-comunista, o Joaquim Pimenta, que foi um dos precursores do movimento sindical e do movimento socialista no Brasil, e o Edgard Sanches, da Bahia, um marxista “manso”.

Então, esfaquearam o Alceu de Amoroso Lima até nos seus erros de latim, que o Hahnemann Guimarães corrigia implacavelmente (o Alceu não sabia latim, e citavam coisas em latim, só para confundi-lo). Na platéia, nós torcíamos pelo Hermes Lima. Soltávamos rolos de papel higiênico pela sala como se fosse serpentina e cantávamos em coro “No céu, no céu, com sua mãe estarei”, enquanto o pobre do Alceu tentava responder às perguntas. Em dado momento, o Alceu, assim extenuado, virou-se e disse: “Isso não é uma inquirição, isso é uma maratona, é uma coisa exaustiva, impossível de responder”. É evidente que perdeu. Ganhou o Hermes Lima com uma tese que era plágio de outra, como mais tarde o Alceu me mostrou.

Havia essa influência de um grupo de professores que dominava completamente a faculdade porque os outros não ligavam muito para aquilo: iam lá, davam a sua aula e iam embora. Portanto, quem convivia com a gente era a turma marxista. Nós íamos para a casa do Leônidas Rezende — eu, Chagas Freitas, Evandro Lins e Silva —, ficávamos lá até de madrugada batendo papo e conversando sobre Marx e Engels. Eram verdadeiras aulas; a gente saía dali aprendendo aquele troço todo, inteiramente convencido daquilo tudo. O único que nunca se deixou contaminar foi o Chagas porque tinha a cabeça muito fraca: tomava um copo de cerveja, ficava de porre o resto da noite e então, quando saíamos de lá, vinha pela praia contando histórias ultra-românticas de princesas e castelãs. Mas nós levávamos a sério aquele negócio.

Assim começou a minha iniciação esquerdista, já facilitada em casa porque meu tio Paulo, o primeiro comunista da família, me deu para ler, aos 12 anos, *O ABC do Comunismo*, do Bukharin. No entanto, iniciação política propriamente, no sentido militante, eu não tinha — fora alguns comícios em que eu era preso, ia para a polícia, chegava lá, me fichavam; mas era coisa sem maior consequência.

Foi nesse tempo que comecei no jornalismo, no *Diário de Notícias*, com Cecília Meireles, que fazia a página de educação. No jornal estavam o Nóbrega da Cunha, o Orlando Dantas e o Figueiredo Pimentel, que tinham trabalhado com o Chateaubriand, rompido com ele e criado o *Diário de Notícias*, que surgiu exatamente em cima da Revolução de 30. Eu fui procurar emprego lá, mas eles não tinham lugar para mim: em suma, não tinham muito dinheiro nem lugar para “foca”. Mas o Nóbrega da Cunha resolveu pagar, do bolso dele, 150 mil réis para eu ajudar a Cecília na página de educação.

Esse jornal teve um grande papel na Revolução de 30. É que havia ali um ambiente político muito intenso. O jornal era um centro de debates em torno da “ocupação” da Revolução de 30 pelos gaúchos. E começou a reação contra essa “ocupação”, como naquele episódio de amarrar cavalo no obelisco, aquelas histórias... Aí surgiu o primeiro período de censura à imprensa. Já nessa época!

Depois, eu trabalhei em vários jornais e acabei no *Correio da Manhã*, onde, em 46, propus ao Paulo Bittencourt, a exemplo das *Farpas* de Eça de Queirós, fazer um tipo de crônica da Constituinte que não fosse só uma crônica política, mas também uma reportagem, uma espécie de comentário sobre a vida nacional. Assim se criou aquela seção chamada “Na Tribuna da Imprensa”, que era uma espécie de relato da vida brasileira através da crônica da Constituinte.



Havia coisas que não tinham nada a ver com a Constituinte, como o episódio do Hugo Borghi, do “Queremos Getúlio”. Eu me lembro de um artigo que fiz chamado “O Retrato de um Negocista Quando Jovem”. Era um perfil do Borghi, onde eu denunciava o financiamento do algodão dado a ele pelo Banco do Brasil para promover o chamado Movimento Queremista, o “Queremos Getúlio”.

Foi nessa ocasião que conheci Virgílio de Melo Franco. Ele teve na minha vida política uma grande influência, pois, muito jovem ainda, foi um dos articuladores da Revolução de 30, fazendo a ligação entre Minas e Rio Grande do Sul. Ele gostava muito da companhia de gente moça: meu irmão, eu, Chico de Assis Barbosa, Odylo Costa Filho, etc. Nós íamos para o escritório dele e lá surgiu a UDN. Surgiu como uma conspiração. No começo ela era uma conspiração, não era um partido. Depois começou a ser articulado em São Paulo, através das ligações com o Julinho\* e com o pessoal de lá. Mas o grupo de São Paulo, do Partido Democrático, tinha aos nossos olhos um matiz muito reacionário: Valdemar Ferreira, Vicente Rao..., uma gente para o nosso gosto muito reacionária até então. A posição do Partido Democrático Paulista era muito conservadora, muito regional. Combatiam o Getúlio menos pelos efeitos maléficos que ele pudesse ter nacionalmente, do que pelo fato de que aos paulistas a Revolução de 30 soou como uma tentativa de destruir a influência de São Paulo na federação, o que realmente aconteceu.

Mas, por essa ou por aquela razão, começou a UDN a ser um estuário, uma espécie de *pot-pourri* de todos os descontentes com a ditadura, com o governo do Getúlio. Era um saco de gatos realmente. Tinha o Flores da Cunha, que rompera com o Getúlio porque ele o tirou do governo do Rio Grande do Sul; o Oswaldo Aranha, que brigava com o Getúlio numa semana e fazia as pazes na semana seguinte; o João Neves que ia e vinha a toda hora; e aqueles sujeitos tradicionalmente contra o Getúlio desde o começo, como o pessoal do Washington Luís, que ainda estava exilado, o pessoal do Otávio Mangabeira, que voltou do exílio nessa época. Nessa confusão começou a UDN. Primeiro como uma conspiração política e depois como uma conspiração militar em torno do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Entre os freqüentadores do escritório do Virgílio estavam alguns dos signatários do “Manifesto dos Mineiros” — do famoso “Manifesto dos Mineiros”\*\* —, um manifesto de texto anódino: não tinha nada de violento ou radical, apenas reclamava eleições. Isso bastou para que todos os seus signatários fossem demitidos de onde quer que estivessem. Quem era professor universitário foi demitido; quem era diretor de banco foi demitido. Foi uma demissão geral. Aí há a famosa frase do Luís Camilo de Oliveira Neto, que era bibliotecário do Itamarati e um dos principais redatores de discursos do Oswaldo Aranha. (O Oswaldo gostava muito dele porque era um grande organizador; organizou a biblioteca e o arquivo do Itamarati.) Oswaldo chamou o Luís Camilo e disse: “Tu me puseste numa situação muito difícil porque o Getúlio exige a tua demissão. Agora, tu vês como é que eu fico. Vê se tu te colocas na minha posição!” Luís Camilo respondeu: “Bom, ministro, isso é impossível.” “Por quê?” “Porque eu nunca ficaria na sua posição.” E foi demitido.

Luís Camilo, que não tinha um vintém, alugou um táxi — que pagava por mês com dinheiro de “papagaios” que fazia em bancos — e andava nesse táxi

---

\* Júlio Mesquita Filho (N. da E.).

\*\* O “Manifesto dos Mineiros” foi divulgado em 24 de outubro de 1943.

o dia inteiro fazendo ligações da casa de um para a casa do outro. Nessa ocasião, ele passou mais ou menos dois meses tentando convencer o José Américo a dar uma entrevista. Mas o José Américo hesitava, porque achava que ainda não era hora. Veio o carnaval e ele achou que no carnaval não adiantava; deixou para depois. Afinal, um dia, o Luís Camilo me avisou: “Olha, o José Américo está pronto para dar a entrevista. Está maduro! Vai lá e apanha o negócio”.

Então, eu fui lá e ele deu aquela famosa entrevista dizendo que o Brasil reclamava eleições, que já tínhamos candidato, etc., mas não disse o nome do candidato. Levei a entrevista aos jornais. O Orlando Dantas, que foi, no Rio, o diretor de jornal que mais lutou contra o DIP,\* contra a censura, disse: “Eu sozinho não posso publicar, que fecham o jornal. Só se os outros publicarem no mesmo dia”. O Roberto Marinho disse que publicaria se fossem modificados os termos da entrevista, mas o José Américo não aceitou. O Horácio de Carvalho, do *Diário Carioca*, comprometeu-se a publicá-la. Mas aí o Góis Monteiro já tinha começado também a conspirar contra o Getúlio — ele era o chefe do Estado-Maior do Exército — e o Macedo Soares, dono do jornal, achou que a entrevista seria uma provocação, que iria precipitar os acontecimentos e atrapalharia a conspiração militar conservadora, quer dizer, a do Góis. E proibiu a sua publicação no *Diário Carioca*.

Então, fui ao Paulo Bittencourt, a quem conheci nessa ocasião, e mostrei a entrevista. Ele me disse: “Bem, eu vou embarcar para a Europa, mas deixo instruções com o Costa Rego”. E disse ao Costa Rego mais ou menos o seguinte: “Se todos os jornais publicarem, você publica. Mas se nenhum jornal publicar, você publica também”. Passaram-se uns quinze dias e ninguém publicou nada. Eu desisti de ficar insistindo e vim para Petrópolis, para a casa de uns amigos meus, com a minha mulher. Um belo dia fui à estação — nesse tempo tinha estrada-de-ferro — comprar o jornal. No *Correio da Manhã* vejo, na última página, o título mais discreto do mundo: “A situação nacional — entrevista do Ministro José Américo de Almeida”. Então veio a entrevista que rebentou com a censura.\*\*

Quando chegou de tarde, *O Globo* já anunciava: “O candidato da oposição chama-se Eduardo Gomes”.

Nessa época eu era *free-lancer*, tanto no *Correio* quanto no *Diário Carioca*, e a entrevista não saiu assinada.

Voltando a 1937. Quando Armando Sales de Oliveira renunciou ao governo do Estado de São Paulo, conforme mandava a lei, no último dia do prazo da desincompatibilização para poder se candidatar à Presidência da República... O Cristiano Altenfelder, Secretário de Segurança do governo de Armando Sales e muito amigo dele, me contou outro dia, quando o entrevistei, assim como estamos fazendo agora, durante umas quatro horas, sobre a biografia do Julinho e do Chiquinho,\*\*\* que o Armando Sales foi ao palácio e disse ao Getúlio: “Presidente, venho comunicar-lhe que vou renunciar, no prazo da lei, para candidatar-me à sua sucessão. Vai haver eleições e eu vou ser candidato”. O Getúlio ficou na maior agitação e o Armando sentado, impassível. Getúlio passeava de um lado para outro e falou: “Dr. Armando, isso é uma loucura! O senhor é a

---

\* DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda, criado pelo Estado Novo.

\*\* A entrevista de José Américo foi publicada em 22 de fevereiro de 1945.

\*\*\* Os irmãos Júlio Mesquita Filho e Francisco Mesquita. Lacerda morreu sem terminar esse livro. (N. da E.)

maior revelação de administrador que surgiu na Revolução. Como é que o senhor vai largar o governo de São Paulo, onde está realizando uma obra dessas, para candidatar-se à Presidência da República? Isso é um absurdo! O senhor não pode renunciar de maneira nenhuma!”

Bem, na ocasião em que o Armando Sales se candidatou, o Juraci Magalhães se sentiu marginalizado. Ele era Governador da Bahia e tentou articular um outro nome, entendendo-se com o Benedito Valadares para fazer uma candidatura que fosse mais revolucionária do que a do Armando Sales. Juraci considerava a candidatura do Armando como da “plutocracia paulista”; uma candidatura, portanto, contra a Revolução de 30. Com esse motivo ou esse pretexto, tentaram um outro candidato. Não podia ser o Benedito Valadares. Também, era demais! O Juraci tentou a dele, mas não tinha suficiente liderança entre os Tenentes traídos pelo Getúlio e que estavam todos divididos: o João Alberto para um lado, o Juarez para o outro e o Juraci para um outro, etc. Juraci incumbiu então o Clemente Mariani de levar ao Getúlio uma lista tríplice: Senador Medeiros Neto, da Bahia, José Américo, e um terceiro de quem não me lembro.

Quando o Getúlio preferiu o José Américo, houve quem dissesse: “Não vai haver eleições”. Porque o José Américo seria o menos indicado dos candidatos para o governo. Mas o Getúlio acolheu essa candidatura com a maior simpatia. Dizia: “Não pode haver um melhor candidato: meu Ministro da Viação, um dos chefes da Revolução de 30 no Nordeste, um paraibano ilustre, etc.” Chamou o José Américo e disse: “O senhor terá toda simpatia do governo. Mas não seja candidato do governo, porque isso o derrota”.

José Américo tomou isso a sério e saiu fazendo os maiores discursos de oposição. Discursos de oposição que eram muito mais duros do que os do Armando Sales. Enquanto o Armando fazia discursos de estadista, falando em termos muito altos sobre a reforma do Brasil — mas discursos mansos —, José Américo veio assim: “Eu sei onde está o dinheiro!” E começou a lançar no Brasil um verdadeiro pânico. O próprio temperamento dele, essencialmente reivindicador e evidentemente descontente — pois era filho de uma região pobre e abandonada, enfim, o típico representante da reivindicação nordestina —, fez com que ele fosse o menos governista dos candidatos.

Por isso, enquanto o Armando Sales fazia discurso de homem de Estado, o José Américo fazia discurso de líder da oposição. Aí o Getúlio começou a explorar a seu favor as duas coisas: a jogar os Tenentes contra o Armando, dando a entender que a vitória do Armando seria a volta a antes de 30, seria a vitória dos fazendeiros de café, dos plutocratas, dos ricos... e os conservadores contra o José Américo, cuja vitória representaria um perigo porque seria a revolução social no Brasil. Então, é claro que uma grande parte da classe conservadora brasileira começou a querer ordem acima de tudo e a achar que essa história de eleições estava ficando muito perigosa. Estava “pintando”, assim, um perigo danado para o Brasil. Imagine, eleições! Pode haver aí as maiores perturbações! E começou aquela comédia eleitoral. Comício pra cá, comício pra lá.

José Américo vai a Belo Horizonte e faz um discurso prometendo dar a Minas Gerais a siderurgia, que era a grande reivindicação mineira. Benedito Valadares faz o famoso improviso saudando José Américo como candidato das forças revolucionárias de 30. E diz: “O nosso grande candidato, Ministro José Américo, promete a Minas o aço”. E começou a improvisar sobre o aço: “O aço com

que se fazem as locomotivas. O aço para fundir os nossos canhões!” Quando ele falou em canhões, se lembrou que isso ia ter um estranho som no ouvido do Getúlio. Então parou e ficou pensando para que serviam os canhões: “Canhões, sim, mas não para matar!” E até hoje não se sabe para que serviriam os canhões. Ele não chegou a definir.

Aí, é claro, o Getúlio começou a se articular. Serviu-se mais uma vez do Góis Monteiro, que também tinha pretensões presidenciais mas que nunca chegou a exprimi-las. Getúlio começou a assustar o Exército com o perigo de uma desordem generalizada no país; começou a assustar os Tenentes com o perigo da forra de São Paulo sobre a derrota de 32. Os paulistas, derrotados em 32, tinham ficado com uma espécie de complexo de inferioridade, sentiam-se diminuídos na federação, o que era verdade, não mandavam mais nada no Brasil... e tinham mandado a vida inteira. A aliança entre São Paulo e Minas, que foi sempre uma tradição da República (a chamada política do “café com leite”), rompeu-se, pois o Rio Grande do Sul, que através do Flores da Cunha estava comprometido com os paulistas, traiu São Paulo. Do Rio Grande do Sul oficial, os únicos que ficaram ao lado de São Paulo foram João Neves, que não era mais ministro, Maurício Cardoso, Ministro da Justiça, que renunciou e foi embora, e Lindolfo Color que renunciou e foi para o exílio.

O Rio Grande do Sul oficial traiu São Paulo, traiu o Armando Sales. Foi então que o Armando Sales fez o famoso manifesto ao Exército, lido pela sua bancada na Câmara, advertindo sobre a iminência de um golpe e a necessidade de se manterem as eleições. Mas aí já era muito tarde. Não tinha sido feita a junção ou a volta a uma aliança entre os políticos e os Tenentes. Os Tenentes ainda apoiavam muito o Getúlio que os tinha convencido ser ele a encarnação dos ideais tenentistas das revoluções anteriores de 22 e 24. E Getúlio conseguiu dar um golpe que era uma mistura estranha de fascismo, fascismo mesmo, de caudilhismo sul-americano e até de um vago socialismo.

Mas mesmo para dar o golpe Getúlio hesitava — foi sempre um hesitante, sempre um vacilante; nunca foi um homem de decisões. As decisões é que vinham ao seu encontro. Podemos dizer que ele foi sempre um filho legítimo do oportunismo. Foi um grande oportunista.

Chico Campos, que era Ministro da Justiça... Bem, primeiro preciso explicar: José Carlos de Macedo Soares foi chamado para o governo, para o Ministério da Justiça, primeiro para representar São Paulo, que se julgava banido da federação porque não tinha nenhum representante — como agora, não havia nenhum ministro paulista —; segundo, para atenuar os efeitos do estado de guerra, enfim, de tudo aquilo que surgiu da Revolução de 35, que eu ainda não mencionei, e que foi o maior serviço prestado pela esquerda ao fascismo no Brasil. O Prestes, com sua leviandade característica, e os seus companheiros tinham convencido a Rússia de que o Brasil estava “maduro” para a revolução comunista. Aí fizeram aquela besteira de 35, que provocou uma reação contrária do país inteiro. Quer dizer, quando se viu Natal, Recife, o III Regimento no Rio de Janeiro e o Campo dos Afonsos invadidos por um pequeno grupo de oficiais — e nem todos eram comunistas — o país inteiro não-comunista reagiu e se uniu em torno de Getúlio.

Pois bem, quando o José Carlos de Macedo Soares veio para atenuar os efeitos do estado de sítio (que depois se transformou no estado de guerra) e começou a soltar gente, começou enfim a liberalizar um pouco o regime, percebeu que o Getúlio caminhava para o golpe. E aí Macedo Soares foi mais do que acon-

selhado, foi convidado pelos paulistas, principalmente pelo pessoal de *O Estado de S. Paulo*, pelo Julinho, a sair do governo, a não participar dos preparativos do golpe.

Então, foi chamado o Chico Campos, que tinha organizado a Legião das Camisas Pardas em Belo Horizonte e que era nessa época convictamente fascista, ideologicamente fascista, para preparar a Constituição de 37. Preparou o negócio todo, articulou tudo com o Ministro da Guerra\* e levou ao Getúlio. Chico Campos anos depois me contou que na época tinha havido exatamente a reforma do DASP. E a reforma importava em milhares de assinaturas do Presidente da República que, como sempre no Brasil, tem que assinar tudo. O Getúlio tinha que assinar cada título de nomeação de funcionário, pois até então eles não tinham classificação. Aí é que passou a ter classe L, classe M... Havia uma sala inteira repleta de processos para o presidente assinar.

Então, o Chico Campos chegou e disse: "Presidente, está na hora: nós vamos ter que ler a Constituição nova, fechar o Congresso, enfim, salvar a ordem, etc., e criar uma nova ordem no país." O Getúlio respondeu: "Bom, mas eu ainda tenho que assinar esses papéis todos". O Chico insistiu: "O senhor deixe isso para depois. Agora não dá tempo". Aí foi para o rádio e leu a Constituição de 37. O Getúlio embarcou naquilo porque se beneficiou, mas os outros sempre é que tomavam a iniciativa para ele.

Voltando à célebre entrevista de José Américo\*\* em 45, acho que foi dada porque ele se julgou no dever de falar (José Américo poderia explicar isso melhor do que eu). Mas a minha interpretação é a de que se sentiu no dever de se reabilitar do fato de, tendo aceito ser candidato, ter facilitado o golpe de 37, com o qual nunca se conformou. Conformou-se aparentemente, tanto que permaneceu — enquanto o Armando estava no exílio — Ministro do Tribunal de Contas, o que foi uma forma de mantê-lo arquivado. Mas ficou sempre com aquele ressentimento de quem sente que contribuiu, sem querer, para criar uma divisão no país que reforçou as possibilidades de uma ditadura. Então, a entrevista foi como que um ato de contrição.

Depois da entrevista, houve um clima de euforia, não só entre os políticos, mas sobretudo nas classes médias, pois criou-se a idéia, primeiro, de que o governo do Getúlio era impopular — e esse foi o grande engano da UDN —, segundo, de que o Brigadeiro Eduardo Gomes, sendo como era, uma figura carismática, um herói, um revolucionário de 22 e um homem de uma bravura pessoal extraordinária, fosse capaz de realmente levantar o país.

Acontece que ele é um herói, é um homem realmente de extraordinárias qualidades cívicas e pessoais, mas o seu carisma consiste no silêncio, numa presença. Ele não é um orador; não é um homem capaz de ter um contato humano. Um contato com ele sempre foi muito difícil. É um homem distante. É um homem que nunca foi caloroso, vamos dizer, nem capaz de despertar popularidade.

Os discursos dele geralmente eram feitos pelo Prado Kelly. De forma que eram imensamente jurídicos e soavam falso na boca de um chefe revolucionário tenentista. Foi aí que o Prado Kelly copiou aquela famosa frase, que é de um americano qualquer, que passa como sendo do Brigadeiro: "O preço da liberdade é a eterna vigilância". Ele repetiu isso no Brasil inteiro, até que se descobriu que era de um americano.

---

\* General Eurico Gaspar Dutra. (N. da E.)

\*\* A entrevista está publicada no livro *As reportagens que abalaram o país*. (N. da E.)



Aliás, sei que há uma tese por aí dizendo que tanto o Brigadeiro quanto o José Américo foram “mitos nacionais”, criados para sustentar revoluções e que, na verdade, não tiveram a importância que hoje se quer dar a eles. Essa tese não é correta; é absolutamente falsa. O José Américo teve uma grande participação no movimento de 30, na Paraíba. Na realidade, foram dois os articuladores políticos da Revolução de 30 no Nordeste; José Américo na Paraíba e Carlos Lima Cavalcanti em Pernambuco. Lima Cavalcanti era um usineiro, de uma família de usineiros, que colocou toda sua fortuna e perdeu-a na criação de um jornal chamado *O Diário da Manhã*, um dos grandes renovadores da imprensa no Brasil, que foi o grande órgão propagador da Revolução de 30. O arquivo de Lima Cavalcanti — não sei com quem está — é um arquivo precioso porque o Lima Cavalcanti foi o emissário entre os políticos tradicionais do Nordeste e o Luís Carlos Prestes, o Siqueira Campos e toda essa gente que estava exilada.

Os Tenentes estavam divididos já no exílio. Enquanto o João Alberto, o Siqueira Campos e outros continuavam fiéis aos ideais tenentistas — que eram muito suaves até: o voto secreto, o voto feminino, umas coisas assim —, o Prestes teve em Buenos Aires os primeiros contatos com o pessoal da Internacional Comunista e se converteu ao comunismo. Mas o Partido Comunista não queria aceitá-lo; levou muito tempo relutando em aceitar o Prestes porque o considerava um caudilho e o partido não queria um caudilho lá dentro. Então ele teve que fazer uma série de manifestos contra os seus companheiros, contra os Tenentes, contra o tenentismo, contra o que era chamado “o prestígio”, para poder ser aceito no PC. Prestes fez atos de contrição para poder ser aceito. Mas com isso rompeu a frente dos Tenentes, enfraquecendo-os perante o Getúlio.

Mas estamos indo depressa demais com a história...

O meu entusiasmo pela esquerda começou na Faculdade de Direito, como já contei, cujo curso abandonei no segundo ano (fui reprovado em direito penal pelo Ari Franco e tinha que fazer exame de segunda época). Nessa ocasião, verifiquei duas coisas: primeiro, que eu era contra a ordem jurídica vigente; segundo, que a advocacia era uma profissão muito estranha porque os casos que me interessavam não davam dinheiro e os casos que davam dinheiro não me interessavam. Então resolvi largar a Faculdade de Direito. Nessa época eu deveria entrar para a Juventude Comunista, com o Ivan Pedro Martins e com outros organizadores do I Congresso Nacional da Juventude.

O Partido Comunista existia na clandestinidade. O líder de então era um homem humilde, Antonio Maciel Bonfim, que tinha o cognome de Miranda. Ele era o secretário-geral por “proletarismo” dos militantes, que queriam, assim, um sujeito vindo de baixo, não um intelectual. O Bonfim era um bom sujeito; acabou católico e secretário de um sindicato de fabricantes ou comerciantes de materiais de construção.

Nessa época também havia trotskistas, egressos do Partido Comunista. Mas os comunistas “oficiais” eram um pequeno núcleo vamos chamar de russos ortodoxos, da linha Stalinista, servidos por uma segunda camada de simpatizantes. A camada de simpatizantes, como sempre, era muito maior do que o núcleo propriamente comunista. Entrava muito pouca gente para o Partido Comunista, até porque o partido, exigente como é, filtrava muito. Eles não queriam, até por motivo de segurança, que o núcleo crescesse muito.

Quando eu ia entrar para a Juventude Comunista houve o processo do Dimitroff, na Alemanha. Dimitroff era aquele búlgaro, da Internacional Comunista, que foi preso nos começos do governo Hitler, quando um sujeito meio débil

mental, chamado Van Der Lübbe, ateou fogo no Reichstag. A verdade é que até hoje não se sabe bem se foram mesmo os comunistas ou se foram os nazistas que tocaram fogo para poder atribuir o incêndio aos comunistas. Parece que a segunda versão é a mais exata. O fato é que com isso prenderam o Dimitroff e ele fez uma famosa defesa no tribunal que o julgou em Berlim. Foi de uma coragem e uma bravura extraordinárias. Saiu com um grande prestígio mundial como líder comunista. Solto, foi para Moscou e, tendo aprendido na Alemanha os resultados maléficos do sectarismo comunista — os nazistas haviam ganho na medida em que os comunistas se recusaram a uma aliança com os socialistas e os liberais para evitar a vitória de Hitler —, ele levou essa lição da Alemanha para a Rússia. E na reunião da Internacional Comunista venceu com a tese de abrir o partido, de dessectarizar o partido, de dissolver suas organizações fechadas, deixando só um pequeno núcleo, sempre muito secreto e muito fechado, que era o Partido Comunista propriamente dito. A tese propunha a criação de uma série de organizações concêntricas, como, por exemplo, a Juventude Popular. Daí veio a política da Frente Popular.

Então, quando começou no mundo a política da Frente Popular, ela se refletiu no Brasil pela dissolução da Federação da Juventude Comunista e a criação de uma Juventude Popular, que era no fundo comunista, mas que abrangia não só simpatizantes, como também descontentes com a situação social vigente. E eu então, em vez de entrar para a Juventude Comunista, entrei para esse negócio.

Logo depois do movimento de 35 — 23 de novembro no Nordeste, 27 de novembro no Rio — a repressão aos comunistas foi feroz. Eu estava em casa do Álvaro Moreira quando ouvi no rádio a notícia da prisão de uma porção de sujeitos. A notícia vinha assim: “Entre eles, fulano, fulano e os estudantes, fulano, fulano e fulano”. E veio o meu nome no meio, por engano, já que eu não estava preso. Pensei: “Então, se vou ser preso, está na hora de cair fora”.

Fui me refugiar na casa do Adalberto João Pinheiro, meu companheiro de faculdade. Adalberto era filho do Paulo Pinheiro, que tinha sido deputado conservador de Minas, sobrinho do Israel Pinheiro e neto do velho João Pinheiro, um sujeito de formação positivista. Sua família era muito católica, muito conservadora. Evidentemente, deve ter tido uma estranha sensação de receber em casa uma espécie de Anti-cristo, de ter dentro de casa um comunista refugiado.

Mas foram maravilhosos e deram com isso uma das maiores contribuições para a minha formação espiritual. De repente, senti aquela gente acolhendo um comunista em casa, simplesmente porque era um perseguido, a despeito de ser contra todas as suas idéias. Isso me assombrou, me deixou assim num estado de choque espiritual.

Essa casa dava fundos para a rua Hilário de Gouveia, exatamente para onde está até hoje instalada a Delegacia de Polícia de Copacabana. E do quarto em que eu estava, que dava para o pátio da polícia, ouvia de noite os gritos dos sujeitos que eram presos e espancados. Passei um mês nessa casa. Depois fugi do Rio.

Foi quando apareceu um português, contrabandista de café. Nesse tempo havia contrabando de café de Estado para Estado, pois era proibido levar café, por exemplo, do Estado do Rio para o Rio de Janeiro sem pagar impostos. Esse português tinha uma “baratinha”, um carro de dois lugares com um porta-malas grande atrás que ele abriu um pouco mais para eu me esconder, e fomos para Correias. Ele trazia o café de Paraíba do Sul, depositava em Correias e fazia quatro ou cinco viagens por dia levando sacos de café para o Rio; ganhava a

vida com isso. Ele tinha uma amante francesa, uma mulata da Martinica. E lá fomos nós três: eu dentro do porta-malas até passar a barreira. Quando passou a barreira, fui para o lado dele e servi de intérprete, porque eles eram amantes mas ele não falava francês nem ela falava português. E fui servindo de intérprete dos dois. Dormi em Correias. Daí fui refugiar-me numa fazenda no Estado do Rio.

Mas voltando a 1937: fui para Belo Horizonte com uma caravana de estudantes. O pretexto era fazer a propaganda da candidatura do José Américo e combater a do Armando Sales como reacionária, etc. Mas, na realidade, o que a gente fazia era uma campanha antiintegralista e, evidente, muito ligeiramente comunista. De Minas nós tínhamos que descer o São Francisco para ir até a Bahia, mas não tínhamos dinheiro. Então, um dos estudantes presentes, que tinha ligações com um oficial de gabinete do Benedito Valadares, foi ao Benedito e disse: “Olha, tem um grupo de estudantes aí que quer muito conhecer o sertão de Minas Gerais, você podia arranjar umas passagens aí na Companhia Mineira de Navegação?”

Assim descemos o São Francisco, com passagens pagas pelo Governo de Minas, fazendo agitação, num navio tão velho que foi o primeiro a navegar naquele rio, ainda no tempo do Império. Tão velho que foi construído no rio das Velhas, lá em cima, e de lá desceu o rio, que nesse tempo era navegável, até o São Francisco. Era um navio daqueles do Mississípi.

Eu me lembro que houve coisas engraçadíssimas a bordo. Um dia, um caixeiro-viajante de Juazeiro virou-se para mim e disse: “O senhor sabe de quem são aquelas terras ali?” Era lá no interior da Bahia. Digo: “Não”. “Aqueles terras são do Mauricio Lacerda. Quando o dinheiro não dá na política, ele tira é daquela fazenda que tem aí”. Fiquei coçando a cabeça e pensei: “É muita coincidência, esse sujeito deve saber quem eu sou”.\* Eu estava viajando com o nome de Júlio Tavares.

Então a gente descia naquelas cidades do interior da Bahia e era recebido por aqueles coronéis, aqueles chefes políticos, tudo compadre do Juraci. Juraci, quando chegou na Bahia, fez uma política inteiramente diferente da dos Tenentes. Ele aderiu à política tradicional, fez a política dos coronéis do interior e daí veio seu prestígio eleitoral e político. Tinha um famoso coronel João Duque, em Carinhanha, que foi para o comício com a gente (ele era prefeito, o dono do lugar). O coronel abriu o comício dizendo que aquilo era uma terra de democracia e deu a palavra ao seu orador oficial. O orador oficial era o juiz eleitoral, um homem danado de surdo, que começou falando: “Está aqui uma caravana de jovens estudantes do Rio de Janeiro, propagando a candidatura do eminente candidato do Coronel Juraci Magalhães e do povo brasileiro à Presidência da República: o Dr. José Américo de Souza”. Aí o coronel soprou para ele: “Almeida, e não Souza”. O camarada não ouvia e continuava: “O eminente candidato do Coronel Juraci Magalhães e do povo brasileiro, o Ministro José Américo de *Oliveira*”. Na terceira — pensei eu — o coronel vai prender o juiz já-já.

E nos comícios, era tanto “pau” no integralismo, “pau” não sei em quê, que o Filinto Müller acabou recebendo denúncia da história. Então, em cada cidade que a gente chegava tinha um telegrama do Juraci dizendo para o prefeito: “Recebam aí os jovens estudantes que estão fazendo propaganda do nosso candidato, José Américo. Promovam comícios e tal”. E tinha também um telegrama da Chefatura de Polícia do Rio, do Filinto, dizendo assim: “Chega aí uma ca-

---

\* Mauricio Lacerda nunca teve terras na Bahia. (N. da E.)

ravana de estudantes comunistas, cuidado com eles. Se for necessário, prenda-os". E os pobres dos prefeitos do interior não sabiam o que fazer. Na dúvida, por hospitalidade, nos recebiam muito bem. E a gente ia continuando os comícios.

Nosso grupo era de umas seis ou sete pessoas. Quando chegamos em Serrinha, no interior da Bahia — já vindos de Juazeiro por trem — perto do município hoje chamado Euclides da Cunha, portanto perto da zona de Canudos, apareceu um velho. Não posso mais me esquecer desse velho, um velho sertanejo. Quando eu comecei a espinafrear o integralismo, ele parou e disse: "Posso dar um aparte?" Na Bahia sempre dão aparte em discursos, todo o sujeito que vai fazer um discurso tem que se preparar para o aparte. Eu digo: "Pois não". E ele: "Os integralistas trazem o signo da destruição do mundo, porque o sigma quer dizer a destruição do mundo". Então o sertanejo fez toda uma mitologia em torno desse negócio; era antiintegralista porque o símbolo do integralismo, na opinião dele, era o sinal do fim do mundo, o que serviu para uma peroração bastante convincente sobre os perigos do integralismo.

Juraci tinha criado reputação de liberal e a Bahia tinha se convertido numa espécie de valhacouto de comunistas. Tudo quanto era comunista ou simpatizante andava solto por lá. O Lauro Lago, que tinha sido "ministro do governo comunista" em Natal em novembro de 35, estava lá. Estava lá todo mundo quando veio o estado de guerra. Eu fui ao Vitor Espírito Santo, que era diretor do jornal do Juraci na Bahia, e disse a ele: "Olha, preciso me arrumar porque não posso voltar para o Rio". Tinha sido nomeado o General Coelho Netto executor do estado de guerra, passando por cima da autoridade do governador. E começaram as prisões.

O estado de guerra foi uma invenção do governo do Getúlio; era uma espécie de estado de sítio<sup>1</sup>. Havia na Constituição a figura do estado de sítio, que suspendia algumas garantias dos cidadãos — como o habeas-corpus, a impossibilidade de se prender alguém durante a noite dentro de casa —, mas que mantinha ainda uma série de garantias. Quando quiseram aumentar a repressão para valer, considerando a revolução comunista como uma declaração de guerra externa ao Brasil, criaram a figura jurídica do estado de guerra, que foi mantida na Constituição de 46 para o caso de guerra externa. Mas o governo Getúlio considerou uma "comoção intestina" como sendo estado de guerra e aí acabaram com todas as garantias. Nomearam generais executores em vários Estados e anularam todos os governadores. A Comissão do Estado de Guerra, geralmente composta de um oficial de cada arma, punha e dispunha.

Nessa ocasião, o Chico Mangabeira, Francisco Mangabeira, apareceu na Bahia e não sabia o que fazer. Eu o apresentei ao Chefe da Ordem Política e Social do Juraci, Coronel Anequim Dantas. O Chico, que era rico, recebeu um passaporte, foi para a Europa e se livrou. Mas eu não tinha "vintém". Nem eu nem meus companheiros de caravana, o Valadares, o Luís Paes Leme, o Luís Carrera Guerra... O Alceu Marinho, não. O Alceu nesse tempo era monarquista, depois é que ficou simpatizante comunista.

Bom, então eu estava na Bahia no tempo do estado de guerra e, como não podia viajar para o estrangeiro, nem mesmo para o Rio, porque não tinha dinheiro, um professor da faculdade que depois foi professor aqui — o Dória — me arranhou asilo na casa de um professor baiano que estava na Europa, chamado Estácio de Lima. Um homem de esquerda, não comunista, mas de muito prestígio no meio dos estudantes.

Ele tinha uma casinha, tipo casinha de pescador, na Ilha de Itaparica, do lado que dá para a baía, chamado Mar Grande. E fui para lá. Me arranjaram uma cozinheira paga por esse professor e eu me apresentei lá como estudante de medicina, que era uma justificativa para eu estar hospedado na casa de um médico. Era uma casinha muito simples, casa com rede. Mas aí comecei a ter que tratar de uma porção de gente. Vinham aqueles pescadores todos, com suas famílias à procura dos meus “serviços médicos”. No que era possível eu me arranjava: receitava a todos chá de hortelã, para uma dor de cabeça eu dava cafiaspirina e os casos mais graves mandava para Salvador.

Eu morava sozinho na casa. Isso foi em 37 e eu sou de 14, faz a conta! Vinte e poucos anos. Passava o tempo junto ao mar. Bom, até que um belo dia, voltando da praia com um vidro cheio de uma porção de bichos, daqueles que a gente acha na areia, para fazer um aquaríozinho... — Por isso é que até hoje eu tenho cisma com negócio de aquário; minha mãe tem horror a aquário; ela é quem tem razão porque aquário me dá sempre azar...

Quando cheguei com o meu aquário, assim improvisado, estavam lá dois sujeitos. A cozinheira tinha feito uma muqueca de peixe daquelas baianas, bem boa, e falou: “Esses dois são da polícia e querem falar com o senhor”. Eles disseram: “Nós viemos aqui para revistar a casa”. Eu respondi: “Pois não!” Eu estava querendo fazer uma peça de teatro baseada em *Os Sertões*; tinha o livro e uma máquina de escrever que arranjei emprestada na Bahia e estava fazendo a peça... Mas foi um problema explicar para eles que o mapa de Canudos que eu tinha feito para localizar o negócio, não era um mapa subversivo. Foi um problema bastante sério!

Lá pelas tantas, às onze horas, embarcamos num saveiro e fui levado preso para Salvador. Me puseram na Guarda Civil, onde encontrei então toda aquela gente que tinha ido buscar asilo na Bahia. Tinha um sargento e um tenente da Revolução de 35; tinha o Lauro Lago; uma porção de gente. E ficamos lá. Aí comunicaram ao Filinto que estava preso lá o estudante fulano de tal. Ele disse: “Manda vir”. E embarquei com dois tiras.

Quando desembarquei no Rio — tem até uma fotografia minha em *O Globo*, com a malinha na mão, os dois camaradas do Exército também de mala na mão, e embaixo assim: \* “Desembarcaram presos os vermelhos vindos da Bahia: fulano de tal, fulano de tal e fulano de tal, em companhia da Polícia” —, fui para a Polícia Central. E na sala dos detidos eu fiquei, quando veio o golpe de 10 de novembro de 37, o Estado Novo. Aí começou a chegar gente de todo jeito e feitio. Chegou Soares Brandão, que era amigo do Julinho Mesquita, o pessoal de São Paulo que estava no Rio, os deputados. Aí foi uma convenção nacional, porque tinha de tudo.

Da Casa de Detenção, dias depois, fui para a Casa de Correção, onde estava também todo mundo; o Darrê, que tinha sido da Revolução de 32 e que depois foi do golpe de 38, integralista; o Trifino Correia, comunista, o José Oiticica, que era um dos últimos anarquistas do Brasil... Foi uma época muito curiosa: nós ficamos numa galeria da Correção e à noite nos trancavam a chave nos cubículos, mas de dia a gente andava no corredor... E o Oiticica, professor de grego da então Universidade do Distrito Federal, vivendo uma dificuldade até curiosa, porque a sua filha, a atriz Sônia Oiticica, para não pararem as aulas, mandava as apostilas de grego para ele corrigir. Imaginem os censores da Casa de Correção

---

\* Com Carlos Lacerda chegaram ao Rio o Sargento Celso Pinheiro Filho e o Cabo Vicente Paixão Vieira, que vieram no navio *Itanajé*.

para fazer uma censura numa apostila em grego e ainda por cima em papel mimeografado! Viveram um problema sério. Eu mandei buscar La Bruyère em casa e já foi um problema desgraçado para entrar um livro escrito em francês!

Oiticica era muito mais velho do que nós. Era uma figura maravilhosa. Ele foi interrogado pela Polícia: “Mas o senhor está envolvido nesse movimento comunista?” Diz ele assim: “Não. Eu tenho horror aos comunistas”. “Mas como o senhor tem horror aos comunistas?” “Porque eu sou um anarquista”. “O que os senhores fazem como anarquistas?” “Bom, recolhemos fundos para socorrer os perseguidos, os presos políticos”. “Mas como recolhem fundos?” “Nós promovemos piqueniques na Ilha de Paquetá e vendemos entradas. É com isso . . .” Era uma figura assim. Era um teórico em música, mas acho que não tocava instrumento nenhum. Então mandava buscar partituras de Beethoven e passava nos corredores solfeando aquele negócio. E o Trifino, que era a própria negação da música, de pijama e com uma gabardine em cima, cantava: “Essa nega quer me dá, eu não fiz nada pra apanhá!”, com a maior revolta do Oiticica. Uma das coisas mais difíceis na prisão foi conter a revolta do Oiticica — anarquista, musicista e grególogo — contra o Trifino que se dizia comunista; mas eu tenho a impressão de que o comunismo do Trifino era apenas sua fidelidade canina ao Luís Carlos Prestes, desde a coluna Prestes. Ele era prestista. E ainda por cima não tinha voz e não sabia cantar. Então era uma desgraça completa!

Mas nem todas as lembranças são tão amenas. Nessa época havia bastante tortura. Bastante. Mas eu nunca fui torturado na prisão, quer dizer, tanto quanto se pode dizer que preso é bem tratado, nunca fui maltratado. Agora, vi muitos casos de tortura. Vi naqueles dias e depois, nas várias vezes durante o Estado Novo em que fui preso. Vi cenas desse gênero, por exemplo: tinha um velhinho, que até hoje não sei quem é, submetido ao que eles chamavam “americano” (essa, parece que agora não se lembraram ainda, e é bom nem lembrar). O sujeito ficava sentado numa cadeira de pau e era proibido de sair dali. Então ele ficava três, quatro, cinco dias sentado na cadeira dormindo e fazendo ali tudo o que tinha que fazer. Vocês podem imaginar, depois de quatro dias, o estado de desmoralização, o estado até de nojo que dava nos outros e em si próprio. Não era amarrado, mas não podia se levantar, porque se levantasse apanhava. Cada vez que levantava levava um bofetão. E sentava de novo.

Vi ser torturado um sujeito contra quem a única acusação era a de ser amigo do Pedro Ernesto. Pedro Ernesto foi prefeito do Rio e grande amigo dos Tenentes. Tinha dado asilo a uma porção de Tenentes e conspirado com eles. Se meteu, indiretamente, na Aliança Libertadora através do filho, Odilon Batista, e do Eliezer Magalhães, irmão do Juraci.

Quando apreenderam o arquivo do Partido Comunista, o Castro Rebelo comentou: “Isso não é um partido! Isso é um grupo de arquivistas!” Porque eles tinham todas as cartas, tudo! Quando prenderam o Prestes, apanharam todo o arquivo do Partido Comunista. E prenderam na ocasião — e isso é que foi o mais sério — os três sujeitos que realmente, governavam o Partido Comunista no Brasil: um antigo deputado alemão, Arthur Ernest Ewert, que usava o nome de Harry Berger, um americano chamado Victor Allan Baron, que foi morto ou suicidou-se, nunca se soube, mas enfim atirou-se ou foi atirado de uma sacada da Polícia e caiu no pátio, morto, e um belga chamado Leon Jules Vallée. Este foi mais esperto, porque enquanto o Berger e a mulher foram para a Polícia Especial, onde a mulher foi torturada, violada, teve os seios queimados, etc., na frente dele, o Leon Jules Vallée foi um dia solto — *soit disant* solto — e acam-

panado (como eles diziam) para levar a Polícia até os outros. Mas no caminho deu um jeito, sumiu no horizonte e nunca mais se soube dele. Embarcou não sei para onde e desapareceu.

Os três formavam o que eles chamavam a *troika*, representavam o Korminform, a Internacional Comunista de Moscou, no Brasil: o Leon Jules Vallée, o Berger e o Baron, que na realidade eram os homens que mandavam no Prestes. O Prestes era um executor das decisões deles. E eles enganados pelo Prestes e pelo pobre do Miranda — que era um bom sujeito até — iludiram-se completamente sobre a situação brasileira.

Uma vez eu fui a uma reunião — foi onde conheci o Miranda — e assisti estarrecido, nas vésperas do movimento de novembro de 35, a descrição que o Miranda fazia do Nordeste. Ele dizia que já tinham feito ligação com o bando do Lampião e que Lampião ia agitar o interior; que os índios estavam preparados para a guerrilha e que ia haver guerrilhas urbanas em Recife, etc. Enfim, eles criaram nos pobres dos russos a idéia de que o Brasil estava em estado pré-insurrecional, pronto para levantar as massas, etc. E as massas, é claro, assistiram na mais absoluta indiferença o bombardeio e a destruição do III Regimento na Praia Vermelha. As pessoas ficaram nas janelas vendo as balas passarem e não tomaram absolutamente conhecimento do movimento. Quer dizer, foi um negócio que não teve nada a ver com o povo, nem com operário, nem com coisa nenhuma. Foi um golpe. Nitidamente um golpe.

Se é verdade que em 35 oficiais do Exército foram mortos, dormindo, pelos comunistas, eu não sei nem posso afirmar. Mas não duvido. Não duvido porque guerra é guerra. Dormindo ou acordado... Nunca vi ninguém numa guerra acordar o sujeito para puxar o revólver e matá-lo. Acho que o fato em si é irrelevante. Quer dizer, o trágico é o fenômeno da guerra. Agora, se o sujeito morre dormindo ou acordado, é a coisa mais normal do mundo. Quando se bombardeia uma cidade também morre uma porção de gente dormindo.

De qualquer maneira criou-se em torno disso, evidentemente, toda uma mitologia da covardia. Mas não acredito que tenha havido atos pessoais de covardia, pelo menos daqueles que eu conhecia, como o Agildo Barata, por exemplo, que era um homem de uma bravura excepcional. Morreu, inclusive, rompido com o Partido Comunista. Agildo era um homem bravo, valente como o diabo, e na Revolução de 30 portou-se com a maior bravura. Então, não acredito que fosse um covarde, porque era guerreiro, como outros. Ato de bravura foi também, mais uma vez, o do Eduardo Gomes que, no levante comunista de 35 no Campo dos Afonsos — quando os comunistas estiveram a ponto de tomá-lo —, enfrentou-os no primeiro momento sozinho; depois foi que outros oficiais se juntaram a ele. Ele foi ferido e até hoje tem um dedo defeituoso por tiro.

Abro um parêntese para explicar o pseudônimo de Júlio Tavares, que usei na Bahia. Isso foi um negócio muito engraçado. Havia um jornalista nos Diários Associados — depois ficou até meu amigo, mas com quem eu implicava solenemente porque se chamava Caio Júlio César Tavares. Eu não podia imaginar que um sujeito se chamasse Caio Júlio César... Tavares; achava isso de um supremo ridículo. Além disso, ele escrevia uns troços muito chatos. E eu, para debochar dele, comecei a escrever Júlio Tavares. A primeira vez que eu assinei com esse nome um artigo na *Revista Acadêmica* — eu assinava dez artigos com nomes diferentes, como Nicolau Montezuma, não sei o quê, não sei o quê... Então, a primeira vez eu usei Caio Júlio Tavares. Depois achei que também era ridículo. Ficou Júlio Tavares.

## CAPÍTULO II

---

### TRAÍDO PELOS COMUNISTAS

MAS A MINHA primeira atuação política realmente importante foi na Aliança Libertadora. A Aliança foi criada dentro da política da Frente Popular, foi a versão tupiniquim, a versão nativa da Frente Popular. Mas graças ao ~~sectarismo~~ do Partido Comunista nunca tomou esse matiz. Ela ficou sempre ~~nidamente~~ dominada pelos comunistas, embora lá estivessem também homens de ~~tendências~~ liberais ou esquerdistas, mas nenhum anticomunista ferrenho, como o João Mangabeira e o Afonso Henriques, autor do famoso livro *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas*, que era o tesoureiro da Aliança.

Mas o núcleo que dominava a Aliança Libertadora era profundamente ~~sectário~~ e comunista. Então cometeram um erro gravíssimo que já vou contar. Eles queriam fazer um movimento de frente popular e organizaram um ~~comício~~ no Teatro João Caetano, ao qual esteve presente, num camarote, o representante oficial do Presidente da República, convidado para assistir à instalação do ~~movimento~~ antiimperialista, nacionalista, democrático.

E, nessa altura, o Major Costa Leite me chamou. Ele, que ~~depois~~ também deixou o partido, era um veterano das lutas tenentistas, casado ~~com uma~~ mulher extraordinária chamada Rosa Meireles, irmã do Silo e do Ilvo Meireles — todos eles gente da coluna Prestes, todos depois comunistas, e todos depois fora do Partido Comunista... O Costa Leite me chamou, assim, para um canto, no João Caetano, lá na coxia, e disse: "Você está incumbido de falar em nome dos estudantes e lançar o nome do Prestes para presidente de honra da Aliança." Eu achei uma honra excepcional! Achei um negócio maravilhoso! Imagine eu saudando o Prestes, um herói fabuloso!

Quando chegou a minha vez de falar, fiz meu discurso, dei o meu recado. Quando eu lancei de improviso e de imprevisto o nome do Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, herói, etc., para presidente de honra desse movimento antiimperialista, democrático e tal, de cima, assim, do João Caetano, desenrolaram uma porção de bandeirolas dizendo: PRESTES, PRESIDENTE DE HONRA DA ALIANÇA. Então já estava tudo organizadinho! E me usaram para o negócio!

E esse foi o grande erro: comunizar demais uma frente única popular.

Isso foi no começo de 35. Nessa ocasião, foram organizadas caravanas ao Norte e ao Nordeste, e o movimento ia muito bem. Começou-se a penetrar nos sindicatos. Aqui, em Petrópolis, houve uma famosa luta entre o Sindicato dos Têxteis, que era um sindicato muito forte porque aqui existiam muitas fábricas de tecidos,



e os integralistas\* em que morreu gente dos dois lados. Nessa época, como em todo o mundo, havia no Brasil muitos conflitos entre a direita e a esquerda. Houve um comício integralista em São Paulo, onde eles ficaram com o apelido de “galinhas verdes”. Foi um comício enorme na Praça da Sé.\*\* O pessoal da esquerda organizou um grupo de resistência e atacou o comício a bala. Alguns integralistas enfrentaram o negócio, mas a maioria, como em todo comício, caiu fora ou se agachou. Todos de camisa verde e agachados... No dia seguinte, os jornais, sobretudo o pessoal antiintegralista dos jornais, batizou-os de “galinhas verdes”. O apelido pegou até hoje.

Fui preso muitas vezes. Vamos contar: a primeira vez pelo Cecil Borer, que depois foi Delegado de Ordem Política Social do meu governo na Guanabara, e que era e é, ao meu ver, até hoje, o maior especialista em luta anticomunista no Brasil. É um teórico, um técnico. Ele conhece a biografia de cada um, pelo menos até um certa altura. Hoje ele está aposentado e tem uma empresa dessas de segurança de banco. Um misto de teórico e prático.

Bem, fomos fazer um comício na porta do Lloyd Brasileiro, o Moacir Werneck de Castro, eu e outros, porque a gente era incumbida de fazer alguns trabalhos para provar a fidelidade, a eficiência e a coragem. O meu primeiro trabalho foi picar a estátua de Pedro Álvares Cabral, em companhia de um chofer de praça comunista, e pichei-a com a frase: “Abaixo o imperialismo, a guerra e o fascismo”. Depois me mandaram para esse comício na porta do Lloyd Brasileiro. Mas, quando nós íamos começar o comício, aproveitando a saída dos operários das oficinas do Lloyd, chegou o Borer com a turma toda dele e nos embarcaram num camburão. Foi todo mundo para a Polícia. Isso foi em 33. Bom, eu fiquei lá as horas necessárias para ser fichado e não houve interrogatório nem nada.

Depois, em 35, como já contei fugi; em 37 fui preso na Bahia, como contei, e daí por diante de vez em quando. Eu me lembro, por exemplo, em 39, nós morávamos em Copacabana. O Sérgio, meu filho, era pequenininho, era tão pequeno que dormia no nosso quarto. Uma noite bateram na porta: eram dois sujeitos da Polícia. Um deles — que tinha sido meu colega na Faculdade de Direito, eu prefiro não dizer o nome porque ele ainda anda por aí — disse: “Nós temos ordens de revistar a casa”. Então eles pegaram uns livros comunistas que tinham sido dos meus tios, todos anotados. Nesse tempo só se lia livros comunistas em espanhol, e o palavreado dos comunistas brasileiros era todo traduzido do espanhol, por isso é que chamavam de “campesinos” os operários camponeses. (Ah! Eu tinha esquecido de contar uma história que é importante, a do manifesto do Prestes, mas conto já.)

Então eles revistaram até o berço do Sérgio, levantaram o menino para ver se não tinha documentos embaixo dele ou embaixo do colchão. Aí, eu fui para a Polícia e lá passei uns quinze dias, onde também vi novas cenas de torturas. Esse tal amigo do Pedro Ernesto, que eu estava começando a contar, foi chamado para o interrogatório. Queria que ele envolvesse de qualquer maneira o Pedro Ernesto na história. Quando ele voltou, pensei que era outra pessoa, porque estava inteiramente irreconhecível, a cara toda deformada, completamente deformada pelas pauladas que tinha levado! E, coitado, disse ele que não contou nada.

Durante a Aliança eu não fui preso, depois, uma outra vez, fui preso e fiquei uma semana mais ou menos, mas aí por uma razão completamente diferente: eu

---

\* Esse conflito ocorreu em 9 de junho de 1935. (N. da E.)

\*\* O comício foi realizado no dia 9 de outubro de 1934. (N. da E.)

tinha rompido com o Partido Comunista e um belo dia fui preso e aí eu já não entendi mais nada. Dessa vez, fiquei na sala dos detidos, com Benjamim Soares Cabelo, Mário Martins, Amadeu Amaral e vários outros; ali tinha de tudo, pois já tinha havido a revolução chamada integralista. Era integralista, comunista, liberal; tinha uma salada para todos os gostos. Nessa ocasião, era Delegado de Ordem Política e Social o Serafim Braga, que me tratou até muito bem, gentilmente. Ele, Serafim Braga, que era um sujeito bexigoso, gordo, baixo, uma semana depois da minha prisão me chamou e disse assim: “Bom, você pode ir para casa”. “Bem, mas eu gostaria de saber, se fosse possível, se não for incômodo, por que é que eu fui preso dessa vez? Porque, que eu saiba, vocês sabem que eu não tenho nada com os comunistas”. “Bem, é que nós recebemos uma denúncia de que você estava distribuindo panfletos trotskistas na Praça Floriano”. Eu aí entendi, por razões que depois eu conto, qual era a origem da história. “Senhor Serafim, eu já passei da idade de distribuir panfletos, agora estou na idade de escrevê-los e você sabe muito bem que nunca fui trotskista. Agora o que você sabe é que os comunistas me denunciaram”. Ele disse: “É provável”. E me mandou embora para casa.

Essa prisão foi em 39 mais ou menos. Foi a última dessa série. Em 45 não fui preso. Depois eu só fui preso pela Revolução, pelo General Costa e Silva. Aliás, não foi o Costa e Silva, foi o Jaime Portela.\*

Mas eu ia contar era a história do manifesto do Prestes. O Coronel Henrique Oest, então major, cujo irmão Lincoln foi assassinado pela polícia em Jacarepaguá, me procurou e disse: “Olha, amanhã, na sede da Aliança (a Aliança, na Rua Almirante Barroso, dava fundos para a redação do *Globo*, que era na Rua Bittencourt da Silva) você é quem vai ler amanhã o manifesto de Prestes”. Digo: “Mas tem manifesto do Prestes?” “Tem, ele mandou de Barcelona o manifesto para ser lido amanhã”.

No dia seguinte me puseram em cima de uma mesa e eu li um longuíssimo manifesto, chatíssimo, em que Prestes fazia apelo aos trabalhadores, soldados, marinheiros, negros e índios. O negócio era tão romântico, parece até coisa de agora, com toda essa mania de índios... Era também dirigido aos índios, para os índios se rebelarem contra a ordem burguesa e capitalista! O manifesto era datado de Barcelona, mas na realidade Prestes já estava no Rio. Logo depois aconteceu o movimento de 35 e ele foi preso no Méier.

Nessa ocasião, houve um episódio que tem sido falado às vezes, às vezes esquecido, mas muito pouco explicado. O Miranda, o secretário-geral do Partido Comunista, vivia com uma moça de 15 ou 16 anos, filha de um operário, chamada Elza Fernandes. Ele a tirou de casa e vivia com ela. Era uma moça que absolutamente não estava preparada para ser a companheira do secretário do Partido Comunista. Quando foram presos, ela ficou na ala de mulheres junto com a Eugênia Álvaro Moreira, com a Eneida, Olga Prestes... A mulher do Prestes estava grávida e foi entregue pelo Getúlio aos nazistas, e fuzilada mais tarde pela Gestapo, num campo de concentração logo depois do nascimento da filha, a menina Anita Leocádia. Quando a levaram daqui, houve até uma revolta dos presos na noite em que a tiraram da cadeia.<sup>1</sup>

Nessa ocasião a menina Elza Fernandes, parece, não tenho nenhuma certeza, foi submetida a torturas ou, segundo a polícia, a hábeis interrogatórios, o que

---

\* General Jaime Portela, Chefe do Gabinete Militar durante o governo Costa e Silva. (N. da E.)

também não era impossível. Acredito que até por ingenuidade ela tivesse contado tudo. Ela era inclusive analfabeta e a polícia aplicou o clássico golpe; soltaram-na e ela foi procurar as pessoas de quem esperava socorro e asilo. Aí eles começaram a prender todo mundo. De uma forma ou de outra parece que ela deu o serviço e deu o nome dos que faltavam.

Houve, então, uma coisa realmente bárbara. *A Noite* publicou tudo. Também saiu em todos os jornais. Nenhum de nós na época acreditou porque ninguém acreditava no que os jornais censurados diziam, mas infelizmente era rigorosamente verdade. Ela foi solta enquanto o Miranda continuou preso e depois foi submetida a julgamento por um tribunal revolucionário. Esse tribunal foi presidido por um rapaz, o Milionário, que depois viveu o resto da vida com remorso: Honório de Freitas Guimarães, no Partido, era chamado de Milionário. Ele, que por idealismo tinha entrado naquela história, achou-se obrigado a presidir aquele tribunal revolucionário para julgar Elza por ter traído os companheiros, etc. Há um famoso bilhete de Prestes, de próprio punho, que na época reproduziram, dizendo: “Revolução tem que ser implacável. Não há que ter piedade, há que julgá-la para servir de exemplo, etc.”<sup>2</sup>

Em suma, incumbiram de matá-la um sujeito chamado Natividade Lira, que tinha o apelido de Cabeção e que era do “corpo de segurança” do Partido Comunista. Esse sujeito matou-a numa casa de um subúrbio. Cortou o corpo em pedaços para caber dentro de um saco e a enterrou no fundo do quintal. Mais tarde, quando foram feitas outras prisões, alguns sujeitos confessaram a história e a polícia foi exumar o corpo. Encontrou o corpo e exibiu fotografias. . . Muitos anos mais tarde, em 45, quando nós estávamos tentando derrubar o Getúlio, o João Alberto, que era Chefe de Polícia, deu uma passagem a esse Cabeção para ele voltar para a sua terra, no Maranhão. João Alberto era uma figura curiosíssima que um dia precisa ser estudada. Ele era contraditório, cheio de defeitos e cheio de qualidades. . . Por piedade do Cabeção — porque o sujeito coitado era um trapo humano, ninguém faz um “troço” desse sem ficar o resto da vida marcado — deu uma passagem, do Lloyd Brasileiro, para ele voltar para o Maranhão. Cabeção estava muito doente, cardíaco e, na altura de São Luís, antes de desembarcar, teve um ataque do coração e morreu.\*

Pelo menos é a versão oficial da história e eu fiquei sabendo de quanto era verdadeira porque muitos anos depois, quando eu escrevia a coluna “Tribuna da Imprensa” do *Correio da Manhã*, um dia fui convidado para um almoço por um português, que era presidente de um sindicato de fabricantes ou vendedores de materiais de construção. Eu tinha feito um artigo qualquer sobre Portugal e ele disse: “Gostaríamos de homenageá-lo. Nós temos um almoço mensal do sindicato, no Clube Ginástico Português, gostaríamos que viesse aqui. . .”. Achei graça na história e fui ao almoço. Cheguei lá, estava toda aquela gente que vendia tijolo, ripa, cimento. Grandes saudações, vinho à vontade, muito bacalhau. . .

De repente, levantou de um canto um sujeito magro, envelhecido. Já tinha havido uns 40 discursos, como em todo almoço de português. Ele levantou e disse assim: “O nosso convidado não está me reconhecendo, mas ele vai se lembrar já de mim; meu nome é Antônio Maciel Bonfim”. Olhei para ele. Era o Miranda, o secretário-geral do Partido Comunista, que eu conheci na casa do Oest e naquela minha prisão. . . Eu aí não entendi mais nada. Diz ele: “Eu quero informá-lo de

---

\* Cabeção morreu em 24 de julho de 1945. (N. da E.)

que hoje sou católico apostólico romano e, como sabe, sou considerado traidor pelo Partido Comunista que matou minha companheira. Sou funcionário do sindicato”.

Para vocês terem uma idéia de como é importante a história contada e não apenas lida, há pouco tempo, há muito pouco tempo, estive em Angra dos Reis, na casa de um milionário brasileiro meu amigo, que é casado com uma moça muito ligada ao pessoal da PUC, no Rio. Então lá falou-se em todo esse assunto. Em dado momento, uma das moças presentes, para ser mais exata uma menina encantadora, simpática, que trabalha na Fundação Getúlio Vargas no que se chama “memória nacional” — aqueles arquivos que eles estão fazendo da história do Brasil —, virou-se para mim e disse: “E o Miranda? A versão que nos contaram na Universidade Católica é que o Miranda traiu o Partido Comunista em troca do cargo de bibliotecário da Polícia”.

“Olha, menina, entre outras coisas, há uma forma muito simples de provar que isso é mentira: é que, em primeiro lugar, a Polícia nunca teve biblioteca; em segundo lugar, um sujeito não trai uma vida inteira de idealismos, enfim de coisas com as quais ele não lucra nada senão prisões, espancamentos, sofrimentos e o diabo, por um emprego de bibliotecário da Polícia. Se ele traísse seria por coisa melhor”. Então é um detalhe, mas é um detalhe importante. Como é que se deforma toda uma história. Toda uma história que só é válida se for contada com todos os seus valores, negativos e positivos.

Talvez seja a hora de contar meu rompimento com os comunistas. Deu-se o seguinte: quando soube dessas coisas todas me desiludi. Mas só muitos anos depois, através do Alceu de Amoroso Lima e, por incrível que pareça, do Gustavo Corção, comecei a frequentar o Mosteiro de São Bento, onde conheci Dom Lourenço de Almeida Prado, figura maravilhosa, um monge, hoje reitor do colégio. Então ele me casou no religioso, batizou meus dois primeiros filhos que não eram batizados, depois batizou Maria Cristina e outro dia fez o casamento dela aqui em casa. . . Isso foi em 46 ou 47. Letícia sabe, negócio de data é com ela, eu misturo muito as datas. Se vocês perguntarem, ela saberá.

Até então eu era, digamos, perplexo, para ser exato. Não acreditava mais na solução comunista. Eu tinha sido levado para próximo do comunismo porque acreditava que era um regime libertador, mas fui me convencendo de que era uma ditadura, pior do que as outras, porque muito mais organizada e portanto muito mais difícil de derrubar.

A derrota do Brigadeiro acabou de me abrir os olhos, porque eu vi que uma ditadura bárbara, como foi a do Getúlio, conseguia ter o apoio das grandes massas populares, na medida em que lhes dava algumas coisas de que elas precisavam e que não tinham; e que portanto bastava melhorar um pouco materialmente a vida do povo para você conseguir que ele abrisse mão da liberdade. Mas antes disso eu já tinha começado a ter o que se poderia chamar um pouco pedantesco de “crise espiritual”. Mas tinha aquele escrúpulo de renegar uma coisa no momento em que essa coisa é perseguida, que é um dos escrúpulos que segura muita gente no comunismo: o medo de renegar. Do ponto de vista espiritual é muito mais fácil ser “dissidente” na Rússia do que ex-comunista no Chile. Em todo caso eu estava numa situação de muita perplexidade.

Antes da queda do Getúlio, em plena campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes, comecei a fazer uns artigos no *Correio da Manhã* analisando as atitudes do Prestes e, à medida que eu ia escrevendo, falando do apoio do Prestes ao Getúlio — o famoso telegrama do Prestes de dentro da prisão reconhecendo no Getúlio

“inclinações democráticas”\* —, aquilo foi me dando um certo horror e, à medida que eu fui escrevendo cada artigo, me sentia mais radicalmente contra tudo aquilo. A cada artigo me convencia mais dos meus próprios argumentos. Mas o meu rompimento com os comunistas aconteceu em 1939 ou 40, na época daquela prisão como “trotskista” de que já falei. Eu trabalhava com Olímpio Guilherme no *Observador Econômico*, que era uma revista mensal do Valentim Bouças, secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, o diretor da IBM no Brasil, amigo e companheiro de golfe do Getúlio. Ele entregou a revista ao Olímpio Guilherme e o Olímpio me convidou para trabalhar lá. O meu primeiro artigo foi contra o que eu chamei de “Instituto do Doce” — porque era uma época em que se criava instituto de tudo. Depois fiz uma reportagem sobre as Docas de Santos. Fiquei lá 12 dias estudando toda a situação do porto. Fiz também uma reportagem sobre a colonização alemã no Brasil, estive em Blumenau e em toda aquela zona de Santa Catarina, levantando dados para uma reportagem que é um histórico mais ou menos razoável da colonização alemã no sul do Brasil. Tenho até vontade de publicá-la novamente um dia.

Um dia houve uma exposição do Estado Novo, organizada pelo DIP no Palácio Tiradentes. Nessa exposição havia seções dedicadas a várias coisas, inclusive uma dedicada à educação. Fui incumbido de fazer uma entrevista com o Gustavo Capanema,\*\* de quem mais tarde fiquei e sou até hoje amigo. . . . Cheguei lá com lápis e papel na mão e ele começou a me dizer como era a educação no Brasil. Capanema tem um modo de pensar e uma argumentação de formação filosófica sobretudo alemã. É, de certa forma, no fundo, um hegeliano de direita. Então ele usa um método expositivo muito alemão, enumera as coisas de uma maneira que tudo parece de uma lógica absoluta, mas no fundo destituída de senso comum; ele era destituído de senso comum. Então dizia assim: “o número de ginasianos no Brasil elevou-se, durante o Estado Novo de. . . vamos supor de 2 mil para 253 mil”. Aí ele parava e dizia assim: “não, é muito pouco. Põe aí 354 mil.” Improvisava os números com a maior tranqüilidade do mundo e eu fiquei apavorado com o negócio e pensei: ele depois é capaz de contestar tudo.

Aí comecei a tomar nota das palavras; ele ficou encantado, achou maravilhoso aquele negócio — ditar uma entrevista inteira —, então ele ditava, olhava para mim assim e dizia: “vírgula”, e eu, pá, vírgula. Ele então já passava para coisas assim: “O sistema nacional de bibliotecas deve ser: 1.º) completo; 2.º) ao alcance de todos; 3.º) primoroso”. Parecia absolutamente lógico, mas na realidade não queria dizer nada. Não havia sistema nacional de bibliotecas nem bibliotecas, a não ser na cabeça dele.

Bom, depois que fiz a entrevista com o Capanema, o Olímpio Guilherme disse: “Agora tenho um assunto muito mais escabroso e eu não sei se você vai poder aceitar, porque você é comuna mesmo e não vai querer fazer”. Eu perguntei: “O que é?” Ele disse: “O DIP encomendou (aquilo tudo era pago pelo Estado Novo, era matéria paga à revista, não a mim que era assalariado e ganhava apenas o ordenado) uma história do comunismo no Brasil com base na exposição anticomunista que o Estado Novo montou para mostrar sua luta para destruir o comunismo no Brasil, o inimigo externo e essas coisas de sempre. . . .” Eu digo: “É,

\* O telegrama é de março de 1943, quando Prestes ainda estava preso (veja nota 3). (N. da E.)

\*\* Gustavo Capanema era Ministro da Educação no Estado Novo. (N. da E.)

realmente eu não posso fazer esse negócio, você arranja outro porque não dá". Nessa altura eu freqüentava muito a revista *Diretrizes*, que era dirigida pelo Samuel Wainer, onde colaborávamos eu, o Moacir Werneck, o Rubem Braga e outros.

A revista *Diretrizes*. . . É preciso contar a origem disso tudo para explicar bem como é que era o negócio. O velho Azevedo Amaral, grande jornalista que existia no Brasil, tinha ficado cego. Ele morava num apartamento pegado ao Hotel Itajubá, na Rua Álvaro Alvim, e ditava uns artiguinhos para uma secretária e vivia pobremente dessas coisinhas que saíam no *Correio da Manhã*. Então a Light pagava a ele, por esses artigos, um dinheirinho por mês, era o equivalente hoje a uns Cr\$ 1.500,00.

Nessa época o Samuel Wainer fez um almanaque israelita que vendeu muito e conseguiu anúncio de tudo que era firma judaica do Rio e pôde ganhar um dinheirinho. Samuel ficou amigo do Azevedo Amaral e o convenceu a pleitear da Light um pouco mais de dinheiro para abrir uma revista. E o Azevedo Amaral convenceu a Light a aumentar a subvenção para uns Cr\$ 10 mil, uma coisa assim. E abriram *Diretrizes*, da qual Azevedo era o diretor e Samuel Wainer o redator-chefe.

E foi assim que a Light financiou uma revista para o Partido Comunista. A revista não era do partido, mas defendia todas as teses comunistas. Então, como era habitual nessa época, quem queria trocar idéias, reunir-se para conversar — não se podia fazer isso num café, por causa da polícia —, ia para lá porque tinha uma sala, que era da redação, e no resto do apartamento morava o Samuel.

Essa casa era muito freqüentada pela Eneida, pelo Otávio Malta, todos os camaradas que eram comunistas sinceros, honestos . . . , que orientavam o Samuel Wainer, que não inspirava nenhuma confiança ao Partido Comunista, tanto que nunca o deixaram entrar para o partido (mas o usavam muito). Eu freqüentei muito lá, porque colaborava na revista.

Então eu fui a *Diretrizes* e disse: "Olha, tenho um problema muito sério para vocês decidirem: o *Observador Econômico* vai publicar uma história do comunismo no Brasil. Eu me recusei a fazê-la, mas o Olímpio Guilherme diz que vai entregar ao Heitor Muniz". O Heitor Muniz, parente do Muniz Sodré e da Niomar Muniz Sodré, era um jornalista tremendamente anticomunista, fazia artigos contra o comunismo no *Correio da Manhã* e além disso trabalhava no DIP; em suma, para os comunistas era considerado um provocador. "Então" — eu disse — "a alternativa é esta: ou entregar a reportagem a um sujeito para fazer dessa história do comunismo a maior provocação do mundo, mostrando que os comunistas continuam aí, que são perigosos, etc., ou pegar isso, contar o passado do Partido Comunista e dizer que, graças à ação do Estado Novo, o comunismo acabou no Brasil, não tem mais perigo nenhum, que isso hoje é uma lenda, que é uma besteira, que não existe mais nada. Qual é a decisão? O que é que vocês preferem?"

Foi quando o Malta disse: "Olha, nós aqui não temos poder para decidir isso, mas vamos consultar quem pode decidir". Uns três ou quatro dias depois eles me chamaram e disseram: "Olha, o Comitê Central do Partido, preferiu a segunda alternativa porque acha que é inofensiva e que com isso não cria problemas de provocação, não incentiva a reação. Nós achamos que você deve aceitar escrever o negócio, nesse tom". Falei: "Mas para mim é difícil pra burro escrever um negócio desses". Ele respondeu: "É, mas só um sujeito que inspira confiança à gente é que pode escrever uma coisa dessas, porque um outro qualquer vai escrever o oposto". Então fui ao Olímpio, que ficou espantadíssimo, e disse a ele:

“Eu aceito o negócio”. Assim escrevi a história do comunismo no Brasil. Eu me lembro que só tinha uma coisa que o Olímpio cortou: onde eu escrevi “o gênio político de Lênin”, ele tirou o “gênio político” e deixou só “Lênin”. Então a história terminava com *happy end*: “Graças ao Estado Novo, etc., o comunismo acabou no Brasil, foi desbaratado, seus chefes foram presos, acabou, não tem mais perigo nenhum e tal...”

Bom, escrevi aquela porcaria e fui embora. “Estou tranqüilo, cumpri o meu dever”.\*

Uma semana depois, mais ou menos, estou em casa (morava num apartamentozinho no Edifício Roxy, em Copacabana, no primeiro andar) e chegam o Samuel Wainer e o Moacir Werneck, meu primo; os dois com a cara assim muito enfiada, muito encabulados: “Carlos, você já viu um boletim que está circulando por aí?” Disse: “Não, o que que há?” Então me mostraram um boletim mimeografado, em que me chamavam de agente da Gestapo, trotskista a serviço do imperialismo, traidor da causa do proletariado, delator, etc. e tal, e autor da reportagem sobre o Partido Comunista no *Observador*, que não era assinada.\*\* Eu li e disse a eles: “Isso é uma enormidade...”

Ah, não! Não, antes houve uma coisa de que eu esqueci: numa segunda-feira de carnaval eu estava no Café Amarelinho quando um primo meu me disse: “Olha, você pode ir a uma leiteria (leiteria não sei o quê) em Madureira, hoje, por volta de uma hora? Tem uma pessoa lá te esperando, quer conversar com você”.

“Puxa, numa segunda-feira de carnaval! Tá bom, vou lá”. E fui. Um sujeito que eu conhecia, que era membro do comitê local do Partido Comunista no Rio, estava lá me esperando. Não me lembro o nome dele, mas tinha o apelido de Baby Face porque tinha carinha de criança. “Ô Baby Face, que é que você quer comigo?” “Eu estou incumbido pelo comitê de saber o seguinte: se você realmente chegou a ser membro do Partido Comunista alguma vez”. “Não. Membro do Partido Comunista nunca fui. Você sabe bem minhas aproximações, simpatias, tudo isso, mas membro efetivo do Partido Comunista eu não cheguei a ser” (por razões que eu expliquei). “Ah, muito bem então. Mas você escreveu aquele negócio todo?” “Escrevi, em tais e tais condições que você sabe”. Ele disse: “Nós sabemos, nós participamos da deliberação”.

Bom. De maneira que, quando chegaram os dois e me deram aquele boletim, eu disse: “Bom, mas isso em primeiro lugar é uma infâmia. Em segundo lugar é uma denúncia à Polícia. Estão me denunciando à Polícia como trotskista, como o diabo a quatro, afora o resto”.

Uns dias depois, fui preso por denúncia de estar distribuindo boletins trotskistas, como já contei.

E aí começou uma fase... Essa é uma fase realmente muito triste da minha vida, porque amigos de infância, amigos de todo dia, amigos de café, amigos de confidência, amigos desde os tempos de namoro, amigos de tomar chope — nesse tempo a gente não tinha dinheiro para uísque, era chope mesmo... — me voltavam a cara na rua. Havia um famoso artigo 13 dos estatutos do Partido Comunista, que proibia conversar com os inimigos do proletariado e traidores

---

\* O panfleto, além de atacar Lacerda, fazia questão de mostrar que a reportagem era de sua autoria para que a maioria dos próprios comunistas, que não conhecia os antecedentes, julgassem tratar-se de uma traição. (*N. da E.*)

\*\* Veja a íntegra da reportagem no apêndice documental. (*N. da E.*)

do partido. Então os sujeitos voltavam ostensivamente a cara. E pior do que isso, começavam a inventar tudo, até sobre a honra da minha mulher.

Eu me lembro que um deles — está vivo até hoje —, coitado, é nosso primo, tinha sido professor de matemática e eu tinha uma certa raiva dele, porque ele convenceu minha mãe a me botar num internato, mas em adulto me dava muito com ele. Ele telefonou para minha mãe e disse: “Olha, Olga, eu tenho uma notícia muito desagradável para te dar, é que de hoje em diante eu não posso mais falar com o Carlos, de maneira que eu não posso ir mais na sua casa”. “Mas que bobagem é essa, fulano?” “É porque o partido me proíbe de falar com o Carlos”. Mamãe tem umas coisas meio ingênuas e meio espertas ao mesmo tempo: “Ora, fulano, nesse negócio de política vocês brigam todo dia, fazem as pazes no dia seguinte. Você pensa que eu vou levar a sério? Bobagem”. Mas o fato é que ele não fala comigo até hoje.

Então, essa fase foi particularmente dolorosa, porque você se sente assim “leproso”, um “réprobo”, compreende? Afora a dificuldade de encontrar emprego: você chega a uma redação de jornal e não tem vaga para você. Chega a um lugar e: “Ah, é uma pena, você é um sujeito tão bom, um repórter ótimo, mas a vaga que tinha já foi preenchida ontem”. Então vai se criando aquele vazio em torno de você.

Então comecei a fazer reportagem aqui, reportagem ali, para mim mesmo. Foi aí que eu comecei a me aproximar do São Bento, a conversar com Dom Lourenço e a verificar que havia um outro horizonte, quer dizer, uma outra possibilidade espiritual da gente não se conformar com as injustiças sem precisar, ao mesmo tempo, se adaptar a outro tipo de injustiça. Foi então que eu me converti e me casei no religioso, enfim essa história que eu contei.

E isso, pelo resto da vida, foi uma espécie de pesadelo para mim, porque toda vez que eu me levantava para dizer qualquer coisa para o Brasil, surgiram, não só os comunistas, mas até *O Globo* para dizer: “Esse sujeito que traiu os comunistas, esse sujeito que traiu até os comunistas”. E daí para se criar, por exemplo, a lenda de que por causa de uma reportagem que eu fiz no *Observador Econômico* uma porção de comunistas foram presos e torturados, foi um passo...

A reportagem não tinha o nome de nenhum, só tinha o nome de um que era notório e estava preso há 500 anos, que era o Prestes. Não tinha o nome de mais ninguém. Mas mesmo assim o jornal comunista disse que dezenas de companheiros foram presos e torturados por causa desse delator, traidor, etc... Isso durante anos e anos, anos e anos, até que eu fui me cansando da história, ou eles foram se cansando, e acabaram desistindo da conversa.

Mas durou muito tempo e é uma das razões pelas quais eu compreendo porque muita gente, no fundo, mesmo quando supera essa fase de esquerdismo juvenil, não larga aquilo, primeiro pelo temor intelectual de rever suas convicções; segundo, pelo temor quase físico de ter que enfrentar esse tipo de boicote, de se tornar réprobo. Chega um momento em que você próprio se interroga. Do ponto de vista espiritual, é uma experiência terrível. Muitos outros também passaram por isso e alguns como Koestler, Malraux contam de maneira muito melhor do que eu. Eu posso não saber contar, mas eu passei por isso. Sei bem o que é a dificuldade para romper com uma coisa dessas, porque é uma máquina totalitária, realmente, que se apossa da personalidade do indivíduo integralmente: não só intelectualmente mas até fisicamente. O rompimento importa numa disposição de sacrifício e renúncia, sei lá, quase de estoicismo.



Eu acho também que é uma estupidez terrível desse regime impor como condição para o sujeito sair da prisão a assinatura de um documento horrível, pelo qual ele se suja para o resto da vida, renegando suas idéias, mas assina não porque, livre, ele renunciasse a elas, mas apenas porque esta é condição para não ser torturado e para ser solto.

Eu tenho pavor quando vejo um negócio desses porque imagino que muitos desses casos devem ser verdadeiros, muitos dos rapazes que assinam um documento desses devem achar aquilo mesmo. Mas serem obrigados a chegar a essa conclusão dentro da prisão, sem liberdade para chegar a essa conclusão cá fora, livremente, através de, digamos, um processo consciente de revisão, deve ser uma coisa horrível.

## NOTAS

1 Em 30 de setembro de 1937 o governo divulga o famoso Plano Cohen e no dia seguinte o Congresso, em apenas 24 horas, concede o “estado de guerra” solicitado pelo Executivo. O Congresso aprovou passivamente a medida que iria terminar no golpe de 10 de novembro. O estado de guerra foi aprovado pela Câmara por 138 contra 52 votos e pelo Senado por 22 contra três. Os únicos senadores que votaram contra a medida de exceção foram Morais Barros, Cesário de Melo e Jerônimo Monteiro. Mas, já em 1935, depois do levante, ocorreu um caso que os comunistas, por posições que adotariam no futuro, e os políticos ligados ao Estado Novo nunca mais discutiram: o caso de Olga Prestes.

A mulher de Luís Carlos Prestes foi presa com ele e, apesar de grávida, foi deportada para a Alemanha nazista em 1936, onde morreu fuzilada em 4 de março de 1942, no campo de concentração de Ravensbruck. Sua filha e de Luís Carlos Prestes, que nasceu em 27 de novembro de 1936, conseguiu ser tirada da Alemanha graças à Associação Jurídica Internacional.

O relatório Bellens Porto — delegado encarregado do inquérito sobre a revolta de 35 — refere-se a Olga Benário Prestes (que se chamava Maria Bergner Prestes) laconicamente (pág. 185): “embora ouvida e qualificada às fls. 2.192 do 9.º volume, não deve figurar como acusada neste inquérito, atendendo às razões apresentadas em nosso ofício, junto cópia às fls. 3.483, do 14.º volume, ao Exmo. Sr. Capitão Chefe de Polícia (Filinto Muller).

Rosa Meireles, que foi sua companheira de prisão, contou-me que Olga Prestes ficou com as mulheres de Berger e de Ghioldi, isolada das outras presas até a visita do Ministro da Justiça, Macedo Soares, ao pre-

sídio quando, por sua ordem e por ela estar grávida, foi transferida para junto das outras.

Olga manteve sempre a esperança de não ser deportada, pois além de estar grávida, era casada com brasileiro, um brasileiro, internacionalmente conhecido. Mas se saísse dali arranjaria um meio de avisar para onde tinha sido levada.

Conta ainda Rosa Meireles que no dia em que a Polícia Especial (que chegou fortemente armada) foi buscar Olga Prestes, houve protestos de todos os outros presos. Que Olga negou-se a descer as escadas e por isso foi levada para baixo numa cadeira e posta numa ambulância. Com ela seguiram mais uma presa e o médico (também preso), Campos da Paz Filho. Foi a única concessão que os presos obtiveram. Mas a presa e o médico voltaram pouco depois. Tinham sido deixados num distrito e trazidos de volta à prisão sem que soubessem para onde tinham levado Olga.

Poucos dias depois, Olga conseguiu mandar buscar um “livro sobre maternidade”. Era a senha para avisar que estava num hospital (esteve no Gafrée Guinle).

Enquanto isso, no dia 17 de junho, o Supremo nega o habeas-corpus em favor de Olga e no dia 27 de agosto Getúlio Vargas assina o decreto expulsando-a do país. Segundo Rosa Meireles, Olga Prestes ficou no hospital esperando um navio que não parasse em nenhum porto francês, pois a França, então governada pela Frente Popular, estava retirando dos navios que aportassem por lá todos os prisioneiros políticos. Por isso é que ela seguiu no navio italiano *La Coruña* direto para Hamburgo.

No entanto, ainda na cadeia, antes de ser assinada a anistia, Prestes envia telegrama a Vargas cumprimentando-o pelo

restabelecimento de relações diplomáticas “com o heróico povo soviético e afirmando em outro trecho: “Urge agora, para que se restabeleça a confiança popular nas *inclinações democráticas* de V. Excia. a decretação da anistia...” O telegrama foi do dia 7 de abril e a anistia veio em 18 de abril de 1945. E já no dia 26 de abril Prestes começa a defender a “Constituinte com Vargas” e a aderir à campanha do Queremismo, muito embora antes e durante a campanha da “Constituinte com Vargas”, em companhia de Silo Meireles, estivesse estado duas vezes com o Brigadeiro Eduardo Gomes, em 23 de abril e 29 de maio. Silo, que pregava uma frente ampla contra a ditadura, uma frente que ele chamava “de Moscou ao Vaticano”, rompeu publicamente com Prestes.

Essa aproximação Vargas-Prestes no final do Estado Novo, que desorientou grande parte da esquerda brasileira (guardadas as devidas proporções, teve o mesmo impacto do tratado germano-soviético de agosto de 39), é considerada por alguns como mais uma atitude tomada por Prestes por total desinformação da vida brasileira.

“Quando não estive exilado, estive preso. Ao sair, não conhecia mais ninguém nem sabia mais o que se passava”, comenta Rosa, irmão de Silo. “Tanto é que escolheu para fazer o jornal do partido um sujeito sabido por todos como desonesto, um tal de Calazans, que levou o dinheiro do jornal, o que não foi de admirar, pois tinha levado até a capa de chuva da minha empregada.”

- 2 Elza Fernandes, que se chamava realmente Elvira Cupelo Coloni, foi presa juntamente com Antônio Maciel Bonfim em 13 de janeiro de 1936, na Rua Paulo de Frontin 606, apartamento 11.

Rosa Meireles, que esteve presa com ela, garante que Elza foi torturada e que a viu chegar uma tarde com os pés totalmente inchados dos “bolos” que tinha levado. Diz ainda que Elza, ao ser solta, ainda teve tempo de queimar e destruir muitos papéis comprometedores, livrando muita gente da prisão.

Ao sair da prisão, Elza foi procurar refúgio na casa de um médico amigo, onde não encontrou ninguém. Sem ter para onde ir, foi para a casa de Rosa Meireles que, não tendo como hospedá-la, pediu que um de seus irmãos a levasse até o subúrbio de Campo Grande, onde morava um outro irmão seu o sertanista Francisco Meireles, recentemente falecido.

Em agosto de 1977, Rosa contou que Elza ficou em casa de Chico até uma certa noite, quando apareceu para apanhá-la Honório Guimaraes.

Foi uma cena que a família não esqueceu, não só pelo que aconteceu depois, mas também pela “brincadeira de mau gosto” que Honório, que chegou num automóvel, parou em frente à casa de Francisco Meireles e começou a gritar: “Polícia, polícia”, o que assustou a todos. Honório vinha com instruções de levar Elza Fernandes “para um lugar seguro”. E esse lugar seguro, ao que tudo indica, foi a casa onde ela foi morta.

Quanto a Antônio Maciel Bonfim, o Miranda, ex-sargento do Exército e secretário-geral do PC, Rosa Meireles também não acredita na hipótese de que ele tenha sido, como mais tarde se apregouou, um “espião da Polícia”.

Ela conta que Miranda também foi bastante torturado e que se limitou — o que aconteceu com quase todos os presos naquela ocasião — a confirmar fatos que já eram do conhecimento da Polícia, que tinha apreendido todo o arquivo do Partido Comunista.

“O defeito do Miranda era ser um imaginativo. Uma vez o PC tinha programado uma manifestação de 1.º de maio na Praça Mauá em seguida a uma passeata que viria da Praça da Bandeira. Miranda foi lá, andou a pé da Praça da Bandeira à Praça Mauá, ida e volta, sem encontrar ninguém. Chegou desanimado e queixando-se de que as botas que usava estavam apertadas e que os pés lhe doíam. Mas sentou diante da máquina e descreveu uma manifestação monstro, repleta de gente.”

Rosa Meireles conta que, ao ler o relatório de Miranda não resistiu e perguntou: “Você está maluco? Você acaba de dizer que não havia ninguém”. E ele simplesmente respondeu: “Mas é preciso dizer isso, se não é uma desmoralização”. Tempos depois, esse relatório é publicado numa revista do PC chileno que descrevia uma manifestação que reuniu 100 mil pessoas no Rio.

O que parece certo é que realmente houve um traidor. Quando Harry Berger (Arthur Ernest Ewert) foi preso, em 26 de dezembro de 1935, a Polícia apanhou no cofre da sua casa (Rua Paul Redfern 33, Ipanema) todo o arquivo do PC. Segundo se informou na época, havia um meio capaz de queimar todos os papéis que estavam no cofre, através de um dispositivo elétrico. Mas a Polícia, antes de entrar, cortou a eletricidade da casa.

Com a prisão de Berger (que saiu louco da prisão) e a apreensão do arquivo, em pouco tempo toda a cúpula do PC foi presa. Miranda, em 13 de janeiro de 36; Rodolfo Ghioldi, secretário do PC argentino, em 25 de janeiro; e Luís Carlos Prestes, em 5 de março de 1936, na casa de n.º 279 da Rua Honório, no Méier.

Mas sobre todo esse período um dos documentos mais importantes, embora evidentemente parcial, é o relatório da Polícia do Distrito Federal — “A Insurreição de 27 de Novembro” —, preparado pelo Delegado Eurico Bellens Porto, editado num volume de 259 páginas pela Imprensa Nacional, em 1936.

Bellens Porto conta, a partir da pág. 49, que, preso Berger, a empregada da casa da Rua Paul Redfern denuncia um outro estrangeiro. E graças a tão bem informada empregada o policial Francisco de Meneses Julien conseguiu prender Leon Jules Valée.

Depois de publicar a confissão de Jules Valée ao agente policial, o relatório na pág. 50 diz: “Informa ainda a testemunha que, no dia 28 de janeiro, os investigadores que acompanhavam Leon Valée o perderam de vista na multidão, não sendo possível encontrá-lo.”

Dois parágrafos abaixo, o relatório informa que o mesmo policial Julien, nesse mesmo dia 28 de janeiro, prendeu o americano Victor Allan Baron, à Rua Copacabana n.º 972. O relatório não explica como Baron foi localizado.

Victor Allan Baron, que morreu ao cair ou ser atirado do terceiro andar do prédio da Polícia Central, é que teria denunciado a casa da Rua Honório, onde Prestes se escondia. A morte de Baron foi apontada oficialmente como suicídio. Segundo Afonso Henriques, na pág. 403 do livro *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas*, vol. 1 o americano “aniquilado” (sic) declarou enfim que os deixara “no fim da linha do bonde Cachambi, numa rua de nome Nório ou Órion. Não sabia pronunciar.”

Um outro informante, que esteve preso na ocasião, conta hoje que um médico chamado Dr. Miranda (não era pseudônimo) aplicou no preso o “soro da verdade”. Que Baron imediatamente começou a passar mal, ficando arroxeadado, e acabou falando no bairro do Méier.

O relatório Bellens Porto não cita nenhum desses dois casos.

Já uma outra testemunha cita um outro nome como provável informante da polícia.

Trata-se de um tal de Gruber. A suspeita baseia-se em dois fatos. Ele era estrangeiro e pela lei então em vigor só conseguiria atestado de residente no Brasil quem estivesse aqui há mais de cinco anos ou então “quem tivesse prestado um grande serviço à nação”. Gruber, que não estava há cinco anos no Brasil, ganhou o atestado logo após a prisão de Harry Berger. O segundo fato é que, além de ter, na época, aparecido com muito dinheiro, quando foi preso pelo Exército — não pela Polícia —, foi solto pouco depois de ter sua mulher apelado para Filinto Muller, que o deportou para a Europa.

3 As posições do Partido Comunista diante de Getúlio são das mais complexas da política brasileira. Getúlio manda representante ao ato de instalação da Aliança Nacional Libertadora, mas pouco depois, em 11 de julho de 1935, assina o decreto n.º 229 dissolvendo-a.

Ainda em 35, três dias após o levante comunista do Rio Grande do Norte e um dia antes da rebelião no Rio de Janeiro, envia mensagem ao Congresso pedindo e obtendo o estado de sítio.

Pouco depois começam as prisões em massa dos comunistas. Depois, Vargas manda à Câmara mensagem propondo a criação de um Tribunal de Segurança e, apesar dos votos contrários, na Comissão de Justiça, dos Deputados Raul Fernandes, Levi Carneiro e Valdemar Ferreira, o Congresso, não considerando a mensagem inconstitucional, acaba por aprová-la.

No dia 24 de agosto de 1936 (por coincidência um 24 de agosto), o Tribunal de Segurança Nacional foi instalado. Eram seus membros: Desembargador Barros Barreto, Comandante Lemos Bastos, Coronel Costa Neto, Dr. Raul Machado, Dr. Antônio Pereira Braga e, seu procurador, Himalaia Virgolino. Todos tomaram posse a 2 de outubro de 1936.

Esse Tribunal, que só foi extinto por José Linhares em 16 de novembro de 1945, condenou, entre outros, Luís Carlos Prestes a 16 anos e oito meses de prisão.

### CAPÍTULO III

## ESQUERDA, DIREITA E OS ALIADOS PERIGOSOS

ESSA MINHA EXPERIÊNCIA, essa minha aproximação com os comunistas, pode ter sido chamada de esquerdismo juvenil, mas depende do que você chama de esquerdismo juvenil. Se você atribui a isso uma conotação, vamos dizer, um pouco assim, como eu vou dizer? Não é bem de zombaria, mas um pouco de coisa muito provisória, a resposta é não. Foi mais profunda.

Eu nunca fui, em outras palavras, da esquerda festiva. Essa glória eu tenho, nunca pertenci à esquerda festiva, que inclusive é um fenômeno relativamente novo. Eu nunca seria capaz de fazer o papel do Chico Buarque de Holanda, cuja música eu aprecio muito e cujo caráter não aprecio nada. Estou falando dele, mas não especialmente dele. Só citando um exemplo. Digo isso porque é uma esquerda festiva, que é contra um regime do qual ele vive, no qual se instala, do qual participa lindamente, maravilhosamente, etc. Eu não conheço nenhum sacrifício que ele tenha feito senão a censura em suas músicas por suas idéias. Agora, acho que se ele tem essas idéias, então seja coerente, viva essas idéias, viva de acordo com elas. Isso não é nenhum caso particular com o Chico... Estou apenas dando um exemplo. Enfim, tenho horror à esquerda festiva, porque acho que é uma forma parasitária de declarar guerra a uma sociedade da qual se beneficia e participa integralmente.

Hoje em dia tenho muito medo da palavra esquerda, como tenho medo da palavra direita, porque acho que a evolução política do mundo confundiu muito essas noções. Antigamente, a gente sabia o que era um reacionário. Na Revolução Industrial, um reacionário era um lorde que vivia, sem trabalhar, à custa do trabalho dos párias indianos e do trabalho de crianças de 12 anos nas fábricas de tecidos ou nas minas de carvão; então, esse era um reacionário. Um revolucionário era quem declarava guerra a tudo isso e que fazia qualquer sacrifício para acabar com aquela situação.

Depois, numa certa época, um homem de esquerda era quem queria fazer certas reformas através da manifestação da vontade do povo: eleições livres, comícios, explicações ao povo, enfim educação política do povo, debates, para chegar a determinadas posições reformistas, ou até mais radicais; enquanto um reacionário era quem não queria eleições, queria uma ditadura, queria uma elite dominante e uma massa obediente.

A partir de certa altura da evolução política do mundo, isso se embaralhou completamente: os reacionários querem eleições e a esquerda não as quer. Só as quer quando está fora do poder, quando está no poder, proíbe.

Então a pergunta que eu faço a mim mesmo muitas vezes — eu já respondi, mas não vejo os outros se fazerem suficientemente — é esta: Peron era de esquerda ou de direita? Getúlio Vargas era de esquerda ou de direita? Apenas para citar dois exemplos aqui, em casa. Se formos para o resto do mundo, também encontraremos um pouco esse mesmo tipo de coisas.

O Mussolini fez na Itália certas reformas que seriam chamadas de esquerda, até pela própria formação dele, que era eminentemente esquerdista. Por outras palavras, acho que não há nada mais parecido, nada mais próximo de um homem de extrema esquerda do que um homem de extrema direita, na medida em que, no fundo, eles se caracterizam por uma forma de elitismo, ou chame-se isso pelo nome que se quiser.

Os comunistas entendem que eles são uma vanguarda do proletariado, portanto uma elite incumbida de governar o mundo em nome e em favor dessa grande massa, que é chamada a votar unanimemente, quando é chamada a votar. Os fascistas fazem exatamente a mesma coisa.

De maneira que para mim esse conceito de esquerda e direita hoje se resumiria numa outra colocação. Quero dizer: se o sujeito acha que a injustiça é uma coisa, por assim dizer, de origem divina, que está na natureza humana aceitá-la e que, portanto, é insuscetível de modificação e se conforma com ela, então ele é de direita. Se o sujeito, sem ilusões sobre utopias, acha que tem obrigação de lutar a vida inteira para diminuir o coeficiente de injustiça do mundo, ele é de esquerda.

Quer dizer: se o sujeito acha que não há o direito de usufruir certos privilégios num país em que a grande maioria não tem direitos, ele é de esquerda, seja qual for a sua posição política: liberal, conservadora ou reformista. Se ele tem, fundamentalmente, esse conceito ele é, na minha opinião, um sujeito de esquerda.

Sem dúvida, a expressão “de esquerda” é mais lisonjeira que a “de direita”, mas o fato de muita gente achar uma coisa, uma determinada coisa, não significa que ela esteja certa. Quer dizer apenas que a maior parte das pessoas é mal informada.

A posição de esquerda é mais popular na medida em que ela não tem compromissos com a ordem estabelecida; então ela não tem obrigação nenhuma de manter certas instituições e certos conceitos sem os quais a sociedade não se organiza. Por outras palavras, posso ser de esquerda e ser contra a existência da Polícia, é fácil; isso porque não estou no poder. Agora, se estiver no poder e um grupo de terroristas pegar 100 reféns inocentes e ameaçar degolá-los se determinadas coisas que eles impõem não forem atendidas, aí vou sentir a necessidade da Polícia. E então? O que eu sou? De esquerda ou de direita?

Acho que não perco absolutamente a minha condição de sujeito que simpatiza com a luta contra a injustiça se eu achar que entre os direitos humanos se inclui, como direito fundamental, o direito à vida e que tanto atenta contra os direitos humanos o coronel que tortura o preso, quanto atenta contra o primeiro dos direitos humanos, que é o direito à vida, o terrorista que prende um refém inocente. Se dependesse de mim, fuzilaria todos na hora, depois iria discutir.

A tortura de um homem preso e dominado dentro de uma sala me revolta muito. Mas na hora guerra é guerra, por isso não tenho a menor pena do Lamarca. Acho que a morte dele foi justíssima, absolutamente normal. Morreu bravamente, morreu combatendo, como um guerreiro que era. Agora, não tenho nenhuma simpatia pelo personagem, como também não tenho nenhuma simpatia pelo personagem Che Guevara. Se me perguntassem eu diria — prefiro Che Guevara ao Filinto Müller, evidentemente, como figura humana. Mas acho que

ambos no poder fariam exatamente as mesmas coisas; a sorte de Che Guevara foi ter sido morto antes de chegar ao poder, e talvez o azar do Filinto Müller foi ter estado no poder e mostrado do que ele era capaz.

Há um livro que nós vamos publicar de um venezuelano chamado Carlos Rangel, que se chama *Do Bom Selvagem ao Bom Revolucionário*, que é uma análise dos mitos latino-americanos. Ele exclui o Brasil por não conhecê-lo e por achar que, embora se pareça com a América Latina, existem muitas diferenças, como todo mundo sabe. Então analisa os mitos em torno dos quais vive o latino-americano da América espanhola, começando pelo mito do bom selvagem — os selvagens eram todos muito bonzinhos, tinham civilizações maravilhosas, mas os aztecas matavam dez mil virgens por ano para oferecer seus corações aos ídolos; os incas, tão atrasados que não conheciam a roda. Então endeusou-se isso tudo; o maravilhoso selvagem de Jean-Jacques Rousseau. E foram os espanhóis, esses bárbaros, selvagens e cruéis, que desembarcaram lá com os cavalos e trouxeram — mataram muita gente, morreram também — e trouxeram vacina, escola e uma porção de outras coisas.

E daí, do mito do bom selvagem, vai analisando os mitos todos até o do bom revolucionário, e no caso dá como exemplo o Che Guevara, que se tornou assim uma espécie de símbolo do inconformismo mundial. Não há jovem hoje no mundo que não deseje, no fundo, ter sido assim um Che Guevara bem sucedido.

Agora, realmente qual foi a obra dele? Ele esteve ou não no poder lá em Cuba? O que é que ele fez em Cuba? Seguiu um destino de inconformado, de revoltado permanente, seja se você quiser pegar elementos freudianos, pela asma, pela incompatibilidade com a família, elementos que eu desprezo um pouco, pois não dou tanta importância a isso, seja por uma vocação de inconformismo estéril. Ele esteve no poder e que é que ele fez no poder? Ele melhorou a situação de Cuba? Melhorou a situação dos trabalhadores cubanos? Não, ele foi exportar a revolução porque era uma força que tinha dentro de si; era o permanente inconformismo com qualquer coisa que significasse uma certa tentativa, um certo esforço para estabilizar a sociedade, uma sociedade reformada, melhor que essa etc., mas uma sociedade qualquer, organizada.

No fundo, Che era um anarquista; bravo, valente, isso ninguém discute. Mas valentia não é qualidade, não basta. Para ser realmente um herói, no sentido político, não basta ser valente. Se não qualquer sujeito do Esquadrão da Morte seria herói, pois são valentes também, porque quando eles vão ao morro matar bandidos, também estão sujeitos a morrer. E nós não vamos achar que são heróis por causa disso.

De maneira que esse conceito de esquerda e direita... Há hoje, inclusive, no mundo inteiro um esforço enorme dos sociólogos e dos cientistas políticos sérios para rever completamente esse conceito. E uma das provas que eu acho mais sérias da ignorância brasileira é essa confusão dos conceitos entre esquerda e direita. Eu acho que hoje somos dos países do mundo em que a ignorância domina mais — e uma das coisas mais terríveis, um dos fracassos mais terríveis da Revolução de 64, foi a despolitização, a desinformação do povo brasileiro justamente quando ele começava a se informar e a se politizar.

Primeiro, a loucura do Jânio Quadros, desapontando e decepcionando milhões de brasileiros que acreditaram que era possível... Pela primeira vez esse homem tinha o apoio popular quase unânime, pela primeira vez o Congresso estava de joelhos diante dele pedindo, pelo amor de Deus, que mandasse projetos para serem votados, pela primeira vez o Exército, a Marinha e a Aeronáutica estavam

de acordo com tudo isso. Esse homem jogou fora tudo e mais tarde a Revolução, em vez de fazer um processo de informação e de politização do povo brasileiro, despolitizou-o completamente. De tal modo que hoje ou o sujeito é — mentalmente pelo menos — um guerrilheiro ou é um alienado. Essa é a meu ver a tragédia.

Então por isso é que até hoje no Brasil se fala em esquerda e direita, que são expressões jornalísticas usadas para simplificar. Você não pode, numa notícia de jornal, estar dando todas as nuances: “seu” Mitterrand, “seu” não sei o quê, “seu” Giscard d’Estaing é isso e aquilo. Então você tem que botar que o Chirac é de direita e que o Mitterrand é de esquerda. Eu tenho certeza, para dar esse exemplo, que o dia em que o Mitterrand chegar ao poder, vai ser muito mais inimigo dos comunistas do que o Chirac, porque o Chirac é um gaullista e o de Gaulle chegou a conviver com os comunistas.

Outro problema atual é a discussão sobre direitos humanos. Mas, se há muita coisa a fazer a partir da defesa dos direitos humanos? Há, mas é pouco. É muito pouco. Já que estamos falando nisso, quais são os parâmetros, quais são os campos em que isso se define? Não pode ser só no campo da tortura ou não-tortura, que isso é tão óbvio, tão pouco, embora seja muito. E em relação, por exemplo, ao regime econômico? O Celso Furtado, insuspeitíssimo no caso, acaba de publicar um livro no qual declara com todas as letras — e eu sei de uma conversa onde ele vai muito além do que está escrito ali — que depois de observar muito o mundo nesse exílio, concluiu que países ditos capitalistas, como o Japão, conseguiram não só gerar mais riqueza, mas distribuir melhor a riqueza do que qualquer dos países socialistas.

Então isso exige realmente uma revisão, pois se a gente ficar discutindo apenas os direitos humanos nunca teremos coragem de abordar o problema como um todo. Por exemplo: o Brasil hoje é um país profundamente injusto, não só porque se torturam pessoas ou porque se prendem pessoas, é um país profundamente injusto porque de um lado tem um pequeno grupo que tem direito de lucrar o que quiser, contanto que o governo se associe a esse lucro, e de outro lado tem gente que não tem acesso à riqueza — não é à distribuição da riqueza —, e aí a meu ver é o engano do Franco Montoro naquele livrinho dele, é o gravíssimo engano demagógico desse pessoal do MDB.

O problema grave no Brasil não é a má distribuição da riqueza, e a não criação de riqueza. A maior parte dos brasileiros, a imensa maioria dos brasileiros, não paga imposto de renda; não é porque a renda deles tenha sido roubada pelos outros, mas porque não tem produtividade para se tornar rentável. Não teve escola, não tem saúde, não tem formação profissional, não tem condições, em suma, mínimas para produzir um mínimo de riqueza que lhe dê participação nela. E isso, que é verdade nas cidades, é ainda muito mais verdade no campo.

Claro, num país em que o chuchu está a vinte cruzeiros o quilo, é preciso uma revolução agrária, mas não aquela besteira de fazer reforma agrária de cartório, quer dizer, em torno da propriedade da terra. É necessário uma revolução agrária em torno do uso racional da terra para produzir mais e baratear o produto, para tornar o chuchu acessível à dona de casa que não pode pagar vinte cruzeiros por um quilo. Ou se faz isso, ou realmente se condena esse povo à fome. (Eu estou indo um pouco fora do assunto...)

Se eu pudesse pedir uma coisa a vocês, pediria que isso ficasse porque acho importante, já que vocês estão gravando a minha imagem. Isso é uma coisa que não tenho tido muita ocasião de explicar, compreendem? E eu não queria

ser só factual, não; quer dizer, a gente entra na vida pública por determinadas idéias, por determinados conceitos, compreendem? De maneira que se isso puder ficar, eu agradeço. Claro que a gente não vai fazer aqui um debate filosófico.\* Há certas definições que precisam ser explicadas, porque tudo isso surgiu em torno da pergunta: por que eu deixei a esquerda? Depois que rompi com os comunistas o meu relacionamento com o pessoal da esquerda variou muito, porque o número de desapontados, ou de evoluídos, ou de renegados, como se queira chamar, aumentou muito.

Comecei a encontrar muito colega, muita gente que também tinha ultrapassado essa fase, por uma razão ou por outra. Além disso, porque apesar de continuarem muito errados quando entram em ação, os sujeitos que mais ou menos orientam intelectualmente a esquerda no Brasil, à força de pauladas, à força de erros cometidos, começaram a compreender um pouco melhor a importância de não hostilizarem e até de se aproximarem daqueles que não são necessariamente totalmente contra eles e que têm até pontos em comum.

Foi o que tornou possível, por exemplo, os meus entendimentos na Frente Ampla. É o que me permite, hoje, conversar com sujeitos que sabem que eu sei que são comunistas, sabem perfeitamente que eu sei que são comunistas. Sabem perfeitamente o que eu penso, mas conversam comigo. Pelo menos até o dia em que possam me fuzilar. Mas enquanto não puderem me fuzilar nem eu puder prendê-los, nós nos entendemos muito bem.

Há uma frase muito pitoresca do Joel Silveira, que gosta muito de mim, e de quem eu gosto muito: “A Lacerda tudo, menos o poder. Porque o dia em que ele tiver poder me manda para a cadeia, me manda o melhor lanche do mundo, me trata muito bem, mas eu fico na cadeia.” O que é falso, mas que ele usa como caricatura da coisa.

Realmente só combate com eficácia os comunistas quem esteve próximo deles — eu não estou dizendo novidade nenhuma, porque isso já foi dito pelo Malraux e por outras pessoas muito mais bem informadas do que eu. Os sujeitos querem salvar a “Civilização Cristã” sem saber bem o que isso é, em geral não sabem nada do comunismo, sabem que é “uma idéia alienígena contrária à índole pacífica e ordeira do nosso povo”. Fora daí não sabem grande coisa. Então, às vezes, esse tipo de gente serve ao comunismo até sem saber que está servindo, pensando que está combatendo. Por exemplo: nada serve melhor ao comunismo no Brasil do que a censura. Primeiro, porque propaga o boato com a maior facilidade, e o comunismo precisa do boato para viver. Segundo, porque estende a área do descontentamento. Um jornal como *O Estado de S. Paulo*, que pode ser tido por tudo menos por comunista, é um jornal que tolera muito mais uma aproximação — não é bem uma aproximação, mas uma presença — de comunistas em torno de si exatamente por causa da censura. Porque os campos ficam indefinidos, se misturam, na medida em que o debate desaparece.

Além disso, você não pode discutir com um comunista dizendo: “Você é comunista e eu o combato por isso assim, assim”. . . porque, quando faz isso, você está apontando esse homem à polícia. E esse homem leva uma vantagem enorme, porque ele continua a passar por liberal sendo, na realidade, comunista. E você não pode caracterizá-lo como tal sem virar policial, sem fazer o jogo. Amanhã o sujeito é preso e torturado e você fica responsável por isso. Um

---

\* Carlos Lacerda referia-se à sua posição diante dos conceitos de esquerda e direita. (N. da E.)



dos elementos mais próprios que existem para combater verdadeiramente o comunismo — não é “combater”, isso não é uma palavra exata, mas, vamos dizer, superar o comunismo, torná-lo desnecessário, mostrar quanto ele é um fato do passado e não do futuro —, é mostrar que a síntese da sociedade futura será muito mais uma combinação das vantagens dos dois sistemas do que uma luta de morte entre eles. Na medida em que isso se torna impossível pela falta do debate, pela falta do exame livre, pela falta da informação, mais você contribui para a confusão.

Na medida em que, por ter vindo do comunismo ou do quase-comunismo, eu conhecia seus métodos, processos, argumentos, enfim, a tática e a técnica, comecei a ter estranhos aliados. E alguns extremamente incômodos. E isso foi um perigo tão grande, ou maior, do que o de eu me tornar um vassalo do Partido Comunista. Quando eu estava no exílio, de repente, o Amaral Neto, que foi integralista, fundou em meu nome um negócio chamado Clube da Lanterna, com o qual eu nunca, jamais, tive nada que ver. E milhares de pessoas no Brasil se organizaram em torno do Clube da Lanterna; o Amaral Neto fazia comícios do Clube e quando cheguei ao Brasil verifiquei que estava se formando uma espécie de clube fascistóide (não digo fascista, mas fascistóide) cheio de gente com as melhores intenções, cheio de idealistas convencidos de que estavam seguindo a minha liderança.

E era o Amaral Neto fazendo isso, inclusive, uma indústria, a indústria do anticomunismo, de que viveu durante largo tempo. Estou dando esse exemplo, não é para retaliações, mas é para ver o tipo de aliados que você encontra. Quer dizer, de repente você encontra um Euvaldo Lodi aplaudindo seu discurso. Eu creio que foi Clemenceau que uma vez, quando era socialista, foi aplaudido por um sujeito da direita; virou-se e perguntou: “Quelle bêtise ai-je dit?” Que asneira teria dito para ser aplaudido por esse sujeito?

Isso me aconteceu várias vezes; de repente, certos sujeitos me achando fabuloso, incrível, formidável, e eu me perguntava: “Espera aí, onde é que eu estou indo? O que é que eu estou fazendo nesse troço? Porque não é isso que eu quero, positivamente.” Mas, às vezes, também não se pode escolher os aliados; guerra é guerra.

Por isso é que no período do governo da Guanabara, por exemplo, o meu esforço foi colocar o povo do meu lado para neutralizar inclusive esse tipo de aliado, isto é, os que estavam comigo porque achavam que eu estava com eles.

Eu vou chamar isso de “a mentalidade do Jockey Club”, porque havia aqueles senhores do Jockey Club que achavam “esse Lacerda formidável”, “puxa, é o único líder que nós temos para acabar com o comunismo no Brasil”. Mas nunca pensavam em termos de um líder que fosse capaz de acabar com o comunismo no Brasil para fazer uma coisa melhor. Melhor que o comunismo e melhor também do que a coisa deles.

Outro dia ouvi uma gravação de um velho discurso meu — o discurso da posse no governo da Guanabara. Confesso que não me lembrava mais das palavras. Fiquei muito contente porque não havia nas minhas palavras da época \* nenhuma contradição com minha posição de hoje. Ao contrário dos que me acusam de contraditório — claro que já revi muita coisa e pretendo rever ainda mais — o que estava ali é o que eu penso hoje: que o meu mandato vinha do povo, e que nenhum mandato que não venha do povo tem legitimidade. O povo

---

\* 5 de dezembro de 1960. (N. da E.)

tinha me colocado lá para melhorar a vida dele, e não para manter privilégios e abusos. Enfim, não vou repetir o discurso.

Dizem que ganhei a eleição por sorte; a sorte chamou-se 26% e eu ganhei a eleição porque o Tenório, candidatando-se, pegou voto na favela e os tirou do Sérgio Magalhães; e o Mendes de Moraes, candidatando-se, levou votos do lado ultraconservador, PSD, “juscelistas”, enfim, gente que não votaria em mim.

Então fiquei com o udenismo, com a classe média, uma pequeníssima parte da classe operária e com uma parte da classe empresarial — a parte mais esclarecida, mais progressista. Eu fiquei com 26% da votação e o Sérgio Magalhães ficou com 23 ou 24%.

Considereii isso a chance da minha vida, a chance que meu pai nunca teve, que nunca lhe deram, o que me dá muita pena, porque ele tinha uma vocação de fazedor de coisas. Ele ficou com a reputação de demagogo, de grande orador, que era; mas era um homem que gostava de fazer as coisas, de grande talento, mas com gosto de fazer as coisas; mas seria um grande realizador, um homem de grande talento, mas que nunca teve chance.

Muitos dos que votaram em mim, confessaram mais tarde que votaram ou porque queriam ver a minha “caveira”, ou porque não tinham em quem votar; não podiam votar no Sérgio Magalhães porque eram reacionários e o Sérgio Magalhães era comunista; não podiam votar no Mendes de Moraes porque o achavam desonesto, porque era general, ou qualquer coisa assim; muito menos podiam votar num Tenório. Então votaram em mim. Essa conjunção de coincidências me deu a chance de fazer o governo da Guanabara.

Um dia, se eu conseguir arrumar meu arquivo, eu vou escrever alguma coisa sobre o que fiz no governo da Guanabara; não sobre o número de escolas, nem sobre as favelas que a gente removeu ou não removeu, mas sobre o que representou o nosso governo da Guanabara.

E esse é um dos motivos da minha gratidão pelo Julinho, porque embora nós tivéssemos profundas divergências em certos terrenos, ele sentiu o que representou o governo da Guanabara como o primeiro governo de um sujeito vindo de uma longa oposição e vindo, afinal de contas, de origens de esquerda. Um homem capaz de tomar a sério uma obra administrativa popular, quer dizer, de pegar primeiro os problemas de base, os problemas que interessavam a mais pessoas.

Eu fui o pior governador que Copacabana já teve, o pior. Até o Negrão de Lima foi melhor do que eu para Copacabana. Eu não fiz nada por aquele bairro, a não ser o projeto de alargamento da praia, que foi feito no meu governo e que o Negrão de Lima realizou.

Agora fui sem dúvida, tranquilamente eu digo, o melhor governo que o subúrbio já teve no Rio de Janeiro, porque, para começo de conversa, a maior parte do meu tempo de governo passei no subúrbio; todas as obras de fundo — salvo a da água, que enfim atingiu a cidade inteira —, todas as obras de fundo foram as no subúrbio.

No entanto, o julgamento das pessoas é uma coisa tão precária que a minha falecida amiga Lota Macedo Soares dizia que nada dessas obras valia. Lota era uma criatura admirável, filha do José Eduardo, sobrinha do José Carlos, a quem eu entreguei a incumbência de fazer o Parque do Flamengo. Cada vez que pedia demissão (isso acontecia quatro vezes por semana mais ou menos), ela amanhecia lá em casa e dizia: “Você fica com essa porcarias desse negócio

de esgoto, de água e de não sei o quê, você pensa que alguém vai se lembrar de você por causa disso? No dia em que puxarem a descarga da privada e sair água, ninguém vai se lembrar de você; quando o sujeito tiver filho na escola, jamais se lembrará que essa escola foi feita por você. Água é natural, escola é natural, esse é um fato natural que todo governo tem obrigação de fazer. A única coisa que vão se lembrar é que você fez o “aterro”. A vida inteira vão dizer que você fez o Parque do Flamengo.” E sabe que é rigorosamente assim? O “aterro” não foi feito por mim, é anterior a mim; o mérito ali é que queriam fazer quatro pistas, mas eu fiz duas avenidas, o parque e a praia. A praia para enterrar o interceptor oceânico do esgoto.

---

OITO ANOS DE DITADURA  
ACABARAM COM AS LIDERANÇAS

---

VOLTEMOS A FALAR da campanha do Brigadeiro em 45. Eu fiz a sua campanha, fui, vamos dizer, um dos “jovens turcos” do Brigadeiro e tenho um grande orgulho disso. Mas, falando com toda a sinceridade, confesso que — naquela época eu não percebi isso —, mas hoje acho que teria um grande medo do governo do Brigadeiro. Mesmo sendo um homem das mais extraordinárias qualidades morais, de um espírito cívico que ninguém pode pôr em dúvida, não era um homem preparado para o governo.

Homem de boa fé, dependeria muito, é claro, do ministério que fizesse, mas era um homem que acreditava em medalhões; era um homem que acreditava assim em Otávio Gouveia de Bulhões; nesse sentido era muito parecido com o Castelo Branco, tendo qualidades que o Castelo Branco não tinha.

Mas o que eu quero dizer é que ele era um homem muito pouco informado dos problemas do Estado moderno, um homem muito mais impressionado com a situação do povo, mais por ser um grande cristão do que por ser um grande estadista, se é que com isso eu me explico.

Ele tinha muito mais sentimento humanitário, filantrópico, solidário, altruístico, cristão enfim, do que a idéia de que a obra do estadista tem que ser, evidentemente, a de melhorar a vida do maior número possível de pessoas, e que isso exige uma certa severidade, uma certa dureza. Ele era muito sujeito a cair na mão dos espertalhões, um homem capaz de ser iludido por uma série de charlatães da tecnocracia, por exemplo. O Brigadeiro era um homem — hoje está velhinho, está doente, vamos falar dele como era — que tinha como característica o sentimento do dever; mas que não tinha nenhuma vocação para o poder, mas nenhuma!

Um dos medos que tenho hoje — na época seria exagero dizer que previ ou temi isso; porque o que a gente via era a vitória do Brigadeiro —, analisando a coisa, é o da pouca vocação que ele tinha para o poder.

Uma das perguntas que o Julinho me fez, daquele modo que ele tinha muito estranho de dizer às vezes umas coisas profundamente verdadeiras contra as quais você reagia no primeiro momento porque pareciam absurdas... Bem, vou contar desde o começo.

Uma vez nós tivemos, de noite, um “pega” danado e de manhã ele estava manso, macio comigo, lendo um imenso *O Estado de S. Paulo*, e eu sentei defronte e começamos a conversar. Ele me disse várias coisas... “O senhor sabe que...” então me fez uma série de elogios e tal, Rui Barbosa, aquelas comparações exageradas que fazia, e em dado momento perguntou: “O senhor

já leu Nietzsche?” Eu disse: “Muito mal, Doutor Júlio. Nietzsche é um autor do tempo do meu pai e do seu, não é do meu tempo”. (Agora voltou a ser moda, até o Círculo do Livro, que tem 500 mil sócios, está vendendo *Zarathustra* e vendendo à beça, milhares de exemplares.) Mas na minha formação Nietzsche era um fascista e louco, louco ele era, fascista também. De maneira que eu não lia Nietzsche, lia, assim, pedaços. Mas Julinho Mesquita foi grande leitor de Nietzsche, era uma das suas admirações, bem como Napoleão, Júlio César, Eduardo Gomes, Rui Barbosa e mais três ou quatro.

Então o Dr. Júlio fez um comentário que me impressionou muito na ocasião. “É pena o senhor não ter lido Nietzsche. O senhor precisa lê-lo e, sobretudo, *A Vontade do Poder*. Porque a única coisa que eu temo no senhor é que eu não o sinto com suficiente vontade de poder”. No primeiro momento eu pensei: “Isso é coisa que se diga! Então o sujeito acha que para a gente exercer o poder precisa ser ditador?” De forma que a minha primeira reação foi muito desfavorável. Hoje entendo inteiramente o que ele queria dizer. É que o poder ou você exerce por vocação ou porque quer, porque gosta. Eu tenho pavor dessa gente que diz assim... “É um sacrifício!” Eu tenho nojo desse pobre do Marcelo Caetano que escreve um livro dizendo: “Eu poderia estar ganhando muito mais dinheiro fora do governo! Podia ter um escritório de advocacia.” Então, diabo, por que não foi? Para fazer aquela porcaria que fez em Portugal!

O poder não é cargo de sacrifício. Ao contrário, o poder antes de tudo, é uma fonte maravilhosa de alegria. Porque cada decepção que você tem no poder ou fora dele é compensada cada vez que você realiza alguma coisa. Isso dá um senso de realização que é maravilhoso, um negócio fantástico! Quando eu descia naquela obra da água, era uma coisa que realmente me fazia esquecer todas aquelas brigas e desaforos, palavrão pra cá e discussão pra lá. Descia a setenta e tantos metros naquele buraco e via naquela gente — toque! toque! toque! Imaginava: “Bom, aqui dentro vai caminhar um rio! E depois vai sair água nas bicas!”

Fiz um discurso lá em que eu disse quase textualmente isso: “Não me importa que não se lembrem, quando abrirem as bicas, quem foi que botou a água. O que importa é que eu me lembre”.

É uma sensação quase vertiginosa. O perigo disso é o sujeito se converter quase num idólatra de si mesmo, compreendem? E é o que acontece com muita gente. Namora tanto o poder que vira Hitler, Fidel Castro, sei lá o quê. Mas realizar no poder aquilo que pregou e que tentou dizer como é que deveria ser feito... e foi o que aconteceu comigo. Por isso eu me considero um sujeito absolutamente realizado, pois passei vinte anos, inclusive a campanha do Brigadeiro inteira, dizendo o que era preciso fazer.

Quando cheguei na Guanabara muita coisa não fiz, muita coisa fiz errado, mas o que consegui fazer instaurou no país (e eu volto a dizer que um dia tinha vontade de escrever, o importante não foi o negócio de fazer banco ou escola...) um outro tipo de *approach*, uma nova mentalidade em relação ao problema de ser governo. Ser governo não é um sistema de privilégio para você. Ser governo é uma forma quase de escravidão, pelo menos de servidão, isto é, não ter hora, não ter direito nem a ter honra pessoal; é não ter o direito do amor próprio; é não ter tempo de cuidar dos filhos. É esse tipo de coisa! Quer dizer, é uma doação.

Se eu tivesse que comparar isso a alguma coisa, diria, por exemplo, que é uma coisa religiosa, não no sentido místico, mas no sentido físico. É como

entrar num mosteiro e se dedicar a Deus. Você entra temporariamente no poder e se dedica ao povo (povo é uma palavra tão perigosa de ser usada e se presta a tanta mistificação...), ao que se chama de comunidade. Esse poder dá uma sensação de realização maravilhosa. Eu tenho nojo da pessoa que diz que está fazendo um sacrifício: ou é um mentiroso ou é um impostor ou não sabe o que está fazendo lá.

Parece que me afastei do assunto. Vamos voltar a 45. A campanha dos *marmiteiros* prejudicou o Brigadeiro. Ah, profundamente! A campanha dos marmiteiros foi lançada pelo Hugo Borghi, que se elegeu deputado por São Paulo. Ele recebeu quatrocentos mil cruzeiros, de hoje, do Banco do Brasil. Imaginem! Hoje os preços estão bem mais altos. Recebeu, a título de financiamento da colheita do algodão — de sustentação do preço. Por isso é que eu botei no Borghi o apelido de “curuquerê”.

Ele lançou a campanha dos marmiteiros, inventando literalmente a frase, que foi, repito, toda inventada. Ele afirmou que o Brigadeiro tinha dito que não precisava do voto dos marmiteiros. Eu me lembro do meu desespero quando vi esse negócio dito na rua, no comício, no rádio. Tive a nítida sensação, pela primeira vez, de que o Brigadeiro ia perder a eleição.

E fui a ele: “Brigadeiro, o senhor tem que fazer um discurso, hoje, desmentindo isso, mas hoje”. E o Brigadeiro (a tal falta de vontade de poder; estava cumprindo um dever), disse: “Você fale com o Dr. Prado Kelly”. Mas o Kelly, que era um extraordinário político, não tinha nenhuma sensibilidade para o fenômeno popular e me disse: “Mas isso, Carlos, não tem tanta importância! O povo não vai acreditar nisso. Imagine!” Eu aleguei: “Kelly, você não sabe o que é o poder do rádio; o que é o poder de comunicação e, sobretudo, a partir de um fato que a gente não pode mais ignorar: o operariado é grato ao Getúlio porque personificou nele uma porção de coisas que não tinha antes e passou a ter, e que nem foi o Getúlio que deu, mas o certo é que ele tem”.

Aí fui ao José Américo, que tinha mais sensibilidade. José Américo me disse: “Realmente, isso é uma coisa grave. Mas está marcado um comício no Largo da Carioca, daqui a uns 11 ou 12 dias, e lá eu respondo isso. Lá, eu acabo com isso”. Respondi: “Dr. José Américo, daqui a doze dias o Brasil inteiro estará convencido de que essa frase é verdadeira. Não é com um discurso que o senhor vai desmentir”.

De fato, doze ou quinze dias depois ele fez um discurso maravilhoso no Largo da Carioca, dizendo que o Brigadeiro era amigo dos pobres. Mas não houve mais pobre no Brasil que se convencesse disso... Bom, na Constituinte, o Hugo Borghi se gabou disso da tribuna da Câmara. Há um discurso dele dizendo-se autor da campanha do marmiteiro e também do *slogan* “Ele disse” do Getúlio, que aliás, como *slogan*, foi formidável.

Agora é preciso explicar por que o Brigadeiro foi escolhido candidato.

Ele era o único. É o tal problema, não havia nenhum líder civil que garantisse a realização de eleições. A única forma de separar as Forças Armadas do Estado Novo, pelo qual tinham sido co-responsáveis, enfim, eram suas fiadoras, era um candidato militar. E aí é que vem, realmente, a habilidade diabólica, não do Getúlio, que a idéia não foi dele, mas da sua turma: Ah, querem um militar? Então vamos para o outro. E o Dutra, que ajudou a gente a conspirar contra o Getúlio, quando se viu candidato à Presidência da República, deve ter pensado: “Bom, tá pra mim!” Aceitou e com isso se dividiram as Forças Armadas, interessadas, já então, em garantir a realização de eleições. Mas divididas. E em

troca do apoio do Getúlio, o Dutra manteve todo o sistema “getuliano”, quer dizer, manteve todo o sistema que acabou nisso aí.

Não haveria nenhum candidato militar mais fácil de carregar do que o Brigadeiro. E a prova é que aquele que pareceria mais fácil, o Juarez, foi mais tarde bem mais difícil. Acho que o Juarez foi o candidato mais difícil que já houve na história do Brasil. Dele contam aquela história — eu não estava presente, não sei se é anedota ou não — de que num comício terminou dizendo assim: “Vamos trabalhar, é preciso trabalhar!” Disse um sujeito: “Já começou a perseguição!” O Juarez era um candidato difícilíssimo. Só não era pior que o Lott. Mas o Lott era do outro lado, graças a Deus. Igual a ele não houve candidato pior no mundo, coitado.

Mas o Brigadeiro tinha atrás de si o carisma dos 18 do Forte, dos Tenentes, e tudo isso. E também não havia, primeiro, unidade entre os políticos da UDN, nenhum deles se uniria em torno dos outros, a verdade é essa. Segundo, não havia um civil com popularidade. É a tal história, oito anos de ditadura tinham acabado com as lideranças civis — é o mesmo fenômeno de hoje —, tinham acabado completamente. Havia os monstros sagrados das Forças Armadas: o Brigadeiro, fulano, beltrano, o Cordeiro de Farias, o não sei o quê. E o Brigadeiro realmente — embora promovido pelo Getúlio várias vezes — tinha sido, deles todos, o único que nunca tivera nenhuma aproximação, vamos dizer, administrativo-política com o sistema ditatorial. Ele era o único que sempre foi contra a ditadura, porque outros foram ministros do Getúlio, interventores, não sei onde. O Cordeiro de Farias foi interventor no Rio Grande do Sul, aliás muito liberal, mas foi interventor do Estado Novo. O Juraci também, ao que se sabe, assim por diante. Quer dizer que realmente o Brigadeiro era o somatório de uma força que nunca foi um partido político, uma força que era um delta de um grande rio, cheio de canais.

A UDN surgiu oficialmente em 45, mas na realidade ela existia na clandestinidade, vamos chamar assim, creio que desde 43. Há um livrinho do Virgílio de Melo Franco chamado *Sob o Signo da Resistência*, em que ele conta isso com mais precisão. A UDN sempre foi um movimento de oposição até que resolveu colaborar com o Dutra, movida pela idéia do Otávio Mangabeira de fazer uma espécie de frente ampla que garantisse a devolução do poder a um civil na pessoa dele, Mangabeira. Nessa ocasião, Clemente Mariani foi ser Ministro da Educação do Dutra e Raul Fernandes, Ministro do Exterior, como homens da UDN. Na época o Virgílio não rompeu com o partido, mas deixou o cargo de secretário-geral, e nós oferecemos um banquete a ele, onde fiz um discurso saudando-o, definindo assim minha posição. Depois ele fez uma plaquete contando bem as origens da UDN.

Eu me lembro de uma coisa muito curiosa: o Virgílio, como signatário do “Manifesto dos Mineiros”, tinha sido um dos perseguidos pelo Estado Novo. Quando veio a guerra, ele fez uma carta ao Getúlio oferecendo, desinteressadamente, enfim sem nenhuma pretensão, os seus serviços para o esforço de guerra do Brasil. O Getúlio fez uma coisa tipicamente getuliana. Depois do rompimento com a Alemanha, o governo ocupou as empresas alemãs no Brasil. Então Getúlio pegou um político da oposição, que ofereceu seus serviços ao esforço de guerra, e nomeou-o interventor do Banco Alemão Transatlântico. Converteu-o em banqueiro oficial.

O Virgílio, que era uma mistura de idealismo, de esperteza e de astúcia mineira, comentou: “Se eu recusar vai parecer que fiz fita, que não quero servir ou que

estou querendo escolher onde servir. E fiz uma carta dizendo que me escolham, que vou servir onde for preciso. Se eu aceitar, vão dizer: ainda aproveitou-se desse pretexto da guerra para arranjar uma sinecura, ser interventor do Banco Alemão Transatlântico”. Então ele foi para o Banco Alemão, com a condição de não receber um vintém, trabalhou de graça, até que se livrou daquilo.

Mas nesse intervalo de ostracismo, Virgílio viveu de negócios. Ele tinha uns terrenos junto ao Parque Laje, na Rua Maria Angélica, onde morava quando foi assassinado. Virgílio começou então a lotear e vender os terrenos usando as relações de seu tempo de boemia, de quando ele era rapaz, jogador (jogava pra burro, no Jockey Club). A biografia da Carolina Nabuco sobre ele é curiosa nesse particular. Ele teve uma juventude de *jeunesse dorée*. Começou a vender seguros, fez uma carteira de seguros independente e ganhou muito dinheiro.

Quatro ou cinco dias depois da derrota do Brigadeiro, entrei no escritório dele na Avenida Nilo Peçanha n.º 11, 12.º andar, que era onde a gente se reunia. Ele estava com um caderninho assim, um caderninho escolar, caderno de material escolar, onde tinha anotado tudo o que possuía, tantas ações da Belgo Mineira, nesse tempo valiam alguma coisa, tantas apólices não sei de quê, tantos terrenos não sei onde, tantos não sei o quê. Então eu me debrucei em cima dele, que estava olhando e riscando o caderno. Virava a página, riscava o que tinha vendido.

Virgílio botou todo o seu dinheiro a serviço da campanha do Brigadeiro, que foi das campanhas mais pobres que já se fizeram no Brasil, porque a classe rica não acreditava na vitória do Brigadeiro, acreditava na vitória do Dutra e desconfiava um pouco de tudo aquilo que rodava em torno do Brigadeiro, que era apoiado pela esquerda democrática, do Hermes Lima e do João Mangabeira, e de toda essa gente que se formou como uma ala da UDN e de onde surgiu o Partido Socialista. Mas a esquerda democrática não deu um voto ao Brigadeiro, a não ser o de só meia dúzia de intelectuais, porém afugentou os ricos. Enquanto isso, o PSD garantia evidentemente o apoio de toda a plutocracia ao Dutra. De maneira que foi uma campanha paupérrima e os poucos que tinham alguma coisa gastaram tudo, como o Virgílio, que morreu relativamente pobre, com uma casa muito boa e mais nada.

A minha função dentro da campanha do Brigadeiro era muito humilhante:\* falar “em nome da mocidade”. Eu costumava caçoar — eu tinha um certo senso de humor — que na campanha do Brigadeiro falavam 500 oradores, cada um representando uma tendência completamente diferente, muitos com antigas ligações com o Getúlio, e muitos movidos pelo despeito de terem sido afastados por ele, tipo Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, enfim, toda essa gente pronta a aderir ao Getúlio de novo, se ele ganhasse.

Havia naturalmente os “carcomidos”, decaídos da Revolução de 30, tipo Leandro Maciel, aqueles velhos chefes políticos de antes de 30 que ressurgiram profundamente estimados como pessoas, mas profundamente reacionários, como o nosso querido Valdemar Ferreira, com quem eu fui a Pernambuco falar no comício feito no primeiro mês da morte do Demócrito de Sousa Filho. Nunca houve dois discursos mais disparatados do que o dele e o meu; não tinham nada a ver um com o outro.

Na campanha do Brigadeiro tinha sempre que haver um tom popular, e depois falavam todos esses próceres políticos, grande parte deles o povo não se lembrava

---

\* Lacerda fez esse comentário porque na época estava com 31 anos. (N. da E.)



mais e nem sabia, às vezes, o nome do “cabra”, ou se sabia não gostava, ou gostava e não gostava do discurso. Tinham que falar, sempre, um operário e um estudante. Nos comícios o operário e o estudante nunca tinham nome: “Falarão os Srs. Flores da Cunha, Virgílio de Melo Franco, Osvaldo Aranha, um estudante e um operário”. Quer dizer, um anônimo. Às vezes era até operário mesmo, outras vezes não era; o estudante às vezes era estudante, às vezes não, quando o estudante era eu. O operário e o estudante eram o tempero do comício... Era sempre assim.

Nessa época, surgiu a história do Rato Fiúza. Yedo Fiúza representou num dado momento um perigo sério porque, embora os comunistas não quisessem apoiar o Brigadeiro, um grande número de simpatizantes do comunismo tendia para o Brigadeiro, através da esquerda democrática. Eram aqueles que não tinham se conformado com o apoio do Prestes a Getúlio: os dissidentes, os inconformados com aquele tipo de oportunismo.

O Partido Comunista resolveu fixar-se num candidato, primeiro para adquirir respeitabilidade, segundo para fazer uma espécie de recenseamento de suas forças, terceiro para dividir as nossas. Então, a primeira pessoa que convidaram para candidato a Presidente da República foi o Guilherme Guinle. Prestes convidou Guilherme Guinle sob fundamento de que ele era um homem capitalista, mas progressista, porque tinha sido o criador da siderurgia do Brasil, na medida que lutou, e lutou muito, por Volta Redonda. Guilherme Guinle era um homem que abominava o comunismo e, além disso, era um sujeito de profundo bom senso. Achou muita graça na proposta, mas não levou a sério. Depois, ele convidou o Silveirinha, o Silveirinha da Bangu, Guilherme da Silveira Filho, para se candidatar ao Senado. Era o esforço do Prestes em tornar respeitável o Partido Comunista cercando-se de burgueses progressistas. Silveirinha se dá com o Prestes até hoje, quer dizer, hoje não sei, acredito que não se encontrem, mas se dão.

E assim foi, até que eles descobriam — isso eu não sei a origem — um engenheiro. Prestes estava atrás de um engenheiro e civil, que não sendo militar carresse para o partido o voto civilista. Ele sentia que havia, apesar de tudo, uma grande prevenção no meio da massa contra os dois candidatos militares; daí ele carreava o voto civilista, comunista ou não, isso não importava. Ele queria que fosse engenheiro para dar a idéia de um técnico na Presidência da República.\*

Então descobriram um sujeito que tinha sido prefeito de Petrópolis — foi ele que acabou com aqueles pitorescos bondes fechados da cidade — e que tinha fama de ser um sujeito honestíssimo e capacíssimo. Houve um prefeito do Rio, não me lembro mais quem, que quando começou a faltar água na cidade chamou o Yedo Fiúza, dando-lhe até um gabinete no palácio para resolver o problema da água no Rio, abrindo poços artesianos. E o Fiúza desandou a abrir poços artesianos em toda parte. Furava, saía um pouquinho d’água e depois secava; naturalmente vinha água podre, não é? O Rio é uma cidade construída em cima de brejo. Bem, mas com tudo isso, como aqui no Brasil ninguém se desmoraliza, continuou com fama de grande técnico e de honestíssimo.

Um belo dia um primo meu — cujo irmão tinha sido prefeito de Petrópolis no tempo de Washington Luís, antes do Fiúza, e era chamado de “carcomido”

---

\* A candidatura de Yedo Fiúza foi lançada oficialmente no dia 17 de novembro de 1945. (N. da E.)

— o Nestor,\* esse meu primo disse: “Olha, o Ari, meu irmão, avisou que esse pessoal está comendo gambá errado, porque esse Fiúza é um ladrão terrível: não é nada disso que estão dizendo, é uma porcaria de um engenheiro de última ordem e é um sujeito desonestíssimo”. “Mas como assim? Dizem que é um sujeito fantástico”. “Não é nada disso. Imagina você...”

Então começou a me dar umas dicas. Eu trabalhava nesse tempo no *Diário Carioca* com o Prudente de Moraes Neto e o Pompeu de Sousa. Procurei o Horácio de Carvalho e disse: “Vou topar a campanha contra o Fiúza”. É claro que o Horácio, um anticomunista até a raiz dos cabelos, e o José Eduardo de Macedo Soares ainda mais, disseram: “Puxa, mãos livres!”

Aí eu lancei um troço assim no jornal: “Yedo Fiúza, nem capaz, nem honesto”. E comecei a mostrar que a administração dele em Petrópolis era um primor de incapacidade, o que não é nada original, porque Petrópolis é uma das cidades do Brasil que prova que governo não é realmente uma coisa indispensável, pois Petrópolis subsiste e há muitos anos que não tem governo. Mal comecei a mostrar os erros dele, chegou colaboração de toda parte, notadamente de Petrópolis. Mandavam dizer assim. “Tem aqui, no Cartório do 12.º Ofício, uma certidão de um apartamento do Sr. Yedo Fiúza em Copacabana” — e enviavam a certidão. Outro falava: “Tem aqui uma prova de que ele comprou um outro apartamento por tantos mil contos em Botafogo”. Em dado momento, quando somei aquele negócio, dava um dinheiro que ele não podia ter ganho nunca na vida, nem como prefeito em Petrópolis, nem como engenheiro, com um modestíssimo escritório de engenharia. Aí comecei a publicar as certidões e veio o *slogan*, não é? Era preciso dar um nome a esse homem, ele se apresentava como honesto, capaz de salvar o Brasil, engenheiro... e não era capaz de justificar nada disso. Em suma, virou Rato Fiúza. Quem cunhou a expressão fui eu. Havia até um folhetim chamado *O Rato Fiúza* com toda a documentação, certidões e tudo mais.

Bom, o primeiro impacto foi realmente devastador. O próprio Prestes tomou o maior susto — eu sei por gente que estava ligada a ele — porque percebeu que tinha caído numa armadilha. Ele não conhecia, nunca tinha visto o Fiúza na vida. Queria um engenheiro e civil, “ponto!” De repente descobriu que era um sujeito altamente vulnerável e não podia se livrar mais dele — e o Fiúza não o largava mais. Ele queria se livrar do Fiúza e não conseguiu mais. Então começou a campanha “Rato Fiúza, o Rato Fiúza, o Rato Fiúza” no *Diário Carioca*, que tirava 12 mil exemplares. Incrível! As duas campanhas mais bem sucedidas que eu fiz na vida foram em dois jornais de pequena circulação: o *Diário Carioca*, que tirava 12 mil exemplares, e a *Tribuna da Imprensa*, que tirava 6 mil.

O Fiúza tentou responder, se não me engano num comício. Mas era irresponsável: ele não conseguia justificar como tinha 12 ou 14 apartamentos, não me lembro mais. Eram dois na Avenida Atlântica, três não sei onde, prédio em Petrópolis, o diabo a quatro. Coisas em nome dele, coisas em nome do irmão. E o incrível é que a maior parte estava em nome dele. Fiúza nunca imaginou ser candidato à Presidência da República e nunca imaginou que aquilo viesse a público.

É claro que uma grande parte do eleitorado se retraiu; mas, mesmo assim, numa eleição em que votaram uns dois milhões e pouco para um e um milhão

---

\* Nestor Barbosa. (N. da E.)



para outro, ele teve mais de 600 mil votos, mesmo assim. A que atribuir isso? Ao voto dos comunistas, à insatisfação com a candidatura de dois militares? Eu acho que foi o voto civilista, quer dizer voto de desconfiança em relação aos militares, voto de falta de confiança nos adversários do Estado Novo, quaisquer que fossem. No Dutra, por acharem que era uma continuação do Estado Novo, e por pouca confiança no Brigadeiro, por acharem que ele estava cercado por um grupo de reacionários. Naquela época, é preciso não esquecer, havia um número de pessoas que, mesmo não sendo comunista, tinha pelos comunistas uma espécie de solidariedade espiritual. Como é que eu vou dizer? Talvez altruística. O Prestes era um homem que estava saindo de dez anos de prisão, saindo do drama da mulher morta pelos nazistas. Um homem realmente carismático, embora muito burro, burríssimo. Eu nunca tive relações com o Prestes, nunca estive com ele. O Sobral Pinto, por exemplo, que foi seu advogado, era um entusiasta dele, entusiasta no sentido de apreciar o seu valor moral, a sua coragem moral. O Sobral é esse sujeito católico que respeita o comunista honesto até hoje; sempre que você ouve o Sobral, ele faz um elogio ao Prestes...

Nós vamos publicar este ano um livro, não é para fazer anúncio não, mas é um dos livros mais importantes que já se publicaram no Brasil. Um livro do Foster Dulles Jr., chamado *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. É uma história completa, com todos os nomes e de uma objetividade total. Ele não toma partido nenhum, mas entrevistou o Prestes, o Brizola, o Jango, todo mundo; tem, inclusive, coisas de que eu não me lembrava direito. Tem uma fotografia do Prestes que saiu na época em todos os jornais — saiu para ser contra ele, mas teve um efeito incrível —, que é o Prestes esquelético, baixinho, barba por fazer, barba assim de vários dias, esquelético mesmo, todo escalavrado ao lado de quatro enormes policiais especiais, cada um mais forte do que o outro. A fotografia foi tirada em pleno Tribunal de Segurança, onde ele levou uma bofetada na cara — tinha dado uma resposta qualquer insolente a um dos juízes e um dos policiais deu-lhe uma bofetada, na frente dos juízes; o Sobral tentou reagir e foi ameaçado de ser posto para fora da sala. Então no livro há essa fotografia e outro dia eu a estava vendo e pensei: realmente esse homem não tomou conta do Brasil porque não soube, teve todas as condições, era o verdadeiro Jânio Quadros. Se ele não fosse comunista, tinha tomado conta do país.

Mas a opinião de Sobral, que tem o maior respeito por ele e pelo seu valor moral, é a de que a única vocação do Prestes é para matemática; ele tinha uma vocação extraordinária para matemática e foi sempre um grande aluno na Escola Militar. Mas só isso. E o seu comportamento político é de uma burrice! O Prestes, no auge do prestígio, eleito Senador por uma porção de Estados, um belo dia vai dar uma entrevista na Constituinte de 46! Foi aquela curiosidade. Não havia repórter que não quisesse entrevistá-lo. Todos em torno dele. Então, um sujeito desses que até hoje não sei quem é, desses repórteres que a gente nem sabe o nome, virou-se para ele e perguntou: “Senador, no caso de uma guerra entre a Rússia e o Brasil, com quem o senhor fica?” Diz ele: “Com a Rússia”. No dia seguinte estava liquidado! Isso, num partido em que uma das bandeiras era o nacionalismo! Agora, é claro, que você interpretando, entende o que ele quis dizer. Mas o povo não vai a essa sutileza!

O fato é absolutamente verdadeiro. Foi uma entrevista coletiva e está em todos os jornais da época. O repórter fez a pergunta e ele caiu nessa armadilha fortíssima. Seria fácil dizer: “Entre um Brasil governado por nós e a

Rússia, não há hipótese de guerra, porque são duas nações pacifistas”. Compreendem? Mas não! No primeiro momento ele fez a besteira de dizer aquilo.

No dia seguinte começou a brincadeira em torno de Prestes. Afora os discursos que ele fez na Constituinte. Aí é que eu o vi de perto, mas nunca falei com ele. O meu pai, por exemplo, em dado momento, teve a maior admiração por ele. Teve um contato muito estreito com ele. Visitou-o em Buenos Aires quando fez toda a ligação entre o Partido Democrático de São Paulo, a Aliança Liberal e os Tenentes que estavam no exílio. Já então o Prestes estava muito afastado dos Tenentes. Há uma série de cartas trocadas entre meu pai e o Prestes que mostram bem a divergência. Mas, tempos depois, conversando na intimidade, meu pai me dizia: “A tragédia do Prestes é que ele é um líder carismático, não tem mais nada do que carisma, só carisma”.

Mas voltando às eleições de 45. Os resultados foram corretos. Votou muito morto. Se eu me lembro bem, o registro eleitoral dos sindicatos era automático: o sujeito era sindicalizado automaticamente e tirava a carteira eleitoral. Então, aconteceu que muita gente que era sindicalizada, e que tinha morrido, recebeu título e outro foi votar por ele. Mas foram episódios isolados. No conjunto, não há a menor dúvida de que o Dutra ganhou.

Claro que isso não beneficiou os dois lados. Morto do nosso lado era difícil de votar: nós não tínhamos muitos mortos para votar. Mas a máquina estava toda montada, a máquina do Ministério do Trabalho estava toda montada, a máquina sindical inteiramente a serviço do governo. E o Getúlio, nesse ponto, foi lealíssimo ao Dutra, porque compreendeu o negócio.

Quem convenceu o Getúlio a apoiar o Dutra foi o Ademar. O Ademar foi a São Borja e mostrou ao Getúlio que ele só tinha um caminho: dividir as Forças Armadas, eleger o Dutra e tê-lo um pouco prisioneiro para sobreviver. O Getúlio percebeu muito bem o negócio. Isso me foi confirmado pelo Jango Goulart.

A Alzira Vargas não sei se conhece essa versão. Ela sabia muito pouco sobre tudo isso. Eu li com a maior atenção o seu livro *Getúlio Vargas, Meu Pai*, e nele só há um momento que é profundamente respeitável: é quando a gente sente que ela teve muito escrúpulo com o Estado Novo. Realmente, ela deve ter se sentido mal com o Estado Novo, porque, quando mocinha, como estudante, teve até suas veleidades socialistas ou socialisteiras. Então aquilo a repugnou muito, mas como beneficiou a seu pai...

O Armando Daudt de Oliveira, filho do João Daudt, muito amigo do Getúlio, me contou a seguinte história: no 1.º de janeiro de 1944, já no fim do governo, foi convidado para almoçar no palácio com a família, D. Darci, a Alzira e o Getúlio. O Getúlio na véspera tinha ido, o que não era muito comum nele, assistir a uma revista no Teatro Recreio, e tinha passado o *réveillon*, a meia-noite, numa revista de rebolado com o ajudante de ordens. Isso, mesmo hoje, seria um negócio meio estranho, por exemplo, o Geisel num rebolado no *réveillon*. Naquela época era um negócio meio insólito e não combinava com o gênero do Getúlio, porque o populismo dele não era desse tipo, era de outro gênero. Então o Armando conta para quem quiser ouvir que em dado momento, durante o almoço, a Alzira disse: “Patrão, pegou muito mal esse negócio do senhor passar ontem o *réveillon* no Teatro Recreio”. Ele aí olhou para ela com os olhos mais frios do mundo e respondeu: “Acho que pegaria muito pior, minha filha, se soubessem que no dia do Natal eu jantei sozinho”.

Essas coisas explicam uma porção de outras coisas, e há dezenas de episódios desse gênero. De maneira que o livro da Alzira é falho, como também os tais documentos que ela deu ao Hélio Silva. Por isso é que o livro do Hélio Silva saiu uma porcaria: ele só usa os documentos que dão a ele, não vai buscá-los. É evidente, a Alzira deu a ele os documentos que lhe convinha fossem divulgados. Os outros ela não deu, e ele se contentou com esses. No livro da Alzira, tirando essa sua resistência visível, essa repugnância que ela tem ao Estado Novo, ela conta coisas que, por uma simples análise lógica dos acontecimentos, você vê que são inverossímeis.

Conta, por exemplo, que interpelou o General Zenóbio — isso já em 1954 — em plena reunião do ministério, a propósito da renúncia do Getúlio. Que disse claramente ao Zenóbio que ele era um traidor ou coisa parecida — e, ali, ela começa a contar a história da carta-testamento. Ora, a sua história não combina nem com a do Osvaldo Aranha, nem com a do Jango Goulart. A história do Osvaldo Aranha se pode pôr em dúvida porque ele era muito fantasioso, pecava pelo excesso de imaginação, mas a do Jango — que ele me confirmou em Montevideu, e que foi sempre a que contou, desde o primeiro dia — é a de que ele recebeu a tal carta, a carta-testamento, com ordem de levá-la, e que o Getúlio a assinou na reunião do ministério. O Jango nunca mencionou incidente algum do tipo que Alzira Vargas descreve com o General Zenóbio da Costa.

Em 1954, eu estava com o Brigadeiro Eduardo Gomes em minha casa, quando ele recebeu um telefonema do Osvaldo Aranha propondo uma solução para a crise. A solução que ele propunha, em nome pessoal do Getúlio, era o Getúlio se licenciar do governo. E o Brigadeiro, que era ligadíssimo ao Osvaldo por causa de 30 e tudo mais, no primeiro momento ficou estatelado sem saber o que dizer, se devia ou não concordar.

Telefonou então para o Chico Campos, que ele ouvia muito, a fim de consultá-lo. No fundo, o civil que derrubou o Getúlio foi Francisco Campos, o mesmo homem que fez a Constituição de 37 e que numa entrevista dada ao Pompeu de Sousa provou que o Getúlio não tinha cumprido nem essa Constituição, que previa um plebiscito e que nunca se realizou. Por isso a Constituição estava anulada; logo, o Getúlio não era mais governo legal, nem do ponto de vista ditatorial. O Campos era infernalmente lógico; incrível, de uma cabeça política incrível.

E o Chico Campos do outro lado do telefone disse para o Brigadeiro: “Brigadeiro, nem pensar. Esse homem volta ditador. Se ele se licenciar, volta ditador. Ele tem que sair”. Aí, o Brigadeiro perguntou-me: “O Dr. Campos está dizendo isso, o senhor o que é que acha?” Respondi-lhe: “Brigadeiro, eu acho que não tem cabimento nenhum, o país está sem governo, esse homem ou sai ou nós vamos para uma ditadura, não tem outro caminho. Ele vai se licenciar para quem tomar conta? Um amigo dele? Bom, então, entrega o poder de volta a ele, se é para isso, deixa ele lá. Agora, ele tem condições de ficar? Não tem. Os senhores têm condições de obedecer a ele? Algum oficial da Aeronáutica obedece a ele?” E foi aí que eu fui ao Zenóbio convidá-lo a derrubar o Getúlio.

Mas isso é outra história. Nós vamos falar ainda muito dela. Depois, quando conversarmos sobre a crise de agosto de 1954.

## FUNDAÇÃO DA TRIBUNA DA IMPRENSA

A CERTA ALTURA da vida eu trabalhava no *Correio da Manhã*, onde o Paulo Bittencourt sempre me deu total independência. Eu costumava dizer ao Paulo Bittencourt que ele era um jornalista que se vendia por um jantar pago por ele mesmo. Porque a única coisa que podia realmente dobrar a independência do Paulo era quando, por exemplo, um Nereu Ramos ia jantar em sua casa. Então ele achava uma honra tamanha e era tão hospitaleiro que no dia seguinte chegava e dizia: “Coitado do Nereu Ramos! É um bom sujeito. Não esculhamba ele tanto. Deixa o homem um pouco em paz!” Mas no mais ele respeitava rigorosamente os meus artigos. Até o dia em que ele estava numa estação de águas e eu escrevi um artigo contra a entrega das refinarias de petróleo a grupos privados. Isso, já em plena oposição ao Dutra.

Mas estou saltando uma coisa que parece óbvia: eu fiquei com o grupo chamado de resistência da UDN contra o governo Dutra. A tese do Virgílio de Melo Franco, que foi o nosso líder, era a de que não era o momento de união nacional; era o momento de esclarecimento nacional. Nós não podíamos sair de uma unanimidade da ditadura para uma unanimidade pseudodemocrática. A tese era a de que a vitória de Dutra representava a manutenção da máquina ditatorial, quer na área sindical, quer na área econômica, quer na área política. E que, portanto, o único meio de educar o povo para a democracia era manter uma oposição viva e vigilante e não aceitar cargos no governo.

Favoráveis à colaboração com o governo estavam as outras correntes, com o Otávio Mangabeira à frente, na esperança de ser o sucessor do Dutra, como uma forma de voltar o poder a um civil, e um pouco também... o cansaço! O Mangabeira, exilado desde 30, volta em 45 ao Brasil convencido de que íamos para o poder e para a vitória. Assiste à derrota do Brigadeiro. Se sentindo envelhecer, um animal político como ele era... Ele dizia que só lia duas coisas: a *Bíblia* e o *Readers Digest*. O que era um certo exagero, mas, em todo caso, ele não tinha grande cultura, mas era um homem de grande talento. Era um homem que desprezava o dinheiro completamente. Me lembro que uma vez, no Albamar, num jantar, eu disse a ele: “O senhor com toda essa manobra de apoio ao Dutra e de união em torno do governo jamais será Presidente da República”. Ele perguntou: “Por quê?” “Porque não terá nunca condições de popularidade suficiente entre os trabalhadores, já que o senhor é tido como um político profissional e plutocrata, e nunca será popular bastante entre os empresários, porque o seu desprezo pelo dinheiro, o seu desprezo por todos esses problemas econômicos e a sua obsessão pela política não inspiram confiança

ao empresariado nacional. Nem do lado patronal nem do lado operário o senhor jamais será um candidato popular. Então, jamais se elegerá!”

Ele me disse: “É muito possível que você tenha razão! Porque tenho realmente um desprezo total pelo dinheiro. A única coisa que me interessa na vida é a política, é me dedicar às coisas de um povo e de uma nação. Às vezes, quando vou em casa de um amigo rico e ele me diz que deu quinze mil contos por um vaso de Sèvres, eu olho — não sou indiferente à beleza, posso achar bonito —, mas não me entra na cabeça quê um sujeito dê quinze mil contos por um vaso que cai no chão e quebra. Não chego a entender por que uma pessoa pode se interessar por um objeto desses, a ponto de dar esse dinheiro todo, e também não chego a me interessar por esse dinheiro”.

Então, Mangabeira contou uma coisa que Dona Ester, sua mulher, um dia me confirmou: para mudar uma gravata era preciso que ela comprasse uma nova e o obrigasse a usá-la, senão ele ficava com a mesma gravata meses a fio. Não era desprendido não, era desprovido da idéia de que o dinheiro serve para alguma coisa. Nesse sentido era uma figura fascinante, mas com uma concepção muito engraçada de vida. Por exemplo: quando governou a Bahia convidou o Anísio Teixeira para Secretário de Educação e alguns pelo menos tidos como notáveis para outros cargos. Eu disse: “O senhor, Dr. Otávio, é um homem curioso: é um dos raros políticos brasileiros que não tem medo de convidar sujeitos superiores ao senhor, em certos terrenos, para seus auxiliares”. Ele respondeu: “Porque eu não tenho medo de ninguém. Sei que sou tão inteligente, pelo menos, quanto qualquer um deles. Eles podem entender mais dos assuntos do que eu, mas sou capaz de entender o que eles me dizem. Então, não tenho medo deles!”

Isso é importante frisar, no caso, porque é raríssimo num homem público brasileiro. Todos têm medo uns dos outros, porque não têm segurança do que sabem e do que não sabem. Pois, então, esse homem, com essas qualidades extraordinárias, meteu na cabeça que, apoiando o Dutra e fazendo uma união nacional em torno dele, seria possível neutralizar o que restava da máquina getulista no governo e trazer o Dutra para um lado bom, digamos.

Eu hoje às vezes até me pergunto — quem sabe se essa tese tinha sua razão de ser? Não estou muito seguro disso, mas na época, em todo caso, a minha posição foi radicalmente oposta. Eu fiquei na corrente, vamos chamar, de Virgílio de Melo Franco, liderada pelo Virgílio, em termos políticos, e em termos de imprensa pelo *O Estado de S. Paulo*. O Julinho jamais admitiu a tese de Mangabeira, nunca na vida podia admitir essa idéia. Considerava o Dutra um produto legítimo da ditadura, o seu continuador, e nisso muito influenciado pelo Brigadeiro, que teve sempre uma atitude curiosa: não era um homem vingativo, não era um homem rancoroso, enfim; era um cristão, realmente, cheio de generosidades. Mas havia algumas coisas nele que eram quase obsessivas. Ele tinha uma raiva do Dutra... Raiva não era bem o termo. Ele tinha um desprezo pelo Dutra. Uma coisa impressionante.

Já nessa época o Brigadeiro não perdoava o Dutra porque achava que ele faltou com a palavra. Quando o Brigadeiro se entendeu com o Dutra e com os outros chefes militares para forçar o Getúlio a realizar as eleições que iriam terminar, na opinião dele, Eduardo Gomes, na vitória do Armando Sales,\* o Dutra comprometeu-se em nome do Exército a garantir as eleições. No último

---

\* Eleições marcadas para 1938. (N. da E.)



minuto, convencido sabe Deus por que razões, apoiou o Estado Novo, do qual foi o fiador militar.

Do ponto de vista da honra militar, afora o espírito cívico também funcionando, o Brigadeiro considerava o Dutra um homem militarmente desprezível porque tinha faltado à palavra com seus camaradas num compromisso de honra para com o país. O Brigadeiro nunca admitiu o apoio da UDN ao Dutra, mas como era um homem cerimonioso nunca rompeu com o Mangabeira. Também sempre teve o maior respeito pelo Clemente Mariani, que foi indicado pelo Juraci para o Ministério da Educação, e pelo Raul Fernandes, que, como eu já disse, era o Ministro do Exterior.

Nessa ocasião houve uma convenção da UDN na ABI. Convenção muito difícil porque o Artur Bernardes, que ia entrar para a UDN, acabou não fazendo isso por causa do Virgílio, de quem ele tinha horror. Ambos tinham horror um ao outro, e o Bernardes fez retardar a convenção por uns 40 minutos. Enquanto isso, o povo ali, na ABI já meio impaciente. A certa altura foi dada a palavra, se não me engano, ao Flores da Cunha ou a outro gaúcho. Aí o famoso Luís Camilo levantou-se e disse: “Chega de gaúcho!” Quando ele disse “Chega de gaúcho!”, a seu lado estava o filho do Flores da Cunha que o desafiou para uma briga no Café Vermelhinho que ficava em frente. Deu um trabalho danado para segurar os dois. Esse era o clima. O Virgílio com honras de figurar na mesa e eu, na platéia, fiquei incumbido pela nossa corrente de combater a idéia da presença dos dois ministros da UDN no governo.

Vê como é a vida: o Raul Fernandes, meu primo, amigo fraternal de minha mãe (eles se adoravam), e o Clemente Mariani, futuro sogro de meu filho. Eu me levantei e dei a maior esculhambação nos dois, “trânsfugas, traindo a UDN, a UDN não foi feita para nomear ministros no governo do adversário, etc.” O Raul, que era um homem de talento excepcional, diplomata dos mais extraordinários que o Brasil já teve, um homem realmente de uma cultura superior, mas tímido no fundo, talvez, com a consciência absoluta da sua superioridade sobre mim evidentemente, não se dignou nem a responder, ficou calado. Mas o Clemente, que é um galo de briga até hoje — com setenta e tantos anos enfrentou esse Calmon na briga do Banco da Bahia —, levantou-se e respondeu num discurso duro e muito bem feito. Acho eu que, sem nenhum favor, levou vantagem, não no sentido de demonstrar que sua tese estava certa, mas no sentido de demonstrar que ele estava cumprindo as intenções e a orientação de uma ala da UDN tão respeitável quanto aquela que eu representava. E lá foram os dois para o ministério.

Nessa altura, já eu no *Correio da Manhã*, como contei, houve o problema da minha oposição à entrega das refinarias ao Peixoto de Castro e ao Soares Sampaio. Eu sustentava que ou se abria uma concorrência pública para as refinarias, ou se fazia as refinarias estatais. Agora, pegar duas famílias e dizer “Vocês vão enriquecer”, era um presente numa bandeja. Pegar as duas únicas refinarias nacionais, fora a Ipiranga, e entregar de presente, tanto mais que nenhum deles ia botar dinheiro seu. A do Soares Sampaio era a Gulf; ele era apenas um representante do grupo Gulf. No dia seguinte o meu artigo não saiu. Telefonei para o Costa Rego e ele me disse: “Venha cá”. Eu fui e Costa Rego explicou: “Olha, tenho ordem do Paulo de nunca deixar de publicar artigo seu, qualquer que seja a opinião, porque a sua seção ele respeita religiosamente. Mas nesse caso eu telefonei para Araxá e ele disse que esse artigo não pode sair”. Eu então também telefonei para o Paulo, que veio para o Rio e lhe disse: “Olha,

Paulo, eu não tenho condição de continuar a colaborar no jornal se você não explicar por que o meu artigo não pode sair e o que há de errado nele. É ou não é uma imoralidade isso?” Ele então respondeu: “O caso já se passou e é muito difícil de explicar, mas também pode ser muito fácil de explicar. Os Sampaio são meus amigos de juventude, fizemos muita farra juntos, bebemos muito juntos, lutamos juntos a nossa mocidade inteira. Não posso deixar sair no meu jornal uma paulada dessas neles”.

“Bom, então, Paulo, paciência, eu saio”. Ele: “Eu lamento enormemente e espero que você compreenda, etc.” Eu disse: “É claro que eu não compreendo, mas respeito. E você vai dar uma explicação, se não vai parecer que eu levei dinheiro para calar a boca”. E o Paulo Bittencourt fez essa coisa raríssima num jornal brasileiro: no dia seguinte saiu uma nota assinada P.B. (porque ele nunca assinava, o máximo que fazia era P.B.), no lugar do meu artigo, que dizia assim: “Fulano de Tal deixou de colaborar nesse jornal e fazer a sua seção. Surgiu entre nós pela primeira vez um problema: ele defende uma tese que não quero discutir, mas nessa tese ele se viu obrigado a atacar velhos amigos meus de infância e de juventude. Por respeito a esses amigos, fui obrigado a não publicar o artigo. Ele julgou que não podia continuar e eu julguei que tinha o direito de não atacar os meus amigos no meu jornal”. Era uma coisa mais ou menos nesse gênero. Ele foi de uma nobreza, dentro de seu ponto de vista, da maior dignidade. Eu ainda pedi a ele: “Me empresta o nome da *Tribuna da Imprensa* que eu vou tentar fazer um jornal”.

Aí lancei uma subscrição pública. O Tristão de Athayde saiu com uma lista de acionistas; foi ao Supremo Tribunal e um ministro parece que assinou, não sei quem mais lá, e fizemos um capital de 12 mil cruzeiros, capital realizado de 6 mil, o resto a prestação. Eu comprei por 700 cruzeiros o prédio onde funciona até hoje a *Tribuna*. E comprei a prestação, com o resto do dinheiro e mais um empréstimo que fiz no Banco de Crédito Real, onde era diretor o Luís Camilo, nomeado pelo Milton Campos, empréstimo esse obtido com a garantia do capital a realizar. Com o dinheiro comprei essa máquina de moer cana em que a gente imprimia o jornal. E, assim, surgiu a *Tribuna*.

Nessa fase quase todo mundo trabalhava comigo. Primeiro, eu fiz um negócio do qual me arrependi solenemente: um Conselho Consultivo, formado pelo Adauto, Corção, Tristão de Athayde, Sobral Pinto e o Dario de Almeida Magalhães. Então era inviável. Cada vez que a gente queria publicar um artigo tinha que reunir o Conselho Consultivo, cada qual mais individualista que os outros. E a não ser o Dario, que era um velho jornalista brigado com Chateaubriant, mas que tinha treino disso, os outros nunca haviam passado por jornal e não entendiam a rapidez com que você tem de opinar. Tanto que pediam para decidir na semana seguinte, e coisas desse gênero. Era inteiramente inviável.

Mas aí a *Tribuna* virou uma espécie de escola de jornalismo, foi um “navio-escola”. Uma hora eu estava organizando o jornal e aparecia um sujeito e dizia assim: “Ô Carlos, há quanto tempo eu não te vejo”. Eu olhava, nunca o tinha visto, mas ele falava com tanta intimidade que eu julgava conhecê-lo. “Como é, você tem aí uma vaga para mim?” “Tenho, estou procurando um sujeito...” “Pois é, eu sou repórter excelente”. Bom, enfim, ficou empregado. Foi assim que eu conheci o Hermano Alves. O Hermano nunca me tinha visto na vida, nem eu a ele. Ainda conta isso hoje. Foi ele mesmo que me disse mais tarde que nunca me tinha visto antes. Aí entrou muita gente, o Hilcar Leite, um velho trotskista maravilhoso.

Um breve parêntese: recebi do Stefan Baciú, que hoje é professor universitário no Havaí, um poema engraçadíssimo, lembrando a vida da *Tribuna*, a comida do Tim Tim Por Tim Tim,\* “Saudade do Odilon”, de Lacerda Paiva; “Saudade dos gritos”, de Hilcar Leite; “Saudade das Madrugadas”. Era um jornal realmente muito estranho a *Tribuna*.

Mas, antes disso, os compromissos que o jornalismo criou para mim e esses “antecedentes criminais” de matéria política me levaram a uma espécie de obrigação de testar a tese de resistência ao governo Dutra, enfim, da resistência democrática, vamos dizer assim. Eu me candidatei a vereador com o grupo da UDN que se chamou Renovação Democrática, uma coisa assim.

Por isso, estou novamente voltando atrás. Eu me candidatei a vereador pelo Distrito Federal antes da fundação da *Tribuna*. Bem antes. Isso foi em 46 ou 47. Surgiram as candidaturas a vereador e fui candidato pela UDN. Nessa época, bati o recorde de votação, foi o meu primeiro recorde. Foi batido na Constituinte pelo Prestes e pelo Getúlio e, muito mais tarde, pelo Brizola. Mas na época o recorde brasileiro de votação para vereador foi o meu, no Rio: 32 mil votos, nesse tempo era uma fábula!

Então fui para a Câmara dos Vereadores, cujo Presidente era o João Alberto. Havia uma bancada comunista bastante forte, liderada pelo Agildo Barata, e mais o Barão de Itararé e outras figuras. Debates e coisa e tal. Só se falava em assuntos nacionais. Assuntos do Rio, nenhum. Só se falava em política internacional e nacional e não em telefone e escolas. O Senado ficou com medo da bancada da oposição na Câmara dos Vereadores do Rio, que era o começo de uma banda de música; incomodávamos muito o Dutra. Eram o Adauto Cardoso, o Gladstone Chaves de Melo, o Mário Martins (francamente não me lembro se foi dessa época) não garanto. Lembro-me desses... eu, o Paes Leme, Lígia Lessa Bastos. A nossa ala venceu de longe a eleição porque, com a minha votação, eu carreguei quatro ou cinco. Nós tínhamos uma bancada bastante forte. Mas João Alberto, como presidente, era muito jeitoso, muito maneiroso, simpático, a gente ia vivendo. Até que o Senado, ao votar o Estatuto do Distrito Federal, retirou da Câmara dos Vereadores o poder de examinar os vetos do prefeito. Ora, o prefeito era nomeado pelo Presidente da República e, se os eleitos do povo do Rio de Janeiro nesse tempo não tinham sequer o poder de examinar os vetos de um Prefeito nomeado pelo Presidente, não tinham mais poder nenhum.

Então eu fiz um discurso dizendo que não pretendia ganhar dinheiro sem fazer nada; não havia mais sentido naquele mandato; que nós não tínhamos nenhum poder político sobre a cidade que representávamos; que o Senado tinha usurpado completamente os poderes do povo, criando uma verdadeira ditadura do Presidente da República sobre o carioca porque temia a oposição no Rio e que, portanto, eu renunciava. Renunciou comigo o Adauto. Pouco depois, ou por isso ou chateado com aquilo tudo, pois era um homem pouco estável, um pouco assim... gostava de mudar de galho, renunciou o próprio João Alberto, que era do governo e do PTB.\*\* A Câmara aí foi afundando naquele destino melancólico da pequena negociata. Não tinha mais nada a fazer. Só fiquei lá uns oito ou nove meses.

---

\* Tim Tim Por Tim Tim, antigo restaurante da Rua do Lavradio, onde a turma da *Tribuna* almoçava. (N. da E.)

\*\* Nessa época foram cassados os mandatos dos vereadores comunistas. (N. da E.)

Mas o apelido Gaiola de Ouro, que a Câmara dos Vereadores ganhou, não surgiu nessa época. É coisa muito mais antiga. Foi um apelido dado provavelmente por meu pai, quando foi vereador, ainda na República Velha. Um apelido que surgiu durante a construção do prédio da Câmara Municipal, no antigo Largo da Mãe do Bispo, que é a Praça Floriano, em frente ao Teatro Municipal. Na época, a construção daquilo foi considerada um escândalo. Provavelmente nem foi. Lembro-me que foi construída na administração de Antônio Prado Júnior, Prefeito que Washington Luís nomeou para o Rio, ou talvez até um pouco antes. Como era considerado um órgão extremamente caro, extremamente dispendioso e extremamente inútil, puseram o apelido de Gaiola de Ouro. Não posso garantir se foi meu pai ou não, em todo o caso, se foi, houve uma injustiça dele.

Mas aqui cabe uma palavra sobre meu pai, Mauricio Lacerda. Ele foi eleito vereador quando estava preso. Foi uma época excepcional do Rio de Janeiro, porque eram vereadores no tempo de meu pai gente como José Joaquim Seabra, que foi Governador da Bahia, Ministro da Justiça, republicano histórico e uma figura nacional; o velho Leitão da Cunha, professor da Faculdade de Medicina e todo o grupo do Partido Democrático que se criou no Rio. Esse grupo morreu quase todo num desastre de avião no dia da chegada de Santos Dumont ao Rio de Janeiro, Ferdinando Laboriau, Paulo Castro Maia, irmão do Raimundo, figuras de primeira qualidade. E havia ainda dois vereadores comunistas eleitos por um bloco chamado Bloco Operário Camponês, o Otávio Brandão, que depois morou na Rússia, e um marmorista do Sindicato dos Marmoristas, chamado Minervino de Oliveira.

Nesse tempo havia um negócio chamado “reconhecimento de mandato”, “reconhecimento de poderes”. A maioria julgava se a eleição de cada um tinha sido válida ou não. Era degolado o sujeito da minoria, tranqüilamente. Reunia-se a maioria e dizia esse aí não faz mal pode ser reconhecido; esse aí não pode, então não reconhecia o mandato do eleito. Chamava-se “a degola”. A maioria preparava-se, na época, para degolar os dois vereadores comunistas, e meu pai e o pessoal do Partido Democrático saíram em defesa deles.

Os comunistas tinham sido eleitos legitimamente, tanto quanto os outros. Enquanto brigavam violentamente pela posse dos dois, pelos direitos dos dois ao mandato — o interior da Câmara até hoje é de mármore cor-de-rosa —, o Minervino, que era um operário marmorista profundamente apaixonado por seu ofício, não tomava conhecimento da discussão e estava olhando aquele trabalho em mármore, achando aquilo uma beleza, para grande indignação do meu pai. “Seu Minervino, nós estamos brigando aqui por sua causa e o senhor está olhando mármore aí. Isso não é hora de olhar mármore. O senhor devia olhar era o mandato”.

Bom, voltando então adiante, quando eu renunciei ao mandato, a Câmara de Vereadores caiu realmente de tónus, quer dizer, perdeu o significado como assembléia política. Começamos um outro tipo de luta, uma luta através de comícios pelo país. Começamos com o Virgílio a correr o Brasil inteiro, a organizar diretórios da UDN, a mobilizar estudantes, a fazer conferências, a promover debates, porque nesse tempo não havia televisão e o negócio “praça pública” ainda funcionava muito. Os microfones pareciam uma moeda. Um horror! A voz da gente arrebatava no caminho. Mas, enfim, com algum êxito, começamos a despertar certo interesse pelo fenômeno da política.

E a Constituinte nacional continuando seus rumos... Muito confusa. O projeto governamental mais ou menos imposto, a oposição udenista muito que-

brada, porque a cada momento a maioria lembrava aos oposicionistas a presença de representantes da UDN no governo, o que tirava “o moral das tropas”. Os sujeitos ficavam meio desmoralizados para fazer oposição.

Dutra, um homem em quem hoje reconheço certas qualidades, não de inteligência, mas de malícia, de esperteza política, estava muito mal cercado. Foi aí que se inventou a expressão “copa e cozinha”, inventada para o Vitorino Freire e o Georgino Avelino, porque ambos traziam pão-de-ló e ovos do sítio para Dona Santinha, e entravam pela cozinha levando ovos frescos da granja. Daí veio a expressão “copa e cozinha” para designar os íntimos do Dutra que freqüentavam o palácio, na qualidade de amigos e logo de conselheiros. Pessoas extremamente hábeis politicamente, mas, evidentemente, extremamente medíocres do ponto de vista de problemas nacionais, que não entendiam nem antes, nem hoje, nem nunca. E começou uma política de manutenção. De um lado, da máquina sindical criada pelo Marcondes Filho, enfim pelo Estado Novo, — “Boa Noite, trabalhadores do Brasil” —, portanto o prestígio do Getúlio, a força do Getúlio intactos, como uma espécie de quisto dentro do governo Dutra. Do outro lado, a manutenção das velhas oligarquias estaduais tal qual fez a revolução agora: utilizou-se delas e foi caçar com a matilha dos antigos. A manutenção das mesmas oligarquias estaduais de toda a parte do Brasil para garantir as suas maiorias.

Eu me lembro, por exemplo, de um Ministro do Trabalho do Dutra, o Morvan Dias de Figueiredo, um homem de São Paulo, simpático até, ligado à Federação das Indústrias. Um dia perguntei a ele: “Ministro, por que os senhores não tentam, na base da relação pessoal, acabar com essa máquina sindical e fazer sindicatos autênticos no Brasil? Façam essa experiência!” Ele disse: “Meu caro, porque todo governo precisa ter sempre um sindicato que lhe passe telegramas de apoio”. E aí, então, institucionalizou-se o “peleguismo”. O peleguismo operário e o peleguismo patronal. Os falsos líderes dos dois lados. Os Euvaldo Lodi de um lado e do outro os pelegos também operários. Nenhum deles representativo realmente de classe nenhuma. Era como se fossem burocratas da representação classista.

E a Constituinte chegou a seu fim, um pouco melancolicamente, e aí alguns elementos da UDN tentaram uma recuperação populista do partido. Em primeiro lugar, inútil, porque não deu certo; em segundo lugar, demagógica, porque não era sincera; em terceiro lugar, incompetente politicamente. Por exemplo, o Paulo Sarazarte introduziu um artigo para participação dos operários nos lucros das empresas, artigo que nunca ninguém conseguiu regulamentar, porque dependia de regulamentação em lei ordinária, e nunca ninguém chegou a uma fórmula matemática capaz de garantir e de interessar o operário na participação do lucro. Porque o que o operário queria, era um aumento de salário. Participando do lucro ele tinha que participar do prejuízo também. E quando der prejuízo, como é? E o lucro dividido por “x” mil unidades operárias dava uma quirera para cada um, uma espécie de 13.º salário! O que interessava isso a ele, nessa época? Então era medida inócua, puramente demagógica, que não teve a menor influência sobre o operariado em relação à UDN, o operariado não tomou conhecimento do que tinha sido apresentado por Paulo Sarazarte, deputado cearense da UDN.

Vem o Bilac Pinto, que era especialista em apresentar projetos e depois se desinteressar da sorte deles, e apresentou o primeiro projeto de monopólio estatal do petróleo. Enquanto isso, no Senado, o constituinte Luís Carlos Prestes pedia apoio do capital estrangeiro para o desenvolvimento do petróleo nacional, e o projeto mandado à Constituinte pelo Dutra, depois renovado pelo Getúlio, admitia

a participação do capital estrangeiro. A UDN — acusada de mancomunada aos interesses imperialistas, através do Bilac Pinto — foi quem apresentou o projeto que instituiu o monopólio estatal do petróleo.

Isso teve tão pouca repercussão que, até hoje, não se sabe disso. Até hoje pouca gente no Brasil tem conhecimento de que o monopólio estatal do Petróleo foi instituído por uma emenda do Deputado Bilac Pinto, da UDN. Isso me lembra — eu fazia a crônica da Constituinte — um deputado do Norte que dizia assim: “Eu ouvi falar nesse tal negócio de Standard Oil, que compra deputado. Cheguei aqui, me hospedei no Hotel Serrador, e fiquei esperando que batessem na porta para me comprar. Até hoje não apareceu ninguém lá”. Estava, assim, no maior desapatamento! “Eu acho que esse negócio é conversa, porque ninguém ainda bateu na porta para me comprar”.

Na Constituinte aconteceu um fenômeno que talvez valha a pena contar: a posse do Getúlio. O Getúlio voltava vitorioso, eleito senador por vários Estados. Os dois grandes vitoriosos foram o Prestes e o Getúlio, que tiveram o trabalho de escolher qual era o Estado que representariam. Getúlio, é claro, escolheu o Rio Grande do Sul.

Na véspera de sua posse nós tivemos uma reunião no escritório do Virgílio de Melo Franco, para traçar uma linha de conduta: como fazer, o que fazer. Eram figuras de proa da Constituinte ministros de Getúlio, Capanema, Sousa Costa. Getúlio toma posse no dia seguinte. Massa popular mobilizada. Deixar o triunfo do Getúlio passar em branco era impossível, e então discutia-se o que fazer.

O Artur Bernardes, já então chefe do PR, presente. Homem que tinha prendido meu pai por dois anos e tanto, homem de quem, em toda a minha infância, aprendi a ter raiva. E eu ali sentado, em frente ao Artur Bernardes.

Era um homem que tinha um grande senso de comando. Eu tinha feito um artigo na véspera, elogiando um aparte, um discurso qualquer que ele fez contra a ditadura (ele foi preso na Revolução de 32 e exilado). Então virou-se para mim e disse (ele só falava solene): “Quero agradecer-lhe a generosa referência de ontem no seu artigo”. Fiquei estatelado. “Passo a minha vida inteira com raiva desse homem e ele agora vem me agradecer?”

Ele disse: “Pode sentar-se”. Tinha um senso de comando! E aí eu sentei. E começaram a discutir o que iriam fazer. Numa certa altura — não me lembro bem quem — achou-se que o Otávio Mangabeira deveria apresentar na hora da posse do Getúlio uma moção de aplauso às Forças Armadas pela sua conduta em 29 de outubro de 1945, isto é, a derrubada do Getúlio. Houve aquele silêncio e aí alguém, também não me lembro quem (acho que foi o Odilon Braga), disse: “Bom, mas pode haver uma represália! Podem emendar essa moção aplaudindo as Forças Armadas pela sua conduta no dia 10 de novembro de 1937, quando elas proclamaram o Estado Novo. E aí?” Então estabeleceu-se um debate em torno do assunto. E houve vários deputados e senadores dizendo (o Vilas Boas e outros): “É melhor a gente deixar passar, levantar essas questões é um perigo!” E alguém, também não me lembro quem, disse: “Se o Getúlio reagir? E se o Getúlio for para a tribuna e fizer um discurso dizendo que fez 37, que se gaba disso, e que teve a seu lado o atual Presidente da República, o General Eurico Gaspar Dutra, de cujo ministério fazem parte membros da UDN? E se ele disser que fez isso instado pelo Exército, para salvar a nação do comunismo, dos subversivos, desordeiros e tal. Como é que vai ser?”

Aí o Virgílio de Melo Franco, que tinha conspirado com o Getúlio, que o conhecia como a palma da mão, disse: “Conheço o Getúlio” (isso é textual, nunca pude

esquecer) “conheço o Getúlio como a palma de minha mão. Tomado de surpresa vai reagir como um coelho. Não terá a menor reação e não saberá o que fazer”. Ele afirmou isso com uma tal segurança e com tal conhecimento do passado de ambos, desde 30, que sua tese venceu.

No dia seguinte, estava a Constituinte reunida para a posse de Getúlio Vargas. Na hora em que ele ia jurar a Constituição, alguém lá dos fundos, até hoje não sei quem foi, gritou: “Que não seja como o juramento de 34”, referindo-se à Constituição de 34 que ele revogou em 37.

Ele não deu bola. Voltou-se, pequenininho, atarracado, foi sentar-se do lado do Sousa Costa, que era um homem enorme, corpulento e, aliás, muito talentoso. E dizem hoje que foi realmente um excelente Ministro da Fazenda. Sentou-se assim e ficou debaixo da sombra do Sousa Costa. Aí o Mangabeira pediu a palavra. Mangabeira nunca improvisou, era tido como o Churchill ou como o De Gaulle. Decorava o discurso. Decorava e, às vezes, decorava defronte do espelho. Era um artista consumado, porque você jurava que ele estava improvisando. E na hora em que falava, dominava a palavra. Era o tipo da eloquência chamada “baiana”. Dominava a palavra com uma tal eloquência que você tinha a impressão de estar ouvindo o maior discurso do mundo! E depois você ia ler, tinha umas tantas idéias, mas a rigor não tinha uma idéia original. Era aquela coisa: a democracia, o regime do povo, pelo povo e para o povo. Compreendem? Mas aquilo era dito com uma tal força de convicção e também tinha atrás de si anos de exílio, de sacrifício, tudo isso, que também impunha respeito. Até os gestos dele. . . Ele lia o texto, tirava os óculos assim para o lado e começava a falar. Mas quando tinha que ler de novo pegava os óculos, jogava-os de lado como se estivesse jogando um ente desprezível no chão.

Mangabeira pediu a palavra e foi para a tribuna da Câmara que ficava embaixo da mesa do presidente: “Senhor presidente, pedi a palavra para propor uma moção de aplauso às Forças Armadas nacionais. Prefiro trazê-la lida”. Aí tirou os óculos e jogou, assim, como quem joga o Getúlio fora. A impressão que dava é que ele estava jogando o Getúlio na lama.

Pegou a moção, que nós tínhamos redigido na véspera junto com ele, de aplausos às Forças Armadas pela sua conduta em 29 de outubro liderando a Nação, devolvendo ao povo o direito de votar que tinha sido arrebatado pelos usurpadores, etc.

Poucos sabiam da história, mesmo na própria UDN, porque a gente tinha medo que contassem. Houve aquele silêncio na Câmara, aquele negócio parado. . . O Nereu disse: “Os senhores constituintes (Senado e Câmara reunidos) que estiverem a favor da moção queiram levantar-se”. Eu estava na tribuna da imprensa, que ficava debaixo da tribuna do orador, de frente para o plenário. Quando olhei para o Getúlio, ele ia se levantando. Quando ele estava levantando, o Sousa Costa colocou a mão no ombro dele e o fez sentar. Getúlio ficou tão estonteado que ia votar a favor. Exatamente o que o Virgílio tinha previsto. Ele ficou tonto, sem saber o que dizer ou o que fazer. Sousa Costa o sentou pela força. Ficou sentado e a moção foi aprovada pela UDN, mais os dutristas não getulistas, e mais um getulista ou outro que já não estava tão getulista assim.

E nesse dia o Getúlio acabou na Constituinte. Ninguém mais o tomou a sério, nem ele tão pouco. Foi embora para São Borja e, se não me engano, nem apareceu mais lá, ou apareceu uma ou duas vezes. Sumiu de circulação.

Votada a Constituição, em setembro de 46, continuou o governo do Dutra e houve um período que não havia, realmente, nada a fazer aqui. Aí vem 47, comícios, etc., o que também não vem ao caso chegar a esse detalhe.

Ah! Sim, veio a cassação do Partido Comunista. O Partido Comunista cometeu o erro de incluir nos seus estatutos um artigo pelo qual ele declarava sua filiação à Internacional Comunista: Seção Brasileira da Internacional Comunista. Como, pela Constituição — e isso já havia sido posto de propósito — eram proibidos os partidos de filiação internacional, o Tribunal Superior Eleitoral, dentro da lei, rigorosamente dentro da lei, quer dizer, cumprindo a Constituição, proibiu a existência do Partido Comunista como um partido de caráter internacional.

O Dutra, que evidentemente ficou satisfeitiíssimo com isso e que, acredito, não estivesse ausente do acontecimento, baixou imediatamente o decreto cumprindo a decisão da Justiça. Então, a cassação do Partido Comunista foi uma decisão do Poder Judiciário, baseada na Constituição por um erro dos próprios comunistas. Em vez de se declararem, como hoje, Partido Comunista Brasileiro, declararam-se Partido Comunista do Brasil, Seção Brasileira da Internacional Comunista.

Não me lembro bem quem fez a representação, mas, se não me engano, foi um procurador gaúcho chamado Alceu Barbedo Cavalcanti, que foi também procurador do Tribunal de Segurança e que era procurador do Tribunal Eleitoral no dia da minha posse de governador. (Eu me lembro porque eu ouvi, outro dia, os discursos da minha posse, e no discurso do Desembargador Homero Pinho, fala-se nele como procurador.) Se não me engano, foi o Alceu Barbedo Cavalcanti que fez a representação ao Tribunal, em nome do Ministério Público, pedindo que se cumprisse a Constituição. A cassação do Partido Comunista Brasileiro, que podia vir mais cedo ou mais tarde de outra forma — até violenta — foi feita de acordo com a lei, por um erro deles.<sup>1</sup>

Houve um debate para saber se os deputados comunistas perderiam o mandato. Eram deputados Jorge Amado, o Santana, da Bahia, o Pedro Pomar, Carlos Marighela, Alcedo Coutinho, alguns veteranos de 35 e outros novos. Foi aí que conheci o Carlos Marighela e o Santana. Os outros já conhecia, evidentemente, de outros “botequins”. Enfim, era uma bancada grande, bastante grande, mas no debate evidentemente foram vencidos. Fizeram o discurso de adeus, o canto do cisne, os protestos, burguesia, imperialismo e essas coisas de sempre, mas perderam os mandatos. Nessa ocasião, inclusive, me lembro que eu próprio escrevi artigos em defesa dos mandatos deles e contra a cassação do Partido Comunista. Eu dizia que era um artifício legal, que realmente a Constituição dizia isso, mas bastaria que o Partido Comunista modificasse esse artigo no seu estatuto para que se tornasse um partido nacional e, portanto, era mais útil ao país ter um Partido Comunista que a gente pudesse combater abertamente, do que ter um partido ilegal que ficava impalpável, invisível e incombátível. E defendia, nessa ocasião, o mandato dos comunistas. Eles não gostaram nada, evidentemente, dessa defesa, porque não gostavam de reconhecer que pessoas “reacionárias” fossem capazes de tomar a defesa deles.

A proibição do jogo foi um dos fenômenos curiosos da eleição. Um fato, aliás, curioso porque pouca gente se lembra. O jogo no governo do Getúlio converteu-se numa instituição nacional. Houve quem falasse a sério em instituir o Ministério do Turismo no Brasil e entregá-lo ao Joaquim Rolla, que era o concessionário do Cassino da Urca, do Cassino Quitandinha, e considerado um “monstro” como empresário. Para um sujeito cujo “banco” é a roleta, era fácil ser empresário:



um *double zero*. Ele ganhava sempre. O Cassino Quitandinha, por exemplo, foi feito com o dinheiro dos Institutos de Previdência Social, da Caixa Econômica e tudo mais que emprestaram a ele para isso.

Houve um momento em que Olímpio Guilherme foi dirigir a empresa de publicidade do Rolla, chamada Ada, que era do irmão dele, o Mário Rolla. A Ada fazia propaganda não do jogo, mas dos *shows*. Então a gente fazia anúncios do Cassino de Icarai, não do Cassino, mas do Hotel de Icarai como hotel para lua-de-mel. Fazia anúncio do Pedro Vargas, Marlene Dietrich, Ilona Massey, quer dizer, anúncio de *shows*, enormes. E os jornais, com exceção única, no Rio de Janeiro, do *Diário de Notícias*, eram todos subvencionados pelo jogo. Com a circunstância de que *O Globo*, de vez em quando, ameaçava uma campanha contra o jogo se não aumentassem a cota mensal que recebia. O incumbido disso chamava-se Herbert Moses. Bom, então, vou eu trabalhar na Ada como *copy-desk*, redator de anúncios da Ada, com Santa Rosa, Celso Kelly e outras pessoas. Com a mania de levar a sério os negócios, comecei a organizar a agência “pra valer”. Mas aquilo não era “pra valer”, era apenas um instrumento através do qual o Rolla subornava os jornais. Mas eu, como fui para trabalhar, toma de fazer anúncio, fazia *lay-outs* enormes, esplêndidos *displays*.

Foi quando conheci o Rolla, que ganhou dinheiro transportando em mulas tijolo e cimento para construções, em Belo Horizonte. Completamente analfabeto, de pai e mãe, mas espertíssimo, promoveu o Olímpio Guilherme a intelectual dele, a seu *consilière*. Sentado diante de um barbeiro, ele falava e nós ouvíamos: O Olímpio Guilherme, os gerentes dos cassinos e eu como representante da agência de publicidade. Cada reunião daquela custava uma fortuna. Cada um deles ganhava mais do que o outro. Todos, menos eu, que era assalariado, tinham participação nos lucros.

Nessa época aprendi muito da vida e das pessoas. Uma vez, Olímpio Guilherme convenceu o Joaquim Rolla a chamar uma americana, Dorothy Drapper, para decorar o Quitandinha. Ela chegou e fez um festival de cores, negócio mesmo de americano. Os lençóis eram todos de cetim, mas pagava-se lá apenas dez cruzeiros por noite, porque o importante era o Cassino. O hotel era só para enfeitar.

O Cassino da Urca era o ponto de encontro do Bejo Vargas. Um dia, um advogado chamado William Monteiro de Barros — até hoje está aí — brigou com o Bejo dentro do cassino, por causa de uma namorada. Quando saiu, os capangas do Bejo quase o mataram. Arrasaram, massacraram o rapaz.

O Cassino da Urca era o império do Bejo Vargas, e eu tendo que ir lá por obrigação profissional. O cassino era famoso por seus *shows*, mas o Rolla tinha horror quando vinham os grandes artistas, gente popular como o Pedro Vargas. O povo começava a pedir bis e quanto mais o cantor bisava, menos a roleta rodava. Ele dizia sempre: “É proibido dar bis”. O que ele queria é que os sujeitos fossem jogar.

Outra coisa que dizia sempre: “a Dona Darci Vargas é muito minha amiga por causa da Cidade das Meninas. Eu sempre dou a renda da estréia dos *shows* da Urca à Cidade das Meninas. Tenho uma carta dela me chamando de benemérito, mas não tenho coragem de explicar a ela qual é a manobra — uma manobra muito simples. Como eu ofereço a renda à Cidade das Meninas e a Dona Darci é a *patronesse* da coisa, aparece no Cassino da Urca quem nunca iria lá de outra maneira. Vai todo o corpo diplomático, vão os ministros e, nos intervalos, todos

vão jogar. Bem, ganho mais numa noite de estréia dando o dinheiro à Cidade das Meninas do que numa noite sem estréia não dando dinheiro à Cidade das Meninas”.

Em suma, foi uma escola de malandragem. E esse homem, como já disse, chegou a ser falado para Ministro do Turismo, de tão importante que era na época.

Uma vez, o Brigadeiro Eduardo Gomes, interpelado como candidato, sobre o jogo, declarou sumariamente que fecharia os cassinos. Já o Dutra, diante da mesma pergunta, trancou-se. Disse que não tinha opinião formada, que não tinha assim nada contra, que era um assunto fora de sua cogitação. Ganhou a eleição primeiro: os bicheiros todos votaram nele, até o Rolla fez a campanha dele. Tomou posse e fechou o jogo. Nas vésperas de fechar o jogo, diga-se de passagem, quando se começou a saber que os cassinos iriam fechar, *O Globo* abriu a campanha contra o jogo. Jean Manzon, com a máquina escondida, entrou no Cassino da Urca e fotografou, pela primeira vez, as roletas e as mesas de jogo em funcionamento. *O Globo* abriu uma grande campanha e uma semana depois — se tanto — um decreto presidencial proibiu o jogo. Mais uma campanha vitoriosa de *O Globo*.

#### NOTA

1 O Procurador Alceu Barbedo apresenta em 12 de fevereiro de 1947 parecer reconhecendo a inconstitucionalidade do Partido Comunista, cujo cancelamento do registro foi votado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 7 de maio daquele ano por três votos a dois. A favor do cancelamento do registro do partido votaram Cândido Mesquita da Cunha Lobo, Rocha Lagoa e José Nogueira. Contra votaram Francisco Sá Filho e Ribeiro da Costa.

Depois disso, houve uma longa batalha parlamentar para saber se mesmo com o

registro do partido cassado, os deputados já eleitos perderiam ou não o seu mandato. Acabam perdendo em 11 de janeiro de 1948. Naquela ocasião, o PC tinha eleito um senador (Luís Carlos Prestes) e 14 deputados: Carlos Marighela, Francisco Gomes, João Amazonas, Maurício Grabois, Alcedo Coutinho, Agostinho Dias de Oliveira, Gregório Bezerra, Abílio Fernandes, Claudino José da Silva, Henrique Oest, Gerônimo Gomes de Azevedo, Jorge Amado, José Maria Crispim e Osvaldo Pacheco da Silva.

## CAPÍTULO VI

---

### A HISTÓRIA DA BUCHA

NESSE PERÍODO do governo do Dutra fui violentamente agredido na porta da Rádio Mayrink Veiga. Aconteceu o seguinte: Antenor Mayrink Veiga, que era concessionário da Rádio Mayrink Veiga, convidou-me para fazer umas crônicas lá. Numa dessas crônicas, comecei a atacar duramente o General Mendes de Moraes, que era Prefeito do Rio. Ataquei-o até por causa de touradas. Imaginem que ele queria fazer touradas aqui no Rio de Janeiro e eu me opus. Comecei a espinafrar a tourada, que não era um hábito brasileiro, e daí passei para coisas muito piores.

A Rua Mayrink Veiga, no centro da cidade, à noite ficava deserta. Quando fui entrar na rádio, um grupo de sujeitos me agarrou. Um deles me deu uma coronhada na cara e logo começou a correr sangue, os óculos imediatamente pularam longe. Tentaram me puxar para dentro de um automóvel. Consegui me desvencilhar e corri para dentro da rádio, onde foi mais fácil resistir. O barulho atraiu a atenção de outras pessoas e os bandidos fugiram. Mas aí eu já estava com a cara toda arrebentada. Fui para o microfone e denunciei o atentado e de lá segui para o *Correio da Manhã*, onde ainda trabalhava. No dia seguinte começamos a fazer a campanha para saber quem era e quem não era. Em resumo, os autores materiais da coisa eram sujeitos da Polícia de Vigilância; uma polícia municipal, e o chefe do grupo tinha o apelido de Canguru, aliás, pouco tempo depois teve um aneurisma e morreu.

Na época, o atentado foi atribuído ao Mendes de Moraes. Não posso garantir que ele tenha sido o mandante, mas tudo levava a crer que sim. Eu, no entanto, não tenho certeza.

Voltando ao governo Dutra, para julgá-lo há que separar a figura do marechal, que não era um “varão de Plutarco” nem nenhum gênio, mas que era um homem com algumas qualidades sérias. Em alguns ministérios, não foi um mau governo. Por exemplo, no Ministério da Viação Clóvis Pestana, homem moço, que trabalhou muito e construiu muitas estradas de rodagem. O Ministro da Educação, não é por ser meu amigo, mas realmente o Clemente Mariani, através do Anísio Teixeira, apresentou a famosa Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 47, se não me engano. Essa lei foi boicotada pelo Capanema, ficando paralisada na Câmara durante 14 anos e só ressuscitada por mim, anos mais tarde, quando fui eleito deputado. No Ministério do Exterior, o Raul Fernandes teve uma atuação extremamente discreta — como competia ao Itamarati, sobretudo na época —, sóbria, mas dentro da melhor tradição diplomática brasileira.

Raul Fernandes era um homem que se define, por exemplo, por um episódio. Na Conferência de Paz, de Paris, o Brasil defendia a posição da Itália contra quase todos os Países Aliados. O Brasil defendia a tese de que a Itália tinha sido, através do fascismo, uma vítima da guerra; que havia sido, inclusive, invadida e ocupada pela Alemanha e depois libertada pelos Aliados. Por isso, de certo modo, se equiparava à situação da França do Pétain. Portanto, não havia por que punir a Itália no mesmo grau em que se exigia a punição da Alemanha. Raul Fernandes agia como político, olhando para o futuro, por causa dos interesses italianos no Brasil, da grande comunidade italiana que vive aqui. O Brasil, muito inteligentemente, defendeu a Itália.

Mas, a meu ver, o problema que realmente se discutia era o da ocupação de toda a zona de Trieste, pela Iugoslávia. O Ministro do Exterior da Iugoslávia (não me lembro mais quem era, sei que depois rompeu com o Tito e foi para a cadeia) levantou-se e fez um discurso de extrema violência contra o Brasil. Um discurso fora de toda norma diplomática.

Eu acompanhava a conferência para o *Correio da Manhã* e para *O Observador Econômico*. Éramos eu, Danton Jobim, o Barreto Leite Filho pelos *Diários Associados*, o Samuel Wainer, e mais um ou dois. O iugoslavo fez os insultos mais soezes: “Brasil, esse país lacaio de interesses contra os Aliados”, porque estávamos na fase do grande namoro entre a Rússia e os Aliados, e tudo o mais. Raul Fernandes levantou-se, ou melhor, não se levantou, ficou sentado e disse apenas o seguinte (e talvez com menos palavras, porque ele era extremamente sucinto, capaz de escrever um parecer em seis linhas): “Há muitos anos, desde a Antiguidade, que se criaram várias linguagens. Há uma linguagem para as assembleias políticas, há uma linguagem para as reuniões de amigos, há uma linguagem para os campos de futebol, há uma linguagem para as penitenciárias e há uma linguagem para a diplomacia. A linguagem da diplomacia é uma linguagem necessariamente comedida, porque, enquanto os diplomatas discutem, evitam-se ou adiam-se as guerras. Por isso, uso a linguagem da diplomacia numa conferência de paz e me recuso a responder ao discurso do delegado da Iugoslávia, porque ele ainda não conhece a linguagem da diplomacia”.

Parou e acabou o negócio ali. O sujeito ficou desse tamanhozinho. Era esse o gênero do Raul Fernandes.

Em 1948, vai a delegação brasileira para a Assembleia da ONU. Como a presidência era rotativa, ela coube ao chefe da delegação brasileira, Osvaldo Aranha (aliás, foi uma coisa que se explorou muito, aqui no Brasil, em favor de Osvaldo Aranha. Ele pode ter tido outros méritos, menos este: a presidência só coube a ele porque era rotativa...).

E o Osvaldo Aranha, então, mudou o voto do Brasil, ajudado pelo Gilberto Amado. Fez o Brasil votar a favor da partilha da Palestina, ou seja, da criação do Estado de Israel. Nessa ocasião, comecei uma série de artigos combatendo essa posição, sustentando que o Brasil, tendo uma comunidade judaica tranqüila e uma comunidade árabe também tranqüila, não tinha que se meter numa partilha que, necessariamente, ia dar numa guerra e que o Brasil não devia participar dessa responsabilidade. Que o Sr. Truman tomasse posição porque precisava do eleitorado judaico dos Estados Unidos, compreende-se, mas nós, que não precisávamos disso, tínhamos que nos abster.

A minha tese era a da abstenção. Por isso eu criticava muito o Itamarati, dizendo ser uma pena que o ministro, ainda por cima da UDN, tivesse dado instruções à delegação brasileira para tomar partido numa questão que ia acabar

em guerra. Eu achava que o Brasil deveria se poupar, porque não tendo ou não podendo ser suspeitado de intuítos imperialistas, poderia futuramente até ser usado como um dos intermediários possíveis entre as partes litigantes, ao passo que, tomando partido, teria que sustentar o seu voto o resto da vida.

Um dia Raul Fernandes me chamou ao Itamarati e disse: “Carlos, você, além de jornalista, é meu primo, então não vou mostrar ao jornalista, vou mostrar ao meu primo porque não quero que você me julgue mal”. E mostrou suas instruções: “Na questão da Palestina deveis abster-vos de votar”. Mas o fato é que o Osvaldo, envolvido pelo *New York Times*, envolvido pelo clima muito pró-judaico de Nova York, envolvido enfim por uma série de coisas, tornou-se, assim, um dos heróis da nação israelita, porque mudou o voto do Brasil. Isso torna ainda mais escandaloso o voto recente do Brasil contra o sionismo. O Brasil é um dos responsáveis pela instituição do sionismo como nação.

Assim prossegue o governo Dutra, com essas contradições, com esse tipo de coisas. Onde os ministros eram ruínas, o governo do Dutra foi péssimo. Um exemplo: quando começou a guerra da Coreia — e alguns ministros convenceram o Dutra de que isso era o começo de uma nova guerra mundial —, o Brasil tinha um colosso de divisas acumuladas no estrangeiro. Divisas ganhas durante todo o tempo da guerra mundial pelo fornecimento de matéria-prima aos Aliados que não nos podiam pagar. Então, acumulamos essas divisas todas, sobretudo na Inglaterra — nos Estados Unidos menos, porque sempre havia um certo intercâmbio —, que não podia exportar nada. Só comprava e não pagava. Quando acabou a guerra, em vez de explorar essas divisas o governo brasileiro abriu as portas à importação de toda sorte quinquilharias. O Brasil inteiro se cobriu de porcarias.

Foi a época do plástico. Plástico de toda espécie. Foi quando começou aqui o hábito contumaz de tomar uísque, porque antes só rico tomava uísque no Brasil. Para Mário de Andrade, por exemplo, tomar uísque era um luxo. Ele tomava bebedeiras, mas de chope. Não tinha dinheiro para uísque, não tinha nem o dinheiro nem o hábito. Tomava-se uísque na casa de Dona Olívia Guedes Penteado, mas na casa do Mário de Andrade era cerveja mesmo. Daí então começou a importação de uísque e o diabo a quatro. Começou a compra da Leopoldina, a compra da São Paulo Railways, a compra de tudo quanto era ferro velho que não interessava mais aos ingleses e cujo equipamento eles não queriam renovar. O Brasil trocou tudo isso pelas divisas que tinha acumulado. E em vez de comprar equipamentos para as fábricas novas, nacionalizou, em nome de um falso nacionalismo, equipamentos obsoletos.

Não foi por má fé, nem por nada, foi por um fenômeno de incompreensão, isto é, por incompreensão do fenômeno mundial, por desinformação. As pessoas meteram na cabeça que a guerra da Coreia era o começo, digamos, da terceira guerra mundial, e que, portanto, não adiantava o Brasil ter divisas lá fora, era bobagem, tinha que gastar aquilo o quanto antes, porque a Inglaterra ia acabar. . . Havia quem jurasse que a Inglaterra estava com os dias contados, que a Europa tinha acabado, que o mundo estava na maior bagunça. Era o tempo em que o franco custava um tostão. Eu comprei em Paris, durante a Conferência de Paz, uma litogravura do Picasso, assinada — e que tenho até hoje, em casa — por mil cruzeiros — e já era o Picasso! Naquela época, o Brasil era um país riquíssimo em termos de divisas, embora continuasse pobre aqui dentro.

O governo do Dutra julgado no seu conjunto, foi retrógrado, rotineiro, pouco imaginoso, quer dizer, não usou a imaginação. Mas tinha algumas coisas louváveis, como, por exemplo, o tal negócio do “livrinho”, como ele dizia, quando falava

com aquela língua meio presa. Quando começou o delírio da intervenção em São Paulo, muito estimulado pelo *O Estado de S. Paulo*, que queria derrubar o Ademar a qualquer preço, e pelo genro do Dutra, Novelli Júnior, que queria ser o interventor, a pressão sobre o presidente foi uma coisa irresistível.

Mas havia a Constituição e ele perguntava: “Está no livrinho?” e o Ministro da Justiça respondia: “Não, não está no livrinho. Ademar, por enquanto, não praticou crime nenhum que justifique a intervenção: existe ordem no Estado, não existe nenhuma das condições que a Constituição prevê para a intervenção”. “Então se não está no livrinho, não intervém”. E Dutra recusou-se a intervir.

Além disso, havia um conhecimento antigo entre o Dutra e o Ademar, desde a época em que os gaúchos chegaram ao poder com a intenção declarada de derrubar a influência de São Paulo na Federação. Intenção essa várias vezes manifestada pelo Getúlio, e que me foi contada, por exemplo, pelo Assis Chateaubriand, que me disse ter advertido o Getúlio nas vésperas da Revolução de 32: “Presidente, São Paulo está às vésperas de uma guerra civil”, e ele respondeu-lhe: “Deixa a cobra botar a cabeça de fora”. Mais tarde, nessa ocasião a que me refiro, o Ademar de Barros foi apresentado não sei por quem ao Filinto Müller, que era Chefe de Polícia. O Filinto levou-o ao Dutra, que o levou ao Getúlio. O Getúlio fez o interrogatório e acabou incumbindo-o de governar São Paulo.

Aqui, tenho que contar uma outra história: Ademar de Barros através de um secretário, chamado Guilherme Winter, subornou um advogado jovem de um grande escritório de advocacia de São Paulo, onde havia uma lista parcial dos membros da Burschenschaft, a famosa Bucha, que os paulistas diziam que não existiu. Mas que existiu, e a ela pertenceu o Dr. Júlio Mesquita, ah! isso existiu. Mas é uma outra longa história, que eu não conto porque vou deixar para o livro.\* A Bucha esteve para a história da República como a Maçonaria para a da Independência. É impossível escrever a história da República sem escrever a história da Bucha, como é impossível escrever a história da Independência sem escrever a história da Maçonaria. Assim como José Bonifácio, Gonçalves Ledo, Clemente Pereira, essa gente, levou Pedro I à Maçonaria, com o nome de Guatimozim e, lá, obrigou-o a fazer a Independência, a Bucha, em São Paulo, na Faculdade de Direito, com Júlio Mesquita e outros, muitos e muitos outros, com filial na Faculdade de Medicina, com Arnaldo Vieira de Carvalho, e muitos outros, levou o país à Abolição, à República, à luta que terminou pelo Partido Constitucionalista, à Revolução de 32, e a muitas coisas geralmente boas e também ruins, conforme predominassem as diferentes correntes.

*Burschenschaft* é nome alemão (vem de *burschen*, bolsa) de uma instituição criada por um sujeito chamado Robert du Sorbon, criador da Sorbonne, que, para atrair estudantes estrangeiros para a Sorbonne, criou bolsas de estudo, talvez pela primeira vez na história universitária do mundo. Então, começou a chegar uma série de bolsistas alemães, que voltaram para a Alemanha com o nome de *burschenschaft*, quer dizer, mocidade da bolsa, mocidade estudantil que se beneficiou da bolsa. Bolsistas, em suma. E lá criaram (e até hoje existe na maior parte das universidades alemãs) a Burschenschaft, entidade aparentemente filantrópica, isto é, que custeava os estudos de estudantes que não têm como pagá-los, mas que depois tomou um matiz liberal e passou a lutar pelas causas liberais na Alemanha. Participou da Revolução Liberal de 1848, e alguns de seus membros foram obrigados a se exilar.

---

\* Livro biográfico sobre a família Mesquita, que Carlos Lacerda não chegou a concluir. (N. da E.)

Um deles, cujo nome ainda não tenho, exilou-se nos Estados Unidos, onde chegou a ter uma grande influência junto a Abraham Lincoln, e um outro, chamado Julius Wilhelm Johan Frank, veio para São Paulo. Da Bucha, salvo referências mais ou menos irresponsáveis, o único registro existente é uma coisa completamente errada e falsa: um livro horroroso, anti-semita, integralista, do Gustavo Barroso, chamado a *História Secreta do Brasil*, em que ele apresenta a Burschenschaft como uma organização judaica internacional para destruir o Brasil. Então, os Mesquistas são judeus, os Whitakers são judeus, o Julius Frank era judeu, etc. Todos vieram destruir o Brasil. Não é nada disso, não é verdade.

Mas dos segredos a que eles se obrigavam — porque era como na Maçonaria, o ritual era maçônico, entrar para lá implicava em juramentos terríveis — um deles era o de não contar nada. Até hoje, se você conversar com um velho paulista daqueles, ele lhe conta de tudo. Se você começar a falar de Burschenschaft, o máximo que você consegue é: “Não, isso é uma associação estudantil, negócio da Faculdade de Direito, não tem a menor importância, já acabou, isso não interessa”.

Há pouco tempo vi — ninguém me contou — atas da Burschenschaft assinadas pelo José Carlos Macedo Soares. O primeiro chefe da Bucha chamou-se Diogo Antonio Feijó.

Julius Frank chegou a São Paulo e foi ser professor de alemão em Sorocaba. De Sorocaba foi levado para São Paulo pelo Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, futuro marido da Marquesa de Santos. Depois, Julius Frank foi professor de história geral, como então se chamava, do curso anexo da Faculdade de Direito de São Paulo.

Pois bem, é o único túmulo que existe dentro da Faculdade de Direito de São Paulo. Lá existem dois estranhos. Um é o Julius Frank, que está enterrado num daqueles pátios internos sem nunca ter sido professor catedrático, nem aluno, nem funcionário. Foi o criador da Bucha. O outro estranho é a minha cabeça: posei para uma escultura chamada Adriana Janacopolis, irmã de uma grande amiga de Julinho chamada Vera Janacopolis, que era cantora. Encomendaram a ela uma cabeça do estudante paulista morto na Revolução Constitucionalista e, como não havia nenhum estudante paulista morto disponível, no momento, no Rio de Janeiro, ela me pediu para posar. Eu posei e ela fez a minha cabeça em bronze dourado que está lá no pátio da Faculdade de Direito. Somos os dois estranhos. Só que ele fundou a Bucha e eu não fundei nada.

Ao que parece, a influência da Burschenschaft em São Paulo e no Brasil foi de tal ordem que o único Presidente da República, civil, até Washington Luís, que não foi da Bucha, parece ter sido Epitácio Pessoa, presidente por acidente, presidente para evitar o Rui Barbosa. Todos os demais passaram por ela.

E o fenômeno não tem nada demais, é o mesmo fenômeno da Maçonaria: uma sociedade secreta de sujeitos amigos, companheiros, de famílias, vamos chamar assim, “da mesma classe”, que passam pelas faculdades, que se sentem futuras elites dirigentes e que se entendem. Um dia um sobe e chama o outro. Um vai ser governador e chama o outro para secretário, outro vai ser ministro, e assim por diante. Então, foram chefes da Burschenschaft Diogo Antônio Feijó, no Império, até José Carlos Macedo Soares, na República, e, antes dele, Pedro Lessa, que foi um grande jurista, Ministro do Supremo Tribunal, e Venceslau Brás, Presidente da República que depois, já em Itajubá, isolado, ainda era consultado para decisões da Bucha.

Esse é um capítulo inteiramente novo, ainda por escrever da História do Brasil, é uma visão completamente nova e o que eu tenho dito ao pessoal que procura

esconder isso é o seguinte: “Assim como o Gustavo Barroso os desfigurou completamente, procurando apresentar a Bucha como uma conspiração judaico-comunista contra o Brasil, o que é totalmente falso, vai acabar um dia os comunistas pegando essa história e dizendo que tudo foi uma conspiração da plutocracia paulista contra o trabalhador brasileiro, o que também é falso”.

Hoje, ninguém sabe até quando durou a Burschenschaft ou mesmo se ela ainda está viva. O que se diz é o seguinte: o Ademar quando conseguiu a lista dos “bucheiros”, não completa, levou-a ao Getúlio, convencido de que estava prestando um grande serviço. Getúlio leu a lista dos nomes, incompleta, porque essa lista está espalhada um pouco por toda a parte (não há uma lista completa em lugar nenhum), olhou e viu naquela relação os nomes de Vicente Rao, José Carlos Macedo Soares — vários que depois seriam ministros dele — e naturalmente viu alguns que não apreciou muito, como o do Júlio Mesquita Filho, do qual não deve ter gostado nada. Virou-se então para o Ademar e disse: “Não se pode governar o Brasil sem essa gente, o senhor que entre para a Burschenschaft”. Isso é o que se conta, não tenho prova. Em todo caso, é verdade que o Ademar entrou para a Burschenschaft, prestou juramento e depois a traiu. Traiu a Bucha porque violou todas as regras de conduta da organização.

Os bucheiros defendiam o ideal liberal, basicamente liberal, que depois tomou aqui e ali certa feição conservadora. Quer dizer, na medida em que certos elementos conservadores foram predominando. . . Por exemplo, a Liga Nacionalista, fundada entre outros pelo Julinho, foi uma entidade criada dentro da Burschenschaft. Me prometeram mostrar um discurso pronunciado pelo Rui Barbosa numa reunião secreta da Bucha, na qual ele aceitou sua candidatura à Presidência da República iniciando a campanha civilista. A Burschenschaft, em última análise, foi também quem fez a campanha civilista.

Há uns detalhes curiosos nisso, realmente fascinantes. Muita coisa resta provar e muita coisa talvez nunca se consiga provar. Mas você vê, por exemplo, *O Estado de S. Paulo*, o jornal que nunca poupou ninguém que de longe tenha colaborado com Getúlio, sempre poupou dois homens que foram até ministros de Vargas várias vezes: Vicente Rao e José Carlos Macedo Soares. Ora, amizade só? Que ambos prezassem muito a amizade, que sempre prezaram, não explica. Não houve amigo que o Julinho tivesse jamais poupado quando colaborou com Getúlio. Ao contrário, quanto mais amigo mais “pau nele”, se colaborou com o Getúlio. Era a Maçonaria, em suma, com todos os seus lados cômicos, talvez, para nós, mas também os seus lados nobres. Era uma gente que se preparou para dirigir um país que não tinha elites dirigentes. Então se organizaram entre si para isso.

Para alcançar tudo isso tinham que se cercar do maior segredo, e para ter o maior segredo precisavam também de punições. O que eu tenho perguntado às pessoas junto às quais estou pesquisando para o livro sobre o Julinho é: “Mas em que consistiam essas punições? Como é, matavam o sujeito?” Eles respondem: “Não, é simples. O sujeito fazia um concurso para promotor e não era nomeado. Mas, se o sujeito tinha condições para ser ministro do Supremo e era da Burschenschaft, ia ser ministro do Supremo”. Só fazia carreira conforme tivesse ou não um entendimento dentro desse contexto.

Houve gente em São Paulo de grande mérito, que não teve nem tempo de vida, infelizmente, para mostrar do que era capaz. Por exemplo, Antônio Carlos Abreu Sodré, irmão do Sodré,\* parece que era de primeira qualidade, mas morreu muito

---

\* Roberto Abreu Sodré, ex-governador de São Paulo. (N. da E.)



moço, tuberculoso, e nunca pôde provar a sua capacidade. Não teve ocasião. No entanto, foi um homem, num determinado momento, da maior importância na política nacional, e esse foi da Burschenschaft mesmo. Já o Sodré, Roberto, se recusou a me falar sobre a Burschenschaft. Outro dia caçoei com ele: “Agora eu sei por que você nunca passou de neófito”. Como na Maçonaria existem vários graus, eles tinham neófito, catecúmeno, não sei o que no terceiro grau, e, em último grau, eram apóstolos, eram doze, e desses doze um era escolhido para chefiar os outros. Não sei se isso se projetou até nossos tempos. A última informação que tenho, e não tenho prova, é que o Gama e Silva — o que já é uma prova da decadência da Burschenschaft — tentou ultimamente reorganizá-la, mas que os bucheiros veteranos, os que restam, recusaram-se. Primeiro, porque não estão de acordo com muita coisa da revolução, embora muitos deles a tenham ajudado; segundo, porque não quiseram ser instrumento do Gama e Silva, achando que ele queria reorganizar a Burschen para pô-la a serviço dos seus interesses políticos junto aos militares. E puseram uma pedra em cima do assunto. Parece que realmente não existe mais, parece que é uma coisa ultrapassada. Hoje, as faculdades estão tão tumultuadas, tão invadidas...

Uma coisa curiosa, por exemplo, nos nomes todos que eu vi (estou longe de ter visto todos), não se encontra um nome de família recente de imigrantes. Não era formada só por paulistas de 400 anos, não. Além deles, havia mineiros, pernambucanos, cariocas e todos os que iam estudar lá. Eles queriam se defender contra o que julgam o “perigo do país se desnacionalizar por uma invasão de imigrantes”. Como dizia o Julinho Mesquita, “leva-se duas gerações para formar um cidadão, ou melhor, cinco gerações”. Uma vez ele me disse: “Como é que você quer que o Jaffet seja patriota? O neto do Jaffet pode ser patriota, o Jaffet é um mero ganhador de dinheiro. O que interessa a ele o Brasil?”

Esse é um capítulo novo que ainda está muito no embrião e é uma das razões pelas quais ainda não pude escrever o livro sobre o Julinho. Uma coisa dessas, ou você tem o mínimo de documentação ou não adianta contar, porque evidentemente vão dizer que é um romance. Mas não é um romance não. Testemunho verbal eu tenho e até alguma documentação. Tenho as insígnias que eles usavam, a chave da Faculdade de Direito, da famosa Festa da Chave, que era a festa ostensiva da Burschen, e que depois degenerou numa festa qualquer.

Não havia gente de esquerda na Bucha. Que eu saiba, nunca entraram lá. Eram mais os liberais e algumas correntes conservadoras. Eram aquelas velhas famílias, filhos de fazendeiros que iam estudar e depois, transformados em industriais, enfim, urbanizados, se sentiam chamados a governar, isto é, dirigir a comunidade paulista e brasileira. Para chegarem ao poder se organizavam entre si a fim de que aquilo fosse feito de uma maneira mais orgânica. Na falta de partidos nacionais, na falta de partidos organizados, era uma coisa elitista, mas era a coisa mais parecida com um partido que poderia haver.

Mas nada disso tem qualquer relação com o IPES.\* Não, a meu ver o IPES é completamente diferente, era um fenômeno de autodefesa da classe industrial contra o comunismo, e nada mais. Tanto que não tinha nenhum ideário, não tinha nenhum programa positivo. O IPES era contra o comunismo. Mas o que queria? Sabia contra o que era, mas não sabia a favor de que lutavam.

---

\* IPES (Instituto de Pesquisas de Estudos Sociais)

---

“TEM DOIS MINUTOS PARA RESPONDER”

VAMOS DEIXAR a Bucha de lado e falar um pouco sobre as minhas atividades de político, isto é, meus discursos e meus comícios, quando, segundo eu mesmo caçoava, existia uma coisa que me *desajudava* muito: essa forma um pouco exagerada de captar a atenção do público. Por causa disso, me deixavam sempre para falar por último.

E os comícios da UDN eram extremamente fatigantes porque no Partido não havia unidade, e sim facções e correntes, e cada corrente tinha que ter um orador. Os comícios por isso mesmo eram extremamente cansativos; às vezes apareciam 20 oradores... E me deixavam por último, como atração da festa. Então, quando ia falar, já pegava um público cansado — e eu próprio já estava muito cansado de ouvir discurso, e o público ainda mais. Eu levava quase sempre essa desvantagem; raras vezes tinha oportunidade de abrir o comício, a não ser quando inventamos o negócio do caminhão do povo, no Rio. Aí era diferente, porque eu só deixava falar um candidato a vereador, o Afonso Arinos, candidato a senador, e eu. Acabavam os discursos e partíamos para outra rua, outro bairro, mas continuávamos a noite inteira em cima do caminhão.

Quando Juscelino proibiu a minha ida à televisão, através do General Mourão Filho, que era diretor de um negócio lá do Ministério da Viação, partimos para essa solução do caminhão do povo, que na época foi uma solução extremamente feliz. Com a falta de contato com o povo através da televisão, tivemos contato direto com a massa no meio da rua, o que diminuía muito o âmbito da coisa, mas não nos isolava do povo. A televisão, apesar de tudo, não tinha a força que tem hoje, e o povo sempre ia para a rua nos ouvir. O caminhão rodava o bairro, a cidade, e a gente fazia dez, vinte comícios na mesma noite.

Depois, criamos outra técnica, a do comício em casa. Um amigo, um companheiro, um correligionário convidava os seus amigos, vizinhos, e nós íamos para lá onde estavam reunidas 40, 50 pessoas e se estabelecia uma espécie de palestra e, em seguida, as perguntas e as respostas. Isoladamente parece nada, mas tudo somado representava uma mobilização cívica, um teor cívico muito grande. No fundo eram reuniões familiares, tinha mulher, tinha criança. Daí que muito garoto de doze anos começou a se interessar por política, porque ouvia e conhecia o sujeito, que ia falar de coisas sérias, ou até mesmo rir quando a gente contava uma piada. Daí que as mulheres começaram a se interessar. Daí houve uma tomada de consciência que antes não tinha havido no Brasil.

Não posso me gabar de ter tido uma técnica especial de me dirigir ao povo porque tinha o preconceito estúpido de que não deveria repetir discursos. O Juraci

e o Jânio, por exemplo, não tinham esse preconceito. Eles repetiam o mesmo discurso, incansavelmente, quatrocentas vezes em quatrocentos lugares diferentes. A mesma imagem, a mesma comparação, o mesmo fato.

E eu — talvez até por deficiência de memória, e porque as coisas me vinham, assim na hora, da reação do público, do tipo de público, etc. — realmente não sabia fazer isso. Então, às vezes era extremamente feliz, mas também às vezes era péssimo; não dava certo, não colava, e sentia que o público estava olhando para outro lado.

Era nessas ocasiões que precisava usar aquelas técnicas de costume: se o público está olhando para o outro lado, você fala uma coisa que faz todo mundo rir, e todos se voltam e riem. E nesse momento você aproveita e diz a coisa séria. Ou quando o público é sério demais, você o faz rir. Enfim, isso faz parte de uma qualidade histriônica, vamos dizer, um pouco circense.

Para dar um exemplo: uma vez, num território que se chamava Rio Branco (hoje Roraima), lá em cima, havia um deputado chamado Félix Valois. Um dia eu lhe perguntei se o nome Valois era por causa dos Valois da França, e ele deixou entender que sim: depois, quando vi cumprimentarem-no pelo seu aniversário, fui de curiosidade ver na folhinha: era o dia de São Félix Valois. Enfim, ele era Valois por causa do santo e não tinha nada com qualquer rei de França.

Mas esse deputado eleito pelo território mandava na região. Quando nós fizemos a tal caravana da liberdade, com Juraci, Tenório Cavalcanti e outros, fomos parar lá. Começaram, na forma do costume, cortando os fios do microfone, depois passou, ao fundo, um grupo de empregados do governo aos berros, impedindo o povo de ouvir. Mas a certa altura eu vi o Valois no meio da multidão. Eu o conhecia da Câmara e sabia que ele estava comandando a malta toda.

Pensei: “Bem, agora, aqui é o seguinte: ou a gente sai completamente desmoralizado, sem conseguir fazer comício nenhum e esse Valois nos arrebenta, ou a gente desmoraliza ele. Não tem alternativa”. Aí, fui para o microfone (já tinham ligado o microfone) e disse: “Está presente aí o Deputado Valois, que não é *Valois de coisa nenhuma*, não vale nada, nem a cachaça que bebe, nem o dinheiro que rouba. Ele tem dois minutos para vir aqui para a tribuna responder ao meu discurso”.

Houve um silêncio enorme. O homem era o mandão da zona; houve aquele tranco! Sabe lá o que é isso naquele sertão em Roraima? O povo, na praça, ficou esperando um assassinato. Aí, deu-se o anticlímax.

Ele veio, cumprimentou o Juraci e quando me cumprimentou eu lhe disse: “Não, eu não falo com o senhor enquanto o senhor não usar o microfone. Primeiro diga suas razões no microfone que eu depois respondo”. E ele foi para o microfone, e disse: “Ao contrário, que tinha muito prazer em receber os seus colegas naquela região, que assegurava a liberdade de falar, etc. Que não tinha nenhuma responsabilidade naquelas desordens”, e ainda apelou ao povo para nos ouvir, e retirou-se. E nós aí fizemos o comício.

Quer dizer, nos comícios, havia esses imprevistos assim, que ajudavam muito, mas havia também zonas de frieza, como, por exemplo, o interior de São Paulo, onde a UDN não entrava de jeito nenhum. Era uma tragédia.

Nesse tempo, o melhor público para se falar, talvez pelo fato de eu ser de lá, de ser mais conhecido lá, era o do Rio. Era um povo realmente muito politizado. No Rio já falei em zona operária, inteiramente operária, em conjunto residencial, com o maior êxito. Essa questão de diferenças de público serviu para algumas das ilusões que se criaram a respeito da minha força eleitoral. Aliás, esse é o

perigo desses sociólogos da universidade, que gostam muito de catalogar as coisas, “seu fulano representa as classes médias, seu beltrano . . .” Agora, inventaram até essa palavra “estamento”, que vem sendo muito usada.

Acontece que não é bem assim, ou melhor, é assim em certo tipo de ação política. Quando se trata de um projeto, vamos dizer, que interessa à classe operária, aí medem muito o teor político daquele público pelo grau de interesse que ele toma pelo projeto, ou pelo assunto. Agora, quando é um tema político geral, você encontra às vezes num setor operário aparentemente menos informado e mais despreparado um grau de interesse muito maior do que em certos centros que se presume mais informados. Há centros, vamos chamar burgueses, para usar a palavra, de gente mais abastada, que encarava essas coisas como uma espécie de divertimento, de um *show* que tivessem contratado: chamavam um palhaço para divertir à noite e então achavam graça. Ou então nos aplaudiam apenas porque éramos anticomunistas; dávamos pauladas nos comunistas e os burgueses achavam formidável.

Mas, em compensação, se você falar certas coisas eles, os que estou chamando de burgueses, ficam muito chocados, meio desconfiados: esse sujeito fala contra o comunismo, mas no fundo ele deve ser comunista. No meio operário, onde havia uma preparação contrária, era muito mais difícil de entrar, mas onde a preparação ainda não tinha chegado, entrava-se com relativa facilidade.

Vou contar uma experiência: corri quase que o Brasil inteiro, mas só há pouco tempo é que pela primeira vez fui ver as Cataratas do Iguaçu, que eu não conhecia, e alguém me disse: “Por onde é que o senhor andou?”

O único Estado do Brasil onde nunca estive foi o Acre (por acaso, e até contra a minha vontade, porque tinha sugerido ao Jânio Quadros que começasse a campanha eleitoral no Acre). E lá, na Foz do Iguaçu, alguém me perguntou: “Como o senhor nunca veio aqui, ao Iguaçu?” Eu disse: “Porque aqui não tinha eleitor”. E não tinha mesmo; tinha cataratas. Mas eu ia falar para cataratas?

Conheço o Brasil inteiro, mas conheço a maior parte dos lugares superficialmente. Nas campanhas chegava de tarde, ia para a casa de um dos notáveis do lugar, era muito bem recebido, geralmente com a maior hospitalidade, conhecia uma porção de gente, de que não guardava os nomes e, depois, comia ou não comia, ia para um comício. Depois, voltava e comia o que eu chamava de *maioneses cívicas*, onde geralmente tinham escrito assim “Viva a UDN”. Você jantava e ficava até cinco horas da manhã naquele bate-bola, com o sujeito querendo saber tudo. Alguém chegava e dizia por exemplo: “Como é que foi a sua conversa com o Kennedy?” “O que é que o senhor acha da bomba atômica?” Coisas desse gênero, e você tinha que responder tudo porque, se não respondesse, primeiro passava por ignorante, por orgulhoso, ou então o sujeito dizia assim: “Bestalhão”. Você tinha que ter opinião sobre tudo.

Por volta das cinco horas da manhã a gente caía na cama extenuado e às sete tomava o avião e ia embora. Era assim que se visitava as cidades.

Agora, já governador, nas vésperas da convenção da UDN, fiz uma viagem às capitais dos Estados em dez dias, corridos. Foi naquele DC-3, o Esperança, e o diabo era que, em todo lugar que ia, carregava bicho para o Jardim Zoológico e o avião acabava cheio de cobra, capivara e outros bichos. Uma vez, na Bahia, fugiram duas capivaras capturadas dias depois pelo vigia do aeroporto que as mandou para o Rio. Então, as capivaras, que já devem ter morrido, ficaram no Jardim Zoológico.

Nessa fase de viagens houve muitos boatos de terrorismo. Aconteceu até uma coisa curiosa: um médico no Rio de Janeiro, que depois se tornou meu médico (morreu há alguns anos) e foi um dos meus mais queridos amigos, o Jaime Rodrigues, uma vez me procurou para dizer: “Olha, Carlos, você está se expondo demais, e essas coisas eu sei como são. Dão confusão, e até encontrar um médico que acerte com seu RH, e não sei mais o quê, você morre enquanto dura a briga. Eu não posso lhe acompanhar em toda a parte porque tenho compromissos aqui. Mas eu já me entendi com alguns colegas e estamos dispostos a fazer um plantão médico para acompanhar você pelo Brasil. Onde você for haverá um médico ao seu lado”.

Em São Paulo foi o Mário Magalhães, cardiologista. Quando eu ia lá ou em qualquer lugar de São Paulo, o Mário Magalhães largava a clínica, hospital, largava tudo, e saía comigo. Do Rio, um dos que me acompanhava mais era o Doutor Antônio Rebelo,\* que andava com duas malas-armário de madeira, com todos os remédios possíveis e imagináveis, desde os remédios contra cobra, até sangue para transfusão. A mania dele era andar junto comigo, e eu, na base da brincadeira, dizia: “Ô Rebelo, e se invés de atirarem em mim, atirarem no médico, eu fico sem médico e não vou saber tratar você. Assim não dá!”

Um episódio de que eu me recordo, um dos momentos mais sérios, aconteceu em Uruguaiana no Rio Grande do Sul. O Brizola estava governando e deu uma declaração dizendo que a gente não sairia com vida da cidade. Nessa ocasião, um general colocou o Exército entre nós e a turma do Brizola que estava organizada para invadir o comício. Chamava-se General Osvaldo Ferreira Alves, que depois foi comandante do I Exército e presidente da Petrobrás; aquele que foi chamado de O Marechal do Povo.

Mas o sujeito — eu tenho tido muita sorte na vida — o sujeito que estava incumbido de chefiar a baderna (que talvez nem tivesse havido porque o Exército estava de permeio), teve um treco de coração. Ele estava tão tenso que teve um ataque cardíaco durante o comício, exatamente na hora em que eu estava falando. De repente, vi um movimento, uma onda danada. Pensei que já fosse o começo da baderna. Mas era o homem caído no chão, que estava sendo socorrido e levado para um clube. Então, resolvi dar uma de galante, que é coisa que gaúcho aprecia muito: fui fazer uma visita a ele. Subi a escada do clube e fui saber da saúde dele. Aí desarmou o negócio inteiramente.

Agora, o começo foi terrível. Nós ficamos na casa de um aposentado da Força Pública do Rio Grande, junto com o Flores Soares,\*\* o que fumava um charutão enorme. No porão estava a turma de veteranos da Força Pública, todos já aposentados. Em suma, capangas do Flores Soares com as armas ensarilhadas para o que desse e viesse se o pessoal do Brizola assaltasse a casa. Bem, quando fomos para o comício, o Flores disse: “Você topa ir a pé?” Eu respondi: “Ô Flores você acha que é mais gaúcho do que eu?” Seguimos a pé, pela avenida principal de Uruguaiana. As pessoas nos olhavam nas janelas, pelas frestas. Criou-se um clima de pânico prévio na cidade. Um negócio de faroeste...

Em Porto Alegre também passei maus momentos quando fui a um congresso de engenharia sanitária onde o Governo da Guanabara organizou uma séria exposição do que estávamos fazendo em matéria de esgoto sanitário no Rio. O Cravo Peixoto, que era o Secretário de Obras, foi de automóvel, eu de avião, e lá

---

\* Antônio Rebelo foi o médico que o acompanhou até a morte. (N. da E.)

\*\* Presidente da UDN gaúcha. (N. da E.)

passsei a usar o automóvel do Cravo Peixoto. O clima era o que você possa imaginar de mais tumultuoso. O governador Menegethi foi alinhadíssimo, até foi me receber no aeroporto e veio comigo no automóvel. Mas um clima! O pessoal da Petrobrás todo mobilizado. Quando eu entrei no palácio para o jantar que o Menegethi me ofereceu, a multidão estava contida, a uns vinte metros de distância, debaixo de pedra, de pau e de grito. No dia seguinte, fomos ao tal congresso, onde fiz a exposição das obras de esgotos no Rio de Janeiro. Pouco depois chegou um sujeito e disse: “O senhor me desculpe, mas vai ter que sair pelos fundos porque a rua está toda barrada pelo pessoal do Brizola que não vai deixar o senhor sair”.

Essas coisas são meio chatas de contar, porque pensam que a gente está contando vantagem. E respondi: “Bom, acontece o seguinte; eu tenho muita vontade de sair pelos fundos, não me agrada nada a idéia de sair pela frente. Mas acontece que eu sou governador de um Estado, e não posso sair pelos fundos. Azar meu! Se eu não fosse governador, provavelmente sairia pelos fundos. Mas um governador não pode sair pelos fundos. Tem que sair pela frente.” Aí saí. Uma barragem de soldados, com armas cruzadas para conter a massa, estava na porta da frente. Fui saindo e o Cravo Peixoto, justiça seja feita, do meu lado, firme (ele não era um sujeito atirado a essas coisas) e mais uns dois ou três engenheiros do Estado. Fui e levantei as armas dos soldados, descruzei as baionetas e entrei no meio do povo.

À medida que ia entrando, o pessoal ia se afastando cerimoniosamente, numa mistura de espanto e respeito. No fundo, tirando um ou outro, não havia ódio real. Era um ódio instigado. Poucos deles estavam realmente ligando para mim. O negócio era assim: “Fulano que é escravo do imperialismo vem aí vender o Brasil à Standard Oil”, e coisas desse tipo. Então o sujeito dizia assim: “Bom, eu não tenho nada para fazer, vou lá apedrejar aquele camarada.” Mas quando eu aparecia na rua, vestido igual a ele, aí o sujeito se desnorteava e não sabia mais o que tinha ido fazer lá.

Quando cheguei perto do automóvel, de cima de um prédio atiraram uma pedra que bateu exatamente no carro, amassando-o. Mas eu entrei no automóvel, fui embora para o hotel e não aconteceu mais nada.

A *Última Hora* anunciou que eu estava num carro blindado. O carro era do Secretário de Obras. Mas por causa dessa notícia, tinha gente que batia no carro para ver se o automóvel era blindado ou não. O gaúcho tem duas coisas que realmente são típicas dele, basta ler o Érico Veríssimo: primeiro, ele respeita a valentia: mesmo que você não seja valente e possa fingir que é, já chega para ele; segundo, ele é extremamente hospitaleiro, tirando um ou outro mais exaltado. A idéia de repelir um visitante é uma idéia extremamente antipática para ele. Além disso, realmente, alguns companheiros nossos organizaram um serviço de segurança — em Uruguaiana foi engraçadíssimo — que podia ser distinguido por uma fita de cor. Então, a gente ia num jipe aberto por aquelas ruas e em cada esquina tinha um grupo de cinco a dez, todos com aquelas fitas. De meia em meia hora eles mudavam a cor da fita. Um negócio extremamente bem organizado por um rapaz chamado Trajano Silva que é o maior leiloeiro de gado do Brasil.

O pai do Trajano era um velhinho, Coronel dos Provisórios (da Força Pública), reformado, amigo íntimo do Getúlio, dos mais íntimos que ele teve na vida. No dia seguinte fomos para o aeroporto, o Trajano dirigindo e o velhinho atrás com o outro filho. De repente, o velhinho virou-se para mim e disse: “Sabe

com quem eu tenho falado muito bem do senhor?” Virei-me para trás e disse: “Não, Coronel, com quem?” Diz ele: “O Getúlio.” Bom, os rapazes já sabiam como ele estava e não se espantaram nada, mas ficaram assim meio sem graça. mas ficaram assim meio sem graça. Eu não entendi nada. “Mas o Getúlio, qual Getúlio?” Diz ele: “O Getúlio Vargas. O senhor sabe que eu fui muito amigo dele?” Eu disse: “Ah! sei.” “Pois converso com ele todas as noites. Ainda ontem ele me disse que se tivesse ouvido o senhor estaria vivo.” Eu respondi meio sem jeito: “Ah! Muito obrigado pela informação.” E assim chegamos ao aeroporto.

Nunca cancelei comício nenhum por medo e atribuo tantas ameaças e atentados a dois fatores: primeiro, porque eu era muito insolente, vamos dizer a verdade; provocava o povo; segundo, porque — aí é que é difícil depor sobre essas coisas sem se gabar — o estilo político brasileiro, ou era um estilo muito personalista, quer dizer, de ataque pessoal, mas mesquinho no sentido de medíocre, ou era um jogo um pouco combinado, onde o povo entrava um pouco “de alegre”, muito mais como espectador do que como participante.

O estilo político que eu não introduzi mas, enfim, ao qual aderi ou participei, mudou muito esse tom. Procurávamos citar fatos em primeiro lugar, não ficávamos só na verbosidade, mas citávamos fatos; e, em segundo lugar, procurávamos ligar a situação local com a situação nacional, o que estabelecia um vínculo de interesse no ouvinte, que sentia que se estava falando de alguma coisa que o tocava de perto.

Essa relativa onipresença, essa capacidade de locomoção faziam com que eu estivesse um pouco em toda a parte rapidamente. Não mais como aqueles políticos tradicionais, que só faziam comícios na sua zona eleitoral, fazíamos comícios dois anos antes da eleição e por isso tínhamos uma força enorme para dizer: “Eu não vim aqui pedir voto: não vai haver eleição agora, e eu não sou candidato por aqui. Vim aqui fazer outra coisa, vim falar de uma coisa muito importante, de que não falam nunca a vocês longe de eleição. Vim falar de política.”

Então o sujeito tomava aquele susto: “Ele não quer pedir voto à gente. Não é daqui, e vem falar de um negócio longe da eleição quando os outros, só aparecerem ou nos falam em vésperas de eleição.” Isso despertava um certo interesse.

Além disso, acho que uma outra coisa contribuiu... Como é que eu vou explicar? É difícil dizer isso, mas vou dizer assim mesmo: havia um mito. Havia muita gente que ia ao comício apenas para ver se aquilo dava ou não em assassinato. Então, o mito da valentia cria de certo modo o mito da invencibilidade; é uma espécie de “corpo fechado”. Assim como o Tenório usava uma capa e dizia que tinha o “corpo fechado” por causa daquela capa. Eu não usava nem a capa nem nada, mas os sujeitos não entendiam como é que não acontecia nada comigo; então queriam saber como é que era aquilo, que fenômeno era esse. Eu atribuo um pouco a isso a curiosidade que a princípio meus comícios causaram no interior do país.

Além disso havia um dos fenômenos de que falávamos há pouco; o despertar político no país, e era realmente exaltante você ver o número de mulheres que iam a comícios. Olha que não é fácil, numa cidade do interior de São Paulo, numa noite fria, você ver um mulhério enorme na rua, às oito ou às nove horas da noite, até onze, meia-noite.

Essa era a *Campanha da Liberdade* quando me trancaram a televisão e nós começamos a andar pelo Brasil inteiro. Foi em 56 ou 57.

---

A VOLTA DO FASCISMO-POPULISMO  
DE VARGAS E DE PERON

MAS, CONVERSANDO, vocês me levaram do governo Dutra à Campanha da Liberdade quase dez anos depois. Já é hora de voltarmos à nossa “história cronológica”; isto é, às eleições presidenciais de 1950, à sucessão do Marechal Dutra.

A segunda candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes talvez tenha sido o maior erro político da UDN. Primeiro porque alguém que já foi derrotado uma vez dificilmente pode ganhar na próxima. A não ser que fossem preenchidas certas condições e que no caso eram impreenchíveis.

Não só eu, mas eu e muitos outros fizemos o impossível para evitar essa candidatura do Eduardo Gomes. Foram tentadas numerosas soluções. Inclusive Milton Campos, Governador de Minas, entendeu-se com o Ademar de Barros para lançar a candidatura do Afonso Pena Júnior, com quem eu me dei muito no fim da vida. Tinha sido colega de seu filho, mas com ele mesmo eu tinha um passado meio estranho. Quando o meu pai esteve preso e à morte no quartel que depois foi da Polícia Especial, em Santa Teresa, amigos comuns procuraram o Afonso Pena Júnior (era Ministro da Justiça do Bernardes) e pediram uma licença para minha mãe e os filhos poderem vê-lo. Papai estava morrendo. Afinal chegou o cartão, que minha mãe me deu outro dia para guardar no meu arquivo, que dizia assim: “O Ministro da Justiça, Afonso Pena Júnior, autoriza a mulher e os filhos do preso Mauricio Lacerda a *visitarem-no por uma vez.*”

Nós não chegamos a usar isso porque ele estava tão mal que foi removido para a Casa de Saúde São Sebastião. Preso, foi removido numa ambulância da Polícia Militar. Nós ficamos no parque da Casa de Saúde São Sebastião; subi numa árvore, meu irmão ficou num canto, minha mãe ficou noutro canto para ver papai ser levado numa padiola para a casa de saúde.

Imagina o que é a vida pública. Anos depois, o Milton Campos lança a candidatura do Afonso Pena Júnior à Presidência da República pela UDN. Ele não era de nenhum partido, mas estava-se tentando exatamente atrair o PSD para evitar a candidatura do Getúlio. Mas isso não significava a chamada União Nacional, apenas a tese da união entre o PSD e a UDN para evitar a candidatura do Getúlio e para evitar também a do Eduardo Gomes, que alguns de nós sabíamos derrotada de antemão.

Houve uma reunião na casa do Prado Kelly, com a presença do Euclides Figueiredo, na Rua Fonte da Saudade, e o Kelly, que se batia ardentemente pela candidatura Eduardo Gomes, conformou-se com a idéia do Milton, mas avisou: “Isso tem de acabar até hoje de noite. Se até hoje de noite não vier a resposta



do Ademar favorável, e Minas e São Paulo não puderem se unir em torno disso, essa candidatura não pode existir. Amanhã reúne-se o diretório da UDN, não podemos mais adiar e então vamos para o Brigadeiro.”

Nessa altura fui incumbido, junto com o Afonso Arinos, de comunicar isso ao Afonso Pena Júnior. Chegamos na casa dele, na Rua Pereira da Silva. Tinha uma varanda agradável e a senhora dele era muito amável. Ele tinha uma biblioteca maravilhosa, era um grande jurista. Serviam um café com bolinhos de vez em quando e nada de falar no assunto. Era negócio de mineiro, ninguém queria começar. O Afonso Arinos falava numa outra coisa. Em dado momento eu disse: “Dr. Afonso Pena, o diretório da UDN nos incumbiu de vir aqui dizer que, se o Governador Ademar de Barros não apoiar a sugestão do Governador Milton Campos, a sua candidatura deixa de ser viável e, nesse caso, amanhã de manhã vai ser escolhido o Brigadeiro Eduardo Gomes. Parece-nos que seria conveniente primeiro consultarmos o Governador Milton Campos. Conforme a resposta, o senhor mantém ou retira a sua candidatura, mas seria melhor o senhor mesmo retirá-la do que a UDN abandoná-lo.”

Ele disse: “Como vocês entenderem.”

O Afonso Arinos foi para o telefone, nesse tempo não tinha DDD, o telefone era uma loucura. O Afonso gritava tentando falar com o Palácio da Liberdade. E com ele aos berros passaram-se três ou quatro horas e não se conseguia ligação para o Milton Campos de jeito nenhum.

Enquanto isso aquele clima na varanda. Estavam lá uns amigos pessoais do Afonso Pena, e mais café e mais bolinhos e Afonso Pena só dizia assim: “Eu não tenho por que retirar a minha candidatura, eu não sou candidato. O Milton é que se lembrou do meu nome, só a ele compete retirar o meu nome.” Eu penso: “Mal vai a história.” E digo: “Mas Dr. Afonso Pena, um homem eminente como o senhor não pode ficar exposto a uma coisa dessas. Eu estou lhe dizendo que o diretório decide esse caso amanhã de manhã e vai escolher o Brigadeiro Eduardo Gomes. Como é que o senhor fica?” E ele: “Bom, o problema é dos senhores, não é problema meu, eu não pedi para ser candidato. A candidatura não é minha.” Aquela história, “não posso retirar e tal”...

Em dado momento, o negócio ficou tão cômico que ele próprio achou graça e contou a seguinte história: “Vocês sabem, tem um conto do Aquilino Ribeiro ou do Miguel Torga que é exatamente isso, só que é numa aldeia de Portugal. Mas no interior de Minas existem uns sujeitos que são encarregados de apressar a morte dos agonizantes que demoram muito a morrer. Então, quando eles sofrem muito, quando levam três, quatro dias agonizantes, a família chama um sujeito e paga para ele ser uma espécie de sacerdote da morte. Ele chega, acende uma vela, põe na mão do agonizante, mete o joelho no peito, um travesseiro na cara e sufoca o sujeito; pisa no peito e diz assim: diga Jesus. Isso até o sujeito morrer.”

Olhou assim para mim e disse: “Eu tenho a impressão que vocês vieram aqui me enterrar o joelho no peito, o travesseiro na cara, até eu dizer *viva Jesus* e morrer.” Nessa hora morrer queria eu, não é? Chato ouvir aquilo.

Mas foi quando conseguimos finalmente falar com o Milton Campos que nos disse que o Ademar não tinha respondido nada. Então eu disse: “Bom, Dr. Afonso, quer dizer que a sua candidatura não existe mais?”. E no dia seguinte fomos para o diretório da UDN, onde Prado Kelly explicou com quarenta mil razões — razões lindas — a candidatura do Brigadeiro.

E dessa vez o Brigadeiro queria ser candidato. Isso é que é engraçado: aí ele queria. Queria a um ponto como nunca vi antes. Em 46, não queria. Dessa vez — em 50 — queria. É um pouco, talvez, o temperamento dele: ir à forra. Mostrar que não era o derrotado. Qualquer coisa que se deu num homem com o temperamento dele. Um fenômeno muito curioso, mas um fenômeno humano. Eu nunca o vi com desejo de poder. Como disse há pouco, ele não tinha vocação de poder.

Um rapaz no Rio, chamado Wilson Leite Passos (chegou a deputado estadual) tinha uma gráfica pequenininha e inventou uns comitês populares pró-Eduardo Gomes que, à margem da UDN, começaram a fazer uma bruta agitação nos boletins que imprimia, dizendo “Candidatura Eduardo Gomes com a UDN ou sem a UDN”.

É claro que isso não teve o menor efeito. Mas o Brigadeiro ficou tão grato a esse homem, mas tão grato, que um dia, eu era governador, morava no mesmo prédio do Brigadeiro, ele sobe comigo no elevador, e esse homem sóbrio, incapaz de fazer um pedido a quem quer que seja, vira-se para mim, e diz: “Governador”. “Ora, Brigadeiro, como vai o senhor? Como vai o trabalho?”. “Muito bem. Governador, eu soube que há uma vaga de diretor do Banco do Estado. Será que o senhor não poderia aproveitar um companheiro nosso? Um rapaz muito dedicado, muito bom rapaz, o Wilson Leite Passos”. Eu aí não me contive (quer dizer, foi mais forte do que eu). “Mas Brigadeiro, o Wilson? Não posso nomeá-lo diretor do Banco do Estado, Brigadeiro.”

Eu conto isso não em desfavor do Brigadeiro, mas para mostrar como ele guardou na cabeça a gratidão a esse homem, que fez um troço que não era nada popular, que era meia dúzia de sujeitos — os tais comitês pró-Eduardo Gomes. É evidente que eu não pude atender ao pedido. Coitado, mas ele não sabia nada de banco.

Mas voltando à reunião: o Kelly defendeu a candidatura Eduardo Gomes, que eu assim o último recurso da UDN. E eu sustentei ali que “do ponto de vista de honra e de qualidades morais, evidentemente todos estamos com ele. Mas que precisava falar um pouco do ponto de vista eleitoral para dizer que os senhores acabam de condenar o Brigadeiro Eduardo Gomes a uma nova derrota. Com uma diferença: dessa vez quem vai ser Presidente da República é o Dr. Getúlio Vargas. Os senhores estão preparados para a candidatura Getúlio Vargas? Ela vai ser invencível.” “Ora, imagine! O Getúlio está lá em São Borja. Imagine! Eles vão para o Nereu Ramos, vão para mais não sei quem”.

Então lembraram de vários nomes do PSD. Era o Nereu, era o Carlos Luz. Falaram muito em Carlos Luz. “E o Carlos Luz, até que nós poderíamos apoiar”. Eu disse: “Não vai ser não. Vai ser o Brigadeiro Eduardo Gomes contra o Getúlio Vargas. O Getúlio Vargas vai ganhar. E nós vamos partir para outra. Os senhores estão preparados para isso?” E fui para a *Tribuna da Imprensa* e dei um grito contra a candidatura Eduardo Gomes.

Um Deus nos acuda! A pobrezinha da Dona Eliane, irmã dele, que morreu noutro dia, minha amicíssima, me recusou cumprimento na rua. Parou de falar comigo e me chamava de “traidor” do Brigadeiro. Na cabeça dela não entrava absolutamente a idéia de que o Brigadeiro pudesse perder. E, sobretudo, perdendo ou não, não entrava a idéia de que para mim a não-vinda do Getúlio, ou seja, a não-volta à situação anterior, era mais importante do que a candidatura do Brigadeiro, por mais importante que ele fosse.

E foi exatamente o que se deu. Quer dizer, o Ademar foi a São Borja, convenceu o Getúlio a ser candidato e assegurou o apoio ao Getúlio. O Dutra não teve outro remédio senão ver a turma toda dele debandar para o Getúlio. E aí, em último recurso, lá fui eu parar nas mãos do Dr. Cristiano Machado. Eu me dava com o Cristiano. Ele foi um dos próceres da Revolução de 30, em Belo Horizonte e era irmão do escritor Aníbal Machado, de quem eu era muito amigo, e de um comandante aposentado da Marinha, Otávio Machado, que foi grande amigo meu.

Cristiano era o homem mais timorato, mais prudente do mundo. Ele era Secretário de Educação do Benedito. Como o Benedito era homem extremamente desconfiado e possessivo — essas memórias do Juscelino, agora, mostram como era o Benedito, tal qual, e o deixam, aliás, muito mal —, o Cristiano me contou que passou anos sem ir ao Rio de Janeiro, porque tinha receio de que o Benedito interpretasse a viagem como uma tentativa dele de se aproximar do Getúlio para substituir a ele, Benedito. E ficou anos sem ir ao Rio de Janeiro.

Então fui procurá-lo e disse: “Dr. Cristiano, parece que o senhor vai ser candidato do PSD. E já está lançada a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Isso significa a vitória do Dr. Getúlio Vargas. Só há uma maneira, talvez, de se entenderem: ou é o Brigadeiro desistir da candidatura dele em seu favor ou é o senhor desistir da sua candidatura em favor do Brigadeiro. A segunda hipótese me parece melhor, não por nenhum despreço ao senhor, mas é porque é muito mais fácil levar o seu eleitorado para o Brigadeiro do que trazer o do Brigadeiro para o senhor”.

E ele me disse: “Mas você sabe, sou um homem de partido. O PSD está me escolhendo. Não me compete me envolver nisso. Eu não posso renunciar a uma coisa que não é minha. Por outras palavras: não posso abrir mão de uma coisa que não me pertence, que não foi feita para mim.”

Então eu disse: “É, nesse caso, nós vamos para a derrota, o senhor e nós! Com a diferença que o senhor vem em terceiro lugar.” E ele: “Você acredita nisso?” Eu disse: “Fora de dúvida, porque vai haver uma debandada deplorável em torno do senhor. Eu tenho pena porque, tendo apreço pelo senhor, sinto pena de ver acabar sua vida política de uma maneira que vai ser profundamente melancólica. E os senhores, o senhor e o Brigadeiro, vão ficar com a responsabilidade da volta do Getúlio ao poder. E, depois, para tirar esse homem vai custar muita coisa ao Brasil. Vai ser um negócio muito difícil. Por eleição não se tira: ele já ganhou.”

E tive ainda uma segunda conversa no Rio de Janeiro, no mesmo tom, e foi absolutamente inútil. Comecei, então, a dar também umas pauladas no Cristiano. E ele, coitado, ficou muito magoado comigo. Morreu magoado comigo porque deve ter pensado: “Afim de contas, sempre me dei tão bem com o Carlos, e todo dia ele está me atacando.” E o pessoal do Brigadeiro não entendia nada. O nosso Tristão de Athayde \*, que é mestre em ensinar aos outros como fazer as coisas contanto que ele não tenha de fazê-las, foi lá na *Tribuna* dizer: “Eu o ajudei a fundar esse jornal. Afinal, andei aí de papel na mão recolhendo ações e você agora se pronuncia contra o Brigadeiro.”

Respondi: “Alceu, o Brigadeiro vai perder as eleições e vai para o poder o Getúlio Vargas.” E ele: “Isso é um pesadelo seu, você tem uma obsessão.”

---

\* Alceu de Amoroso Lima. (N. da E.)

Eu disse: “Não, a diferença é que nós vamos ficar aqui, você vai para Washington.” Ele foi para lá como diretor de assuntos culturais da União Pan-Americana, da OEA. Dias depois ele publicou um artigo a favor do Brigadeiro na *Tribuna da Imprensa* e embarcou para Washington e ficamos nós aqui, no pau.

Aí começou aquela avalanche de Getúlio Vargas, que ninguém mais vencia. Os comícios do Brigadeiro cada dia mais melancólicos. E o Cristiano esvaziado, cada dia mais perdendo o apoio, que aliás nunca chegou a ter. Criou-se até o verbo “cristianizar” como sinônimo de “esvaziar alguém”, “abandonar alguém”. E o Getúlio ganhou.

Foi quando sustentei que a UDN era um partido que não tinha vocação de poder e que eu não tinha vocação para “derrotas gloriosas”. Que eu achava que estava na hora de disputar o poder. É para isso que os partidos existem. Que nós tínhamos de ter candidato capaz de disputar o poder em condições mínimas de vitória. Isso até um certo ponto. E chegou ao ponto em que a escolha era entre o Getúlio (o Cristiano já derrotado) e o Brigadeiro. Então era evidente que eu fui apoiar o Brigadeiro. Fiz comícios, onde o Brigadeiro, com uma cara desse tamanho, não sabendo o que dizer, repetia os mesmos realejos de 1945. Aquela mesma história: “O Brigadeiro, não sei mais o quê”. O Brigadeiro fazendo o mesmo gênero de discurso, discursos eruditos escritos pelo Prado Kelly, que continuava a ser o grande redator dos discursos dele, o que, diga-se, não diminui em nada, absolutamente nada, nem a um nem a outro.

Enquanto isso, o Getúlio, que no Estado Novo dizia que “Voto não enche barriga de ninguém”, foi pedir votos dessa vez prometendo “Vou baixar o preço da carne!” E voltando aos “trabalhadores do Brasil”. Isso, depois de oito anos de “trabalhadores do Brasil” todo dia; oito anos de ditadura e quinze de poder. Volta o homem tranqüilo, de São Borja, com uma saúde de ferro. Muito churrasco no lombo, muita cuia de mate, compreende? E muito dinheiro. E o pessoal todo da fina flor da burguesia aderindo a ele correndo.

Correndo porque significava negócio, e correndo porque significava vitória. Então a Federação das Indústrias, a Associação Comercial, tudo largando o velho Dutra cada vez mais, e cada vez mais caminhando para o Getúlio. Cada dia uma adesão nova. Um dia era o industrial não sei quem; outro dia era não sei o quê. Além dos sindicatos e de uma perplexidade enorme. E então ele ganhou com aquela maioria que vocês sabem.

Nessa ocasião não haveria um nome capaz de impedir essa vitória. Foi quando eu comecei a defender a tese, que depois desenvolvi na ocasião do suicídio dele, de que não se substitui uma ditadura por uma democracia em 24 horas. Tese que me valeu a fama de “golpista”, até de “fascista”, etc. A minha tese era a seguinte: a máquina da ditadura foi montada em anos de trabalho. Montada tecnicamente, através da censura, através da propaganda, através do monopólio do rádio, através dos órgãos de comunicação de massa, e através sobretudo de uma impossibilidade de a oposição se comunicar porque eram velhos políticos que tinham ainda as mesmas técnicas do tempo em que as oligarquias ganhavam votação: dividiam o país entre si e ganhavam eleição. Um ganhava aqui, outro ganhava acolá, etc.

Enquanto isso, o Getúlio partiu para a técnica moderna de comunicação de massas, que tinha usado como ditador, através do Lourival Fontes, que era um fascista, um goiano fascista, fabulosamente inteligente e técnico no assunto. O criador do “mito Vargas” no Brasil foi Lourival Fontes. E mais ainda: o pres-

tígio e a máquina do exercício do poder. Toda gente, mal ou bem, devia algum momento de sua vida ao Getúlio. Ou uma nomeação, uma promoção, uma boa palavra, um sorriso, um aperto de mão, um emprego para a família, ou alguma coisa. Ele foi dono do Brasil.

Por tudo isso é que defendi a tese de que é preciso: primeiro, reformar a legislação eleitoral; segundo, desmontar a máquina da ditadura; depois, convocar as eleições. Convocar eleições em cima disso é apenas coonestar a volta da ditadura com o voto popular. Coisa que se deu depois com o Peron. Mas explicar isso aos juristas da UDN era coisa inviável, porque eles tinham do direito uma concepção puramente estática, isto é, eram incapazes de conceber um “direito político”, isto é um direito dinâmico. Para eles aquilo era sagrado. Não, agora é voto, então é voto”. Depois tentavam inventar fórmulas. Depois que perdiam eleição, diziam para a gente assim: “Vamos fazer uma campanha pela maioria absoluta. Só quem ganhar com maioria absoluta é que ganha”. Eu reclamei: “Agora, depois da eleição? Eu vou defender. Mas é uma tese estúpida e perdida de antemão. Então o sujeito já ganhou e você muda a regra do jogo depois do jogo? Como é?” Era tudo inviável. Quem ia resistir a uma vitória daquelas?\*

Nos anos 50, as Forças Armadas ainda tinham alguns elementos, alguns líderes que hoje perderam. Pelo menos, perderam no sentido de podermos caracterizá-los com facilidade. Primeiro, havia um resíduo do espírito “tenentista”, isto é, daqueles revoltosos de 22, 24, 26, 28, que já eram então coronéis, majores, e muitos deles tinham sido interventores. Alguns tinham apodrecido na corrupção. Outros tinham amolecido através da política oligárquica mais ordinária. Mas muitos deles conservavam certa pureza de idéias. Um pouco vaga, mas idealista. Outros conservavam, pelo menos, uma certa ascendência sobre os camaradas, em nome do sacrifício que tinham feito, em nome de uma carreira truncada, prisões, exílios, etc. Isso de um lado. Ainda não eram generais, mas já eram coronéis, majores, já tinham alguma ascendência. Sobretudo tinham acesso aos “monstros sagrados”. O Exército se renovava menos — isso foi um dos erros do Castelo Branco, que acabou com isso, o Luís Viana falou nisso no discurso de ontem no Senado.\*\* O Exército se renovava menos facilmente, isto é, os generais ficavam mais tempo no generalato. Então tinham tempo de afirmar lideranças. Boas ou más.

O Góes Monteiro, que era um homem extraordinariamente inteligente (foi o aluno mais brilhante da Missão Militar Francesa), era um sujeito cínico, cético, repleto de defeitos, mas que tinha uma vocação política extraordinária, uma ascendência intelectual muito grande sobre os militares, porque era um dos raros que se poderia chamar, num certo sentido, de intelectual. Não no sentido propriamente dito, mas no sentido de ser inteligente. Góes era um deles. O outro era o próprio Dutra, que saiu do governo, apesar de tudo, muito respeitado. Pela primeira vez o povo via na rua, cruzava na rua com um ex-Presidente da República. Tanto que eu o chamei de “um grande ex-presidente”, num artigo que fiz, e ele ficou até muito lisonjeado.

Era realmente comovente ver um ex-presidente, eleito, acabar o mandato e andar na rua como toda gente. Isso começou a dar uma aura popular póstuma,

---

\* Nas eleições de 1950 Getúlio teve 3.849.040 votos; Eduardo Gomes 2.342.384; Cristiano Machado, 1.679.193 votos. (*N. da E.*)

\*\* Luís Viana Filho foi Chefe da Casa Civil de Castelo Branco e fez esse discurso no Senado no dia 18 de março de 1977. (*N. da E.*)

depois da morte política. Enterrado como presidente ficou um fantasma maravilhoso. Chegavam para mim e diziam: “Sabe quem eu vi na rua? O Dutra.”

As pessoas nunca tinham visto isso. O próprio Getúlio, que não era presidente, era ditador, nunca o tinham visto na rua. Ele foi deposto e partiu para São Borja, tomar chimarrão.

Nessa altura, eu estava esquecendo um dado importante: eu levantei a tese de que a volta do Getúlio ao poder significava uma aliança, no sul do continente, aparentemente contra os Estados Unidos, mas que na realidade era contra a democracia, e que era uma aliança principalmente Peron/Getúlio, e que o instrumento dessa aliança, o porta-voz, o correio dessa aliança era o Jango Goulart. Bom, um irmão do Juraci Magalhães, não o Eliezer, o outro, Jaci, que era um homem muito ligado as federações das indústrias do Rio de Janeiro e, como tal, era ligação política entre as federações e os políticos em geral, perguntou-me: “Você era capaz de uma conversa com o Jango Goulart?” “Pois não.” Fomos nos encontrar no apartamento do Jaci, na Rua Voluntários da Pátria, junto da Rua Marques, onde hoje há uma escola e onde era um depósito de bondes.

Isso aconteceu pouco depois da eleição de 50. Jango acabava de ser nomeado Ministro do Trabalho. Lembro-me bem, ele com aquela perna dura esticada, muito simpático, não tanto quanto o Juscelino, mas muito simpático também noutro gênero — vamos dizer a palavra: meio esculhambado —, recebeu-me muito bem. Em dado momento da conversa, eu disse: “Dr. João Goulart, há uma coisa que me espanta e que gostaria de ter uma resposta sua. Passamos pela cadeia, muitos pelo exílio, houve gente torturada e, apesar disso, acreditamos numa saída democrática para o Brasil. O senhor era um rapaz de São Borja, filho de um vizinho do Dr. Getúlio, foi fazer um curso de direito em Porto Alegre, dizem até que muito alegre (ele dava esse tipo de intimidade, com meia hora de conversa, você falava com ele o que quisesse). Ganhou de presente o mandato de deputado, nunca apresentou um projeto, nunca fez um discurso, nunca deu um parecer, agora é Ministro do Trabalho da mesma forma, por obra e graça do Espírito Santo. De maneira que se há uma pessoa no Brasil que deveria ser grata ao processo democrático é o senhor, porque ao senhor a democracia só cumulou de benesses e o senhor está fazendo uma carreira triunfal sem o menor esforço. Como é que se explica então que o senhor seja peronista?”

Falei assim mesmo. Ele parou, riu como quem dissesse “Você é muito atrevido”, e disse: “Eu não sou peronista. Eu sou amigo do General Peron; ele me manda buscar de avião na minha estância para conversar comigo e acho que ele está fazendo um grande bem ao povo argentino, mas não sou um peronista. E, ao contrário do que o senhor possa pensar, acredito no processo democrático. Acabamos de ter uma prova disso, o senhor é que parece não acreditar, com a vitória do Dr. Getúlio Vargas.” Eu disse: “Não acredito mesmo, porque a vitória do Dr. Getúlio Vargas não é uma vitória democrática, a vitória do Dr. Getúlio Vargas é a vitória da máquina que a ditadura montou. Não é uma vitória democrática. O senhor não preside sindicatos democráticos; qual o sindicato que o senhor dirige, como Ministro do Trabalho, onde houve uma eleição democrática? O senhor preside um movimento de pelegos; o senhor chama isso de democracia?” Ele disse: “É a democracia possível no Brasil.”

A conversa foi nesse tom, até amena sob certos aspectos, e ficamos nisso. Mais tarde as coisas pioraram. Foi a primeira vez que o vi e tive a sensação de um homem — que depois o tempo só confirmou, e hoje tenho plena convicção

de que estava certo nessa espécie de intuição — para quem o poder só tem um atrativo, o seu lado hedonístico, fazer bem aos amigos, chatear os inimigos, ter a importância que o poder confere, mas não a menor preocupação com os encargos, com as chateações do poder. Isso lhe era inteiramente indiferente. O que me deu a sensação, que só depois o tempo confirmou, de que não era um homem capaz de fazer sacrifícios para ficar no poder. E foi isso uma das coisas que salvou o Brasil, ou, pelo menos, que evitou uma guerra civil no Brasil.

Bem, vamos adiante. Dizia eu, as Forças Armadas tinham ainda um resíduo tenentista que valia muito: o Juarez Távora, o Eduardo Gomes, o Cordeiro de Farias, o próprio João Alberto, num outro sentido, mas era ainda; o Castro Afilhado, uma porção de nomes, alguns já esquecidos e outros que ainda hoje são lembrados. Havia também os tais “monstros sagrados”, quer dizer, o Góes Monteiro, o Dutra e logo depois o Canrobert,\* em torno do qual se formou todo esse movimento de coronéis; o Mamede, que fez o famoso discurso na sepultura do Canrobert, o Golberi, o Rodrigo Otávio, toda essa gente foi a constelação em torno do Canrobert, que foi um dos últimos “monstros sagrados”, no bom sentido da palavra, dentro das Forças Armadas.

Tinha o Zenóbio, que por sinal é meu primo longe — era Mendes Gonçalves —, um homem ignorante, mas não era um homem boçal; era um chefe militar, com várias virtudes de chefe militar, homem de comando, com vida militar, com vida de tropa, o que é no Exército muito importante, quer dizer, ele tinha fama de ser um general que nunca tinha se metido em política, o que para eles militares era muito importante numa hora de pronunciamento.

Os febianos contribuíram enormemente para a queda do Getúlio em 45. Tivendo o Mascarenhas, que continuou fascinado até o fim da vida pelo Getúlio, que lhe deu o comando da FEB, os outros voltaram naquele estado de meia encabulação. Primeiro porque a FEB foi feita contra a vontade do Dutra e contra a vontade do Getúlio. A FEB foi o preço pago para ter a siderurgia, dada pelo Roosevelt, e para ter o direito de sentar na mesa dos vencedores e não na mesa dos vencidos. Foi tardiamente organizada, quase que inteiramente às custas dos americanos. Há um livro do Mascarenhas em que ele procura esconder isso, mas há o livro feito por oficiais da FEB chamado *A Verdade sobre a Força Expedicionária Brasileira*, que é um depoimento impressionante. Até os cigarros recolhidos aqui para mandar para os soldados eram roubados no caminho. O máximo que eles levavam para a Itália era esse cobertor “reuno” de recrutas. Eles não tinham agasalho para nada. Esse oficial Vernon Walters, que foi adido aqui e que foi acusado de ser da CIA — depois foi mesmo diretor da CIA —, que foi o intérprete entre o General Clark e a Força Expedicionária, uma vez me disse tranqüilamente: “Nos Estados Unidos, se um general tivesse feito o que o Zenóbio fez em Monte Castelo seria rebaixado a sargento. Por um problema de brio, simplesmente, mandou atacar, em condições da mais absoluta inferioridade, os soldados não tinham a menor chance, era subir naquele negócio e os alemães metralhando tudo.” Na FEB houve dois grandes fatores de morte: acidente de trânsito, que foi o maior, e Monte Castelo. Mas não é verdade que o culpado tenha sido o Castelo Branco. Ele inclusive não era oficial de comando. O Kruel acusava o Castelo de sonegar informações ao Estado-Maior da FEB sobre a real posição e situação dos alemães. Isso é uma coisa lá entre eles, eu é que não sei. O fato concreto é que o comandante da operação foi o Zenóbio.

---

\* Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra no governo Dutra e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas no governo Café Filho. (N. da E.)

Esse pessoal da FEB, quando voltou, não constituiu um novo grupo dentro das Forças Armadas. Eles nunca se organizaram como grupo, e sim na medida em que quase todos eles, com algumas exceções, eram antigos Tenentes, como o Cordeiro de Farias, por exemplo.

Tenho um caso talvez curioso; a única vez que eu vi o Getúlio realmente de perto (eu era secretário de *O Jornal*) foi durante a última manobra antes do embarque da FEB, da Artilharia, sob o comando do Cordeiro. Resolvi ir, eu mesmo, porque queria ver o negócio de perto. Nessa época eu era insubmisso do Exército porque em 35, quando me apresentei no quartel, mandaram voltar no dia seguinte e aí ouvi no rádio a notícia da minha prisão e caí fora, ficando como insubmisso. Quando veio a FEB houve anistia para os insubmissos e aproveitei, desmanchei a casa, mandei a Letícia e as crianças para a casa de minha sogra em Valença, e requeri minha inclusão na FEB. Passei a ir diariamente ao Ministério da Guerra para saber o resultado. Meu requerimento foi entregue a um major que se chamava Médici, Emílio Garrastazu Médici, que era do gabinete do Ministro da Guerra. Esse requerimento nunca teve resposta.

Mas já que estou contando isso, vamos ao fim da história: quando fui eleito vereador, mais ou menos cinco anos depois, um belo dia me telefonou um coronel e disse: “Quem fala é o Coronel Bonorino. O senhor pode dar um pulo aqui na 2.<sup>a</sup> CR, no Ministério da Guerra?”. Pensei: “Isso deve ser ligado à minha insubmissão”. Cheguei lá, ele disse: “O senhor sabe que é insubmisso, que não tem carteira de reservista?”. Eu disse: “Sei, mas fui anistiado, fiz tudo para entrar na FEB. Não me deixaram entrar na FEB, não me deram solução, fiquei sem carteira”. “Bom, mas então o senhor não vai poder tomar posse como vereador”. “É, realmente”. Ele disse: “Pois é, mas eu vou lhe dar”. Tirou de dentro do armário uma bandeira nacional, desenrolou-a e pediu: “Estenda a mão”. Estendi a mão e disse: “Juro defender a pátria, etc.” Ele assinou, deu-me uma carteira de 3.<sup>a</sup> categoria, e é a carteira que tenho. Sou reservista de 3.<sup>a</sup> categoria graças ao Coronel Bonorino.

Mas voltando ao assunto: o pessoal da FEB teve muita influência moral sobre a população e sobre a tropa que tinha ficado aqui. Criou-se aquele estado de espírito: “Como é que nós vamos nos arriscar a morrer e matar na Itália para defender a liberdade dos italianos, dos europeus, seja lá o que for, e aqui dentro servimos a uma ditadura?” Daí a criar um espírito de inconformismo com a idéia de uma ditadura foi um passo — e foi se criando: nesse sentido, os chamados febianos contribuíram decisivamente para colocar o Exército no dilema: não podemos servir a uma ditadura aqui dentro se somos mobilizados a atacar as lá de fora.

Mas isso foi um dos fatores. O fator principal foi uma tomada crescente de consciência por parte dos então líderes das Forças Armadas, movidos em grande parte por esses majores, por esses coronéis, de que a volta do Getúlio representava realmente um perigo para o país na medida em que o Getúlio, já velho — o Getúlio nunca foi comunista —, já desgastado, por ambição de poder, que era sua grande e permanente constante, iria se entregar, ou estava se entregando, a uma esquerda informe, ideologicamente indefinida, mas praticamente muito atuante no sentido da república sindical, no sentido, digamos, de uma espécie de subperonismo.

Foi nessa ocasião que comecei a desenvolver a idéia de que havia uma ligação muito mais profunda entre o peronismo e a volta do Getúlio ao poder do que aparentemente se pensava, e que tudo isso estava dentro de um contexto: a restauração de uma espécie de fascismo-populista sul-americano.



Aqui preciso mais uma vez saltar um pouco sobre o tempo. Quando aconteceu a queda do Peron em Buenos Aires, recebi de um amigo meu, cujo nome hoje posso dizer, o Gainza Paz, diretor do *La Prensa*, fotocópias de um inquérito feito pelos oficiais que tinham tomado o poder, na Argentina, e que envolvia o João Goulart. Não é a carta Brandi ainda — a carta Brandi é outro capítulo. Esse inquérito mostrava que João Goulart tinha feito um negócio de madeiras, exportação de madeiras do Paraná para a Argentina, cujo pagamento tinha sido todo articulado de maneira que o preço estivesse muito acima do valor real da exportação. Isso já para ajudar a financiar a campanha eleitoral do Getúlio. Mas recebi esse documento com a condição de não divulgar a fonte, e então não tinha como. Se perguntassem “de onde é?” eu não poderia divulgar, não poderia dizer quem tinha me mandado. E muito menos poderia dizer que era de um inquérito oficial argentino.

Devo ter todos esses documentos ainda em algum lugar, só descobrindo no arquivo se tenho ou não. Também isso faz tanto tempo! Bem, nessa altura, me apareceu um rapaz de Campos, um jornalista de Campos, que me disse: há aí um argentino que tem uma prova decisiva dessa ligação Peron-Vargas, via Jango. Então surgiu esse argentino, que se chamava Malfuse, fulano de tal Malfuse, lá em casa e entregou uma carta de um prócer, dizia ele, de um prócer peronista, endereçada, se não me engano, ao Jango, na qual falava... a carta era assinada por um tal Brandi... falava num Ignacio Pinedo que seria emissário entre os dois para esse negócio.

Como eu tinha a documentação do inquérito oficial, cuja origem eu não podia revelar, que me foi mandada pelo Gainza Paz, diretor de *La Prensa*, acreditei na validade da carta e pedi ao Ministro da Guerra, Henrique Lott, estou saltando ainda mais no tempo, mas é preciso para vocês conhecerem a história. Pedi pela Rádio Globo que o Ministro da Guerra abrisse um inquérito policial-militar para apurar a veracidade daquilo. Porque eu próprio, que me lembre, nunca jurei pela autenticidade da carta. Eu jurava pela autenticidade do fato e a carta fazia supor que era verdadeira porque confirmava o fato.

Lott nomeou o General Maurell Filho para apurar o negócio. E nas vésperas da eleição de 55, quando o Jango era candidato à vice-presidência, distribuí o comunicado oficial do General Maurell dando claramente a entender que a carta era verdadeira. E como era uma autoridade insuspeita, do Ministério da Guerra, aí dei a carta como verdadeira.

Dois ou três dias depois ele dá um relatório dizendo que a carta não era verdadeira, que era falsa — e realmente era. Nunca mais vi o argentino, mas ficou o fenômeno da carta Brandi, o fenômeno que não somente me desmoralizou, como sobretudo desacreditou o tema.

Era uma carta em torno do negócio das madeiras e dizia “o dinheiro será enviado para a campanha, a fim de nos entendermos politicamente, e tal e coisa”. Eu devia ter desconfiado de uma coisa: a carta era clara demais para ser verdadeira, compreende? Mas como a imprudência das ligações entre eles nesse tempo era tão grande (eu posso contar daqui a pouco um episódio que contou o João Neves e que é terrível —, também não era tão de admirar. Em suma, foi um revés, um desastre para mim, um negócio! Verdadeiramente talvez um dos períodos mais terríveis da minha vida, quer dizer eu passar como cúmplice de um falsário. E foi horrível! Não tenho a menor idéia da intenção desse argentino. Dinheiro não era. Nunca me falou em dinheiro. Esperei inclusive que ele falasse. Nunca falou em dinheiro. E assim como apareceu, sumiu. Nunca mais vi esse sujeito.

Bom, estou saltando um pouco por cima das coisas para não quebrar o episódio. Depois a gente volta atrás, para outras coisas.

Um belo dia, um amigo meu, repórter, ligado ao Ministério do Exterior, que até hoje anda por aí, me levou um telegrama cifrado do Itamarati, com a tradução em português claro. Era um telegrama da Embaixada do Brasil em Buenos Aires ao Ministério do Exterior dizendo que realmente o Vice-Presidente João Goulart, já então eleito e empossado, estava envolvido no inquérito feito pelos militares argentinos, o qual havia comprovado que uma das origens do financiamento da candidatura do Presidente da República — Getúlio em 50 — era o dinheiro dado por Peron por intermédio de João Goulart.

Quando peguei o telegrama oficial do Itamarati, disse: bom, agora eu vou à forra da carta Brandi. E fui para a Câmara e li o telegrama. Está aqui a prova, telegrama número tal, do Itamarati. Aí, evidentemente, houve aquela gritaria: uma nova carta Brandi, e tal. Eu disse: “Não, não tem negócio de carta Brandi não. Isso aqui é um telegrama do Itamarati. Veio em código e está aqui traduzido”. E fiz um pouco de propósito, porque podia ter feito o que eles chamam de paráfrase: você não traduz o código tal qual, você parafraseia, então diz a mesma coisa com outras palavras para não revelar o código.

Mas eu tinha que desafiar, provocar a onça. E eles caíram na provocação. O velho Macedo Soares \* meio gagá, que era Ministro do Exterior, aceita pressões do pessoal do Jango e manda uma exposição de motivos ao Juscelino solicitando que ele fizesse uma mensagem à Câmara pedindo a suspensão das minhas imunidades parlamentares, para eu ser entregue à Justiça Militar e ser julgado como traidor da pátria por ter revelado o código secreto do Itamarati, o que colocava ao alcance de todas as potências estrangeiras as comunicações mais secretas da Embaixada do Brasil. E aí então houve o episódio do julgamento na Câmara.

O conteúdo da mensagem está publicado num livro chamado *O Caminho da Liberdade*, que tem tudo isso, inclusive meu depoimento na Comissão de Justiça da Câmara, onde tive que falar durante 12 horas. Não era permitido falar 12 horas — o Presidente da Comissão era o Oliveira Brito, —, mas eu arranjei um funcionário da Câmara que, de vez em quando, com o pretexto de trazer remédio, dava umas bolinhas para ele ficar assim meio sonolento. E ele, sonolento, não via o tempo passar e eu continuava lendo. Aí eles nomearam relator do processo contra mim o Martins Rodrigues — que morreu também meu amigo, foi diretor da Caixa Econômica, foi membro da Frente Ampla, deputado do Ceará. Ele tinha fama de ser assim um dos grandes juristas do PSD, o que é um certo exagero, mas até que era um bom sujeito.

Martins Rodrigues catou tudo quanto era livro sobre a matéria que havia na biblioteca da Câmara e levou para casa, para fazer o relatório e dar parecer a favor da cassação das minhas imunidades, quer dizer, suspensão das imunidades. Mas eu tinha na Câmara uma porção de amigos, o pessoal era todo meu amigo, realmente. Então a bibliotecária da Câmara, quando ele devolveu os livros, me chamou: “Olha, os livros que o Deputado Martins Rodrigues levou para casa são esses. O senhor quer levá-los também?”

Levei tudo para o escritório de Dario de Almeida Magalhães e ficamos eu e o Rafael\*\* durante duas noites e um dia preparando a minha defesa. E uma

---

\* José Carlos Macedo Soares. (N. da E.)

\*\* Rafael de Almeida Magalhães. (N. da E.)

das partes era a seguinte: várias das citações de autores aproveitadas pelo Martins Rodrigues eram truncadas. Ele citava um pedaço de frase e não citava o resto, ele citava em falso, enfim, ele fez uma ginástica que me deu oportunidade de desmoralizar completamente o seu parecer. Se você analisar o parecer dele, verá que é todo falso porque as citações são falsas, e eu mostrava: “Está aqui o livro que ele levou para casa, o livro diz o seguinte, página tal, mas o Martins Rodrigues diz outra coisa e cita a página, portanto ele truncou, ele deturpou”.

Aí parti para outros temas, inclusive o de um precedente que me ajudou muito. É que num determinado momento da vida de Rui Barbosa, ele também foi acusado de traidor da pátria por ter revelado o código secreto do Itamarati. Rui leu no Senado um telegrama do Itamarati sobre uma outra história qualquer. Não era paráfrase, era também um código. “Bom, então estão querendo fazer de mim um novo Rui Barbosa, muito obrigado e tal... não mereço tanto. Agora, o fato em si é que eu quero discutir: estava ou não metido no negócio da madeira, houve ou não o tal documento?”

Bom, agora então o final dessa história.

Primeiro o João Neves, que foi ministro do novo governo do Getúlio mas que era muito antiperonista, me contou que teve de repelir — e essa é uma das razões por que ele saiu do Itamarati — um emissário do Peron, passando por cima da embaixada brasileira, da chancelaria brasileira, que veio direto se entender com o Getúlio. João Neves teve um incidente com o Gregório\* no corredor do palácio porque o Gregório queria por força que o homem falasse só com o Getúlio. O João Neves disse, até uma expressão meio racista: “Oh negro, sai da frente e não te mete, o ministro sou eu e enquanto eu for ministro esse sujeito não fala com o Getúlio Vargas sem primeiro passar pelo Itamarati”.

Agora na biografia que vamos fazer do Luzardo,\*\* aconteceu uma coisa engraçadíssima. O Luzardo não acreditava que eu editasse a sua biografia, pois ele tem falado de mim de todo o jeito. O Glauco Carneiro, que é o autor do livro, disse: “Não, eu falo com ele, eu converso”. Batista Luzardo ficou na maior emoção do mundo porque eu disse: “Publico com o maior prazer”. Ficou emocionadíssimo. Vamos lançar a primeira edição na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em junho e ele vai estar presente... Então mandou o retrato dele junto com o meu pai fundando o Partido Libertador do Rio Grande do Sul.

E no livro — que é muito bom — ele me ataca várias vezes, mas diz que houve realmente um entendimento entre o Peron e o Jango, e é isso que me interessa. Ele conta sem detalhes, mas confirma o negócio direitinho.

---

\* Gregório Fortunato. (N. da E.)

\*\* Luzardo, *o último caudilho*, Vol. 1, Glauco Carneiro, Nova Fronteira, 1977. (N. da E.)

---

GETÚLIO ERA INCOMPATÍVEL  
COM A DEMOCRACIA

CONTINUANDO A NOSSA HISTÓRIA, eu fui eleito deputado em 54. Em 50 não me candidatei. Fiquei na *Tribuna da Imprensa*, só no jornal. Francamente não sei por que não me candidatei; a verdade é essa. Mas tentando agora adivinhar por que ou pesquisar por que, assim, retrospectivamente, chego à conclusão de que primeiro porque o jornal para mim era uma coisa muito absorvente, era um jornal muito pobre numa vanguarda de luta. Praticamente um jornal sozinho na posição que tinha tomado, que não era uma posição simpática à segunda candidatura do Brigadeiro e ao mesmo tempo era uma posição absolutamente de combate à volta do Getúlio, com uma parte do noticiário muito sacrificada, porque era um jornal eminentemente político, e que não podia se dar ao luxo de ter uma parte noticiosa cara, portanto capaz de competir com jornais vamos dizer jornalisticamente mais equipados. Então a *Tribuna da Imprensa* absorvia muito o meu trabalho.

Segundo porque, naquela altura, eu achava muito difícil compatibilizar a atividade parlamentar com a atividade jornalística. E até hoje acho difícil, senão impossível. Não só aqui, mas em qualquer parte. Para dar um exemplo, o caso do Jean-Jacques Servan Schreiber. Ele está entrando e saindo do *L'Express* feito porta de barbeiro porque de vez em quando é impossível compatibilizar uma coisa com a outra. A própria Françoise Giroud: ou ela sofre, ou *L'Express* sofre a consequência dessa participação. Isso sempre me pareceu muito difícil a ponto de que em certo momento me pareceu mesmo impossível.

Mas nessa altura eu não tinha talvez consciência nítida desse problema. Mas tinha empiricamente a sensação de que, se eu mergulhasse de novo numa vida parlamentar tomada a sério, quer dizer, ir todo o dia à Câmara acompanhar o trabalho, dar parecer, participar de comissão, de debates, como é que fica o jornal? Quer dizer, nas horas mais úteis do dia você não está lá. Depois, a atividade parlamentar exige também reuniões políticas que absorvem também a noite. Então, qual é o tempo que sobra para o jornal?

Acredito que tenha sido esse o principal motivo, de ordem quase que material do ponto de vista de horário, além da dificuldade crescente que eu sentia de, não querendo fazer um jornal de um partido, ser eu um homem de partido. Eu queria evitar muito que a *Tribuna* fosse um órgão da UDN, até porque isso era impossível; a UDN não podia ter um órgão — a UDN era uma maçaroca de tendências, as mais diversas, impossíveis de exprimir num só jornal. Sobre tudo porque esse jornal exprimia muito mais as minhas tendências do que as tendências da UDN. Quer dizer, sempre me senti na UDN — e com isso não

estou renegando os excelentes companheiros que tive lá, nem renegando a própria UDN como partido — mas sempre me senti meio como uma excrescência na UDN, mesmo porque tenho muito pouca vocação para política como exercício assim de habilidades e de astúcias. Acho que se perde muito tempo com a política, no sentido de meio, e não no sentido de fim, e a política como meio me interessa muito pouco, o que me interessa é o fim. E era difícilíssimo e revelou-se ser impossível fazer um jornal partidário.

Primeiro por causa da UDN e segundo por causa da própria natureza do jornalismo. Por exemplo: Afonso Arinos era o líder do partido na Câmara. Se ele fazia um mau discurso, eu escrevia um editorial contra o mau discurso do Afonso Arinos. E no dia seguinte havia uma crise na UDN. Eu me lembro de um artigo que eu fiz uma vez chamado “A Bomba de Creme da Confeitaria Afonso Arinos”. Durante dias ele ficou anunciando o discurso que iria fazer, e os jornais falando no discurso. E no dia não era nada, era uma perfumaria. E eu escrevi “A Bomba de Creme da Confeitaria Afonso Arinos...” Foi um horror dentro da UDN. Crises dos diabos!

Isso aconteceu inúmeras vezes. O Senador Vilas Boas dava um passo em direção ao Getúlio, por exemplo, e levava um pau no dia seguinte que não tinha tamanho! Então, era realmente incompatível. Acredito que tenha sido principalmente por isso que não me candidatei. Além disso, o fato de sentir que o Brigadeiro estava irremediavelmente perdido como candidato, que o Getúlio estava irremediavelmente vitorioso, me desinteressou de ser apenas um deputado dentro daquela derrota generalizada. Uma vitória pessoal minha tinha muito pouco interesse para mim, quer dizer, não significava nada do ponto de vista de uma causa que eu julgava defender. Era uma vitória pessoal. E daí?

De maneira que fiquei realmente no jornal. E naturalmente, com a maior apreensão sobre o que ia acontecer no país, porque era evidente que a volta do Getúlio era a retomada de uma crise que tinha sido abafada, que tinha sido contornada com o governo Dutra, mas que não estava de nenhum modo resolvida. Era a crise entre o país ditatorial e o país, digamos, com uma certa ansiedade de vida democrática.

O Getúlio não teria condições de fazer um novo Estado Novo porque as condições do Estado Novo estavam ultrapassadas, isto é, o fascismo tinha sido derrotado na Europa. Um Estado Novo com aquelas características, digamos, com aquelas marcas mais do lado fascista, seria muito difícil. Mas um peronismo, um populismo de fundo ditatorial também, baseado numa popularidade autêntica, e a partir dela uma programação autoritária, isso sem dúvida. Foi o que aconteceu. O Getúlio era absolutamente incompatível com um regime democrático.

Incompatível por motivos pouco parecidos com os que o Julinho Mesquita atribuía. O Julinho procurava razões sociológicas, que a mim me parecem falsas. Há um livro do Moisés Velinho em que ele reivindica o papel do Rio Grande do Sul como força eminentemente brasileira e repele toda uma teoria da história do Brasil em relação ao seu Estado, que foi muito baseada no fato de que as primeiras histórias do Rio Grande foram escritas pelos jesuítas. E os jesuítas tinham, em relação ao Rio Grande, uma grande prevenção, porque os gaúchos representavam uma reação contra a tentativa jesuítica da República Missionária do Paraguai, aquelas utopias jesuíticas de organizar os índios em uma espécie de casal primitivo.

E, depois, numerosos historiadores, até o próprio Capistrano de Abreu (que talvez tenha sido o mais lúcido deles ou, pelo menos, o precursor dos mais lúcidos),

caíram nessa história de considerar o Rio Grande uma espécie de “deixado por conta”, quer dizer, um resto das lutas contra os espanhóis. E o Moisés Velinho, num livro polêmico, admirável (não me lembro agora o título, mas era um livro polêmico, maravilhosamente bem escrito), reivindica o contrário: diz que o Rio Grande foi o único Estado do Brasil, a única região do Brasil que foi brasileira por querer. Não foi brasileira por uma imposição geográfica ou por circunstância da história. Foi brasileira porque deliberou ser brasileira. Quer dizer, quando o governo português abandonou a zona do Rio Grande à mesma área do Uruguai, deixando-a de lado e fazendo qualquer negócio para largar a Província de São Pedro, os gaúchos se organizaram e os primeiros boiadeiros e criadores de gado custearam o seu pequeno exército para lutar contra os castelhanos. O Moisés Velinho mostra — eu estou demorando um pouco nisso por causa da teoria do Julinho — que historiadores chegaram ao ponto de transformar em herói gaúcho um mestiço índio que é um herói argentino contra o qual os gaúchos lutaram. E tudo por causa dessa marca dos jesuítas nas primeiras histórias do Rio Grande do Sul — porque foram eles seus primeiros historiadores.

E todo o Brasil acabou com uma espécie de prevenção com relação aos do Rio Grande do Sul, como se eles fossem uma espécie de espanhóis que falam português. Quando eles são de fundo açoriano, quer dizer, a colonização principal do Rio Grande não tem nada de espanhola, ela é açoriana, açorita, como se chama no Rio Grande. Porto Alegre é uma criação dos Açores, das famílias açorianas, dos Brito Velho, enfim, toda essa gente que está aí no Rio Grande do Sul. O próprio Moisés Velinho, como o nome indica, o Érico Veríssimo, são o que pode haver de mais português.

E o Julinho, com uma fundamentação sociológica muito mais baseada no horror que tinha ao Getúlio do que em qualquer razão de ordem realmente científica, começou a interpretar o Rio Grande como uma horda — uma coisa pré-sociedade, antes da sociedade politicamente organizada — baseada na figura do caudilho, que na história real do Rio Grande do Sul foi uma criação das lutas militares da zona: o caudilho era um general civil, era um general de tropas civis que se organizavam para resistir à invasão, para repelir o invasor e manter as suas fronteiras, portanto as fronteiras do Brasil.

Para o Julinho, o caudilho era o chefe da horda. Agora, se ele não estava certo, a meu ver, nessa concepção de uma sociologia muito interesseira, muito deformada pela visão política e pessoal, ele estava muito certo numa outra coisa — que não era descoberta dele, mas que ele percebeu muito bem —, que era o caráter irremissivelmente antidemocrático do positivismo.

Por exemplo, a Revolução Farroupilha nunca foi uma revolução separatista como o Império apresentou e como Caxias quis apresentar; ao contrário, foi uma revolução de união com o Brasil, foi uma revolução republicana, antimonárquica, mas nunca separatista. Mas como foi apresentada durante muitos anos pelos historiadores oficiais do Império como uma tentativa separatista, depois de seu fracasso instaurou-se no Rio Grande — enquistou-se no Rio Grande — uma espécie de quisto positivista. Uma geração positivista fez a República, o Benjamin Constant e outros; aquela jovem geração militar, toda ela positivista... Um parêntese só para dar um testemunho: Napoleão Alencastro Guimarães, muitos anos depois, me dizia que no tempo dele (ele foi um dos Tenentes) o ensino da Escola Militar era todo pacifista. Ensinava-se aos oficiais do Exército a serem pacifistas, a serem contra a guerra. Porque toda a ideologia positivista estava influenciando no nosso ensino militar, o que é um dos fenômenos menos

estudados até hoje no Brasil, e que é fascinante do ponto de vista de uma pesquisa universitária séria, feita por pesquisadores brasileiros — não por brasilianistas — com métodos universitários sérios.

Bom, creio que a única área do mundo em que o positivismo ocupou o poder foi essa do Paraguai ao Rio Grande do Sul. Quer dizer, do López ao Borges de Medeiros. O Borges de Medeiros — outra figura fascinante como objeto de estudo — ocupou o governo do Rio Grande do Sul durante 26 ou 36 anos, uma coisa dessa ordem. Eu posso me enganar por dez anos, mas em todo caso foi 26 ou 36 anos, e dominava aquilo com mão de ferro, vindo do Júlio de Castilhos — a famosa luta entre Júlio de Castilhos e Silveira Martins, de onde vem uma outra realidade do Rio Grande do Sul: talvez seja o único Estado do Brasil em que existiram partidos, em que até hoje existem partidos. Você distingue um libertador de um pessedista. A única excrescência que nunca criou raízes no Rio Grande do Sul foi a UDN, porque lá não houve lugar para a UDN. Tem para o PSD, tem para o PTB, quando o Getúlio o criou, e para o Libertador. Quer dizer, Júlio de Castilhos e Silveira Martins, ou seja, o positivismo e o liberalismo monárquico.

Borges de Medeiros dominou a política, dominou a vida gaúcha durante muitos anos. Um homem rigorosamente honrado, um homem de uma honradez, de uma integridade pessoal, um homem virtuoso no sentido romano do termo. Uma vida familiar impecável, uma figura..., uma espécie de Tirano Banderas do romance do Valle-Inclán, um homem inatacável sob certos aspectos, mas que tinha do governo uma concepção absolutamente autoritária. Era ele quem mandava e ninguém mais. O resto assistia.

E nessa escola se formou o Getúlio. O Getúlio foi um discípulo do positivismo. Quem começou a estudar isso com preconceito católico, muito antipositivista e, portanto, maculado e manchado, enfim, perturbado muito mais pela crítica religiosa do que política foi o Sobral Pinto. Sobral Pinto tem uma visão do Getúlio como produto legítimo do autoritarismo positivista que, se você tirar os aspectos da polêmica religiosa, da teoria, talvez seja uma das visões mais exatas do fenômeno. É a teoria comtista, de Auguste Comte, da ditadura republicana onde o homem é escravo da lei, mas da lei feita por ele. E quando ele modifica a lei, o homem continua escravo da lei modificada. O indivíduo tem virtudes cívicas enormes, mas são virtudes tais quais ele as define. Não são as virtudes cívicas definidas por Montesquieu ou por Rousseau ou por qualquer filósofo de política. São as leis que ele faz.

Getúlio foi um legítimo discípulo do Borges de Medeiros, com a diferença terrível de que era — e aí nesse sentido o Julinho percebeu muito bem — um fronteiro. Enquanto o Borges de Medeiros era um homem do centro do Rio Grande, quer dizer, um homem de uma área rural, sem dúvida, mas mais urbana no sentido, não de cidade, mas no sentido de civilização, o Getúlio era aquele homem do fogão e do churrasco da zona missioneira. E esta, sim, foi uma zona muito discutida, inclusive quanto à sua própria nacionalidade (não a do Getúlio, mas a zona cultural de onde ele veio). Era uma zona meio paraguaia, meio argentina e meio brasileira. É uma típica zona fronteira. É como se o presidente dos Estados Unidos viesse de Tijuana, e tendo uma formação meio mexicana, de repente fosse presidente do continente norte-americano.

A escola política do Borges de Medeiros (quem a conheceu muito bem e procurou defini-la com uns traços bastante curiosos foi o João Neves da Fontoura, que foi um dos seus discípulos, mas assim um pouco dissidente por causa

do liberalismo dele, João) é um fenômeno pouco estudado ainda, sobretudo fora do Rio Grande do Sul. Mas ela explica muito a formação do Getúlio, que era irremissivelmente um homem incompatível com a democracia.

Passados 23 anos, é difícil para mim traçar um perfil do Getúlio. Eu ontem ia contando, mas depois o assunto mudou, a única vez em que eu o vi de perto foi durante a última manobra da Artilharia da FEB, comandada pelo Cordeiro de Farias. Fui assistir. Havia um palanque armado em Gericinó, que era o campo de manobras do Exército, e ele estava com um chapéu *gelô* e um jaquetão. Alguns ministros de Estado, o Ministro da Guerra naturalmente, e o Cordeiro já de capacete de campanha. Uma coisa misteriosa, a gente não sabe nunca quem é e quem ganhou; só se vai saber no dia seguinte. Quando o exercício acabou, ele saiu do palanque e, acompanhado pela comitiva, foi ver alguns postos de combate. E o Cordeiro explicava: “Presidente, aqui é um *fox hole* (eram aqueles buracos que se cavavam, “buraco da raposa”, onde ficava o metralhador, com dois municidores). Eu tinha uma curiosidade enorme de ver aquele famoso homem, que diziam que era espirituosíssimo, cheio de charme, e parece que era realmente. Eu estava doido para ouvi-lo falar. Foi quando ele perguntou ao Cordeiro: “General, e se o metralhador for atingido?”... Aí o Cordeiro disse: “Bem, Presidente, nesse caso o primeiro municidor toma o lugar do metralhador e o segundo municidor fica no lugar do primeiro municidor”. E ele disse: “E se o primeiro municidor também for atingido?” “Bom, aí fica só o municidor com a metralhadora.” Ele disse: “E se este for atingido?” O Cordeiro ficou inteiramente sem graça, sem saber o que dizer. Respondeu: “Bom aí, nessa zona aqui, a guerra acaba.”

Eu fiquei sem saber se ele estava “gozando” o Cordeiro de Farias, ou se era realmente uma pergunta estúpida, que ele estava fazendo só por perguntar, compreende? Em todo caso, não tive uma boa impressão, confesso que não achei uma pergunta própria de alguém que está levando uma tropa de Artilharia para uma guerra de verdade. Ali era uma guerra de brincadeira, era uma manobra, mas eles iam embarcar para uma guerra de verdade. Essa foi a única vez que vi Getúlio de perto.

Mas isso é um episódio. Um outro, que creio ser absolutamente inédito, aconteceu muito depois — é o tal negócio da cronologia. A gente tem que dar saltos por cima dela.

Estava havendo no Nordeste uma seca terrível e os órgãos oficiais, o DNOCS que existia nesse tempo — Departamento Nacional de Obras contra a Seca —, negavam a existência da seca: “Essa seca não tem importância, não é nada disso; é exploração de jornal.” Eu fui ao Nordeste, fiz uma excursão pelo Nordeste... Isso foi por volta de 1952.

Eu fazia uma crônica na Rádio Mayrink Veiga e dirigia a *Tribuna*. Publiquei uma plaquete sobre a seca do Nordeste contando essa história. Fui lá e vi a seca. Viajei até uma parte do caminho com o Aluísio Alves, que era redator-chefe da *Tribuna*, e vi a seca no Rio Grande do Norte, no Ceará, no interior da Paraíba, etc. Voltei, fiz uma conferência na ABI, dizendo que havia a seca e que os órgãos oficiais estavam negando não sei por que, por razões de ordem política, até por razões estúpidas, porque não eram culpados da seca. Eles estavam apenas tentando esconder um fenômeno que existia. Havia a seca, a miséria era maior do que a habitual; havia, enfim, todos os fenômenos que acompanham a seca.

Foi aí que lancei na Rádio Mayrink Veiga e no jornal uma campanha que se chamou “Ajuda teu irmão” (que depois virou até baião, fizeram um baião



“Ajuda teu irmão”). Lancei esse *slogan* e começamos uma coisa que teve bastante êxito; houve uma mobilização de recursos, de gêneros, roupas e naturalmente comida: arroz, feijão, charque. Arranjamos também voluntários, empresas de transportes, caminhões, gente que deu dinheiro para alugar caminhões.

Para evitar aquele habitual desvio de material que ia para os flagelados da seca, acertamos com algumas pessoas lá do Nordeste que em cada localidade que o material chegasse, seria distribuído pelo juiz local, pelo farmacêutico e pelo vigário, ou por autoridades equivalentes, quer dizer, o escrivão. Nunca o prefeito, para não dar um caráter político à distribuição. E nem político algum, nem mesmo da UDN. A coisa começou a dar certo, até o Jockey Club me prometeu a renda de uma de suas corridas.

Nessa altura, na *Última Hora*, que já existia, aconteceu um episódio que precisa ser contado: o Samuel Wainer fez publicar um artigo assinado pela Dona Darci Vargas, na qualidade de Presidente da Legião Brasileira de Assistência, dizendo que não era necessário nada disso, que a Legião Brasileira de Assistência estava perfeitamente aparelhada para socorrer as vítimas da seca, que tudo se tratava de uma manobra sórdida da oposição e que a seca não tinha essa importância. É evidente que aí todo elemento conservador — vamos chamar assim —, a Associação Comercial, o Jockey Club e toda essa gente que estava ajudando a mandar coisas, se retraiu. E eu fiquei reduzido àqueles leitores pobrezinhos, que mandavam mil cruzeiros, mandavam um quilo de charque, um saco de feijão, que evidentemente não davam para mais nada. Ficamos um tanto perplexos porque a campanha ameaçava afundar até no ridículo.

Uma noite, fui jantar no Copacabana e lá encontrei o Gilson Amado e o Paulo Celso Moutinho. O Paulo Celso — que era genro do Rodrigo Otávio — tinha sido muito meu amigo no tempo em que fui secretário da Ana Amélia,\* quando ela era Rainha dos Estudantes na Casa do Estudante do Brasil, onde durante algum tempo eu trabalhei e fiz uma revista chamada *Rumo*. Paulo era secretário de Dona Darci Vargas. Então, conversando, eu disse: “Será possível que a gente não consiga se entender nem em torno da fome dos sujeitos do Nordeste? Não será possível um entendimento que permita a gente ajudar e o governo ajudar também? Eram cerca de dez horas da noite, nove e tanto da noite, no fim do jantar.

Paulo Celso em dado momento me disse: “Olha, o Dr. Getúlio está em Petrópolis, no Rio Negro, mas Dona Darci quebrou um artelho, um dedo do pé, e está sozinha no Palácio do Catete nesse momento. Você aceitaria um encontro com ela?” Respondi “a pergunta não deve ser feita a mim; deve ser feita a ela.”

Eu estava com o Sérgio, que tinha uns 14 anos, por aí, e nós íamos para Petrópolis, para a casa que eu tinha na Samambaia, mas mesmo assim aceitei a idéia. “Tenho que subir para Petrópolis ainda hoje, mas posso encontrá-la à hora que ela quiser, se ela quiser...”

Confesso que duvidei muito que ela quisesse. O Paulo Celso foi à cabina telefônica do Bife de Ouro, telefonou para o Palácio do Catete e veio com a resposta: “Ela está à sua espera.” Então fomos eu, o Paulo Celso e o Sérgio. Foi a primeira vez que entrei no Palácio do Catete. Entramos pela porta lateral. Tinha um corredor e um elevador particular nos fundos. Subimos. Não sabia como era o Palácio do Catete por dentro, nunca o tinha visto. Tinha umas grades e aquele vão no meio, aquele tipo de casa antiga que dava toda para o

---

\* Ana Amélia Carneiro de Mendonça. (N. da E.)

vão do meio, com um pátio embaixo. Bateu-se na porta e eu entrei. Era um quarto mobiliado assim com mobílias de madeira compensada, folheada, tipo Rua do Catete. Dona Darci, deitada na cama, com um radiozinho de pilha do lado, um maço de cigarros e vários jornais: a *Última Hora*, o *Radical*, jornais que apoiavam o governo, naturalmente, em cima da cama. Cheguei, cumprimentei. O Sérgio, muito galante, beijou sua mão, e ela me mandou sentar numa banqueta que tinha do lado e disse: “O senhor é que é esse demônio que vive nos atacando?”. Eu digo: “É, Dona Darci, mas a senhora vê que o diabo não é tão feio quanto o pintam. Tanto que eu vim e fiquei muito honrado porque aceitou conversarmos sobre o assunto.”

Ela disse: “Então o senhor pode falar.” Eu disse: “Mas antes queria dizer que tenho o maior respeito pelo seu trabalho na LBA.” Ela disse: “Ah, isso não, porque o senhor me tem feito ataques muito sérios. O senhor atacou a Cidade das Meninas”. Eu disse: “Não senhora, não é culpa minha se a senhora só lê esses jornais aí. O que eu disse é que o empreiteiro que fez a Cidade das Meninas, para adulá-la, fez o portão mais caro do que a obra; fez um portão monumental que não tem nada que ver com a modéstia das instalações da Cidade das Meninas. Não tem nada a ver com a senhora, que não tem culpa nenhuma disso. Nem eu disse isso. Tenho consciência de que tenho respeitado rigorosamente a sua dignidade, a sua pessoa e jamais a envolvi nas minhas críticas a seu marido.” E ela respondeu: “Mesmo porque eu não tenho nada que ver com a política do meu marido.”

Aí, mais tranqüilo, fui adiante: “Bom, então vamos conversar sobre a situação da seca.” Ela respondeu: “Com muito prazer.” Expliquei por que fizemos a campanha “Ajuda teu irmão” e que de repente a *Última Hora* publicou um artigo assinado por ela que destruiu todas as possibilidades de fazermos alguma coisa. É evidente que todo mundo vai ficar com medo de não ajudar a LBA, que é um órgão oficial, e dar ajuda a um jornal da oposição. “Eu queria lhe propor um acordo, um entendimento; trabalharmos paralelamente, não precisamos nem trabalhar juntos. A senhora, com todo o seu poder de mulher do Presidente da República, de Presidente da LBA, de uma senhora respeitável, de um órgão conhecido, manda tudo que puder e eu mando também o que puder. Eu já tinha até oferecimento de aviões da FAB para transportar material, mas a FAB já se encolheu, evidentemente, porque entre a LBA e um jornal da oposição a FAB vai transportar os óbulos da LBA.”

Ela então respondeu: “Mas o problema é que o senhor talvez não saiba da existência de uma indústria da seca.” “Eu sei melhor do que a senhora. Estou vindo de lá. A senhora mandou, por exemplo, outro dia, um avião cheio de abacates sem saber que o nordestino prefere morrer de fome a comer abacate, coisa que ele nunca comeu na vida; não sabe comer abacate e nem quer saber. O resultado é que seus abacates estavam todos à venda por qualquer preço, sem encontrar comprador, nos tabuleiros da feira de Mossoró de onde eu vim essa semana. O pior, sabe, é que há vários governos cujos responsáveis pela LBA — eu não quis dizer as mulheres dos governadores — não têm a mesma seriedade e não levam tão a sério o papel como a senhora e costumam vender as coisas que a LBA manda.”

Ela então fez uma cara “assim”. Eu me lembro que ela estava de camisola, pôs a mão no peito, enfim, para não se descobrir, para não se descompor, fumando muito, e disse: “Eu sei disso muito bem”. Fiquei sem saber mais o que dizer, pois se ela própria me dizia que sabia o que faziam com a LBA, no Nordeste...

Eu disse: “Então por que nós não fazemos isso: eu continuo a mandar o que eu arranjar e a senhora manda o que puder.” Ela disse: “Não há nenhum impedimento. Fique tranqüilo que eu não criarei nenhum obstáculo, desde que o senhor também não crie obstáculos à LBA.” “É evidente que não.” Aí ela virou-se para mim e falou: “Se o senhor pusesse a sua simpatia e a sua dialética a serviço de causas mais construtivas, poderia prestar um grande serviço ao Brasil.” Eu disse: “Dona Darci, a senhora me obriga a dizer o mesmo de seu marido. Como a senhora já disse que não tem nada a ver com a política do seu marido, prefiro calar a boca e ouvir o seu “carão”, o seu “pito”... Mas acho que estou cumprindo o meu dever, acho que presto um serviço maior, talvez ao próprio governo, do que esses jornais que a senhora lê, que lhe mentem e mentem ao povo, mostrando uma realidade completamente diferente da verdadeira.” Ela disse: “Bem, mas o que o senhor pretende? Que eu leia o seu jornal?” Eu disse: “Seria uma boa idéia, mas não tenho essa pretensão.”

A essa altura senti que a conversa já tinha chegado ao fim. Agradei mais uma vez e me despedi. O Sérgio, mais uma vez, beijou a mão dela, ela fez um carinho ao Sérgio, dizendo uma palavra amável: “Menino bonito.” Virando-se para ele disse assim: “Eu espero que você não cresça como seu pai. Use a inteligência, que deve ter herdado dele, para coisas mais construtivas.” O Sérgio ficou assim meio calado, sem saber bem o que dizer, e eu também. Saímos. Foi a única vez que vi a Dona Darci na minha vida. Falo nesse episódio porque acho que ainda não foi contado.

A campanha “Ajuda teu irmão” prosseguiu mais algum tempo. É evidente que a LBA absorveu tudo, os aviões da FAB levaram muita coisa. Mas o resultado concreto é que o DNOCS teve que tomar conhecimento oficial do problema, porque nessa altura, a mulher do Presidente da República já reconhecia a existência de uma seca que até então era negada. Os órgãos oficiais foram obrigados a tomar providências, pagar uma diária aos flagelados para construírem estradas com enxadas, enfim, as tais providências de costume. A seca era sempre o mais esperado dos flagelos e o mais inesperado dos flagelos. Era sempre uma surpresa aquela seca periódica. Mas com essas providências governamentais que finalmente começaram, a nossa campanha, vamos chamar, filantrópica, perdeu o sentido — deixou de existir e foi aos poucos desaparecendo até morrer completamente.

Agora, quanto ao Getúlio — antecipando um pouco uma pergunta que eu sei que vocês evidentemente vão fazer mais tarde —, há dois precedentes em sua vida que devem ser mencionados: são fatos que algumas vezes vi em jornais e em livros, mas ainda não foram bem sublinhados. Um, se não me engano, está nas memórias do João Neves ou noutro livro desse gênero. Fala da Revolução de 30, contra a qual o Getúlio resistiu até o último minuto, e uma das razões que apresentava para resistir à idéia da revolução é que, se ele perdesse, se suicidaria. E outro precedente me foi contado por Chateaubriand. Naquela mesma ocasião que eu mencionei na gravação de ontem,\* quando Chateaubriand me contou ter advertido o Getúlio sobre a grave situação em São Paulo, e que o Getúlio disse: “Deixa a cobra botar a cabeça de fora” (devo dizer que isso o Chateaubriand me contou depois do suicídio do Getúlio), ele disse ao Chateaubriand: “Se São Paulo entrar numa guerra civil, o perigo que corro é que, se eu perder, me mato!”

---

\* Episódio referente à Revolução Constitucionalista de 1932. (N. da E.)

Esses dois episódios, se verdadeiros, e eu não tenho motivo para supor que não sejam, denotariam no Getúlio um vocação suicida, que justificaria essa teoria dos psicólogos sobre o suicida, que nunca tem realmente uma razão para se suicidar, o que tem é uma inclinação ao suicídio. É um impulso de autodestruição ou de vingança, conforme o caso, que tem dentro de si. Então os motivos externos podem levá-lo a desencadear essa tendência emocional, vamos dizer, de autodestruição. O suicida nunca se mata pela razão aparente, e sim pelas razões inaparentes; por qualquer coisa que ele traz dentro de si, o impulso de autodestruição.

Evidentemente, não procuro justificar ou contestar a tese de que fui o assassino de Vargas, mas sim tentar uma explicação que sempre procurei para o fenômeno do suicídio. Quer dizer, havia antecedentes de que a derrota para ele significava o fim de uma carreira na qual ele só admitia êxitos. Ele não se matou em 29 de outubro de 1945 porque não foi derrotado. Ele saiu gloriosamente do Palácio do Catete para a fazenda de São Borja. Sem apoio nenhum para ficar mais no governo, saiu e foi ficar num compasso de espera. Ele não saiu nem para o exílio, como os adversários, nem para a prisão, como seria, naquela altura, compreensível. Saiu para a sua fazenda, para um período de descanso. Mas toda a máquina ficou de pé. E ele de braços cruzados, assistindo ao fracasso do Exército, que o substituiu.

E a tentativa, a meu ver utópica, pelo menos politicamente inepta, sugerida pelo Brigadeiro ao Dutra foi a de fazer o Presidente do Supremo Tribunal presidir as eleições. Foi uma inversão de papéis, uma espécie de escamoteação do movimento todo, porque o Presidente do Supremo Tribunal não tinha nada com isso e, pessoalmente, ainda por cima, era um homem sem a menor vocação para isso, como era José Linhares, que acabou naquele fenômeno do emprego para a família inteira.

Linhares é um homem de quem me lembro bem. Fui conhecê-lo, depois que ele foi presidente, pela mão do Armando Falcão, numa rua em Botafogo, onde morava. E eu lhe perguntei por curiosidade: “Presidente, no seu curto período de presidência, notei que o senhor nunca foi à sua terra, no Ceará”. (Não me lembro mais qual a cidade do Ceará onde ele nasceu.) Ele disse: “Ah, não fui não, e não iria. O que iam ter de inveja de mim ia ser uma coisa horrorosa! Imagine eu Presidente da República de repente! Eu não ia lá de jeito nenhum!” Ele era um homem simples, cuja paixão e cujo maior interesse na vida — naturalmente fora da vida familiar — era o futebol. Fui visitá-lo e acabei falando sobre Flamengo e Fluminense, coisas de que entendo muito pouco, muito mais do que sobre qualquer outro assunto. Era um apaixonado por futebol.

Naquela altura, o Getúlio não teve o tipo de derrota que ele temia em 1930 e que seria, então, uma derrota irremediável e que teria se São Paulo tivesse vencido em 32, o que significaria o fim do seu poder e de sua carreira, coisa que aconteceu em 54, quando houve os episódios que oportunamente vou relatar.<sup>1</sup>

É curioso que em 1932 ele deu ao Chateaubriand a impressão, quase, de que queria que a “cobra botasse a cabeça de fora”. Não há a menor dúvida de que ele provocou a Revolução de 32. O Virgílio de Melo Franco me contou um episódio que denota isso. É de quando o João Alberto, interventor em São Paulo, suscitou toda aquela reação contra o militar governando São Paulo, o qual também tinha participado da Revolução, em minoria, mas em todo caso o Partido Constitucio-

nalista, ou Partido Democrático, a Faculdade de Direito, o Centro XI de Agosto, fizeram também a Revolução de 30.

Os paulistas ficaram completamente marginalizados. Tirando o José Maria Whitaker que, como banqueiro e técnico, foi ministro do primeiro governo revolucionário de 30, São Paulo não teve mais nada. E teve, isso sim, um interventor militar, tenentista!

Virgílio de Melo Franco me contou que, quando a situação já estava muito tensa em São Paulo (porque devo dizer que o Virgílio, nessa época, era a favor da Revolução de 30 e, portanto, contra a reação paulista), soube que o João Alberto estava vindo ao Rio e que o Getúlio pretendia tirá-lo do governo de São Paulo. Virgílio foi ao carro especial ligado ao trem — nessa época se viajava de trem — em que o João Alberto vinha de São Paulo. Fez o trem parar em Cascadura, entrou no carro e disse: “Olha, João (eles eram amigos íntimos desde 30, quando conspiraram juntos), o Getúlio vai receber você e vai fazer o possível para convencê-lo a deixar o governo de São Paulo. Isso significará a última derrota dos Tenentes da Revolução de 30, e a vitória da oligarquia gaúcha que tomou o Brasil. Isso é contra nós em Minas. É aparentemente a favor dos paulistas, mas na verdade é o fim do Tenentismo. Você se prepare!”

João Alberto vinha fardado e de botas. Desembarcou no Palácio do Catete com o Virgílio, o que, segundo este, já deixou o Getúlio muito contrariado porque ele queria estar a sós com o João Alberto. Havia certos homens sobre os quais o Getúlio exercia um grande magnetismo pessoal, uma grande influência. João Alberto era um deles. O outro era o Osvaldo Aranha e o próprio João Neves. E o Getúlio começou, como de hábito, a passear de um lado para o outro, fumando charuto. João Alberto sentado, fardado, de botas, e o Virgílio assistindo a cena. O Getúlio começou uma longa conversa sobre a conveniência de aproveitar o João Alberto numa missão diplomática da maior importância e que o Brasil precisava dele no exterior para uma série de negociações e que seria conveniente, portanto, que ele deixasse São Paulo. João Alberto levantou-se, pôs a bota em cima da cadeira e disse assim: “Presidente, represento em São Paulo uma das forças que fizeram a Revolução de 30, ou seja, o Tenentismo. Não me interessam as reações da plutocracia paulista contra as reformas que a Revolução pretende fazer. Eu não saio de São Paulo”. Aí o Getúlio parou, recuou e disse: “Bom, mas eu não estava dizendo para você sair de São Paulo. Estava dizendo que o Brasil precisa de você — ou que o governo vai precisar de você — para uma missão diplomática. Não estou dizendo necessariamente que é já. Então, nesse caso, você continua interventor em São Paulo”.

Esse episódio é um dos muitos que conheço que denotam no Getúlio, contrariamente à legenda que se formou em torno dele, um homem irresoluto. Um homem muitas vezes perplexo diante de resistências fortes que encontrasse. Ao mesmo tempo — ou talvez por isso mesmo — um homem quase invencível quando conseguia encontrar o ponto fraco dessa resistência e seduzir o sujeito. É famosa a tese dele de que “não tinha nenhum inimigo de quem pudesse estar afastado sempre”. Não me lembro bem da frase, mas em todo caso era uma frase que queria dizer que ele não via diante de si nenhum inimigo que não pudesse um dia conquistar.

Eu, quando me convenci disso, procurei evitá-lo sempre, e sempre temi isso. A experiência que tinha era essa — todos os homens públicos que conheci desde 30, quando era garoto, no ginásio, até o fim da vida dele em 54, praticamente todos passaram pela mão do Getúlio alguma vez. Praticamente todos, de alguma forma, ou acabaram renunciando à vida pública — como foi o caso do

meu pai, que ele nomeou Procurador da Prefeitura do Distrito Federal, porque, não podendo comprá-lo, afastou-o —, ou casos como o do João Alberto, que ele usou para todos os fins, para inspetor-geral dos consulados, espécie de embaixador itinerante, para tirá-lo do Brasil; como Osvaldo Aranha que, toda vez que queria se candidatar e ser sucessor dele, era nomeado Ministro do Exterior, Embaixador na ONU, enfim, coisas que o afastavam do cenário político. Getúlio era realmente um homem habilíssimo quando o deixavam exercer a habilidade. Mas, quando encontrava uma resistência, era um homem perplexo e incapaz de improvisar uma solução. Ele precisava — e parece que era um pouco do seu temperamento — refletir. Nesse sentido vulgar que dão à palavra maquiavélico — que não tem nada a ver com Maquiavel —, o maquiavelismo dele era um maquiavelismo a prazo, não era a vista. Ele precisava de tempo para conceber os seus planos políticos. Então, a surpresa, o ataque direto intenso deixavam-no completamente perplexo e sem saída. E foi afinal — como nós vamos ver — o que aconteceu em 54.

#### NOTA

1 A versão de Assis Chateaubriand sobre a ameaça de Getúlio suicidar-se em 1932 é a mesma do General Góes Monteiro na pág. 203 do livro *O General Góes Depõe*, de Lourival Coutinho.

Diz o general que Osvaldo Aranha pediu-lhe que fosse ao Palácio informar a Getúlio que a revolução paulista estava dominada, “a fim de dizer-lhe de viva voz a mesma coisa,

pois que o Presidente havia estado muito intranquilo, a ponto de munir-se de um revólver, escrever uma carta-manifesto à Nação e dizer que não se entregaria, pondo fim à vida, em último caso”. Diz Góes Monteiro que pôde ver um revólver de cabo de madrepérola no bolso de Getúlio e um envelope onde estavam subscritas as seguintes palavras: “À Nação Brasileira”.

## A CAMPANHA DA ÚLTIMA HORA

O GETÚLIO, quando voltou ao poder em 1950, evidentemente voltou com uma grande desconfiança nas Forças Armadas. Mesmo no ataque ao Palácio Guanabara, em 38,\* de que nós ainda não falamos, o apoio que o Exército, isto é, o Dutra e o próprio Filinto Müller levaram foi tardio. Quase tardio demais. Depois, em 29 de outubro de 1945, a deposição dele foi promovida pelo Osvaldo Cordeiro de Farias, um dos seus mais diletos discípulos, que fora nomeado por ele interventor no Rio Grande do Sul e um dos comandantes da FEB. Cordeiro foi ao Palácio Guanabara informá-lo de que sua situação era insustentável e convinha, até por sua segurança, renunciar.

Por isso, em 1950, voltou com muito pouca confiança nos líderes tradicionais das Forças Armadas. Do lado da Aeronáutica, então, nem se fala, porque já tinha morrido o seu grande homem na FAB, o Salgado Filho, homem de notáveis qualidades, que começou a carreira estranhamente, como delegado da Ordem Política e Social, em 1930, e acabou Ministro da Aeronáutica com grande prestígio. Mas, em todo caso, havia o fantasma do Brigadeiro Eduardo Gomes, o líder incontestado da Aeronáutica. Na Marinha ele também confiava pouco, até porque sabia que a Marinha não tinha poder de fogo para uma reação capaz de defendê-lo eficazmente. Nem nos principais líderes do Exército, a começar pelo Dutra, que tinha sido seu sucessor quase à força. Getúlio tinha sido obrigado a apoiar o Dutra para poder sobreviver politicamente. O Góes Monteiro, o homem que ele mais tinha utilizado, o grande articulador militar da ofensiva contra São Paulo, o grande vitorioso militar da guerra civil em São Paulo, era um homem em quem ele não confiava mais nada, porque jogava de vários lados ao mesmo tempo.

Aí começou o fenômeno do envolvimento do Getúlio pela esquerda, que ele foi procurar já muito mais velho. A palavra esquerda é, como sempre, muito vaga. Foi procurar apoio no General Estillac Leal, que era também um veterano das lutas dos Tenentes, um veterano de todos esses esforços com que os Tenentes procuraram dar um sentido militar à campanha do Rui Barbosa (uma espécie de desenvolvimento nos quartéis da campanha civilista). Mas Estillac tinha-se deixado desviar — nunca para o comunismo, ele nunca foi comunista nem coisa que se pareça — para um esquerdismo, vamos dizer, uma espécie do que a gente hoje chamaria de um peruvianismo, nacionalismo exacerbado e uma idéia de que o Exército não estava aí para garantir privilégios, mas para promover reformas no

---

\* Revolta Integralista. (N. da E.)

país. Ele se apoiou, então, no Estillac, que não tinha uma grande liderança militar, mas que, como todo Ministro da Guerra, passou a ter uma vez Ministro da Guerra.

Nesse terreno ele estava mais ou menos garantido, porque os seus próprios adversários eram antigos amigos, quer dizer, não era gente que estivesse disposta a derrubá-lo, como Cordeiro de Farias e esse pessoal todo. Além disso, o Exército tinha um escrúpulo enorme de desrespeitar um voto popular, que o tinha consagrado, uma vez que a vida inteira essa gente tinha lutado de armas na mão pela expressão do voto, pelo respeito ao voto popular, o voto direto e secreto enfim, todas essas teses vinham desde os anos 20.

Embora eles tivessem temor da volta do Getúlio, não tinham realmente, penso eu, a menor intenção de conspirar contra ele ou derrubá-lo. Aí Getúlio cometeu o primeiro erro grave: a consagração do Jango, rapaz inexperiente, esperto, inteligente, ignorante, com muito pouca vocação, como eu disse ontem, para o poder como dever e com muito mais vocação para o poder como coisa hedonística, como gozo dos privilégios e dos favores que o poder pode dar aos amigos e das chateações que o poder pode dar aos inimigos. Procurou fazer do Jango Goulart o seu “delfim”, sem trocadilho, o seu herdeiro. Nessa altura ainda, a UDN, mais uma vez, com sua tradicional pouca vontade de luta, forneceu um ministro ao Getúlio — João Cleofas, que foi ser Ministro da Agricultura, cargo que aceitou prazerosamente porque, entre outras coisas, além de ser um velho oligarca de Pernambuco, era um apaixonado por problemas agrícolas. Realmente ele gostava daquilo e em certos casos entendia do assunto.

Mas o Ministério da Agricultura sempre foi e é até hoje um Ministério que, se fechar e os jornais não noticiarem, ninguém percebe, porque é o ministério que manda plantar o amendoim, mas não fixa o preço do amendoim; manda plantar sem saber se vai dar dinheiro ou não, porque o dinheiro está com o Banco do Brasil ou com a comissão não sei de quê, umas coisas que o Ministério da Agricultura não tem nada que ver. Então o Ministério da Agricultura é um órgão superenfeitatório, perfeitamente parasitário e inócuo. Nessa ocasião, é evidente que eu me atirei de unhas e dentes em cima do João Cleofas e fiz dele uma espécie de exemplo de Judas da UDN. Só fomos nos reconciliar na realidade muito mais tarde, quando da morte trágica de seu filho e nos damos até hoje.

Mas ainda nessa ocasião houve um episódio curioso, uma noite também no Copacabana. Eu estava no bar do hotel, quando encontrei o deputado Edilberto Ribeiro de Castro, que era usineiro de açúcar no Estado do Rio e descendente do Duque de Caxias. Tinha sido muito amigo do Bejo Vargas, mas era um deputado da UDN que tinha uma bancada chamada de “chapa branca” formada por gente que procurava se aproximar de todos os governos e precisava nos usar, a nós oposicionistas de verdade, para se valorizar junto a esses governos.

O Edilberto, que era excelente amigo e excelente companheiro, participava um pouco disso porque, inclusive como usineiro de açúcar, precisava do Banco do Brasil, do Instituto do Açúcar e do Alcool e usava muito a nossa oposição para se valorizar junto ao governo. E estava lá no bar quando chegou o João Cleofas com um amigo para jantar — era um rapaz de Pernambuco, cujo nome não me lembro — e me convidaram para jantarmos juntos.

Estávamos jantando muito bem quando, de repente, passa um rapaz que chega perto de mim e de pé me diz uma série de coisas que me pareceram muito desagradáveis, mas que não percebi bem o que era. Umas coisas mais ou menos assim: “Levante-se para apanhar seu canalha” e coisas desse tipo. No primeiro



momento pensei que era uma coisa meio vaga e não entendi. Aí olhei bem, era o Euclides Aranha, um dos filhos do Osvaldo Aranha, virei-me para ele e disse: “Ué, você está falando sério?” Ele disse: “Estou falando sério”.

Eu tinha escrito dias antes, uns dois ou três artigos fazendo um perfil do Osvaldo Aranha, perfil talvez muito carregado, mas muito verdadeiro: apresentava o Osvaldo Aranha como mentiroso, como fantasista, como improvisador, mas também fazia justiça ao talento dele. O Osvaldo tinha me traído no caso da *Última Hora* (é um caso que ainda vou contar), tinha faltado à palavra.

O Kiko Aranha me provocou e eu me levantei. Quando me levantei, ele me deu um soco e os óculos, como sempre, pularam longe. Ele recuou e puxou um revólver. Eu tomei o revólver dele e o pus no bolso. Só então vi que eu estava com dois revólveres, e por acaso os revólveres eram iguais e tinham sido dados a mim e a ele pela mesma pessoa. Nós tínhamos e temos um amigo comum, Celso Mendonça, que sabia que o Euclides Aranha tem mania de arma (parece que até hoje gosta muito de arma) e então comprou uns revólveres que tinham aparecido no mercado. Eram Smith & Wesson 38, calibre pesado, mas de cano curto, muito eficaz para tiros a curta distância, mas absolutamente inúteis a mais de dez metros. Nessa época eu vivia debaixo de muita ameaça, muita coisa, e pensei: “Vou botar esse revólver no bolso”. Foi então que vi que estava com as duas armas e fiquei apavorado com a idéia de ter que tirar um revólver daqueles dentro de um restaurante grã-fino como o Bife de Ouro, repleto de gente. Ia ser farto igual aos filmes, ia ter as mesas viradas e tapa pra cá e soco pra lá. Umas turistas americanas estavam fascinadas com aquela cena de filme de mocinho no Bife de Ouro. Acharam tudo maravilhoso e uma delas veio me felicitar depois, como se estivesse cumprimentando o Gary Cooper ou coisa assim. Deve ter contado isso em todas as cidades por onde passou, depois, nos Estados Unidos.

A certa altura, é claro, os amigos apartaram. Houve um momento trágico, porque a mulher dele passou à sua frente quando ele estava com o revólver para cima de mim: a moça estava grávida e ou eu atirava ou ele atirava e a moça poderia ser atingida. Felizmente não houve nada. Foi quando o João Cleofas levantou-se da mesa para ir telefonar para o Osvaldo Aranha e nunca mais voltou. Sumiu! O Edilberto também foi telefonar para o Osvaldo Aranha, pedindo uma providência para retirar o filho ou qualquer coisa, e ficou no telefone.

E como o Cleofas saiu para telefonar e sumiu e Edilberto foi telefonar e não voltava, ficou aquele rapaz de Pernambuco, nesse tempo um mocinho amigo do João Cleofas, que eu acabava de conhecer. Ele virou-se para mim e disse: “Eu não saio daqui”. Eu agradeci: “Muito obrigado, mas você não precisa ficar. Nós nem nos conhecemos, não vejo razão”. Ele respondeu: “Mas eu não saio”. Aí, enquanto o Euclides Aranha ficava vociferando num canto contido pelos amigos, a polícia chegou, mas ficou do lado de fora, não entrou no Bife de Ouro. A sala começou a esvaziar, mas muita gente curiosa continuava.

Então sentaram-se na minha mesa dois amigos do Osvaldo Aranha, um deles da UDN, o Jorge Jabour, irmão do Abraão Jabour, esse grande exportador de café, que era sócio do Osvaldo. O Jorge Jabour tinha sido deputado da UDN, o outro era Eduardo Bahout, que começou como repórter de *O Globo* e foi Procurador da República. O Bahout era muito meu amigo, desde o tempo em que meu pai freqüentava muito *O Globo* e ele o acompanhava em excursões, como repórter político que era. Depois também ficou meu amigo e hoje é casado com a princesa Dona Fátima, ex-mulher de D. João.

Os dois sentaram-se e disseram: “Olha, Carlos, os amigos do Osvaldo Aranha foram à casa dele e estão vindo todos para cá. É melhor você sair porque isto pode acabar numa carnificina. Eu respondi: “Isso não, porque não quero bancar o valente, mas estou aqui no meio do bife e não posso sair sem acabá-lo”. Nessa altura os óculos tinham sumido, estava com uma equimose aqui no olho e minha posição não era nada agradável, nem confortável. Depois, bancar o valentão num lugar como o Bife de Ouro é extremamente desagradável, não é nada que satisfaça meu ego, quanto mais o superego. Mas fiquei numa situação de não poder realmente sair. Chamei um garçom, peguei o revólver do Kiko Aranha e disse: “Bota essa porcaria para lá, leva pra dentro e não traga mais”. Afinal, o Bahout e o Jabour negociaram a história. Vieram me dizer: “Nós tiramos o Euclides por um lado e assim que você terminar o seu bife, você sai pelo outro”. “De acordo”. Acabei o bife, Deus sabe como, estava com uma falta de apetite a toda prova. Ele saiu por um lado, eu pelo outro, e assim acabou a história.

Mas vamos voltar ao nosso assunto: as relações do Getúlio com o Exército. O General Estillac Leal, começou a movimentar o Clube Militar no sentido favorável ao Getúlio e desfavorável aos Estados Unidos, procurando dar como tônica de sua liderança militar a tentativa de organizar o Exército em torno da idéia de se separar da tradicional, da chamada tradicional aliança com os Estados Unidos. Aí começou um movimento nacionalista, antiamericano dentro do Exército, extremamente perigoso, porque não era o problema da influência ou não dos Estados Unidos no Brasil que estava em jogo. Era, isso sim, o maior ou menor distanciamento de uma concepção democrática de governo. Pelo menos era assim que eu via o fenômeno. Na medida em que o Brasil se afastasse militarmente de uma aliança com os Estados Unidos, politicamente, inevitavelmente, cairíamos na área oposta, isto é, numa área autoritária, que era a tendência natural do Getúlio, já comprovada anteriormente, e que dessa vez teria apoio pelo menos de um núcleo militar, que estava de posse do Ministério da Guerra.

Foi quando comecei a me articular com alguns militares para a retomada do Clube Militar — articular era uma certa pretensão minha, porque na realidade eu participava de conversas, mas as conversas realmente eram entre eles —, e foi aí que começou a surgir a liderança do Canrobert e foi nessa ocasião que conheci o Golberí, que era naquela época tenente-coronel. Foi então que comecei a conhecer o que se chamou o Grupo Canrobert, o Mamede, o Golberí, principalmente, que era o mais político deles. O Canrobert foi Ministro da Guerra no governo Dutra e Chefe do EMFA no governo Café Filho, mas nessa época tinha funções de relevo no Ministério e em torno dele esses coronéis, esses tenentes-coronéis começaram a se organizar.

Aqui tenho que pular para o assunto *Última Hora*, porque é onde entrosam as duas coisas: Samuel Wainer foi chamado pelo Chateaubriand, que apreciava muito as suas extraordinárias qualidades de repórter — Samuel, muito ignorante, mas muito inteligente, com um grande faro de repórter, com um talento de repórter realmente fora do comum, capaz até de encobrir a sua ignorância que é monumental, quase enciclopédica. E Chateaubriand, sentindo no ar a vitória próxima do Getúlio, empresou o Samuel Wainer para entrevistá-lo em São Borja para o *Diário da Noite*, que existia na ocasião no Rio de Janeiro. Foi essa a primeira vez que o Getúlio voltou a público e deu a sua grande entrevista. E isso proporcionou uma grande aproximação pessoal do Samuel, que é pessoa de uma grande simpatia, com o Getúlio.

E Samuel, que a vida inteira combatera o Getúlio, passou a ser o jornalista do novo Getúlio, isto é, o jornalista do Getúlio na segunda fase, o jornalista da fase da velhice. É preciso aí considerar um aspecto muito importante, do ponto de vista humano inclusive. Getúlio, em São Borja, se viu abandonado pela maioria dos seus amigos. Os homens a quem ele tinha feito mais favores, os homens a quem ele tinha propiciado mais negócios, os homens, enfim, que mais lhe deviam e, às vezes, até indevidamente, favores recebidos, largaram o velho lá em São Borja.

A família pouco ia lá. Raríssimas vezes Dona Darci, que continuava morando no Rio, o visitava uma vez ou outra. A própria Alzira já então tinha a sua vida e por mais que ela amasse o Getúlio — ela sempre amou o Getúlio, foi uma excelente filha — não tinha muito tempo para ir lá. Então o Getúlio tinha como companheiro, tirando os velhinhos da vizinhança lá de São Borja, um rapaz chamado João Goulart. Isso o tornou, assim, confidente dele. Isso o tornou aquele jovem que todo homem velho precisa ter perto de si para lhe trazer um pouco de mocidade, um pouco de... , enfim, a comparação é um pouco pedante, mas... Sócrates e o seu discípulo, alguém a quem transmitir a sua experiência, alguém com quem comentar, alguém com quem pudesse se abrir.

Então aquele filho do vizinho, que ia visitá-lo toda a noite, que ia tomar mate com ele, comer churrasco com ele, passou a ser o seu confidente, o seu grande amigo. Os jornalistas também tinham abandonado Getúlio. Getúlio não era assunto. Só para efeito de comparação, assim como no governo de Marcelo Caetano, em Portugal, passou a ser gafe falar em Salazar, no governo do Dutra passou a ser gafe falar em Getúlio. O Dutra não gostava que lembrassem que ele devia a vitória ao Getúlio e, portanto, quem queria apoiar o governo não podia lembrar o Getúlio e quem queria combater o governo só lembrava o Getúlio no sentido negativo.

Aparece, então, o Samuel e dá ao Getúlio uma tribuna maravilhosa: a cadeia dos Diários Associados. Por isso, logo que o Getúlio chegou ao governo, foi fácil ao Samuel convencê-lo de que ele precisava de ter um jornal dele, pois que a imprensa “dominada como era pela plutocracia, pelos grandes empresários, pela grande indústria, pelo imperialismo americano”, enfim, fosse pelo que fosse, era “fundamentalmente reacionária” e não compartilharia, ou não o ajudaria, ao contrário, combateria por todos os modos qualquer tentativa de grandes reformas que ele quisesse fazer no sentido progressista, no sentido socialmente moderno e que, portanto, ele, Getúlio, precisava de um grande jornal que fosse o seu porta-voz.

Nessa altura, o Samuel ligou-se ao Lutero Vargas, que interveio junto ao Marrazzo para fornecer o primeiro dinheiro para a *Última Hora*. Em seguida, Ricardo Jafet — presidente do Banco do Brasil, como prêmio pelo apoio financeiro que dera à campanha do Getúlio — recebeu também as jazidas de minério de ferro de Mato Grosso, com que aumentou na ocasião brutalmente a sua fortuna, e como pagamento disso fez um contrato de financiamento de papel para a *Última Hora* por vinte anos, a preço de banana.

O Samuel, com um real talento — sobretudo na época quando era mais jovem — para formar um jornal, dotado desses recursos, mais os recursos oficiais de toda a publicidade dos institutos e de todos os órgãos autárquicos e mais do Euvaldo Lodi, ligado à Federação das Indústrias, ao SESI e ao SENAI, que também gostosamente atendeu ao apelo do Getúlio para formar o jornal, lançou um vespertino esmagador. Um jornal que, pelo mesmo preço que a gente vendia os outros jornais, fornecia um suplemento colorido diário, pagava os melhores sa-

lários da praça e arrebanhou tudo o que pudesse haver de melhor em matéria de colaboração e de técnicos. Mandou buscar de Buenos Aires o velho Guevara, que tinha sido o grande renovador da imprensa no Rio, no tempo do Mário Rodrigues, no tempo da *Manhã* e da *Crítica*, que naquela época (1928, 1929) chegaram a tirar 200, 250 mil exemplares, ou seja, o que *O Globo* tira hoje nos grandes dias.

O Guevara, que era realmente um grande renovador de jornal, fez uma paginação completamente nova e riquíssima. Eu comecei a alertar para o chamado *dumping* da imprensa. Quer dizer, a *Última Hora* destruía os outros jornais fornecendo ao leitor, pelo mesmo preço, muito mais do que os outros jornais podiam dar. Nessa altura, era Ministro do Trabalho — foi chamado na época o pombo-correio do Getúlio — um sujeito muito simpático chamado Danton Coelho. Através de amigos comuns, quando comecei a mostrar o fenômeno *Última Hora* como um fenômeno de corrupção através da imprensa, Danton Coelho se aproximou de mim e me ofereceu um empréstimo do Banco do Brasil. Um empréstimo de mil ou dois mil contos. Empréstimo que eu aceitei e que foi um ponto fraco de que eles usaram em toda a campanha: “O senhor também recebeu um empréstimo do Banco do Brasil”.

Quer dizer, um empréstimo de vinte anos de papel contra um papagaio de mil ou dois mil cruzeiros; empréstimo legítimo que qualquer jornal faz. Mas o Danton fez uma tentativa de boa intriga entre o Getúlio e eu.

Ao mesmo tempo, fui procurado através do Murilo Miranda, cunhado do Rubem Braga, casado com uma nossa amiga e meu amigo desde o tempo de estudante, pelo Lourival Fontes (então já não havia o DIP), que era Chefe da Casa Civil do Getúlio. O Lourival era, quando queria, uma personalidade extremamente simpática. Era um fascista convicto e foi fundador de uma revista chamada *Hierarquia*, que tinha o mesmo nome da revista de Mussolini; tinha retratos com dedicatória do Mussolini em casa, era realmente um fascista por convicção, formação e por filosofia política. E tinha uma estranha vocação, uma vocação muito semelhante, hoje em dia, à do Golberi. São dois homens que estranhamente se parecem. E são dois homens que têm uma estranha vocação para serem Svengali.

Lembram daquela história do Svengali, do homem que criou um personagem? O Lourival criou o mito Getúlio Vargas. No DIP, ele mobilizou toda a *intelligentzia* brasileira para escrever sobre o Getúlio Vargas. Eu tenho aqui alguns panfletos, que eu costumo comprar em *sebos* quando os encontro, que são coisas assim de deixar a gente meio envergonhado a respeito da *intelligentzia* nacional. Porque os sujeitos, em troca de uns dinheirinhos do DIP, escreviam assim: *Getúlio Vargas e as Crianças*, *A Infância Maravilhosa de Getúlio Vargas*, *A Vida Heróica do General Manoel Vargas*, pai do Getúlio, *Getúlio Vargas e a Cultura*. E esses folhetos eram assinados assim por homens como Gilberto Amado. Para dar um exemplo.

Poderia citar muitos exemplos. Muitos outros. Inúmeros outros. Nenhum deles percebia bem o que estava fazendo. É um pouco o clima de agora: as pessoas pactuam com uma situação com a qual, no fundo, não estão de acordo, mas se convencem de que a vida passa e de que eles têm que fazer alguma coisa e de que aquilo vai durar muito tempo e de que não adianta resistir. Então é melhor fazer alguma coisa, escrever alguma coisa do que não escrever nada, do que entrar no ostracismo, do que não se notabilizar por qualquer coisa.

E a tudo isso correspondiam embaixadas, distinções honoríficas, comissões, nem sempre rendosas do ponto de vista político, mas rendosas, pelo menos, do ponto de vista da vaidade intelectual.

Se eu descrever melhor o Lourival, depois quando chegar ao Golberi vocês entenderão melhor a comparação entre os dois. O Lourival esteve várias vezes lá em casa — nesse tempo eu não tinha dinheiro para comprar uma em Petrópolis e passava, então, os fins de semana numa casa alugada e ele ia lá jogar biriba —, nesse tempo não havia biriba, era buraco. E ficávamos jogando buraco e conversando. E ele conversava muito sobre o novo Getúlio: “que eu devia ver no novo Getúlio uma personalidade convertida à democracia, que ele, tendo pela primeira vez subido ao poder através do voto direto do povo, tinha passado a acreditar no voto e que, na medida em que eu me batia por essa confiança no voto popular, era um contradição eu combater o Getúlio só porque ele tinha sido ditador no passado. Que não havia o menor perigo de uma volta à ditadura, nem condições no país para isso”.

Havia um presidente eleito exatamente pela forma que eu desejava, que, por acaso, tinha derrotado o meu candidato, mas que ia fazer um governo com Congresso, com imprensa livre. Seu jornal é ou não livre para atacar o governo?” “Bem, é livre, mas nós estamos nos arruinando, estamos nos destruindo economicamente”.

Em suma, conversávamos muito sobre isso e graças a Deus não chegamos a nenhuma conclusão. Mas tivemos um período de relações assim relativamente íntimas. Até que a coisa da *Última Hora* foi chegando a um ponto insuportável. E, um dia, um rapaz que trabalhava na *Tribuna da Imprensa* — não me lembro quem era, talvez você se lembre —, publicou na *Tribuna* uma entrevista com alguém do governo e depois passou-se para a *Última Hora*, onde publicou uma reportagem dizendo que essa entrevista que nós havíamos publicado era falsa.

Hoje, não me lembro nem o nome do rapaz, nem qual foi o assunto da entrevista. Sei que foi uma coisa em que nós ficamos muito mal. De repente, parecia que tínhamos falsificado uma entrevista com um membro do governo e o autor dessa falsificação não teria sido o autor da entrevista, porque ele é que denunciava a falsificação, e sim eu, que não tinha nada com isso, tinha apenas publicado a entrevista, confiando no repórter que a tinha feito.

Bom, isso, evidentemente, me deixou num estado de revolta muito grande, comecei a tomar mais a sério o problema da *Última Hora*. Comecei a desmontar o fenômeno *Última Hora*. Ocorreu aí esse fato, enfim, perfeitamente compreensível. De um lado, *O Globo*, sofrendo a concorrência ilegítima, porque favorecida e subvencionada, da *Última Hora*; *O Globo* sentindo na própria carne; de outro lado, o Chateaubriand sentindo o *Diário da Noite* afundar, desaparecer, pela mão daquele sujeito a quem ele tinha incumbido de fazer a entrevista, que ele tinha tirado das ruínas da revista *Diretrizes* e ressuscitado na imprensa.

Então os dois, primeiro o Chateaubriand, com quem eu tinha trabalhado uns dois anos, me abriram a televisão e o rádio. Eu me lembro do primeiro programa na Televisão Tupi.

Eu tinha dirigido a Agência Meridional durante a guerra, e nós a organizamos de tal maneira que ela funcionava 24 horas por dia, de sorte que demos o furo, seguramente em toda a América do Sul, da abertura da segunda frente. Acordamos os embaixadores das nações aliadas para falarem pelo telefone, pelo rádio, o que tinham a dizer sobre a abertura da segunda frente. Nenhum deles sabia, estavam todos dormindo e foram tomados inteiramente de surpresa.

E essas e outras coisas me tinham recomendado junto ao Chateaubriand como um jornalista mais ou menos esperto. E me puseram falando na televisão. Se não me engano, eu nunca tinha falado antes na TV, e me deram cinco minutos para explicar o caso da *Última Hora*. Eu aí me senti pela primeira vez diante daquele monstro, aquele negócio com um microfone e a luz toda em cima. Fiquei assustadíssimo. “Como é que eu vou explicar, em cinco minutos, para um povo, que não está a par dessas tricas todas — de bancos, Matarazzo, jornal —, como é que eu vou ligar isso ao fenômeno político Getúlio Vargas, *dumping*, e explicar o que é isso para o povo: *dumping* de jornal?” Eu não me lembro mais o que eu disse, mas lembro que em cinco minutos o que eu disse — seja lá o que for — conseguiu fazer daquilo um assunto.

No dia seguinte, já a televisão me deu mais tempo e aí foram me dando sucessivamente mais tempo. E aí a Rádio Globo se abriu para mim também. Na Rádio o tempo era mais fácil, você podia se estender mais; foi meia-hora, depois quarenta minutos, depois uma hora. E aí começou, assim, um programa de tal êxito de audiência, quer dizer deu um tal IBOPE, porque havia — uma das explicações que eu encontro — latente um temor, sobretudo das classes médias, em relação à volta do Getúlio. Então, a denúncia que eu fazia era assim como se dissesse: “Está vendo! Olha aí, nós não dizíamos?”

Por outro lado, por uma razão de ordem técnica puramente — não que eu tivesse arquitetado, inventado nada —, mas como se tratava de explicar uma coisa extremamente complexa, em muito pouco tempo comecei a usar recursos novos: em vez da coisa discursiva com ar de conferência, de monólogo na televisão, pus um quadro negro e a ele recorri. No quadro negro, desenhava uns esquemas que me ajudavam a explicar o assunto. Então pusemos um telefone ao lado e as pessoas telefonavam, fazendo perguntas que me eram enviadas imediatamente e eu as respondia logo.

Tudo isso era, na época, inteiramente novo na televisão. Não só o telefone, mas sobretudo o quadro negro. Sublinho o caso do quadro negro pelo seguinte: um dia, um sujeito me telefonou e perguntou: “Mas aonde é que o senhor quer chegar com essa campanha, que o senhor fica aí falando esse tempo todo em *Última Hora* e tudo isso... o que é que nós temos com isso? Isso é uma luta entre jornais, é uma disputa entre jornais, no fundo é uma luta comercial entre jornais, onde é que o senhor quer chegar com tudo isso?”

Eu aí fui para o quadro negro, tracei assim um sol e uma porção de satélites, lá embaixo eu fiz um satélite pequenininho e escrevi *Última Hora*, e disse: “Eu estou aqui, daqui eu vou passar para aqui”. O outro satélite era o Banco do Brasil. “Daqui vou passar para aqui e depois vou chegar aqui” e apontei para o sol, e escrevi “Getúlio Vargas”. Quer dizer — graficamente — os ouvintes tiveram a impressão de que aquilo tinha um alcance muito maior do que pensavam no começo.

E foi então, numa noite, na Rádio Tupi, na Avenida Venezuela, que me apareceram uns quatro rapazes, um deles com uma moça grávida, outro com uma moça não-grávida e os outros dois sozinhos. Aparecia sempre muita gente, no final do programa para comentar, solicitar ou perguntar mais alguma coisa. E um desses rapazes se apresentou e disse assim: “Eu me chamo Gustavo Borges, sou major da FAB”. O outro se apresentou: “Eu me chamo Américo Fontenelle, sou major da FAB”. O outro se apresentou e me disse: “Eu me chamo Moacyr del Tedesco”,

paulista, se não me engano, de Jaú. E o outro, quem era o outro? O outro chamava-se Rubem Vaz e disse: “Sou major da FAB e me chamo Rubem Vaz”.

Isso aconteceu em fins de 53, começo de 54, por aí. Eu disse: “Muito bem, mas o que é que os senhores desejam?” E eles: “Nós servimos na Diretoria de Rotas Aéreas. Temos ouvido os programas e estamos achando o senhor muito só. Estamos muito impressionados com seus argumentos, com os documentos que o senhor tem trazido, certidões do negócio do Banco do Brasil (as denúncias eram todas na base da certidão) e decidimos que o senhor não pode ficar sozinho”. “Muito obrigado, fico muito honrado com isso, mas concretamente o que isso quer dizer?” “Isso quer dizer o seguinte...” Esses programas evidentemente davam margem para que a gente fosse convidado para conferências em colégios, ser patrono de turma, expor na universidade, discutir isso tudo não sei onde. O tal fenômeno que desapareceu no Brasil: era o debate em que o sujeito chegava lá e dizia que a *Última Hora* era um grande jornal, que a *Tribuna da Imprensa* era uma porcaria, que por isso eu estava fazendo essa campanha; eu então protestava.

Pois esses oficiais da FAB me disseram: “Nós decidimos o seguinte: que se lhe acontecer alguma coisa, vai ser apenas mais um jornalista morto no Brasil, e isso continua como está e daí para pior. Se o senhor andar sempre com um de nós e nos acontecer alguma coisa, será um acontecimento de uma gravidade muito maior. Então, queríamos lhe pedir licença para lhe fazer companhia”.

Eu fiquei assim num estado de emoção... “Bom, eu não quero fazer dos senhores capangas, nem eu estou precisando de capangas”. E eles: “Não! Não ponha a coisa assim nesses termos. Cada um serve a uma causa como pode. Nós não temos nem os elementos nem a possibilidade disciplinar, nem os instrumentos que o senhor tem para transmitir isso tudo. Agora, nós temos a nossa condição de militares, para dar cobertura à sua ação, de maneira a garantir que ela tenha conseqüências”.

E daí começou um pouco o hábito desses oficiais passarem lá em casa toda a noite. Era sempre um, porque eles tinham sempre serviço, tinha esse negócio de hora de vôo, etc. Então não era fácil irem todos. Às vezes, mais tarde, a gente se reunia quando acabava o programa da rádio ou da televisão. Íamos lá para casa ou para a casa de um deles e ficávamos batendo papo. Ficamos amigos.

Quando a campanha chegou ao auge e as ameaças se tornaram mais graves, em me lembrei das circunstâncias até hoje não explicadas do assassinato do Virgílio de Melo Franco, que é um dos mistérios da vida brasileira, até hoje enigmáticos, completamente.

É uma outra história a contar. Iria muito longe... mas em todo caso, ele foi assassinado por um antigo empregado (que também foi morto por ele) dentro de casa. Esse ex-empregado teria entrado para roubar. Pelo inquérito, ficou provado que havia uma outra bala na escada de serviço, portanto havia uma outra pessoa que nunca foi encontrada. Verificou-se depois, em Uberaba, que esse empregado tinha antecedentes criminais. Inclusive com entrada em penitenciária.

Dias antes, e várias vezes, o Virgílio, que era um homem de uma coragem temerária, dirigia o automóvel, ia sozinho para a cidade ou então com um chofer que até hoje é motorista do Afonso Arinos, chamado José. E o automóvel dele era interceptado na rua Maria Angélica, onde morava, por um carro preto cheio de homens fazendo ameaças. Ele não ligava para aquilo e seguia. Um belo dia, ele é assassinado por esse ex-empregado, dentro da sua casa.

Isso foi em 48. Eu estava nos Estados Unidos, acompanhando para o *Correio da Manhã* a eleição do Truman. Minha mulher, em Nova York, estava com a

cara assim, dessas caras que a gente vê que tem alguma coisa triste para dizer, contou: “O Virgílio acabou de ser assassinado no Rio de Janeiro”.

Para entender tudo isso — o clima político brasileiro é preciso voltar ao passado. Houve um dia (isso eu conto para mostrar os antecedentes da história) em que, de repente, o jornalista José Eduardo de Macedo Soares . . . Bem, preciso explicar primeiro quem era Macedo Soares. Ele era diretor do *Diário Carioca*, foi muito getulista e rompeu com o Getúlio, foi muito amigo do Benjamim Vargas e rompeu com Bejo, escrevia artigos luminosos contra Getúlio. Foi realmente um grande articulista, irmão do José Carlos de Macedo Soares, e era autor daquela famosa frase, chamando o Ministro Sousa Costa\* de “locomotiva de manobra”, porque era muito grande, muito poderoso, mas não saía do pátio de manobras para puxar e trazer os carros. Nunca puxava o trem.

Macedo Soares tinha imagens dessas, que definem uma situação. Ele estava fazendo uma série de artigos terríveis contra o Getúlio, no *Diário Carioca*. Era um homem muito valente, com fama de homossexual, mas extremamente bravo, além de extremamente inteligente. Uma tarde, ele estava na Confeitaria Brasileira, que existia na Cinelândia, tomando chá. Aí, aparece um sujeito gigantesco e o agride. Dirige a ele os maiores insultos contra a sua reputação e faz questão de ser preso. Deixou-se prender. Agrediu, ficou esperando que a Polícia o prendesse. O Chefe de Polícia era o João Alberto. O sujeito chegou na Polícia e declarou que não daria a identidade, que não tinha profissão, que vivia às custas do Senador Macedo Soares e que o tinha agredido porque ele lhe tinha recusado dinheiro.

Eu era repórter do *Diário Carioca*. Junto com mais dois ou três repórteres, procuramos o Senador Macedo Soares e perguntamos a ele se tínhamos autorização para fazer uma investigação e uma reportagem sobre o assunto. E ele disse: “Toda a que vocês quiserem. Vão até o fim do caso”.

Então, chamei o Adauto Lúcio Cardoso e o Sobral Pinto como advogados para acompanharem o inquérito. O João Alberto, Chefe de Polícia, cheio de dedos, sem saber bem o que fazer, e a Polícia querendo abafar o assunto. Afinal, o sujeito que não dizia a identidade, recusava-se completamente, dizia que era vagabundo, que não tinha profissão, que vivia às custas de homens, que tinha agredido o senador por isso, deu o endereço onde morava — um quarto numa pensão dessas que aluga vagas para rapazes solteiros, na Lapa, na Avenida Mem de Sá, ou qualquer coisa assim.

Aí nós fomos lá, junto com a Polícia e encontramos no armário um terno. Nesse terno estava a etiqueta do alfaiate. Acontece que era um alfaiate judeu da Rua do Ouvidor, no qual eu, o Rubem Braga, o Samuel Wainer e outros pobres da época costumávamos fazer roupa a crédito. Levávamos anos para pagar, mas ele era muito dado à leitura, era muito intelectual, gostava muito da gente e sempre nos fiava. Nós fazíamos roupa lá, pagávamos dois anos depois. Ele mandava um cobradorzinho, coitado, cobrar cem cruzeiros todo mês. Uma vez, fui trabalhar no *Observador Econômico*, chegou o cobrador, e o tesoureiro da revista disse assim: “Tem aí um camarada, aí da célula da sua comuna, querendo falar com você”. Era apenas o cobrador do alfaiate. Como é que eles se chamavam não me lembro. Sei que são alfaiates até hoje.

Quando eu vi a marca do alfaiate, disse: “Mas eu conheço essa marca”. Arranquei a etiqueta, quer dizer, autentiquei o negócio e fiz a Polícia autenticar

---

\* Ministro da Fazenda do Estado Novo. (N. da E.)



o terno como o encontrado no quarto do sujeito. Eles lavraram um termo de apreensão do terno, eu fui com o Adauto Cardoso ao alfaiate. Cheguei lá e disse: “Escuta, você fez essa roupa aqui?” Ele disse: “Fiz, olha aqui a etiqueta”. “De quem é essa roupa?” “Ah, isso é difícil saber. Eu não sei”. Eu disse: “Não, espera aí, essa roupa você não fez há tanto tempo, isso é uma roupa nova”. E ele: “Só vendo nos livros”. Aí ele foi verificar e disse o seguinte: “Roupa para fulano de tal, a cobrar no Palácio Guanabara”.

Aí fomos com a declaração do alfaiate, chegamos para o João Alberto, os dois advogados, eu e mais dois ou três repórteres que acompanhavam o negócio, e o Adauto disse para o João Alberto: “Coronel, nós viemos aqui pleitear, como advogados, a convocação de uma testemunha capaz de identificar o agressor”. Nessa altura abriu-se uma porta e saiu surpreendentemente o Gregório. Mas o Adauto continuou: “Convoquei o seu alfaiate como testemunho e no livro-caixa dele, no livro de registro, estava que a conta, não só deste, mas de outros fregueses, eram pagas pelo Palácio Guanabara”.

Nós criamos um problema para o João Alberto. Obrigamos o delegado a recolher o depoimento do alfaiate, autenticado e assinado. Aí falamos para o João Alberto: “Coronel, agora precisa ser convocado o homem do Palácio Guanabara”. E ele: “Mas o homem está aqui preso”. “Então convoque o homem”. Entrou aquele homem enorme — o tal agressor — e nós começamos, inclusive eu que não era advogado, a interrogá-lo. Os dois advogados interrogando, e o Adauto — eu não sei como ele terá sido como Ministro do Supremo, mas como advogado criminal era uma vocação incrível; nasceu para o *cross examination* . . . O que ele perturbou o homem, como o desmanteou com perguntas, foi uma coisa tremenda. . .

Eu me lembro que o homem de vez em quando não se continha, olhava para nós e fazia assim: batia, dava socos com uma das mãos fechada na outra mão aberta. O que se podia interpretar como um gesto nervoso, ou como ameaça, ou como ambas as coisas. O João Alberto assistindo pálido. Nessa altura o sujeito começou a dar o serviço. Contou que se chamava fulano de tal, que tinha sido campeão de boxe em Porto Alegre, com o pseudônimo de Mascarado, porque lutava boxe com uma máscara, e ficou nisso. Perguntei há quanto tempo trabalhava no Palácio Guanabara. “Eu nunca trabalhei. Eu mantenho o que já disse antes. Eu vivo às custas de homens”. “Mas você não vai me dizer que vive à custa de algum homem do Palácio Guanabara, porque quem paga o seu alfaiate é o Palácio Guanabara. Está aqui o seu terno”. Então, ele disse: “Realmente, eu trabalho na guarda pessoal do Dr. Getúlio Vargas”.

Desmoronou todo o sistema.

O Sobral Pinto virou-se para o João Alberto: “Senhor Chefe de Polícia, exijo que seja convocado o chefe da guarda pessoal do Dr. Getúlio Vargas para depor”. O João parou o negócio, mandou o homem embora, pediu para eu sair. “Eu quero falar com os advogados”. Virou-se para eles e disse: “Há muito tempo que eu sei quem é esse homem, porque evidentemente frequento o palácio e estou farto de conhecê-lo. Mas vocês não podem me pedir que eu passe os muros do Palácio Guanabara. Eu tenho que pedir demissão. Peço demissão, mas não faço isso”.

Nessa altura eu estava fora, não tinha nada que ver com o que se passava lá dentro. Depois soube que ele propôs aos advogados um acordo. Ele mandaria o delegado enviar à Justiça um relatório muito violento contra o sujeito, incriminando-o de todo jeito, e não se falava mais em Palácio Guanabara. Os advogados

ficaram um pouco perplexos porque não sabiam até que ponto o constituinte deles, que era o José Eduardo Macedo Soares, aprovaria ou não essa linha.

Mas eu resolvi agir por conta própria. Tinha um primo chamado Geraldo Werneck que era funcionário da Câmara e que trabalhava no *Correio da Manhã*. Fui procurá-lo: “Geraldo, vamos procurar no arquivo do *Correio da Manhã*”. Não, primeiro pedi para procurar no arquivo do DIP tudo quanto era fotografia do Getúlio em que ele estava com gente do corpo da guarda em volta. Um amigo que trabalhava no DIP foi lá e trouxe um bando... Às onze horas, nada de aparecer a cara do homem. Aparecia o Gregório, o Amando Fonseca, de casaca, todo bem vestidinho, mas nada do Euclides, que era o nome do homem. Eu disse: “E se a gente experimentasse o arquivo do *Correio da Manhã*? Subimos para o arquivo do *Correio*, onde havia outro bando de fotografias de Getúlio, distribuídas todo dia pela Agência Nacional — era obrigatório publicar todo dia uma fotografia do Presidente da República, para manter sua imagem diante do público — e começamos a olhá-las. De repente, uma cerimônia de inauguração não sei onde, e atrás do Getúlio, exatamente atrás do Getúlio, estava o Euclides. Uma fotografia muito pequena.

Acontece que o *Correio da Manhã* tinha, para a época, um excelente laboratório de ampliação. Subi com o Geraldo, levamos a fotografia, e eu disse para o rapaz que estava lá, que trabalhava com o Bueno, que era fotógrafo, primo do nosso Bueno:\* “Olha, eu quero a ampliação maior possível”. Ele tentou de todo jeito. Quando ampliava demais ficava *frouxo*... quando ampliava de menos, não dava. Foi aquela luta! Afinal ele conseguiu uma ampliação. No dia seguinte eu soltei na última página do *Correio da Manhã* o retrato do agressor do senador como guarda pessoal do Getúlio. Um círculo em volta, o nome dele embaixo, e a conta do alfaiate.

Acabou o negócio! Acabou realmente tudo. O próprio João Alberto ficou inteiramente rendido. Não sabia mais o que dizer. O processo prosseguiu. O homem parece que foi condenado. Não me lembro bem do destino dele. Mas o importante é que esses antecedentes servem para explicar qual era o clima. Esses dois antecedentes que contei, provam o clima de ameaça. De ameaça constante.

---

\* Primo do fotógrafo Fernando Bueno que sempre trabalhou com Carlos Lacerda. (N. da E.)

### O ATENTADO DE TONELEROS “E O VAZ ESTAVA DESARMADO...”

ENTÃO, APESAR DE TUDO, lá íamos nós! Conferência no Externato São José, e lá ia o Borges dirigindo o carrinho dele, um Volvo. Conferência não sei onde, ia o Tedesco, às vezes com a mulher. O negócio era meio familiar e não havia qualquer aspecto de “capanga”: mulheres também iam assistir às conferências.

Depois começaram outros oficiais a aparecer. Um é hoje industrial, o Carrera, que se reformou e tem uma fábrica de elevadores, onde trabalham vários deles. Outro dia, ia o Fontenelle em seu carrinho e eu ao lado. No princípio eram só oficiais da Aeronáutica. Depois apareceram um da Polícia Militar, uns dois do Exército e, da Marinha, o Comandante Carlos Baltazar da Silveira, hoje chefe da Casa Civil do Governador Faria Lima.

Uma noite, fui fazer uma conferência no Externato São José. Quem deveria ir comigo era o Borges, mas como eles se revezavam — Borges tinha que fazer hora de vôo, no Campo dos Afonsos — telefonou ao Rubem Vaz pedindo que ele fosse comigo naquela noite. Fomos à conferência o Sérgio, meu filho que tinha 15 anos, o Vaz e eu. Correu tudo bem, os padres muito simpáticos, os alunos com aquelas perguntas... A *Última Hora* tinha virado assunto, o financiamento do Banco do Brasil era assunto do debate. Os alunos ginásianos do São José discutiam o Banco do Brasil (contrato, papel) e sabiam das coisas, ou pelo menos queriam saber.

O atentado era para ser na saída do colégio — segundo apurou-se depois no inquérito —, mas ficou aquele bolo de gente, aquele negócio de garoto pedindo autógrafo, de gente fazendo perguntas que não tinham tido ocasião de fazer lá dentro, mas querendo saber... Esse tipo de coisa.

Sáimos e fomos para casa, na rua Toneleros. Estávamos na madrugada de 5 de agosto de 1954. Chegamos; o prédio onde eu morava tinha uma calçadinha com dois canteiros e uma subida que permitia aos automóveis parar bem em frente à porta do edifício: Edifício Albervânia, no número 180 da rua; eu morava no décimo andar.

Fiquei conversando com o Rubem Vaz que, de todos eles — a coisa trágica da vida —, era o mais ponderado e o menos exaltado. De vez em quando dizia para mim: “Carlos, você está exagerando um pouco nos ataques, modere um pouco, acho que faz mais efeito. Não se exalte tanto”. Era de todos o mais ponderado, o que me aconselhava mais moderação. Eu explicava: se não fosse violento, a campanha não teria efeito. O país ainda estava muito insensibilizado. Era preciso sacudir o país, sacudi-lo como se sacode um sujeito que dormiu mal

a noite e tem que acordar de madrugada para não perder o avião. Você não pode ficar fazendo festinhas, senão ele não acorda.

Alguns eram tão ou mais exaltados do que eu. O Fontenelle, se você dizia mata, ele dizia esfolá, se bem que isso nada quer dizer. O Fontenelle era um dos homens mais inteligentes que eu conheci na vida. Inteligentíssimo. Aliás, toda a família é excepcionalmente inteligente. Era um prazer conversar com ele, entendia tudo.

Mas todos aqueles oficiais eram muito pouco politizados. Não tinham politização quase nenhuma. Estavam sendo politizados, se assim posso dizer, por mim e pela campanha. Eram todos brigadeiristas, mas brigadeiristas por serem da FAB, por acharem o Brigadeiro um herói, por acharem-no um chefe fabuloso e por terem confiança nele. Não por uma vocação ou formação política. O Vaz era sobretudo muito discreto. Homem talvez nervoso — não era calmo e tranquilo —, mas discreto e ponderado no sentido de recomendar moderação e se assustar às vezes com certa violência dos meus termos.

Naquela noite, ficamos conversando no automóvel; o Sérgio atrás, nós dois na frente. O automóvel parado junto ao meio-fio, em frente à minha casa. Ele não subiu a rampa, ficou parado junto ao meio-fio, diante do edifício. A certa altura eu lhe disse: “Amanhã tenho o que fazer, você também...” “É, amanhã tenho que voar”. “Então vamos embora, você vai para casa”. Ele morava no Leblon.

Saltei com o Sérgio. Quando saltei... sempre a desgraça de perder a chave. Acho que vem daí esse negócio de perder a chave.\* Procurei a chave da porta da rua. Não achei. Aí me lembrei que tinha a da garagem, uma porta pantográfica. Me encaminhei para lá, fiz um percurso um pouco maior. Junto à porta da garagem tinha um muro, que atravessava a calçada, separando nosso prédio do vizinho, um edifício de funcionários do Banco do Brasil. Um desses muros que se fazem por causa da configuração do terreno, coisas da Prefeitura.

Quando me volvei para trás, para dizer adeus ao Vaz, vi um sujeito com chapéu desabado, um mulato, atravessar a rua. Estava parado do outro lado, e surgiu por trás do automóvel a uma distância de uns três metros do carro. Achei muito estranho aquele negócio, àquela hora da noite — meia-noite e tanto, uma hora, por aí —, o sujeito parado ali defronte, de repente atravessar e ficar atrás do automóvel. Mas foi uma coisa instantânea, muito rápida. Uma dessas coisas que passam como um relâmpago na cabeça da gente. Imediatamente ele abriu o paletó, sacou uma arma e começou a atirar.

Eu tinha o tal revólver de cano curto, para tiro a queima-roupa.\*\* Não gostava de andar armado, mas naquela época era preciso. Eu o levava no bolso da calça, porque ele era pequeno e cabia ali. Na hora pensei no revólver, mas o Sérgio se agarrou em mim. E o assassino atirando. Eu jogava o Sérgio para trás do muro, do tal muro, mas ele vinha e se agarrava em mim de novo. Isso me tolheu os movimentos. Nessa altura senti um negócio no pé. O pé esquerdo pesando, uma dor violenta. Quando olhei, estava saindo sangue pelo cordão do sapato. “Que diabo, fui atingido aqui no pé”. E não vi mais o Vaz.

Entrei correndo na garagem, para buscar socorro e para livrar o Sérgio. Subi uma escadinha e saí pela porta da frente, com o revólver. O bandido estava já a uma certa distância, na esquina da Rua Paula Freitas com Toneleros. Comecei a atirar nele, mas a tal arma não tinha muito alcance e eu também não tinha muita

---

\* Durante a entrevista, Lacerda nunca achava a chave da sua biblioteca. (N. da E.)

\*\* Lacerda fala nesse revólver no caso com Euclides Aranha. (N. da E.)

mira. O tiro passou... Entrou uma bala na biblioteca do Barão de Saavedra que morava na esquina. Dei esses tiros e, de repente, quando olho, atrás do automóvel, vejo um corpo caído. Era o Vaz.

Mais tarde no inquérito apurou-se o que na hora me pareceu óbvio: o Vaz avançou para o sujeito, que atirou nele primeiro. No inquérito isso foi confessado por um deles, se não me engano pelo próprio Alcino, que era assassino profissional. Os assassinos profissionais, quando têm que matar alguém, atiram primeiro naquele que julgam ser o capanga, porque esse é que é perigoso, porque esse é que deve estar armado, esse é o primeiro inimigo a eliminar. Depois é que atiram no outro.

O Vaz correu para cima dele, para segurá-lo — a tragédia disso é que o Vaz estava desarmado, não tinha arma nenhuma, nem dentro do automóvel, nem com ele —, saiu para segurar o sujeito “a unha”, e o bandido o fuzilou a queima-roupa. O tiro foi direto. Quase no coração. Não me lembro mais se foram um ou mais tiros. Nessa altura, começam a descer vizinhos e entre eles um repórter chamado Armando Nogueira, que estava chegando em casa vindo do jornal. Ele foi o primeiro repórter a aparecer no local, porque era meu vizinho e estava chegando em casa.

No primeiro momento, a impressão que tive foi a de que tinham vindo tiros de vários lados, pois havia um segundo sujeito na esquina da outra rua com Toneleros, a Hilário Gouveia, se não me engano. Tive a impressão de que esse sujeito estava atirando também, tanto que a minha primeira versão foi a de que havia mais de um assassino.

Até hoje isso não ficou bem apurado. A versão oficial é que foi um só. Ficou insinuado no inquérito que o outro estava lá para fiscalizar e há suspeita de que seria para matar o assassino e destruir qualquer possibilidade de provas: a autoria e a origem do crime. Mas isso são conjecturas.

Bom, aí um vizinho ofereceu o automóvel. Ele dirigindo e eu, com o pé ferido, botei o Vaz arquejante com a cabeça no meu colo. Já estava morrendo. Quando chegou ao hospital Miguel Couto, estava morto. Levaram-no para a capela... Trataram de avisar à viúva, aos companheiros, e eu fiquei com o pé estendido. Uma sorte incrível, porque a bala entrou em cima do pé, fraturou ligeiramente — uma das coisas que não posso fazer na vida é jogar futebol, tenho um pé mais fraco do que o outro —, mas não passou disso, quer dizer, ela saiu...

A sorte minha — infelizmente não foi a do Vaz — é que o assassino, que era um assassino profissional estava habituado a armas de calibre menor. Era um assassino barato e a arma que deram a ele foi uma 45. Esse detalhe é importante, vocês já vão ver por quê. Além disso, uma 45 é uma arma pesada, quando ele atirou, atirou para baixo, e aí pegou o pé. Não teve tempo de corrigir o tiro para atingir mais em cima.

A primeira pessoa conhecida, vamos dizer, figura pública, que compareceu ao local foi Armando Falcão, então deputado, autor do requerimento para a formação da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou o caso da *Última Hora*. Depois começou a chegar gente; e um dos primeiros foi o Brigadeiro Eduardo Gomes. Aí me apareceu o delegado do distrito, que era na rua Hilário Gouveia, exatamente a rua por onde o sujeito fugiu, a menos de cem metros da minha casa.

Mas eu preciso contar que durante o atentado, a 50 metros dali, havia um guarda da Polícia Municipal que, ao ouvir os tiros, perseguiu o assassino que entrou num táxi já a sua espera na Hilário Gouveia. Mas o guarda ainda teve tempo de dar

um tiro na mala do carro, o que foi muito importante, pois marcou o automóvel. O guarda — chamado Sávio Romero — foi ferido também; o sujeito antes de fugir atirou nele.

Aí, quando já estava em casa, o delegado chegou. Como é que se chamava esse diabo desse delegado? Não me lembro o nome dele: tenho uma sorte singular de esquecer o nome das pessoas de quem não gosto, graças a Deus.

Bom, o delegado apareceu para começar o inquérito, e a primeira pergunta dele foi se tinha havido alguma alteração entre eu e o Vaz. A outra providência foi pedir o meu revólver. Eu disse: “É natural que o senhor peça o meu revólver, pois com ele deflagrei várias balas, mas para que o senhor quer o meu revólver agora, já?” Ele disse: “É porque as balas são traçadeiras, pintadas de verde, traçam, enfim, são balas diferentes das outras, e para ver o calibre. Eu falei: “Acontece que pela natureza das suas perguntas eu não lhe entrego o revólver pois já percebi onde o senhor quer chegar. O que o senhor pretende é que tenha havido uma discussão entre eu e o Major Vaz, que nós tenhamos tido um pugilato. Eu não entrego a arma e o senhor retire-se da minha casa”. Ele disse: “Mas eu, como autoridade, estou começando um inquérito”. Respondi. “O senhor me convoque que vou à Polícia, na minha casa o senhor não fica”.

A casa estava cheia e o delegado retirou-se assim meio encabulado. Foi aí que surgiu uma idéia, não sei se do Adauto ou de alguma autoridade da Aeronáutica: “Escuta, só há um jeito aí, porque se deixar isso com a Polícia, vão acabar provando que você é quem matou o Vaz. A arma é uma arma de guerra, calibre 45. Não é uma arma que qualquer civil possa portar, só militar tem direito a usá-la. Portanto, pelo calibre da arma, o que se faz indicar é um inquérito policial-militar”. Telefonaram para o Eduardo Gomes e o Brigadeiro interferiu junto às autoridades da Aeronáutica, exigindo um inquérito policial-militar. Então as investigações deslocaram-se da Polícia para o IPM.

Foi aí que surgiu a chamada República do Galeão: o inquérito passou a ser policial-militar sob a responsabilidade da Aeronáutica. Eles começaram a investigar e o chofer de praça, apavorado porque o carro estava marcado no portamalas apresentou-se. Se não me engano, o guarda tinha também tomado nota da licença do carro, e eu falando nessa mesma noite na Rádio Globo pedi que quem visse esse automóvel com essa licença assim assim, com um buraco na mala, denunciasse imediatamente.

Então, o motorista se apresentou: “Eu sou chofer de praça, fui contratado para levar um passageiro e não sabia de nada disso. Quando ouvi tiros, o sujeito entrou e me obrigou a levá-lo de volta”. Perguntado onde é que o sujeito tinha tomado o carro, ele disse: “Naquele largo defronte do Palácio do Catete; faço ponto ali na Rua Ferreira Viana, Silveira Martins. Faço ponto ali”.

“O sujeito era seu conhecido?” “Não, costumo servir muito aquele pessoal ali que vai ao Palácio do Catete, gente da guarda pessoal do presidente, mas esse eu não conhecia, um mulato que eu não conhecia”.

Bom, aí começou a caça. A guarda pessoal dispersou-se e logo depois o Getúlio a dissolvia. No primeiro momento, começaram as acusações, as mais vagas, mais indiscriminadas. O IPM ficou na área da Aeronáutica porque o morto era oficial da FAB. O Exército, a Marinha e a própria Polícia Militar não fizeram nenhuma investigação, nem tiveram nenhuma participação naquela primeira instância.

O inquérito da Polícia também continuou e os meus advogados — o Adauto e o Sobral — requereram a presença do Gregório. Não sei por que isso foi na

Rua Real Grandeza, não sei se lá havia algum órgão da Polícia, sei que foi lá. E aí eu me defrontei com o Gregório. Os advogados e o delegado perguntavam e o Gregório respondia assim: “Eu não tenho nada contra esse moço. Eu até nem costumo ler os artigos dele, eu sei que ele ataca muito o presidente, de maneira que eu sou... , eu nem leio jornal”. Total inocência. “Eu não tenho nada contra esse moço”, imagine.

Bom, mas aí começou uma caçada aos outros. Caçada em que entrou cão policial, helicóptero e o diabo a quatro. Afinal foram encontrar em Nova Iguaçu um sujeito e em Meriti um outro. A população, mobilizada também, denunciava: “Vi não sei onde”, “Encontrei não sei onde”. O que inclusive desnorteava as investigações.

Afinal, pegaram um sujeito que era uma figura das mais curiosas em tudo isso — figura de romance. Ele era de Marília, mas como era o nome do diabo do homem? Faço esforço para lembrar o seu nome,\* era um sujeito de Marília, que tinha surgido no Palácio do Catete com a volta do Getúlio, e até hoje não sei bem por quê. E eu não o conhecia e durante muito tempo nunca tinha ouvido falar nele. O interessante é que ele acabou ficando com a reputação, dada pelos próprios jornais oficiais, de que seria o novo Hugo Borghi, isto é, o homem incumbido pelo Getúlio de aconselhá-lo em matéria de algodão. Sempre o algodão!

Era o homem que dava ao Getúlio dados sobre a colheita do algodão em São Paulo e dizia como fixar o preço de compra e de financiamento do algodão. E eu fiz uns dois artigos contra esse sujeito, tratando-o assim com grande, não digo respeito, mas com grande seriedade, como se fosse um homem muito sério, conselheiro do Presidente da República, criticando a política do algodão e seus preços. Mas nessa ocasião prenderam-no e o levaram para o Galeão. Foram pegando outros, os membros da guarda pessoal, e o sujeito então muito acovardado, começou a dar o serviço.

Um dia me levaram para uma acareação, para ver se eu o conhecia. Quando eu disse agora que ele era uma figura de romance, foi porque nunca vi ninguém com uma vida dupla tão extraordinária. O inquérito funcionava num dos quartéis da Aeronáutica no Galeão e eles ocupavam... não eram cubículos não, eram quartos de oficiais com sentinela à porta. Aquele homem estava em pé, junto à porta, com o braço encostado no portal e, quando me viu, disse: “Ora, até que afinal eu conheço o senhor pessoalmente”. Eu estava na cadeira de rodas, para poder andar mais facilmente e pensei: “Que coisa estranha o comportamento desse sujeito”. E disse: “Mas afinal quem é o senhor? Eu não conheço o senhor”. Ele respondeu: “Sou aquela pessoa que o senhor atacou várias vezes por causa da política do algodão. Aliás, sou muito grato ao senhor porque não sou ninguém na vida e cada vez que o senhor me atacava, o meu prestígio no palácio subia muito. Eu morava no Palácio do Catete”. Eu perguntei: “Por que o senhor morava no Palácio do Catete?” Ele: “Pois é, eu fui morando, ficando lá, até que um dia estava de cuecas e fui buscar umas coisas na geladeira. A Dona Darci entrou de repente, vindo do teatro, e me encontrou na copa, de cuecas. Me botou para fora do palácio”.

Bom, uma história esquisitíssima; uns três dias depois, eu recebi em casa uma comissão de moradores de Marília: o presidente do Rotary Clube, o diretor da Escola Normal, nem me lembro mais quem. Eram enfim autoridades respeitáveis

---

\* O nome de que Lacerda não conseguiu se lembrar durante o depoimento era o de Arquimedes Manhães. (N. da E.)

da cidade que vieram fazer um apelo para soltarem o sujeito. “Marília está completamente abalada com isso, é o fenômeno mais estranho do mundo: Esse homem de cueca no Palácio do Catete, morando lá, metido nesse crime! Em Marília ele é um benemérito. Tem família, é um filho exemplar e membro do Rotary Clube, contribuinte de tudo quanto é instituição de caridade da cidade”. Uma vida dupla total: duas personalidades completamente diferentes.

Bem, continuaram os interrogatórios e é claro que até hoje em alguns círculos acusam os rapazes da Aeronáutica de terem torturado os presos. Não tenho nenhuma prova e nem convicção disso, por uma razão que vou dizer a vocês: em um dado momento, através das confissões de várias pessoas, chegou-se ao Gregório como mandante imediato do crime. Aí o Coronel Adil de Oliveira, que presidiu o inquérito, hesitou em tomar as providências para mandar prender o chefe da guarda pessoal do Presidente da República, no Palácio do Catete. Telefonou para o Brigadeiro Eduardo Gomes, que estava em casa do Francisco Campos, na Rua Paissandu, e disse: “Brigadeiro, as investigações chegaram ao Tenente Gregório, o que faço agora?”

O Brigadeiro aí virou-se para o Francisco Campos — sempre o Francisco Campos — e disse: “A situação é a seguinte, Dr. Campos” (ele respeitava muito o Chico Campos como jurista e tudo o mais). E o Campos, que não tinha meias medidas, não se deixava prender por cutiliquês: “Mande prender imediatamente, mande uma escolta ir buscar o homem. É o seu dever. Esse homem tem que ser preso, pois não foi acusado de mandante pelas testemunhas e pelos cúmplices? Tem que ser preso e interrogado”. Aí foi uma escolta e trouxe o Gregório.

A escolta foi ao Catete com um mandado de citação para o Gregório comparecer como testemunha e ser interrogado. Como o inquérito policial-militar tem um prazo superior ao inquérito policial, podiam retê-lo por mais tempo do que o comum, mais do que a Polícia na época. Hoje não há mais prazo.

A essa altura, já tinham prendido todos eles. O Alcino disse que tinha sido contratado pelo Climério (que acabou de cumprir pena outro dia) que, apavorado, denunciou o Gregório. Aí foi o Gregório para lá. E o Gregório se obstinava em dizer que não tinha nada com isso, enfim, negou tudo. E ficou assim alguns dias negando tudo. Afinal, citou o nome do Lutero Vargas. Daí é que, até hoje, Lutero me atribui a calúnia de eu ter atribuído a ele a autoria intelectual do crime.\* Mas, na realidade, foram os assassinos que citaram o nome do filho do Getúlio. E eu não tinha motivos para duvidar! Se eles disseram que foi o Lutero, então foi o Lutero, embora repugnasse a mim mesmo acreditar que o Lutero... Não combinava muito com o gênero dele, que era um boêmio, um beerrão, enfim, não era seu gênero.<sup>1</sup>

Depois Gregório envolveu o Mendes de Moraes. Contou que um dia o General Mendes de Moraes disse a ele: “Você, que é amigo do Presidente, precisa prestar um serviço e eliminar esse sujeito que é um perigo público e outras coisas”. Depois citou o Euvaldo Lodi, dizendo que ele tinha oferecido dinheiro para a minha eliminação: eu criticava muito o Euvaldo Lodi, que era deputado, como diretor do SESI. E nada de chegar a uma conclusão final, como realmente nunca se chegou!

A certa altura verificou-se que as acusações e as provas contra os mandantes a que ele atribuíra a autoria intelectual não eram suficientemente convincentes. Todos ouvidos, explicaram, cada um à sua maneira. O Mendes de Moraes disse:

---

\* Ver nota explicativa no final do capítulo. (N. da E.)



“De fato, outro dia tive uma conversa com esse sujeito (Gregório), mas nunca insinuei que ele mandasse matar ninguém. Eu disse que o Lacerda era pernicioso, que era realmente muito perigoso, mas nunca insinuei nada e nunca mandei matá-lo”. Enfim, contaram a verdade da coisa e o Lutero defendeu-se muito bem.

Aí o crime ficou sem mandante intelectual.

Acontece que nessa ocasião o Gregório, pela primeira vez, começou a contar uma parte da verdade. O Adil perguntou a ele: “Você contou isso ao Presidente?” “Não. Nunca. O Presidente não sabe de nada”. “E ao irmão do Presidente, você contou?” “O senhor se refere ao Coronel Bejo?” “É”. “Contei: ele estava em Petrópolis, eu fui lá e no caminho contei a ele. Disse: Coronel, tem uma encrenca: fiz isso assim e assim, e tenho que comparecer ao Galeão para depor!” Então, dizia ele, foi aí que o Bejo Vargas soube. Mas isso que eu estou contando já se deu um pouco depois. Naquela fase ele ainda negava qualquer participação no crime, e corriam as histórias mais fantásticas! Que tinham posto o Gregório dentro de um avião e que abriram a porta do avião em cima da Baía de Guanabara: “Se você não contar nós soltamos você lá embaixo”. Pode ser até que isso tenha havido! Mas eu não tenho nenhuma evidência, nem nenhuma convicção de que isso tenha ocorrido, porque tenho a impressão de que o arдил que nós usamos foi muito mais eficaz. E em todo caso foi depois desse arдил que ele contou tudo.

Alguém — não me lembro quem, se o Fontenelle ou o Borges, um dos dois — me perguntou: “Você é capaz de imprimir uma edição falsa da *Tribuna da Imprensa*? Eu disse: “Puxa, esse é um pedido, para um jornalista, meio chato! Imprimir uma edição falsa de um jornal do ponto de vista ético é um negócio do diabo!” “Bom, mas é a única solução para obrigar esse homem a confessar”. Então, nós, muito em segredo, com dois ou três gráficos de total confiança da gente lá da *Tribuna* — que tinha um corpo gráfico que era de uma dedicação sem igual — imprimimos um jornalzinho de umas seis páginas, tudo direitinho, com anúncios, artigos, etc. e tal, e a manchete era a seguinte:

**“BEJO VARGAS FOGE PARA MONTEVIDÉU, ABANDONANDO OS SEUS AMIGOS NA HORA DO PERIGO. O IRMÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FOGE PARA EVITAR...”**

Esse jornal foi deixado, assim, por descuido ou por acaso, em cima de uma mesa na galeria do corredor do quartel, e o Gregório leu. Quando ele leu, desabou! Aí começou a contar. Fui eu, etc., etc., etc. Mas nunca aceitou incriminar o Bejo Vargas. Sempre sustentou que o Getúlio não sabia e que o Bejo só tinha sabido depois. Quer dizer, o homem foi leal a eles até o fim. Ele apenas desabou quando sentiu que com a pseudofuga de Bejo para Montevidéu, estava abandonado, estava entregue àqueles sujeitos que tinham uma certa *secura* em cima dele.

Nessa altura o arquivo do Gregório tinha sido apreendido no Catete. E no arquivo de Gregório existia até o recibo da compra da fazenda do Manoel Vargas, filho do Getúlio, pelo Gregório. “Recebi do Tenente Gregório Fortunato, a importância de ‘x’ pela fazenda tal, limites tais e tais, segundo escritura”. E assinado: Manoel Vargas. E bilhetes das pessoas mais conspíquas do regime pedindo “pistolão” ao Gregório, assim: “Meu querido Tenente Gregório, venho pedir por fulano de tal para você interceder junto ao Presidente para isso assim e assim”. Tinha bilhete até do Juscelino. Quer dizer, o homem era pistolão mesmo. Eram senadores, deputados. Todo mundo se dirigia a ele pedindo para falar com o Getúlio, para interceder por isso ou por aquilo, pelo processo tal, pelo assunto tal, ou pelo emprego de fulano.

Mas, realmente, do ponto de vista de prova, do ponto de vista jurídico, nunca se chegou ao verdadeiro autor intelectual do crime. Parou tudo no Gregório porque ele se recusou obstinadamente a reconhecer que tinha havido alguém acima dele que deu a ordem. Ele se atribuiu quase tudo e já então passou a admitir, dizendo: “A idéia foi minha. Chamei o Climério e lhe pedi para arranjar um assassino que fosse de fora da guarda pessoal. Ele contratou o Alcino que já tinha, sei lá, dez ou onze crimes nas costas. Mas ainda espinafrou o Alcino, chamando-o de assassino “marca barbante”, disse as piores coisas da eficiência do assassino, que considerou absolutamente ineficiente.”<sup>2</sup>

Agora vem o meu lado, o lado que eu não posso provar... mas isso aqui não é um processo judicial, fico também com o direito de fazer conjecturas. O Bejo Vargas, segundo o depoimento da Alzira, segundo todos os depoimentos da época, e, se não me engano, o dele próprio, quando soube no caminho de Petrópolis para o Rio que o Gregório é que tinha sido o mandante, ao chegar ao Palácio do Catete — não no mesmo dia, mas logo depois — foi também intimado a comparecer ao Galeão para depor. Recebeu intimação legal: “Pela presente fica o Sr. Benjamim Vargas intimado a comparecer ao quartel tal, para depor no IPM número tal, etc... Assinado — Coronel Adil de Oliveira”.

O que Alzira conta um pouco atabalhoadamente, mas conta, o que o próprio Bejo falou na época e o que se soube, é que de posse da intimação ele entrou no quarto do Getúlio e disse: “Getúlio, estou intimado a comparecer ao Galeão para depor”. Getúlio teria então dito: “É o fim”. E nessa noite, suicidou-se. Então a conjectura legítima, difícil de provar, mas é uma conjectura legítima, uma conjectura que eu acho ter o direito de fazer, é que, ao contar isso, o Bejo Vargas deve ter dito ao Getúlio: “Fui eu que mandei, e agora vou ter que contar isso lá. De alguma forma vão saber”.

Aí o Getúlio se sentiu pessoalmente atingido. Traído, enganado pela família; o irmão envolvido no assunto, não mais apenas o Chefe da Guarda Pessoal. Outro dado que, de certo modo, convalida essa conjectura, é que o Lutero Vargas depois candidatou-se a senador — nós conseguimos derrotá-lo, foi eleito o Afonso Arinos — ele continuou na vida pública. Está por aí, anda por aí. Há tempos em Bagé, eu estava tomando café da manhã no hotel e, de repente, entrou o Lutero. Ele circula por aí.

Mas nunca mais se ouviu falar no Coronel Benjamim Vargas. Você já ouviu falar nele? Ele morreu o ano passado? Eu não sabia, não devia estar no Brasil. Mas nunca mais esse homem que ia a tudo que era cassino, que era um homem da noite e que tinha uma vida intensa, apareceu em lugares públicos. Data daí o ostracismo absoluto do Bejo. Nunca mais vi esse nome no jornal. Nunca mais soube que ele tivesse ido a um restaurante, a uma boate, ou aos milhares de lugares aonde ia sempre. Então não ousou, evidentemente, dizer que foi ele o mandante. Mas essas circunstâncias me dão o direito de fazer conjecturas; tanto o seu desaparecimento da vida pública como a história contada por ele próprio e confirmada pela Alzira, de que ele, Bejo, chegou no quarto do irmão dizendo: “Estou aqui com um mandado de intimação para depor”, e o irmão responde: “É o fim”, e em seguida dá um tiro no coração.

Evidentemente não foi porque o Bejo tivesse dito que o Gregório tinha mandado me matar. Isso o Getúlio já sabia e estava em todos os jornais. Ele não ia se suicidar, de repente, porque Gregório tinha mandado me matar. Houve, isso sim, um fato novo qualquer que o levou ao suicídio. E seu suicídio apresenta uma circunstância, talvez única na história dos suicídios mundiais. Foi o único suicida

que deixou duas cartas. E morreu, não como Presidente, mas de pijama com a dentadura no copo... Ele não se preparou para a morte. Foi uma coisa absolutamente súbita. Tem a carta-testamento e tem um bilhete de duas linhas escrito às pressas, manuscrito, deixado em cima da secretária, no qual diz: *“Lego o meu sangue à sanha dos meus inimigos”*. Se não me engano, não está assinado. A letra é dele, sem dúvida. O manuscrito ficou em cima da secretária do quarto dele. O homem de pijama, a dentadura no copo. Uma das formas mais inesperadas, menos grandiosas, da morte de alguém que é Presidente da República, de alguém que tem uma vida atrás de si.

E a tal carta-testamento não combina com nada disso. Ninguém que faz um bilhete na hora de se matar, faz antes uma carta-testamento com uma mensagem enorme ao povo brasileiro, denunciando os inimigos estrangeiros da pátria, os inimigos dos trabalhadores... Essa carta-testamento, que foi entregue ao Jango fechada, e ao Osvaldo Aranha, foi assinada, segundo depoimentos de várias pessoas, inclusive da Alzira, durante a última reunião do ministério, em que se discutia a renúncia dele. Segundo me confessou o Maciel Filho. Aqui é necessária uma palavra para explicar quem era Maciel Filho: industrial, dono da Fábrica Cascatinha de Petrópolis, amigo do Getúlio de longa data, foi diretor do jornal *O Imparcial* e foi quem, depois da Revolução de 30, dirigiu alguns dos órgãos dos Diários Associados, tomados do Chateaubriand, pelo Getúlio. Pois bem, em agosto de 54, Getúlio ia presidir uma inauguração da Mannesman, em Belo Horizonte, e, como sempre, mandou um de seus colaboradores redigir o discurso. Ao que tudo indica — e foi o que me disse o Maciel — ele, Maciel Filho, começou a redigir o discurso; um discurso em tom de desafio, um discurso valente. Um discurso, enfim, de quem ainda estava muito longe de querer se suicidar. Nele Getúlio falava de sacrifício, falava de “preço do meu sangue”, mas era sobretudo um discurso desafiador, de quem não está temendo o inimigo e ainda não se sente perdido. Como sempre, nos discursos que recebia, ele como todos, fazia alterações. Mas esse não tem modificação nenhuma de seu cunho. E estava datilografado em várias cópias.

Um dia — isso muito depois —, encontrei o Maciel, um encontro social. Ele era um homem muito inteligente, e na época foi um excelente jornalista, articulista, além de homem de negócio. Pois perguntei a ele, assim a queima-roupa: “Escuta, Maciel, aquela carta não era um esboço do discurso que você teria feito para o Getúlio?” Ele respondeu: “Bem, se ele usou-a depois como carta para o suicídio, não sei. Mas o texto foi o que eu redigi para o discurso que ele ia pronunciar em Belo Horizonte.”

Então, a minha teoria, que é perfeitamente viável, é de que, do Getúlio, como suicida, é o bilhete que deixou no quarto em que se matou, e que a chamada carta-testamento era sua última mensagem de desafio, de Presidente que se sente acuado e quer se defender, quer fazer uma contra-ofensiva, e por isso vai fazer um discurso agressivo contra os seus agressores.

## NOTAS

1 O nome de Lutero Vargas surgiu durante as investigações do atentado de Toneleros por estranhas e curiosas denúncias dos próprios acusados.

No dia 12 de agosto de 1954, por exemplo, Abigail Rabelo, mulher do pistoleiro Alcino, depondo no IPM, declarou que no domingo, dia 8, mais ou menos por volta das

cinco horas da tarde, foi procurada por Soares, que lhe ordenou “que dissesse tanto para Climério, como para Alcino, que, caso fossem presos, dissessem que fizeram a mando de Luterio Vargas”. Fato confirmado pelo depoimento de Alcino, no dia 13 de agosto.

Essa informação foi repetida por quase todos os implicados, e até mesmo depois do suicídio de Getúlio, Climério Euribes de Almeida, depondo na Base Aérea do Galeão no dia 31 de agosto de 1954, declarou que no mesmo dia 8 de agosto foi procurado por Soares, que lhe levou 50 mil cruzeiros, “com o recado de Valente para que se escondesse e, no caso de serem presos, dissesse que Luterio Vargas era o mandante.”

Essa determinação que os assassinos receberam de apontar Luterio Vargas como mandante do atentado de Toneleros foi interpretada pelas autoridades militares, na ocasião, como uma tentativa de aproveitamento das imunidades parlamentares do filho de Getúlio, que era deputado, e assim paralisar ou pelo menos dificultar as investigações.

Arquimedes Manhães confirma ainda que parte desse dinheiro foi entregue, depois do atentado, a Valente, subchefe da guarda pessoal e que o resto do dinheiro encontrado no apartamento de Gregório era do mesmo embrulho do recebido do industrial japonês”, da mesma série e sequência numérica encontradas em poder de Climério e Alcino.”

Importante ainda no depoimento de Arquimedes Manhães é que foi ele quem foi a Petrópolis com Gregório à procura de Bejo Vargas, com quem se encontraram no caminho.

Quando Bejo e Gregório ficaram no mesmo automóvel, procuraram falar com todo o cuidado e baixinho, com a atenção de vez em quando fixada no depoente para evitar que fosse ouvida a palestra; que chegados ao Palácio, Gregório tomou o destino de seu quarto, Benjamim para outras dependências e o depoente regressava a seu apartamento na Avenida Atlântica; que teve a impressão de quase certeza de Benjamim ter-se dirigido aos aposentos do Presidente.

Ainda sobre o atentado de Toneleros e de onde saiu o dinheiro para o pagamento dos assassinos: da contribuição de um industrial

japonês para financiar a campanha de um secretário de Vargas à Câmara Federal. Contribuição paga para retribuir favores obtidos em Mato Grosso.

Esse detalhe foi apurado pelo depoimento de Arquimedes Manhães ao IPM da Aeronáutica no dia 19 de agosto de 1954.

Conta Manhães: “que há cerca de três meses, mais ou menos, foi chamado por Gregório ao seu gabinete, lá chegando o depoente juntamente com Roberto Alves, antigo secretário particular do Presidente da República; que na reunião havida entre os três solicitou Gregório que o depoente arranjasse com a firma Iassutaro Matsubara a importância de 500 mil cruzeiros destinada à propaganda da candidatura de Roberto Alves para deputado federal pelo Estado de São Paulo.

Depois, Manhães afirma: “que o Sr. Iassutaro Matsubara concordou em concorrer com 500 mil cruzeiros para financiar a candidatura de Roberto Alves a deputado federal devido ao fato do mesmo, quando secretário particular do Presidente da República, ter apresentado por carta Iassutaro ao governador do Estado de Mato Grosso, a fim de serem conseguidos para o mesmo 200 mil hectares de terras, no que foi atendido.”

2 O que aconteceu aos assassinos de Toneleros:

ALCINO JOÃO NASCIMENTO — Julgado a 4 de outubro de 1956. Condenado a 33 anos de prisão: 12 pela tentativa de homicídio contra Lacerda, 18 pelo homicídio do Major Vaz e dois por ferimentos ao guarda Sávio Romero.

CLIMÉRIO EURIBES DE ALMEIDA — Julgado a 8 de outubro de 56. Condenado também a 33 anos.

JOSÉ ANTÔNIO SOARES — Julgado a 18 de outubro. Condenado a 26 anos.

JOÃO VALENTE DE SOUSA — Acusado de crime de favorecimento pessoal. Julgado a 22 de outubro, condenado a dois meses.

NELSON RAIMUNDO DE SOUSA (motorista do táxi) — Julgado a 11 de outubro, condenado a 11 anos.

GREGÓRIO FORTUNATO — Condenado a 25 anos. Gregório foi assassinado na prisão em 23 de novembro de 1962 por Feliciano Damas Emiliano, que cumpria, na ocasião, 40 anos de pena.

## CAPÍTULO XII

---

### E EU REZEI POR GETÚLIO

MAS, VOLTANDO um pouco atrás, um dia, pouco antes do suicídio do Getúlio, fui encontrar-me clandestinamente, no Hotel Serrador, com Café Filho — um mistério dos diabos, um dos mistérios “mais notórios do Rio de Janeiro” com 500 fotografos atrás e a cidade inteira sabendo. Eu de cadeira de rodas e o Café Filho hospedado no hotel apenas para esse encontro, pois morava em Copacabana. Ao chegar, fui dizendo: “Olha, ó Café (eu me dava muito com ele), acho que agora só há uma solução — você assumir a Presidência da República. Se esse homem renunciar, você assume. Você foi eleito vice-presidente, e vice-presidente existe é para essas ocasiões.”

Ele disse: “Mas não. Antes tenho que cumprir um dever; vou sugerir ao presidente que nós dois renunciemos para encontrar uma solução. Eu não queria ser Presidente da República nesse momento, à custa dessa crise.” Respondi: “É um direito que você tem, mas não vejo razão para isso. Você foi eleito Vice-Presidente da República para substituir o presidente nos seus impedimentos. Se ele tem que renunciar, você é quem o substitui. É normal, está na Constituição.” Mas Café Filho não aceitou: “É, mas prefiro a outra sugestão.” E, se não me engano, ele conta em suas memórias que de fato sugeriu ao Getúlio renunciarem os dois. O certo é que chegou até a fazer um discurso no Senado sugerindo essa renúncia.

Isso tudo que estou contando foi precedido da campanha da renúncia. Na Faculdade de Direito de São Paulo, os estudantes tinham um R na lapela, significando “renúncia”. A campanha pela renúncia de Getúlio surgiu imediatamente e em toda a parte. Foi também nessa ocasião que fui ao encontro do Canrobert, que morava no Edifício Montese, no Leme, e disse: “General, os senhores precisam fazer esse homem renunciar, para que o país possa voltar à normalidade. Já agora a situação é irremediável, é impossível voltar atrás. Ou ele fica no poder e se torna ditador, e vai mergulhar esse país num banho de sangue, porque nós vamos resistir, ou ele renuncia e o país retorna à normalidade. O país está parado há quase um mês.” Foi aí que Canrobert me disse: “Não, não vou ajudar a botar tanque na rua, como no 29 de outubro de 45, para depois sermos chamados de fascistas. Dessa vez, só com moções de toda a parte. Só se vier para o Exército tudo quanto é moção. Todo mundo pedindo, até o Clube de Regatas do Flamengo.” Eu disse: “Não seja por isso.” Movimentei meus amigos do Flamengo e consegui — e até não sei como é que conseguiram — uma moção do Clube de Regatas do Flamengo pedindo a renúncia do Getúlio. Levei um laudo de moções.

Foi então que começou a campanha na televisão, nas rádios e nos jornais, principalmente *O Estado de S. Paulo* exigindo a renúncia.

O *impeachment* era inviável porque a Constituição exigia um quorum que a oposição não teria de jeito nenhum. E o clima no próprio Congresso já era quase de assassinato... Discursos... Aliás, houve um grande discurso do Afonso Arinos, exigindo a renúncia do Getúlio — não sei por que, recentemente, ele quase o repudiou numa entrevista. Foi um dos seus grandes discursos e mostrava como era realmente inviável a situação; o clima era de tal ordem que o Capanema subiu à tribuna para tentar defender o Getúlio e teve uma crise de nervos. Quer dizer, ninguém ousava, nem os maiores amigos do Getúlio ousavam subir à tribuna para defendê-lo. O máximo que faziam era calar, ou falar fora do plenário. Mas mesmo assim o que não havia era quorum para o *impeachment*.

Vocês me perguntam pelos assassinos do Major Rubem Vaz. Há três ou quatro anos me convocaram como testemunha de um deles que tinha feito um recurso qualquer. O sujeito já tinha cumprido pena e eu dei um depoimento assim... não inocentando, mas um depoimento aliviando o mais possível a participação dele. Enfim, procurando o mais possível livrá-lo e parece que ele se livrou, não me lembro mais. O Alcino converteu-se ao protestantismo na prisão.

Quanto ao Gregório, veja você a situação! Eu era governador e um belo dia houve uma rebelião na penitenciária. Era Chefe de Polícia o Segadas Viana, que tinha sido Ministro do Trabalho do Getúlio. Foi na noite do Natal de 62; os presos tocaram fogo num pavilhão, mataram um guarda e estavam lá atrás das grades, fazendo um carnaval sambando em torno de uma fogueira enorme. Cheguei lá e encontrei a Polícia inteira de metralhadora, do lado de fora da grade. E ninguém entrava lá. Eu disse: “Como é que pode um governo ficar do lado de fora de metralhadora enquanto os presos estão tocando fogo na penitenciária?” Um negócio inconcebível. Aí mandei abrir a porta e entrei...

Claro que achei uma loucura completa. Ao entrar pensei: “Ué, mas eu estou doido mesmo, que vim fazer aqui?”

Tinha um patiozinho e depois uma torre que subia até onde eles estavam com dois guardas presos como reféns. Quando entrei, houve aquela surpresa. Acredito muito na surpresa, acredito em duas coisas: contra-ofensiva e surpresa. Aquela frase de Napoleão é um lema para a vida: “J’attaque, puis je vois.”

Entreí. Os presos ficaram assim bestificados, começaram a se afastar. Perguntei: “Onde é que estão os reféns?”. “Estão lá em cima.” “Então vamos lá.” Aí subi. Um, na frente, foi me levando e os outros cabeças do negócio foram subindo atrás. Cheguei lá em cima, encontrei os pobres guardas. Você pode imaginar. Um já tinha sido assassinado, o corpo passou por nós naquela hora, e os outros dois esperando a morte, não é? Quando cheguei e eles me viram, não sei o que passou por suas cabeças: acho que pensaram que eu também tinha virado refém. Foi quando eu disse: “Soltem esses homens imediatamente.” Aí disse um dos presos: “Nós não podemos soltar não, governador, porque antes nós temos que fazer aqui umas reclamações.” Respondi logo: “Qualquer reclamação eu ouço depois de vocês soltarem esses homens. Antes disso, se vocês fizerem qualquer coisa aqui contra mim ou contra eles, já dei ordem lá fora, vocês todos serão encostados no muro, metralhados um por um. Agora vocês escolham.”

Aí desceram os dois guardas, desci eu, desceram os presos e fomos para o pátio. No pátio, subi numa mesa, aquelas mesas de pátio de penitenciária, e

disse: “Qual é o intérprete de vocês que vai fazer as reclamações?” Foi nesse momento que entrou o capelão e ficou a meu lado.

Surgiu um preso e disse: “Nós queríamos reclamar da comida.” “Muito bem, vou mandar ver a comida, para ver se vocês têm razão. Mas vocês quebraram as oficinas. E, agora, quem paga isso?” “Nós também queríamos reclamar do diretor.” “Bem, quem sabe quem deve ser o diretor da penitenciária é o governador do Estado. Vocês não nomeiam diretor da penitenciária, vocês não estão aqui para nomear diretor. Esse assunto não é com vocês. Agora, comida, tratamento, as outras coisas, nós vamos examinar a sério, para valer. Se vocês tiverem razão, vão ser atendidos.” Eles tinham matado um guarda mas o clima ficou ameno. Um clima até de bastante cordialidade. Todos eles apertaram a minha mão, “Muito obrigado”, aquela coisa toda.

Existe um retrato não sei onde, talvez na *Manchete*, que é impressionante. Quando olhei a fotografia, disse: “Bem, mas realmente essa fama que tenho de maluco tem sua razão de ser, porque eu estava sozinho cercado de presos sentados à minha volta. Eu no meio daquele bando de sujeitos, muitos dos quais, coitados, bons sujeitos, mas outros completamente enfurecidos; sei lá se tinha maconha no meio, porque era um samba; eles sambavam em volta de uma fogueira, onde queimavam as camas. Sambavam em volta.

Mas o que eu queria dizer é que um dos que contribuíram para debelar a rebelião foi o Tenente Gregório Fortunato. Ele tinha um tal sentido de disciplina — isso é uma coisa muito curiosa, essa psicologia —, tinha um tal sentido de disciplina, que não concebia que um preso fizesse o que aqueles presos estavam fazendo. Por isso ajudou a Polícia: resultado, mais tarde foi assassinado, dentro da penitenciária, pelos outros. Um belo dia apareceu morto. Aliás, você imagina o meu susto quando soube disso. “Agora vão dizer que fui eu que matei o Gregório.” Mas ele tinha colaborado com a Polícia de tal maneira e o caso ficou tão notório — saiu em todos os jornais —, que o ódio dos outros todos contra ele também ficou notório. Então o fato dele ter sido morto, não me pôde ser atribuído.

Mas voltando à nossa “ordem cronológica”: acho que o atentado de 5 de agosto de 54 foi o foco central da crise militar, de uma crise que já vinha se condensando. Com a autoridade do Presidente da República atingida, gravemente atingida, houve uma espécie de paralisação do país à espera do que ia surgir dali, de qual seria a solução. Toda a credibilidade do governo caiu por terra a partir do momento em que ficou provado — sem ir além, falando só no que ficou provado nos autos e nos jornais — que dentro do Palácio do Catete alguém teria inspirado o chefe da guarda pessoal do Presidente da República a cometer um assassinato, por acaso de um oficial da Aeronáutica em vez de um jornalista. Um chefe da guarda pessoal tão íntimo que comprava fazenda de filhos do Presidente da República, tão poderoso que no seu arquivo tinha carta de governadores de Estado e senadores pedindo favores.

Em resumo, isso mostra a gravidade da situação. Debates no Congresso, na imprensa — havia liberdade de imprensa e havia, digamos, interesse pelos debates do Congresso. A televisão e o rádio podiam se ocupar do assunto e isso criou um clima de opinião pública. Começou então todo esse movimento em torno da renúncia do Getúlio Vargas como solução para o país. Realmente havia três caminhos — ou o Getúlio se impunha pela força e se tornava ditador de novo (mas dessa vez não tinha força militar a seu favor para ser ditador) ou saía, renunciava. O terceiro caminho era a deposição. Foi aí que ele optou

pela renúncia, depois de ter havido como já me referi, a tentativa do Osvaldo Aranha de fazer com que se aceitasse uma fórmula de licença. E tal como já acontecera, pelo menos duas vezes antes, em 30 e em 32, obedecendo a certos impulsos de ordem psicológica que não me compete avaliar, mesmo porque não tenho condições de fazê-lo, suicidou-se.

Com o suicídio de Getúlio, subiu o vice-presidente, o Café Filho. Café Filho, como vocês sabem, foi sempre adversário da ditadura, foi o autor da famosa frase “Lembraí-vos de 37”, isto é, lembraí-vos do golpe de Estado, do Estado Novo — uma advertência que fez num discurso que se converteu num *slogan*. Mas, através do partido de Ademar de Barros, Café Filho conseguiu se eleger Vice-Presidente da República, na chapa de Getúlio.

Café Filho era de origem muito humilde, tinha uma instrução muito precária, mas era um homem combativo, tinha sido o chefe da oposição no Rio Grande do Norte, onde há muitos anos não é fácil fazer oposição. Um homem pessoalmente bravo, mas completamente despreparado para o governo.

Café Filho nunca supôs — nem ele nem ninguém — que um dia fosse chegar ao governo. Candidatou-se a vice-presidente com a força de Getúlio de um lado, a do Ademar de outro, e a popularidade pessoal que ele possuía como deputado da oposição. Teve uma atitude bonita quando propôs ao Getúlio, nos dias da crise de agosto, como já contei, renunciarem ambos. Mas Getúlio não aceitou a fórmula.

Foi nessa ocasião, também, que fui ao Ministério da Guerra, onde cheguei amparado nos braços do Comandante Carlos Baltazar da Silveira e do então Capitão Gustavo Adolfo Engelke, da Marinha. Entramos na ante-sala do gabinete do Ministro da Guerra,\* que estava cheia de oficiais, inclusive o General Mendes de Moraes, que evidentemente teve o maior espanto, quando em plena crise me viu entrar lá. Afinal fui admitido no Gabinete pelo Zenóbio, que foi muito amável e até recordou que éramos primos pelo lado Mendes Gonçalves, da Ilha da Madeira. Enfim, tivemos uma conversa amena.

Foi então que eu lhe disse: “Bom, vim aqui propor ao senhor a deposição do Presidente da República, isto é, que o senhor o convide a renunciar ou então o deponha.” Ele disse: “Não posso trair o presidente. Eu sou o seu Ministro da Guerra.” Respondi: “Olha, sua escolha é simples: ou o senhor trai o presidente ou o senhor trai o país. A decisão é sua porque esse homem evidentemente está no chão. Eu não sei como é que o senhor vai se conduzir. O problema de consciência é seu. Compreendo que seja difícil, mas acho que se o senhor concorda comigo que o país todo está precisando de uma solução e que o Brasil está parado há quase um mês; se o senhor concorda comigo que o povo inteiro está esperando por isso para ter paz e segurança, para trabalhar, há de concordar comigo, também, que o seu dever é chegar ao Presidente da República e lhe dizer que ele não tem mais condições morais de ficar na presidência. Quando um Presidente da República diz que debaixo do seu palácio corre um rio de lama, ele tem que sair do palácio.”

Nessa altura tocaram o telefone comunicaram do Serviço de Informação, ou do I Exército ou de qualquer outro lugar, que defronte da Câmara Municipal, na Praça Floriano, estava havendo um conflito entre populares e a polícia, e que o povo estava reunido lá, em comícios improvisados. Esse tipo de agitação em que a polícia tenta reprimir e que termina em começo de conflito. O general me disse:

---

\* General Zenóbio da Costa, Ministro da Guerra. (N. da E.)



“O senhor está vendo o que está fazendo ao país?” Respondi logo: “Eu não. Se o senhor quiser, vou lá agora e em cinco minutos faço parar o conflito. Se o senhor me autoriza a chegar lá e dizer que vai convidar o Presidente da República a renunciar, essa gente toda vai embora para casa. Quem está fazendo esse conflito é o senhor, porque como Ministro da Guerra não está assumindo suas responsabilidades. O senhor não está tomando decisão nenhuma e quem é que vai tomar decisão nesse país, afinal de contas?”

E a conversa continuava com certa cordialidade, o que não deixa de ser curioso. É que o Zenóbio era um homem assim. Tinha a fama de ser um sargento — em todo caso não era um homem brilhante, nem cultivado —, mas admitia um diálogo muito franco, numa linguagem assim de soldado. Usei com ele a tal linguagem de soldado. Disse o que pensava realmente, ele aguentou firme. E também disse o que pensava realmente. Talvez porque, no fundo, ele estivesse convencido de que o que eu estava dizendo era certo e provavelmente já tinha ouvido tudo isso da maior parte dos oficiais, já que todos estavam dizendo a ele a mesma coisa.

Aí eu disse: “Olha, vou deixar o problema na sua mão, porque evidentemente não vim aqui para obrigá-lo a coisa nenhuma. Vim aqui para tentar convencê-lo de que o país não pode continuar nessa situação; é um crime, uma injustiça deixar a nação completamente desmoralizada e o povo revoltado contra o fato de haver assassinos e ladrões no palácio presidencial. É uma situação que em nenhum país se sustenta. Agora, o problema é seu e das Forças Armadas, as únicas que podem ter realmente voz para chegar e dizer ao Presidente da República que ele não tem mais condições morais de governar o Brasil. Agora, quanto ao problema da Praça Floriano, o senhor não se preocupe, vou lá e acabo com o conflito. Vou lhe mostrar que o acabo em dois tempos.”

Do Ministério da Guerra fui para a Praça Floriano. Subi nas escadas da Câmara dos Vereadores e disse ao povo: “Vocês podem confiar no Exército, nas Forças Armadas, eles vão agir e essa situação está por horas. Vocês vão para suas casas com tranqüilidade.” É evidente que acabou tudo. Ninguém queria briga, todos foram para casa e não houve mais conflito nenhum. A coisa caminhou assim.

Na noite de 23 para 24 de agosto, estávamos em casa de José Nabuco, minha mulher, eu e um grupo grande de pessoas comemorando a renúncia do Getúlio que já tinha sido anunciada. Fomos todos para lá e estávamos comemorando. Francamente, não me lembro se a renúncia foi anunciada pelo rádio ou por amigos, mas creio que chegou a ser anunciada pelo rádio.

Em todo caso soubemos que o Getúlio já tinha renunciado àquela altura. Então fomos todos para a casa da Maria do Carmo e José Nabuco, que estava repleta de gente, inclusive Afonso Arinos, líder da UDN e irmão da dona da casa. Abriam champanha, começamos a comemorar. Até que, já de manhã, não me lembro bem a hora, alguém telefonou, ou alguém chegou com a notícia — dessas pessoas que chegam e trazem a notícia, ou telefonam — anunciando o suicídio do Getúlio. É evidente que houve aquele momento assim de não sei bem como definir o sentimento, em todo caso, não era um sentimento de alegria; era um sentimento de pena do homem, da tragédia humana, da tragédia pessoal do homem, de imaginar a agonia em que um homem deve estar para chegar a dar um tiro no coração.

Isso marca curiosamente a diferença entre o caráter brasileiro e o caráter de outros povos. Caráter, digo assim, no sentido de formação moral, de reação.

Nos Estados Unidos, por exemplo, ou na França, toda vez que me falavam dessa história, nunca ninguém lamentava o suicídio do Getúlio, nem dizia coitado! Eles acham muito natural! Como agora com o Nixon. Acham naturalíssimo que o Nixon tenha sofrido tudo o que sofreu como consequência de ter mentido ao país. Ninguém tem pena do Nixon! No Brasil deu-se o contrário. Até em nós. No primeiro momento, eu mesmo disse: “Que coisa horrível terminar assim! Podia ter renunciado ou qualquer coisa, mas ficava vivo”. Alguém teve até essa frase: “Puxa, ele puxou a toalha debaixo da nossa festa”. E como, segundo muitos psicólogos, um dos elementos constitutivos do, vamos chamar, complexo de suicídio, é realmente um desejo de vingança, sem querer julgá-lo, isso não me compete — procuro julgar o menos possível os vivos, portanto não julgo os mortos —, mas é evidente que havia um certo desejo de deixar depois dele um caos. Quer dizer, tirar uma desforra. O fato é que qualquer que tenha sido a sua intenção, o suicídio nos perturbou de uma maneira incrível.

Eu me lembro que saí com minha mulher, fui para casa e no caminho (a Rua São Clemente nesse tempo tinha mão dupla) parei no Colégio Santo Inácio, entrei na Igreja e rezei por ele. Fiquei realmente comovido com o fato. Talvez também porque estivesse aqueles dias todos sem dormir, virando noite e dia, a gente acaba com os nervos assim um pouco à flor da pele, num estado de exasperação nervosa. Fiquei muito perturbado! Quando cheguei em casa estava começando o grande erro. O Café Filho assumiu o governo imediatamente, mas largou as rádios de lado. E as rádios quase todas ainda nas mãos do pessoal do Getúlio, por sensacionalismo ou não, de dez em dez minutos se referiam à carta-testamento, à chamada carta-testamento, a tal carta feita pelo Maciel: “Lego ao povo o meu sacrifício. Forças estranhas, Brasil, etc...” Um texto bastante agitador, em cima de um acontecimento que perturbou todo mundo. E aquilo era acompanhado com música de fundo, músicas tristes, marchas fúnebres, etc., e lido com a maior ênfase de dez em dez minutos.

Eu me lembro que telefonei, se não me engano, para o Odilo Costa Filho, que assumiu a direção da Rádio Nacional na ocasião, e disse: “Isso é uma loucura o que vocês estão fazendo! Vocês estão jogando o povo contra o governo Café Filho e daqui a pouco vai haver motins na rua. Vocês estão pondo o povo num estado de exasperação nervosa, e não há povo que aguento isso. E em cima do suicídio do Presidente da República, de um homem evidentemente estimado por uma porção de gente, com ou sem razão, não importa. Um povo emotivo e vocês deixam de dez em dez minutos isso ser irradiado acompanhado de música de fundo. Parece até que vocês querem realmente a baderna!”

E, de fato, o povo começou a sair para a rua, aquela agitação toda. O cadáver de Getúlio exposto, visitado por milhares de pessoas que choravam, pessoas que desfaleciam, que tinham ataques e chiliques. O discurso de Osvaldo Aranha aos prantos e tal. E o Café Filho querendo dar uma de juiz.

Foi aí que eu comecei a defender a tese que me valeu o título de golpista e até de fascista. Comecei a defender a tese de que a eleição de outubro de 55 — a sucessão de Café Filho — não poderia ser realizada com a lei eleitoral em vigor, toda cheia de defeitos, como esse do vice-presidente poder ser adversário do presidente eleito. Eu dizia que era necessário não só uma reforma da lei eleitoral, mas uma reforma profunda no país, e que essas reformas, além de necessárias, ainda teriam a vantagem de dar um tempo para desintoxicar o Brasil, que vinha de vários anos de ditadura, de vários anos de demagogia, de vários anos de propaganda pessoal de um mito. Convocar eleições para o ano seguinte

só porque estavam marcadas, era na minha opinião um erro gravíssimo, que consistia em levar um povo traumatizado por um drama daquela ordem a tomar uma decisão que não tomaria num tempo normal. Portanto, longe de ser um ato democrático, era profundamente totalitário, esse ato de levar um povo, não pela razão, mas pela força de uma emoção incoercível, a tomar uma decisão contra si mesmo, decisão que não tomaria se tivesse condições normais de raciocinar. Eu já era então deputado, eleito em outubro de 54, menos de dois meses depois do suicídio do Getúlio, com uma votação recorde no Brasil.

Mas eu tinha esquecido de contar que, depois da morte do Getúlio, alguns oficiais da Aeronáutica, diante do clima que se criou de agitação nas ruas e depredações — a *Tribuna* foi cercada e ameaçada, e o pessoal lá teve que enfrentar uma situação muito difícil —, me levaram de helicóptero do Aeroporto Santos Dumont para a Ilha do Governador, onde fiquei hospedado em casa do Antônio Carrera, que era então também oficial da FAB (reformou-se logo depois e hoje é fabricante de elevadores), casado com uma neta do Belisário Pena, um famoso sanitarista.

Passei lá três ou quatro dias, o suficiente para Café Filho me mandar lá o Aluísio Alves, então redator-chefe da *Tribuna da Imprensa*, para me propor o nome do Alim Pedro para Prefeito do Rio de Janeiro, do Distrito Federal de então. Respondi que não tinha nada contra o nome de Alim Pedro, homem de bem, engenheiro, mas que achava não ser ele homem para ganhar eleição. Disse ainda: “Se a orientação do governo Café Filho vai por esse caminho, quer dizer, vai pelo caminho da neutralidade absoluta; se ele acha que não houve nada, não houve nenhum cataclisma num país em que o Presidente da República se suicida, onde há um atentado e morre um oficial da Aeronáutica, há o diabo a quatro, mas mesmo assim se ele acha que chegou ao poder numa eleição normalzinha, direitinha e que está tudo muito bem, então a indicação é excelente.”

Agora, a minha idéia era a de que o país precisava ser saneado, saneado espiritual e psicologicamente. Não havia condições para uma eleição verdadeiramente democrática num país que depois de toda uma formação autoritária é sacudido por uma catástrofe dessa ordem. É como se no dia seguinte da morte de Hitler, no Bunker, se fizesse uma eleição na Alemanha, ou como no dia seguinte ao que penduraram Mussolini num poste, junto a um posto de gasolina, fizessem uma eleição na Itália. Lá havia uma tropa de ocupação estrangeira que impediu essa loucura. Não deixaram fazer essa loucura. Primeiro, deixaram que o país se desintoxicasse, se desfascitizasse ou desnazificasse. Fizeram até o Tribunal de Nuremberg, mataram uma porção de sujeitos responsáveis pela guerra e só depois fizeram eleições. Então, Adenauer ganhou, então De Gasperi pôde ganhar. Se as eleições fossem imediatamente após a guerra, tinha ganho um fascista ou um nazista.

Aqui não havia tropas de ocupação estrangeiras nem necessidade disso. As Forças Armadas estavam aí para garantir uma eleição democrática. Agora, quem não estava em condições de fazer eleições democráticas, naquele momento, era o povo, que estava profundamente traumatizado, e ainda por cima com uma lei eleitoral toda errada, toda viciada, feita para garantir o predomínio de uma casta e de uma oligarquia política.

Nessa ocasião, viajei para o estrangeiro porque estava realmente num estado físico deplorável, suspeitava até de câncer na garganta, porque eu falava dois minutos e ficava rouco. Não foi brincadeira o que tive de falar naquele tempo

todo, tempo de microfones muito menos aperfeiçoados do que os de hoje, e em muitos lugares até sem microfones. O resultado é que tive uma espécie de calo — na medicina não se usa esse nome — de calo nas cordas vocais. Isso era o mínimo, diante do estado de nervos em que eu estava. Fomos embora, minha mulher, eu e os meninos. Fomos para a Europa, por pouco tempo, aliás. Em Portugal quiseram me operar a garganta, me recusei e voltei ainda rouco.

Só fiquei bom depois que o Marcelo Garcia me apresentou a uma senhora, uma ex-atriz chamada Ester Leão, que tinha uma casa quase defronte da minha. Ela era muito inteligente, muito curiosa e, quando deixou de ser atriz, fez um curso de colocação de voz (o pessoal pensa que é impostação, confunde com impostação, que é negócio de cantor. Nunca fiz curso de cantor!) Era um curso para aprender a respirar e a emitir a voz de maneira a não cansar as cordas vocais. Hoje já desaprendi muito. Primeiro, porque me esqueço das aulas: segundo, porque estou fumando de novo, e o cigarro evidentemente não faz bem à voz. Ester Leão era uma pessoa de personalidade muito curiosa. Deu aulas a mim, ao San Tiago Dantas (que também teve o mesmo problema, como professor, em cinco minutos de aula ficava rouco), mas quando o Brizola quis também ter essas aulas, ela se recusou, dizendo que era completamente contrária às idéias dele e que, portanto, não iria ensiná-lo a falar. Era uma anti-salazarista tremenda! Naturalizou-se até brasileira por ser anti-salazarista.

Quando voltei da Europa encontrei no Brasil um clima idílico. Café Filho reunia os repórteres políticos que tinham sido muito amigos dele na Câmara, e de quem ele era uma espécie de criação; foi sempre muito camarada com os repórteres políticos, dava informações e tal! Os discursos do Café na Câmara eram de oposição e muito veementes, se não eram eloqüentes eram pelo menos veementes. Ele tinha muitos amigos entre os repórteres políticos, era desse tipo de político que ajuda muito o repórter a ter noticiário.

No Palácio do Catete começou então a dar almoços aos repórteres políticos, num clima que parecia que não tinha havido nada no Brasil. Era um vice-presidente normal. O presidente tinha morrido, ele tinha assumido para presidir as eleições. Havia os famosos almoços de carne de sol e jerimum (abóbora no Nordeste é jerimum), um prato de que ele gostava muito. Então vinha a carne de sol com jerimum e muita conversa, num clima idílico. Chamou para o ministério aquelas figuras que sempre iam para o ministério, quer dizer, Raul Fernandes para o Exterior, Eugênio Gudin para a Fazenda, etc. Havia assim um falso ar de tranqüilidade, de normalidade, que não tinha nada que ver com a realidade, que era na verdade — para quem tivesse o mínimo de sensibilidade — assustadora, porque o que tinha acontecido no Brasil era o que aconteceu no drama de Shakespeare, e não foi à toa que traduzi esse drama: *Júlio César*. A mesma multidão que aclamava Brutus e os que mataram César, quando Marco Antônio fez seu discurso com o cadáver nos braços, e começou a pedir a morte dos que tinham assassinado César.

Foi assim que passei de vítima a assassino de Vargas.

Ainda assim me elegi deputado. Mas o clima do país tinha mudado completamente. Vargas, que num certo momento era, não digo odiado, mas desprezado pela maioria do povo, ao morrer, ou por sentimentalismo, ou por causa desse tipo de exploração, ou ainda por um natural pudor nosso de continuar a atacar um homem que tinha se suicidado — eu, por exemplo, não voltei ao assunto —, passou a ser o Júlio César de Shakespeare. Os amigos de Vargas, vamos dizer claramente, toda aquela curriola que tinha dominado o país tantos

anos, viram no cadáver a grande chance de continuar o seu domínio. E o Café Filho imperturbável, governando o país que, na opinião dele, estava completamente pacífico e tranqüilo!

Fui visitá-lo no Catete e sem saber bem, confesso, se o chamava de presidente ou se o chamava de Café, porque a vida inteira na Câmara eu o chamava de Café Filho. Ele me pôs imediatamente à vontade; a minha impressão era a de que ele nunca chegou a compreender, a sentir realmente a gravidade da posição que tinha assumido, o grau de responsabilidade que tinha. Fui direto ao assunto: “Olha, estou chegando de Portugal e encontrando um país irreconhecível, porque o país real não é esse que está aqui. E estou vendo que você insiste em realizar as eleições na data marcada, o que me parece um novo suicídio, só que em vez de ser o suicídio de um presidente é o suicídio de um país. O Brasil caminha para a ocupação, por longo tempo, pelo mesmo grupo que o dominou esses anos todos e de que pensamos nos ter livrado no dia em que exigimos a renúncia e no dia em que, em vez de renunciar, o Presidente da República se matou”.

Nessa altura, o Café Filho, que era autor da frase: “Lembrai-vos de 37”, estava com uma verdadeira obsessão de não ser o homem de um novo golpe de Estado. Virou-se para mim e disse: “Eu não vim para essa cadeira — que por acaso era um sofá onde estava sentado — ser o novo Góes Monteiro; não conte comigo para um golpe”. Eu disse: “Não estou contando com você para golpe nenhum, estou contando com você para dizer a verdade ao Brasil, dizer que o país está intoxicado, está traumatizado, que tem uma lei eleitoral péssima, que é preciso reformar essa lei e adiar por alguns meses a eleição, só isso; não se trata de não fazer a eleição, mas de aproveitar esse período para realizar uma série de reformas, que estão para ser feitas há muito tempo e que em tempo chamado normal não se consegue fazer”. Ele disse: “Não. Eu não vim para isso, vim para presidir as eleições e realizá-las no dia marcado.”

O resto que eu disse a ele está contado, com sua versão e interpretação, em seu livro de memórias. Não vale a pena eu estar insistindo, porque vou repetir as mesmas coisas.

---

REFORMAS PARA UM REGIME  
DEMOCRÁTICO AUTÊNTICO

O TIPO DE SOLUÇÃO que propunha para a época foi exposto — nunca fiz segredo da minha posição — numa série de artigos na *Tribuna* sobretudo, e em alguns discursos na Câmara, estes muito perturbados pelo próprio clima em que vivia o Congresso: um clima revanchista, um clima de “assassino de Vargas”, com uns sujeitos ameaçando tirar o revólver. Um clima conflituoso, em suma. Mas, sobretudo, através de artigos na *Tribuna*, eu recomendava o que chamava na ocasião, e talvez tenha errado em dar esse nome, o “regime de exceção”.

Eu não chamava “regime de exceção” por ser um regime sem garantias para os cidadãos, nem um regime, enfim, autoritário-fascista. Eu o chamava de “regime de exceção” por ser um regime de transição, durante o qual seriam feitas reformas que permitissem ao país entrar num regime democrático mais autêntico: eleições de verdade, com o povo mais receptivo ao raciocínio do que à emoção. E eu dizia que não há nada que aproxime mais um povo do autoritarismo, do cesarismo e das várias formas que a ditadura pode tomar, do que o domínio absoluto da emoção. Dizer que numa eleição não há sempre fator emocional, seria dizer uma tolice, é evidente que sempre há. Mas, quanto mais esse fator predomina sobre o outro, isto é, sobre o fator raciocínio, mais o povo está inclinado a votar até contra seus próprios interesses. Foi assim que Hitler ganhou as eleições; foi assim que Peron ganhou as eleições. Foi assim que nós temos visto ditadores chegarem ao poder através do voto popular, porque aproveitavam a emoção e mobilizavam o povo nesse sentido impedindo-o de raciocinar. E foi o que se deu.

Nessa altura, infelizmente para o país, surgiu no PSD uma figura extraordinariamente simpática, extraordinariamente insinuante, com uma presença prestigiosa, assim quase irresistível de simpatia humana. Um homem sorridente, um homem afável, um homem que se dava bem com todo mundo, chamado Juscelino Kubitschek, e que acabava de fazer um governo, que não foi um mau governo, em Minas Gerais; que realizou tudo aquilo que o governo udenista de Milton Campos tinha planejado, ou seja, a represa de Santo Antônio, a usina de não-sei-o-quê; enfim, tudo aquilo que durante o governo Milton Campos foi estudado, planejado e arquitetado, o Juscelino teve a chance de fazer. Por isso tornou-se em Minas uma força popular muito grande.

O PSD, porém, não o queria. Nem o PSD nem o PTB, e isso ele conta também em suas memórias e conta de maneira a deixar muito mal certos personagens do PSD, como o Benedito Valadares, cuja família, pelo que sei, está indignada com o Juscelino, acusando-o de ingrato. Benedito fez o impossível

para o Juscelino não ser candidato. Os próceres do PSD, todos, não queriam Juscelino; não queriam inclusive porque tinham medo de perder a eleição com ele, medo de não ter o apoio do PTB; e sem o apoio do PTB o PSD não ganhava a eleição nas cidades, ganharia no interior, só.

Aí, mais uma vez, a UDN comete outro grande erro político. Naquela altura, lança à presidência o General Juarez Távora, com o apoio do Jânio Quadros, que com isso se credenciou junto ao Exército para a sua futura candidatura. Jânio adere de corpo e alma à candidatura do Juarez. Antes disso, porém, aconteceram várias tentativas de união nacional, como, por exemplo, em torno do Etelvino,\* homem do PSD que a UDN apoiaria. Foi uma sugestão de várias pessoas, inclusive do Aluísio Alves. Mas a candidatura Etelvino gorou no ovo, quer dizer, não teve a menor condição de existir. Em compensação, no começo, eu aderi à idéia. Estava tão desesperado por uma solução que — já que tinha que haver eleição e já que eles insistiam em fazer as eleições naquelas condições — aceitei uma candidatura que fosse um pouco de óleo sobre as águas, que, mesmo medíocre, pelo menos garantisse um pouco de paz ao país.

Mas depois verifiquei que ela era inviável, era completamente inviável, e não haveria condição de levar o eleitorado udenista, eleitorado brigadeirista, a votar no Etelvino, que era acusado de, quando interventor em Pernambuco, ser o responsável pelo famoso ataque ao comício brigadeirista, em que falavam, entre outros, o Gilberto Freire, na sacada do *Diário de Pernambuco*. No conflito foram assassinados um rapaz que era carvoeiro e um estudante, Demócrito Sousa Filho.\*\*

Cheguei naquela ocasião ao sacrifício, porque foi realmente um sacrifício — são as tais incoerências aparentes — de ir com o Etelvino a Pernambuco, desembarcar com o Etelvino no aeroporto e andar com ele de automóvel por Recife, na mesma cidade em que anos antes eu o tinha acusado de assassino do Demócrito. Eram contradições que o povo não podia aceitar, não podia realmente entender. Não havia combinação política, não havia compromisso de ordem política que pudesse ser aceito pelo povo nessas condições. Tornou-se uma candidatura inviável. Houve ainda outras tentativas de candidatura, como a de Carlos Luz, que também fracassou.

Nessa altura o Juscelino fez, digamos, a grande manobra política de sua vida: percorreu o Brasil inteiro vendendo a idéia de sua candidatura ao próprio PSD. Ele foi às bases do PSD e obrigou os diretórios municipais do partido a pressionarem os seus chefes a admitirem a sua candidatura como eleitoralmente viável, isto é, com condições de vencer.

Por outras palavras, o Juscelino converteu-se num líder popular, o líder mais popular que o PSD poderia ter gerado; partido tradicionalmente conservador, tradicionalmente de oligarquias, tradicionalmente de máquinas políticas, de repente gerou um homem de uma facilidade de expressão muito grande, com uma volubidade enorme, com muita simpatia e um magnetismo pessoal imenso, com uma capacidade incrível de apertar a mão, de sorrir, enfim, de conquistar as pessoas.

Se vocês me permitem dar um salto adiante, vou contar um diálogo que mostra tudo isso. Quando fui encontrá-lo, eu ainda não, mas ele já cassado, exilado

---

\* Etelvino Lins. (N. da E.)

\*\* O ataque da polícia ao comício foi no dia 3 de março de 1945. No dia 1.º Etelvino, que era Chefe de Polícia, fora nomeado interventor de Pernambuco em substituição a Agamenon Magalhães, nomeado Ministro da Justiça. (N. da E.)

em Lisboa, perguntei-lhe: “Presidente, uma das coisas que sempre me assombrou no senhor é essa sua famosa memória, essa capacidade de encontrar alguém e dez anos depois dizer “Oh, fulano”, dizer o nome do sujeito, como vai, como vai sua mulher. Eu não consigo isso, nunca consegui, não tenho memória nenhuma. Vejo uma pessoa e, se não tenho convivência, se nunca mais a vejo, acabo me esquecendo. E ele rindo: “Carlos, é a coisa mais simples do mundo; o sujeito quando pergunta assim: “Lembra-se de mim, como é o meu nome?”, já está farto de saber que você não pode se lembrar dele, que você o viu uma vez dez anos antes num comício. O que ele quer é que você diga o seu nome alto na frente dos outros. Então você lhe dá um imenso abraço e pergunta assim: “Olha aqui, não me lembro no momento do seu nome todo, como é mesmo?” Aí ele diz o nome baixinho e você repete alto: “Oh, fulano, como vai e tal”.

O Juscelino era homem desse truque, viu? Mas isso não era por insinceridade, era sua natureza. Ele era um homem afável por natureza. Uma vez o chamei de cigano, e parece que ele tem um pouco de sangue cigano, pelo lado Kubitschek, pelo lado tcheco, sei lá! E realmente, ele tinha muito, sem nenhum intuito pejorativo, de saltimbanco, capaz de fazer piruetas na frente do público, entende?

Mas voltando a 55. Ele fez a pré-campanha eleitoral ou a campanha pré-eleitoral e se impôs ao PSD que o engoliu a contragosto, achando detestável a idéia porque pensava que muito antes do Juscelino, existiam aqueles homens tradicionais, havia aqueles *gros bonets*, os chefes tradicionais do PSD, os que teriam direito a aspirar à presidência. Mas aí o Juscelino também deu o seu segundo golpe de habilidade, trazendo para a vice-presidência o herdeiro natural do Getúlio, o Jango. E com isso ele ofereceu ao PSD a vitória eleitoral: a aliança do PSD com o PTB, que foi a grande manobra de Getúlio em 45.

Em 1945, quando Getúlio sentiu que os partidos iam voltar — mesmo antes de saber que ia ser deposto, quando sentiu que de uma forma ou de outra o regime democrático voltaria ao país —, criou um partido trabalhista para os operários e colocou à frente desse partido o filho Lutero Vargas e, depois, o filho adotivo, vamos chamar assim, João Goulart, seu amigo das noites solitárias de São Borja; e fez também o PSD, partido conservador, partido oligárquico, partido tradicionalista, e colocou à frente desse partido seu genro, Ernani Amaral Peixoto. Então juntou as duas pontas de uma tenaz, no meio da qual ficou a UDN, que não era, como eu já disse, e nunca foi um partido no sentido de unidade; era uma mistura de tudo aquilo que tinha sido, ou desde o começo ou a partir de certo momento, contra a ditadura. A UDN era notadamente um partido representativo da classe média, o que não quer dizer que lá não houvesse empresário ou operário, mas era predominantemente o partido da classe média, partido que se batia pela moralização dos costumes políticos e que era uma projeção, no tempo, do que fora o Tenentismo das antigas revoluções. Um partido, enfim, “ruibarbosiano”, no que tudo isso quer dizer de retórica, de eloquência, de ideologia liberal.

O Getúlio tinha preparado as duas pontas da tenaz: a ponta operária, aparentemente reformista, na realidade demagógica, mas muito eficaz, que era o PTB, com a máquina sindical na mão e com a “consolidação das leis trabalhistas”, que em alguns artigos era a cópia literal do *Código del Lavoro* do Mussolini. Portanto, um partido de origem fascista-trabalhista e não anglo-trabalhista. E, do outro lado, o PSD, partido, como disse, tradicionalista, con-



servador, oligárquico, dominando municípios, dominando o interior; partido de fazendeiros, de grandes industriais, etc...

Juscelino conseguiu juntar as duas pontas novamente, impondo-se ao PSD e aliando-se ao PTB, dando a vice-presidência ao Jango Goulart. Mas não só a vice-presidência: dando-lhe também o Ministério do Trabalho, todos os institutos e alguns postos-chaves da máquina trabalhista, montada no tempo de Getúlio.

E contra tudo isso, o Juarez, um idealista que se considerava democrata cristão e que era a favor de uma reforma democrata cristã no país. Ele não era da UDN, nunca foi de nenhum partido, mas nessa ocasião teve que se filiar a algum, e se não me engano escolheu o PDC, Partido Democrata Cristão, que não tinha força nenhuma e estava surgindo em São Paulo. Foi nessa ocasião que cheguei a ter negociações com o Franco Montoro, com o Carvalho Pinto e outros, para tentar fazer o Partido Democrata Cristão, uma vez que a UDN já me parecia realmente superada e inviável como partido, onde não se conseguia unidade nem de programa. Na ocasião me pareceu que um programa de reforma democrata cristã no país seria a solução.

Mas preciso contar aqui: nessa viagem logo depois de agosto de 54 a que me referi, quando estive em Roma, conheci, apresentado por Dom Helder Câmara, o Secretário de Estado do Vaticano, que se chamava Cardeal Montini, hoje Paulo VI, e também um outro secretário político no Vaticano, Monsenhor Tardini. Com o Cardeal Montini conversei longamente sobre o Brasil e o que tinha havido aqui. Quando fui conversar com o Monsenhor Tardini e disse-lhe que estava com muito desejo de contribuir para a formação de um partido Democrata Cristão no Brasil, ele virou-se para mim assustado: “Sobretudo não faça isso! (Me lembro que ele disse isso em italiano — sobretudo, não faça isso.) Não misture a Igreja à inevitável corrupção dos partidos políticos. A tragédia da Itália vai ser quando desaparecer De Gasperi e ficar apenas o domínio de um partido que se escuda na Igreja para pretender dominar o país. E no dia que o povo perceber o engano de que está sendo vítima, caminhará forçosamente para o Partido Comunista”. Voltei muito assombrado.

Já voltei ao Brasil muito escarmentado: o país por excelência da democracia cristã era um país em que as cabeças políticas do Vaticano arrependiam-se amargamente de terem contribuído para a formação do PDC, da democracia cristã italiana. E quando principiei a conversar com os homens do PDC, que eram principalmente de São Paulo, comecei a perceber que no fundo era uma espécie de UDN com o nome trocado. Montoro era uma espécie de dissidente da UDN, com as mesmas qualidades e os mesmos defeitos, e assim os outros, afora o Carvalho Pinto. O Queirós Filho era um homem muito direito, muito sério, mas era uma espécie de Milton Campos paulista. Uma versão paulista do Milton Campos, com quem ele tinha muita semelhança espiritual. Queirós Filho era um homem sincero, profundamente honesto nas suas idéias e convicções, e da maior integridade. Mas não era um homem de ação política. Era ruim de comício e ruim de urna, como se costuma dizer, pois há gente boa de urna e há gente ruim de urna. Há sujeitos que têm vocação de ganhar eleição, e há sujeitos que têm vocação de perdê-la. E o Queirós Filho era um homem que tinha vocação de perder eleição.

Voltando aos partidos: o PSD era fraco nas cidades, mas financeiramente muito poderoso. Então, uma aliança entre os dois dava ao Partido Trabalhista

o dinheiro do PSD, isso numa época em que muita gente estava convencida de que o ideal no Brasil era um “getulismo” sem Getúlio, idéia, aliás, que existe até hoje.

Outro dia vocês fizeram uma pergunta que ficou sem resposta porque a deixei para mais tarde. Talvez agora seja o momento de responder: essa, por exemplo, foi sempre a idéia do General Golberi. Nos meus encontros com ele, na casa de um amigo comum — no mesmo prédio em que eu morava — a nossa divergência era sempre esta: ele era um homem fundamentalmente oposto à UDN; tinha horror à UDN; achava a UDN um partido meramente moralista e desprezava esse moralismo udenista que considerava inconseqüente, insuficiente e muito incompleto. E o seu ideal pessoal — digamos com uma vocação, assim, de Lourival Fontes do sistema — era o de ser um criador de mitos; de ser um homem por trás das cortinas, manobrando com generais. Ele queria, realmente, um “getulismo” sem Getúlio; um trabalhismo sem comunismo. Achava que o meio de se evitar o comunismo no Brasil era fazer um governo trabalhista. E isso já naquela época. E nós discutíamos muito esse assunto — ele era tenente-coronel, nesse tempo, se não me engano —, mas outros coronéis que com ele se agrupavam em torno do Canrobert também não gostavam dessas idéias.

Eu por sinal não cheguei a conhecer bem o Canrobert naquela época, senão naquela visita a que já me referi. Depois conheci-o melhor, já no fim de sua vida, quando ficamos amigos, mas depois de todo esse período ter passado. O Canrobert não era homem de muitas idéias; não era o que se chama um intelectual do Exército. Era um homem de ação, com muito prestígio no meio dos coronéis, e que os usava muito como o Chefe do Estado Maior usa os homens do Estado Maior. Ele usava toda essa gente para pensar por ele e lhe dar idéias, e por isso liderava militarmente um grupo variado de oficiais, como o Mamede, por exemplo, autor do famoso discurso à beira do túmulo do Canrobert que desencadeou toda a crise militar de novembro de 55.

Bom, vamos voltar à nossa história: de certo modo, conspirávamos para ver se forçávamos o Café Filho a adiar as eleições — a favor dessa tese havia uma minoria no Exército, mas uma minoria muito atuante; a Aeronáutica estava quase unanimemente e a Marinha, menos politizada, não se manifestou. Nesse tempo, a Marinha era muito marcada, ainda um pouco aristocrática, um pouco monárquica. Sendo a mais antiga das Armas e tendo dado alguns dos grandes nomes do Império, a entrada para a Escola Naval era quase uma tradição de família: os filhos de almirantes iam ser aspirantes! Mas a Marinha não tinha poder de fogo. Então, por ordem de poder de fogo, estava o Exército, a Aeronáutica e a Marinha. Mas, em todo caso, havia alguns “mariscos” — como eles se chamam entre si — que participaram da história também. Mas muito poucos.

Quando morreu o General Canrobert, à beira de seu túmulo o Coronel Mamede — Jurandir Bizarria Mamede —, veterano da Revolução de 30 e de todas aquelas revoluções tenentistas, fez um discurso de grande repercussão nacional que foi, de certo modo, altamente provocador porque era um discurso contra os políticos e contra aquela farsa eleitoral que já tinha havido.

Mas estou saltando no tempo. Vamos voltar à campanha do Juarez da qual participei muito pouco, e por causa dela tranquei minha matrícula pela segunda vez na Escola Superior de Guerra (fui o único aluno repetente na Escola Supe-

rior de Guerra e nunca concluí o curso; eu estava fazendo o curso em 54 como um dos representantes da ABI quando houve o atentado de agosto).

Resisti muito à idéia da candidatura do Juarez, porque de novo senti que era uma causa perdida. O Juarez era apoiado muito discretamente pelo Café Filho, mas um apoio apenas pessoal. A máquina do governo não o apoiou. O Café Filho fez questão de ser... É engraçado: um homem que a vida toda foi político, quando chegou no governo misturou as coisas. Acho que não faço injúria à sua memória dizendo que ele misturou por ignorância. Porque ele era profundamente ignorante; Café Filho tinha só o curso primário. Era um legítimo produto de comícios populares no Rio Grande do Norte, e de discursos candentes na Câmara. Mas não era um homem que tivesse um ideário, muito menos uma noção de ciência política, se é que se pode falar em ciência política.

Então ele confundiu sua posição com a de magistrado — aquela história de primeiro magistrado da nação, apelido que davam ao Presidente da República, que dizia ser um magistrado e que não tinha que intervir.

E, de fato, Café Filho não interveio. Deu sua simpatia pessoal ao Juarez, pendia pelo Juarez e ponto final. Não pôs a máquina do governo, de maneira nenhuma, a serviço do candidato. E o Juarez muito doente, uma doença estranhíssima, que o fez ficar internado num hospital nos Estados Unidos muitos meses. Ele tinha um problema — não sei como é que se diz isso em medicina — de insuficiência de suco gástrico. Por isso durante a campanha levava no avião uma galinha cozida embrulhada, e nos banquetes políticos aparecia sempre aquela galinha muito branca para o Juarez. E não há nada mais antieleitoral do que isso: o famoso “frango do Juarez”. Um negócio que realmente não ia, um verdadeiro “breve” contra o eleitorado.

Nos discursos, Juarez carregava um pouco demais a mão sobre o sacrifício que o povo teria que fazer. Ele trazia ainda aquele idealismo do jovem tenente da Coluna Prestes, que mais tarde rompeu com o Prestes. Há uma famosa troca de cartas com o Prestes, a qual não me referi. Quando o Prestes aderiu ao comunismo, quem assumiu a liderança dos tenentes foi o Juarez; que se declarou cristão e, portanto, incompatível com o comunismo. Foi nessa ocasião que houve a ruptura dos Tenentes com o Prestes. É preciso não esquecer que, quando o Prestes aderiu à Revolução de 24, no Rio Grande do Sul — ele comandava o batalhão de engenharia, de Santo Ângelo — seu manifesto nessa ocasião era de apoio às idéias do Assis Brasil: “representação e justiça”.

Então o Juarez trazia esse idealismo tenentista, muito baseado nas idéias de reformas do país, idéias mal definidas e superficiais. O tema de Juarez era positivista: “A ordem por base e o progresso por fim.” Frase do Auguste Comte. Para você ver como isso ainda era — vamos dizer a palavra — primitivo em relação a uma reforma profunda no país. O Brasil estava anos-luz à frente dessa linguagem, uma linguagem que ninguém mais sentia. Em 1955, não havia mais penetração popular daquele ideário de 22 e 24, quando o país era mínimo, quando os grandes comícios tinham 200 pessoas, tentava-se reviver o país do Rui Barbosa, mas sem a grandeza e o gênio político e oratório do Rui. Enquanto isso, Juscelino transmitia ao país um sentimento de otimismo e dava a seus ouvintes, as massas que o ouviam, a sensação do desenvolvimento, a ideologia do desenvolvimento, a emoção de sentir que é “um país que vai pra frente”, país que vai crescer, país que tem que confiar em si mesmo, que é um império fabuloso a desenvolver.

E o Juarez vinha com uma nota que no seu sentimento não era, mas nas palavras era profundamente pessimista, até negativista de certo modo, tal como: “Há de se fazer muito sacrifício. O povo ainda tem que sofrer muito. O povo é muito pobre. O país é muito pobre. Há de se trabalhar muito.” Nessa ocasião é que se forjou uma famosa anedota política, que pode não ser verdadeira, mas traduz como uma caricatura, traduz uma realidade, a reação popular ao discurso do Juarez. Diziam que ele teria terminado o discurso dizendo: “Todos temos que trabalhar. É preciso trabalhar muito.” Aí um sujeito que estava lá no fundo do comício, disse: “Vamos embora, já começou a perseguição.” Esse contraste aumentava a força do Juscelino enormemente.

Das reformas que pregávamos, a única que conseguimos ver realizada foi a da cédula única, imposta pelo Exército ao PSD, que não a queria. Mas uma cédula que ainda podia ser distribuída fora das seções eleitorais. O eleitor já a levava de casa. E a distribuição da cédula única, que trabalho que dava para fazer! Sem falar no custo para imprimi-las e distribuí-las. Em 1954, eu, para ter cento e tantos mil votos, mandei imprimir três milhões de cédulas: a proporção era essa. O que se jogava fora de cédulas e o que você tinha que distribuir para conseguir que uma fosse usada, era uma loucura! A cédula única foi realmente um passo à frente, mas um pequeno passo em relação a tudo que era preciso reformar na lei eleitoral.

Havia na lei eleitoral o dispositivo dos restos de votos. Então, por exemplo, eu, com meu voto, levei para a Câmara cinco ou seis deputados que não se elegeriam, nos quais o povo não havia votado suficientemente para elegê-los. O grande votado beneficiava o segundo, o terceiro colocado, e assim por diante, até acabar a lista. Então, levava-se realmente para o Congresso gente que não tinha alcançado o nível de votos que a própria lei exigia para que fossem considerados eleitos. Gente que se elegia às custas dos outros. A UDN, por exemplo, viveu muito às minhas custas nesse terreno. É por isso que costume dizer que fui sempre o “boi de pinha” da UDN. Quer dizer, aquele boi que é o primeiro a atravessar o rio para que as piranhas o comam e a manada possa passar incólume.

Eu sugeri uma alteração profunda da lei eleitoral; sugeria uma ampla reforma no país e sobretudo o adiamento das eleições: tudo para destraumatizar a opinião pública, deixar que ela voltasse a uma certa normalidade; para que esquecesse um pouco a tragédia do suicídio de Getúlio enquanto era desmontada a máquina do Ministério do Trabalho, a máquina do peleguismo sindical que o Café Filho manteve intacta. Porque essa máquina estava a serviço, exatamente, da volta do PTB ao poder. Eram, em suma, os pelegos, os famosos pelegos!

Falou-se na ocasião em prorrogação do mandato do Café, mas ele não aceitou, dentro daquele princípio de que não era o Góes Monteiro, que não tinha vindo fazer um novo 37 e que estava ali só para concluir o mandato.

Nessa altura, quase terminado o mandato, ele adoeceu: teve o primeiro ataque de coração e ficou na casa de saúde impossibilitado de exercer a presidência. Na época, evidentemente, os jornais que apoiavam Juscelino apresentaram a história como uma farsa e houve quem dissesse que ele não tinha tido nada, que estava internado à toa para permitir que o Carlos Luz assumisse o poder. O que é, a meu ver, rigorosamente falso, porque não só o Raimundo de Brito, que além de médico assistente era muito seu amigo, como também os maiores especialistas em cardiologia do país atestaram a doença do Café Filho. Inclusive

ele teve depois outro, depois um terceiro e morreu do coração: ele era um homem marcado já pela morte.

Assumiu, então, o Presidente da Câmara, o Carlos Luz, que até então tinha sido um chefe político tradicional da zona de Leopoldina, a famosa Zona da Mata em Minas Gerais. Pessedista típico, antigo Presidente da Caixa Econômica Federal, deputado veterano de várias legislaturas, homem muito suave, muito gentil, muito amável, muito bem educado, e que me dava a impressão de um homem extremamente medíocre, extremamente polido, extremamente agradável como pessoa, mas um chefe pessedista típico: acomodado, sem maiores inquietações nem de ordem intelectual, nem de ordem política. Um homem de um país que estava deixando de existir, mas que ainda existia em sua cúpula dirigente. O Brasil não tinha mais nada que ver com esse tipo de homem, mas eles é que ainda mandavam no país. Assumiu o Carlos Luz.

E aí tenho outra vez que voltar atrás: Café Filho, quando foi nomear o Ministro da Guerra, consultou, entre outros, o Brigadeiro Eduardo Gomes. Disseram-lhe que havia um general apolítico, um general de “tarimba”; um general que fazia exercícios durante horas toda manhã e dado à prática de esportes. Café Filho recebeu o conselho do Brigadeiro e de outros para nomear esse general de carreira e de tarimba, sem opinião política nenhuma, sem vocação para líder político, e por isso mesmo muito respeitado no Exército como um homem de pura e exclusiva carreira militar. Chamava-se Henrique Duffles Teixeira Lott.

Carlos Luz fez questão de conservar o ministério, pois estava no poder por poucos dias, enquanto o Café Filho estava na tenda de oxigênio do hospital do IPASE, perto do cais do porto.

Aí existem duas teorias, e eu, honestamente, não sei qual delas é a verdadeira. Uma é a de que o Carlos Luz realmente não estava na — vamos chamar — conjura para evitar a posse do Juscelino. Outros, ao contrário, dizem que ele estava profundamente empenhado em apoiar ou, digamos, em dar execução ao programa dos coronéis do Canrobert, que era o nosso programa, em suma. Dizer se era uma coisa ou outra, não sei. Em todo caso, se ele estava nesse programa, executou-o muito mal.

Durante a campanha eleitoral e logo depois dela, três homens começaram a intervir junto ao General Lott, sobretudo um deles. Um, de forma indireta: um homem conquistado pelo Juscelino, não só pela simpatia pessoal do Juscelino, mas também porque tinha uma ambição política nunca realizada que o frustrou profundamente: um homem de grande talento, um grande poeta, um grande homem de negócio que se chamou Augusto Frederico Schmidt. Ele aproximou-se do Juscelino e passou a escrever seus discursos junto com Álvaro Lins, que então era o redator-chefe do *Correio da Manhã*. Aproximou também o Juscelino da Niomar Muniz Sodré, mulher do Paulo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*, jornal muito influente. Enfim, começou a criar todo um clima em torno do Juscelino.

Junto com ele dois outros homens passaram a freqüentar, assiduamente, o gabinete do General Lott. Um chamava-se Armando Falcão, e o outro, principalmente o outro, chamava-se José Maria de Alkimim, político habilidosíssimo, de quem eu tinha ficado amigo por razões curiosas.

Aqui talvez eu deva fazer um parêntese. Certa vez fui a Minas com um grupo de escritores: o Rubem Braga e a mulher, eu e minha mulher, e vários outros escritores. Houve um almoço — isso em plena guerra, mas antes do Brasil entrar nela. O Juscelino era Prefeito de Belo Horizonte, muito aliadíssimo

(contra os alemães), e era Presidente do Conselho Britânico, enfim de uma Associação Brasil-Inglaterra em Belo Horizonte. E esse almoço foi um pouco da tal Associação Brasil-Inglaterra, e o Juscelino, sendo o Prefeito, era a maior autoridade presente. Os outros eram apenas intelectuais, da famosa geração de 45 de Minas Gerais, como o Fernando Sabino e, se não me engano, o Otto Lara Resende. Com essa história de eu ser uma espécie de orador obrigatório dessas coisas, me pediram para fazer o discurso. Eu me levantei e disse que estávamos no país da Inconfidência Mineira, e que eu notava que, sendo Minas uma terra de funcionários públicos, eles se sentiam inibidos de conspirar contra a ditadura. Mas eu queria lembrar que a Inconfidência Mineira tinha sido uma revolução de funcionários públicos: eram ouvidores, auditores, escrivães, e toda aquela gente, o Tomás Antônio Gonzaga, o Cláudio Manuel da Costa, e que as conspirações se fazem assim! Em suma, convidei-os todos a conspirar.

Houve um grande mal-estar, evidentemente, e o único realmente que riu muito e que achou muita graça e me deu um abraço dizendo “Você é terrível!” foi o Prefeito Juscelino Kubitschek. Eu me lembro que estava lá o irmão do Aníbal e do Cristiano Machado — Otávio —, a quem me referi outro dia, que era um oficial da Marinha muito meu amigo. Depois do almoço, um dos “chaleiras” presentes disse: “Como é que o Carlos se atreve a fazer um discurso desse na frente do Prefeito!” Aí o Otávio disse um palavrão. Mas criou-se um clima de tal cordialidade que isso não teve consequência nenhuma, apesar do Benedito ser o interventor, o mesmo Benedito que liderou o esforço do PSD para evitar a candidatura do Juscelino e que por isso nunca se perdoaram um ao outro. (O Juscelino, postumamente, tirou a forra contando as posições do Benedito.)

Nessa ocasião o Alkimim tinha sido diretor da penitenciária Agrícola de Neves, onde tinha feito uma grande administração, reformando completamente o conceito de penitenciária, criando um sistema de trabalho livre, no qual os presos ficavam no campo, sem guardas e sem cercas. Isso me chamou muito a atenção. Alkimim era uma pessoa muito simpática — tanto tinha de mentiroso quanto de simpático. Mas muito agradável e muito afável. E, em certo sentido, mais simpático até do que o próprio Juscelino. Na simpatia de Juscelino havia qualquer coisa de postigo, de deliberado, pois ao mesmo tempo que era instintivo, visava fins políticos. Já o Alkimim era um homem naturalmente agradável. Quando, depois de tudo isso, muitos anos depois, voltei a Belo Horizonte, fui visitar o Alkimim que fez questão que eu fosse ver a Santa Casa, a grande obra de sua vida, a que dedicou anos e anos. Ele fazia qualquer papel pela Santa Casa de Belo Horizonte; qualquer acordo na Câmara para arranjar verba para a Santa Casa. Eu até caçoei com ele: “Oh, Alkimim, você, sem dúvida, quando morrer vai para o inferno, mas vai ter o direito de passar um tempo considerável no Purgatório, graças à sua obra na Santa Casa. Você conquistou o direito a uma temporada longa no Purgatório, antes de ir para o Inferno.” Ele riu muito. Mas isso foi muito depois.

Voltando ao ponto: o Alkimim começou a freqüentar o gabinete do General Lott, em cuja cabeça meteu a idéia — como político habilíssimo e homem profundamente insinuante que era — de que a posição do Ministro da Guerra Lott tinha que ser a de condestável da democracia, que ele não podia ficar ausente daquela decisão, que a tentativa de adiar as eleições era profundamente anti-democrática, e que, portanto, tinha que firmar a sua posição na história como o homem que havia garantido as eleições livres, etc. e tal. E o General Lott se deixou convencer.

Por isso é que eu digo que ele foi apolítico até um certo momento. Quando ele já convencido exigiu — aí acredito que por motivos estritamente do RISG\* — do Carlos Luz a prisão do Mamede por causa do tal discurso na sepultura do Canrobert... (De vez em quando eu repito um pouco para não perder o fio da coisa.) O Carlos Luz cometeu um erro mais grave do que a recusa ou do que a punição: deixou o General Lott esperando cerca de duas horas, se não me engano, na sala-de-estar. Digo isso não por mim, mas porque o General Lott alegou isso nos jornais da época — uma das razões que alegou para depor o Carlos Luz é que tinha sido desconsiderado pelo Presidente da República, que o fizera esperar por duas horas no gabinete, logo ele, o Ministro da Guerra, o homem forte.

Nessa altura, Lott já estava inteiramente entendido com o Alkimim para ser o Ministro da Guerra do Juscelino. O Carlos Luz — e por isso é que o acusaram de estar conivente com a conspiração — recusou-se a punir o Mamede. E o Lott pareceu conformar-se com o assunto, pediu demissão e foi para casa. Nesse tempo o Ministro da Guerra morava na casa do antigo mordomo-mor do palácio da Quinta da Boa Vista (casa que, até hoje, é residência oficial do Ministro da Guerra e onde mora no momento o irmão do General Geisel, o General Orlando Geisel)...

Foi para lá e por um telefone de campanha (isso eu estou contando porque foi o que eles contaram na época) entendeu-se com o General Odilo Denys, Comandante do I Exército e homem profundamente inteligente: uma das inteligências mais brilhantes que eu conheci no Exército e que tinha uma certa força militar, embora não muito grande. Lott se entendeu com o General Denys e de lá passou ordem a todas as guarnições e mandaram uma intimação ao Carlos Luz.

Eu estava em casa — morava no mesmo prédio na Rua Toneleros, naquele mesmo prédio do atentado — quando um dos meus vizinhos apareceu, o Senador Vitorino Freire,\*\* que então, como sempre, era íntimo de todos os Presidentes da República. Era íntimo do Carlos Luz, mas já freqüentava muito o General Lott também, que nessa ocasião já tinha ficado como propriedade de um grupo de políticos do PSD, tendo à frente, como o mais hábil de todos, o Alkimim. Ele e homens como o Vitorino e o Armando Falcão freqüentavam diariamente o gabinete, catequizando o General Lott para a grande cruzada democrática, isto é, a volta de todos eles ao poder.

Pois na manhã de 11 de novembro de 1955, muito cedo, o Vitorino bateu na minha porta e me disse: “Olha, está tudo liquidado, tudo acabado! Você trate de salvar sua vida! Eu estou lhe avisando como vizinho e como seu amigo”. O Lula,\*\*\* filho dele, era colega dos meus filhos e nós tínhamos aquela convivência de vizinhos de apartamentos.

Vitorino Freire, do ponto de vista pessoal, foi corretíssimo comigo ao me avisar: “Eu estou vindo do Palácio e o Carlos Luz já está praticamente deposto. Você trate de entrar para uma embaixada ou qualquer coisa. Não posso responder por sua vida”. Telefonei para o Coronel Linhares, Heitor Caracas Linhares, então major, um dos mais firmes companheiros, e para o Comandante Baltazar da Silveira, da Marinha. Marquei um encontro com eles em casa do

---

\* RISG: sigla pela qual era conhecido o RDE — Regulamento Disciplinar do Exército. (N. da E.)

\*\* Vitorino Freire faleceu em setembro de 1977. (N. da E.)

\*\*\* Luís Fernando Freire, ex-deputado e compositor popular. (N. da E.)

Afonso Arinos, que morava ali perto, na Rua Anita Garibaldi, onde ficamos vendo o que se podia fazer. Não era possível ir para a Câmara que já estava fechada e cercada. Lembro-me que disse aos companheiros: “Bom, a única coisa que eu tenho a fazer é ir para o Palácio do Catete e ficar ao lado do Carlos Luz”, com quem eu não tinha nenhuma aproximação a não ser relações superficiais de Câmara dos Deputados. Ele era o Presidente da Câmara e eu era deputado da oposição, e nesse tempo com uma posição muito estranha: uma oposição que não podia fazer oposição ao governo Café Filho.

Não me lembro mais se foi o Afonso Arinos, mas alguém telefonou para o Catete e soubemos que o Carlos Luz já não estava lá. Estava no Ministério da Marinha. Então nós — Linhares, Baltazar e eu — fomos de automóvel para o Ministério; cada um com um revólver na mão (“Bom, se tiver alguma coisa pelo caminho, a gente pelo menos morre atirando”). Chegamos até a porta do Ministério e, como havia um oficial de marinha comigo, não foi difícil entrar e encontrar o Carlos Luz com o Ministro Amorim do Vale\*, que era muito favorável à tese da não posse do Juscelino, sob o fundamento de que tudo aquilo era uma farsa, baseada no emocionalismo e no traumatismo do país.

É bom esclarecer mais uma vez que a minha tese, em resumo, parecia-se, mal comparando, com a do Stalin — “a economia de violência”, uma famosa frase do ditador russo. Eu achava que a posse de Juscelino, parecendo um ato profundamente democrático, iria jogar o país de novo numa sucessão de crises; de novo numa sucessão de golpes, contragolpes e revoluções.

É preciso esclarecer também que, se havia uma conspiração, não era a chamada conspiração de quartel. Quase todos esses oficiais eram homens sem comando, pois os que estavam à frente das tropas eram todos controlados pelo Lott, com raríssimas exceções. É evidente também que o Lott tinha conhecimento de que um grande número de oficiais era naquele momento contra a posse do Juscelino. Isso, sem dúvida. Além disso, ele estava muito informado e trabalhado pelos políticos do PSD. Ele sabia e o Serviço de Informações do Exército estava farto de saber. A conspiração não era clandestina. Era feita publicamente e os coronéis opinavam até nos jornais dizendo: “Isso não pode ser assim! Depois de tanta revolução no Brasil, não podemos repetir tudo de ruim que aconteceu”.

Eu, francamente, não tinha muita confiança em nada disso, mas esperava que houvesse no Congresso uma posição da UDN que se conjugasse com essa ação, vamos dizer, da elite do Exército, sobretudo de oficiais de informação e da Escola Superior de Guerra. Era a Escola Superior de Guerra, em suma, que já começava a funcionar nesse sentido, e que naquela época tinha, digamos, um ponto de vista oposto ao dos quartéis. Mas o pessoal de tarimba, o “pé de poeira”, obedecia mesmo ao Ministro da Guerra, enquanto a Escola Superior de Guerra representava uma mentalidade, nesse sentido, renovadora. Esses poucos oficiais estavam de certo modo como herdeiros de todas as revoluções tenentistas e achavam que o país não poderia voltar por uma farsa eleitoral à situação anterior. Eles, como eu também, pensavam que não poderíamos continuar nesse ciclo ininterrupto de conclusões periódicas, nascidas do que um escritor francês chamou “a diferença entre o país real e o país legal”.

O país legal era esse do PSD, da eleição, do PTB, etc.; e o país real era o país que carecia de reformas profundas, inclusive para acabar com o poderio

---

\* Almirante Amorim do Vale, Ministro da Marinha de Café Filho. (N. da E.)



dessa gente; para acabar com as oligarquias; para acabar com o peleguismo. Enfim, dar à democracia aqueles instrumentos sem os quais o simples ato de votar não significava um ato democrático, porque era precedido por uma tal máquina antidemocrática, que o resultado só poderia ser contrário ao interesse legítimo do progresso da democracia.

Em outras palavras, para resumir, isso seria a *avant-première* de 64. E nessa época, evidentemente, a minha posição não era nada simpática, sobretudo a uma grande parte do eleitorado que queria votar e não entendia o que pregávamos.

Nesse sentido eu era golpista. Foi a mesma coisa em 64. Eu era a favor de um golpe que evitasse o golpe por via eleitoral. Porque aquela eleição, na minha opinião, era um golpe, que significava a volta da máquina, era o uso da máquina existente para coonestar por via eleitoral o golpe que havia contra o país.

Não havia planos para derrubar ou assumir o governo, e aí está o que há de inédito, porque a rigor era muito mais conversa do que conspiração. Criou-se nessa época a expressão — que agora não se usa mais, porque parece que não há ninguém dedicado a essa atividade — “fritar bolinho”, criada no meio militar e pelos civis ligados a eles. Havia encontros em algumas casas, onde nos reuníamos e ficávamos bolando como é que ia ser. Aí a gente perguntava a um coronel daqueles: “Mas com quem vocês contam, militarmente falando?” “Bem, tem Fulano, mas Fulano está sem comando. Tem Beltrano. Tem um comandante de um batalhão não sei de onde que simpatiza com essa idéia, mas ele não toma iniciativa”. E existia o que eles chamavam em gíria militar a “turma do muro”, que como sempre era a mais numerosa. Havia um grupo de ativistas tentando armar uma conspiração. Acho que a expressão mais exata é essa: “tentando armar uma conspiração”.

E do outro lado havia o grupo disciplinadamente enquadrado pelo Ministro da Guerra e evidentemente também a turma, a mais numerosa de todas, a do “muro”, esperando para ver para que lado iriam as coisas. No relato do 11 de novembro, vocês vão ver como era numerosa a “turma do muro”.

## CAPÍTULO XIV

---

### A BORDO DO *TAMANDARÉ*

BOM, voltemos ao Ministério da Marinha. Começou a chegar gente. Chegou o Ministro Marcondes Ferraz, da Viação, o engenheiro mais privatista do Brasil em matéria de economia e que foi o construtor de Paulo Afonso, uma das maiores empresas estatais do país — são as tais contradições brasileiras. Com ele mais tarde, quando eu era governador, tive uma sessão tempestuosa (que está toda gravada, tenho a gravação completa), ele defendendo a Light e eu na luta contra ela. Isso quando ele era Presidente da Eletrobrás no governo Castelo Branco.

Mas enfim chega o Ministro Marcondes Ferraz, chega o Prado Kelly, chega o Mamede. Chegaram, enfim, várias outras pessoas. E aí que fazer?

O Ministério da Marinha indefeso e o I Exército todo ao lado do Lott. Todo o serviço de comunicações, isto é, o instrumento essencial de qualquer ação desse tipo, na mão do General Lott que se comunicava com o país inteiro. O Ministério da Marinha não tinha esse serviço; o tipo de comunicação existente funcionava só entre os navios. Enquanto isso, o Lott se comunicava com todos os quartéis do Exército.

Nessa altura, começou uma transformação espantosa. Surgiu um fenômeno que eu poderia chamar de estado de graça ou a graça de estado do homem Carlos Luz. Esse deputado, presidente da Câmara, político habilidoso, jeitoso, amável — não era nada mais que isso —, de repente assumiu uma posição de grandeza que foi num crescendo até dentro do *Tamandaré*, como vocês vão ver. Comecei a sentir a transformação de um homem diante de mim. É como se um homem, de repente, se revelasse outro, inteiramente diferente. Primeiro, perguntou aos militares presentes (eu era, creio, o único deputado), notadamente para o Ministro da Marinha: “O que vamos fazer?”

Houve um silêncio à espera de uma decisão do próprio Carlos Luz, que continuou: “Porque eu não me entrego. Eu fui investido da Presidência da República e só saio dela pela força. Estou inocente em tudo isso, fui traído pelo Ministro da Guerra e não me submeto a uma traição”.

Nessa altura, não me lembro quem, não sei se o Sílvio Heck, que era o comandante do *Tamandaré*, se o próprio Ministro da Marinha ou se o Pena Boto, que era o comandante da esquadra, propôs que tomássemos o *Tamandaré* que estava atracado no cais do Ministério da Marinha e tentássemos um desembarque em São Paulo, porque a guarnição da Marinha em Santos tinha comunicado ao Ministro Amorim do Vale que estava solidária com o Presidente Carlos Luz. E chegou também a notícia de que o Jânio Quadros pretendia resistir.

A idéia era desembarcar em Santos, constituir um governo federal em São Paulo, presidido pelo Carlos Luz, com o apoio do Governador Jânio Quadros, com o Ministro da Marinha, com o Ministro da Justiça\* e com os outros que conseguissem chegar até lá, e que se fizesse uma dualidade de governo. Aí embarcamos no *Tamandaré*. Para mostrar como havia um despreparo total na famosa “conspiração” — e isso é um dos dados talvez inéditos, certamente um dos mais curiosos que têm sido desfigurados em todos os livros que já foram escritos sobre o episódio — é que o *Tamandaré*, o navio que tinha que nos levar para desembarcar em Santos, estava funcionando só com uma caldeira, navegando com menos da metade de sua velocidade normal. Para embarcar nós subimos pela ponte de embarque, mas depois o guindaste, a máquina que tira a ponte também não funcionou e foi preciso jogar a ponte no mar.

Ficamos dentro do *Tamandaré* esperando que o navio andasse. Havia uns marinheiros consertando a caldeira. E saímos a meia marcha barra afora. Quando chegamos no chamado canal da entrada da Baía de Guanabara que fica entre a Fortaleza de Laje (aquela ilhota de pedra que foi muito tempo presídio político) e a Fortaleza de Santa Cruz do outro lado da baía começaram de repente a atirar no *Tamandaré*. Atiraram do Forte do Vigia no Leme e do Forte de Copacabana já que a Fortaleza de Santa Cruz se recusara a atirar por ordem de seu comandante.

Se os tiros eram para acertar ou apenas para assustar, não sei. Mas nós, Carlos Luz, Prado Kelly, eu e os que estavam conosco na ponte de comando, vimos e ouvimos os tiros. Aqui cabe uma palavra sobre o Almirante Pena Boto, que era considerado absolutamente reacionário, chefe da Liga Anticomunista. Era um homem baixinho, pequenininho, magrinho, nervosíssimo, mas de uma bravura pessoal inacreditável. Nem por um minuto vi esse homem ter um sinal de alteração fisionômica, nada.

E as balas batiam, faziam *splash*, quando caíam no mar e subia aquela coluna d’água. Pena Boto, de binóculo, anotava e dizia ao Heck: “Tantos metros, tantos metros, tantos metros”. Estavam aos poucos acertando o tiro, quer dizer, corrigindo o tiro. Mas o Pena Boto comentava calmamente: “Como atiram mal esses nossos camaradas do Exército”.

Foi um momento realmente emocionante, a bravura daquela gente. Acredito que um ou outro estivesse com medo, eu por exemplo estava — além de tudo não sei nadar. E o *Tamandaré* passando devagarinho, sem caldeiras suficientes para andar nem na marcha normal, quanto mais em marcha acelerada. A última coluna d’água que se levantou estava, não sei medir bem, mas enfim a uns entre 30 ou 40 metros da proa do cruzador, o que não me parece ter sido propriamente um tiro de advertência.

O que soubemos logo depois é que a ordem tinha sido para afundar o *Tamandaré*. Mas depois a turma do “deixa disso”, até para evitar conflitos que poderiam ter conseqüências históricas muito sérias, como vocês vão ver daqui a pouco, começou a espalhar outra versão: a de que eram meros tiros de advertência. Mas em matéria de advertência chegou bem perto.

Carlos Luz não quis que o *Tamandaré* respondesse aos tiros. Consultado, disse não. Está aí um outro fato muito bonito da história do Brasil: em nenhum momento o Presidente Carlos Luz deixou de tomar as decisões presidenciais. Com a pre-

---

\* Prado Kelly, também presente no *Tamandaré*. (N. da E.)

sença do Presidente da República a bordo, como em qualquer quartel do mundo, ele é que é o comandante. No *Tamandaré*, o comandante do navio consultava o comandante da esquadra, o comandante da esquadra consultava o Ministro da Marinha e o Ministro da Marinha perguntava ao Presidente da República. Foi quando Carlos Luz disse: “Não, nós vamos desembarcar em Santos, mas não vamos responder e atirar numa cidade indefesa”.

Isso foi dito nesse tom, quer dizer, podemos responder, mas, se atirmos, quer para o Forte da Vigia, que é no Leme, quer para o Forte de Copacabana, que é no posto 6, não há nenhuma segurança de que o tiro atinja apenas e somente essas fortalezas. Eu me lembro como se fosse hoje: passávamos defronte a Copacabana, a uma certa distância, e nas janelas víamos uma porção de gente botando lençóis, toalhas brancas. Foi um momento realmente que até hoje me emociona muito, porque foi um momento decisivo, onde qualquer erro de decisão podia causar as piores consequências.

Nessa altura, chega um telegrama cifrado às mãos do Pena Boto, que manda um oficial decodificá-lo. O oficial levou um tempo enorme e todos nós ansiosos para saber do que se tratava. Era um telegrama do Brigadeiro Eduardo Gomes dizendo: “O Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes, comunica a S. Excia. o Presidente da República Carlos Luz que conseguiu levantar vôo do Aeroporto Santos Dumont e que está a caminho de São Paulo, onde o esperará junto com o Governador Jânio Quadros. Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excia. os meus cumprimentos e os meus protestos de solidariedade e respeito”. As palavras talvez não fossem exatamente essas, mas a linguagem era exatamente essa.

Quando chegou aquele negócio em código, daquele tamanho, com aquele formalismo todo, eu cá comigo pensei: “Estamos perdidos”. Se ainda estamos nesse formalismo de codificar um ofício, sem erros de vírgula, com todos aqueles cumprimentos, como deve ser uma comunicação oficial e de cerimônia, eu tive que pensar: “Bom, o negócio está muito ruim”.

Mas seguimos viagem para Santos. E aí vem outro indício do despreparo total para o famoso golpe. Fomos almoçar e no navio havia bacalhau, batata e mais nada. Desde o Presidente da República até os marinheiros, o último dos grumetes, o que havia para comer era bacalhau, batata e goiabada. Não tinha mais nada. E o que havia dava apenas para uma refeição e meia. Eu me lembro que nós todos, à volta da mesa, tivemos um momento de hilaridade: tão pouca comida a bordo e o Almirante Pena Boto, magrinho, pequenininho, como comia! Repetiu umas três vezes o bacalhau com batata. Eu até lhe disse: “Assim nós não chegaremos. Com esse apetite, vai ser impossível chegar a Santos”.

Não foi esse o único episódio curioso: Sílvio Heck cedeu sua cabina para eu dormir e foi para o alojamento dos marinheiros. Mas vi o velho Marcondes Ferraz, muito mais velho que eu, e disse: “Ministro, faço questão que o senhor durma aqui”. . . E ficou aquela cerimônia, coisas assim cômicas, diante da gravidade da situação: “não senhor”, “faço questão”, “ora, imagine”, “de maneira nenhuma”, etc. e tal.

E lá fomos nós. A certa altura, chega uma comunicação informando que a guarnição de Santos tinha aderido ao Lott. A guarnição da Marinha de Santos estava solidária ao Exército. A verdade é que a guarnição da Marinha de Santos era pequena e o Exército, mais forte, a dominou. Mas o fato é que a Marinha comunicava que não contássemos com sua solidariedade para o desembarque. Só poderíamos desembarcar pela força, debaixo de bala.

Tudo isso aconteceu ainda no dia 11, e estávamos muito mais perto do Rio do que de Santos. Estávamos, se tanto, na altura da Ilha Grande, depois de umas quatro ou cinco horas de viagem.

O Carlos Luz reuniu em volta da mesa os ministros, os oficiais presentes e eu, como deputado. E aí é que veio uma das lendas de minha fuga. Afinal, eu teria lugares muito mais seguros para fugir do que para bordo do *Tamandaré*, não é? Mas realmente achei que um homem como eu, que tinha sustentado todas aquelas idéias, tinha o dever de estar ao lado do Presidente da República naquela hora.

E nesse momento é que se revelou realmente a grandeza, a capacidade de grandeza que há dentro de uma criatura quando essa criatura, de repente, se investe da graça de estado. Carlos Luz disse: “Quero consultar os senhores porque a decisão é muito grave para ser tomada por um só homem e eu, ainda por cima, sou um Presidente interino e já agora praticamente deposto. Então quero submeter a votação a decisão de continuarmos para Santos, forçarmos o desembarque qualquer que seja a consequência, ou voltarmos para nos entregar”. Houve um silêncio e continuou: “Eu me submeto à decisão da maioria, mas faço questão de dizer que, se a decisão for pelo desembarque em Santos, conta com minha total solidariedade, aconteça o que acontecer”.

Confesso que tenho desse homem, hoje, uma lembrança ainda viva daquele momento, sobretudo pelo contraste. Se fosse o Brigadeiro Eduardo Gomes que tivesse dito isso, acharia muito natural, pois era uma posição coerente com toda a sua vida. Mas aquele político do PSD, aquele deputado de Leopoldina habituado àquelas eleições cujo cargo mais importante até então tinha sido o de presidente da Caixa Econômica, de repente toma aquela decisão com coragem e com a maior serenidade do mundo.

Cada um começou então a justificar seu voto. Não me lembro quem foi o primeiro, mas em todo caso os ministros todos votaram pelo desembarque em Santos. E houve praticamente unanimidade a favor do desembarque em Santos, a qualquer custo, a qualquer risco.

Foi quando o Coronel Mamede tomou a palavra: “Eu me submeto à decisão da maioria, mas me permito lembrar aos senhores que o Brasil não vai acabar hoje, que há tradicionalmente, desde o Império, o perigo de uma rivalidade entre a Marinha e o Exército, desde quando a Marinha ficou monarquista e o Exército proclamou a República. Acabamos de ver essa cena terrível do Exército atirando para afundar um cruzador da Marinha. Eu queria que os senhores pensassem um pouco antes de tomar essa decisão definitiva. Que os senhores analisassem o problema. Por causa desse incidente, que afinal é um incidente, pode-se criar uma rivalidade que durará muitos anos e que pode custar muito sangue entre a Marinha e o Exército. Se houver um desembarque com derramamento de sangue, se houver a morte do Presidente da República aqui presente, se houver tudo isso, será o germe de uma guerra civil que poderá durar anos. Nós fomos derrotados hoje, mas há um futuro pela frente. O que nós queremos hoje poderá acontecer um dia com uma condição: a de se manter a unidade das Forças Armadas. Se elas forem divididas hoje pelo sangue, tão cedo não se unirão e tão cedo o Brasil não se livrará dessa oligarquia e dessa corrupção”. Com essas palavras, que eu não estou reproduzindo literalmente, mas cujo sentido foi exatamente esse, gelaram os ânimos.

Mas é preciso deixar claro que a decisão de desembarcar em Santos não foi apenas uma bravata. Ao votar, todos fizeram uma rápida análise — o momento não era de longas análises — e justificaram seu voto argumentando “achamos que temos lá o Governador Jânio Quadros, temos portanto São Paulo do nosso lado,

o Brigadeiro Eduardo Gomes está lá, e ainda não se sabe se todas as guarnições aderiram ao General Lott. Em Santos teremos comunicações e poderemos ainda levantar várias guarnições”. Enfim, havia ainda uma série de argumentos.

Diante das palavras do Coronel Mamede, houve um longo silêncio. O Ministro Prado Kelly tomou a palavra e disse: “Eu gostaria de mudar o meu voto. As palavras do Coronel Mamede me impressionaram profundamente. Não estou querendo evitar o nosso sacrifício pessoal, embora desejasse poupar a vida do Presidente da República a quem agradeço (e aqueles formalismos “a quem agradeço o exemplo de grandeza e de coragem, etc.”), mas acho que o que o Coronel Mamede acaba de dizer tem uma importância histórica que nos obriga realmente a rever a nossa posição. Voto pela volta ao Rio”. E aí todo mundo foi mudando, menos o Pena Boto. O Pena Boto ficou uma fúria, por assim dizer: “Nós temos capacidade de descer em Santos, nós não podemos nos entregar. Nós temos que resistir a qualquer preço e dar um exemplo a este país. Este país está precisando de um exemplo”.

Mas eu próprio, quando chegou a minha vez de votar, disse: “Não tenho condição de votar aqui, não sou oficial e não sou ministro, mas já que o Presidente me deu a honra de ouvir minha opinião, devo dizer que as palavras do Coronel Mamede também me impressionaram muito. Como confio, apesar de tudo, no futuro deste país, acho que este episódio é um incidente, um incidente que vai ter repercussões muito graves e que o país não terá paz tão cedo. Mas, por mais que me custe dizer, também acho que realmente devemos voltar para o Rio”.

Tomada a decisão de voltar para o Rio, Carlos Luz disse: “Já que os senhores decidem assim, eu me submeto, mas devo dizer que não estou contente com a decisão. Também devo dizer que só aceito voltar para o Rio para amanhã, na Câmara dos Deputados, justificar minha posição em um discurso que farei lá”. E nós, a essa altura, não tínhamos mais nada que opinar. Voltamos. Ficamos ao largo, ancorados na Baía de Guanabara, e aí veio uma lancha em nossa direção e nela estava o Meira Lima, grande amigo pessoal do Carlos Luz — tinha sido secretário dele na Caixa Econômica — e meu contemporâneo de faculdade. Era um sujeito brigão, danado, hoje é calmo e tranqüilo. O pai dele foi diretor da Casa de Detenção no tempo do Bernardes.

Veio o Meira Lima como amigo pessoal do Carlos Luz, vieram os emissários do Flores da Cunha, vice-presidente que assumiu a presidência da Câmara e veio alguém do Exército, não me lembro quem. E de repente desembarcam também o Adauto Lúcio Cardoso e o Afonso Arinos, para grande espanto meu. E os emissários do Nereu Ramos, que tinha assumido a Presidência da República, e do Flores da Cunha, que foram conferenciar com o Carlos Luz.

Aqui não posso resistir e tenho que voltar atrás para contar um pequeno caso que é muito engraçado. A certa altura, o velhinho Marcondes Ferraz me procurou no camarote e disse que ia fazer uma proposta ao comandante do navio e às autoridades da Marinha que lá estavam: “Sabe, pouca gente conhece a minha cara, eu podia fazer uma coisa que acho que será muito útil. Vou pedir ao Ministro Amorim do Vale que mande um escaler me desembarcar ali na altura de São Vicente, ou numa praia daquelas perto de Santos. Depois eu sujo assim a roupa de terra, pego uma carona e vou para São Paulo fazer a ligação com o Jânio Quadros para que ele garanta o desembarque”. Aquilo pareceu-me ao mesmo tempo tão ingênuo e tão tocante que disse: “Ó ministro, não faça essa proposta porque ela é até brava, valente da sua parte, mas é absolutamente inútil. Primeiro porque o senhor não chega a São Paulo, evidentemente; segundo, porque

se o senhor chegar lá o Jânio Quadros não tem como vencer a guarnição da Marinha e do Exército em Santos; terceiro, porque..." enfim, quis dizer a ele que todo mundo ia rir da proposta. Mas ele estava encanizado na idéia. Ele achava absolutamente viável a sugestão de um velhinho, engenheiro, Ministro da Viação, desembarcar, sujar a roupa, pegar uma carona e ir para São Paulo."

“O GOVERNO NÃO SE RESPONSABILIZA  
POR SUA VIDA”

ENTÃO, voltando ao ponto onde paramos.

Desembarcam esses homens e vão conferenciar com o Carlos Luz. A conferência durou muito tempo; porque eles queriam que o Carlos Luz simplesmente aceitasse sua deposição, enquanto o Presidente impunha como condição que lhe fosse garantida a tribuna da Câmara, no dia seguinte, para fazer um discurso justificando sua posição. Daí, comunicações para terra, lancha vai, volta, etc.

Enquanto isso o Afonso Arinos e o Adauto me procuram para dizer: “Olha, quanto a você a situação é a seguinte: a UDN esteve reunida e recebeu do Flores da Cunha um recado informando que o governo não se responsabiliza pela sua vida e por isso viemos aqui para avisar que você deve ir daqui direto para uma embaixada”.

“É muito chato esse negócio de embaixada, afinal de contas se o Carlos Luz vai para a Câmara por que também não posso ir?” “Porque você será morto. O que o Flores da Cunha deu a entender — ele não disse que vai matar você, nem que vai mandar matar você — mas disse que o governo, o Nereu Ramos, não tem condições de garantir a sua vida”. “Está bom, vamos embora para a embaixada”.

Nessa altura saem da sala de comando os emissários do governo, que já tinham se conformado com as exigências do Carlos Luz, isto é, de assumir a tribuna da Câmara e lá fazer a sua defesa. Realmente, Carlos Luz no dia seguinte foi para a Câmara e com tal força moral que conseguiu ser ouvido em silêncio o tempo todo. Justificou sua posição, declarando que não tinha conspirado, que não pretendia evitar a posse de Juscelino e que tudo que tinha havido, resultava apenas de um incidente entre ele e o Ministro da Guerra. Eu tenho esse discurso até hoje.

Enquanto Carlos Luz se preparava para o discurso, os amigos procuravam uma embaixada para me dar asilo. Afonso Arinos veio me dizer: “Eu sou muito amigo do Embaixador do Peru; meu pai interviu num incidente entre o Peru e o Equador e daí surgiu uma boa amizade. Vamos para a Embaixada do Peru, na Avenida Pasteur”. Tomamos um carro, o Adauto, o Afonso e eu, e fomos para a embaixada. Chegando lá o Embaixador não estava e o secretário da embaixada, completamente apavorado, recusou o asilo. “Não tenho instruções, o embaixador não está, etc.” O Afonso lembrou: “Olha, o decano do corpo diplomático, um homem que foi muito amigo do Getúlio, Gabriel Landa, de Cuba” — era Cuba do Batista — “vai receber você com certeza. Primeiro, porque tem grande prestígio com esses getulistas; segundo, é o decano do corpo diplomático” — o que



está aqui há mais tempo — “e é um homem que foi político em Cuba e sabe bem como são essas coisas”.

Lá fomos nós para um prédio da Rua Djalma Ulrich, em Copacabana, onde a embaixada funcionava no último andar. Batemos a campainha e perguntamos: “O embaixador está?”. “Está”. Entramos o Afonso Arinos, eu e o Adauto: “Viemos aqui pedir asilo para o Deputado Carlos Lacerda”. “Mas com o maior prazer”. Em Cuba o asilo já era um fato corriqueiro. E Landa me recebeu na embaixada.

Antes disso, preciso contar uma história. Quando disseram que eu deveria me asilar numa embaixada, respondi que primeiro iria submeter a decisão aos oficiais que estavam no *Tamandaré*. “Essa gente vai ser toda presa e não tem cabimento eu ir para uma embaixada enquanto os meus camaradas provavelmente irão todos presos”. Descemos para a praça de armas e lá se reuniram comigo os oficiais do *Tamandaré* e os do Exército que estavam ali, o Linhares, o Mamede e mais alguns. Eu disse a eles: “Olha, os deputados aqui presentes vieram me trazer um recado do presidente da Câmara informando que o governo não pode se responsabilizar pela minha vida. Vou pedir ao Afonso Arinos que exponha o assunto e queria deixar a decisão para os senhores. Queria que pusessem em votação a proposta que eles vieram fazer”.

O Afonso então deu uma das dele, porque é um homem com traços muito curiosos (ainda ontem estive com ele, conversamos longamente), tem gestos de grandeza e às vezes gestos de grande mesquinharia. Ele estava muito ferido comigo porque, favorável à posse do Juscelino, tinha sido fustigado por mim em vários artigos, já que eu achava a sua posição fraca. E o Afonso, aí, foi à forra e disse: “Quando eu, representante da UDN, fiz parte da delegação brasileira a Caracas, à Conferência Pan-Americana, onde se discutiu e se regulamentou o direito de asilo, fui muito atacado pelo Deputado Carlos Lacerda por ter aceitado ser membro da delegação oficial, nomeada pelo Presidente Getúlio. Agora, vejam os senhores como são as coisas: agora venho propor que ele se beneficie do artigo que regulamentou o direito de asilo que foi redigido por mim”.

Vocês não podem imaginar a raiva que eu fiquei de levar uma forra naquela hora. Aliás, esse regulamento era péssimo porque antes o direito de asilo na América Latina não tinha restrições; o sujeito entrava na embaixada, conspirava, recebia visitas, etc. Pelo regulamento que fizeram, você fica isolado do mundo, totalmente isolado sob pena do direito de asilo desaparecer. Então, o regulamento dele cerceava o direito de asilo, não facilitava. Mas era preciso regulamentar, eles regulamentaram.

Fiquei, então, na Embaixada de Cuba. Não sei se aí devo contar coisas pessoais ou se devo retomar a história. . . Em todo caso aconteceram umas coisas engraçadas. Na parede da sala um retrato enorme do Getúlio com a maior dedicatória: “Meu querido amigo de tantos anos, Embaixador Gabriel Landa. . .” E eu lá e nada de ser apresentado à Madame Landa. Pelo regulamento não podia receber visitas, a não ser minha família. Dali a pouco toca a campainha — era o ex-Chanceler Raul Fernandes que vinha me visitar. Diz o Landa: “Eu não posso barrar o ex-Ministro do Exterior do Brasil que vem visitar a minha casa, mas espero que vocês não conspirarem juntos”. Aí entrou o Raul Fernandes e me visitou. Pouco depois chega o João Neves, outro ex-chanceler. Diz o Landa: “É outro Ministro do Exterior que não posso, absolutamente, barrar”. Bom, aí começou a se desmoralizar a história.

Três ou quatro dias depois — ele sempre chegava tarde da noite, acendíamos uns enormes charutos cubanos e ficávamos conversando sobre as revoluções em

Cuba e ele me contava coisas incríveis, as coisas mais loucas que se possa imaginar —, Landa virou-se para mim e disse: “Vocês querem fazer uma revolução sem blindados?” E a conversa continuou. Contou-me, por exemplo, uma história do tempo do ditador Machado. Havia uma conspiração para matar o Machado que andava protegido por uns 400 mil capangas e de quem ninguém conseguia chegar perto. Então os conspiradores conceberam um plano diabólico: Importaram dinamite — nesse tempo não havia avião, vinha de navio numas caixinhas e aos pouquinhos. Começaram a cavar uma galeria de fora do cemitério para dentro, para o mausoléu dos chefes de Estado... Fizeram até um filme sobre isso.

A idéia era a seguinte: matavam o vice-presidente que não tinha nada a ver com a história. Matavam o vice-ditador, digamos. Nas exéquias, o Machado teria que comparecer. A dinamite ficaria dentro da sepultura, pronta para explodir tão logo o caixão descesse. Morreriam todos, inclusive o Machado. Levaram meses para cavar a tal galeria. Mataram o vice-ditador mas na hora em que o homem ia ser enterrado, surge um garoto e diz: “Tem um fio ali”. Destamparam o túmulo e encontraram a dinamite, frustrando o atentado.

Bom, mas nada da Madame Landa aparecer e eu já encabulado. Estava lá há quatro ou cinco dias. O embaixador já tinha comunicado ao governo a minha presença na embaixada e houve uma certa resistência do Itamarati em aceitar o direito de asilo. Mas ele foi firme: “Não, senhor, o asilo existe, ele está asilado mesmo, não entram lá, não tiram o homem de lá”. Um dia, aparece por lá uma comissão de senhoras levando uma bandeja de prata com uma gravação assim: “À Embaixatriz Gabriel Landa, pelo asilo dado ao Deputado Carlos Lacerda, a gratidão da mulher brasileira”.

Eu soube mais tarde, por um empregado da embaixada, que, quando o Landa entregou a bandeja à mulher — ela tinha sumido de casa, dizendo que não apareceria enquanto eu estivesse lá, depois é que eu soube —, ela pegou-a e varejou na parede. Ela não só tinha sido muito amiga do Getúlio, como era metida a esquerda festiva, e reunia em casa gente como Jorge Amado, a esquerda festiva da época. Ela tinha horror a mim, me achava o maior dos fascistas, apesar de ser embaixatriz do Batista! Aliás, era constrangedor para mim estar asilado na embaixada do Batista, embora o Landa não tivesse nada com isso. Ele era um político aposentado que aceitou ser embaixador o resto da vida.

Mas, quando percebi o constrangimento na vida do casal, comuniquei à minha família que tinha de ir embora e disse ao Landa: “Olha, Embaixador, acho que o asilo já durou muito tempo, eu queria que o senhor obtivesse junto ao Itamarati a permissão para eu sair do Brasil”.

O salvo-conduto ainda não tinha sido requerido. O embaixador foi ao Itamarati onde lhe informaram que não dariam visto no meu passaporte. Ele então disse: “Se os senhores não derem o visto vai se repetir o caso do Haya de La Torre, no Peru.\* O Deputado Carlos Lacerda vai ficar tantos anos quantos quiser dentro da minha embaixada porque eu não o deixo sair de lá. Ele só vai para o estrangeiro porque quer”. Diante disso, deram o visto. Pedi que ele se informasse se dariam o visto no passaporte da minha família, pois me repugnava sair deixando aqui meus filhos e minha mulher. O Itamarati não deu certeza, mas o Landa me prometeu que arranjaría.

Marcou-se o dia do embarque e o embaixador veio me dizer que eu não iria sozinho ao aeroporto: “Vou com você até dentro do avião, pois não posso assumir

---

\* Victor Raul Haya de La Torre ficou asilado na Embaixada da Colômbia em Lima até 1954, sem conseguir obter salvo-conduto do governo peruano.

a responsabilidade de um atentado no caminho”. E fez mais: exigiu do governo cobertura policial, e lá fomos nós para o aeroporto escoltados por batedores da Polícia Especial. Eu achando tudo aquilo a coisa mais estranha do mundo, só pensando: “De repente esses batedores levam a gente para um quartel qualquer”. Mas finalmente entramos num avião da PANAM. Eu que, evidentemente, não tinha dormido todas essas noites, quando entrei no avião deitei-me e dormi até Miami. De Miami voei para Cuba. O comandante do avião depois me contou que durante a noite — veja como as pessoas protegem a gente sem que a gente saiba; um sujeito que nunca mais vi — mudou completamente a rota do avião, “vim por uma rota completamente diferente sem comunicar à diretoria de rotas. Mudei a rota por conta própria, e até sair do Brasil vim por outro caminho”. Só pude dizer “muito obrigado” e nunca mais o vi.

De Miami fui para Cuba e, chegando lá, pensei: “Como é que vou fazer? Agradecer ao ditador, não dá. É forte demais”. Usei um truque: como conhecia a maior parte dos diretores de jornais de Havana — eu tinha sido secretário da Sociedade Pan-Americana de Imprensa; hoje todos eles ou estão presos ou exilados, como o Martínez Marques, por exemplo, diretor *Del Paiz*, e outros —, então fiz uma visita a cada redação de jornal e pedi que transmitissem o meu agradecimento ao povo cubano pelo asilo que me tinha dado. Mas era evidente que não podia viver em Cuba e fui tratar de embarcar para os Estados Unidos. Mas o consulado não me deixava embarcar porque eu não tinha o visto americano. “Bem, agora estou preso em Cuba”. Mais uma vez o Landa telefonou para o Ministério do Exterior, que interferiu junto ao consulado e então me mandaram uma espécie de salvo-conduto para desembarcar em Nova York.

Desembarquei em Nova York e fiquei num hotelzinho perto da Broadway. Quando cheguei, encontrei um ramo de flores com um cartão assinado “Guiomar Novais”; ela morava num hotel perto do meu. Fiquei lá esperando alugar uma casa e a solução do problema dos passaportes da minha família. Afinal, um amigo, que hoje é presidente do Board of Director do *Time & Life* — Andrew Heiskell, de vez em quando ele vem aqui; foi ele quem negociou com Roberto Marinho o acordo do *Time & Life* com a TV Globo —, casado com uma atriz de cinema, Madeleine Carroll, que era uma flor de pessoa (ela, já fora do cinema, ainda trabalhava um pouco na televisão), me convidou para passar os fins de semana na casa deles, numa praia perto de Nova York. E foi ele quem arranjou, com uma amiga corretora de imóveis, uma casa que pertencia a uma viúva, para me alugar por seis meses; uma casa completa, mobiliada e por um preço barato. Aluguei a casa.

Na véspera do Natal chegou a minha família. Tenho até fotografia da chegada deles; a Maria Cristina era pequenininha. Fomos então para a casa que aluguei em Norwalk, em Connecticut. Pouco tempo depois chegou o Rafael de Almeida Magalhães que tinha ido passear e se hospedou conosco. Daí veio a nossa amizade. Também Maria do Carmo e José Nabuco, que estavam em Nova York, foram passar o Natal conosco junto com o Andrew Heiskell e Madeleine Carroll. Naquela noite houve uma pane no sistema de aquecimento, um frio desgraçado. O consolo é que chegavam centenas de cartões de Natal do Brasil. Mas para cúmulo do azar, entupiu a máquina de lavar pratos, e como sou negação para tudo o que se chama *know-how*, fiquei em pânico. Noite de Natal chamar um bombeiro nos Estados Unidos é impossível, é coisa que não existe. Madeleine Carroll e Andrew, como bons americanos, sabiam como fazer aquele negócio. Passaram quase que toda a noite de Natal desentupindo a máquina de lavar pratos.

Nessa ocasião a *Tribuna* ficou entregue ao João Duarte Filho. D. Hélder Câmara publicou uma entrevista de incondicional apoio ao governo Juscelino Kubitschek. Eu me dava com ele, tinha sido apresentado ao Vaticano por ele, que era muito amigo do atual Paulo VI. Escrevi-lhe uma carta e a mandei pelo João Duarte, com o seguinte recado: “Consulte o Bispo D. Hélder para saber se ele concorda com a publicação da carta. É uma carta particular, mas se ele concordar, publique”. Era uma carta dura, mas respeitosa. Mas o João Duarte não o consultou. Entregou-lhe a carta e a publicou logo depois. D. Hélder, então, escreveu um artigo publicado na própria *Tribuna* e em vários outros jornais, que era um negócio terrível, e o mínimo que dizia era isso: “Como é que você, um homem que se diz cristão, pode ter tanto ódio no coração? Como é que você pode odiar tanto assim?”

Minha mãe, que nunca se mete nessas coisas, ficou tão indignada que escreveu uma carta a D. Hélder, carta a que ele jamais respondeu, dizendo-lhe: “O senhor aproveitou o exílio do meu filho para acusá-lo de homem cheio de ódio... Então, gostaria que o senhor me respondesse o seguinte: eu, que estava afastada da Igreja e voltei a acreditar quando, na ocasião em que ele sofreu o atentado, o senhor diariamente ia à casa de meu filho levando a comunhão, como o senhor combina a comunhão que lhe dava com uma acusação de que ele é um homem cheio de ódio?” Ele nunca respondeu a essa carta.

---

A PRIMEIRA TENTATIVA DE ME CASSAR  
FOI EM PLENO REGIME DEMOCRÁTICO

LOGO NO COMEÇO do governo Juscelino, eu ainda exilado, houve o levante de Jacareacanga. Eu estava a caminho do Canadá para visitar o Coronel Gustavo Borges, então representante do Brasil na IATA. E nós dois decidimos que era preciso voltar imediatamente ao Brasil. Quando chegamos a Nova York, Jacareacanga já tinha acabado; não adiantava voltar, mas mesmo assim fiquei naquela dúvida; volta, não volta.

Antes disso houve um episódio que omiti e que preciso contar. Antes das eleições quando eu estive em Lisboa, era cônsul-geral em Nova York o Hugo Gouthier. Estou voltando atrás um pouco porque o fato é importante. Durante a candidatura do Juscelino, Hugo Gouthier era cônsul-geral em Nova York e amicíssimo do Juscelino, sempre foi amigo dele. Eu estava em Lisboa quando recebi um telefonema do Gouthier — um longo telefonema de quase duas horas — em que ele me oferecia a Prefeitura do Rio em troca da minha neutralidade à candidatura do Juscelino. Ele não queria nem o meu apoio, queria apenas que não me metesse na campanha. Tive que explicar longamente por que isso era impossível. . . . Muito mais tarde, quando me encontrei com o Juscelino, por ocasião da Frente Ampla, em Lisboa, perguntei se ele tinha realmente me oferecido a Prefeitura do Rio em troca do meu silêncio durante a campanha presidencial de 55, e ele confirmou.

Mas voltando ao meu exílio: depois de estar seis meses em Nova York terminou o contrato da casa. O dólar começou a subir. O dinheiro que eu recebia do Brasil como diretor da *Tribuna* (estava licenciado na Câmara) era pouco, embora a família mandasse alguma coisa e muitos amigos organizassem uma campanha de um dólar para mandar para mim. Praticamente esmola. Nessa ocasião quem me convidou para colaborar no jornal com o nome de João da Silva foi o Roberto Marinho, de *O Globo*, que me mandou de presente, por intermédio do Alfredo Machado, uma televisão que não cheguei a usar porque havia uma outra na casa que eu tinha alugado.

O dólar estava subindo muito e fui ajudado por um amigo meu que tinha se mudado para Nova York e nunca mais voltou ao Brasil (ele tinha sido da Aliança Libertadora). Era um bancário chamado José Famadas, um excelente professor de inglês, que no Estado Novo dava aula para os presos na Casa de Correção — foi uma das coisas que se aprendia na prisão! Em Nova York ele traduzia filmes e me arranhou alguns para fazer as legendas em português. Pagavam 200 dólares por filme, mas cobravam até o papel em que a gente escrevia, descontavam imposto de renda e, líquido, recebia só 116 dólares. O primeiro

filme que traduzi chamava-se *O Monstro da Lagoa*. Ano passado eu estava em Paris e numa casa de *posters* de cinema encontrei um da versão francesa daquele filme, que comprei e tenho guardado por aí, não sei onde. Depois traduzi um ou dois filmes de *cowboy*.

No entanto, não dava mais para viver lá. Tomei um navio grego chamado *Olympia* e embarcamos para Portugal — eu, minha mulher e Cristina na segunda classe — enquanto os meninos voltaram ao Brasil para continuar os estudos no Rio. Assim, por volta de abril ou maio de 1956 fomos para Lisboa, onde aluguei uma casa por mil escudos que, mais o “recheio”, como eles chamam os móveis e o que mais havia lá dentro, ficava por três mil escudos. O escudo custava um cruzeiro e setenta centavos, infinitamente mais barato que o dólar, que já tinha chegado à fabulosa quantia de 18 mil réis. Fiquei em Lisboa uns três ou quatro meses, mas já estava há dez meses fora do Brasil. Achei que não podia mais continuar no que os jornais americanos chamavam *self exile* e resolvi voltar para o Brasil, já então com todas as garantias do governo.

Mas para o pessoal que participou comigo do 11 de novembro, houve muita punição disfarçada por parte do Exército. Mas acredito que, pelo mesmo princípio que levou o Mamede a falar no *Tamandaré*, ninguém quis promover um derramamento de sangue entre as Forças Armadas. Acredito que foi essa a idéia que prevaleceu. Eles foram muito punidos no sentido de não ter comando, não ter promoção. O Sizen Sarmento, por exemplo, foi chefiar a CR\* de Corumbá. Dentro do Exército, o Lott não brincou em serviço, isto é, não deu comando a nenhum deles e ia colocando, para chefiar circunscrições de recrutamentos, coronéis veteranos da FEB.

O Juscelino deu realmente provas de grandeza e de sabedoria política quando propôs, contra a opinião do Lott, a anistia para os rebeldes de Aragarças e Jacareacanga, o que desarmou o espírito dos militares contra ele, inclusive o dos “nossos” militares. Foi ele que propôs a anistia. Depois, no nosso diálogo em Lisboa, o próprio Juscelino me disse que teve esse gesto de pacificação contra a opinião do Lott e a de muitos de seus partidários. Disse também que no princípio de seu governo teve dificuldades graves para nomear o Ministro da Fazenda; não encontrando ninguém em São Paulo que aceitasse o cargo, acabou obrigado a chamar o Alkimim, e vocês podem imaginar o que foi.

Mais tarde o Juscelino começou um programa de resistência ao Fundo Monetário Internacional, que o tornou extremamente popular e ainda lhe proporcionou o apoio dos nacionalistas e dos comunistas. O Fundo Monetário quis impor uma política (que afinal impôs através do Roberto Campos, no governo Castelo Branco) de restrições de despesas, de contenção, para diminuir o grau de endividamento do Brasil e para melhorar a situação da moeda; uma política monetarista. O Lucas Lopes, que na ocasião era Ministro da Fazenda, quis seguir essa política do FMI mas o Juscelino, influenciado pelo Augusto Schmidt, não deixou.

Schmidt tinha virado uma das eminências pardas do governo, graças ao prestígio de sua inteligência, a uma capacidade de comunicação extraordinária e até pela fascinação que exercia sobre Juscelino, que o achava um talento formidável, o que aliás era verdade. Na medida em que o Schmidt não conseguia influir como político — ele não tinha nenhuma vocação embora tivesse ambição política —, começou a exercer uma grande influência pessoal sobre o Juscelino e foi um dos que o estimularam a resistir ao Fundo Monetário Internacional e a

---

\* CR: Circunscrição de Recrutamento. (N. da E.)

defender uma política de desenvolvimento, mesmo à custa da inflação, contra a política da contenção e da defesa da moeda.

Em torno disso criou-se, digamos, o primeiro grande debate, não quero falar “cisão” porque não chegou propriamente a isso, e a primeira divisão dentro do governo Juscelino. Lucas Lopes demitiu-se.

Nessa época, de vez em quando, havia focos de conspiração reais ou supostos — em geral eram supostos — de oficiais inconformados. Muitas denúncias ao Lott, que dispensou oficiais, transferiu e até prendeu alguns deles. Um fato curioso aconteceu durante a rebelião de Aragarças, quando Armando Falcão era Ministro da Justiça. Ele apareceu na Câmara com uma relação de nomes de pessoas que estariam metidas numa gravíssima conspiração contra o governo, querendo criar em torno disso um clima de terror, quase que pedindo estado de sítio. O Armando leu a lista na tribuna da Câmara e em certo momento o Adauto Cardoso levantou-se e disse: “Nobre ministro, posso dar um aparte? Gostaria de saber se figura, nessa relação de implicados na conspiração, o Tenente Rafael Sabatini?” O Armando Falcão parou — havia quem soubesse, havia quem não soubesse quem era Sabatini — e o Adauto ficou esperando a resposta. Armando Falcão procurou nos seus papéis e respondeu: “Devo informar ao nobre deputado que o nome do Tenente Rafael Sabatini não está incluído na relação”. “Muito obrigado”. Aí uns começaram a dizer aos outros quem era Rafael Sabatini: um italiano, famoso autor de folhetins.\* De repente a Câmara rompeu em gargalhadas e todo mundo, até do PSD e do PTB, ria do papel que o Armando tinha feito, e acabou toda a seriedade do negócio.

Outro episódio dessa época foi a vinda do meu automóvel. Eu tinha um automóvel em Nova York, levei-o para Lisboa, ainda com a placa americana, e o trouxe para o Brasil com a autorização do Ministro do Exterior, Macedo Soares. Tudo certo. Naquela época isso era permitido depois de dez meses de estada no exterior. O Alkimim, ainda Ministro da Fazenda, retém o meu automóvel na alfândega, onde ficou outros dez meses. Um belo dia ele vai à Câmara e quando eu o aparteei, ele respondeu: “V. Exa., que faz contrabando de automóveis...” Fiquei uma “bala” com ele, mostrei toda a documentação, e disse: “O que eu não sou é mentiroso como o senhor é”. Bom, aí nossas relações evidentemente se azedaram.

Houve outro caso curioso: um outro dia chego na Câmara e encontro um clima meio esquisito. O Alkimim sobe na tribuna e exhibe a *Tribuna da Imprensa*, que eu não tinha visto ainda, pois nesse tempo já ia muito pouco ao jornal: “Vejam os senhores o que é a infâmia que se faz nesse país e os abusos da liberdade de imprensa; esse jornal, esse pasquim publica na primeira página um fac-símile de uma escritura de um terreno da esposa do Presidente da República e diz que, segundo este, toda a sua fortuna vem da venda desse terreno. Mas não está publicado o resto da escritura”. Fiquei horrorizado e pensei: “Será possível que fizeram essa besteira?” Quando ele desceu da tribuna cheguei perto e disse: “Deixa eu ver o jornal. O fac-símile da escritura está na primeira página, é certo, mas a escritura inteira está na terceira página. Inteirinha. O que quero provar é que ninguém começa uma fortuna com um terreno desse valor em Belo Horizonte. Como é que você mente assim dessa maneira?” Ele respondeu: “E como você acha que eu podia defender o Juscelino?”

---

\* Uma das obras mais conhecidas de Sabatini é *Scaramouche*. (N. da E.)

Eram assim, exatamente nesse clima, aqueles debates parlamentares. Uma vez, estava sentado numa cadeira da primeira fila, nesse tempo eu já era líder da oposição, quando de repente começa um incidente entre Danton Coelho e Leonel Brizola; quando dei por mim estava me metendo entre os dois para desapartar. Se me perguntarem por que fiz isso, até hoje não sei. Mas na hora me deu aquele impulso ao ver aqueles dois sujeitos brigarem, avacalhando a Câmara! Nessa época existia um deputado chamado Humberto Molinaro, eleito pelo PTB do Paraná. Era major e ia fardado para a Câmara. Um dia apareceu com uma pasta; eu estava discursando e ele ameaçou tirar o revólver da pasta. Se há alguma coisa que me faça perder a cabeça é ver um sujeito puxar arma, sei lá, me dá uma espécie de revolta. Eu gritei: “Puxa isso sim e atira de uma vez, mas atira porque se não atirar está desmoralizado”. É claro que não atirou e ficou completamente desmoralizado. Tempos depois, numa viagem parlamentar qualquer, ele foi preso no Cairo por tráfico de haxixe.

Nessa época, existia também a chapa da UDN, quer dizer, os deputados e senadores que se aproveitavam da nossa oposição para frequentar o Palácio do Catete, e vendiam a bom preço — negócios, vantagens, empréstimos no Banco do Brasil — os votos que davam ou as ausências que faziam na hora da votação de projetos que interessavam ao governo. Também fez parte dos meus diálogos com o Juscelino em Lisboa lembrar vários deles. Alguns eu sabia, muita gente sabia, eram os famosos “chapas brancas”. Mas diante de dois ou três que o Juscelino me contou eu quase caí para trás de surpresa. Mas não quero citar nomes. Eles ainda andam por aí e talvez até já tenham sido citados por mim neste depoimento.

Nessa altura surgiu o problema da liderança da oposição. Havia a liderança da UDN e a liderança da oposição que era o resultado da aliança com o Partido Libertador do Raul Pila — uma pequena bancada mas muito boa, de primeira ordem, da melhor gente que passou pela Câmara. Apresentaram-se para a liderança da oposição vários nomes, Bilac Pinto, Aliomar Baleeiro, o pessoal da tal “banda de música”, mas que não tinha o apoio dos chapas brancas e por isso era difícil eleger um deles. João Agripino propôs que ele mesmo fosse incumbido de fazer um inquérito, um “ibope”, para ver quem tinha a preferência da bancada, para que, em vez de uma eleição disputada, houvesse um consenso entre Bilac Pinto, Aliomar Baleeiro e eu.

O João Agripino apareceu com a novidade que, ouvida a bancada, tinha havido um empate entre nós três, isto porque o candidato de João Agripino era o próprio João Agripino. Esse episódio, aparentemente sem grande importância, torna-se importante sob o ponto de vista de um relato de costumes parlamentares, o que aliás não é privilégio do Brasil. Aquilo é um clube com as mesmas manobras que há no Flamengo, no Vasco, no Corinthians. Pois nessa procura do consenso tinha havido um empate. Aí aconteceu uma coisa muito engraçada: o pessoal da chapa branca, por exemplo, o José Cândido Ferraz, o Edilberto Ribeiro de Castro (os mais notórios dos chapas brancas, que como pessoas eram simpatíssimos), disse: “Ah, não. Se querem eleger um líder da oposição, para fazer oposição pra valer, então nós vamos votar no Carlos”. Baleeiro tinha contra ele muitas antipatias pessoais; era um homem como o descrito no poema do Manuel Bandeira: belo, áspero e intratável. Era uma pessoa de trato difícil. O Bilac era aquela coisa jeitosa, mas o pessoal da chapa branca achava que, em suma, uma oposição fraca enfraquecia a posição deles junto ao Juscelino. Quanto mais forte a oposição, mais cotação eles teriam junto ao governo.



É claro que eu não só desconfiava, como sabia de tudo isso. Um dia, o pessoal da chapa branca me convocou ao Copacabana Palace para me dizer: “Olha aqui, nós não precisamos pedir a você nenhum compromisso; o único compromisso que queremos é que você faça oposição de verdade, e isso nós sabemos que você vai cumprir mesmo e que nem precisa se comprometer; e por isso vamos votar em você”. Aí fui eleito, claro que com os votos dos opositores de verdade, mas o que garantiu a maioria foi os votos dos chapas brancas. E levei a sério o negócio da oposição. Comecei a fazer uma oposição que ia até um pouco além da conta, quer dizer, fazer obstrução ao orçamento, exigir que esse pessoal fosse à Câmara e votasse, e isso tudo sem frequentar o grupo chapa branca, que se reunia muito no bar do Copacabana Palace e no Jockey.

Até que eles começaram a se queixar: “Afinal de contas nós elegemos o Carlos, que obteve maioria graças a nossos votos, e agora ele não dá confiança e não conversa com a gente”. Por isso resolvi que estava na hora de dar um sinal de vida. Fui encontrar-me com eles no bar do Copacabana Palace. Antes telefonei para minha mulher e avisei: “Nas próximas 48 horas não me espere em casa”. E começamos a tomar uísque, a conversar. Estava lá o Virgílio Távora e todos os chapas da época: Edilberto Ribeiro de Castro, José Cândido Ferraz, o pessoal da contemporização, digamos assim, e que eram, também, nem por acaso, todos boêmios. Dinarte Mariz já era senador, mas também estava no grupo. A mesma gente de hoje, salvo os falecidos; é só correr a lista de hoje. Juraci Magalhães era um chapa branca escondido, como eu soube depois pelo próprio Juscelino.

Começamos a beber. Depois de beber fomos jantar, que acabou por volta das duas horas da manhã, quando fomos para aquele bar Scotch, e aí alguns começaram a dar sinais de prego, de cansaço. O Virgílio foi em casa, mudar de roupa, e voltou; e eu alimentando a conversa. E tome papo. Saía um, entrava outro, e a bancada dos chapas brancas toda ali. Por volta de quatro horas da manhã, evidentemente já havia uns que estavam dando sinal de um pouco mais do que prego. As horas iam passando, mas nesse tempo eu tinha uma resistência “rasputiniana” para beber, podia beber uma noite inteira e agüentava. Por volta de sete horas da manhã eu disse: “Oh, Edilberto, agora vamos aí para sua casa, não é? Vamos comer alguma coisa”. Fomos para a casa dele, no Edifício Golden Gate, perto do Copacabana. Um menino, que era empregado da usina dele em Campos, fez uns bifês para a gente. “Bem, agora está na hora de fazer a barba e ir para a reunião do diretório da UDN”. Já eram dez da manhã. Fizemos a barba e fomos todos para o diretório. Depois da reunião da UDN fomos para o almoço num restaurante que só fazia pratos do Pará, um lugar escuro como o diabo, esquisitíssimo.

Saímos dali por volta das cinco da tarde e voltamos para o bar do Copacabana e continuamos conversando. É claro que, quando chegou às sete da manhã seguinte e eu propus voltarmos para a casa do Edilberto para comer o bife, eles disseram que ninguém mais agüentava. Estava todo mundo caindo aos pedaços. Foi então que eu disse: “Isso é só para ensinar a vocês que esse negócio de liderança a gente não faz no bar e que eu não frequento isso aqui porque levo a sério o meu papel; não posso ficar no bar toda a noite e ser líder da oposição. É só para vocês aprenderem a me respeitar”. Despedimo-nos e eles continuaram todos meus amigos e me achando o diabo e realmente nesse dia foi que eu os conquistei, pois não achavam que eu seria capaz desse tipo de confraternização.

E aí vamos chegando perto da famosa história do telegrama da nossa embaixada na Argentina. Já estavam comigo uns documentos enviados por um

amigo meu argentino que merecia toda a fé, pois é até hoje uma pessoa da maior importância na Argentina. Eram os documentos que estão reproduzidos em fac-símile no final do livro que escrevi chamado *O Caminho da Liberdade*. Os documentos estavam em papel timbrado da República Argentina, Vice-Presidência da Nação, Comissão Nacional de Investigações.

O Exército argentino tinha derrubado Peron e aberto vários inquéritos. Num desses inquéritos apareceu o nome do Dr. João Goulart, que na época que estou me referindo agora já era Vice-Presidente do Brasil, como negociador de uma exportação de madeiras para a Argentina, cujo pagamento se converteria em dinheiro para a campanha eleitoral de Getúlio Vargas em 1950. Nesses documentos cujos fac-símile estão aqui fala-se num deputado brasileiro a quem se pagou, se mal me recordo, um milhão de pesos . . . e vai por aí. A embaixada brasileira em Buenos Aires evidentemente também tomou conhecimento desses documentos (eu os recebi com a condição de não revelar a fonte) e mandou um telegrama em código ao Itamarati dizendo que o deputado a que se referia esse inquérito era então o deputado João Goulart, cujas relações políticas com Peron eram públicas e notórias, como, aliás, ele nunca negou, nem mesmo no nosso encontro em Montevidéu, como oportunamente a gente verá.

O telegrama me foi entregue na redação da *Tribuna da Imprensa* por uma pessoa cujo nome lamento não poder dar, pois é segredo profissional perpétuo. Mas acho que não cometo uma traição ao segredo profissional dizendo que tenho motivo para acreditar que é uma pessoa ligada ao atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Mas se foi o Silveirinha que me mandou entregar o telegrama — não posso afirmar, mas o fato é que foi alguém do Itamarati que deu o documento a esse meu amigo, que o levou para mim. Fui para a tribuna da Câmara e li o telegrama — ele está publicado em alguma parte desse livro,\* era um telegrama secreto, evidentemente em código, e eu o li tal qual, o número, a hora do despacho, etc.

Em consequência, convenceram o José Carlos Macedo Soares, que já estava velhinho e que era o Ministro do Exterior, a mandar ao Juscelino uma mensagem, acompanhada de um ofício da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, que se converteu no projeto de resolução n.º 115, de 1957, cuja ementa é essa: “concede-se licença para processar criminalmente o Deputado Carlos Lacerda”. Vou ler o trecho principal do ofício da Procuradoria-Geral da Justiça Militar: “Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. o ofício pelo qual o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores enviou ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e, por esse, endereçado a esta Procuradoria-Geral, tendo em anexo o primeiro. Como se verifica na comunicação do Ministério das Relações Exteriores, proferiu o Sr. Deputado Carlos Lacerda, na sessão de 27 de março próximo passado” — quer dizer, em 1957 — “nessa Câmara, um discurso no qual inseriu e leu um telegrama secreto, que tem o n.º 295, pertencente ao arquivo daquele Ministério, proveniente da Embaixada Brasileira, em Buenos Aires.

“Foi publicado esse telegrama no *Diário do Congresso*, de 28 de março. Nesse discurso, declara aquele Deputado ter conhecimento de que se tratava de matéria secreta, havendo-se negado o referido Ministério, por esse motivo, a enviar o texto do aludido telegrama, o qual, não obstante isso, foi lido e divulgado. Não explicou o Sr. Deputado Lacerda como nem de quem obteve o texto do telegrama. Em seu ofício diz o Ministro das Relações Exteriores que a divulgação do conteúdo do

---

\* *O Caminho da Liberdade*. (N. da E.)

telegrama, em si, não teria maior importância, mas a revelação integral de seu texto, inclusive número de despacho, dia e hora de transmissão, assume aspecto da maior gravidade porque forneceu, publicamente, elementos para decifração e, portanto, conhecimento por qualquer Governo estrangeiro do código secreto em que são feitas as comunicações da mais alta relevância, inclusive quase todas as que interessam à defesa nacional.

“Assim procedendo, incidiu o Deputado no artigo 27 da Lei 1802, de 5 de janeiro de 1953, o qual é do seguinte teor: utilizar-se de qualquer meio de comunicação para dar indicações que possam pôr em perigo a defesa nacional, competindo à Justiça Militar o julgamento do delito ali previsto, por força do artigo 42 da mesma lei, dirige-se, por esse motivo, essa Procuradoria-Geral a V. Exa., solicitando que seja, de acordo com o artigo 45 da Constituição Federal, submetido à apreciação da nobre Câmara o pedido de licença para, confiando-se aos trâmites regulares da Justiça Militar, ser processado aquele Deputado. Ass. Ivo D'Aquino, Procurador-Geral da Justiça Militar”. (Que morreu também meu amigo.)

No livro, transcrevo minha correspondência com José Carlos Macedo Soares, o ofício da Justiça Militar, o pedido de informações que fiz ao Ministério do Exterior sobre os negócios de pinho do Brasil feitos pelos Srs. João Goulart e Mauro Ronchetti — aliás esse pedido de informações não foi respondido.

Era chanceler, quando dos pedidos de informações iniciais que fiz, o próprio Raul Fernandes, que me escreveu uma carta particular, que eu transcrevo, e que o governo também transcreveu: “Meu caro Carlos, tenho aqui três requerimentos de informações que, espero, pela própria transcrição da essência dos seus requerimentos, você veja a impossibilidade em que me encontro de atendê-lo”.

O pedido para me processar foi para a Comissão de Justiça, que designou para relator o Deputado Martins Rodrigues, do Ceará, que, como eu contei outro dia, se muniu de toda uma bateria de tratadistas e juristas na biblioteca da Câmara e levou tudo para casa para fazer o seu parecer, que é cheio de citações em inglês, francês, alemão, espanhol.

Mas eu tinha amigos na biblioteca da Câmara, que me deram a lista dos livros que o Deputado Martins Rodrigues tinha levado. Quando ele os trouxe de volta, eu os peguei e levei para o escritório do Dario de Almeida Magalhães, onde fiquei trabalhando com o Rafael de Almeida Magalhães na defesa que ia apresentar perante a Comissão de Justiça. E aí verifiquei que o meu amigo — ele morreu meu amigo — Martins Rodrigues tinha feito citações em falso, isto é, ele pegava um tratadista qualquer, a propósito de “imunidades parlamentares” e “interrupções dessas imunidades” nos casos de, por exemplo, traição à pátria, revelação de segredos que interessam à defesa nacional, enfim nos vários casos em que se abrem exceções às imunidades parlamentares, e citava assim metade da frase — não citava o restante —, ou citava um parágrafo e, quando no parágrafo seguinte se dizia “por outro lado” ou “em compensação”, ele não citava. Então comecei a demonstrar a falsidade de suas citações.

Sei que já falei nisso, mas acho que aqui, talvez, haja alguma coisa de novo para insistir um pouco nesse aspecto, que tem um certo interesse diante do que vem depois, como, por exemplo, quanto às minhas relações com o Juscelino, à Frente Ampla e sobretudo quanto ao problema das cassações. Porque, na verdade, a primeira tentativa de cassação feita no Brasil, cassação de mandato, por incrível que pareça, foi feita em pleno regime constitucional, em 1957, pelo Juscelino. Porque se faria uma cassação, isto é, se suspenderiam as imunidades parlamentares e me entregariam à Justiça Militar como “traidor da pátria”.

É lógico que, se o governo me acusava de “traidor da pátria” com pareceres da Justiça Militar, e se o Congresso decidisse conceder a licença, o que seria de certo modo um pré-julgamento, com mensagem do Presidente da República, encaminhando o pedido do Ministério do Exterior para me processar, é evidente que isso chegaria à cassação do meu mandato. O resto seria consequência: condenação ou não.

Nessa ocasião escrevi minha defesa em duas noites de trabalho, assim do gênero dessa que estamos fazendo agora — duas noites e um dia — com o socorro do Rafael que consultava a biblioteca do pai para derrubar aqueles tratadistas todos. E a minha ignorância de direito talvez tenha me ajudado nisso, porque deixei a parte legal toda com o Rafael.

Na minha defesa, que publiquei nesse livro chamado *O Caminho da Liberdade*, impresso pela *Tribuna da Imprensa*, esgotado desde essa época, eu examinava desde os antecedentes: o problema do justicialismo no Brasil; o problema do peronismo como conspiração continental; a tentativa de aliança entre Peron e Getúlio para formar uma frente antiamericana no sul do continente; os compromissos assumidos, não digo diretamente, pelo Getúlio, porque não tenho provas disso, mas em nome do Getúlio, pelo Luzardo, cujo livro de memórias vamos publicar agora. Chama-se *Luzardo, o Último Caudilho*, escrito pelo Glauco Carneiro (O Luzardo, por sinal, ficou na maior emoção quando soube que eu ia publicá-lo porque, afinal, ele me ataca várias vezes no livro, sobretudo desde que eu o chamei de “centauro dos pampas”, só que a diferença é de que a metade é cavalo e a outra metade também).

Mas nesse livro, pelo que sei — ainda não li o original —, ele conta com grande e louvável franqueza que foi realmente emissário de Peron junto ao Getúlio. Afora isso, nas memórias do João Neves, que é a melhor fonte sobre esse assunto, há toda a história da interferência direta de emissários de Peron junto a Getúlio, passando por cima do Itamarati. Interferências que redundaram no pedido de demissão do João Neves por discordar da política peronista do Getúlio.

E nessa ocasião — aí talvez haja um interesse histórico; faço uma referência rápida sobre isso — eu me referi a dois pontos, um dos quais é de estranha atualidade: o que chamei num dos capítulos da minha defesa “o grau excessivo de classificação secreta dos documentos”. Defendi a tese de que os documentos secretos, como vocês sabem, inclusive do ponto de vista militar, têm três classificações, se eu não me engano: secreto, confidencial e reservado. E no Brasil classificam com excessiva facilidade tudo de “secreto”. E, com esse pretexto, o país não toma conhecimento do que se passa. Quer dizer, a política do Kissinger é a política seguida no Brasil há dezenas e dezenas de anos. A política exterior do Brasil, realmente, não é conhecida. Até hoje há documentos do tempo do Império que são defesos, cujo acesso é proibido, no arquivo do Itamarati.

A Guerra do Paraguai é um exemplo: ninguém conseguiu ainda escrever uma história verdadeira sobre essa guerra porque os documentos brasileiros essenciais continuam sendo classificados como secretos.

Então, eu dizia: “não brinquem com a mercadoria”. Reclamava do “grau excessivo de classificação” e lembrava que o item 14 do regulamento para “salvaguarda das informações” que interessam à segurança nacional, de 1949, diz: “A classificação sigilosa de documentos ou material que dela necessite, em obediência às prescrições desse regulamento, será a menos restritiva, decorrente da própria salvaguarda da informação do assunto em causa. Deve evitar-se classificação exagerada, porque retarda desnecessariamente a transmissão de documentos e deprecia a importância da informação sigilosa na mente do pessoal que a ma-

nuseia". E, então, dizia para a Comissão de Justiça: tudo trocado em língua do povo vem a dar, Sr. Presidente, no seguinte: não brinque com a mercadoria. Quer dizer: "secreto" é uma coisa, "reservado" é outra, "confidencial" é outra, "sigiloso" é outra. Há, ainda, uma série de coisas que eu examino. Por exemplo: quem tem autoridade para classificar de "secreto"? O abuso, portanto!

E se eu agora, aqui, me referi a um aspecto que tem um certo interesse sob o ponto de vista histórico, é porque existe um precedente da maior importância. O Senador Rui Barbosa, em 1919, numa conferência pública, em São Paulo, revelou documentos confidenciais do Itamarati. E eu dizia à Comissão de Justiça: "permita V. Exa. que eu acrescente exemplo brasileiro bem mais recente. Trata-se de Rui Barbosa, não apenas um Senador da República. Não da tribuna do Senado, mas numa conferência pronunciada em São Paulo, no dia 4 de abril de 1919, na qualidade, unicamente, de candidato à Presidência da República. Isto está publicado no volume tal, tomo tal, de campanha presidencial, publicação oficial do Ministério da Educação, em expressões cuja veemência, cuja violência jamais teriam sido excedidas nesse país e que eu me excuso de ler para não tomar o tempo de V. Exa. Isso se refere ao que Rui Barbosa considerava a "política germanófila" do Ministério das Relações Exteriores do seu tempo. (O ministro era o catarinense Lauro Müller, muito acusado por sua origem alemã, de ser "germanófilo".) E declara Rui: "Então se traz a público certos documentos, até agora inéditos, da nossa diplomacia. Pois assim, lograremos derramar sobre esses episódios interessantes alguma claridade". E lê, então, telegrama confidencial, n.º 39, dirigido pelo Itamarati ao Ministro do Brasil em Paris. E lê a resposta, do mesmo número, do Ministro do Exterior. É aberto o inquérito. Então Rui Barbosa lê o telegrama n.º 49, com todas as indicações "SSS, Rio de Janeiro, 53, 51, 10, 6 horas, 15 V malte. Ministre Brezil, Paris, 49, esse telegrama ora expedido, etc., etc.", e lê ainda o telegrama 52, também com todas as indicações.

Dizia eu: "Por que reservadamente", perguntava Rui ao povo de São Paulo, "um assunto que impacientava a opinião que, portanto, não podia deixar de tomar conhecimento de tudo?" E se refere ao Ministro do Exterior da época, ao Lauro Müller, com as seguintes palavras: "Esse guinchinho", a declaração de confidencial, dizia o Rui, "esse guinchinho telegráfico era o derradeiro canto do cisne de Lohengrin". Então o Rui, ameaçado de ser processado também como traidor da pátria, termina sua defesa afirmando: "Quanto mais robusta uma nacionalidade, mais largos os seus costumes no exercício desses seus direitos" — isto é, do direito de revelar as coisas —, "é um dos sintomas por onde melhor se revela em qualquer comunidade sua boa saúde moral. As que não suportam com serenidade a discussão dos escândalos públicos e não reconhecem o civismo dos que, para os desmascarar, se afrontam com o poder do dinheiro, a soberba dos grandes, ainda bem longe se acham dessa autonomia em que se lhes embala a vaidade".

Bom, daí, eu parti para o exame da matéria propriamente dita: reproduzi, de novo, o telegrama; analisei o ofício do procurador, onde havia citações em falso; a incompetência do procurador para me processar, e ainda lembrei outros precedentes, como o caso do jornalista José Eduardo Macedo Soares que também foi acusado disso uma vez, e o caso de José Higino, famoso republicano do começo da República.

Nesse momento, o Vieira de Melo, que era líder da maioria, foi interpelado por mim sobre o telegrama 293, e ele rapidamente respondeu: "V. Exa. está completamente enganado. Se quiser também assumir a responsabilidade de di-

vulgar o telegrama 293” — porque ameacei divulgar o outro telegrama — “que V. Exa. declara ter em mãos, ainda que por meios ilícitos e ilegítimos (muito bem, muito bem, palmas!), assumo V. Exa. a responsabilidade de o fazer porque, com isso, vai apenas facilitar ainda mais com apresentação de novas siglas, de novas cifras, de novas combinações, a decifração de todas as mensagens que durante quinze anos foram transmitidas não apenas à Argentina, mas também ao Chile, à Bolívia, ao Paraguai e, às vezes, até ao Uruguai”.

E ele se recusava a divulgar o telegrama dizendo. “Se você quiser divulgar, divulgue”. E eu respondi: “Verifico, com prazer, que V. Exa. acaba de reconhecer que o furo não foi completo, pois teme que a divulgação de um telegrama anterior complete o furo que V. Exa. declara incompleto”.

E fomos por aí até o final da defesa na comissão, que tem inclusive os seus aspectos cômicos. Por exemplo: “Eu digo que todos os membros da Comissão de Justiça, aqui, usam gravata”, mas acrescento: “Não deviam usá-la porque faz calor e não há mais necessidade de se pôr gravata quando faz calor”. Aí vem o relator Martins Rodrigues e depois de me ouvir, diz: “O higienista Carlos Lacerda declara que os membros da Comissão de Justiça não usam gravata”. A argumentação dele era um pouco desse gênero.

A história é longa e evidentemente não vamos ler tudo, mas eu... terminava um livro curioso, muito curioso que se chama *Diálogo de Maquiavel e de Montesquieu no Inferno*, um velho livro, republicado em 1948. Mas com base no precedente de Rui Barbosa, passei ao exame das relações entre o governo Getúlio Vargas, de então, e o governo peronista. Mas eu perdi na Comissão de Justiça apesar dos votos favoráveis do Deputado Milton Campos, com um parecer que é uma coisa luminosa, e do Prado Kelly.

O líder do governo na Câmara era o Vieira de Melo. Sobre ele talvez coubesse uma palavra para fazer um retrato. O Vieira de Melo também acabou a vida se dando comigo e estivemos juntos inclusive na Frente Ampla. Mas queria deixar claro um ponto, embora seja meio chato falar de um morto. O Vieira de Melo na crônica política de hoje, graças a uma frase feliz aqui ou ali, passa por ter sido um grande orador. Ele nunca foi um grande orador. Era um excelente sofista e um excelente argumentador. Era o tipo assim, sabe, do bom advogado criminal. Um bom advogado de júri, capaz de envolver o promotor com uma série de sofismas, daqueles que o sujeito fica tonto, não sabe como sair. Mas orador, propriamente, ele não era não. Não conheço nenhum discurso dele que você diga: é uma peça oratória. Agora conheço uma excelente argumentação dele. Era um argumentador perigoso.

Mas Vieira de Melo era tido como um dos grandes oradores da Câmara porque, do lado do governo, a verdade é que não havia muitos. Agora, era realmente um excelente argumentador e defensor com muita veemência e com muita eficiência a causa do governo nesse caso. O mais extraordinário de tudo é que ele defendeu, sendo contra. Depois eu soube, não só por ele, mas pelo próprio Juscelino, que Vieira de Melo foi ao palácio e disse ao Juscelino: “Eu, na qualidade de seu líder, vou defender a mensagem e vou fazer todo o possível para ser concedida a licença. Vou cumprir o meu dever. Vou defender a mensagem, vou defender a licença para processar o deputado. Agora, primeiro: eu, pessoalmente, não estou convencido de que haja fundamento jurídico indiscutível nessa licença. Segundo: vamos perder. O governo está se arriscando inutilmente. Vai ter uma derrota”.

E realmente aconteceu um fenômeno, independente da minha participação pessoal nisso, acho que é um fenômeno que honra a história do Congresso bra-

sileiro, porque não foram poucas as pressões. Percebi isso na época até por uma coisa curiosa: o Vieira de Melo na tribuna não teve o menor constrangimento de defender a causa do governo; e defendeu-a com a maior veemência e com abundância de argumentos. Mas pessoalmente ele tinha um grande escrúpulo, nós sentíamos isso pelo temor do precedente, um fato de que eu me aproveitei de certo modo para — não quero dizer intimidar, porque a palavra não seria bem essa — advertir aos demais deputados. “Isso que está acontecendo a mim, acontecerá amanhã a vocês. Se admitirem que no exercício de um mandato parlamentar as imunidades possam ser quebradas por causa de um discurso, vocês vão abrir um precedente muito grave”.

Aí é que acho importante esse episódio, pelo que aconteceu depois e vem se repetindo até hoje: ou as imunidades parlamentares são realmente quase ilimitadas, são tomadas muito a sério, ou podem ser desprezadas por causa de um código “arquivurado”, que tem, sei lá, vinte e tantos anos de existência e que pode ser decifrado por qualquer máquina decifradora de códigos do mundo. Não seriam esses codigozinhos do Brasil, de não sei quantos anos, que poderiam ser invioláveis por uma dessas modernas máquinas decifradoras. E citei no meu depoimento o precedente acontecido na Embaixada do Brasil na Espanha: um secretário da embaixada enlouqueceu, teve um acesso de insanidade, procurou o Ministro do Exterior da Espanha e lhe entregou o código do Itamarati, e o ministro, que era o falecido Serrano Suñer, ministro da primeira fase do franquismo, ficou sem saber o que fazer com aquela “bomba”. Suñer chamou um outro funcionário da embaixada brasileira e pediu-lhe pelo amor de Deus para levar o código de volta. O que não acredito é que ele não tenha tirado fotocópia daquilo tudo.

Então, através desses precedentes, criou-se um constrangimento até para o líder da maioria. Muitos anos depois, já em Lisboa, quando encontrei com o Juscelino, uma das perguntas que lhe fiz foi essa: “Presidente, como é que você caiu nessa armadilha? Por que você, que pediu anistia para Jacareacanga e para Aragarças, que fez, inegavelmente, um governo onde, tirando o fato de me proibir de ir à televisão”... Aí ele me interrompeu: “Bom, mas eu também não era maluco, não ia deixar você ir à televisão para me derrubar!” Rimos e eu continuei: “Bom, mas tirando isso, no resto, realmente, houve liberdade no seu governo. Como você caiu nessa esparrela de me dar a chance de ter aquela vitória na Câmara? Pois não foi só com os votos da oposição que eu ganhei; ganhei por pequena maioria, mas ganhei com os votos da maioria governista, do PSD e do próprio PTB, porque só os da UDN e os do Partido Libertador não davam”.\*

A cena na Câmara, na madrugada em que a licença para me processar foi negada, mesmo depois de todos esses anos de distância, ainda me emociona bastante. Quem estava lá — as galerias estavam cheias de povo —, quem esteve lá, ainda se lembra. Fui para o gabinete do líder da oposição, para acompanhar a votação de lá (não quis ficar no plenário até para evitar constrangimento). Era aquele sim e não, sim e não. Votação secreta. Houve um deputado da maioria que requereu votação nominal e, quando esse requerimento foi negado, senti que iríamos ganhar; evidentemente havia deputados que não queriam se descobrir.

---

\* Veja nota no final do capítulo. (N. da E.)

Quando se atingiu o primeiro voto que me dava a maioria, isto é, que dava minoria ao governo, negando a licença para me entregar à Justiça Militar, a Câmara em peso, as galerias, os deputados se levantaram e começaram a cantar o hino nacional. Há, se não me engano, uma gravação feita pelo Brunini que até hoje me dá arrepio.

Foi uma vitória do Poder Legislativo, uma vitória da opinião pública, mobilizada evidentemente através do rádio e dos jornais. Foi uma vitória incrível, que deixou uma lição, quem sabe, útil para o futuro, se não para o presente (é uma previsão minha): quando se enfrenta uma luta, quando se faz uma contra-ofensiva disposto a correr os riscos que ela comporta, tem-se sempre alguma chance. Pelo menos tem-se mais chance. Se eu tivesse ficado nas preliminares e não tomasse a contra-ofensiva, talvez tivesse perdido.

Naquela noite gente do Brasil inteiro rezou; havia gente rezando junto do rádio, acompanhando a votação; em conventos; em casas de família. Para vocês hoje é um negócio que soa até meio estranho, mas realmente foi um clima — sem nenhuma mistificação — quase místico. Julgava-se ali todo um princípio: *pode ou não um governo democrático entregar à Justiça Militar um homem que revela uma verdade que interessa à nação, baseado num vago código do Itamarati.*

O clima de opinião pública que se criou no Brasil era esse, até porque o povo estava se lixando para código secreto do Itamarati — ninguém tomava muito conhecimento disso. O que o povo sabia é que um deputado estava ameaçado de ser entregue à Justiça Militar e processado como traidor da pátria, porque tinha revelado uma coisa de que o povo no fundo estava convencido ser verdadeira.

Isso criou um clima emocional no país que se refletiu na Câmara e no Senado, principalmente através de cartas e telegramas que senadores e deputados — alguns deles me mostraram — recebiam do Brasil inteiro, dizendo assim: “Nunca mais voto em você, se você tiver a coragem de votar a favor desse processo”. Foi uma pressão de opinião pública irresistível. Criou-se um clima de uma dramaticidade enorme, enfim um debate nacional, embora a televisão, onde eu não podia aparecer, tivesse ficado afastada de tudo. Foi através do rádio, que transmitia as sessões da Câmara, que o povo foi mobilizado. O Juscelino também tinha fechado o rádio para mim, mas as transmissões das sessões da Câmara continuaram. E nós discursávamos quantas vezes eram possíveis para que o rádio pudesse transmitir nossas mensagens ao povo.

Esta talvez tenha sido a maior derrota política que o governo Juscelino teve em todo o seu mandato. E o que é pior, como eu disse e ele reconheceu: foi uma derrota absolutamente desnecessária, isto é, criaram uma tempestade num copo d’água, mas parece que na época foi exigência do João Goulart, como condição de continuar a apoiar o governo. Quer dizer, o João Goulart fechou a questão com o Juscelino: “ou processa esse camarada ou nós retiramos o nosso apoio”. E se retirasse o apoio ao governo, o Juscelino ficaria bastante enfraquecido porque poderia contar praticamente só com o PSD e a chapa branca da UDN.

Nesse episódio, me demorei um pouco não só pelo fato em si, mas pelas lições que ele representa, porque mostra o contraste com a facilidade com que o sujeito hoje entrega o seu mandato. Ele prefere perder o mandato calado, a fazer um discurso e ir para a cadeia, a verdade é essa! Isso tem facilitado muito as cassações hoje em dia.

Além disso, Brasília cortou toda a repercussão do parlamento. No Rio havia uma massa de povo em volta da Câmara, que não deixava os deputados em paz.



Os deputados entravam debaixo de apupos ou debaixo de aplausos, e o sujeito chegava assim e dizia: “O senhor não vai se atrever a votar, olhe lá como o senhor vai votar, nós estamos aqui”. Havia um clima assim, de pressão, a chamada pressão de massa. Mas a opinião de Brasília, como todos vocês sabem, é em grande parte, e nisso não vai nenhum desdouro à opinião pública de Brasília, mas é em grande parte condicionada pelo fato de que o grosso da população da cidade é de funcionários públicos. Como é que funcionário público vai para a porta da Câmara fazer pressão em cima de deputado, contra o governo? É inconcebível!

E de tudo isso, então, saio eu absolvido da acusação de traidor da pátria. Foi quando disse aos deputados: “Os senhores não tenham ilusões” — porque também eu não quis deixar nenhuma dúvida —, “a minha absolvição, isto é, a não concessão da licença para me processar como traidor da pátria, significa que a Câmara reconhece que o telegrama é verdadeiro. E como o telegrama diz que um inquérito oficial do governo argentino incrimina o Vice-Presidente João Goulart, significa que a Câmara reconhece que o Vice-Presidente João Goulart está incriminado.” É claro que não se falou mais nisso. A própria festa da derrota do governo encobriu esse aspecto, mas ficou sempre essa...

Isso tudo aconteceu em 1957. Está completando vinte anos.<sup>1</sup>

#### NOTA

1 A Câmara dos Deputados negou a licença para processar Carlos Lacerda, na sessão realizada a 16 de maio de 1957, por uma diferença de 12 votos. O quorum legal para a concessão da licença era de 164 votos, mas o governo só obteve 152. A favor de Lacerda, isto é, contra a concessão da licença para o processo, votaram 132 deputados. Deve-se registrar que nessa época a UDN tinha 74 deputados e o PL 10, enquanto que o PSD tinha 114 e o PTB 74.

O telegrama 295 foi lido pela primeira vez em sessão secreta da Câmara dos Deputados a 15 de fevereiro, com a presença do Ministro do Exterior. Na sessão pública da Câmara de 28 de março, o assunto foi levado ao plenário pelo Deputado petebista José Gomes Talarico. Foi nesse dia que Carlos Lacerda releu o texto do telegrama.

O telegrama dizia o seguinte:

“Secreto-Urgente — 295 — Quinta-feira — 13 horas. O Adido Naval a esta Embaixada acaba de ser chamado pelo Vice-Presidente da República, o qual lhe comunicou que havia sido informado, pelo Adido Naval argentino no Rio de Janeiro, de que alguns jornais do Brasil estariam para publicar, com grande sensação, uma notícia segundo a qual o Vice-Presidente da República Argentina denunciaria a participação do Vice-Presidente do Brasil no propalado negócio da venda do pinho brasileiro, referido em meu telegrama 293. O Vice-Presidente da República

manifestou ao Adido Naval brasileiro o desejo de que, caso seja aquela notícia veiculada, o governo brasileiro formule o mais categórico desmentido. Informou que a Embaixada argentina aí já está instruída para expedir um comunicado de desmentido na eventualidade de uma notícia no sentido acima indicado. João Carlos Muniz.”

O telegrama de número 293 era do embaixador brasileiro em Buenos Aires informando ao Itamarati que o “legislador brasileiro” de que se ocupa o inquérito oficial argentino sobre as conversações com Peron, sobre pagamento em dinheiro para ajudar o financiamento das eleições presidenciais de 1950, no Brasil, chamava-se João Goulart.

No Brasil, a tentativa de processar o então líder da oposição foi interpretada apenas como um problema político. Para alguns, até, apenas um problema pessoal entre Carlos Lacerda e João Goulart. No entanto, no estrangeiro, o caso foi considerado muito mais como “econômico” do que político, isto é, seria uma cortina de fumaça para possibilitar a extinção do monopólio estatal do petróleo e modificar a Lei 200 que criou a Petrobrás.

A 4 de maio de 1957, o noticiário da *Hanson's Letter* diz:

“Embora o caso Carlos Lacerda seja considerado no Rio, principalmente, como uma questão política, acredita-se em Washington ser ele mais importante por seu aspecto eco-

nômico. O Departamento de Estado está inclinado a concordar com a interpretação do *New York Times* de que Kubitschek se levanta para lutar agressivamente contra os nacionalistas, numa espécie de bota para brigar, no estilo das histórias em quadrinhos. Washington também acredita que, se La-

cerda puder ser decisivamente asfixiado, grande parte do vapor da oposição se dissipará e o governo Kubitschek poderá levar avante a sua decisão de permitir que as companhias estrangeiras de petróleo comecem a perfuração e exploração efetiva de petróleo no Brasil.”

## CAPÍTULO XVII

### “NA CPI DO IBADE SÓ NÃO ENCONTREI O SEU NOME”

O EPISÓDIO da rebelião de Aragarças, outro fato marcante da época, é muito curto e fácil de contar. Aliás, foi uma boa pergunta, porque isso ia escapando. Uma madrugada, um amigo meu bateu no meu apartamento, me acordou e disse: “Olha, vão levantar vôo nesse momento, no Galeão, aviões militares para fazer um levante no interior do Brasil, mas os revoltosos não querem sair sem saber se você concorda em ir com eles ou não.” Quando depois me interpelaram sobre o assunto, na Câmara, eu disse que tinha sido um aviso posto debaixo da porta. Evidente que isso era uma desculpa que não era verdadeira. Foi uma pessoa que foi lá em casa, não posso dizer quem era: até hoje está vivo, não quero comprometê-lo.

Ele ficou esperando a resposta e eu numa situação dessas terríveis, porque sabia que era um levante inteiramente inútil, um levante do qual participavam o Burnier, o Haroldo Veloso e alguns civis, como Luís Mendes Moraes, filho de Justo Moraes. Eu sabia que era um outro episódio dos Dezoito do Forte, só que aéreo, mas a natureza do compromisso que eu tinha com eles e tudo mais me inclinou a ir também. Quando entrei no quarto, disse à minha mulher: “Olha, vai haver isso, o avião vai levantar vôo, acho que vou com eles”. E ela, tal como em outras ocasiões, disse: “Acho uma loucura. Evidentemente que eu penso em você, penso no sacrifício da gente, mas penso também na inutilidade disso. Você vai morrer estupidamente ou não morrer e ser preso por aí, e nunca mais, ou tão cedo ou nunca mais, poderá exercer o papel que no seu entender você tem como líder da oposição. Não se joga uma liderança, que é produto de anos de lutas, numa aventura militar irresponsável”.

Ela não disse isso com essa ênfase, disse com suas próprias palavras, mas no fundo era exatamente isso. Aí, voltei para esse amigo, que era um militar, e disse-lhe: “Eu não vou, e mais ainda, acho isso uma provocação. Uma vez preservadas as condições mínimas de segurança desses companheiros que vão voar, vou alertar o país contra isso.” Ele ficou meio surpreso. Eu não sabia bem o que ia fazer, ele também não me perguntou, e foi embora. E ele próprio também não foi no avião.

Quando tive a confirmação de que eles já tinham levantado vôo, isso foi por volta de três ou quatro horas da manhã, esperei amanhecer o dia e por volta de oito ou nove horas — enfim, dei umas três ou quatro horas de vantagem aos aviões porque não sabia nem para onde iriam — telefonei para o Deputado José Bonifácio, que era o secretário da Câmara: secretário quase que perpétuo, porque se reelegia sempre, se reelegia muito na base de arranjar

viagens para deputados. Ele era da UDN, mas fazia uma oposição irregular, uma oposição mais na base de Barbacena: porque a oposição ele fazia mesmo era ao Bias Fortes.

Na época ele já era o Zezinho, sempre foi o Zezinho. Mas preocupava-se mais com a briga de Barbacena, do Bias Fortes. Se houvesse tempo, eu contava um episódio da eleição de Milton Campos em Barbacena, que é cômica. Acho até que vale a pena interromper a história de Aragarças.

A vitória do Milton Campos como candidato da UDN de Minas foi completamente inesperada. O candidato natural seria Virgílio de Melo Franco, mas, como não se queria sacrificá-lo numa derrota certa, o Rodrigo Melo Franco de Andrade, que dirigiu o serviço do Patrimônio até a morte e que era primo-irmão do Virgílio, recomendou o nome do Milton Campos. Virgílio, que o conhecia bem — Milton era realmente um homem de primeira qualidade —, achou o candidato extraordinário. Mas era uma candidatura de sacrifício. O Milton, que não tinha nem vocação nem ambição de poder, não esperava chegar ao governo. Era um grande nome que a UDN lançava em Minas para ser sacrificado.

Acontece que houve uma dessas reviravoltas características da política mineira. E Milton Campos ganhou. E eu me lembro da amargura do Virgílio, cuja ambição, nunca escondida, foi sempre a de governar Minas Gerais, sonho que acalentava desde a Revolução de 30. Depois do Estado Novo, quando ele tentou influir no governo de Minas, quem tinha influência era o Pedro Aleixo, que ficou nessa época com o apelido de Pedro I: sempre que alguém ia falar com o governador, Milton Campos dizia: “Fala com o Pedro primeiro”, e Pedro Aleixo, que era Secretário do Interior, ganhou o apelido.

Milton Campos, realmente foi um governante excepcional do ponto de vista moral, mas politicamente era inerte. Era um homem sem vocação política. Não tinha vocação para o poder. Sua vocação era a de jurista, jurista de uma honestidade a toda prova. Quando, por causa do manifesto dos mineiros, ele foi demitido de professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais, teve que dar pareceres e se dedicar à advocacia para poder viver.

A política mineira, aliás, sempre foi muito curiosa: O Pedro Aleixo era compadre e adversário do Juscelino e, no dia de seu aniversário, ganhou de presente do Juscelino um projeto do Oscar Niemeyer para a construção de sua casa. Pedro Aleixo mandou fazer a casa, mas nunca foi ver as obras: resultado, entrou lá um dia e levou o maior susto porque em vez de escada tinha uma rampa (o Niemeyer não gostava de escadas) e era enfim uma casa que não combinava em nada com o Pedro Aleixo, que tinha umas estátuas assim como “o trabalho defendendo a lei”, aqueles bronzes dentro daquela casa moderníssima cujo projeto tinha sido presente do Juscelino ao seu compadre e adversário... aquelas coisas de Minas... Acho que me perdi um pouco...

O Milton, eleito governador, chega a Barbacena, onde eu estava hospedado na fazendola do Virgílio de Melo Franco. O ambiente da cidade era o seguinte: o pessoal do Bias Fortes tinha comprado algumas centenas de cruzeiros de fogos, para soltar pela vitória que eles contavam como certa. Mas ganhou o Milton Campos e eles ficaram com todo aquele estoque de fogos de artifício sem saber o que fazer. Eu fui chamado correndo a Barbacena, para ajudar a evitar um conflito. Eu me dava com os dois e fui à casa do Zezinho para dizer-lhe, “comporte-se, você ganhou do Bias, está bem, mas vê lá, não vai agora estragar a vitória do Milton”.

Em Barbacena por tudo soltavam foguetes. Uma vez fui a um armazém e o dono para comemorar a minha chegada foi para a porta e começou a soltar foguetes. Por isso eu disse ao José Bonifácio: “Cuidado, não vai fazer coisas ostensivas.” Na cidade havia o clube do Bias, o clube do Zezinho, o cinema do Bias, o cinema do Zezinho. Não é que fossem propriedades deles, mas os sujeitos do Zezinho não iam ao cinema onde fossem os sujeitos do Bias.

E naquele dia ficou aquele problema: que fazer do estoque de fogos de artifício do Bias Fortes? Um dos correligionários do Zezinho foi propor ao pessoal do Bias a compra dos foguetes para soltar a favor do Milton Campos e eles acabaram aceitando o negócio para não perder dinheiro. E o pessoal do Zezinho passou o resto da noite soltando foguetes em cima da casa do Bias; mas direto, e não para o alto, não; eram como mísseis, assim, bam... estouravam dentro da casa do Bias, estouravam no clube do Bias. Fizeram um inferno para o Bias por causa da vitória do Milton Campos. E o pobre do Milton Campos, aquele homem da lei, da ordem, da justiça, com a sua vitória celebrada em Barbacena na base do maior achincalhe ao Bias, por causa do Zezinho.

Depois desse longo parêntese, que ao menos servirá para mostrar alguma coisa de nossos costumes políticos, vamos voltar à história de Aragarças. Telefonei para a casa do Zezinho e disse: “Olha, acaba de se passar isso assim. Levantaram vô alguns aviões da FAB. Já dei tempo para eles terem algumas horas de distância dos perseguidores, de maneira que já devem estar chegando ao destino, que eu não sei qual é. Acho que o negócio vai ficar muito grave, e você, como Secretário da Câmara, deve imediatamente ir abrir a Câmara dos Deputados. E vamos todos para lá, porque com certeza vai aparecer mensagem de estado de sítio; vai vir o diabo por aí. Temos que estar lá, senão cercam e fecham a Câmara e a gente não entra mais. Ao menos ficaremos lá dentro.

O Zezinho foi para a Câmara e aí eu me lembrei: e o General Lott? Como é que vai ser a reação do homem? Havia um deputado do Partido Republicano, o partido de Artur Bernardes, que se tinha notabilizado como chefe ostensivo da bancada nacionalista da Câmara, do “petróleo é nosso”, da luta contra os Estados Unidos. Esse deputado nunca foi comunista, ao contrário, era um conservador. Mas era nacionalista, como o Bernardes, e achou isso lindo, capaz de lhe dar a maior popularidade e até um nome nacional. Chamava-se Bento Gonçalves. E foi para ele que telefonei logo depois.

Preciso interromper a história mais uma vez para explicar outro ponto importante de nossos costumes políticos: como eram as relações entre os parlamentares. A Câmara funciona como uma espécie de clube, o que acho profundamente civilizado pois não há nenhuma incompatibilidade entre a divergência na tribuna e as relações pessoais, até porque a cada momento, para se votar projetos do interesse público, tem que entrar em negociações: eu emendo isso, você emenda aquilo, eu apóio essa emenda, você apóia a outra, sem o que a vida parlamentar se torna impossível.

Pois naquela manhã telefonei para o Bento Gonçalves e disse: “Olha, Bento, passa-se isso assim assim. Há um levante militar em curso (eu já cumprira a parte que me competia, isto é, dei tempo aos revoltosos contra os possíveis perseguidores), mas acho também que está na hora de evitar que o país caia no estado de sítio e na ditadura, por causa de um gesto heróico, talvez, mas impensado e a meu ver irresponsável, politicamente perigosíssimo e provocador.

Como você tem boas relações com o Lott, estou avisando para que você previna ao Ministro da Guerra, que talvez ainda não saiba, que há um grupo de oficiais da Aeronáutica que está em plena rebelião.”

Agora, por que me senti assim pessoalmente responsável por isso, a ponto de ser levado a denunciar o fato, é uma boa pergunta, e não é uma pergunta fácil de responder sem parecer que estou fazendo pose. Acontece que eu vinha há muitos anos fazendo um grande esforço para manter no país uma ordem democrática, vamos chamar progressista, no sentido de aperfeiçoar o regime. Cada recuo desses, cada marcha atrás, representavam anos de esforço perdido. Representavam realmente uma marcha atrás. Esse episódio, se pudesse servir de pretexto ao Lott para se impor ao Juscelino ou, segundo na época me parecia — vou ser sincero —, para o próprio Juscelino transformar-se virtualmente num ditador, através do estado de sítio, prisões e tudo o mais, significaria que voltaríamos ao Estado Novo.

Na medida em que eu pudesse contribuir para evitar isso, para isolar o episódio, tirar dele toda a importância que poderia assumir, deixando-o como episódio isolado, uma rebelião sem conseqüências de militares exaltados, eu estava contribuindo para manter o Congresso aberto, a imprensa livre, enfim, para manter o que o próprio Juscelino, por seu lado, mantinha no país, apesar das restrições que já apontei (fechando-me o rádio e a televisão).

Bento Gonçalves foi ao Ministro da Guerra, que começou a tomar providências. Mas a perseguição já se tornara inútil. O curioso é que alguns oficiais nunca compreenderam minha posição no caso. Por exemplo, o Burnier só veio a fazer as pazes comigo, e não sei se foram pazes verdadeiras, no dia 31 de março, quando de repente apareceu na porta do Palácio Guanabara com um jipe sobre o qual tinha construído umas coisas muito estranhas, uma espécie de mísseis feitos em casa, no quintal, que pretendia disparar em cima dos tanques. Se aquilo ia disparar ou não, até hoje não sei. Sei que era uma geringonça, máquinas complicadíssimas que ele tinha montado ou que alguém tinha montado para ele. Em 64, Burnier me apertou a mão. Mas na ocasião de Aragarças me considerava um traidor. O Haroldo Veloso, este nunca teve uma palavra de censura contra mim. Ao contrário continuou amigo meu até o fim da vida, até quando se meteu em política e foi eleito deputado. O rapaz civil que estava nisso, Roberto Rocha Souza, continuou meu amigo até hoje, amigo assim fraterno, fidelíssimo. O Luís Mendes de Moraes, que nunca tinha sido meu amigo, até hoje continua a não ser meu amigo e até hoje não sei o juízo que faz de tudo isso, porque nunca soube de nenhum comentário seu.

Alguns grupos da FAB, que não participaram do movimento, acharam que eu me excedi. Acharam, em suma, que eu devia ter me calado. Mas eu, talvez pretensiosamente, colocava o problema da ordem democrática do Brasil acima dos nossos ressentimentos contra o Juscelino ou contra quem quer que fosse, estava convencido, certa ou erradamente, estava convencido de que o Lott ia se aproveitar desse movimento para pedir o estado de sítio, prender deputados, enfim, voltarmos ao Estado Novo.

Em todo caso, furou-se o balão. Realizou-se a sessão da Câmara com relativa normalidade, falou-se no episódio que se encerrou logo, porque de tudo isso a única coisa que ficou foi um fato desagradável: seqüestraram um avião — foi o primeiro caso de seqüestro de avião no mundo, eu acho. Seqüestraram um Constellation da Varig ou da Panair, em que estava o irmão do Renato Archer, que foi presidente de um desses institutos de onde nasceu o INPS, Remi

Archer. Seqüestraram o Remi Archer e o levaram para Buenos Aires, mas ele foi bem tratado. Não houve maus tratos, não houve nada, mas como sempre a família fica assustadíssima. Entre outras coisas ele era casado com uma das minhas primas.

O episódio morreu ali. E mais uma vez o Juscelino teve a sabedoria, a habilidade incrível de tomar a iniciativa e pedir anistia. Depois de algum tempo em Buenos Aires, essa gente voltou toda. E vários deles, senão todos, foram readmitidos. O que desarmou espiritualmente a FAB em relação ao Juscelino de uma maneira incrível. Porque é muito difícil você continuar a manter ódio contra um homem que, atacado assim por uma rebelião militar, toma a iniciativa de pedir anistia.

Depois o Juscelino deu um dos golpes mais hábeis de sua vida. A velha aspiração da Marinha, das mais antigas aspirações da Marinha, era ter um porta-aviões. Até hoje se discute se o porta-aviões seria útil ou não, mas, para a Marinha, ter um porta-aviões era o que hoje é para muita gente no Brasil, ter a bomba atômica. Nesse nível. Mas a FAB se opunha terminantemente, pois criada no governo do Getúlio seu primeiro ministro foi um civil, o Salgado Filho, era uma arma autônoma, e a existência de um porta-aviões importava na criação de uma aviação naval. Até então, ainda hoje há um pouco, mas até então sobretudo a FAB continuava, de certo modo, não é bem dividida, mas classificada entre os que eles chamavam os “oriundos” do Exército e os “oriundos” da Marinha. Por exemplo, o Brigadeiro Eduardo Gomes era oriundo do Exército, do tempo em que havia uma aviação militar no Exército. Outros vinham da Marinha, tinham sido aviadores no tempo em que houve um esforço de aviação naval.

Então, um porta-aviões importava na criação de uma aviação naval autônoma, isto é, vinculada aos navios, o que representava um enfraquecimento e um desprestígio para a Aeronáutica. Mas do ponto de vista do Juscelino foi um golpe político enorme. Como o maior centro de resistência a ele era a Aeronáutica, ele criava um paralelo com a aviação naval; ameaçava a Aeronáutica com a criação da aviação naval. Com isso, se de um lado ele indignou os brigadistas, muitos dos quais protestaram e foram para a reserva, de outro lado pôs a Marinha incondicionalmente a seu lado.

A compra desse porta-aviões, na ocasião, foi considerada um dos escândalos do governo do Juscelino. Confesso que não tive, na época, condições de investigar isso e muito menos hoje. Não sei se foi escândalo do ponto de vista financeiro ou não. Houve quem dissesse que políticos juscelinistas ganharam muito dinheiro a custa disso. O fato é que, se não me engano, o governo inglês nos vendeu de segunda-mão um porta-aviões que na única vez que saiu da barra voltou porque não tinha condições de navegar; um porta-aviões cuja manutenção custava por mês quase todo o orçamento da Marinha. Aí começaram a criar uma aviação naval, uma base aeronaval em São Pedro d’Aldeia, e estabeleceu-se um choque entre Marinha e Aeronáutica.

Eu mesmo posso dar um bom exemplo desse clima, como no dia em que, como governador, tive de fazer uma visita a um cruzador da Marinha. Houve um almoço no tombadilho, levantou-se um almirante, que se chamava Rademaker (foi da Junta Militar), e fez um discurso que era uma verdadeira diatribe contra a Aeronáutica. Mas um discurso que a mim, como civil, me constrangeu enormemente porque era uma verdadeira declaração de guerra à Aeronáutica. Tudo por causa da oposição da FAB à aviação naval.

E o Juscelino ficou de fora. Comprou o porta-aviões, deu aquele brinquedo para a Marinha se distrair, e ficou de fora assistindo a briga. Briga essa que só o Castelo Branco, com sua autoridade incontestável e incontestada, resolveu no dia em que acabou com a aviação naval. Resolveu que os aviões do porta-aviões seriam pilotados por aviadores da Aeronáutica. Uma decisão que só o Castelo Branco poderia tomar, porque tinha uma autoridade militar absoluta. Ele pôs fim àquela querela, que durou todo o governo do Juscelino, que dela se beneficiou, como se pode imaginar, enormemente, porque dividiu realmente... o Brigadeiro Eduardo Gomes não podia apoiar a idéia da aviação naval. O almirante fulano de tal não podia apoiar a idéia de não ter o porta-aviões. Os maiores amigos, no caso, tiveram posições divergentes, mesmo quando se respeitavam. Juscelino, politicamente, lucrou com isso, ficando de fora e não se metendo na briga. Depois, nem Jânio Quadros, nem ninguém teve coragem de mexer no assunto. Foi um dos atos de coragem do Castelo. Ele chegou e impôs a solução. Mas impôs a solução porque tinha atrás de si o Exército, que desempatou a briga.

E como, vez por outra, estamos falando de costumes políticos do país, há importantes e curiosos acontecimentos na Câmara no meu tempo de deputado. Tivemos debates parlamentares variadíssimos. Como os da famosa questão do acordo do Roboré. O Brasil tinha feito um acordo para explorar petróleo na Bolívia. Apresentaram-se vários grupos privados brasileiros para isso. O Deputado Sérgio Magalhães apresentou um requerimento para uma comissão parlamentar de inquérito. Havia uma praxe na Câmara, que eu sempre achei estúpida, mas foi sempre seguida, de que o autor do requerimento não podia participar da comissão. Praxe, a meu ver, inteiramente insensata. Mas era praxe. Então ele não pôde participar da comissão.

Havia um quorum para requerer a comissão, como até hoje. Eu mesmo assinei a proposição e começou a discussão em torno do acordo do Roboré. Sérgio Magalhães me procurou em casa — nós tínhamos relações muito cerimoniais, porque ele era muito ligado à esquerda, enfim, nacionalista muito exaltado e além disso era irmão do Agamenon. Mas ele me procurou e disse: “Olhe, eu vim lhe fazer um apelo. O nosso pessoal na comissão é muito fraco. O pessoal da UDN, confesso e você vai me desculpar, mas não confio neles. E esse inquérito vai fracassar. E como você tem jeito para esse negócio, já participou de vários inquéritos, queria pedir-lhe que se indicasse” — o líder podia se indicar a si mesmo — “para a comissão”.

Tomei um certo susto. Um deputado nacionalista, desses que me acusam de servir ao imperialismo americano, vem me pedir auxílio. Que negócio é esse? Mas disse: “Pois não, topo.” E me indiquei para a comissão. Eu não sabia grande coisa dos acordos do Roboré e nem tinha acompanhado o assunto direito. O próprio Sérgio Magalhães começou a me dar os elementos. Nessa altura, fui procurado por dois irmãos, coronéis que tinham participado do 11 de novembro ao lado do Lott. Um já morreu, o outro não sei se está vivo. Eram dois gêmeos, os irmãos Bittencourt. Um deles tinha participado de todo seguimento do acordo Roboré — tinha uma documentação enorme — e me forneceu todos os dados de que dispunha. Estudei a documentação e depois conversei longamente com ele.

E começamos o inquérito, que envolveu toda espécie de gente: Celso Rocha Miranda, Walter Moreira Sales, fulano, beltrano, o Soares Sampaio, etc. Verificou-se que atrás de Soares Sampaio, por exemplo, estava a Gulf. De repente,



apareceu um personagem que foi o caso mais curioso de todos. Era um gaúcho que chegou lá e, quando comecei a interrogá-lo, o homem desabou, não agüentou. Porque os outros, não. Os outros responderam e alguns até muito bem. O Soares Sampaio, por exemplo, se saiu muito bem nas respostas. Mas o gaúcho, que era ligado à Associação Comercial, não tinha capitais que se soubesse, não tinha precedentes em petróleo, não tinha *know how* nenhum, nada, absolutamente nada. Começou por dizer que não entendia nada de petróleo. “Então por que é que o senhor entrou numa concorrência para explorar petróleo na Bolívia?”. De interrogação em interrogação, verificou-se que ele se tinha agarrado ao Palácio do Catete, conseguido uma recomendação do Juscelino para incluí-lo entre as firmas que se habilitavam ao negócio. Então aí desarmou-se o homem, que sumiu e desapareceu do horizonte.

Outro debate curioso foi o da greve da Panair. A Panair — que formava, à custa de milhares e milhares de dólares, todo um grupo de pilotos de primeira ordem, dos quais alguns ainda andam aí pilotando avião — era uma companhia fortemente subvencionada pelo governo, com linhas internacional e nacional, uma companhia pioneira, presidida pelo Paulo Sampaio e dirigida tecnicamente pelo atual presidente da Varig, o Eric de Carvalho, que é um homem de aviação estupendo, mas tinha naquela época um péssimo relacionamento com os pilotos. Uma vez, no Maranhão, a tripulação foi intoxicada pela comida estragada de bordo. O comandante do avião fez uma reclamação severa à direção, porque já não era a primeira vez que isso acontecia, e foi demitido sumariamente. O pessoal da Panair se declarou solidário com ele e entrou em greve. Entraram em greve, e o Paulo Sampaio, enfim, a Panair, recorreu à Justiça do Trabalho e ganhou em primeira instância. Vários amigos meus, à frente dos quais estavam o Luís Fernando Carneiro, hoje industrial em São Paulo, e o Wilson Machado, que depois foi meu piloto e auxiliar no Guanabara, me procuraram para dizer: “Olha, a situação é essa, assim assim, e nós só temos um jeito: precisamos que alguém nos defenda na Câmara, senão estamos todos perdidos. Não é só a defesa pessoal nossa; é também a do patrimônio do país. O que a Panair tem, está desmantelado, porque todos foram demitidos. Se acabar a Panair, o Brasil terá jogado fora todo o dinheiro que gastou para formar cada um de nós nos Estados Unidos. Isso tudo irá pelos ares.”

Eles estavam reunidos em uma casa em Copacabana, quando pedi uma comissão parlamentar de inquérito para examinar a greve da Panair. Consegui assinaturas de gente como Artur Bernardes. Consegui quorum e instalou-se a comissão. Nessa altura, o Antônio Carlos Almeida Braga, hoje sócio do Bradesco e da Atlântica, e que naquela ocasião era quem fazia os seguros da Panair, mandou me perguntar se eu aceitaria um encontro com o Paulo Sampaio num terreno neutro. E nós nos encontramos em casa do José Nabuco. Aí o Paulo Sampaio com uma grande tranqüilidade me disse: “Eu não tenho medo da Câmara, não tenho medo de inquérito nenhum, já ganhei na primeira instância.” Eu avisei: “Olha, Paulo, ganhar na primeira instância não quer dizer nada. Você vai perder na segunda, no plenário do tribunal. Mas meu problema não é esse. Meu problema é que você está jogando fora uma fortuna que o povo brasileiro pôs na Panair.” Ele disse: “Mas estou defendendo o princípio da autoridade”. Eu: “Bom, então, se é o princípio da autoridade que você quer preservar, trago autorização dos rapazes grevistas para você escolher entre eles doze que você considere cabeças e demitir esses doze. Eles aceitam a demissão e você faz voltar os outros. Não há maior prova de sacrifício, de desprendimento, de amor

à empresa e à profissão do que essa. Eles me autorizaram a dizer a você para escolher os nomes, doze, que você achar que sejam os cabeças. Então escolha os doze e os demita. Paro o inquérito, autorizado pelos grevistas”.

Ele respondeu: “Não. Estou defendendo um princípio. Estou defendendo o princípio da disciplina. Estou com a justiça do meu lado e vou até o fim”.

“Paulo, você não sabe o que é um inquérito parlamentar. Você está brincando com fogo; eu estraçalho você, porque num inquérito parlamentar bem feito, você não tem nem condições de responder às perguntas que vou fazer”. E ele, naquele clima assim de uísque, de conversa e tal, me pôs o dedo no nariz: “Não tenho medo nenhum de você, nem de deputado nenhum, nem de grevista, nem de nada. Até logo”.

No dia seguinte, convoco o Paulo Sampaio à CPI e ele aparece com uma legião de assessores e advogados.

A primeira pergunta que fiz foi a seguinte: “Como é que o senhor explica que, sendo presidente de uma companhia brasileira de aviação, é o maior acionista de uma companhia venezuelana de aviação? Está aqui o *Diário Oficial* da Venezuela em que aparecem os estatutos e a razão social da companhia venezuelana de aviação e o seu nome como o grande acionista.”

“Além disso, como é que sendo presidente da Panair o senhor é grande acionista da Cruzeiro do Sul? E mais: como é que o senhor explica ter trazido a bordo de aviões da Panair contrabandos para D. Alzira Vargas? (Não era contrabando nada, coitada! Era *paté de fois gras*, champanha, essas gentilezas!) Além disso, isso, aquilo e aquilo outro...” E, como a maior parte das coisas ele inclusive ignorava, porque era um presidente um pouco nominal, achou-se completamente. Aí os rapazes voltaram todos e nós ganhamos a greve da Panair.

Esse foi um dos fenômenos curiosos, porque na Câmara não havia quem o compreendesse bem. Os deputados de esquerda não entendiam a história da Panair, nem como eu estava defendendo grevistas. Então, o pessoal de esquerda não sabia se defendia a greve junto comigo, ou se deveria dizer que ela era injusta porque eu a estava defendendo e ganhando. Nessa ocasião, ou o Eric de Carvalho ou o Paulo Sampaio ou alguém, teve a idéia de convidar um grupo de jornalistas para fazer uma viagem a Paris. E entre esses jornalistas estava o nosso famoso e querido cronista, autor do “Ninguém me Ama”, Antônio Maria. Então, o Antônio Maria começou a defender o Paulo Sampaio e a elogiar a Panair. Eu aí parti para cima dele com a violência que vocês podem imaginar! Quer dizer, para cima do grupo todo, não só dele. Um grupo de esquerda festiva que se punha a favor de uma empresa, que se punha a favor do patrão, contra uma greve, em troca de uma viagem a Paris. Eles não se venderam; não foi bem uma troca! Apenas não tinham dado importância à greve. Mas eu, evidentemente, salientei muito esse aspecto. Daí veio a raiva do Antônio Maria por mim, que durou até o fim de sua vida, coitado. Ele se sentia muito culpado e ficou danado por eu ter denunciado a coisa.

Já a criação de Brasília não incluiu entre meus grandes debates. Fiz alguns discursos contra Brasília, mas fui muito peiado, muito freiado, porque grande parte da bancada da UDN era a favor da nova capital. Para começo de conversa, todos os deputados do Brasil central. Por exemplo, o Caiado, de Goiás, chegou para mim e disse: “Olha, comigo você não conta! Vou votar com o Juscelino nisso. Sou a favor de Brasília.” E quase todos os deputados de São Paulo. Eu me lembro de um famoso discurso do Herbert Levy, porque realmente, na hora,

me revoltou. O Herbert Levy, para justificar Brasília, dizia que o Rio de Janeiro era uma cidade ingovernável! Era uma cidade de buates, cidade de vida noturna e dissoluta!

Quando desceu da tribuna, não agüentei, apesar de me dar muito com ele, e disse: “Oh, Herbert, sou um sujeito que raramente vou a uma buate no Rio de Janeiro. Agora, não tenho culpa de vocês, deputados paulistas, passarem as noites nas buates do Rio. Isso não é motivo para mudar a capital! Se você não tem virtude para resistir às noites na buate, não precisa mudar a capital por causa disso”.

Em suma, eu abriria uma crise muito séria na UDN por uma causa perdida de antemão. Então, como eu já estava em época de viajar e não recuso uma viagem, fiz uma retirada estratégica. Fui embora para a Europa e deixei a UDN votar à vontade a mudança da capital para Brasília, que era inelutável.

De volta, me deparei com uma loucura que foi a Lei San Tiago Dantas. Em 24 horas foi decidida a mudança para Brasília. A Câmara e o Senado — praticamente em 24 horas — votaram a lei que criava o Estado da Guanabara. Então, apesar de todo o talento do San Tiago Dantas, foi uma lei completamente, vamos dizer, informe. Deixava um feto, que era o Estado da Guanabara. Não era nem uma criança recém-nascida, era um feto! Não tinha estatuto jurídico, não tinha como definir! Não tinha nada! Simplesmente, como não se podia deixar um vácuo aqui, criaram o Estado da Guanabara e nomearam um governador provisório, o Embaixador Sette Câmara. Aí, sim, deu muito trabalho estruturar juridicamente o Estado; criar uma constituição; definir as áreas de competência; providenciar a transferência do que era do governo federal, e assim por diante.

Uma das coisas curiosas da minha vida política foram as acusações dos comunistas, logo encampadas pelos festivos, de que eu era um “vendido ao imperialismo americano”.

Pessoalmente, devo dizer que nunca conheci o imperialismo norte-americano. Nunca fui apresentado ao imperialismo norte-americano. Na realidade — e os que trabalharam comigo na *Tribuna* são testemunhas disso — as empresas americanas, como muitas brasileiras, evitavam anunciar na *Tribuna da Imprensa*, sob a alegação, muito fácil de fazer, de que ela não tinha circulação. Realmente não tinha circulação que justificasse programar anúncios. Então diziam: não tendo o jornal circulação, programá-lo vai parecer que estamos protegendo um jornal de oposição violenta ao governo, e isso não pega bem para nós. Quando vi, outro dia, essa tentativa de ressuscitar o inquérito do IBADE, achei uma graça enorme... Porque, certa vez, muito depois de tudo isso (não sei se já estava casado), durante um jantar em casa do Gasparian, o José Aparecido, que era muito ligado de um lado ao Jânio e do outro à esquerda festiva, me confessou que pediu o inquérito parlamentar sobre o IBADE para ver se me pegava.

Aí, coitado, encontrou recibo das pessoas mais honestas da Câmara, tão honestas que tinham a ingenuidade de passar recibo assim: “Recebida do Instituto Nacional — o IBADE — a importância de x cruzeiros para minha campanha eleitoral, assinado, por exemplo, Raul Pilla”, assinado enfim pelas pessoas mais respeitáveis da Câmara e que tinham tomado aquilo como contribuição sem compromisso.

José Aparecido contou-me: “Desses nomes todos, o único que não encontrei foi o seu.” Então, rindo muito, confessou seu profundo desapontamento, porque ele mesmo tinha dito: “Fiz o inquérito para pegar você. Estava convencido de que você estava enterrado até o pescoço no IBADE”. Eu lhe contei então: “É

que você não sabe que esse rapaz, o Hasslocher,\* uma vez, foi me oferecer no palácio uma cadeia de rádio e televisão para minha candidatura à Presidência da República e respondi que só aceitaria no dia em que ele fosse capaz de dizer de onde vinha o dinheiro do IBADE, que eu só poderia ir à televisão no dia em que pudesse responder a uma pergunta como: 'Mas quem está pagando isso?' Se pudesse dizer: 'É a Shell, é a Standard Oil, ou é... sei lá quem!' Sou capaz de dizer: 'É', mas não sabendo, não podendo dizer quem paga, não vou aceitar um negócio que, em vez de me ser favorável, vai ser desfavorável. Se não, puder dizer de onde vem o dinheiro como é que vou fazer o programa?" E recusei.

Estou convencido de que o dinheiro do IBADE veio de um grupo de empresas — não só americanas —, um grupo de empresas estrangeiras e nacionais, a quem esse rapaz Hasslocher convenceu que era necessário reforçar eleitoralmente e perante a opinião pública os elementos que combatiam o comunismo, quaisquer que fossem os partidos a que pertencessem. Então, o IBADE subvencionava jornais, subvencionava eleição de deputados do PSD, da UDN, do PTB, praticamente de todos os partidos. Muitos recusaram, muitos nem souberam do fato, muitos outros aceitaram normalmente, achando que era uma contribuição para a campanha, que não os obrigava a nada, senão a continuar na mesma posição que sempre tinham tido e que continuavam a ter. Não conheço ninguém, salvo erro ou omissão, não conheço ninguém que tenha se vendido ao IBADE. Conheço, sim, gente, honesta ou desonesta, conforme o caso, que recebeu contribuições do IBADE para sua campanha eleitoral, o que, aliás, na ocasião, não era proibido por lei nenhuma.

Agora que o dinheiro do IBADE veio de empresas privadas é fora de dúvida, mas não só de empresas americanas; veio de empresas estrangeiras e nacionais interessadas em preservar no país um clima de... vamos dizer de respeito aos seus interesses, um clima que eles chamariam de "democrático".

Outro acontecimento importante da época da minha vida política foram os comícios que, com Juraci Magalhães, comecei a fazer pelo interior do país. Com a proibição do acesso ao rádio e à televisão, criou-se o problema de como manter o povo politizado, como não limitar a oposição ao âmbito da Câmara e do Senado. Então, não me lembro mais de quem foi a idéia, se do Juraci, se minha, ou se de um terceiro, saímos naquilo a que me referi outro dia, a Caravana da Liberdade, e percorremos realmente o Brasil inteiro. Só no interior de São Paulo acho que fizemos mais de 50 comícios. Fazíamos dois, três comícios por dia nos Estados que têm cidades mais próximas: um de manhã, um ao meio-dia, na hora da feira, outro à noite. Era um nunca acabar de comícios.

Bom, mais uma vez tenho que voltar um pouquinho atrás, porque aqui entra o Jânio Quadros. Interrompemos aqui a conversa. Quando Jânio Quadros teve aquela "tremenda" vitória para Prefeito de São Paulo, fui lá e mantive o primeiro contacto com ele. Era seu Chefe de Gabinete o Afrânio de Oliveira, que foi para ele um amigo precioso, um amigo incondicional, tanto quanto também foi depois um inimigo incondicional. O Afrânio me recebeu muito bem e daí datam as minhas excelentes relações com ele, que, graças a Deus, duram até hoje ininterruptas. Afrânio me introduziu junto ao Jânio. O Jânio me surgiu, pelas informações dos nossos amigos de São Paulo, como, por exemplo, o Roberto de Abreu Sodré, como grande administrador. Dizia-se: bem, quem fez mesmo

---

\* Ivan Hasslocher, presidente do IBADE: Instituto Brasileiro de Ação Democrática. (N. da E.)

as coisas foi o Carvalho Pinto, Secretário da Fazenda. Mas o fato é que Jânio era o mito que se estava criando, era ele o centro dos acontecimentos, o grande administrador e o homem popular, exatamente o que faltava à UDN. Nessa época, já era visível que a Prefeitura de São Paulo era um degrau para o governo do Estado e o governo de São Paulo um patamar para a Presidência da República. Conversamos e eu fiquei muito impressionado com o Jânio, impressão que conservo até hoje e que é, nesse sentido, muito positiva a seu respeito, apesar de tudo de mal que tenho a dizer dele, e que é muita coisa. Nunca encontrei um homem público no Brasil que tão rápida e intensamente se preocupasse com problemas de interesse público quanto o Jânio, quer pela rapidez de compreensão, quer por um certo desprezo pela política, muito parecido com o que eu tenho. Quer dizer, para ele a política era um instrumento para chegar ao poder; não era um homem que se divertisse com a política pela política.

Se ele estivesse conversando política com meia dúzia de pessoas e você chegasse e lhe apresentasse um problema concreto da ponte não sei de quê, da represa não sei de onde, ou dos emigrantes não sei o quê, ele largava a conversa política, qualquer que fosse, e começava a se interessar por esse assunto e ia se informar com aquele gosto que tem pela pergunta; pergunta, pergunta, pergunta, pergunta, e compreende. Compreendia com uma rapidez incrível e, nessa época, apesar de já haver muita acusação contra ele, demagogia, negócio de caspa jogada no ombro, algumas inclusive, na época, me pareciam absolutamente inacreditáveis, habituado que estava a esse gênero de calúnia no Brasil.

Bem, o que importa é que esse homem se interessa pelos problemas. O que importa é que esse homem tem carisma popular, o que importa é que esse homem tem, enfim, condições de chegar à Presidência da República por um movimento de oposição. Então, pela primeira vez, a oposição atingiria o governo e pela primeira vez funcionaria no Brasil o sistema democrático.

Eis que, senão quando, em plena luta da *Última Hora*, já ao final da luta da *Última Hora*, a que já nos referimos longamente outro dia, o Jânio veio me visitar. Vem ao Rio e me visita na *Tribuna da Imprensa* e me diz o diabo da *Última Hora* e me diz o diabo do Samuel Wainer, e que considera tudo aquilo um escândalo inominável. Quando volta a São Paulo, publico suas declarações e recebo o maior desmentido dele, publicado na *Última Hora* de São Paulo: “Nunca disse isso, nada disso, nunca me referi à *Última Hora* para o Sr. Carlos Lacerda, absolutamente, tudo isso é uma invenção”. Bom, aí eu telefonei para ele e disse: “Você não passa de um mentiroso e realmente é um charlatão”. Evidentemente rompi com ele e parti para uma campanha em cima dele duríssima.

Aqui, voltamos à Caravana da Liberdade, que muitas vezes fiz com febre, porque o Juraci tinha a religião da pontualidade: uma verdadeira obsessão pela pontualidade e pelo compromisso assumido. Não o compromisso moral — aí ele não tem tanto —, mas o compromisso formal, aquele negócio “prometi que eu vou ao batizado do fulano”, então pode chover canivete que ele vai, porque se comprometeu. Então ele me tirava da cama, às vezes eu doente, para ir a Goiás fazer o comício. As duas ou três vezes que deixei de ir, ele ficou na maior indignação do mundo, porque, modéstia à parte, eu era um pouco a “estrela” da companhia, era assim o “Alvarenga e Ranchinho”. E a gente ainda levava de quebra um Tenório, que entusiasmava as massas, contando aquelas histórias e com aquela capa, que tinha uma audiência enorme no interior. Você pode imaginar o que era a legenda do Tenório Cavalcanti no interior: os sujeitos ouviam o Tenório uma hora e meia, duas horas, um discurso interminável onde

ele ia engatando uma coisa na outra. De vez em quando dizia coisas muito engraçadas e sobretudo nas cidades mais humildes encantava aquela gente. Afinal, era a primeira vez que ouviam um sujeito da UDN falando feito matuto e com “ar de povo”. E ainda ia de quebra, de vez em quando, o Amaral Neto, também com a demagogia dele.

Em cada um desses lugares, evidentemente, havia os oradores locais. Como disse outro dia, geralmente eu ficava para o fim. Eu dizia sempre que era um jóquei a quem só davam para montar cavalos cansados, porque chegava por último com o pessoal já exausto de ouvir discursos. Eu falava, às vezes, por volta das onze e meia da noite numa cidade do interior para pessoas já sonolentas, umas indo embora, outras com as crianças no colo já chorando ou dormindo, e eu “tome discurso”. Nessas caminhadas, freqüentemente viajando de avião, aconteciam aquelas coisas que contei outro dia e que não vale a pena repetir: aqui cortavam a luz, ali cortavam não sei o quê; chegava num lugar soltavam um bando de urubus. Mas de modo geral foram comícios muito úteis e importantes pelo fato de estarmos ainda longe da campanha eleitoral e de reunir, uns pelos outros, certos nomes nacionais, percorrendo cidades nunca dantes percorridas, falando de eleições no futuro. Era aquela autoridade moral a que me referi outro dia; eu não ia pedir voto para mim, não era candidato por ali, nunca pensei em ser candidato por Mato Grosso ou pelo Rio Grande do Sul. O importante é que falávamos de coisas cívicas e de problemas nacionais. E é claro que usávamos de muita coisa, quer dizer, a gente chamava o Juscelino de “presidente voador”. Então, estava discursando e de repente passava um avião e eu aproveitava: “Olha! Lá vai ele, está lá em cima, está fora do Brasil, na estratosfera, nós estamos aqui, olha, junto de vocês. Na véspera da eleição, aí ele vem aqui. Mas agora ele está lá na Ilha de Bananal, está lá se divertindo com os índios”.

Com esse tipo de campanha, começou um diálogo que deu à UDN realmente uma aproximação com o povo, como ela jamais tivera. Começou, realmente, um diálogo “povo-UDN”. Mas isso com resistências incríveis. Fazer um comício em Volta Redonda não era “mole” — uma cidade que deve sua existência ao Getúlio, ele foi o homem que batizou a siderurgia, embora não a tivesse feito. Não era fácil chegar lá e falar para um grupo de operários da Siderúrgica de Volta Redonda sobre os perigos da volta do Estado Novo.

Acho que foi aí, vamos dizer, que fiz um nome nacional, porque antes — desculpe a imodéstia — o meu nome seria nacional, conhecido, mas sob um ponto de vista muito polêmico. Houve a fama de assassino de Vargas e a fama de libertador — esse contraste de opiniões, brigas de família por causa disso —, mas havia desconhecimento físico da pessoa. E aí começou o contato pessoal. A gente saía de Teresina, desembarcava em Fortaleza, de Fortaleza ia para o Crato; do Crato para Orós, de Orós para João Pessoa; de João Pessoa para Pesqueira, de lá não sei para onde. Fomos parar nos lugares mais incríveis do Brasil.

A tônica da campanha era a corrupção do governo Juscelino, era o desperdício, era aquilo que o Juscelino, num momento de muita infelicidade, tinha chamado do “progresso às caneladas”. Era o grau de crescimento da inflação; que, trocado em miúdos, quer dizer custo de vida; aquela famosa frase do francês, creio que é do Pinay,\* que eu usava muito nos comícios: “Os salários sobem pela escada

---

\* Antoine Pinay, ex-Primeiro-Ministro da França. (N. da E.)

e os preços pelo elevador”, coisa que o povo inteiro entendia, porque estava sentindo na carne.

Em suma, era, para resumir, um processo de politização que hoje se chamaria de conscientização, com os melhores resultados do mundo, não só pessoalmente, quer dizer, politicamente para nós, não só para a UDN partidariamente, mas para o país em geral, no sentido de que chegávamos a massas que nunca tinham sido abordadas, senão em vésperas de eleição. Começamos a pregação em 1958, isto é, dois anos antes da eleição presidencial, quando nenhum deputado ou senador tinha aparecido ainda para falar ao povo.

Viajávamos em avião comercial. Não havia dinheiro para alugar avião particular. Isso a UDN nunca teve. A UDN foi sempre — é muito difícil de acreditar nisso, mas peço a vocês que acreditem, porque é a rigorosa expressão da verdade — o partido mais pobre do Brasil. Por série enorme de circunstâncias, a UDN se sustentava praticamente da contribuição de deputados, senadores, de subscrições que fazia e de alguns contribuintes avulsos. A sede da UDN era o que havia de mais humilde. Era um partido realmente muito pobre. Os candidatos, alguns deles, eram ricos e gastavam fortunas na sua respectiva eleição, mas o partido, como partido, era paupérrimo. Em muitos casos, mas muitos casos mesmo, a passagem de avião era paga com o nosso subsídio, paga por nós. Raramente, o comitê local da UDN do Amazonas, por exemplo, mandava a passagem só quando isso os beneficiava no momento.

Nessas longas viagens de avião, evidentemente conversava-se sobre muita coisa. Juraci virava-se para mim e dizia, mais de uma vez e com a maior frequência: “Carlos, estou fazendo isso porque estou chegando ao fim da minha carreira política; acho que agora é a sua vez, acho que de tudo isso deve sair a sua candidatura à Presidência da República”. E eu, por mais que isso pudesse me seduzir — não vou dizer que não era sedutor, ver o presidente da UDN, para cuja eleição eu tinha contribuído, me oferecer assim numa bandeja a candidatura à Presidência — dizia a ele: “Olha, ó Juraci, em primeiro lugar tire da cabeça a idéia de que a UDN tem condições já para vencer sozinha uma eleição para a Presidência da República; em segundo lugar, não me sinto ainda preparado para isso; não tenho nome nacional capaz de enfrentar o nome que o Juscelino vai apresentar supondo que ele não se reeleja, se conseguir modificar a Constituição. E, sobretudo, não tenho condições, nem a UDN, de enfrentar a aliança PSD-PTB mais os comunistas e classes anexas. De maneira que acho que a gente deve tirar isso da cabeça, não pensar nisso e ver depois no que vai dar”.

Mas ele insistia, insistia muito: “Acho que você... não tire isso da cabeça, prepare-se para isso, nós temos que preparar você para ser nosso candidato”. Bem, um belo dia, já no fim da campanha — a campanha não teve um fim, mas foi esmorecendo e esmoreceu exatamente a partir daí —, eu estava numa casa que tínhamos aqui na Samambaia, em Petrópolis; de manhã, me apareceu o Embaixador Maurício Nabuco, vestido de lorde inglês, com umas meias compridas e umas calças curtas. Uma figura maravilhosa. Sai o Maurício Nabuco e entra o Raimundo Padilha; também faz uma vista e aí entra o Juraci Magalhães — por mais esforço que eu faça, sei que no momento não vou me lembrar com quem estava, mas ele foi com mais alguém —, chegou ele e me disse: “Carlos, você não aceita a sua candidatura à presidência?” “Não, Juraci, o problema não se coloca em termos de aceitar; o problema se coloca em termos de que ela é inviável; inviável porque não estou preparado para garantir a vitória; inviável porque a UDN ainda não tem forças para ter um candidato sozinha e por muitas outras razões, cujas principais são essas...”

Aí ele me disse: “Porque eu tenho e posso trazer o apoio do Juscelino para minha candidatura e talvez o do Jango. Se a UDN me fizer candidato, garanto o apoio do Juscelino e pelo menos a simpatia do Jango”. Respondi: “Bom, então você é candidato a rei, porque é um candidato de união nacional, *ad liminem*. Mas nessas circunstâncias não sou a favor da união nacional; nós vivíamos dizendo que o governo é corrupto, que o governo está inflacionando o país, que o governo é um resto da ditadura, que é a máquina da ditadura, então você vai fazer o quê, lá? Quais são os seus compromissos? De que lado ficam os seus compromissos? Como é que você vai ser presidente de forças inteiramente opostas e que se excluem? Não vejo bem como você vai fazer!”

Juraci respondeu: “Mas Carlos, depois de toda essa nossa convivência, você sabe bem o apreço que lhe tenho e sabe bem que, se dependesse de mim, você seria o candidato”. Agradei: “Muito obrigado, mas isso não me obriga à reciprocidade: se não sou candidato, é porque acho que a UDN sozinha não faz um Presidente da República, e isso não me leva a apoiar sua candidatura só porque você acha que traz todos em seu apoio. Penso que a UDN não pode apoiar o mesmo candidato do Juscelino e do Jango. Não tem sentido”.

É até desagradável contar isso, porque parece que a gente está falando mal das pessoas na ausência delas. Mas depoimento é depoimento. Ele que conteste, se quiser.

Ele continuou: “Você sabe que, no meu governo, você escolherá a Pasta que quiser, o que não será favor nenhum, porque acho que você está preparado para exercer qualquer dessas funções”. E eu: “Juraci, você está tornando a conversa extremamente difícil para mim; quanto mais você me oferecer, mais vai me obrigar a ser categórico em recusar a apoiar uma candidatura sua. Não se trata de uma questão pessoal, tenho o maior apreço por você e já dei provas disso. Trata-se de uma questão de princípios: lutamos esse tempo todo para reformar esse país e agora você vai ser um presidente amarrado a compromisso com o PSD, com o PTB, com a UDN, quer dizer, não entendo e não sei como isso pode se dar”.

Ele saiu extremamente aborrecido, não brigado, mas evidentemente nada satisfeito com o resultado da conversa. A conversa foi longa — ele ainda insistiu — e eu estou resumindo. E aí começou o problema de quem iria ser o candidato.



APOIEI PORQUE O JÂNIO  
GANHAVA DE QUALQUER JEITO

JÂNIO QUADROS ainda era, creio, governador de São Paulo. Como já contei, eu tinha rompido com o Jânio, debaixo dos piores desaforos e acho mesmo que ninguém jamais o atacou assim, com a veemência com que eu o fiz na época da campanha da *Última Hora*. Um belo dia, o Roberto Abreu Sodré procurou-me. “Você aceita um encontro com o Jânio?”

“Olha, Roberto, você já me conhece suficientemente, acho que em política se a gente briga pelo interesse público, pode fazer as pazes pelo interesse público. Se eu brigasse pela honra da minha mãe, poderia nunca mais fazer as pazes. Agora, se brigo por interesse público, faço as pazes por interesse público, pela mesma razão. Não vejo inconveniente nenhum. Mas onde será o encontro?”

“No meu apartamento, na praia de São Vicente”.

Descemos a serra, sábado ou domingo e lá estava o Dr. Jânio Quadros, que se levantou e foi dizendo “Oh, meu amigo, que feliz reencontro!” Sentou-se, começamos a conversar e ele disse: “Você sabe que sou um udenista sem carteira partidária.” (Confesso que não me lembro se, naquela época, Jânio ainda era governador ou se já tinha sido eleito deputado pelo PTB do Paraná, até porque sua passagem pela Câmara foi muito fraca. Ele nunca deu importância ao mandato, não tinha interesse nenhum em ser deputado.)

Continuamos a conversar, ele me disse: “Não quero assumir compromissos partidários, quero ser um candidato popular”. Respondi: “Bem, esse é o maior interesse que posso ter na sua candidatura, espero que, como candidato popular, você leve para o governo as idéias e os princípios que defendemos. Se fizer no Brasil o governo que, dizem, você fez em São Paulo, já fico satisfeito.” Então tivemos uma espécie de entendimento, onde não existia nenhum tipo de compromisso.

E comecei a declarar de público o meu apoio ao Jânio. Aí começou uma onda dentro da UDN; mas muitos dos que tinham as suas bases janistas, aderiram logo à idéia, pois a própria massa eleitoral udenista estava ansiosa, primeiro para chegar ao poder, ganhar afinal uma eleição; segundo porque tinha o fascínio do mito Jânio Quadros. A idéia era de ganhar a eleição, e ganhar com um grande presidente, que tinha sido um grande Governador de São Paulo.

Então surgiram as dificuldades. Por exemplo, fomos à Bahia eu e o Herbert Levy, e o Herbert, em casa do Juraci, começou a contar coisas do Jânio profundamente indiscretas, coisas cabeludas e desagradabilíssimas, coisas que até hoje me pergunto como é que podiam ser justas. Ao mesmo tempo em que elogiavam o Jânio em público, contavam em particular coisas como aquelas.

Esse pessoal de São Paulo tem uma responsabilidade enorme nessa história do Jânio Quadros. Não sei como é que, até hoje, eles não têm vergonha, não têm vergonha — e isto não no sentido de chamá-los de sem-vergonha —, mas não têm o pudor de terem contribuído para que nós todos mentíssemos ao país da maneira como mentimos. Eles nos descreviam publicamente um Jânio Quadros completamente diferente do Jânio verdadeiro. Particularmente contavam intimidades e até casos da vida pública mesmo, negócios, sujeito que ganhou dinheiro de fulano, comendas, empreitadas, e não sei mais o quê.

Bem, o Herbert Levy contou uma série dessas indiscrições em casa do Juraci, que por isso armou apenas a seguinte arapuca: reuniu o diretório estadual da UDN da Bahia, me botou de um lado e o Herbert Levy do outro, e deu a palavra ao Herbert anunciando: “Eu queria que o Deputado Herbert Levy dissesse aos companheiros de diretório estadual da Bahia o que ele acaba de me contar lá em casa sobre o Governador Jânio Quadros”. O pobre do Herbert não sabia onde meter a cara. Primeiro disse apenas: “Não”. Mas, depois atenuou as coisas: “Eu disse que ele era um homem voluntarioso, um homem impetuoso, um homem imprevisível” esse gênero de adjetivos pejorativos, mas que também não o são necessariamente. E não mencionou nada realmente do que havia dito.

O Juraci insistiu: “Não, conte aquelas coisas que o senhor me falou”. E o Herbert: “Mas é, pois é, é o que eu digo, ele é um homem assim, que amanhã pode até não se sujeitar a uma disciplina política e partidária e tal...” “É, mais não foi bem isso que o senhor comentou”. Uma cena de *cross examination*, uma coisa terrível. Bem, aí eu tomei o maior susto com aquela história.

Mas o Jânio acabou lançado pela UDN, apesar de tudo. Surgiu então o famoso episódio da renúncia de sua candidatura, episódio de que, pelo que me lembre, não participei totalmente. Tudo aconteceu mais ou menos assim: Eu tinha dito ao Jânio que achava muito bom que ele começasse a campanha nacional pelo Território do Acre, o atual Estado do Acre, um lugar onde candidato nenhum vai. Então se queremos dar a idéia realmente de um candidato nacional, é bom começar pelo Acre. Jânio disse: “Muito boa idéia” (mas quando ele dizia “muito boa idéia”, você nunca sabia se ele estava dizendo se era muito boa ou muito má). “Vou começar pelo Acre”.

Mas aí começou a pressão dos políticos da UDN em cima dele. Magalhães Pinto vai lá e impõe condições. Vai lá o Cid Sampaio e leva uma “paulada” de condições do Nordeste, SUDENE e não sei o quê. Parecia o General Lee tratando com o General Grant a guerra entre o Sul e o Norte: acabar com o predomínio econômico de São Paulo, etc. e tal. Jânio se comprometeu com tudo que o Cid pediu, evidentemente para ter o apoio da UDN de Pernambuco, e o Cid então chega em Pernambuco e lê, no rádio ou na televisão, tudo o que ele havia lhe prometido, coisa gravemente comprometedora para o Jânio tanto no Sul quanto no Norte — parecia que o Jânio era um boneco, um “pau mandado” de Cid Sampaio, e evidentemente ele ficou uma fúria com isso. Surgiu também o problema do candidato à Vice-Presidência da República: o Juraci, que seria um candidato natural, não aceitou.

Afinal, por exclusão e por imposição do Nordeste — o Nordeste queria um vice “nordestino”, pois o Jânio era do Sul —, apareceu a figura de Leandro Maciel, fazendeiro e político do tempo da República Velha, de antes de 30. Era velho chefe político de Sergipe, um político que tinha suas qualidades, mas que

não tinha nada a ver com Jânio Quadros, absolutamente nada. Era completamente diferente, era um outro Brasil, era uma outra coisa. E o Jânio teve que engolir a candidatura do Leandro Maciel, mas preparou-se desde aí para dar o “pulo do gato”.<sup>1</sup>

Quando, em casa do Roberto Sodré, impõe-se a ida do Leandro Maciel ao Acre, o Jânio já tinha convidado o Fernando Ferrari — que corria por fora como candidato “das mãos limpas” — para ir com ele. E aí o pessoal da UDN fechou questão: não, tem que ir é com o Leandro Maciel; e o Magalhães Pinto lá, o José Aparecido e toda aquela gente na casa do Sodré.

Jânio foi para um canto, bateu um negócio na máquina, veio assim com um ar de quem está se despedindo, entregou o papel para o Aparecido e disse: “Dê aí a esses senhores”. E saiu. Era apenas sua renúncia à candidatura à Presidência da República. Aí pânico! Pânico geral. Puxou o tapete debaixo de todo mundo.

Quando soube da história, pensei: “Mal vai esse negócio, está péssimo”. O Magalhães Pinto pálido, lívido, e o Jânio sumido. Não se encontrava o Jânio Quadros em lugar nenhum. Telefone do Rio: “Cadê o Jânio Quadros?” Telefone para o Horta: \* “Não sei onde está”. Telefone para Quintanilha: \*\* “Não sei onde está”. Afinal, peguei o Napoleão Alencastro Guimarães, egresso do PTB — antigo Ministro do Trabalho, diretor da Central do Brasil no Estado Novo —, que estava apoiando Jânio, e fomos para São Paulo. O Napoleão, assim com a maior humildade do mundo, perguntou: “Você acha que posso ser útil?” Digo: “Acho, porque afinal de contas você representa uma ala, vamos dizer, “renegada” do getulismo, não é mal não”.

Chegamos em São Paulo e fomos para a casa do Horta onde estavam o Quintanilha e mais algumas pessoas como o João Dantas, diretor do *Diário de Notícias*. Eu disse ao Horta: “Você tem que me dizer onde está o Jânio Quadros. Não é possível que esse homem desapareça no horizonte, preciso conversar com ele”. Diz o Horta: “Não sei onde ele está, realmente não sei; ele é um sujeito imprevisível, maluco como você sabe; sumiu mesmo, não sei”. Fui para o Quintanilha e comecei a apertá-lo. O Quintanilha, a certa altura, se impacientou um pouco comigo e disse: “Eu, mesmo que soubesse, não diria, porque tenho ordem dele para não dizer”.

“Então está bem, Quintanilha. Amanhã vou para a televisão denunciar esse palhaço, esse charlatão, esse mentiroso. Vou acabar com esse mito. O resto será o que Deus quiser, mas isso não é possível. Não podemos botar um impostor desses na Presidência da República. Se ele começa assim, imagina como vai acabar”. Aí o Quintanilha, que realmente foi um dos únicos amigos sinceros que o Jânio teve, ficou num estado de espírito tão impressionante que as lágrimas — nunca vi ninguém chorar assim — pulavam, saíam assim, pulavam no chão, molhavam o chão. Chorava convulsivamente. E me disse: “Carlos, não sei como vou dizer... mas não posso contar onde está o Jânio. Ele me proibiu rigo-rosamente”.

De repente me chamam ao telefone e ouço uma voz de mocinha: “É o Dr. Carlos? Quem fala é a Tutu”. Digo: “Oh! Tutu, como vai, você está bem?”

---

\* Pedroso Horta: foi Ministro da Justiça de Jânio. (N. da E.)

\*\* Quintanilha Ribeiro: foi Chefe da Casa Civil de Jânio. (N. da E.)

Estou aqui, atrás do seu pai”. Ela disse: “É exatamente por isso que estou lhe telefonando. O senhor não diga para ninguém, sobretudo não diga para ele que fui eu que avisei. Papai está em casa do Selmi Dei.”

São aquelas coisas que passam na cabeça da gente: “Será que essa menina. . .” (não tinha motivos para duvidar da integridade da menina) “será que essa menina está fazendo isso da cabeça dela ou foi o pai quem mandou telefonar?” Até hoje não sei a resposta. O fato é que cheguei para o Quintanilha e disse: “Já sei onde ele está e vou lá.” Chamei o João Dantas e o Napoleão Alencastro Guimarães. “Vamos tomar o automóvel e vamos embora”. O Quintanilha ainda perguntou: “Você sabe mesmo? Então vou com você”; e eu disse: “É bom que venha; não sei onde o homem mora e você vindo me evita procurar no catálogo de telefone”.

Chegamos na casa do Selmi Dei, uma casa branca com jardimzinho pequeno, separando a casa da rua, e encontramos Jânio Quadros. Foi uma conversa meio cínica de parte a parte. Eu digo: “Então, Jânio, que papel foi esse? Você briga aí com seus sujeitos, renuncia à ‘presidência’ e desaponta um país inteiro?” Eu estava falando em presidência porque já o considerava eleito, nunca tive a menor dúvida de que ele seria eleito.

Jânio me disse: “É, mas eu tenho motivos, Carlos. Primeiro, não agüento esses políticos, e as exigências que me fazem de antemão me fazem antever um governo terrível. Não posso me submeter a essa gente”. Eu digo: “Mas a quem você diz isso? Eu tenho por tudo isso o mesmo nojo que você, mas ou você suja a mão ou não entra para a vida pública. Você vai ter uma eleição garantida, vai ter todo o apoio popular. Se nós conseguirmos uma grande massa de votação, você pode governar sem compromisso com ninguém. Seu compromisso vai ser, sem nenhuma figura de retórica, com o povo brasileiro. Pare de prometer tanto aos políticos e prometa ao povo, que é quem vai votar em você, passe por cima desses sujeitos, que vão ter que aderir a você, queiram ou não queiram, vão ter que apoiá-lo, queiram ou não queiram, porque todos os eleitores deles vão votar em você. É só você acabar com essas conversas de gabinete.”

Foi quando ele me disse: “Mas, além disso, tenho um outro motivo muito sério. Vou mostrar.” Então nos levou — eu, o Napoleão e o João Dantas — a um quarto no andar de cima. Estava D. Eloá deitada na cama, com uma inflamação qualquer na garganta. Jânio disse: “Eloá, aqui nossos três amigos”. “Olá, Dona Eloá, como vai a senhora?” Ficamos ali com cerimônia, com gentileza, e ao sair ele nos disse assim: “Meus amigos, tenho sérios motivos para supor que essa inflamação na garganta da Eloá é um câncer! Que vou fazer, candidato à Presidência da República e minha mulher com câncer?”

A gente fica numa dúvida terrível: por mais que se ache que um sujeito é capaz de uma farsa, é difícil imaginar que alguém o leve para o quarto onde está a sua mulher e depois diga que uma inflamação na garganta é um câncer e que você não tenha, pelo menos, o direito de supor que ele não esteja mentindo; ou, pelo menos, o direito de supor que ele esteja realmente achando que é um câncer mesmo.

Depois fomos almoçar. Durante o almoço, João Dantas falava muito com Jânio sobre política afro-asiática (o João Dantas se sentia muito candidato a Ministro das Relações Exteriores); o Napoleão ajudava com os argumentos: “Você vai ter votos dos getulistas, da UDN, de tudo mais, vai ser uma grande

vitória...” Enfim o Napoleão argumentava, eu também... Aí, em dado momento, ele, com todo o “câncer” da Dona Eloá, disse: “E, no entanto, eu já tinha tudo preparado... Eu tenho o acordo dos credores para dilatarem os prazos dos nossos empréstimos, tenho a certeza de investidores estrangeiros no Brasil, em massa. Eu tenho isso, tenho aquilo, já tenho pronto todo plano da reforma sindical, para fazer sindicatos de verdade no Brasil, eleitos pelos trabalhadores”.

Enfim, o renunciante, o homem que estava com a mulher com câncer, o homem que não queria assumir compromisso com ninguém, nos anunciou ali todos os seus propósitos presidenciais, os mais ambiciosos e os mais promissores do mundo. Aproveitei a deixa: “Então, um homem que tem tudo isso, não pode jogar tudo fora por estar cismado que Dona Eloá está com câncer. Se Deus quiser, não é nada disso. Deve ser qualquer coisinha na garganta, manda examinar. Você quer abandonar tudo por causa de uma briga, porque querem te impor o Leandro Maciel; a gente muda, não tem problema”. E aí eu “cristianizei” o Leandro, fiz um artigo sobre ele que, coitado, nunca me perdoou. Mais tarde até voltou a se dar comigo, mas profundamente magoado.

Na época eu dizia: “Assim não é possível, a gente querer ganhar uma eleição popular com um “coronel” do interior, um homem que não sabe nada das coisas”. Enfim, não “cristianizei” propriamente. Fiz muito pior: ridicularizei o pobre do Leandro, fiz o diabo com ele, o que realmente era uma impertinência, compreende, uma incongruência, era, sobretudo, um equívoco colossal. Enquanto isso, Jânio estimulando muito o Ferrari.

Nesta altura, volto um pouquinho atrás para contar uma conversa no apartamento do Roberto Sodré. No apartamento do Sodré, o Jânio me fez um verdadeiro interrogatório. Interrogatório que me deixou também um pouco assustado, por que verifiquei que fora de São Paulo ele não conhecia nada do Brasil. Ele se virava para mim e dizia assim: “Como é a Niomar Muniz Sodré?” Eu pensei: “Poxa, nessa altura, o sujeito não sabe quem é a mulher que manda no *Correio da Manhã*”, que era um jornal fortíssimo. “Bom ela é uma pessoa assim, difícil...” — “E quem é a Condessa Pereira Carneiro?” “Bem, é uma pessoa assim, assim, assim...” “E fulano? E beltrano? E cicrano?” Em dado momento, ele perguntou: “E o Fernando Ferrari?” — Eu disse: “Não, aí não, essa não! Eu conheço Fernando Ferrari de vários anos de convivência parlamentar, e já tive até uma briga corporal com ele na Câmara: ele investiu com o pé, que eu segurei, feito papagaio, e ele caiu no chão. Mas agora é você que vai me responder: qual é a sua impressão do Fernando Ferrari?”

Senti então esse extraordinário poder de conhecer os homens que o Jânio tem. É dos políticos brasileiros que conheci o que tinha maior acuidade no conhecimento das pessoas. Era impressionante! Ele tinha tido uma única conversa na vida, uma conversa de quarenta minutos, com o Fernando Ferrari. Jânio parou e depois respondeu: “Um pouco verde, não? Um escoteiro. Tenho muita vontade de ver o que ele pode dar quando amadurecer”. Bom, eu, que conhecia o Fernando Ferrari de anos de convivência no Congresso, nunca vi um perfil tão exato, tão fiel e tão sintético. Foi um retrato perfeito. Poxa! Esse homem é realmente incrível de lucidez, de inteligência política, porque conhecer alguém apenas por quarenta minutos de conversa e descrevê-lo tão bem em tão poucas palavras; resumir em tão poucas palavras alguém de quem se levaria horas para explicar como era com suas contradições e suas ambições disfarçadas em não-ambições! Pensei: “Poxa, você é incrível mesmo”.

Bem, agora vamos sair de novo do apartamento do Sodré e voltar à nossa história. Derrubada a pretensa candidatura do Leandro Maciel, surge, como sempre na UDN, a solução do grande nome e então partem para o Milton Campos. É preciso dizer que eu não pensei em ser candidato. Não, não. Nunca. Primeiro, porque senti que não tinha realmente condições; segundo, porque eu afastaria do Jânio todo voto getulista e nós íamos precisar de muitos votos mais do que simplesmente os da UDN. Na medida em que o Jânio era um candidato populista, eu consolidaria o apoio udenista a ele, mas, se eu fosse candidato a vice afastaria dele todos os eleitores que eram contra mim, que eram muito numerosos. Não havia vantagem nenhuma nisso e eu tinha condições de levá-lo o apoio da UDN sem precisar ser seu companheiro de chapa.

Surge, então, a idéia do grande nome. O grande nome da UDN: Milton Campos, que já tinha sido candidato derrotado, como vice da chapa do Juarez, mas que tinha sido apoiado calorosamente pelo Jânio, quando ele apoiou, também calorosamente, o Juarez nas eleições presidenciais de outubro de 1955.

Bom, antes disso, muito antes disso — de vez em quando a gente tem que dar “uma marcha à ré” enorme na nossa conversa —, mas muito antes disso, quando o Otávio Mangabeira meteu na cabeça que o Jânio Quadros era o homem — foi ele o primeiro dos políticos a achar que aquela “é a única chance que nós temos de eleger um candidato” —, combinou-se fazer um grande comício em São Paulo. O acerto foi feito na casa do Paulo Duarte, presentes Jânio Quadros, Otávio Mangabeira, eu e outras pessoas; se não me engano estava lá também o Carvalho Pinto. Seria um grande comício junto ao Monumento do Ipiranga. Um comício nacional, com oradores vindos de todo o Brasil, uma espécie de pré-lançamento da candidatura Jânio Quadros.

Combinou-se que o Jânio se incumbiria de fazer toda a campanha de propaganda do comício em São Paulo, e eu fui viajar. No dia em que voltei, o dia do comício, chego no Hotel Comodoro em São Paulo, encontro o Afrânio de Oliveira assim com a cara no chão e o Horta muito encabulado. Perguntei: “O Dr. Otávio Mangabeira já chegou da Bahia?” “Chegou, está no apartamento lá em cima”. Eu, assustado, reclamei: “Escuta, estou passando por São Paulo e não vi um cartaz, não vi uma faixa, não vi nada de propaganda, não vi absolutamente nada desse comício. E ainda por cima está chovendo. O comício vai ser um fracasso”. Aí responde o Horta: “Pois é, exatamente por isso é que o Jânio está hesitando muito em ir, porque ele não pode arriscar sua popularidade num comício fracassado”. Fiquei irritado: “Bom, se o comício fracassar, a culpa é de vocês, que ficaram de organizar tudo e de fazer propaganda; mas não vi propaganda nenhuma, o que é isso?” E o Afrânio completou: “É, Carlos... o Jânio mandou dizer que não vai ao comício”. Aí me deu aquela indignação. Você sabe quando se perde a cabeça? A sorte é que não tinha nenhum de vocês lá, não tinha repórter nenhum no *hall* do Comodoro, porque armei um escândalo.

“Eu vou a esse comício, porque não vou permitir que vocês façam isso, não é comigo não, mas com esse pobre velho que está aí em cima, que gramou 15 anos de exílio, que esteve na cadeia não sei quantas vezes, que veio para lançar a candidatura desse vagabundo, desse impostor... e ele foge da raia. Ele e o Carvalho Pinto também. Nós vamos fazer papel de quê? De palhaços? Viemos a São Paulo falar o quê? Não, nunca. Você vai dizer ao Jânio Quadros que ou ele vai a esse comício hoje, aparece nem que seja para dar boa noite e ir embora, ou eu faço desse comício o maior ataque que ele já teve em toda sua

vida. E amanhã ele não será mais candidato de pipoca nenhuma, nem de ninguém no Brasil, porque aí eu conto tudo que eu sei e mais o que eu não sei”.

Criou-se aquele ambiente. Subimos para falar com o Mangabeira. Cheguei lá, encontrei-o arrasado. O velho, coitado, estava de rastros e me disse: “Carlos, você soube que o Jânio Quadros não vai ao comício?” “É, nem o Jânio Quadros, nem o Carvalho Pinto”. “É um horror, eles combinaram conosco, em casa do Paulo Duarte, ficou tudo acertado, como é que podem fazer uma coisa dessas?” Respondi: “Negócio de Brasil, que é que se vai fazer?” “Bem”, diz o Otávio Mangabeira, “mas eu não recuo. Eu vou.” “Eu também vou com o senhor”. E lá fomos para o comício.

Começou um chuveirinho, umas 500 pessoas de guarda-chuva aberto. Dali a pouco, foi chegando gente, foi chegando mais gente. Não sei mais quem abriu o comício, os oradores foram se sucedendo e eu vendo chegar a minha hora de falar. Pensei: é agora que vai “roncar o pau”. E fiquei preparando, pensando o que é que eu poderia dizer de pior do Jânio Quadros.

De repente, enrolada num cachecol, chega a figura de Jânio da Silva Quadros, na hora H. Vem para o Mangabeira e diz: “Meu querido Dr. Mangabeira”. Já estava lá uma pequena multidão aplaudindo e gritando Jânio! Jânio! e eu me sentindo parte de uma comédia. Ele abraça o Otávio Mangabeira e aí vem para mim e diz: “Meu amigo querido”. O maior abraço. E aí parte para o discurso que começou exatamente com essas palavras: “Povo de São Paulo, doente embora, não fujo aos meus compromissos com o povo. Aqui estou. Aqueles que prometeram e não vieram que respondam pela sua consciência”. Isso era para o Carvalho Pinto.

Sucesso absoluto, não é? Tomou conta daquela massa, tomou conta daquilo tudo, embrulhou aquilo tudo, foi um negócio triunfal. A massa era relativamente pequena — um dia chuvoso, e um comício sem propaganda nenhuma, mesmo assim tinha gente no Ipiranga. Mas... mas o “doente embora”... Nunca mais me saiu do ouvido o som daquela voz.

Acho que ele estava com medo não só de não ter ninguém no comício, como também de aparecer ao lado de sujeitos como eu, Otávio Mangabeira, que no fundo, ele devia pensar, o comprometiam em vão, com a grande massa.

Se eu fui um aliado incômodo para ele? Sim e não. Sim e não; com a continuação desse retrospecto sobre Jânio, vocês vão ver que houve momentos em que sim e houve momentos em que não.

Mas antes de chegar lá, tenho que falar de outro episódio: o lançamento de sua candidatura no Rio de Janeiro, na convenção da UDN no Palácio Tiradentes (tenho também, não sei onde, essa gravação, que ouvi outro dia). Juraci uma “bala”, era candidato ainda; foi o candidato da oposição dentro da convenção. Jânio, que estava no Hotel Glória, me chama ao seu apartamento, uma suíte de sala e dois quartos em frente ao elevador. Ele me leva para o quarto, senta-se numa cadeira e eu na outra, e diz: “Carlos, não agüento essa sua UDN; é realmente impossível”.

Na sala, o Afonso Arinos — não sei se havia mais alguém da UDN —, me lembro bem do Afonso Arinos por causa do que vou contar. Ele disse: “Eu não agüento mais as coisas que vem me dizer o Afonso Arinos, as coisas que essa gente me diz, as condições que me querem impor, a situação dos partidos. Tudo isso é inviável. A democracia nessas condições é impossível”. Eu disse: “Não,

não é bem assim e em todo caso a convenção está lá. Você vai ganhar a convenção, agora é sopa, vamos para lá. É só chegar e ganhar”.

Aí diz o Jânio: “Não, não, não e não!” Foi quando entrou no quarto o Afonso Arinos e, dirigindo-se ao Jânio, falou: “Então, Governador, vamos já para a convenção para começar os trabalhos e, daqui a pouco, nós mandamos chamá-lo. Naturalmente, virá uma comissão aqui buscá-lo e aclamá-lo como candidato”.

E o Jânio: “É engano seu, senador, total engano”. Aí o Afonso Arinos ficou lívido. Pensei que ele fosse ter um “treco” de coração, eu já estava sabendo da jogada, mas o Afonso estava completamente desprevenido. E Jânio prossegue: “Não sou mais candidato. Eu queria pedir-lhe o obséquio de ser o meu porta-voz, porque não quero comprometer o Carlos, que já se comprometeu demais, coitado, com a minha candidatura. Eu queria pedir ao senhor, como senador da UDN, que comunicasse ao plenário que não sou mais candidato”. O Afonso tremeu nas bases. O Afonso ficou assim aterrado. O Afonso tem — eu conto sem ser malévolo, porque ele próprio conta —, nos momentos de grande emoção, uma espécie de choque de adrenalina e fica meio sonolento. Nos momentos de maior paroxismo, de debates na Câmara, quando eu olhava para o Afonso, ele estava meio assim... ele fica meio assim. Depois desperta, ganha ânimo e até fica com uma eloquência às vezes fulminante, maravilhosa. Mas a primeira reação é de torpor.

Naquele momento ele ficou inteiramente entorpecido, assim como quem tomou uma dose excessiva de calmante. Ficamos sem saber o que dizer. “O que é isso? E agora?” “Não me interessa, nem agora, nem depois, senador. Volto para São Paulo. Há muitos homens no Brasil com melhores condições do que eu para ser Presidente da República”. O Afonso argumentava, mas aí desconfiei do negócio e fui direto ao assunto: “Ó Jânio, me parece que você não quer se atrelar a uma só candidatura udenista à vice-presidência, não é isso?” Ele respondeu: “Talvez; mas não é só isso, talvez seja isso também; preciso de liberdade de movimentos”.

Nessa altura eram candidatos a vice o Jango, na chapa com o Lott, o Fernando Ferrari, o das mãos limpas, o “escoteiro” do PTB sem vinculações, e o Leandro Maciel, que seria homologado por aquela convenção da UDN para ser da chapa oficial de Jânio Quadros. Eu entendi o problema e disse: “Bem, Jânio, não tenho condições de libertá-lo de compromissos, mas acho que, se vou aceitar a sua candidatura pela UDN, PDC, PR, PTN e não sei mais o quê, sua eleição vai ter um caráter tão popular, que você realmente não depende de ninguém. Acho, isso sim, que tem o dever de fazer força pela candidatura udenista”. Quer dizer: o homem era um candidato populista e você empurra o Leandro Maciel em cima dele, como candidato à vice-presidência, quando havia do outro lado uma opção entre o Ferrari e o Jango. Em suma, de certo modo, sem desligá-lo do compromisso, nós o tranqüilizamos, no sentido de que ninguém iria fazer barulho em torno disso. Ele aceitou: “Está bem, faço esse sacrifício”.

Lá fomos nós para a convenção da UDN, dirigida pelo Magalhães Pinto, então presidente do partido. Estava ao lado da mesa o Baleeiro, com uma cara de quem quer “comer”, mastigar alguém, uma cara de antropófago, de raiva. Juraci lá num canto, ao lado de seus partidários. E aí chegou a minha hora. Quando começo a falar no Jânio Quadros, no que iria ser para o Brasil, que seria a primeira vez que a oposição iria vencer, que seria a volta de São Paulo à federa-



ção e tudo mais, enfim, usei todos os argumentos, em dado momento, o Baleeiro, ao lado do presidente da convenção, pede um aparte. “Onde estava o Governador Jânio Quadros no dia 11 de novembro de 1955?” Respondi logo: “Estava em São Paulo, esperando a chegada do Presidente da República a bordo do *Tamandaré*, ao lado do Brigadeiro Eduardo Gomes. Agora eu pergunto: Onde estava o Senador Juraci Magalhães?”

Devolvi a pergunta para o Juraci, porque o Aliomar a fez a favor dele, isto é, o que quis dizer é que o Juraci tinha sido sempre nosso companheiro, e por isso perguntou onde é que estava o Jânio Quadros no dia 11 de novembro de 1955. E eu continuei respondendo: “Ele estava governando São Paulo, fazendo em São Paulo o governo que pretendemos faça no Brasil e esperando, na companhia do Brigadeiro Eduardo Gomes, a chegada do Presidente Carlos Luz. Mas onde estava o Senador Juraci Magalhães? Buscando o apoio do Presidente Juscelino Kubitschek para a sua candidatura. É essa diferença entre os dois”. Aí a convenção veio abaixo.

Evidentemente era esmagadora a maioria a favor do Jânio, que tinha o apoio das bases do partido.

Nessa história toda existe um fato bastante importante que muita gente não compreendeu nem na época nem até hoje, e o Juraci muito menos. Todos agora têm o direito de perguntar: por que eu, sabendo de tudo isso que contei, ainda apoiei o Jânio? Porque o Jânio ganharia de qualquer maneira — ou ganhava conosco ou ganhava com o PTB — e, se ganhasse com o PTB, representaria de novo a permanência de toda aquela má gente. Ele seria ditador do Brasil, ao passo que conosco, ainda que não cumprisse os compromissos, nos daria condições de fazer um governo mais ou menos udenista, de cercá-lo de ministros da UDN — ele sempre disse, é verdade, que os homens mais capazes de formarem um grande ministério estavam na UDN. Não havia de ser no PTB que se iriam buscar esses homens, e então nós poderíamos cercá-lo e garantir um governo, vamos dizer, de matiz udenista, ao passo que, se ele se elegeisse com o Jango Goulart, sozinho contra nós, partiríamos para o desconhecido. É o mínimo que se pode dizer.

É um raciocínio que acho válido até hoje, porque Jânio Quadros ganharia a eleição de qualquer maneira.

Bem, voltando à convenção: entra o Jânio Quadros no plenário, com aquela aclamação, aquele triunfo fabuloso e me cabe, então, fazer o discurso de saudação. Discurso que em certo sentido é uma das vergonhas da minha vida, embora até que não fosse dos mais... Talvez tenha sido um dos discursos mais bonitos que eu já consegui fazer, porque era um pouco a saudação do Rio de Janeiro das favelas, do Rio de Janeiro abandonado, do Rio de Janeiro esburacado, traído, desamparado pelo governo que tinha se mudado para Brasília como quem foge. Dizia que pior do que a vinda da corte de D. João VI de Lisboa, parecia que tinha havido uma invasão no Brasil e que tinham evacuado a capital, largado a cidade às feras, vazia e completamente abandonada. E vinha um Jânio Quadros com aquela bagagem, aquele lastro de um grande governo em São Paulo, trazendo, para nós, do Rio de Janeiro e para todo Brasil, uma promessa de governo e de reformas.

Triunfo total do Jânio e o Juraci, aí, passou a ter um comportamento discreto; apoiou o Jânio muito discretamente, mas cessou toda a hostilidade aberta,

apesar de, de vez em quando, advertir: “Vocês vão ver, vocês vão ver quem é que estão elegendo”. Mas isso, evidentemente, também era atribuído muito ao despeito. O interessante é que anos mais tarde, em Lisboa, o Juscelino me confirmou que tinha combinado com o Juraci apoiar a candidatura dele, Juraci.

## NOTA

1 Jânio Quadros foi eleito Governador de São Paulo em 1954 e em 1958, ainda no cargo, elege-se deputado federal pelo PTB do Paraná. Carlos Lacerda começa a defender a sua candidatura à Presidência da República em artigo publicado na *Tribuna da Imprensa* de 18 de fevereiro de 1959.

Mais tarde, quando o PSD lança a candidatura do Marechal Lott, os jornais noticiam, no dia 23 de outubro, que Juscelino Kubitschek estaria disposto a apoiar Juraci Magalhães como candidato de União Nacional. No dia 28, Juscelino vem de público anunciar seu apoio ao candidato do PSD.

A convenção da UDN foi realizada no Palácio Tiradentes no dia 8 de novembro de 1959, escolhendo como candidato do partido o Sr. Jânio Quadros, que teve 205 votos contra 85 dados ao Sr. Juraci Magalhães. Mas no dia 25 de novembro, Jânio renuncia à candidatura; a renúncia demorou exatamente dez dias, pois a 5 de dezembro ele anunciava que era candidato novamente.

Leandro Maciel, candidato da UDN à vice-presidência, lançado na mesma convenção que homologou o nome de Jânio Quadros, em 19 de fevereiro de 1960 “queixa-se

de abandonado” e no dia 25 de abril escreve ao partido renunciando à sua candidatura. Logo depois é escolhido o nome de Milton Campos para substituí-lo.

Enquanto isso, os chamados “comitês Jan-Jan” (Jânio-Jango) eram lançados abertamente. No dia 30 de maio, o deputado esquerdista Frota Moreira escreve à deputada Ivete Vargas protestando contra os comitês Jan-Jan. Já no dia 18 de maio, o deputado paulista Leôncio Ferraz Júnior, do PR paulista, declara aos jornais que “o Sr. João Goulart ficou satisfeitíssimo com a nossa comunicação”, isto é, a formação pelo Partido Republicano da chapa Jânio-Jango em São Paulo.

E no dia 23 de setembro de 1960, às vésperas da eleição, o líder gráfico Dante Pelacani — que viria ter importante participação na CGT e em todo o movimento sindical durante o governo João Goulart — distribuía comunicado à imprensa acusando o General Teixeira Lott de “reacionário”, justificando os comitês Jan-Jan. A primeira frase do comunicado de Pelacani é a seguinte: “Jânio Quadros é um homem novo e progressista e o ex-Ministro da Guerra é um reacionário.”

## CAPÍTULO XIX

### E PELA PRIMEIRA VEZ SE FEZ UMA REVOLUÇÃO PELO VOTO

AÍ COMEÇA a campanha do Jânio, campanha da qual quase não participei; primeiro, porque ele não precisava de mim, pois falava direto ao povo, e não precisava realmente de mim; segundo porque eu próprio me retraí um pouco. Além disso, eu também era candidato, disputava a eleição para Governador da Guanabara.

Durante a campanha, trazê-lo à Guanabara não foi fácil; ele marcou umas dez e adiou outras dez vezes. Afinal veio e fizemos um comício na Praça da Bandeira. Um amigo meu, que tinha uma pedreira em Jacarepaguá, emprestou-nos uma máquina daquelas enormes que tem uma caçamba que sobe e desce, um troço que serve para tirar e levar pedras. Em vez de palanque, ficamos o Jânio, o Milton Campos e eu lá em cima naquela caçamba enorme. Foi um sucesso, o maior sucesso de cenografia. Gente que não acabava mais! E o Jânio repetindo aquele discurso que fazia em toda parte: “a vassoura, a corrupção, e pau e pau”. No fundo, eram os temas udenistas: “corrupção, vassoura e tal, e vamos... os trabalhadores e tal, uma barretada para cá, outra barretada para lá. Aquela história que ele repetia incessantemente.

Logo depois houve um almoço na redação de *O Cruzeiro*, na Rua do Livramento, e lá ele leu um discurso que, de todos que ouvi ou li, foi a meu ver o único da campanha que merece ser guardado. Foi redigido pelo Horta e na ocasião me impressionou muito. Hoje em dia penso de modo completamente diferente sobre isso; e até anteontem conversei sobre o assunto com o Afonso Arinos. Mas a verdade, na época me impressionou. Mais tarde, fiz um exame e vi que era o oposto. Jânio queria muito neutralizar a oposição dos comunistas porque tinha medo que a esquerda não votasse nele por causa da oposição dos comunistas. Nesse discurso ele dizia: “O nosso tempo é um crematório de ideologias: as ideologias não têm mais nenhum significado. Temos que nos reunir em torno de princípios sim, mas sobretudo de programas, porque as ideologias não significam mais nada. Não há que dividir os homens por ideologias, porque eles não aceitam mais essa divisão”.

Hoje, infelizmente, estou convencido de que é exatamente o oposto. Infelizmente as ideologias é que estão dividindo o mundo agora. Mas, na ocasião, me impressionou pelo insólito, pelo bem dito da coisa e sobretudo porque, pela primeira vez, ele disse uma coisa importante, uma coisa que faz você pensar, uma coisa, enfim, de candidato à Presidência da República, porque os seus outros discursos eram de candidato a vereador em escala nacional.

Vem a eleição, e o Lott incumbiu-se de se derrotar vertiginosamente. Cada vez que o Lott falava, era um desastre. Havia coisas inacreditáveis, como aquela de querer resolver o problema da evaporação dos açudes, cobrindo-os com um plástico. Um caso que me foi contado pelo Renato Archer, que acompanhou pelo PSD o Lott a vários lugares, é até meio inconveniente, mas é tão engraçado, que deve ser lembrado, pois é uma das coisas mais curiosas da campanha do Lott. Me contou o Archer que o Lott foi fazer uma palestra no centro dos criadores ou pecuaristas de Goiás. Então, coitado, em toda parte onde chegava, dava uma aula sobre assuntos dos quais os que estavam presentes entendiam muito mais do que ele. Nesse dia, começou a explicar que o problema da carne no Brasil era muito simples de resolver. O Brasil tinha que exportar carne, mas o brasileiro tinha mania de comer o “traseiro” e o “traseiro” é que dava dinheiro ao país, pois o “traseiro” é que o estrangeiro queria comprar. Portanto, os brasileiros precisavam habituar-se a comer o “dianteiro” e deixar o “traseiro” para os estrangeiros comerem. Aí começou uma risada na sala. O Renato Archer disse que não sabia onde meter a cara. Os goianos todos, que já estavam indignados por receber instruções de pecuária do General Lott, começaram a rir alto, mas ele não percebia e dizia: “Os senhores estão rindo, mas a verdade é essa mesma, os brasileiros têm a mania de comer o traseiro”.

Essa conferência foi desastrosa e acabou debaixo de uma gargalhada geral, mas o General Lott não percebeu nunca o que tinha dito. Saiu dali na maior inocência.

Depois disso, pela mão do Armando Falcão, estive duas vezes com Lott no seu apartamento. E a conversa dele era realmente vertiginosa. Começava falando sobre como cultivar macieiras em Friburgo, depois falava sobre a guerra sino-japonesa e daí passava para a ginástica sueca e depois para o futebol. Não sei até hoje, por mais esforço que faça, como é que ele encadeava esses assuntos. Eram os assuntos mais disparatados que surgiam num monólogo; as coisas iam se encadeando e, no fim, eu não prestava mais atenção no que ele estava dizendo; eu prestava atenção na transição, isto é, como é que ele pulava de um assunto para outro. E eu não conseguia encontrar o nexos. Uma coisa espantosa. Enfim, para o Jânio foi um “passeio na pista”.

Uma vez, o Lott foi para um comício ao lado dos comunistas, que apoiavam sua candidatura, e teve, coitado, a honradez, a hombridade, sei lá o quê, de dizer: “Sou anticomunista e não admito que os comunistas mandem nesse país. . .” E os comunistas apoiando-o, ali do lado. Bom, por mais que os comunistas fossem, digamos, ideologicamente sem vergonha, é evidente que eles não podiam se sentir à vontade, não é?

Enfim, o resto vocês conhecem, e esses dois casos apenas resumem a campanha do Lott. O Jânio — aquele passeio na pista, seis milhões de votos, maioria esmagadora — assume o poder, constitui o ministério, no qual, aliás, não tive a menor participação, nem fui consultado. A UDN, sim, teve. A mim ele não consultou nada, não consultou para nada. Nunca mais me ouviu. Ele foi ao Rio, fez esse comício e deu uma declaração, que tenho aí em algum lugar, fazendo o maior elogio à minha candidatura. Esse apoio ele me deu, um “troço” escrito, que depois imprimi e distribui milhões.

Nessa mesma época, 1960, eu era candidato ao Governo da Guanabara, como já disse. Minha candidatura se impunha naturalmente. Primeiro, pelo número de votos que sempre tive; segundo, pelo grau de liderança que eu exercia; terceiro, porque não havia, realmente, na UDN do Rio, ninguém que pudesse disputar

comigo. Até certa altura a candidatura parecia tranqüila, o adversário muito hesitante, tardio, custando muito a escolher o candidato; oscilando entre o Osvaldo Aranha Filho, fulano, beltrano e acabaram se fixando no Hélio de Almeida, que poderia ter uma parte de votos do PSD, que tinha certamente os votos do PTB, e que teria os votos dos comunistas. Então isso era realmente um negócio enorme.

Mas, a essa altura, surgiram duas outras candidaturas inesperadas: a de Tenório Cavalcanti, com o seu jornalzinho, a capa, a macumba, Caxias e aquilo tudo contra mim e contra o PTB, e a do General Mendes de Moraes pelo PSD, que era muito fraco no Rio. Bom, eu aí já comecei a ficar mais tranqüilo, porque com quatro candidatos a minha chance aumentava muito. Então, o PTB decide-se pela candidatura do Sérgio Magalhães.

Tinha havido o episódio do acordo de Roboré e tínhamos boas relações pessoais. Os estivadores nos convidaram para um encontro com eles no sindicato e lá fomos os dois, eu e o Sérgio Magalhães. Chegamos lá, civilizadamente nos cumprimentamos, o presidente do sindicato dos estivadores nos saudou, e cada um de nós falou. Cada um vendeu o seu peixe. Tudo muito bem. No dia seguinte, o Sérgio Magalhães vai para a televisão e me chama de candidato do imperialismo americano e não sei o quê... Aí rompeu um "pau" que não tinha tamanho.

Também parti para o "pau", mas comecei a ter medo da radicalização e pensei "o que ele quer é polarizar o negócio; então fica ele ou eu; e aí eu perco". Começamos a organizar a campanha, com dificuldades de toda a ordem, mas dinheiro nessa ocasião não faltou, porque o pessoal estava com muito medo da candidatura do Sérgio Magalhães e todo mundo contribuía para minha campanha. E o Tenório prestou esse serviço singular que, até hoje, não sei bem como foi que surgiu: ele carregou uma parte do voto do favelado, do voto não-politizado, do voto, enfim, vamos chamar assim, sem querer insultar ninguém, do voto macumbeiro, que, sem sua candidatura, teria ido para o Sérgio Magalhães.

Sérgio Magalhães não era um deputado desconhecido, era, sim, um deputado de pouco voto, mas com fama de homem de bem quer dizer, ele era realmente de honestidade inatacável —, profundamente nacionalista e por isso tido como de esquerda, o que não sei se era mesmo, e para falar com sinceridade, acho que não era... Ele foi escolhido porque o PTB quis também carrear votos de outras áreas, já que sabia que sozinho também não ganharia a eleição, não tinha outro candidato.

Não sei se foi por não procurar apoio em outras áreas que ele perdeu a eleição, mas é muito provável que seja verdade, embora eu não saiba até que ponto isso tivesse sido um fator tão importante em sua derrota. A verdade é que ele correu um pouco por conta própria, baseado no prestígio popular do nacionalismo, dos comunistas e do PTB. Realmente, nesse sentido, ele foi um mau candidato, isto é, um candidato que não procurou os apoios que poderia obter.

E o Juscelino, verdade seja dita, tirando aquele habitual apoio dos institutos, e tudo o que de mais houve, de certo modo portou-se com uma relativa distância, na medida em que não queria o Lott. Juscelino já tinha suportado o Lott durante cinco anos, estava com ele "por aqui", já não o agüentava mais, no fundo achava que ia ser um desastre. Estava sobretudo certo de que o Lott ia ser derrotado e que essa derrota lhe ia ser atribuída. Desinteressou-se, assim, do Lott e, na medida em que se desinteressou, assumiu um grande papel democrático: não criou maiores dificuldades à candidatura do Jânio, o que naturalmente se refletiu também no Rio.

Então fomos para a campanha; muita televisão, muito rádio, muito comício. Campanha extenuante sob certos aspectos, mas em geral muito bem recebida. Fizemos algumas inovações: por exemplo, nas Laranjeiras, bairro onde nasci, em vez de comício houve uma passeata desde o Cosme Velho, onde é hoje o Túnel Rebouças, até o Largo do Machado, onde está a escola primária em que estudei e a igreja em que fui batizado. E ali fiz o comício, tirando partido disso tudo.

Não sei até que ponto a formação do chamado “comitê do primeiro voto” me ajudou a ganhar a eleição, mas em todo caso contribuiu para dar um conteúdo político novo à disputa; era gente que nunca tinha votado na vida, não só os que iam votar pela primeira vez, por questões de idade, mas também os mais velhos que nunca tinham votado. Justiça se faça, não só a mim, mas sobretudo ao pessoal que colaborou comigo: foi uma campanha muito bem feita. Fui apoiado por vários pequenos partidos; em cada convenção fazia um discurso sobre um tema do Rio de Janeiro, que depois era impresso e distribuído aos milhares. Um discurso sobre saúde pública por exemplo, era um estudo completo sobre a situação hospitalar (quando fui vereador, estudei toda a reforma hospitalar do Pedro Ernesto); além disso, havia um grupo de médicos que trabalhava comigo no estudo do plano hospitalar do Rio.

É preciso vocês voltarem uns 20, 21, quase 25 anos atrás. Um turista que chegasse ao Copacabana Palace escovava dente com água mineral. Vendiam-se caminhões de água até nos bairros chiques. Imaginem o resto... Então, quando fomos falar sobre saúde pública, por exemplo, dois terços do Rio de Janeiro não tinham esgotos.

Esses fatos revelados assim davam, digamos, à camada pensante, à camada eleitoral mais consciente, uma noção diferente daquele sujeito que tinha feito oposição durante tanto tempo e que era um pouco considerado por alguns como meio demagogo e opositorista sistemático. De repente, eu estava mostrando um conhecimento dos problemas que ia muito além da campanha do Sérgio, que teve um grave defeito: falava sobre imperialismo e nacionalismo, que não tinham nada a ver com os temas de uma Guanabara nascente e que, pela primeira vez, estava tomando consciência de que era um Estado com interesses locais a defender.

E eu, sem perder de vista a campanha nacional, sempre fazia uma referência ao Jânio, dizendo: “Quanto ao Brasil, estamos tranqüilos, vamos eleger o Jânio Quadros. Então, não vamos pensar no Brasil, vamos pensar no Rio, onde a gente discute problemas mundiais, mas não discute água, não discute esgoto. Há 200 mil crianças em idade escolar sem escola primária: então, vamos fazer um programa escolar...”

Francamente, nunca ouvi um discurso do Sérgio Magalhães em praça pública. Os discursos dele na Câmara, não diria que eram chatos, mas em todo caso não eram de entusiasmar, eram meio monótonos. Na televisão, fez coisas que do ponto de vista eleitoral podem até ter sido muito proveitosas, mas que eu me permito achar ridículas, como, por exemplo, quando começaram a acusá-lo de comunista e ele exibiu uma bênção do Papa, mandada para ele e trazida por uma irmã. Era uma daquelas que se compram no Vaticano, como um daqueles negócios de *ricordi di Roma*. Mas ele tinha uma “bênção do Papa” e a exibia na televisão... Enfim, valia tudo, não é?

Mas a minha campanha, para encerrar esse tema, teve muito esse caráter construtivo, até demais em certo ponto. Era uma campanha em que eu discutia os problemas do novo Estado. Os discursos de praça pública evidentemente eram

aquele bate-bola, mas não os que fiz na televisão e nas quatro ou cinco convenções partidárias, quando cada um era dedicado a um problema: “O Rio de Janeiro e a Saúde”, “O Rio de Janeiro e os Transportes”, “O Rio de Janeiro e a Água”, discursos que estão publicados no livro *Palavras e Ação*.

Isso deu-me uma imagem nova e muita gente começou a acreditar em mim. Antes, vamos dizer, confiavam, mas no sentido de que eu era um sujeito combativo. De repente, começou-se a dizer: “Ué, mas que diabo, esse sujeito está conhecendo os problemas, esse sujeito está contando coisas que a gente nunca ouviu dizer”. “Realmente, é uma situação pavorosa, é preciso alguém que tome conta disso”. Então minha imagem foi mudando um pouco.

Agora, um dos fatores decisivos da minha vitória — não tanto do ponto de vista do número de votos que isso me trouxe, mas do ponto de vista de desarmar o adversário — foi os que votaram em mim para ver o meu fracasso. Isso muita gente me confessou depois. Não estou dizendo que isso me deu a vitória, mas havia muita gente que dizia assim: “Agora é que eu quero ver. Oposição é fácil, agora quero ver é ganhar a eleição e ver o que ele vai fazer”. Muita gente dizendo: “Eu não vou votar nele, mas sou capaz até de votar, pois quero ver esse sujeito de oposição no governo. Quero ver o que ele faz”. Isso reflete muito um certo estado de espírito da época, que vou chamar assim de “Jockey Club”, compreende? Quer dizer, a mentalidade da turma do bar do “Jockey”: uma porção de industriais, que me tinham assim como demagogo e achavam que “no fundo, no fundo, ele é capaz de continuar comunista disfarçado”. De repente, eles descobriram um sujeito que estava discutindo os problemas do Estado e isso me ajudou muito.

De outro lado, certas orientações da campanha eleitoral, traçadas por pessoal técnico de televisão, que o Rafael chamou (alguns excelentes; fazem muito bons programas até hoje), parecendo que eram boas atrapalhavam como o diabo. Eram técnicos demais, parecia muito *show*. Uma lavadeira que ia chegar na televisão e declarar o seu apoio a mim, é evidente que era uma lavadeira escolhida a dedo, compreende? Então era “aquela” lavadeira, o que não significava que as lavadeiras iam votar em mim. E o público... o povo parece bobo, mas não é tão bobo quanto parece: via logo que era uma lavadeira de “balaio”, quer dizer, de “viveiro”, não é? Isso atrapalhava a gente.

Houve outras coisas que atrapalhavam muito. Por exemplo, havia um certo capitão, Felisberto Batista, que tinha sido delegado da Ordem Política e Social. Um belo dia me chegou a notícia de que esse sujeito estava numa tipografia de um instituto, do IAPB, imprimindo um boletim altamente injurioso contra mim, com as piores infâmias e as piores calúnias. E eu, impensadamente — essa história da gente querer fazer as coisas na hora, assim de impulso — estava com um grupo que ia para um comício qualquer, quando soube da coisa e resolveu atrasar o comício e invadir a tal tipografia. Ele quis puxar o revólver, meti a mão nele, capitão ou não, tomei o tal impresso e mandei abrir um processo contra ele e contra o IAPB.

Bom, isso que poderia ser altamente benéfico — afinal de contas, não havia o direito de uma tipografia oficial, de um instituto, estar imprimindo boletins com infâmias contra um candidato —, foi explorado pelo adversário, dizendo: “Estão vendo? Invadiu a tipografia dos operários, dos gráficos. Foi lá com uma turma de capangas, espancou operários e o diabo a quatro”. Não houve nenhum operário espancado, só o capitão que, aliás, não chegou a ser espancado. Mas a história virou muito, compreende? São dessas coisas de campanha eleitoral, um “troço” que você pensa que vai dar certo, dá o oposto, e assim por diante.

Quando acabou a campanha, houve aquela do “já ganhou”. Com a divisão de candidatos, com, digamos, “o êxito de bilheteria” da campanha, a impressão geral era a de que eu iria ganhar por uma esmagadora maioria. Mas eu estava exausto, arreventado, como vocês podem imaginar, a falecida viúva E. G. Fontes, que era tia de um amigo meu, ofereceu-me para descansar a casa maravilhosa que tinha no Alto da Boa Vista, na Gávea Pequena. Fui para lá, com minha mulher e dois casais amigos, e fiquei acompanhando a votação... E tome Sérgio Magalhães, e tome Sérgio Magalhães. Então, quando chegava um subúrbio, era cada surra de criar bicho; na Zona Sul eu ganhava, recuperava um pouco; de vez em quando, vinha lá um subúrbio e eu dava uma “lavagem” no Sérgio Magalhães. E ficou aquele negócio, vai para cá, vai para lá, e de vez em quando apareciam o Tenório e o General Mendes de Moraes, com uma votaçãozinha pequena; cada voto do Tenório ou no General Mendes de Moraes eu exultava, não é? Acabei ganhando com dois por cento a mais de votos. Ele teve 26 e eu 28; o resto foi dos outros; uma minoriazinha incrível!

Bem, ganhei a eleição e fomos constituir o gabinete. O Raimundo Padilha, que apoiou muito a campanha — ele tinha largado o integralismo e aderiu à UDN — foi um dos primeiros secretários que eu convidei. Ia ser Secretário de Finanças. Aí, na véspera da posse, tive uma informação de dentro da *Última Hora*, de que o jornal tinha preparado a seguinte manchete: “Devedor relapso do Banco do Estado da Guanabara nomeado Secretário de Finanças”. Chamei o Padilha lá em casa e disse: “Padilha, o que há de verdade nisso? A *Última Hora* vai publicar amanhã esse negócio e amanhã será a sua posse, logo depois da minha”.

Ele aí, coitado, me contou a seguinte história: “Um de seus filhos — ele tinha um filho que morreu, tem um que é um bom sujeito, o Tarcísio Padilha, professor de filosofia política, e um filho mais moço, que não sei o que que é, mas que o comprometeu gravemente, dizem, no Governo do Estado do Rio. Esse rapaz tinha se metido com um negócio de agência de automóveis e encrencou-se todo.

E o Padilha, membro da oposição, pede e obtém um empréstimo no Banco do Estado, então Banco da Prefeitura, que era na ocasião um “tamborete”. Lá só se emprestava com cartão do prefeito ou de um político importante. De resto não existia. Empréstava a empreiteiros, que primeiro ganhavam a empreitada, e depois iam buscar dinheiro lá para poder executar a obra. Era assim o sistema. O Padilha fez um pequeno empréstimo, uma coisa ridícula. Venceu-se e ele não pagou. E não pagou porque não teve dinheiro para pagar, mas não me disse nada e eu ameaçado, no dia da posse, por essa manchete na *Última Hora*.

Eu lhe disse: “Padilha, por que você ao menos não me falou nisso. A gente, sei lá... pegava aí um dinheiro da campanha e pagava a sua dívida. Mas, nessas condições, não posso nomeá-lo”. Ele reclamou: “Ah! Então você começa mal o seu governo, porque já começa acreditando em intrigas”. “Não, não é questão de intriga. Você deve ao banco?” “Devo”. “Pagou?” “Não paguei”. “Então não é intriga”.

Aí fiquei sem Secretário de Finanças, mas meu irmão, que era um sujeito que não se metia em nada disso, a não ser para ficar a meu lado nas horas graves de minha vida — em todas as horas graves ele esteve a meu lado, mas nunca se meteu em nada —, chegou para mim e disse: “Carlos, por que você não faz uma coisa muito simpática? Tem um sujeito na Prefeitura que foi o criador do Banco da Prefeitura, foi diretor do Montepio dos Funcionários do Estado, é



professor de finanças, é um contador maravilhoso, é um amigo seu, pois foi quem organizou todo aquele negócio da Agência Meridional — já contei isso —, o Mário Lorenzo Fernandez. Por que você não o convida?”. Então, na manhã da minha posse, chamei o Mário Fernandez lá em casa e o convidei para Secretário de Finanças. À tarde, ele tomou posse. Tive um Secretário de Obras, que se insinuou muito, cheio de idéias, mas quinze dias depois tive que demiti-lo. Convidei o Flexa Ribeiro para Secretário de Educação, por causa de uma batalha de que não falei, mas que entre aquelas que se travaram no parlamento, foi uma das maiores; trata-se da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em que o Flexa colaborou muito comigo. E foi assim que distribuí o secretariado...

Também tenho aí gravado meu discurso de posse, no Palácio Tiradentes. Fui precedido por um discurso de um desembargador, o Homero Pinho, Presidente do Tribunal Eleitoral, que é o discurso mais estranho que já ouvi na minha vida. Eu não me lembrava mais dele e outro dia, como o Mário Fernandez o regravou, fui ouvi-lo no automóvel: é a coisa mais estranha do mundo, porque um magistrado, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador, fez um discurso em que praticamente declara que votou em mim. Nunca vi um discurso mais parcial, mais aberto, a favor. Mas era até muito bem feito, porque não era incondicional, quer dizer, não era um discurso de fã-clube. Era um discurso de “confiamos que o senhor vá fazer o governo que esperamos...” Mas ele declarou o voto dele, praticamente. Também falei e depois fomos para o Palácio Guanabara.

O Sette Câmara tinha feito uma coisa muito correta comigo: o Congresso tinha votado uma verba de três milhões de cruzeiros — naquela época, três milhões da época — para ajudar a Guanabara e o governo federal comprometeu-se pela Lei San Tiago Dantas, durante dez anos, pagar uma parte da Justiça, a Polícia, o Corpo de Bombeiros, e acho que só. Existia uma verba para obras e eu aí dei um golpe de audácia: apesar de candidato da oposição, pedi uma audiência ao Sette Câmara para dizer-lhe: “Governador, vim visitá-lo, porque em primeiro lugar é uma visita de cortesia que faço como candidato; em segundo lugar, vou ganhar a eleição e queria lhe fazer um apelo. O senhor está comprometendo esse dinheiro com várias obras que não vão ser concluídas no seu governo e que, a meu ver, não têm prioridade, pelo menos alta prioridade. Vim fazer um apelo para o senhor deixar um milhão ou um milhão e meio para nós podermos completar os estudos do projeto da água, que é o que há de mais urgente. É uma obra que vai durar, no mínimo, uns cinco anos, para a qual, o senhor sabe, não tenho um vintém ainda. Se o senhor fizer isso, já é uma grande coisa”. E ele teve a correção de concordar.

No discurso de passagem do cargo, que também ouvi outro dia, eu estava numa posição muito esquerda. Eu tinha que fazer um discurso de oposição, mas o Sette Câmara fez um de prestação de contas, muito sóbrio, muito elegante; um discurso de diplomata, de embaixador: “Cumprí o meu dever, honrado pelo Presidente da República, com a nomeação para governador provisório, e entrego agora o governo ao primeiro governador eleito, fazendo votos sinceros pela sua felicidade, para a prosperidade do Estado”.

“Não vou responder isso com uma pedra”. Como tinha uma massa enorme fora do Guanabara, pensei: “Vou deixar o comício lá para fora”, e fiz um discurso agradecendo a ele o seu comportamento na eleição, que realmente foi muito isento, e o fato de ter deixado uma parte da verba para a gente poder começar a obra da água — o que não evitou que, no dia seguinte, eu levasse “pau”, com

algumas pessoas dizendo que eu tinha dado a maior *gafe*, que o Sette tinha feito um discurso diplomático e que eu teria respondido com um injurioso. Outro dia ouvi os dois discursos e confirmei uma impressão que já tinha, de que realmente não foi assim. Depois, sim, cheguei na escada do Guanabara, e aí o “pau” comeu, quando eu disse: “Realmente, uma cidade roubada, saqueada, cidade de negociatas... Isso tudo vai acabar. Vai acabar esse negócio de funcionário não trabalhar, funcionário foi feito para trabalhar, tem que cumprir o seu dever, vou tratar muito bem os funcionários, mas eles têm que saber que estão aqui para servir ao povo, não para se servirem...” Essas coisas parecem frases, mas davam ao povo uma sensação de, pelo menos, esperança.

E no mesmo dia começamos a trabalhar. Aí começou para mim talvez a fase mais difícil da minha vida, mas a mais compensadora, a mais gratificante. Como diria o nosso jovem ali: *I enjoyed every minute of it*. Realmente o poder, o poder exercido com esse senso de servir, é a coisa mais gloriosa que pode haver. Não há nada no mundo que dê a alegria que dá o poder exercido assim. Por isso é que eu fico, não é bem revoltado, fico espantado, fico muito mais espantado do que repugnado, quando vejo o sujeito fazer tudo para chegar ao poder e depois, quando chega lá, não sabe o que fazer ou não tem o que fazer, ou sei lá... usufrui só os privilégios ou as honrarias que aquilo dá. Essa gente não sabe o que perde; estão jogando fora uma coisa que dá a você a sensação... uma sensação provisória, temporária, mas em todo caso a única sensação de imortalidade que uma pessoa pode ter — o exercício do poder como um dever cumprido.

É difícil exprimir isso, compreende? Realmente, toda manhã... Eu tinha feito a besteira de dizer que não queria ir morar no palácio. E não queria mesmo, por duas razões principais: a primeira, meus filhos eram muito meninos e eu tinha pavor de criá-los dentro desse ambiente de adulação e de intriga que existe em todo palácio, em todo ambiente governamental, em que o adulator corrompe a criança para chegar até o pai. E a outra razão é que o Rio de Janeiro tinha milhões de prédios federais, mas não tinha a sede. O próprio Palácio Guanabara, até hoje, já nem se fala mais nisso, não pertence nem ao Estado da Guanabara, nem ao governo federal, mas à família imperial.

Esse caso, aliás, está parado na Justiça, e é um dos assuntos mais estranhos do mundo. Quando o Imperador recusou a pensão que lhe foram oferecer a bordo do navio em que foi para o exílio, como represália, alguns elementos mais exaltados do Governo Provisório da República resolveram fazer um decreto, assinado pelo Aristides Lobo, então ministro interino da Justiça, confiscando os bens da Coroa. Por engano incluíram o Palácio Isabel, que é o Palácio Guanabara de hoje. Acontece que o Palácio Isabel tinha sido dado à princesa por subscrição pública, como um dote popular, como presente de núpcias, quando ela se casou com o Conde d'Eu. Então, era propriedade particular dela. Depois, caíram em si e fizeram um novo decreto excluindo o Palácio Guanabara.

Isso eu não sei se tem o que ver com o que estou contando, é totalmente inédito. A família imperial estava banida, no exílio, e meu pai foi um dos que lutaram pela anistia para a família imperial. Isso foi recusado várias vezes. Afinal, o governo Epitácio Pessoa revogou o banimento e permitiu a vinda dos príncipes, que eram rapazes. Pouco depois desembarca a família, quase toda com sotaque francês, mas nessa altura o Presidente da República morava no Palácio Guanabara e despachava no Palácio do Catete. D. Pedro Gastão, o de Petrópolis, chefe da casa imperial hoje, conta isso com muita graça: “Como é que eu podia chegar

e requerer na Justiça o despejo do Presidente da República, que tinha deixado a gente voltar para o Brasil? Não era possível”.

A família imperial, anos depois, constituiu advogado o Dr. San Tiago Dantas. Então, quando San Tiago Dantas entra na Justiça para reivindicar o Palácio Guanabara de volta à família imperial passa a despachar lá o prefeito, o General Mendes de Moraes. De novo o problema: como despejar um general prefeito? Então, adia-se a solução.

Quando sai o Mendes de Moraes e a ação vai prosseguir, o San Tiago Dantas adere ao PTB. E como é que podia um adepto do Partido Trabalhista Brasileiro ser advogado da família imperial, para tomar do povo do Rio de Janeiro o Palácio Guanabara? Então ele subestabeleceu a procuração ao Miguel Lins. Em suma, até hoje a questão não foi decidida.

Sugeri, inclusive, uma fórmula parecida com a que Salazar adotou com a família real portuguesa, quando permitiu a volta da rainha Dona Amélia. Salazar instituiu uma pensão anual, uma espécie de um fundo de manutenção da família real. E eu sustento o mesmo para a família imperial brasileira. Pouca gente sabe, mas os Presidentes da República, a partir do Café Filho — sob o fundamento de que o Café era paupérrimo —, têm uma pensão o resto da vida. E não só os ex-presidentes: todo ex-governador, no Brasil, por lei, hoje, tem uma pensão, o que acho um absurdo total. Eu, por acaso, não tenho, porque sou cassado. Mas no dia em que acabar a minha cassação, vou passar a ter uma pensão. Depois — quem sabe — eu não vá requerer os atrasados? Acho uma vergonha: o sujeito vai servir cinco anos, é pago — sei que é muito mal pago, é verdade, mas — poxa! — que diabo! O sujeito é pago para servir a seu país! Uma pensão pelo resto da vida, por quê? Ah! Era pobre? Bom, mas o sujeito já era pobre antes, o povo não tem nada com isso, ele que ganhe a sua vida.

Mas, enfim, eu era a favor de que, em troca da desistência deles do Palácio Guanabara — a entrega é inviável porque representa bilhões e bilhões de cruzeiros —, o país instituisse um fundo anual, no orçamento, para a família imperial. Todo mundo é muito grato à Princesa Isabel porque emancipou os escravos sem sangue, todos são gratos a D. Pedro II, mas nunca ninguém exprimiu essa gratidão concretamente.

Bom, mas falar dos meus cinco anos de governo seria muito longo e acho que foge um pouco aos nossos objetivos. Não tenho nem meios de resumir nem como contar tudo.

Mas há uma frase no meu discurso de posse que depois foi repetida pela Sandra Cavalcanti na frente do Castelo Branco e do Roberto Campos, no Palácio Laranjeiras, e que ambos nunca a perdoaram — não sei até se isso também não teria contribuído para essas coisas que aconteceram. No meu discurso de posse eu dizia que naquele dia, pelos métodos de governo que íamos adotar, pela mentalidade que íamos implantar, pelo tipo de trabalho que íamos fazer e pelas reformas que íamos executar, começava uma revolução no Brasil, sendo que pela primeira vez haveria uma revolução sem armas, revolução feita pelo voto. No discurso de posse da Sandra na presidência do Banco Nacional da Habitação, ela teve o desprazer de dizer na frente do Castelo Branco, Presidente da República, e do Roberto Campos, que a revolução, de fato, não tinha sido no dia 31 de março de 1964, tinha sido no dia 5 de dezembro de 1960, dia da minha posse no governo da Guanabara.

Lembro-me de que, quando a Sandra falou isso, o Roberto Campos fechou a cara, o Castelo Branco abaixou a cabeça, não gostando nada. Foi realmente até

um pouco de imprudência dela quando disse: “Essa revolução não começou no dia 31 de março, essa revolução começou no dia da posse do governador fulano de tal, em 5 de dezembro. . .”

Em certo sentido, dentro desse ponto de vista — aí é que quero resumir para vocês, pois o resto foi obra ou serviço que qualquer um faz —, o que caracterizou essa, vamos chamar de revolução no sentido de transformação, foi uma mudança completa de mentalidade, foi uma mobilização geral. Foi uma espécie de convocação ao povo para participar de um esforço. Então, havia uma torcida geral.

Para dar um exemplo: havia no Rio de Janeiro uma “indústria” de mandado de segurança para promoção de funcionários. As leis eram tão mal feitas, ou feitas com tal malícia que promovia da classe A à J os funcionários tais e tais. Então, com base nas ambiguidades dessa lei, já havia mandado de segurança impresso e o governo perdia sempre, porque os juízes — não era por desonestidade não — eram obrigados a conceder a classes inteiras de funcionários aumentos que tinham sido feitos de favor para aquele determinado seguimento da classe.

Existia escritório de advocacia especializado nisso. Mas nós nunca perdemos na Justiça uma só causa do Estado. Exemplos assim ilustram bem a coisa. Pela primeira vez na história do Rio de Janeiro, não sei se na do Brasil também, um governo jamais perdeu uma questão no Judiciário: uma desapropriação, uma ação de funcionário, nada! E nunca “compramos” um juiz.

Usei o decreto de cassação para cassar três ou quatro pessoas; duas delas eram juízes e por isso recebi um telegrama de aplausos do presidente do tribunal: eram juízes, esses a quem me refiro, para quem os “clientes” botavam dinheiro dentro dos autos, para influenciar suas decisões. Um dia houve um problema: tínhamos um mandado de segurança para ser julgado no dia seguinte, muito sério. Era uma lei votada pela Assembléia, que estava aguardando a decisão do Tribunal de Apelação. Nessa ocasião aparece no palácio um desembargador: “Eu vim aqui, Governador, porque preciso de um carro oficial. O senhor sabe, tenho uma vida muito intensa de recepções diplomáticas, freqüento muitas embaixadas, precisava muito ter um carro oficial à minha disposição”.

A votação era no dia seguinte, mas eu não podia aceitar o pedido: “Desembargador, o problema é simples, ou melhor, não tem problema: o meu carro fica à sua disposição porque o senhor não tem direito a carro oficial e, como gentileza pessoal minha, ponho o meu carro à sua disposição. Posso usar meu carro particular, e o oficial fica à sua disposição, pois não tenho outro para lhe dar”. No dia seguinte os desembargadores todos souberam da história — eu me incumbi de mandar dizer a todos os outros — e é evidente que ele votou sozinho contra o mandado de segurança. Então foi se criando um clima diferente no Estado. . .

Um dos problemas crônicos que encontrei foi o das professoras. Sempre foi muito comum a professora ser filha ou mulher de oficial do Exército. Logo que assumi, eram muitos os pedidos e os recados: o capitão, o major, o coronel, mandou pedir para a filha servir em Copacabana, porque ela vai se casar, vai morar em Copacabana e não pode ficar em Santa Cruz. . . Então, o Flexa Ribeiro organizou um novo sistema de acesso para as professoras nas diferentes regiões do Estado, funcionando por meio de um computador que analisava os pontos, quer dizer, tempo de serviço e tudo mais. E o computador é que dizia quem iria para tal lugar.

Acabamos com os pistolões, mas criamos alguns problemas para nós mesmos, como o do episódio com o Senador Mem de Sá — ele não pediu uma audiência

e já não gostou porque teve de esperar. Quando entrou, falou da bomba atômica, falou de uma porção de coisas, do destino do mundo, etc. No final de uma história muito comprida, o que ele queria mesmo era remover uma professora, uma moça do Rio Grande do Sul, muito amiga de sua família, para Botafogo ou para Copacabana. Respondi: “Senador, só tem um jeito: é mandar quebrar o computador da Secretaria de Educação e, com o pretexto de que ele está quebrado, remover a moça. Agora, enquanto o computador estiver funcionando, fica difícil porque não posso convencer a máquina a atendê-lo só pelo fato de você ser Senador; é difícil convencer uma máquina, essa máquina está habituada...” É claro que ele brigou comigo.

Outro problema do princípio do governo aconteceu com o Amaral Neto, o deputado mais votado e que desde então nutria esperanças de chegar a ser candidato à minha sucessão. Por tudo isso tive que fazê-lo líder da nossa bancada na Assembléia, o que era natural. Mas um dia ele chegou ao palácio e me avisou: “Vou renunciar, vou fazer um discurso renunciando”. Respondi: “Mas isso é uma loucura, Amaral, em plena Constituinte do Estado você renunciar!” Ele explicou: “É porque estou coberto de dívidas. Tenho uma porção de dívidas que não posso pagar e não posso servi-lo com essas dívidas todas”.

Perguntei: “Dívida de jogo, não é?”. “Como é que você sabe?”. “Eu sei mais da sua vida do que você pensa. Dívida de jogo. Mas temos que dar um jeito nisso porque será um escândalo o líder do governo...” Chamei o Rafael, que era o meu “quebra-galho”, mineiro e jeitoso como o diabo: “Temos um problema aí: ou pagamos uma dívida de jogo do Amaral ou não temos líder amanhã na Assembléia”. O Rafael saiu, catou o pai, catou mais umas cinco pessoas, e pagou a dívida que, se não me engano, era de oito mil cruzeiros. Pois bem, uma das primeiras pessoas atacadas pelo Amaral foi o Rafael de Almeida Magalhães.

Seria um não acabar de contar o tipo de choque entre o interesse político mais sórdido e a força que nós tínhamos. Os sujeitos também tinham medo de que eu fosse para a televisão e denunciasse isso tudo, compreende?

Quanto a meu relacionamento com o Amaral Neto foi como eu contei da outra vez. Ele trabalhava na *Tribuna* e fez o tal Clube da Lanterna à minha revelia. Nessa ocasião fez muita campanha junto comigo. Também era da UDN. Confesso que na época não o considerava um sujeito corrupto, corruptível. Depois, a vida levou-o para outros caminhos e, quando ele pretendeu se candidatar ao governo da Guanabara, disse-lhe francamente que não contasse com meu apoio, que eu o combateria dentro da convenção da UDN, e que jogaria todo o peso do governo e dos diretórios do partido contra sua candidatura. Achava que não poderia entregar o Estado a ele, que não tinha idoneidade para ser governador.

Quanto ao *Maquis*, o jornal que ele fez numa certa altura, é certo que prestou muito serviço, no sentido de que era um órgão de oposição. Mas nunca me envolvi com aquilo, até porque na maior parte do tempo em que o *Maquis* circulou, eu estava exilado, fora do Brasil. Mas ele usou muito o meu nome nisso, usou até para outras coisas graves. Mas nem sempre se pode separar ou explicar de público, porque provoca uma divisão tamanha, que enfraquece tudo.

Mas não quero citar mais nomes porque prefiro não fazer retaliações. E, depois, a vida afasta e aproxima as pessoas, sobretudo a vida pública, que é de tal modo que não quero criar situações irremediáveis com ninguém, apesar de não pretender chegar àquele ponto do Getúlio...

Quanto ao chamado lacerdismo, foi realmente um fenômeno que existiu e que teve várias conotações, umas muito nobilitantes, no sentido de que o lacerdismo

seria um estado de espírito, digamos, reformador e honesto; outras mais pejorativas, como “as mal-amadas”, termo inventado pelo Antônio Maria, exatamente depois daquela história da greve da PANAIR, um certo fanatismo... As “mal-amadas”, segundo Antônio Maria, seriam criaturas que não eram suficientemente amadas pelos respectivos maridos ou namorados e que se fixavam em mim, como um mito, assim, machista. Era essa a intenção dos que usavam o termo pejorativamente. Era como se você dissesse “as solteironas”.

O fenômeno lacerdismo... Foi muito bom tocar nesse assunto porque há um aspecto que me deixa perplexo e do qual não gosto nada, embora seja realista bastante para saber que existe em toda parte do mundo, não só no Brasil. É o fato de que toda liderança, democrática inclusive, não prescinde de certo carisma. Vamos exemplificar: o Kennedy — que até hoje tentam destruir nos Estados Unidos — que não teve chance de fazer nos Estados Unidos a milionésima parte da que eu tive na Guanabara, guardadas as proporções, evidentemente; o Kennedy, coitado, que não pôde nem dizer ao que veio, pois sua única “realização” foi a Baía dos Porcos; no entanto, levantou o ânimo do povo americano e criou no mundo inteiro uma onda de esperança e de confiança. Quanta gente chorou no Rio de Janeiro, a começar por mim, quando chegou a notícia da sua morte?

A idéia que se criou, muito devido ao nazismo e ao fascismo, de que carisma seja sinônimo de um fenômeno de mística autoritária, é absolutamente falsa. Não conheço nenhuma liderança democrática que não tenha carisma, que não tenha também, por isso mesmo, um efeito carismático. O Churchill — conta-se dele essa famosa história, não sei se vocês conhecem, mas enfim é relativamente famosa — naquele extraordinário discurso que fez, na BBC de Londres, quando a Inglaterra estava ameaçada de ser invadida pela Alemanha, disse: “Lutaremos nas cidades, lutaremos nas ruas, lutaremos nas casas, lutaremos com as armas, com pau, pedra...” Dizem que depois de terminar (chegou a ser gravado) o discurso, ele disse assim: “Lutaremos com o quê? Com que armas, se não temos armas?”

O que é isso senão o desejo de inspirar no povo um espírito de resistência, embora ele pessoalmente estivesse convencido de que era apenas um ato heróico, um sacrifício talvez inútil? O que há de mais carismático do que isso?

Vocês vêem que o tal lacerdismo, no sentido do carisma — se vocês permitirem o exagero da comparação, não digo isso por modéstia, mas por uma questão elementar de senso de proporções —, teve o mesmo carisma da campanha civilista do Rui Barbosa. Ninguém se lembrou de dizer que o entusiasmo que o Rui Barbosa despertou no povo brasileiro foi um carisma autoritário, pois, como todo mundo sabe, muito pelo contrário, o Rui foi o único professor de democracia que realmente tivemos no Brasil. E liberal ainda por cima.

De sorte que esse lado não me impressiona. O que me impressiona é o lado negativo, como, por exemplo, minha posição anticomunista, que confundiu muita gente. Houve muita gente que — tanto de um lado como de outro, dos dois lados — não compreendeu por que tomei uma posição decididamente anticomunista, da qual não me arrependo um minuto e que voltarei a tomar toda vez que for necessário. Muitos confundiram minha posição com o reacionarismo, enquanto que outros acharam ótimo eu ser reacionário. Acho que ambos os lados se enganaram.

Minha posição nunca foi reacionária. O que não tenho é medo dos comunistas e, se dependesse de mim, o Partido Comunista seria um partido legal. Agora, na primeira que fizesse, passava para a ilegalidade, normalmente, legalmente. Toda vez que violassem a lei, “pau neles”, isto é, “lei neles”. Mas medo dos comunistas

não tenho. Não sou anticomunista, como dizia o Prestes, por ódio “zoológico”. O que não aceito é a complacência para com os comunistas dessa gente que quer medir seu grau de convicção democrática por sua maior ou menor aceitação dos comunistas. Como considero o comunismo um movimento antidemocrático, não meço o meu grau de amor, de dedicação e de sinceridade democrática pela maior ou menor complacência que eu tenha para com os comunistas, como, da mesma forma, sempre agi em relação aos fascistas. Evidentemente, acho que são incompatíveis com a democracia, o que não os impede de viver, de ter suas idéias e de tentar convencer o povo de que suas idéias são as melhores.

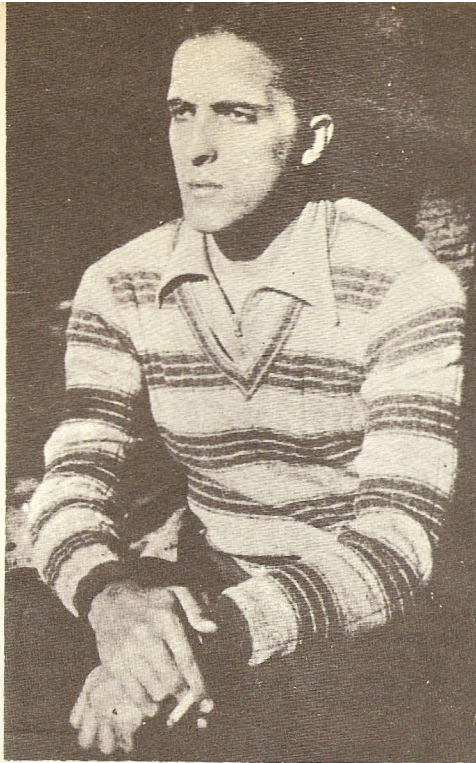
De maneira que o fenômeno lacerdismo surgiu muito antes de eu ser governador, e no governo, então, tomou um sentido construtivo.

Esse fenômeno seria, vamos dizer um pouco cabotinamente — tentando reduzir o negócio aos limites que a modéstia permite —, o de um jornalista que pelo poder da pena e da palavra abala instituições. Até hoje na França, por exemplo, me chamam de “derrubador de governos”, coisa pela qual eles têm a maior admiração. Foi o mesmo cognome que deram a Clemanceau. O pessoal, no Brasil, quando transcreve isso, dá um sentido pejorativo, mas na França acham uma coisa fabulosa o sujeito derrubar quatro governos. E essa foi a razão por que Clemanceau chegou ao poder: “Bem, vamos entregar o governo para esse sujeito, se não ele derruba todos”.

Com risco de demorar um pouco nesse assunto — e quando vocês acharem que basta, vamos passar para outros —, o fenômeno lacerdismo se consolidou, vamos dizer, construtivamente, tomou um aspecto construtivo, quando eu estava no governo. Começaram a ver que eu amanhecia no palácio, saía à meia-noite e no dia seguinte às seis horas da manhã estava lá novamente. Tomava helicóptero e ia parar em “bibocas” da Guanabara, visitar as obras da água, conversar com o Kennedy e trazer um empréstimo para a água. Enfim, começou a gerar-se uma espécie de milagre, para muita gente parecia assim. Era obra para todo lado. Transformei o Rio de Janeiro, modéstia à parte de novo (vamos acabar com o negócio de modéstia à parte, se não a gente fica dizendo isso a toda hora) num verdadeiro canteiro de obras.

Obra para todo o lado e sempre lutando. Lutando com uma Assembléia onde raras vezes contava com a maioria; lutando com um Tribunal de Contas viciadíssimo — formado por nomeações políticas —, onde havia alguns ministros da maior integridade, mas onde muito poucos entendiam do assunto e por isso deixavam tudo entregue àqueles procuradores. Alguns eram honestos, mas outros se vendiam. O empreiteiro, para ajustar o contrato, tinha que pagar. . .





No verso da foto, Lacerda escreveu:  
"quando refugiado da Polícia em 1936, em  
Ipanema, na Rua Visconde de Pirajá, 258".

Em 1953 no "I Jantar Brasileiro",  
organizado pela Tribuna da Imprensa:  
O Mal. Eurico Dutra, o então vice-presidente  
Caté Filho e Carlos Lacerda.



Carlos Lacerda recebe em outubro de 53 do presidente  
da Universidade de Columbia, Grayson Kirk, a meda-  
lha de ouro "Maria Moors Cabot", prêmio de jornalis-  
mo outorgado à Tribuna da Imprensa.

No dia 14 de agosto de 1954, ainda ferido em consequência do  
atentado de Toneleros, recebe em casa o Gal. Juárez Távora,  
diante da imprensa e de sua irmã, Vera (de costas).







*Saída do hospital Miguel Couto na madrugada de 5 de agosto de 1954, depois do atentado da Rua Toneleros. Lacerda está amparado por seu irmão Maurício, de quem diria no depoimento "nunca ter me faltado nos momentos importantes" e de Renato, filho de seu primo Nestor Barbosa, que lhe ajudou a se esconder da ditadura no Estado Novo.*

*Chegada dos emissários do General Henrique Lott ao cruzador "Tamandaré", em novembro de 1955. Em primeiro plano o presidente Carlos Luz. Atrás, os ministros civis que estavam no cruzador e depois deles o então deputado Carlos Lacerda.*







Chegada da mulher e dos filhos em Nova York, em dezembro de 1955, para encontrar Carlos Lacerda, que estava exilado.

Rio, 16 de novembro de 1955

Minha mamãe:

que lhe posso pedir que a senhora já não me tenha dado?

A vida, o exemplo, a inspiração, o amor, nada me faltou. Sou um homem feliz. Tenho por mim a fé e a esperança. Deu-me, a senhora, a caridade, vinda das mãos de Deus. N'Ele está o seu consolo e a sua recompensa.

Toda a sua vida tem sido a conformação com a brutalidade dos fatos. Hoje, mais uma vez, eles se impõem à nossa vontade. O chamado governo do povo, pelo povo e para o povo está transformado no governo dos traidores, pelos traidores e para os traidores.

Vou continuar a luta. Conto com a sua prudência, e na confiança, a sua certeza no seu filho que lhe deixa este beijo de amor e de gratidão,

Carlos

31-1-1956

Rio, 16 de novembro de 1955

MINHA MAMÃE:

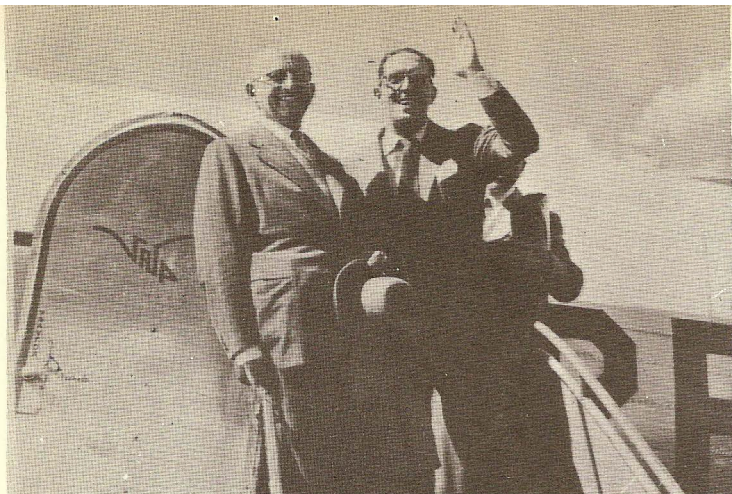
Que lhe posso pedir que a senhora já não me tenha dado? A vida, o exemplo, a inspiração, o amor, nada me faltou. Sou um homem feliz. Tenho por mim a fé e a esperança. Deu-me, a senhora, a caridade, vinda das mãos de Deus. N'Ele está o seu consolo e a sua recompensa.

Toda a sua vida tem sido a conformação com a brutalidade dos fatos. Hoje, mais uma vez, eles se impõem à nossa vontade. O chamado governo do povo, pelo povo e para o povo está transformado no governo dos traidores, pelos traidores e para os traidores.

Vou continuar a luta. Conto com a sua prudência, a sua confiança, a sua certeza no seu filho que lhe deixa este beijo de amor e gratidão,

CARLOS





*Com Juracy Magalhães em maio de 1957 ao embarcar num avião comercial para um dos comícios da "Campanha da Liberdade".*



*Debates no plenário da Câmara dos Deputados em 4 de junho de 1958. Carlos Lacerda, líder da oposição, e Armando Falcão, líder do governo Juscelino.*



*Na campanha do "Caminhão do Povo", em agosto de 1958, com Afonso Arinos e Raul Brunini.*



*Com Adauto Cardoso  
na Câmara dos Deputados.*



*Em março de 1960, Lacerda volta da Europa e é recebido no cais por amigos que lançavam sua candidatura ao governo da Guanabara. No fundo (à esquerda), de óculos e terno claro, está o atual ministro do STM, Almirante Júlio de Sá Bierrembach. Durante a reunião de governadores, Carlos Lacerda mostra a Jânio Quadros, presidente da República, alguns projetos da Guanabara (à direita).*







*Com Magalhães Pinto.*

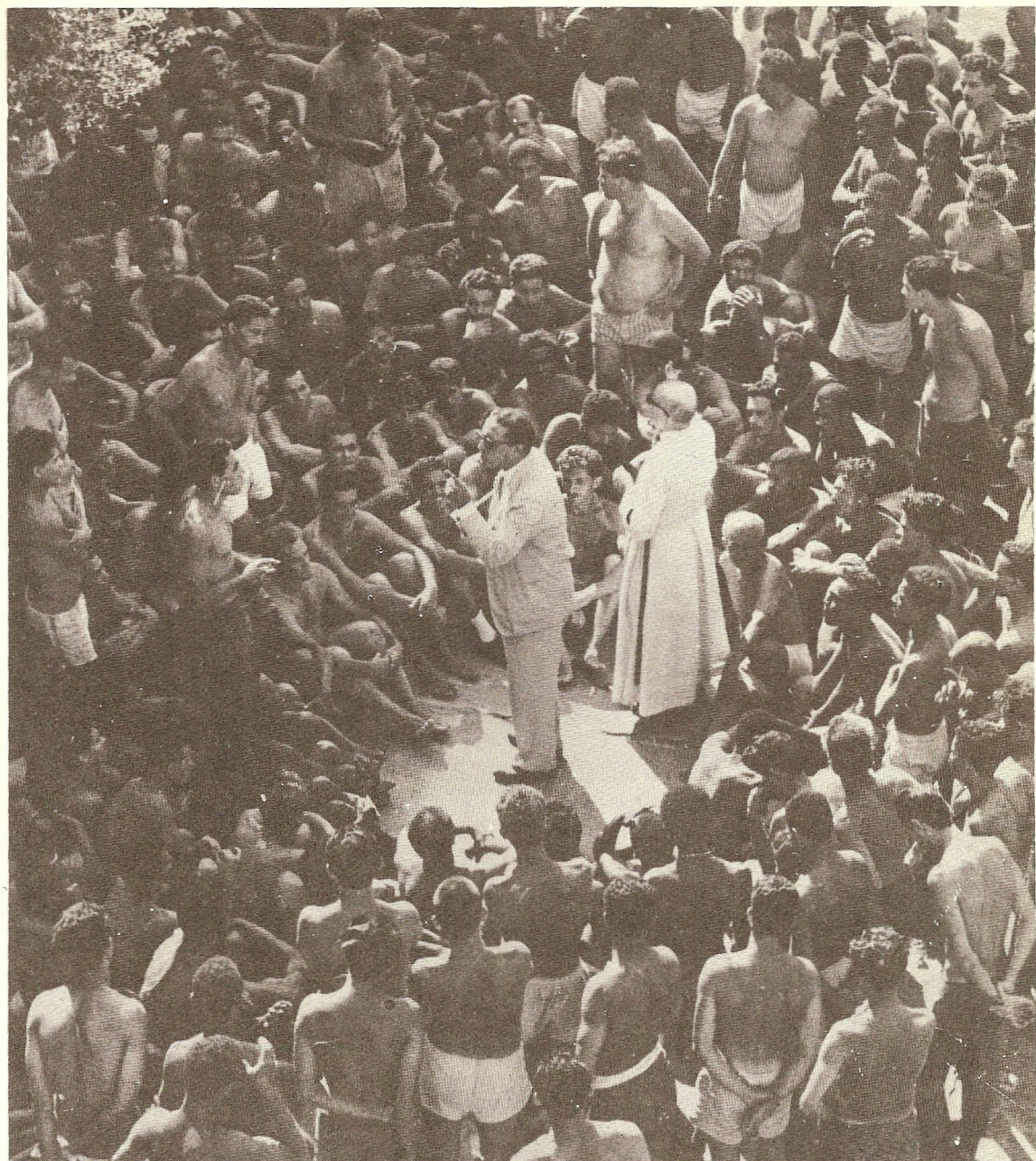


*Discursando  
na Câmara dos Deputados.*



*Governador eleito  
em visita ao governador provisório,  
Sette Câmara,  
no Palácio Guanabara.*





*No Natal de 1961 Carlos Lacerda entra sozinho no presídio para falar aos presos rebelados.*





*Com Afonso Arinos. Os dois, que se afastaram durante o governo Jânio e se reconciliaram depois, foram líderes da oposição nos períodos mais brilhantes e atuantes da "banda de música" da UDN.*



*Em 1961, já governador da Guanabara, Lacerda foi recebido por John Kennedy, na Casa Branca.*



*Carlos Lacerda com os Generais Cordeiro de Farias (esq.), Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e Nestor Souto de Oliveira, comandante do I Exército, na parada militar do "Dia do Soldado" na manhã de 25 de agosto de 1961. Horas depois, a Nação era surpreendida pela renúncia de Jânio Quadros.*



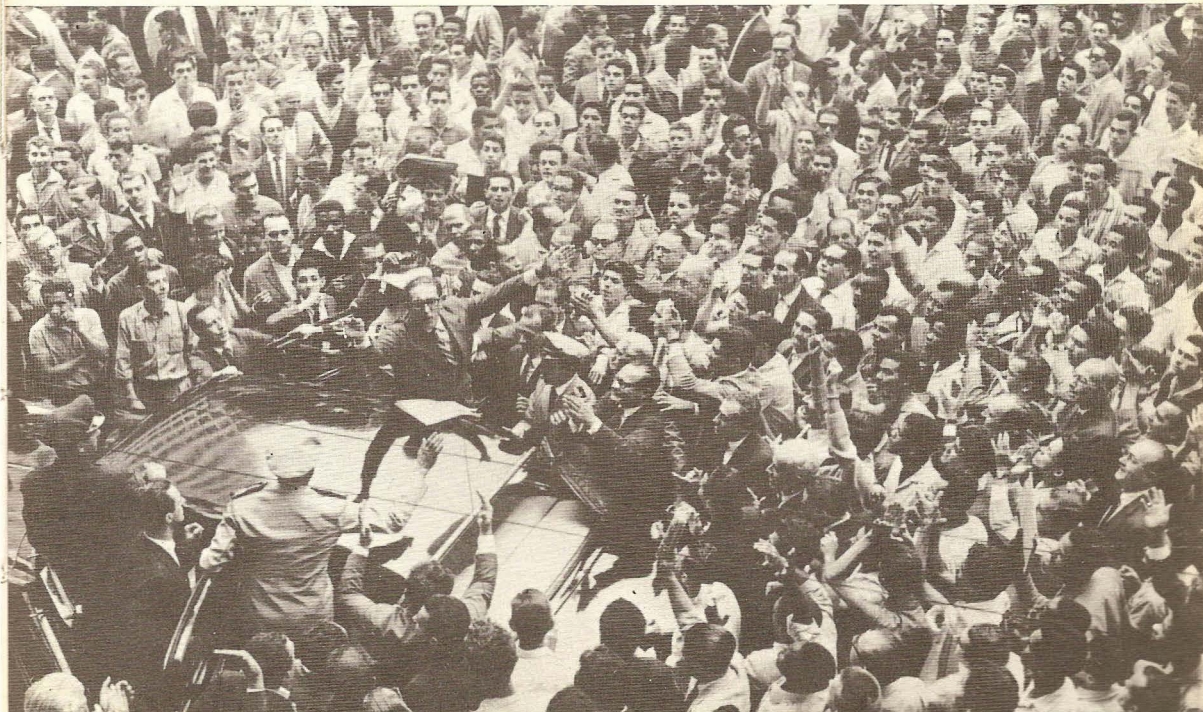


*Chegando para a inauguração de mais uma escola pública.*

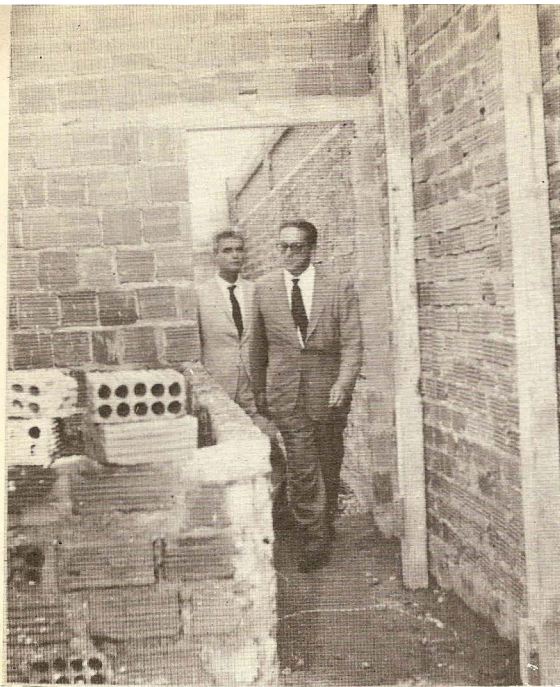


*Inauguração da urbanização do bairro do Catumbi.*

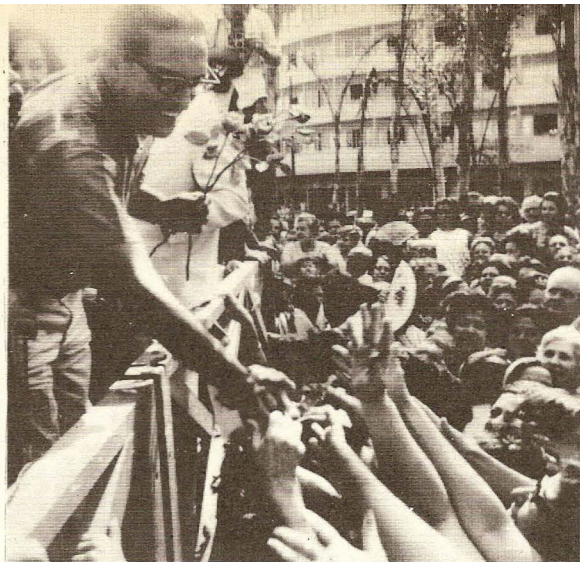
*Em 6 de julho de 1962,  
durante um dos períodos de agitação e greves, ao saber da ameaça de quebra-quebra no centro comercial do Rio,  
Lacerda desce de seu carro e fala ao povo na Avenida Rio Branco.*







*Em 1962 com o Coronel Américo Fontenelle, coordenador de Transportes do Estado, visita as obras da garagem da Rua Ipiranga.*



*Inauguração da Praça Lamartine Babo, na Tijuca, em 5 de dezembro de 1963.*

*Visitando a construção de uma das galerias do Túnel Rebouças.*





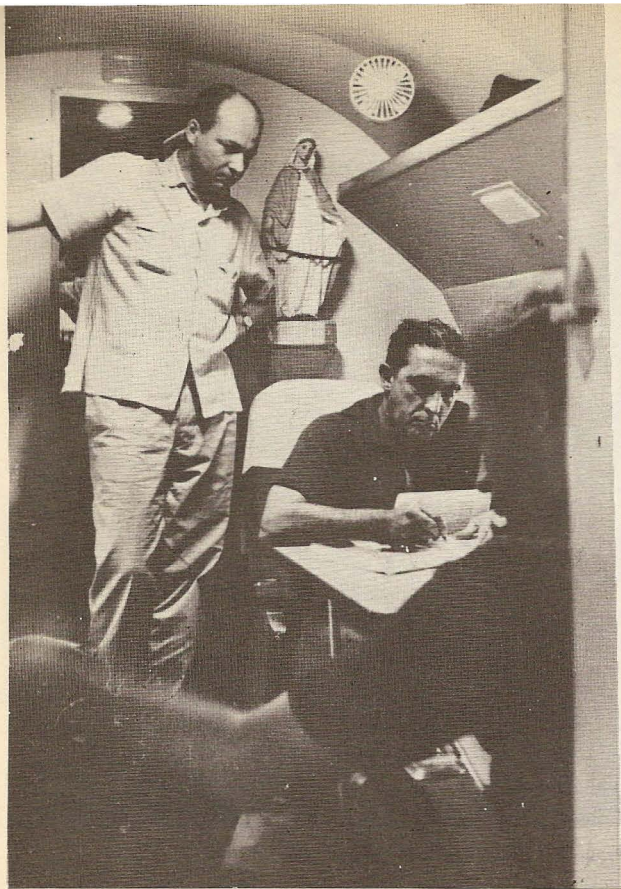


*Início da construção da Praia do Flamengo pela draga Ster.*

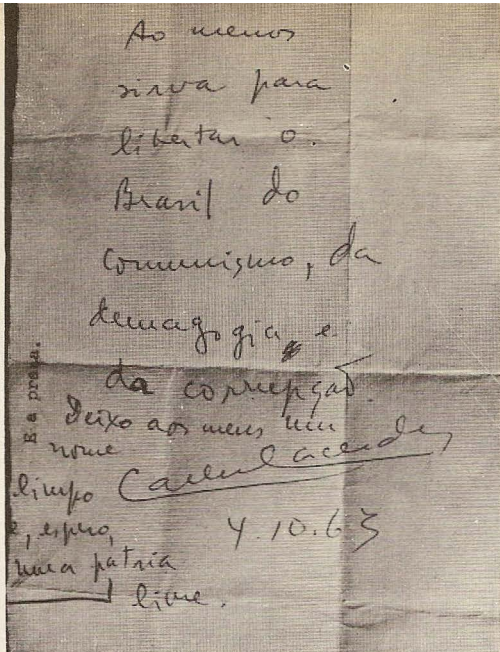
*Comício em Caratinga, Minas Gerais, em 16 de dezembro de 1963.*





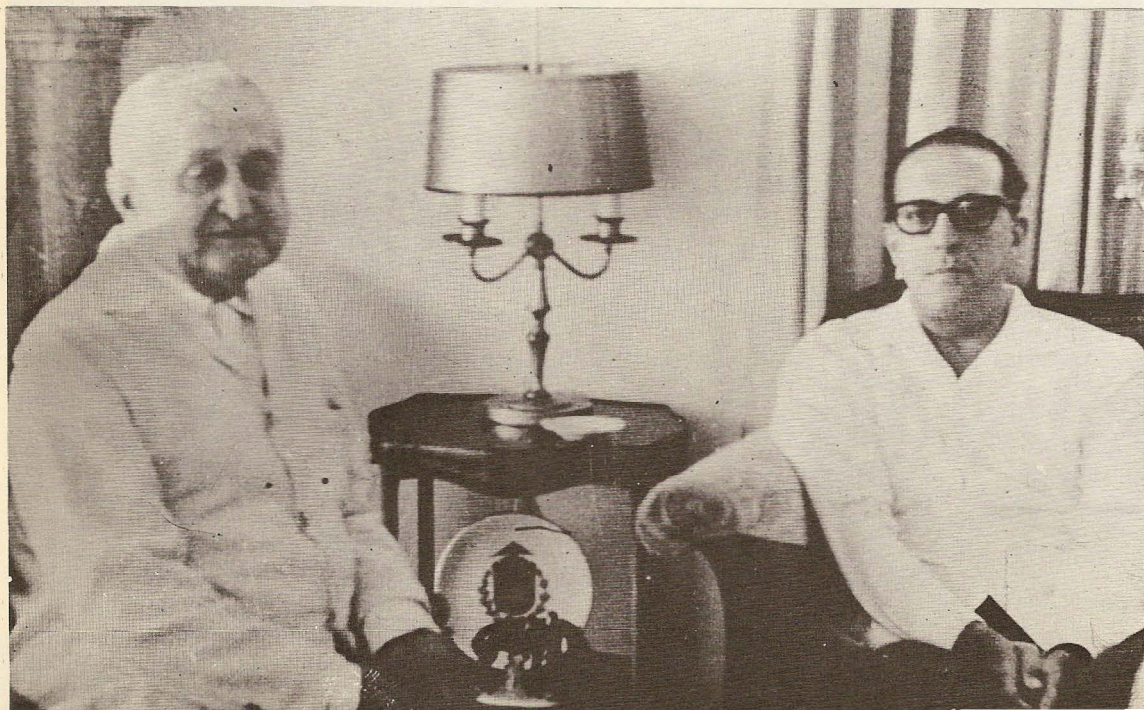


No avião "Esperança" durante a campanha presidencial.  
Ao fundo o piloto Wilson Machado.



"Ao menos sirva para libertar o Brasil do comunismo, da demagogia e da corrupção. Deixo aos meus um nome limpo e, espero, uma pátria livre." Bilhete que Carlos Lacerda escreveu num bloco de memorando ao tomar conhecimento que seria sequestrado por uma tropa de pára-quedistas.

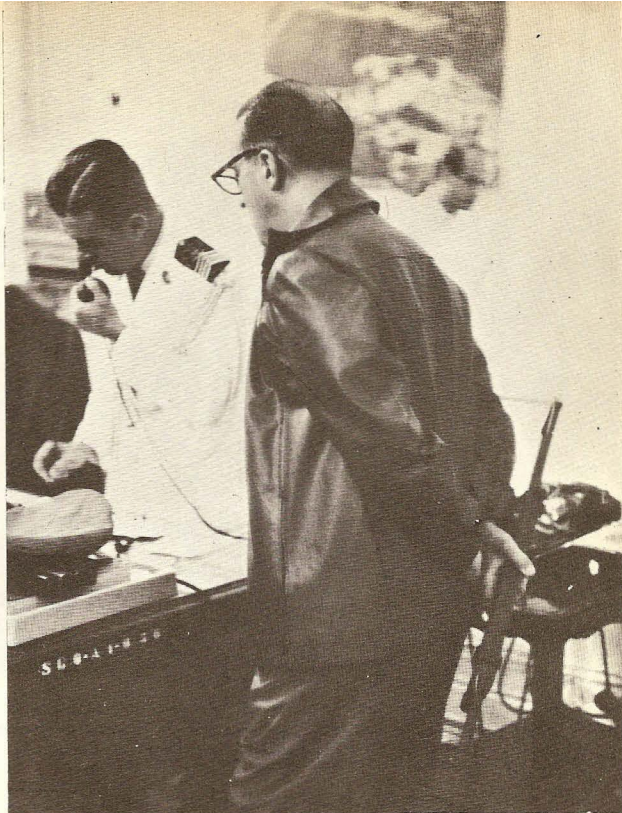
Pouco antes da Revolução em visita a casa do Marechal Eurico Dutra, em 18 de março de 1964.







*Com os filhos Sérgio e Sebastião,  
no Palácio Guanabara, durante a Revolução.*



*No Palácio Guanabara,  
durante a ameaça de invasão.  
Ao fundo, no telefone,  
seu ajudante de ordens,  
major Carlos Osório.*

*Com o Brigadeiro Eduardo Gomes no Palácio Guanabara, durante a Revolução  
O brigadeiro apareceu para ficar ao lado de Lacerda, durante a madrugada,  
quando soube das ameaças de invasão do Palácio por tropas de fuzileiros.*







*Com alguns dos governadores que participaram da reunião, no Palácio Guanabara, em 4 de abril de 1964. Da esquerda para a direita, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda, Ildo Meneghetti e Fernando Correia da Costa.*

*No Palácio Guanabara depois da vitória da Revolução.*





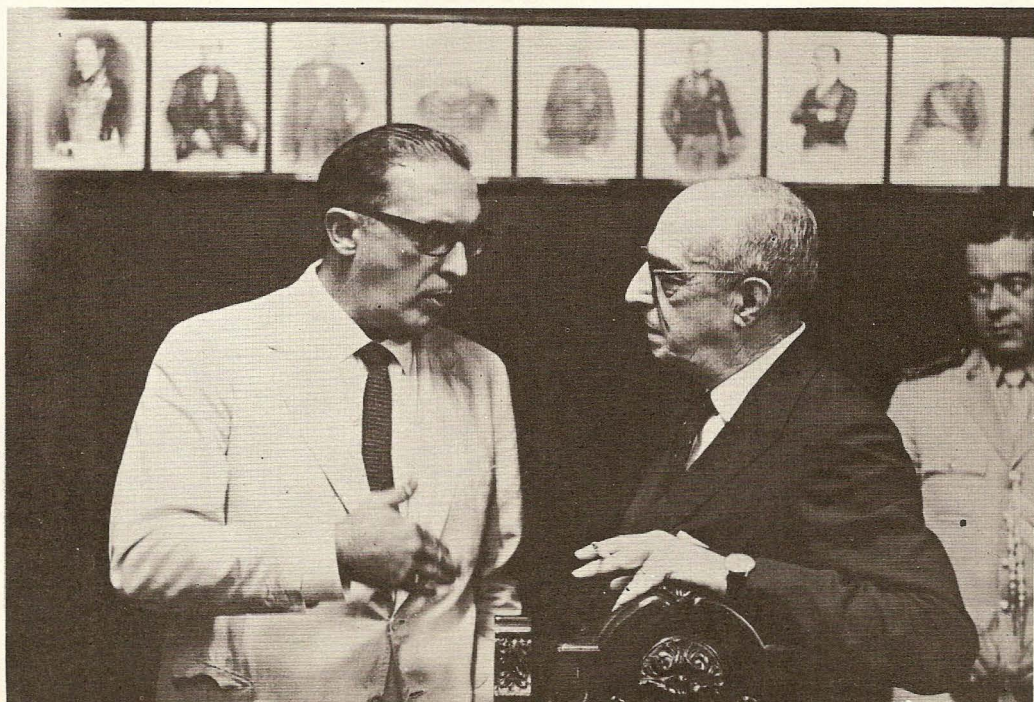


*Com Julio Mesquita Filho, no Palácio Guanabara, num pronunciamento pela televisão logo depois da vitória da Revolução.*



*Com Ranieri Mazzili em 4 de abril de 1964, num encontro no qual o presidente interino aceitou renunciar antes dos 30 dias previstos pela Constituição de 1964.*

*Com Milton Campos, ministro da Justiça, em 1964.*







*Com Leopold Senghor, presidente do Senegal, durante uma homenagem no Jôquei Clube. À direita de Senghor, Francisco Eduardo de Paula Machado, Carlos Bilbao Gama e Alberto Paiva Garcia, este último primo de Carlos Lacerda.*

*Reunião do diretório nacional da UDN, em Brasília, em 1964, que acabou concordando com a prorrogação do mandato de Castelo Branco. Da esquerda para a direita, Pedro Aleixo, Ernani Sátiro, Bilac Pinto, Carlos Lacerda e Teotonio Vilela.*





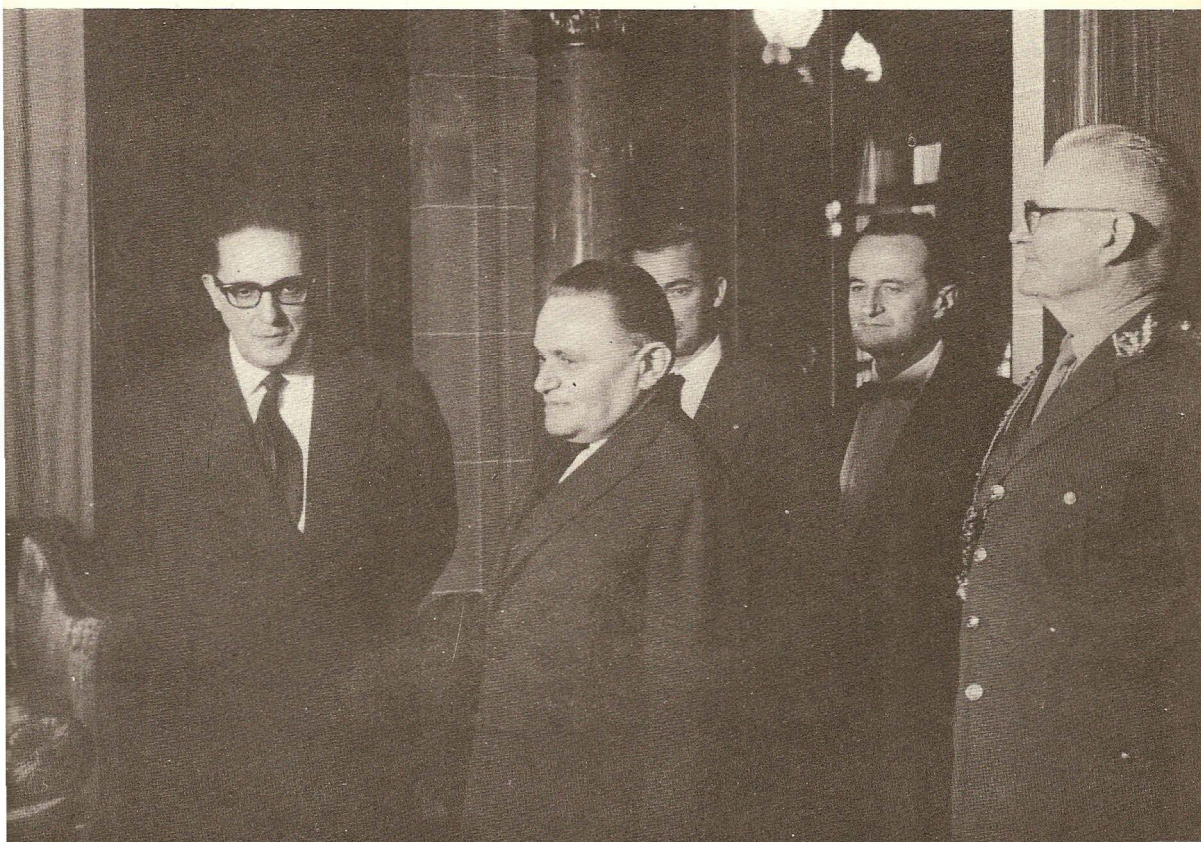


*Solenidade do "Dia do Soldado" em 1964.  
Da esquerda para a direita o General Costa e Silva,  
o Presidente Castelo Branco e Carlos Lacerda.  
Ao fundo, à direita, o então chefe do Gabinete Militar,  
General Ernesto Geisel.*



*Com Castelo Branco,  
no Palácio Laranjeiras,  
em 6 de abril de 1965.*

*Em 1964, no Palácio Laranjeiras, com o Presidente Castelo Branco.  
À direita, o General Ernesto Geisel e ao fundo o secretário de imprensa da presidência, José Wamberto.*







*Em 1964, a bordo do "Esperança", com Armando Falcão, durante a campanha para as eleições presidenciais que estavam marcadas para 1965.*

*Convenção da UDN em São Paulo que lançou sua candidatura à presidência. Ao lado de Lacerda, Abreu Sodré, em pé, e Bilac Pinto, sentado, presidente do partido.*



*Convenção: Ao fundo, à esquerda, o senador Daniel Krieger e o último à direita é o deputado Paulo Sarazate, dois dos principais coordenadores da prorrogação do mandato de Castelo Branco.*

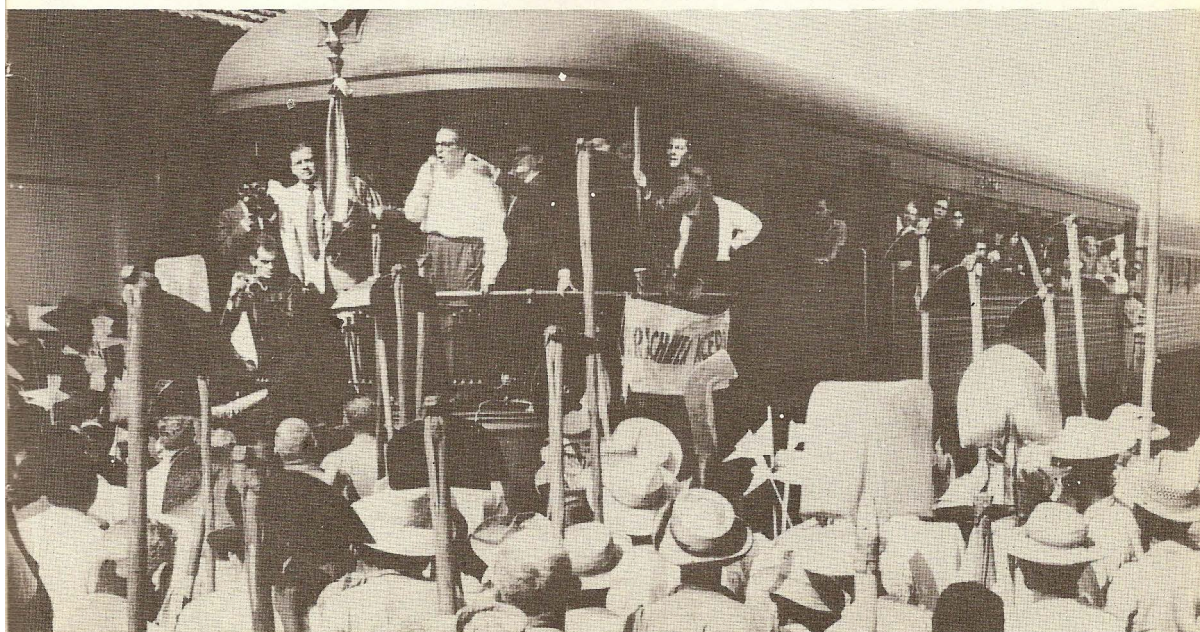






*Em 22 de dezembro de 1964 com os moradores da favela de Brás de Pina.*

*Na volta da convenção da UDN, em novembro de 64, Lacerda veio no "Trem da Esperança", de onde falou em todas as cidades no trajeto São Paulo—Rio.*







*A nova adutora do Guandu, um túnel de 43 km que veio resolver o problema da água no Rio de Janeiro.*







*Com o Presidente Castelo Branco visita às obras do Guandu, em abril de 1965.*

*Nas obras do Guandu com o engenheiro Veiga Britto,  
diretor do Departamento de Águas e responsável pela construção da adutora.*







*Em 29 de setembro de 1965,  
com Flexa Ribeiro,  
em mais uma inauguração de escola.*

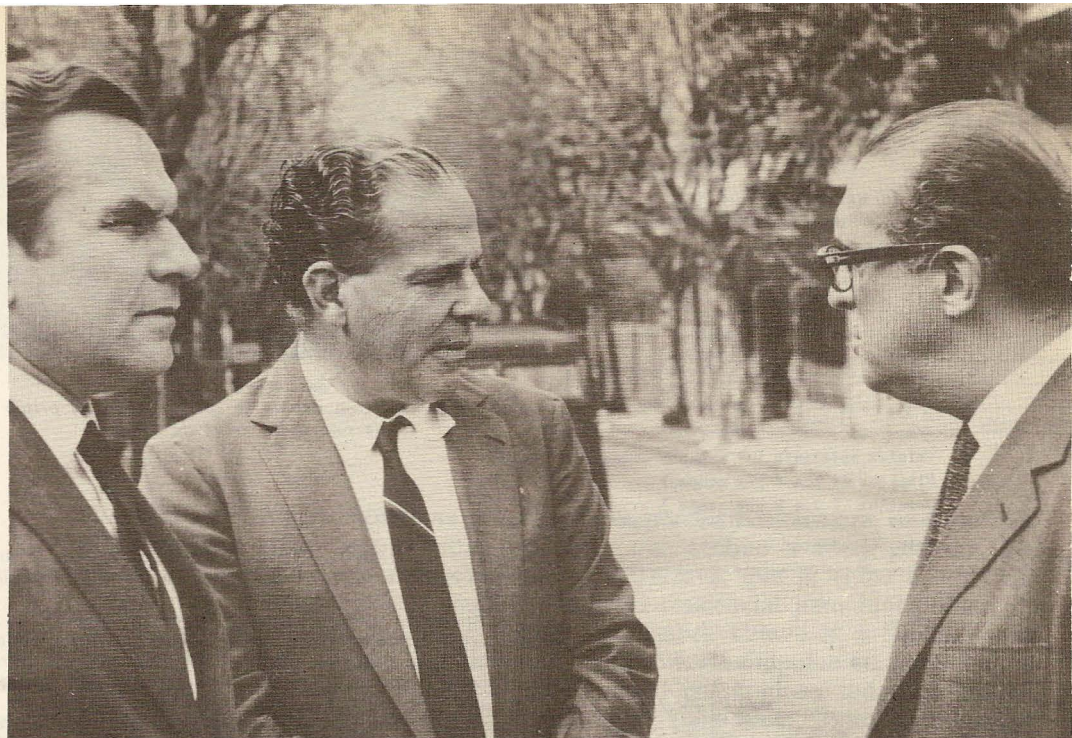


*Chegada ao Parque Lage  
para um dos últimos comícios  
da campanha de 1965.*



*Visita às obras  
da usina do Lameirão, do Guandu,  
em 6 de agosto de 1965.*





*Frente Ampla — encontro em Montevideu em 26 de setembro de 1967.  
Da direita para a esquerda, Renato Archer, João Goulart e Carlos Lacerda.*

*O primeiro encontro público da Frente Ampla:  
Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, em 1966, no restaurante Tavares, em Lisboa.*







NOME Sr. Carlos de Lacerda  
RESP. .... POST. ou GRAD. .... UNID. ....

# RESULTADO DE EXAME DE URINA

Natureza do Exame: Pesquisa de Elementos Anormais e Sedimentoscopia

## RESULTADO

URINA	
Caracteres Físicos:	Elementos Anormais:
Aspecto	Albumina <b>Vestigios</b>
Côr	Glicose <b>Ausente</b>
Depósito	Corpus Cetônicos <b>Presença ++++</b>
Reação	Pig. Biliares
Densidade <b>1024</b>	Urobilina
SEDIMENTOSCOPIA:	
<p>Celulas epteliais ( 2 a 4 por campo )                      Placitos ( 6 a 8 por campo )                      Hematias ( 1 a 2 por campo )                      Raros cilindros hialinos e granulares                      Muco abundante</p>	
AUMENTO 400 x	

OBS.:

Rio, 19 de Dezembro de 1968

*[Assinatura]*  
OFICIAL MÉDICO

Exame de urina comprovando a greve de fome.



Em 22 de dezembro de 1968,  
ao chegar em casa, depois de ser libertado da prisão  
onde estava em greve de fome.

Explicação do médico sobre o resultado do exame de urina  
realizado em 20 de dezembro de 1968 no Hospital da Polícia  
Militar:

"Normalmente não há presença de acetona da urina. Em  
condições de anormalidade, quatro cruzeiros significam a maior  
quantidade possível. Isto traduz que as reservas de hidrato  
de carbono estão sendo rapidamente exauridas, o que quer  
dizer que a energia é obtida quase que inteiramente do  
desdobramento das gorduras e das proteínas. Esse fenôme-  
no leva à produção de um excesso de corpus cetônicos (ce-  
tose) que dão origem à acidose."

Discursando como paraninfo de uma turma de economistas, no Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1967.





---

“E NÃO MONTAMOS  
ALGUMA MÁQUINA POLÍTICA”

SURGIAM CERTAS SITUAÇÕES que aparentemente pareciam violências, mas que não eram senão o cumprimento estrito do dever que atribuo a quem governa. Por exemplo: um dia fui ver uma obra que se eternizava, que já vinha do governo anterior: a construção de um pequeno conjunto residencial para funcionários do Estado, no antigo Jardim Zoológico, em Vila Isabel. Estava lá a Sandra,\* que era Secretária dos Serviços Sociais, o meu ajudante-de-ordens e os empreiteiros. Reclamei: “Esse negócio aqui não acaba mais, passaram-se todos os prazos, como é que é isso?” Aí um dos empreiteiros diz para mim: “Bom, Governador, é o seguinte: quando houve a concorrência, nós, no Sindicato dos Empreiteiros, nos reunimos e decidimos quem ia disputar cada uma das obras. Esta coube a nós, mas é um abacaxi. Mas, como pegamos umas outras em virtude do acordo que fizemos no sindicato ficamos com essa e...”

“Bem, então o senhor está preso”. “Preso? Como?”. “Eu não posso admitir que o senhor venha ao Governador e declare que roubou o Estado da Guanabara e que entrou em conluio com os outros empreiteiros para falsear uma concorrência pública; não vou permitir que não lhe aconteça nada”.

Virei-me para o ajudante-de-ordens, o Major Osório, e ordenei: “Major, acompanhe esse senhor até a delegacia para abrir inquérito e prestar declarações, repetindo ao delegado o que acabou de me contar. Se for necessário, diga ao delegado para ir ao palácio tomar o meu depoimento”.

Esse gênero de coisas começou a criar um clima de “medo de roubar”. Ainda anteontem estavam me contando que houve um aumento brutal no imposto predial no Rio de Janeiro, que prédios que pagavam mil contos, passaram a pagar 11 mil. Mas isso acontece porque existe uma quadrilha: basta pagar um X ao sujeito para que ele faça umas contas e reduza de 11 para 2 ou 3 mil o imposto que se paga. É lógico que isso houve no meu governo, deve ter havido e houve sem dúvida, mas não houve nenhum caso que tivesse chegado ao nosso conhecimento que não fosse brecado, que não se tomasse uma providência. Então, o povo começou a sentir uma certa garantia, sei lá... uma certa seriedade.

Mas de vez em quando estouravam coisas, não é? No princípio do governo criei a Fundação Otávio Mangabeira, destinada a receber donativos para a construção de escolas, porque a verba do Estado era insuficiente. Apareceu uma firma que fazia escolas pré-moldadas, pré-fabricadas, e até hoje tem uma porção delas funcionando. Custava, nessa época, 12 mil cruzeiros. Escolinhas muito decentes,

---

\* Sandra Cavalcanti. (N. da E.)

cinco salas de aula, banheiro e tudo. E um dos casos que estouraram, surgiu por causa de um sujeito que frequentou muito o nosso escritório elitoral, e até, quando fui ao Japão, ele foi junto com a gente, por conta própria naturalmente.

Um belo dia, abro o jornal e vejo: “Os bicheiros estão contribuindo para a Fundação Otávio Mangabeira”. Chamei o presidente da fundação, que era voluntário, não era funcionário do Estado, e perguntei: “Que história é essa de bicheiro contribuindo?”. Ele explicou: “Não! Chegou um cheque aí de 12 mil cruzeiros para fazer uma escola e foi fulano que entregou. Dizem que ele é ligado aos bicheiros”. “Mas como é que você faz uma coisas dessas, que maluquice é essa, recebendo dinheiro de bicheiro!” Foi um escândalo nos jornais todos. Devolvi o cheque e proibi a entrada do sujeito no palácio.

De vez em quando, aconteciam coisas que vinham a público e outras que não vinham. Uma vez um primo meu, que é um maluco completo, debilóide, começou a aparecer no palácio. Ele é filho de um tio meu, já morto. Começou a aparecer no palácio e já muito íntimo. Até que um dia o Secretário de Obras veio para despachar com uma porção de processos e disse: — “Tenho aqui um processo da Rua Paissandu, um negócio de gabarito”.

Aqui tenho que interromper de novo para explicar: é o governador quem decide o gabarito de cada rua, porque o Rio de Janeiro é uma cidade sem plano nenhum, e o gabarito de cada rua é fixado pelo Governador, que despachava à vontade. Havia uma “indústria de gabaritos”. O que existia, era um plano diretor que eles chamavam PA: projeto de alinhamento. Por exemplo: havia o projeto de uma avenida norte-sul, que passava por dentro de Botafogo e disparava até o centro da cidade. Uma loucura que afetava centenas de casas, cujos donos não sabiam o que fazer. Assinei um decreto acabando com aquele troço, alegando que tão cedo não se poderia fazer a obra, não se podia com isso paralisar a vida da cidade.

Bem, naquele dia o Secretário de Obras chegou com os processos e disse: “Aqui há vários processos e um deles é sobre um gabarito na Rua Paissandu. Eles requerem que a altura do prédio seja fixada pelo gabarito da Rua Marquês de Abrantes, alegando que a construção fica na esquina das duas ruas”. Isso significava dois ou três andares a mais.

Reclamei do secretário: “Em primeiro lugar não tenho nada com isso, nem estou interessado; em segundo lugar, por que o senhor me trouxe isso, se há tanta coisa importante para decidirmos?” Só aí ele explicou: “Porque tem um primo seu aí que me pediu para lhe trazer isso, para ver se o senhor despachava”. “Primo meu, que primo é esse?” “Esse rapaz que está aí no palácio todos os dias, seu primo”.

Chamei um oficial de gabinete e perguntei: “Que primo meu é esse que anda por aí?” “Ah, é fulano de tal”. Aí mandei apurar e descobri o pior: ele tinha dito ao incorporador que ia arranjar o aumento do gabarito mediante 100 mil cruzeiros, mas que precisaria ainda de mais 50 mil, que eram para dar à minha irmã. Então, é claro que mandei proibir a entrada do fulano no palácio e avisei: “Se chegar esse sujeito aí dizendo que é meu primo, manda embora, manda sair do palácio”. Só mais tarde contei isto à minha irmã, que ficou indignada.

De vez em quando havia casos como o do Rio da Guarda. Certa vez leio na *Última Hora* que tinha aparecido boiando no Rio da Guarda, perto do Rio Guandu (na fronteira com o antigo Estado do Rio) o corpo de um sujeito amarrado com perfurações de balas na nuca e não sei mais o quê, e que um outro tinha sobrevivido e ido à delegacia de Santa Cruz ou Campo Grande — não sei onde — e contado que a polícia o tinha levado para lá e atirado no rio.

Chamei o Secretário de Segurança, o Coronel Gustavo Borges, que era um velho companheiro de todas essas lutas, desde a queda do Getúlio em 54, e disse: “Borges, esse negócio da *Última Hora*, o que há com isso?”. Ele respondeu: “Isso é história, você não está vendo? Isso é maluquice, esse jornal está completamente... O que há muito tempo a polícia faz, sempre fez e acho difícil evitar, é o seguinte: como vem muito mendigo para o Rio, de vez em quando eles dão uma limpeza assim na cidade e devolvem os mendigos para as terras de origem. Quando o sujeito mora lá para o lado de Miracema, eles o soltam em Miracema. Pagam a passagem de ônibus e o “cara” vai embora, mas depois volta. E fica nesse eterno negócio”.

Repliquei logo: “Não, espera aí. A *Última Hora* não disse isso. A *Última Hora* disse que apareceu um sujeito morto, amarrado, e que um outro sobreviveu e contou essa história. Pode ser uma grande mentira e então precisamos desmentir. Mas para desmentir é preciso saber se é mentira. Abre um inquérito disso”. Passam-se três ou quatro dias, e a *Última Hora* em cima. Aí os outros jornais começaram a entrar no assunto também, e eu vi o negócio pegando fogo, porque até os jornais que nessa época apoiavam o governo, começaram a contar a mesma história. “Que diabo, esse troço está meio esquisito”. Mandeí abrir o inquérito.

O Borges custou a abrir, a meu ver por ingenuidade; ele acreditou na versão policial. Só quem passou pela polícia, de uma forma ou de outra, como eu, sabe como aquele ambiente engana e corrompe; não no sentido da corrupção mesmo, mas corrompe no sentido da lisonja, da adulação, da mentira, da intriga. Quem não for muito treinado naquilo, cai com facilidade, porque, como há muita acusação falsa, como há muita mentira a respeito da polícia, é muito fácil para eles dizer: é mais uma mentira.

E a história da morte dos mendigos corria por conta de mais uma mentira. Como a *Última Hora* era especializada em mentir contra a gente, era fácil ao Borges acreditar na versão policial. Passou-se o terceiro, o quarto, o quinto dia, e eu reclamei: “Não, espera aí. Vamos abrir um inquérito sério”. E fomos bater no negócio, numa coisa trágica! Havia um serviço chamado Serviço de Recuperação de Mendigos, dirigido por um rapaz que tinha sido um modesto membro do gabinete por acaso do Juscelino, que também, evidentemente, não tinha culpa nenhuma nesse caso; e um de seus principais auxiliares era um antigo mendigo considerado recuperado e que fora aproveitado pelo tal serviço.

E ele começou participando daquela história de mendigo para cá, mendigo para lá. Depois começou a fazer um pequeno “esquadrão da morte”, e com outros auxiliares agarravam o mendigo, iam para o Rio da Guarda; chegando lá, amarravam o sujeito, davam um tiro nele, jogavam o corpo dentro d’água e vinham embora.

Primeiro fiz o inquérito e apurou-se que a história era verdadeira. Mandeí prender preventivamente os sujeitos e até pratiquei uma ilegalidade total: pelo Código do Funcionalismo não se pode demitir nenhum funcionário público antes que uma comissão de inquérito, constituída também por funcionários, chegue a uma conclusão, sobre a qual então você como governador faz o seu julgamento. Constituí a comissão, mas antes que ela se instalasse demiti os culpados. Os assassinos poderiam até voltar através da Justiça pedindo uma indenização, mas achei que moralmente estava na obrigação de dar uma satisfação imediata ao público, não me importando mesmo que depois eles fossem absolvidos. Se fossem, voltariam como manda a lei, mas a gente não podia mais aturar esse troço. E isso

aconteceu exatamente no auge da campanha da esquerda, da campanha comunista contra o meu governo. E saiu em todos os jornais, em quase todos os jornais do mundo, na primeira página, e fiquei como “governador mata mendigos”.

O importante é lembrar que o Tranca-Rua, que era o chefe do bando, e todos os seus cúmplices foram presos e condenados. Mas, quando foi da Revolução de 64, recebi um pedido para readmissão de vários deles sob a alegação que tinham prestado serviços à Revolução. É claro que recusei. Alguns deles, talvez, estivessem estado, sei lá, ajudando a defender o Palácio Guanabara, ou qualquer lugar, porque nunca vi tanto herói quanto naquele dia; houve alguns autênticos, mas também surgiram muitos outros de fantasia.

Eu me recusei, evidentemente, a readmitir esses sujeitos, mas isso me atingiu gravemente, me feriu moralmente, a mim mesmo, pois é um negócio horrível você se sentir acusado de matar mendigo. Basta ver que uma vez, já bastante tempo depois desse episódio, quando eu já era candidato à Presidência da República, cheguei a São Paulo e fui para a casa do Roberto Sodré, onde me hospedava nesse tempo. De repente desembarca uma nuvem de repórteres com essa moça que morreu outro dia, Carolina de Jesus, pseudo-autora do *Quarto de Despejo*, livro feito por um repórter de São Paulo e que empurraram para ela. . .

Ela desembarca e eu, que não a conhecia, banqueei o bobo: “Oh Carolina, que prazer conhecê-la”. Ela aí vira-se para mim, de chofre, mas na frente dos repórteres e fotógrafos, com tudo já armado e fala: “Governador, por que o senhor manda matar mendigos?” Com um misto de raiva e pena, porque estava com muita raiva respondi: “Dona Carolina, que coisa triste está fazendo. Que papel triste. Você se deixar empresar por uma coisa dessas, para fazer essa encenação. Que coisa horrorosa”. Mas a morte dos mendigos saiu nos jornais evidentemente. Até os jornais de Paris, de Nova York, de Londres, que também publicaram a história, como os nossos, nunca deram o resultado, não é? Nunca disseram que os sujeitos foram presos, foram demitidos, foram processados e foram condenados. Isso não era mais notícia.

Esse negócio de matar mendigos correu o Brasil inteiro durante alguns anos e ficou na história. De vez em quando, até hoje, ainda sai por aí esse negócio. Foi um momento muito desagradável.

Mas, apesar de tudo, há fatos muito compensadores. Agora, eu queria insistir nesse ponto: na emoção que a gente tinha quando chegava num bairro operário, um bairro inteiro sem escola, onde as crianças andavam quilômetros e quilômetros para chegar à escola mais próxima; e você ia lá e inaugurava uma escola. Via então a alegria daquela gente, aquelas caras de crioulas e mulatas, aquelas mães com a criança, um negócio que dava uma felicidade na gente, uma sensação de realização, compreende? De auto-realização. Não tem nada no mundo que pague. Para mim, é a sensação mais agradável do mundo.

E é isso que as pessoas, às vezes, confundem com “sede de poder”. Eu daria a isso outro nome, um nome que não se aplica só a mim; é um nome que serve para uma certa raça de gente, a um certo tipo de gente que se julga, com ou sem razão, nascida para servir, se julga nascida para fazer coisas. Gosto de fazer coisas. Sou escritor, jornalista, mas acho que por um erro de vocação, quer dizer, por incapacidade manual de fazer coisas. Acho que, se tivesse jeito para marceneiro, seria um bom marceneiro, seria talvez melhor marceneiro do que jornalista, porque o de que gosto mesmo é de fazer coisas, muito mais do que de pensar sobre elas.

Então, no governo é a ocasião que se tem de fazê-las. Cada coisa que você não consegue fazer, evidente, é muito frustrante. Mas cada uma que consegue, dá uma grande euforia. Eu passava noites inteiras sem dormir, porque, quando ia para casa, o meu estado de excitação mental, de euforia, era de tal ordem que nem deitava. Ficava sentado, pensando nas coisas que tinha feito naquele dia e no que tinha que fazer no dia seguinte. Às quatro da madrugada telefonava para um secretário e dizia: “Vamos ver a obra do túnel não sei o quê”. Ele saía estremunhado, e lá íamos nós. Alguns iam de muito bom grado, outros caindo aos pedaços, mas a gente saía para ver obra, para ver coisas. É uma festa acompanhar cada momento de uma obra, negócio dos hospitais, negócio do Maracanã.

Sobre o Maracanã, que foi feito contra a minha vontade, há uma boa história para contar. Quando eu era vereador, cismaram de fazer o estádio no Maracanã e sugeri que o fizessem junto da Lagoa de Jacarepaguá, lá na Barra da Tijuca. Primeiro, porque era visível que a cidade ia crescer para aquele lado; segundo, porque havia um projeto, desde o tempo em que o Napoleão Alencastro foi diretor da Central, de fazer um ramal eletrificado de 12 km, ligando Madureira ao Leblon. Você ligava a cidade por trás e, com o campeonato mundial de futebol, seria muito fácil convencer o Governo Federal a construir logo aquele ramal.

O estádio seria feito junto à Lagoa de Jacarepaguá, desapropriando terras que eram do Euvaldo Lodi e da Sul-América e que custavam nessa época 20 cruzeiros; vinte cruzeiros o metro quadrado. Imagine o que valem hoje, quando aquilo lá virou lugar de todas as incorporações monstruosas! Lá poderia ser feita uma cidade olímpica para todos os tipos de esportes; poderíamos fazer até as olimpíadas no Rio de Janeiro, além do campo de futebol. Mas o Mendes de Moraes, que era o prefeito, encasquetou essa idéia de fazer rapidamente o Maracanã e ainda recusou o projeto do Niemeyer, que aproveitava um morro para fazer as tribunas e baratear a construção. E fez aquele negócio ali.

Ari Barroso, que era meu companheiro de partido, da UDN e meu grande amigo — fui a Ubá, a terra dele, tocar piano com ele — me chamou de inimigo do esporte e fez um discurso na Câmara dos Vereadores dizendo que eu era inimigo do futebol — aliás, não sou mesmo muito de futebol, coisa que não ligo —, que queria matar os jogadores de malária, porque a Barra seria uma zona toda de malária e de impaludismo. E *O Globo* publicou uma manchete assim: “Lacerda, inimigo do esporte”.

Pois bem: fizeram o Maracanã, que custou na época 400 mil cruzeiros, que ficaram por pagar ao Banco do Estado, e nós gastamos alguns anos depois para completar, remodelar e acabar o estádio, dois milhões e meio. Mas, quando fui lá para ver como estava o Maracanã, que eu chamava de “a maior lata de lixo do mundo”, pois aquilo era uma imundice (inauguraram, jogaram, fizeram o campeonato e nunca mais ninguém mexeu no estádio), fiquei horrorizado.

De repente, estou passando numa galeria e vejo um portão com grades de ferro. Perguntei: “E aí dentro o que é?”. “Aí é o presídio”. “Presídio? Por que tem presídio no Estádio do Maracanã?”. “É que os policiais, da Polícia Militar, quando são condenados por crime de morte ou coisa assim, para não ficarem na penitenciária junto com os presos comuns, cumprem pena aqui”.

Então havia sujeitos lá há três, quatro, cinco anos. Tinha até parlatório, gabinete do diretor e um corredor com uma porção de cubículos. Depois, vinham outras grades e continuava o corredor, onde as pessoas passavam para o futebol, todas elas ignorando que ali dentro existia um presídio. Parecia o Coliseu de Roma.

Encontrei coisas desse gênero, mas assim aos milhares, compreende? As anomalias que achei no Estado, eram coisas de fazer você parar para rir. E realmente só podia rir, já que não dava para chorar. Mas, ao lado disso, nós descobrimos coisas. A obra do Flexa Ribeiro, por exemplo, na Secretaria de Educação, foi uma coisa gigantesca. Nós criamos tudo. Praticamente não havia ginásio público no Estado, havia umas 12 mil vagas, nós deixamos o quê? Duzentas e tantas mil, e mais, perto de sessenta mil bolsas de estudo em escolas particulares. . .

Pergunta-se, também, se meu governo foi privilegiado com empréstimos externos. . . É uma boa pergunta, é uma boa pergunta! Foi, mas não foi o único. Vários outros Estados também foram. O que aconteceu, é que coincidiu com o começo do governo Jânio Quadros, uma grande esperança mundial no futuro do Brasil. Não há dúvida de que com a eleição do Jânio Quadros, com a ação do Clemente Mariani\* contra a inflação, com o apoio popular ao governo, que era mais do que visível, e com a pacificação do país — as Forças Armadas apoiavam também o governo Jânio Quadros —, mudou-se a imagem do Brasil. A verdade é que com desenvolvimento “às caneladas” ou não, o governo do Juscelino, com a criação por exemplo da indústria automobilística, tinha começado a dar uma grande esperança no Brasil. E tudo isso coincidiu com o programa da Aliança para o Progresso.

Então a Guanabara se beneficiou mais do que os outros Estados porque nós percebemos e exploramos isso.

Essa pergunta me obriga a contar um episódio concreto: a obra da água. Só era possível abastecer o Rio de Janeiro captando as águas do Rio Guandu, que seguiriam por um trecho subterrâneo até a estação de tratamento. Aqui preciso interromper de novo para contar outro problema do princípio do meu governo. Uma tromba d'água inundou a estação de tratamento e molhou todas aquelas turbinas. Aí foi um horror! Foi uma semana de inferno até aquilo secar e a cidade sem uma gota d'água. Tive que decretar estado de calamidade pública.

Mas, enfim, voltando ao Guandu: essa obra iria até um lugar chamado Lameirão, na altura de Campo Grande, onde as águas mergulhariam num poço de 73 metros de profundidade, de lá seriam bombeadas para o alto da serra, que é a espinha dorsal do Rio de Janeiro, de onde desceriam num túnel cavado na rocha — um rio dentro da rocha — até os reservatórios de Macacos na Gávea, na Zona Sul e, dali, então haveria outras obras para distribuição e redistribuição da água até as bicas. Para tudo isso o Sette Câmara deixou o primeiro milhão ou milhão e meio, com o qual pudemos completar o projeto.

Para você ter uma idéia da dificuldade que tivemos, no dia que dei posse a um dos Secretários de Estado, o Maurício Joppert, professor da Escola Politécnica e deputado eleito pela Guanabara, fez um discurso no Palácio Guanabara — em plena posse do Secretário de Obras — dizendo que o Guandu era uma obra absolutamente inútil e que não precisávamos de nada. Que bastava que se suprimisse o desperdício, que ele calculava em 30%: tapando os canos furados e coisas semelhantes se resolveria perfeitamente o problema da água no Rio de Janeiro. Isso dá uma idéia da incompreensão que enfrentamos: Joppert era professor da Escola Politécnica, foi Ministro da Viação, o ministro que criou o Fundo Rodoviário Federal.

---

\* Clemente Mariani: Ministro da Fazenda de Jânio. (N. da E.)



Mas continuamos a discutir o assunto. Discute pra cá, discute pra lá, afinal aprontamos o projeto para levá-lo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Aqui aproveito para esclarecer um ponto: meu governo foi beneficiado por empréstimos, doações muito poucas, beneficiado por empréstimos sim, empréstimos pagos pelo povo da Guanabara. Tive que fazer aprovar pela Assembléia, onde não tinha maioria, uma taxa de água, quando não havia água para fornecer. No Rio de Janeiro ninguém pagava água, pagava-se um valor nominal, simbólico; precisei criar uma taxa de água, isto é, o povo pagaria por conta de uma água que só iria ter cinco anos depois, um pouco como o plano do telefone.

Imagine o esforço que foi para convencer a opinião pública e, muito mais do que a opinião pública — que se convenceu com relativa facilidade, graças a meia dúzia de papos na televisão — os deputados a votarem a taxa para uma água que ainda não existia.

Quando o projeto do Guandu foi levado para Washington tiramos uma fotografia curiosa do projeto ao lado do Major Osório que era meu ajudante-de-ordens (hoje é Coronel da Polícia Militar e Chefe da Casa Militar do Governador Faria Lima): a pilha de papéis do projeto da água era mais alta do que ele. Aí aconteceu outro problema: o excesso de bagagem e a falta de dinheiro para pagar o peso daquela papelada toda. Eu, como não morava no palácio — fiquei no meu apartamento —, a Assembléia, aproveitando-se disso, não votou nenhuma verba para o gabinete. No primeiro ano, não tive verba para mandar um ramo de flores, verba para nada, como se não existisse governador no Estado da Guanabara. Eu ganhava o quê? Dois mil ou três mil cruzeiros, o que, mesmo para aquela época, era bem pouco.

Então, na hora de embarcar no Galeão o engenheiro do Estado que ia levar o projeto da água não tinha dinheiro para pagar excesso de bagagem. Ou perdia o avião ou embarcava sem a papelada. A sorte é que estava no Aeroporto um médico meu amigo, Inácio Piquet Carneiro, que tirou do seu bolso o dinheiro e pagou o excesso de peso do projeto da água para o Estado da Guanabara.

E lá foi para os Estados Unidos o projeto. O pessoal do BID debulhou tudo, estudou tudo, perguntou tudo. O projeto vai para lá, vem para cá, e tome ofício e tome telegrama. Eu mesmo estive em Washington para conversar com eles. Enquanto isso, está acabando o milhão; a primeira parte da obra começada e o resto ainda para tocar.

Até que um dia avisaram: “Está marcado o dia para a assinatura do contrato. O senhor quer vir assinar o contrato?” “Eu não quero nada, não posso sair daqui assim, o embaixador assina aí”. Aí chega outro telegrama do BID, mais ou menos assim: “Favor mandar relatório informando qual será o impacto social da obra da água sobre as populações suburbanas”. Então mandei para o diretor brasileiro do BID um telegrama dizendo assim: “Diga, em inglês, que *está na cara*”. Então, você faz um tratado sobre o efeito da água numa cidade que não tem água, uma cidade de população pobre, e eles querem saber o impacto social... “Está na cara, explicar o quê?” Bom, aí, assinaram o empréstimo, que está sendo pago até hoje pelo povo do Rio. Mas não foi favor nenhum, foi um crédito ao povo e ao Estado.

Essa história me lembra uma vez que me acusaram de ter obtido empréstimos no exterior e eu disse: “Eu não tenho culpa do meu Governo ter crédito externo”. Isso foi dito pelo Embaixador Gordon, que não ficou muito meu amigo no final do meu governo porque combati muito o seu excesso de intrometimento depois

de 1964. Um dia ele foi ao Palácio Guanabara e disse: “Eu estou muito feliz com o movimento de 31 de março, porque, entre outras, evitou uma coisa muito desagradável, que seria a necessidade da intervenção militar americana no Brasil”. Ele agora confirmou isso.

Mas isso é assunto para mais tarde. Vamos voltar, por enquanto, ao governo da Guanabara. Considero que as principais obras do meu governo, tirando as escolas, naturalmente, foram as subterrâneas. E isso foi uma outra coisa que inovamos no Brasil: nós gastamos mais e fizemos mais empenho em fazer obras que não aparecem do que naquelas aparecem. Não fiz um estádio, inclusive já existia o Maracanã, que eu, aliás, terminei... Agora, as grandes obras, as mais caras do Estado, as que levaram mais tempo e as que deram mais trabalho e aborrecimentos, são: esgoto, não me lembro mais, mas multiplicamos por algumas centenas a metragem de esgoto por habitante do Rio de Janeiro, e a canalização de rios, sem falar na obra da água. Evidentemente, houve alguma obra mal feita ou algum plano mal pensado. Mas sempre coisas pequenas! Coisas pequenas, sem dúvida! Grandes não. Uma coisa, por exemplo, em que fui muito criticado, inclusive por americanos que aparecem aqui... Preciso antes contar um caso para dar melhor idéia de tudo isso. Uma vez, na Grécia, num simpósio de urbanismo em que eu estava, uma francesa “metida a besta”, que andou pela Bahia e pelo Rio..., foi até muito engraçado porque ela começou a contar os erros da política das favelas do Rio de Janeiro. Mas ela não tinha a menor idéia de que eu estivesse presente. Aí, o Doxiadis, que presidia o simpósio, anunciou: “Está aqui o ex-Governador da Guanabara, e proponho que ele fale.” Respondi: “Não, não vou falar não, porque essa senhora ignora tudo a respeito do que está falando, de maneira que é inútil. Não posso dar uma aula aos senhores que também desconhecem o assunto, para responder a uma senhora que é absolutamente ignorante. Ela não sabe nada do que falou. Tudo isso que ela disse é besteira. Então, não há o que responder!”

Mas o que eu estava contando é que fomos muito criticados por causa do programa de transferências das favelas. Primeiro, as pessoas esquecem que, em muitos casos, não transferimos, procuramos melhorar as condições das favelas no próprio local. Agora, havia favelas impossíveis de melhorar. Por exemplo, existiam favelas que eram propriedade eleitoral do Deputado Amando Fonseca, aquele que foi da guarda pessoal do Getúlio e que hoje também se dá comigo. No Rio havia políticos que viviam da existência das favelas. Era uma bica que botavam! Uma lata de lixo! E viviam disso, se elegiam com isso!

Tivemos que remover algumas favelas. Removemos até algumas que existiam em terrenos muito valorizados, onde fazer casinhas populares representava um tamanho desperdício que seria um crime contra o pobre. Porque você estará diminuindo a receita do Estado em impostos se fizer pseudobairros populares na zona mais valorizada da cidade, estará portanto diminuindo a capacidade que o governo tem de fazer coisas, inclusive, em benefício do próprio pobre. Quando fizemos a Vila Aliança, em Bangu, e quando fizemos a Cidade de Deus, em Jacarepaguá, não fizemos lá por acaso. É que tínhamos desapropriado 600 hectares de terra junto à Base Aérea de Santa Cruz para implantar ali a zona industrial do Estado. Eu queria fazer lá a COSIGUA, que afinal só foi feita recentemente, quando o grupo Gerdau, de Porto Alegre, se associou ao grupo Thyssen.

Conseguimos trazer o terminal da Central do Brasil até lá e também a licença para fazer o porto, mas não conseguimos fazer a COSIGUA. Primeiro, porque acabou o nosso governo, segundo, porque, com aquelas lutas todas, evidentemente o Governo Federal ficou contra. Mas a idéia era a de que nas proximidades da zona industrial ficassem situados os bairros operários, de maneira que o sujeito tivesse que se deslocar muito pouco para chegar ao trabalho. O plano também era o de criar empregos na área. Essa foi a idéia. Agora, se depois não deram seguimento ao projeto, é outra coisa. Mas, de certo modo, até que deram, pois hoje a zona industrial está lá. Mas não posso responder se não deram o necessário impulso e se a COPEG, uma companhia do Estado criada por nós para estimular o desenvolvimento industrial da área, se tenha transformado em vendedora de letra de câmbio e de letra imobiliária para dar lucro ao Estado. Disso não tenho culpa.

Mas transferência de favelas foi uma coisa muito curiosa, como, por exemplo, a da favela do Morro do Pasmado, onde eu queria fazer o Hotel Hilton e onde hoje o Tamoio está fazendo um mirante. Foi uma coisa indescritível! Surgiu a lenda de que o pessoal não queria mudar. E alguns não queriam realmente, porque eram operários da construção civil nos arranha-céus de Copacabana e preferiam morar ali pessimamente, mas perto do trabalho. Agora a mulher e os filhos que ficavam em casa, na lama e na miséria, queriam sair. Os homens queriam a comodidade de morar perto do trabalho. Uma forma de machismo...

Então Sandra pegou aquele mulhério todo, meteu num ônibus do Estado e levou-as para ver as casinhas que estavam sendo feitas na Vila Aliança. Quando voltaram para casa, organizaram uma revolta de mulheres: "Temos que mudar pra lá." Foram elas que resolveram mudar. E quando a favela ficou vazia, tocamos fogo nos barracos. E aí me chamaram de Nero. O problema era o seguinte: não havia condições de demolir nada, sem pôr em risco até a higiene e a segurança dos operários que fossem trabalhar na demolição. Aquilo era um ninho de ratos, ninho de tétano, e o diabo a quatro.

Havia uma favela, por sinal não sei por que chamada Getúlio Vargas, que era talvez a pior do Rio de Janeiro. Era pequena e ficava exatamente em frente ao Hospital Miguel Couto, na Zona Sul. Foi sendo levantada num terreno baldio, pertencente a não sei quem. Ficava a dois passos do Jockey, exatamente em frente à praça onde está o campo do Flamengo e ao Hospital Miguel Couto. Toda manhã, mas toda manhã — ninguém contou, eu vi —, aparecia uma criança para se tratar no hospital com a cara roída por rato. Tinha ratazanas desse tamanho, assim! Você, para chegar a um barraco, tinha que passar por dentro de outros dois ou três. A promiscuidade era total: dormia o casal com quatro ou cinco filhos pequenos na mesma cama. Como é, então, que você vai urbanizar no local um negócio desse?

O caso da Favela do Esqueleto... Não o choro como injustiça, mas realmente tem o seu lado irônico. No governo do Prefeito Pedro Ernesto, o plano hospitalar feito, entre outros, por um homem que foi muito meu amigo, Alberto Borgerth, médico de meu avô, propunha-se a fazer hospitais como se fossem hospitais de vanguarda, uma coisa meio militar: hospitais de pronto-socorro, hospitais de retaguarda, até os grandes hospitais. Então, o maior de todos seria aquele no Maracanã. Mas a construção ficou parada e lá se montou uma favela. Dentro do esqueleto e em torno da obra. Ali, no começo de Vila Isabel, e perto também da Praça da Bandeira. Fizemos lá um inquérito de higiene e saúde

pública; não me lembro e não quero dizer um número falso, mas, se não me falha a memória, era um índice de tuberculose da ordem de 40 a 43%. Então, o que é que se vai fazer? Deixarem os sujeitos morarem dentro de uma ruína? Então, transferimos essa gente para a Vila Aliança e doamos o terreno para a Universidade da Guanabara. Isso hoje se chama Campus Negrão de Lima. Não deixa de ter a sua graça. E foi uma África para doar o terreno.

Quanto ao Túnel Rebouças, era uma velha idéia do Estado que me foi vendida pelo Tamoio. Porque a especialidade mesmo do Tamoio, quer dizer, aquilo de que ele entende mesmo é de túnel. Ele é um engenheiro especialista de túneis. Não há ironia nisso não, estou falando sério. Aliás, entre os engenheiros do Estado, havia, evidentemente, como em toda parte, capazes, incapazes, trabalhadores e vagabundos, mas havia um grupo muito competente, ao lado de um muito incompetente. Entre os competentes estava realmente o Tamoio, que fez especialização em túneis. E um dia ele me chegou com a idéia. Disse: “Quer fazer uma grande obra? Existe um projeto há não sei quantos anos, para ligar a Zona Sul com a Zona Norte sem passar pelo Centro, furando um túnel.”

Eu disse: “Bom, não temos condições para fazer isso sozinhos.” Já estávamos no governo do Castelo Branco e pedi recursos ao Ministro Juarez Távora, que disse: “Ah, não tenho.” Aí eu descobri que o DER — Departamento de Estradas de Rodagem — tinha dinheiro no banco. No primeiro ano do meu governo não prestei muita atenção ao DER porque o Estado era uma cidade e eu não tinha muito tempo de construir estradas na Zona Rural porque havia muitas coisas mais importantes para fazer. E o DER construiu exatamente 12 quilômetros de estradas de rodagem naquele primeiro ano.

Então procurei o DER e quis convencer seu diretor de que um Departamento de Estrada de Rodagem numa cidade-Estado tem que fazer obra urbana também. O diretor não se convenceu; tive que demiti-lo e substituí-lo por um outro que se convencesse. Então, incumbi o DER, que tinha verba, de começar o túnel. E o Túnel Rebouças, somados os dois lados e somadas as duas seções, que são interrompidas ali no Cosme Velho, é do tamanho do túnel sob o Mont-Blanc, que foi feito pela Itália e pela Suíça juntas. E nós o fizemos apenas com o dinheiro do Estado da Guanabara. E se não fosse o Túnel Rebouças, não sei o que seria o trânsito no Rio de Janeiro, porque até então tudo passava pelo Centro.

Em suma, resumindo a fase governo — evidente, se a gente fosse contar tudo, por si só daria um relato enorme e o que importa é resumir, é sintetizar em forma de conclusão —, acho que o mais importante para deixar gravado aí é que realmente conseguimos uma transformação no conceito de governo. Não me aventure a dizer que fosse a primeira vez que isso aconteceu, mas em todo caso, foi a primeira vez que se deu de uma forma tão continuada, quer dizer, durante cinco anos através de tantas dificuldades, como se verá a seguir.

Esse governo começou em 5 de dezembro de 1960, num Estado recém-criado e juridicamente ainda informe, pois não tinha nem Constituição, não tinha nada. No fundo constava apenas de uma cidade, uma cidade e um quintal, mas que imprimiu ao país, servindo como modelo, uma concepção de governo que de forma tão continuada e tão conseqüente, ousou dizer, ainda não tinha havido no Brasil. Não quero dizer que não tivesse havido no país bons governos antes. Mas eram bons governos porque faziam obras; eram bons governos porque faziam escolas; eram bons governos porque as pessoas não roubavam. E não eram muitos

os casos. Ali, não! Ali na Guanabara, o que havia era continuamente uma espécie de — sem pretensão se podia dizer — uma filosofia, um espírito de governo baseado na idéia de servir; baseado na idéia de que um mandato é como uma procuração do povo que só deve ser exercida em seu favor. De modo geral, evidentemente com exceções, com erros, com aberrações e várias falhas — as tais falhas humanas de que se fala nos desastres de aviação —, a máquina que não funcionava, que estava completamente emperrada e falha, começou a funcionar de tal modo que o seu impulso se manteve, inclusive, em governos posteriores.

O meu sucessor, que é reconhecidamente um preguiçoso, o Negrão de Lima, que só tem gosto e só tem ânimo para política, e que já havia exercido antes a prefeitura, desastrosamente, ainda conseguiu realizar alguma coisa, dessa vez por força do impulso adquirido. Quer dizer, a máquina do Estado tinha se posto a funcionar de tal modo que lhe foi impossível não fazer alguma coisa. Aos poucos o impulso foi se perdendo e tudo voltou ao natural, isto é, voltou à posição primitiva. Hoje, apesar da honradez pessoal do governador, parece que a corrupção e a inércia tomaram de novo conta da cidade. Aliás, foi uma fusão muito mal feita! Custou tanto para ser feita que pensei que se estivesse gastando esse tempo para aperfeiçoá-la. Mas, ao contrário, levaram tanto tempo que não pensaram nisso. De repente, fizeram-na tal qual tinham feito a mudança da capital, de forma inteiramente improvisada e por isso mesmo até agora não conseguiram realizá-la. A fusão foi mal feita. Não foram definidos nem os parâmetros nem os limites da autoridade de cada um, isto é, no que manda o prefeito e no que manda o governador. No fundo, não foi feita a fusão, continua a existir o Estado do Rio e o Rio de Janeiro.

Não tenho idéia se ela foi feita para apressar a saída do governador Raimundo Padilha.\* Não ouvi dizer nada sobre isso, e também não me interessou! A fusão é uma velha idéia que propus quando era governador. Propus que os dois governadores, o do Estado do Rio e o da Guanabara, renunciassem e houvesse uma nova eleição para um Estado reunido.

Mas volto a dizer que gostaria de concluir essa parte da qual fica ainda muito por dizer — seria um relatório à parte que, algum dia, alguém terá que fazer (estou reunindo o arquivo todo para isso), afirmando que aquele período foi marcado por uma filosofia, um espírito, uma idéia de governo. Foi sobretudo uma idéia que de certo modo era nova no Brasil. Muita gente falou nisso antes: o Rui Barbosa, meu pai, muitos outros, evidentemente. Mas nenhum deles teve oportunidade de realizar o que pregava. Esse governo com que sonhou tanta gente, tive a chance de realizar.

Ouçó falar muito bem de certos governos, inclusive o do Jânio e o do Carvalho Pinto, porque realizaram obras e fizeram coisas. Não foi privilégio do nosso governo na Guanabara fazer obras, mas não foram as obras que marcaram esse governo. Foi idéia de sacrifício; foi a idéia de poder como doação e não como apropriação; idéia esta de cada um de nós, com algumas exceções evidentemente. Criou-se um espírito de equipe; criou-se a mentalidade de que cada um de nós tinha uma missão a realizar; missão não no sentido místico, mas no sentido prático: a idéia de ganhar o tempo perdido, a idéia de não desperdiçar o tempo que tínhamos pela frente.

---

\* Raimundo Padilha era governador do antigo Estado do Rio antes da fusão. (N. da E.)

Para dar um exemplo: quando comecei a fazer as reuniões do secretariado, a maior parte dos secretários não compreendia por que perdíamos a manhã inteira reunidos; achavam que um não tinha nada a ver com o outro, que o serviço de um não interferia no do outro. Então, por que aquelas reuniões? Até que, aos poucos, com algumas exceções, a maioria deles foi compreendendo o que aquilo dava de homogeneidade. Era como se fosse uma orquestra regida por um maestro. Então, não tocava cada instrumento para um lado. Havia uma instrumentação. Em suma, havia um senso de harmonia, um senso de conjunto!

Mais tarde, vamos ver como é que, apesar de tudo, perdemos as eleições do meu sucessor. Mas uma das razões disso posso adiantar desde já: curiosamente, paradoxalmente, foi o fato de termos dedicado muito pouco tempo, ou nenhum tempo, ao que se chama política. Não montamos uma máquina política. Começamos por descentralizar ao máximo a administração; a dar autoridade e responsabilidade a funcionários que antes não tinham nem uma coisa nem outra. Começamos a experiência da descentralização com criação das regiões administrativas, a exemplo dos *arrondissements* de Paris e que mais tarde o Prefeito Faria Lima importou para São Paulo, e que depois do nosso governo foram praticamente destruídas pela máquina eleitoral que se montou então.

O prefeitinho, como nós chamávamos o administrador regional, era o homem mais próximo do contribuinte e estava no seu bairro. Então, as pequenas obras eram assistidas e atendidas por essa autoridade que estava sempre presente. E aí, de alto a baixo, desde as grandes obras de âmbito geral até os pequenos serviços, começaram a ter um atendimento que antes não tinham. É claro que isso não foi feito sem dificuldades. Por exemplo: hoje em dia todos os motoristas de táxi do Rio de Janeiro têm veneração pela memória do Fontenelle e falam nele com saudades, mas naquela época o odiavam: o Coronel Fontenelle rebocava e esvaziava, ele próprio, os pneus dos automóveis, inclusive os dos carros do corpo diplomático. Uma vez fui procurado pelo decano do corpo diplomático, o Núncio Apostólico, que reclamava em nome dos outros contra a falta de privilégios dos diplomatas, que tinham seus carros rebocados como quaisquer outros.

A idéia — já que falei nisso — da falta de privilégios foi cultivada tanto quanto possível; não havia a concepção do poder como algo que confere privilégios a ninguém. Minha mulher costuma dizer que do poder ela só tem saudades de duas coisas: da Ilha de Brocoió aos domingos às vezes e do cinema do Palácio, que eram realmente as duas únicas mordomias, as duas únicas vantagens extras que o poder nos dava.

O mais era realmente uma prebenda, mas nós nos sentíamos tão realizados! Dava um sentimento de felicidade tão grande, que um dia sem trabalho — e não me lembro de um só dia sem trabalho em todo esse tempo — seria um dia monótono, um dia longo demais e de certo modo melancólico pela sensação de tempo perdido. De maneira que, se alguma vez eu tiver que relatar mais longamente esse período do governo, gostaria de deixar essa idéia de que o poder bem exercido é extremamente gratificante.

Quando digo bem exercido quero dizer com o sentido de servir, com o sentido de doação, de uma entrega absoluta a um dever. É, talvez, um prazer único em seu gênero. É um prazer muito especial. É uma espécie de alegria permanente, mesmo nas horas de indignação. Consegui isso tudo porque sempre tive um certo desprezo pela política, quer dizer, a política no sentido do favor pessoal, no sentido da clientela, no sentido de dar o emprego em troca do voto

ou dar o voto em troca do emprego! Mais do que isso: a conversa política sempre me foi extremamente monótona, porque nos meus momentos de ócio tenho muito mais conversa do que isso, e quando estou trabalhando não tenho tempo para conversar política. De maneira que talvez tenha até cometido um erro. Desprezei muito a política nesse sentido.

Minha mulher que, por força da convivência, teve um certo treino com os políticos, costumava dizer que a maior injustiça do mundo é acusar as mulheres de fofoqueiras ou intrigantes: intrigantes e fofoqueiros são os políticos. Você não pode confiar neles; o que se dizia numa reunião do diretório da UDN, por mais secreta que fosse, nunca deixou de ser contado para a imprensa minutos depois por um sujeito que queria cortejar o repórter, e assim por diante.

Mas isso ainda era o de menos. O pior era a pobreza das idéias, a falta de interesse real pelos problemas, que só existiam na medida em que davam rendimento eleitoral ou pessoal, na medida em que favoreciam — às vezes nem era eleitoralmente — a vaidade e o amor próprio. É enorme o coeficiente de vaidade do político brasileiro, e não sei se diga brasileiro, talvez esteja sendo injusto. Falo do político em geral, do chamado político profissional, do que não sabe fazer outra coisa, sobretudo desse tipo que vai ser político porque não tem outra profissão ou porque fracassou na que tinha. É o que se chama um político profissional: o mau advogado, o engenheiro mal sucedido, o médico sem vocação, que vai ser político porque isso lhe garante importância — não tanto dinheiro —, mas a importância que não teria se não estivesse na vida pública.

Conheci um deputado de Pernambuco, que era até um bom sujeito, um homem muito rico — tinha ganho muito dinheiro construindo aeroportos para os americanos durante a guerra —, que comprou o mandato de deputado e uma vez gabou-se disso na tribuna da Câmara. Ele ia à Câmara como quem vai à ópera, e costumava me perguntar: “Você vai falar hoje? E o Afonso Arinos?” “Não, acho que eu não; agora o Afonso, não sei”. “Ah, porque se vocês não vão falar eu vou embora.” Não tinha espetáculo naquele dia. Ele era tão rico que doava seu subsídio para instituições de caridade, que por sua vez lhe retribuía com votos.

Era um bom homem, não era má pessoa, mas ele define muito para mim esse tipo de vaidade. Ele me contou que antes, quando ia ao Banco do Brasil, ficava esperando horas na ante-sala: “Então me elegi deputado; imprimir um cartão de visita e pus embaixo: deputado federal; aí passei a entrar imediatamente. Por isso é que eu quis me eleger.” Há sujeitos que se elegiam governadores para isso, houve até quem se elegesse presidente da República para isso. O sujeito quer ser homem público, quer exercer cargos e tenho a impressão de que, depois que se elege, verifica que seguiu apenas um impulso, elegeu-se para mostrar à mulher e aos amigos que era capaz de ser importante, elegeu-se até para satisfazer o seu ego, mas não por um sentido de missão. Isso torna a convivência com os políticos extremamente desagradável. Não falo de pessoas, pois algumas delas são maravilhosas, cheias de qualidades pessoais, de convivência até agradável. Mas a conversa política brasileira é exaustiva pela pobreza das idéias, pela monotonia dos temas e pela mediocridade dos interlocutores. Daí o meu tédio enorme pela política.

Por isso é que não reajo contra a falta do que se chama “política” tanto quanto o jovem que não conheceu esse tempo ou como um velho que o conheceu e gostava dele. Hoje, há um congresso aberto, um simulacro, uma espécie de



pantomima democrática, como um circo. Quer dizer, há os gestos da democracia, mas não há a palavra da democracia.

Não tenho nenhuma saudade da vida pública “democrática”. Tenho, sim, certo orgulho daqueles momentos de crise, quando então a democracia funcionava e a opinião pública existia. Então aí a gente sentia a grandeza do processo democrático. Mas nos momentos em que não havia crises, a rotina da vida democrática era monótona, triste, melancólica, a um ponto quase exasperante. Havia a pobreza de idéias, a incultura, a falta de leitura, a falta de interesse pelos assuntos e pelos problemas.

---

PERCEBI QUE ELE NÃO SABIA  
GOVERNAR NA DEMOCRACIA

A COISA MAIS DIFÍCIL do mundo era conseguir interessar um grupo de políticos num problema, a não ser quando este problema influía ou eleitoralmente ou servia para agradar a alguém que já estava ou que ia para o poder. Foi isso, confesso, que me seduziu no Jânio Quadros (acho que já estou entrando em outro tema): apesar de todos os seus defeitos, defeitos que depois se revelaram em alguns casos quase monstruosos, ele se interessava pelos problemas. Foi um dos raros homens públicos brasileiros — para não dizer o único, o que também seria exagero — que tinha gosto pela política, mas tinha também um interesse enorme pelos problemas. Para compará-lo com outro político e em certo sentido são incomparáveis, penso em Milton Campos, por exemplo. Milton era uma grande pessoa, um homem de prosa agradabilíssima. Tomava o seu uísque como toda gente; era humano como toda gente: era uma figura humana extremamente acolhedora e simpática, mas não tinha nenhum gosto pelo poder. Não sei se sabia o que fazer no poder. Digo isso porque Milton Campos é um exemplo dos melhores, o de um homem realmente com um senso, sob certos aspectos, excepcional. Ao passo que o Jânio Quadros tinha apetite pelo poder, era voraz no desejo de fazer as coisas e de vê-las feitas. E esse seu interesse pelos problemas foi o que, afinal, me aproximou muito dele.

Como a posse do Jânio estava próxima — ele tomou posse praticamente um mês e vinte e tantos dias depois de mim —, tive uma grande esperança, como os seis milhões de brasileiros. Pensei que fosse fazer um grande ministério, que fosse começar a trabalhar logo. Trazia, pelo menos, essa fama de São Paulo. Pensei que ele já tivesse um programa de governo. Eis senão quando, ele nomeou um ministério que, no geral, com algumas exceções naturalmente, era bastante medíocre. Comecei a desconfiar no dia em que ele chegou ao Rio, ainda quando deputado, e me perguntou que tal eu achava de ele ir morar no Méier, porque tinha a idéia de que o Méier — um bairro de classe média — era um bairro proletário. Então comecei a sentir, inclusive, que esse homem não conhecia o Brasil, não só o Méier; ele não conhecia Pernambuco e não tinha a menor idéia do que fosse a Amazônia.

O Brasil, como um todo, era um objeto na mão dele, e não propriamente uma nação que ele conhecesse. Tinha uma inexperiência quase infantil do Brasil; uma criança que entra na escola com sete anos, começa a ter uma noção do Brasil como um conjunto, do Brasil como nação, muito parecida com a que o Jânio Quadros tinha quando chegou ao governo.

Ele não conhecia ninguém fora de São Paulo, onde conhecia todo mundo, aquelas “tricas”, aqueles prefeitos e vereadores. Fora dali, não conhecia alguns dos nomes mais eminentes do Brasil e mal sabia quem eram. Então tinha venações erradas. Ele cultivava, achava extraordinário, por exemplo, um sujeito que era um simples medalhão. E ignorava totalmente sujeitos de um valor extremo, mas que eram mais apagados e mais modestos em sua atividade. Alguns ministros não sei onde ele foi buscar, de onde tirou. Não vou citar nomes porque não quero ser desagradável a pessoas que nunca me fizeram mal, mas alguns ministros... Eu me perguntava onde ele tinha ido descobrir aquele sujeito! Escolhas inteiramente disparatadas. Por exemplo — isso eu posso citar — para o Ministério de Minas e Energia ele foi buscar o João Agripino, advogado do interior da Paraíba, que a vida inteira foi político da Paraíba, que tinha sido um bom deputado, trabalhador, etc., mas não entendia absolutamente nada daquele assunto. Nunca tinha ouvido falar nem em minas nem em energia.

Certa vez encontrei-me em Paris com o jornalista João Ribeiro Dantas, filho do fundador do *Diário de Notícias* e então seu diretor, que voltava de um encontro com o Jânio, se não me engano já eleito presidente ou então às vésperas da eleição. Ele me disse que tinha conversado com o Jânio e que tinha esperanças de ser nomeado Ministro do Exterior ou, pelo menos, embaixador, como realmente o foi: Embaixador Especial para os países do Leste. Ele me descreveu uma conversa que tinha tido com Jânio Quadros; depois, quando saiu, eu disse para um amigo que estava conosco: “Mas como o João Dantas deu para mentirosos!” E no fim, era ele quem estava falando a verdade. O Jânio tinha descrito ao João Dantas a política que ia fazer no exterior, que era o oposto daquela que ele conversava comigo e com os outros. Era uma política externa pretensiosa, mas sob certos aspectos criadora e inovadora, como as relações com os países do leste. Era uma política que ele chamava afro-asiática. Isso num país como o Brasil, cujo eixo é eminentemente ocidental e cujos recursos teriam que vir do Ocidente. Não tínhamos o que vender para a Ásia nem para a África, nem o que comprar, nem muito menos capitais a importar.

Certa vez, Jânio me disse que o homem público que mais o tinha impressionado na vida era o Nasser.\* Ora, naquela época, já se sabia que o Nasser era um imenso blefe; acho que até os egípcios já sabiam disso. Nasser foi um homem que podia ter aproveitado a rivalidade russo-americano para melhorar a vida do seu povo; no entanto, aproveitou essa rivalidade para armar seu país e perder duas guerras.

Outra grande admiração do Jânio era o Tito e, não é preciso acrescentar, a figura de Fidel Castro. Ele foi a Cuba e levou o Afonso Arinos. Na volta, o Afonso Arinos, que viria a ser o Ministro do Exterior, me contou coisas espantosas da viagem. Ele próprio estava horrorizado, com impressão de uma irresponsabilidade por causa dos incidentes que surgiam, até de ordem doméstica, e na presença de todo mundo. Então, o comportamento estranhíssimo dele espantou um homem como o Afonso Arinos, a tal ponto que fiquei tomado de surpresa quando vi o Afonso Ministro do Exterior; pensei que ele não aceitasse cargos no governo Jânio, de tão horrorizado que voltou de Cuba, horrorizado com o homem e com o seu comportamento.

---

\* Gamal Abdel Nasser, ex-presidente do Egito. (N. da E.)

De maneira que o Jânio começou mal. A impressão que me deu no primeiro momento do governo foi a de um homem que tinha sido eleito, que tinha feito tudo para ser Presidente da República e que uma vez eleito pergunta: “Bem, agora o que se faz quando se é Presidente da República?” Até que comecei a perceber que ele realmente não sabia governar em regime democrático.

Começou a fazer logo no início do seu governo reuniões de governadores de cada área. Fez uma no Amazonas e veio fazer uma no Rio de Janeiro, reunindo os governadores de São Paulo, Estado do Rio, eu da Guanabara e, creio, o do Espírito Santo. Essas reuniões se realizaram no Itamarati. Depois da abertura solene, passamos aos trabalhos. Nós levamos um memorando a ele, com um dossiê mostrando os problemas principais da Guanabara que dependiam da decisão ou do apoio do governo federal. Ele ouvia com extrema seriedade, com grande atenção e me dava muito a ilusão de que se interessava pelo problema. E acredito até que se interessasse. No primeiro intervalo de uma dessas reuniões nós saímos — apenas eu e ele — e fomos para o Palácio Laranjeiras, e lá ele mandou buscar um aperitivo qualquer e começou uma conversa que me pareceu extremamente estranha.

A conversa começou mais ou menos assim: “Carlos, você está conseguindo governar a Guanabara?” Eu disse: “Bem, comecei outro dia e ainda estou fazendo a Constituição”. Ele disse: “Pergunto se você consegue fazer alguma coisa com esta Assembléia.” “Bem, Jânio, realmente me parece que vai ser muito difícil, porque é uma gente muito despreparada para a função pública, e na sua maioria muito localista — menos do que provinciano —, sem uma visão geral, sem preparação para fazer uma Constituição. E com algumas exceções, não têm a menor idéia do que seja fazer uma Constituição. Pensam que fazer uma Constituição é colocar: a classe ‘J’ de professoras passa dois pontos adiante; e cobram preços pelo seu voto. É realmente uma coisa difícil, mas a gente vai levando! Mas o fato de se ter um mandato popular, o fato de se poder dirigir ao povo, e o medo que eles têm de uma denúncia ao povo dessas coisas, contém um pouco essas sofreguidões.”

Aí ele virou-se para mim e disse: “Porque o Magalhães Pinto não consegue governar Minas, nem o Juraci a Bahia, nem o Aluísio o Rio Grande do Norte.” E assim foi desafiando os governadores simpáticos a ele, e que tinham sido eleitos, por assim dizer, junto com ele, e mais alguns. E disse: “Eu tenho a impressão de que vai ser muito difícil governar o Brasil com este Congresso!” Naquela altura pensei que ele estivesse se referindo a *este* Congresso, isto é, àquele Congresso, àqueles deputados e àqueles senadores. Não me passou pela cabeça que ele estivesse se referindo à instituição Congresso, e sim à composição daquele Congresso. Eu disse: “Bem, Jânio, mas o apoio popular que você tem e o apoio do Exército!” — apoio cuja garantia eu fui levar-lhe quando estava em Portugal. Tive uma entrevista com o General Denys, que veio a ser seu Ministro da Guerra,\* e nessa ocasião ... Até vale a pena contar essa conversa no apartamento do general.

Tinha havido o 11 de novembro, em que o Denys tomara parte, de modo que nossa conversa, pelo menos no começo, correu com certa dificuldade. Mas depois, como ele é homem muito inteligente e afável, a conversa se tornou fácil. Eu disse: “General, vou a Portugal agora e o Jânio está hospedado lá na quinta

---

\* Odilo Denys substituiu o General Lott no Ministério da Guerra, quando este se desincompatibilizou para ser candidato, e foi mantido no ministério por Jânio Quadros. (N. da E.)

de um amigo meu. E como ele vai tomar posse, gostaria de transmitir-lhe a certeza do apoio do Exército". O General Denys disse: "Pode tranquilizá-lo totalmente! Há entre nós, evidentemente, alguns que temem um pouco o temperamento dele. Mas nós não teremos nenhuma hostilidade, nenhuma razão para fazer reservas ou restrições à posse de Jânio Quadros".

Nessa ocasião, o General Denys me ensinou uma coisa muito importante. Foi quando em certa altura da conversa, inevitavelmente, falou-se no 11 de novembro. Eu disse a ele: "Acho que os senhores cometeram um erro naquela ocasião, porque pensaram que havia uma conspiração perigosa contra a posse do Dr. Juscelino. O que havia era um desejo de uma conspiração; o que havia era que nós achávamos que a posse do Dr. Juscelino ia ser a volta do Brasil a todo esse círculo de revoluções, de golpes e de crises, e que era a volta de toda aquela máquina que os senhores foram várias vezes chamados a derrubar e nunca chegaram a derrubar verdadeiramente."

Ele disse: "Pois é, mas as informações que nos chegavam eram de que os senhores, e sobretudo o senhor, estavam aliciando elementos militares para tentarem uma revolução. E eu nunca dei muita importância a isso, quem deu foi o Lott." Eu disse: "Bem, agora o senhor vai me permitir que lhe pergunte por que o senhor nunca deu importância a isso?" E ele: "Porque eu aprendi na Escola Militar que não interessa o que o adversário quer fazer; o que interessa é saber o que o adversário pode fazer. O objetivo do adversário é relativamente secundário para nós. O que é importante para nós é saber com que elementos ele conta para realizar o seu objetivo. E eu sabia que os senhores não tinham força para realizar aquilo que queriam. Os senhores tinham oficiais sem comando; tinham o pessoal da Escola Superior de Guerra, mas não tinham os quartéis. Quem tinha os quartéis éramos nós. E a prova é que em poucos minutos decidimos o problema."

Eu, então, comentei: "Isso é uma boa lição para mim e eu vou guardá-la o resto da vida: o que interessa não é o que o adversário quer fazer e sim o que ele pode fazer." Mas agora aproveito para lhe perguntar: "O que os senhores querem fazer, o que os senhores podem fazer em relação ao governo Jânio Quadros?" "O que nós queremos é respeitar rigorosamente a vontade do povo, e o que podemos fazer é ajudá-lo a realizar o governo que ele prometeu. Pode dizer isso a ele."

Fui a Portugal, onde houve uma série de cenas meio cômicas, algumas extremamente cômicas com o Jânio, inclusive uma certa malcriação dele em relação às autoridades portuguesas, que se traduziu depois no voto brasileiro contra Portugal na ONU. Mas na ocasião me pareceu, sobretudo, falta de educação. Porque alguém que é eleito presidente num país não chega para visitar outro país para — vamos dizer um pouco grosseiramente — dar coice. A entrevista que deu no Porto aos jornais portugueses não era só uma entrevista contra o regime do Salazar — e isso já seria demais —, mas era uma entrevista de desprezo pelo problema português. Isso caiu extremamente mal e a mim, que estava a seu lado, me deixou extremamente encabulado.

Mas, voltando ao Brasil e ao assunto: essa conversa no Palácio Laranjeiras ficou no meu espírito como uma espécie de sombra; não ainda uma assombração, mas uma sombra. Pensei: "Mas que conversa estranha!" Comecei, então, a esperar os primeiros tempos do seu governo e não acontecia nada! Só saíam aquelas coisas: regulamentação do comprimento do maiô das misses, a proibição das rinhas de galo, e uma espécie de exasperação crescente, uma impaciência com a imprensa, como quando num famoso programa de televisão ele exibiu

um número do jornal *O Estado de S. Paulo*, de domingo, e disse: “Vejam quantas divisas isto aqui consome! O tamanho deste jornal, feito com papel importado com favores do governo.” \*

Já antes ele despertara certa suspeita porque, parecendo que era neutro entre o Milton Campos e o Fernando Ferrari, ele — vamos dizer que não facilitou —, mas em todo caso, na realidade, não dificultou a eleição de João Goulart. E há até quem diga que ele facilitou ao máximo a eleição de Jango para vice-presidente. E isso é importante, como vamos ver, por causa da missão que atribuiu a João Goulart na China, durante o episódio da renúncia.

Como Presidente da República, as poucas vezes que estive com ele foi para tratar de problemas objetivos. Ele prometia à Guanabara muita coisa, mas na realidade nunca deu nada de concreto. Meus contatos com os próprios ministros me deixavam assombrado, porque os ministros que vinham falar, usavam uma linguagem um pouco estranha. Os que tinham relações pessoais comigo continuavam falando muito bem, outros falavam de “potência a potência”, isto é, a um “país amigo” que visitavam.

Logo no princípio, Clemente Mariani começou uma política de contenção da inflação extremamente corajosa e era o fator, talvez, mais animador do governo Jânio Quadros. Dava a impressão de que ele estaria disposto a usar sua popularidade para impor sacrifícios e fazer uma política que, mesmo provocando algum desgaste popular, produziria dentro de algum tempo resultados positivos para o Brasil; conter a inflação, melhorar a situação da moeda e, portanto, conter um pouco aquele descalabro salarial e de preços.

Mas, no fim de pouco tempo, notei o próprio Clemente Mariani — que nessa altura já era sogro do meu filho —, bastante inquieto, e tão inquieto ficou, que a certa altura do governo pediu demissão. Mas como haveria a Conferência Pan-Americana, o Jânio pediu que, mesmo demissionário, ele comparecesse à conferência como chefe da delegação brasileira, pois a conferência era, sobretudo, financeira. Há pouco tempo Clemente Mariani esteve me contando detalhes: quando chegou em Punta del Este levando instruções do Jânio, que, resumidas, eram mais ou menos estas — “Obtenha dos americanos o máximo de dinheiro que puder!” —, aparece como delegado, também nomeado pelo Jânio, o Leonel Brizola. Clemente Mariani estranhou profundamente aquela nomeação feita à sua revelia e telefonou para o Afonso Arinos, que também se mostrou meio surpreso; e o Afonso Arinos era o Ministro do Exterior.

Pois bem, o Brizola cismou de falar. Queria fazer um discurso na Conferência de Punta del Este, no que foi proibido pelo Clemente Mariani: “O senhor não está autorizado a falar em nome da delegação brasileira.” Telefonou para o Jânio manifestando estranheza diante da presença do Brizola e avisou: “Eu não permiti que ele falasse em nome da delegação.” O Jânio disse: “O senhor fez muito bem, usou da sua autoridade.”

Nessa ocasião o Che Guevara representava Cuba. Aliás, há um episódio dessa conferência muito importante, mas ainda desconhecido, sobre o qual Clemente Mariani tem até correspondência. Eu até estou insistindo com ele para divulgar isso algum dia: o fato é que Che Guevara procurava o Clemente Mariani quase que diariamente, porque o seu objetivo era de que os brasileiros o aproximassem dos americanos. Ele queria muito que o governo americano tivesse um entendi-

---

\* Pronunciamento de Jânio Quadros na televisão no dia 16 de março de 1961. (N. da E.)

mento com o governo cubano, e então achava que o governo brasileiro, pela sua aproximação com os americanos, seria o instrumento intermediário adequado.

Isso causou surpresa e decepção ao Brizola, a quem o Guevara não dava a menor importância. Todas as atenções do Guevara em relação à delegação brasileira se concentravam no chefe, no reacionário e banqueiro Clemente Mariani.

Por isso é que a teoria do Clemente Mariani em relação à condecoração que o Jânio deu ao Guevara, em Brasília, e que depois gerou todo aquele escândalo, é a de que, na realidade, os dois não tinham nada a se dizer, nada a falar um com o outro. E como o Jânio tinha uma caixa cheia de condecorações, resolveu pespegar uma no peito do Che Guevara para ter assunto.

Só sei que foram se avolumando as impressões, minhas e de outros, de que o Jânio era um presidente sem assunto; e de que não tinha realmente um programa de governo; e que, no fundo, não sabia o que fazer com o governo que tinha ganho. Ora, isso foi nos inquietando — a mim pelo menos — de uma maneira crescente. Não foi tanto o fato de ele não ter tido contato comigo — o que realmente aconteceu, quase não teve contato comigo —, mas isso não me feria a vaidade em nada, e mesmo porque eu não tinha muito tempo disponível e detestava ir a Brasília. Mas achava realmente tudo muito estranho, inclusive um certo tipo de frequência em torno do Jânio, de pessoas ligadas um pouco à ‘esquerda festiva’, e que não tinham importância nem como esquerda; não eram, em suma, gente importante e não tinham nenhuma significação nacional.

Estava junto dele, por exemplo, um jornalista de primeira ordem, um jornalista profissional a vida inteira, que é o Carlos Castelo Branco, seu Secretário de Imprensa, um homem muito ligado ao Magalhães Pinto, mas que é um homem independente e que ficou a vida inteira debaixo desse fascínio do Jânio, do qual a meu ver não se livrou até hoje. Ao lado de uma pessoa como Castelo, correta e profissionalmente respeitável, Jânio tinha uma série de sujeitos meio aventureiros; uns trazidos de São Paulo, outros adquiridos pelo caminho.

Fazendo uma comparação: é como se um milionário excêntrico, depois de um banquete bem regado, saísse carregando as pessoas que encontrasse pelo caminho. E no dia seguinte, quando chega em casa, encontra aquelas pessoas que ele não reconhece e não sabe quem são; companheiros da noite. O ambiente no palácio era realmente muito estranho. Tinha um que nós chamávamos de Gregório Manso, um crioulo até simpático, que era o mordomo dele, o João. Chamávamos de Gregório Manso porque não era um capanga como o Gregório. Ele vestia e ajudava o Jânio. Era muito boa pessoa. Mas, ao lado disso, havia qualquer coisa de postiço; qualquer coisa que soava como um sino rachado; não soava como bronze; soava, assim como um latão batido.

Então, de forma crescente fui sentindo um clima de falsidade, um clima de insegurança. Em primeiro lugar, um clima de insegurança dele em relação a si mesmo; em segundo lugar, de um desconhecimento considerável do que era o Brasil. Ele superestimava o Brasil do ponto de vista de política exterior. Por exemplo: queria tratar o país como se fosse uma superpotência e, ao mesmo tempo, internamente, queria tratar o Brasil como um menor de idade do qual ele se incumbia da função de preceptor, de tutor.

Então, as coisas foram se azedando, foram se avolumando. Que eu saiba, não chegou a mandar nenhum projeto importante ao Congresso, mas queixava-se de que o Congresso não lhe dava as medidas de que ele carecia. E se queixava antes da hora. Ao mesmo tempo perdia um tempo enorme com uma série de



deputados e senadores, sobretudo com aqueles que tinham menos importância, com aqueles que tinham menos a dizer.

A situação foi se agravando. Por exemplo: os compromissos com a Guanabara, com uma ou outra exceção, ele não os cumpria! E a tal política de aproximação afro-asiática e com o Fidel Castro, etc., foram me inquietando de forma realmente muito séria.

Para encurtar a história, um dia comecei a pensar muito seriamente na minha parcela de responsabilidade em tudo aquilo: eu tinha contribuído, posso dizer, decisivamente, para levar a UDN para o Jânio, embora o Magalhães Pinto e muitos outros também. Mas eu me sentia co-responsável, pelo menos perante as pessoas que confiavam e acreditavam em mim, pela presença do Jânio Quadros na Presidência da República. Embora eu, de mim para mim, soubesse que ele Presidente da República com ou sem o nosso apoio, que sem o nosso apoio seria muito mais perigoso.

Meu relacionamento com o Jânio sempre foi muito curioso: as raras conversas que se davam eram bastante cordiais, mas também tinham o seu lado meio estranho. Por exemplo: uma tarde, ele entrou em minha casa e viu um quadro de um pintor paulista abstrato que tinha feito a capa de um dos meus livros de contos. O quadro ainda estava no chão. Ele olhou e disse: "Carlos, como sabes se este quadro está de cabeça para cima ou para baixo?" (Seu gosto em matéria de arte era acadêmico.) Respondi: "Jânio, é melhor você não falar de arte, porque você não entende nada disso. E em matéria de arte você deve é esconder aqueles sonetos de juventude que você fez e que eu fui ler uma vez e achei péssimos. De maneira que é melhor você não falar nessas coisas".

Ora, não era muito agradável essa troca de amabilidades. Mas, ao mesmo tempo, ele era cordial comigo. Eu sentia nele uma certa curiosidade em saber como eu era por dentro; ele tinha um certo desejo de saber como funcionava "a minha máquina de relógio". Se pudesse me desmontava, pois tinha muita vontade de ver como é que eu funcionava. Eu notava isto nele. E até hoje ele tem essa curiosidade.

É preciso também dizer que, enquanto estive no governo, nas poucas vezes que estive com ele nunca o vi bêbado. Ele tomava o seu uísque, geralmente puro, mas no governo, bêbado, eu nunca o vi. Pode ser que bebesse em outras horas.

Mas prosseguindo: a certa altura senti que alguma coisa de muito estranha estava se preparando. Certas providências. O desprezo dele pelo Congresso. As relações dele com o Congresso eram realmente muito ruins, deterioradas desde o início. Ele não se dignou mandar ao Congresso uma só mensagem com uma só lei de relativa importância. Ora, o Brasil carecia, meu Deus, para começo de conversa, de uma lei agrária e de uma lei de sociedades anônimas. É claro que ele não podia improvisar essas leis, mas isso denotava que ele não tinha se preparado antes para assumir o governo. Embora pensasse na Presidência da República desde que foi eleito vereador, Jânio chegou ao governo como se aquilo fosse um prêmio da loteria, uma coisa inteiramente inesperada.

Não era só o fato de não mandar as leis ao Congresso. Era o fato de não parecer ter vontade de ter relações com o Congresso. Quanto ao Estado da Guanabara, começou a favorecer os nossos mais ferozes adversários e começou a nomear autoridades federais, com jurisdição na Guanabara, pessoas que me hostilizavam abertamente. Então fui criando uma espécie de consciência de culpa, para usar a palavra, um certo temor das responsabilidades assumidas com a contribuição que dei para sua eleição, e tudo isso a certa altura também misturado com as decepções do governo.

Falei das alegrias de realizar as coisas, mas não falei bastante, nem é preciso falar, das decepções porque não quero dar esse tom melancólico que desencoraje amanhã os outros de seguirem a vida pública. Deus me livre de desencorajá-los. Mas aquela compra e venda de deputados; aquela espécie de bazar de venda de votos para obter uma reforma administrativa, para obter coisas do mais elementar interesse do povo, a gente tinha que barganhar e prometer e depois não cumprir! Fazer papéis, como aquele, de um deputado que veio me cobrar que um chefe de gabinete tinha prometido dar duzentos empregos no DNER e não sei quantos na Limpeza Urbana em troca de votos e que o acordo não tinha sido cumprido; então ele se queixava da falta de palavra do chefe de gabinete. Tudo isso foi me dando certo tédio, certa melancolia e, pior do que isso, certo medo.

Esse meu estado de espírito começou a partir daquela conversa no Palácio Laranjeiras, no começo do governo Jânio, creio que em fevereiro.

Quanto àqueles decretos, como o que proibiu “briga de galo”, não tenho a menor idéia por que ele os assinou. Não tenho mesmo a menor idéia. Acho que eram idiossincrasias pessoais dele. Ele tinha na cabeça umas coisas que não gostava e queria acabar, e uma delas foi a briga de galos. Há um caso dele em Portugal, que parece não ter importância, mas que é muito ele; é muito parecido com o que ele fez com o Brasil. Jânio se hospedou na quinta do João Carlos de Almeida Braga, hoje diretor do Bradesco. Para começo, pediu feijão. Não é muito fácil comer feijão em Portugal, mas arranjaram um feijão vermelho. Como ele não saía de casa, um dia me ofereci para levar a mãe dele, a mulher e a filha para conhecerem Viana do Castelo, a cidade mais próxima, mas ele não deixou: “As minhas mulheres não saem sem mim”.

Uma vez, estava passeando na quinta e viu preso dentro de uma espécie de galinheiro, uma espécie de canil, um cachorro, o cachorro do caseiro. O cachorro não estava nem bem nem mal tratado, estava tratado! Mas o Jânio reclamou: “Isso é uma barbaridade! Como deixam um pobre cão preso dessa forma? Preferia que mo dessem — com aquela linguagem preciosa dele — para levá-lo ao Brasil e tratar deste cachorro!”

Quando fomos para o Porto, fui dirigindo o automóvel e comecei a correr. Aí senti uma coisa curiosa nele: um homem medroso. “Carlos, cuidado! A nossa vida é preciosa.” Eu disse: “Não estou pondo em perigo a vida de ninguém. A estrada é ótima, estamos num Mercedes, não estou correndo demais.” Eu devia estar a uns noventa quilômetros, e ele já estava tremendo de medo. Então achei estranho um homem que parecia desafiar o mundo ser extremamente medroso.

Até que chegamos ao Porto. Houve uma entrevista coletiva no Hotel Príncipe, e de repente ele conta a história do cachorro da casa em que ele estava hospedado, dizendo: “Encontrei na quinta um pobre cão maltratado...” E disse horrores do cão! O João Carlos de Almeida Braga tomou raiva do Jânio por causa disso. Acabaram dando o cão a ele, que disse: “Mandem o cão. Faço questão. Mandem para a embaixada em Lisboa que eu vou receber o cão.” Depois nunca mais se interessou pelo cão, que nessa hora já deve estar morto em Portugal. Nunca mais ele falou do cão. E nem pediu mais. Nem quis mais. Nem quis mais saber de cão nenhum! Ele usou o cão para falar mal da casa em que ele estava hospedado. Pode ser que ele goste de cachorro e que na hora tenha ficado com pena do cão. Mas ele não se esqueceu de contar aos repórteres de todos os jornais de Portugal, que estavam reunidos para ouvir o Presidente eleito da República do Brasil, a história do cão maltratado e faminto!

A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS

COMECEI A ME LEMBRAR dessas coisas e pensei: será que ele não está fazendo a mesma coisa com o povo brasileiro, como ele dizia: “Este povo sofrido e suado!” Afinal, chegou o dia em que eu achei ser o momento de botar ‘as cartas na mesa’, de obrigá-lo a se explicar ou então... Confesso que a essa altura eu já estava cansado dessa fama de derrubador de governos e não tinha mais nenhuma vontade de contribuir para derrubar ninguém. Pensei em procurá-lo, mas se fizesse isso oficialmente iria dar um negócio meio escandaloso. Como Dona Eloá estava no Rio, no Palácio Laranjeiras, telefonei para ela e disse: “Dona Eloá eu preciso falar com o Jânio com a maior urgência, mas preciso falar com uma certa reserva ou com o máximo de reserva possível, por isso estou tomando a liberdade de telefonar para a senhora”. Havia um outro assunto qualquer relativo à Legião Brasileira de Assistência sobre o qual também conversei com ela, um assunto qualquer ligado a serviço social que justificou o começo do telefonema.

Disse que precisava falar com o marido dela com urgência e pedi-lhe o obséquio de telefonar ao Jânio para dizer-lhe isso. Mas pedi a ela e não a nenhum oficial de gabinete. A ela e a mais ninguém: “Eu lhe peço isso como um favor pessoal. A senhora me desculpe, mas eu gostaria que a senhora telefonasse.” Pouco depois, recebi um telefonema de Brasília dizendo que o presidente ia mandar um avião me buscar no dia seguinte.

No dia seguinte embarquei e, antes de entrar no avião, disse a minha mulher: “Eu acho que na volta nós vamos recuperar nossa liberdade, porque quando voltar acho que não serei mais o Governador da Guanabara.” Ela perguntou por quê. “Porque eu acho que vou largar a vida pública. Eu acho que é a única forma decente que eu tenho de pedir desculpas ao povo e de me desobrigar da parcela de compromissos que assumi com ele ao ajudar a eleição do Jânio. Eu disse ao povo que o Jânio ia ser um grande presidente. Ele não é um grande presidente. E eu estou com muitas dúvidas sobre suas intenções.” Conteí as minhas últimas conversas com o Jânio, mas ela alegou: “Isso é cisma. Uma conversa dessa é conversa de político. Vocês políticos estão sempre se queixando de alguma coisa, são sempre encrencados e custam a se entender. Você vai lá e um bom entendimento e uma boa conversa, eu acho, vão resolver o assunto.”

Desembarco em Brasília. Estava à minha espera no aeroporto o General Pedro Geraldo, Chefe da Casa Militar. Estou lembrando dessas coisas porque recentemente, aqui em Petrópolis, por acaso, abrindo uma gaveta, encontrei uma pasta onde tinha feito um ‘diário, hora por hora, de todo esse episódio. Essa

foi uma das raríssimas vezes em que fiz um diário. Existem três ou quatro coisas na minha vida das quais fiz apontamentos assim: a conversa com o Kennedy, que anotei toda ao voltar para o hotel, e essa coisa do Jânio, de que não me lembrava mais, e que descobri outro dia.

Tinha ido comigo no avião (esse detalhe vai ter importância daqui a pouco) o meu piloto, meu amigo e companheiro, desde o tempo da greve da PANAIR, Comandante Wilson Machado, que era o meu secretário no Palácio Guanabara. Tomamos o automóvel no aeroporto para o Palácio do Planalto, o General Pedro Geraldo, eu e o chofer. Wilson Machado, se não me engano, seguiu noutro carro. E no caminho o Pedro Geraldo virou-se para mim e me disse de uma forma absolutamente casual, assim como quem quer dizer: “Eu não quero que o senhor chegue lá sem saber: O Ministro Guevara esteve no palácio essa manhã; demorou-se pouco, aliás, e o presidente condecorou-o com a Ordem do Cruzeiro do Sul.”<sup>1</sup>

Aquilo para mim não era novidade nenhuma. Mas isso é importante contar porque uma das muitas lendas que correm por aí é de que eu teria ido a Brasília por causa do Guevara, e que o nosso incidente aconteceu por causa da condecoração do Guevara. Isso é *to-tal-men-te* falso, falso de ponta a ponta! Primeiro, porque uma das primeiras visitas que o Jânio fez ao exterior foi a Cuba. E ele nunca escondeu as relações que queria com o governo cubano. O Ministro Vasco Leitão da Cunha, que era, então, embaixador em Havana, estava com a embaixada repleta de refugiados. E Jânio não fez — pelo menos que eu saiba — o menor esforço para conseguir licença para esses refugiados saírem do país. A Embaixada Brasileira era um acampamento de refugiados. A mulher do Ministro Vasco, Nininha Leitão da Cunha, era “uma dona de pensão”. Aquilo era um hotel. E surgiam incidentes com aquela porção de gente, inclusive adversários políticos reunidos em ambiente estreito. A própria família Leitão da Cunha não tinha mais a menor intimidade, não tinha mais privacidade nenhuma, porque a embaixada era um acampamento de fugitivos.

Então, era natural que o Presidente Jânio Quadros, visitando na maior cordialidade o Fidel Castro, obtivesse do governo cubano licença para esses homens saírem de Cuba. Ao que eu saiba, ele não fez o menor esforço e essa gente continuou na embaixada.

Eu sabia que o Guevara ia passar por Brasília, mas foi um assunto do qual não cogitei. Agora, achei meio cômico dar a Ordem do Cruzeiro do Sul ao Che Guevara. Mas tenho achado tantas vezes cômico dar a Ordem do Cruzeiro do Sul a tanta gente que mais um, menos um não faz a menor diferença. E não era disso que eu ia tratar lá.

Minha ordem de preocupações que me levava lá era muito mais grave do que a condecoração do Che Guevara, de que, repito — e é importante fixar bem isso —, soube no automóvel a caminho do Palácio do Planalto pelo General Pedro Geraldo, que está vivo. Portanto, a minha ida já estava consumada, eu já estava lá, a caminho do Palácio.

Jânio, quando mandou me telefonar, ou me telefonou, não me lembro bem, dizendo que ia mandar o avião me buscar, tinha me convidado para jantar com ele. Fui com a famosa valise preta, uma mala de segredos onde eu levava papéis, pijama, escova de dentes e aparelho de barba. Quando cheguei no palácio, o João me recebeu na porta, pegou a minha valise, levou para um quarto e disse: “É aqui nesse quarto que o senhor vai ficar hoje. O presidente convida o senhor a ficar aqui hoje.” Agradei e perguntei: “Onde está o presidente?” Ele disse: “Ele vem já.”

Aí apareceu o Jânio, numa salinha do andar superior. Eu pensei que fosse sentar para jantar, mas ele me disse que já tinha jantado. Achei estranho. Ele me convida para jantar, eu chego na hora do jantar e ele já jantou! Mas, como ele era muito sóbrio em matéria de comida, gostava de picadinho com feijão e comia pouco, não dei muita importância. Se não me engano, fiz ainda uma brincadeira com ele: “Bom, espero que o jantar esteja melhor do que aquele seu picadinho!” Então jantei, ele que já tinha jantado, ficou sentado em frente. Havia uma garrafa de vinho, tomamos o vinho, modesto, sóbrio. Começamos uma conversa mais ou menos anódina. Ora eu o chamava de presidente, ora de Jânio, conforme, o grau que a conversa tomava. Foi sempre assim. Ora ele me chamava de Carlos, ora de governador.

A certa altura, tenho a impressão que fiz um comentário sobre o palácio dizendo: “Acho realmente estranha essa arquitetura do Niemeyer, porque ele fez um palácio em que o Presidente da República vive numa permanente vitrine. Com todos esses vidros, a não ser o banheiro, o Presidente da República é visto do lado de fora. A uma certa distância, de binóculo, pode-se ver o que o Presidente está fazendo. Não acho muito cômodo nem muito fácil um sujeito trabalhar à vista do público feito um camelô. Deve ser muito desagradável trabalhar aqui. “Ele disse: “Brasília é terrível! Brasília é uma cidade que isola as pessoas do mundo.”

Bem, acabando o jantar, eu disse: “Jânio, vim aqui porque tenho uma conversa muito séria com você. Estou achando a sua conduta estranha e gostaria de conversar para saber quais são realmente as suas intenções. Por outro lado, estou numa situação moral muito difícil, porque tenho uma certa dose de responsabilidade na sua eleição. Pode ser que ela não seja tão grande quanto penso, mas, para mim, ela pesa muito. E até hoje você não me disse nada do que pretende fazer. E acho francamente que você ainda não fez nada, a não ser na pasta da Fazenda. E na pasta da Fazenda, pelo que ouço dizer, você está recuando da política que recomendou no começo, isto é, da política de contenção da inflação. Então desaparece a única coisa que você realmente está fazendo no seu governo. E aquela sua conversa no Laranjeiras me impressionou muito!”

Ele aí me interrompeu e disse: “Vamos ao cinema?” E descemos para o cinema. No cinema tinha umas poltronas brancas, não sei se eram de couro ou de plástico, largas, e em cima do braço de cada poltrona umas combucas com pipoca e com castanha de caju. Ele mandou buscar um uísque e começaram a projetar o filme. Apagou a luz e eu pensei: “Mas vim aqui para ir ao cinema?” Começaram a projetar um filme do Jerry Lewis. Jânio reclamou: “Tira esse palhaço! Ponham um filme de *cowboy*.” Tiraram, puseram um filme de *cowboy* que, se não me engano, ele também não gostou e mandou mudar para outro filme de *cowboy*.

O filme está passando, mas não estou prestando atenção. Estou pensando no que tinha que falar com ele. Achei que era um negócio muito sério demais para se tratar na base do cinema e da pipoca. A uma certa altura, disse: “Jânio, com cinema ou sem cinema, realmente preciso falar com você muito seriamente, porque estou disposto até a renunciar ao governo, como uma forma de dar uma satisfação ao povo e de poder dizer que me arrependo de ter contribuído para sua eleição. Não estou arrependido ainda, porque ainda confio que você vá fazer um grande governo, mas precisava conversar para sentir isso. Preciso retomar essa confiança. Você sabe bem o quanto o ataquei e o quanto desconfiei de você. Sabe o esforço que fiz para voltar a ter confiança em você. E essa

confiança está muito abalada. Eu me sinto num estado de desconforto moral, estou descontente comigo mesmo, estou meio envergonhado! Em suma, estou numa situação extremamente desagradável!”

Ele respondeu: “Depois podemos conversar. Vamos ver o filme.” A uma certa altura ele chamou um daqueles contínuos e falou qualquer coisa baixo com ele. O contínuo retirou-se, mas logo voltou e disse: “O Ministro Horta\* está lhe chamando no telefone, Presidente.” Não sei se foi um excesso de desconfiança minha, mas a impressão que tive foi de que ele chamou o contínuo e disse: “Ligue para o Ministro Horta.”

Pelo que vou contar depois, não foi nenhuma desconfiança mórbida, isto é, havia motivo para desconfiar e visivelmente ele não queria conversar. Visivelmente queria se ver livre de mim e daquela conversa que ele presumia difícil. Ele foi ao telefone, falou qualquer coisa ao Horta, e voltou dizendo: “O Horta está pedindo para você passar no apartamento dele.”

Aí, eu me informalizei um pouco, contra os meus hábitos, eu sou um pouco formal como vocês já devem ter notado, e disse: “Jânio, não vim aqui falar com o Horta. Não tenho nada para falar com o Horta. Vim aqui falar com você. Vim falar de governador a presidente.” Ele disse: “Mas gostaria que você fosse falar com ele. Me faça este favor.” Respondi: “Eu vou, mas volto.” E ele: “Depois volte.”

Era mais ou menos entre dez e onze horas da noite. Eu nem sabia onde morava o Horta. Mas como estava com o carro do palácio, o chofer me levou à casa do Horta. A valise preta ficou no quarto do palácio. E o Wilson Machado estava no Hotel Nacional.

Chego no apartamento do Horta, que também tinha acabado de jantar, e estavam em torno da mesa, onde havia conhaque e café, o San Tiago Dantas, que acabava de ser nomeado, creio, Embaixador na ONU,\*\* o Horta e o José Aparecido, que foi uma herança deixada pelo Magalhães Pinto ao Jânio. O Aparecido era o grande articulador do apoio jornalístico ao Magalhães Pinto. Aproximou-se muito do Jânio e ficou sendo o seu homem de confiança, fazendo muito a ligação entre o Jânio e a esquerda festiva; os “Gasparians” da vida.

Sentamos e tivemos uma pequena conversa informal, e foi quando eu soube que o San Tiago Dantas tinha sido nomeado para esse cargo que não me lembro mais qual era. A certa altura, o Horta me disse: “Vamos conversar separadamente.” Deixou os dois na sala e fomos para um dos quartos do apartamento, que suponho fosse o quarto do Horta. (Eles gostavam muito de conversar nos quartos.) Sentei-me numa cama, o Horta sentou-se na outra e disse: “O Jânio me incumbiu de ter uma conversa com você.” Eu disse: “Achei muito estranho porque vim para ter uma conversa com ele”. “Pois é, mas ele me encarregou de ter essa conversa. Você escreveu, nas alturas do governo Café Filho, uma série de artigos sobre o regime de exceção?”

“Escrevi. Eu era contra a eleição naquele momento e achava que se deviam adiar as eleições, fazer uma nova lei eleitoral, talvez reformar a Constituição, enfim, mudar o país. Achava que o país não podia passar de uma ditadura para uma democracia por um decreto ou por um simples golpe militar, e que era preciso uma transformação muito mais profunda para que a passagem da

---

\* Pedroso Horta, Ministro da Justiça de Jânio. (*N. da E.*)

\*\* San Tiago Dantas foi oficialmente indicado para a chefia da Delegação Brasileira na ONU em 22 de agosto de 1961. (*N. da E.*)

ditadura para a democracia realmente se realizasse, pois do contrário era mera continuação.” Então o Horta pediu: “Você poderia me mandar um jogo desses artigos para eu reler? Gostaríamos de ter uma série desses artigos porque o Jânio tem se preocupado e tem se lembrado muito desses artigos.” Respondi: “Mas por quê? Qual a analogia que há? Não percebo bem porque ele quer reler esses artigos agora. Esses artigos representaram uma posição minha em face de uma conjuntura, e a conjuntura atual é completamente oposta! O Jânio foi eleito por uma maioria esmagadora, foi o primeiro candidato da oposição eleito no Brasil Presidente da República. Tem o apoio maciço das Forças Armadas. O Congresso não quer outra coisa senão apoiá-lo, com uma resistência aqui ou ali, mas não importa. A coisa mais fácil do mundo é levar o Congresso a apoiar as medidas que o governo pedir, o qual até hoje ainda não pediu nada.”

Então, ele disse: “É, mas há umas modificações a fazer, que ainda estão no ar, e o Jânio conta com a aquiescência do Ministro da Guerra (que era o Denys) e do Ministro da Marinha (que era o Sílvio Heck).

Voltando um pouco atrás, uma das coisas estranhas que o Jânio me disse naquela conversa do Laranjeiras foi o seguinte: “Você sabe que, quando mandei a tropa da Marinha desembarcar outro dia em Recife para dissolver uma manifestação de estudantes, o Sílvio Heck abriu um sorriso de lado a lado.\* Então, quando o Horta me falou no apoio do Sílvio Heck, me lembrei dessa frase.<sup>2</sup>

Perguntei: “E daí?” “E daí é que ainda está faltando uma conversa com o Brigadeiro Grüm Moss (que era o Ministro da Aeronáutica) e creio que você ainda conserva suas ligações com a Aeronáutica e queria ver se você teria uma conversa com o Brigadeiro Moss, que está no Rio, para obter dele a concordância, porque dos ministros militares é o único que está faltando concordar com certas providências que o Jânio quer tomar.”

“Bom, a primeira coisa é saber quais são essas providências.” Ele disse: “É uma reforma muito séria e profunda no país.” “Olha, Horta, acho que o país precisa de uma reforma muito séria e profunda realmente, e foi a razão por que votei no Jânio. Agora acho que as condições em que ele ganhou a eleição e as condições em que está o país permitem que essa reforma seja feita pelo processo normal, pelo processo democrático. De modo que essa conversa com um ministro militar não está me cheirando bem! Não vejo razão para uma conversa com um ministro militar para se fazer uma reforma política no país! De maneira que é melhor pararmos por aqui. Em todo caso quero lhe dizer que eu preciso ter uma conversa muito séria com o Jânio e não apenas com você — não há nenhuma desconsideração pessoal nisso — mas preciso ouvir do Presidente da República certas coisas que me tranquilizem. Do contrário vou deixar o governo da Guanabara e vou voltar a tomar conta do meu jornal”.

Esse detalhe é importante, porque foi isso que serviu de pretexto a uma infâmia do Horta contra mim. Nessa ocasião eu lhe disse: “Horta, você sabe que o meu jornal é pobre, sempre foi. E hoje no governo é muito mais difícil ainda, porque, se o jornal prosperar, vão dizer que está prosperando porque eu sou o governador; e, se o jornal fechar de pobreza, vão dizer que o jornal fracassou e que, portanto, o fracasso é também do governador. Estou com meu filho mais velho começando a vida e tomando conta de um jornal em condições difíceis, e estou

---

\* A intervenção de tropas da Marinha na greve estudantil de Recife ocorreu no dia 8 de junho de 1961. (N. da E.)



muito preocupado com o destino dele, do jornal e do pessoal que está lá, porque abandonei o jornal completamente. E não queria que meu filho começasse a vida com um fracasso que ainda por cima não seria dele, mas meu.”

Aí o Horta me disse: “Não, mas o problema do jornal é um problema que se resolve! Arranja-se dinheiro para o jornal com a maior facilidade!” Reclamei: “Mas espera aí! Nada de confusões! Não vim aqui pedir dinheiro para o jornal. Vim aqui dizer uma coisa completamente diferente, e quero deixar muito clara, se o Jânio não cumprir os compromissos que assumiu com a nação, com o povo, comigo e com os milhões de eleitores que votaram nele, quero sair da vida pública. É isso que quero dizer! Quero recuperar minha independência para ir para o meu jornal, ou, então, voltar a ser jornalista e cumprir o meu dever de outra maneira. É isso que vim dizer.” Eu estava realmente decidido a isso.

A conversa acabou mais ou menos aí. Ele insistiu que eu mandasse a tal coleção dos artigos do tempo do Café Filho, em que eu pregava o regime de exceção, e que era muito importante eu mandar esses artigos. E voltou a falar na conveniência de eu conversar com o Brigadeiro Grüm Moss. Nos despedimos, passei pela sala e me despedi do José Aparecido e do San Tiago Dantas, com quem ele voltou a conversar, e fui embora para o palácio. Quando cheguei no palácio estava o João, o mordomo, à minha espera na porta e eu fui entrando para subir para o meu apartamento ou para conversar com o Jânio. Não sabia ainda, porque nessa altura já era mais de meia-noite, mas como ele era notívago como eu, achei que a hora ainda era adequada para uma conversa.

Então o João, na hora que eu ia subir para o apartamento, foi numa poltrona e pegou a minha valise preta e disse: “O Dr. Jânio mandou reservar um apartamento para o senhor no Hotel Nacional.” E isso também tem sido interpretado como um gesto de despeito meu, de amor próprio ferido! Não foi nada disso. Achei apenas estranho, grosseiro! Então o sujeito o convida, põe a sua mala dentro do apartamento do palácio e depois manda reservar um quarto no hotel. Mas assim como correram lendas a meu respeito por causa dessa famosa entrega da valise, também correram lendas a respeito dele, que prefiro não repetir, porque nunca as tirei a limpo.

Em suma, das lendas que surgiram a respeito de tudo isso, o que posso dizer, sem ser indiscreto nem calunioso, é de que ele tinha motivo para não me querer no palácio porque teria outra companhia, digamos, uma companhia mais agradável do que a minha. Mas eu não sei disso. Então fui para o hotel.

Há dias relendo esses apontamentos que escrevi depois, no hotel e no avião no dia seguinte, existe um trecho curto — sinto não tê-lo agora comigo — que talvez tenha sido uma das coisas mais sérias que escrevi na vida. Quando me dirigia naquela madrugada ao hotel, vendo aquela cidade vazia, aquele “pátio dos milagres” que era a Praça dos Três Poderes, vazio; aquelas estátuas estranhas; aquela arquitetura de futurologia, e eu sozinho naquele automóvel, comecei a ter a sensação de que estava carregando o Brasil dentro do peito, e aquilo estava me sufocando com aquela responsabilidade enorme.

Pensei: “Estou dono de um segredo que ainda não decifrei mas desconfio já o que seja, pois não sou burro! Tenho um recado a dar a um ministro militar, tenho a notícia de que os dois outros ministros estão de acordo com uma coisa que ainda não está definida, mas que é relacionada com os artigos em que eu pedia um regime de exceção para o Brasil! Venho conversar com o Presidente

da República e ele me leva para comer pipocas no cinema!” Foi me dando uma sensação de opressão e de solidão, que registrei nesse diário ao chegar no hotel.

E, outro dia, relendo isso, fiquei comovido — é um pouco “besta” dizer isso, mas fiquei comovido com o que escrevi, pois revivi todo aquele momento do trajeto entre o palácio e o Hotel Nacional. Tive a sensação de um sujeito que tivesse tido uma entrevista com o Hitler, no momento em que o Hitler decidiu a invasão da Polônia; só o sujeito sabe daquilo, sabe que vem uma guerra mundial dali, e não tem com quem se abrir, e não sabe nem se deve se abrir com alguém.

Foi nesse estado de espírito que cheguei no hotel. Não quero exagerar; não cheguei acabrunhado, mas cheguei num estado de preocupação, quase deprimido. Cheguei no meu apartamento e chamei o Wilson, que estava no quarto ao lado. Vesti o pijama e disse: “Wilson, o negócio está muito estranho!” Mas eu estava de tal maneira preocupado que não quis me abrir com ele. Pensei: “Não vou alarmar este rapaz, porque por mais confiança que eu tenha nele, e tenho, não é propriamente um confidente para uma hora como esta”. Daqui a pouco tocam da portaria, o Wilson atende e dizem de lá: “Está aqui o Ministro da Justiça que deseja falar com o governador.” Aí o Wilson me disse: “O Dr. Horta está embaixo e deseja falar com o senhor.” “O Ministro da Justiça de novo?” Creio que cheguei a dizer ao Wilson: “Diz a ele que já estou deitado e que é melhor deixar a conversa para amanhã.” Se não me engano, o Wilson chegou a dar o recado, mas ele insistiu.

Tenha ou não o Wilson dito isso (tenho tudo anotado), o fato é que ele insistiu em subir. Momentos depois subiu. Grande parte da conversa foi assistida pelo Wilson, que é testemunha de parte dela. Quando ele chegou mandei, como é natural, buscar uma garrafa de uísque, e começamos a beber e a conversar. Quase duas horas da manhã. O Horta disse: “Carlos, parece que você não entendeu bem. O Jânio acha que é impossível governar com o Congresso e pretende fazer uma reforma na Constituição que reforce o Poder Executivo de maneira que ele possa fazer umas reformas profundas no país.”

“Insisto em lhe dizer, Horta, que primeiro não sei quais são essas reformas e não posso dar um cheque em branco a ninguém. Precisaria primeiro saber quais são essas reformas; segundo, não acredito que haja reformas no Brasil que não possam ser feitas pelo Congresso. Principalmente por um sujeito que ganhou as eleições da forma que ele ganhou, e que não só não tem a oposição das Forças Armadas, mas, como você acaba de me dizer, tem a concordância delas.”

Ele disse: “É, mas isso vai exigir umas certas providências muito enérgicas!” Rebatí: “Em suma, é uma espécie de Estado Novo que vocês querem fazer.” Ele respondeu: “Não. Digamos que seja aquele estado de exceção a que você se referiu nos seus artigos.” E eu: “Mas isso é um engano muito grave, um engano de história. Você está falando em períodos completamente diferentes, de situações completamente diferentes e até opostas. Porque naquele momento estávamos fora do poder, e o poder estava ocupado por uma máquina ditatorial. Hoje, estamos no poder e a máquina ditatorial pode ser desmantelada por nós. Portanto, não vejo nenhuma razão para esse clima misterioso, enigmático e equívoco!”

Lá para as tantas, berrávamos dentro do quarto. Mas berrávamos de tal modo que, se não me engano, o Wilson achou um pouco indiscreta a presença dele, e depois de fazer vários gestos para eu falar mais baixo, saiu. Então comecei a dizer ao Horta — que estava começando a ficar embriagado — as coisas mais duras. Nessa altura estávamos na segunda garrafa de uísque, mas eu estava tendo o cuidado de beber pouco.

“Horta, você está esquecido que estamos aqui aos berros num hotel em que se ouve tudo de ponta a ponta, e eu não sei quem está no quarto ao lado, nem quem está nesse andar. Estamos aqui, o Ministro da Justiça do Governo da República e o Governador do segundo Estado do Brasil, discutindo como se fossem dois estudantes completamente irresponsáveis a política da UNE ou qualquer coisa até menos importante do que isso. Parece uma discussão de diretório acadêmico! Ou nem isso! Primeiro, acho que você não está num bom estado para conversar. Compreendo uma boa prosa em torno de um copo de uísque, mas esse não é o tipo de conversa a ser feita à base do uísque, não; nem às 3 horas da manhã. O presidente, evidentemente, evitou conversar comigo e mandou você. Mas não aceito intermediário para essa conversa. Não fiz uma ameaça vã de renúncia, como ele fez tantas. Tenho duas posições a tomar: ou renuncio, amanhã, ou vou hoje, de manhã para o Rio denunciar ao país o que vocês estão fazendo.”

Bom, aí ele se alarmou e ficou realmente transtornado: “Não, isso você não pode fazer, até porque ninguém lhe disse nada que o autorizasse a fazer uma denúncia de qualquer conspiração governamental”. Eu disse: “Perdão, você me incumbiu de transmitir um recado ao Ministro da Aeronáutica sobre o apoio militar a uma reforma da Constituição que pode chegar até à dissolução do Congresso. Foi disso que você me incumbiu, é esse o assunto da nossa conversa, e é isso o que vou denunciar!”

Aí ele se tornou mais cordato e disse: “Tenha paciência! Pense bem! Não faça isso! Vamos deixar um pouco as coisas assim! Não esqueça de me mandar os artigos! Converse com o Brigadeiro Moss. Não é uma conspiração! É uma outra coisa, você não entendeu! Não é bem isso!” Eu disse: “É exatamente isso!” Aí chamei o Wilson e mandei reservar passagem no primeiro avião, e disse: “Horta, vou para o Rio hoje de manhã. Boa noite e até amanhã!” Ele ficou meio sem graça, despediu-se e foi embora. Eu não o levei nem até o elevador, e é claro que não dormi o resto da noite. Se não me engano, nessa altura, já conversei com o Wilson a esse respeito, porque precisava me abrir com alguém. Em todo caso, as notas que tomei depois poderão revelar.

No dia seguinte, mais ou menos às sete horas, tomamos o avião e voltamos para o Rio. Chegando ao Rio, chamei lá em casa um grupo de pessoas — não me lembro de todas —, mas me lembro que chamei o Milton Campos, o Prado Kelly, o Adauto Cardoso, se não me engano. Enfim, os homens, naquele momento, de maior responsabilidade na UDN, e contei a eles a conversa. Senti certa surpresa, mas senti todos muito inseguros sobre o que dizer e que posição tomar: ou de me convencer que eu estava errado ou de me convencer que eu estava certo e que eles estavam solidários. Não se “dessolidalizaram” e não disseram que eu estava mentindo ou sonhando. Não disseram nada que fosse injurioso ou restritivo, mas também preferiram guardar uma posição de omissão. Para sermos generosos, vamos chamar de omissão e de expectativa.

Nesse mesmo dia ou no dia seguinte, telefonei para o Brigadeiro Grüm Moss. Ofereci-me para ir a seu gabinete, mas ele disse: “Não, vou à sua casa com muito prazer”. O Moss é um homem extremamente bem educado, finíssimo e de quem gosto muito. Aparece o Brigadeiro Grüm Moss. Nesse tempo eu tinha um apartamento ligado a outro, porque estava comprando os dois juntos, depois vendi um para pagar o outro. Então, os apartamentos se comunicavam e a minha biblioteca era no outro. Eu me sentei numa cadeira da Oca, dessas cadeiras desenhadas pelo Sérgio Rodrigues, cadeira muito cômoda mas que não tinha

onde botar a cabeça. Eu conto tudo isso para situar bem a cena, porque tenho isso muito vivo na memória, de cada detalhe, e reavivada agora pela leitura do diário.

A sensação que eu tinha era a de que estava vivendo um momento de solidão, e que eu tinha que tomar sozinho as decisões. Então, sentia um peso em cima de mim, quer dizer, era o peso do destino de uma nação em cima de um sujeito que não estava habilitado, que não tinha nem poderes e nem, provavelmente, capacidade para isso.

Perguntei ao Grüm Moss: “Brigadeiro, quando o senhor vai a Brasília?” Ele disse: “Vou amanhã”. “Então, o senhor se prepare porque vai ser convidado para um golpe”. Aí o Grüm Moss quase caiu da cadeira: “Governador, mas um golpe?” Eu disse: “É, mas provavelmente com outro nome. Tem vários nomes para a palavra golpe. Eu chamo isso de golpe”.

Então, contei a conversa. Senti nele, no primeiro momento, um misto de incredulidade e de espanto! Mas, graças a Deus, apesar de várias mancadas minhas e apesar de muito esforço de certos adversários para destruir isso, eu tinha, e talvez tenha até hoje (não posso medir hoje), um adiantado grau de credibilidade no que dizia, porque as pessoas sabiam que eu tinha fama de falar demais, mas não tinha fama de falar o que não fosse verdade.

A partir de certo momento, senti que o Brigadeiro Moss tinha percebido que eu estava falando com ele uma coisa muito séria, e disse: “Mas, governador, não posso entender isso! Não estou nem compreendendo o sentido desse recado!” Respondi: “O senhor amanhã vai a Brasília e evidentemente vai ser conversado a respeito. Mas o que posso lhe informar, mas não posso garantir porque não ouvi dos próprios, é que o Ministro da Justiça me disse que o Presidente da República já tem o apoio do Marechal Denys e do Almirante Sílvio Heck, faltando apenas, dos ministros militares, a sua concordância”. Moss saiu, acredito, preocupadíssimo e eu ainda mais preocupado.

Esqueci de dizer que a certa altura da minha conversa com Jânio, em Brasília, ele insinuou qualquer coisa nessa direção e eu perguntei: “Mas por que você fala comigo esse assunto? O Jânio chegou a insinuar a conversa que eu iria ter com o Brigadeiro Grüm Moss, mas muito leve, muito por alto, quando lhe perguntei: “Mas por que comigo essa conversa?” Ele disse: “Porque você entende diretamente as coisas”. Perguntei então: “Mas você já conversou, por exemplo, com o Governador Carvalho Pinto sobre esse problema seu com o Congresso? Foi ele quem, de certo modo, inventou a sua candidatura e é o governador do seu Estado, e foi o homem que você lançou”. Jânio respondeu: “Não. Não, porque o Carvalho Pinto é um ruminante e vai levar seis meses para entender o que eu quero, e outro tanto para tomar uma decisão”.

Bem, aí me lembrei dessa frase e fui para São Paulo procurar o Carvalho Pinto no palácio: \* “Governador, vim lhe falar de uma coisa muito grave. Acabei de ter uma conversa com o Presidente Jânio Quadros em Brasília”. E relatei ao Carvalho Pinto toda a conversa. “E, como acho que todos nós temos muita responsabilidade nisso, me permito sugerir-lhe o seguinte: o Jânio me disse que virá a São Paulo esta semana ou na semana que vem. Então queria lhe fazer uma sugestão: o senhor chama aqui os governadores que apóiam ostensivamente e declaradamente o governo Jânio, como o Aluísio Alves, o Juraci Magalhães, o Magalhães Pinto, o Nei Braga, enfim, os governadores de confiança do governo. Vamos nos reunir com o Jânio e vamos saber o que é que ele quer com o Congresso. E vamos pleitear dele, senão exigir, uma definição: o que ele pretende

realmente do Congresso e que acha que o Congresso não lhe dá, ou não lhe dará. E nós podemos, se estivermos de acordo, fazer um esforço junto ao Parlamento, para que este dê as medidas que o governo achar necessárias e que nós acharmos convenientes.

Aí, esse homem terrivelmente omissos — acho que em homenagem a ele o mínimo que posso dizer é que ele é omissos por timidez — respondeu: “Governador, não posso tomar esta iniciativa porque o Jânio Quadros a mim não falou nada”. Perdi um pouco a paciência: “Ele não lhe falou, mas me disse por que não lhe falou. Ele não falou porque me disse que o senhor é um ruminante, que ia levar seis meses para entender o que ele quer e outros seis meses para tomar uma decisão”.

Ele ficou meio surpreso com a minha, vamos dizer, indiscrição, e repetiu: “Mas, em todo caso, a mim ele não falou. Então, acho que seria impertinente da minha parte promover essa reunião”. Eu disse: “Então, só me resta uma decisão: meu partido, através dos seus próceres, não quer tomar posição; o senhor, como Governador de São Paulo, também não quer tomar posição; então, vou para a televisão denunciar isso. Só tenho esse recurso. É fazer o povo saber, enquanto é tempo”.

E, nessa noite, ou na noite seguinte, não me lembro bem, mas foi logo a seguir, pedi a uma estação de televisão em São Paulo, não me lembro qual, que me desse uma hora para falar. Nesse tempo era fácil, tratando-se de um governador — não havia tantas novelas — e a televisão adorava programa político, que dava IBOPE. Na época havia também interesse geral pela política; havia o tal debate que foi suprimido no país.

Quando chego na televisão para falar, o auditório estava repleto e uma porção de gente com bandeirolas e faixas com os dizeres:

CUBA SIM, LACERDA NÃO!

JÂNIO SIM, LACERDA NÃO!

FORA O FASCISTA LACERDA!

Quando comecei a falar foi um tumulto no auditório que eu não conseguia ser ouvido. Ainda por cima o microfone de televisão não é seletivo, e com aquele sussurro e algazarra no auditório ninguém ouvia o que eu dizia. Mas, afinal, aos poucos consegui conter o auditório, que não estava todo lotado por adversários. Aliás, depois, disseram que foi o Horta que mandou aquela gente lá, eu não sei. Sei que o programa fora anunciado pela própria TV e que ninguém sabia o que eu iria dizer.

E falei na televisão da forma mais diplomática possível, da forma mais cortês possível e da forma mais indireta possível, mas não fiz uma denúncia formal contra o Jânio. Mostrei a minha inquietação pelo perigo que o país estava correndo em mudar de regime. Dei a entender quase tudo, mas não cheguei a dizer claramente. Ainda deixei uma chance para o Jânio voltar atrás, e transformei mesmo a fala quase que num apelo a ele, dizendo: “Este homem consagrado pelo povo, em quem nós todos depositamos tantas esperanças...” e assim por diante, nesse tom. E no auditório gente aplaudindo, gente vaiando e, sobretudo, quem não estava vaiando estava extremamente perplexo. As pessoas, no fundo, não tinham entendido muito bem aquilo, aquela conversa.

---

\* Veja nota no final do capítulo.

Não cheguei a explicitar, não denunciei o golpe. Insinuei que havia no ar uma possibilidade de golpe. Mas quando cheguei no Rio achei que as coisas estavam tomando um rumo tal, que fui à televisão e “abri mais o jogo”. Denunciei, mas ainda em forma de apelo ao Jânio: ainda lhe abrindo um crédito; ainda mostrando a sua responsabilidade perante o regime democrático.

Pouco depois, não me lembro exatamente quanto tempo depois, mas muito pouco depois, recebi um telefonema do Jânio Quadros. Estava no Palácio Guanabara e disseram: “O presidente quer falar com o senhor”. Ele me disse: “Carlos, tem havido muito pouca convivência entre nós. Acho que precisamos conversar mais um pouco. Tenho que ir a Vitória inaugurar (não me lembro o que ele ia inaugurar, creio que qualquer coisa do Vale do Rio Doce, o porto de Tubarão talvez) e vou com a Eloá e a minha mãe. Depois vou deixar minha mãe em São Paulo e volto para Brasília. Então queria convidar você e D. Letícia para passarem um fim de semana conosco em Brasília”. Eu lhe disse: “Você tem toda razão, precisamos realmente conviver mais. . .”

Isso aconteceu depois que falei na televisão. Concordei com ele e disse: “Acho realmente que tem havido pouca convivência entre nós. Acho que devemos conversar mais profundamente e foi para isso que fui a Brasília outro dia, o que infelizmente não consegui. Tive uma conversa com o Horta e, evidentemente, você já sabe que me desagradou e inquietou profundamente. Mas agradeço muito o seu convite e aceito”. Fui para casa e disse a minha mulher: “Vamos arrumar a mala porque o Jânio vai passar aqui no Rio para nos pegar de avião para passarmos o fim de semana com ele em Brasília (creio que era uma sexta-feira). Ele nos convidou para você ficar com a D. Eloá”.

Aí minha mulher disse: “Não. Eu faço a sua mala e você vai sozinho”. Achei até um pouco insolente da parte dela, e perguntei: “Você se recusa em passar um fim de semana com o Presidente da República? Isso não é uma das coisas mais desonrosas nem das mais desagradáveis. E eu acho que me vai ser útil!” Ela disse: “Não, não vai ser. Porque, ou tudo que você disse é verdade — e eu acredito que seja —, ou não é verdade! Não acredito que você esteja mentindo nem esteja sonhando. Ora, se você disse a verdade, é evidente que o que o Jânio quer é desmoralizar o que você está insinuando na televisão. Então, vamos passar um fim de semana em Brasília, na maior convivência, na melhor amizade e na melhor intimidade com o Jânio, e depois quando você voltar a denunciar vão dizer que você está louco ou que inventou uma história. Porque você acabou de passar um fim de semana excelente com ele, então vocês estão muito bem entendidos. De maneira que, se quiser, vá sozinho, eu não vou”.

“Mas agora tenho um problema: como vou recusar o convite do Presidente da República?” Ela disse: “O Sebastião chega amanhã da Alemanha, e eu não o vejo há mais de um mês e você também não. Acho muito natural que fiquemos aqui para esperar o nosso filho”.

É claro que entendi o recado! Então, no dia seguinte pela manhã, ou na mesma noite, não me lembro mais, chamei o Major Osório, meu ajudante-de-ordens, e redigi um cartão que é mais ou menos assim: “Presidente, venho renovar o meu agradecimento pelo amável convite de passar o fim de semana consigo, mas acontece que o meu filho Sebastião chega amanhã da Alemanha, depois de uma ausência mais ou menos longa, e minha mulher entende que deve ficar aqui para recebê-lo. Eu também tenho saudades dele e gostaria de vê-lo. Não faltará oportunidade de ficarmos juntos de novo, se for o caso. Peço que encaminhe o meu pedido de desculpas e o de Letícia a D. Eloá, e estou certo que ela, que é

mãe, compreenderá muito bem a razão pela qual nós declinamos do seu convite. Cordialmente, um abraço”.

Aí, vocês vêem as traições, às vezes, da memória. Eu tenho idéia, até hoje, de que o Osório entregou esse cartão ao Jânio, no avião. Na minha cabeça, o que guardo de memória é que perguntei ao Osório se tinha entregue e ele disse que sim. Pergunto: “Onde?” Ele disse: “Debaixo da asa do avião”. Perguntei: “E qual foi a reação dele?” “Governador, francamente, ele fez uma cara de quem não gostou. Guardou o bilhete, mas não disse nada”. Mas nessas notas que tomei há uma divergência com relação a isso. Porque nessas notas que foram em grande parte elaboradas pelo Walter Cunto, que era meu assessor de imprensa, está dito que o bilhete foi entregue no Palácio Laranjeiras. O que não entendo bem, pois não tenho idéia de que ele tenha saltado no Rio e ido ao Palácio Laranjeiras, mas é possível. Mas o fato é que o bilhete foi entregue e eu não fui a Brasília. Aí começaram a chegar as notícias mais preocupantes, isto é, o golpe estava em marcha.

Começam a chegar notícias de Brasília. Porque as próprias pessoas a quem eu tinha comunicado, começaram também a pôr as suas antenas no ar, inclusive gente da UDN que me dizia: “É, parece que você tem razão. Realmente há uns preparativos muito estranhos!” Então, fui novamente para a televisão e denunciei tudo.

Não posso garantir quantos dias transcorreram do meu encontro com o Horta até minha ida à televisão, mas, creio, em torno de uma semana. Então, fui para a televisão no Rio e denunciei. Esse é o pronunciamento que, creio, está gravado também, e deve estar no meu arquivo e está publicado no meu livro *O Poder das Idéias*. Não sei se o que fiz na TV de São Paulo também está no livro, mas tomara que esteja, porque assim se poderá notar bem a diferença de tom entre os dois. Quer dizer, o pronunciamento da televisão no Rio foi realmente uma coisa final. Aí, eu “virei a mesa”. E essa fama de derrubador de governos não me tolheu porque derrubar maus governos, eu acho, não chega a ser um demérito.

Depois que fui à televisão, reuni o secretariado para comunicar o que estava acontecendo. Apenas uma formalidade, porque a maioria tinha ouvido a televisão. Comuniquei oficialmente. Disse: “Tenho dois caminhos: ou renuncio como protesto, ou organizamos uma resistência”. Alguns secretários se pronunciaram e outros ficaram estatelados, como o General Sizen Sarmento, por exemplo. Mas antes da reunião comecei a receber visitas no palácio. Uma delas do General Cordeiro de Farias, que era Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. E há um desses livros a favor do Jânio Quadros que conta mais uma mentira (outro dia li esse livro, do qual não me lembro o título), onde está dito que o General Cordeiro de Farias foi ao palácio conspirar comigo. Mas a verdade é exatamente o oposto. Cordeiro de Farias, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, sempre foi considerado o melhor político do Exército e um homem com imensos serviços prestados ao Brasil desde 1922. Um homem, hoje, com uns setenta e poucos anos de idade.

Aqui, preciso de outra interrupção para contar um caso curioso. Outro dia, ele me telefonou por um equívoco estranhíssimo! Toca o telefone da editora e dizem: “O Marechal Cordeiro de Farias quer falar com o senhor”. Como não vejo o Cordeiro há muito tempo (a última vez que o vi foi na rua — eu já estava cassado — e ele me deu um grande abraço, ele é um homem extremamente educado e extremamente amável), achei estranho o telefonema, mas fui atender. Tenho ouvido falar aí umas coisas, sei que ele não pára e que a idade não o



impediu de uma extraordinária atividade político-militar, sempre preocupado com o destino do Brasil. Cordeiro tem uma vocação incurável de servir à pátria nesse sentido. Achei um pouco insólito, um pouco inesperado, mas fui atender o telefonema. Então começamos uma conversa estranhíssima. Perguntei: “Então, como vai essa radiosa juventude?” Ele disse: “A carroceria vai mal!” Disse: “Mas o motor parece que continua funcionando muito bem, não é Marechal?” Disse: “É, mais ou menos”. Aí parou, houve aquele silêncio, perguntei: “Marechal, o senhor ligou para mim, o senhor tem alguma coisa para me falar?” Ele disse: “Não, Carlos acho que houve um equívoco colossal, porque recebi um telefonema dizendo que o Sr. Carlos Lacerda queria falar comigo. E o único Carlos Lacerda que poderia querer falar comigo era você, então liguei para você”. Eu disse: “Não, Marechal, deixe-me brincar um pouco: tem um xará meu que é pianista na Bahia, chamado Carlos Lacerda, mas não acredito que o senhor tenha assuntos musicais para conversar com ele. De modo que, se lhe telefonaram dizendo que era eu, é porque realmente telefonaram em meu nome. Mas posso lhe assegurar que não fui eu”. Ele riu, eu ri e desligamos o telefone. Isso aconteceu na semana passada.

Bom, voltando ao assunto: nessa visita ao Palácio Guanabara, já depois da denúncia na televisão, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o General Cordeiro de Farias, me disse: “Carlos, você parece que está entrando num engano colossal!” “Qual, General?” “Você está atribuindo ao Jânio o propósito de dar um golpe! E um golpe meio de esquerda! Vim aqui para tranquilizá-lo. Primeiro, porque com o meu apoio ele não conta para isso; segundo, porque as instruções que nós temos no Estado Maior são até em sentido inverso, isto é, ele se mostra muito preocupado com a influência comunista na Guiana. E as instruções que recebemos no Estado Maior eram para estudarmos planos eventuais de uma possível invasão da Guiana, a fim de evitar uma infiltração comunista no Brasil”.

Aí o espanto foi meu! Este homem está tão descontrolado que é capaz de estar fazendo de duas uma: ou estar levando a sério, pretendendo fazer uma guerra com a Guiana — o que seria um despropósito que não tem tamanho —, ou então está fazendo uma manobra terrível para envolver o Exército, dando uma impressão que lhe permita declarar um estado de exceção no país à custa de uma manobra de envolvimento com o perigo comunista na Guiana, o que motivaria o Exército.

Isso eu disse ao general: “A sua informação em vez de me tranquilizar, me intranquiliza muito mais. Mas posso lhe afirmar (eu não uso muito esta expressão), sob palavra de honra, que tudo que contei é verdade, e posso dar outros detalhes”. Então contei o negócio dos ministros militares; contei a conversa com o Brigadeiro Grüm Moss. Aí chegou a vez do Cordeiro se espantar! “Nesse caso, então, não entendo mais nada do que está se passando!” Eu disse: “O diabo é que o senhor não entende ainda, e é um homem inteligente. Eu não sou de todo tolo, mas já entendi. Vamos ver se o senhor entende a tempo. Confio na sua inteligência; no seu patriotismo é desnecessário falar”. E nos despedimos.

Foi isso que num livro sobre o Jânio foi alegado como uma conspiração do então General Cordeiro de Farias comigo.

No salão principal do Palácio Guanabara, havia um busto do Rui Barbosa que é uma cópia do que o Brunno Giorgi fez para uma cidade de Santa Catarina (se não me engano, Florianópolis), e que ele me deu de presente. A cópia ficou na redação da *Tribuna da Imprensa* e, quando vendi o jornal, levei esse busto para o

Guanabara. No dia em que saí do palácio, a *Última Hora* disse que eu tinha roubado o busto do Rui Barbosa, que hoje está aqui em Petrópolis.

Então, com o busto do Rui Barbosa atrás de mim e o secretariado todo presente, toca o telefone, o telefone preto. Atendi e alguém perguntou: “É o Governador Carlos Lacerda?” Eu disse: “É”. “Aqui é o Ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta”. Disse: “Oh, Horta, como vai? Como vão as coisas aí?” Ele disse: “O meu telefonema é curto. Estou apenas lhe comunicando, em nome do Presidente da República Jânio Quadros, que acabo de entregar ao Congresso a carta de renúncia do presidente. E como essa decisão pode provocar graves perturbações da ordem, na qualidade ainda de Ministro da Justiça quero comunicar ao Governador de Estado a fim de que tome as providências necessárias para manter a ordem no seu Estado”. E desligou o telefone.

Depois — e disse eu não me lembrava — recebi um rádio oficial, um telegrama circular, passado a todos os governadores dizendo exatamente a mesma coisa. Agora não sei se ele telefonou antes aos outros governadores. Só sei que recebi um “telegrama circular” dirigido a todos os governadores, inclusive a mim, repetindo, praticamente, essa informação. Aí, mandei tomar as providências cabíveis. Quer dizer, mandei policiar certos “focos”, mas a cidade estava inteiramente tranqüila.

Nesse dia, 25 de agosto, é o Dia do Soldado. De manhã estive, como governador, numa solenidade no Panteon de Caxias, onde estava o Comandante do I Exército. Mas não se comentou coisa alguma sobre meu pronunciamento de véspera na televisão. Havia um clima de apreensão, mas, como é muito do hábito militar, nessas cerimônias, eles separam muito os assuntos. Não era hora de conversar sobre isso. Além disso, acredito, é uma dedução minha que pode até não ser justa — nenhum deles estava querendo comentar isso comigo.

O fato é que depois constou — também não sei se é exato — que na ida para São Paulo o Jânio teria feito o avião passar baixo pelo Rio para ver as ruas, e teria ficado surpreso ao vê-las absolutamente calmas. Não houve nada, absolutamente nada. Não houve uma perturbação; não houve um incidente! Houve perplexidade! Houve uma espécie de pânico na alma das pessoas, mas não se exteriorizou nada.

Eu não esperava renúncia nenhuma! Bem, houve outras antes. Mas você agora me lembrou um episódio importante. Uma das vezes que o Jânio veio ao Rio nós almoçamos juntos e houve uma coisa muito estranha. Há um edifício que dá para a piscina do Copacabana Palace, chamado Chopin, onde moram várias pessoas conhecidas, inclusive o Dario de Almeida Magalhães. Mas esse edifício tem várias entradas, porque são vários edifícios num bloco só. Eu fui com o Jânio à casa de uma prima dele chamada Taís, que era casada com um rapaz chamado Álvaro Ferraz. E nós fomos almoçar com a Taís, prima dele ou da D. Eloá, não sei bem. Saímos do elevador e tocamos a campainha. Veio um empregado abrir a porta e, quando olhou, ficou bastante espantado em ver o Presidente da República e o Governador da Guanabara ali, porque ele nos identificou imediatamente. Aconteceu que estávamos apenas batendo na porta do apartamento do João Goulart! O Jânio confundiu com o apartamento da prima que ficava em outro prédio do mesmo bloco. Perguntei: “Aqui é o apartamento da D. Taís?” “Não, aqui é o apartamento do Dr. João Goulart”. Bom, virei as costas imediatamente. Depois de uma gafe dessa, saímos até rindo! Fomos para a casa da Taís.

Enquanto esperávamos o almoço, o Jânio disse: “Vamos para a janela”. Aí aconteceram duas coisas curiosas de que me lembro nitidamente, por causa da

sua pergunta. Na beira da piscina, numa daquelas mesas, estava um sujeito de colarinho, gravata e roupa escura — o que pode haver de mais antipiscina — e mais umas três ou quatro pessoas em companhia do Dr. João Goulart, morador do prédio ao lado, tomando um drinque ou outra coisa qualquer antes do almoço. Aí o Jânio olhou e disse: “Veja como passam bem estes trabalhistas!” Eu disse: “É. O negócio é diferente!” “E como têm tempo, não é?” Disse: “É”.

Aí passava no horizonte — por que do apartamento se via o mar — um navio branco. Uma das coisas características do Jânio, um traço muito curioso da sua personalidade é que ele sempre gostou de viajar, de preferência em navio cargueiro. E conhece muito marinha mercante, conhece muito navio. Ele distingue à distância a nacionalidade do navio pela cor, por não sei o quê, porque ele não estava de binóculo, não podia ver a bandeira. Só me lembro que era um navio pequeno de passageiros, ou misto, todo branco. Ele disse “Vai ali um belo navio sueco. Carlos, qualquer dia largo este país na mão de vocês e tomo um navio desses”. Eu disse: “Você está querendo me impressionar?” Ele disse: “Não. Estou falando muito sério! Tomo um navio desses e vou-me embora! Deixo este país na mão de vocês!” Então houve a cena do comentário cômico dele sobre o João Goulart em baixo, e a cena do navio. Mas foi muito antes de tudo isso. Voltei muito atrás porque me lembrei desse episódio que é muito importante.

Não pelo desejo de julgar quem quer que seja — quer no caso de Jânio, quer no caso de todo homem público —, mas parece-me inevitável, indispensável mesmo, quando você julga os hábitos do homem público, saber como ele é. As pessoas têm uma tendência de julgarem os homens públicos, todos pelo mesmo parâmetro, e os homens públicos, como os homens particulares, todos têm suas reações, seu temperamento, sua psicologia, enfim seu modo de se comportar.

A renúncia foi uma surpresa para mim porque, entre outras coisas, eu não acreditava nela, porque o Jânio uma vez também me tinha dito — como já recordei a vocês — que o homem que ele mais admirou na vida, o homem público que mais impressão lhe tinha causado, fora o Nasser. Depois falou na estranha influência que o Peron exercia no povo argentino. E depois, era notória a admiração e as relações dele com o Fidel Castro. Reparem que todos três renunciaram e voltaram como ditadores. Na ocasião, até porque ele não falou nos três assuntos ao mesmo tempo, não liguei uma coisa com outra.

Mas, quando ele entregou a carta de renúncia, eu me lembrei imediatamente disso. Nasser, depois do fracasso da primeira e da segunda guerra com Israel, renunciou e voltou ditador; Peron renunciou e voltou ditador, mais do que antes; Fidel Castro renunciou e voltou ditador. Então, pensei, é a mesma manobra! O que ele quer é provocar pânico no país. E, nessa ocasião, tinha havido um fato que vocês conhecem, mas que é preciso ser lembrado porque está ligado a tudo isso: uma troca de cartas bastante ásperas entre o Vice-Presidente João Goulart e o Presidente Jânio Quadros\*,<sup>3</sup> cartas que foram divulgadas não sei por qual dos dois, mas que eram bastante duras e mostravam um estado de tensão nas relações entre ambos. Cartas sobre os inquéritos que o Jânio mandou abrir em todos os institutos para apurar a corrupção sindical, os pelegos, etc. Foi nessa ocasião que surgiu o incidente com o Jango.

De repente, o Jânio nas vésperas de tudo isso, quando tudo isso já estava armado (não sei dizer se já tinha havido a tal conversa de Brasília comigo, mas se não houve foi logo depois, foi nessa fase, exatamente, mas o dia preciso não

---

\* Carta de Jango de 14 de maio de 1961. Veja nota no final do capítulo. (N. da E.)

posso me lembrar), de repente ele incumbe o Jango de uma missão à China, quer dizer, aos antípodas, ao outro extremo da Terra. Missão que foi interpretada por muitos jornais na época como um gesto de reconciliação com o Jango. A minha interpretação, que hoje é mais ou menos a de toda gente, é a de que ele estava convencido de que os ministros militares não dariam posse ao Jango. Então, tocou o Jango para o mais longe possível a fim de dificultar qualquer solução nesse sentido e dar tempo de os ministros militares dizerem: “O senhor não pode renunciar, tem que ficar aí. Quais são os poderes que o senhor quer? Estão aí os poderes que o senhor quer”.

Mas os ministros militares não lhe deram esse poder. Fizeram, segundo eu sei, toda sorte de apelos quando o Ministro da Justiça comunicou que ele iria renunciar. Houve uma cerimônia militar qualquer no palácio, depois da qual ele comunicou aos ministros que tinha entregue a carta de renúncia.

Nessa altura — há pouco vocês me perguntaram sobre minha reação à renúncia —, minha reação estava um pouco em suspenso, porque o Horta me dissera: “Entreguei a carta de renúncia”, mas não sabia o que tinha acontecido com ela. E houve na Câmara quem pretendesse que o Congresso recusasse a renúncia; houve vários. Não me recordo, no momento, quais, mas posso citar, fora do Congresso, o Ministro João Agripino, que me disse: “Fiz o possível para convencer os senadores e deputados a não aceitarem a renúncia. O Afonso Arinos também. E esses souberam da renúncia pelo rádio.

Aí o Auro de Moura Andrade deu o golpe no Jânio. Ele, que presidia o Congresso, abriu a carta, leu e disse: “Uma carta de renúncia não é suscetível de votação. A renúncia do Presidente da República é um ato de vontade e não depende do Congresso. Está recebida a carta”. E com isso consumou a renúncia. Então, a primeira parte do golpe, que seria uma manifestação do Congresso de apreço a ele, falhou graças ao Auro de Moura Andrade. Quando chegou essa notícia, de um lado eu fiquei tranqüilo. Pensei: pelo menos ditador pelo Congresso não vai ser. Temi um pouco pelos ministros militares. Devo dizer — ele que me perdoe — temi muito pelo Sílvio Heck, porque ele tinha umas idéias um pouco particulares a respeito do que fosse democracia no Brasil, além de ter ambições políticas. Marechal Denys, esse não! Ele tinha participado do 11 de novembro exatamente sob o fundamento de que era preciso manter a ordem legal. Então, pareceu-me muito difícil que o Ministro Denys renegasse seu passado. Ele era, no sentido militar do termo, um democrata; um homem cumpridor da lei, um homem fiel à Constituição. Tinha feito suas revoluções, como toda gente no passado, mas exatamente em defesa desses princípios.

Do Sílvio Heck cheguei a temer. Mas, além do papel secundário que, feliz ou infelizmente, a Marinha sempre desempenhou nos acontecimentos, achava difícil que o Sílvio Heck arrastasse o Almirantado a uma aventura dessa, mesmo que ele quisesse. E achava por várias razões!

Aí soube que o Jânio tinha partido para São Paulo. Telefonei para lá e me informaram que ele estava na Base Aérea de Cumbica recebendo uma série de visitas, do Governador Carvalho Pinto e de outras pessoas apelando para ele voltar atrás. Mas aí não era mais possível.

Surgiram então algumas lendas sobre as quais eu até não devia me pronunciar porque não tenho nenhum elemento que me assegure isso. Não tive como apurar e depois o tempo passou e eu pessoalmente nunca apurei. Dizem que Jânio ficou na Base Aérea de Cumbica à espera das manifestações populares que o trouxessem de volta ao poder. Há até quem diga que, depois de uma espera de duas ou três

horas, ele teve um acesso de choro. Isso é um pouco inexplicável porque, não sendo mais Presidente da República, não havia mais razão para ele estar numa base aérea militar.

Dizem que chorou convulsivamente. Conhecendo, como conheço, o temperamento dele, não acho impossível e acho até normal. Talvez eu fizesse a mesma coisa se estivesse em seu lugar. Ele havia falhado com tudo aquilo que contava: falhou o Congresso, falharam as Forças Armadas, falhou o povo. Então, ele era realmente o ex-Presidente do Brasil. Logo depois embarca sorridente com D. Eloá num daqueles navios mistos, de que ele tanto gostava, para Londres, cidade de que ele também gostava muito.

E ficou o problema da substituição. Os três ministros militares praticamente formaram uma junta, embora não tivesse esse nome, e ficaram gerindo o país. Chamaram o Mazzilli para assumir, mais uma vez. Vocês também vão ver que o Mazzilli, também, é um homem mal julgado. Que ele gostava de usar a faixa presidencial, gostava, mas houve um momento que ele teve uma conduta muito decente, que vou contar mais tarde.

Mas, se essa ditadura pretendida pelo Jânio seria de esquerda, de direita, é impossível definir. Realmente é impossível definir a posição do Jânio, porque ele fazia uma política externa de esquerda e uma política interna de direita\*.<sup>4</sup> Ele dava a impressão de querer neutralizar a hostilidade da esquerda brasileira através da Rússia. (Se é que isso passou pela cabeça dele, mas pela minha passou... Mas talvez seja uma interpretação excessiva minha.) Sabendo, como sei, qual é a posição dominante do Partido Comunista em torno da qual gira a esquerda, porque a esquerda se orientava muito — hoje menos — em torno do Partido Comunista, que era a única força de esquerda organizada que havia no país. E sabendo que o Partido Comunista — o Partidão, o ortodoxo — seguia muito a Rússia, Jânio se aproximava muito da Rússia lá fora, procurando com isso neutralizar a oposição de esquerda a ele aqui dentro.

Mas o fato mais concreto é de que ele fazia uma política de direita no Brasil — de direita no sentido, por exemplo, econômico-financeiro; de direita no sentido de obter o máximo de recursos dos americanos. Era uma política conservadora! E lá fora fazia uma política ultraprogressista, de não-alinhamento, de oposição às colônias portuguesas na África, e de aproximação com a Iugoslávia; de missões do João Dantas, que assinou acordos os mais inverossímeis com países como a Romênia, Polônia e Hungria. Acordos absolutamente inviáveis. Eles nos forneciam máquinas em troca de café. Dinheiro mesmo não havia.

Então criaram-se, inclusive, créditos enormes no Brasil de alguns países e, ao contrário, débitos enormes do Brasil no comércio exterior com outros países, conforme as máquinas que nos mandavam. Missão essa de que o João Dantas se orgulhava muito, confirmando a conversa que tivera comigo em Paris, na qual me falara até de uma aproximação que o Jânio queria fazer com a Argélia, que na época estava nas mãos do Ben Bella, hoje preso.

O fato é que foi uma decepção quando se viu que o Congresso tinha aceitado imediatamente a renúncia e que as Forças Armadas ficaram inertes e não se mexeram. O povo tomado de perplexidade e tomado talvez de uma dúvida moral séria dentro de si: porque se criou em cada cidadão brasileiro uma crise de consciência. Todos se perguntavam: “O que terá havido?! Como é que foi isso?!”

Foi uma decepção universal (estou aqui “chovendo no molhado” porque dessa

---

\* Veja nota no final do capítulo. (N. da E.)

história vocês ainda se lembram), inclusive os maiores adversários, sujeitos que votaram contra o Jânio, tiveram a sensação de pena do país.

E isso... isso foi o principal fator do 31 de março: a despolitização do povo, a decepção do povo. Por isso é que ontem, quando, fora da gravação, depois do jantar, falávamos de AI-5, lembrei que era preciso não esquecer a origem de tudo isso, que é até mais remota, se vocês quiserem, porque vai muito mais longe. Mas a origem mais próxima foi essa decepção do povo com todo o processo democrático, quando o Jânio jogou aquilo tudo para o ar. Então, houve assim uma despolitização rápida, toda gente se desinteressou, toda gente se desiludiu, houve uma sensação de ressaca, como se tivesse havido assim um porre nacional coletivo e no dia seguinte todo mundo estivesse com uma ressaca monumental. E o Jânio tranqüilo lá. Aí colocou-se o problema: a sucessão.

## NOTAS

1 Che Guevara e Lacerda chegaram a Brasília no mesmo dia, 18 de agosto de 1961. O revolucionário e então ministro cubano foi condecorado por Jânio Quadros à tarde e o Governador da Guanabara desembarcou no aeroporto às 20,10 horas, segundo publica *O Estado de S. Paulo*.

O matutino paulista informa ainda que Carlos Lacerda e Pedrosa Horta conversaram até às 4 horas da madrugada e que o governador carioca dirigiu-se ao aeroporto às 7,30 horas da manhã para voltar ao Rio. Diz ainda que antes das 8 horas da manhã o Deputado Meneses Cortes convocava uma reunião da UDN e que "por volta do meio-dia embarcava, em companhia do Deputado Adauto Cardoso, para a Guanabara, levando a incumbência de evitar que o Sr. Carlos Lacerda concretize seu propósito de renunciar".

No dia 20 de agosto, *O Estado de S. Paulo*, em longa matéria comentando o encontro Lacerda-Jânio afirma que "informação fidedigna diz que o Sr. Jânio Quadros revelou preocupação com a situação, decidindo dirigir-se ao Rio, de Vitória, à procura de um novo encontro com o Sr. Carlos Lacerda", o jornal anuncia ainda um encontro dos dois no Laranjeiras e que "o Sr. Jânio Quadros convidou o Sr. Lacerda a viajar amanhã em sua companhia para Brasília."

Como contou no depoimento, Carlos Lacerda não foi a Brasília e no dia 22 de agosto esteve em São Paulo para conferenciar com o Governador Carvalho Pinto. Nessa noite fez também uma palestra para estudantes.

E o teor da conversa de Lacerda com Carvalho Pinto é confirmado em todos os seus detalhes em carta escrita pelo ex-governador paulista e publicada na edição de 10 de agosto de 1977 de *O Estado de S. Paulo*. Nela Carvalho Pinto confirma que

Lacerda contou-lhe as propostas de Horta, as reações dos líderes udenistas, o pedido para a convocação de uma reunião de governadores e até "aludiu a restrições que o presidente fazia à minha orientação política". Diz ainda o Prof. Carvalho Pinto: "Isso é o que ocorreu de verdade, confirmando-se assim, em grande parte, o depoimento de Carlos Lacerda. O mais são aspectos subjetivos ou apreciações pessoais muito próprias de seu conhecido temperamento, mas que em nada interessam à reconstituição histórica do episódio."

2 O incidente com os estudantes em Recife surgiu por causa de uma manifestação destes em apoio a Cuba. O reitor proibiu uma conferência da mãe de Guevara e os alunos da Faculdade de Direito declararam-se em greve, ocuparam a Faculdade e exigiram a demissão do Reitor Soriano Neto.

Soldados da Marinha dispersaram a manifestação com bombas de gás lacrimogênio. No dia 9, em solidariedade aos estudantes de Recife, houve um pequeno conflito em São Paulo, também disperso pela Polícia.

O Senador Daniel Krieger, em seu livro de memórias *Desde as Missões*, conta na pág. 145 que foi chamado pelos Chefes das Casas Civil e Militar e pelo Secretário de Imprensa para uma reunião no Palácio do Planalto. Diz o senador: "Encontrei o ambiente um tanto agitado. José Aparecido achou que devíamos iniciar uma série de pronunciamentos no Congresso, defendendo a atitude do presidente. Discordando da sugestão, ponderei: "O governo não foi criticado. Seria, a meu ver, um erro táctico provocarmos o debate. Devemos aguardá-lo, preparados para uma resposta imediata. Todos os participantes concordaram."

3 Os motivos que determinaram o convite do Sr. Jânio Quadros para o Vice-Presidente

João Goulart visitar não só a China (os antípodas, como se refere Lacerda no depoimento), mas também outros países comunistas, ainda são desconhecidos, principalmente depois de uma série de incidentes iniciados nos primeiros dias do governo Jânio, que determinou a abertura de vários inquéritos nos institutos de previdência, que no governo anterior tinham sido dirigidos por homens do PTB, isto é, indicados por Goulart.

Os incidentes agravaram-se quando, a 19 de maio de 1961, João Goulart, sentindo-se pessoalmente atingido pelos inquéritos, principalmente o do antigo IAPB, escreveu a Jânio Quadros. Os portadores da carta foram o Deputado Almino Afonso e o Senador Barros de Carvalho, que a entregaram ao Presidente da República através do General Pedro Geraldo, Chefe do Gabinete Militar.

O *Jornal do Brasil*, no dia seguinte (20 de maio), publicava que o “presidente abriu-a (a carta) e, depois de lê-la, irritado, quis devolvê-la, dizendo não poder receber um documento grosseiro. O Sr. Almino Afonso recusou-se a recebê-la de volta e retirou-se com o Sr. Barros de Carvalho”.

Nesse mesmo dia 20, João Goulart distribuía um comunicado e divulgava à imprensa a carta que tinha enviado ao Sr. Jânio Quadros. No comunicado afirma que a carta “traduziu apenas a minha reação ante o comportamento leviano das comissões de sindicância...” e conclui dizendo que “a atitude do Sr. Jânio Quadros em face dessa carta não me atinge, nem me retira a serenidade e a compostura que devo e saberei manter, quer como Vice-Presidente da República e Presidente do Congresso Nacional, quer como chefe de um partido...”

Na carta, um pouco mais longa, Jango reclama de seu envolvimento nos inquéritos, diz que há 12 dias espera uma resposta de uma dessas comissões de sindicância, e afirma: “tendo em vista que essas comissões de sindicância são instauradas por determinação do Presidente da República, cabe-me expressar a V. Excia. estranheza pelo condenável procedimento de divulgar imputações como as que são objeto do noticiário dos jornais, sem a concretização que daria oportunidade de demonstração pública do quanto essa conduta é leviana e insidiosa”.

As relações entre os dois “esfriaram”, e no dia 5 de julho a Câmara dos Deputados aprovou o projeto “que autoriza o Vice-Presidente João Goulart a ausentar-se do Brasil, a fim de visitar a China continental, a Austrália, a Polónia e outros países”.

No dia 7, o *Jornal do Brasil* publicou que o Sr. João Goulart “decidiu embarcar ainda este mês, pouco depois do dia 15. Deseja dar a viagem caráter particular, embora

convidado oficialmente, através do Itamarati, pelo Vice-Presidente da China. Quando ocorrer, entretanto, a despedida formal do vice-presidente, o Sr. Jânio Quadros deverá atribuir-lhe uma missão oficial no Oriente”.

No dia 13 de julho, o mesmo *Jornal do Brasil* anunciava a presença de Jango no Planalto e comentava: “o que importa assinalar é que o Sr. Jânio Quadros conseguiu separar o incidente da carta devolvida, reaproximando-se do Sr. João Goulart”. No dia 25, os jornais anunciam a viagem de Jango “em missão oficial do Governo Brasileiro.”

No dia 14 de julho, o jornal publicava: “recomposto com Jânio, Goulart viaja como emissário do Governo ao Oriente. O Sr. João Goulart ao despedir-se do Sr. Jânio Quadros recebeu realmente credenciais para viajar em caráter oficial, na qualidade de emissário do Presidente da República”. O encontro entre os dois demorou uma hora e trinta minutos.

João Goulart embarcou no dia 28 de julho rumo a Paris onde, segundo o JB, “se encontrará com os integrantes da missão no dia 10 de agosto. A missão do Sr. João Goulart na China deverá durar cerca de 20 dias e será estendida a Hong-Kong, Cingapura e Ceilão”.

No dia 25 de agosto de 1961, João Goulart sabe da renúncia de Jânio Quadros ao chegar a Cingapura.

4 A teoria de que Jânio Quadros fazia uma política externa de esquerda e uma política interna de direita está merecendo um estudo sério de pesquisadores. Na política externa, aproximou-se do leste europeu, protestou contra o assassinato de Lumumba, condecorou Che Guevara e não foi hostil a Cuba.

Mas na política interna — em recente entrevista ao *Jornal do Brasil* considerou-se o precursor da política econômica da Revolução — Jânio normalizou as relações com o Fundo Monetário Internacional, estremitadas desde o governo Juscelino. Tanto assim que no dia 14 de março de 1961 o FMI anuncia que apóia e concorda com a nova política econômica brasileira.

Por isso, no dia seguinte (15 de março), o Partido Comunista, na ilegalidade, distribui manifesto de 11 laudas acusando Jânio de “não ser sincero em suas declarações ao povo brasileiro e de que o FMI estava governando o Brasil”.

No dia 14 de abril, Jânio Quadros assina acordo econômico com os Estados Unidos e no dia 5 de agosto envia ao Congresso mensagem propondo lei “para oferecer vantagens de imposto especial às firmas estrangeiras, como incentivo ao maior reinvestimento local dos lucros provenientes de atividades no Brasil”.

No entanto, no dia seguinte de sua renúncia, a Agência Tass anuncia que “foi



resultado da pressão econômica americana", enquanto Fidel Castro afirma ser "um golpe traiçoeiro dos imperialistas". No mesmo dia, o Departamento de Estado Americano diz que são "acusações irresponsáveis de

agitadores internacionais". O governo americano lembra ainda o recente acordo de auxílio econômico e diz: "As relações entre o Brasil e os Estados Unidos são amistosas e íntimas."

## EU NÃO PARTICIPEI DA CONSPIRAÇÃO

DEPOIS DA RENÚNCIA eu fui ao Ministério da Guerra onde estavam reunidos os ministros militares. O general Cordeiro de Farias estava lá, sentado num sofá, lendo jornal, à espera de receber missão, que seria a de ir para Curitiba onde assumiria um comando para enfrentar, caso fosse necessário, o III Exército, que ainda não se tinha declarado contra a posse do Jango.

Enquanto isso João Goulart começa a sua volta da China; chega a Paris de onde mantém uma longa conversa por telefone com San Tiago Dantas, o qual insistia para que viesse tomar posse; e ele, hesitante, querendo garantias. O veto a sua posse foi quase imediato. Houve um famoso comunicado dos ministros militares dizendo que o Sr. João Goulart, por suas relações com os comunistas, etc. e tal, não inspirava confiança ao país. Uma nota nesse gênero.

Mas senti o clima no Ministério da Guerra muito pouco parecido com as consequências desse comunicado; o clima era de grande perplexidade. O Sílvio Heck só dizia assim: “Eu preciso dormir; há três noites que não durmo”. Eu até pensei cá comigo: quantas vezes já me passou de ficar três noites sem dormir. Imagine numa guerra — o sujeito tem de passar três noites numa batalha, como é que vai ser na quarta noite?

Um clima do qual o mínimo que se pode dizer é que era de perplexidade, de hesitação e, se quisermos forçar um pouco a mão, de vacilação. Se, de um lado, não queriam dar posse a Jango, do outro não sabiam o que fazer. E o Mazzilli na presidência... e aquela perplexidade.

Por incrível que pareça — e esse é um outro fato que foi completamente desfigurado e que ainda é quase desconhecido —, minha primeira decisão foi comunicar a meu secretariado, que eu reuni, o meu pronunciamento a favor da posse de João Goulart. Muita gente pensa que conspirarei contra a posse de Jango. Até aquele momento a minha decisão era a favor da posse.

O que me importava acima de tudo — embora eu soubesse que isso ia dar realmente nas piores consequências para o país —, o que eu achava pior ainda era, primeiro, ficarmos sem governo e, segundo, quebrar definitivamente o processo democrático que o Jânio havia interrompido. De qualquer maneira, a culpa não é nossa se o povo elegeu João Goulart. Vamos empossá-lo, vamos vigiá-lo e vamos combatê-lo. E na primeira que ele fizer vamos tirá-lo; não será a primeira vez que isso acontece. Mas vamos ver se ele assume, se assume compromissos, se cumpre, vamos ver... Em todo caso é melhor do que essa situação de uma junta militar, que não é sequer uma junta porque consiste de três ministros militares que estão no posto porque o país não pode ficar acéfalo e que são ministros do Presidente da Câmara.

Volta o Jango, via Montevidéu. Nesse momento, o Brizola começa, através das rádios, a sua campanha “da legalidade”. Mais tarde, ele fez outras campanhas pela Rádio Mayrink Veiga, que comprou do Antenor Mayrink Veiga em troca das dívidas do seu filho Tony no Ministério de Viação e Obras Públicas, isto é, o Tony como empreiteiro tinha recebido adiantamento para uma série de obras que não pôde realizar por qualquer motivo e em troca dessa dívida o Antenor entregou a rádio ao Brizola.

O General Machado Lopes, comandante do III Exército, pronunciou-se pela posse do Jango. Aí começou a desagregação da cúpula militar: Cordeiro de Farias levantou-se do sofá e não foi para Curitiba.

Em dado momento, fui informado de que o Cordeiro estava embarcando para Brasília e que, no aeroporto, já tinha tido um encontro com alguns deputados, quando surgiu, não sei da parte de quem, a idéia de uma fórmula. Sempre a mania farmacêutica brasileira das fórmulas! A fórmula seria a adoção do regime parlamentarista. Usaram esse pretexto, inclusive com o velho Raul Pilla, que se batera a vida inteira por ele. E o Pilla, coitado, impressado num pseudodilema: apoiar o parlamentarismo pelo qual lutou a vida inteira com seu pequeno Partido Libertador — mas um parlamentarismo falso, inteiramente *manqué* —, ou renegá-lo na hora em que afinal havia possibilidade de adotá-lo em face da crise. E como ele sempre dissera que o presidencialismo é que levava a essas crises, era natural que aceitasse a idéia parlamentarista.

Afonso Arinos recentemente tinha se convertido ao parlamentarismo e tinha até escrito uma plaquete explicando como deixara de ser presidencialista: era coisa muito recente que ele publicara, se não me engano na Editora José Olympio. E o Afonso, entre outros, inspirado nessa conversa com o General Cordeiro, apoiou a adoção do parlamentarismo. Cordeiro de Farias procurava desesperadamente uma solução, porque — inteligente como é e conhecedor do meio militar e do meio político — sentiu que no meio militar não havia clima para impedir a posse do Jango sem uma luta armada de resultados duvidosos, e começou a trabalhar o meio político em Brasília para a fórmula parlamentarista.

E os políticos, que tinham passado seis meses em jejum porque o Jânio não lhes dera a menor importância, sentiram que a fórmula parlamentarista, além de resolver aquela crise, lhes convinha profundamente porque vários deles iam ser ministros, e todos, até os que não fossem nomeados para nada, teriam uma enorme importância porque iriam mandar nos ministros. Foi muito fácil vender a idéia. Foi como vender peixe na Sexta-Feira da Paixão! E caminharam para a fórmula parlamentarista.

Aí, realmente, tomei um susto. Porque estava na “cara” que a fórmula era falsa, que não iria funcionar e que servia apenas para dar posse ao João Goulart, que depois passaria ao regime presidencialista de novo e a ditador. Foi a partir daí que comecei a combater a posse do Jango, exatamente a partir da tal fórmula parlamentarista: combater por sua falsidade.

Mas, afinal, depois de muita hesitação da parte do Jango (que teve incidentes sérios com o cunhado, daí veio inclusive uma luta pessoal entre os dois: o Brizola chegou a chamá-lo de covarde, quando ele chegou a Porto Alegre vindo do Uruguai), reúne-se o Congresso e se transforma em Parlamento e

vota, às pressas, a Emenda Parlamentarista.\* Constitui-se o primeiro gabinete, chefiado pelo Tancredo Neves; esse mesmo Tancredo Neves que ainda está aí pregando a democracia.

Nessa altura, era visível que o parlamentarismo não conseguia nem funcionar. Alguns ministros procuraram tomar a sério o regime; procuravam dar mais satisfações ao Congresso do que ao Presidente da República; outros, ao contrário, nunca tomaram a sério o governo parlamentarista.

Logo depois começou a crise, muita agitação, muita guerra branca, represálias contra o Estado da Guanabara: represálias de ordem financeira, represálias de ordem política, greves, agitações sindicais, e aquele clima que vocês já conhecem. Como é claro, minha apreensão crescia a cada dia. E, ao lado disso, tinha o meu trabalho normal, vamos chamar de “rotina”, isto é, as obras, os serviços — o Estado tinha que funcionar. E em cima disso aquela sobrecarga — um problema nacional que a gente sentia crescer. De repente, lança-se a campanha do plebiscito popular: parlamentarismo ou presidencialismo? Essa campanha foi, em grande parte, financiada pelo José Luís Magalhães Lins, sobrinho do Magalhães Pinto, e por outros banqueiros, aos quais, por intermédio do José Aparecido e de outros elementos, a Presidência da República recorreu para o financiamento da campanha. O resultado do plebiscito era, evidentemente, esperado.\*\*

O parlamentarismo não era uma idéia popular no Brasil e, mais do que impopular, era desconhecida. Aquele parlamentarismo que estava ali era evidentemente falso e postiço; o povo não se sentia governado e o problema foi se agravando no país porque aquilo não era governo, não funcionava. O Jango ganhou a batalha do plebiscito e voltou o presidencialismo.

No primeiro momento, ainda achei, apesar de tudo isso, que o país atravessaria um período difícil, com os governadores eleitos e um presidente que mal ou bem tinha sido eleito, mas que voltaria ao regime anterior. Aí o Jango cometeu o grande erro de sua vida, que já explico.

É preciso compreender um pouco o temperamento dele para se compreender esse erro. Pelos meus raros contatos com ele, mas sobretudo por esse de Montevideú, espero poder fazer justiça a uma certa qualidade sua e a um grande serviço que prestou ao Brasil. Ele tinha o gosto do poder. Mas não o tal gosto do poder a que me refiro, não era o poder para fazer as coisas; era o poder pelo poder, era o poder para beneficiar os amigos, era o poder para fazer “cosquinhas” nos adversários; era o poder, enfim, que eu chamo de provinciano.

Bem, começou a agitação da Reforma Agrária. Na UDN, como sempre, uns sujeitos queriam se antecipar e ficaram mais reformistas do que o próprio Jango. Apresentavam-se projetos os mais estapafúrdios a respeito. A Reforma Agrária girava toda não em torno do uso da terra, mas em torno da propriedade da terra, quer dizer, a Reforma Agrária ia ser feita nos cartórios, e ia-se distribuir terras a pessoas que não tinham condições de explorá-las. Houve, inclusive, algumas tentativas. Há um lugar perto de Parati — entre o Estado do Rio e São Paulo — onde foi feita uma experiência. Distribuíram terras e

---

\* A Emenda Parlamentarista foi promulgada em sessão solene no dia 3 de setembro de 1961. Foi aprovada no dia 2 por 235 votos contra 55 na Câmara dos Deputados e 47 contra 5 no Senado Federal. (*N. da E.*)

\*\* Plebiscito realizado a 6 de janeiro de 1963. (*N. da E.*)

mandaram gente de uma porção de Estados para lá. Há pouco tempo passei por lá: tem um botequim, quatro ou cinco templos de religiões diferentes e até índio que apareceu para a Reforma Agrária. Tinha um sujeito que só falava no Evangelho e citava a Bíblia, e uns pobres lavradores fazendo uma agricultura de subsistência da mais miserável que se possa imaginar, trabalhando na enxada, plantando um feijãozinho para comer, e nada mais. Essa foi a Reforma Agrária que eu vi.

O grande erro do João Goulart foi exatamente este: começou a agitar o país. E quem está no poder deve ter interesse em ordem, não em desordem. Esse foi o grande erro. Quem está no poder deve ser o último a querer a desordem, porque não tem nada a lucrar e tudo a perder. Se ele mantém a ordem no país, poderia até conseguir algumas reformas, que acredito desejasse promover. Falava-se muito de reforma, mas iniciativa de reforma ninguém tomava realmente. Quem a tomou, mais uma vez, foi a UDN. Um deputado qualquer apresentou um projeto de Reforma Agrária; desses projetos que o sujeito apresenta e se desinteressa e que por isso não vai adiante. Em suma, começou a agitação, agitação que culminou, depois de várias tentativas, passeatas da UNE, etc., no famoso comício...

Antes de chegar a esse comício, tentou pedir o estado de sítio, alegando que eu fazia agitações no Rio. Isso por causa de uma entrevista que dei a um jornalista americano.\* Esteve comigo, levado pelo Alfredo Machado (que servia voluntariamente de agente de imprensa com os correspondentes estrangeiros) um correspondente do *Los Angeles Times*. Dei uma entrevista muito franca dizendo que o país estava em perigo e num clima de agitação insuportável. Essa entrevista foi reproduzida no Rio e interpretada de novo como um ato de traição à pátria. Houve quem sugerisse que eu desmentisse a entrevista. Eu não a desmenti por duas razões: primeiro, porque a tinha dado; segundo, porque o jornalista tinha gravado a entrevista. E quando inclusive quiseram que ele desmentisse, disse: "Não, não desminto porque está gravada aqui".

Ameaçaram esse rapaz até de expulsão, mas ele foi decentíssimo. Gravou a entrevista e publicou tal e qual; tudo aquilo que eu tinha dito mesmo. Mas isso e outras coisas serviram de pretexto para o pedido de estado de sítio, que falhou. Já tinha havido a tentativa de intervenção na Guanabara, intentada pelo Primeiro-Ministro Brochado da Rocha, do Rio Grande do Sul, contra o qual fiz um pronunciamento muito violento, talvez excessivo, porque o pobre do homem não tinha estrutura para esse tipo de coisa, de forma que não resistiu e acabou indo embora muito desgostoso e profundamente abalado. Parece até que era um homem bem intencionado, mas absolutamente incapaz de assumir aquela função.

Essa tentativa de intervenção na Guanabara, por incrível que pareça, foi barrada pelo governador Miguel Arrais, que fez o seguinte raciocínio e mandou me comunicar: a intervenção começa na Guanabara e acaba em Pernambuco; o Lacerda cai primeiro como reacionário e depois caio eu como comunista. E mandou dizer ao Jango que não contasse com ele nem com a bancada de Pernambuco e nem com o PTB de Pernambuco.

Aí começou uma reação realmente muito forte em toda parte contra a idéia de estado de sítio. Por que estado de sítio? Só porque existia um governador, no Estado da Guanabara, contra o presidente da República? Mas isso não bas-

---

\* Veja nota no final do capítulo. (N. da E.)

tava para decretar estado de sítio. Então o Jango sofreu uma derrota absolutamente desnecessária, porque ele não precisava de estado de sítio. O único estado de sítio que poderia ser necessário ao país seria contra ele, uma vez que a agitação partia nominalmente dele, Jango, mas na realidade era muito do Brizola, que ele não conseguia conter e cuja ambição era ilimitada, pois ele tinha o propósito de suceder ao Jango ou depois de seu mandato ou mesmo antes, ou durante, auxiliado por alguns elementos do gabinete do Jango, inclusive o General Assis Brasil, mesmo que garantiu ao Jango que ele tinha um dispositivo militar invencível.

Para vocês terem uma idéia do clima que se vivia então, sou obrigado a saltar um pouco adiante e me referir a esses papéis do Departamento de Estado Americano que foram divulgados outro dia, e que só divulgaram o óbvio. Lamento que o governo francês não tenha a mesma política do governo americano e que não publique, passados alguns anos, os relatórios que recebe. Digo isso porque, quando mais tarde fui incumbido de uma missão à Europa e aos Estados Unidos para explicar a Revolução — incumbido pelo Marechal Castelo Branco já presidente —, um deputado francês (cujo nome não posso dizer, mas que até freqüenta muito o Brasil, e nesse tempo era amigo pessoal e tinha negócios — não sei de que natureza — com o Ademar de Barros), pois esse deputado francês me procurava muito no hotel onde eu estava, o Plaza Athenée. Me procurava a tal ponto que um dia, às oito e meia da manhã, ele já estava lá.

Eu estava no hotel nesse dia com o Walter Cunto, o Roberto Abreu Sodré e minha mulher, ainda de *robe de chambre*; quando passava pelo quarto da minha sobrinha, que ficava ao lado, ela abriu a porta e perguntou: “O Consulado já abriu?” Ela gosta de umas frases meio irônicas. Ele ficou encabulado, porque naquela altura estava se oferecendo para me trazer os relatórios secretos da embaixada francesa mandados ao Quai d’Orsay até 31 de março de 64.

Ele entregou-me os documentos pedindo que ficasse com eles apenas 24 horas porque precisaria devolvê-los. É claro que, imediatamente, providenciei com o Cunto uma máquina de fotocópia e fomos para o quarto da minha sobrinha. Passamos o dia lá, fotocopiando todos aqueles relatórios que mandei para o Presidente Castelo Branco, como era do meu dever. Porque, se me deram aqueles documentos, não me deram à toa, quer dizer, não me deram para eu decorar, porque seria impossível decorar toda aquela papelada em 24 horas. Era evidente que me deram para eu copiar, e eu fiz a vontade de quem me deu. Não guardei cópia nenhuma. Mandeí todas para o Presidente Castelo Branco, como era do meu dever. Foi uma parte absolutamente inesperada da minha missão.

E os relatórios da embaixada francesa eram o oposto dos relatórios da embaixada americana. Inclusive eu tinha vontade que eles fossem publicados porque seria um cotejo muito interessante. O tom geral dos relatórios da embaixada francesa era o seguinte: “Há um grupo reacionário muito ligado aos americanos que pretende derrubar o Presidente João Goulart, mas este tem o apoio dos trabalhadores. O resto é uma massa que está indiferente. O presidente tem um dispositivo militar invencível, absolutamente mobilizável a qualquer momento a favor do seu mandato. Não há o menor perigo; a situação do Presidente João Goulart é absolutamente estável e o Brasil caminha para grandes reformas, etc.” Esse era o tom geral dos relatórios da embaixada francesa. O

que mostra que os serviços de informações estrangeiros também têm suas falhas e suas predileções.

Mas saltei adiante para contar a história dos relatórios. Voltemos atrás para falar do atentado que quase sofri na porta do Hospital Miguel Couto. Certa manhã marquei uma série de visitas a obras e serviços, e para inaugurar, no centro da cidade, o Centro de Computadores da Secretaria de Finanças, na Rua da Alfândega. Logo de manhã comecei a visita pelas obras do Hospital Miguel Couto, no Leblon, e de lá fui visitar outras obras. Por volta das 11 da manhã, quando cheguei à Secretaria de Finanças para a inauguração do Centro de Computadores, já havia um desenho da minha cara, ou da cara de alguém, feito pela máquina (desses desenhos que se fazem com computadores). Estavam lá o Secretário de Finanças e várias autoridades do Estado.

De repente, chega o Borer\* e me diz: “Governador, a situação é muito grave. O senhor está sendo procurado na cidade por uma tropa do Exército incumbida de prendê-lo”. Eu disse: “Mas prender como? Eu não posso me deixar prender!” Até hoje o Fernando Delamare\*\* conta essa história: ele estava com outros na porta de uma fábrica que se inaugurava naquele dia e que fora financiada pela COPEG — Companhia Progresso do Estado da Guanabara —, que tínhamos fundado para dar estímulo à indústria. Então estavam todos esperando a minha chegada para a inauguração, mas passei, dei adeus e segui em frente sem parar o automóvel. Não deixei ninguém ir comigo no automóvel, a não ser o chofer (inclusive quis dispensá-lo, mas ele fez questão de ir comigo). Pedi uma arma emprestada (não sei a quem, mas creio que ao próprio Borer) e fui para o Palácio Guanabara esperar a tal prisão. Evidentemente, sem nenhuma bravata, eu não ia me deixar prender.

Depois, no Guanabara, soube do que se passara. De madrugada, no Palácio Laranjeiras, depois de muito uísque, um oficial do Exército que tinha o apelido significativo de Faz-Tudo\*\*\* — não me recordo o nome dele — sugeriu a minha prisão ao General Assis Brasil. Se o Jango foi ouvido sobre isso e se concordou ou não, não sei e não tive como perguntar-lhe sem perturbar a nossa conversa em Montevideú; isso porque não fui ao Uruguai fazer histórias, e sim para um outro tipo de coisa.

Sei que a ordem foi dada pelo tal Faz-Tudo, em nome da Presidência da República a um quartel da Vila Militar — e quem a recebeu foi o Coronel Francisco Boaventura (irmão do Costa Cavalcanti, que foi ministro e hoje é diretor da Itaipu), que eu conhecia daquelas longas conversas de outros tempos, mas com quem não tinha a menor intimidade.

O Coronel Boaventura ponderou que uma ordem para prender um Governador de Estado, sem mais aquela, e ainda mais pelo Exército, equivalia a um atentado, que o Exército não devia aceitar uma missão dessas, e que em todo caso seria impossível cumprir aquela ordem sem que ela fosse dada por escrito. Mas o sujeito se recusara a dar a ordem por escrito. O Boaventura foi ao telefone e avisou a meu Secretário de Segurança. Daí é que eu soube.

E soube, depois, mais: que contra as ordens do Coronel Boaventura, que foi neutralizado imediatamente e afastado das decisões, saiu uma tropa do

---

\* Cecil Borer, delegado do DOPS. (*N. da E.*)

\*\* Fernando Delamare, diretor da COPEG no governo Lacerda. (*N. da E.*)

\*\*\* Faz-Tudo era o apelido do General Alfredo Pinheiro, Comandante da Brigada de Pára-quedistas. Veja nota no final do capítulo. (*N. da E.*)



Quartel da Vila Militar para me prender. A prisão deveria se dar no Hospital Miguel Couto, que fazia parte do anunciado itinerário das minhas visitas daquele dia. Eles vieram da Vila Militar pela Barra da Tijuca, pela Avenida Niemeyer. Mas aconteceu que uma das viaturas — eram duas, creio — enguiçou no caminho; então a expedição atrasou e eu já tinha saído do Hospital Miguel Couto. Francamente, não sei, até hoje, se chegaram a ir ao Hospital Miguel Couto. Fiquei esperando no palácio a prisão, à qual evidentemente ia resistir. Sei que a ordem era: “Se houver resistência, matar!”

A essa altura é evidente que senti que a coisa tinha chegado a um grau bastante perigoso. Mas isso também agravou, digamos, o estado de *mauvaise conscience* do Exército. Começaram a sentir que estavam se transformando em janízaros e até incumbidos de missões que antes eram atribuídas ao “Tenente” Gregório. E o Exército, se não tomasse cuidado, se transformava em carrasco... E isso acelerou muito o processo de resistência ao Jango.

Tudo isso se agravou tremendamente com o comício da Central, que foi garantido pelo Exército, com tropas do Exército em volta para resguardar a ordem no comício; ônibus e trens especiais fretados para trazer gente de toda parte. Um comício colossal, realmente. O Jango chegou um pouco atrasado e o Brizola fez um discurso inflamadíssimo, da maior provocação. O Jango fez um discurso um pouco mais moderado, mas, em todo caso, para Presidente da República, bastante provocador também.

Bom, isso, evidentemente, aumentou ainda mais o clima de apreensão das Forças Armadas, da classe média e das classes conservadoras e, até — coisa que nunca tem sido posta no devido relevo — dos trabalhadores. Porque, na verdade, a maioria das greves — não digo todas — era decretada pela cúpula do sistema trabalhista oficial e alguns operários eram impedidos até pela força de comparecerem ao trabalho, e outros simplesmente não compareciam por medo. Tinham uma atitude — vamos dizer — passiva, não era contra a greve, mas isso não queria dizer que fossem a favor. Eram greves oficiais, decretadas de cima para baixo. Algumas, não; dentro desse clima havia greves até justas.

E nós num problema sério, com a Polícia insuficiente, porque, entre outras coisas, o governo federal tinha baixado um decreto dando aos antigos policiais da Guanabara — Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil — o direito de optar entre ser federais ou estaduais. Ora, na área federal eles tinham muitas outras vantagens, de toda ordem, inclusive financeira. Então isso nos esvaziou.

A Polícia Militar do Rio de Janeiro, que tinha um efetivo, creio, em torno de seis mil homens, passou a dois mil e poucos. Então, tivemos que abrir um recrutamento para a Polícia Militar a toque de caixa, para garantir a ordem na rua e a segurança da população, não era para fins militares, porque a Polícia Militar, inclusive, não tinha armamento. Enfim, para manter um policiamento ostensivo que não deixasse a cidade entregue aos ladrões e aos salteadores!

A Polícia Civil esvaziou-se muito e até o Corpo de Bombeiros se esvaziou bastante com a tal opção. Mas ficou um número considerável deles, dentro do Rio de Janeiro, ganhando do governo federal sem fazer absolutamente nada. E muitos deles empregados no trabalho de agitação, inclusive alguns velhos elementos da Polícia que, por envolvimento na corrupção com os bicheiros, com o lenocínio e outras coisas, eu tinha posto na “geladeira”. É muito difícil

provar esse tipo de corrupção num inquérito; não se obtém uma confissão de um crime desse por parte de quem dele participou. Então, eu me contentava em deixar delegados, comissários, investigadores, etc., na “geladeira”, isto é, sem função nenhuma. De sorte que estávamos esvaziados na Guanabara. O governo federal praticamente cortou todas as verbas orçamentárias do Estado, muitas delas, aliás, obtidas pelo político que mais prestou serviços à Guanabara como senador, e até hoje é meu amigo: ele foi presidente do Senado e, por estranho que pareça, era do PSD — o Gilberto Marinho — que hoje é presidente da DATAMEC, uma empresa de computação do meu filho.

Nesse período houve até sonegação do arroz ao Rio que o Brizola promoveu. Houve toda sorte de represálias desse tipo. Eles seguraram o arroz no Rio Grande do Sul e faltou arroz no Rio.

Bom, depois do comício da Central, que apesar de garantido pelo Exército alarmou muita gente, em São Paulo o famoso movimento da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que começou a ser organizada também no Rio por um general que mobilizou uma série de senhoras e instruiu-as como é que se faz uma passeata. Evidentemente, o propósito era motivar e mobilizar o povo para que não houvesse perigo de um golpe militar sério, para o qual, não havia, creio, ambiente. Então foi-se criando um estado de espírito na opinião pública, muito mais movido pelo desassossego, pela inquietação, pela paralisia dos negócios, — pela desordem em suma —, do que por qualquer razão de ordem política direta e muito menos ideológica. Havia um cansaço daquele clima de agitação permanente.

Pelo menos estou me referindo ao Rio, que foi o que vi. Mas creio que em São Paulo fosse a mesma coisa. No Estado do Rio chegou a haver invasões de fazendas. Por exemplo: um rapaz italiano, casado com uma amiga de minha nora, tinha vindo para o Brasil com a mulher e os filhos e comprou uma fazenda em Magé, onde pretendia desenvolver, creio, criação de galinha. A fazenda foi invadida e quando ele pretendeu resistir foi assassinado. Isso não aconteceu só em Magé nem só com esse italiano, isso aconteceu em numerosas partes do Brasil e com numerosas pessoas. Em várias partes do país houve mortes de parte a parte, houve assaltos a fazendas, houve ocupação de terras, houve vítimas, etc.

O Seixas Dória, em Sergipe, e o Mauro Borges, em Goiás, estavam até certo ponto comprometidos com essa situação. O problema do Mauro Borges — parece — é que ele tinha um ou dois secretários comunistas, mas ele mesmo não era. Era favorável a uma série de reformas; era um progressista ou pretendia ser, mas não era comunista. Mas havia comunistas no governo dele.

As informações que eu recebia através da Polícia em geral eram cômicas. Eu ainda tenho várias que vinham com a anotação de “confidencial”, mas que eram compilações de tudo que os jornais haviam publicado. Por exemplo: “Está anunciada, para amanhã, uma greve dos tecelões”. Já tinha saído no jornal naquele dia. “Reúne-se, hoje, o Sindicato tal...” Estava no jornal. E o que não era noticiado pelos jornais e transcrito a máquina no boletim que a Polícia me dava todo dia, eram conjecturas; algumas improváveis; outras improváveis no sentido de impossíveis de provar; outras, improváveis no sentido de que eram inviáveis.

Mas, quando começou efetivamente a fase de conspiração para a derrubada do Jango, não sei. E não sei por uma razão que pode parecer muito estranha: não participei da conspiração. A uma certa altura, minha conspiração

consistiu em atos políticos ostensivos. Eu fui a Minas, onde o Magalhães Pinto fazia uma política um pouco dúbia, porque ele apoiou muito o Jango e apoiou inclusive a campanha do plebiscito. Magalhães que me perdoe, mas eu suspeito que ele tinha uma idéia um pouco utópica de que talvez o Jango viesse a tentar uma conciliação fazendo-o candidato à sucessão. Isso é suposição minha. O fato é que, nessa época, a aproximação dele com o Jango era muito estreita e notória; aliás, mais do que notória, porque há um episódio a relatar que acho que tem certa importância: quando, no dia 31 de março, o Governador Arrais foi preso e levado para Fernando de Noronha, um certo coronel do Exército foi incumbido de interrogá-lo. Uns dias depois do movimento, o Arrais, em Fernando de Noronha, sem saber de nada do que se estava passando no Brasil, inteiramente sem notícias, perguntou ao coronel, durante o depoimento: “O que está acontecendo? Há luta no Brasil?” O coronel respondeu: “Não, ao contrário, o Governador Magalhães Pinto foi quem tomou a iniciativa civil e saiu com as tropas de Minas...” O Arrais disse: “Mas o Magalhães Pinto? Ele tinha compromisso conosco e era um dos nossos líderes!” Dizem que isso está no depoimento dele. Eu nunca vi.

O fato é que no meio militar do 31 de março houve uma grande prevenção contra o Magalhães Pinto, inclusive no governo Castelo Branco. Prevenção que dura até hoje, mas que, em todo caso, ele conseguiu neutralizar, de certo modo, no governo Médici, e agora, a ponto de se transformar em Presidente do Congresso. Mas como uma forma muito elegante, muito diplomática e até muito hábil de neutralizá-lo. E no governo Costa e Silva ele foi convidado para ministro, só que, enquanto esperava ser Ministro da Justiça, foi feito Ministro das Relações Exteriores, onde se sentiu um peixe fora d'água. Enfim, estava tão deslocado lá quanto o Nei Braga está hoje no Ministério da Educação.

Então, como disse, minha conspiração consistiu em atos políticos notórios, declarados. Não foram por debaixo da mesa. Eu fui ao Magalhães Pinto e me entendi com ele. Disse: “Magalhães, vamos ter que tomar uma posição, vamos ter que tomar uma atitude; não podemos ficar calados nem parados diante disso, não podemos deixar o país se esfaquear! Afinal de contas somos governadores de Estado, eleitos, tão eleitos quanto o Jango.”

Fui a São Paulo e procurei o Julinho Mesquita e lhe disse: “Dr. Júlio, tenho uma notícia muito desagradável para lhe dar, mas conto com seu espírito público para compreender o assunto. Quero lhe comunicar que vou me encontrar com o governador Ademar de Barros.” Ainda me lembro do comentário do Julinho: “Realmente, é preciso que esse país tenha chegado a uma situação muito triste e muito grave para que um homem como o senhor tenha que se encontrar com um homem como o Ademar de Barros! Mas compreendo perfeitamente, porque o senhor está cumprindo um dever.

Aí procurei o Ademar e almocei com ele no palácio. Ele foi gentilíssimo e até me mostrou uma Nossa Senhora da Aparecida em cima da mesa. Nessa altura, o Coronel Borges tinha me dado um aparelho chamado misturador, que é um aparelho que se põe no bocal dos telefones em que se está conversando, e quem estiver interceptando a linha não entende nada. Eu dei o aparelho ao Ademar: “É bom o senhor guardar isso, porque nós vamos precisar desse negócio”. (Depois vocês vão ver o que aconteceu com esse aparelho!)

Nessa altura havia também a posição da imprensa, que era quase unânime contra a agitação, contra o Jango, etc. Até o próprio *Correio da Manhã* — que se tomara de um ódio terrível contra mim, a ponto de o Alvaro Lins es-

crever um editorial dizendo que toda a história da Toneleros era uma farsa, e que eu, quando fui ferido, estava fugindo, que tinha tomado um tiro na sola do pé e não no peito do pé — ficou contra o João Goulart. Eu procurei um entendimento com o Chateaubriand, que já estava inválido, muito doente, falando com dificuldade e sentado numa cadeira de rodas, e o sondei sobre a possibilidade de uma reconciliação com o Julinho Mesquita. O Chateaubriand, na mocidade, tinha sido muito amigo do Julinho; depois tiveram brigas ferozes. Os amigos se meteram para impedir que o Chateaubriand resolvesse contar a vida privada do Julinho ou coisas semelhantes, então viviam num estado de guerra permanente. Então, encontrei no Chateaubriand a melhor receptividade. Posso até dizer com certa alegria, a alegria de um sujeito que, no fim da vida, quer ficar bem com o mundo.

E lá foi o Julinho, com os três filhos, à casa do Chateaubriand. Vem descendo na cadeira de rodas aquela figura patética, com uma farda da Força Pública de Minas Gerais, e diz: “Oh, Julinho!” Foi uma cena realmente muito emocionante, sobretudo para mim que tinha sido o fator dessa aproximação; além da reconciliação do Dario de Almeida Magalhães, que, no caso, tinha uma importância política relativa, porque o Dario estava fora, mas estava muito atuante. E do Raphael, filho do Dario e afilhado do Chateaubriand, que levei também. Enfim, comecei uma série de transas políticas e jornalísticas que servissem para essa motivação do povo. Quer dizer, a minha parte na conspiração foi realmente essa.

Até que o General Mourão me procurou. Esse nunca escondeu e falava abertamente, o tempo todo, em revolução e conspiração. E tinha havido um fenômeno muito curioso com o General Mourão que, quando jovem, tinha sido integralista. Um dia, no Estado-Maior, apareceu um documento preparado pelos integralistas como uma espécie de estudo do que seria uma revolução comunista no Brasil. Então, segundo a versão catastrófica dos integralistas, as donzelas seriam violadas, as igrejas seriam saqueadas, etc. Aí o General, naquele tempo Capitão Mourão, levou esse documento ao General Góes Monteiro, que era chefe dele e Chefe do Estado-Maior. Conta o Mourão que disse ao Góes Monteiro: “Isso é um estudo preparado pelos integralistas. O senhor sabe que sou integralista, mas é um mero estudo, não é um documento do Partido Comunista!” O Góes disse: “Deixa isso aí que pode ser útil”. Levou o documento ao Getúlio com o nome de Plano Cohen\* e convenceu o Getúlio, ou não convenceu, mas enfim disse ao Getúlio que era um documento apreendido numa das células do Partido Comunista.

Essa história, naquele livro *O General Góes Depõe*, está completamente deformada. O Lourival Coutinho, autor do livro, colheu o depoimento do Góes, mas o depoimento é mentiroso. O Góes, para ficar bem, deixou o Mourão mal, apresentando-o como o autor do Documento Cohen. Conta, inclusive, uma cena que é visivelmente falsa: conta, se não me falha a memória, que o então Capitão Mourão, se ajoelhou a seus pés chorando e pedindo perdão. Eu não vejo a viabilidade dessa cena.

Sobre o Mourão Filho, tenho outra história importante: então, já coronel, ele era o chefe da Comissão Técnica de Rádio e foi o homem incumbido de impedir a minha ida à televisão e ao rádio. Um dia falando sobre isso na

---

\* O Plano Cohen foi um dos pretextos para a implantação do Estado Novo. (N. da E.)

Câmara, disse: “Nem por acaso o homem que impede que um deputado fale na televisão e no rádio, no regime que se diz democrático do Presidente Kubitschek, é o famoso Coronel Mourão, autor do Plano Cohen que serviu de pretexto para o golpe de estado”. No dia seguinte isso saiu nos jornais. Recebi um telefonema do Coronel Mourão, que me disse: “O senhor me perdoe a ousadia, mas gostaria de lhe pedir o obséquio de vir aqui à sede de minha repartição (que era onde é hoje o BNH, pegado ao prédio da Esso, na Avenida Presidente Wilson).”

Subi e conheci pessoalmente o Coronel Mourão, que me contou a seguinte história: “Deputado, acredito muito nas coisas que o senhor diz e não gostaria que o senhor repetisse essa infâmia. Não sou o autor do Plano Cohen. O que realmente sou é um velho amigo e colega do Juscelino. Ele me pôs aqui, entre outras razões, para eu impedir a sua ida à televisão e ao rádio. Tenho essa missão, não escondo, tenho cumprido e pretendo cumpri-la até o fim. Enquanto o Juscelino me der ordens, cumpro e o senhor não fala na televisão. Mas isso não impede que eu tenha muito apreço pessoal pelo senhor e respeito o suficiente a sua palavra para que o senhor não repita uma infâmia. Isso é uma infâmia!”

Aí, coitado, ele se abriu ainda mais, porque era homem muito sentimental, e me disse: “Sou viúvo, minha mulher morreu. A única coisa que quero da vida, hoje, é que a minha vida acabe o mais rapidamente possível para me unir a ela no céu, porque sei que ela está no céu. Hoje sou um homem completamente desligado de qualquer ambição e de qualquer sentido na vida.” Isso em pleno governo Juscelino Kubitschek.

Passam-se os anos e encontro o General Mourão, em São Paulo. E ele não falava de outra coisa senão em revolução. Mas falava abertamente, chegando a ser até inconveniente. No *hall* do hotel ele me disse: “Precisamos derrubar isto, isto não pode continuar assim!” Falou na maior exaltação, porque era um emocional.

Mas o que sei do começo da Revolução é que a primeira ordem foi comunicar ao Governador Magalhães Pinto que a Revolução estava na rua, e que se ele não aderisse seria preso. O Magalhães, então, tomou o bonde da Revolução imediatamente, e tomou a frente.

Quanto a essa minha fama toda de derrubador de governos, de ter sido sempre meio conspirador, exagerando um pouco, posso dizer como o Brigadeiro Eduardo Gomes, que me contou nunca ter conspirado na vida. E por incrível que pareça, é verdade: ele participou das coisas, tomou a frente das coisas, mas conspiração no sentido de conjuração e de se reunir secretamente, não fazia, não era o seu gênero absolutamente. Ela era o chefe que tomava a frente na hora. Mas no meu caso, era muito difícil conspirar porque eu era vigiadíssimo. E os próprios militares não queriam muito contato direto comigo, porque ficava evidente demais.

Daqui a pouco vocês vão ver qual era realmente a idéia, quer dizer, qual era a idéia de manobra, e em que termos estava o plano militar. Devo dizer que nessa altura... (de vez em quando, tenho que saltar um pouco, porque as coisas se passam simultaneamente). Me contou o Renato Archer, que é um homem muito veraz e que foi o sub-San Tiago Dantas, quer dizer, foi o Vice-Ministro das Relações Exteriores de um dos gabinetes do Jango, que certa vez o San Tiago foi a Recife, por qualquer motivo, e foi a um jantar no Palácio das Princesas oferecido pelo Governador Arrais. Nesse jantar, não sei se estavam

outras pessoas, sei que estava o San Tiago Dantas, o Renato Archer e o General Castelo Branco, então Comandante do IV Exército. E que o Arrais numa certa altura disse: “Vejam a intriga entre nós como está! Até com o General Castelo Branco têm procurado me intrigar”. E que o Castelo disse: “Governador, não acredito nessa lenda e o senhor conte comigo, porque enquanto eu estiver aqui nada lhe acontecerá”. Isso me foi contado pelo Renato Archer, homem que nunca surpreendi numa mentira e tem memória de anjo.

Bom, voltando à situação, sentíamos que estava preparado o negócio. E eu senti por sintomas como este: o Luís Carlos de Oliveira, que era uma espécie de tenente-civil do Cordeiro de Farias, meu velho colega de colégio e faculdade, me procurou para eu ter um encontro com o Cordeiro de Farias. Então, esse foi o encontro que eu tive com um oficial-general, em casa do Luís Carlos, que morava na Rua General Polidoro. E lá conversamos sobre a situação insustentável em que estava o país. Mas conspirar, não. Não se combinou nenhuma saída de Exército para lugar nenhum, nem o que eu faria, nem o que ele faria. Apenas trocamos idéias sobre as quais evidentemente estávamos de acordo. Eu tinha notícias pelo coronel Heitor Linhares, que foi meu assistente militar.

Aqui preciso explicar que os oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica que serviam no meu governo foram afastados pelo Jango, que mandou todos embora com uma única exceção: eu tinha feito uma Companhia Telefônica a fim de pôr telefones na zona rural, onde a Light não punha telefones porque não lhe era rendoso. Criamos a CETEL (Companhia Telefônica do Estado da Guanabara), contra a vontade da Telefônica. E como os técnicos de telefone disponíveis eram todos funcionários da Light, que era a companhia que tinha o monopólio desse serviço (com exceção exatamente da zona rural), então eu tive que me socorrer dos oficiais de comunicação que eram técnicos nesse assunto; enfim, eram os que mais entendiam, fora do meio civil, porque os poucos que entendiam estavam todos trabalhando na Light.

E chamei o Coronel Gilberto Sampaio de Toledo, que hoje, se não me engano, é um dos diretores da Light, em São Paulo, e que era também um daqueles velhos companheiros do tempo da campanha da Televisão Tupi contra a *Última Hora*. Com ele deu-se um fenômeno curioso: o chefe-do-gabinete do Ministro da Aeronáutica (esse ministro não mandava nada), era o Brigadeiro Francisco Teixeira, comunista convicto, sincero e honesto, homem profundamente de bem. O Brigadeiro Francisco Teixeira chamou o Toledo e disse: “Nós temos ordens aqui de tirar todos os oficiais que estiverem a serviço do governo da Guanabara, onde quer que estejam. O Coronel Linhares voltou para o Exército e já foi para Juiz de Fora. Você vai ficar porque você está fazendo um excelente serviço de instalação de telefones, que é essencial a qualquer regime; e quando implantarmos o governo que queremos, vamos usar os telefones que você está instalando. Você fica mas os outros vão embora, afastados compulsoriamente.”

Se eu tive a curiosidade, quando governador, de pedir a minha ficha no Departamento de Ordem Política e Social, para ver o que dizia? Ah, vi. Foi engraçadíssimo. Quase tudo, por acaso, era verdadeiro. Mas as coisas mais importantes não estavam lá. Tinham umas coisas, como sempre, tiradas do jornal, coisas notórias, como: pertenceu à Aliança Nacional Libertadora; leu o manifesto do Luís Carlos Prestes. Tudo que tinha saída nos jornais estava na ficha. De secreto propriamente não tinha nada.

Mas se a Revolução sairia, independente de qualquer tipo de ajuda? Vou além: não acho que sairia independente, eu acho que saiu independente de qualquer ajuda. Não tenho a menor dúvida. E, por outro lado, não havia como dar ajuda, porque, qual era a idéia? O desembarque de tropa estrangeira? A tropa brasileira estava toda contra. E quem não estava contra, aderiu. Poderia ter-se dado o caso, por exemplo, do General Amauri Kruehl, por fidelidade e por amizade ao presidente, se recusar a participar ou abrir hostilidade. Mas o General Kruehl, em primeiro lugar, era anticomunista, dos mais anticomunistas; e, em segundo lugar, é preciso se habituar — é difícil se habituar que não passou por essas coisas — com essa idéia, que eu não sei se é boa ou se é má, não quero julgar, de que os movimentos armados no Brasil se fazem um pouco por contagem de pontos. Não quero caricaturar nem ridicularizar as Forças Armadas, não é com esse espírito que digo isso. O que digo é o seguinte: chega um ponto de saturação, um ponto de maturação de um movimento, que eles dão um balanço, chamado “exame de situação”: “Bom, quantos tanques você tem? Quantas balas e quantas horas de munição você tem?” Quem tem mais, já ganhou!

O propósito principal deles é: primeiro, evitar a guerra civil; segundo, não morrer e não precisar matar. Não falo de uma exceção ou outra, falo da norma geral. Terceiro, é manter a unidade militar, que, eles sabem, é o segredo de uma porção de coisas no Brasil e sem a qual, amanhã, eles podem estar numa situação como a do Exército da Bolívia! Depois eles têm uma carreira sacrificada! Não vamos pegar as exceções pela regra. Quer dizer, não vamos pegar alguns que depois vão ser presidentes de companhias, etc., ou outros casos piores, e confundi-los.

Mas durante muito tempo o grosso dessa gente era de filhos de famílias de classe média pobre, com muitos filhos, que escolhia a carreira militar (alguns por vocação e outros por um motivo ou por outro), porque era a única carreira no Brasil em que o sujeito era pago para estudar. É o caso, por exemplo, do Castelo Branco e de numerosos oficiais. Então, são homens que escolhem uma vida que não é sopa, uma vida de sacrifício.

É o que contei a vocês fora do depoimento, mas acho que devo repetir. Quando comandava a Vila Militar o General Ulhoa Cintra — que aliás tinha a injusta fama de pouco inteligente —, enteadado do Marechal Dutra, fui lá inaugurar umas obras e ele me convidou ao seu gabinete (nessa época começavam os meus desentendimentos com o Castelo Branco e ele me preveniu muito contra esse perigo), e me disse: “O senhor nunca se esqueça que há pelo menos duas gerações de militares que aprendem três coisas: topografia, cavalo sem estribo e Castelo Branco.” Eu perguntei: “Por que Castelo Branco?” Ele disse: “Porque de capitão para cima, ele foi o professor de todos nós, e nós o respeitamos como a figura mais intelectual e o homem que tem no Exército mais compromissos com a ordem jurídica.”

Contei o caso porque queria chegar a essa conclusão. O General Ulhoa Cintra me disse: “Os senhores, civis, quando escolhem uma carreira, primeiro têm uma chance de enriquecer, mas se não enriquecem têm pelo menos uma chance de triunfar na sua carreira e acabar a vida gloriosos, famosos, enfim, pelo menos com uma satisfação íntima muito grande, dar conforto à família, etc. A nossa vida num país sem guerras é diferente. A nossa vida consiste em percorrer este país de ponta a ponta, ser transferido para Ponta Porã, amanhã estar no Amazonas, depois de amanhã no Rio Grande do Sul. É um problema para educar os filhos, porque eles têm de mudar de colégio; o problema de pagar o



dentista, etc. Temos umas vantagens, sem dúvida, como o Serviço de Subsistência do Exército, que vende umas coisas mais baratas e tal, mas ganhamos pouco. E quando vamos para o reserva, ganhamos muito menos. Em certos casos ganhamos muito menos do que uma vida inteira justificaria. Não me queixo disso, mas afinal de contas a gente passa a vida fazendo cursos. Podem até ser cursos que para os senhores não têm valor nenhum, mas a gente passa a vida fazendo cursos, e para sermos promovidos temos que fazer cursos, cursos, cursos, até chegarmos a general. Ninguém mais chega a general sem passar por uma série de cursos. Então a gente estuda a vida inteira, mal ou bem. Aí quando a gente vai para casa e veste o pijama, o que resta para a gente de toda essa carreira, de toda essa vida? É uma coisa que os senhores, civis, têm a tendência de não dar a menor importância, mas que nós damos uma importância que parece aos senhores excessiva: são umas fitinhas que ficam aqui, umas medalhinhas que a gente ganha, que é tudo que fica de uma carreira que a gente escolheu.”

Esse negócio é muito mais verdadeiro do que se supõe, e quem não entender isso, não entende a posição nem atual, nem passada, nem futura das Forças Armadas. Esse pedaço, se vocês publicarem, estou irremediavelmente perdido. Vamos almoçar.

#### NOTA

1 A entrevista de Carlos Lacerda ao *Los Angeles Times*, a tentativa de um grupo de pára-quedistas de prender, seqüestrar ou matar o ex-governador e a mensagem do governo pedindo o estado de sítio são assuntos intimamente ligados.

A entrevista, concedida nos últimos dias de setembro ao jornalista Julian Hart, foi divulgada no Brasil no dia 30, nela, Carlos Lacerda analisa a situação brasileira e afirma: “ninguém poderá chamar Goulart de comunista. Em vez disso, poderia ser chamado de um homem de direita... pois o que ele é na realidade é um totalitário, à moda sul-americana. Ele é um caudilho com todos os recursos dos tempos modernos. No momento, é versão comunista que descamba para a esquerda (...) Lei, ordem e liberdade, tudo aquilo em que acreditamos, estão ameaçadas”.

Essa entrevista, que é muito longa, provocou no dia seguinte uma violenta nota assinada pelos três ministros militares — General Jair Dantas Ribeiro (que em 1954 foi um dos signatários do manifesto para a deposição de Getúlio), Almirante Sílvio Mota e Brigadeiro Anísio Botelho —, chamando Lacerda de “mau brasileiro” e ligando esse fato a uma recente declaração de Ademar de Barros, “que insultava ainda ontem o poder constituído da República, o que mostra a estranha criação de um organismo de agitação e de desordem”.

A nota dos ministros foi o pretexto oficial para o Presidente da República encaminhar ao Congresso, no dia 4 de outubro de 1963, a mensagem pedindo o estado de sítio. Acontece que o atentado de um comando pára-quedista a Carlos Lacerda estava programado exatamente para a madrugada de sexta-feira, 4 de outubro.

O Coronel Francisco Boaventura, que naquela madrugada conseguiu impedir o atentado, contou-me em agosto de 1977 ter sabido, “mas sem quaisquer condições de confirmar”, que João Goulart ao chegar em Brasília — acabara de sair do Rio — “quis saber o que estava acontecendo na Guanabara”.

O fato é que a mensagem propondo o estado de sítio foi retirada pelo governo na segunda-feira, dia 7 de outubro, no mesmo dia em que o deputado federal Padre Godinho (UDN-São Paulo) apresentava requerimento com 140 assinaturas para a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar a denúncia do atentado a Lacerda.

No dia 10 de outubro, o jornal *O Globo* publica entrevista do General Alfredo Píndheiro confirmando “haver um destacamento pára-quedista saído para uma operação, mas assegurou que apenas se tratava de um teste de adestramento”.

“Queria sentir o espírito da tropa e fiquei satisfeito.”

A mesma matéria traz ainda declarações do Tenente-Coronel Abelardo Mafra: “depois de confirmar que conduziu seus homens até a praça fronteira ao Hospital Miguel Couto passando realmente pela Gávea, considerou anedótica a versão de que o objetivo era prender ou matar o Governador Carlos Lacerda”.

“Concluiu dizendo que, apesar de ser o Chefe do Estado Maior da Divisão, fez questão de comandar o exercício justamente para evitar que no seu transcorrer houvesse qualquer incidente, em face da gravidade política naquele dia.”

Enquanto isso, a Câmara dos Deputados decidia, por sugestão dos líderes do PSD, Martins Rodrigues e Tancredo Neves, espe-

rar as conclusões da comissão militar de inquérito para instalar a CPI do atentado.

No dia 27 de outubro de 1963, *O Estado de S. Paulo* publica editorial comparando a tentativa do grupo de pára-quedistas com o atentado de Toneleros e reclamando da não punição dos culpados. No dia 18 de novembro, o Ministro da Guerra assina a portaria n.º 2.151 transferindo o Coronel Boaventura, que escreve carta ao General Jair Dantas Ribeiro protestando. A carta é lida da tribuna da Câmara pelo Deputado Pedro Aleixo, e o coronel é preso.

(A íntegra da carta e do depoimento do Coronel Boaventura à comissão militar de sindicância estão publicados em *Introdução à Revolução de 1964*, tomo dois, de Carlos Castello Branco.)

---

“GENERAL, OS CIVIS TAMBÉM SABEM MORRER”

---

MAS, VOLTANDO À REVOLUÇÃO, hoje conta o Magalhães Pinto que, realmente, uma parte daqueles documentos que foram publicados pelo Departamento de Estado é verdadeira. Que ele tinha realmente iniciado negociações para o fornecimento de armas e para o eventual reconhecimento por nações estrangeiras de um governo que se formasse à margem do governo do Brasil. O fato é que, nessa altura, passei a dormir — ou a não dormir — no palácio, nos dias 27, 28 e 29. Armei lá uma cama de campanha, ao lado do gabinete.

Mandei minha família para casa de uns amigos nossos, fechei o apartamento e fiquei no Guanabara. Aí começamos a organizar a resistência. Mas que resistência! A Polícia Militar desfalcadíssima, desarmadíssima e na qual — sem qualquer insulto a nenhum deles — eu não podia ter uma total confiança porque grande parte dos soldados era de recrutas recém-vindos por causa do desfalque causado pelo Jango na Polícia carioca. E os antigos eram antigos, que tinham servido a vários governos.

Então, na manhã de 31 de março, por volta das seis horas da manhã mais ou menos, muito cedinho, recebi um telefonema do Armando Falcão — esse sim, conspirou muito e articulou muito; fez nessa ocasião o que havia feito no 11 de novembro de 1955. Ele tinha rompido com o Juscelino — dizia ele — por causa da resistência dele em se separar do Jango.

Vou voltar um pouco atrás. A certa altura dessa agitação toda, fiz um apelo público ao Juscelino pelos jornais (não sei se também pela televisão), para nos entendermos, como candidatos que éramos à sucessão, e obtermos do Jango a garantia de que ela presidiria o país normalmente até a eleição presidencial. Mas o Juscelino não tomou a sério meu apelo, sobretudo porque ele não podia perder o apoio do Jango.\* Se ele o perdesse, corria o risco de não ganhar a eleição. E com a repetição da aliança PSD-PTB ele tinha quase a certeza de que venceria.

Juscelino estava amarrado ao Jango, e não podia participar de um entendimento público comigo. Foi uma pena. E mais tarde ele fez este apelo ao Jango, pessoalmente, mas não foi atendido. Isso Juscelino me contou mais tarde. Daí o ressentimento muito grande que guardou contra o Jango, porque achou que durante todo o tempo cumpriu os compromissos com o João Goulart, e que este faltou ao compromisso com ele e com o país naquele momento.

---

\* Veja nota no final do capítulo. (N. da E.)

A proposta de Juscelino era para garantir a realização de eleições. Ele tomou essa iniciativa por conta própria, sem querer fazê-la comigo porque eu já era candidato à presidência, praticamente lançado pela UDN.<sup>1</sup>

Mas voltando ao 31 de março. Muito cedo, me telefona o Armando Falcão e diz: “Olha, a coisa foi antecipada porque o General Mourão saiu com as tropas de Juiz de Fora e está caminhando para o Rio”. Perguntei então: “E de São Paulo?” “De São Paulo ainda não temos notícias”. Só aí mandei tomar as providências cabíveis da resistência no Guanabara. E, entre outras, o Coronel Fontenelle colocou uma série de caminhões de lixo barrando todas aquelas entradas de rua que iam dar no palácio... Disseram que os caminhões estavam minados, mas não que eu soubesse. Também houve muita coisa que eu não soube. O Fontenelle era homem para minar esses carros, mas não creio que tivesse munição para isso.

Com a ameaça da vinda de tropas de fuzileiros da Ilha do Governador ele mandou colocar na Praia de Botafogo — onde seria o desembarque provável — uma porção de tonéis de petróleo vazios para dificultar a manobra. Em suma, fez-se o que se podia. Organizou-se um serviço médico no porão do palácio para atender casos de ferimentos. E aí começou a chegar gente no Palácio Guanabara. E foi uma coisa tocante! De vez em quando me acontecem coisas desse gênero (no parto de minha filha agora, o obstetra me disse: “O senhor não se lembra de mim. Sou filho do General Candau e sou um daqueles que estavam no Guanabara de lenço azul no pescoço com um revólver 38 e uma caixa de bala”).

Então apareciam no Guanabara uns velhinhos, uns almirantes reformados, uns generais reformadíssimos, que saíam de casa com a sua pistolinha! Mas apareceu também uma rapaziada enorme, gente para todo lado, gente que ficava nas esquinas atrás de colunas.

Nessa altura tento telefonar para o Ademar. Custei muito para encontrá-lo e, quando ele veio ao telefone, recomendei: “Põe aquele aparelho!” Diz ele: “Que aparelho, meu filho?” “Aquele aparelho que lhe dei, lembra-se?” “Eu não me lembro não!” “Aquele misturador que se põe no telefone!” “Ah, eu não sei onde está aquilo; eu nem sei onde aquilo foi parar!” Eu disse: “Bom, então vai direto mesmo. Quando é que vocês descem?” Ele respondeu: “Está meio difícil, porque o homem daqui ainda não se decidiu!”

Então aí eu soube que o Kruel, que era amicíssimo e ligadíssimo ao Jango, mas era anticomunista ferrenho, tinha feito um derradeiro apelo ao Jango: “Você tire os comunistas do seu governo e eu impeço esse movimento. Porque se o II Exército não entrar nisso, guerra civil não vai haver.” E que o Jango teria dito: “Não, mas não posso ser desmoralizado, etc.” Enfim, era o tal dispositivo militar do General Assis Brasil no qual ele ainda acreditava. Aí o Kruel aderiu. Aderiu mas alegou, no momento, que estava com falta de viaturas para descer para o Rio. Então, houve uma mobilização na Federação das Indústrias, em São Paulo, e uma porção de caminhões das fábricas foram postos à disposição do Exército para trazer as tropas.

As horas vão-se passando e vem a famosa notícia da invasão do Guanabara pelo Almirante Aragão, que comandava a tropa mais bem equipada das Forças Armadas nacionais (armada pelos americanos que tinham feito do Regimento de Fuzileiros um modelo em matéria de armamento de guerra. Tudo o que havia de mais moderno em armamento americano fornecido pelo acordo ora denunciado, estava exatamente lá).

O Almirante Aragão tinha um profundo ressentimento em relação aos demais almirantes, porque ele era o único que vinha de fuzileiro e se considerava, por isso, uma espécie de proletário tolerado pela burguesia. E, vamos dizer a verdade, ela não era muito admitido no Almirantado nem tomado muito a sério, até por condições de sua vida pessoal.

Quando chegou a famosa notícia de que o Almirante Aragão ia invadir o Palácio Guanabara com suas tropas, mais ou menos na mesma ocasião cortaram os telefones todos do Guanabara, mas se esqueceram de cortar um que não estava na Lista Telefônica. Era uma extensão da Rádio Roquete Pinto.\* Então, de repente, me chamam por esse telefone, os outros estavam mudos, e dizem assim: “Uma chamada de Nova York para o senhor.” Muito espantado, perguntei: “Chamada de Nova York?” “É, de Nova York.” Fui atender. Era uma amiga minha, Cullen Moore, casada com Wickliffe Moore, fabricante de papel de imprensa. Era muito amiga minha e do Alfredo Machado. Ela disse. “Olha, estamos jantando aqui em casa e o Gainza Paz está aqui ansioso por notícias, porque o que sabemos é que o palácio está cercado e que você está ameaçado. Queríamos saber como é que estão as coisas, e o que há afinal.”

Eu disse: “Então aproveite e passe as notícias para a *United Press*, porque daqui não está saindo notícia nenhuma, está tudo proibido; não sai telegrama nenhum do Brasil.” E contei todas as notícias, que eles, imediatamente, passaram às agências. A *United Press* espalhou pelo mundo inteiro o cerco do Palácio Guanabara, o que me ajudou muito, porque criou um clima de tensão internacional em torno disso.

Bom, aí, alguns oficiais, o Cunto, esses “malucos” aí, o Cláudio e o Baffa, e o Raul Brunini e mais alguns me arrumaram um transmissor de rádio que conseguia falar para a Rádio Independência de Belo Horizonte. Então, comecei a falar e logo as outras rádios entraram em cadeia e eu comecei a descrever a situação, a agitar e a sacudir o negócio! De repente, também apareceu a televisão. Mandeí instalar uns alto-falantes na entrada do palácio e através do microfone e da televisão desafiei o Almirante Aragão, porque pensei: “aqui só tem uma coisa, é a contra-ofensiva. Temos que provar, realmente, se esse homem é de briga ou não é.”

Perguntei à pessoa que estava encarregada da defesa do palácio: “Quanto tempo nós temos de tiro?” Disse: “Seis minutos”. Pensei: “Seis minutos; o palácio inteiramente desabrigado, sem grades, dando diretamente para a rua, vai ser um negócio!” E o palácio duro de gente! Chegava gente lá sem arma nenhuma, então eu tinha que mandar embora dizendo: “Muito obrigado, mas vá embora para casa, porque sem arma você só vai atrapalhar!” Mas chegava gente de todo jeito, o dia todo.

Nesse 31 de março mandei alguns emissários levando um depoimento meu, gravado, para ser transmitido nas rádios de outros Estados. Além disso, fiz um telegrama-circular transmitindo detalhes do que se passava, mas só recebi resposta de alguns, dos outros não.

Mas vou voltar um minuto atrás, para contar a história do Luís Carlos de Oliveira, depois que fui à casa dele. Já em cima da Revolução, ele aparece no palácio e diz: “Vim aqui pelo seguinte: soube que você armou um dispositivo

---

\* Rádio pertencente à Secretaria de Educação. O telefone não foi cortado porque sua estação era do centro da cidade, não de Laranjeiras, onde fica o palácio. (N. da E.)

para, em caso de necessidade, o SALVAMAR\* ter lanchas preparadas para ir até Santos.” Eu disse: “É exato. Temos um depósito de gasolina em Angra, outro não me lembro onde, para reabastecer e tenho uma lancha pronta a qualquer momento.” Ele disse: “Você pretende usar essa lancha?” Eu disse: “Não.” “Então pode pô-la à disposição do General Cordeiro, se ele precisar ir para São Paulo e não conseguir levantar vôo?” Eu disse: “Claro, está à disposição dele.” Ele ainda perguntou: “Você não pretende sair daqui?” Eu disse: “Não.”

Telefonei para o Durval Viana, diretor do SALVAMAR que chamávamos de Almirante, mas era médico, e disse: “Olha, Durval, a lancha fica à disposição do Dr. Luís Carlos de Oliveira, se ele aparecer aí você pode sair com ele.” Ele também disse: “Mas, Governador!...” Respondi: “Pode sair, cumpra o negócio.”

Nessa altura me chamam ao telefone. Era o General Castelo Branco. (Isso foi uma coisa que o General Castelo Branco fez todo tempo de governo. Ele próprio ligava o telefone, não mandava ninguém ligar.) Ele disse: “É o Governador Lacerda?” “Aqui fala o General Castelo Branco.” Eu digo: “Oba, general, boas falas! Que bom ouvi-lo!” O General Castelo Branco tinha feito, dias antes, uma circular que era quase uma convocação à Revolução. Muito prudente, etc., mas era. “O Exército foi feito para defender a Constituição e não para defender governos apenas...” — aquela famosa afirmação dele, e que foi o documento que sensibilizou e mobilizou as Forças Armadas. Ele disse: “Governador, estou lhe telefonando porque acabei de ouvir o seu pronunciamento na televisão.” Eu digo: “Mas onde o senhor está, general?” Ele disse: “Eu estou no Ministério da Guerra.” Eu disse: “No Ministério da Guerra? Quer dizer, então, que o senhor já ocupou o Ministério?” Ele disse: “Não, estou aqui na Chefia do Estado-Maior, mas o Ministro da Guerra está no gabinete dele.” Bom, aí eu não entendi mais nada! O Ministro da Guerra do Jango no gabinete dele e o Chefe do Estado-Maior, Comandante da Revolução, no gabinete dele! Tudo garantido por oficiais embalados de metralhadoras! Então ninguém ousava atacar um ao outro!? E ambos se comunicavam com o país inteiro, mas as comunicações mesmo — e isso foi o segredo da coisa —, estavam com o Estado-Maior.

O Ministro da Guerra era o Jair Dantas Ribeiro, que estava licenciado, mas havia um ministro interino, o Âncora\*\*, que estava lá no ministério. Bom, aí o Castelo Branco me diz assim: “Eu acabei de ouvir as suas declarações. A partida do Almirante Aragão é iminente. Não creio que o senhor tenha condições de resistir e devo lhe dizer agora uma parte do que está assentado entre nós: consideramos que na primeira fase da luta — se houver luta, porque estamos esperando luta — a Guanabara é indefensável. Então vamos, através de São Paulo, Minas, Nordeste e Rio Grande do Sul, isolar Brasília e organizar a marcha sobre o Rio de Janeiro. E aí libertaremos o Rio de Janeiro. O presidente está no Palácio das Laranjeiras, cercado de tanques que, por enquanto, o estão garantindo, estão do lado dele, e eu não tenho nenhum soldado para lhe mandar.”

Eu disse: “Mas o senhor tem certeza, General, que não tem ninguém para mandar aqui para me ajudar?” Ele disse: “Não. E por isso é que quero lhe fazer um apelo. O meu apelo se baseia no seguinte: a Revolução precisa de líderes, não precisa de mártires...” (Isso é textual, esse diálogo eu não me es-

---

\* Corpo Marítimo de Salvamento, encarregado da segurança dos banhistas nas praias cariocas. (N. da E.)

\*\* General Moraes Âncora, ministro interino e comandante do I Exército. (N. da E.)

queci nunca mais porque, nesse diálogo, está a origem de uma porção de coisas que vêm depois)... Eu queria fazer um apelo para o senhor abandonar o Palácio Guanabara e se refugiar, para que depois que libertarmos o Rio de Janeiro, o senhor volte e retome o seu posto ou um posto que a Revolução lhe indicar."

Eu disse: "General, tenho o maior apreço pelo seu apelo e o maior respeito pela sua posição, mas tenho certeza de que o senhor também respeitará a minha. Só há duas pessoas neste mundo que poderiam me fazer um apelo mais difícil de resistir do que o seu: minha mãe e minha mulher. Já consultei as duas e todas duas acham que o meu lugar é aqui. Além disso, estive aqui e se declarou disposto a vir ficar comigo o Brigadeiro Eduardo Gomes. Perguntei o que ele faria no meu lugar e o Brigadeiro disse que ficaria aqui. De maneira que o senhor há de compreender que, nessa altura, não posso abandonar meu posto, nem mesmo diante de um apelo seu. Se o senhor não tem soldados para me mandar, azar o meu! Os senhores tratem de salvar a Guanabara enquanto é tempo. De qualquer maneira os senhores vão acabar ganhando e salvam a Guanabara. Mas eu terei de cumprir o meu dever. Eu não saio daqui!"

Ele disse: "Bom, não ousa mas gostaria de insistir com o senhor. É um sacrifício inútil! Por uma questão talvez de horas ou de poucos dias nós vamos perder um líder de que vamos precisar muito." Eu disse: "Mas, às vezes, general, a gente morrendo também presta serviço. O senhor, como militar, sabe disso. Cada um, General, cumpre o seu dever como pode. E os civis também sabem morrer. Felicidades!" E nos despedimos.

Hoje em dia tenho o dever moral de não esconder minha suspeita — que é mera suspeita —, de certo modo convalidada, se não confirmada, por tudo o que aconteceu depois. É evidente que assim como recomendaram ao Governador Meneghetti que saísse de Porto Alegre, e ele saiu, eu tenho o direito de suspeitar — pelo que aconteceu depois — que talvez, não o General Castelo Branco pessoalmente, porque acredito até na espontaneidade ou na sinceridade de seu apelo, mas que ele foi inspirado a fazer esse apelo por um propósito de afastar uma liderança civil que poderia se tornar extremamente incômoda ao que vinha por trás ou ao que vinha mais tarde. Os acontecimentos de depois, pelo menos, me dão o direito de fazer essa suspeita legítima.

Mas em todo caso fiquei no Guanabara. Nessa altura houve uma coisa curiosa: entre as muitas pessoas que entravam lá, aparece o Desembargador Vicente de Faria Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que foi me fazer uma visita de cortesia e de solidariedade. Quando estávamos conversando — as conversas eram muito rápidas porque havia uma série de providências a tomar —, houve mais um alarme falso. Chegou um pessoal da Polícia Militar para guarnecer o mirante que há em cima do morro do Palácio Guanabara e alguém os confundiu com os fuzileiros, e disse: "Os fuzileiros estão atacando pelos fundos!" Peguei minha metralhadora e saí com o pessoal. Fomos nos esgueirando pelo pátio do Guanabara para chegar ao jardim, tomar posição e começar o fogo. E aí diz o Presidente do Tribunal de Justiça: "Governador, quero uma metralhadora para mim também." E dei uma metralhadora para esse homem que nunca deve ter manejado uma arma na vida! E lá vai o Presidente do Tribunal de Justiça ao meu lado com uma metralhadora no ombro. Mas quando chegamos no meio do caminho um sujeito diz: "Não, é alarme falso! É a Polícia Militar que está lá". Aí voltamos, ligeiramente encabulados.



Mas antes disso, durante a madrugada, parece que a certa altura o Almirante Aragão recebeu — não sei de quem, mas de alguém em nome do Jango — ordem para não sair. Há uma outra versão: a de que ele teve medo de sair. Essa segunda versão parece fantasiosa ou injuriosa, mas há um fato posterior que pode dar alguma veracidade a essa versão. Logo depois desses acontecimentos, com a vitória da Revolução, o Almirante Aragão, ao ser preso em Ipanema por dois oficiais da Marinha, levantou os braços e disse: “Não me matem! Não me matem!” E se entregou. Esse, era o valente! Quer dizer, a hipótese de ele não ter saído por falta de valentia pode ser que esteja confirmada por esse outro episódio.

O fato é que Jango, no dia 31 de março de 1964, prestou ao Brasil um serviço extraordinário! Talvez tenha sido o único. Sei lá, qualquer coisa lhe pesou na consciência: instinto de conservação, piedade, pena do povo pelo que podia acontecer; um sentimento um pouco tardio de responsabilidade, da responsabilidade que ele tinha, pelo menos parcial, naquilo tudo; decepção profunda com o tal dispositivo militar invencível do General Assis Brasil, a quem ele fez as mais duras e obscenas acusações.

O fato é que o Jango decidiu não resistir. Ainda embarcou para Brasília na esperança de que, na capital, poderia retomar um certo controle da situação. Mas Brasília, evidentemente, já estava ocupada. Então, embarcou para o Rio Grande do Sul, onde foi recebido pelo cunhado Brizola debaixo de insultos, mas insultos dos mais soezes, dos mais terríveis que um homem pode ouvir: “Covarde!” E foi para o Uruguai. Nessa altura, apareceram os nomes dos chefes da Revolução.

Aliás, devo dizer que nessa ocasião não tive conhecimento desses documentos publicados recentemente pelo *Jornal do Brasil* de que tropas norte-americanas teriam ocupado águas brasileiras para garantir a Revolução. Não. Nunca tive conhecimento disso. Tive conhecimento do seguinte: dois ou três dias depois de a Revolução vitoriosa, recebi a visita do Embaixador Lincoln Gordon, uma visita de felicitações e de júbilo, e que me disse, inclusive na presença do Rafael de Almeida Magalhães e de outras pessoas que estavam na sala, o seguinte: “Vocês fizeram uma coisa formidável! Essa Revolução sem sangue e tão rápida! E com isso pouparam uma situação que seria profundamente triste, desagradável e de consequências imprevisíveis no futuro das nossas relações: vocês evitaram que tivéssemos que intervir no conflito.”

Quando mais tarde contei isso, ele não era mais embaixador; um repórter, em Washington, numa Universidade que ele presidia, perguntou-lhe se os Estados Unidos interviriam aqui, e ele desmentiu. Compreendo que desmentisse. Agora, nesses documentos do *Jornal do Brasil*, saiu isso. Quer dizer, a verdade está em quando ele me falou e não em quando ele desmentiu. Mas comigo ele não deu detalhes do que seria e em que consistiria a intervenção, e eu também não quis dar confiança de pedir esses detalhes.

Sobre a tomada do Forte de Copacabana, conheço o que saiu nos jornais e o que se contou. Aliás, o episódio não foi no Forte de Copacabana, como ficou na história, e sim no QG da Artilharia de Costas, ali do lado, que tinha posto umas sentinelas do lado de fora, inclusive atrás das colunas do antigo Cassino Atlântico. O Montagna (General César Montagna) saltou de um táxi, virou-se para uma das sentinelas e disse: “Me leve lá para o Comandante!” O sujeito disse: “Mas quem é o senhor?” “Não interessa, sou o Coronel Montagna que vim tomar conta do forte.” O sujeito fez menção de resistir e ele disse: “Se resistir

mato você aqui, na hora.” Aí mandou a mão na cara do soldado, o sujeito ficou estonteado, ele entrou e tomou o Forte. Chegou para o comandante e disse: “Está preso”, e tomou o forte. Ele agora foi promovido ou está para ser promovido a general de quatro estrelas.\*

Foi um negócio de uma bravura! De uma façanha! Que culminou com a tomada da TV-Rio, que funcionava no prédio do antigo Cassino Atlântico, na qual pude aparecer e falar ao povo carioca.

Mas, voltando ao Palácio Guanabara, de repente — estou saltando uma porção de detalhes — ouve-se um burburinho na rua — a rua estava cheia de curiosos, gente para defender, gente nas janelas dos apartamentos. Eram dois tanques que vinham caminhando. Vieram me avisar e eu pensei: “Bom, vão parar aqui defronte e começar a atirar.” Aí o tanque que vinha na frente parou exatamente em frente ao Guanabara, e sai um oficial, sobe a escada, bate continência, se apresenta, e diz: “Governador, vim aqui lhe prestar solidariedade.” Perguntei: “Como é seu nome?” Ele diz: “Eu sou o Tenente Leo Etchegoyen.” Engraçado, há umas coisas assim que não sei bem por que me comovem! Porque isso me liga ao Etchegoyen\*\* e à viúva dele, de quem eu era muito amigo; à ação que o Etchegoyen teve na Polícia do Rio! Ele era um sujeito fabuloso! Mas esse tenente e o irmão dele foram dos que não compreenderam a minha manobra da Frente Ampla. E creio — porque nunca mais os vi — que estão entre os que romperam relações comigo.

Bom, aí, evidentemente, começou um clima de quase carnaval, um clima bem carioca: passeatas nas ruas, o diabo! Alguns excessos, por exemplo: tocaram fogo na UNE, começou o negócio de prisões a esmo. Inclusive prenderam aquele rapaz, José Gomes Talarico, que era amicíssimo do Jango, e que depois disso era preso toda semana. Cada vez que ele ia ao Uruguai ver o Jango, era preso na volta. Ele era chamado “o mais pelego dos pelegos”. Depois ficou muito meu amigo.

Bom, começaram as prisões por todo lado, um certo desmando, dessas coisas que num primeiro momento são inevitáveis.

Isso me faz lembrar um outro episódio importante, que quase esqueço de mencionar: o problema da censura à imprensa em agosto de 61, depois da renúncia do Jânio, quando de repente fui surpreendido com uma informação de que havia uma ordem do I Exército para impor censura à imprensa. Eu disse: “Bom, mas aí parece um excesso, porque, afinal de contas, isso não é da minha autoridade.” “Mas a alegação é que a medida era inevitável e que o I Exército a considera absolutamente indispensável.” E citavam até uma entrevista do Presidente da Câmara, em exercício, o Sérgio Magalhães, conclamando a guerra civil e coisas desse gênero, proclamações de greve geral, etc. Eu disse: “Isso poderá criar condições de desordem mas não há motivo para censura, porque a situação está dominada.” Mas recebi a promessa de que “essa censura será a mais curta possível, mas que é inevitável!” Eu disse: “Bom, mas em todo caso quero dizer que não sou a favor da censura.” Aí puseram censores, mas nenhum deles com treino, então saíam os jornais com pedaços em branco. Depois, como eu disse ontem a vocês, eu fui responsabilizado pela censura, quando,

---

\* Era o primeiro da lista de promoções do 1.º e do 2.º semestres de 1977, mas não foi promovido. (N. da E.)

\*\* General Alcides Etchegoyen, já falecido, pai do tenente. O tanque veio do Palácio Laranjeiras, logo depois que Jango embarcou para Brasília. (N. da E.)

na realidade, foi uma ordem do I Exército. Mas isso não quer dizer que eu não reconheça, e reconheço, que naquela altura a censura era absolutamente indispensável.

Voltando a 64. O que eu sei a respeito da atuação do Embaixador Lincoln Gordon, o que conheço realmente é muito pouco. Sei que estava aí o General Vernon Walters,\* que era especialista em informações e tinha sido o intérprete dos Comandantes da FEB na Itália junto ao Exército do General Clark. Mas é evidente que o embaixador, por razões que todo o mundo conhece, tinha o maior interesse em derrubar aquele governo. Mas participação direta, que eu saiba, ele não teve. Mas torcida, muita! Que houvesse entendimento entre militares da missão militar americana e militares brasileiros para troca de informações, acredito e acho normal. Absolutamente normal!

Sobre a quantidade de funcionários americanos que havia aqui naquela época e se estavam realmente trabalhando para a Revolução eu não sei. Não creio nisso. Não creio nisso até por uma razão simples: não foi necessário. Que viessem a trabalhar, é outra questão! Isso aí é uma conjectura. Não foi necessário, porque foi um movimento que durou vinte e quatro horas. A Revolução teve uma tal unanimidade nas Forças Armadas que não precisava soldado de nenhum país para isso. Os soldados existentes bastavam, porque não havia soldados do outro lado para resistir. O único que podia resistir era o Aragão, que desistiu.

Desculpem, mas vocês todos — agora quem faz a crítica sou eu — mas vocês todos, até hoje, se deixam impressionar por esse fenômeno da participação americana na Revolução de março. Aqueles documentos publicados pelo *Jornal do Brasil* não provam nada. Aqueles documentos provam que a embaixada americana, como qualquer outra embaixada, mandava informações daqui. Já contei as da embaixada francesa, que era o oposto. Agora, a CIA... É preciso — desculpe, eu não estou querendo dar lições a vocês nem a ninguém —, é preciso aprendermos a resistir a essa tentação de atribuir coisas misteriosas aos americanos, da mesma forma que devemos resistir a atribuir coisas misteriosas à participação comunista — a tal “teoria conspiratória da história”... Que os americanos tinham interesse na vitória da Revolução, é óbvio; mais do que evidente. Que eles se dispunham a ajudar no que fosse necessário ou possível, acho também óbvio. Agora, que não foi necessário, não foi! Se deve ter havido troca de informações? Ah, deve! O armamento que o Exército tinha era americano, era o tal acordo americano. Esse armamento tanto serviu para a Revolução de 31 de março quanto serviu para garantir o comício da Central e garantir a posse do Jango.

Se tenho conhecimento de que agentes especiais do Serviço de Informações norte-americano tenham colaborado na armação do 31 de março? Conhecimento não tenho. Se você disser que acredito que talvez tenham dado alguma colaboração, facilmente acredito e acho normal. Mas o que também acredito é que não foi necessário, porque eu não faria ao Exército brasileiro a injúria de supor que eles não são capazes de dar um golpe, pois isso é uma coisa que eles fizeram a vida inteira! Eles têm um *know-how* capaz de ensinar ao Exército americano. No dia que eles quiserem dar um golpe no Presidente dos Estados Unidos acho que vai haver o contrário: os americanos vão importar uma missão militar daqui para ensinar a eles como é que se dá um golpe.

---

\* Vernon Walters era na ocasião Adido Militar da Embaixada Americana. (N. da E.)

Se tenho conhecimento de que agentes comunistas da embaixada soviética ou de outros países socialistas teriam desenvolvido um trabalho de agitação? Conhecimento direto, não. Ouvia-se falar muito nisso. É o tal negócio: no terreno da suposição, da mera suposição, é legítimo! Por que, se eles se metem nas agitações e nas revoluções em todos os países, por que iam poupar o Brasil? De todos os rumores que correram na época, a única coisa visível foi uma coisa bastante estranha: a polícia prendeu uma missão comercial chinesa aqui no Rio. Nessa missão comercial chinesa havia — segundo o Coronel Gustavo Borges e segundo as informações da Polícia —, armas com silencioso, códigos e uma série de coisas um pouco estranhas numa missão comercial. O fato é que esses homens estiveram presos, meteram-se vários advogados, inclusive o Sobral Pinto, que, como sempre, foi chamado a intervir para soltar os sujeitos, sob a alegação de imunidade diplomática. E o chefe dessa missão comercial foi depois — não sei se ainda é, porque com essas mudanças na China a gente não sabe — Vice-Ministro ou Ministro do Comércio Exterior do governo chinês. Ele esteve aqui com o Geisel. Mas o que houve foi muita prisão indiscriminada! Todo mundo prendia todo mundo, como acontece nas primeiras 24 horas de tensão.

Por isso o que digo da embaixada americana, digo também das outras embaixadas, como da Rússia, etc. Que acompanhassem muito de perto e que tivessem um entendimento e que conversassem eventualmente com sujeitos de confiança de cada um dos dois lados, isso é mais do que evidente. É até dever deles e faz parte da missão diplomática para informar a seu país.

Quanto aos relatórios que recebia naquela época do DOPS, devo dizer que eram muito ruins. Pelo menos os que chegavam a meu conhecimento. Como já disse, a maior parte era tirada de noticiários de jornais. E, aqui e ali, um espião que eles tinham; um agente qualquer dentro dos sindicatos, mas sempre com o perigo de estar errado. Sempre recebi isso com muita cautela, porque o sujeito que é pago para espionar, quando não tem o que espionar, inventa. Isso é clássico, a gente sabe disso. Então, olhava aquelas coisas com certo cuidado. Agora, vocês, que acompanharam um pouco de longe, porque eram bem mais moços nesse tempo, e têm dificuldade em aceitar — e eu compreendo —, é que tudo isso, de um lado e de outro, foi feito muito mais às claras do que no escuro.

Deve ter havido alguma coisa subterrânea. Mas tanto a desordem promovida pelo governo do Jango foi ostensiva — assembleia no Automóvel Clube; o negócio do Sindicato dos Metalúrgicos com os fuzileiros; o comício da Central do Brasil, — quanto a resistência a isso, a reação contra isso, tudo foi ostensivo! Quer dizer, contei o telefonema do General Castelo Branco, do Ministério da Guerra, que não tinha um soldado para me mandar, porque estava guardado por oficiais de metralhadora na mão. E o general Costa e Silva estava no Iate Clube, seu QG estava instalado no Iate Clube. Vocês fazem idéia do que é isso!? É difícil fazer uma idéia! E isso aqui no Rio!

## NOTA

1 Quando ocorreu a Revolução já existiam dois candidatos oficialmente lançados à Presidência da República e um terceiro a ter o seu nome definitivamente homologado em abril. O primeiro deles era Ademar de

Barros, lançado pelo Convenção do PSP, realizada nos dias 24 e 25 de fevereiro. Era também o único a ter um candidato já escolhido à Vice-Presidência, o atual Senador João Calmon.

O segundo era o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, lançado pela convenção do PSD, reunida em 20 de março de 1964, na qual ele obteve 2.849 votos, contra um dado ao Marechal Eurico Dutra e 39 abstenções.

O terceiro era Carlos Lacerda, que seria lançado oficialmente na convenção da UDN marcada para o dia 10 de abril. Lacerda já tinha ganho sua candidatura dentro da UDN desde a convenção realizada em 63, em Curitiba. Aliás, essa convenção não fora convocada para escolher candidatos, mas para saber se o partido apoiaria ou não as reformas constitucionais pedidas por João Goulart. Lacerda alertava que um dos objetivos da reforma da Constituição seria o de permitir a reeleição de João Goulart.

Sua posição intransigente abriu nova crise na UDN, inclusive porque a outra ala era liderada por Magalhães Pinto, também aspirante à candidatura. Lacerda ameaçou até não comparecer à convenção, mas acabou indo e viu sua tese amplamente vencedora, saindo de lá como virtual candidato do partido (abril de 1963).

Já se considerando candidato, em março de 64 divulgou um apelo à união de todos os interessados “na defesa da liberdade, inclusive da liberdade de divergir”.

Mas o Sr. Juscelino Kubitschek, também de público, não aceitou a união. Por isso, a 17 de março, Lacerda distribuiu longo comunicado dizendo ter “anotado a resposta de Juscelino” e fazendo ao ex-presidente algumas perguntas sobre a situação do momento.

São seis as perguntas feitas, e depois Lacerda afirma: “Não se trata de falar vagamente em ‘esquerda’ e ‘direita’, expressões que não têm sentido, e se colocar no centro pela indefinição. No centro se dizem todos, até o Sr. Luís Carlos Prestes. Na direita, não estou eu, que faço escolas, hospitais, salários justos, respeito as liberdades democráticas, luto contra a intolerância e contra a omissão. Foi a omissão que abriu caminho

ao fascismo no passado e ao comunismo hoje.”

E termina dizendo: “Espero a sua resposta para convocarmos juntos com o Governador de São Paulo o primeiro comício em defesa da Constituição e do Congresso”.

(Esse apelo foi público e publicado nos jornais da época. Lacerda, já em março de 64, pregava uma união com Juscelino para evitar a subversão ou a necessidade de uma intervenção militar. No entanto, dois anos mais tarde, quando esse entendimento foi formalizado através da Frente Ampla, buscando objetivos semelhantes, a atitude de Lacerda não foi compreendida, principalmente pelos que o apoiavam em março de 64.)

Quanto a Juscelino, o General Perivaldo Beviláqua confirma o apelo que ele fez a João Goulart à procura de uma solução política para a crise militar, que então já se tinha iniciado.

O General Perivaldo Beviláqua, que em novembro de 63 tinha sido afastado do comando do II Exército por pressões das esquerdas (ele distribuiu uma célebre instrução contra a agitação sindical em São Paulo), fora nomeado Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. No dia 31 de março, o General Beviláqua (homem apegado às leis, foi ele quem forçou em 1961 o General Machado Lopes a se pronunciar a favor da posse de Goulart) foi ao Palácio Laranjeiras sugerir ao presidente o afastamento dos esquerdistas e a proibição do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores).

O General Perivaldo Beviláqua contou-me que, ao chegar no Laranjeiras, precisou esperar João Goulart terminar uma conferência com Juscelino, que tinha ido lá com os mesmos objetivos. Disse ainda que à noite do dia 31 recebeu em casa um telefonema de Juscelino relatando as propostas que teria feito a Jango e exortando o general para procurar nos meios militares, já sublevados desde a madrugada pelo General Mourão Filho, uma solução. Mas já era tarde demais.

A INDICAÇÃO DE CASTELO BRANCO  
PARA A PRESIDÊNCIA

LOGO DEPOIS DA REVOLUÇÃO, provavelmente por uma convocação minha, apareceram no palácio vários governadores: o Ademar de Barros, o Magalhães Pinto, que numa primeira reunião foi representado pelo seu Secretário do Interior, o Monteiro de Castro, depois o próprio Magalhães; o Nei Braga; e numa reunião, das duas que houve, tomou parte o Mauro Borges, de Goiás, e, se não me engano, o Aluísio Alves e o Fernando Correia da Costa, uma excelente figura. . . , o Meneghetti, devo estar omitindo alguém.\*

Bom, houve uma primeira reunião, no Palácio Guanabara, seguida logo de outra. Nessa outra já falamos, abertamente, da necessidade de se indicar ao Exército um nome para a Chefia do Governo.

Lembro-me de uma série de telefonemas meus, no dia da Revolução, inclusive ao Paulo Sarazate,\*\* para coordenar a eleição imediata de alguém, porque havia o medo de o PSD querer manter o Mazzilli. Ah! Sim. Esse é um episódio importante. Mas ligado a isso há um caso exatamente que eu tinha prometido contar e que deixa o Mazzilli muito bem. Tínhamos interesse em que, o mais rapidamente possível, a situação se normalizasse e houvesse um presidente efetivo, mas o problema era o Mazzilli, que tinha sido chefe de gabinete do Ministro Guilherme da Silveira (do velho) e eu era, e sou, muito amigo do Joaquim, filho dele, e amigo, embora não tão íntimo, do Silveirinha, também filho do Guilherme.

Falei com ambos sobre a necessidade de convencer o Mazzilli de sair o quanto antes. Promoveram uma reunião no apartamento do Mazzilli ou do Silveirinha, já não me lembro, em Copacabana. Quando cheguei lá os “chaleiras” já estavam todos reunidos. Fomos para o quarto (sempre acaba no quarto), para evitar as pessoas que estavam na sala, o Mazzilli, eu, e — se não me engano — os dois Silveiras (acho que o Joaquim, mas creio que o Silveirinha também). Eu tinha feito bastante camaradagem com o Mazzilli na presidência da Câmara e nos dávamos muito bem, embora o tivesse criticado muitas vezes. Mas sempre o tratei num tom mais ou menos respeitoso, e ele, como presidente, em relação a mim foi sempre extremamente correto.

Mas o problema era vender ao Mazzilli a idéia de ele sair da Presidência da República. Expus o problema, explicando que era muito sério e que corríamos o

\* Reunião realizada dia 4 de abril de 1964. (N. da E.)

\*\* Paulo Sarazate: deputado da UDN cearense. (N. da E.).

risco de não conseguirmos manter unidas as Forças Armadas se, imediatamente, não nos reuníssemos em torno do mais prestigioso de seus chefes. E, se não partissemos de nós essa indicação, então, aí, caminharíamos para uma ditadura militar mesmo. Daí a necessidade de abrir mão dos dias de mandato restantes, o quanto antes.

Ele disse: “Bom, governador, mas a Constituição diz que eu tenho *até* 30 dias.” Aí levantei uma dúvida: “Eu não me lembro bem, não sei se a Constituição diz até 30 dias, ou dentro de 30 dias. Não sei se a eleição de Presidente da República tem que se dar durante o decorrer do prazo de 30 dias, ou se você tem realmente até 30 dias para ficar na presidência. Em todo caso não vamos fazer uma querela de palavras, porque o problema é político e militar. Se você ficar mais 30 dias ou o que lhe resta para completar os 30 dias, vai ficar responsável por uma situação muito séria no país, que é a divisão das Forças Armadas em face desse problema do poder. Além disso, realmente, há um problema sério, que venho aqui lhe informar.”

E contei a ele o que tinha acontecido um pouco antes: “Nós acabamos de ter uma reunião muito séria com o General Costa e Silva e eu disse a ele que você tinha feito uma escolha muito esquisita, nomeando o Israel Pinheiro para Chefe de sua Casa Civil. Ora, não foi feita uma revolução para botar o Israel Pinheiro na chefia da Casa Civil da Presidência da República! Então o general disse a todos nós que se você tivesse feito isso ele iria desfazer. E disse também a todos nós que era ele quem iria nomear os ministros, e não você. Inclusive, por exemplo, ele falou no nome do Gama e Silva para Ministro da Justiça e Ministro da Educação ao mesmo tempo. Então veja a sua situação. Você quer ser Presidente da República tutelado pelo Ministro da Guerra? Aí eu me permiti dizer ao Ministro da Guerra, entre outras coisas bastante difíceis de dizer, que não toleraríamos uma ditadura militar disfarçada, com um civil de fachada e que você não se sujeitaria a isso.”

Mazzilli então disse: “Você sabe perfeitamente que posso ser um homem conciliador — tenho fama de ser um homem conciliador —, mas tenho a minha dignidade e ninguém faz isso comigo.” Eu disse: “Bom, Mazzilli, além do mais compreenda, você é um homem do PSD. Vou falar com toda clareza: não se fez uma revolução para botar um homem do PSD no poder. Mas, sobretudo, minha tese é esta: sua permanência põe em perigo a unidade das Forças Armadas em torno do futuro governo. E uma vez desunidas, a única maneira que elas têm de voltar a se unir é através de uma ditadura militar. Por isso é que vim lhe fazer um apelo para você abrir mão disso. Trinta dias ou não trinta dias, se a Constituição dá trinta dias, ela não obriga você a ficar os trinta dias.”

Ele disse: “Carlos, vou atender o seu apelo. Queira Deus você não se arrependa, mas compreendo as razões do seu apelo e vou atender.” E realmente deixou o governo antes dos tais trinta dias.

Mas antes desse encontro houve muita coisa. Tenho que contar primeiro a reunião dos governadores. Na segunda reunião de governadores (nesta estava presente o Magalhães Pinto, porque na primeira ele foi representado pelo Monteiro de Castro), eu na qualidade de anfitrião e hospedeiro dos outros, expus o problema: “Acho que temos o dever de tirar, hoje, aqui, o nome de um dos generais, provavelmente um dos chefes ostensivos da Revolução, e ver se por um consenso chegamos a um nome único para levarmos agora ao Ministro da Guerra, antes que seja tarde.”



Bom, aí cada governador tinha dois ou três nomes. Frequentemente alguns desses nomes eram uma mera 'barretada', uma cortesia que o governador fazia ao general de sua região ou do seu exército. O Magalhães Pinto, por exemplo, sugeriu o Castelo Branco ou o General Luís Carlos Guedes, que era de Belo Horizonte e companheiro da Revolução. O Ademar de Barros apresentou o Castelo Branco ou o General Kruel ou o general fulano de tal. Assim, cada um tinha dois ou três. Mas o nome do Costa e Silva não foi citado nem uma vez.

Tinha-se falado, antes, no Dutra (você agora me fez uma pergunta que me obriga a voltar um pouco atrás). Numa certa altura, surgiu o nome do Dutra como um homem capaz de compor o nome civil e militar. Quer dizer, ex-Presidente da República, com excelente reputação de ex-Presidente da República, muito respeitado. E fui à casa do Marechal Dutra conversar com ele. Sim, foi antes dessa reunião dos governadores no Palácio Guanabara.\*

Fui à casa do Dutra e o encontrei disposto a aceitar, mas muito discreto. Não estava ansioso nem pressuroso, nada disso. Mas seriamente acatando a possibilidade de aceitar. Aí me deu um frio na espinha, porque quando cheguei lá estavam todas as figuras clássicas. O melhor era o Lopo Coelho, que tinha sido até vice-governador, secretário de governo, e muito amigo pessoal dele, e que foi — se não me engano — quem promoveu o encontro. Estava o Vitorino Freire. Toda a chamada "copa-e-cozinha" (expressão criada no governo dele). Então fiquei um pouco preocupado com aquilo e pensei: "Vai ser de novo esse negócio todo. Assim o país não anda. Além da idade, já escutando pouco." De maneira que deixei a coisa um pouco no ar, não encerrei a conversa propriamente. Voltei ao palácio e disse a algumas pessoas com quem me abria mais: "É inviável."

Aí é que houve a tal reunião dos governadores, na qual, como eu disse, cada um tinha um nome. Nesse momento, chega o Linhares, que já era coronel (ele tinha vindo de Minas com as tropas do Mourão), trazendo um bilhete assim: "Está vindo aí o General Muniz de Aragão que traz, em nome da Vila Militar, a sugestão do nome do General Castelo Branco para a Presidência da República."

Peguei o bilhete, voltei-me para os governadores e disse: "Estou acabando de receber a notícia que está chegando aqui o General Muniz de Aragão. Acho que seria muito mais decente e muito mais conveniente para nós, sob todos os pontos de vista, que ele não arrombasse a porta, e sim que a encontrasse aberta. Dos nomes até aqui pronunciados pelos senhores, de todas as bocas, entre os possíveis generais, aquele que todos falaram foi o nome do General Castelo Branco. E eu estou informado — na medida em que posso me dizer informado — que o grupo da Escola Superior de Guerra, de imensa participação na Revolução, tem todas as preferências do mundo, unânimes, pelo General Castelo Branco."

"De maneira que sugeriria aos senhores, sem querer violentar a opinião de ninguém, mas como todos pronunciaram esse nome, que esperemos o General Muniz de Aragão já dizendo a ele que o nome sugerido aqui foi o nome do General Castelo Branco."

Aí houve unanimidade em torno da idéia e, evidentemente, houve quem dissesse: "Bom, também há outros. Mas realmente todos nós pronunciamos o nome

---

\* Houve, nessa ocasião, dois encontros de Carlos Lacerda com o Marechal Dutra. O primeiro aconteceu antes da Revolução, no dia 18 de março de 1964. (N. da E.)

do General Castelo Branco.” Então combinamos não dizer nada, a fim de anunciar direta, oficial e exclusivamente ao General Costa e Silva que os governadores que tinham ajudado na Revolução indicavam ao Exército o nome do General Castelo Branco.

Antes disso, tinha passado pela minha casa o Almirante Rademaker junto com o Almirante Melo Batista, que foram propor o nome do Melo Batista para Ministro da Marinha. Achei um pouco estranho que procurassem a mim para indicar o nome do Ministro da Marinha, mas considerei que era uma espécie de campanha eleitoral — vamos dizer assim — em que queriam reunir o maior número possível de sufrágios. Mas esse não era o assunto ainda.

Bom, chega o General Muniz de Aragão. Cumprimentou toda a gente, alguns o conheciam, outros não (se não me falha a memória ele era, como o irmão, um pouco surdo). Veio fardado de campanha, com botas de pára-quedista. Sentou-se — estávamos sentados em semicírculo — e disse: “Bom, os senhores devem presumir a missão que me traz aqui. Estamos muito preocupados em que haja logo uma escolha do Presidente da República para indicar um nome para o Congresso eleger, a fim de sanear essa situação, normalizar tudo, e pôr o país em ordem. E o melhor nome que temos para oferecer aos senhores e ao país, o melhor de todos nós, é o do General Castelo Branco. Primeiro, intelectualmente é o mais preparado; segundo, é o mestre de várias gerações de oficiais; terceiro, é um homem rigorosamente de bem; quarto, entre todos nós, é talvez aquele que tem mais preocupação com a ordem jurídica e compromissos com a ordem civil. Portanto, é aquele mais capaz de cumprir o compromisso que as Forças Armadas acabam de assumir com a nação, isto é, o de convocar e garantir eleições livres e garantir a ordem”.

Eu disse: “Bom, general, felizmente, para nós e para o país, o senhor veio arrombar uma porta aberta. Nós acabamos de decidir, por unanimidade, a indicação do nome do General Castelo Branco. De maneira que eu o felicito por ter trazido o nome dele, mas creio, o senhor também nos felicita porque estamos todos de parabéns”.

Aí ele disse: “Bom, mas por uma questão de lealdade e franqueza militar, devo também dizer-lhes os defeitos. Ele é homem profundamente obstinado, profundamente vaidoso, extremamente teimoso, cioso um pouco demais da sua autoridade. Em suma, não é homem fácil. E isso dito, repito o que dizia antes.” Então ouvimos, cumprimentamo-nos e ele partiu.

Na sala de reuniões do palácio já estavam baterias de televisão e rádio. Como tinha havido uma combinação entre nós de não dizermos nada antes de chegar ao Palácio da Guerra, nada informei à reportagem toda que me perguntava: “Como é, qual foi a decisão? Qual é o nome que vão levar?” Eu disse: “Por enquanto não tenho nada a dizer, não posso dizer nada.” Porque imediatamente transpirou que estávamos reunidos. E assim fizeram os outros governadores, menos o Magalhães que, quando viu o repórter da televisão, disse: “Chegamos à unanimidade, e vamos indicar ao General Costa e Silva o nome do General Castelo Branco.”

O resultado é que, quando chegamos ao Palácio da Guerra o General Costa e Silva, evidentemente, já sabia que íamos levar o nome do General Castelo Branco.

O Costa e Silva demorou um pouco a entrar na sala de reuniões e depois mandou chamar o Ademar de Barros. Ficou a sós com ele durante uns vinte

ou trinta minutos. Ficamos esperando, e eu cá comigo pensando: “Que conversa será essa? Que coisa estranha essa conversa...”

Eu sabia de velhas amizades e de ligações deles quando o Costa e Silva serviu em São Paulo. Bom, passam-se uns vinte ou trinta minutos, desce ele acompanhado do General Sizenio Sarmento, que já estava nomeado chefe do gabinete do Ministro da Guerra. Não sei até hoje como nem por que estava presente e sentou-se numa ponta da mesa o General Juarez Távora. Tenho a impressão de que ele estava por lá e que, por deferência, o fizeram entrar.

Bom, começou a reunião, e o General Costa e Silva, declarando-se muito cansado, disse: “Os senhores não pensem que a Revolução já acabou. Ainda há perigo de luta. Estou acabando de receber de Porto Alegre a notícia de que o Brigadeiro Lavanere Wanderley foi ferido com um tiro. Casos como esse podem se repetir ainda no país.” Eu cá comigo interpretei logo como um recado, como quem diz: “isso ainda está em pé de guerra.” Eu disse: “Bom, general, mas de qualquer forma, quanto mais cedo se normalizar a situação, mais cedo termina o perigo de incidentes dessa ordem. Acho que o senhor concorda com isso.” Ele disse: “É, concordo, em termos.”

Aí o Magalhães Pinto disse: “General, estamos um pouco preocupados com a situação de alguns colegas nossos. Procurou-me a mulher do governador Seixas Dória, de Sergipe, porque não sabe onde ele está. Ele foi preso e está em lugar ignorado.” Diz o Costa e Silva: “Já começou a história! Está preso e fica preso! Não estou aqui para dar essas informações.” Pensei: “Eta diabo! Dessa reunião aqui vai sair faísca!” Aí diz o Nei Braga: “Realmente há situações difíceis. Por exemplo, há um problema no Paraná...” Diz ele: “O senhor já vai começar com histórias do Paraná? Por isso é que vocês nunca se livraram daquele ladrão lá, o Moisés Lupion.” O Moisés Lupion era amigo íntimo do Ademar de Barros, que estava ao lado do Nei Braga.

O Magalhães Pinto voltou à carga e disse: “Ministro, há o problema do fechamento dos bancos. Houve o decreto do Presidente Mazzilli fechando os bancos, mas é um fim de semana. Segunda-feira os bancos abrem e é preciso saber que tipo de providências o governo vai tomar, porque pode haver uma corrida aos bancos.” Ele virou-se e disse: “O senhor é precisamente a pessoa indicada para me fazer essa pergunta, na sua qualidade de banqueiro...” Pensei: “Nossa Senhora! Isso aqui vai ser uma coisa!”

Eu aí achei que estava na minha hora de falar e disse: “Ministro, viemos aqui, os governadores que colaboraram na Revolução, porque entendemos que é necessário normalizar rapidamente a situação e, unanimemente, trazemos a indicação de um camarada seu para a Presidência da República.” Ele disse: “Um momento! O presidente, por enquanto, é o Dr. Mazzilli, e eu sou o Ministro da Guerra, nomeado pelo Dr. Mazzilli. Aliás, não fui bem nomeado por ele. Sou um dos chefes da Revolução e me nomeei Ministro da Guerra. Ele apenas ratificou o ato.”

Eu disse: “Bom, mas o Dr. Mazzilli é um homem do PSD e, praticamente, não tem ninguém do PSD aqui. Somos de vários partidos e não estamos reivindicando nada em nome dos partidos. A prova é que trazemos o nome de um general. Mas, em todo caso, estranhemos certas coisas. Por exemplo: o Dr. Mazzilli, de quem sou amigo pessoal e contra quem não tenho nada, acaba de nomear chefe-de-gabinete o Deputado Israel Pinheiro. O que nos parece insólito e muito pouco próprio de uma revolução. Não que eu tenha nada, também, contra o Deputado Israel Pinheiro, com quem tenho também boas relações. Mas

ele é um homem do PSD, e foi um dos principais auxiliares do governo Juscelino Kubitschek. Quer dizer, não vejo muito propósito nisso.”

Ele disse: “Quem lhe disse que ele nomeou?” Eu disse: “Ué, está nos jornais.” Ele disse: “Se nomeou, vai desnomear!” Eu disse: “Mas o senhor já tem idéia do resto do ministério?” Ele disse: “Tenho, tenho porque sou eu que vou indicar o ministério. Aliás, já está nomeado o Ministro da Justiça, o Dr. Gama e Silva, professor eminente de São Paulo, revolucionário da primeira hora, e acho que ele deve acumular com a pasta da Educação.”

Bom, antes que ele fosse além, nomeando o governo todo, eu disse: “Mas ministro, queria lhe lembrar que estou aqui falando em nome dos meus colegas que me delegaram, pelo fato de eu ser governador da terra, a incumbência de transmitir ao senhor o nome...” Ele disse: “Ainda não cheguei lá!” Eu disse: “Mas eu já cheguei!” Ele disse: “Acho muito cedo para essas coisas.” Eu disse: “Para nós, me parece que está ficando tarde.” Então, começou um diálogo meio desagradável.

Entre alguns dos outros governadores havia — para falar com franqueza — um grande temor e uma grande insegurança. Em outros, grande firmeza. O Fernando Correia da Costa, por exemplo, um homem inteiriço, perfeito; muito discreto, muito sóbrio, homem de uma lealdade e de uma correção extraordinárias.

Nessa altura, senti que o Costa e Silva estava me impedindo de falar. De repente, o General Juarez Távora, que estava na ponta da mesa, calado, deu um soco na mesa (um daqueles famosos socos que ele dava na mesa) e disse: “Costa, deixa o governador falar!” Aí o Costa e Silva virou-se e disse: “Juarez, você continua um eterno adolescente!” Disse isso na nossa frente. Pensei: “Isso vai acabar de um jeito que se eu não responder à altura a esse homem estou perdido!”

O Juarez tomou tamanho susto com aquela agressão, que nem me lembro se ele disse mais alguma coisa ou se ficou calado. Confesso que não me lembro. Eu disse: “Bem, general, o problema é o seguinte: eu não sei onde o senhor estava em 1945; eu não sei onde o senhor estava em 1954; mas sei onde o senhor estava no 11 de novembro, o senhor estava ao lado do General Lott. Agora, eu sei onde eu estava. De maneira que eu não preciso pedir licença ao senhor para lhe falar no Palácio da Guerra. Quer o senhor queira, quer não, vou dar o recado que lhe trouxemos.”

Aí aconteceu esse fenômeno muito comum nesse gênero de coisas: ele se enquadrou e disse: “O senhor me desculpe, governador, eu não quis magoá-lo absolutamente. É que estou muito nervoso e cansado. O senhor não pode imaginar a tensão desses dias!” Eu disse: “Posso. Posso imaginar a sua pela minha, que deve ter sido bem maior. Em suma, general, o problema é o seguinte e muito simples: por unanimidade indicamos ao senhor, como chefe no momento do Exército e um dos chefes da Revolução, o nome do General Castelo Branco.”

Bom, aí foi a vez de ele dar um soco na mesa e dizer: “Mas tínhamos o compromisso de nenhum de nós aceitar!” Eu disse: “Isso é problema entre os senhores. Eu não sabia desse compromisso e, creio, nenhum de nós sabia.”

Aí todo mundo fez um gesto negativo, que ninguém sabia. E eu disse mais: “Como o senhor vê, nenhum de nós sabia. E não temos a obrigação de respeitar esse compromisso, que é entre os senhores. Se ele não quiser aceitar, é outro problema. Mas nós lhe indicamos o nome do General Castelo Branco, porque achamos que ele reúne a maioria, se não a unanimidade dos militares, e une as Forças Armadas, e é preciso mantê-las unidas. A sua presença no

Ministério da Guerra lhe assegura, evidentemente, grande influência sobre o governo, de maneira que seus méritos com a Revolução são evidentemente reconhecidos e a nós nos tranquiliza porque tranquiliza o país em torno do compromisso das eleições livres a que temos direito.”

Ele disse: “Mas, nesse caso, ele tem primeiro que se reformar.” Eu disse: “Também é problema dos senhores, não é problema nosso.” Ele disse: “Mas os senhores já o consultaram?” Eu disse: “Não. Não íamos cometer uma indelicadeza de consultá-lo antes de comunicar ao senhor. Então, está feita a comunicação, General. O senhor agora transmita aos seus comandados a colaboração que vieram trazer os governadores da Revolução. Até logo, passar bem, prazer em vê-lo.” Saímos e fomos embora.

Nessa reunião estavam os governadores, o Juarez, o Costa e Silva e o General Sizen Sarmento, que era o chefe-de-gabinete, e mais ninguém.

Se houve troca de insultos e palavrões entre mim e o Costa e Silva? Não, a cena foi exatamente a que descrevi. Foi um diálogo duro, áspero, profundamente desagradável. Não se pode chamar isso de uma conversa cordial. Mas não sou homem de dizer palavrão a Ministro da Guerra numa reunião com governadores. Isso não faz o meu gênero. E ele também não ia tolerar que eu fosse lá dizer palavrão. Foi uma reunião, por menos que a gente quisesse formalizar, uma reunião solene, uma reunião, afinal, de governadores eleitos com mandatos com um dos chefes da Revolução e Ministro da Guerra, e numa situação dramática daquelas, quer dizer, não era homem de estar achincalhando a conversa. Essa lenda de uma troca de palavrões entre nós é falsa.

Houve alguns governadores, entre eles notadamente — me lembro muito bem — o Fernando Correia da Costa, que reiterou o que eu havia dito. Ele disse: “General, quero dizer que as palavras do Carlos Lacerda interpretam, fielmente, o que nós decidimos. Quero reiterar esse apelo que lhe fazemos.”

Que eu me lembre, o Magalhães Pinto não falou nada. É possível que alguns outros se tenham pronunciado, mas todos com o mesmo espírito, sem alterar o sentido. Quer dizer, a reunião foi tensa, foi dura, inclusive eu tive que dizer ao Ministro da Guerra que não sabia onde ele estava em tal data e sabia onde eu estava, por isso eu não precisava pedir licença para falar. Eu acho que foi mais terrível dizer isso do que dizer um simples palavrão.

Eu prefiro não interpretar se o Costa e Silva queria ou não o Castelo Branco. Isso eu deixo para a história, já que estamos depondo para a história. Qualquer interpretação minha seria uma aventura, seria aventureira. Mas, quando saímos da reunião, uns foram ainda para o Palácio Guanabara e ficamos conversando: outros tomaram seus rumos e voltaram para os seus Estados, Costa e Silva não chamou ninguém para conversar em particular. Ele já tinha tido aquela conversa particular com o Ademar. Mais tarde (como vocês verão daqui a pouco), Costa e Silva me contou que tinha chamado o Ademar exatamente para dizer-lhe que só toleraria a sua permanência no governo de São Paulo se renunciasse à idéia de ser candidato à Presidência da República. Foi a versão que mais tarde me deu, mas eu não sei o teor da conversa dos dois.

Bom, quando cheguei em casa, pensei muito na história: “Olhe, isso aí vai acabar em ditadura militar.” E fiz uma carta ao Costa e Silva dizendo mais ou menos, em linhas gerais, o seguinte: “A Revolução está tomando um rumo extremamente perigoso. Com a sua insistência em manter o Presidente Mazzilli (porque ele insistiu em que o Mazzilli ficasse até os tais trinta dias, e que depois, então, se escolheria o novo presidente; isso ele me tinha dito) o que o

senhor pretende é uma ditadura militar disfarçada, colocando um civil, que nem sequer é um correligionário da Revolução, à frente do governo para que o senhor seja a ditador. Como não estou de acordo com isso, saio do governo do Estado e não tenho mais compromisso com a Revolução.”

Mandei entregar essa carta ao General Sizeno, que tinha sido meu Secretário de Segurança, mas o Sizeno interceptou essa carta (eu não tenho essa carta comigo e vou contar por quê), o Sizeno interceptou essa carta, chamou o Juraci Magalhães e o incumbiu de ir lá em casa me convencer a retirar a carta. O Juraci chegou e, pouco depois, o Cordeiro de Farias.

Isso foi no dia seguinte ao da reunião. Então, chegou o Cordeiro de Farias com a mesma conversa do Juraci, só que o Cordeiro era, digamos, muito mais aberto. Disse: “É um absurdo! A Revolução não pode dispensá-lo de maneira nenhuma. Imagine você. E depois você levou lá a mensagem dos governadores com a qual nós todos do Exército estamos de pleno acordo. Não há motivo para você se julgar vencido. Esta é a tese vencedora.”

Mas o Juraci chegou e disse: “O General Sizeno Sarmento me entregou uma carta sua ao Costa e Silva que é uma carta — você me desculpe — inteiramente descabida. É quase um ato de insensatez. Você não pode fazer isso de maneira nenhuma.” Eu disse: “Está bem, então se vamos para o Castelo Branco e se não há problema, também não há problema comigo”.

Mas o Juraci não me entregou de volta a carta e, um dia, aludiu a ela, sem lê-la e nem mostrá-la a ninguém.

E foi aí que eu, nesse mesmo dia, ou no dia seguinte, tive o tal encontro com o Mazzilli e consegui convencê-lo a sair antes dos trinta dias porque evitaria a ditadura do Costa e Silva.

Mas nesse período não fui procurado nem uma vez pelo Castelo Branco ou emissários dele. Nem o procurei. Fui procurado por camadas meus do Exército, inclusive o Linhares — que já citei — e vários outros companheiros de longas lutas, e todos eles diziam: “O nome é mesmo o do Castelo Branco. É o único que reúne a unanimidade e é o único capaz de assegurar os nossos compromissos com o país, etc. Enfim, é o melhor de todos nós.” Lembro que um deles disse: “É o melhor que o Exército tem para oferecer ao país.”

Bom, aí o Castelo Branco, notificado de que tinha sido escolhido — não sei se pelo Costa e Silva pessoalmente ou por alguma outra pessoa —, chamou à casa dele, na Rua Nascimento Silva, a mim e, não sei se por coincidência ou não, também o Julinho Mesquita. Essa foi a segunda vez que vi o Castelo Branco na vida. A primeira tinha sido uma vez que fui visitar o Presidente Dutra e ele estava lá.

Então, desceu aquele homem baixo. Atrás dele vinha um ajudante-de-ordens enorme, alto, de quem não sei o nome: era um contraste curioso aquelas duas figuras descendo as escadas. Castelo extremamente cortês, extremamente amável, mandou-nos sentar num canto da sala — o Julinho e eu — e disse: “Bom, tenho agora que tratar da eleição pelo Congresso, mas, antes, queria prestar uma homenagem aos senhores pelos serviços prestados... (Aí vez as maiores referências ao Julinho e ao jornal *O Estado de São Paulo*)... “E ao Governador Carlos Lacerda, a quem presto homenagem porque não me canso de dizer que, durante todo o tempo em que o Exército não estava em condições de tomar decisões, ele lutou quase sozinho contra esse estado de coisas. Por isso merece o maior apreço. Então, não quis deixar de anunciar aos senhores em primeira

mão (ele não empregou a palavra 'primeira mão', mas qualquer coisa parecida) o ministério."

Aí, evidentemente, aguçamos o ouvido para ouvir: Ele disse: "Para Ministro da Justiça estou convidando o Prof. Milton Campos..." Eu disse: "General, permita interromper para um curto parêntese. Do ponto de vista moral, intelectual, cívico e jurídico, o senhor não podia ter feito melhor escolha. Agora, para uma transformação revolucionária do país, com todo o respeito, carinho e afeto que tenho pelo Milton Campos, acho que tenho o dever de advertir que o Dr. Milton Campos não é o Ministro da Justiça para uma revolução. O Dr. Milton Campos é um homem dominado por escrúpulos jurídicos de tal ordem, que seria um excelente ministro para depois de uma revolução, ou para evitar uma revolução. Mas para uma obra revolucionária é extremamente difícil o senhor conseguir isso. Ele vai criar problemas."

Ele disse: "É, mas entre outras coisas o convite já está feito." Eu disse: "Então o senhor está nos comunicando um fato consumado. Só posso felicitá-lo pela grandeza da escolha, mas também me achei no dever de lhe fazer esse aviso. Peço que não interprete como uma oposição ao nome do Dr. Milton Campos."

Ele continuou: "Para Ministro do Planejamento escolhi o Dr. Roberto Campos." Senti, da parte de Julinho, uma grande satisfação. Ele disse: "Excelente!" Fiquei calado. Continuou: "E para Ministro da Fazenda, escolhi o Dr. Otávio Gouveia de Bulhões." Tenho pelo Bulhões muito apreço pessoal. Tanto que, quando tratei da compra da Companhia Telefônica, ou da sua possível encampação ou desapropriação, uma das pessoas que chamei para discutir o assunto e incumbi de estudá-lo foi Otávio Gouveia de Bulhões, de forma que eu não tinha prevenção nenhuma contra ele. Mas o Dr. Bulhões era, e é até hoje, desses homens que, por se julgarem ou por serem técnicos de finanças — não sei bem o que ele entende de finanças —, servem a qualquer regime. Na realidade, tinha servido a uns quatro ou cinco regimes diferentes: foi Diretor dos Serviços Técnicos de Finanças do Banco do Brasil, da CACEX, da Superintendência da Moeda e do Crédito; uma porção de coisas desse tipo. Talvez esteja me enganando em alguns desses nomes, mas, em todo caso, nesse tipo de cargos ele serviu ao governo do Getúlio e a todos esses governos. Então, essa combinação de Roberto Campos e Gouveia de Bulhões me pareceu que já era, por si, uma definição de um governo extremamente conservador e clássico, no sentido monetário do termo, além de repercussões de outra natureza, como o problema das empresas estrangeiras, etc.

Fiquei calado, porque não me pareceu próprio ficar vetando nomes para um ministério que, afinal, era dele, e não meu. Além disso, não teria nada a dizer contra o Dr. Bulhões, que é um homem de bem. Teria a dizer da filosofia de governo que essas escolhas exprimiam. Mas não era o momento, porque ele estava nos comunicando fatos consumados; estava nos comunicando o ministério que ele já tinha convidado. Como o Juarez Távora para o Ministério da Viação. A maior parte eu conhecia, somente um ou dois eu não conhecia. Esse ministério do Castelo foi considerado um ministério udenista, mas na realidade não era.

O Castelo Branco nessa reunião disse o nome do Dr. Raimundo de Brito para o Ministério da Saúde, voltando-se muito especialmente para mim, como quem diz: "Este é o ministro da Guanabara". Repliquei: "General, o senhor me perdoe, mas não tenho nada a opor ao nome do Ministro Raimundo de Brito,



se ele é da sua confiança, é problema seu. Convidei outro dia, o Dr. Raimundo de Brito para Secretário da Saúde para resolver uma crise na Secretaria de Saúde, com o problema de saída do secretário. Mas não o considero como um ministro representante da Guanabara. E peço ao senhor que não o tome como representante da Guanabara.” Ele disse: “Governador, não estou convidando ministros como representantes de nenhum governo ou de um Estado. Estou fazendo um ministério nacional.” Eu disse: “Perfeito. Só quero que fique claro que não é um ministro da Guanabara.” Continuou: “E para a pasta do Exterior escolhi o Vasco Leitão da Cunha...” E ainda se permitiu dizer: “... porque achei que é uma pasta em que é necessário um profissional, um embaixador. É uma pasta que tem uma política, chamada política exterior do país e que, por isso mesmo, deve ser feita por um especialista. Depois já é um embaixador com experiência.” Entre outras coisas tinha e tenho excelentes relações com o Vasco Leitão da Cunha. Em suma, ele anunciou o resto do ministério.

Tenho a impressão de que essa escolha foi, desde o começo, uma mistura da vontade pessoal dele, combinada com as sugestões do grupo de oficiais de informação, que foi o núcleo que se formou em torno do nome dele para levá-lo à Presidência da República — Golberi e outros. Não tenho a impressão de que o ministério todo tenha sido escolhido só da cabeça dele. Tenho a impressão que vários desses nomes terão surgido da conversa entre eles, e alguns, talvez, da preferência pessoal dele. Agora, o que conheci do Castelo me autoriza a crer que nenhum, em todo caso, foi escolhido contra sua vontade, porque ele não era homem de aceitar imposição de ninguém. Mesmo porque eu estava lembrado das restrições que o General Muniz de Aragão tinha feito: “um homem obstinado e vaidoso”, quando, textualmente, afirmou para nós no Palácio Guanabara: “Depois de fazer os elogios tenho que dizer também os defeitos.”

Hoje, não me lembro mais se, quando fomos conversar com o Castelo, já tinha sido promulgado o Ato-1. Aí começa o problema de cronologia. É irrelevante saber se foi antes ou depois. Em todo caso o Ato-1 já beneficiava o General Castelo Branco no sentido de torná-lo elegível. Quando saímos, na calçada, o Dr. Julinho, antes de tomar o carro para voltar para São Paulo, estava de um modo geral satisfeito. Evidentemente, nem todos os nomes o tinham deixado muito contente, mas o nome do Roberto Campos o animara extraordinariamente. Estava achando que era uma grande escolha por causa daquele preconceito que ele, Julinho Mesquita, tinha sobre o técnico de economia. Ele acreditava muito que economia é matéria de economista! Engenharia é matéria de engenheiros! Ele tinha horror de improvisações, e nesse particular, tinha uma crença um pouco excessiva. Como era fundamentalmente um homem de boa fé, tendia a ter crença excessiva na reputação pública que as pessoas adquirem. E a reputação do Roberto Campos como um homem que entendia muito de economia e como uma autoridade na matéria, obscureceu nele qualquer outra impressão.

E na nossa conversa não me ocorreu ponderar o fato de que Roberto Campos tinha sido embaixador do Jango até a véspera e, como tal, tinha feito discursos em Washington e em Nova York justificando e defendendo a política do Jango, quer a política econômica quer a política política. Isso me passou na hora! Mas o Julinho ficou muito animado com a nomeação do Roberto Campos e, também, com a do Bulhões, porque ele acreditava que “cada macaco no seu galho”. Não sei se ficou tão entusiasmado com os outros. Ao pró-

prio nome do Milton Campos, se não me engano, ele fez lá fora na calçada, ao se despedir, o mesmo tipo de observação que eu. Quer dizer, do maior apreço, do maior respeito, mas da dificuldade de convencer um homem como o Milton Campos a promover cassações ou a remover certos obstáculos legais para que uma revolução realmente seja consumada. Nos despedimos e fomos embora. Aí começa o governo Castelo Branco.

---

“SE ABRIR MÃO DA CANDIDATURA  
NÃO HAVERÁ ELEIÇÕES”

ALGUNS DIAS DEPOIS, fui procurado no Palácio Guanabara pelo Deputado Bilac Pinto, então Presidente da UDN. Isso depois que cessara o cerco de Brasília, pois a capital ficou completamente isolada do resto do Brasil durante todo o tempo da Revolução — não tinha comunicações, não tinha nada e a Câmara e o Senado não sabiam de nada do que se passava cá fora. Pouco antes da Revolução o Bilac Pinto havia feito um famoso discurso sobre a guerra revolucionária, com o material fornecido por esses oficiais da Escola Superior de Guerra (não sei exatamente por qual, mas suponho que ou pelo Golberi ou por algum outro desses oficiais), dizendo o que é e como é a guerra revolucionária, procurando aplicar essa teoria à conjuntura brasileira, e mostrando que o que havia no Brasil era exatamente uma guerra revolucionária latente.

Apesar disso, no entanto, quando ele desembarcou no aeroporto do Rio disse a um dos secretários do Estado ou ao Roberto Sodré, se não me engano, ou a alguém que estava comigo no palácio e a quem pedi o obséquio de recebê-lo em meu nome: “Vocês estão querendo rasgar a Constituição!” Isso mostra o grau de desinformação que esse homem estava em relação à Revolução!

Devo dizer também que dias depois o Castelo fazia sua pequena campanha eleitoral e, a pedido dele, se encontrava em casa do Almirante Amaral Peixoto com o Dr. Juscelino Kubitschek — a quem chamou todo tempo de Presidente —, pedindo o voto do Dr. Juscelino e dos seus correligionários no Senado e na Câmara, fato de que só fui sabedor muito depois por várias pessoas: pelo Renato Archer, por companheiros nossos de Revolução e, mais tarde, confirmado, com todos os detalhes da conversa, pelo próprio Juscelino, em Lisboa. Mas não sei se durante a conversa Castelo teria se comprometido a não cassar o Juscelino. Juscelino não me disse isso, e não creio que ele tivesse se comprometido, nem acredito inclusive que a conversa tivesse chegado a esse ponto. Quem poderia informar isso melhor é o Renato Archer, de um lado, e, do outro lado, o anfitrião, que era o Almirante Amaral Peixoto.

Nessa ocasião aparece no Palácio Guanabara o Presidente da UDN, Deputado Bilac Pinto, que depois de uma conversa — você me desculpe, bem mineira, dessa conversa que começa e que você não sabe onde é que vai acabar, mas sabe que o fim não tem nada a ver com o começo —, uma longa conversa, ele acabou chegando ao ponto desejado e disse: “Governador, acho que sua candidatura que foi praticamente lançada no Paraná, agora já não faz sentido porque, afinal, houve uma Revolução! Então seria o caso, eu acho — e como

conheço seu espírito público e seu desprendimento pessoal, é que me atrevo a fazer esta sugestão, este apelo — de que você devia renunciar à sua candidatura, abrir mão dela. Não é bem renunciar, é abrir mão. Porque é um outro processo que começou no país.”

Eu disse: “Oh, Bilac, em primeiro lugar minha candidatura já não é minha. Nunca, aliás, foi minha, porque nunca a propus; ela foi lançada por companheiros nossos, pela quase unanimidade da UDN nacional. Então, compete à UDN manter ou retirar a minha candidatura. Não me oponho a nenhuma das duas coisas. Lembro apenas a você que a Revolução foi feita exatamente na medida em que convencemos o país e o Exército de que a presença do Dr. João Goulart no governo, com seus programas de agitações, visava a evitar eleições, evitar eleições como nós a entendemos.\*1

“Ora, se começamos por abrir mão da candidatura da UDN, provavelmente a do Juscelino não vai existir, então não haverá candidato; então não haverá eleições. Então, o Exército não poderá cumprir com o seu compromisso. A finalidade precípua da Revolução, que além de fazer algumas reformas antes das eleições até para que elas sejam livres e limpas, será realizar uma imensa obra econômica e financeira para tirar o país dessa inflação e garantir eleições.”

Entre parênteses: eu dizia que o Clemente Mariani me contou e repetiu outro dia que durante os quase trinta dias que durou a crise da renúncia do Jânio, para manter o Brasil vivo, quer dizer, o Brasil em condições de produzir e trabalhar, teve que emitir mais dinheiro do que nos cinco anos do quinquênio do Juscelino. Quer dizer, todo esforço dos sete meses em que ele foi Ministro da Fazenda, um esforço muito bem calculado, muito bem realizado de contenção da inflação, foi completamente perdido por esses dias em que o Brasil parou.

E parou mesmo! Os bancos não operavam, as fábricas não trabalhavam, e assim por diante. E, para manter vivo o país, o ministro do Jânio, já demissionário antes da renúncia, mas que precisou continuar por falta de outro ministro, teve que emitir — palavras dele — mais dinheiro do que nos cinco anos do quinquênio do Juscelino. Então vocês imaginem o que custou ao Brasil! O quinquênio do Juscelino, nós todos sabemos, não foi brincadeira em matéria de emissões; uma das acusações maiores ao Juscelino era esta: ter feito um governo altamente inflacionário. Pois bem, o Jânio Quadros, com a renúncia, provocou uma emissão, em poucos dias, maior do que os cinco anos do Juscelino. Jânio Quadros só não; enfim, a crise que se criou.

De maneira que naquele dia eu dizia ao Bilac: “Diante de situações como essa, a Revolução tem muito o que fazer. Acho que o dever nosso é manter vivas as candidaturas e partir, o mais cedo possível, assim que a situação se normalizar, para uma campanha eleitoral e eleger os candidatos que tenham sido indicados pelos partidos.” Bilac respondeu: “Não, penso de modo diferente. Acho que ficaria parecendo uma ambição pessoal sua, como se você fosse, assim, uma espécie de herdeiro natural da Revolução. Se eu fosse você abria mão, seria um gesto belo da sua parte e patriótico.”

“Não, prefiro não ser tão belo nem tão patriótico. Prefiro outra solução, que é a convocação de uma outra convenção da UDN para homologar ou não — e aí é que a palavra ‘homologar’ estaria mais certa —, para ratificar ou não minha candidatura. Se a UDN nacional, reunida em convenção, achar que a Revolução alterou de tal maneira os quadros políticos do país e a situação

---

\* Veja nota no final do capítulo. (N. da E.)

geral, e que, por exemplo, não devem haver eleições ou que devem haver haver eleições com outros candidatos, está tudo perfeito! Mas compete ao partido decidir e não a mim nem a você.”

Ele saiu e eu fiquei — como se costuma dizer — com a “pulga atrás da orelha”. Aí começaram vários incidentes, cuja cronologia não saberia reconstituir, em que dia cada coisa dessas aconteceu. Uma delas contei a vocês outro dia, fora da gravação. O Deputado Herbert Levy me procurou e disse: “Ah, queria ver se obtinha, mas parece que está difícil, uma audiência do Castelo Branco com os cafeicultores de São Paulo, que estão meio preocupados com o problema do preço do café e com o financiamento do governo!” Eu disse: “É. Têm saído umas declarações do Roberto Campos muito inquietantes a respeito do café. Porque o Roberto Campos está com horror a café! Ele acha que o Brasil produzir e depender do café é um flagelo! O que acho extremamente estranho.”

Roberto Campos tinha encomendado um estudo sobre siderurgia nacional a uma firma americana, a Booz Allen, o que me parece também um pouco despropositado: chamar uma firma americana especialista em projetos de siderurgia para examinar o problema siderúrgico do Brasil. É como convidar concorrentes para dizer o que é que a gente deve fazer aqui. “Há certos comportamentos estranhos, mas quanto ao problema do café, estou à disposição. Você traz os homens aqui para a gente ter uma primeira conversa e saber o que é que eles querem para eu poder transmitir ao Presidente”.

Herbert Levy levou os homens. Aquele pessoal habitual do café de São Paulo; não vou nomear um por um, até porque não me lembro do nome de todos, mas o Almeida Prado, o pessoal todo do Centro de Agricultura. E eles explicaram que a posição do café de São Paulo era extremamente delicada; que a verba estava sendo extremamente difícil; que precisavam conversar com o presidente seriamente. E, numa hora lá, um deles, muito habituado a esse gênero de conversa, disse: “Se não houver uma decisão botamos fogo nas lavouras do café!”

Alertei: “Bom, olha aqui, vou pedir uma audiência ao Presidente da República para vocês explicarem a situação, mas queria dar um conselho aos senhores: não vão falar a ele nesse tom porque Castelo é homem de convidar os senhores a tocar fogo e, depois, prendê-los se fizerem isso. E a conversa vai ser extremamente desagradável e improdutiva. Aconselharia os senhores — e voltei-me especialmente para esse que disse isso — a levar a questão com calma”.

Telefonei para o Presidente Castelo. Ele me convidou para almoçar e fui com o Armando Falcão e, se não me engano, com o Rafael de Almeida Magalhães. O Armando Falcão, tenho certeza. No almoço falou-se de várias coisas. Ele era ameno de conversa e gostava de falar sobre literatura, etc., mas conversou também sobre muitos problemas do governo, contando como tinha encontrado o país, e as dificuldades que estava tendo. A certa altura eu disse: “Presidente, pedi este encontro e o senhor teve a amabilidade de me convidar para almoçar, porque passou-se isso assim e assim. O Deputado Herbert Levy não conseguiu uma audiência no momento para os homens do café e me pediu que eu a requeresse.”

Castelo aí fechou a cara e disse: “É, recebo. Pode dizer que recebo. Você se entenda com o General Geisel e veja o horário disponível”. Agradei. Aí o Armando Falcão perguntou: “Mas afinal, Presidente, o que é que essa gente do café quer?” Ele baixou a cabeça, assim, fechou a cara e disse: “Ganhar mais dinheiro!”

Tudo aquilo me pareceu também estranhíssimo! Em primeiro lugar, achei estranho que ele achasse estranho que os sujeitos que plantam e colhem o produto queiram ganhar mais dinheiro. Segundo, o preconceito anticafeeiro que se refletia naquelas declarações — o que já se conhecia do Roberto Campos, já que era mais ou menos notório seu desejo de livrar o Brasil dessa dependência em relação ao café, que é, se não me engano, o terceiro negócio do mundo. Afinal, o café não é uma coisa assim tão desprezível, porque em todo caso respondia naquela altura por 65% do valor das exportações brasileiras. Então, não era um assunto para ser tratado com essa raiva toda, vamos dizer mesmo, com esse preconceito.

Mas senti um pouco aquele clima — não ousou dizer nordestino, porque não é unânime no Nordeste —, mas aquele clima de achar que o Brasil é explorado por São Paulo, que São Paulo é explorado pelo café, e que o Brasil vive debaixo da tirania dos preços do café. Atitude muito comum, sobretudo por parte de quem não tem contato muito direto com a economia ou não tem experiência empresarial; por parte de quem não sabe dessas coisas. Mas estranhável num homem como Roberto Campos que, embora não tivesse experiência empresarial nenhuma, era considerado um *crack* em economia. Sai dali, marcaram a audiência, os homens estiveram com o Castelo Branco e eu me desinteressei do assunto.

Aí começaram outras coisas muito estranhas. Também, como eu já disse, é difícil situar tudo isso cronologicamente, mas o relatório Booz Allen, por exemplo, previa que ia haver uma crise de superprodução de aço no mundo e que, portanto, não convinha estimular a instalação de siderúrgicas no Brasil. Então, recomendavam adiar o projeto muito querido dos maranhenses, da Siderúrgica do Maranhão; adiar a Siderúrgica de Tubarão, no Porto de Vitória (que era local para uma siderúrgica muito mais indicado do que o local de Volta Redonda, porque está na boca de descida do minério e é um porto que recebe carvão e, portanto, havia uma justificativa enorme para isso); adiar a Cosigua, que era a “menina dos meus olhos”, porque eu só acreditava na viabilidade econômica da Guanabara como Estado se ela tivesse uma indústria de base que servisse de espinha dorsal para sua industrialização... Do contrário, seríamos o quê? Ainda mais depois da mudança da capital... Uma indústria de quintal?

E já aquilo me assombrou. Depois, uma série de outras coisas: a vinda de uma missão americana para reorganizar o imposto de renda no Brasil, por exemplo. Ora, no Brasil, realmente, não se pagava imposto de renda; pagava quem queria. As maiores fortunas do Brasil praticamente não pagavam imposto de renda. Então, reorganizar e generalizar o imposto de renda para cobrar de quem tivesse renda, é evidente, parecia coisa muito sadia. Mas, primeiro, não creio que precisássemos de técnicos americanos para isso. Segundo, meu temor — não é que fossem americanos, russos ou japoneses — meu temor é que eles trouxessem de um país supercapitalizado uma mentalidade tarifária em matéria de imposto de renda para um país que precisava formar capital. Então, iriam agravar o problema da formação do capital no Brasil, o que era perigosíssimo, caso não entendessem toda a diferença que há entre um país que precisa de capital e um outro que tem capital demais. Por outras palavras, pareceu-me que isso colocaria ainda mais o Brasil na dependência da importação de capital estrangeiro.

Isso porque, desde que não se gera capital no país ou que esse capital gerado no país é fortemente taxado, você ainda fica mais na dependência de importar capital de fora; porque dinheiro não se inventa: ou se faz no país,

produzindo, ou se importa de fora e se cria uma dívida que mais tarde terá que ser paga.

Poucos meses depois, surge o plano Roberto Campos. Não me lembro bem como se chamava esse plano. Sei que era mais um, porque o que se fez de plano no Brasil, é uma enormidade desde o plano SALTE,\* de que nunca mais se ouviu falar; desde a missão Cooke no tempo em que o João Alberto estava na coordenação econômica, na época da guerra. O que se fez de planos no Brasil, planos mais tarde jogados fora, desprezados e nunca realizados, era uma fábula. Surgiu, então, mais um plano: o plano Roberto Campos, que tinha um nome qualquer e que foi apresentado como o plano econômico da Revolução.

Esse plano fazia projeções como esta: dentro de dez anos o Brasil produzirá tantos milhões de cachos de banana; dentro de  $x$  anos o Brasil produzirá tantos milhões de dúzias de ovos. É claro que estou falando dos aspectos caricaturais, mas os aspectos não caricaturais talvez fossem mais graves. Porque não era um plano de industrialização do Brasil, nem mesmo à moda do Juscelino, que foi “às caneladas”. Era uma coisa muito mais parecida com o governo Campos Sales do que com qualquer outro governo do Brasil.

Aí fui ao Castelo Branco e disse: “Olha, Presidente, não tenho nenhum desejo de me meter no seu governo, não pleiteei nada no seu governo, não tenho um ministro meu no seu governo, não meu, mas da Guanabara. Mas acho que tenho o direito e o dever de fazer certas observações, que peço ao senhor que receba como uma prova de respeito e de colaboração: acho que esse plano Roberto Campos, para lhe falar numa palavra, é uma impostura, uma farsa, uma coisa inteiramente desarrazoada. Desde essa história de prever quantos cachos de banana o Brasil vai produzir nesses dez anos até prever que as galinhas, pontualmente, vão pôr tantos ovos por ano, até aspectos mais graves, como o de interromper o processo de industrialização brasileira, e o de fazer um pouco depender demais o nosso desenvolvimento do suporte do capital estrangeiro, coisa que não está na nossa mão, que não depende de nós, e pela qual se paga um preço, e que a questão é saber que preço será este!”

Bom, o Jango nas vésperas de sair do governo, quase que como um ato de vingança, dentro daquele clima de desordem, tinha nacionalizado as refinarias particulares de petróleo.\*\* Eu tinha amigos entre os donos das refinarias como o velho Peixoto de Castro, que foi colega de meu pai, e um dos primeiros a visitá-lo na cadeia, quando levou-lhe um rádio daqueles com aquelas antenas e ainda requereu habeas-corpus para ele. Peixoto de Castro é um homem altamente estimado, sócio de Osvaldo Aranha. Ganhava todas as concorrências possíveis para a Loteria Federal. Ele tinha as melhores relações comigo e até bem pouco tempo trabalhavam com ele amigos meus, além do filho do Osvaldo Aranha.

Mas de repente o governo — deve ter sido uma semana depois ou no máximo dez dias depois da posse do Castelo — baixa um decreto devolvendo as refinarias aos seus proprietários.

---

\* Plano SALTE — Saúde, Alimentos, Transportes e Energia, plano econômico do governo Dutra. (*N. da E.*)

\*\* O decreto de desapropriação das refinarias foi assinado durante o comício da Central. (*N. da E.*)



Aí comecei a fazer umas manifestações públicas. Fiz uma declaração dizendo que estranhava um pouco o decreto porque achava que a Revolução não tinha sido feita para devolver as refinarias aos proprietários, que isso era assunto que cabia à Justiça decidir. Tinha havido um decreto talvez abusivo, talvez demagógico, talvez até lesivo, mas que essas refinarias, eu não esquecia, tinham sido dadas de presente a esses senhores pelo governo Dutra e que a Revolução estava apenas devolvendo o presente do governo Dutra a esses senhores, o que eu achava muito estranho!

Um dia, alguns amigos meus me ajudaram a preparar uma análise do plano Roberto Campos. Homens experientes, homens que tinham também seus méritos, sobretudo homens com experiência empresarial, experiência de vida. Fui para a televisão e contra a opinião do *Estado de S. Paulo*, que apoiou calorosamente o plano, e contra a opinião de muita gente, fiz uma análise muito dura. Em primeiro lugar, ridicularizando toda essa história de futurologia do ovo, de futurologia da banana! Porque disso estava cheio o plano. Estou citando dois exemplos porque nem me lembro mais. Era realmente de um ridículo pasmoso. E entrei nos outros aspectos, mas ressalvei a intenção maravilhosa e perfeita do Presidente Castelo Branco de querer dar um plano ao país. Apenas eu achava que era plano Roberto Campos, não era o plano da Revolução. Aquele não podia ser o plano da Revolução.

E o Dr. Roberto Campos era um homem que não tinha compromisso nenhum com a Revolução nem a Revolução com ele. E quando muito era um técnico sem nenhuma noção do problema político brasileiro e que estava comprometendo gravemente o futuro do país em governos que viriam depois e que teriam que arcar com as consequências da aplicação desse plano, pois que o governo Castelo Branco era necessariamente um governo de curta duração, destinava-se a ir até a data das eleições. Pois esse era o compromisso do Exército, o compromisso das Forças Armadas.

Achava que ele devia fazer um plano bem mais modesto, menos ridículo, menos ambicioso, de curta duração para a contenção da inflação e que permitisse ao futuro governo fazer o seu próprio plano de ação. No entanto, aquele plano era uma coisa que fazia projeções para dez anos.

Aí recebo no palácio um telefonema: “Governador, aqui é o Presidente Castelo Branco” (isso aconteceu várias vezes). “Pois não, Presidente”. Ele disse: “Eu gostaria que o senhor desse um pulo aqui no Laranjeiras, se puder”. Eu disse: “Pois não, quando quiser”. Ele disse: “Agora”.

Fui lá e ele me disse: “Olha, queria lhe dizer duas coisas. Em primeiro lugar, que não adianta o senhor fazer ressalvas com relação a mim quando ataca um dos meus ministros. Quando o senhor critica um dos meus ministros o senhor me atinge diretamente. De maneira que as ressalvas que o senhor fez no seu programa de ontem, que eu ouvi, não me ressalvaram absolutamente, eu me sinto atingido”.

“Pois é, lamento, Presidente, porque pensei que esse plano ainda estivesse em discussão; não sabia que já estava imposto. Um plano dessa ordem me parece que deve ser proposto e nunca imposto. E realmente quero reiterar, não só as ressalvas, apesar de o senhor não aceitá-las, como quero também lhe dizer que reitero o que disse ontem. O seu governo, presumo, é para durar até o fim do mandato que seria o do Dr. João Goulart. Vamos ter eleições e, então, essas eleições darão ao presidente um programa de cinco anos, se for esse o seu mandato”.

Ele disse: “É, mas dada a crítica que o senhor fez, fui forçado a autorizar o Ministro Roberto Campos a lhe dar uma resposta na televisão”. Digo: “Isso não me ofende em nada, porque acho normal, acho até necessário o debate. Tomara que haja mais pessoas debatendo o assunto”.

Nessa noite ou na noite seguinte vai o Roberto Campos para a televisão. E tomando como pretexto umas críticas que fiz no sentido de que ele servia a todos os regimes, tinha sido embaixador do João Goulart, coisas que eram verdadeiras, ele, pelo caminho da resposta que dava, encampava uma série de acusações feitas contra mim ao longo daqueles anos todos pelos nossos inimigos. Quer dizer, dava a entender que eu era um derrubador contumaz de governos, que eu era um eterno descontente, que eu era um ambicioso... E a certa altura disse com bastante clareza que eu era acusado da morte do Presidente Getúlio Vargas e, de permeio, procurou justificar o plano.

A principal justificativa do plano era de ser uma mera tentativa e que todas aquelas futurologias eram hipóteses de trabalho. Que ele, evidentemente, não tinha tido a pretensão de saber quantos ovos as galinhas iam pôr nesses anos todos, mas que fazia um cálculo aproximado a ser corrigido à medida que o tempo passasse. Mas o caráter duro da crítica é que mostrou claramente que as coisas estavam se azedando.

Depois disso houve a posse da Sandra Cavalcanti, que era minha Secretária de Serviços Sociais, na presidência do Banco Nacional de Habitação. A posse foi no Palácio Laranjeiras e lá, como creio que já contei, Sandra declara no discurso de posse, na presença do Presidente Castelo Branco e do Ministro Roberto Campos e de uma pequena multidão que estava lá dentro, que a Revolução não começara realmente no dia 31 de março, começara a 5 de dezembro de 1960, quando começamos o nosso governo na Guanabara. Que nós é que tínhamos começado não só a resistência a tudo aquilo que a Revolução estava derrubando, como tínhamos começado uma nova mentalidade, um novo tipo de governo. A coisa não caiu visivelmente muito bem, nem para o Roberto nem para o presidente.

De permeio começou uma intrigalhada muito grande! Há uma troca de cartas entre eu e o Golberi porque, se não me engano, o motivo inicial da carta é que o SNI tinha informado ao Presidente Castelo Branco que eu havia convidado o Dr. Lutero Vargas para diretor de um Hospital do Estado,\* o que era assim uma mentira de ponta a ponta. Entre outras coisas, porque eu não confiaria nunca ao Dr. Lutero a direção de um hospital do Estado, fosse ele Vargas ou não. Em segundo lugar, porque era um inimigo pessoal meu, direto. Em terceiro lugar, porque isso nunca me passou pela cabeça. Então eu disse: “Bom, então essa gente está realmente empenhada em fazer uma intriga torpe, uma intriga que chega a esse tipo de invenção”.

Mas tenho novamente que voltar atrás. Logo depois da Revolução me sentia cansado, enervado, exausto, sobretudo do ponto de vista de tensão. Falando com o Juraci, disse a ele que tinha vontade de pedir ao Castelo Branco que me incumbisse de uma missão qualquer no exterior que me permitisse viajar. Eu não tinha dinheiro para viajar na ocasião e não tinha mesmo o que fazer.

Queria tirar uma licença curta para viajar. Mas não tinha como viajar com o meu dinheiro, porque o que eu ganhava no Estado não dava e não tinha nenhum motivo, nenhum pretexto plausível, razoável, para viajar à custa do

---

\* Veja nota no final do capítulo.



o estado de nervos dela diante de tudo isso! Por mais que uma mulher resista, e ela tem uma resistência incrível, não é brincadeira!

Uma viagem extenuante e eu dormi mal no avião. Salto no aeroporto e sou literalmente tomado de assalto por um bando de repórteres. Estava o Gilberto Amado, que foi me receber, e um sujeito qualquer da embaixada representando o embaixador, que era o Raul De Vicenzi, que continua no Itamarati, e que era muito ligado ao governo anterior. O De Vicenzi era ainda o embaixador nomeado por João Goulart, mas não era ligado ao Jango; era embaixador de carreira, mas muito ligado politicamente ao Juscelino. A este, sim! O Di Cavalcanti, por exemplo, era adido cultural, e com quem me dei muito, mas que, enfim, tinha lá suas opiniões!

Eu levava uma carta pessoal do Castelo Branco para o General De Gaulle, por quem ele tinha grande admiração. Creio que assim como o Jânio tinha admiração pelo Nasser, do ponto de vista de figura internacional, a grande admiração do Castelo era o De Gaulle. Os repórteres me levaram para o canto de uma sala e jogaram aquelas luzes todas da televisão em cima de mim, que estava desembarcando de um avião a jato! Essa é uma das razões pelas quais tenho pavor dessa diplomacia que se faz hoje, do sujeito saltar de um avião a jato e entrar em conferências que podem resultar em guerras mundiais.

Hoje, por exemplo — é um curto parêntese, mas serve bem para dar idéia da minha reação —, sei que há empresas multinacionais americanas que proíbem a seus diretores, quando fazem uma viagem, de tratar de qualquer negócio no dia em que chegam de um longo voo a jato. Eles têm primeiro que se adaptar ao fuso horário, pôr o sono em dia, etc. Essa viagem gênero Kissinger, as viagens gênero Foster Dulles, nunca deram certo para o mundo. A minha, as de Kissinger, e as de Foster Dulles... Essa diplomacia de jato é extremamente perigosa!

Aconteceu um pouco isso comigo, quer dizer, desci enervado, cansado, tenso, com tudo isso por trás de mim, todos esses meses e anos para agravar a situação. Então me vejo diante de uma porção de repórteres, com um bombardeio de perguntas, evidentemente muitas delas inocentes ou, digamos, espontâneas, e outras dirigidas. E a televisão e o rádio em cima.

A primeira pergunta era se a Revolução tinha sido feita com apoio dos americanos. Eu disse: “Não, há um engano, o que foi feito com o apoio dos americanos foi a libertação da França”. Outra pergunta foi assim: “O senhor foi comunista na juventude?” Eu digo: “Fui, como o Ministro André Malraux”. “Como é que o senhor explica essa revolução sem sangue no Brasil?” “Porque as revoluções no Brasil são como os casamentos na França”. E por aí vai. “E as torturas? Há notícias aqui de que há torturas no Brasil”. E nessa fase era rigorosamente falso. Houve muita prisão, logo relaxada, prisões até injustas, precipitadas, mas tortura, que se saiba, não tinha havido nenhuma. Que se saiba não tinha havido nenhuma!

Quando os sujeitos perguntaram se havia tortura no Brasil me deu uma revolta! Quer dizer, o sujeito tinha passado aquele risco todo, tinha se livrado de uma guerra civil, tinha, na minha opinião, salvo o Brasil e, portanto, talvez a América do Sul de um governo que tendia não para uma reforma socialista, que seria legítima, sobretudo se fosse da vontade da maioria do povo, mas por uma desordem socialisteira e demagógica, e os sujeitos em vez de me fazerem qualquer pergunta assim: “Qual é o programa do governo? O que o governo procura fazer?”, vieram com perguntas desse gênero, quer dizer, perguntas evidentemente inventadas, como a de torturas no Brasil.

Eu disse: “Não, por enquanto ninguém raspou o cabelo de mulher nenhuma como foi feito na França no dia da libertação de Paris”. Bom, e por aí foi! O clima que se criou, vocês podem imaginar! Um clima brabo. Mas isso é muito francês, porque o francês gosta muito de “cascar” na cabeça da pessoa, mas também tem espírito esportivo no sentido de que gosta muito que “casquem” na cabeça dele, quer dizer, aquela coisa de *taquiner* as pessoas, “taque a taque”. Então as respostas, por mais que eles odiassem e por mais que os indignassem as minhas respostas, não deixavam de provocar, sei lá, um certo efeito. Havia alguns, inclusive alguns que perguntavam, que riam francamente quando falei que as Revoluções no Brasil são como os casamentos na França.

E tudo isso transmitido ao vivo pela televisão, direto. A coisa foi de tal ordem — só para dar um detalhe — que muitos anos depois, três ou quatro anos depois, eu estava em Paris e telefonei para Nice. Nesse tempo não havia telefone direto, e a telefonista interurbana perguntou quem ia falar e eu disse o meu nome. Ela disse: *Ah, vous êtes Mr. Lacerdá, celui de l'intervue à la télévision?* Eu disse: “Como é que a senhora sabe?” Ela disse: “Ah, eu adorei a entrevista, achei ótima! Ih, o senhor disse tanta coisa que a gente queria dizer aqui!”

Mas evidentemente que em alguns jornais pegou muito mal. Depois me informaram, não sei sob que fundamento, e eu tenho todos os motivos para acreditar nisso, menos provas, porque não as tenho, que a parte pior da entrevista tinha sido organizada por um jornalista francês que tinha uma certa influência no meio da redação, não nas direções, mas no meio de redação, e que conhecia o Brasil e era casado com uma irmã do Miguel Arrais. Então aquelas perguntas piores dirigidas contra a Revolução eram organizadas por ela e por ele. Não sei se isso é fato.

O Guilherme Figueiredo, por exemplo, numa briga que teve com o Di Cavalcanti, atribuiu tudo ao pobre do Di, o que não acredito absolutamente, porque conheci Di o suficiente para saber que ele não tinha nem paciência e que isso não fazia o gênero dele. E, apesar de tudo, ele sempre foi suficientemente meu amigo para não fazer isso. Essa acusação atribuo mais a uma briga que houve depois, quando o Di Cavalcanti foi demitido de adido cultural e o Guilherme Figueiredo foi para o lugar. E daí surgiu uma briga entre ambos.

O fato é que, no dia seguinte, criou-se um problema e a própria embaixada brasileira se incumbiu de criar um clima terrível contra mim no Elysée. Quer dizer, os elementos da embaixada procuraram imediatamente o Sr. Dejardin, que era do gabinete do De Gaulle, para lhe dizer que eu era um jornalista da oposição, um governador assim meio atrabiliário e que eu absolutamente não representava a opinião do Brasil. Esse gênero de coisas. Então, o Sr. De Vincenzi mandou me comunicar que o General De Gaulle não me receberia. Pensei: “Ô, diabo! Começou mal essa missão!”

Nessa altura, chega o *Estado de S. Paulo* com um editorial com o maior elogio à minha entrevista. Parece que o Julinho vibrou com a entrevista, ficou assim no maior entusiasmo. Daí aquela raiva há poucos meses quando aquele rapaz correspondente em Paris foi colher informações opostas às que o *Estado de S. Paulo* tinha publicado na época. Daí aquela minha carta ao *Estado de S. Paulo* reclamando e dizendo que o que ele tinha dito era um desmentido ao *Estado* e não a mim. E recebi também um telegrama de felicitações calorosas do General Castelo Branco. Qualquer coisa de que não me lembro os termos, mas qualquer coisa assim. “Bravos pela sua entrevista corajosa em de-

fesa da Revolução”. Alguma coisa assim. Mas o fato é que o De Gaulle não me recebia.

Aí tenho que fazer outro parêntese. Eu tinha uma amiga em Paris, que já morreu, Sílvia Regis Bittencourt, filha de um antigo embaixador em Londres (uma grande criatura, pessoa sobre a qual escrevi um artigo quando ela morreu “Uma Princesa Brasileira em Paris”, porque ela era casada com o príncipe Jean-Louis de Faucigny-Lucinge, dono de uma cadeia de hotéis na França). Ela andava numa cadeira de rodas, era uma mulher extraordinariamente inteligente, com quem passei em 1946 horas e horas conversando e que tinha uma influência enorme em Paris. Era uma dessas locomotivas, como eles chamam. Não que ela fosse uma mulher de festas em sociedade, mas tinha uma enorme influência de natureza intelectual; não sendo uma intelectual, era muito respeitada, muito querida.

Nessa época da entrevista tinha morrido o Nehru, na Índia, e o Ministro Louis Joxe, que era um dos homens de confiança do De Gaulle, ministro várias vezes e de várias pastas (creio que é pai desse rapaz Joxe, que hoje é um dos próceres do Partido Socialista Francês; não sei se é pai, mas tenho a impressão, por uma coisa que ele me disse uma vez). O Joxe foi convidado pela Sílvia para almoçar comigo no apartamento dela e aceitou por um requinte de gentileza que evidentemente atribuo ao prestígio da Sílvia. Ele chegou do enterro de Nehru, uma viagem que não tem tamanho, de Nova Délhi a Paris, naquela manhã, e naquele mesmo dia, ele foi almoçar comigo, nós cinco: o casal Faucigny-Lucinge, ele, eu e Letícia, se não me engano.

Aí entreguei-lhe a carta do Castelo ao De Gaulle e expliquei o caso da entrevista de Orly. Disse: “Compreendo perfeitamente que o General De Gaulle não me receba porque deve ter havido uma intrigalhada norme. Agora, gostaria que o senhor, se tiver oportunidade, se for o caso e se achar que deve, mas, em todo caso, gostaria que o senhor pelo menos soubesse que sou um sujeito profundamente afim da França. Fui educado, parte da minha vida, num colégio francês e toda a minha formação fora do que se chama Brasil, é muito mais francesa do que de qualquer outro país. E não tive a menor intenção de ofender a França. A minha intenção foi replicar às ofensas que foram feitas à Revolução e, portanto, acho, ao meu país e a mim, no meu desembarque. Quer dizer, eu é que fui mal recebido em Paris!”

Aí o Joxe disse: “Ah, compreendo perfeitamente como é a imprensa francesa! Você sabe como é esse negócio!” Eu disse: “Sei, e não tenho ressentimento nenhum, mas não compreendo muito bem é o ressentimento do General De Gaulle, pelo qual na mesma entrevista declarei a minha maior admiração e o meu maior respeito. Agora, que foram cometidas injustiças e barbaridades na França na Libertação, isso é fora de dúvida! E que no Brasil não foram cometidas essas barbaridades nem essas injustiças, também é fora de dúvida! Não estou entrando no mérito se o que se fez na França foi justo ou não, se houve fuzilamento ou linchamento. O senhor sabe o que é uma Revolução, o senhor sabe o que é uma libertação, o senhor sabe, em suma, o que é isso.” Ele disse: “Mas compreendo perfeitamente!” Enfim, tivemos um diálogo excelente e ele levou a carta ao De Gaulle.

No dia seguinte recebo a visita de um funcionário da televisão e da rádio francesa dizendo: “O governo resolveu abrir para o senhor a rádio francesa para uma mesa-redonda com os jornalistas de verdade, quer dizer, com os jornalistas responsáveis, e conversar sobre a Revolução brasileira, se o senhor concor-

dar em ser interrogado. E o senhor aproveitará e, se quiser, pode pôr os pontos nos is nesse problema que se criou aqui.” Eu disse: “É ótimo, excelente!”

Então fui para a mesa-redonda na rádio francesa em que as coisas foram tratadas a sério. Um perguntava: “Mas qual é a extensão do perigo comunista no Brasil? O que é que houve exatamente?” Eu explicava isto e aquilo. Aí foi outro clima, inteiramente diferente. Aí deu-se aquele episódio, que já contei, dos relatórios secretos da embaixada francesa que me entregaram e que eu, por meu estrito dever de espião amador, improvisado e inesperado, mandei ao Presidente Castelo Branco.

Houve também cenas muito cômicas! Por exemplo, saíamos do restaurante Fair-Play e na porta, esperando, estava um repórter do *Paris Soir*, que se virou para mim e disse: “O senhor é o Governador?” Eu disse: “Sou”. “Eu sou um daqueles imbecis da imprensa francesa a que o senhor se referiu”. Disse: “Não, houve engano! Eu não chamei vocês de imbecis! A expressão que usei foi bem diferente”. Ele disse: “Eu só queria licença para tirar uma fotografia sua saindo com a família do restaurante”. Tirou a fotografia que, no dia seguinte, saiu na primeira página! Quer dizer, visivelmente houve um movimento do próprio governo e da própria imprensa para corrigir aquela maldade, aquela gafe, e, talvez, quem sabe, até do Quai d’Orsay, talvez um pouco arrependido dos relatórios em que tinha acreditado e querendo melhorar um pouco a situação com o Brasil, de quem também eles precisavam até certo ponto.

Aí a coisa melhorou muito. Muito! Tive toda sorte de contatos, menos com o De Gaulle, mas soube que ele recebeu a carta. Dias depois, em casa de um conde cujo nome não lembro, mas que tinha nome de personagem de Proust, um que dá uns almoços maravilhosos e que tem aquelas relações, reuniu-se um grupo enorme, também de jornalistas franceses e de escritores, e então conversou-se muito!

Bem mais tarde, quando conheci o Malraux, a uma certa altura da conversa veio à baila a tal entrevista. Ele disse: “Eu soube da entrevista. Morri de rir! Fiquei, inclusive, entusiasmado com certas coisas. Aquela sua resposta de que eu também fui comunista, foi um achado incrível, a presença de espírito com que você se livrou de dar uma longa explicação de como você deixou de ser comunista. (Eu tinha dito em Orly: “Ora, vocês têm um ex-comunista no Governo, agora vêm perguntar pra mim!”)

De Paris fui para Londres. Nessa ocasião a situação entre os dois governos era bastante tensa por causa do problema da entrada ou não da Inglaterra no Mercado Comum Europeu e da hostilidade que o De Gaulle a vida inteira nunca escondeu em relação à Inglaterra. Nessa ocasião, por exemplo, num almoço em que estive no Banco da Inglaterra, um dos seus ex-diretores sentou-se ao meu lado e disse: “Você sabe que esse homem, De Gaulle — eu era incumbido de entregar a ele todo mês o dinheiro do Tesouro Britânico para manter o movimento da França Livre durante a guerra —, pois você sabe que esse homem nunca me disse *merci*.”

O resultado disso é que fui recebido em Londres, acho, como uma espécie de *speaker* diplomático. Além disso, o Governo inglês é tradicionalmente muito mais realista. Eles não julgam os regimes; eles julgam a história. No fundo, estavam se lixando se o regime aqui era militar ou civil; queriam era a continuidade de suas relações com o Brasil, de seus negócios com o Brasil. Então fui recebido assim quase como um chefe de Estado. Fui recebido pelo Primeiro-Ministro; recebido pelo Ministro das Relações Exteriores; pelo ministro não-



sei-de-quê. E aquele clássico espetáculo de balé no camarote do Primeiro-Ministro, com o Ministro do Exterior ao lado! Enfim, honras de chefe de Estado.

E lá, então, na City e em outros lugares, em órgãos universitários e na imprensa, foi muito mais fácil explicar a Revolução.

Da Inglaterra parti para a Itália, onde tive um encontro com o Presidente da República e também expliquei a Revolução. Fui a Milão, onde o cônsul-geral, Alberto de Assunção, promoveu um jantar enorme com industriais italianos que tinham interesse no Brasil.

E continuei a explicar a Revolução! Fui à Grécia — antes do regime dos coronéis, quando ainda era uma monarquia — e fui recebido pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro do Exterior. Fui à Alemanha e, além das autoridades do governo alemão, fui recebido pelo Willy Brandt, que era então Prefeito de Berlim. E aí houve uma coisa curiosa. O Willy Brandt, socialista, estava com certas dúvidas sobre os rumos da Revolução e me perguntou: “Mas esse negócio militar! Não é um negócio pra direita, não?” Eu disse: “Até aqui, não. Esse perigo existe. Mas, até aqui, não.”

Então expliquei a ele o meu ponto de vista, que era, um pouco, o ponto de vista oficial, digamos, que me competia transmitir. Essa conversa teve uma conseqüência muito engraçada, porque anos depois, eu já cassado, o Magalhães Pinto, Ministro do Exterior do governo Costa e Silva, o Willy Brandt faz uma visita ao Brasil já como Primeiro-Ministro. E no automóvel (quem me contou isso foi uma pessoa que estava no carro), ele se vira para o Magalhães Pinto e diz assim: “E como vai o Governador Carlos Lacerda?” Foi um problema para o Magalhães Pinto explicar que eu estava cassado e tal, e disse: “Ele vai bem, obrigado. Vai muito bem! Ainda outro dia estive com ele”. Foi um negócio meio esquisito!

Ainda visitei uns dois ou três países. Ah, sim, e Portugal. Em Portugal fui recebido pelo Franco Nogueira, que eu já conhecia do Brasil; inclusive, encontrei outro dia também uma gravação dos discursos que ele e eu fizemos na inauguração de um ginásio aqui no Rio. Ele tinha se tornado muito meu amigo. E tive nessa ocasião o meu único encontro com o Salazar. Foi um encontro longo. Ele prolongou o encontro muito além do que o protocolo habitualmente permite. Por várias vezes eu fazia menção de me levantar e ele dizia: “Não, fique.” Então me pergunta umas coisas curiosas: “Uma coisa que não percebo é que o Brasil sendo um país que está à beira do abismo, de repente, salta sobre o abismo.”

“Sr. Presidente do Conselho, a dificuldade de o senhor entender o Brasil é dupla: primeiro, porque o senhor nunca nos deu a honra de uma visita, o senhor não conhece o Brasil e, sem ir lá, é muito difícil de entender o Brasil; segundo, porque o senhor é um homem irremediavelmente cartesiano: o senhor leva a lógica até as suas extremas conseqüências. E o Brasil é um país hegeliano. O Brasil dá saltos. O Brasil é um país de teses, antíteses e sínteses.

“Agora, além disso, se V. Exa. me permite, eu tenho também uma outra coisa a dizer. Se a liberdade fosse uma glândula, V. Exa. seria privado dessa glândula. Espero que com isso não o esteja ofendendo”. Ele respondeu: “Não, absolutamente! Compreendo muito bem o que o senhor quer dizer com isso”. E continuei: “O que quero dizer é que a liberdade para o senhor é um bem secundário. O que importa é a segurança, é a unidade, é a salvação, enfim, a permanência da pátria através da sua longuíssima história. Para os brasileiros a liberdade é um bem essencial. Para nós a idéia de liberdade é mais importante do que a riqueza. Nesse ponto temos uma diferença muito grande do seu pensamento.”

Foi uma conversa longa e extremamente amena. E ele, ao contrário da figura carrancuda que publicamente parecia ser, pelo menos nesse tipo de conversa era homem extremamente agradável de se dialogar porque era muito bem educado, não escondia suas idéias, mas ouvia muito bem as idéias alheias. Em todo caso, informou-se muito bem sobre a Revolução.

Dias depois, um amigo meu que voltou a Portugal, depois de longos anos, conseguiu realizar seu grande ideal de ser recebido por Salazar — não sei até hoje como conseguiu, porque é um homem até relativamente humilde. Quando ele disse que era muito meu amigo (esses terrenos de Petrópolis foram comprados dele, que tem uma casinha ali perto, o Juliano Cancela), Salazar virou-se e fez a seguinte pergunta que, até hoje, me intriga: “O seu amigo Carlos Lacerda me deixa extremamente intrigado! Porque ele é uma espécie de fênix. Uma hora ouço notícias de que ele está muito doente; de repente, o homem me aparece com uma saúde de ferro; outra hora, ouço dizer que ele vai ser processado como traidor da pátria; outra hora, ele é apresentado como salvador da pátria. Isso são condições do homem ou são contradições do Brasil? É um homem extremamente estranho de eu entender, porque ele ressurgue de repente quando se pensa que ele acabou! Quando se pensa que ele vai para cima, de repente ele vai para baixo!”

O Salazar tinha um conhecimento do Brasil que era uma coisa espantosa! A gente tinha a impressão de que ele não tinha outra coisa a fazer! Nessa conversa ele se referia a coisas...

Eu me lembrei de uma conversa contada a mim pelo Henrique Dodsworth, antigo Prefeito do Rio e, depois, embaixador em Portugal. Na primeira vez que se encontraram, Salazar lhe pergunta: “Senhor embaixador, me explique como é que o Sr. Tristão de Athayde, aliás, Alceu de Amoroso Lima, um homem cristão, aquele admirável espírito tão lúcido, ainda não entendeu a posição portuguesa que é uma posição eminentemente cristã, e vive aí a nos combater”. Então citava trechos inteiros de artigos do Tristão de Athayde que ele tinha lido, e sabia de cor!

Também na conversa comigo era assim. Ele falava de coisas do Brasil como se estivesse estado aqui na véspera. Mas não entendia! Realmente não entendia! Para ele o Brasil era um país bastante desequilibrado, bastante inquietante!

#### NOTA

1 A carta a que Carlos Lacerda se refere foi encaminhada ao general Golberi do Couto e Silva no dia 1 de agosto de 1965 e publicada no dia seguinte pelo “O Estado de S. Paulo”.

Diz a carta: “Senhor General R.I. Informou V. Excia. às altas autoridades do país que o governador da Guanabara visitou o colega de V. Excia, general R-I Henrique Lott, com o qual combinou uma determinada conduta política. O seu “informe” é rigorosamente falso. Tão falso quanto outro há mais tempo posto a circular por V. Excia. segundo o qual o dr. Lutherio Vargas teria dito ao seu partido que o governador da

Guanabara o teria “convidado” para dirigir um hospital deste Estado.

Diante da minha reclamação contra esse processo desleal e mesquinho de oficializar a infâmia e a peca, disse-me o presidente da República que V. Excia. não tinha responsabilidade na circulação dessa mentira nos Estados Maiores, porque estava nos Estados Unidos quando esta patranha foi posta em circulação. Agora V. Excia. está aqui.

Convém que V. Excia. veja quem o está enganando à custa do dinheiro público, assim malbaratado em fuchicos e lorotas. Saudações verdadeiras”.

A PRORROGAÇÃO DO MANDATO  
DE CASTELO BRANCO

DE PORTUGAL fui para os Estados Unidos. Cheguei a Nova York e lá eu tinha um outro clima, porque conhecia muita gente. Os jornais americanos em geral eram muito mais simpáticos à Revolução do que os europeus. Então foi muito mais fácil. Mas, nessa altura chega a Nova York, como embaixador em Washington, o Juraci Magalhães. Ele me telefonou e eu lhe disse: “Olha, Juraci, estou com um problema: gostaria muito de vê-lo, mas tenho um jantar com o Alfredo Machado e com um editor que é amigo dele e meu amigo, o Alfred Knopf, que é um homem muito conceituado e será muito difícil para mim desmarcar esse jantar. Agora, se você concordar e se ele evidentemente concordar — acredito que ele terá muito prazer —, como você está sozinho em Nova York eu gostaria de convidá-lo para jantar conosco.” Falei com o Knopf que Juraci era o novo embaixador do Brasil e ele disse: “Imediatamente”.

Fomos jantar num restaurantezinho metido a francês, que é baratinho e fica aberto a noite inteira. Sentamos, e a primeira mulher do Knopf, que era uma senhora já muito idosa e que tinha vindo ao Brasil no tempo do Getúlio, ficava o tempo todo me perguntando assim: “How is Alzira Vargas?” Perguntas desse gênero. Eu dizia: “Vai bem, acho que vai bem!” Que notícias eu tinha a dar da D. Alzira Vargas?

Aí veio um rapaz nos servir sopa. Quando estava servindo sopa para mim, reconheceu-me e disse em português: “Oh, Governador, o senhor por aqui!” Perguntei: “Oh, rapaz, você é brasileiro?” “Sou, sou de Belo Horizonte. Somos sete aqui.” Eu disse: “Mas sete sujeitos de Belo Horizonte?” “Nós viemos trabalhar todos aqui e estamos juntando um dinheirinho. E eu, por exemplo, com o dinheiro que juntar, vou voltar e abrir uma oficina de conserto de televisão. Estou fazendo um curso desse negócio”. Eu disse: “Mas que bom, que coisa simpática!” Ele continuou a servir e, quando foi servir o Juraci, não o reconheceu.

E, quando ele está servindo o Juraci, o Alfredo Machado diz assim: “Quanto é que você faz aqui, assim?” Ele disse: “Bem, ganho aqui um total de 700 ou 800 dólares por mês.” Aí o Alfredo, que tem a mania da piada improvisada, mas nem sempre muito fácil de corrigir em tempo, diz assim: “Poxa, esse mineirinho ganha mais do que um embaixador!” Aí, quando o rapaz está pondo a sopa no prato do Embaixador Juraci Magalhães, diz assim: “É, mas nós trabalhamos!”

E o Juraci, que eu acho que já estava ligeiramente estomagado por não ter sido reconhecido pelo rapaz, fez um “comício”: “Por isso é que a vida pública

é uma coisa insuportável! O homem sacrifica a sua vida o tempo inteiro e quando chega na idade em que chego, depois de todos os serviços que prestei ao Brasil, um menino brasileiro diz que trabalha mais do que um embaixador! Então ele acha que eu vim aqui como vagabundo.” E começou uma tal diatribe contra o rapaz! E o rapaz ficou estatelado, até perceber que a indignação era do embaixador e não só do freguês. O Alfredo aí se queimou. Ele é meio quixotesco: “Embaixador, queria lembrar que a piada foi minha, não foi do rapaz não! Se o senhor quer brigar, brigue comigo!” Nessa altura o gerente americano já estava assustadíssimo vendo aquele sujeito falar naquela língua esquisita e aquele ar de briga. E o editor americano só dizia assim: “O que está havendo?” E sua mulher, a tal que perguntava sobre a Alzira Vargas, também não entendia nada! Só dizia: “What’s the problem?” Eu dizia: “Não, não é nada e tal.” Como é que eu ia explicar?

Bem, acabou o jantar e vocês podem imaginar como é que acabou! Estava tudo frio! A comida era a única coisa quente! O garçom, coitado, sumiu. Voltou outro, mas era brasileiro também e que também me reconheceu.

Depois fomos para Washington e o Juraci me telefona dizendo: “Temos um coquetel — não sei mais onde — e estou na porta esperando você às 15 para as 7.” Mas tive que me encontrar com uma senhora com quem minha mulher tinha viajado e que tinha umas encomendas que comprou para ela. E a mulher me levou ao sótão para me mostrar os presentes de Natal que tinha trazido da viagem à Argentina para a família inteira, umas bolsas de couro e uns troços! Então eu não podia sair assim de repente. O resultado é que atrasei uns sete ou oito minutos. Quando eu saí, cadê o Juraci? Tinha sumido. Sumiu no horizonte.

Fui andando e encontrei-o mais adiante na maior indignação. Disse: “Você me deixou esperando na porta!” Eu disse: “Oh, Juraci, eu não podia ser grosseiro com a senhora. Eu me atrasei sete minutos. Você também podia ter feito um pequeno esforço de tocar a campainha e dizer que estava à minha espera. Assim eu tinha um pretexto para sair.” Ele disse: “Carlos, você já viajou muito comigo e você sabe perfeitamente bem que tenho a religião da pontualidade”. Eu disse: “Oh, Juraci, você me desculpe, mas isso não é religião, não, isso é mania. É um negócio diferente. É uma doença a pontualidade levada a esse ponto”. Enfim, o diálogo não estava realmente muito agradável.

Volto pra Nova York e encontro a minha mulher muito doente. O problema de ouvido dela se agravando dia a dia; não só não ouvia como tinha um ruído infernal. Fomos a um médico alemão que disse: “Essa doença não se sabe como vem nem como acaba. É uma degenerescência do nervo auditivo e não tem cura. Disse isso com aquela brutalidade que o médico americano diz as coisas e pediu para eu traduzir isso para ela. Adocei o mais que pude, mas traduzi. Vocês imaginem bem o estado de espírito dessa viagem. Viagem de descanso!

Aí telefona o Juracy de Washington e diz: “Organizei a minha primeira recepção aqui para você. Vem aqui o que há de mais importante na vida de Washington. É dia tal”. Seria três ou quatro dias depois. Eu disse: “Olha, Juraci, agradeço muito, está ótimo, mas acho que vou dar a minha missão por encerrada aqui em Nova York, porque estou com um problema muito sério. Agora o problema é a minha mulher. Tenho que levá-la de volta para o Brasil rapidamente, porque ela não pode ficar num quarto de hotel nesse estado e, muito menos eu ir a Washington e deixá-la sozinha; ela não fala inglês e den-

tro de um hotel nessas condições, depois de tudo que ela passou, depois de tudo que ela sofreu, não dá pé!”

Ele disse: “Não, mas você tem que vir! Afinal de contas...” “Não, não tenho que ir! O Brasil agora já tem um embaixador novo e você está perfeitamente em situação de explicar a Revolução em Washington. E se há um lugar do mundo em que não é preciso explicar essa Revolução, é Washington!”. Eu até me lembro que nessa ocasião, com documentos ou sem documentos, eu disse a ele: “Até porque eles sabem, melhor do que ninguém, como é que foi feita a Revolução, eles devem saber perfeitamente bem. Mas em todo o caso vou fazer um esforço e te confirmo isso”. No dia seguinte, telefonei para ele e disse: “Olha, Juraci, não vai dar pé! Não posso ir absolutamente porque vou voltar para o Rio até de urgência”.

O Juraci alegou esse fato para o rompimento comigo. Diz que eu o fiz fracassar em sua primeira missão em Washington, porque na última hora teve que avisar a todos os convidados que a razão de ser da recepção — a presença do emissário da Revolução — deixara de existir porque eu não podia comparecer. Achou, portanto, que estreara a sua missão em Washington com um fracasso por minha culpa. E me atribuiu a intenção malévola de fazê-lo fracassar. É aquela história das razões do lobo: quem quer encontrar uma razão, encontra sempre.

Nessa altura já começavam a circular em Nova York os primeiros boatos da prorrogação do mandato do Castelo Branco. Surgiam repórteres do *New York Times*, do *Washington Post*, do *Los Angeles Times*, do *Chicago Tribune* e sobretudo de uns jornais de um amigo meu que tinha presidido a Sociedade Americana de Imprensa, o John Knight, do *Miami Herald*, que era um dos que mais se preocupava com a América do Sul. Os repórteres perguntavam: “E esses rumores de prorrogação de mandato?” Eu respondia: “Não sei de rumores de prorrogação de mandato!”

Mas desde Paris eu já ouvia falar no assunto. E muito de propósito eu mandava ao Rafael de Almeida Magalhães, que estava em exercício no governo da Guanabara, telegramas abertos, sem código nenhum, que eu sabia, portanto, que passavam pela censura, que, portanto, iam para o SNI e que, portanto, iam chegar ao conhecimento do Castelo. Telegramas dizendo ao Rafael: “Mande-me informar sobre rumores da prorrogação de mandato. Acho que isso é uma traição à Revolução. Não estou disposto a aceitar isso de nenhuma maneira. Não abro mão da minha candidatura e não abro mão das eleições. Posso até abrir mão da minha candidatura, mas das eleições não abro mão. Vou cobrar isso do Exército. E cobro isso em primeiro lugar do Castelo Branco. Considero imoral e traiçoeira a prorrogação do mandato dele.” E mandava isso em aberto e repetidamente.

E o Rafael aqui aflitíssimo! Me telefonava e dizia: “Olha, esses telegramas que você está mandando...” Eu dizia: “Eu sei porque estou mandando e vou mandar mais! Antes que o Castelo saiba pelo SNI, trate você de dizer isso a ele. Diz a ele o que é que eu acho.

Mas, quando cheguei em Nova York, o clima já era muito mais pesado nesse particular porque as interpelações eram diárias. Vinha o *New York Times* e perguntava: “Recebemos uma informação de que há um movimento no Congresso pela prorrogação do mandato do Presidente Castelo Branco e o senhor, na qualidade de candidato à Presidência da República e de um dos líderes da Revolução, o que tem a dizer?”. Esse tipo de coisa! Eu negava e dizia: “Não

acredito nisso, absolutamente”. Nessa altura, se não me engano, ou logo depois ou logo antes, o Castelo já tinha divulgado a famosa frase: *Os candidatos ficarão ao sol e ao sereno*. Nessa altura, tinha havido um fato que é notório: a cassação do Juscelino, mas cujo bastidor, mas cujo segredo e cujo subterrâneo só conheci recentemente.

E isso é bom explicar: há sempre gente dizendo que eu forcei a cassação do Juscelino. Não. Forcei, isso sim, o rompimento com Cuba, que esqueci de mencionar. E essa foi uma das primeiras divergências com o Vasco Leitão da Cunha. Eu insistia com o Vasco pelo rompimento com Cuba e o Vasco, instruído ou não pelo Castelo Branco, resistia à idéia. Eu achava que um dos compromissos da Revolução era romper com Cuba, certo ou errado, talvez hoje até não achasse, mas na época achava. E achava que essa idéia era muito um sentimento militar e que eu a interpretava muito, sobretudo dos militares da Revolução. Era gesto simbólico de rompimento, depois de todo aquele namoro que tinha havido no governo do Jânio e Jango com o Fidel. Além disso, eu tinha de um certo modo um compromisso moral com todos aqueles milhares de refugiados e de imigrados, porque eu tinha ido a Miami fazer uma conferência para eles, o estádio assim repleto de milhares de cubanos! Foi muito difícil, mas acabaram rompendo depois de uma longa discussão.

Mas, voltando à cassação de Juscelino: na última ou penúltima vez que vi o Renato Archer — praticamente posso dizer outro dia —, ele me contou essa história, e como ele sempre é muito verídico, não tenho nenhum motivo para pôr dúvida na história, até porque ele cita testemunhas. A única estranheza que eu tive foi esta: “Por que, Archer, nesses anos todos, você nunca me contou?” Ele disse: “Carlos, porque me repugnou fazer uma intriga. Mas acho que isso hoje não é mais uma intriga; hoje isso é um fato, de certo modo histórico, quer dizer, tanto quanto se possa chamar isso de um fato histórico, mas pertence à história. Acho que você não tem o direito de ignorar isso!”

E o fato foi o seguinte: O Alkimim era muito amigo dele, Renato Archer, e do Joaquim Ramos, deputado de Santa Catarina, irmão do Nereu Ramos. O Alkimim foi eleito Vice-Presidente da República... Vice-Presidente do Castelo... O que já foi também uma manobra muito estranha, porque, reparem, houve sempre essa preocupação de ter um vice-presidente que não podia tomar posse. Por que não o Milton Campos para vice-presidente, por exemplo? Por que o Alkimim? Um homem tão profundamente ligado ao Juscelino, um homem *do* Juscelino? Praticamente o que se pode chamar de amigo fraternal; muito mais que amigo fraternal, era irmão do Juscelino, por assim dizer, ex-ministro do Juscelino, assim por diante! Também aquilo tudo me pareceu estranho na época.

Mas vamos ao fato. O Alkimim telefonou ao Renato Archer, de Belo Horizonte, e disse: “Olha, o Presidente Castelo me chamou a Brasília e disse que precisa falar comigo com urgência, e num tom de voz muito estranho. E me disse que depois vai para o Rio e que me leva no seu avião. Como, naturalmente, quando o Castelo chegar ao Rio terá carro oficial, aquela coisa toda, apresentação de armas e tal, você fala com o Joaquim Ramos. Vocês vão no carro de vocês e me apanham no aeroporto e, se puder, conto o que é que ele quer falar comigo”. E assim se deu. Chegaram o presidente e o vice-presidente ao Rio, Castelo tomou o caminho do túnel para Laranjeiras e o Alkimim entrou no carro com o Joaquim Ramos e o Renato Archer. E aí, com fama de mentiroso ou não, contou a seguinte história:<sup>1</sup>

“Fui chamado pelo Castelo a Brasília e tive com ele a conversa que foi mais ou menos a seguinte: “Dr. Alkimim, tenho muita pena, mas em todo o caso achei que tinha o dever de comunicar ao senhor em primeiro lugar, dadas as suas relações com o Dr. Juscelino. O Dr. Juscelino votou em mim e eu fiz o senhor Vice-Presidente da República. Então acho que, em atenção às suas relações com o Dr. Juscelino, tenho o dever de ser o primeiro a lhe dizer que infelizmente cheguei à conclusão de que é indispensável à Revolução cassar os direitos políticos do Dr. Juscelino. Não me é possível poupá-lo!”\*

Quem conheceu o Castelo sabe que ele nunca diria que foi uma imposição. Terá sido ou não? É possível que tenha sido, porque houve uma tal barganha de cassações, que eu já contei, mas contei fora da gravação e repito agora: O Costa e Silva me contou que, na hora de cassar gente, como o Castelo não queria cassar o Afonso Arinos ele, Costa e Silva impôs: “Então, também não pode ser cassado fulano de tal, nem o Ademar!” Então poupou dois ou três por conta do Afonso Arinos. Quer dizer, havia uma certa barganha nisso. “Você cassa esse, então eu casso o outro, ou então você não cassa”...

Voltando ao diálogo dos dois, ao relato, portanto, do Alkimim: “Eu tenho o dever de cassar os direitos políticos do Dr. Juscelino e queria que o senhor fosse o primeiro a saber”. Diz o Alkimim: “Vocês imaginem a minha situação! Fiquei raso no chão! Ser o Vice-Presidente da República que cassa o mandato do Juscelino de quem fui ministro e de quem continuo a ser, e sou, amigo fraternal. E além disso um homem que ajudei a convencer a votar no Castelo Branco!” Terminada a conversa, que foi curta, diz o Castelo ao Alkimim: “O General Geisel lhe explicará o resto”. Levantou-se. “Eu procurei o General Geisel, Chefe da Casa Militar, que então me disse o seguinte: “Mas o Presidente me incumbiu de lhe informar que isso em nada beneficiará a candidatura do Governador Carlos Lacerda.”

O comentário do Alkimim para o Archer: “Além de me dar uma notícia dessa, ainda me fizeram a injúria de pensar que eu ia ficar muito feliz em saber que o Carlos Lacerda não ia ter chance de ser candidato. Acho que pensaram que aquelas nossas brigas parlamentares fossem eternas!”

Devo insistir nesse ponto porque soube disso há muito pouco tempo. E estranhei com o Renato Archer: “Você passou esses anos todos, Frente Ampla e o diabo a quatro, e nunca me contou essa história”. Ele disse: “Carlos, confesso a você que achei um negócio horroroso e que era uma traição de tal ordem que, primeiro, eu corria o risco de não ser acreditado e ainda mais dizendo a você que tinha sido o Alkimim que tinha contado; e segundo, era uma intriga! Hoje, isso já passou, você está cassado, o Castelo já morreu, então achei que tinha o dever de lhe contar.”

Voltando um pouco atrás: houve uma famosa carta, ou proclamação, ou qualquer outro nome que tenha do Presidente Castelo Branco, que é mais ou menos — não me lembro bem a forma retórica que ele usou —, mas uma coisa desse gênero: “Aos meus amigos peço! Aos meus comandados exijo! Que não falem em prorrogação!” E o curioso é que ele tinha horror, realmente, a prorrogações de mandatos, alheios pelo menos. Ele não admitia a reeleição do Presidente da República; ele não admitia a reeleição do Presidente do Senado, do Presidente da Câmara, nem de presidente de partido e nem de líder. Nada disso! Achava que o princípio da rotatividade era sagrado e no seu caso, a

---

\* Veja nota no final do capítulo.



primeira reação foi incoerente! E ele se dizia contra a prorrogação de seu mandato nesses termos categóricos, que infelizmente não me lembro assim de cabeça, mas foram exatamente categóricos.\*

Eis senão quando — e não sei sobre que tipo de coação e não sei com que argumentos —, ele aceitou a prorrogação. Quando ele aceitou, senti que a eleição tinha ido pro brejo. E aí, então, completou-se um quadro que, para quem não é completamente idiota, vinha há muito tempo se pintando, embora tivesse atenuantes, embora tivesse desculpas; pintou-se um quadro que é um pouco o que se coloca hoje.<sup>2</sup>

Quer dizer, quando afinal os militares resolveram intervir, resolveram intervir para valer! Isto é, de um lado — vamos fazer justiça — cansados de serem convocados de vez em quando para corrigir os erros ou, enfim, as que-relas dos políticos e depois voltarem para os quartéis e de serem muito insultados, e de novo outra crise, e de novo outros chamados; mas, por outro lado, também inspirados pela famosa doutrina de segurança da Escola Superior de Guerra, uma doutrina que de certo modo não exige necessariamente, mas implica um sistema militar de poder, isto é, a ocupação do poder pelo sistema militar; e isso então, com a prorrogação, apareceu claramente aos meus olhos: não havia mais dúvida possível!

Nessa altura, um pouco antes ou um pouco depois (de novo a cronologia se mistura), o Bilac Pinto me aparece de novo (o Bilac Pinto em tudo isso tem um papel muito estranho em todas essas coisas. Muito estranho!) e me diz: “Olha, você não diga nada a ninguém porque o Castelo não quer que ninguém saiba, mas ele tem um convite para lhe fazer. Só quero que você esteja preparado para um convite muito sério”. Eu disse: “Obrigado pela informação”. E fiquei pensando: que convite será? Será para ministro? Não tinha idéia.

Nessa altura, o Bilac já tinha sido de certo modo forçado a convocar a nova convenção da UDN pedida por mim para ratificar ou não a minha candidatura em face de um fato novo, que ele, Bilac, alegava ser a Revolução.

Depois do Bilac Pinto recebo a visita do Armando Falcão. O Armando, então, foi mais explícito ou mais indiscreto, e disse: “Olha, você não conte a ninguém, não comente nem em casa, porque o Presidente faz questão de conservar o mais rigoroso sigilo, ele quer até surpreendê-lo com a notícia, mas a mim ele me confidenciou que quer convidá-lo para Chefe da Delegação na ONU”. Ouvi e disse: “Obrigado, pode deixar, não vou comentar com ninguém.”

A convenção estava marcada, vamos supor — posso ter um engano de data —, mas o importante aí é a proximidade entre uma coisa e a outra, não importa nem a data. Então vamos supor que a convenção estivesse marcada para 8 de outubro e a ONU para 5 de outubro, ou a ONU para 5 de outubro e a convenção para 12 de outubro. Enfim, o intervalo era pequeno e a convenção era logo depois da abertura da ONU.

Pensei: “Bom, então chegou a minha hora de também ter minhas astúcias!” Telefonei ao Vasco Leitão da Cunha: “Oh, Vasco, que dia é a convenção da ONU? O dia certo?”. Ele disse: “Bom, Carlos, a abertura oficial seria no dia 5 mas não vai abrir nunca antes do dia 20 ou vinte e tantos, porque há um problema de bastidores. Uma negociação séria que vai durar dias! A discussão entre os Estados Unidos e a Rússia, porque a Rússia se recusa a participar das

---

\* Veja nota no final do capítulo.

despesas da ONU na guerra da Coréia. Os americanos exigem que ela participe porque acham que foi uma operação da ONU e não do governo americano. Então isso vai durar dias, e a assembléia não abre antes disso porque nenhum dos dois vai permitir que esse assunto seja levado ao plenário. Isso vai durar dias! Você pode contar que nunca antes do dia vinte. Mas por quê?”. Eu disse: “Não sei, é por causa de um negócio aí!”

Afinal, achei que não tinha o direito de esconder do Vasco, até porque, possivelmente, ele já sabia: “É porque o Presidente, parece, quer me fazer um convite para ir à ONU. Então eu estava querendo saber de você, porque afinal você é o Ministro do Exterior. Não comente com ninguém, mas você tem o direito de saber.” E o Vasco disse: “Mas quanto a esse negócio de data, não tem o menor problema! Que dia é a convenção?”. Eu disse: “No dia 8 ou 12”. Ele disse: “A Assembléia da ONU não será antes disso, em hipótese nenhuma.”

Aí toca o telefone: “É o Governador? Aqui é o Presidente Castelo Branco”. “Ah, sim, Presidente, como vai?” Ele disse: “O senhor pode dar um pulo aqui ao palácio?” “Pois não, com muito prazer!”

Ele me recebeu numa sala lá em cima, numa mesa de mármore, ele sentado na cabeceira e eu do lado e o telefone entre nós dois. Ele disse: “Governador, chamei o senhor aqui porque estive pensando que sua candidatura está crescendo muito. Acho que o senhor vai ser o meu sucessor realmente. Tenho um grande orgulho nisso, um apreço enorme pelo senhor. O senhor sabe que nunca deixei de lhe fazer justiça. O senhor ficou sozinho aí no governo quando nem nós podíamos ajudar. Mas acho que para completar o seu nome, enfim, a sua imagem, falta uma grande atuação internacional. Sua missão à Europa teve aquela extraordinária entrevista no Aeroporto de Orly, mas o senhor há de reconhecer que do ponto de vista, assim, de nome como homem de Estado não ajudou muito. Ajudou como homem de espírito, como homem valente defensor da Revolução, mas como estadista ficou assim um pouco perturbada a sua imagem. No mais, não. Recebi aqueles documentos que o senhor me mandou...”

E continuou: Acho que faz falta uma grande voz brasileira (estou repetindo as palavras dele, evidentemente não são as minhas), uma grande voz brasileira falando por um novo Brasil revolucionário na Assembléia da ONU. Dizer o que fizemos no Brasil: uma Revolução sem sangue; que livramos o país da desordem e da influência comunista. Isso é um testemunho que precisa ser dado perante o mundo e ninguém melhor do que o senhor para isso. É uma tribuna mundial. E o seu nome ganha, então, projeção lá fora e cá dentro, e terá uma repercussão enorme. Agora, estou muito preocupado porque estou vendo que a UDN tem uma convenção para ratificar a sua candidatura à Presidência da República. E quero ser muito franco com o senhor. Quero mandar uma grande voz do Brasil; não quero mandar um candidato de uma facção, de um partido”.

Eu disse: Presidente, vamos por partes: em primeiro lugar, quero lhe dizer do quanto estou honrado com o convite, é realmente uma oportunidade formidável para mim, nem sei se estou à altura disso, mas, enfim, se o senhor acha, fico duplamente honrado. Em segundo lugar, é uma tentação muito forte para mim. O senhor está me tentando muito. Agora, não sou candidato à ONU. Quero que fique muito bem claro isso entre nós. Sou candidato a seu sucessor. E há uma convenção no dia 8 ou no dia 12 que me impede de sair daqui antes disso. Porque eu também não posso ir para a ONU e voltar três dias depois para uma convenção. Agora, o que me impede de aceitar esse seu convite, é

essa condição que o senhor me impõe de eu não ir candidato. Porque, em primeiro lugar, já sou candidato! O que pedi, foi apenas uma homologação, porque o Bilac Pinto pensa que a Revolução talvez tenha mudado as “regras do jogo”. Mas creio que não mudou a “regra do jogo” de realizar eleições, que é o compromisso dos senhores, eu não posso abrir mão dessa convenção! Não posso abandonar todos os meus companheiros que confiaram em mim e que me fizeram candidato à Presidência da República e dizer: “Bom, até logo, vocês se arrumem; agora sou Delegado na ONU!”

Castelo disse: “É, então, realmente, fica muito difícil porque a Assembléia da ONU se realiza logo depois da abertura da convenção. Eu disse: “Não, por esse lado não. A ONU não abre antes do dia 20 ou 22. E a convenção é antes disso”. Ele disse: “O embaixador americano me disse que abre no dia 5”. Eu disse: “Presidente, o senhor tem um informante muito melhor e mais à mão. Está aqui o telefone. O senhor telefona para o seu Ministro do Exterior (aí é que foi a minha pequenina astúcia). O senhor telefone para o seu Ministro do Exterior que ele vai informar!” Ele aí ligou o telefone (ele gostava muito de falar no telefone e ele mesmo ligou) e disse: “Ministro Vasco, aqui é o Presidente Castelo Branco. Ministro, quando é que abre a Assembléia da ONU?” Aí o ministro falou lá qualquer coisa e deve ter dito a mesma coisa que disse para mim. Ele desligou o telefone e me disse: “É, realmente o senhor tinha razão. A assembléia não abre no dia 5. Vai abrir bem depois porque há um problema. (Aí repetiu aquilo que o Vasco tinha me dito).”

“Portanto, Presidente, como o senhor vê, sem perturbar absolutamente a sua decisão, esse fato é uma coisa que não perturba a outra. Agora, se o senhor me permite ir um pouco além, talvez tentando pelo seu convite, mas sempre deixando o senhor muito à vontade, permito-me lembrar-lhe que a ONU está repleta de candidatas à Presidência da República dos respectivos países. A começar pelo meu querido amigo Stevenson, que faz da ONU porta de barbeiro — ele entra lá como delegado dos Estados Unidos, de repente tem uma convenção do Partido Democrático e ele se candidata a governador e a presidente e tal, depois volta para a delegação, chefia a delegação, volta como simples delegado, mas volta. Talvez numerosos desses chefes de delegação sejam candidatos dos seus países. Não vejo nenhuma incompatibilidade entre uma coisa e outra. Agora, esse é o meu ponto de vista”.

Castelo disse: “O meu ponto de vista é diferente do seu. Insisto que a Revolução precisa de sua voz na ONU! Não existe ninguém mais autorizado nem mais qualificado do que o senhor para essa missão. Mas só posso dá-la a um homem que represente o Brasil como um todo, e não a um candidato de um partido”.

“Bom presidente eu vou para a convenção e o senhor tome a sua decisão. Fique inteiramente à vontade.”

Depois embarquei para os Estados Unidos — já não sei mais por que motivo. Quando estou lá sou recebido assim um pouco também por aquele pessoal da delegação, do consulado, o pessoal do Itamarati, porque as notícias circulam rapidamente e fui recebido como futuro chefe da delegação à ONU. Então os sujeitos me procuravam muito e conversavam; aquela coisa que vocês sabem!

Mas o negócio transpirou e começaram as tais perguntas do *New York Times* e de outros jornais. “É verdade que o senhor vem como chefe da delegação à ONU?” “Não sei, não sei disso, não ouvi dizer nada!” “Mas o senhor é can-

didato à sucessão do presidente?” “Sou”. “E haverá eleições no Brasil?” Disse: “É evidente que haverá”. “Mas essa prorrogação do mandato do presidente não vai afetar?” “Não creio que vá afetar absolutamente”.

E tome telegrama para o Rafael, que era para o SNI saber. Tudo isso que eu mandava dizer ao Rafael era também para o SNI tomar conhecimento. Um dia telegrafei para o Rafael (também para o SNI saber) dizendo: “Situação extremamente desagradável. Perguntas diárias dos repórteres sobre essa coisa de ONU. Peço a você o obséquio de procurar o Presidente da República e pedir a ele que tome uma decisão final e que me mande comunicar, inteiramente à vontade, para me deixar também inteiramente à vontade, para eu poder desmentir as notícias porque está uma situação muito desagradável para mim e para o Brasil.” O Rafael me passa um telegrama ou me telefona, dizendo: “Falei com o Presidente e ele disse que prefere esperar a sua volta para ter um contato direto com você”.

Cheguei, e uns dois ou três dias depois recebo uma carta dele, que ainda tenho, na qual diz: “Reiteraria o convite que lhe fiz para chefiar a delegação brasileira na ONU, mas, como lhe disse, mantenho o meu ponto de vista de que queria uma voz do Brasil e não uma voz de um candidato de um partido à Presidência da República. E como o senhor me deixou a liberdade de retirar o convite, caso eu assim entendesse, lhe peço licença para retirar o convite que lhe fiz. Agradeço a sua compreensão, etc.”

## NOTAS

1 Juscelino Kubitschek foi cassado no dia 10 de junho de 1964. A versão que Luís Viana Filho, biógrafo e Chefe da Casa Civil do primeiro presidente da Revolução divulga no seu livro *O Governo Castelo Branco*, confirma as informações que José Maria Alkimim deu ao ex-Deputado Renato Archer.

Diz Luís Viana que o dia D para a cassação de Juscelino começou a 26 de maio, em São Paulo, por pressões da linha dura e que o pedido foi formulado por Costa e Silva no dia 3 de junho.

E o mais importante “no dia seguinte (11 de junho), tendo ido ao Planalto o ex-governador Etelvino Lins pediu-lhe (Castelo) transmitir a Amaral Peixoto, presidente do PSD, e ao Deputado Martins Rodrigues, líder desse partido na Câmara, as razões que o haviam levado a assinar a cassação. E fez questão de frisar: “a cassação não teve de modo algum o objetivo de beneficiar qualquer outro candidato à Presidência da República.” (*O Governo Castelo Branco*, p. 96).

Talvez ainda mais importante do que a cassação dos direitos políticos de Juscelino, segundo Luís Viana Filho, é que o fato dissolveu o apoio parlamentar a Castelo. E o próprio autor reconhece que foi a partir de então que se começou a pensar na prorrogação do mandato de Castelo Branco, de

tão importantes consequências históricas (Ob. cit., p. 102).

No dia em que Juscelino foi cassado, Carlos Lacerda estava em Londres e na véspera tinha sido recebido por Sir Douglas Home.

2 A prorrogação do mandato do Marechal Castelo Branco foi aprovada pelo Congresso no dia 22 de julho de 1964, depois de ter sido aprovada pelo número essencial e exato de votos em primeira discussão no dia 16: 205 a 96 votos.

O curioso é que Luís Viana Filho em *O Governo Castelo Branco* admite que a medida foi tomada para evitar a eleição de Carlos Lacerda em outubro de 1965. Diz ele que a emenda constitucional preconizada por Castelo para instituir a maioria absoluta e o voto dos analfabetos “seria o estopim da prorrogação, e em torno dela se uniram os favoráveis às eleições em 1966, e os receosos da vitória de Carlos Lacerda, cuja oposição fortaleceu a prorrogação quando esta parecia fadada ao insucesso”.

Diz ainda que numa reunião encontraram-se João Agripino, Afonso Arinos e Daniel Krieger “que por mais de uma vez aventara a prorrogação que voltou à baila. Afonso Arinos, acicamente afastado de Lacerda,

não via com bons olhos a possibilidade de uma vitória deste; João Agripino trazia recordações dos episódios que antecederam à renúncia de Jânio; e Krieger acreditava que Lacerda, presidente, se tornaria ditador. “Nisso, aliás, pareciam todos de acordo. Por que não protelar por um ano o mandato do presidente, dando-lhe mais tempo às reformas, além de se adiar a eleição presidencial? Em um ano muitas coisas ocorreriam. E ali mesmo, entre os livros de Afonso Arinos, se redigiram as duas emendas, uma assinada por Afonso Arinos, outra por João Agripino, que, afinal, seria a adotada (Ob. cit., p. 103).

No capítulo da prorrogação do mandato de Castelo Branco, Luís Viana Filho, às páginas 111 e 112, cita um telegrama e uma carta de Carlos Lacerda ao Deputado Bilac Pinto, então presidente da UDN. No primeiro, datado de 16 de junho de 1964, diz: “Você está presidindo a liquidação da UDN e isto não é tão grave. Gravíssimo é que vocês estão liquidando o que existia de democracia no Brasil ao colaborar para a prorrogação dos mandatos e a maioria do Congresso e não à maioria absoluta que serve à maioria do povo. Adeus”.

O outro é uma carta do dia 21, da qual Luís Viana transcreve alguns trechos: “na verdade se se tratasse de preservar uma obra revolucionária, o que se devia fazer era encurtar e não prorrogar o mandato do Presidente Castelo Branco”. A carta diz ainda “que marchamos para o nasserismo de uma ditadura militar”. “Confesso minha impaciência, mais que a minha revolta. Estou farto, meu caro amigo, e um pouco cansado de ver antes, dando a impressão de ver demais. O que está se preparando é, na realidade, a volta dos decaídos ao poder”.

Depois de afirmar que “a carta era cheia de maus presságios”, Luís Viana transcreve outro trecho: “Bilac, numa palavra, votada a prorrogação, não haverá eleições nem em 66, nem tão cedo. Isto é o 10 de novembro com a aprovação do Congresso”. (*O Governo Castelo Branco*, p. 112).

O curioso talvez não sejam apenas os comentários proféticos de Lacerda, que Viana chama de “maus presságios”. O curioso é que ele conclui a transcrição da carta afirmando do ex-governador carioca: “A paixão cegava-o” (*sic*).

Embora com bem menos detalhes, o Senador Daniel Krieger também refere-se à prorrogação do mandato de Castelo Branco no seu livro *Desde as Missões*, quando, inclusive, transcreve a íntegra das cartas de Carlos Lacerda e Bilac Pinto.

Do ponto de vista histórico, é curioso o relato do senador sobre a reunião da executiva da UDN que concordou com a tese da prorrogação:

“Quando descia a escada que dá acesso ao primeiro andar da Câmara, radiante, com a solução, avistei o Deputado Paulo Sara-sate: Vencemos a primeira etapa, afirmei.

Atrás do deputado cearense, vinha Carlos Lacerda. Eu não o vi. Se o tivesse visto não teria pronunciado a frase. Ao perceber sua presença, tentei corrigir a involuntária indelicadeza. Aproximando-me dele, disse: “Governador, a prorrogação é necessária e a protelação das eleições não prejudicará a sua candidatura. O senhor é o nosso candidato. Lutaremos, na oportunidade, pela vitória. Aguarde com serenidade. Ninguém lhe arrebatará a presidência.

O governador manteve-se dentro das regras de urbanidade, contestando-me: O futuro se encarregará de demonstrar o seu erro”. (*Desde as Missões*, p. 183).

“EU ARRISQUEI MINHA VIDA,  
NÃO UMA EMBAIXADA”

SEGUNDO ME RECORDO da nossa última gravação, que já foi há quinze dias, eu estava contando que quando voltei de Nova York o Presidente Castelo Branco fez uma carta retirando o convite que havia me feito para chefe da delegação na ONU, sob o fundamento: primeiro, de que eu dera a ele a liberdade de retirar o convite se quisesse e quando quisesse; segundo, reiterando que me convidara com o desejo de que eu fosse, mas não como candidato à Presidência da República.

Aí realizou-se a nova convenção da UDN, requerida por mim, que homologou a minha candidatura. Acho que é fato inédito: houve duas convenções do mesmo partido para consagrar a mesma candidatura. Quer dizer, uma já havia me escolhido. Mas como houve a Revolução e como o Bilac Pinto veio propor que eu retirasse a minha candidatura, e como eu senti a manobra da prorrogação do mandato do General Castelo Branco, fiz questão de que a UDN se reunisse de novo para dizer se queria que eu fosse candidato ou não, em outras palavras, se queria eleições ou não! E a UDN reunida, dessa vez, creio até que por unanimidade, consagrou a candidatura.

Aí começou a piorar o ambiente. Visivelmente, comecei a sentir que a Revolução já trazia no seu bojo a idéia de suprimir a eleição direta no Brasil. E mais do que isso, a idéia de evitar lideranças civis. Começou, em primeiro lugar, o cerco à Guanabara. Não tão escancarado, evidentemente, como no tempo do Presidente João Goulart, mas certos ministros do Castelo Branco não cumpriam nem as promessas que ele havia feito, como a concessão de verbas orçamentárias.

Começamos a ter dificuldades até para pagar o funcionalismo, uma vez que, pela própria lei que criou o Estado da Guanabara, a União, durante dez anos, ainda teria que pagar uma parte do funcionalismo, como a Política Militar, a Justiça... Essas dificuldades, praticamente, se concentravam no Ministério do Planejamento.

No dia 17 de maio de 1965, mandei uma carta ao Presidente da República, com uma análise da política econômica que o governo vinha seguindo. E como ele dizia sempre que toda crítica devia ter uma alternativa, propunha uma alternativa para a política econômica. O presidente me chamou e disse que ia estudar a análise, mas que eu não considerasse as ressalvas que fazia em relação a ele, porque não bastavam. Que qualquer crítica que fizessem a um ministro dele, ele considerava como crítica feita a ele.

Eu disse que lamentava muito, mas me parecia que não era bem assim, pois os ministros foram feitos para serem demitidos caso não estivessem seguindo a política que conviesse ao governo. Para isso é que eles eram admitidos *ad nutum*, quer dizer, nenhum ministro era eleito ou tinha mandato. É cargo para o qual se convida um sujeito que, se não der certo, é demitido. Eu já tinha substituído secretários de Estado várias vezes, portanto, não considerava os ministros intocáveis nem considerava que a política de ministros fosse sinônimo da Revolução ou do governo dele. Aí — como já contei — o Castelo Branco me avisou que diante da minha crítica tinha autorizado o Ministro Roberto Campos, do Planejamento, a responder-me pela televisão. O ministro foi para a televisão — numa cadeia nacional de TV — e não só respondeu à minha crítica como formulou contra mim os ataques mais duros. Exatamente o tipo de ataques que antes da Revolução os governos e os chefes do PTB e a *Última Hora* faziam.

Vou me permitir, nessa altura, ler pelo menos trechos de uma longa mensagem que mandei ao Presidente Castelo Branco, em 24 de maio de 1965, porque resume uma longa questão e sobretudo explica um pouco toda a crise que houve depois.

Antes disso, no entanto, o Julinho Mesquita desembarcou — parece que já falei nisso —, vindo de São Paulo num aviãozinho com o Severo Gomes e o José Escarano, e foi ao Palácio Guanabara fazer-me um apelo: “O seu rompimento com o Marechal Castelo Branco vai acabar numa ditadura militar. Porque do ponto de vista da Revolução, você é o único candidato civil possível, quer dizer, que tem chance de se eleger” (Além de outras qualidades que ele, generosamente, identificava em mim.) E Júlio Mesquita prosseguiu: “De maneira que se Castelo Branco, que representa a Revolução oficialmente, romper com você ou você com ele, não sobra nenhuma alternativa civil. E os militares vão pegar esse pretexto para partir para a ditadura. De maneira que venho lhe pedir que faça o sacrifício de escrever uma carta ao Castelo Branco abrindo mão de qualquer veleidade ou de qualquer reivindicação ou de qualquer idéia que você tenha de querer voz e influência no governo federal”. Respondi: “Isso é muito difícil Dr. Júlio, porque afinal nós todos somos responsáveis pela Revolução. Isso é a mesma coisa que eu pedir ao senhor que o *Estado de S. Paulo* cale a boca. E é até talvez, pior, porque o *Estado de S. Paulo* pode calar a boca, mas eu não posso, porque tenho um povo, aqui, que exige que eu fale, porque já estou vendo o desemprego e o povo desiludido”.

Mas o Julinho insistiu: “É, mas eu vim lhe fazer esse apelo. Sei que isso lhe custa muito. Mas sei o que estou lhe pedindo”. Respondi: “Está bem! Se há uma pessoa, no Brasil, que tem o direito de me fazer um apelo desses, é o senhor. Agora saiba que isso me custa muito”. Sentei na máquina, no gabinete do Guanabara, e ali mesmo escrevi uma carta ao Castelo Branco que infelizmente não tenho aqui à mão. Uma carta curta na qual, em resumo, eu dizia: “Não quero que o senhor tenha dúvidas de que reconheço a sua autoridade como Presidente da República. A área federal é sua e eu continuo na minha área estadual. Sou candidato à sua sucessão, mas não me meto na política federal. Lamento que certas coisas estejam acontecendo, mas é problema seu, etc.” Enfim, uma carta de grande humildade que me custou muito. Não é que me custe ser humilde, mas é que me custava muito saber que era inútil. Nem guardei cópia dessa carta porque bati debaixo de uma emoção muito grande e com um mal-estar danado. E sobretudo com a sensação da inutilidade de tudo aquilo. Mas

o Júlio Mesquita Filho estava muito animado, achando que com a carta eu dava uma prova...

Logo que acabei de escrever, entreguei-a ao Julinho, que foi ao Palácio Laranjeiras onde estava então o Castelo. Depois de uma ou mais horas, voltou e eu lhe perguntei: "Então, qual foi a reação do homem?" "Ah, ele leu e ficou emocionadíssimo. E me perguntou como é que se pode pagar a esse homem o serviço que ele presta ao Brasil. (Esse homem, suponho que se referia a mim, porque era a minha carta que ele acabara de ler.)"

Achei estranho aquilo porque afinal de contas, e sem basófia, acho que já tinha prestado serviços maiores ao Brasil do que fazer uma carta reconhecendo que ele tinha autoridade como Presidente da República. Mas enfim... "Muito bem, está ótimo." E o Júlio voltou muito contente para São Paulo. Dias depois aconteceu exatamente o episódio do Roberto Campos.

Mas o curioso é que recentemente um historiador foi almoçar comigo para conversar sobre Castelo Branco, um professor de história da Universidade de Austin — John Foster Dulles Junior, brasilianista, autor de alguns dos livros mais notáveis sobre o Brasil; um deles, aliás, vamos publicar, chama-se *Anarquistas e Comunistas no Brasil* (a história é de muita objetividade e é a mais completa que se fez sobre esse movimento) — Foster Dulles acabou agora de escrever a biografia do Castelo Branco, por indicação do filho, Comandante Paulo Castelo Branco. Vai ser editado pela Editora José Olympio, editora que no momento está na mão do BNDE. Até fiquei contente dele não me oferecer — eu publicaria com muito prazer —, mas na minha opinião não vai ser um sucesso de livraria porque termina a biografia do General Castelo Branco exatamente quando ele assume o poder. Ora, não creio que alguém esteja interessado na infância dele no Ceará ou na mocidade dele na Escola Militar. De maneira que não acho que faça grande sucesso de livraria.

Mas voltando ao assunto: Foster Dulles foi almoçar comigo para conversar sobre o período Castelo Branco. Ele é um homem extremamente cuidadoso e objetivo. Para fazer a biografia do Getúlio ele ouviu todo mundo no Brasil (insisto nesse ponto para se ver como esse homem se documenta). O único sujeito que tinha se recusado a recebê-lo foi o Brizola. Mas ele acabou insistindo tanto e foi até uma cidade do interior do Uruguai para ouvi-lo. Ouviu o Luís Carlos Prestes, ouviu todo mundo. No almoço, disse a ele: "Olhe, professor, o documento mais importante que eu teria para lhe dar a respeito das minhas relações com o Castelo eu não posso dar porque eu não guardei cópia. E contei essa história da carta que o Júlio me pediu e levou. Ele aí me disse: "Não é a carta de tal data, assim e assim?" Eu disse: "Nem me lembro o dia, mas acho que é". "Amanhã eu lhe mando uma fotocópia". Ele tinha essa carta, suponho, dada pelo Comandante Paulo Castelo Branco. Carta essa que o Luís Viana não citou na biografia do Castelo. Uma das lendas que se criou é que eu não fui Presidente da República porque não quis, porque provoquei o Castelo, porque briguei com ele. Essa carta é uma das provas — não digo a meu favor —, mas é uma das provas contra a manobra que se fez dentro da Revolução para acabar com o poder civil e acabar com as eleições no Brasil.

Mas há outro documento, e esse eu tenho aqui. Encontrei, por acaso, outro dia, e vale a pena ler alguns trechos. Nele eu dizia ao Marechal Castelo Branco, no dia 24 de maio de 1965, que antes, no dia 17, eu havia enviado a ele uma carta com uma análise da política econômica que o governo vinha seguindo e uma sugestão ou alternativa. Alternativa porque ele sempre insistia: "Quem fizer



críticas, dê uma alternativa... Proponha alguma coisa.” Então eu propunha alguma coisa. Eu dizia: “Redigi do modo mais impessoal possível essa crítica e do modo mais construtivo a sugestão”. Citei exemplos, uns graves outros pitorescos... Aquela história de quantos cachos de banana o Brasil produziria dentro de dez anos e quantos ovos as galinhas iam botar dentro de dez anos. E asneiras semelhantes que havia no plano perfilhado pelo governo, que era o chamado Plano Roberto Campos.

Então, ele disse que ia estudar o assunto e me dar a resposta após o exame, conforme declarou ao Rafael de Almeida Magalhães, que era Secretário do Governo da Guanabara e que foi levar o meu ofício. No entanto, antes disso, através do Ministro da Justiça, ele requisitou uma cadeia nacional de rádio e TV em que o Ministro do Planejamento desenvolveu longo raciocínio, como eu digo ao Castelo na minha carta, com três aspectos fundamentais: primeiro: resposta agressiva, repleta de falsidades e novas promessas à minha análise da política econômica do governo; segundo: repulsa com desprezo e com sofismas à sugestão que fiz; nenhum esforço sério para comparar a alternativa que propus com a situação real do país; terceiro: desaforos e infâmias contra mim e contra o meu governo, combate político à minha candidatura à Presidência da República encarada pelo Ministro do Planejamento como se fosse uma afronta.

Bom, então respondendo à parte ofensiva e às suas ironias: por exemplo, ele mostrava que eu estava sobrecarregando de impostos o povo da Guanabara. E aplicou o mesmo truque de um deputado do PTB, chamado Saldanha Coelho. Ele dividiu a carga tributária da Guanabara pelo número de habitantes e aí encontrou um determinado quociente: “Vejam a carga tributária da Guanabara!” Mas ele esqueceu que essa carga tributária não era distribuída igualmente por todos os habitantes, mas paga mais por quem podia pagar mais e paga menos por quem devia pagar menos. E assim por diante. Ele incluiu como ajuda à Guanabara o pagamento do funcionalismo federal transferido ao Estado quando de sua criação por lei do Congresso e anterior à Revolução. Eu dizia que esse era o mesmo argumento de um ministro do João Goulart, o Abelardo Jurema. Ele me atribuiu ter contribuído para o suicídio do Getúlio Vargas. Então eu dizia ao Presidente: “A idéia de me atribuir o crime de ter contribuído para a queda e o suicídio do Getúlio Vargas é habitual covardia de muitos que, não podendo acusar as Forças Armadas desse suposto crime, atribuem a mim, transformando-me em vítima expiatória de longas omissões e súbitas conversões”. Depois me atribuía a renúncia do Jânio Quadros.

Eu então dizia ao Presidente: “A idéia de me atribuir a renúncia do Sr. Jânio Quadros e outras, faz-me, pela primeira vez, nos últimos anos, ficar pasmo. Como pode, quem tem essas opiniões, ser praticamente o orientador do governo da Revolução, no setor principal que é o do planejamento econômico”. Ele dizia que eu pregava o oportunismo econômico. Eu dizia: “Não há crime nenhum em pregar o oportunismo econômico, porque o oportunismo econômico é palavra que tirei do livro do Dr. Schacht\* que recuperou a Alemanha. Oportunismo econômico foi o que fez Roosevelt quando salvou o mundo e especialmente os Estados Unidos da crise econômica de 1929, criando uma política que chamou de “oportunismo econômico”. De maneira que o seu ministro revelava

---

\* Horace Greely Hjalmar Schacht, ministro responsável pela economia alemã nos primeiros anos do governo de Hitler. (N. da E.)

ignorância da história da economia moderna, porque oportunismo econômico é a política de todo governo que sabe combinar política com economia”.

Como o Castelo insistia muito que o setor econômico era separado da política, coisa que o Roberto Campos lhe ensinou, eu dizia: “A política econômica, Sr. Presidente, é por natureza contingente, e por isso mesmo é que é uma política. Só os tecnocratas presumem o contrário, enfatuados na infalibilidade da sua pseudociência. A economia que lida com o destino de um povo e de uma nação, por isso mesmo se chama economia política, porque não pode ser dissociada da política. Só o marxismo alimentou a presunção de criar uma economia rigorosamente científica baseada em um dogma, a que a política e tudo mais deveria subordinar-se, rígida e inflexivelmente.”

Prosseguindo a leitura da carta: “Mas a experiência desmoralizou essa presunção. E na Rússia, como em toda parte, é a política que comanda a economia. Quando a produção agrícola cai, cai o governo do Sr. Kruchev. Uma política econômica há de ser necessariamente empírica, contingente e flexível, Sr. Presidente, tendo em conta as circunstâncias complexas e variáveis que se verificam em cada povo ou nação. As contingências do momento, a conjuntura, as reações produzidas. Porque o seu alvo e o seu suporte ao povo, no seu conjunto, fator decisivo do seu êxito ou de seu malogro, são as reações psicológicas do próprio povo, sem cuja adesão nada poderá ser feito. Por aí se vê por que uma política econômica não pode ser científica. Mas há de ser essencialmente política, isto é, pragmática, circunstancial, contingente e oportunista.

“Motivo essencial por que, depois de um ano, não tenha logrado êxito a política do Dr. Roberto Campos, é que ela não se impôs à confiança da nação. Isto é, não conseguiu criar a convicção de que ia dar certo, compensando com os resultados os tremendos sacrifícios impostos. Isso, apesar do prestígio moral desfrutado pelo Sr. Presidente Castelo Branco e das esperanças que a Revolução despertou”.

O tema central da minha crítica, dizia eu a ele: “O fundamento da alternativa que propus, era este:

- 1) O setor mais inflacionário da economia é o setor estatal.
- 2) Este não pode ser reduzido nem a sua eficiência aumentada em pouco tempo, nem em 13 meses, nem em dois anos, nem, talvez, num quadriênio.
- 3) Logo, não se deve contar com o fim da inflação tão cedo, pois o setor maior e mais inflacionário da economia estatizada não pode ser recuperado.
- 4) O que não convém é, mantendo a área estatal inflacionária, esvaziar a área da economia privada para custear a estatal.
- 5) Por isso, contando como inevitável certo grau de inflação, durante certo número de anos, devíamos concentrar nossos esforços e provocar a baixa progressiva, racional e cautelosa da taxa inflacionária e, ao mesmo tempo, desencadear um grande esforço de produção.
- 6) Para isso, convém dotar a iniciativa privada de meios para ajudar o país a sair da inflação com produção, e ativar urgentemente a administração pública, melhorando a sua produtividade, pois a área estatizada abrange mais da metade da economia nacional: é a grande área do desperdício e da exigência de recursos, até aqui retirados da iniciativa privada, como antes eram retirados da emissão do papel moeda.
- 7) Para isso, ainda, é essencial uma política de fé e mobilização do povo, de atenção para com os seus problemas e motivações”.

Então, dizia eu: “Eis o que o seu ministro tomou como insulto a um governo que pela sua voz aceita o debate, mas se ofende com o debate. Pede alternativas, mas as repele quando são oferecidas. E oficialmente me atribui crimes sem os quais o seu governo não existiria”. E dava como exemplo: “Em nome do seu planejamento, a Constituição está sendo violada para proteger os interesses de grupos como os do Sr. Roberto Marinho, associados a interesses do rádio e televisão norte-americanos no Brasil, em frontal violação às leis do Código de Telecomunicações. E ninguém me há de pôr a pecha de antiamericano, hoje, como antes puseram a de americanófilo. Não se trata de ser pró ou contra terceiros, e, sim, de exigir o cumprimento da lei, que não permite tais associações. Menos ainda por via oblíqua e por meio de subterfúgios”.

A certa altura, realmente, há o ataque do governo contra mim, através do Roberto Campos, que chegou a dizer que, com a minha crítica, eu estava impedindo a vinda de capital estrangeiro ao Brasil. Então eu dizia ao Presidente: “Se é que estou impedindo a vinda de capital estrangeiro para explicar a não vinda do capital que ele anunciou e não veio; que estou destruindo a fé dos brasileiros na política econômica, quando incluo a confiança do governo no povo, e não apenas do povo no governo, como condição de êxito de uma política de reconstrução; que estou escorchando de impostos o povo carioca; que vivemos na Guanabara da ajuda federal, aliás muito mais prometida do que recebida; que derrubei governos, sem cuja derrubada, feita pelas Forças Armadas, com a minha modesta colaboração, o Sr. Campos não seria Ministro nem Vossa Excelência Presidente, não é resposta adequada. O ataque do seu Ministro devia ser feito às Forças Armadas. Em última análise, a Vossa Excelência, que privou de direitos políticos esses grandes estadistas aos quais me opus com escândalo e revolta do seu Ministro de Planejamento”.

Eu dizia que, em defesa do meu governo, ia responder ao Ministro na TV. “Embora sem as facilidades da requisição oficial para uma cadeia nacional de insultos contra o governo do Estado da Guanabara, mas sobretudo contra o candidato à Presidência da República, encarado como um ambicioso e impertinente porque ousa, depois da Revolução, ser o que já era antes — candidato a governar o Brasil pelo voto do povo”.

Dizia eu: “Mas não é isso o que mais interessa ao país e a mim e, certamente, também a Vossa Excelência. O que interessa mais é um exame superior, objetivo e sereno dos resultados da aplicação da política econômica que Vossa Excelência adotou nos primeiros dias do governo e que poderia, sem desdouro, ser modificada para melhor e há possibilidade de alternativas válidas”.

Falava da luta contra a inflação, etc. Dizia que a política de diminuir a produção empregada pelo Roberto Campos, como, por exemplo, aquela a que me referi há alguns dias através do relatório da Comissão Booz Allen para reduzir os programas de expansão da siderurgia no Brasil, como ele fez, isto é, diminuir a produção é provocar mais e não menos emissões de papel moeda. “Provocar o desemprego e a ansiedade não é criar condições para a produção e sim para o ódio do povo contra ela e a conseqüente reabilitação daqueles que ela derrubou”.

E a carta continuava: “Considero do meu dever pedir a Vossa Excelência que examine de espírito aberto e sem prevenções os argumentos que lhe apresentei e a alternativa que formulei. Não ponho em dúvida a sinceridade e a honestidade de propósitos de Vossa Excelência. Igualmente sei que Vossa Excelên-

cia, ao contrário do Ministro, não tem dúvidas quanto a idênticos sentimentos de minha parte. Faço-lhe um apelo à inteligência e sensibilidade para que abra o seu espírito ao exame desapassionado da política econômica tão ligada à situação geral e ao destino da sua Revolução.

“Coloco à sua disposição, sem pretensões pessoais, ou secreto desígnio, os trinta anos que tenho de ‘ave agourenta’, como diz o seu Ministro” (porque até de ‘ave agourenta’ ele me chamou). O meu agouro consistiu em prever, por intuição e por experiência de quem aprendeu, à própria custa, a avaliar o resultado de erros, de boa ou má fé, na sorte do país. Creio estar em condições de prever, sem precisar de adivinhação planejante, o que vai acontecer ao país se a dureza de uma política econômica sem flexibilidade, persistir sem contraste e sem crítica válida. A máquina de propaganda e de corrupção da opinião pública já montada e funcionando, vai eliminar, dentro de pouco, as fontes da crítica e Vossa Excelência só ouvirá o coro das louvações. Mas o país pode estourar no meio dos foguetes da lisonja. Creio, Sr. Presidente, que tenho alguma experiência da vida nacional. Foi assim que se perderam várias revoluções.”

A carta continha uma espécie de advertência que, de certo modo, não deveria ter surpreendido o Castelo Branco, quando tentei a Frente Dupla, porque eu dizia: “Não tenho com quem quer que seja problema pessoal acima do interesse público. Talvez seja isso o que o seu Ministro chama de minha incoerência, pois um carreirista como ele nunca pode entender esse modo de encarar tais assuntos. Quando embaixador do governo Goulart, o Sr. Roberto Campos sustentou algo bem parecido com o que agora digo”.

Então, transcrevo: no dia 19 de agosto de 1962, num banquete ante a Sociedade Pan-Americana, em Nova York, Roberto Campos tinha dito: “O ano de 62 vai ser testemunha do ressurgimento da produção no Brasil.” E mais: “A inflação é ruim, mas não é mera exibição de desídia moral, e sim um fato sociológico.” Vai por aí e diz que “o grande serviço do governo João Goulart tinha sido a manutenção da trama de uma sociedade democrática.” Dizia Roberto Campos em 1962, em Nova York: “Preservou-se uma sociedade aberta e de debate livre, não manchada por golpe militar algum, nem pela suspensão de direitos constitucionais, nem pela imposição de controles autoritários”. Depois, mais tarde, ele dizia que “as críticas à inflação seriam razoáveis se a inflação não fosse acompanhada de crescimento e estivesse consumindo grandes recursos de moeda estrangeira com gastos excessivos de importação. Circunstâncias, dizia ele — estou citando entre aspas, — que certamente não são as características da inflação brasileira, na qual se manteve o crescimento e a dieta das importações”. Então, acabei a transcrição, e eu dizia: “Senhor Presidente Castelo Branco, é muito mais do que eu disse. Muito mais do que diria qualquer pessoa de bom senso. A inflação acompanhada de crescimento, eis o que o Embaixador Roberto Campos elogiava no governo Goulart, nos Estados Unidos. Sua principal conclusão foi, então, esta: “Perdem lamentavelmente de vista, os críticos da inflação, o ponto fundamental. Os que não se dão conta que um risco ainda maior do que a inflação é a estagnação econômica.”

Então, dizia eu: “Estas são as palavras do seu Ministro de Planejamento, em plena inflação do governo João Goulart. A política, como Vossa Excelência vê, mudou, mas a economia, não.” E mando fotocópia do jornal que transcrevia esse discurso, o *New York Times*, pronunciado a 21 de dezembro de 1962, pelo Ministro Roberto Campos.

Eu dizia: “Vê, Vossa Excelência, por este singelo exemplo, que esse tecnocrata encontra justificação para qualquer política e sempre servindo-se do mesmo jargão econômico”. Então, a alternativa que oferecia, e que eu dizia que o Roberto Campos não tinha conseguido destruir na televisão, era a seguinte, baseada em certos pressupostos:

- 1) Não se pode marcar prazo para acabar com a inflação.
- 2) A maior área inflacionária do país é a da atividade econômica estatizada.
- 3) Esta área estatizada da economia, que já era naquela época mais de 50%, não pode ser custeada pelo esvaziamento da área da economia privada, porque esta é a que produz mais para o país; não se destrói o que é razoavelmente bom para salvar o que é sabidamente ruim.
- 4) Também não pode ser esvaziada a própria área estatizada porque há um núcleo de atividades econômicas pioneiras e fundamentais que têm que permanecer com o Estado, e outras que, mesmo erradas e até ruinosas, não podem ser rapidamente regularizadas pelo governo.
- 5) A conclusão lógica e inevitável é que teremos que conviver com a inflação por algum tempo, e devemos limitá-la, reduzi-la, mas na certeza de que não poderemos destruí-la a prazo fixo.
- 6) Por isso, ainda, o aumento da produção deve ser um objetivo imediato.
- 7) Por isto, e ainda, a mobilização do povo, o investimento popular de confiança no Brasil têm de ser a meta principal e imediata do governo”.

E adiante, eu dizia: “Tenho silenciado, talvez demais. Cedi a erros evidentes, como a prorrogação do seu mandato. Não por Vossa Excelência, mas pelo princípio, que foi errado, e o pretexto, que era falso, mas enganou a muitos de boa fé. Cedi, deixando de responder ao Ministro Roberto Campos, quando de sua primeira onda de sofismas e de intrigas. Escrevi a Vossa Excelência uma carta (a tal carta que o Julinho Mesquita me pediu), que é a maior prova da minha confiança e do apoio que lhe poderia dar quem naquele exato momento deixou sem resposta o Ministro para não parecer que atingia o seu governo.

“Cedi, quando durante todo esse tempo, contando as minhas apreensões, vejo a política tomar conta das atividades principais do governo, enquanto a atividade econômica fica isolada, entregue a um setor especializado que não tem com a Revolução qualquer afinidade e nenhum compromisso, e serve a qualquer senhor, portanto não serve fielmente a ninguém. Agora, porém, não é mais possível silenciar sem faltar gravemente aos meus deveres de cidadão. Só espero que Vossa Excelência se disponha a ouvir quem deseja o seu bem e o de seu país. Senhor Presidente: embora tratado como oportunista, demagogo, ignorante e importuno e, até, mentiroso, pelo Ministro que me acusa de ter derrubado os governos que Vossa Excelência e o Exército derrubaram, e sem cuja derrubada Vossa Excelência não seria Presidente, embora ele pudesse ser Ministro de qualquer desses governos, que o toçaram para fora, não me envergonho de insistir junto a Vossa Excelência, porque o nosso amor ao Brasil deve ser maior do que o amor próprio.

“Por isso, requeiro a Vossa Excelência o direito elementar de ver examinada a minha crítica e a minha proposta com seriedade e objetividade, não com verdadeiro ódio e falsa zombaria. Pedantismo nunca me impressionou nem a insolência me intimida. Criou-se um tabu que convém aos charlatões da economia: o de que não pode falar de economia política quem não for economista. Isso é falso, como tantas outras falsas noções que se enraízam nas pessoas despre-

venidas. O fato de não saber misturar os temperos na panela, não nos impede de julgar se a comida está ou não bem temperada. Não é preciso ser cozinheiro para saber se a comida é boa.”

Então dizia: “Estão em causa coisas mais sérias do que a vaidade e a lisonja. Está em causa o destino da Revolução. O governo que ajudamos a formar, quando numa demonstração de confiança levamos o nome de Vossa Excelência ao General Costa e Silva, e pedimos ao Presidente em exercício, Deputado Maz-zilli, que encurtasse o seu mandato, para tornar possível a ascensão de Vossa Excelência à Presidência da República. Assim se constituiu o governo da Revolução, que não foi eleito pelo povo, mas praticamente imposto pelas armas, apenas com as cautelas necessárias para salvar as aparências e não interromper a continuidade do processo de ascensão do Brasil à democracia.

“Bem sei que Vossa Excelência pode dispensar o meu apoio para governar. Mas peço-lhe que despreze a alegação com a qual se procura inutilizar o meu esforço, de que falo como candidato, em função de uma ambição política. A mediocridade dominante na política brasileira, desde o seu esvaziamento pela ditadura, tende sempre a atribuir miseráveis ambições a quem tem altas aspirações. Permito dizer-lhe, Presidente, que ao lado de muitos erros que não escondo, e dos quais sempre procuro corrigir-me, tenho dado exemplos de desambição que me autorizam, nesta matéria, dar, e não receber, lições de quem quer que seja. Não preciso, e não quero, como candidato, criticar seu governo, nem pôr em dúvida sua autoridade.

“Como candidato, o meu interesse talvez seja o oposto disso. O que me leva a propor uma alternativa à política econômica atual, é precisamente o interesse que tenho no êxito da Revolução e de seu governo, ao qual está ligado não apenas o meu destino político, mas a minha vida e a dos meus. Pois o Senhor Presidente permita lembrar, já que membros do seu governo não sabem, eu não arrisquei uma embaixada (bom, eu não quero continuar a ler isso porque parece basófia, mas arrisquei mais do que qualquer um deles), eu não arrisquei uma embaixada para ser Ministro — isto era o caso do Roberto Campos —, eu arrisquei a minha vida para que Vossa Excelência pudesse chefiar uma Revolução, que sem a nossa resistência não se teria realizado a tempo de evitar a guerra civil ou a tirania.

“É tempo de reunir os companheiros da Revolução, e examinar com eles, de alma aberta, o que está errado e o que está certo. O que não é possível é ver os inimigos falarem em nome e de dentro do seu governo, não somente para nos destruir, mas para destruir o país com a mesma desenvoltura com que colaboraram na situação que forçou o Brasil a fazer uma Revolução para se defender de tais salvadores”.

Terminava dizendo: “Vossa Excelência sempre pediu uma alternativa. Quando uma lhe é oferecida, por que se há de repeli-la com quatro pedras na mão? Meu interesse como candidato é calar e esperar. Se der certo, associar-me ao êxito. Se der errado, cobrar a minha advertência. Não é, pois, por ser candidato à sua sucessão que lhe faço apelos, nem por orgulho, pois tenho sofrido suficientes humilhações, e não me importam nada. É por amor a este país e à convicção de que podemos ajudá-lo melhor juntos do que intrigados e separados.”

E transcrevia coisas do Roberto Campos, por exemplo, quando ele rompeu com o Presidente Juscelino, porque exatamente o Juscelino tinha rompido com o Fundo Monetário Internacional, e terminou o discurso assim: “A minha pa-

lavra final é de agradecimento ao Presidente Juscelino Kubitschek, que sempre me distinguiu com sua amizade e confiança, designando-me Presidente do Banco e Secretário-Geral do Conselho do Desenvolvimento. Sua obra do governo já é importante, e ganhará ainda mais vulto e significado quando vista numa altura da história. A Sua Excelência auguro, para o bem comum, uma gestão serena e profícua.” Esse era o Ministro da Revolução!

---

“ELES SÓ COMPREENDEM O POLÍTICO PROFISSIONAL”

ESSE OFÍCIO, que eu li apenas em parte, porque é longo, evidentemente acredito ter irritado ainda mais o Presidente Castelo Branco. O fato é que foi se aprofundando, vamos dizer, um fosso entre nós. Aí, começou o período mais sério de todos, o período em que se começou a articular candidaturas para minha sucessão na Guanabara. Em primeiro lugar surgiu, se não me engano, ostensivamente, a do Deputado Amaral Neto. Esse não vinha apoiado pelo governo federal, vinha correndo na raia por conta própria. Mas não encontrou da parte do governo federal nenhuma advertência, nenhuma hostilidade, enfim, nenhum gesto que indicasse que o governo federal via com um pouco de maus olhos a sua candidatura.

No entanto, eu tinha comunicado ao Presidente Castelo Branco tudo o que sabia da inconveniência de entregar o Estado da Guanabara ao Amaral Neto e, nessa altura, eu já estava informado (da ignorância dele eu já sabia há muito tempo) da sua venalidade. Tinha havido um episódio que contei, a ameaça de renunciar à liderança do governo da Guanabara na Constituinte da Guanabara, por não poder pagar dívidas. Perguntei: “São suas dívidas de jogo?” O Rafael de Almeida Magalhães mobilizou o pai dele e alguns amigos para arranjar oito ou onze mil cruzeiros na época, para pagar a dívida do Amaral, para ele não fazer o escândalo de renunciar. Claro que ele não ia renunciar coisa nenhuma, praticamente ele me encostou na parede para pagar sua dívida.

Nessa ocasião houve uma tentativa de não fazer essa eleição.\* Magalhães Pinto chegou a prorrogar seu mandato em Minas com o voto da Assembléia, e muitos começaram uma manobra no sentido de uma prorrogação dos mandatos de todos os governadores. Mas não só a minha repulsa, como a de alguns outros, e o mal-estar causado dentro do próprio meio revolucionário pela idéia de prorrogar esses mandatos todos, fizeram frear a coisa.

O Castelo Branco tinha feito a famosa declaração “Aos meus amigos peço. Aos meus comandados exijo”, uma coisa nesse tom, “que não falem em prorrogação”. Mas o fato é que ele acabou, docentemente constrangido, aceitando a prorrogação de seu próprio mandato. Acho que, entre algumas qualidades sérias e grandes que ele teve, esta foi realmente uma fraqueza deplorável. Fraqueza que atribuo, primeiro, à vaidade, porque era um homem profundamente vaidoso;

---

\* Eleições de outubro de 1965 para a escolha de dez governadores que então tinham mandato de cinco anos. A Assembléia mineira prorrogou o mandato de Magalhães Pinto em 8 de março de 1965.



segundo, ao fato de que ele subiu ao poder já dentro de um esquema do qual ficou prisioneiro.

Era o esquema que, a meu ver, funciona até hoje, ou melhor, que voltou ao poder com o General Geisel. Era o esquema do tal sistema militar, dentro do Exército, que à custa do Exército, e em nome do Exército, tomou conta do país. Está comprometendo o nome das Forças Armadas, quando é uma minoria dentro das Forças Armadas, mas é minoria politizada, uma minoria que se preparou para acupar o poder, enquanto a grande maioria dos militares vive no quartel e, apesar de ter uma noção da política e da vida pública, realmente não está devidamente informada, nem vive politicamente o dia-a-dia das coisas.

Na época, muitos amigos chegaram a dizer que, se eu tivesse tido paciência, se tivesse me calado diante do Castelo, a minha candidatura vingaria. Diziam na época e dizem até hoje. Até hoje há muita gente que diz isso. Uma vez o Roberto Sodrê ficou muito aborrecido comigo. Ele estava acabando o mandato, seu mandato de Governador de São Paulo — e o Roberto não pode ver repórter, tem esse traço com o Paulo Egídio, nenhum dos dois pode ver repórter, que abre a boca imediatamente —, e em Brasília lhe perguntaram: O MDB é uma espécie de Governador Lacerda, assim uma oposição sistemática? Ele disse: “Aliás, o Carlos, e você sabe que eu sou muito amigo do governador (e realmente é verdade, por exemplo, no dia 31 de março, despencou-se lá de São Paulo e veio ficar do meu lado na Guanabara), se tivesse tido paciência, o Marechal Castelo Branco achava que ele era o único homem capaz de ser o candidato civil da Revolução, etc. Eu vou escrever um dia sobre isso”.

Nessa época, eu estava escrevendo sob o pseudônimo de Júlio Tavares — isso já foi depois do Castelo Branco, no fim do governo do Sodrê —, e eu escrevi no *Jornal da Tarde* um artigozinho que dizia que eu, Tavares, tinha perguntado ao ex-Governador da Guanabara o que é que ele achava dessa frase, dessas declarações do quase ex-Governador de São Paulo. E o ex-Governador da Guanabara, então, tinha-me dito: “A declaração em si não tem importância. O que tem importância, que eu acho muito importante, é o fato de dizer que vai escrever sobre isso. Parabéns ao Mobral.”

Dias depois ele saiu do governo e houve um coquetel muito simpático na casa dele, estava o Tamoio, estava o João Condé, etc. O João Condé ficou amigo dele por meu intermédio, é um homem que vive assim num mundo muito dele, mundo dos amigos... não toma conhecimento do dia-a-dia da política e não compreendia a indignação do Sodrê. O Sodrê estava uma fúria comigo. “Ô, Carlos, fazer uma coisa dessas comigo...” Então, num dado momento Condé disse: “Então, mas Sodrê, o Carlos fez uma brincadeira com você.” E o Sodrê muito indignado: “Mas você sabe o que é o Mobral?” Diz o João: “Não.” Aí acabou a história.

Mas respondendo a sério a pergunta. Acho que ninguém teve mais paciência do que eu. Atribuir a impaciência a mim, não vou dizer que a paciência seja uma virtude minha, mas nesse episódio, por exemplo, esse documento que acabo de ler é uma prova de paciência. Ser chamado de assassino de Vargas, de ave agourenta, pelo Ministro do Planejamento do Castelo Branco numa cadeia de televisão, engolir isso e fazer uma carta respeitosa ao Presidente respondendo a essas críticas, é sinal de paciência. A carta que entreguei ao Julinho é um sinal de paciência. Afora vários diálogos que tive com ele, que seria longo enumerar.

Mas vou dar um exemplo: Ofereci uma vez mostrar a ele um livro de Tobias Monteiro que se chama *A Viagem do Senhor Campos Sales à Europa*, e que é

um livro que um dia ainda vou reeditar para o Brasil aprender a história do Brasil — o brasileiro não sabe a história do Brasil. Vou fazer uma aparente digressão, mas acho que isso é importante para explicar uma porção de coisas no Brasil. Todo mundo atribui a Rui Barbosa e à ignorância que ele, Rui, tinha de economia e de finanças, o desastre do chamado “encilhamento” do Governo Provisório da República.

Eu tenho aqui em casa um discurso do Rui, no Senado, defendendo sua gestão no Ministério da Fazenda, em que nos termos da época — na época não se falava em “desenvolvimento”, falava-se em “progresso” — salienta uma coisa muito importante, que só agora os americanos, os brasilianistas americanos, estão descobrindo, porque os historiadores brasileiros ainda não tinham descoberto: no Brasil não havia dinheiro, porque, com o trabalho escravo não se pagavam salários na agricultura, e o Brasil era agricultura.

Vamos publicar uma reprodução do catálogo da primeira exposição industrial brasileira, em 1861.\* Nesse catálogo, verifica-se que tirou medalha de ouro um sujeito que exibiu quatro enchadas, duas foices, e assim por diante. Tem um Sr. Hélio Cambroni, de Pernambuco, que ganhou medalha de bronze pelo aperfeiçoamento que fez em cinco latrinas que exibia na exposição industrial de 1861. Tem coisas assim: seis camisas feitas por Madame Garrot, da Rua do Ouvidor.

Quer dizer, o que vinha era tudo importado. Não havia indústria nenhuma. O governo do Império impediu a emigração no mesmo momento em que os Estados Unidos se abriam para a emigração do mundo inteiro. Porque o governo precisava sustentar que se baseava no trabalho escravo. E o trabalho livre, isto é, o trabalho do emigrante assalariado, viria destruir toda a estrutura agrária que ainda era baseada no trabalho escravo. Vocês sabem do resto: a decadência do trabalho escravo, os efeitos da Lei do Ventre Livre, da proibição da importação de escravos, imposta pela Inglaterra, contra a vontade do governo...

O governo imperial então fez uma coisa parecida com o que está fazendo agora: a Questão Christie. O Ministro Christie foi obrigado a justificar o apresamento de barcos negreiros que traziam escravos para o Brasil, em pleno mar, e se fez toda uma campanha nacionalista contra a Inglaterra, achando a honra nacional e a soberania ofendida do Brasil, porque os navios tinham sido apreendidos pela Marinha de Sua Majestade Britânica, trazendo escravos para o Brasil.

Ora, como em todo caso a estrutura econômica do Império era baseada no trabalho escravo, não havia dinheiro no Brasil; havia meia dúzia de fortunas, mas o dinheiro não corria, não circulava. Havia comissários do café em Santos e no Rio de Janeiro que recebiam café, exportavam café, recebiam dinheiro e compravam gêneros, importavam roupas, objetos, etc., e mandavam para os fazendeiros no interior. Então, era como se fosse uma troca: o dinheiro passava pela mão dos comissários e esses eram os únicos que o tinham.

Com a Abolição, em 1888, consumou-se todo um processo de decadência do sistema escravocrata em que se baseava a economia brasileira. Foi preciso emitir dinheiro, porque não havia dinheiro no Brasil. Então, o Rui Barbosa, Ministro da Fazenda, teve que emitir: criou os bancos de emissão para fabricar dinheiro para os fazendeiros poderem pagar salário e continuar a haver trabalho na agricultura. E começou a haver, pela mão do bisavô do Brigadeiro Eduardo Go-

---

\* *Catálogo da I Exposição Industrial Brasileira*, Confraria dos Amigos do Livro, 1977. (N. da E.)

mes, o Senador Vergueiro, e pela mão do conselheiro Antônio Prado, que foram os dois pioneiros, a emigração em massa no Brasil.

Emigrantes que foram tratados, muitos deles, como quase escravos também, mas que em todo caso traziam uma tradição agrícola de exploração melhor do trabalho do que o pobre negro que era punido no interior da África e que mal sabia plantar uma mandioca e que era obrigado a tratar o cafeeiro em termos de, como diz o Gustavo Corção, que não é autoridade que se cite muito ultimamente, mas que tem expressões extremamente felizes, a agricultura se fazia, como até hoje em grande parte do Brasil se faz, em termos de mineração. Não se fazia agricultura, fazia-se mineração com a enxada.

Pois bem, o Rui Barbosa caiu no meio dessa política que executava. E aí os seus sucessores levaram essa política só para o lado da emissão, e criaram então a imensa negociata do encilhamento. Criavam-se companhias fantasmas, vendiam-se ações que nunca existiram, e assim por diante. E o Rui foi responsabilizado por isso.

Aqui acho que cabe outro parênteses. Vem o Rodrigues Alves, que conseguiu o milagre de ser um homem muito medíocre e fazer um grande governo (é uma das coisas mais extraordinárias!). A biografia que o Afonso Arinos, que é casado com a neta dele, acaba de fazer, demonstra que Rodrigues Alves era um homem de uma mediocridade emocionante. Em plena crise do mundo, o Brasil em crise, o diário dele registrava assim: "Fui visitado por fulano de Pindamonhangaba. Esse sujeito votou contra mim e agora vem me pedir favores". O diário dele era de um chefe municipal, dos mais característicos. No entanto, fez um grande governo; sei lá, escolheu bem os auxiliares, pelo menos para o Rio de Janeiro foi o melhor governo que até hoje houve.

Voltando ao assunto. Antes do Rodrigues Alves, elege-se o Campos Sales. O Campos Sales nessa época, como todo Presidente que se prezava, uma vez eleito, foi fazer aquele *tour*, foi fazer o *trottoir* junto aos banqueiros na Europa para pedir dinheiro. E o Tobias Monteiro, autor da história do Império, redator do *Jornal do Comércio*, foi como repórter acompanhar o presidente eleito à Europa. E fez um livro que é uma louvação ao Campos Sales — é preciso que se acentue que é um livro de elogio, livro que eu tenho aí.

O Brasil estava todo endividado porque, como tinham se interrompido as emissões, o país começou, de mil oitocentos e noventa e poucos até mil novecentos e poucos, a se endividar doidamente, para ter dinheiro para pagar salário. Porque era um país em que não havia dinheiro, mas que começou a ter que pagar salário para poder produzir café, etc.

Então, ao chegar a Londres, o Sr. Campos Sales recebeu a visita do Sr. Rothschild, que era o cabeça-de-fila dos banqueiros credores do Brasil. E foi incumbido pelo Presidente então em exercício, na qualidade de Presidente eleito que ia ser empossado, de negociar o que se chamou *funding loan*, quer dizer, o empréstimo que consolidava os outros empréstimos. Então, juntava aquele buquê de empréstimos num empréstimo só e jogava o prazo de vencimento para diante.

Nessa altura, ele recebeu a minuta de uma carta feita pelos banqueiros de Rothschild para assinar. E essa carta era em termos tão duros que ele próprio repeliu alguns deles, mas o essencial ficou.

E o essencial o que era? Que o Presidente da República, em troca da consolidação dos empréstimos negociados pelo Rothschild, comprometia-se a não aumentar as despesas com o funcionalismo público, mas não era! Era não

aumentar as despesas com investimentos públicos; a abrir as portas ao capital estrangeiro; a não cercear as importações. Em suma, não desenvolver o Brasil, mantê-lo numa situação de dependente dos mercados fornecedores estrangeiros, que eram, naquela altura, principalmente ingleses.

E nomeou para Ministro da Fazenda um homem absolutamente ignorante em finanças e que até hoje a história oficial do Brasil aponta como o maior financista que o país já teve. De profissão ele era médico homeopata, médico homeopata ainda por cima! Chamava-se Joaquim Murtinho. Até hoje a gente na escola aprende que ele foi um grande Ministro das Finanças. E esse Ministro da Fazenda aplicou à risca a carta do Campos Sales que, como homem de honra que era, cumpriu a palavra empenhada com os banqueiros ingleses: não desenvolver o Brasil.

Então, na fase áurea da expansão americana, quando os Estados Unidos recebiam milhões de emigrantes da Irlanda, da Polônia, da Itália, da Alemanha, e de toda parte, o Brasil ficou limitado a uns milhares de italianos e alguns milhares de espanhóis, mas, enfim, muito menos do que os Estados Unidos absorviam, porque não tinha o que fazer com eles, porque não abria fábricas. E não abria fábricas porque tinha se comprometido a continuar importando produtos em vez de importar máquinas.

Foi preciso que viesse a primeira guerra mundial, em 1914, e que os submarinos alemães fizessem o bloqueio da navegação mercante inglesa, aliada em geral, para começar a nossa industrialização. E como os ingleses não podiam exportar porque estavam em guerra, e porque os submarinos alemães não deixavam, então vieram para o Brasil e começaram a estabelecer as primeiras grandes fábricas brasileiras. Assim nasceu, por exemplo, a Fábrica Bangu, que foi inicialmente inglesa. Assim nasceu a Light. Assim nasceram essas empresas todas.

Sei, por exemplo, que estou dizendo uma coisa que vou brigar comigo mesmo na biografia do Julinho, porque o Julinho dizia que sem a Light São Paulo não seria nada, e eu dizia a ele que era o oposto, que sem São Paulo a Light não seria nada, porque qualquer um teria feito a Light, agora quem fez a terra roxa foi Deus, não a Light.

Então os ingleses perceberam muito bem, na ocasião, que o Brasil era um país a desenvolver. Vieram e começaram o desenvolvimento tentado pelo Barão de Mauá durante o Império; mas o Barão de Mauá, traído pelo Imperador, foi levado à falência. Um documento talvez tão extraordinário quanto a carta de Campos Sales é a famosa autobiografia do Mauá, que consiste na sua exposição aos credores, quando empenhou até o *pince-nez* e as *moringas* de sua casa para pagar as dívidas.

Eu me estendi tanto assim e aparentemente saí do assunto, exatamente para voltar ao Castelo. É porque, quando Roberto Campos começou a fazer uma política de defesa da moeda e pôs a defesa da moeda acima, digamos, até do apoio popular à Revolução, preveni o Castelo: “Presidente, o senhor está convencido de que deve repetir o exemplo do Campos Sales”. (Por isso é que tive de explicar essa história toda, senão ninguém entende.) “O senhor está convencido de que é um novo Campos Sales”. E estava! Ele estava absolutamente convencido!

O Castelo tinha aprendido a história do Brasil errada! Estava convencido de que o Campos Sales tinha sido um grande homem das finanças brasileiras e que o Roberto Campos era o novo Joaquim Murtinho. E que nós tínhamos que importar capital estrangeiro para desenvolver o Brasil! E que para importar ca-

pital estrangeiro era preciso ter uma moeda forte em que o estrangeiro acreditasse. Por outras palavras, eles queriam, no fundo, fazer no Brasil o erro do Salazar, que teve um escudo forte e um país fraco.

Então, várias vezes, eu dizia: “Presidente, cuidado com o caminho que o senhor está seguindo! O senhor está seguindo o caminho do Campos Sales. O Campos Sales atrasou o Brasil. O senhor não pode fazer uma Revolução para atrasar o Brasil” E já então — e confesso que naquela época não tinha isso tão claramente na cabeça, eu prenunciava por assim dizer — estava se desenhando no meu espírito o que, a meu ver, é hoje a fonte do drama brasileiro.

Não disse a ele com essa clareza o que vou dizer agora, mas esbocei esse quadro que hoje vou definir melhor, porque estou, digamos, mais maduro a respeito: o erro maior do governo do Juscelino Kubitschek é que ele fez um desenvolvimento baseado numa industrialização de substituição de importações. Então, ele fez a indústria automobilística; ele fez esse tipo de coisas e esqueceu-se de que quanto mais um país produz industrialmente, mais ele precisa importar; esqueceu-se de que era preciso produzir no Brasil coisas com que se pagasse o preço da importação.

Então, por exemplo, ele, e ainda mais o governo Castelo, com o tal relatório Booz Allen, não desenvolveram a indústria do aço. E hoje, quando se fala no problema de importação do petróleo, mais grave do que alta do preço do petróleo é que somos um dos maiores importadores de aço e cada vez mais: ou importamos aço ou paramos a indústria brasileira, porque não produzimos aço suficientemente.

Então eu insistia com o Presidente Castelo Branco — que falava em reforma agrária em termos de uma lei que era a continuação dessa porcaria desse INCRA — e eu dizia: “O senhor está falando de reforma agrária como quem quer dar ao povo uma espécie de sucedâneo da reforma agrária que o Jango oferecia. Como o povo estava muito entusiasmado com a idéia de reforma agrária, o senhor fala em reforma agrária. Há uma reforma agrária a fazer no Brasil, mas ela não se faz no cartório, nem se faz por lei. É uma reforma do uso da terra e não tanto da propriedade da terra. O que importa não é saber quem é o dono da terra; que importa é revolucionar os métodos da exploração agrícola.

O Brasil é um fornecedor de comida e o mundo vai precisar de comida, ninguém come automóveis. Esse é que devia ser o caminho do seu governo: dar importância ao Ministério da Agricultura e concentrar na agricultura um esforço que o governo de Juscelino não concentrou, nem nenhum governo anterior. Foi nessa época, se não me engano, que disse num programa de rádio que, se fechassem o Ministério da Agricultura e os jornais não dessem a notícia, íamos levar anos até percebermos.

Mesmo depois do governo Castelo, a agricultura continuou abandonada. Continuou totalmente até hoje. Há esforços aqui ou ali. Houve casos quase individuais de progresso na exploração agrícola. Mas o grosso da exploração agrícola no Brasil é ainda a tal “mineração” de que falava o Gustavo Corção. A enchada ainda é usada na agricultura. Agora, por exemplo, com esse fenômeno todo, está havendo uma valorização brutal da terra. Mas é uma valorização que vai a tal ponto, que torna o uso da terra inviável, porque se tem que empatar tanto dinheiro nela que não sobra para explorá-la.

Mas estamos indo muito longe. O que eu queria era dizer que o Castelo come-teu esse gravíssimo erro, do ponto de vista da orientação governamental. Primeiro, separou a política da economia. Tinha a mania, como em geral os ge-

nerais, de especializar as coisas. Ele dizia: o senhor fulano é economista, é ele que entende de economia; o senhor fulano trabalha no toaleta, então ele é que entende de limpeza de toaleta. Acreditam na compartimentação da coisa, porque são treinados na Escola de Estado Maior, em que cada um faz alguma coisa e não se mete na coisa do outro. É uma das razões pelas quais os militares não compreendem política. Eles só compreendem a política do tipo do Dinarte, do Petrônio Portela, do chamado político profissional.

Vocês não viram outro dia, quando uns industriais de São Paulo quiseram dar a opinião sobre a situação do país? Eles disseram: se os senhores querem dar opinião entrem para um partido político. Como se o sujeito, pelo simples fato de existir e de pagar impostos, não tivesse direito de ter opiniões políticas. Quer dizer, é preciso ser da Arena ou do MDB para ter opinião política! Esse fenômeno não é um fenômeno de agora. É um fenômeno característico dos governos militares. Pode haver exceções, mas é característico da formação militar. E vem do governo Castelo Branco.

O General Geisel, nesse ponto, não inovou nada. Se ele pensa que inovou, está completamente enganado. Ele está repetindo, em pior, o exemplo do Castelo Branco. Compartimentando os assuntos, achando que criticar um ministro dele é quase como se fosse insultar a senhora mãe dele... Isso, no Castelo, se agregava por aquele fator que eu já disse outro dia. Quando o General Muniz de Aragão, ao fazer um elogio dele, tinha dito: "No entanto, ele tem alguns defeitos. Ele é profundamente vaidoso e profundamente obstinado".

A certa altura, portanto, nosso diálogo realmente se tornou impossível.

---

“SE PERDERMOS NÃO VAI MAIS HAVER  
VOTO DIRETO NO BRASIL”

EU ROMPI DEFINITIVAMENTE com o Castelo — vocês conhecem a entrevista em que eu dizia que ele era mais feito por dentro do que por fora, que era o anjo da Rua Conde Laje — porque senti, a essa altura, que — pode ser até que esteja cometendo uma injustiça, e uma injustiça que seria grave pois que contra um homem que afinal não pode mais se justificar, ou repelir, ou demonstrar o contrário — eu senti, repito, a certa altura, que o Castelo estava dentro da jogada. Que ele não prorrogou, não deixou prorrogar o mandato dele inocentemente. Pela razão exatamente que eu comecei a contar, que foi a sucessão da Guanabara.

Primeiro, como eu disse, apareceu o Amaral Neto. Esse não foi protegido pelo governo, mas também não foi desprotegido. Bastava que o governo federal o trancasse para ele não ter condições de se candidatar. Quando ele me comunicou que era candidato, disse-lhe que jamais teria meu apoio, que não poderia entregar o povo da Guanabara a um homem de sua qualidade. Isso foi dito pessoalmente. . . . Eu tenho esse mau costume. É evidente que ele partiu para um ataque, dos mais violentos, ao meu governo. O que convinha muito a uma certa área do Palácio do Planalto.

Depois começou o problema dentro da UDN. O Castelo tinha levado meu Secretário da Saúde para o Ministério da Saúde, Raimundo de Brito, que começou a fazer favores a vários membros dos diretórios municipais da UDN da Guanabara. E com isso conseguiu o apoio de alguns desses diretórios à sua candidatura: de repente, surgiu o Raimundo de Brito candidato ao governo da Guanabara pela UDN. Pouco depois, o Adauto Cardoso me fez saber que gostaria de ser candidato e que também tinha lutado, também tinha condições. Tinha, realmente tinha, embora não tivesse nenhum conhecimento dos problemas do Estado, mas politicamente tinha todas as credenciais para isso.

Depois, o candidato digamos natural, e que se sentia candidato natural, era o Rafael. Apesar de muito moço e muito recente na vida pública, sabia que ele dominava os problemas do Estado, porque tinha sido chefe de todo o nosso planejamento, tinha sido chefe de gabinete meu, tinha sido secretário do governo e era vice-governador — imposto, aliás, à Assembléia em condições muito pitorescas, depois da Revolução. Eu me inclinaria para uma candidatura do Rafael.

Nessa altura, a Sandra Cavalcanti me procurou já candidata também, mas não me disse que era candidata. Falou: “Olha, Carlos, tenho um recado para você do Cardeal Câmara. D. Jaime, como você sabe, é muito seu amigo (e realmente foi sempre muito meu amigo), diz que será muito difícil a Igreja recomendar a

candidatura do Rafael porque o Rafael não está casado. O Rafael vive com uma moça que é separada do marido”. (Essa moça é minha comadre, moça encantadora, de cuja filha eu sou padrinho. Ela é filha do Munhoz da Rocha.)

Nessa época — hoje acredito que isso não tivesse tanta importância, embora ainda tenha, nesse tipo de campanha, e nós estamos falando de 1965, há doze anos passados — a candidatura de um homem casado com uma senhora desquitada, quer dizer, não casado, significava pelo menos a crucificação dele e dela na campanha eleitoral. Achei-me no dever de chamar o Rafael e dizer-lhe: “Se você quer ser candidato, é problema seu. E dos candidatos que estão surgindo, o que acho mais apto a ser Governador da Guanabara é realmente você. Mas estou no dever de lhe transmitir um recado que recebi através da Sandra Cavalcanti. Isso significa o seguinte: que você vai ter a hostilidade da Igreja, e que nossos adversários comuns vão fazer da sua vida, e sobretudo da de sua mulher, um inferno. A sua vida de família vai ser explorada, em plena campanha, da forma mais torpe que se possa imaginar. Então, pergunto se você está preparado e se ela está preparada para isso. Se ela não se incomodar com isso, se você não se incomodar em deixar que a apontem como uma mulher adúltera, ou qualquer coisa parecida (sei lá qual seria a palavra), você enfrente a situação.” O Rafael, num gesto que realmente acho que o dignifica muito, preferiu poupar a mulher e desistiu da candidatura.

Eu o apoiaria se ele quisesse. E achava que ele era o único do nosso lado que tinha realmente chance de se eleger. O único. Porque, era a tal coisa, era jogador de futebol de areia, era craque de futebol na areia, era moço, era bonito, conhecia os problemas, falava bem, tinha boa presença na televisão, expunha qualquer problema da Guanabara com tanto conhecimento, ou mais, do que eu, porque ele vivia os problemas diariamente. Tinha as melhores condições, do nosso lado, pelo menos, para enfrentar qualquer candidato do outro lado.

Nunca pensei em deixar o Castelo escolher o candidato, ou deixar que ele mesmo pedisse os votos para eu não me queimar nesta eleição. Não. Pensei num outro truque. Nessa altura já existiam quatro candidatos, dentro da UDN: a UDN minada, completamente minada. Nem os diretórios municipais eu conseguia controlar mais, porque eu não fazia os favores que alguns queriam. Havia muita gente desinteressada que nunca pediu nada, mas havia naturalmente aqueles que queriam ter os seus favores, ser administrador regional, ser diretor, chefe de seção, esse tipo de coisas, ou mesmo ficar à disposição do secretário. O Chagas Freitas é invencível nessa matéria.

Mas o nosso Raimundo de Brito começou a fazer isso no Ministério da Saúde. Pegava um da UDN da Guanabara e punha à disposição do gabinete, nomeava para cargos na área da Guanabara. Foi aí que ele comprou um hospital que estava no esqueleto para sede dos serviços do Ministério da Saúde na Guanabara. Entupiu de gente. Em suma, começou como ministro a corromper a UDN e senti que o Castelo favorecia essa manobra.

Começou a acontecer o pior. Começaram a surgir as candidaturas opostas. O PSD e o PTB não se entendiam. O PTB estava convencido de que tinha condições de disputar e ganhar as eleições, devido à impopularidade da política econômica da Revolução. E tinha! Pelo menos tinha de enfrentar seriamente. É preciso lembrar agora o que eu disse outro dia: ganhei com vinte e oito por cento dos votos, ganhei porque houve quatro candidatos, senão tinha perdido. O Sérgio Magalhães, do PTB, havendo um candidato do PSD, e havendo o Tenório Ca-



valcanti para dividir o voto das favelas, ainda assim teve vinte e quatro ou vinte e seis por cento dos votos. Perdeu por pouco de mim. Só ganhei porque havia quatro candidatos.

Então, nossa situação não era tranqüila, absolutamente. A divisão entre nós já era começo de derrota. Mas começou do outro lado uma manobra muito pior! O PTB falou na candidatura de Osvaldo Aranha Filho. Osvaldo Aranha Filho foi ameaçado de cassação, e retirou-se. O PTB levantou a candidatura do Hélio de Almeida, mas sob o pretexto de que o Hélio de Almeida tinha sido ministro do governo Jango Goulart, fizeram uma lei especial pela qual o proibiram de ser candidato. Reuniu-se a convenção do PTB e o Golberi comprou uma parte do partido, através de uma deputada, para impedir que o PTB se unisse em torno de um candidato.

Nessa altura pensaram no Lott. Lançaram o Lott, que foi impugnado por falta de domicílio eleitoral. O PTB não conseguia fazer candidato. Um pouco por suas lutas internas, mas sobretudo porque o governo federal impedia. Cada candidato que surgia no PTB era ameaçado de cassação. E os cassados, é claro, não podiam se candidatar. Nessa altura, no PSD, surgem vários nomes.

Mas ainda há um episódio que tenho que contar antes deste. Ocorreu-me uma manobra para evitar isso. Lanço um candidato que seja apenas um técnico, funcionário do Estado, com uma obra realizada, com um nome. . . Cumpro o meu dever. Se ele perde a eleição, não tem maior significado político para mim, nem tem nada a ver com a eleição de Presidente da República. Porque não é uma derrota minha, não é uma derrota nossa. É uma derrota de um funcionário público do Estado da Guanabara que se faz candidato.

O Enaldo Cravo Peixoto, então Secretário de Obras, tinha tido um problema de coração, um problema ligeiro, e estava nos Estados Unidos tratando de qualquer empréstimo, qualquer problema da Secretaria de Obras. Embarquei com o Rafael para Nova York e, quando saltamos no aeroporto, estava o Cravo Peixoto. Tomamos aquela clássica limusine que se aluga para sair do aeroporto, e no caminho perguntei ao Cravo Peixoto: “Como vai a sua saúde?” “Ótima, Governador. Nunca estive melhor!” Pensei: “O homem já desconfiou!” “Preciso que você vá a um cardiologista, porque quero um exame cardiológico seu sério.” Ele perguntou por quê. “No hotel lhe contamos”. Quando chegamos ao hotel, eu disse: “Eu queria que você fosse candidato à minha sucessão”. Ele ficou muito honrado, lisonjeado, mas não foi surpresa. Para mim é mistério até hoje: não foi surpresa para ele. Ou ele achava que tinha condições de ser candidato, e achou natural, ou alguém o tinha avisado da nossa manobra. O fato é que fiquei devendo a ele duzentos dólares, porque ele foi ao cardiologista — eu e o Rafael ficamos na sala de espera, enquanto ele tirava aquele eletrocardiograma, toda aquela tripa. . . Saiu triunfante: “Meu coração está ótimo”. “Então você é candidato.” Veio e ficou candidato alguns dias.

Nessa época, eu não estava plenamente convencido de que haveria eleição direta à Presidência da República — ainda não, bem entendido. Estava plenamente convencido de que o Exército tinha estado em condições de cumprir o compromisso que tinha assumido, de convocar eleições. Mas estava também ciente de que havia uma manobra dentro do governo, do tal sistema, para ver se conseguia não fazer essas eleições.

Não foi possível o Cravo Peixoto, porque foi um nome inviável. Tentei a candidatura do Secretário Hélio Beltrão. Aí, então, agravou-se o problema da UDN,

porque o Hélió Beltrão nem sequer era da UDN e teve que entrar para o partido para ser candidato. E os primeiros discursos que ele fez, de candidato, foram trágicos. Realmente era uma coisa... não dava para a saída. Não dava nem para ter voto no Leblon, quanto mais em Madureira.

Quando chega a esse ponto, recebo do Adauto Cardoso, do Bilac Pinto e do Raimundo de Brito (cuja mulher já não falava comigo por causa da minha hostilidade à sua candidatura) o seguinte recado: o único meio de você conseguir unir a UDN em torno de um candidato é concordar que o candidato seja o Flexa Ribeiro.

Então senti toda a manobra. Do lado adversário eles não deixavam o PBT ter um candidato. Também não deixavam o PSD ter um candidato sozinho. Do nosso lado eles dividiam e, de repente, todos se uniam em torno de um candidato que era um grande Secretário de Educação, mas que era, já então, sogro do meu filho. Portanto, a derrota dele me seria forçosamente atribuída. Quer dizer, a derrota do Flexa era uma derrota minha.

Aí é que meu amigo Flexa Ribeiro — que é uma negação em política — cometeu um erro gravíssimo, coitado; para o qual ele só tem uma justificação: é que honestamente ele não percebeu esse erro até o fim. E talvez, até hoje, ele não saiba. Quer dizer, saber ele sabe, porque eu lhe disse. Mas até hoje não está convencido disso. Chamei o Flexa — o Flexa candidato, e candidato de união da UDN; todos se retiraram em favor dele — e disse: “Flexa, o problema é o seguinte: se você não se eleger não haverá mais eleições no Brasil.”

Nessa ocasião, as coisas foram se agravando de tal modo que um dia eu disse, não sei se no rádio ou numa entrevista de imprensa: “Se perdermos a eleição na Guanabara, o povo brasileiro vai começar a tomar conhecimento das eleições através do rádio. Não vai mais haver voto direto no Brasil.

Eu estava certo disso porque sabia que o que se queria era demonstrar ao Exército que a Revolução não tinha condições de ganhar a eleição. E o Exército, evidente, não tinha tomado o poder para, através de eleições, no dia seguinte devolvê-lo ao inimigo que tinha derrubado.

O Flexa começa a campanha, o melhor que podia e o melhor que sabia. Mas aconteceu entre outras coisas essa pequena tragédia: Flexa concentrou-se na Secretaria de Educação e nunca tomou conhecimento de qualquer outro problema do Estado. Ele fez uma grande obra na educação, foi talvez o melhor Secretário de Educação que já houve no Brasil, em qualquer tempo que eu saiba. A obra que realizou na Secretaria de Educação, não vou agora tomar tempo aqui com algarismos, até porque não me lembro dos números, é uma coisa espantosa, quer dizer, — recebemos o governo com 200 mil crianças sem escola primária, na idade de escola primária, e deixamos o governo com três turnos e tal, mas não importa, deixamos o governo com vagas em escolas primárias. Foi o primeiro Estado do Brasil em que o ensino primário se tornou realmente obrigatório, porque havia vagas para todas as crianças.

Para dar apenas um outro exemplo, havia, se não me engano, 16 mil lugares, vamos dizer, em ginásios públicos do Estado, e nós deixamos um pouco mais de 100 mil, afora outro tanto de bolsas pagas pelo Estado para estudo em ginásios particulares; ele criou a primeira Escola de Desenho Industrial da América Latina, ele fez o diabo na Secretaria de Educação. Disso ele sabia tudo. Mas de água, de esgoto, do resto ele não sabia absolutamente nada, ele nunca foi a uma inauguração, ele se concentrou só naquilo.

Tem sujeito que é bom de urna, tem sujeito que é ruim de urna, em matéria de eleição. O Rafael, por exemplo, seria bom de urna. O Flexa era ruim de urna, não era simpático pessoalmente. Quem o conhece bem, quem conversa com ele, sente que ele é um homem no fundo profundamente simpático, mas à primeira vista ele não é simpático. Eu me lembro de um motorista do palácio, um dos motoristas de carro oficial, que um dia me disse assim: “Governador, vou votar no Secretário Flexa Ribeiro porque é o seu candidato, mas ele só começou a me dar bom dia depois que é candidato”. Esse tipo de coisa é que afasta o sujeito, compreende?

Eu fiquei muito preocupado. É evidente que a gente tinha ibopes, eu os recebia e senti no começo o Flexa crescendo, porque não tinha adversário.

Surge o adversário, e que adversário! O Negrão de Lima, péssimo caráter, preguiçoso, homem altamente comprometido com o Estado Novo — foi o homem que articulou o Estado Novo —, um político que abomino, meu inimigo pessoal, dos raros inimigos pessoais que faço questão de conservar até o fim da vida. Agora, um político no pior sentido da palavra, tremendo, um articulador político realmente dos mais hábeis que têm surgido durante o meu tempo de vida. E que tinha, nem por acaso, a vantagem de ser amicíssimo do Juscelino, um dos esteios da candidatura do Juscelino, não tinha incompatibilidades maiores com o PTB, porque tinha servido ao Getúlio, porque tinha sido um dos articuladores da ditadura do Getúlio e amigo enorme do Marechal Castelo Branco desde antes de seu casamento, em Belo Horizonte, com uma senhora, dizem, que era linda, de quem ele ficou viúvo, pela qual ele teve uma paixão enorme, Dona Argentina, que eu não conheci, mas a Sandra, por exemplo, a conheceu, foi amiga dela, disse-me que era uma senhora maravilhosa, não só de beleza como de bondade. O Castelo era a própria encarnação do viúvo, a lembrança da mulher era uma coisa que o comovia; cada vez que ele falava nela a gente sentia sua emoção. Acontece que o Negrão de Lima tinha sido o orador do almoço do casamento do Marechal Castelo Branco em Belo Horizonte.\*

Então, Negrão reuniu todas as condições, e em torno dele o Golberi e os outros membros do sistema montaram a máquina para ele ganhar a eleição. Forçaram o PTB, que não conseguia ter candidato próprio, a apoiar a candidatura do Negrão; o PSD, é claro, apoiou logo. Então aquelas forças que se tinham dividido e que tinham permitido a minha vitória com a sua divisão, uniram-se contra o Flexa. E a favor do Flexa, tínhamos o quê? Um bom governo na Guanabara. Mas um governo impopular na área federal, que me era atribuído porque eu tinha ajudado a fazer a Revolução, e então tudo que o Castelo Branco fazia me era debitado.

O governo federal começou a negar os recursos orçamentários que devia pagar à Guanabara, votados pelo Congresso, emendas do Senador Gilberto Marinho, emendas do Deputado Adauto Cardoso, etc.; que estavam no orçamento, mas eles, a título de economia, retinham. Otávio Bulhões, Roberto Campos retinham as verbas e nós engajados em obras como o Túnel Rebouças e outras que envolviam quantias fabulosas.

Quando fui pedir ao General Juarez Távora, que era o Ministro da Viação, recursos para ajudar a fazer o Túnel Rebouças, ele me negou. Tivemos que fazer o Túnel Rebouças só com os recursos do DER — Departamento Estadual

---

\* Veja nota no final do capítulo.

de Estradas de Rodagem — e o Túnel Rebouças, somadas as duas vias, é do tamanho do Túnel do Mont Blanc, que foi feito pelo governo da Itália, pelo governo da Suíça e pelo governo da França: quer dizer, fizemos um túnel maior do que esse só com o dinheirinho da Guanabara.

Então, nas vésperas da eleição, tivemos que atrasar dois meses o pagamento do funcionalismo do Estado, pela primeira vez no governo.

Quer dizer, o governo federal cortou as verbas, e estávamos engajados em obras que não podíamos parar. Eu não podia parar a obra da água, até porque ela estava amarrada a um empréstimo externo; e eu obrigado a cobrar uma taxa d'água antes que a água existisse. Tinha que impor uma taxa de esgoto para poder fazer o esgoto no Rio de Janeiro, cidade de que dois terços não tinham esgoto, e até hoje a metade dela ainda não tem, e assim por diante.

Nessa altura, fomos obrigados, em cima da eleição, a atrasar o funcionalismo dois meses. E nosso Flexa eufórico, fazendo campanha eleitoral. Quando surgiu a candidatura do Negrão, começou o ibope a inverter a posição; cada ibope que eu recebia estava subindo a candidatura do Negrão e descendo a do Flexa. Eu o chamei lá em casa, no apartamento onde eu morava, e disse: "Flexa, quero comunicar uma coisa muito triste." Ele disse: "O que é?" Ele estava em plena euforia. Eu disse: "Você já perdeu a eleição, mas o mais grave não é isso. É que com a sua derrota não vai mais haver eleição direta no Brasil. Então você perdeu a eleição e eu perdi a minha candidatura à Presidência da República; mas o mais grave de tudo isso é que o povo brasileiro perdeu o direito de eleger o Presidente da República. Essa vai ser a consequência da sua derrota".

É preciso lembrar (e aí não conheço todos os detalhes, outros poderão depor melhor do que eu) que a mesma manobra estava sendo feita em Minas Gerais com Israel Pinheiro. Foram buscar o homem do Juscelino, o construtor de Brasília, para fazer candidato contra o Magalhães Pinto, para derrotar o Magalhães. Então, é claro, com a popularidade que o Juscelino estava em Minas, o homem dele tinha que ganhar a eleição. E o governo federal fez contra o Magalhães, em Minas, a mesma manobra.

O Flexa mostrou-se absolutamente, digamos, impermeável à minha advertência. No final, eu o apavorei tanto, pinteí um quadro tão grave da situação, mas tão grave que passei quase a noite inteira sem dormir, pensando: quem sabe estou errado, quem sabe estou cortando o ímpeto desse homem aí. No final de contas estávamos a 15 ou 20 dias da eleição. Por que falei com o Flexa? Porque tinha certeza de que ele ia perder a eleição. Eu achava necessário que ele fosse advertido, porque, se ainda retirasse a candidatura, ainda havia uma possibilidade de a gente, por exemplo, se ausentar da eleição, se ele não fosse candidato, compreende? Eu podia deixar qualquer um se candidatar e ficar de juiz, quer dizer: O governo não se mete na eleição. Agora, sendo ele Secretário de Educação, sendo inevitavelmente ligado a mim, até por família, eu tinha que me engajar. Eu não podia ficar de fora e ele ser derrotado, porque, mesmo que eu ficasse de fora, a derrota me seria atribuída. Então eu tinha que adverti-lo.

Mas essa sua pergunta foi a pergunta que eu me fiz quando ele saiu. Pensei: Afinal de contas será que eu não fiz uma tolice enorme? Primeiro, porque pode ser que eu esteja enganado, pode ser que o ibope esteja errado; segundo, porque vou desanimar esse homem! E no dia seguinte chamei-o de novo e disse: "Ô, Flexa, não quero que você tome tão a sério o que eu disse ontem, porque talvez eu tenha exagerado o quadro, é possível. . ." Ele aí disse: "Não. Eu não

tomei absolutamente a sério, acho que você está completamente enganado, estou com a eleição ganha.” Bom, aí senti que era o fim; não havia jeito.

Mas sempre adverti o povo disso. Foi o que eu fiz o tempo todo. Toda minha campanha nessa ocasião consistia em dizer ao povo: “Se vocês não derem vitória ao nosso candidato, não haverá mais eleições no Brasil”. Evidentemente que com isso eu criava mais áreas de atrito no governo federal, mas aí eu tinha que ir para a cabeça.

Bom, a coisa se tornou para mim, pessoalmente, tão séria que um dia que fui inaugurar uma das grandes pontes da obra da água que liga uma montanha a outra na altura de Bangu, quando, de repente, o Veiga Brito\* fazendo um discurso — estava um sol desgraçado, um calor medonho de 40 graus ali em Bangu —, de repente, tive uma espécie de desmaio, uma crise de hipoglicemia, um negócio, cáí. Cáí assim, me seguraram e me levaram para Bangu e fiquei lá uns poucos dias.

Nessa altura soube que havia uma corrente militar que estava tão impressionada quanto eu com a situação, e que estaria disposta a impedir — a impedir a eleição ou a impedir a posse do Negrão caso fosse eleito. E a do Israel também. Um deles era o hoje General Cardoso, filho do General Maurício Cardoso, que depois ficou meu inimigo tremendo. Esse homem foi lá a Bangu e começou a explicar que eles eram contra, mas que a situação era difícil porque não havia condições, porque o General Castelo, etc. Confesso que perdi a paciência com ele.

“E vocês, com esses tanques todos, vão transformá-los em tanques de lavar roupa, porque vão engolir tudo isso e vão se tornar responsáveis por uma ditadura militar no Brasil, é para aí que vocês estão indo.” Na ocasião ele até não pareceu nem muito humilhado nem muito zangado, mas depois ficou meu inimigo. Nessa época chegou a haver realmente até uma tentativa de resistência séria: o Pitaluga,\*\* que tinha sido da FEB, comandava o Regimento de Tanques, e uma vez que fui lá ele estava pronto para sair com os tanques para a rua. Mas aí vieram as intervenções de cima. O General Castelo Branco era um homem de grande prestígio no Exército, isso é fora de dúvida, e sabia usar a sua autoridade e se fazia respeitar. Ele impôs a sua vontade.

E o Negrão apoiado pelo governo federal, pelos comunistas, pelo PTB e pelo PSD, uma aliança invencível. E também pela Light, com que nessa altura estava lutando também; tinha ameaçado de desapropriação a Telefônica, tinha até um decreto pronto.

Bom, houve a eleição, ganhou o Negrão de Lima. Ficou nessa história de tomar posse e não tomar posse, acabou tomando posse; exatamente o que o sistema queria.

O Flexa realmente não era meu candidato. Não. Eu até hoje sou muito amigo dele, faço questão por todos os motivos — temos netos em comum, inclusive —, mas afinal de contas se isso fosse para ser publicado naquela época não diria nunca, mas como isso é mais para adiante acho bom explicar para entenderem bem a minha posição. Depois da eleição, o Flexa foi à minha casa e em conversa, falei: “Vou lhe dizer uma coisa e só espero que a gente não brigue por causa disso; cumpri o meu dever até o fim e acho até que você tinha condi-

---

\* Luís Roberto Veiga Brito, Diretor do Departamento de Águas e responsável pela obra do Guandu. (N. da E.)

\*\* O então Coronel Plínio Pitaluga. (N. da E.)

ções de ser governador — se não eu não o teria apoiado —, acho que você foi um grande Secretário de Educação, tenho o maior apreço por você, mas agora quero que saiba que você nunca foi meu candidato.” E ele, coitado, teve um choque, que é uma coisa pessoalmente muito triste, muito desagradável do sujeito ouvir e de dizer, mas achei que era um dever de lealdade minha dizer isso a ele.

Ele perguntou: “Mas como não fui seu candidato!” “Porque eu sabia as razões pelas quais toda essa gente forçou a sua candidatura e só você não percebeu. Eu sabia que você ia ser derrotado e sabia que, quando você fosse derrotado, ia acabar a eleição no Brasil.”

Acabou um mês depois, menos de um mês depois veio o ato número não sei quanto, número dois, e acabou o negócio de eleição direta, acabou com toda essa história.\* E aí o Castelo já era conscientemente a favor da coisa — ele assinou o ato —, inteiramente a favor.

Quanto ao Costa e Silva, no começo ele teve várias fases. Teve aquela fase que eu contei de hostilidade aberta à candidatura do Castelo — ele queria no fundo uma ditadura com o Mazzilli e ficar de ditador no Ministério da Guerra. Depois, teve uma fase em que o *slogan*, quer dizer, a frase que mais repetia era: “Eu não sou Floriano nem o Castelo é Deodoro, ninguém me faz de Floriano contra Deodoro, vamos ficar unidos, não adianta quererem me jogar contra ele”.

Até o dia que a corrente que achou que o Castelo tinha traído a Revolução com essa manobra nas eleições procurou o Costa e Silva. E o Costa e Silva se preparou para derrubar o Castelo. E é isso que figura naqueles documentos da CIA, em que eu fiquei sabendo coisas que não sabia — não sei se são verdadeiras ou não —, de uma reunião do Magalhães Pinto, que esteve nessa conspiração. Eu, para dizer a verdade, não estive, mas torci por ela. Não estive porque não acreditei nela. Mas, se a deposição de Castelo implicaria a ascensão de Costa e Silva como ditador? Aí é que é o problema. Mas certamente implicaria o impedimento da posse do Negrão e do Israel. Seria evidentemente uma revolução dentro de outra revolução, seria, digamos, o prosseguimento da Revolução. Quanto ao papel do Costa e Silva, aí é que está. A minha dúvida, a razão pela qual não entrei nessa, não sei se chegou a ser conspiração, nessa manobra ou tentativa, é porque ninguém me dizia o que ia acontecer. Então era a tal linha dura, mas substituir o Castelo por um ditador abertamente, era pior. E esse ditador ser o Costa e Silva, ainda muito pior.

O Castelo tinha horror à idéia de que o Costa e Silva o sucedesse. Atribui-se até uma frase a ele (essa não sei se é exata), mas atribuíram-lhe a frase: “Nesse caso era muito melhor ter conservado o Lacerda como candidato”. Mas em outubro de 65, o Costa e Silva foi ao Palácio das Laranjeiras praticamente levar um ultimato ao Castelo para a não posse de Negrão e do Israel.

Então já não era o problema da posse do Negrão e do Israel, mas um símbolo da traição à Revolução, não só pela volta dos homens do passado, mas sobretudo porque isso significava para o Exército a convicção de que era inútil convocar o povo para a eleição, porque o povo votaria contra a Revolução.

O que houve ali, ninguém assistiu, eu pelo menos não assisti, e não sei em que termos se passou a história, mas sei que o Castelo continuou no poder de onde ia ser apeado pelo Costa e Silva.

---

\* O Ato Institucional n.º 2 é de 27 de outubro de 1965. (N. da E.)

E o Costa e Silva saiu do palácio candidato. Tanto que pouco depois teve aquela famosa frase quando embarcou para a Europa: “Viajo Ministro e volto Ministro”. E em torno dele se reuniu, por assim dizer, a linha dura.

Foi aí que o Castelo, vamos dizer, tardiamente, ou porque compreendeu o que tinha feito de errado, ou porque acima de tudo detestava a idéia de ser sucedido pelo Costa e Silva — ele tinha lá os seus motivos —, começou a tentar desesperadamente compor uma situação jurídica. Isso não quer dizer que ele não tivesse antes aquilo que o tornou famoso como um general que tinha compromisso com a ordem jurídica, etc. e tal, mas o fato é que esse compromisso com a ordem jurídica ele o esqueceu em benefício próprio.

Aí, quando chegou a hora de ser sucedido pelo Costa e Silva, Castelo saiu em frente, fazendo uma constituição. E tentou qualquer outra solução. Ele procurou esforçadamente até inventar uma candidatura do Bilac Pinto, que desde então nunca mais tirou da cabeça a idéia de que seria um dia candidato dos generais, e assim por diante.

Mas o Costa e Silva ficou no Ministério da Guerra como uma espécie de sentinela na porta do Castelo. O Castelo não saía antes do fim do mandato, porque o Costa e Silva garantia seu mandato, mas também, ao sair, só quem entrava era ele, Costa e Silva.

Com isso, o Costa e Silva já estava apoiado pelo sistema. Já estava inteiramente apoiado, embora houvesse ainda uma parte do sistema que continuava conspirando em torno do Castelo, para uma outra solução qualquer. Solução que eles não conseguiam. Falaram de Mamede, falaram de Bilac, falaram em Murici, falaram em Rodrigo Otávio, etc., mas fora de cogitação estava a eleição direta. Essa já tinha desaparecido, já tinha acabado, já não tinha jeito.

#### NOTA

1 Em outubro de 1965, seriam realizadas eleições para a escolha de 11 governadores que tinham mandato de cinco anos (foi a última eleição direta para um cargo executivo realizada no Brasil): Guanabara, Pará, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Alagoas, Goiás, Minas, Mato Grosso, Paraíba e Maranhão.

Este é um outro assunto que também merece cuidadoso estudo de pesquisadores brasileiros. Nessa eleição o governo da Revolução conseguiu algumas vitórias surpreendentes, como no Pará e em Goiás (esse Estado esteve até sob intervenção federal) e só perdeu de fato em dois: Guanabara e Minas Gerais, justamente os governados por um candidato à Presidência da República (Lacerda) e um aspirante à Presidência (Magalhães Pinto).

O livro *O governo de Castelo Branco*, de Luís Viana Filho, embora faça uma análise um pouco superficial, isto é, não tão profunda quanto o problema exige, serve de base para uma futura pesquisa.

No capítulo que começa na página 285, quando ele conta “os primeiros lances políticos do Presidente”, mostra claramente que a idéia do governo federal era a de não realizar essas eleições e que os estudos eram: para a prorrogação dos mandatos dos governadores, para que o vice-governador assumisse durante este ano; um governador eleito por um ano pela Assembléia; o presidente da Assembléia assume por um ano; ou a Assembléia elege um governador por cinco anos (memorando resumindo uma reunião de Castelo Branco, Daniel Krieger e Pedro Aleixo, realizada em 22 de agosto de 1964, mais de um ano antes das eleições).

Luís Viana conta que Castelo decidiu-se realmente pelas eleições indiretas e cita o diário do Deputado Paulo Sarasate, que em 18 de janeiro de 1965 anotava: “Situação dos Estados onde os mandatos terminam. Premissa: não realização de eleições diretas”.

Continua: “Mas, dias depois, no correr de um almoço no Laranjeiras, Milton Cam-

pos foi o incumbido de redigir, para posterior exame, três fórmulas distintas: a) eleições por cinco anos, diretas; b) eleições indiretas por um ano; exigido o quorum de 2/3 do Senado; c) prorrogação. Contudo, a partir de fevereiro pareceu posta de lado a hipótese de eleições diretas em 1965 e, em breve, o Governo submeteria ao Congresso a solução que julgasse adequada” (pág. 292).

Mas Carlos Lacerda, em carta de 2 de fevereiro de 1965 (também transcrita por Luís Viana), alerta Castelo Branco:

“O que disse e repito a Vossa Excelência e na Bahia e em qualquer lugar e a qualquer pessoa, é o seguinte: 1) se as eleições em 1965 fossem condições indispensáveis para a eleição presidencial em 1966, deveriam, a qualquer risco, realizar-se. Mas a palavra de V. Excia., indo ao encontro da conveniência nacional e do evidente e crescente desejo popular, basta como garantia de que os assuntos de 1965 em matéria eleitoral não condicionam a sucessão presidencial de 1966. Não se fará, pois, do adiamento de 65, precedente para o adiamento de 66”. (...)

Mas Luís Viana continua fornecendo uma série de detalhes bastante importantes:

“Atendendo à convocação, Milton Campos devia comparecer ao plenário da Câmara em 22 de março, segunda-feira, e, havendo pedido instruções ao Presidente, este as dera no sentido de anunciar que o Governo faria as eleições para um período de um ano — era o chamado mandato tampão — através do voto das Assembléias Legislativas. Prepararia assim a coincidência dos mandatos”.

O amigo chefe do gabinete civil de Castelo diz que o governo mudou de planos por causa de uma carta de Carlos Lacerda, datada de 20 de março. Uma carta que ele considera “pontuada de maliciosas observações” e transcreve este trecho:

“A não realização de eleições estaduais este ano — inspirada sobretudo na miragem da coincidência de mandatos, que tem alternativa para a escolha pelas Assembléias — me parece um erro contra o aperfeiçoamento da democracia. Uma vez que oficialmente se afirma a inconveniência da realização de eleições, a solução é a adoção pura e simples da fórmula que o Congresso adotou em relação ao mandato presidencial: a prorrogação. Vossa Excelência conhece bem o meu ponto de vista. Não estou interessado em prorrogação, até porque terei de me desincompatibilizar para tentar merecer a honra de ser seu sucessor. Não desejo assumir responsabilidades, aliás indeclináveis, em face do meu Estado e dos demais. O melhor, o certo, o corajoso, o democrático, é realizar eleições”.

Segundo Luís Viana Filho essa carta causou tanta irritação, que Castelo decidiu-se pelas eleições diretas.

Quanto às eleições para a sucessão na Guanabara, o livro de Luís Viana Filho não comenta os fatos com tantos detalhes. Não toca nas pressões aludidas por Lacerda contra alguns candidatos, mas mesmo assim fornece alguns dados interessantes. Na página 304, afirma que “o Presidente propôs a emenda constitucional que atribui à legislação ordinária declarar casos de inelegibilidades. Era a volta da Constituição de 1891” (*sic*). A emenda constitucional n.º 14 foi promulgada em 3 de junho de 1965, “e de extraordinária influência sobre as eleições desse ano. Sem ela dificilmente o Governo conseguiria realizar o pleito”.

Na página 313, fala do impedimento da candidatura já lançada pelo PTB do engenheiro Hélio de Almeida: “Fora fácil afastar Hélio de Almeida; bastou um dispositivo que, tornando inelegíveis até 31 de dezembro de 1965 (isto é, só para aquela eleição — *N. da E.*) os que houvessem sido ministros de Estado entre 23 de janeiro de 63 e 31 de março de 1964. Depois verificou-se que a malha era estreita demais e houve que alargar, excetuando os que tivessem desempenhado mandato legislativo, ou ocupado ministérios militares. Foi o meio de não alcançar o ex-Ministro Carvalho Pinto, cuja dignidade todos respeitamos e o General Kruegel, que ajudara o movimento” (essa lei foi votada a 8 de julho. — *N. da E.*).

Fala ainda na candidatura do Marechal Lott, recusada por falta de domicílio eleitoral, quando estranha a atitude de Lacerda a favor do registro. Não toca nas impugnações de Antônio Luvizaro e de Alziro Zarur, cita uma carta de Lacerda a Castelo avisando que a candidatura de Alim Pedro iria dividir o eleitorado. Não comenta as pressões citadas por Lacerda sobre a UDN carioca e muito menos sobre os problemas econômicos da Guanabara.

Mas, na página 327, confirma integralmente o depoimento de Carlos Lacerda: “De fato, Castelo era amigo de Negrão desde a juventude, quando, aluno da Escola de Realengo, passara férias em Belo Horizonte, cidade então de 30 mil habitantes, e na qual a vida se escoava em meio dos hábitos simples da convivência provinciana. Depois, já tenente, Castelo servira em Belo Horizonte, para onde levava o coração e, sem recursos para comprar livros, habituara-se a tomá-los das estantes daquele amigo. Leu assim os *Sermões* de Vieira, a *Nova Floresta* do Padre Manuel Bernardes. Quando casou, coube a Negrão transmitir-lhe os bons votos dos companheiros”.



---

O FIM DAS LIDERANÇAS CIVIS

---

MAS POR QUE O CASTELO não me cassou? Aí eu acho que é muito fácil a gente fazer um elogio ao Castelo nesse ponto. Com toda raiva que possa ter ficado de mim, com toda mágoa, vamos dizer, que possa ter guardado contra mim, devo dizer que ele conservou por mim um grande respeito. A última carta que me escreveu, que ainda tenho, era uma carta profundamente ressentida, mas ainda era uma carta respeitosa. Ele tinha sustentado tantas vezes de público que eu tinha agüentado às vezes até sozinho toda aquela onda enquanto o Exército não podia nem tomar atitude... Para resumir, vamos dizer: tenho a impressão que ele teve um problema de consciência. Não faltou evidentemente a seu redor quem sugerisse que ele me cassasse, mas também não havia como; por corrupção era impossível, por subversão não pegava, só por estar brigando com ele? Ainda não se usava isso, realmente ainda não tinha havido cassação por alguém dizer que o Presidente da República era mais feio por dentro do que por fora; isso podia ser deselegante, grosseiro, etc. e tal, mas não era motivo de cassação; não havia o AI-5.

Depois, como lembrei outro dia, as cassações até então tinham sido de muita discussão, tinham sido muito negociadas. A cassação do Juscelino, por exemplo, o Castelo hesitou muito, porque tinha pedido ao Juscelino, em casa do Amaral Peixoto, o voto dele para Presidente da República. Tanto que, quando teve que cassá-lo, houve a cena que já contei, ele chamar o Alkimim lá e dizer: "Sou obrigado a cassar o Dr. Juscelino e tal..." Segundo o Costa e Silva me contou, houve verdadeiras barganhas!

Eu cheguei a achar algumas cassações necessárias por várias razões. Primeiro, porque não se faz uma revolução para deixar impunes os que a tornaram necessária. O país não pode fazer uma revolução por nada e para nada. Claro que não achei nunca que fosse finalidade da Revolução cassar os direitos políticos das pessoas. Agora, que era necessário afastar da vida pública umas tantas pessoas que se tinham tornado responsáveis pela situação em que o país tinha chegado, é fora de dúvida.

Achava muito razoável fazer isso, através de um processo regular em que o sujeito tivesse direito de defesa. Em todo caso, o ato saiu e eu, no Estado da Guanabara, cheguei a usá-lo, se não me engano, poucas vezes: um caso, que não me lembro bem mais, mas, se me recordo, um foi de um delegado de polícia sabidamente corrupto e o outro caso de um desembargador. Esse desembargador era um homem que os advogados metiam o dinheiro dentro da petição. Nesse

caso, realmente, só um ato como esse poderia ser usado, porque na legislação normal do país ele teria que ser processado pelos seus próprios colegas, e disso não há exemplo! Então recorri ao Ato-1. Devo dizer que o Desembargador Elmano Cruz, por exemplo, me visitou e me disse: “Olha, eu não sou a favor do Ato, mas reconheço que nesse caso realmente foi uma medida saneadora”. E recebi felicitações do Presidente do Tribunal, que não me lembro se era o Martinho Garcez ou se ainda era o Vicente Faria Coelho. Mas acho que era o Faria Coelho.

Agora, a forma como o Ato foi aplicado eu era — e hoje muito mais — contra essa maneira misteriosa e ditatorial pela qual o sujeito é condenado sem saber por que — sem o direito nem de saber por que foi condenado — e, muito menos, sem o direito de se defender. Isso parece um absurdo total. E, depois, então, já degenerou, porque hoje já se cassa apenas para dar maioria à Arena, como o Castelo fez no Rio Grande do Sul, e por razões que nada têm a ver com o que o sujeito tenha feito ou não.

Em suma, a idéia era... como está no documento que o Julinho Mesquita mandou, na época, à junta militar, logo que a Revolução foi feita — uma sugestão que era para um “estado de exceção”. Quer dizer, um curto período em que certos atos necessários, de caráter revolucionário, fossem praticados e, então, a volta o mais cedo possível, ou dentro de um prazo curto, ao regime de lei, de ordem e de legalidade, enfim, uma nova Constituição. Isso é que se devia ter feito.

Em vez disso, não só se foi abusando das cassações para fins completamente diferentes daqueles iniciais, como foi feita — como disse antes — uma espécie de barganha. Isso me foi contado pelo Costa e Silva: numa reunião da junta revolucionária que tratava das cassações, o General Costa e Silva queria cassar, se não me engano, o Afonso Arinos, e o General Castelo foi contra. Então, o Costa e Silva disse: “Então, se não cassar o Afonso Arinos, também não pode cassar o San Tiago Dantas”.

Então, ficou um negócio de barganha: se você não cassa este, então não casso aquele! Uma coisa grotesca. Ou é para cassar ou não cassar. Parecia troca de figurinhas!

Agora, não acho que o mais grave tenha sido as cassações. Acho que o mais grave foi o que a Revolução fez para manter o simulacro da legalidade e para manter no poder político do país o que passou a se chamar de “classe política” — o que do ponto de vista sociológico é uma heresia, uma asneira enorme: para explicar numa aula de ciências políticas o que é “classe política” vai ser uma dificuldade enorme, muito difícil, mas em todo o caso!

Para tudo isso foram afastadas as lideranças — boas ou más, conforme a orientação de cada qual —, mas as lideranças autênticas que o país tinha. Não há dúvida de que o João Goulart representava uma grande área da população do povo brasileiro; não há dúvida de que o Juscelino representava uma grande área; não há dúvida de que vários outros também, e não há dúvida de que até eu representava uma certa área. E foram mantidas no poder político, não só através da nomeação de governadores — alguns dos quais jamais se elegeriam vereadores —, mas através dessa formação artificial feita por decreto — os dois partidos — foram mantidas as mesmas oligarquias políticas que haviam levado o país a este estado de atraso político, econômico, social e cultural em que ele se encontra.

Então, aí, acho que a Revolução renegou-se a si mesma, porque a única justificativa que tinha — afora o perigo iminente da desordem — para ser Revolução seria o de promover uma transformação profunda no país. E não se faz transformação profunda sem violência. Quando falo violência, evidentemente não estou falando em espancamento nem torturas; estou falando em violências no sentido de mudar leis, de suspender a aplicação de certas leis, de suspender, temporariamente, certas garantias, etc.

Agora, prolongar isso e, ao mesmo tempo, manter os sujeitos que levaram o país à necessidade dele ser privado de liberdade, parece uma contradição que destrói qualquer revolução.<sup>1</sup>

Para dar exemplos pessoais, o que é sempre desagradável, mas que ilustram a coisa: conheci a vida inteira o Dinarte Mariz dominando o Estado do Rio Grande do Norte, através da corrupção e dominando o Senado através da corrupção. E ele continuou dominando o Senado através da mesma corrupção de antes. Cito um exemplo, mas poderia citar muitos outros desse gênero. O Zezinho Bonifácio se elegia secretário da Câmara todos os anos porque facilitava viagens de deputados com o dinheiro da Câmara. E continuou! Apenas deixou de se eleger segundo secretário para ser nomeado líder do governo.

De maneira que é a manutenção do sistema, inclusive através das pessoas — e não se pode separar um sistema das pessoas que o encarnam.

Se se cassou o Juscelino, não foi por falta de qualidades pessoais dele, porque, pessoalmente, o Juscelino era uma pessoa muito mais estimável do que vários sujeitos que estão por aí! Então, foi a despeito das qualidades pessoais dele. E foi até a despeito de certos serviços que ele prestou ao país. E ele fez várias coisas boas! Se cassaram o Juscelino, foi porque acharam que o Juscelino tinha levado o país a uma situação que obrigou o Exército a ocupar o poder, a mudar as coisas. Se cassaram o Jango, também foi. Então, por que cassaram os capitães e deixaram os tenentes, os sargentos e os soldados da mesma tropa?

Dentro desse processo achei que a cassação do Juscelino era uma consequência natural da Revolução. E achei e acho que o Juscelino teve uma grande responsabilidade na situação a que o país chegou, por várias razões: a principal das quais é que ele colocou sua carreira política acima dos interesses do país. Por exemplo: nos dias finais da Revolução, quando se podia tê-la evitado, se ele tivesse aceito o apelo que lhe fiz, de público, de nos unirmos para evitar a agitação que havia no país! Ele recusou porque precisava do apoio do João Goulart para a sua candidatura à reeleição.

Então, esse tipo de político — despersonalizando a questão — que levou o país à situação de ter que praticar mais um ato de revolução evidentemente tinha que ser afastado. Mas a injustiça foi afastar só a ele que, inclusive, era um dos melhores, e deixar o pessoal do “sim, senhor!”, quer dizer, as “vacas de presépio”.

E houve outros, que não foram cassados, mas que foram praticamente afastados. No caso da Guanabara, para citar um caso do Rio de Janeiro, um sujeito como o Rafael de Almeida Magalhães, que tem espírito público, que fez uma experiência de governo precoce, porque teria, acredito, ainda muito que aprender, mas que conhecia os problemas do Estado, que tinha envergadura, enfim, para exercer uma alta função em qualquer situação, foi praticamente cassado. Não cassaram em decreto, mas o afastaram e o marginalizaram completamente. E como ele, uma série de outros! Para citar só gente do Rio de

Janeiro, o próprio Flexa Ribeiro. Um homem com a obra que realizou na Guanabara, era um homem para ser, pelo menos, uma autoridade federal de educação. A ambição dele era ser ministro, mas que não fosse ministro, pelo menos ouvido, porque tem uma experiência atrás de si. Mas foi marginalizado também; a despeito de ter entrado para a Arena; a despeito de falar na Câmara; a despeito de tudo isso.

Então, houve uma espécie de seleção às avessas! E foram buscar para presidir a Arena, quem? O Petrônio Portela, autor de um dos tais manifestos em defesa da legalidade contra a Revolução! E assim por diante. É desagradável a gente ficar citando exemplos pessoais, mas reparem que não só não se renovou o quadro político como se aproveitou nele o que havia de pior!

E, por outro lado, afastaram os estudantes da participação da vida pública. Mandaram as mulheres embora para casa depois da Marcha Com Deus pela Família, agradeceram muito e tal, e mandaram-nas fazer crochê ou obras de caridade. Jogaram fora o contingente feminino que é uma grande parte da população brasileira que começava, naqueles anos, exatamente, a se interessar pela vida cívica, uma coisa que sempre houve no Rio Grande do Sul, onde as mulheres sempre participavam muito daquelas lutas todas, pelo menos no sentido de influir sobre os maridos. Em Minas as mulheres sempre tiveram muito espírito político. Em São Paulo, durante a Revolução de 32... Enfim, havia episódios isolados e áreas isoladas do país em que as mulheres tinham uma certa participação.

Não tanto no sentido de se candidatarem, porque sempre houve pouca mulher que se candidatasse, que participasse ativamente. Mas acompanhavam os acontecimentos e influíam sobre eles. A própria Revolução foi desencadeada pela mulher do General Mourão — eu já contei isso outro dia. Foi ela quem precipitou os acontecimentos. As mulheres foram dispensadas de qualquer participação.

A Sandra Cavalcanti foi uma exceção no começo do Governo Castelo. Mas isso é uma parte que já contei e não vale a pena repetir. Ela foi feita Presidente do Banco Nacional de Habitação, contra a vontade do Roberto Campos, que tinha um candidato para o lugar e que queria imprimir ao Banco Nacional da Habitação uma outra orientação. Como ele estava fazendo uma política de contenção violenta da inflação naquele momento, e sabia que isso criaria uma crise grave de desemprego, quis fazer do Banco Nacional de Habitação — e não estava errado — uma fonte de construção em massa para garantir um nível de empregos ao trabalho não qualificado, que é a construção civil e que é o contingente maior do operariado brasileiro dentro do trabalho não qualificado, o chamado “baiano”, ou “bóia-fria”.

Mas para a nomeação da Sandra havia uma outra razão, que não é desonra para ela, mas que é uma razão muito subalterna. A Sandra tinha sido muito amiga da falecida mulher do Marechal Castelo Branco. E essa foi, a meu ver, uma das razões pelas quais ela sobreviveu à hecatombe. Até o momento em que no discurso de posse dela, e na frente do Presidente Castelo Branco e do Roberto Campos, ao qual já me referi, o Castelo fechou a cara e o Roberto Campos aproveitou-se disso e criou uma intriga em torno dela, que acabou caindo.

Mas só para terminar este ponto; então os estudantes afastados da participação da vida pública; as universidades castradas, transformadas em fábricas

de diplomas, quando muito, e quando melhores, transformadas em meras escolas de formação profissional, mais nada. Quer dizer, a universidade perdeu a sua função de formadora de elite, forma só profissionais, maus ou bons, mas meros profissionais; não cidadãos e muito menos cidadãos capazes de dirigir o país.

Então, quando se extinguir essa geração — é a teoria que estava outro dia me impressionando e disse que era de tirar o sono... A gente se habitua com a idéia de que o Brasil tem um grande futuro como potência, porque tem, sem jogo de palavras, potencial, grande população, grande área, riquezas naturais, enfim, tem uma série de condições para ser uma das grandes potências do mundo. Para ser, pelo menos, em pouco tempo, um país do nível, vamos dizer, do Canadá, ou do nível para onde está caminhando a Austrália, pelo menos. Mas, de repente, quando a gente vê a crise de formação de elites dirigentes, em todos os setores, e elite no verdadeiro sentido da palavra, não no sentido de que o sujeito tem conta no banco, mas no sentido de um sujeito capaz, que tem espírito de liderança, espírito de iniciativa, capacidade de comando, capacidade de apreender o que lhe ensinam, etc., você começa a temer que só o tamanho do território, o aumento da população e a riqueza potencial não bastem e que o Brasil poderá se transformar numa outra Índia; a Índia também é muito rica, a Índia também é muito povoada.

A única coisa que nos evita, ou nos diferencia, do perigo de virar uma nova Índia é o fato de que realmente há aqui uma unidade racial dentro da nossa mestiçagem, quer dizer, uma unidade de povo, que forma um povo só, uma língua só, com todas as variações, que vão desde a macumba até o presbiterianismo, mas em todo o caso uma fé mais ou menos parecida, quer dizer, não há muita diferença, ou pelo menos não há lutas por motivos de ordem religiosa e racial, e não há regiões que possam criar raízes como nações, ao passo que a Índia não é uma nação. A Índia é um conjunto de povos, um conjunto de nações, com seiscentos e tantos dialetos, vinte e tantas línguas, etc.

Por enquanto essa é a única coisa que me faz ficar tranqüilo, porque no mais, não! Porque a agricultura continua numa área primitiva; a indústria é de substituição de importação, mas sem capacidade de exportar; o sistema de educação está completamente degradado e convertido, como disse, em mera formação profissional e da pior qualidade; o sistema escolar primário está pelo menos erodido, com uma erosão grave; o sistema de ensino secundário, que é o ensino principal de um país, porque é o que forma a grande maioria, se encontra nas condições que sabemos. E a grande maioria nunca chega à universidade. As universidades se convertendo muito mais em cursos de formação profissional do que em centros de cultura geral, o que se chamava antigamente de “humanidades”, quer dizer, “centro de informações”, de formação não apenas técnica, mas humanística. Então, quem é que vai dirigir esse país?

O caso de Portugal é recentíssimo e vejam o que houve lá. A fuga dos quadros técnicos transformou-se na grande dificuldade de Portugal, onde hoje há absoluta liberdade, liberdade que não havia antes. Mas esse problema está revelando uma coisa gravíssima! É que não basta a liberdade recuperada para reconstruir um país! É preciso haver quem reconstrua, quem tenha capacidade de reconstruir. O pior dos 48 anos de ditadura em Portugal não foi a falta de liberdade; o pior é que através da falta de liberdade não se formaram quadros e os quadros que havia, desertaram.

É a tragédia hoje de Portugal. Qualquer português com quem você conversa, diz isso. O Adriano Moreira acaba de publicar um livro, ainda não li, mas dizem que é absolutamente notável; ele foi, por pouco tempo, Ministro das Colônias de Ultramar de Portugal, e teve que sair exatamente porque quis fazer uma abertura na África e o Salazar não deixou. Sobre Portugal, aliás, correu o boato de que eu é que teria escrito *Portugal do Futuro*. Não. Primeiro, porque é mal escrito. Se eu tivesse escrito, tenho a impressão de que escreveria um pouco melhor. Segundo, acho que também não foi escrito pelo General Spínola.

Esse problema de lideranças políticas me lembra uma história que contei a vocês longe do gravador, mas agora acho bom repeti-la, porque mostra um lado desse problema e é um fato de minha vida política. Trata-se da prisão do ex-Vice-Governador da Guanabara, o Elói Dutra, até então meu inimigo político. Essa prisão faz parte daquele conjunto de medidas de cerco ao Guanabara, faz parte do que chamo a conspiração para destruir as lideranças políticas do país. O Elói Dutra era um rapaz que tinha feito toda uma carreira política à custa de ser o anti-Lacerda. Homem inteligente, pessoalmente honesto. Na diretoria da Caixa Econômica terá feito favores a amigos, a eleitores, a cabos eleitorais, mas nunca para si. Até hoje é um homem pobre e ganha a vida com muita dificuldade até. Mas ele fez toda a carreira política na base de tudo o que eu dizia ele dizia o oposto. Então, todo mundo que estava contra mim ficava com ele, que polarizou a coisa e se elegeu vice-governador. Foi para mim meio difícil, porque fiquei sem poder sair daqui.

Veio a Revolução e ele fuge para o Uruguai. Passam-se meses e, um belo dia, tenho a notícia de que ele tinha sido preso ao desembarcar em São Paulo, onde declarou que não voltava para nada; voltava porque não estava agüentando a vida lá, isto é, não podia viver lá porque não tinha dinheiro, não tinha emprego e não tinha, portanto, como se sustentar. Desembarcou com uma malinha de papelão.

E aí fizeram a seguinte astúcia: foi preso por ordem do Golberi, já general. Então mandaram-no para ficar preso na Guanabara. Eu não tinha nada com isso porque o homem foi preso em São Paulo e já estava cassado! Na pior das hipóteses podia ficar preso em São Paulo ou, se foi preso pelo Exército, ficasse preso no Quartel do Exército! Mas mandam-no para o Rio e o entregam à Polícia Civil, e que eu comandava. Minha situação era então a seguinte: governador prendeu seu grande desafeto, que era o seu vice-governador, deposto e cassado pela Revolução. Imaginem a minha situação!

Quando o Coronel Borges, que era o Secretário de Segurança, me comunicou que Elói Dutra tinha chegado ao Rio preso e que estava recolhido à Polícia Central, tomei o carro com o Coronel da Polícia Militar, meu ajudante de ordens, Carlos Osório, e fui para a Polícia Central. Nem tive tempo de avisar ao Coronel Borges, que não estava lá. Depois é que ele apareceu, meio estonteado, porque não chegou nem a ser informado da minha chegada. Percebi primeiro a manobra e depois a odiosidade da medida. Achei odioso ser carcereiro de um sujeito só pelo fato de ele ter sido meu adversário. E de um sujeito que estava voltando ao Brasil sem condições de conspirar, sem nenhum grau de periculosidade, sem nada. Estava voltando porque não tinha dinheiro, porque era pobre.

Bom, cheguei lá e chamei o delegado — não me lembro quem era — e disse: “É verdade que está preso aqui o Vice-Governador Elói Dutra?”. Ele

disse: “É”. “Mande chamá-lo e diga a ele para fazer a mala”. Aí apareceu o Elói Dutra. Quando ele apareceu e me viu na sala ele fez uma cara, que não foi de susto, foi de assombro, de espanto; porque ele esperava encontrar ali todo mundo, menos a mim! Eu disse: “Dr. Elói, o senhor está solto”. Ele não entendeu bem. Custou para entender o negócio.

Mandeí então o Osório examinar o carro, porque em polícia a gente não pode confiar, em nenhuma delas. É evidente que o delegado do DOPS não chegou a resistir. Não. Você me desculpe, mas quando eu comando ninguém resiste. Tenho muito senso de hierarquia. Se resistisse, estava demitido na hora. Mas nesse sentido eles eram disciplinados: cumpriam ordens.

Mandeí o Coronel Osório revistar o carro; abriram a mala, examinaram o motor, para ver se não tinham posto alguma maquininha para explodir lá dentro. O meu pavor era soltá-lo ali e na rua alguém prendê-lo e levá-lo para lugar ignorado; aí, como é que eu ficava? Então, botei-o no meu carro e fui com ele para casa. Perguntei-lhe: “Onde é que o senhor mora?” Não sabia nem onde ele morava. Ele disse: “Moro na Urca.” Eu digo: “Então, vamos até lá”.

Fomos. O Osório na frente, ele de um lado e eu do outro, atrás. Houve uma certa falta de assunto, e eu para deixá-lo mais à vontade, quando passamos ali, na Cinelândia, disse: “Deixa estar que é bom voltar para a terra da gente. Já passei por essa e sei como é bom a gente ver essa paisagem”. Ao que ele me respondeu: “Sem dúvida, e sobretudo na situação em que estava não podia mais me sustentar lá, não tinha com que me sustentar”. Disse-lhe: “Então, faço votos que agora acerte a sua vida”.

Deixei-o numa casa na Urca, onde estava com a mãe dele e a certa altura ele disse: “Antes de entrar queria lhe dizer uma palavra. Me levou para um canto da calçada e fez uma coisa ao mesmo tempo muito bonita e outra que não gostei, disse-me ele: “É que reformei hoje muito o juízo que fazia a seu respeito”. Eu digo: “Muito obrigado”. Ele continuou: “Quero também lhe dizer o seguinte: o senhor é candidato à Presidência da República e eu tenho alguma força ainda, quero trabalhar por isso”.

Eu disse: “Não, Dr. Elói, o senhor está enganado, eu não o trouxe aqui por causa disso, e aconselho a não se meter mais em política durante algum tempo, pelo menos porque aí o prendem de novo e o senhor vai para a Vila Militar, e eu não posso soltá-lo lá. É melhor o senhor não se meter nisso. Entreguei-o na casa da mãe dele e fui embora. Desde aí acho que estive com ele uma vez. Meu irmão ficou amigo dele, que de vez em quando mandava recados afetuosos e acompanha a vida da gente. Enfim, foi um amigo que eu conquistei.

Bem, eu estava contando a eleição do Costa e Silva, que foi para a Europa e ao Japão e foi nomeado pelo Congresso, como vocês sabem. E a minha impressão, por um episódio que vou contar — mas não só por esse episódio, — a minha impressão é de que ele, quando foi eleito, já estava seriamente doente. Aconteceu uma coisa muito estranha: me telefonaram um dia, ele já com pretensões à presidência, mas ainda era Ministro da Guerra e morava naquela casa que foi do mordomo da casa imperial, ali, junto da Quinta da Boa Vista, onde morava habitualmente o Ministro da Guerra. Me deram um recado pedindo para que eu fosse falar com ele às dez horas da manhã.

Fui lá. Cheguei, apareceu a D. Iolanda, conversamos coisas assim, banais, e uns dez minutos depois, apareceu o General Costa e Silva. Mas, naquele dia, do gabinete dele algum noticiaria foi informado de que ele tinha marcado encontro comigo; em todo caso a notícia não foi divulgada por mim, até porque ninguém sabia desse encontro. Não sei se foi por isso, isto é, se ele pre-

tendia um encontro reservado e o noticiário atrapalhou a conversa que queria ter comigo, mas o fato é que foi uma das conversas mais estranhas que já tive na minha vida.

Ficamos uns cinco minutos um na frente do outro, parados, sentados. Ele calado e eu calado esperando, pois tinha sido chamado. Esperando que ele me dissesse alguma coisa, e ele esperando que eu dissesse alguma coisa, mas eu não tinha nada para dizer. Afinal, rompi o silêncio: “General, recebi o recado, acho que não houve equívoco, recebi recado do seu gabinete para vir visitá-lo, tenho muito prazer em vir cumprimentá-lo, mas não creio que tenha sido só para isso que o senhor me convocou.” Ele parou e disse: “Ah, é! Eu queria lhe mostrar umas coisas que estamos fazendo, extraordinárias!”.

Aí, chamou um oficial, ajudante de ordens, e disse assim: “Traz aquela pasta”. Não houve meio de o ajudante de ordens encontrar a pasta e ele fez um barulho, um negócio inteiramente estapafúrdio, disse uma série de impropérios para o sujeito. Afinal, o ajudante de ordens, meio afobado, trouxe uma pasta, tirou de dentro uma série de fotografias de umas casas para sargentos que estavam fazendo na Guarnição de Campo Grande, em Mato Grosso, e começou a mostrá-las. “Estamos fazendo uma obra formidável de reconstrução do Exército, olha as casas que estamos fazendo em Campo Grande para os sargentos”. Começou a me mostrar aquele negócio e falou durante meia hora sobre esse assunto. Eu continuava a não entender nada, inclusive, chamar o Governador da Guanabara para mostrar casas de sargentos que está fazendo em Campo Grande, positivamente não era esse o assunto da conversa.

Então, de duas uma: ou ele estava de miolo mole, para empregar a expressão comum, ou queria conversar qualquer coisa comigo e o fato de ter saído no jornal que ele me havia convidado o comprometia perante o Castelo, e ele então não quis conversar nada, o que também é possível, porque Costa e Silva era um homem muito astucioso, não era um homem inteligente, mas era muito esperto, e tinha contra si, permanentemente, como eu já disse, a vontade do Castelo.

O Castelo queria ver qualquer pessoa na Presidência da República, menos ele. Castelo engoliu a candidatura dele como condição de continuar no governo até o fim.

É muito difícil saber se essa oposição do Castelo ao Costa e Silva era apenas por achá-lo incapaz, ou se havia mais alguma outra coisa, até pessoal. É muito difícil saber, até porque no Exército, como em toda classe, como em toda corporação muito fechada, às vezes velhas querelas que vêm desde a Escola Militar prosseguem pela vida afora. Os sujeitos se incompatibilizam, criam quizílias, criam idiossincrasias. Além disso, o Castelo, que tinha muita influência, como contei — tinha sido professor de quase toda essa gente, de tenente a general —, sempre foi muito mais para o lado intelectual do Exército. E tenho a impressão de que o tipo de vida que o General Costa e Silva levava fazia o Castelo temer muito pela queda daquele nível, vamos dizer, de dignidade pessoal, de austeridade, de integridade pessoal que inegavelmente era uma grande qualidade do Castelo.

E ele não queria que o Exército pusesse na Presidência da República um homem que ele não considerava à altura, nesse nível. Se isso era uma querela antiga ou se era uma coisa recente, não sei. Também o Castelo era suficientemente rancoroso para não perdoar a oposição que o Costa e Silva fez à candidatura dele à Presidência da República. Isso aí é um julgamento que não ousou fazer porque existem tantas variáveis que é difícil a gente analisar.



Quando acabaram os partidos políticos, o Castelo criou a Arena e o MDB. Nunca pretendi fundar um outro. Houve uma tentativa que depois ficou naquela do Pedro Aleixo, de fazer um partido, mas aquilo não teve a menor chance. As dificuldades que criaram à aceitação de um terceiro partido, no começo, eram tão grandes que não havia nem essa hipótese. Quando veio a Constituição de 67, é que se criou teoricamente a possibilidade de haver mais de dois partidos. Mas as exigências para a formação do terceiro eram tão grandes que, nessa época, nem essa possibilidade havia. Mas se tivesse que escolher entre a Arena e o MDB, não escolheria nenhum. E tive mesmo problema com isso. Alguns daqueles companheiros, vamos dizer, mais ligados a mim, mais fiéis, posso dar um exemplo, o Raul Brunini, tiveram um problema sério. Eles queriam continuar a carreira política, houve vários que se portaram com uma... inclusive um com quem se faz muita injustiça, o Roberto Sodrê. Muita gente disse que o Roberto Sodrê me traiu porque era o coordenador da minha candidatura à Presidência da República e, não obstante, continuou...

As pessoas não sabem o que se passou, isto é, o Sodrê veio ao Rio e me fez os maiores apelos para eu continuar na vida pública. Eu disse a ele: "Não, considero isso errado, fui derrotado na Guanabara. Aliás não salientei uma coisa: dos meus 26% de votos consegui transferir para o Flexa Ribeiro 41%, isto é, não sendo eu candidato, e sendo candidato um homem com uma série de qualidades, mas mau candidato, mau de urna, ainda assim, com uma frente única realmente contra ele, pela razão que já contei, ainda assim o Flexa conseguiu ter 41%, quando eu tivera 26%. Em alguma coisa se progrediu.

Mas continuando. Foi ser Chefe da Casa Militar do General Costa e Silva um homem chamado General Jaime Portela. E esse General Portela começou a mandar demais, a meu ver, por essa razão: o General Costa e Silva já estava doente. Essa é uma teoria minha. Não poderia provar isso, que é muito difícil, através do comportamento de um homem que já morreu e cuja doença não foi até o fim porque a morte interrompeu. É difícil você tentar demonstrar que o homem já está doente. Agora, muita coisa do comportamento dele fazia supor que já estivesse com arteriosclerose cerebral quando chegou ao governo. O domínio total que exerceram sobre ele, por exemplo: pois Costa e Silva era um homem cioso de sua autoridade. O passado dele não era esse. O domínio familiar, o domínio do que os espanhóis chamam *a camarilia* — a pequena câmara — em torno dele foi total.

E o General Portela aproveitou-se disso, e uma vez num artigo eu disse: "O General Portela é quem governa o Brasil, o General Costa e Silva é uma figura de proa, só". Daí, há quem atribua a ordem da minha prisão ao General Portela.

#### NOTA

1 Dez meses e 31 dias antes de ser cassado — dez meses e quatro dias antes do AI-5 —, Carlos Lacerda pregava a anistia em entrevista concedida a *O Estado de S. Paulo*, publicada na edição de 9 de fevereiro de 1968.

Eis alguns trechos da entrevista: "não se

pode falar em pacificação sem paz, pois sem a anistia aos políticos punidos pelo movimento de março de 64, a maioria da nação estará excluída do processo nacional".

"O que está errado é o próprio sistema. Não se pode governar sem a participação popular. Não há governo que possa rea-

lizar boa administração quando nega ao povo o direito de participar da vida política nacional”.

Como curiosidade, o mesmo *O Estado de S. Paulo*, também num dia 9 de fevereiro, só que de 1966, publicava uma reportagem sobre a visita que o General Carlos Luís Guedes, um dos chefes militares da Revolução, fez a Ribeirão Preto.

O general, analisando a política nacional, disse em certo trecho da entrevista:

“O General Costa e Silva somente surgiu

como revolucionário no dia 2 de abril, na qualidade de Ministro da Guerra, por ser o mais antigo general-de-exército em função. Quanto ao Sr. Carlos Lacerda, afirmou que o ex-governador da Guanabara foi o grande aglutinador do movimento de março. No entanto, após a vitória da Revolução, não lhe deram o merecido destaque, encostando-o. Diante disso, o Sr. Carlos Lacerda fez pronunciamentos que terminaram por incompatibilizá-lo com o governo federal”.

## A PRISÃO E A GREVE DE FOME

AÍ CHEGAMOS AO AI-5. Houve o famoso discurso do Marcito, que confesso que nem li. (Até hoje não li esse discurso.) O discurso não teve a menor importância,\*<sup>1</sup> até porque o Marcito não tem a menor importância. E usaram o pretexto. Fecharam o Congresso e veio o AI-5. Nessa ocasião, eu estava fazendo um tratamento, fruto de cansaço, de falta de exercício; cansaço mental, nervoso, tensão, etc. Estava fazendo uma meia sonoterapia, quer dizer, me davam um remédio para dormir mais que o tempo comum. Mas eu me levantei, me lembro que ainda morava no Flamengo, saí do quarto onde estava e fui para a biblioteca. Ligamos a televisão. Estava lá em casa um sobrinho de minha mulher que morava conosco nesse tempo, e que era inteiramente apolítico, estava por fora de tudo. Ficamos os dois ouvindo a leitura do AI-5, pelo Ministro da Justiça, o Gama e Silva.

Quando ele acabou de ler — conto esse episódio porque é quase um prenúncio do que está acontecendo agora, com a alienação de grande parte da juventude —, voltei-me para o rapaz, que tinha seus 16 ou 17 anos, e perguntei: “Você, o que é que achou disso?” Respondeu-me: “Ah! não sei não, tio, isso não é comigo não, isso é com esses jacarés aí, que se entendam! Que se comam! Eu não tenho nada com isso”. Aquilo me deu um alarme, compreende? São esses pequenos episódios assim... O que é que vai acontecer nesse país quando toda uma geração ficar nesse estado de espírito? Passei a mão no telefone e liguei para os Campos Elíseos, mandei chamar o Roberto Sodré, que já estava então nomeado Governador de São Paulo. O Roberto não pôde vir ao telefone, veio o Oscar Klabin Segall, eu disse: “Oscar, você diga ao Roberto que, se ele estiver disposto a resistir ao AI-5, assim como ele veio ao Rio no dia 31 de março, eu tomo um avião agora e vou ficar aí, ao lado dele. Só quero saber se ele vai resistir, porque se ele não vai, não vou fazer essa viagem de avião à toa”.

Depois, muito depois, o Sodré me disse que atribui a isso uma série de problemas que ele teve com o sistema em São Paulo, pois a conversa teria sido gravada e ele teria, por causa disso, sido suspeitado de ter tentado organizar uma resistência. Em todo caso, para efeito de história falada, o fato é que ele não organizou resistência nenhuma e acho que nem pensou nisso. Deve ter ficado como todo mundo, muito chocado, mas continuou no governo.

---

\* O discurso de Márcio Moreira Alves foi pronunciado no pinga-fogo, isto é, no pequeno expediente de uma das sessões da Câmara dos Deputados.

Ainda voltei para dormir, tomei o remédio e no dia seguinte acordo com o meu médico, Jaime Rodrigues, sentado à beira da minha cama. Como ele ia me ver de vez em quando, achei normal. Ele me disse: “Tenho uma notícia um pouco desagradável para o senhor: estão lá embaixo dois homens da Polícia que vieram com ordem de prendê-lo”. Isso foi no dia seguinte, exatamente o dia seguinte ao AI-5.\*

Ele me disse: “Mas o senhor está doente, aleguei isso. O senhor está doente e não pode ir para a prisão no estado em que se encontra”. Eu perguntei: “Mas os homens estão lá embaixo?” “Estão, mas exige que viesse um médico da Polícia para examiná-lo e verificar que o senhor não está em estado de saúde para ser preso”.

Cheguei lá. De fato, tinha um oficial da Aeronáutica, reformado, que fazia um biscate como médico da Polícia. Não me lembro o nome dele, era um coronel da Aeronáutica, reformado, que, para melhorar o orçamento, trabalhava de médico da Polícia; tinha sido chamado. Dos dois policiais, tinha um que havia servido até no Palácio Guanabara, e que estava, coitado, no maior constrangimento, se desmanchando em desculpas.

Eu estava de pijama. O médico quis me examinar, mas eu disse: “Não. Tenho meu médico; quero é tempo para me vestir”. Subi e me vesti. Nunca me vesti tão depressa, porque eu fazia questão de que eles não pensassem que eu estava querendo ganhar tempo ou evitar ser preso. Vesti uma roupa preta, quente pra burro! Fazia um calor miserável... gravata e tal, a clássica pasta com escova de dentes, aparelho de barba. Peguei uma valisezinha e desci. Desci e o meu médico fez questão de ir comigo até onde eu fosse. Fomos numa Kombi da Polícia com os dois policiais, o tal médico da Polícia e, aí, vi quando se encaminharam para o posto Salvamar, que nós tínhamos construído (ali, onde tem aquele restaurante Sol e Mar). Pensei: “Bom, vão me mandar para algum navio”. Cheguei lá, tinha um delegado — não sei se era o Hermes Machado —, mas um delegado, enfim, que não era muito chegado ao nosso governo, um delegado que eu tinha posto na geladeira, aliás, porque não era das melhores figuras da Polícia. Mas ele foi muito respeitoso, muito delicado. Disse: “O senhor desculpe essa situação constrangedora”. Disse-lhe: “Não há constrangimento algum, o senhor está cumprindo ordens”.

Aí, me meteram dentro de uma lancha do Corpo de Salvamento, uma lancha salva-vidas e toca a andar pela Baía de Guanabara. Pensei: “Bom, espero que não me joguem aqui, no fundo da baía”. Fomos na direção de Niterói, passamos pelo Forte de Laje e aí paramos junto ao Forte de Santa Cruz, do outro lado da baía. Um sol de rachar, e eu, ainda debaixo do efeito daqueles remédios que tomava para dormir, estava meio sonolento e enfraquecido, porque também, fazendo regime para emagrecer, estava mal alimentado.

Como acontece nessas ocasiões, comecei a suar; meu maior medo era ter um desmaio ou uma coisa qualquer que iria me desmoralizar completamente: “Se desmaio aqui, estou totalmente desmoralizado”. Tinha uma escada enorme, me lembro de uma escada de pedra — é uma velha fortaleza do tempo dos portugueses, construída no alto.

Aí, subimos uma escada que não acabava mais, depois entramos num pátio, um outro pátio, depois um outro pátio, canhões, não sei o que, sentinelas... Depois, chegamos na sala do comandante. Comandante, não, na sala

---

\* O AI-5 foi promulgado no dia 13 de dezembro de 1968. (N. da E.)

do oficial de dia, o qual, quando me viu, teve o maior espanto do mundo. Ficou espantadíssimo, muito mais do que eu. Porque, de repente, apareceu o ex-Governador da Guanabara na Fortaleza de Santa Cruz, com a Polícia ao lado: ele não entendeu nada.

Aí, um dos policiais disse: “Nós tivemos ordem de trazer preso o ex-governador para ficar aqui.” Ele disse: “Mas isso não é presídio, onde está a ordem de prisão?” Entregaram-lhe a papeleta, ele leu e em seguida ligou para o quartel-general do I Exército e lá não sei o que disseram a ele, mas sei o que ele falou; virou-se para o polícia e disse: “Não é por ordem do I Exército; portanto, não posso recebê-lo aqui”.

Aí, o policial disse: “Não, mas temos ordem de entregá-lo aqui, o senhor querendo, telefone para a Delegacia de Ordem Política”. Disse: “Qual é o número?” O sujeito deu o número, passaram-se quinze minutos tentando a ligação, o telefone estava enguiçado. A essa altura — não me lembro se o oficial de dia era um coronel, olhei as estrelas dele e disse o posto —: “O senhor podia pedir um copo d’água?”. Muito amável, mandou servir-me um copo de suco de laranja. Tomei o suco de laranja e fiquei mais reconfortado. E aí ficou a discussão entre os policiais e o oficial, ao qual disseram: “Nós temos ordem de deixá-lo aqui”. O oficial retrucou: “Não. Aqui, ele não fica, absolutamente, não tenho ordem do I Exército e aqui não cumpro ordens da Polícia, obedeço ao comandante do I Exército”.\* Os policiais disseram: “Bom, o jeito é levá-lo de volta”. Aí eu disse: “Não, agora espera aí, um momento: não sou ioiô de general. Se estou preso, estou preso. Agora, quero saber onde vou e não vou ficar passeando pela Baía de Guanabara para baixo e para cima. Fico aqui até saber para onde vou. Não ficarei nas mãos desses dois sujeitos aí sem saber o meu destino”.

Então, ficou aquele mal-estar. Visivelmente, o oficial estava revoltado, o que quero dizer com isso é que ele estava revoltado com a idéia da minha prisão, mas, não sabendo de onde provinha aquilo tudo, a sua revolta não ia ao ponto de se insurgir contra isso. Ele queria se livrar daquele pesadelo. Afinal, os sujeitos telefonaram para uma outra repartição da Polícia, falaram baixinho, depois disseram: “Então, já sabemos para onde o senhor vai”. Eu disse: “Está bem, vamos embora”. Voltamos, desembarcamos no posto de salvamento e ali estava o mesmo delegado. Então, no automóvel dele, fomos até o Quartel da Polícia Militar, no Regimento de Cavalaria da Polícia Militar, na Rua Frei Caneca. E, ao entrar tive uma lembrança muito curiosa, porque quando começou a conspiração da UDN, e houve o famoso Manifesto dos Mineiros, alguns dias antes do Natal, também tinham sido presos lá o Virgílio de Melo Franco, o Dario de Almeida Magalhães, o Austregésilo de Athayde e o Adauto Lúcio Cardoso. E mais um ou dois, de que não me lembro. Eu me lembro desses, que eram mais ligados a mim. O Adauto foi solto pouco depois, mas o Virgílio ficou até depois do Natal.

Eu me lembro que não nos deixaram vê-los, senão de longe, porque estavam incomunicáveis. Eu me lembro também que fui ao Lizador e comprei uma porção de coisas de Natal: castanhas, nozes, e levei para o Virgílio, para o Athayde e para o Dario. E, de longe, mostrei a eles o embrulho e entreguei-o para um oficial, que antes abriu o pacote para ver se não tinha bombas. Quando entrei no quartel me lembrei dessa história. Como é engraçada a vida.

---

\* O comandante do I Exército na ocasião era o General Sizeno Sarmento, ex-secretário de Segurança do Governo Lacerda. (N. da E.)

No quartel, primeiro fiquei numa enfermaria, embaixo. E já havia alguns presos: entre eles esse rapaz que é hoje correspondente de jornais na Europa, Osvaldo Peralva, que tinha sido secretário do *Correio da Manhã*, foi do Partido Comunista e é o autor de um dos talvez melhores livros que já se escreveram sobre o Partido Comunista, *O Retrato*. Ele só tinha um defeito: fumava pra burro, de maneira que tossia a noite inteira.

Pedi um suco de laranja e trouxeram. E aí, de repente, chega de calça de veludo, com aquele calor enorme, o Mário Lago, que era o secretário do Sindicato dos Atores. E o Mário Lago, evidentemente, não tinha relações pessoais comigo, por motivo de ordem política, desde o tempo de estudante, quando ele fundou a Federação dos Estudantes Ateus. Era mais uma de suas prisões, porque nessa época ele era preso de dois em dois dias. Ele tinha sido preso na saída de uma filmagem de um capítulo de uma novela ou de uma peça de teatro em que ele fazia o papel de vilão e, como todo vilão, vestia calça de veludo. Então saiu com aquela roupa assim mesmo, naquele calor desgraçado.

Nos encontramos assim (não nos víamos desde o tempo da Faculdade de Direito), houve aquele momento de hesitação, e eu disse: "O Mário, preso fala um com o outro, não é?" Aí estendemos a mão, apertamos a mão e ficamos amigos.

Depois, começou a chegar mais gente. Chegou o Hélio Fernandes, e mais três ou quatro... Ah, chegou um advogado, Celso Nascimento Filho (era um jovem recém-formado, companheiro de escritório do pai), que tinha, acho, requerido um habeas-corpus para um estudante preso numa daquelas manifestações estudantis de pouco antes do AI-5. E o garoto passava o tempo todo (coitado, o garoto não tinha a menor experiência, nem nunca passou pela cabeça dele ser preso um dia) dizendo: "Vocês, eu compreendo que estejam presos. Mas eu, por quê?" O que não é uma das coisas mais agradáveis de ouvir na prisão.

Aí, fomos para uma espécie de mezanino, enfim, um lugar que ficava exatamente em cima das estrebarias dos cavalos e embaixo do alojamento dos soldados. Esse alojamento era um tabuame antigo que não tinha calafetação entre as tábuas. De maneira que, quando os soldados pisavam em cima, não só se ouviam aquelas botinas todas, como caía aquela poeira nos olhos da gente. E que calor! Então, a noite inteira eram os cavalos se mexendo, batiam com as patas dentro daquelas baias pequenas, e os outros saíam para as expedições noturnas em direção à PUC (aquelas batidas que eles davam e prendiam gente; enfim, aquelas missões que recebiam). De forma que as três horas da manhã você ouvia aquele barulho do estardalhaço das botinas caindo no chão. Enfim, impossível dormir.

Aí, pensei seriamente no que ia fazer; conformar-me com a prisão, eu não posso, porque realmente tenho que protestar contra isso. Mas é absolutamente inútil qualquer protesto violento porque não adianta nada. Então resolvi não comer. Mas tive um certo receio de não agüentar. Nunca tinha feito essa experiência e já vinha de um período de dieta de maneira que já não estava muito a fim de me privar de comida.

Mas comecei a experimentar: vinha a comida e eu fingia que comia, para os outros não perceberem; porque a minha preocupação era de que os outros não pensassem que era fita ou que eu queria a solidariedade deles, quer dizer, que eu os tivesse aliciando para fazer a mesma coisa. Eu tinha os meus motivos para protestar contra o ato de uma revolução que eu tinha ajudado a

fazer. Eles, evidentemente, embora revoltados com o fato de estarem presos, não tinham os mesmos motivos que eu para protestar com tanta decisão. Então, fiquei tapeando o pessoal o mais que pude. Fingia, encostava o prato de lado e tal, mas o Mário Lago, muito esperto e treinado em prisão, um dado momento me pegou.

Tinha um quarto ao lado em que ficavam quase todos; depois outro quarto em que ficavam alguns; e tinha um quarto com uma porta que dava para uma escada que descia, onde ficávamos o Hélio Fernandes e eu, não por razão especial, pois os quartos se comunicavam. Nessa altura, chegou o Carlos Osório, já então coronel da PM promovido por mim pouco antes de sair. Ele morava no fundo do quartel, na residência dos oficiais. O Osório ignorou completamente a incomunicabilidade e foi lá. Disse: “Eu vim aqui lhe dar um abraço, dizer que estou à sua disposição para o que o senhor quiser”.

“Não, Osório, você não vai arriscar a sua carreira por qualquer imprudência. Não venha aqui, porque não dá certo para você”. Ele disse: “Eu não tomo conhecimento disso não. Eu fui seu ajudante de ordens durante cinco anos e não estou aqui para renegar isso agora”. Eu disse: “Então, já que você quer fazer alguma coisa, você faça o favor de avisar lá em casa que estou bem. Agora, como eu acho que vamos ficar aqui até o Natal, você passa lá no Lidador (por isso contei aquela história do Lidador, é que associei a idéia), diz ao Cabral que estou preso e que provavelmente a gente vai passar o Natal aqui. Para ele mandar umas coisas de Natal para mim e para o pessoal.

Quando chegou a noite, aparece o Osório (com toda a incomunicabilidade) com duas caixas enormes de papelão. Eu perguntei: “Como é que foi o negócio?” E ele disse: “Ah, quando eu disse ao Cabral que o senhor estava preso ele começou a chorar. Não parava mais de chorar e disse: ‘Eu sei do que ele gosta!’ Então mandou para o senhor isso”... Quando abri as caixas pensei: “Isso arruinou comigo!” Tinha latas de patê, caviar, caixas de tâmaras, passas, figo seco, enfim, todo esse troço de Natal, mas de Natal de luxo mesmo! Pensei: “Bom, se conseguir resistir a tudo isso, então posso fazer a greve de fome”.

Então, comecei a distribuir para o pessoal. “Olha, ganhei isso aí”. Comecei a distribuir a todo mundo, mas por mais que eu distribuísse ainda sobrava — vieram dois caixotes. Aí chamei o sentinela e disse: “Olha, você fala com o oficial de dia que recebi uns presentes e que está sobrando. Então, queria licença para poder mandar para os outros presos”. (Porque eles tinham outros presos políticos, digamos, de menor categoria, lá embaixo, e tinham vários policiais, gente da Polícia Militar que cumpria pena lá, tal qual naquele presídio do Estádio do Maracanã sobre que eu contei outro dia.) Então pedi para distribuir aquele negócio lá. Eles devem ter levado o maior susto quando receberam caviar, etc.

Aí aparece o comandante do quartel, o Coronel Quaresma,\* que pouco depois se reformou. O Secretário de Segurança Gustavo Borges tinha me proposto reformar esse coronel porque ele tinha votado no Juscelino. E eu tomei informações de sua ficha e vi que era um sujeito correto, um bom oficial de Polícia. E disse: “Ô, Borges, não tenho nada que ver em quem ele votou, quero saber se ele cumpre seus deveres de polícia militar. Agora, ele, como cidadão, vota em quem quiser”. E não concordei com essa reforma que o Borges tinha

---

\* O comandante do quartel era o Coronel Hélio Miranda Quaresma. (N. da E.)

proposto. Não sei até hoje como — porque, até essa altura, confesso que eu não me lembrava do coronel e nem do episódio — ele soube disso. Ele então foi me visitar e disse: “Governador, essa é a situação mais difícil e mais desagradável que me ocorreu na vida. Nunca pensei em ser seu carcereiro, porque o senhor fez isso assim, assim, assim. Devo ter ficado na carreira a essa sua decisão, porque realmente votei no Juscelino. Não me arrependo disso, mas também não me arrependo de lhe dizer isso”.

Agradei e ele continuou: “Quero dizer que o que puder fazer pelo senhor, estou às suas ordens. Infelizmente, a ordem direta do Palácio é da mais rigorosa incomunicabilidade. O senhor não pode receber sua família, nem o senhor nem os outros”. Eu digo: “Bom, também não quero exceções. Agora, já que o senhor está oferecendo tanta coisa, eu queria uma coisa: que mandasse comunicar ao meu filho — porque a DATAMEC é aqui perto, no Bairro de Fátima — para ver se ele me manda um ventilador, porque o calor está insuportável e tem uma mosquitada aqui em cima dessa estrebaria que ninguém consegue dormir de noite. Barulho, calor e mosquito é demais!” Então, veio aquele enorme ventilador de pé da DATAMEC, que ficava funcionando a noite inteira para não deixar os mosquitos pousarem na gente.

Aí começou: primeiro dia, segundo dia da greve de fome, e tudo bem...

Ah, com Mário Lago houve um episódio engraçado. Ele era treinado naquele tempo em prisões e por isso eu lhe disse: “Oh, Mário, precisamos fazer aquela coisa clássica; eleger aqui a célula dos presos. E dado o seu treino, a sua antiguidade no posto, acho que você devia ser escolhido para ser nosso cabeça aqui”. Porque é o sujeito que distribui, que rateia se chegar presente de casa. Se chega o bolo ele é que parte em pedaços; é o encarregado de reivindicar em nome do grupo. Enfim, é o clássico secretário da célula. Então ele aceitou com muito prazer e foi aclamado secretário.

Mas aí ele me disse: “É, Carlos, mas acontece o seguinte, você vai me ajudar, porque você está aqui com um coronel que vem oferecer seus serviços e você sabe, preso reclama sempre. É uma das regras do preso; preso nunca pode estar satisfeito nem pode dizer que está bem tratado”. Eu disse: “Está bem, me submeto. O que é que você quer do coronel?” Ele disse: “De acordo com as leis internacionais, preso tem pelo menos direito a duas horas de sol. Então eu queria que você reivindicasse dele banho de sol para a gente, para a gente não ficar aqui dentro em cima dessa estrebaria”. Aí o coronel (ele todo dia me fazia uma visita, de manhã e de tarde, quando chegava ao quartel e quando saía) foi fazer a visitinha dele e eu digo: “Coronel, há um problema sério. Eu sei do grau de incomunicabilidade e tal, mas o senhor sabe, as leis internacionais garantem até a prisioneiros estrangeiros de guerra o direito de tomar banho de sol. Então eu queria reivindicar o direito de nós tomarmos banho de sol”. Ele pensou e disse: “Pois não”.

Então, a partir daquele dia, o pessoal descia a escada e ficava duas horas andando de um lado para o outro, quase junto às sentinelas embaladas. Mas eu desci a primeira vez — era uma escada meio braba — e comecei a ficar tonto; eu já estava no segundo dia de jejum. E pensei: “Ah, vai mal a história”.

Aí os dois médicos, Antônio Rebelo, cardiologista, e o Jaime Rodrigues, que já morreu, pleitearam o direito de me visitar por eu estar doente e tiveram licença de ir até lá. Chegaram, me examinaram e o Jaime me disse: “Você piorou, você está mais fraco do que estava”. Eu então chamei o Jaime e o Rebelo para o canto e disse: “Olha, de vocês eu não tenho o direito de descon-



der isso: estou fazendo uma greve de fome”. Então veio aquela clássica coisa: “Isso é uma loucura, não faça isso”. E eu digo: “Não. Estou comunicando a vocês, não estou pedindo licença a vocês”.

Então o Jaime me disse: “Então, pelo menos, o senhor faça uma coisa: beba água”. Eu disse: “Bom, mas não estou com dinheiro para comprar água”. Aí um deles tirou cinquenta contos do bolso e eu mandei comprar cinquenta contos de água mineral. Cinquenta contos de água mineral nesse tempo era um colosso de água mineral. E aí, quando o coronel voltou, perguntou: “Ué, de quem é essa água mineral toda?” Eu expliquei: “Foi o médico que receitou para que eu tomasse água mineral”. Ele disse: “Mas assim vai esquentar essa água mineral. Vou fazer uma coisa: tenho uma geladeira lá no gabinete e vou mandar a geladeira para cá”.

Aí, quando ele saiu, diz o Mário Lago: “Essa prisão não vale. Eu já estive na geladeira, mas prisão com geladeira nunca vi. Isso é privilégio demais, já está perdendo a graça”. Brinquei com ele: “Você é um secretário ineficiente e eu sou eficiente. Você está se esquecendo que esse camarada foi meu comandado até outro dia”. E lá vem a geladeira do coronel. Entupimos a geladeira com os restos das coisas do Natal, e eu bebia água o dia inteiro.

E outra coisa que os médicos recomendaram foi isto: faça o mínimo de esforço possível, quer dizer, nada de tomar banho de sol, de descer escada, você fique deitado. E eu ficava deitado o dia inteiro.

Aí acontecem coisas que pertencem mais quase que, vamos dizer, ao domínio da literatura. Há uns fenômenos curiosos, pelo menos comigo; com os outros eu não sei como é que acontece. Eu tinha medo, por exemplo, de ter dores de estômago pavorosas. É verdade que o negócio durou cerca de sete dias, talvez depois tivesse outros sintomas, mas não senti nada. Eu sentia era um estado vertiginoso e meio sobre o sonho.

Eu ficava imaginando coisas: “Bom, um dia vai haver um interrogatório. Como é que vou me portar no interrogatório? E se houver tortura, como é que vou fazer? O que é que vão me perguntar? Então eu ficava imaginando o diabo. O sujeito vai perguntar, evidentemente, sobre a Frente Ampla. E o que é que eu respondo?” Bom, então não chegava a ser um delírio. Era um solilóquio, compreende? Era um monólogo em voz baixa.

Aí o nosso Hélio Fernandes, que é muito espírito de porco, não achou nada de mais interessante para fazer do que provocar uma discussão comigo sobre a minha responsabilidade naquilo tudo. Ele disse: “Você, com aquela sua viagem à Europa, permitiu a prorrogação do mandato do Castelo. E daí é que vem esse negócio todo. Você é que é o responsável”. Eu digo: “Ô, Hélio, eu acho de muito mau gosto a gente discutir isso na cadeia, em primeiro lugar. Em segundo lugar, tem uma série de coisas que explicam isso muito melhor que essa sua explicação, que é um pouco primária. Em todo caso, não vamos discutir aqui não”.

Mas ele estava num estado de nervos, muito excitado, e queria discutir com alguém, então puxava discussão comigo. E eu não estava realmente a fim de discutir. Discussões me cansavam. Aí o Mário Lago, providencial, treinado muito nas cadeias, e nessas lutas que surgem dentro da prisão — não há lugar mais desunido do que a cadeia, os sujeitos ficam confinados ali — chegou e disse: “Ô, Hélio, vamos acabar com isso. Aqui não é lugar para discutir isso. Imagina se eu fosse dizer também que você, nos seus artigos contra a gente, provocou isso: ia dar uma briga que não acaba mais”.

Então sugeriu-se jogar carta para passar o tempo. Mas tornou-se impossível porque o Osvaldo Peralva nunca tinha jogado na vida dele, o Mário Lago não sabia o que era biriba nem buraco, não sabia mexer no baralho, o menino do Celso Nascimento passava o dia se lamentando: “Mas como é que eu vim parar nisso?” E o Hélio Fernandes é o rei do biriba, quer dizer, na segunda mão que dá ele já sabe o jogo que você tem na mão. Quando acaba o jogo ele diz: “Você não precisa contar não, você fez 343 pontos”. Ele sabe tudo! Então era impossível jogar com ele, não havia dupla para ele. Então paramos o jogo.

Aí, alguém arranjou um radinho de pilha e, no radinho de pilha, o Coronel Costa Cavalcanti, então Ministro das Minas e Energia, anunciava que a Petrobrás ia entrar no terreno da petroquímica com a participação de empresas estrangeiras...

Eu fiquei me lembrando de novo de um negócio muito engraçado. Em Nova York, ainda governador, eu tinha contribuído para isso. O pessoal de uma empresa estrangeira de petróleo me procurou para dizer que eles queriam fazer a petroquímica no Brasil, mas precisavam do petróleo. E o que é que eu achava? Se eles fizessem uma empresa, uma sociedade com a Refinaria União, que era então do Soares Sampaio, pegaria mal para a Petrobrás e, portanto, ficariam mal com o governo. Mas se eles fizessem uma sociedade com o governo, a Petrobrás poderia, continuando a manter uma política nacionalista, de repente negar matéria-prima, e todo o capital que eles investissem na petroquímica iria por água abaixo.

Então, eu disse a eles: “Olha, não tenho nada com isso, mas se fosse os senhores, fazia uma sociedade com a Petrobrás. Porque a Petrobrás, participando do resultado da petroquímica, desde que os senhores dêem participação a ela, é evidente que não terá interesse em negar matéria-prima para os senhores”. Então, estava eu ouvindo no rádio a grande vitória do General Costa e Silva: a entrada da indústria privada na petroquímica, tendo como associada a Petrobrás, e fiquei me lembrando da minha conversa com o homem... Bom, para não alongar a história...

A essa altura os médicos e minha família já estavam preocupados com a minha greve de fome. Aí permitiram visitas da família. Primeiro, o coronel deixou que entrassem as mulheres de presos que passavam defronte de nós. Eu me lembro de uma cena que me comoveu muito: a mulher do Mário Lago — aquelas velhas coisas comunistas dos tempos históricos — passou e apertou o punho assim: “Bom dia, companheiro!”, e ele fez assim: “Bom dia, companheira!” Um negócio comovente, uma coisa romântica. A minha mulher eu não deixei ir: “Acho humilhante, ridículo, você ficar passeando defronte dos cavalos para olhar para mim na janela”. É uma forma de ser Romeu e Julieta meio besta.

Os jornais não noticiaram essas prisões. Apenas o *Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde* conseguiram romper a censura logo no início. Os outros jornais foram proibidos.

Nessa altura os médicos continuaram a ir lá. E aí o Jaime Rodrigues... Bom, o Rebelo não saía mais de lá, ele ficava sentado na cama do Hélio Fernandes olhando para mim. Eu disse: “Rebelo, daqui a pouco vou ter um treco no coração”. Ele perguntou: “Por quê?” E eu: “Porque você está torcendo tanto, que vou acabar tendo mesmo. Você fica me olhando assim, esperando eu ter, quer dizer, vou acabar tendo. Vai embora cuidar da sua vida, cuidar do seu consultório. Me deixa em paz”.

Mas o Rebelo é inflexível: “Não, não posso sair daqui. Já que me deixaram entrar não saio daqui”. “Mas você não vai ficar preso junto comigo”. Ele aí me disse: “Não, eu vou explicar por quê: é que eu tive uma conferência com o Jaime porque estamos muito preocupados. O senhor tem diabete na família e é um pré-diabético. E essa greve de fome — deixe que lhe explique, agora, medicamente a coisa — o senhor pode ter uma acidose e entrar em coma diabético de uma hora para outra. É isso que nos preocupa”. Eu digo: “Bom. Paciência. Mas o que é que você quer que eu faça?” Ele respondeu: “Não, mas nós não podemos permitir. É um crime que nós cometemos, como médicos, em não comunicar isso às autoridades”. (Porque eu os tinha proibido de comunicar.) Eu digo: “Bom, se vocês têm problema de ética, eu não me meto”. Eles aí foram ao comandante e comunicaram que eu estava em greve de fome.

Os outros presos não tinham percebido nada até então. Isso aconteceu no terceiro ou quarto dia, já não sei mais. Aí o coronel foi de novo muito simpático — inclusive delicado na forma — e fez uma visita extra: durante o dia apareceu o coronel e, quando chegou, percebi que já sabia. Foi aí que os presos souberam por que, até então, eu tinha conseguido tapeá-los. Não, perdão. Não foi bem assim. Eu disse ao Mário, para evitar que ele, percebendo, ficasse constrangido, eu disse: “Olha, Mário, você não tem nenhum dever para cumprir, nem de solidariedade, nem de fazer a mesma coisa. As razões pelas quais estamos presos são completamente diferentes, você é uma vítima e não contribuiu para a Revolução, mas eu contribuí, portanto acho que tenho responsabilidade nisso. A forma de protesto que tenho é essa, você não. Você não tem nada com isso. Mas quero que você saiba, porque se me acontece alguma coisa você já está avisado”. Ele disse: “OK”.

Aí os médicos levaram um troço para fazer exame de urina e encontraram um índice de acidez já bastante elevado. Aquele papelzinho colorido e deixaram lá um vidrinho. Esse papelzinho em contato com a urina vai ficando mais roxo, até ficar completamente roxo. Aí a acidose já estava se declarando. O papel tem diferentes graus explicados no rótulo do vidro. Então o médico me deixou os papezinhos para eu de vez em quando ir fazendo os exames. Fui fazendo os exames e vendo que o negócio estava ficando meio roxo.

Mas, nessa altura, os dois exigiram a presença de um médico do Hospital da Polícia Militar. Enquanto isso, o Rebelo combinou com o Jaime e me disse: “Vou fazer uma carta ao Presidente da República comunicando a ele o que está se passando e dizendo que, se isso não cessar, vou denunciar o governo a todas as associações médicas do mundo. Que o governo assuma a responsabilidade disso”. “Oh, Rebelo, você não faça isso, porque o mínimo que pode acontecer é você vir me fazer companhia aqui permanente”.

Ele respondeu: “Não, mas isso é uma decisão que tomei. Assim como o senhor tomou a decisão de fazer greve de fome e não nos ouve, também não vou ouvi-lo. O senhor não tem nada com isso. É questão de consciência minha e do Jaime”. Pedi apenas: “Então peço a vocês que não façam já”.

Aí permitiram visitas da família: \* chegou minha mulher, que já sabia; chegou minha filha, que já sabia, e ela teve uma coisa muito simpática: não fez, nem uma vez, o menor sinal de me pedir para parar. O meu irmão teve a famosa frase que botei no livro *A casa do meu avô*, que acho extraordinária:

---

\* No anexo, a carta de Lacerda (manuscrita) explicando à família os motivos da greve de fome. (N. da E.)

“Carlos, eu te conheço, eu sei que não adianta tirar da tua cabeça isso. Agora, eu queria que entendesses bem o que está se passando: os jornais não estão noticiando nada disso; as praias estão repletas; está um sol maravilhoso e está todo mundo na praia; ninguém está tomando conhecimento disso! Então você vai morrer estupidamente. Você quer fazer Shakespeare na terra da Dercy Gonçalves?”

Esse argumento quase me desarmou. Porque, realmente, pensei: “é ridículo, esse troço não merece isso”. Mas, sei lá, dá uma certa dor na gente voltar atrás num negócio desses, e continuei sem comer.

Lá pelas tantas, por volta de sete, oito horas da noite, o oficial de dia apareceu e disse: “Tem aí um delegado da Ordem Política e Social que veio com um escrivão para interrogá-lo”. Vários dos presos já tinham sido interrogados. De vez em quando vinha um, prestava depoimento e voltava. Logo chegou a minha vez de falar ao DOPS.

Aí é que foi chato, porque eu já estava bastante enfraquecido e tive que andar aquele pátio inteiro. A sorte é que era de noite, não tinha sol. E o elevador da torre do quartel, onde está o salão nobre e o gabinete do comandante, como sempre estava enguiçado. E eu tive que subir uma escadaria daquelas, daqueles prédios antigos que não tinham tamanho. Cheguei lá em cima já meio perturbado. E pensei: “Agora vai ser o diabo! Ser interrogado fisicamente meio depauperado, é um negócio meio chato”.

Mas me tranqüilizei quando vi que era um pacífico que levava uma série de perguntas escritas. “Bom, então isso é sopa”. E as perguntas\* eram assim o tipo de pergunta já pronta para perguntar: “O senhor tentou organizar uma frente ampla política com o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, com o ex-Presidente João Goulart?” Eu disse: “Tentei, mas me admira o senhor não saber, porque todos os jornais publicaram”.

“Mas qual foi o propósito nessa coisa?” “Também não compreendo a pergunta, porque todos os jornais publicaram nosso manifesto explicando ao país. Não tenho nada a acrescentar ao que foi publicado. Isto é, tenho uma coisa a acrescentar: é que, quando fiz a Frente Ampla, quando assinamos o manifesto, não havia o AI-5, portanto não era crime. Quer dizer, não pratiquei crime nenhum. Visitei o ex-Presidente Juscelino Kubitschek pela mesma razão, talvez, por que o General Castelo Branco o visitou para pedir o voto dele. Não vejo razão para espanto nem para ser preso por causa disso”.

Bom, enquanto continua a comédia com essas perguntas, que estavam todas no jornal, o delegado de repente é chamado no telefone ao lado. Volta e diz: “Tenho que interromper o interrogatório porque dois coronéis do SNI chegaram atrasados de Brasília e estão vindo aí”.

Perguntei: “De Brasília ou do Ministério da Fazenda, delegado? Porque, o que sei, é que eles têm um gabinete no Ministério da Fazenda. É muito mais perto e eles deviam ter feito a gentileza de chegar na hora”. Ele disse: “Não, eles estão vindo aí e querem ouvir o interrogatório”. E eu: “Bom, mas já está quase no fim, não tenho mais nada para dizer. O que mais eles querem saber?”

O delegado então disse: “É, realmente, tenho só mais uma ou duas perguntas. Então vamos fazer o seguinte: terminamos e o senhor espera a chegada deles”. Aí ele perguntou uma coisa — esses depoimentos eu tenho — aí perguntou: “Quais as razões pelas quais o senhor rompeu com a Revolução?”

---

\* Íntegra do interrogatório na parte documental. (N. da E.)

Eu aí dei as razões: “Porque acho que o Exército traiu o seu compromisso com o país, que era o compromisso de garantir liberdade, eleições livres, livre manifestação do povo. A razão principal do movimento foi a ameaça que constituía o governo João Goulart à manutenção da liberdade, da ordem e da lei no país. Acho que esse compromisso foi traído. Essa é a razão”.

Bom, nessa altura eu disse a ele: “Agora, tem uma coisa, delegado, quero uma cópia desse depoimento. Não assino isso se você não me der uma cópia”. Ele disse: “Não, eu dou a cópia”.

E chegaram os dois oficiais. Se não me engano, um era coronel e o outro major. Chegaram, me cumprimentaram, sentaram e ficaram esperando. Mas já tinha acabado o interrogatório. Não sei quem eles eram. Sei apenas que estavam à paisana.

Mas aí perguntei: “Os senhores têm alguma pergunta a fazer?” Eles aí foram para a sala do lado, se entenderam com o delegado e voltaram: “Não, é só isso que está aí”. Evidentemente, as perguntas tinham vindo do SNI e o delegado já as trouxera prontas.

“Bom, mas acontece o seguinte: os senhores vieram para o meu depoimento e o depoimento tem que ser lido por mim antes de assinar, por que evidentemente quero saber o que o escrivão escreveu. Tenho o direito de ler o depoimento para poder assinar. Então, para poupar trabalho aos senhores e tempo a mim, vou ler para os senhores”. E li o depoimento inteiro.

Quando eu parava e olhava para as caras dos dois, eles não sabiam onde se meter. Porque, quando tinham aquelas piadas, como — “está tudo no jornal”, “eu visitei o Presidente Juscelino como o general Castelo Branco também o visitou para pedir voto para ele”; “eu rompi com a Revolução porque acho que o Exército traiu seus compromissos com a Revolução” —, a cara dos dois... não sabiam se ficavam ofendidos ou se achavam graça.

E acabaram por optar em ficar com cara de pau. Mas no começo a reação era muito engraçada. De vez em quando a gente sentia, sobretudo num deles, que era mais jovial, a vontade de rir, como quem diz: “Que situação estranha!” Então acabou, assinei o negócio, e o delegado, disfarçadamente, me levou até a porta e me deu a cópia.

Aliás, também não me lembro do nome do delegado.

Mas eu precisava de duas testemunhas porque os coronéis não quiseram assinar. Eles disseram: “Não, estamos aqui apenas por incumbência do SNI para assistir ao depoimento. Já ouvimos, mas não vamos assinar”. Eu digo: “Bom, eu é que não tenho testemunhas. Não me compete fornecer testemunhas aos senhores”.

Aí chamaram os dois sujeitos que estavam ao lado — é um detalhe muito curioso —, chamaram os dois sujeitos que estavam numa sala ao lado, um era um oficial da ativa da Polícia Militar e o outro estava a paisana. Esses dois assinaram como testemunhas. Na minha cópia creio até que tenho as assinaturas deles.

Bom, desci e lá vou eu com o oficial de dia de volta para a estrebria. No caminho, esse que estava a paisana, olhou para mim e disse: “O senhor não está se lembrando de mim? Sou oficial reformado da Polícia Militar que estava fazendo um curso — aquele curso de guerrilha e de preparação de guerra psicológica do Exército americano, no Panamá — e requeri ao senhor a prorrogação da licença para eu poder passar mais um ano lá. E o senhor deferiu a prorrogação. Daí eu fiquei mais um ano e agora estou reformado”.

Isso tudo a gente caminhando no pátio. Na frente, o oficial de dia, mas eles eram colegas, quer dizer, estavam em casa. Eu perguntei: “Agora o que é que o senhor faz?” Ele disse: “Eu trabalho para a embaixada americana”. Eu pensei: “Essa agora é que faltava! Um homem da embaixada americana como testemunha do meu depoimento!” Ele continuou: “É, mas eu precisava tirar cópias desse depoimento porque quero ver se faço isso circular o mais depressa possível. Se o senhor quer, o senhor me dá sua cópia que mando tirar no mimeógrafo e amanhã lhe dou”. Não aceitei: “Não. O senhor diga lá ao oficial de inteligência da embaixada que amanhã ele recebe lá. Não precisa levar agora não”. Me despedi e subi.

Aí mandei o depoimento, acho que pelo meu irmão, para tirar cópia e distribuir para todo mundo. Eu me lembro da teima que o Mauricio teve comigo. Ele disse: “Não adianta, Carlos, não vou fazer isso, é uma palhaçada. Nenhum jornal vai publicar”. Contestei: “Você não está me entendendo, quero que você entregue isso à Associated Press, à United Press, à France Press, porque isso vai ser publicado no exterior. No exterior ainda é notícia o fato de o ex-Governador da Guanabara estar preso fazendo uma greve de fome”. E foi o que se deu. Tirou-se o negócio, o pessoal da United Press mandou para fora e aí começou a circular no exterior.

E foi criando problemas, quer dizer, o Nixon mandou pedir informações à embaixada americana a meu respeito (eu o tinha conhecido durante a campanha eleitoral, que acompanhei para a revista *Realidade*). O Nixon mandou saber o que é que havia.

Nessa altura meus dois médicos exigiram a ida de um outro da Polícia Militar. E nessa altura também se deu um desses pequenos nada que podem decidir, às vezes, a vida de uma pessoa: me visitava também um rapaz que tinha sido administrador regional da Tijuca, que até hoje é muito meu amigo, o Paulo Zouain, que era oficial dentista da Polícia Militar. Então, graças a esse negócio de ser da Polícia Militar, oficial dentista, ele entrava lá também como o Osório, e assistiu à recolha do material que levaram para o laboratório da Polícia Militar.

Quando chegou no laboratório, o sujeito que fez o exame — não sei se por desafeto, por medo ou por simples displicência, disse: “Ah, não vou examinar isso não. Está parecendo exame que não tem nada. Isso é fita. Greve de fome! Não acredito nesse troço”. E ia assinar um parecer, gracioso, dizendo que não havia nada. E aí o Paulo Zouain disse: “Olha aí, você está assumindo uma responsabilidade muito séria. Os dois médicos estão lá, estão acompanhando o caso e estão achando que está evoluindo e que ele vai entrar em coma diabético dentro de pouco tempo. Você vai ficar responsável por esse troço”. Aí o sujeito se apavorou e fez o exame. Quando fez o exame deu resultado positivo, isto é, estava no começo a acidose. Então, de posse desse atestado dado pela Polícia Militar, pelo laboratório da Polícia Militar, o Rebelo fez a tal carta\* ao Costa e Silva. Era uma carta belíssima, pela simplicidade, pela falta de retórica.

Aí, minha filha Cristina, que tinha 16 ou 17 anos, foi lá e disse: “Oh, pai, vou escrever uma carta para o Costa e Silva”.\*\* Eu disse: “Não, minha filha, não faça isso. É um negócio chato. Depois você pode se sujeitar a vexames.

---

\* Íntegra dessa carta publicada na parte documental. Também na parte documental o resultado do exame feito pelo laboratório da Polícia Militar. (N. da E.)

\*\* A carta de Maria Cristina está publicada no livro *A casa do meu avô*. (N. da E.)

Não faça isso não”. Ela respondeu: “Eu não estou pedindo a você para parar a greve de fome, portanto você também não tem o direito de me pedir para não escrever”. Foi para casa e escreveu. Nessa altura, o Padre Godinho,\* que ainda era deputado, quis mudar a carta, dizendo: “Adoça um pouco e tal, porque a carta é para conseguir que o seu pai saia. Se você faz dura assim”. . . — Ela disse: “Não, vai assim”. A Sandra então quis mudar, e ela disse: “Não, ninguém muda essa carta”. E mandou a carta, que não vale a pena repetir porque está publicada n’*A casa do meu avô*. E ela até não queria que eu publicasse, mas acho tão entrosada com toda a história do livro, que achei que não ficou nem sequer deslocada.

Bom, no dia seguinte a carta foi entregue por duas vias. O Rebelo — as coisas brasileiras! — era médico do pai de um oficial\*\* que servia na Casa Militar do Costa e Silva e, como tal, o pai era muito grato ao Rebelo, que o salvara de um enfarte. Então, o Rebelo entregou a carta dele e a da Cristina ao pai do oficial para este entregar ao filho e para o filho entregar em mãos ao Costa e Silva. Porque o medo era que passasse pela mão do Portela e que ele escondesse a carta. E a Sandra levou também a carta da Maria Cristina por outra via, por um sujeito que ela conhecia lá no gabinete.

Então dizem — não posso afirmar isso — que o Costa e Silva, quando leu a carta, sobretudo a da Maria Cristina, ficou assim profundamente chocado e disse: “Mas eu não sabia de nada disso!”

O fato é que na noite seguinte me aparece lá o Delegado Amado, que é parente até do Gilberto Amado (parente de toda essa turma Amado de quem eu sou amigo. O Gilberto já morreu, o Gilson. . .) Esse Delegado Amado, ao contrário de toda a família com que eu me dou, era dos piores elementos da Polícia. Dos piores! Agnaldo Amado. Todos eles são baixotinhos, mas esse é por dentro também!

Ele, realmente, era o pior que havia! Era o pior que havia! É daqueles delegados que levam uma vida que jamais conseguirão explicar. E eu, não podendo demiti-lo. É a tal história. Não usei o AI não sei o quê contra ele — e devia ter usado —, mas também não tinha prova concreta, porque essas coisas não deixam prova. Então nunca dei posto para ele, ele nunca foi delegado de distrito nenhum no meu governo. Ficou lá ganhando dinheiro sem fazer nada.

Pois logo ele me aparece pela frente. Quando o vejo, pensei: “Não me faltava mais nada!” Então ele aparece com um ofício do Secretário de Segurança dizendo: “Deve V. Sa. apresentar-se no Quartel Caetano de Faria e comunicar ao preso fulano de tal que ele pode retirar-se para ficar preso em casa por motivos de saúde, etc”.

Li o negócio assim. . . Eu já estava com uma raiva danada por estar dependendo de sair da prisão pela mão daquele vagabundo. Eu disse: “Olha, delegado, não aceito ser preso em casa, porque preso aqui eu sou pelo governo. Agora, dentro da minha casa quem manda sou eu. E não vou ficar preso em casa. A primeira coisa que vou fazer é sair para a rua, porque a minha casa não é prisão. Os senhores ainda não têm poderes para transformar a minha casa em prisão. E não quero ficar preso em casa, simplesmente”.

---

\* Padre Antônio Godinho, deputado pela UDN, depois pelo MDB, de São Paulo, cassado pelo AI-5. (Idem).

\*\* O oficial era o então Major-Aviador Ariel Chaves de Castro. (Idem).

Ele aí disse: “Bom, mas continuando nas condições em que o senhor está, seremos forçados a alimentá-lo artificialmente”. Eu digo: “Bom, se os senhores pegarem um guindaste ou três ou quatro caboclos aí fortes, os senhores me tiram daqui. Os senhores me levam para o Hospital da Polícia Militar e lá podem me enfiar um tubo pela boca ou dar injeções. E quando acabar tudo isso, começo tudo de novo. E vamos ver quem ganha”. Ele respondeu: “Não, mas nós podemos mantê-lo lá e alimentá-lo artificialmente”.

“Isso é evidente. Mas é uma violência maior do que me deixar preso aqui. Os senhores terão que assumir essa responsabilidade. Agora, quero prevenir o seguinte: não adianta me alimentar artificialmente porque toda vez que acabar a alimentação artificial continuo a greve de fome!” Bom, ele aí não soube o que dizer e retirou-se. Nessa altura já estava todo mundo lá: minha mulher, meus filhos e o pessoal todo esperando a minha saída.

E no meu meio delírio eu só pensava em empadinha. O coronel parece que adivinhou — esqueci de contar um aspecto do coronel que foi muito simpático. Quando ele soube da greve de fome foi me visitar — essa parte eu comecei a contar e não terminei. Chegou lá muito amável numa visita extra e começou a encaminhar a conversa assim: “O senhor sabe, governador (ele só me chamava de governador), as condições dos quartéis são muito precárias. O senhor vê que esse alojamento não é preparado para preso. E a comida mesmo, o rancho, o senhor sabe, é uma coisa ruim. Eu soube que o senhor não tem comido e compreendo bem; mas essa comida é o melhor que a gente pode fazer. Os senhores estão comendo a comida dos oficiais, mas sei que não é boa. De maneira que mandei melhorar um pouco o rancho para o senhor para ver se melhora o seu apetite, e tal”... E aí entra o cabo, o camarada que servia, com uma bandeja cheia de empadinhas.

Eu disse: “Coronel, vamos abrir o jogo: o senhor sabe que estou fazendo greve de fome. O senhor foi informado pelos médicos, e está sendo extremamente amável, inclusive por ter a gentileza de não passar recibo. Mas então deixe que eu corresponda à sua gentileza com uma gentileza também: não adianta o senhor trazer empadinhas nem trazer coisas porque já recusei caviar e patê. De maneira que já me pus à prova. Eu tinha medo de não conseguir fazer. Quando chegaram os troços que eu mais gosto e não comi, então agüentei. De maneira que não adianta trazer empadinha não. O senhor não tenha esse trabalho. Agradeço muito”.

Mas ficou na minha cabeça essa idéia de empadinha. Então, enquanto o Agnaldo Amado ficava naquela conversa e se retirava para conferenciar, eu só pensava em empadinha. E aí encomendei à minha mulher: “Olha, você dá um jeito de assim que chegar em casa mandar fazer um bocado de empadinhas porque estou louco para comer empadinhas”.

Fizeram lá uma conferência — não sei até hoje o que se passou, evidentemente devem ter comunicado a alguém ou ao próprio Costa e Silva ou a alguém por ele que eu me recusava a sair preso para casa...

Ah, sim, porque o ofício dizia “para casa até se restabelecer, quando deverá partir para o estrangeiro”. Então era o exílio, disfarçado de uns dias em casa.

Lá para as onze horas, onze e pouco da noite se não me engano, voltou o delegado e disse: “As ordens mudaram. O senhor está solto”. Eu digo: “Muito bem. Então estou solto para andar na rua. E não tem esse negócio de ir para o estrangeiro não, porque vou para o estrangeiro quando quiser. A não ser pela força. Os senhores me põem num avião pela força, eu vou pela força.



Agora, eu comprar passagem e ir para o estrangeiro amanhã de manhã, espontaneamente, não contem com isso porque não vou fazer”.

Bom, aí o coronel veio com um sorriso, daqui até aqui, na maior felicidade do mundo, e o Osório, todos sorridentes. Minha mulher foi correndo para casa, para preparar as tais empadinhas e eu convidei o coronel, que disse: “Faço questão que o senhor vá no meu carro”. E eu: “Eu só vou com uma condição: o senhor ir tomar um uísque lá em casa”. Então lá foi o coronel, o comandante. Subimos — eu morava no Flamengo ainda —, subiu o coronel e eu mandei buscar um uísque e a empadinha. Aí me enchi de empadinha.

Quando chega o Jaime Rodrigues e me estraga toda a festa. Ele era duro como médico! Ele chegou dizendo: “O que é que o senhor está fazendo aqui?” “Estou tomando um uísque com o coronel, com os amigos”. Estava a casa cheia de amigos, mas o Jaime não quis conversa: “Não senhor! O senhor vai para a cama e vai tomar duas colheres de coca-cola. É o que o senhor pode tomar agora”. Eu digo: “Mas Dr. Jaime, que diabo! Minhas empadinhas!” Ele disse: “Absolutamente! E muito menos uísque! Imagine se o senhor pode tomar uísque! Vá se deitar!” Lá fui eu me deitar e fiquei tomando coca-cola num estado de desmoralização completa. E eu tenho horror a coca-cola. Bom, assim acabou a história da prisão.

Mas tudo isso foi consequência da Frente Ampla.

## NOTA

1 O discurso do Deputado Márcio Moreira Alves foi pronunciado no pequeno expediente da Câmara — no pinga-fogo — a 3 de setembro de 1968. Um discurso pequeno onde ele pedia que os colegiais não desfilassem na parada de Sete de Setembro e que as moças não namorassem nem dançassem com cadetes.

Esse discurso provocou uma representação do procurador-geral pedindo licença à Câmara para processar o deputado, licença que, no dia 12 de dezembro de 1968, foi negada por 216 votos contra 141 e 12 em branco.

No dia seguinte, 13 de dezembro, era promulgado o Ato Institucional n.º 5.

Como registro histórico, deve-se salientar que no dia 14 de dezembro alguns senadores enviaram telegrama ao Presidente Costa e Silva protestando e salientando “nossa discordância da solução adotada pelo Poder Executivo”.

“Cumprindo o impostergável dever, a nós imposto pela representação popular de que estamos investidos, de assinalar as dimensões da responsabilidade assumida com a edição desse Ato, temos certeza de que somente a prevalência dos valores jurídicos e sociais do Estado de Direito assegura a estabilidade e o desenvolvimento do Brasil

(...).

O telegrama era assinado pelos seguintes senadores arenistas: Gilberto Marinho, Daniel Krieger, Milton Campos, Carvalho Pinto, Eurico Rezende, Manuel Vilaça, Wilson Gonçalves, Aluísio de Carvalho Filho, Antônio Carlos Konder Reis, Nei Braga, Mem de Sá, Rui Palmeira, Teotônio Vilela, José Cândido Ferraz, Leandro Maciel, Vitorino Freire, Arnon de Melo, Clodomir Millet, José Guionard, Valdemar Alcântara e Júlio Leite.

Esse telegrama mereceu uma resposta do Presidente Costa e Silva e por causa disso um novo telegrama “expressando nossa confiança na ação patriótica de V. Excia.” foi enviado ao Presidente da República. Nesse telegrama não se protestava contra o Ato-5 e estava assinado pelos senadores: Filinto Muller, Petrônio Portela, Benedito Valadares, Wilson Gonçalves, Milton Trindade, José Cândido Ferraz, Vitorino Freire, Sigefredo Pacheco, Meneses Pimentel, Valdemar Alcântara, Lobão da Silveira, Manuel Vilaça, Domício Gondin, João Cleofas, Arnon de Melo, José Leite, Júlio Leite, Leandro Maciel, Eurico Rezende, Raul Giuberti, Carlos Lindenberg e Vasconcelos Torres.

É curioso que vários senadores arenistas assinaram os dois telegramas.

## FRENTE AMPLA: "UM DIA ELES VÃO ENTENDER"

O NEGÓCIO DA FRENTE AMPLA foi o seguinte: um belo dia fiquei conhecendo um pouco mais de perto o ex-Deputado Renato Archer, que tinha sido uma espécie de lugar-tenente do San Tiago Dantas, de quem foi Vice-Ministro das Relações Exteriores naquele gabinete parlamentarista. E o Renato me disse: "Você não acha que seria uma coisa interessante, passando por cima de todas as divergências, tentar formar um movimento cívico que juntasse todas essas lideranças que restam no país? Porque só o fato de vocês se entenderem já é um impacto e tentar com isso restabelecer o clima de lei, de ordem... Uma coisa que não seja hostil à Revolução e que tome a Revolução como um fato consumado, mas que se faça a partir daí alguma coisa".

"Bom, mas eu já tinha proposto ao Juscelino me entender com ele antes para evitar isso tudo". E perguntei: "Mas como o Juscelino receberia isso?" E ele: "Pois é, exatamente isso que estou lhe falando: ele receberia de braços abertos porque ele está convencido da necessidade disso".

Aí fomos para Lisboa onde Juscelino estava exilado. Ele tinha um apartamento na Rua Antônio Augusto de Aguiar. Quando entrei, quem me recebeu foi D. Sara, que aliás sempre foi gentilíssima comigo. E ela me recebeu assim como quem recebe um velho amigo.

O Juscelino eu nunca mais tinha visto. Conheci o Juscelino, como já contei, quando ele era Prefeito de Belo Horizonte e eu o convidei para conspirar, e depois, quando ele começou a campanha para tentar ser candidato à Presidência da República e se impor ao PSD, como contei. Houve quem promovesse um encontro com ele na casa do Joaquim Rolla, em Petrópolis, uma casa que parece o Quitandinha, em ponto pequeno. Naquela época lhe expliquei algumas das razões pelas quais eu não o apoiaria.

Bom, aí aparece o Juscelino. Tivemos uma conversa muito séria e de bom gosto. Não houve derramamento nem cenas emocionantes. Conversamos como gente, a partir dos fatos, da realidade.

Depois dali saímos para almoçar no Tavares. Quando entramos no Tavares, ele que já estava morando lá há muito tempo, era conhecidíssimo e popularíssimo, eu era razoavelmente conhecido, principalmente no Tavares, chamado Tavares Rico. A mesma coisa como se fôssemos ao restaurante Bife de Ouro, no Copacabana Palace. Então, foi aquele espanto. Ficamos lá conversando os dois (não me lembro se o Renato foi a esse almoço ou se deixou nós dois conversando sozinhos). Trocamos idéias e ele me incumbiu de redigir o manifesto

da Frente Ampla. Depois fui para o hotel e fiz uma primeira redação. Voltei a estar com ele e mostrei. Ele gostou muito e pediu para atenuar dois ou três pontos que achava violentos — o PSD funcionando —, mas pediu com muito jeito. Disse: “Você sabe, governador, não convém provocar!”

E aí vem uma dessas coisas que realmente um dia o Exército vai entender. Na época era muito cedo. Mas um dia eles vão entender.

Vão entender por que o manifesto da Frente Ampla partia do princípio de que a Revolução era um fato consumado. Quer dizer, não era um documento de contestação à Revolução; nem eu poderia nunca assinar um manifesto de contestação a uma Revolução que eu tinha ajudado a fazer. E a grandeza ou habilidade — ou o que se queira atribuir a Juscelino — é que ele topou assinar uma coisa em que ele reconhecia que a Revolução era um fato. E que era a partir dali que se tinha que reconstruir uma ordem jurídica no Brasil.

Quer dizer, a importância de um dos grandes líderes do Brasil — do maior líder político que havia na época no Brasil — reconhecer que uma Revolução que o havia cassado, que o havia submetido a todos aqueles vexames de 16, 18 e 20 horas de interrogatórios, era um fato consumado, e sem ódio nenhum proclamar a necessidade de uma ordem jurídica legal no país, era uma vitória fantástica para a Revolução que assim eliminava um dos seus dois principais adversários.

E é claro que apareceram no restaurante fotógrafos e repórteres para nos entrevistar. E os fotógrafos tiraram uma fotografia nossa apertando a mão e rindo um para o outro. Aí *O Globo* — que tem aquele sagrado amor por mim — publicou uma fotografia desse tamanho assim, dizendo: “Entre sorrisos, encontram-se...” O meu comentário foi: “Eles queriam o quê? Que a gente se mordesse? Se estávamos fazendo as pazes! É evidente que tínhamos que sorrir um para o outro”. Inclusive, era muito difícil encontrar o Juscelino sem sorrir, porque ele era um sorriso permanente.

Juscelino foi, sem dúvida, um dos homens mais simpáticos que já encontrei na vida. Fazer oposição a Juscelino só tinha uma dificuldade, porque motivos não faltavam. Só tinha uma dificuldade: era a simpatia pessoal dele, que era irresistível. E ele era realmente um homem sem ódios. Essa qualidade ele tinha. Eu diria que até demais. Era um homem incapaz de rancores. Eu nunca o vi se referir assim... com certo desprezo, sim, a alguns. Mas também muito por alto. Ele parecia um sujeito muito feliz com a vida, compreende? Ele achava, por exemplo, que tinha acontecido na vida dele tanta coisa boa que tomava tudo para o lado bom.

De certo modo, a Frente Ampla foi quase que uma sugestão do próprio Juscelino. Ele já tinha, inclusive, mandado um recado que gostaria de falar comigo. Quem resistia muito à idéia (isso é que é uma coisa curiosa) era o Hugo Gouthier. Porque a mulher do Walter Moreira Sales, a Elisinha, de quem ele está separado, não sei como nem por que ela não gosta de mim (aliás, por que ela não gosta eu sei). Mas eu não sei como nem por que ela fez uma intriga comigo e o Hugo Gouthier. Ela convenceu o Hugo que eu é que tinha exigido a cassação dele.

Ora, quando eu estive desterrado em Nova York, e tínhamos dificuldade em arranjar empregada, o Hugo, que era cônsul-geral do Juscelino lá (e o Lott aqui), não só mandou cobertores lá para casa, como arranjou uma empregada guatemalteca. Porque o corpo diplomático tinha direito, sem precisar de carteira de trabalho e sem ser sindicalizada, a uma pessoa para trabalhar como do-

méstica. E nos Estados Unidos, como vocês sabem, as empregadas são caríssimas, mas essas são mais baratas porque não têm carteira de trabalho. E ele é que assinou, perante o Departamento de Estado, como se fosse empregada dele e por ela se responsabilizou.

Então, eu só tinha motivos para ser amigo desse homem, que eu conhecia desde a Conferência da Paz, em 1946, quando ele era o secretário da delegação brasileira. E quando fui enviado do Castelo à Europa, ele era embaixador em Roma. Ele foi me visitar e avisei-o: “Olha, Hugo, se prepare que você vai ser cassado. Você dá um jeito e volta para o Brasil, mobilize os seus amigos lá, ou peça para ser removido daqui para um posto mais discreto”. Ele disse: “Mas vou ser cassado por quê?” Eu disse: “Porque, entre outras coisas, no meio da Revolução você está muito visado. Não só pela sua amizade com o Juscelino como por causa desse caso da compra da embaixada aqui e, sobretudo, porque há uns oficiais com muita raiva porque você deu uma festa enorme em Roma, onde reuniu toda a sociedade romana, para a filha do Juscelino. Você sabe nessas ocasiões como são as mesquinharias.”

“Quer dizer: eles acham um desaforo o fato de você ter dado para a filha do Juscelino uma festa desse tamanho. Em suma, eles querem a tua cabeça”. Ele disse: “Mas eu nem posso sair daqui! Meu filho está estudando em Roma”. Eu disse: “Isso é outro problema. Eu estou prevenindo; ninguém me disse, mas eu tenho certeza de que você vai ser cassado”. Ele não acreditou. Mas no corredor, ao sair do meu apartamento, encontrou um amigo que ao chegar no meu quarto me perguntou: “O que foi que você disse ao embaixador?” Respondi: “Eu disse a ele que ele vai ser cassado”. Ele disse: “Perguntei, porque ao sair ele comentou: O Carlos está completamente enganado. Isso é negócio de Revolução. Isso a gente leva no bolso. Daqui a pouco isso acaba!”

Então, a minha real situação com ele era essa — de tê-lo prevenido que ele ia ser cassado. Mas ele estava convencido que eu tinha exigido sua cassação e por isso se opunha muito a que o Juscelino se encontrasse comigo. E ele tinha uma certa influência no Juscelino na base da amizade, negócios em comum, e tal.

Bom, voltei para o Rio — claro, que debaixo de pau de todo lado — e a verdade verdadeira é que a maior parte dos amigos políticos e a maior parte da UDN e dos eleitores não entendeu nada. E *O Estado de S. Paulo* só não rompeu comigo por causa da amizade que o Julinho tinha por mim. Então os editoriais que ele escreveu eram cheios de orações intercaladas, como: “É uma coisa inconcebível! Vírgula. Embora o Sr. Carlos Lacerda seja um patriota, não sei o quê, vírgula, mas é um negócio e tal...” Quer dizer: fazendo sempre a ressalva para me poupar, mas pau na Frente Ampla. Quer dizer então que eu não tinha apoio de lado nenhum. Não tinha como explicar no rádio e televisão porque não tinha acesso. E *O Globo*, esse jornal eminentemente revolucionário, evidentemente envenenando tudo.

A reação no meio militar foi de perplexidade, mas não foi de hostilidade no começo. Aí é que eu queria chegar. Uns poucos entenderam. Outros queriam entender. Então vários, inclusive, me procuraram e perguntaram: “Escuta, por que você fez isso?” Eu disse: “Porque vocês fizeram isso”.

Mas vamos voltar àquela conversa com o Juscelino, quando passamos em revista uma série de coisas. Está claro que não falei dos ataques que fiz a ele, nem ele falou dos ataques que fez a mim. Aliás, ele nunca me atacou, apenas quis me privar do meu mandato... Falamos nas coisas positivas.

Enfim, foi uma conversa sem grande eloquência, sem retórica, mas pusemos o negócio, realmente, na seguinte base: não sou seu inimigo pessoal e, se há alguma inimizade, é resultante de uma divergência profunda em torno do mesmo país, em torno do mesmo povo. O senhor achava que devia levar o povo de um jeito e eu achava que devia levar o povo de outro jeito. Ora, se a gente briga por causa disso, a gente pode fazer as pazes pela mesma razão. E não é a primeira vez, nem no Brasil nem no mundo, que os inimigos políticos, pela mesma razão que se tornaram inimigos, se tornam aliados. E Deus me livre se os brasileiros amanhã não pudessem se entender porque se desentenderam um dia. A história do Brasil, toda, é feita de desentendimentos e de entendimentos.

Mas é claro que nessa altura ele estava preparado, embora me dissesse, como disse: “Eu tenho do meu lado resistências a esse entendimento. Agora, você vai ter resistências muito maiores. Você está preparado para isso?” Disse: “Claro que estou. Sei o que estou fazendo. Agora não sei se vou conseguir explicar o que estou fazendo, porque não tenho como”.

Bom, quando cheguei ao Rio cometi o que talvez tenha sido um grande erro, mas do qual não me arrependo um minuto. Se foi um erro, foi um erro, mas eu é que estou pagando por esse erro. Então, não me arrependo, porque não foi um erro que tivesse prejudicado o Brasil. Foi um erro que só prejudicou a mim pessoalmente e à minha carreira política. Mas achei que era uma covardia da minha parte me entender com o Juscelino e não me entender com o Jango. E por uma razão muito menos pessoal: achei que o Juscelino representava o lado mais conservador do país, mas não haveria Frente Ampla no país se a gente não juntasse o outro lado. Senão ficava, no fundo, um entendimento UDN-PSD, como tantas vezes se fez, porque no fundo se pareciam muito.

Quer dizer, era preciso carrear para essa frente — vamos falar a palavra — os trabalhadores, cuja grande maioria, evidentemente, ou estava com o Jango ou, em todo caso, não estava conosco, e muito menos com a Revolução.

Mas o Juscelino não simpatizava com a idéia. Primeiro porque, sem ter rancor, ele tinha mágoas do Jango. E agora se entende quando saiu, por exemplo, aquele documento outro dia, dizendo que ele foi procurar o Jango particularmente, para dizer-lhe que se livrasse dos comunistas para chegar até a eleição. E o Jango repeliu a proposta. Ele conservava umas certas mágoas do Jango, não propriamente rancor.

Segundo Juscelino achava — como bom político que era, e eu não sou da escola PSD —, ele achava que o Jango, como disse o Coronel Linhares, era “dose pra cavalo”. Então o próprio Juscelino achava que eu ir procurar o Jango era provocação demais.

E nesse sentido é que acho que eles tinham razão, quer dizer, o Jango era dose pra cavalo. Mas a minha idéia era — e continuava a ser — que, quando se tratava de fazer uma frente de todo o povo, não se podia excluir, por causa de uma inimizade pessoal ou por causa de uma justa prevenção com a pessoa do Jango e dele comigo, o apoio, vamos chamar assim, do getulismo. Enfim, vamos chamar, de toda uma herança enorme. Então seria uma coisa inócua.

O encontro com o Jango foi preparado pelo José Gomes Talarico, chamado “o pelego” e que toda vez que ia visitar o Jango voltava para a cadeia, mas é uma pessoa com quem aprendi a respeitar uma coisa (as pessoas sempre têm alguma coisa de bom): a fidelidade dele ao Jango. Acho que o Jango nunca teve alguém tão fiel. Esse camarada ia visitar o Jango, ia confabular com o

Jango e, toda vez que voltava, era preso e ia para a Vila Militar, ia para o quartel, ia para a Polícia, e toma interrogatório: “O que você conversou com o Jango?” Tornaram a vida dele um inferno. Ele saía da prisão e dias depois estava em Montevidéu para ver o Jango. É um negócio comovente! E um pelego pobre. Nunca fez negociata, nem nada. Era um sujeito pobre. E não era nem por gratidão, por ter se enchedo de dinheiro...

Bom, então através do próprio Renato Archer houve reuniões — que ainda é cedo para contar — numa das casas mais ricas do Rio de Janeiro, com representantes até do Partido Comunista, onde havia duas correntes: a dos que achavam ótima a Frente Ampla e a dos que achavam que o melhor era não fazer a Frente Ampla. Estes achavam que, estando o Juscelino inutilizado e o Jango inutilizado, eu é que lucraria politicamente com a Frente Ampla.

Então, o Partido Comunista estava dividido em duas correntes. Mas a corrente que apoiava a Frente Ampla e que passava por cima de tudo isso achava que o problema daquele momento era mais importante do que o futuro, pois presumo que eles pensavam: “No futuro a gente inutiliza esse sujeito. Apresenta ele de novo como imperialista, como reacionário. Mas no momento, ele é útil. Então, vamos usá-lo”. E os outros achavam que eu ia ser o grande beneficiário da Frente Ampla, uma vez que era o único que circulava, pois eu ainda não estava cassado. Então, com esses e outros nós tivemos várias reuniões. Só posso dizer que eram no Cosme Velho, atrás da casa do Roberto Marinho. Lá foi onde fiquei conhecendo alguns de quem ouvia falar de longa data mas não conhecia, e alguns novos. Nem sei dizer qual a posição deles na hierarquia do partido, mas presumo que não me mandaram um contínuo do partido para conversar. Devem ter mandado gente de categoria. Em todo caso, era gente politicamente capaz. A discussão era num nível político alto e não era aprendiz que estava lá, era profissional.

Aí expus a idéia de ir ao Jango. E curiosamente um dos elementos comunistas que estava lá me desaconselhou — é engraçado como eles têm o senso do oportunismo político — com esse argumento: “Eu receio que com essa visita o senhor ponha tudo a perder, porque aí dá ao governo o pretexto para proibir isso. Porque isso vai ferir demais os brios do Exército. Vai irritá-los demais”.

Eu disse: “Bom, os senhores têm as suas razões, eu tenho as minhas. Vou falar claro: os senhores querem que, através da impopularização progressiva da Revolução, a classe operária acabe na mão dos senhores. E eu quero ver se compatibilizo a Revolução com os que representam camadas da classe operária, como é o caso do Dr. João Goulart, exatamente para impedir a vitória dos senhores. Então, vamos falar claro”.

E dessa conversa realmente eu me orgulho. Porque foi uma conversa num nível de dignidade recíproca. Quer dizer, ninguém tentou tapear ninguém. Foi o oposto de uma conversa pessedista. Eles sabiam perfeitamente que nossa aliança era temporária. E eu estava farto de saber que eles estavam preparados para me cortar o pescoço na esquina no dia seguinte. Mas achávamos, aqueles que estavam ali, que naquele momento isso fazia sentido.

Bom, então o Talarico foi lá fazer uma visita preliminar ao Jango e foi mais uma vez para a cadeia. Na volta me disse: “O homem está pronto para recebê-lo”.

Nessa altura, o governo brasileiro não tinha a menor idéia, mesmo com a prisão do Talarico, da minha ida ao Jango. Foi uma total surpresa. Mesmo porque tirei a passagem para Buenos Aires e não para Montevidéu. Então hou-

ve essa preparação toda, com essas reuniões, etc. Chegamos lá, Renato Archer e eu, e ele estava com o Talarico, o Amauri Silva\* e um outro amigo dele, cujo nome não me lembro no momento. Ele levantou-se e eu não o via desde que tinha sido nomeado Ministro do Trabalho, portanto, desde o tempo do Getúlio.

Ele me recebeu muito cortês. Tivemos uma primeira conversa sobre a viagem, depois contei a conversa que tinha tido com o Juscelino — que achei que devia contar — e disse: “Olha, presidente, eu achei, em primeiro lugar, que não seria digno de minha parte eu me aproximar do Juscelino e não me aproximar do senhor, apesar de que, realmente, as coisas que nos afastam sejam maiores, inclusive em termos pessoais. Eu o feri muito, mas o senhor também me feriu. Mas acho que o senhor representa uma corrente no Brasil, e o que me interessa é isto: trazer essa corrente, através do senhor, para um entendimento nacional”.

Ele disse: “Mas de minha parte, governador, o senhor não encontra a menor resistência. Estou convencido, realmente, de que podemos nos entender.” Eu disse: “Então podemos conversar.” Ele disse: “Podemos.”

Bom, aí foi inevitável a gente voltar um pouco atrás. Por exemplo: “Permita perguntar antes de conversar as coisas gerais: tenho curiosidade em saber por que o senhor saiu do Rio de Janeiro.”

Ele me disse essa coisa, que não sei se é verdadeira ou não, mas não tenho motivo nenhum para pôr em dúvida: “Governador, percebi que estava vencido, e não quis derramar o sangue dos outros em vão. Eu ainda teria condições de uma resistência sangrenta, perdida talvez de antemão, quando verifiquei que o tal dispositivo militar meu não funcionava. Mas eu ainda teria possibilidades de uma resistência. Agora, era uma resistência absolutamente inútil e que ia sacrificar uma porção de gente. Ainda pensei que em Brasília, com o governo constituído, eu conseguiria manter certa autoridade e obter que não houvesse adesão de certas guarnições, etc.” Enfim, com outras palavras, ele não disse assim, mas queria manter o Exército dividido e, portanto, manter certa perplexidade.

Eu disse: “Pois, pelo que sei, devo lhe dizer que o pessoal militar responsável pela Revolução considerava o Rio de Janeiro perdido. Esse pessoal achava que o Rio de Janeiro estaria nas suas mãos ainda por alguns dias, até que as tropas de Minas e de São Paulo o reconquistassem...” Ele disse: “Não, perdido não estava, agora eu teria...”

Nessa altura, quando estávamos começando a conversa, ouço assim, do lado da cozinha — porque o apartamento era pequeno, com a sala unida à sala de jantar —, ouço uma voz de mulher dizendo assim: “Isso, não! Absolutamente! Não, essa não! Isso é demais! Não admito e tal!” Pensei: É a D. Maria Teresa e agora vai encrencar tudo, vai botar água na fervura. Aí vi o negócio perdido. “Se ela chega aqui e me desfeiteia e cria um problema, o Jango vai ser obrigado a ficar solidário com ela, aí vou ser obrigado a ir embora; então fiz tudo isso em vão. Vai ser um problema.”

Aí entra a D. Maria Teresa, que estava voltando do futebol com o João Vicente, e parece que o garoto depois do futebol ainda queria ir ao cinema, então ela estava dando a maior bronca no menino. Então, a bronca era com o garoto, não era comigo. Tudo se passou num segundo. Quando ela entrou e parou (evi-

---

\* Amauri Silva, o último Ministro do Trabalho do Jango. (N. da E.)

dentemente já estava avisada de que eu estava lá), o Jango disse: “O senhor já conhece a minha mulher?” Disse: “Não, não tenho essa honra”.

Ela foi amabilíssima comigo. Aí o Jango perguntou: “O senhor prefere jantar fora ou vamos ficar aqui, porque nós estamos sem cozinha”. Eu disse: “Então, vamos jantar fora”. Aí D. Maria Teresa disse: “Se o senhor não se incomodar, a gente faz uma comidinha qualquer.” Foi para a cozinha e fez bifes com ovos estalados ou omeletes, e fez o jantar para nós. Ficamos nós comendo e conversando.

No terreno pitoresco houve coisas curiosas, não tão pitorescas assim, mas muito ilustrativas. Por exemplo: quando a Light pressionava o governo, através do San Tiago Dantas, para a compra da Companhia Telefônica, eu tinha feito a Cetel no Rio, quer dizer, a Companhia Telefônica do Rio na área que não era do privilégio do monopólio da Light. Então, chamei o Antônio Gallotti, que era o Presidente da Light, ao palácio e disse a ele: “Olha, não admito esse negócio dos senhores venderem esse ferro velho ao governo. Os senhores estão negociando isso. Quando fui conversar com o Kennedy, me referi ao problema das empresas de serviço público no Brasil e ao mal que isso causava às relações com os Estados Unidos, e o Embaixador Roberto Campos, na minha presença, perante o Kennedy, defendeu a compra da Telefônica. De maneira que vou expropriar a Telefônica do Rio de Janeiro. Está aqui o decreto”. Exibi o decreto para ele.

O Gallotti ficou pálido e disse: “Governador, isso é uma violência”. Eu disse: “Não, não é violência, está na lei, e ela me permite. Os senhores não estão prestando o serviço devido à população.” Disse-me ele: “Nós não temos tarifas”. Respondi-lhe: “O problema é dos senhores, que não cobraram essas tarifas quando tinham o direito de cobrar, e o fato é que os senhores não prestam serviço à população, e há mais de 200 mil pessoas na fila do telefone. Ora, a condição de os senhores terem o serviço de telefones concedido é prestar o serviço. Desde que os senhores não o prestam, posso desapropriá-lo. A lei me permite anular o contrato por falta de cumprimento; o senhor recorra ao Supremo Tribunal e ganhe se puder”.

Ele respondeu-me: “Governador, o problema é o seguinte: vem o carnaval aí, o senhor me dá uns dias para nós encontrarmos uma fórmula”. Perguntei-lhe: “Sob sua palavra?” Ele respondeu-me: “Sim, sob minha palavra”. Disse-lhe: “Está bem”. Passa-se o carnaval e vem o decreto do Jango federalizando o problema de todas as companhias telefônicas. Fez a intervenção na Companhia Telefônica, inclusive na companhia estadual.

Eu digo: “Olha que o Gallotti me passou a perna”. Aí, chamei-o de novo e disse-lhe: “Quer dizer que o senhor faltou à sua palavra! O senhor se entendeu com o governo que o senhor chama de comunista para intervir na Companhia Telefônica da Guanabara e eu agora, realmente, não posso me entender com o Presidente da República porque não tenho relações com ele, não tenho como me entender”.

Ele aí virou-se para mim e disse: “Não, governador, não seja por isso, se o senhor quiser, procuro o Presidente Goulart e promovo um entendimento com ele para não tomar conta da Companhia Telefônica enquanto o senhor estiver aqui”. Pensei: “realmente, é preciso que o Brasil esteja numa situação muito estranha, muito insólita, para que o presidente de uma companhia estrangeira, concessionária de serviço público, seja o único emissário possível entre o Presidente da República e o governador eleito de um Estado”.



Mas era a única solução que eu tinha. Disse-lhe: “Pois não, parece que o Presidente João Goulart está aqui no Rio”. Ele disse: “Está, e nesse momento está embarcando para Brasília, se o senhor me dá licença, vou sair já e irei procurá-lo no aeroporto e lhe trago uma resposta”. Foi, voltou uns 45 minutos depois e disse: “Estive com o Presidente Jango Goulart quando ele embarcava no avião, pedi a ele, da sua parte, o compromisso de respeitar a Telefônica da Guanabara”.

Eu cá por dentro sorri, e fiquei com esse troço na cabeça. O Gallotti, outro dia, foi à minha noite de autógrafos; fizemos as pazes quando morreu o Jaime Rodrigues, que era médico meu e dele e estávamos ambos velando-o; eu não era mais governador, não tenho nada com isso, e ele, pessoalmente, é muito agradável.

Então, naquele encontro de Montevideu, perguntei ao Jango, durante o tal jantar improvisado: “Presidente, passou-se uma cena assim, assim, assim”. Ele disse: “Passou-se”. Eu digo: “E o Ministro San Tiago Dantas é que lhe propôs a compra da Companhia Telefônica?” Respondeu-me: “Foi uma das condições de melhorar o ambiente do meu governo em Washington”.

Eu digo: “Então o senhor veja o mal que esses rancores fazem ao Brasil. Quanta coisa teríamos evitado se a gente não tivesse criado esse clima de ódios que torna impossível o diálogo. O que terceiros se aproveitaram disso. O que os comunistas se aproveitaram do seu governo, porque puderam apoiar o seu governo dizendo que eu era um reacionário a serviço do imperialismo americano! Eu estava lutando contra a Light e o senhor do outro lado sendo entregue à Light, que não acredito estivesse nas suas intenções, nem era do seu interesse político. Então, essa é uma das razões, que esse exemplo dá agora, para nós conversarmos livremente sobre o que me traz aqui.”

“Nós queremos fazer um movimento de congraçamento nacional que comece, exatamente, pela área mais difícil, pela área das lideranças. Então, na hora em que nós dermos o exemplo de que somos capazes de nos apertar as mãos, de nos entender em torno da volta do país, não à situação anterior, mas a uma situação futura, sair desse buraco em que ele caiu, desse impasse, e partir para um regime realmente democrático, em que nós possamos ter os nossos partidos e divergir, mas divergir civilizadamente, democraticamente, e não naquele clima em que estávamos...”

“Nós poderíamos, realmente, conseguir que o povo entendesse. Agora, devo dizer que vai ser muito difícil porque estamos sem acesso ao povo. O senhor, o Juscelino, eu, e, além disso, ainda temos um problema e o senhor vai me desculpar eu falar nisso em sua casa, mas é o seu cunhado.” Ele respondeu: “Esse é um problema para nós, mas é, sobretudo, um problema para mim.”

A conversa prosseguiu em torno do manifesto, como é que o faríamos, e ele, aliás, assinou em primeiro lugar. Conversamos muito. Conversa de gente civilizada. E combinamos que depois de tudo isso nós dois daríamos uma nota conjunta à imprensa. Então, fui para o hotel, onde já estavam vários jornalistas, Murilo Melo, o pessoal da United Press, todo mundo.

No dia seguinte fomos almoçar numa churrascaria. Quando voltamos e saltamos do automóvel, vejo um rapaz da United Press e também vários repórteres brasileiros. O camarada da United Press me entregou uma nota. Olhei: era uma declaração furibunda do Brizola contra o Jango. “João Goulart traindo a memória de Vargas, encontra-se com o assassino do grande Presidente”. Coisas nesse tom. “Traidor!” O diabo a quatro!

O engraçado é que o Brizola tinha mandado, na véspera, me propor encontrar com ele. O próprio Talarico chegou e disse: “Olha, o Brizola aceita encontrar-se com você, mas ele quer um encontro clandestino numa cidade do interior do Uruguai. Ele não quer se encontrar com você aqui”. Eu lhe disse: “Não tenho nenhuma conversa secreta com o Dr. Brizola, nem o menor interesse em apertar a mão dele. De maneira que, se ele quiser encontrar-se comigo, ele que venha a Montevideu e converse como eu estou conversando com o cunhado dele, com pleno conhecimento da imprensa, de todo mundo. Não há nada secreto para conversar e, se não quiser, que fique fora; problema dele.”

Então vimos a nota do Brizola, mas uma nota de uma violência, quanto a mim natural, mas sobretudo contra o Jango, uma coisa terrível. Peguei a nota, passei-a para o Jango e disse: “Presidente, esta nota é contra o senhor. Para mim não é novidade, para o senhor é que ele é ingrato”.

Jango leu e disse: “É um dos primeiros resultados da Frente Ampla: trazer a público, afinal, essa cruz que tenho carregado! Vou lhe dizer uma coisa, o mal que esse homem fez ao meu governo, o mal que esse homem me fez, não sei se ele chegará sequer a compreender, quanto mais a pagar! Mas é assunto meu, o senhor pode deixar, é assunto que resolvo em família.”

“Evidentemente, não vou responder a uma nota que não tem nenhuma novidade a meu respeito. Agora, a grande novidade é que ele rompe com o senhor, publicamente, e nesses termos. De maneira que evidentemente o problema é seu”. Subimos ao apartamento e dirigimos uma nota de cujos termos eu não me lembro exatamente, de modo que não quero tentar citar assim, mas tenho esse documento guardado, e ele foi publicado na ocasião.

A nota de Brizola também foi publicada no Brasil, porque a United Press a transmitiu para toda parte e deu cópias lá para todos. Haverá algum detalhe nisso que talvez eu esteja esquecendo. Mas houve repórteres que estavam lá, e que estiveram com o Brizola, e portanto devem saber mais alguma coisa sobre esse episódio do que eu.

Sei que entramos novamente no apartamento do Jango e chegamos à conclusão de que deveríamos dar uma nota conjunta, nós dois, além da assinatura do manifesto. É essa nota que considero importante e é pena não sabê-la assim de cor; é uma nota curta, não tem nem meia lauda, e nela o Jango reconhece o fato da Revolução. Isso é que realmente não me entra na cabeça; como é que ainda não apareceu no Exército quem fosse capaz de entender; deixaram morrer esse homem e agora já é mais difícil. Deixaram anular a liderança dele e o Brizola substituí-lo completamente!

Quer dizer: criaram o verdadeiro e mais perigoso inimigo, quando podiam ter posto esse inimigo ao lado da Revolução, não no sentido de aderir a ela, nem eu iria propor uma coisa dessas ao Jango, não teria cabimento, mas no sentido de considerá-la fato consumado, incorporado à história do Brasil. Assim como na nota eu não falava na ditadura de Getúlio Vargas, ele também não falava no golpe imperialista de 31 de março. Então, falava-se do Brasil daí por diante, quer dizer, era o presidente que foi deposto pelo 31 de março, não discutindo 31 de março, discutindo o futuro do país.

O que considerei e considero uma vitória política fabulosa: você conseguir que um sujeito deposto por uma Revolução assine uma nota na qual reconhece que essa Revolução é irreversível e que o que há é tocar o país para adiante. É um negócio que nenhum homem acha possível. Nem com tortura talvez se conseguisse uma declaração dessa.

Mas se conseguiu, com uma conversa, o que mostra, de um lado, que ele não era um homem — digamos — tão canalha assim quanto eu, por exemplo, pensei. Mas que ele era um homem que tinha dentro de si alguma coisa também de amor ao país, e talvez até estivesse profundamente decepcionado com o tipo de aliados que tivera; como aquele que garantiu que ele tinha um dispositivo militar, como os que promoveram o comício da Central, enfim, aqueles sujeitos todos que o envolveram naquelas provocações todas.

A impressão que Jango me deixou na ocasião foi muito curiosa: a de um homem que não tinha, como o mestre dele, o Getúlio, com quem ele aprendeu muito truque político, mas ele não tinha, como Getúlio — vamos dizer —, a vontade de poder, no sentido nietzschiniano do termo. O poder para ele era um pouco a faculdade de ajudar os amigos, chatear os inimigos, mas não o exercício do poder, com tudo que significa como trabalho, preocupação. Isso o chateava profundamente.

Por outras palavras, era um homem que não tinha nenhuma vocação para o poder, pelo menos para o poder nesse nível de Presidente da República. Seria, assim, um sujeito bom para ser ministro — compreende? — mais dentro de seu temperamento, mas não para Presidente da República, com milhões de problemas para tratar de manhã à noite. No fundo, ele considerava isso muito chato, porque o de que ele gostava mesmo era de bater um bom papo ao pé do uísque, de saber como é que vai aquele prefeito assim, assim; e aquele deputado que atacou a gente outro dia? Vamos tirar a mulher dele de professora. Assim, esse tipo de coisa. Disso ele gostava. Mas a grande problemática do estadista, do homem de Estado, não interessava a ele absolutamente.

Era um homem muito mais — se eu disser rasteiro, pode parecer pejorativo —, mas era um homem muito mais simples, quase simplório, o que não significa que fosse tolo, evidentemente, que ele não o era, mas absolutamente despreparado para assumir a responsabilidade de um movimento do tamanho que aquilo tinha. Ele continuava a ser, pelo menos até aquele momento, o rapaz que ia fazer companhia ao velho Getúlio, quando o velho Getúlio estava mais ou menos desterrado na estância, e que passava as noites lá com ele, comendo churrasco, tomando chimarrão, fazendo companhia quando todo mundo o tinha abandonado. E ele ficou ali e então passou a ser o herdeiro do Getúlio. E essa característica ele nunca perdeu. Ele continuava a ser um meninão, perdido dentro daquela coisa, que de repente se vê Presidente da República.

Agora, a conversa dele comigo em momento algum teve qualquer aspecto que fosse subalterno, nenhuma frase subalterna. É evidente que ele também sabia a minha opinião sobre ele — sabia de sobra — e evidentemente estava querendo mostrar o lado melhor de sua pessoa. Ele se enfeitou para conversar comigo, se preparou para uma conversa — vamos chamar — de alto nível. Mas o fato é que ele fez isso muito bem e em nenhum momento ficou aquele sujeito subalterno, medíocre, mesquinho. Nada disso, Jango conversou com certa grandeza, com certo desprendimento, sem ter uma palavra que, afinal, era normal que tivesse, sobre as traições que sofreu, as decepções que teve com sujeitos a quem ele serviu e que dele desertaram.

Jango poderia ter me dito: “O general fulano que vivia lá, a quem promovi, me traiu”. Esse tipo de coisa era como se não existisse, embora evidentemente existisse no espírito dele, mas na conversa comigo em nenhum momento isso surgiu.

A única coisa que ele me disse em tom amargo, mas sincero: “Governador, meu maior pavor é ver meus filhos crescerem no exílio. Não há o que eu não faça para poder voltar para o Brasil. Eu ainda agüento, mas não queria que meus filhos crescessem fora do país deles”.

Respondi: “Pois é; quem sabe isso possa facilitar. Mas também vou lhe dizer com franqueza, pode ser que isso piore”. Ele disse: “Eu sei, mas acho que vale o risco”.

Ainda disse a ele: “não tenho que lhe pedir desculpas pelo que disse do senhor, nem espero que o senhor peça desculpas pelo que disse de mim. Espero apenas que o senhor tenha hoje uma opinião melhor a meu respeito, como é melhor a minha opinião a seu respeito”. E nessa base nos despedimos com a tal nota.

Essa nota talvez valesse a pena um dia dessem a gente procurar e incorporar a essa entrevista\*, nem que seja gravando com outra voz, porque acho que é uma nota fundamental para a compreensão de todo esse problema.

O Manifesto da Frente Ampla, também, claro que sim, mas essa nota é mais expressiva no sentido do que eu a considero como o ato precursor de alguma coisa que ainda vai ter que acontecer no Brasil; porque, ou isso continua assim, ainda por uns cinqüenta anos, o que é inadmissível, inimaginável, ou um dia os sujeitos vão se entender, com gerais ou sem gerais, provavelmente com os gerais, ou acontece o que aconteceu na Grécia, ou o que aconteceu na Espanha. Porque, senão, vai acontecer aqui o que aconteceu em Portugal, e em termos de Brasil, quer dizer, com proporções brasileiras, pode ser muito pior.

A idéia da Frente Ampla: procurarei responder bem a vocês a pergunta. Era, através das lideranças que estavam incompatibilizadas entre si, pessoalmente, ideologicamente, politicamente, promover um entendimento que fizesse com que o povo começasse a se mobilizar e a acreditar na possibilidade de uma saída. Um programa de seqüência política para isso não se chegou a fazer porque a verdade é que o gesto em si era um gesto de tamanha audácia que era impossível prever a reação — vamos chamar, no caso — do adversário que nem era adversário. Muitos deles eram meus amigos, outros eram amigos do Jango, outros amigos do Juscelino. Mas era difícil prever as reações.

Talvez o sistema fosse o adversário, mas não necessariamente a totalidade. Eu tive, talvez por ingenuidade minha, a ilusão de que os militares — já naquela ocasião a maioria deles, os que estavam nos quartéis — estivessem já ansiosos por encontrar uma saída. Talvez o engano que cometi, tenha sido o de não ter percebido até que ponto eles ainda estavam ansiosos por ficar no poder, porque aqueles que eu conhecia mais de perto eram homens que não tinham essa ambição de poder, e como a tal tradição das Forças Armadas no Brasil é de não ocupar o poder, acreditei nessas duas coisas. Não percebi que realmente já se tinha criado um sistema, uma força superior ao próprio Exército usando o Exército para permanecer no poder. Hoje, olhando na perspectiva assim dos anos, chego à conclusão de que a Frente Ampla foi organizada um pouco antes do tempo. Mas me pergunto: “Se ela não tivesse sido organizada, o seria ainda?”

Hoje só posso dar essa resposta afirmativa, isto é, ela foi prematura. Mas e depois? Nós a conseguiríamos fazer? Quer dizer, quando o sistema militar ti-

---

\* A nota está na parte documental do livro. (N. da E.)

vesse fincado os pés no poder e criado raízes? Quando essas lideranças fossem fenecendo, fossem desaparecendo? (Não pela morte, necessariamente, porque nunca pensei que isso durasse tanto tempo nem que eles morressem também tão cedo), mas pelo natural cansaço do povo, pela desinformação.

Esse fenômeno é que está se dando agora. Vocês, que são jornalistas há mais tempo e que acompanharam já grande parte disso, quantas coisas vocês não sabiam. Imagine quem está chegando agora. Não sabe nada! Então, o tempo era contra nós, embora naquela ocasião não fosse a favor.

Também devo dizer, para ser sincero, que, sendo eu o único líder civil remanescente que era respeitado no Exército — porque eles tinham e têm a maior prevenção contra o Magalhães, que seria o outro; tinham, têm e mantêm a maior prevenção com o Ademar de Barros —, só faltaria nisso um outro, que se chamava Jânio Quadros, contra o qual seria, a meu ver, muito mais difícil a gente neutralizar oposições, quer dentro do Exército quer na opinião pública.

É mais fácil um getulista perdoar o meu antigetulismo, é mais fácil um udelista perdoar o getulismo, do que nós todos perdoarmos ao Jânio Quadros a renúncia dele. A verdade é essa. Porque ele desiludiu a todos. Ele desiludiu até os adversários! Essa é que é a coisa. Bom, em todo caso, não sei se respondi à pergunta de vocês naquilo que realmente mais importa, porque o resto são episódios. O que importa é o sentido disso, qual o objetivo da Frente Ampla.

Quanto à participação dos comunistas, discutimos sobre isso, quer com o Jango quer com o Juscelino. E eles não ignoravam que eu tinha tido contato com os comunistas antes. Eu o pus a par das divergências que havia entre os comunistas: os que aceitavam isso como uma manobra oportunista, pragmática, e os que não aceitavam. Então eu dizia a eles: “O pior que pode acontecer é que nessa admissão dos vários partidos admitamos também a existência do Partido Comunista. E por que não!?” Um partido comunista legalizado, enquanto estiver dentro da lei, fazendo a sua propaganda, faz muito menos mal do que diluído por aí e incapaz até de ser identificado.

No dia em que a gente puder dizer claramente ao sujeito “o senhor é comunista”, sem ser por isso dedo-duro nem carrasco, será muito mais fácil combatê-lo do que quando se sabe que o sujeito está fazendo o jogo dos comunistas e não se pode nem dizer porque vira delator ou está entregando o sujeito à tortura.

Então, admitíamos como uma espécie de mal necessário, ou de consequência menor de um movimento dessa ordem, a entrada do Partido Comunista, a volta do Partido Comunista à legalidade. Mas também, ao mesmo tempo, admitíamos, por exemplo, que essa Frente Ampla pudesse chegar a formar um governo de concentração nacional.

O Juscelino foi além. Vocês podem perguntar e eu não saberia dizer se ele foi sincero ou não, mas o Juscelino me disse: “Eu não tenho mais condições de ser candidato. Se tiver, serei. Se não tiver, apóio sua candidatura”.

O Jango me disse: “Acho perfeitamente possível, depois do nosso entendimento, em torno de um programa concreto, nós nos entendermos para formar um governo de concentração nacional. Um governo que faça algumas reformas, que sei que o senhor admite, não nos termos em que foram pregadas, mas nos termos mais moderados, mais práticos, mais viáveis. O senhor concorda comigo que o Brasil precisa de certas reformas?”

Respondi: “É evidente, nunca neguei isso”. Eu negava as reformas daquele tipo que eram pregadas.

Em relação à política exterior, não vou dizer que nos entendemos a fundo sobre isso, ou que discutimos a fundo; seria falso, nem houve tempo. Mas numa linha geral, uma política de afirmação soberana de o Brasil se desligar dos tais compromissos automáticos que o Castelo considerava essenciais.

E aqui faço parênteses para dizer uma coisa que não foi dita e que é importante. Logo que o Castelo se empossou na presidência, me chamou e disse: “Governador, queria que o senhor redigisse para mim o esboço essencial de um discurso que tenho que fazer com um pronunciamento sobre a política exterior do Brasil”. Confesso que achei muito honrosa a incumbência mas um pouco estranha. O homem tem o Estado-Maior da Escola Superior de Guerra; passou esses anos todos preparando uma doutrina sobre isso; o homem tem um Ministro do Exterior, por que sou eu que vou escrever isso!?

Mas ele estava numa fase, não sei se de querer me agradar ou de lua-de-mel comigo, ou achou que eu redigia bem, ou achou que as idéias deles coincidiam com as minhas, não sei. O fato é que aquela declaração do Castelo Branco, a primeira declaração dele sobre política exterior do Brasil, 98% foi eu quem escreveu, por encomenda dele. No texto foram mudadas uma ou duas coisas. Não me lembro bem das frases que não eram minhas, mas me lembro bem do sentido: é quando ele pôs o Brasil automaticamente num quadro de alianças, por assim dizer, fatais. É como se fosse fatal o Brasil necessariamente pertencer sempre a um determinado sistema, que é a idéia precisamente do Golberi, e que era a idéia do grupo dominante da Escola Superior de Guerra. Idéia que hoje, a meu ver, anda mudando bastante. Mas que naquele tempo era automática!

Então, eu disse ao Jango qual era a minha posição exatamente: “Não vejo nenhuma necessidade desse automatismo. Acho que o Brasil já é um país suficientemente importante para negociar sua política exterior e não dá-la de presente para ninguém. Mas, por outro lado, só se pode fazer isso se houver um governo fortemente apoiado pelo povo. Do contrário, é tudo ou uma comédia ou uma tragédia. Não vamos tentar fazer uma política soberana e desligada de alianças automáticas sem ter uma retaguarda garantida, que é o apoio popular. Então, vamos ser jogados uns contra os outros, e isso tudo se dilui e se liquida”.

A conversa foi toda num tom que poderia ter sido na televisão, poderia ter sido em público. Não houve um momento assim: “é, mas o senhor me chamou de feio”; “é, mas o senhor fez aquela safadeza comigo, disse que eu era escravo do imperialismo”, “eu disse isso porque o senhor me chamou de espião do Peron”...

Não houve ajustes de contas nenhum, nenhum! O que me deixa com a consciência absolutamente tranqüila; não fui procurar inimigos para fazer as pazes com eles feito um cristão que oferece a outra face. Não foi nada disso. Foi um ato político calculado. Prematuro talvez, mas que não poderia também ser feito depois. E que, a meu ver, se tornou prematuro porque não avalei devidamente, de um lado, a violência da reação contra isso. Joguei um pouco mais; apostei um pouco demais na inteligência política dos brasileiros... Não só dos militares, que isso seria injusto, mas da própria opinião pública, pelo menos do meu lado.

Uma das razões por que considero o Fontenelle um dos militares mais inteligentes que conheci — ao contrário de uma fama com que em São Paulo quiseram cotá-lo, de burro — é que, quando voltei de Montevidéu, estava na Novo Rio trabalhando, entra pela minha sala o Fontenelle: “Onde é que está o livro?” Eu disse: “Que livro, ô maluco?” Ele disse: “O livro de adesão para esse

troço". Eu digo: "Que troço?" Ele diz: "A Frente Ampla. Quero assinar isso agora".

Quer dizer, o Fontenelle entendeu. O Borges rompeu comigo até hoje, nunca mais falou comigo. Eu o visitei uma vez quando ele esteve grave e se operou na casa de saúde — é claro que ele me recebeu —, mas me recebeu friamente. Fiz uma visita protocolar a ele porque uma amiga comum pediu porque ele estava passando mal. Ele continuou com o mesmo ódio. Ele tem ódio de mim!

O caso do Coronel Francisco Boaventura é diferente. O Boaventura foi o homem que praticamente impediu o atentado e a minha prisão na porta do Hospital Miguel Couto, que seria a minha morte, naquele episódio que eu contei. O Boaventura, certa vez, comentando soluções para o Brasil numa dessas rodas de coronéis, disse que só havia uma: que os militares voltassem aos quartéis, convocassem eleições e deixassem eu me candidatar. Ele achava que de todos os sujeitos que poderiam levar adiante uma obra revolucionária eu seria o mais preparado.

Isso foi denunciado por um sujeito do SNI ao Ministério da Guerra e foi aberto um inquérito contra ele. E, em consequência, ele foi afastado do Exército. Há coisa de uns seis ou sete meses ele me procurou e disse: "Olha, nunca lhe mostrei um documento que quero que você guarde". (Porque nunca tive grande intimidade com ele.) "Eu quero que você guarde: é o meu depoimento no inquérito militar que foi aberto a propósito dessa minha afirmação. O inquérito foi aberto a pretexto de que eu estava conspirando com você para pô-lo na Presidência da República. O que eu disse na ocasião foi exatamente o que eu disse neste depoimento".

É um documento não só honroso para mim, mas honroso para ele. É um negócio de uma dignidade a toda prova! Esse homem — já dois generais se elegem Presidente da República com o compromisso com toda uma facção do Exército de fazê-lo voltar e não tiveram coragem de cumprir: o Médici e esse agora.

No decreto de afastamento do Boaventura pelo AI-5, tem até uns *consideranda* afirmando que ele traiu o Exército... Pois é, mas a resposta dele no inquérito, que nunca foi publicada, é uma coisa da maior dignidade!

Não, ele não participou da Frente Ampla e de nada disso. E, no depoimento, nega qualquer participação. Diz que apenas fez essa afirmação numa reunião de coronéis. Nessas reuniões, realmente, o sistema de espionagem que eles montaram é um negócio perfeito. Perfeito! Uma vez recebi lá em casa a visita de três oficiais que foram indagar o que era a Frente Ampla. No dia seguinte o SNI sabia. Quer dizer, um deles informou.

No primeiro momento da Frente Ampla perdi quase todos os amigos e o apoio político. O primeiro momento foi uma coisa parecida como quando rompi com os comunistas, sobretudo os fanáticos. Quanto mais o sujeito era fanático por mim, mais ficou decepcionado. O sujeito que me apoiava conscientemente, por coincidência de pontos de vista, esse pelo menos fez um esforço para compreender. Esse, pelo menos, não pensou que eu tinha enlouquecido nem que eu tinha traído. Mas os chamados lacerdistas crônicos, exaltados, esses ficaram na maior indignação. Sobretudo uma parte considerável que, evidentemente, caiu naquilo que diziam de mim, acreditou naquilo que diziam de mim: que eu era um reacionário, um homem de ódios, etc. e tal, e que jamais poderia... Nunca passou pela cabeça deles que eu fosse capaz de fazer um troço desses. Então eu os decepcionei profundamente.

Mas como poderia haver uma preparação psicológica? Aí é que está. Como? Eu não tinha tribuna; não é num artiguinho de jornal que se podia fazer isso com toda imprensa sentando o pau. Se eu avisasse isso, o mínimo que tinha me acontecido era me cassarem antes. Eu não tive nenhum jornal a meu favor! Mas teria jornais que eu poderia colaborar. Eu acredito que *O Estado*, por exemplo, respeitasse minha opinião e publicasse, mesmo que sentasse o pau nas “Notas e Informações”. Mas o mínimo que teria acontecido era eu ser cassado antes. Então eu ficava na mesma situação deles! O que deu força ao negócio da Frente Ampla, o que assustou o sistema, foi o fato de um sujeito que ainda estava no gozo de seus direitos políticos ir procurar dois réprobos, dois proscritos e trazer de volta as suas lideranças. Foi isso que assustou. “Bom, então agora estamos perdidos, porque, se o povo se mobiliza em torno desses três sujeitos, onde é que vamos procurar apoio popular?”

Vocês não esqueçam também que entre tudo isso que estamos contando e o AI-5 (não me lembro de datas) transcorreu pouquíssimo tempo, dois ou três meses. Chegamos (eu ia me esquecendo de mencionar isso) a promover alguns comícios. Por exemplo, fizemos um comício em Santo André (nós, a Frente Ampla). Fui lá e tive uma conversa com o bispo, D. Jorge. O assessor político de D. Jorge era um sujeito que se chamava Jesus. D. Jorge tinha sido colega meu na Escola Superior de Guerra onde, devo dizer a verdade, ele nunca entendeu nada do que se dizia lá, porque estava completamente fora daquilo. E a confusão na cabeça de D. Jorge era muito maior do que o chamado comunismo dele. Porque era um sujeito completamente confuso.

Nesse encontro que tive com ele em Santo André — ele até ajudou muito o comício —, houve coisas muito engraçadas, porque ele dizia: “Carlos, você sabe que estão me chamando de comunista aqui? É que fiquei horrorizado com a promiscuidade em que vive a classe operária. Você sabe que aqui há homens que vivem com suas próprias filhas?” Eu digo: “Mas D. Jorge, isso desde o começo do mundo. O senhor nunca ouviu falar no chamado complexo de Édipo? Não é preciso ser pobre para viver com a própria filha não, conheço ricos que vivem com a própria filha! E, além disso, o senhor está vindo do Rio de Janeiro, foi bispo-auxiliar no Rio de Janeiro, então o senhor não conhece a vida nas favelas, onde dormem famílias na mesma cama? O senhor tem que vir a Santo André para descobrir isso?”

O que me afligia, e me aflige muito nesses bispos — com uma ou outra exceção —, não é a posição política deles, é o despreparo para tomar essa posição. Enquanto se trata de denunciar a ordem social injusta, isso é sopa! Agora, qual é a ordem social justa que querem? São incapazes de dizer porque não sabem!

Nessa época da Frente Ampla, estive em Recife com D. Helder. Isso, acho que já contei. É o seguinte: quando houve o Congresso Eucarístico no Rio de Janeiro, que Dom Helder trabalhou muito, fiz um artigo chamado “Um Padre-zinho de Branco”, artigo muito laudatório a ele, com grandes elogios. E ele, que é supinamente vaidoso!... O Nuno Simões dizia do Salazar que “era a humildade mais bem organizada de Portugal”. D. Helder é a “humildade mais bem organizada da Igreja Católica”. É de uma vaidade brutal, sem limites! E de uma grande covardia pessoal. Tenho evitado julgamento assim nesse depoimento, mas esse aí faço questão de dizer. Acho que o D. Helder tinha um dever: era se fazer prender no Brasil.



Encontrei aí — está aí num papel desses — um trecho da carta que ele me fez e publicou nos jornais quando eu estava no estrangeiro, em que ele me dava o seguinte conselho: “Até *O Globo*, que é um jornal seu amigo (porque nesse tempo era), tem censurado seus pronunciamentos no exterior contra o governo brasileiro. Você devia seguir o exemplo do Presidente Washington Luís, que jamais foi falar mal do seu país e do governo no estrangeiro.” E ele não tem feito outra coisa!

Bom, mas nessa ocasião do Congresso Eucarístico, nos aproximamos muito. Ele me apresentou ao Cardeal Montini, hoje Papa, e aos outros todos como contei outro dia. Quando D. Helder começou a dar palpites sobre o negócio de favelas no Rio, com aquela demagogia da Cruzada São Sebastião, eu chegava nas favelas e via aquela situação terrível! Aí vinha o pessoal para mim, o comitê dos moradores dizia assim: “Ah, governador, mas o D. Helder prometeu que ia botar luz aqui e o senhor não botou.” Eu dizia: “Não fui eu que prometi. D. Helder então que ponha com o dinheiro dele, eu não tenho dinheiro para botar luz aqui. Agora não dá”. E assim por diante.

Chamei Dom Helder no palácio e disse: “Olha, D. Helder, agora que estou no governo é que percebi o que o senhor fez: o senhor levantou dinheiro no Banco do Estado da Guanabara, acabou com um pedaço da favela da Praia do Pinto, transformou naqueles cortiços de arranha-céus, com um erro gravíssimo do ponto de vista de política social — o senhor condenou gente a morar em apartamentos sem poder crescer (são famílias que, por definição, crescem sempre); então essa gente não cabe ali. O senhor vai transformar aquilo no maior centro de criminalidade do Rio de Janeiro. E está aí a estatística que comprova isso. Mas o pior é que o senhor fez isso em nome de uma coisa chamada Cruzada São Sebastião, e eu estive sempre convencido que o senhor tinha levantado fundos no comércio, na indústria, na Feira da Providência, e tal, e tinha feito isso com esse dinheiro. Agora que cheguei ao governo, verifiquei que o senhor fez isso com o dinheiro do Banco do Estado da Guanabara. Daí seu apoio ao Juscelino, ao Negrão de Lima. Acontece que o senhor está com uma dívida no Banco do Estado da Guanabara não paga, vencendo juros de mora. Então eu quero lhe dizer tranqüilamente o seguinte: ou o senhor pára de se meter nas favelas ou eu executo a sua dívida. E aí vai se verificar que o senhor usou em nome da Igreja Católica, para prestigiar a Igreja Católica e a favor do que o senhor acha que é a sua obra dos favelados, do “padrezinho das favelas”, o senhor na realidade pegou dinheiro do ateu, do espírita, do macumbeiro, do protestante, do judeu, e botou numa obra da sua religião. E ainda por cima se glorificou à custa disso. E quem é que paga a sua dívida no Banco do Estado?”

Ele aí virou para mim com aquele olhar melífluo que Deus lhe deu e disse: “Carlos, só me meti nisso porque os governos realmente não prestavam a menor atenção. Mas desde que vejo o seu governo pelo menos preocupar-se com o problema, fique certo de que não me meto mais”. Depois foi se meter em Olinda, que é lugar quente.

Bom, quando houve a Frente Ampla, digo eu: “Lá tenho eu que procurar D. Helder também! Frente Ampla é Frente Ampla!” Lá fui eu a Recife. Fui com um rapaz chamado Tite Sodré, que imita D. Helder na perfeição. Ele assistiu uma parte do negócio e conta a conversa que você rola de rir; ele fica imitando a conversa de D. Helder o tempo todo.

O D. Helder tinha cedido o Palácio de Olinda, que é um prédio em ruínas, para uma escolinha e foi morar num palacete muito bem tratado em Recife. Então ficou sendo o Arcebispo de Olinda que não quis morar no palácio (que estava em ruínas) e mora numa casa excelente, que tem um jardim maravilhoso, em Recife. Bom, palavra de honra, não estou brincando não. É uma das melhores casas em Recife, daquelas de usineiros, antigas. Não acho nada de mais nisso, o chato é a demagogia.

Chego lá e D. Helder me recebe: “Oh, Carlos, que prazer!” Aí fomos para um negócio estranho, tinha uma porção de cadeiras dos dois lados (acho que era sala de audiência), sentamos em duas cadeiras e tinha uma série de cadeiras austríacas vazias. De repente, quando eu estava conversando com ele, debaixo do maior sigilo possível, aparecem três fotografos na janela batendo fotografias. Eu digo: “Olha, D. Helder, não fui eu quem avisei a imprensa não. Foi o senhor, eu não fui.”

Bom, eu aí conversei com ele. A conversa o que é que foi? Eu disse: “D. Helder, com o desaparecimento da cena política do Arrais e do Francisco Julião, o senhor, por uma forma ou por outra — eu não vim aqui discutir o mérito da coisa, eu vim discutir objetivamente a sua situação —, o senhor é hoje um líder popular do Nordeste.” Ele disse: “Deus me livre, Carlos. Não faço política. Eu só estou interessado no aspecto social, compreendeu?” Eu digo: “D. Helder, não vim aqui perder tempo. Social ou não social, é isso que chamo política. Política é isso. O senhor é o líder político do Nordeste. Quem é o outro, o João Cleofas?”

Então ele perguntou: “Onde é que você quer chegar?” Eu disse: “Eu queria chegar onde o senhor se convencesse da conveniência da colaboração, não digo ostensiva, com a Frente Ampla, porque o respeito e compreendo que o senhor não queira assinar o manifesto. Mas, se o senhor prestigiá-la com algumas palavras no sentido de congraçamento nacional, no sentido da conscientização do povo, independente das lutas do passado, acho que equivale ao grande contingente de apoio que o senhor dá. E o senhor dá muito mais esperança a esse povo do Nordeste acenando com a possibilidade de um movimento nacional de congraçamento e de reforma baseada no entendimento democrático entre as diferentes lideranças, do que com essa sua pregação aí, um pouco individualista, com a qual o senhor não dá solução”. Ele disse: “Eu vou pensar nisso, tal e coisa...” Mas a conversa não deu em nada.

Depois tentei o Jânio Quadros. Mas o Jânio Quadros não quis nada com a Frente Ampla porque ele — na medida em que eu me envolvia com a Frente Ampla, junto com o Juscelino e Jango —, tinha a esperança de conseguir vir a ser o líder civil a que a Revolução teria que recorrer. Só muito mais tarde, já eu cassadíssimo e a Frente Ampla proibida, muito mais tarde, recentemente, há dois ou três anos, estivemos juntos em São Paulo, e ele me disse: “Carlos, você não acha que está na hora de fazermos um manifesto à nação, nós dois, de aplausos aos militares pelo que eles fizeram pelo país, mas chamando a atenção deles para a necessidade de restabelecer a vida cívica, etc. e tal?”

Respondi: “Eu acho sempre, não é Jânio?” “Mas você não quer redigir esse manifesto?” Eu digo: “Bem, mas aí você não vai assinar. Você não assinou o da Frente Ampla com os outros dois, vai querer assinar esse só comigo, e agora que fui cassado também? Não vejo o sentido de dois cassados assinando um termo.” Ele disse: “Não, mas teria um profundo significado, o que você fizer, eu assino.” Eu digo: “Faz o seguinte Jânio, você faz, eu leio e, se eu aprovar, eu assino.” Você fez? Nem ele.

De maneira que, com o Jânio Quadros (estou me referindo a um episódio bastante recente), desde aquela época, nós não contamos. Também devo dizer que do lado histórico dessa coisa, se é que isso tem lado histórico, há um episódio que sou obrigado a contar. O Juscelino nunca viu com bons olhos a minha ida a Montevideu. Isto é, dentro de seu raciocínio pessedista, achou que teria sido muito mais útil eu me juntar com ele, mas nunca chegar até a área do Jango.

Mas, não acho que ele tivesse razão. Não, absolutamente não, porque sou o oposto do pessedista, e, além disso, foi o que eu disse antes. Eu achava que não fazia sentido fazer um movimento de conagração nacional e deixar o líder de uma grande área dos trabalhadores do lado de fora. Agora, o Miguel Arrais não, mesmo porque o Arrais foi desde o começo absoluta e totalmente contrário à Frente Ampla. Tive informações sobre isso e mais do que informações, houve até declarações dele que não sei se chegaram a ser divulgadas, mas circularam amplamente, inclusive entre os amigos dele, que são alguns também meus amigos e que me disseram: “Não conte com o Arrais. Ele é absolutamente contrário.” Nesse tempo o Arrais estava ainda na Argélia, e parece que tinha convencido o governo argelino daquela época que tudo o que estava acontecendo no Brasil, aqueles seqüestros etc., era organizado por ele. Até que o governo argelino descobriu que não era bem assim, e desistiu de proteger o Arrais. Quem sabe dessa história toda, e conta tudo isso, é o Hermano Alves, que esteve lá e que rompeu com o grupo do Arrais. Parece até que por causa disso ele passou fome na Europa.

Nessa ocasião, falou-se no Magalhães Pinto, mas ele tirou o corpo fora. Para entender o Magalhães, é preciso entender uma coisa — o Magalhães não é um homem sem qualidades, mas tem uma obsessão na vida: ser Presidente da República. Então, qualquer movimento político, qualquer coisa de ordem política que não tenha como objetivo colocá-lo na Presidência da República, ele não se compromete, nem entra, ou então entra e sai no dia seguinte. O problema dele é só esse. É realmente obsessivo nele. Em público ele não chega a dizer assim, mas em particular não faz absolutamente segredo disso.

Se eu esperava ser cassado? Depois de ser preso, o diabo a quatro, o que é que você pode esperar? Em todo caso, de tudo isso da Frente Ampla o que acho que ficou é que não estou vendendo muita saída no Brasil, fora de uma fórmula parecida com essa que evidentemente não será nunca mais igual a essa. Com que líderes? Aí é que está. Mas não será, como foi na ocasião, uma coisa através dos líderes. Será uma coisa talvez até mais orgânica, através de grupos, através de forças outras. Recentemente, por exemplo, esse pronunciamento da indústria em São Paulo já é um dos sintomas disso. Não duvido de que amanhã, não duvido, não quer dizer que saiba, não quer dizer que acredite, mas não duvido de que amanhã — e não sei quando será esse amanhã — saia do próprio Exército um apelo nesse sentido, evidentemente de preferência em torno de algum deles.

Mas que eles têm que encontrar um caminho de transição — porque nesse ponto, não é aquela velha história da história que se repete não — é que as fórmulas não são tão numerosas assim, ninguém inventa fórmulas, as fórmulas estão aí, há um elenco de fórmulas, mas fora desse elenco, não há imaginação para inventar outras.

Você vê, há o caso da Espanha, o Franco preparou todo o necessário para manter o mais possível um negócio parecido com o franquismo. Esqueceu que

os acontecimentos ultrapassam toda a forma em que o sujeito procura colocá-los. Está lá o rei, ultrapassando em muito os limites que o Franco tinha traçado para ele.

Quer dizer, nada impede que amanhã, por exemplo, apareça talvez uma fórmula até medíocre, mas será uma fórmula, pelo menos será uma saída; apareça um general com desejo de ser Presidente da República e que diga: “Meu programa é o conagraamento nacional.”

A anistia é um subproduto, compreende? Que um partido como o MDB faça campanha eleitoral com base na anistia, acho perfeito. Que se fale na anistia, acho necessário. Agora, nenhum movimento político de normalização do país vai começar pela anistia. Quer dizer, não faz sentido; anistiar o quê? Anistia, e no dia seguinte os anistiados saem para a rua para falar e são presos de novo? Não faz sentido algum; então anistia é subproduto.

Se eu acredito que o civil ainda terá a vez de ser Presidente da República? Acreditar, acredito, porque a história do Brasil deve durar mais do que esses próximos anos; agora, não sei é quando! A crise econômica está bem menor do que pintou, não é? Mas você está pensando numa hipótese grega — vem a crise e, de repente, o Exército diz: “Chega de responsabilidade em cima de nós, vamos botar um civil aí.” Pode-se dar, mas até aqui não está me parecendo muito não, porque a crise econômica no Brasil não está... Primeiro: porque o Brasil sempre viveu em crise econômica, então é uma agravação da crise crônica; segundo, ela não está tão forte quanto a princípio pareceu. A meu ver, a crise virá muito mais pelo lado político mesmo, isto é, um lado assim de cansaço.

Outro dia acho que repeti aqui uma frase do Primeiro-Ministro espanhol Suárez, que parece que se aplica muito ao Brasil, feitas as ressalvas naturais. O pessoal de televisão, de rádio, de jornais, estava todo em cima dele querendo saber o problema de um começo de crise econômica na Espanha, começo de desemprego, certo surto inflacionário, tudo muito mais leve do que aqui, mas em todo caso, para o estado de prosperidade em que estava a Espanha, era uma ameaça. E ele em dado momento teve uma frase que classifico de lapidar, no sentido de exemplar: “Todos os problemas econômicos que a Espanha tem que enfrentar, passam antes pela solução do problema político.”

Não acredito na solução de nenhum problema econômico profundo no Brasil. Acredito nesse expediente, baixa juízo levanta juízo, vende soja, planta soja, mas solução profunda de problema nenhum brasileiro pode ser tomada sem passar pelo problema político, de qualquer lado que você olhe.

Por exemplo, o fenômeno da expansão do estatismo. Você só define os limites disso, só controla isso de certo modo, só contém isso dentro do exato limite que isso deve ficar, se antes tiver uma solução política; do contrário, os tecnocratas, os burocratas, que são, por definição, irresponsáveis, mas também, por definição, são poderosíssimos, não vão deixar. Ultrapassam de tal maneira o problema que, no dia seguinte ao fechamento do Congresso, o Ministro da Fazenda vai a Washington e negocia um empréstimo, como se nada tivesse havido aqui.

A tecnocracia é realmente uma força. Se não fosse uma força enorme, a incapacidade com que ela tem se conduzido no Brasil já teria derrubado com tudo isso. Se você pensar no número de planos que já foram anunciados nesses 12 anos para salvar o Brasil, e nenhum deles chegou nem até a metade, você vê que é... Bom, de lá para cá, acho que não houve, realmente, nada mais para contar.

## CAPÍTULO XXXIV

---

### PERGUNTAS E RESPOSTAS\*

P. — *Bem, gostaríamos de fazer uma série de perguntas ao senhor para formar um perfil seu, em função desses longos anos de sua atuação política. São perguntas que, acreditamos, atenderiam à curiosidade de muita gente que acompanhou o senhor esses anos todos. Uma delas seria a seguinte: durante todo esse tempo da sua vida pública, em que praticamente o senhor casou com a política, até que ponto essa sua dedicação, essa sua atuação política prejudicou a sua vida familiar?*

R. — Éta pergunta! Vou ver se consigo responder honestamente, sem entrar em excessivos detalhes. Tive a sorte de casar com uma mulher que tem sido quase sempre despretensiosa, sobretudo no tempo em que ela podia ser pretensiosa, digamos, quando mulher do governador. Ela costuma dizer, aliás, com muito espírito, que do tempo em que ela esteve no poder, só tem saudade dos domingos em Brocoió e do cinema no palácio. Ela nunca se beneficiou sequer do automóvel oficial, vocês sabem disso. Uma mulher de origem humilde, de infância sofrida, que sabia o que estava fazendo quando casou comigo, porque foi fartamente advertida pela família que ia casar com um maluco, etc., e que tem o estranho poder de se mostrar mais calma exatamente nos momento mais tensos.

Quando perco a calma, é quando exatamente ela fica mais calma. Em coisas às vezes de detalhes ela tem pouca resistência, inclusive porque ela não é uma pessoa que tenha uma saúde de ferro; ela foi atormentada muitos anos por um problema de ouvido seriíssimo, que só diminuiu quando, afinal, fez uma operação na Suíça; vocês sabem que isso tinha uma combinação de doença, mesmo, com tensão. Então, ela não foi um peso para mim, nunca foi primeira dama. Nunca assumiu nem aceitou esse papel. Ajudava lá os seus asilos, tinha suas preferências, tinha um asilo lá em Botafogo que ela ajudava, mas uma coisa assim da maior discrição do mundo. Ela é uma pessoa muito discreta nesse tipo de coisa.

Dos meus filhos: perdi muito de uma parte da infância deles, por mais que eu fizesse, como, por exemplo, deixá-los morar no palácio, para evitar essa coisa

---

\* Terminado o depoimento, nós pedimos que Carlos Lacerda respondesse a umas quatro ou cinco perguntas que tínhamos feito por escrito e outras tantas que surgiram na ocasião. As perguntas mereceram respostas importantes do ponto de vista político e até curiosas do ponto de vista particular, principalmente para os que não o conheceram pessoalmente.

Como esta parte não está propriamente inserida no depoimento, mas como é importante demais para ser deixada de lado, resolvemos publicá-la no final do livro. E como são muitos os assuntos tocados, decidimos manter as perguntas que lhe fizemos, que aí então vão, certamente, facilitar a leitura. (N. da E.)

terrivelmente desagregadora e insolvente que é a adulação existente nos palácios, onde adulam todo mundo, a começar pelas crianças. Adulam até cachorro; você se lembra do meu cachorro Xanam?

Os dois mais velhos mantiveram sempre uma atitude muito discreta em relação a tudo isso. Somente o Sérgio — que tem vocação política truncada, que é uma das muitas vocações políticas que a Revolução condenou a se recolher à vida privada —, a gente sente nele que teria vocação e ambição política, desejo de fazer alguma coisa, mas ele abriu mão disso. Somente Sérgio é que trabalhou comigo no gabinete. Mas eu é que me privei de uma grande parte da infância deles, mas não me queixo muito disso porque do jeito que a gente trabalha na vida todos nós nos privamos de uma grande parte da infância dos nossos filhos, a verdade é essa! Como uma mãe que trabalha deixa o filho em casa, é o que acontecia comigo.

Agora, no meu caso, era um pouco mais exagerado. Não é o caso de uma pessoa que tem horário, que sai de casa e volta. Eu não tinha hora, viajava e fazia comícios. Acredito que o clima de tensão emocional em torno de nós os tenha perturbado bastante. Me lembro, por exemplo, de casos assim: de repente implicavam com uma determinada pessoa e chegavam aos limites da grosseria; entravam, a pessoa estava sentada, eles passavam como se passassem por uma parede, não davam nem boa noite; até que descobri que eram pessoas do gênero dessas que chegam assim e dizem para as crianças: “Seu pai não se pertence, pertence ao Brasil!”, esse tipo de asneira.

Eu evidentemente acho graça, mas um garoto de oito ou nove anos ouviu isso e não perdoa a quem diz um negócio desses: pai é pai para ele; está se danando para o Brasil, não sabe o que é isso. Eu conheço pessoas que não entenderam isso, e que acham os meus filhos muito esquisitos porque eles até hoje têm raiva de certas pessoas e não há quem tire de suas cabeças a prevenção contra certas pessoas que são, até, muito meus amigos, alguns são muito fiéis; mas eles não perdoam o que ouviram quando eram garotos.

Agora, sem confessar, sem nunca me dizerem isso, porque eles têm um pudor de dizer essas coisas, mesmo quando às vezes divergem de mim, ou divergiam, tinham, como é natural em todo filho, muito orgulho de certas posições que eu tomava. Há tempos, fiz amizade com uma colega do Sérgio no colégio que me detestava, porque era da “esquerda festiva”, a mais festiva que se possa imaginar. E ela é que me contou uma coisa que o Sérgio jamais contou em casa: que ela e outros perseguiam a ele no colégio por causa do “corvo”, “lacaio do imperialismo”, “fascista”. Ele agüentava a mãe lá, é claro que tinha muito desgosto com os amigos, mas agüentava. Ou brincava e tirava de letra, ou enfrentava quando era preciso, mas nunca me contou isso. Há pouco tempo é que comentei e ele me disse: “É, você pensa que ser seu filho é sopa?”

Éramos vítimas também de uma coisa engraçada: toda vez que alguém queria me fazer uma safadeza, um colega qualquer, um coleguinha político, começava a elogiar muito minha mulher. Eu já sabia. Era fatal! Já era um sintoma, quando um sujeito dizia assim: “Ah, do Carlos não gosto, eu gosto é da Letícia”, ou chegava para ela e dizia: “Você, você é que é minha amiga”, eu já sabia que vinha safadeza na certa! Isso era sintoma certo de alguma rasteira, de alguma traição, de alguma safadeza.

No mais, a verdade é que nunca se beneficiaram do pouco que eu tive de bem na vida política, isto é, poder, vitória, etc., e sofreram um pouco as consequências. Mas por outro lado procurei dar a eles — nós procuramos dar a eles —

uma educação o mais possível independente e fazê-los viajar, porque é uma coisa que a gente deve fazer qualquer sacrifício para proporcionar a um filho da gente, quer dizer, abrir o horizonte, não ficar preso dentro da visão municipal do mundo.

P. — *O senhor acha que os seus filhos nunca o entenderam como político?*

R. — Depende, depende! Em certos momentos, mais do que entenderam. E na medida em que foram amadurecendo, mais ainda. Por exemplo: outro dia ganhei um elogio de todos três a propósito de meu livro *A casa do meu avô*, elogio que nunca tinha ganho antes. Sebastião me disse: “Foi a melhor coisa que você já escreveu na vida”. E ele é muito econômico em matéria de elogio. Maria Cristina é claro, essa adorou! O Sérgio é que me disse a coisa talvez mais perturbadora de todas: “Foi pena que você metesse de vez em quando umas alusões políticas que perturbaram um pouco a beleza literária do livro. Agora, não consegui ainda reler, porque achei o livro tão triste que não consegui reler.”

Em certos momentos, eles tiveram... Vou dar um exemplo: no escritório eu tenho um retrato dos dois ao meu lado, tirado no dia 31 de março. Nem sei até que ponto eles estavam aprovando aquilo tudo, mas sei que os dois estavam lá.

P. — *Governador, adversários políticos seus de ontem hoje são amigos seus, outros que eram amigos se transformaram em adversários. Teria o David Nasser dito em alguma ocasião que “o senhor é um homem que não tem amigos, mas momentos de amizade”. O que o senhor poderia esclarecer a esse respeito?*

R. — Bom, em primeiro lugar, tenho uma dedicatória no último livro dele em que ele se arrepende de ter dito isso. Em segundo lugar, a frase é muito engraçada e é engraçada exatamente na medida em que ela tem toda a aparência de ser verdadeira. As pessoas esquecem de uma coisa muito séria: é que amigos em política só podem ser quando estão fazendo a mesma política ou quando estão fazendo uma política declaradamente contrária uma à outra, mas têm relações de amizade. Com esses eu sempre me entendi muito bem, salvo casos extremos. Agora, quando você está junto há uma porção de tempo, numa mesma luta e de repente você se vê traído, ou se julga traído, é evidente que o sujeito prova que não é amigo.

Há tempos — bem, vou cometer uma indiscrição, mas enfim... —, a mulher do Júlio Neto me disse uma coisa que foi uma verdadeira lição para mim. O Severo Gomes não tinha ido à missa do centenário do *Estado*. E eu com a liberdade que tenho com ele — embora sabendo que o mal-estar entre eles vem desde o tempo de colégio — disse: “Ô, Severo, você é o Ministro de São Paulo, afinal de contas foi colega deles e não foi ao centenário do *Estado de S. Paulo*”? Ele me disse: “Eu não sou o Laudo Natel”. “Pois, olha, você me desculpe, mas o Laudo Natel portou-se muito melhor do que você. Foi espinhafrado pelo *Estado de S. Paulo* todo dia e, no dia da missa do centenário de uma grande instituição paulista, ele estava lá. Quer dizer, se portou com mais grandeza do que você”.

Ele acabou me confessando, ou dando essa desculpa: “É, mas eles fazem comigo coisas que realmente não me permitem me aproximar. Por exemplo, o convite da missa foi dirigido ao Sr. Severino Gomes”. “Ô, Severo, você acha realmente que o Júlio Neto ou o Ruy mandaram uma datilógrafa escrever Seve-

rino Gomes no envelope para debochar de você?” “O fato é que chegou lá o envelope Severino Gomes”.

Eu aí, “burro”, quis fazer a boa intriga. Encontrei com o Júlio e com a Zulu e disse: “Olha, esse negócio do Severo não ter ido à missa do *Estado de S. Paulo* se deve a um erro aí qualquer de datilografia, porque foi um envelope para Severino Gomes. É meio chato também trocar o nome do Ministro do Estado, amigo de vocês e tal...” Aí a Zulu com esse negócio de bom senso de mulher, mas sobretudo de mulher assim meio braba como ela é, disse: “Carlos, um amigo que é capaz de fazer uma mesquinha dessa espécie não é amigo”.

Então eu repito a dose. Compreende? O que acontece comigo é que de repente um sujeito que parece muito meu amigo a vida inteira, de repente me faz uma miséria qualquer ou cobra uma coisa qualquer que mostra que não é amigo. Por exemplo, sou, acredito que vocês saibam disso, um adversário do Armando Falcão. Já disse dele horrores, mas fiz as pazes com ele. Mas no dia em que praticamente estava consumado o meu rompimento com o Castelo Branco e com a Revolução, o Armando Falcão foi à minha casa e disse: “Olha, Carlos, já houve tanta coisa entre nós e conseguimos restabelecer nossas relações. Eu vou continuar a servir ao que acho que é a Revolução e ao governo. Vou continuar a fazer uma carreira política e não queria brigar com você a não ser que amanhã estejamos de tal modo incompatibilizados que não possamos ter relações pessoais.” Então, até hoje com tudo isso ele me manda convite para o casamento do filho dele e eu mando participação do casamento da minha filha. Convite não, porque não convido ministro desse governo para vir à minha casa. Mas participação eu mando. Compreende? Isso tudo eu acho perfeitamente possível.

O que as pessoas não notam é que geralmente não sou eu que provoco a briga, o que acontece comigo é que topo a briga. Isso sim, podem me acusar de ser um pouco touro, quer dizer, bota um pano vermelho eu vou em cima. Coisa que estou aprendendo um pouquinho — ou por velhice ou o que seja — a não fazer tanto. No caso, por exemplo, do Juraci Magalhães, ele foi meu amigo enquanto achou que eu poderia ser útil numa eventual candidatura sua. No momento em que viu que eu não queria fazer isso, passou a dizer o diabo de mim. Então, o que que você quer? Que eu continue amigo dele?

P. — *Dentro dessa linha, o senhor faria hoje alguma revisão de alguma posição assumida para reconquistar algum amigo que o senhor teria perdido?*

R. — Ah! Muitas, muitas. Pelo caminho, meu caro, quem não fez suas injustiças, julgamentos apressados? Depois, para poder responder a sua pergunta eu tenho que esclarecer outro ponto: fui treinado desde pequeno a separar rigorosamente amizade do que seja uma função pública, e a maioria dos homens públicos brasileiros não está treinada para isso. Eles misturam as duas coisas; acham que sendo correligionário você tem que dar inclusive aquilo que não deve dar ou que não lhe pertence. Quantos amigos perdi na campanha da UDN porque não os nomeei tabeliães e instituí um concurso para tabelião? Entendeu? Quer dizer, é esse tipo de coisa; então às vezes acontece; a gente perde um bom amigo por uma boa ação, por achar que está cumprindo o dever. E aí volto ao raciocínio da Zulu: o sujeito que briga comigo porque estou fazendo uma coisa que acho justa e necessária não merece amizade. Além disso, tenho um defeito grave: sou muito pouco assíduo — sou muito fiel às amizades —, mas as cultivo muito pouco, quer dizer, não faço visita. É muito raro eu fazer visitas, só faço



visita quando não tenho mais nada que fazer. Tem gente que se queixa que não visito e costume me defender com este argumento — que você sabe que é verdadeiro —, não visito minha mãe. Então você não pode se queixar de eu não o visitar. Quando ela quer me ver, telefona e diz: “Olha, quero ir à sua casa”, então mando buscá-la. E além disso ainda há um outro problema: a vida política como eu a entendi, como eu a vivi, deixa muito pouco tempo para você estudar, para você ler, para você bater aquele papo, digamos assim, vadio, que faz muita falta. Então, nos intervalos das obrigações e dos deveres da vida política, eu tratava de empregá-los lendo um pouco, batendo papo, tomando o meu uísque e graças a Deus para isso também nunca me faltaram nem livros, nem amigos.

P. — *O que mais agrada ao senhor: ser político, jornalista, escritor, banqueiro, editor, pintor, empresário, cultivador de rosas?*

R. — A única coisa que tem aí que não me agrada nada é esse negócio de banqueiro.

P. — *Mas o senhor já foi, não é?*

R. — Fui em termos, quer dizer, fui para dar o nome. Não entendo nada de banco nem faço questão nenhuma de entender. Entendo o necessário para achar chatíssimo. O resto, gosto de tudo; pintor já deixei de ser desde que me convenci que pintura não se pode fazer nos domingos; pintura é atividade de tempo integral, então não dá. De tudo isso realmente o que eu tinha vontade era de — bom, se eu for me confessar assim — eu tinha vontade de ser escritor. Político não. Não gosto de política; acho conversa política uma conversa chatíssima, acho os interlocutores em geral muito chatos, no que estou já fazendo uma injustiça a vários deles. Gosto é do poder, política para mim é um meio de chegar ao poder. Acho que ser oposicionista é muito mais difícil do que ser governo. Exatamente na medida em que ser oposicionista de verdade, quer dizer cumprir o seu dever de oposição, de vigilância, de crítica, é muito mais frustrante do que ser governo.

Quer dizer, o poder não é “o poder e a glória”, não é o poder pelos privilégios que o poder dá. Não sei a que religião nem a que moral nem a que filosofia corresponde isso. Prefiro não tentar classificar porque fica muito pedante; encaro a política como uma enfermeira encara o seu serviço; quer dizer, acho que a gente quando existe na vida, se a gente é dotado de certas qualidades ou acha que é, tem obrigação de colocá-las a serviço de alguma coisa. Para mim a política só se justifica no sentido de uma oportunidade de servir, ser útil. Tanto que hoje, que eu não sou político, quer dizer, que não posso servir a uma comunidade, a uma coletividade, tenho muito mais oportunidade de servir a pessoas individualmente do que antes. Vocês mesmos são testemunhas; acho que não servi a ninguém individualmente, quer dizer, de vez em quando encontro uma pessoa que diz “fui nomeada pelo senhor”. Acho graça porque foi nomeada por mim porque fez um concurso e ganhou, porque terminou um curso e tinha que ser nomeada, e eu assinei aquilo. Fiz a minha obrigação: assinei. Hoje em dia não, hoje em dia quando a gente às vezes interfere na vida de um casal, consegue que eles se entendam, ou quando a gente dá um apoio a um amigo... quer dizer, é uma forma pobre, é uma forma pequena, de fazer aquilo que eu procurei fazer em grande, mas é uma forma de fazer.

Eu diria que dos meus defeitos, que são muitos, mas um eu sei que está excluído: o desejo de me bastar a mim próprio, ou seja, o egoísmo. O defeito

que mais desprezo e, portanto, que menos quero ter é o egoísmo e na política, como em todas essas profissões que você citou aí e outras, e egoísmo é uma coisa muito constante, a maior tentação das pessoas é pensar só em si.

P. — *Governador, em toda a sua vida pública quais as que o senhor classificaria como suas maiores realizações políticas, administrativas ou de escritor ou de toda a sua vida?*

R. — Bom, eu resumiria, acho que duas coisas: uma foi ter ajudado a derubar uma ditadura ou duas ou duas e meia; a outra, muito mais gratificante porque é mais positiva, foi aquilo que nós já vimos outro dia: muito mais do que fazer escola ou botar esgoto ou botar água, foi ter criado no governo um espírito, uma mentalidade — não quer dizer que seja a primeira vez no Brasil, mas em todo caso foi a vez no Brasil em que isso se manifestou de maneira mais veemente, mais evidente — a idéia de que um governo foi feito para servir e não para se servir.

Essa atitude, essa filosofia de governo realmente eu consegui imprimir com uma porção de fracassos e de erros também, mas no conjunto você repare que depois do governo na Guanabara houve uma porção de governos aí que tentaram nos imitar, e a meu ver alguns mesmo com excelente intenção imitaram mal, porque confundiram, tomaram a forma pelo fundo. Imitaram no sentido de querer fazer muita obra, muito viaduto, muito hospital, muita escola e tal... a se agitar muito, fazer muita coisa, mas esqueceram aquela coisa fundamental que era o espírito com que a gente fazia isso. A gente fazia aquilo no sentido de uma espécie de devolução ao povo daquilo que o povo paga em impostos, daquilo que o povo tem o direito de esperar de quem governa. Por isso, e não por modéstia, porque a minha modéstia talvez não chegue a esse ponto, é que nunca quis colocar o meu nome em placa nenhuma, em troço nenhum. Não tenho meu nome em nenhuma escola... Encontrei um clima na Guanabara, vocês se lembram bem, que a sogra do prefeito tem nome na escola porque era sogra do prefeito, e assim por diante, afora o prefeito mesmo.

Fiz questão de não pôr, não foi por modéstia não, é que acho que nenhuma obra individualmente retratava o que a gente estava fazendo. Foi um conjunto, foi um estado de espírito. Me acontece freqüentemente encontrar gente, e sobretudo, sem nenhuma demagogia, gente mais humilde, nas poucas vezes quando vou ao subúrbio, onde eu ia quase todo dia, que diz assim: "Ah, que saudade que eu tenho". E sei que é verdade porque eu era um sujeito que aparecia lá, que ia lá. Só o fato de ir dava a essa gente uma idéia de que tinha o governo perto de si, tinha uma espécie de muro de lamentações, uma espécie de confiante, alguém a quem ele podia se queixar.

P. — *Por falar em escola, uma coisa curiosa, aquela Escola Ana Frank em frente à embaixada alemã foi subconsciente ou foi de propósito?*

R. — Aquilo foi uma gafe, uma gafe enorme. Ali era a sede da guarda pessoal do Getúlio quando ele morava na Guanabara. Toda aquela zona era mal abastecida de escola. Então resolvi transformar a guarda em escola. Tinha havido toda uma intriga no meio da colônia judaica, no Rio, que ficou quase toda contra mim por causa da minha posição defendendo a neutralidade do Brasil na partilha da Palestina. Eu escrevi um livro *O Brasil e o Mundo Árabe*, uma coletânea de artigos na qual eu sustentava que o mundo árabe era um mundo que estava surgindo, poderoso, com tendência a se unir, e que o Brasil não devia

comprar uma parada com esse mundo por causa dos problemas eleitorais do senhor Harry Trumann.

Então, tendo sido a vida inteira anti-racista e antinazista, eu achava, no entanto, que uma coisa não tinha nada que ver com a outra e que o Brasil devia se abster de votar, até porque, como era inevitável — isso tudo está escrito lá —, como era inevitável que viesse uma guerra, o Brasil, se abstendo e tendo aqui uma grande colônia árabe e uma grande comunidade judaica, poderia ser eventualmente útil nas tentativas internacionais ou de aproximação ou de encontro de uma solução. Isso foi muito explorado, não só pelo Samuel Wainer mas por vários outros judeus que se situavam dentro da comunidade judaica. E uma coisa curiosa, o Lasar Segall, o pintor, que era muito meu amigo, ficou frio comigo durante anos, depois voltou de novo. Mas a colônia votou muito contra mim. Quem me reconciliou com a colônia foi exatamente um embaixador que havia nesse tempo aqui e que agora está na ONU e que acabou de escrever um livro. Ele me convidou para um jantar na Embaixada de Israel e aí começou o degelo na comunidade judaica. Depois me convidou para ir a uma sinagoga. Aí então resolvi, porque eu sempre tive muita admiração pela Ana Frank — cheguei a pintar um quadro chamado “Retrato Imaginário de Ana Frank”, a figura dela me comove muito —, dar o nome de Ana Frank à escola. Quando estou fazendo o discurso de inauguração da escola, de repente, eu lembro que a escola ficava defronte à embaixada alemã. E ainda por cima, nesse momento, estávamos negociando um empréstimo com o governo da Alemanha de quatro milhões de dólares para eu equipar os hospitais do Rio de Janeiro. Mas os alemães não passaram recibo não; demoraram mais ou menos uns dois anos para dar o empréstimo, mas acabaram dando. E demoraram não foi por isso não, demoraram por causa de uma dessas encrências burocráticas — material importado pelo Brasil só podia vir com bandeira brasileira, quer dizer, no Lloyd, e pela lei alemã do *Bundenstag* material doado ou emprestado pelo governo alemão só podia viajar em navio alemão. E por isso não viajava nem num nem noutro e não vinha o material para o hospital. A gente estava inaugurando o hospital e não chegava o material. Até o dia em que propus ao embaixador da Alemanha que pelo menos as coisas mais leves, assim como bisturi, essa coisa, mandar de avião e as coisas mais pesadas embarcar por porto neutro, Amsterdam, e o resto das coisas deixar vir no Lloyd Brasileiro. Afinal, arranjam uma outra solução: veio metade por um cargueiro, o resto não me lembro mais.

P. — *O senhor foi acusado de trocar com muita facilidade de opinião e de às vezes elogiar pessoas que o combatiam. Há, inclusive, um livro sobre isso do Epitácio Caó. São verdadeiras as declarações do livro?*

R. — Nunca li o livro todo. As coisas que li são verdadeiras. Agora, se quisesse não lhe dar uma resposta direta, eu repetiria o Rui Barbosa: “Só os burros não cometem incoerência. Só os burros não mudam de opinião.”

Mas prefiro justificar com palavras minhas. O que acontece é o seguinte: os acontecimentos mudam, as coisas mudam de aspecto. E só realmente uma pessoa obstinada ou vaidosa é que não reconhece quando as coisas mudam. O que peço a Deus é que me conserve exatamente essa capacidade de parecer incoerente, quer dizer, de elogiar o sujeito quando o sujeito me parece que está fazendo coisa certa e, amanhã, espinafrá-lo quando me parece que ele está fazendo coisa errada. Agora, se você juntar as duas coisas, você é que parece incoerente. O incoerente é ele! Nesse livro há muitas citações desse gênero. Jânio Quadros,

por exemplo: o Jânio apareceu como um sujeito disposto à vassoura, disposto a fazer um grande governo. Depois mostrou o contrário. Quem é o incoerente? Eu, que o elogiei quando ele parecia bom e o ataquei quando ele ficou ruim? Ou foi ele, que parecia bom e ficou ruim? Incoerente seria eu se continuasse a elogiá-lo.

P. — *O senhor não acha que por trás de más idéias políticas pode haver boas qualidades pessoais?*

R. — Pode. E eu tenho tido isso em vários casos na minha vida. Nessa coleção que vou publicar, Brasil Século XX, a nossa pretensão é exatamente revelar a essa geração dos quarenta anos para baixo a história contemporânea do Brasil, através de documentos da própria época, isto é, o drama brasileiro contado por seus personagens. Então vêm: *Outubro de 1930*, o livro do Virgílio de Melo Franco, com o prefácio do Osvaldo Aranha, que está esgotado desde 1941; *Lusardo, o Último Caudilho*, as memórias do Batista Lusardo. E nessa série vai sair o livro do meu pai, que está esgotado desde 1926, *História de uma Covardia*, que é o libelo mais apaixonado e mais terrível que já se escreveu contra Artur Bernardes. O Artur Bernardes botou meu pai na cadeia dois anos e quatro meses, onde ele quase morreu. Outro dia encontrei numa pasta aí dentro a carta em que ele mandou 783 dólares — que ele juntou quando estávamos em Nova York, no tempo do Lott — de presente de Natal para os netos. 783 dólares. E o portador, mencionado por ele na carta, chamava-se Artur Bernardes Filho. Então estou fazendo uma introduçãozinha ao livro, exatamente para, primeiro, o Arturzinho Bernardes não pensar que estou ressuscitando os ataques ao pai dele por prazer. Mas porque é uma fase da história do Brasil que precisa ser contada.

Nessa introdução ao livro mostro exatamente isto: que os maiores rancores, os maiores ódios no Brasil nunca impediram que as pessoas acabassem um dia por se entender. E isso é o que está desaparecendo no Brasil. Por isso estou com medo dessa espécie de banimento sistemático, de ódio sistemático.

Só conheço na história do Brasil — haverá outros casos —, mas só conheço um caso semelhante ao que está acontecendo agora. Foi o banimento da família imperial. O fato é que desde 1889 até mil novecentos e vinte e poucos essa gente teve que ser criada no estrangeiro. Outro dia estava pensando nisso quando li no *Jornal do Brasil* uma nota qualquer sobre uma visita de D. Pedro Gastão ao Geisel para dar-lhe uma coleção de moedas. E o repórter não deixou de registrar: “falando português com forte sotaque francês...” O que é verdade. Mas ele se esqueceu de explicar que foi a República quem o condenou a ter sotaque francês, porque ele foi criado na Europa e falou francês até os vinte e poucos anos.

Quer dizer, essa famosa cordialidade brasileira é uma qualidade que hoje, parece, muita gente tem vergonha dela. E acho que a gente tem que se orgulhar. Porque eu vejo hoje, na França, por exemplo, um sujeito como o Robert Brasillach, que era um grande poeta e romancista, ser fuzilado porque tomou uma determinada posição ao lado de Pétain. Ele nunca foi traidor. Ele era um sujeito com suas idéias da direita e tomou uma posição no governo do Pétain. Naquela loucura depois da libertação da França fuzilaram o homem. Hoje, todo intelectual francês tem a má consciência, quer dizer, eles têm a sensação de que praticaram um crime fuzilando um homem de talento só porque ele tinha uma idéia errada a respeito das coisas. Quer dizer, o brasileiro não tinha isso, mas o meu medo é que agora esteja tendo.

Vocês me desculpem, mas queria dar um exemplo concreto, aliás, dois: aplicaram ao Hélio Fernandes, por exemplo, uma punição estúpida e excessiva quando ele fez aquele artigo cheio de ódio e, em muitos pontos, justo até, mas inoportuno, por ocasião da morte do Castelo, principalmente numa morte trágica, onde o sujeito morre de avião e se escreve um artigo daquele! Não era o caso de deportá-lo para Fernando de Noronha nem nada. Mas achei o artigo (e fui até visitá-lo em Fernando de Noronha), mas achei o artigo profundamente antibrasileiro, no sentido de que contraria o caráter do brasileiro.

Não sou a favor desse negócio de “morreu virou santo” não. Mas um pouco de respeito é bom e eu gosto. Se o sujeito morreu, deixa a história julgá-lo. Não compete à gente julgar, e muito menos no dia seguinte. Se a gente não pode julgar bem, pelo menos... Por exemplo, agora quando morreu o Juscelino — não teria cabimento nenhum eu ressuscitar uma porção de acusações contra o Juscelino, que eu ainda faria hoje. Mas fui procurar as qualidades dele. É o mínimo que se pode fazer. Depois, os historiadores que se incumbam de fazer um levantamento do que ele fez de bom e de mau.

Isso eu acho que é uma coisa que devíamos conservar o mais possível. E não é por razões só sentimentais não. Num país tão diversificado, num país tão grande, com diferenças de classes tão acentuadas e que vão ser acentuadas ainda por muitos anos, se se cultiva o ódio com essa persistência, com essa pertinácia — o que agora estão fazendo —, nós nos arriscamos a criar uma espécie de ‘partido do ódio’ no Brasil.

Já por duas vezes você falou na palavra anistia. O Washington Luís caiu muito mais por fidelidade ao Bernardes — e se recusou a dar anistia às vítimas de todas as revoluções anteriores —, muito mais do que por causa da crise do café. Porque o Washington Luís foi recebido, depois do quadriênio Artur Bernardes, como se fosse, assim, uma coisa maravilhosa! “Poxa, vamos ter agora um presidente e tal! Acabou o estado de sítio. Vamos ter liberdade e tal.” Mas ele se recusou sistematicamente a dar anistia. E o povo brasileiro era tão condicionado à idéia de que essas coisas se esquecem, o que passou, passou, que nunca perdoou ao Washington Luís a anistia que ele não deu. Coitado! Ele foi duramente castigado, porque passou o resto da vida exilado e só voltou para morrer.

P. — *Talvez o senhor tenha sido o jornalista brasileiro mais combatido e combatível. Eu perguntaria se, hoje, o senhor teria condições de ser o mesmo, e se seria o mesmo?*

R. — Em primeiro lugar, nego que tenha sido o jornalista brasileiro mais combatido ou combatível. Se você ler os jornais de outros tempos, encontrará gente muito mais combativa e combatida. Inclusive houve toda uma fase jornalística brasileira em que a vida privada das pessoas era impiedosamente massacrada! Eu não tenho memória nem lembrança (pode ser que eu me engane) de ter jamais tocado na vida privada de quem quer que seja. Encontrei aí, também, outro dia e está na introdução do livro do Virgílio que estou escrevendo, uma frase do escritor Georges Bernanos, que ficou muito amigo do Virgílio quando esteve exilado aqui durante a ocupação da França, onde diz mais ou menos o seguinte: “A minha humilde vocação na vida consiste em falar quando os outros se calam”.

Então, a minha combatividade, essa que você se refere, vinha do fato de que — e isso é uma coisa que na sua geração não se sabe — o resto da imprensa ou estava calada ou falava muito baixo. Eu me refiro, por exemplo, à imprensa do Rio, que era a única que tinha real influência no país inteiro. Aqui

é que estava a sede do governo, é que estava a tal caixa de ressonância nacional, como a classificou o Getúlio. Então, houve toda uma fase em que ou o sujeito já tinha servido à ditadura, ou o sujeito pretendia servir à ditadura, ou o sujeito estava servindo à ditadura.

Então, para se levantar contra isso ou gritava muito alto, muito duro, ou não seria ouvido. Então, hoje, talvez não houvesse necessidade da mesma combatividade, no sentido de veemência, mas há necessidade da mesma combatividade no sentido até de uma coragem maior, porque hoje as punições são muito mais duras. E uma coisa mais trágica: é que hoje ou amanhã você poderá ser punido por um artigo que fez no jornal e esse artigo ter sido lido por meia dúzia de pessoas, porque a televisão está acabando com a opinião pública brasileira. A televisão, com esses jornais-pílulas que dão o mesmo espaço de tempo para uma notícia do fechamento do Congresso e a uma senhora gorda que apareceu pesando 200 quilos no Piauí, faz com que a massa do povo ponha as duas coisas em equilíbrio e acaba se interessando muito mais pela senhora gorda de 200 quilos do Piauí do que pelo fechamento do Congresso.

E o fato de a televisão depender, como depende, tão escravamente do arbítrio do governo faz com que o governo possa, por exemplo, dar uma relativa liberdade à imprensa. Não acho mérito, nem vantagem nenhuma. Eles não correm risco nenhum. *O Estado de S. Paulo* pode publicar o que quiser, mas as pessoas estão ouvindo a TV-Globo. Certa vez o Frias me fez essa pergunta, inclusive me propondo, abrindo-me as colunas da *Folha de São Paulo*: “Você derubou um governo. O que há com você?” Disse: “O que há, em primeiro lugar, é que hoje, se eu fizer o primeiro artigo, no dia seguinte vem uma ordem para você não publicar o segundo e você não publica. Em segundo lugar, é que, se você publicar, eu vou para a cadeia e ninguém sabe; em terceiro lugar, o que me adianta publicar todo dia um artigo no seu jornal dizendo o que está errado e o que se deve fazer? Depois vem uma avalanche de informação na televisão e nos outros jornais que distraem a atenção do público. Então a compra de um jogador do Flamengo por dois milhões passa a ser muito mais importante do que um artigo que vou fazer. Não adianta.”

Em outras palavras: acho que o excesso de informação está matando a informação naquilo que ela tem de essencial à vida cívica. Por outro lado — para ser inteiramente sincero —, não tenho mais muita paciência com a vida de jornal. Se fosse para escrever um artigo por dia e mandar para a redação estava bom. Mas aquela vida de jornal que me apaixonava, de tal maneira eu me desabitei a ela e me habituei com outra coisa, que hoje fico até meia-noite na editora. Então eu substituí um amor pelo outro.

P. — *Num recente artigo, publicado no Jornal da Tarde, o senhor afirmou que sua carreira política não se encerrou*

Interrompe: ... Não tenho idéia.

P. — *O senhor disse que continua interessado. Tem uma frase mais ou menos assim.*

R. — Ai, ai, ai, então saiu sem querer. Isso é um dos problemas da informação, está aí um caso concreto. Encontro gente, diariamente, no Rio, em São Paulo, em qualquer lugar aonde vou, que me diz assim: “Agora então o senhor não quer mesmo mais saber de política, não é?” E com uma conotação bastante chata, que é a seguinte: “O senhor agora está rico, já ganhou muito dinheiro,

então não quer mais saber de política”. O número de pessoas que não sabe que fui cassado é muito maior talvez do que o número de pessoas que sabe. E também não estou disposto a parar o que estou fazendo, ou parar na rua, para explicar a cada pessoa. É inviável explicar a 112 milhões de pessoas o que houve — você vê o tempo que leva para explicar um negócio desse —, quer dizer, não dá. Então, vou deixando. Agora, de vez em quando, acho que tenho obrigação de dizer isso um pouco, para ver se calha de algumas pessoas verem e dizerem para umas outras pessoas: “Não, olha aqui. Ele está dizendo aí que não traiu, nem abandonou não. É que ele foi proibido de fazer”. Então, de vez em quando, deixo escapar assim: “Fui condenado a ganhar dinheiro e tal”. Coisas desse gênero. Mas acontece que meia dúzia de pessoas lê, ou alguns milhares de pessoas lêem, mas depois vem a tal mulher gorda do Piauí, e pronto!

P. — *Em função desse recado que o senhor de vez em quando manda é que eu perguntaria o seguinte: em 79 termina o prazo da sua cassação, o senhor tem algum projeto político para depois disso?*

R. — Eu não tenho a menor idéia. Qualquer coisa que eu dissesse nesse sentido seria um mero palpite. Primeiro, porque em 79 eu estou com 65 para 66 anos de idade. Evidentemente, não é a idade para sair e acho que também não é a idade para entrar na carreira política.

P. — *O senhor é conhecido pela sua extrema saúde, de emendar duas e três noites sem dormir e, no dia seguinte, parece que não aconteceu nada. Duas perguntas: como o senhor explica essa vitalidade? Segunda: por que nos seus últimos artigos o senhor tem deixado escapar coisas assim: “Minha vida que está se acabando”...*

R. — Bom, primeiro, porque a minha vitalidade está diminuindo. Segundo, porque a minha vitalidade é muito mais feita de força nervosa do que propriamente de força física. Quer dizer, sou um pré-diabético, como quase todos os homens da minha família. Felizmente, outro dia fui a São Paulo e fiz todos os exames e está tudo bem, etc. Repetiram que estou com um coração ótimo. Fizeram o exame de fundo de olho e disseram que estou com o fundo de olho de criança — não sei bem o que isso quer dizer —, mas parece que é muito bom, e assim por diante. Mas vamos dizer que seja um pouco de melancolia. Porque não é fácil. Ainda hoje li uma carta de um amigo meu de São Paulo, um médico, que me escreveu uma carta muito bonita a propósito do meu livro. Respondi, dizendo que não pense que a gente não tem crises de melancolia, quando pensa ter-se preparado a vida inteira para uma determinada coisa e, depois, passar os anos mais fecundos da sua própria vida proibido de fazê-la. Seria uma fita de minha parte dizer: “Não, isso me é completamente indiferente”. Não é verdade. O que não quer dizer que eu tenha mágoa, nem rancor, porque isso faz muito mal à saúde. Rancor é uma coisa que faz mal à saúde. Agora, dá mágoa, sobretudo quando você sente que o país está com pouca gente para cuidar dele. Vou falar com a mais absoluta franqueza: se eu estivesse vendo surgir uma geração preparada para ocupar os lugares que a gente tentou ocupar, eu estaria feliz e tranqüilo. Estou realizado, porque agora então estou fazendo o que gosto, que é editar livro. Já saí de banco. Mas quando você pensa que o Brasil está nesse negócio de escolher qual é o general, e que nem sequer é preciso que ele tenha uma folha de serviço, tem é que saber se ele é mais antigo ou mais moderno, quantos tanques ele tem, etc... Enfim, você pega um sujeito despre-

parado e mete à frente de 112 milhões de criaturas, com poderes quase divinos sobre essas criaturas, realmente, é um negócio que se você começar a encarar esse começo de velhice, estou com muito menos entusiasmo do que se dissesse assim: “Bom, agora posso envelhecer tranqüilo, porque o negócio está em boas mãos”. Esse é o lado de que a gente não se livra. Agora, felizmente que isso não acontece todo dia, nem eu saio contando isso para todo mundo. Você me fez a pergunta e eu tenho que responder. É uma das razões por que gosto de viajar — aliás, tenho enjoado um pouco, porque não estou conseguindo me desligar. Antigamente, eu me desligava, porque, primeiro, não leio jornal brasileiro quando viajo; segundo, acompanho com muito interesse, pelo que pode representar de lição, o que está se passando nos países em que viajo. Mas ali não estou engajado, ali não tenho filho, não tenho mulher, só tenho meia dúzia de amigos. Em suma, não é o meu país. Ali, a gente toma partido e torce pelos amigos, mas não se tem essa ligação, vamos chamar de telúrica, com o Brasil.



# APÊNDICE

## A EXPOSIÇÃO ANTICOMUNISTA\*

NÃO SE PÓDE PRETENDER desvendar a historia do communismo no Brasil, como em nenhum logar se póde conhecer a historia de um movimento politico, sobretudo em se tratando de movimentos de character subversivo, analysando apenas seus boletins de agitação, seus jornaes de propaganda ou suas affirmações exteriores. É necessario conhecer as analyses internas, feitas com a maior objectividade possivel, ás vezes até isentas de paixão partidaria, sobre as quaes assentam as resoluções que determinam as modalidades da acção politica, conspirativa, perniciosa ás instituições. É indispensavel levar em conta esse fundamento, que se encontra no sub-sólo da construção política de taes movimentos, para que se possa comprehender por que motivo, em face de determinada situação, seus adeptos agem e reagem de determinado modo. Ha uma logica em suas acções, cujo desenvolvimento só se póde apprehender, em toda sua extensão, conhecendo o desenrolar dos acontecimentos internos do Partido Communista

e as causas das suas successivas mudanças de tactica. O contrario, será sempre encontrar argumentos capazes de contradição, e na base desses argumentos, dirigir uma acção represora de effeitos reduzidos ou mesmo contra-productentes.

Por isso, o conhecimento da historia do communismo no Brasil, nas linhas geraes da sua evolução, é indispensavel a quem queira combater-o. Essa historia não deverá ser procurada apenas nos boletins e nos cartazes, mas na essencia dos acontecimentos, nas resoluções dos seus Congressos nacionaes e internacionaes, nas instrucções dos seus chefes e na maneira pela qual foram executadas essas instrucções; nos recuos tacticos e nas avançadas fulminantes; nos desvios e nas crises; nas dissensões e nas “auto-criticas”. É preciso levar em conta que estamos lidando com a historia de um partido cujo fundador — Lenine — considerava todos os meios utilizaveis, justificados pelos fins que elle se propunha attingir; um partido cuja logica con-

---

\* Esta é a íntegra da reportagem que Carlos Lacerda fez para o “Observador Econômico”, publicada sob o título “A Exposição Anti-Comunista”. Como explica neste depoimento, aceitou escrever o texto (era matéria paga do DIP à revista) para evitar que um outro denunciasse pessoas ainda soltas ou compromettesse ainda outros.

A reportagem saiu publicada tal qual ele nos contou no depoimento. Um texto “inodoro, insípido e incolor”, no qual não estão citados nem mesmo os chefes da revolta comunista de 35. O nome que aparece é apenas o de Luiz Carlos Prestes, chefe notório do PC e que já estava preso na ocasião.

No entanto, por causa dessa reportagem, feita com autorização do comitê central do partido, Carlos Lacerda foi traído duas vezes pelos comunistas. A primeira quando o denunciaram à Polícia e ele foi preso mais uma vez (o curioso é que os historiadores ainda não registraram que a única prisão efetuada por causa da reportagem foi a do próprio Lacerda). A segunda traição foi a de espalhar aos próprios comunistas, aos simpatizantes e principalmente aos liberais, que Carlos Lacerda era um traidor da causa e denunciador dos companheiros.

Por tudo isso é necessária a transcrição na íntegra da reportagem publicada no n.º 36 de “O Observador Econômico”, em janeiro de 1939. E como a matéria foi escrita antes da reforma ortográfica, deixamos propositalmente as letras dobradas, os “y” e etc., inclusive a nota final, publicada dentro de um quadro avisando “Todas as fotografias e cartazes deste estudo são reproduções de parte do material exibido no Pavilhão Anti-Communistas”.

siste em encarar com "oportunisto revolucionário" cada etapa da situação política; capaz de grandes recuos, de manobras diabólicas e de avanços subitos, em face de uma situação favorável.

Deixamos de parte, neste exame, a análise da questão comunista no mundo, com sua complexidade, para encarar apenas o estudo do aparecimento, desenvolvimento e crise do comunismo no Brasil. Evidentemente, a ocorrência de factores de ordem internacional não poderá ser desprezada, tanto mais quanto se trata de um partido que obedece a uma orientação internacionalista. Será, entretanto, sempre em função do caso brasileiro que nos occuparemos da questão do comunismo. Outro critério forçaria digressões absolutamente inadequadas, misturando questões já conhecidas, com outras absolutamente inéditas — como é o caso da historia do comunismo no Brasil.

Na verdade, em nosso paiz o phenomeno comunista ainda não teve quem o encarasse sob um ponto de vista objectivo, procurando melhor conhecê-lo, para melhor combatê-lo. A partir de 1935 encontramos um vasto manancial, seja nos archivos do Partido Comunista, apprehendidos pela policia, seja nas revelações que reportam dos processos julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional, instituido para julgar os crimes politicos. Esse copioso material, constante de documentos até então desconhecidos, e de copias de manifestos e de resoluções já esquecidas, às vezes, entre os numerosos appellos e as innumeráveis analyses politicas emprehendidas pelo Partido Comunista, está por ser estudado. Ainda não houve quem, aproveitando o seu caracter informativo, e reunindo a essa documentação outros materiaes de diversa procedencia, pudesse examinar a questão systematicamente, ao menos com um esboço de organização. Do ponto de vista nacional, esse historico é urgente; já estamos em tempo de levá-lo a effeito, para que possamos aprender a lição que os passados acontecimentos nos deixaram. Do ponto de vista internacional, é inestimável o seu valor, dado que não se pôde restringir o exame de um phenomeno mundial a um simples relato limitado no tempo e no espaço.

Eis ahi porque, ao mesmo tempo renunciando ao historico das origens do comunismo como idéa e como fórmula de acção politica, e focalizando a historia do comunismo no Brasil, nas diversas etapas da sua acção como organização politica, como influencia ideologica e como acção subversiva, pretendemos realizar a primeira tentativa de uma historia do comunismo no Brasil — aparte, é claro, aquellas emprehendidas pelos proprios comunistas, que torciam da manei-

ra mais conveniente aos seus interesses partidarios a verdade dos factos e o sentido dos acontecimentos.

## A ORIGEM DO COMMUNISMO

A REPERCUSSÃO da Grande Guerra no Brasil foi muito maior do que á primeira vista se poderia julgar. Não apenas alterando o rythmo da vida das nações, quer nos seus aspectos estritamente internos, quer na sua projecção internacional, assim como nas relações que entre si vinham mantendo as nações civilizadas. Mas, sobretudo, porque a modificação violenta da vida nacional, economica, politica, cultural, em todos os seus aspectos, estourando todos os quadros, mesmo os mais amplos, ultrapassando toda medida, mesmo a mais folgada, determinou uma nova attitude psychologica em relação aos factos da vida social. De alto a baixo essa modificação se processou, com maior ou menor intensidade.

A social-democracia, cujo principal postulado, razão dê ser da sua existencia, era a paz, adheria á guerra com razões que fariam estremecer o proprio Jaurès, si esse chefe do socialismo não tivesse, antes da catastrophe, presentido o que elle chamaria "a traição" da II Internacional. "O capitalismo leva em si a guerra, como a nuvem leva a tempestade", dissera Jaurès. Poder-se-á dizer que Jaurès, vivo, era a personificação de um Serajevo do socialismo. Si para a machina da guerra o attentado de Serajevo foi um pretexto á conflagração, para as mãos abertas da paz o pretexto foi o attentado de Paris. Morto Jaurès, já nem as reuniões de socialistas allemães e francezes surtiram resultado. O que marchava, flammegante, era o espirito da guerra. E os mais entranhados pacifistas inclinavam-se á sua passagem, vencidos, alguns, mas não convencidos; entusiasmados, quasi todos, alistando-se para a trincheira, ao grito de união nacional. Desmoronava-se o pacifismo imprevidente da II Internacional, e, com elle, a propria e tão sonhada fraternidade dos povos. Já ao ronco dos primeiros canhões, no Congresso de Zurich, um homenzinho do Caucaso affirmava "a fallencia" da II Internacional e lançava as bases de uma nova força de extraordinario poder subversivo, sucessora da II, herdeira directa daquelle que fizera, um dia, a Communa de Paris.

Durante a guerra, uma experiencia feita em sangue, por entre os gemidos e os canhoneios, propunha as primeiras duvidas acerca da utilidade do massacre. A principio obscuramente, nos protestos isolados de algumas vozes, depois seguidas por multidões

cansadas de brigar sem saber exactamente por que, esse movimento pró-paz se alastrava. Na Russia, elle serviu de pretexto á revolução democratica de Kerenski, logo empolgada pela aventura bolchevique. A paz de Brest-Litowski foi a credencial que os bolcheviques offereceram ás massas, sacrificando territorios, supportando a derrota diplomatica, para encontrar na politica interna, fórmulas novas da sua victoria. Nas trincheiras, já os soldados confraternizavam. As tropas mandadas para combater, recusavam-se, algumas, ao combate. Chegara-se a um ponto de saturação, no qual as fanfarras já não mais influíam. A mobilização dos espiritos chegara ao maximo. A propaganda dos lemmas de Civilização, Justiça, Liberdade, já não commovia as massas. O mal da propaganda, disse alguém, é não saber parar a tempo. Realidades novas surgiam da profundidade, com impeto irresistivel.

O armistício veio como uma inundação de felicidade. Passada a primeira hora de embriaguez, quando deliravam multidões nas ruas, recompõe-se a ordem juridica. Verifica-se então que tudo fôra subvertido. O mundo deshumanizara-se. Aquellas forças obscuras que na Russia, por uma série de factores, chegaram á revolução e á guerra de classes, viviam em todos os paizes, reclamando um lugar ao sol. A tentativa dos "spartakistas" na Allemanha, os soviets de Rakosi na Hungria, assim como, pouco depois, o Kuomintang chinês; as perturbações na Itália, as façanhas libertarias em Portugal por toda parte as investidas de um novo socialismo, aggressivo, prenunciavam a universalização da guerra social em suas mais agudas modalidades.

A attitudo do homem, quer isolado, no seu criterio em face dos acontecimentos, quer em conjuncto, na sua vida em sociedade, modificara-se profundamente. Ao optimismo *bon-enfant* que celebrara entre festas e esperanças a entrada do século XX, prophetizando uma era de progresso ininterrupto e de geral prosperidade, substituia-se, sob a pressão de uma dura e ardente realidade, a amargura e a visão impiedosa dos acontecimentos. A resignação passou á categoria dos sentimentos despreziveis. A rebeldia reverteu ao dominio publico. Cada injustiça sobressahia então como um attentado aos que voltavam de encarar a morte. Todos queriam viver, intensa e furiosamente. Tudo lhes parecia errado: seu optimismo, sua ingenuidade, seu ar descansado e passivo. Exasperavam-se as paixões e erguiam-se, em movimentos ameaçadores, grandes massas encabeçadas por grandes agitadores. A guerra não fôra em vão. As modificações que ella acarretara prolongavam-se em todos os caminhos da vida social. A paz estava envenenada. Perdera-se a gratuidade da vida antiga.

Os socialistas, descendo das suas illusões ao terreno do combate com a realidade, deixaram-se vencer pela força dessa mesma realidade inexoravel. Os bolcheviques, que surgiam em um ponto da terra com sua "logica de ferro", sua crueldade terrivelmente lucida, sua revolução planificada, passo a passo, modernizando da peor maneira a maxima já aproveitada antes na historia politica dos povos por Machiavel e Loyola — "Os fins justificam os meios" — esses bolcheviques, de cuja ferocidade tudo se esperava, estavam ainda ilhados do resto do mundo, resistindo furiosamente ao bloqueio, realizando, a golpes de audacia e á força de crimes contra todos os preceitos vigentes, a implantação da sua dictadura. Não estavam explicados. Eram uma incognita. Os mais avançados conhecedores das doutrinas politicas desnorream ante a applicação que vinham tendo na Russia a utopia de Platão e o programma de Babeuf. Esse producto "da economia politica ingleza, do socialismo francez e da philosophia allemã", condensado no Manifesto de 48, era agora, posto em termos de acção politica, um monstruoso enigma proposto ao mundo, que o conhecia por vagos e indecifráveis telegrammas.

Restavam então os anarchistas e anarchoides de todos os matizes e tendencias. Florescendo na literatura, fazendo rapidas e inconsequentes incursões na politica (*devemos frisar que estamos analysando a questão em funcção do caso brasileiro*), esplendendo nos paradoxos de café e nas redacções e officinas graphicas, os anarchistas theoricos pintavam o mundo irreal dos seus devaneios. Em alguns paizes, chegavam á realidade brutal e inocua dos attentados. Aqui, vestiam-se pelo figurino anarchista, dispensando o punhal e a bomba — salvo um caso ou outro, quasi accidental, si assim se póde dizer.

Mas a modificação economica, cultural e politica determinada pela grande guerra, encontraria repercussão immediata no Brasil. A perturbação social era o tributo que o progresso nos impunha. Não só através de pessoas que aqui chegavam, como através de idéas que não passavam nas alfândegas, uma nova attitudo critica se delineava numa vanguarda intellectual e numa vanguarda trabalhista; tornava-se premente e necessario, para elles, "fazer alguma coisa". Exagerando a pintura da realidade brasileira, algumas vezes, e outras vezes retratando com certa objectividade a nossa realidade até então mal conhecida, essa vanguarda passava da idéa á acção, procurando organizar, alliciar, propagar seus objectivos de radical transformação da sociedade moderna. Suas fórmulas não poderiam ser mais vagas. O anarchismo caracteriza-se, aliás, pelo vago

das suas proposições, sempre que se trata de alguma acção constructiva. Mas no terreno do combate, na negação violenta e ás vezes eloquente dos postulados da nossa forma de organização social, sua combatividade surtia effeito, porque falava uma linguagem cara aos ignorantes e aos esperançosos — esses dois elementos da movimentação politica — os que esperam, e os que não sabem. Aos que já possuíam algumas luzes, a antevisão de um futuro apothetico, de universal fraternidade por entre barretes phrygios, bailes publicos e guirlandas, surgia como uma grande possibilidade literaria: era a fórmula do tempo, para aquella antiga tendencia á utopia, que caracteriza o intellectual. Não percebiam exactamente como se havia de processar essa transformação. Entretanto, si em relação aos meios de execução dessa regeneração da humanidade variavam as opiniões, extremando-se nas mais accessas polemicas, num ponto estavam todos de accordo: a necessidade da destruição dos quadros vigentes. O processo de revisão de valores, que se effectuava como consequencia da guerra, favorecia essa attitude critica de negação, de violenta demolição.

No caso particular do Brasil, certas circunstancias contribuíam para isso.

Sabe-se que cada regime, ou melhor, cada forma de direcção dos negocios que affectam o interesse dos povos, possui uma plataforma philosophica, que lhe assegura continuidade e coherencia. No Brasil, tivemos uma tentativa de assentamento ideologico num movimento politico, com a Republica: o positivismo. Mas cedo, distanciando-se do common das gentes, reduzindo-se a uma elite e logo descambando para o terreno religioso, abandonando paulatinamente as posições que conquistara no governo da coisa publica, o positivismo perdeu sua força inicial e se esfarelou. Desde então não mais tivemos um fundamento philosophico norteando a acção dos movimentos politicos. Essa deficiencia, cujas consequencias profundas iremos encontrar, mais ou menos, em toda a historia da nossa evolução politica, accentuou-se antes e durante a guerra como uma desesperante incapacidade de coherencia e de continuidade. Fugiamos a todo contacto com a realidade, porque não tínhamos a arma da philosophia,

necessaria a qualquer interpretação, errada ou certa, dos factos da vida social. Ignoravamos a nossa realidade, disfarçando-a com bellas palavras. Por isso mesmo, mais expressiva se tornava, e mais attrahente, a critica cerada e massica dos vanguardistas mais ou menos anarchoides de então. Errada ou certa, era uma philosophia que lhes dava impulso e fundamento. Certa, teria construido um corpo organizado. Errada, como foi, como não podia deixar de ser, diluiu-se na gritaria demagogica, sem nenhuma possibilidade de fixação.

Mas ainda que instavel, vaga e contradictoria, era uma critica. Era um appello á realidade, forçando a realidade. Era, em todo caso, alguma coisa nova num horizonte que já nos habituavamos a desconhecer, de tanto menosprezar-o. As palavras candentes dos primeiros propagandistas, enfarpelladas na roupagem colorida das hyperboles, das comparações absolutas, das analyses unilateraes e brilhantes, encontraram bom terreno. Era um terreno baldio, esse, sem muros, sem cultura, sem construcção. Os primeiros que subiram ao muro para “falar ás massas” encontraram, por isso mesmo, quem os ouvisse. Era preciso “fazer alguma coisa”, certa ou errada, mas em todo caso, fazer alguma coisa. Vieram os anarchistas fazer errado. Encontraram eco suas palavras, no silencio em que viviamos, embalados pela monotonia das phrases ócas e pelo balbuciar positivista, já então transformado num sussurro quasi imperceptivel.

Cedo se fez notar esse movimento. Desde fins de 1917 e durante todo o anno seguinte, o operariado brasileiro foi vastamente sacudido no calor da propaganda radical. A consequencia foi a onda de greves que se alastrou pelas principaes cidades do paiz. De cada greve nascia, com mais um argumento, um novo impulso á organização syndical em ascensão. Desde logo duas tendencias dominavam a organização e o movimento operario: a tendencia revolucionaria, orientada por militantes anarchistas (principalmente na industria de productos de consumo e pequenas industrias) e a tendencia conservadora, orientada em geral por elementos ligados ao governo — especialmente no sector dos transportes.

## O DESENVOLVIMENTO DO COMMUNISMO

Os ANOS DE 1919 E 1920 marcam o auge da effervescencia nessa phase de ascensão do movimento operario. Sem saber ao certo o que pretendiam, as massas operarias tinham uma

bandeira em torno da qual podiam propor seus problemas. E isso era um inicio, diziam os responsaveis pela agitação. Os elementos radicaes ganhavam terreno, suplantando os

conservadores e moderados na direcção dos sindicatos e associações operárias. Sobretudo, porque aquelles agiam, enquanto esses, pretendendo-se conservadores, eram apenas espectadores. Quanto aos moderados — que erradamente são chamados indifferentes — faltava-lhes direcção ideologica para qualquer acção que pudesse estabelecer equilibrio constructivo entre a furia de uns e a frouxa resistencia dos outros. Si se pudesse comparar sua posição com a de uma força natural, a comparação seria esta: os moderados, que eram maioria, ficavam como aquella parte do mar comprimida entre a molle dos cães e o casco do navio.

O Congresso Syndical reunido em 1920 demonstrou a força crescente dos radicaes. Antes, no seu jornal "A Plebe", os anarchistas procuravam congregar todos os que divergiam da situação existente, propondo a realização de um congresso (1918). Agitadores estrangeiros eram presos e expulsos. Em torno dessas expulsões tomavam vulto as campanhas de repercussão popular, cujos ecos chegavam até o Parlamento. A' acção destruidora dos radicaes, os conservadores nada mais oppunham, além de tentativas de negação violenta, intermitentes, entrecortadas de periodos de complacencia e de crises de furia repressora. A' destruição que uns preconizavam não se oppunha a construcção que outros poderiam realizar. E ambas essas forças, a que mantinha e a que negava o direito de manutenção, negando até a existencia do Estado, operavam em terreno praticamente desconhecido de ambas. O Brasil era o grande desconhecido, cujo descobrimento estava por fazer. Nesse sentido, os embates de correntes politicas, sempre que não terminavam nas farças eleitoraes, eram crises uteis, no processo de desenvolvimento de uma consciencia politica nacional. Mas a farça eleitoral era por demais frequente, e para ella convergiam quasi todos os esforços. Pouco tempo sobrava ao contacto com a realidade dos problemas nacionaes. Por um longo periodo, a famosa "realidade brasileira", á qual todos

se referem, seria a mais renitente das nossas incognitas.

O Congresso Syndical de 1920 marcou um passo á frente na organização das forças radicaes. Allí, os moderados e conservadores, para não perderem as posições, tiveram de acompanhar a onda.

Que onda era essa? O anarchismo?

Não. A revolução russa já projectava, nos sonhos dos descontentes de todos os paizes a sua sombra — que a elles parecia uma alvorada. A sangrenta experiencia bolchevista já tomava para elles, aspecto de resultado definitivo. Ajudava-o nessa illusão a incapacidade que os anarchistas demonstravam na acção. Puramente ideologos, vivendo de suas abstracções como o seu pão de cada dia, os anarchistas não encontravam, em terreno firme, aquellas ondulações propicias á sua imaginação desregrada. Para dar corpo ás desencontradas aspirações da minoria perturbadora, ansiosa por um cataclysm social capaz de modificar radicalmente a estrutura actual da sociedade, espalhou-se pelo mundo a propaganda do sovietismo — que fôra a fórmula politica encontrada por Lenine para realizar na pratica os sonhos communistas — precedidos de uma phase dictatorial que, afinal, se eterniza... Assim, além da influencia da revolução russa, onde se entrava, por entre combates, fuzilamentos e decretos energicos, na phase do "communismo de guerra", a alteração para mais, no movimento esquerdista no Brasil, deve-se á incapacidade do anarchismo sempre que se trata de mobilizar as massas. Movimento de hypertrophie individualista, apenas a individuos isolados se dirige, acordando os instinctos anti-sociaes que mais ou menos vivem em cada um, sob forma obscura e latente. Mas para congregar esses instinctos, preparal-os, mobilizal-os, através da agitação systematica e da propaganda, com todos os seus recursos de attracção e persuasão, o anarchismo não encontrára (como não encontrou, depois), nenhuma fórmula. Faltava-lhe estrutura organica. Não era o sangue que lhe faltava; eram os ossos...

## ECLOSÃO DA IDÉIA COMMUNISTA

OS PRINCIPIOS MARXISTAS, em theoria, já haviam surgido no Brasil, por vozes isoladas. Alguns escriptores, que procuravam Hegel, encontraram Marx, esse deformador do hegelianismo. Mas foram vozes isoladas, descontinuas, sem permanencia. Agora, porém, em 1920, era algo mais sério. O anarchismo encontrava seu fim, como ideologia dominante e dirigente. Ha pouco tempo, depondo na policia, declarou um antigo chefe anarchista: os

ultimos anarchistas do Brasil, que não adheriram ao communismo, adheriram aos partidos burguezes. Apenas uns poucos ainda se encontram, para conversar e fazer "pic-nics" (*sic*). É uma confissão expressiva. Em 1920 decidiu-se o rumo da agitação social no Brasil, fazendo-se o processo e liquidação do anarchismo.

O anno de 1921 foi relativamente calmo. Periodo da revisão de valores ideologicos e

de reagrupamento de forças. Chefes anarquistas estudam apressadamente as obras de Lenine, especialmente "O Estado e a Revolução", naquellas edições de capa vermelha publicadas pela editora de "L'Humanité", o antigo jornal de Jaurès. Professores, jornalistas, estudantes e operários, especialmente de tecidos, atiram-se com sofredugidão á leitura dos folhetos libertários. Fundam-se os grupos comunistas.

Que eram os grupos comunistas? Nucleos de sympathizantes da causa sovietista, impressionados pela transformação, que parecia ser mundial, constituíam-se em grupos, destacando-se os antigos militantes anarquistas. Era o tempo em que no Centro Cosmopolita do Rio de Janeiro, um antigo anarquista, depois vereador comunista na capital do paiz, e hoje residente em Moscou, fazia conferencias sobre "a grande patria de Gogol e Dostoiewski" com entradas pagas, "revertendo a importancia dos ingressos e collectas em beneficio das victimas do terror branco na Russia".

O primeiro Grupo Comunista organizava-se, manifestando ás escancaras sua sympa-

thia pela III Internacional, foi fundado em Porto Alegre, no primeiro semestre de 1921. No fim desse anno, com a organização do Grupo Comunista do Rio de Janeiro (precisamente em novembro), teve o movimento certa expansão. Depois de entendimentos com elementos isolados existentes nos Estados foram organizados, por influencia do Grupo do Rio de Janeiro, outros grupos em S. Paulo, Pernambuco, Minas (Juiz de Fôra), Estado do Rio, etc. Tomou assim o movimento certo caracter nacional, systematico e articulado, sob o influxo do estimulo russo.

Cedo se fez sentir a necessidade de um órgão que fosse, por assim dizer, o breviario do movimento comunista. Era necessario encontrar um corpo de doutrina e um principio de acção conjuncta, para esses grupos isolados, sem o que cedo se esphacelariam, nos "desvios" e "erros de tactica" — que tanta importancia possuem para os comunistas. (É sabido que Lenine estudou os principios da arte militar, commentando abundantemente Clausewitz e outros theóricos da guerra, para applical-os á revolução).

## C O PRIMEIRO CONGRESSO

É CLARO que o movimento comunista não possuía nenhuma profundidade, nem penetrava nas massas. Era um movimento vagamente de vanguarda; mas uma vanguarda que em meio ás leviandades das suas analyses sobre o Brasil, assentadas em bases completamente falsas, distinguia-se por uma tenacidade digna de nota. A tenacidade explica, em grande parte, a sobrevivencia desses grupos, que, por deslocados e inoços, destinaram-se ao desaparecimento.

A publicação pela qual tanto esperavam os componentes dos grupos foi o mensario "Movimento Comunista", primeiro órgão comunista brasileiro, declaradamente partidario da III Internacional.

Processa-se, então, a articulação dos diferentes grupos. Culmina essa conjuncção de

pequenas forças esparsas, sem grande valor fóra do seu circulo, na organização do Primeiro Congresso Comunista, realizado em abril de 1922, no Rio de Janeiro. O resultado desse Congresso foi a unificação dos grupos comunistas e constituição do Partido Comunista do Brasil, organização nacional centralizada dos grupos existentes, logo filiada á Internacional Comunista com a denominação "Partido Comunista do Brasil, Secção Brasileira da Internacional Comunista". Tomaram parte no Congresso delegados dos grupos do Rio, Nictheroy, Petropolis, São Paulo, Santos, Cruzeiro, Juiz de Fôra, Recife, Porto Alegre, etc. Sendo composto, em grande parte, de intellectuaes, tambem contava com delegados operários, como por exemplo os de Nictheroy, Cruzeiro (ferroviarios), Juiz de Fôra, etc.

## AMBIENTE NACIONAL

O ANNO DE 1922, em que se realizou, como vimos, o primeiro congresso comunista, foi tambem o anno do primeiro 5 de julho, isto é, do movimento politico-militar conhecido em nossa historia politica como "Revolta dos 18 do Forte". O episodio dos 18 do forte de Copacabana foi, aliás, o fim de uma trama rebelde mais vasta. Enchia-se o Brasil de conspirações e de focos de perturbação revo-

lucionaria. Eram os écos das agitações de post-guerra, repercutindo no descontentamento geral da população. A politica nacional entrava numa phase grave, de ebulição crescente, alimentada pela crise economica em desenvolvimento. Por isso mesmo, o ambiente era propicio ao desenvolvimento do comunismo, que encontrava condições para crescer em meio á confusão. O recém-creado

partido comunista, procurava crear raizes na massa popular, affirmando-se como "partido da classe operaria independente". Toda a sua actividade — podiamos dizer: suas manobras tacticas — visavam o mesmo objectivo: conquistar, theorica e praticamente, o posto de partido dirigente da classe operaria.

Mas de tal maneira estava o comunismo afastado da realidade e tão diminutas eram as suas forças, que o excellente momento de acção, que foi a revolta de 5 de julho, encontrou o partido comunista completamente desprevenido. Colheu-o de surpresa. Como sempre acontece, evitando o imprevisto, o partido se encolheu desorientado. Sua publicação, o "Movimento Comunista", desappareceu, levada na voragem das crises, crise de numerario, crise de edição, crise de direcção ideologica. Os proprios chefes não sabiam o que dizer deante das perturbações que alteravam o rythmo da politica nacional, dando-lhe violentos e desencontrados empurres.

O partido comunista vinha se constituindo de accordo com as mais conhecidas regras de formação partidaria dos partidos vulgares, por elle chamados "burguezes". Não estava habituado ao choque, nem aos imprevistos da acção politica. Agia legalmente, pregando contra a lei, prevalecendo-se de pequenos detalhes para armar a sua gritaria. Não tinha capacidade organica para resistir a um embate violento, daquella violencia que os seus oradores preconizavam. O "estado de sitio", então declarado, raspou, de passagem (pois não era declarado com essa intenção, e sim com o objectivo de obstar a acção revolucionaria dos politicos e militares), toda velleidade comunista.

Pouco a pouco, porém, pedaço a pedaço, o partido foi recomposto, já então em novas fórmulas, o seu desconjunctado arcabouço. Encontrando fechada a sahida franca da sua organização anterior, franca e fragil, aliás, descobriu novas fórmulas de penetração. Uma nova tactica ia ser applicada, um novo recurso seria posto em pratica.

## A INFILTRAÇÃO

ERA A INFILTRAÇÃO. Em 1923, os militantes syndicaes do partido comunista entraram em entendimentos com a direcção da Confederação Syndicalista Cooperativista Brasileira (C.S.C.B.), a cuja frente se achavam elementos ligados ao governo. Essa organização, de tão extenso nome, nada mais era do que vistosa fachada de um predio sem alicerces, sem telhado, sem paredes internas, sem quartos, nem salas, nem quintal... Havia alli muito "bluff" e por outro lado, muita suspeição. Mas por alli vislumbra o partido comunista possibilidade legal de realizar o trabalho de massas, meudamente previsto no seu plano. Não hesitou: agarrou-se áquella oportunidade. As lições de Lenine produziam seus fructos. O famoso "opportunismo revolucionario" encontrava então sua primeira applicação...

Verificou-se então esta coisa espantosa: o Comité Central do Partido Comunista teve

á sua disposição, durante mais de um anno, uma pagina inteira do "O Paiz", o jornal mais governista da época, órgão officioso do governo. Por meio dessa pagina diaria, que a Confederação lhe assegurava, o partido comunista fez, durante muitos mezes, intensa agitação theorica e politica. Decerto haveria da parte da Confederação e d' "O Paiz", isto é, dos elementos a que estavam ligados esses dois instrumentos, a braços com a tempestade politica de que fôra prenuncio a revolta de Copacabana, o proposito de conquistar a classe operaria, neutralizando ou corrompendo os militantes revolucionarios-comunistas. De outro lado, isto é, por parte dos comunistas, haveria, certamente o proposito de applicar com extraordinario successo a technica de infiltração. Foi essa a sua primeira incursão, a sua primeira aventura politica de maior audacia.

## ROMANTISMO E AVENTURA

ASSIM PASSOU 1923 e começou 1924. Neste anno, irrompe o segundo 5 de julho, a revolução de S. Paulo, e, mais tarde, informa-se a chamada Columna Prestes, cuja actuação deve ser examinada aqui, dada sua influencia na evolução deste relato.

Abriu-se, a partir de 1922, um periodo de conspiratas e motins intermitentes. O Parti-

do Comunista já era algo ponderavel, embora de reduzido numero. Na atmospheria favoravel das conspirações, elle se movia com desembaraço, encontrando clima favoravel ao seu crescimento.

O Partido Comunista tirára da Confederação Syndical tudo o que esta lhe podia dar. Por outro lado, a Confederação, "O Paiz", o



governo, emfim, já não esperavam mais nada do partido comunista. Fôra reciproco o engano. Mas os communistas sahiram ganhando: tinham feito a infiltração, e, através desta, desenvolveram seus quadros, formaram militantes, propagaram seu programma. Sua influencia preponderava em grande parte das associações e syndicatos operarios, pois fôra elle o iniciador tenaz do movimento syndical. Sua influencia abrangia até mesmo o sector de transportes, que fôra até então, como sempre, o menos permeavel á sua penetração. Suas cellulas se estendiam pelas fabricas de tecidos, calçados, officinas graphicas e pelos bairros operarios mais densos. Era o terrivel trabalho das "minorias activas". O bairro da Gavea recebia no seio do Partido a denominação de "Gavea Vermelha", com evidente exaggero, aliás. Nasciam então crianças que se chamavam "Lenine". Uma agitação algo convulsa, sem orientação precisa, mas de qualquer maneira perigosa, crescia nos meios operarios. Pelos Estados, em grande parte, repetia-se com variantes o que se passava na capital do paiz, actividades essas controladas pelo Comité Central com séde no Rio. Entre os estudantes das escolas superiores e mesmo secundarias, já a idéa comunista penetrara, creando as cellulas da Juventude Comunista. Organizações secundarias se formavam, para reforçar e ampliar o raio de acção do Partido, dentro de uma rigida orthodoxia, e de uma disciplina que elles proprios denominavam "disciplina de ferro". O menor "desvio"; a menor discrepancia, era punida com a expulsão summaria.

A terminologia dos communistas chegava ao Brasil através traducções francezas e hespanholas. Modismos, abreviações, fórmulas peculiares de expressão e designação de entidades e phenomenos, encontravam aqui repetidores extasiados, sem comprehenderem perfeitamente o sentido das expressões nem o significado daquellas palavras que soavam estranhamente: *agit-prop.*, *polit-bureau*... e o diluvio de iniciaes: *IC.*, *C.C.*, *C.R.*, *C-2*, *Z-14*, todo um mundo mysterioso de conspira-

ção, não isento de romantismo e aventuras, attrahia os jovens. As decisões do C.R. obedeciam ás superiores injunções do C.C., que, por sua vez, recebia as decisões da I.C. como quem recebe uma bulla papal. Desenvolvia-se aquella tendencia ao exaggero, á super-estimação das proprias forças, que foi o grande chamariz e, ao mesmo tempo, a maior desventura do partido comunista no Brasil. Á força de imprimir manifestos descrevendo maravilhas de força e de prestigio, conveniam-se elles dos seus proprios argumentos: eram convictos, ferozes na sua fé doutrinaria, inabalaveis, iracundos. A menor leviandade importava na expulsão. Os intellectuaes do movimento aspiravam ser, pelo menos, estimadores, para authenticar sua pureza revolucionaria. A tendencia ao "obreirismo", isto é, á mania proletarizante, envolvia numa verdadeira aura mystica, com todos os signaes caracteristicos do mysticismo, aquelle grupo de homens obstinados, ambiciosos, que contava vencer no dia seguinte, sem forças entretanto para vencer nem nos proximos decennios...

A ironia, que sempre foi arma revolucionaria, em todos os movimentos de transformação social que a historia registra, não encontrava um logar no partido comunista. Eram todos de uma seriedade mortal. A cada acontecimento, levados na onda, sem nenhum controle, nem mesmo a mais simples participação na vida politica nacional e internacional, os communistas do Brasil imprimiam logo o seu manifesto, no qual, após analyse bombastica da situação, recheada de fórmulas sedições, terminavam pelos indefectíveis "vivas" e "abaixos". Julgavam-se o centro do mundo, quando mesmo o Brasil os desconhecia. Mas não era de todo inadequada essa sufficiencia que caracterizava então os communistas. Á força de gritos, e de alguns argumentos persuasivos, sobretudo pela insistencia com que eram reptidos, tornando-se fórmulas de todo accessiveis á comprehensão da massa, passavam a ser toleradas pelas associações operarias — que elles, a todo custo, prestigiavam, embora destruindo com palavras arrazadoras os seus dirigentes.

## SEGUNDO CONGRESSO — A CLASSE OPERARIA

O SEGUNDO CONGRESSO do Partido Comunista do Brasil (secção da I.C.) reuniu-se em abril de 1925. Os dirigentes do partido, no relatorio então apresentado, frisavam "com satisfação" os progressos alcançados pela organização comunista no periodo decorrido entre o primeiro e o segundo congresso. O P.C. já não era apenas formado por pequenos grupos, diziam elles. Em 1925 já elle era

um partido organizado no plano nacional, com o seu Comité Central, os seus comités regionaes, os seus comités de zonas, as suas cellulas, as suas fracções syndicaes, as suas organizações juvenis e femininas especializadas; possuia, emfim, toda uma rêde, todo um aparelhamento technico de organização, direcção e controle. Tornava-se necessario crear um órgão de ligação e doutrina, de agi-

tação e propaganda (a famosa *agit-prop*...). Fundaram então "A Classe Operaria", cujo primeiro numero circulou no dia 1.º de maio de 1925.

"A Classe Operaria" desempenhou desde então importante papel na obra de agitação comunista no Brasil. Semanario de grande formato, chegou a tirar edições de 30.000 exemplares, sendo quasi toda vendida directamente nas fabricas e nos bairros operarios, por intermedio das cellulas do Partido. Algumas vezes teve periodos semi-legaes, e mesmo de franca legalidade. Em 1929, até o seu fechamento, era impressa nas officinas de um dos principais jornaes do Rio. "A Classe Operaria" realizou uma obra corrosiva de terribes resultados.

No anno do segundo Congresso Nacional do Partido foi creado pela Internacional um Secretariado Especial para a America Latina, sendo os Partidos Communistas latino-americanos distribuidos em tres grupos: partidos oriundos da fusão de disidentes dos partidos "reformistas" (moderados, socialistas, repu-

blicanos de esquerda, etc.), com os syndicalistas (anarcho-syndicalistas, anarchistas puros, etc.), como é o caso dos partidos communistas do Mexico e Argentina: partidos formados pela evolução para a esquerda de antigos partidos socialistas democraticos como é o caso do Chile e Uruguay; partidos formados pela reunião dos grupos communistas isolados, como aconteceu no Brasil, Perú, Colombia, Guatemala e Paraguay.

Nesse anno a propaganda determinou a criação de cellulas entre os maritimos, para criação dos "apparelhos" de transporte e correspondencia illegal, conseguindo estabelecer cellulas em 20 portos brasileiros. Aos Congressos Internacionais compareciam delegados brasileiros, em quasi todas as oportunidades. Dessa participação, e dos relatorios que alli apresentavam, decorriam novas providencias no sentido de accentuar a propaganda e agitação. Em 1927, por exemplo, a participação de delegados brasileiros no Congresso da Internacional Syndical determinaria a criação de um secretariado syndical para a America Latina.

## A COLUMNA PRESTES

AQUI É NECESSÁRIO proceder a uma rapida investigação dos motivos que fundamentaram a expansão das esquerdas no Brasil, porque só assim poderemos conhecer a origem, desenvolvimento e dispersão das forças esquerdistas, uma parte das quaes, attrahida pela miragem moscovita, marchou para a III Internacional.

Como conseguiu Luiz Carlos Prestes adquirir prestigio a ponto de conseguir illudir as massas proletarias? É que o seu nome, servindo de paravento á natureza communisante do programma da Alliança Nacional Libertadora, (organização fundada em 1935, á qual o Partido Comunista deu o melhor de suas forças e a mais activa das collaborações) foi o factor do successo desse movimento, que só declinou quando o povo deparou com a brutal realidade da novembrada.

Em façanhas passadas desse homem, num tempo em que eram outras as condições do paiz, e muito diversa a relação de forças entre os grupos politicos existentes, iremos encontrar a explicação desse prestigio que, aos menos avisados, poderia parecer reflexo de um supposto prestigio comunista. Para comprehendermos porque, *apesar* de comunista, poudé Luiz Carlos Prestes encontrar junto ás massas, durante algum tempo, a illusoria esperança de ter encontrado um chefe capaz de melhorar a sua vida, é necessario conhecer a origem do seu prestigio.

Em 5 de julho de 1924 irrompeu em São Paulo o movimento militar contra o governo nacional. A guarnição de São Paulo, unida ás forças estaduais, occupou a capital do Estado, durante longo tempo. Afinal, pela pressão das forças legaes, tiveram os rebeldes de evacuar a cidade, rumando para o interior. Assim justificava o comando supremo dos rebeldes a sua retirada:

É dever nosso communicar-vos a resolução que tomámos de transferir a séde do Governo Provisorio e o commando geral das Forças Libertadoras para o interior e os motivos de ordem politica e estrategica que nos levam a tal procedimento. Não ignoreaes que o sr. Firmiano Pinto, prefeito municipal desta cidade, convidado a ir ao Rio entender-se com o Cattete, nos transmittiu a certeza da obstinada e desesperada attitude em que alli estão de bombardear sem objectivos militares, a população civil, esta admiravel cidade, orgulho vosso e do Brasil inteiro, que nella se revê mais belo, esperançado e engrandecido. O sr. prefeito ainda nos fez scientes dessa conducta attentatoria do direito das gentes, que vae provocar demonstraões armadas immediatas de varias potencias, cujos embaixadores já deram disso conhecimento ao Cattete. Assim, pois no desejo de poupar São Paulo a uma destruição desalmada, grosseira e infame, e de poupar a nossa querida e gloriosa patria a um vexame tremendo, que a todos confrangeria, vamos mudar nossa frente de batalha e a séde governamental. Entre Mogy-Mirim — ao alcance da fronteira de Minas Geraes, e Sorocaba, Itu, Itapetininga, Bauru, Itararé, nos confins da nossa occupação, até ás divisas do Pa-

raná e Matto Grosso, esperaremos as forças de Bernardes, cujos elementos não pisarão em São Paulo enquanto não tenhamos retirado o ultimo soldado, o ultimo cartucho, bem como os nossos feridos. Salve terra de Piratininga! Salve Ypiranga! Avante, paulistas, que a hora da libertação está proxima! Deus vos pague o conforto e animo que nos transmittis. (a.) — Isidoro Dias Lopes, chefe do governo provisório.

A evacuação da cidade foi realmente effectuada em perfeita ordem. Mas a verdade é que a retirada não tinha apenas esse humanitario objectivo: era a falta de correspondencia com movimentos armados em outras regiões do paiz, cuja irrupção falhára, que, permitindo ao governo central concentrar forças contra os rebeldes localizados num só ponto, iria levar-os a uma derrota proxima. Era necessario, portanto, provocar a irrupção de outros movimentos, em apoio daquelle, em differentes zonas e, parallelamente, descentralizar o nucleo rebelde, para ampliar o fóco de acção das tropas legaes.

No Rio Grande do Sul, na cidade de Santo Angelo, estava aquartelado no batalhão ferroviario o capitão Luiz Carlos Prestes. Nascido em 1898, ingressando com 11 annos no Collegio Militar, com 18 annos entrara para a Escola Militar, terminando o curso em 1918. Em seguida ás perturbações da ordem occorridas em 22, fôra transferido para a guarnição do Rio Grande, onde foi servir naquelle batalhão. Alli, na madrugada de 28 para 29 de outubro de 1924, correspondendo aos apellidos das forças rebeldes que acabavam de sahir de São Paulo, Prestes interrompe o serviço de levantamento da rede de iluminação da cidade, que estava a seu cargo, e levanta o batalhão. Tinha então 26 annos. Já era um espirito inconformista, rebelde por natureza, dotado de incontestavel energia, digna, sem duvida, de melhor destino. Não era, ainda, nem de longe, o chefe communista que depois se revelou. Seu manifesto, então dirigido “ao povo de Santo Angelo”. constitue um documento que, pelo seu valor demonstrativo, deve ser transcripto:

Ao povo de Santo Angelo: — É chegada a hora solemne de contribuímos com o nosso valoroso auxilio para a grande causa nacional. Ha quatro annos a fio que os heróes de São Paulo vêm se batendo heroicamente para derrubar o governo de odios e perseguições, que só tem servido para dividir a familia brasileira, lançando irmãos contra irmãos como inimigos encarniçados. Todo o Brasil, de norte a sul, ardentemente deseja, no intimo da sua consciencia, a victoria dos revolucionarios, porque elles lutam por amor do Brasil, porque elles querem que o voto do povo seja secreto, que a vontade soberana do povo seja uma verdade respeitada nas urnas, porque eles querem que sejam confiscadas as grandes fortunas feitas por membros do governo á custa dos dinheiros do Brasil, porque elles querem que os governos tratem menos da política-

gem e cuidem mais do auxilio ao povo laborioso, que numa mescla sublime de brasilidade e estrangeiros, irmanados por um mesmo ideal, vive trabalhando honestamente pela grandeza do Brasil. Todos desejam a victoria completa dos revolucionarios, porque elles querem o Brasil forte e unido, porque elles querem pôr em liberdade os heroicos officiaes da revolta de 5 de julho de 1922, presos porque, num acto de patriotismo, quizeram derrubar o governo Epitacio, que esvasiou criminosamente o nosso thesouro, e porque quizeram evitar a subida do governo Bernardes, que tem reinado á custa do generoso sangue brasileiro.

Todos sabem, hoje, apesar da censura da imprensa e do telegrapho; apesar das mentiras officiaes espalhadas por toda parte, que os revolucionarios têm recebido verdadeira consagração por onde têm passado e que até hoje não foram batidos. Todos sabem que elles se retiraram para dar um descanso á tropa, que elles dispõem de toda a artilharia de São Paulo, ainda intacta, que dispõem de 20 milhões de tiros e de 5.000 fuzis novos, e que ainda não entraram em acção; que elles estão senhores da parte sul de Matto Grosso, a mais rica, de grande parte do Paraná, perfeitamente aparelhados, e que agora voltam novamente á luta, mais fortes do que nunca. Todos sabem hoje que o governo organizou successivamente oito columnas para batel-os e que foi forçado a desorganizar novamente, porque as tropas do Exercito se negavam a combater-os e os demais, que os combateram, foram dizimados, como aconteceu com o batalhão da marinha e com a nossa Brigada Militar.

E agora, depois da entrada em acção da columna Rondon, é o proprio governo quem confessa não ser mais possivel dominar a revolução no Brasil, porque a victoria della é já uma aspiração nacional. E o povo gaúcho, altaneiro e altivo, de grandes tradições a zelar, sempre o pioneiro de grandes causas nacionaes, levanta-se hoje como um só homem e brada: “já é tempo de estancar o sangue brasileiro; já é tempo de fazer o governo respeitar a vontade do povo; já é tempo de restabelecer a harmonia na familia brasileira, já é tempo de lutarmos, não peito a peito, mas sim hombro a hombro, para restabelecermos a situação financeira do Brasil, para recobrar os dinheiros que os nossos máos governos nos roubaram e podermos evitar, em 1927, que o governo inglez venha tomar conta das nossas alfandegas e das nossas ricas colonias para cobrar a divida do Brasil.

Depois de comunicar o levante das tropas sob seu commando, affirmava:

De accordo com o plano geral, as tropas de Santo Angelo talvez pouco demorem aqui, mas durante este tempo, a ordem, o respeito á propriedade e á familia serão mantidos com o auxilio da propria população. Não queremos perturbar a vida da população, porque amamos e queremos a ordem como base do progresso. Podem, pois estar todos calmos que nada acontecerá de anormal... Todas as requisições serão documentadas e assignadas sob a responsabilidade do Ministério da Guerra. (a.) — Capitão Luiz Carlos Prestes.

A simples leitura desse documento dispensa qualquer analyse. Da linguagem de matiz positivista desse capitão, que queria “a or-

dem como base do progresso”, ao chefe extremista que pretendia dissolver violentamente as bases da nossa civilização, vae uma differença que julgamos desnecessario accentuar...

Mobilizada a sua pequena força, procurou o capitão Prestes atravessar a região colonial gaucha; mas, encontrando resistencia, desviou a rota.

Tenta marchar sobre Porto Alegre, mas a relação de forças lhe é desfavoravel. Encaminha-se então para o interior e a 27 de novembro dirige um reconhecimento sobre Tupacreretan, onde trava rude combate de sete horas. A 27 de dezembro rompe o “circulo de ferro” da legalidade, derrotando, depois, no dia do seu anniversario, as tropas leaes, no “combate da Ramada”, de 3 de janeiro. Um mez mais tarde, transpõe o Uruguay, em Porto Feliz, e invade o Contestado.

Desprovido de cavallada, que morrera quasi toda na marcha pelo sertão, atravessa a pé as densas florestas e alcança, a 7 de março, a estrada que liga Tupacreretan a Palma. Depois de reunir-se ás tropas rebeldes vindas de São Paulo, no Iguassú, atravessa o Paraná, com 1.200 homens de tropa. Inicia assim a tactica de “guerra de movimento” que, segundo julgava, constituiria a tactica nacional por excellencia.

Assim se fórma a “Columna Prestes”, celebrizada pela extensão e duração de sua marcha. Atravessa Matto Grosso, e, por Goyaz, invade Minas, até á margem esquerda do S. Francisco, onde os rebeldes se entendem com os indios, recebendo os chefes da Columna varias demonstrações de amizade dos indigenas. Retomam o caminho, pelo sertão do Carinhanha (fronteira Bahia-Minas), rumo ao Maranhão, atravessando duas vezes o rio São Francisco. Segundo “O Estado de São Paulo” (n.º de 28 de março de 1928), a Columna Prestes andou 647 dias, percorrendo 24.000 kilometros (média de 38 kilometros por dia), utilizando mais de 100.000 cavallos — que nem sempre eram legalmente requisitados... Foram abatidas, durante a marcha, 30.000 rezes para alimentação dos soldados. Morreram 600 soldados e 70 officiaes. Mais de 80% dos homens da Columna foram feridos em combate. Gastaram apenas 350.000 tiros, o que demonstra falta de munições. Tiveram 53 combates, além de centenas de escaramuças.

A desproporção das forças em combate, o heroismo da marcha, onde se formaram, em rudes combates e marchas pelo áspero sertão, homens que mais tarde vieram a ser uteis ao

Brasil, como é o caso de numerosos colaboradores do governo surgido com a revolução liberal de 1930, e o natural entusiasmo popular, crearam em torno da Columna uma atmosfera da lenda. Nos 53 combates principais, considerados em conjuncto, empenharam-se forças calculadas em 24.330 homens, sendo 15.360 leaes e 8.970 revoltosos.

Pode-se duplicar o numero, considerando as escaramuças e recontros, não computados, durando cerca de tres annos.

Em fevereiro de 1927, cortadas todas as possibilidades de successo, e não encontrando outros movimentos armados em seu apoio, Prestes internou-se com a Columna em territorio boliviano, passando-se depois á Argentina, onde ficou asylo com seus companheiros. Alli se iria processar aquella funda divergencia que mais tarde, em 1930, separou para sempre os seus colaboradores do chefe que descambava para o communismo.

Foi essa aura de sympathia, creada pelo esforço da marcha através do Brasil, que deu ao ex-chefe communista a possibilidade de tentar illudir as massas sobre a sua attitude em relação aos problemas nacionaes. Pouco depois, Prestes encaminha-se para Moscou, onde passa a servir no Exercito Vermelho.

Fundada a Alliança Nacional Libertadora, elle acceptára a presidencia de honra que lhe offerecem, dizendo:

“Venho adherir á A.N.L. para lutar lado a lado com todos aquelles que não estão vendidos ao imperialismo, pela emancipação nacional do Brasil, pela suppressão das condições feudaes, pela defesa dos direitos democraticos do povo brasileiro, direitos ameaçados pela barbaria fascista. A hora da luta decisiva se approxima. Nesse momento historico, a Alliança Nacional Libertadora deve sacudir e organizar as massas par levar-as á luta. Cada brasileiro honesto está convencido do sentimento profundo de que a emancipação nacional é impossivel sem a annulação das dividas imperialistas, sem a confiscação e nacionalização das empresas imperialistas, sem que se expulsem do Brasil os emissarios do capital imperialista... Adheri á A.N.L.: dirijo um ardente appello a todos aquelles que, no Brasil, lutam para supprimir o latifundio feudal: uni-vos, desprezando todas as vossas divergencias de opinião para a luta com essa finalidade!” (Manifesto de 13 de maio de 1935).

Emquanto isso, entrava subrepticiamente no Brasil para impulsionar a machina da força communista, visando subverter as instituições e derrubar o governo legal, para lançar o paiz na anarchia das lutas e dissensões internas. Assim se desfazia a lenda do *Cavalleiro da Esperança* — como a chamaram, em tempos, seus partidarios entusiastas.

## BLOCO OPERARIO E CAMPONEZ

CONHECIDOS, nos seus traços essenciaes, os movimentos e resultados da Columna Prestes, bem como as alterações que ella acarretou na relação das forças politicas nacionaes, podemos voltar ao exame das actividades do Partido Comunista, que depois do segundo congresso já se julgava sufficientemente adulto e se lançava em lutas cada vez mais amplas. Sem duvida, sua actividade syndical continuava a ser o centro do seu trabalho, como a tarefa mais importante. Mas os communistas ambicionavam ampliar ainda mais sua influencia, dirigindo-se a outras camadas sociaes. Manobrando de accordo com os postulados marxistas — para realizar o que na sua terminologia especial chamam “aliança dos operarios e camponezes” — o partido lançou as bases do Bloco Operario e Camponez. Cumpriam assim uma determinação da Internacional: a revolução democratico-burguezia como primeira etapa da revolução socialista nos paizes “semi-coloniaes”.

Mas ainda assim erravam. Não era isso, como veremos adiante, o que a Internacional esperava do P.C.B. O Bloco Operario e Camponez, muito operario e muito pouco camponez, esquecia as classes médias e altas — que, segundo um commentario de Marx sobre a revolução franceza, podem tantas vezes fornecer elementos contra si mesmas. Acreditavam demais nos seus proprios argumentos. Eram expoentes de “pureza revolucionaria” e se tornavam, dessa maneira, candidatos cordeiros ante a sua *revolução*, que exige, como se sabe, má fé e ausencia de escrúpulos. Essa ausencia de escrúpulos que Lenine recommendava, não encontrava entre os communistas brasileiros de então, senão timidos aprendizes, extremando-se em phraseologia revolucionaria, mas incapazes de ligar na pratica os preceitos leninistas á acção consequente. Foi, aliás, isso que os salvou — convem frisar. Porque a sua intransigencia quanto aos “principios” sovietistas, sua ferocidade no preservar a “pureza” dos postulados partidarios, numa occasião em que o partido não tinha outra força senão a da sua intransigente fidelidade a esses principios doutrinaes, evitou os conchavos, os arranjos, as combinações politicas, que logo devorariam essa fragil construção revolucionaria, em meio á habilidade e experiencia dos politicos susceptiveis de uma aliança com o Partido Comunista. A expressão que os communistas do Brasil mais temeram, sempre, foi esta: “ficar a reboque”. “A reboque dos acontecimentos”, significava para o Partido Comunista não poder vanguardear. E isso, para uma força politica cujo chamariz era a audacia, significava decadencia, esterilidade, morte.

O trabalho dos communistas entre os cordeiros (*camponezes*) nunca teve grande efficiencia. Sempre disso se queixavam os representantes da Internacional para aqui destacados, e mesmo, vencendo seu optimismo, os delegados brasileiros aos congressos da Internacional Comunista. Só esporadicamente os *camponezes* foram attingidos pela propaganda subversiva. O Bloco Operario e Camponez, segundo esperavam seus organizadores, deveria superar essa debilidade. A verdade, porém, é que não conseguiram esse objectivo. Mas, por outro lado, alcançou o B.O.C., por meio de uma politica de alianças e de certas concessões, um relativo exito nas eleições então realizadas. Ao Conselho Municipal do Rio de Janeiro, os communistas mandaram dois intendentes, e á Camara Federal, um deputado. No periodo 1927-28 a presença do B.O.C. se fez sentir, mais ou menos, em quasi todas as eleições então effectuadas. Falta-lhe apenas mais um impulso para chegar realmente ao interior do paiz, ao campo, tão ambicionado pelo communismo para crear “base de massas” á sua tentativa revolucionaria em nosso paiz.

Outro importante factor de desenvolvimento comunista, nesse periodo, foi a transformação de um jornal em órgão officioso do Bloco Operario e Camponez. Esse jornal, “A Nação”, era propriamente um órgão official comunista. O semanario “A Classe Operaria” continuava a ser o interprete autorizado do pensamento do Partido. Mas servia com grande oportunidade aos planos communistas, apparecendo como um jornal popular de agitação, não só entre os militantes do movimento operario, como entre outras camadas da população. “A Nação” realizava na imprensa o que o B.O.C. realizava no terreno eleitoral, isto é, não era apenas a mascara do P.C., mas também agente de penetração em certos meios que seriam refractarios á propaganda comunista directamente propagada.

É expressivo notar que em 1928 teve logar o mais importante Congresso da III Internacional ao qual assistiram 12 delegados da America Latina, sendo dois do Brasil. Suas resoluções vigoraram até 1935, quando, com a intervenção victoriosa de Dimitrov, no VII Congresso, modificou-se profundamente toda a tactica da Internacional Comunista. Nesse mesmo anno de 1928 o Brasil foi visitado por Humberto Droz, “leader” comunista suiso, incumbido de estudar as condições e meios de incentivar a propaganda sovietica nos paizes latino-americanos, e realizar um Congresso Syndical.

Desincumbiu-se de sua missão, o enviado

comunista, promovendo a realização da Conferência Syndical Vermelha, em Montevideo, no anno seguinte. Tal conferencia marcou um grande avanço no trabalho syndical dos communistas, sendo então constituído um comité syndical permanente, além de

Centraes Syndicaes Revolucionarias no Brasil, Equador, Mexico, Perú e Uruguay, baseadas no principio da luta de classes. Ao que se affirma, teve o congresso de Montevideo a participação de 41 associações de 15 paizes do continente.

## O TERCEIRO CONGRESSO

NOS ULTIMOS DIAS DE DEZEMBRO DE 1928, reuniu-se o 3.º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Suas resoluções visavam desenvolver e consolidar a politica de aliança com a massa camponesa. Os congressistas vindos numerosamente de todos os recantos do paiz demoraram seus debates na questão camponesa, que assumia, assim, um papel preponderante na politica do partido — ao contrario do que desejava a fracção trotskista, que despreza o papel do camponez na revolução comunista. Diversos camponeses autenticos chegaram a figurar entre os congressistas. Mas ao mesmo tempo que procuravam aperfeçoar a sua technica da politica de alianças, o congresso accentuava fortemente o caracter do partido, “partido do proletariado”, segundo a linguagem usada pelos communistas. Aliança e bloco com os camponeses, e com a pequena burguezia das cidades, diziam elles, mas sem o sacrificio da sua propria physionomia proletaria. Tal era a linha seguida pelo Partido, no Terceiro Congresso.

A questão do desenvolvimento da campanha comunista nos campos havia de se tornar, em pouco tempo, uma das preoccupações mais sérias do Partido. O campo estava até então isento da contaminação comunista. Era necessario infectal-o. A importancia dessa questão é tamanha, que centenas de estudos, artigos e resoluções visam focalizal-a. Escrevia, por exemplo, no numero de 26 de janeiro de 1928, no “Imprekorr”, o secretario do Partido Comunista Argentino, Rodolfo Ghioldi, actualmente cumprindo pena no Rio de Janeiro:

Basta recordar a importancia da questão camponesa nos nossos paizes, e por conseguinte a utilidade que representa para o nosso movimento a analyse, a interpretação e a solução leninista do problema. O nosso trablho sob esse aspecto tem sido muito fraco, mas assim mesmo nossos partidos já principiaram a trabalhar para melhoral-o, pois comprehendem perfeitamente que sem a aliança dos operarios e camponeses não se póde falar de “revolução victoriosa”. A theoria de Lenine e o exemplo da revolução de outubro, guiada por Lenine, constitue uma orientação para os nossos partidos na realização desse trabalho tão altamente importante.

No Brasil, classificado pela III Internacional entre os “paizes semi-coloniaes”, essa questão assume particular significado. Um simples exame da composição das nossas classes trabalhadoras, segundo a natureza do seu trabalho, bastará para explicar a preocupação comunista pelos trabalhadores da roça. Assim se repartem os trabalhadores no Brasil:

*Na industria:* Textil, 210.000. Construcção Civil, 200.000. Metallurgicos, 160.000. Industrias da madeira, 100.000. Vestuario, 100.000. Couros (inclusive calçado), 70.000. Mineiros, 40.000. Luz e força, 30.000. Vidros e louças, 36.000. Productos chimicos, 25.000. Papel, 20.000. Industrias restantes, 680.000. Total de operarios na industria, 1.671.000. Representam, portanto, 14% do total de trabalhadores arrolados. *Comunicações e transportes:* Ferroviarios, 220.000. Maritimos e fluviaes, 120.000. Telephone, telegrapho, radio, 25.000. Total em transportes e comunicações, 365.000, representando 3%. *Commercio:* empregados em Bancos e Companhias de Seguro, 35.000. Commercio atacadista e varejista, 677.000. Em hoteis, restaurantes e cafés, 40.000. O total representa 6% dos trabalhadores. *Profissões liberaes:* advogados, medicos, dentistas, etc. 240.000, representando 2% do total.

Emquanto isso na Agricultura, nas diversas fôrmas e categorias do trabalho agricola, occupam-se 8.860.000 trabalhadores, isto é, 75% do total de trabalhadores, que é de 11.888.000.

Si examinarmos o conjunto da população do Brasil, veremos que 2/3 vivem na roça. Essa circunstancia não poderia deixar de ser considerada pelos communistas. Dahi o seu interesse em accentuar o trabalho de penetração no interior, procurando envenenar o espirito das massas ruraes. Sua revolução teria, na primeira etapa, um caracter de “revolução agraria e anti-imperialista”.

Ao mesmo tempo, graves crises de ordem interna abalavam o Partido. Importantes chefes de prestigio nos circulos intimos divergiam da orientação extremamente “sectaria” — segundo diziam elles — que o famoso partido “guia do proletariado” vinha seguin-

do. Parecia-lhes opportuno “romper com esse sectarismo”, abrindo outros rumos á influencia comunista, penetrando em todas as camadas, em vez de se restringir summariamente aos trabalhadores manuaes. O excessivo “obreirismo”, diziam elles, referindo-se á mania proletarizante, matava o impeto do Partido. Mas a tendencia contraria, em nome da *pureza revolucionaria*, vence, expulsando os recalitrantes. Essa crise, ao passo que de inicio abalava a composição intima do Partido, dava-lhe, por outro lado, um reforço de prestigio entre os sectarios deslumbrados pela “energia”, “decisão”, “fidelidade á revolução”, em cujo nome, como se sabe, tantos crimes têm sido barbaramente commettidos.

Essas crises e lutas internas debilitaram a acção exterior do Partido. Restringindo necessariamente o impeto, diminuindo suas iniciativas, para poder contornar a crise em que se via envolvido, o Partido desligava-se da agitação e do contacto com o povo, tornando-se, cada vez mais, um grupo de illuminados, com ares mysticos, agindo por conta de vagas indicações vindas do estrangeiro, e applicando automaticamente, sem discernimento nem critica, as “directivas” que de fóra lhe mandavam. Acontece que essas “directivas” eram pensadas e mandadas na base de informações remetidas pelos proprios que deviam depois applicar-as. Essas informações, via de regra, raiavam pela loucura, tal o optimismo de que se cercavam. Em cada manifesto comunista dessa occasião podemos ver expressões como esta: “dia a dia, cada vez mais, nos aproximamos da Revolução”. Ou, então: “já as massas caminham para a insurreição”.

Era o engano de um partido divorciado da população, julgando ver realidades communitantes onde havia um descontentamento, uma ansiosa expectativa por melhores dias. A effervescencia politica que desde 1922 se vinha processando, com crises periodicas, subia de ponto e attingia o auge, aggravada pelo erro do então presidente, recusando a amnistia aos antigos revoltosos. Essa recusa, no plano politico, coincidindo com a crise mundial e nacional, e a crise do café, no plano economico, creavam ambiente favoravel ás mais desencontradas confusões. Esse descontentamento popular, visto através das lunetas enfumadas pela loucura partidaria do communismo, parecia aos bolchevistas uma perspectiva de victoria proxima. Entretanto, estavam tão distantes da realidade que nem lobrigavam aquillo que só mais tarde, no VII Congresso da Internacional, viria a ser desvendado: “contava o Partido com apenas 500 membros, concentrados no Rio, S. Paulo e Recife, sem organização de massas nem ligação entre os seus comités de bairro”.

A crise politica aggravava-se. A successão presidencial, que devia realizar-se em 1930, forneceu o melhor material inflammavel para o desencadear das lutas e agitações. Como lastro da crise politica, diziamos, a crise economica contribuia para o afundamento que se sentia proximo, embora não se percebesse ainda exactamente por onde deveria começar. Os dirigentes conservadores (dizemos conservadores por opposição, no caso, a revolucionarios), divergiram. Tentaram uma fórmula conciliatoria. Mas os acontecimentos os conduziam. Viram-se forçados a lançar a questão da successão na ordem do dia. O reagrupamento de forças até então dispersas, algumas, e outras amarradas ao carro presidencial, processou-se em meio á agitação. Surgiu a Aliança Liberal, que retomava a bandeira da antiga Reacção Republicana. Si antes a fórmula politica fóra facil de resumir na expressão: “Representação e Justiça”, agora ella era mais complexa. A plataforma do candidato Getulio Vargas, que constitue um dos mais preciosos documentos da nossa historia politica, consubstanciou todas as aspirações do povo brasileiro. Em torno do candidato liberal, formou-se uma corrente de opinião cada dia mais poderosa e irresistivel, corrente que os communistas tentaram romper com as agitações de seus desfiles, mas que a plataforma do candidato popular manteve cada vez mais forte, sobretudo quando sustentou as reivindicações sociaes da classe operaria, consubstanciadas, mais tarde, na instituição do Ministério do Trabalho, que, com seu corpo de leis de amparo, assistencia e garantia aos trabalhadores, diminuiu consideravelmente as possibilidades de expansão comunista entre os operarios.

Entre as forças politicas mobilizadas na campanha liberal, vinham os Tenentes. Que eram os Tenentes? Officiaes e civis, de diversas patentes e de diversas profissões, compunham essa corrente que depois recebeu aquelle nome, graças á predominancia do elemento jovem militar nelle existente. Haviã sido os pioneiros da renovação politica, reclamando, em nome do povo e do exercito, uma regeneração dos costumes politicos, desde 1922. Haviã tomado parte, por iniciativa propria, em geral, em todos os movimentos até então promovidos, inclusive na Columna Prestes, onde muitos de seus elementos tiveram actuação decisiva. Mas, abraçando a Aliança Liberal, eram violentamente atacados por Luiz Carlos Prestes, que, do exilio, lhes censurava essa participação no movimento liberal.

É que Prestes e alguns de seus companheiros, internados em 1927 e exilados no estrangeiro, transformados em conspiradores profissionais, haviã entrado em entendimento

com os communistas, estabelecendo estreitas ligações entre os elementos de ambos os grupos. Em janeiro de 1928, Prestes recebeu no exílio um emissário do Partido Communista, que com elle foi conversar, levando-lhes livros de doutrina e propaganda que talvez tenham sido os primeiros livros communistas manuseados pelo ex-chefe da extrema esquerda no Brasil. Nessa ocasião, entrevistado por um jornal do Rio, dissera Prestes no seu exílio em Gaíba: "Não ha mais soluções para o Brasil, dentro dos quadros legaes".

Approximara-se Prestes do communismo. Eis ahí porque investia contra aquelles dos seus antigos companheiros que vinham participar do conglomerado de forças formadoras da Aliança Liberal. O phenomeno tenentista, até então, homogêneo, passava a ser heterogêneo. A parte mais numerosa dos "tenentes" ficou com a Aliança Liberal. Só os "prestistas" orthodoxos procuraram adherir ao partido communista, sendo, aliás, repellidos por este, como adeante veremos.

Faltava entretanto, aos "tenentes", considerados como bloco politico, uma plataforma ideologica. O manifesto inicial de Prestes, ao adherir ao movimento de 1924, dirigido "ao povo de Santo Angelo", demonstrava, segundo vimos, residuos de positivismo. Mas ha muito esses residuos se haviam diluido, nas vicissitudes do combate. Restava-lhes um sentimento commum: elles eram *contra*. Não traziam um programma concreto, nem uma justificação ideologica. Depois de victorioso o movimento de outubro, veremos muitos "tenentistas" descobrirem Alberto Torres e sua obra como uma biblia de salvação nacional. O Club 3 de Outubro, a Legião 5 de Julho, outras corporações tenentistas que logo se fundaram, andavam em busca de uma ideologia.

O Congresso Revolucionario, reunido no Rio depois da victoria de 30, foi um mosaico de opiniões e tendencias contradictorias, cada qual mais falsa, indo do fascismo ao communismo disfarçado. Theses communistas, em materia de educação e de organização do Estado, iam sendo approvadas, com a entusiastica adhesão de conservadores catholicos. O futuro dirigente do partido fascista no Brasil, tomando parte no Congresso, deu logar a um incidente, que aliás não o impediu de ser o redactor do manifesto da Legião Revolucionaria de São Paulo, apresentada como organização esquerdista. A confusão era completa. Terminou o congresso pela fundação de partidos socialistas que logo se desfizeram, sob a pressão da realidade, sempre mais forte do que a intenção dos seus deformadores. De todas essas tentativas, marchas e contra-marchas, sahiam descon-

tentes que depois, em 1935, iriam reforçar as fileiras da Aliança Nacional Libertadora.

Mas não precipitemos. Continuaremos o relato da situação do communismo em 1930. Sem qualquer possibilidade de victoria, nem mesmo de figurar na lista dos menos votados, apresentou-se um candidato communista á presidencia da Republica, em contraposição aos dois candidatos liberaes. Essa candidatura, que ostensivamente apparecia por intermedio do Bloco Operario e Camponez, tinha significação diversa da expressão eleitoral de sua força — que era, nesse sentido, quasi nulla. Torna-se claro que o partido communista visava, com seu candidato, reafirmar de modo inilludível a independencia politica da classe operaria, que elle pretendia representar, á qual se alliaría, nos seus delirantes projectos, a classe camponeza, formando, diziam elles, "um bloco dos pobres contra os ricos".

Os episodios politicos que se seguiram, a luta das candidaturas, a victoria do candidato da opposição, o esbulho de que foi victima, o recurso ás armas, a arrancada militar de outubro, o movimento pacificador de 24 daquelle mez, esse marco da nossa historia contemporanea, já pertencem ao dominio publico; não ha quem não os conheça, ao menos na sua generalidade.

Terminando o historico manifesto em que annunciava a irrupção do movimento de outubro, dizia o sr. Getulio Vargas:

Trata-se de um movimento generalizado, do povo, fraternizando com a tropa, desde o norte, valoroso e esquecido pelos governos, até o extremo sul. Amparados pelo apoio da opinião publica, prestigiados pela adhesão dos brasileiros que maior confiança inspiram dentro e fora do paiz, contando com a sympathia das forças armadas e com a cooperação de sua melhor parte. Fortes pela Justiça e pelas armas, esperamos que a Nação volva a entrar na posse da sua soberania, sem maior opposição dos reaccionarios, para evitar a perda inutil de vidas e bens e abreviar a volta do paiz á normalidade e facilitar a installação de um regime de paz, harmonia e tranquillidade sob a égide da lei. Não foi em vão que o nosso Estado realizou o milagre da união sagrada. É preciso que cada um dos seus filhos seja um soldado da grande revolução! Rio Grande, de pé pelo Brasil! Não poderás illudir teu destino heroico! (*Manifesto divulgado por "La Nación", de Buenos Aires, em 10 de outubro de 1930*).

Enquanto taes acontecimentos se precipitavam, com a força das explosões insopitaveis, canalizando as esperanças populares por melhores dias, o partido communista, estonteado, atacava ambas as facções combatentes; seus ataques, que só os proprios communistas liam, nenhuma influencia vinham a ter no curso dos acontecimentos; deblateravam, avulsos,



com a seriedade de quem pretendesse castigar, a chicote, o mar e a montanha, pelo crime de serem grandes. . .

Triunphante a revolução de 30, o Partido Communista organizou um comicio na praça Mauá, no Rio de Janeiro, de caracter historico para o nosso estudo, em virtude de ter sido alli fixada publicamente a attitude dos communistas em face do governo surgido do movimento recém-victorioso. Nesse comicio, rompiam violentamente contra qualquer aproximação com os victoriosos, desmentindo, assim, á força de improperios, as affirmações do governo anterior, que buscara encontrar supostas cumplicidades entre os liberaes de 30 e os communistas. De accordo com essa attitude, rigorosamente baseada no principio da luta de classes, o Partido expulsou muitos militantes, alguns dos quaes haviam participado da revolução victoriosa, na acção militar ou na propaganda, e estigmatizou os antigos tenentistas que della haviam participado. Isso feito, prosseguiu nos seus interminaveis manifestos de analyse da situação politica, sempre acompanhados dos indefectíveis "vivas" e "abaixo".

A revolução desencadeada pela Aliança Liberal creou uma situação completamente diversa, no jogo das forças politicas do paiz. O movimento de outubro de 30 lançou na luta grandes massas de povo, tomadas de entusiasmo e cheias de esperança na renovação da vida politica nacional. Mas tudo isso se processou confusamente, com altos e baixos, com guinadas para esquerda e para a direita. Nenhum grupo, de quantos compunham a Aliança Liberal, escapou a essas contradanças. Quanto ao Partido Communista, vivendo numa situação de semi-legalidade, cujo gráo variava, aliás, de região para região do paiz, procurava adaptar-se ás novas circumstancias, buscando traçar sua linha de conducta no meio da desorientação geral. Em certo sentido, verificava-se nesse periodo (1930-1932), dentro das fileiras do P.C., um processo identico ou paralelo ao que se verificava no conjunto das forças politicas do paiz. As novas circumstancias creavam problemas novos. Novas batalhas se delineavam; factores novos reclamavam novos planos; novos planos exigiam novos chefes. . . Basta citar um exemplo: a criação do Ministerio do Trabalho, e a consequente legislação social, que tirou muitos pretextos de agitação communista, realizando importantes reformas — algumas de grande avanço — no terreno da protecção ao trabalhador.

Formava-se, assim, no proprio seio do Partido, uma consciencia de novas realidades, mais proximas do terreno social em que se propunha agir o communismo. Essa consciencia, que vemos então despontar, sob o

influxo — é claro — da pressão vinda de fóra, dos relatorios e resoluções do Comité Executivo da Internacional, irá ganhando terreno dentro do Partido, á medida que os acontecimentos da politica nacional evoluem.

Sobrevem o movimento constitucionalista de 1932, em São Paulo. Ainda ahí o P.C. se manifesta contra os dois grupos em luta — o governo e os revoltosos — acoimando de inter-imperialista a revolta dos constitucionallistas, que marca o declinio do tenentismo e uma relativa normalização das tendencias politicas, que desde ahí ganham certa consistencia e tomam caracteristicas até então indecifráveis. O processo de reagrupamento, violentamente acelerado pela guerra civil paulista, foi pouco a pouco se crystalizando em posições mais ou menos nitidas. Surgiu o Integralismo, no extremo opposto ao communismo. O Partido Communista, por sua vez, entrava num periodo novo de actividades. Nos annos seguintes ao movimento de 30, ainda o Partido insistia na politica fechada de limitações, de "obreirismo" à outrance. O desenvolvimento da crise politica, assim como a força que ia tomando o Integralismo, despertou entre os communistas o receio de que essa terceira força, de extrema direita, viesse a empolgar as classes médias. No Rio, no norte e sobretudo em São Paulo, no periodo 1930-32, muitas greves surgiram, evidentemente insuffladas pelo P.C.; mas cingiam-se a reivindicações de caracter economico, sem affirmações politicas immediatas. A transformação, porém, por que passava o conjunto da acção politica, determinava no interior do P.C. uma transformação pelo menos equivalente.

Mas essa "regeneração" do Partido não foi sem lutas e dificuldades. O ante-projecto de Constituição communista, por exemplo, então divulgado, corresponde a uma tendencia violenta e absolutamente esquerdista do movimento. Vejamos, por exemplo, o artigo XVI, que determina a igualdade social, moral e economica dos dois sexos; a actividade necessaria á comunidade de todos os individuos maiores de 16 annos e menores de 50; a inactividade voluntaria de todas as crianças, mulheres, velhos e enfermos do paiz; a liberdade de uniões sexuaes, o direito dos lavradores ás terras cultivadas, dos obreiros ás fábricas, instrumentos e productos do seu trabalho, dos habitantes ás casas que occupam e as que lhes convêm, proclamando a liberdade social, moral e economica do individuo nascido ou residente no paiz, que tenha mais de 16 annos de idade. O artigo XVII determina a socialização immediata de todos os productos armazenados, para o consumo dos habitantes; a abolição prompta de todas as dividas publicas e particulares; a expropriação

de toda propriedade privada sobre casas, terras, fábricas, minas, quedas d'água, materiais de transporte; socialização das empresas de transporte, navegação, força e luz; dos bancos e companhias, câes e portos, escolas, asylos, prisões e edificios publicos, ficando todas essas instituições sob a direcção dos syndicatos technicos de seus empregados; libertação immediata de todos os presos politicos e todos os presos por crimes communs com mais de 2 annos de detenção. O art. XI affirma o não-reconhecimento das igrejas e confissões religiosas, do exercito organizado por hierarquia e conscrição, da policia e justiça, da diplomacia, do funcionalismo, do jornalismo, e proclama a organização da propaganda revolucionaria e do exercito sobre pé de igualdade e reciprocidade de direitos e deveres entre commandantes e commandados. Este ante-projecto recebeu approvação do Partido.

Da innumeravel série de documentos, ainda não classificados, referentes ao periodo que antecedeu o movimento de 1930, os mais interessantes ao nosso estudo são, sem duvida, os manifestos de Prestes, a resposta dos seus antigos companheiros de revolta, que delle divergiam no momento em que adheria ao communismo, e as reservas manifestas pelo Partido Comunista em torno do manifesto de Prestes.

A' affirmação de Prestes, segundo a qual a revolução no Brasil, para ser bem feita, teria de ser dirigida pelo operariado, respondia, em nome dos antigos membros da Columna que se incorporavam á Alliança Liberal, o sr. Juarez Tavora:

"A revolução possível no Brasil terá, portanto, de continuar a apoiar-se nos mesmos meios em que tem sido alicerçada até aqui.

...É inutil ou dispensavel que se lhes indague a classe a que pertencem, o crédito politico social que abraçam, os erros ou prejuizos de sua mentalidade actual ou anterior.

...“Deverá haver, assim, em suas fileiras, logar para o socialista, o revolucionario moderado, o liberal e o conservador; para o civil e o militar; para o burguez e para o proletario.”

Assim se desfazia a pretensão do ex-caudilho, que almejava arrastar os seus antigos commandados ao novo caminho que tomara.

Mas, si por um lado grande parte dos antigos companheiros de Prestes não aceitavam a sua profissão de fé communista, por outro lado, o Partido Comunista criticava esse “caudilho”, cuja, presença nas suas fileiras era então indesejavel. Receiava a intromissão do caudilhismo, capaz de desnaturar a organização rigida do partido. Prestes dizia no manifesto: “Uma parte da pequena burguezia passou-se para o imperialismo, através da Alliança Liberal”. Mas o reco-

nhecimento dessa “verdade” não bastava aos communistas para absolver o chefe revolucionario do seu peccado original, o caudilhismo. “A Classe Operaria” (n.º 95, 13 de agosto de 1930) dizia: “A declaração polemica de Luiz Carlos Prestes... caracteriza claramente a posição oscillante, nebulosa e equivocada do general revolucionario e indubitavelmente significa um passo atrás em relação ao seu primeiro manifesto”. Prestes adheria ao communismo; entretanto, o communismo repellia Prestes, numa inabalavel intransigencia, defendendo a “pureza” da organização e dos “principios” partidarios.

Receiava o Partido que, pelo prestigio de que dispunha, e sem o freio da disciplina partidaria, pudesse Prestes empolgar as massas e lançar-as numa aventura... burgueza.

Em seu primeiro manifesto, alvo da critica cerrada dos communistas, Prestes propunha a criação de uma “Liga de Acção Revolucionaria”, que seria “um órgão technico de preparação do levante das massas”. O P.C. protestava contra essa idéa, allegando: ou Prestes aceitava a direcção do proletariado, como chefe “pequeno-burguez” que era, e então não precisaria crear outro partido que não fosse o Communista, ou pretendia cingir a acção dos communistas a essa Liga de Acção Revolucionaria, e, portanto, sujeitar a revolução á traição que noutros paizes se effectuara — citando o Mexico de Calles e a China de Chang-Kai-Chek.

Dizia “A Classe Operaria”: “Luiz Carlos Prestes declara que a Liga deve ser uma “frente unica” de todos os revolucionarios; mas na realidade ella será um partido confusionista. O proprio L. C. Prestes, no seu segundo manifesto, é obrigado a fazer uma extrema confusão, quando diz que a luta será tambem contra os capitalistas, sem formular palavras de ordem anti-capitalistas. Elle fala dos soviets e apresenta fórmulas evasivas da luta revolucionaria, como “a necessidade de uma transformação realmente profunda no actual estado de coisas”.

Terminava a critica dos communistas: “Somos contra a Liga de Acção Revolucionaria da pequena burguezia tambem porque ella representa uma tentativa contraria á verdadeira frente unica revolucionaria das massas. Independentemente da posição de Luiz Carlos Prestes, e dos revolucionarios pequeno-burguezes, o Partido Comunista continuará o seu caminho, explicará ás vastas massas a necessidade de confiar em ninguém a não ser nas forças das suas proprias organizações de classe e na sua propria vanguarda proletaria”. (“A Classe Operaria”, de 20 de agosto de 1930).

No numero de 13 de agosto desse anno, o órgão official do P.C.B. declara:

Com suas tres declarações, Luiz Carlos Prestes pretende collocar-se *sobre todas as classes*, por cima de todos os partidos politicos do Brasil. Elle tenta aconselhar, ao mesmo tempo, a Colunna contra-revolucionaria e a vanguarda do proletariado. Mas se esquece de uma questão fundamental: que elle representa os interesses da pequena-burguezia pauperizada, que só tem dois caminhos a seguir: o caminho do proletariado e o caminho dos capitalistas estrangeiros e seus agentes feudaes-capitalistas brasileiros. Um terceiro caminho é impossivel; não existe". "... Luiz Carlos Prestes é o adversário mais perigoso, do Partido Communista, porque é um homem que ainda goza de popularidade, porque ainda tem grande influencia no paiz sobre as massas não experimentadas na luta revolucionaria. Si Prestes houvesse comprehendido o que affirmou: que "somente o proletariado poderá resolver de maneira consequente e firme os problemas da revolução democratica: o problema imperialista e o problema agrario", tiraria dahi a conclusão de que o Partido Communista deve combater não

só as concepções d'elle, Prestes, mas tambem, com redobrada energia, todos os prestistas que existem em seu seio". ...Que coisa propõe Prestes ao Partido Communista? Elle propõe que o Partido se occupe dos "altos principios e idéas e amadureça para a luta futura, quando — palavras de Prestes — "a massa camponeza, o proletariado e a pequena burguezia lutam pela revolução agraria e anti-imperialista". "...L.C. Prestes affirma que a idéa da hegemonia da revolução em poder do P.C. infundirá temor e por isso opina que é melhor não falar deste problema. Na realidade, somente os inimigos da revolução operaria e camponeza temem a hegemonia do proletariado no movimento revolucionario.

Assim abortou, entre as criticas furiosas do Partido Communista, as ponderações dos antigos "prestistas" desiludidos e as intenções sem successo do proprio Prestes, a Liga de Acção Revolucionaria, precursora mallograda da Alliança Nacional Libertadora.

## AUTO-CRÍTICA — REVIRAVOLTA NA ORIENTAÇÃO

VIMOS COMO ERA DESLIGADO da massa — segundo suas proprias expressões — o Partido Communista; como eram falsas as suas analyses, e como não correspondiam á realidade as suas affirmativas. Desesperava do Brasil a Internacional Communista. Pareciam-lhe, aquellas furibundas affirmações, um legitimo bluff...

Os technicos da subversão comunista, reunidos no Comité Executivo da Internacional, lembraram-se então de uma nova tactica. Não era apenas o caso brasileiro que os preocupava. Era o insuccesso da iniciativa communizante, em todos os paizes. Diminuia aquelle impulso que depois da grande guerra parecia conduzir a rapidas victorias os partidos communistas de todos os paizes. Recompunha-se a ordem vigente, máo grado os abalos das crises, em cada uma das quaes o communismo apontava indícios de desastre inevitavel...

Mas Lenine, com a presciencia do seu genio degenerado, já traçara um caminho com variantes necessarias a qualquer situação, porque na sua opinião "*o dever de um partido verdadeiramente revolucionario não é proclamar uma renuncia impossivel a toda especie de compromissos, mas saber, através de todos os compromissos, da medida em que elles sejam inevitaveis, guardar fidelidade a seus principios, á sua classe, aos seus fins revolucionarios, á preparação da revolução e á educação das massas que devemos conduzir á victoria*".

O trecho que ácima transcrevemos possui extraordinaria importancia. Nelle se baseou a "luta contra o sectarismo", que caracterizou a acção interna do Partido Communista,

sob a pressão da direcção suprema, o Komin-tern.

O Komintern censurava no P.C. do Brasil, como no de outros paizes, a sua limitação no trabalho e a sua unilateralidade, o que, em linguagem adequada, se chama "sectarismo". O espirito de seita, isto é, o excessivo fechamento da actividade partidaria a um determinado circulo de iniciados, evitando e mesmo repudiando qualquer approximação com a burguezia, e até com a propria parte do operariado refractaria ao communismo, os chamados "amarells" da terminologia revolucionaria, determinára uma crescente queda do trabalho de penetração comunista, causada por aquelles mesmos que se arvoravam em seus mais decididos propagandistas. Além disso, um inimigo surgira, exigindo uma ampliação de forças como fórmula de resistencia á sua marcha avassalladora: o fascismo.

Por essas razões principaes, a Internacional decidiu recommendar uma reviravolta na politica nacional de cada partido comunista. Os effeitos dessa mudança radical, no Brasil, constituem um expressivo capitulo deste estudo.

Em 1934, antes de promulgada a Constituição, o Partido Communista realizou um congresso nacional de seus elementos; os documentos desses congressos foram publicados pela imprensa clandestina. (Jornaes como "A Classe Operaria", "União de Ferro", "Soldado Vermelho", "Jovem Proletario", etc. impressos e mimeographados, circulavam clandestinamente, podendo-se calcular em cerca de 35.000 exemplares a tiragem diaria total desses jornaes, além de boletins, volantes,

prospectos, etc. A questão da imprensa sempre constituiu preocupação do P.C.).

Nesse Congresso, a direcção do Partido fazia uma severa auto-crítica de sua própria orientação. Ao fim dessa auto-crítica, que é um curioso documento, preconizava a direcção do Partido uma reviravolta na sua orientação, decidindo ampliar suas actividades, visando "sem sectarismo a classe média e os elementos democratas mais antigos dos diferentes grupos políticos do paiz". Nas eleições de 1933 o Partido pleiteara o seu registro, que foi recusado pelo Tribunal Eleitoral, por se tratar de partido internacionalista. Declaravam os comunistas, expressamente, na sua petição: "Partido Comunista do Brasil, secção brasileira da Internacional Comunista". Tentou então essa organização comparecer disfarçadamente, sob a legenda já registrada "União Operária e Camponesa", não conseguindo eleger nenhum candidato. Entretanto, nas eleições syndicaes para deputados classistas, o suplente de uma vaga então aberta, em agosto de 1934, foi um representante operário que se declarou representante do Partido Comunista. Nas novas eleições para a Camara, o P.C. compareceu em colligação com outros grupos de esquerda, sob a mesma legenda, não obtendo a victoria de nenhum candidato.

Sob o regime constitucional, verificára-se um natural reagrupamento politico. Havião surgido para as eleições de 1933, em virtude da proclamada necessidade da existencia de partidos politicos, numerosos grupos e partidos puramente eleitoralistas, que nas eleições de 33 e 34 desempenharam importante função; mas não correspondendo, depois,

aos seus compromissos, e ao que delles esperava a massa eleitora, delles desertaram numerosos elementos desilludidos ou desconcentes, que, juntando-se a outros elementos de esquerda, irião pouco mais tarde reforçar tambem as fileiras da Alliança Nacional Libertadora.

A auto-crítica da direcção do Partido Comunista, effectuada em 1933-34, representava uma total subversão na ordem dos trabalhos de agitação e propaganda desse partido. Já sob a vigencia dessa nova tactica, obtinha grande impulso o trabalho de proselytismo do Partido, que em pouco tempo triplicava o numero dos seus adherentes. No VII Congresso da Internacional, o relatorio referente ao Brasil consignava, para esse periodo, um augmento consideravel: "mediante efficiente auto-crítica de seus erros, conseguiu o P.C. francos progressos, e após o Congresso dos P.C. latino-americanos, em 1934, o P.C.B. creou uma direcção composta em sua maioria de operarios, conseguindo respeitar a ligação com a massa e dirigindo mais de 60% das greves que então irromperam". "Em fins de 1934 possuía o P.C.B. 5.000 membros, e só no Rio existiam 35 cellulas de empresa".

Iniciava-se assim a applicação da tactica de Frente Unica, recommendada pelos "leninistas". Esta tactica foi assim definida pelas forças ampliadas de esquerda, no congresso da Frente Popular em Bruxellas, em outubro de 1935: "Não um partido (a Frente Popular), e sim um movimento de opinião coordenada contra todas as fórmulas de reacção, contra o fascismo, contra o imperialismo, contra a guerra".

## MOVIMENTOS POLITICOS

POR MEIO DESSA TACTICA, pretendia o P.C. entrar numa phase decisiva de agitação intensa, preparando a famosa "revolução agraria e anti-imperialista", ou "revolução democratico-burgueza", que deveria preceder, como etapa necessaria, a transformação ulterior em revolução operária e camponesa com instauração de soviets, conselhos de operarios e camponeses, soldados e marinheiros. Segundo a these do Komintern, a revolução democratico-burgueza visaria desenvolver as forças nacionaes de cada paiz considerado "semi-colonial", isto é, atrazado e dependente, creando condições de prosperidade, para em seguida... annular essa mesma prosperidade, com a insurreição extremista.

Dahi por deante, o P.C. iria tentar explorar, em proveito proprio, a experiencia e tradição das revoltas e tentativas populares que

desde 1922 se desenvolviam no Brasil. Uma simples enumeração das principaes iniciativas nesse terreno bastará para informar o leitor sobre a sequencia desses movimentos: 5 de julho de 1922, revolta do Forte de Copacabana, 5 de julho de 1924, revolução de São Paulo, chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa, Joaquim Tavora; logo depois, levante no Rio Grande do Sul, encabeçado por Luiz Carlos Prestes, em apoio da revolta de São Paulo. A seguir, durante mais de dois annos, marcha da Columna Prestes através do Brasil. Novembro de 1924, sublevação do couraçado "São Paulo"; 1925-26, conspiração militar-civil, abortada; depois, tentativa de assalto ao 3º Regimento de Infantaria; revoltas isoladas no Rio Grande do Sul e em Pernambuco; em 1930, a revolução liberal de outubro; em 1931, insubor-

dinação dos soldados do 21º B.C. de Pernambuco; em 1932, revolução constitucionista de São Paulo; em 1934, agitações diversas, culminando numa demonstração extrema, o Congresso Anti-Guerreiro de 23 de agosto, no Rio de Janeiro.

Essas perturbações constituíam, para o Partido Comunista, um incentivo, um estímulo, agora que elle sahia do exclusivismo em que vivera, para procurar adhesões noutros sectores.

Havia descontentes, desiludidos e esperançados por toda parte. Cada uma dessas iniciativas, que por motivos diversos haviam sido desviadas, assim como aquellas que, triumphantes, tinham aliado os incapazes de comprehender o curso logico dos acontecimentos, produziam consideravel numero de inadaptados e de insatisfeitos.

A esses procurava o P.C. aproveitar.

A "Liga de Acção Revolucionaria", proposta por Prestes em seu manifesto de 1930, fôra torpedeada pelo proprio P.C. A tentativa da creação de Legiões, que depois da revolução liberal a principio tivera uma intenção esquerdista, logo se tornou, em alguns pontos, um mallogrado movimento de arregimentação conservadora. Desta vez, porém, as

condições do ambiente favoreciam a acção do communismo, que recebia de fóra advertencias e incitamentos. No inicio de 1935 promovia o P.C. a realização de um Congresso de Unidade Syndical que englobou, segundo as cifras do proprio Partido, sempre exaggeradas, representantes de cerca de 500.000 trabalhadores. Esse Congresso, do qual sahia a projectada "Confederação Syndical Unitaria Brasileira", estimulou consideravelmente o trabalho dos communistas, que viram na "C.S.U.B." um primeiro e animador resultado da unificação que elle se propunha fazer entre as forças revolucionarias.

Já em S. Paulo, durante a interventoria occupada pelos elementos tenentistas, se cogitára de uma organização nos moldes dessa frente unica tão recommendada agora pelo Partido Comunista. A essas iniciativas puramente nacionaes, o P.C. se agarrava, vendo em cada uma dellas o embrião de futuras organizações nas quaes pudessem desenvolver seu plano para a revolução "agrária anti-imperialista". Era esta a these: si a revolução é democratico-burgueza, não ha impedimento em que se obtenha a participação dos elementos democratas e burguezes.

## A ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

ASSIM NASCEU a Alliaança Nacional Libertadora. Categoricamente contestada, pelos seus participantes não-communistas, a iniciativa comunista na formação dessa entidade, é fóra de duvida, entretanto, que o P.C.B. teve na gênese da A.N.L. a mais destacada actuação. Allega o proprio P.C. que seus organismos deram "apoio completo ao movimento da A.N.L., sobretudo depois de ter sido proclamado presidente de honra dessa organização Luiz Carlos Prestes". Resolvidas as pequenas divergencias que em 1930 ainda separavam Prestes do P.C., fôra aquelle revolucionario admittido no partido depois de um estagio na Russia, onde esteve estudando a organização do Exercito Vermelho. Um dos membros communistas da A.N.L. declara, no depoimento prestado na policia, depois da revolução de novembro: "Que sendo o programma da A.N.L. de reivindicações populares, o P.C. o apoiava, desde que a direcção daquella agremiação politica cumprisse integralmente as directrizes traçadas, isto é, que combatesse pela libertação do Brasil do jugo do capital estrangeiro e do feudalismo, por uma revolução nacional libertadora".

Na realidade, estava a Internacional manobrando, em termos nacionaes, pela hegemonia do seu terrivel partido. As instrucções

do Comité Central do P.C.B., já divulgadas, são bem expressivas: "A base do poder popular nessa primeira etapa será formada pelos operarios, camponezes e pequenos burguezes que a seguir, e na medida do possivel, deverão logo ser armados pelos sectores do exercito e da marinha que participam activamente da luta pela A.N.L., como grande organização nacional revolucionaria, pelos syndicatos, pelos comités e ligas de organizações unitarias da juventude brasileira".

Qual era o objectivo do P.C.B.? "O P.C.B., diz o Comité Central, nessa Grande Revolução, ganhará a legalidade, e em pouco tempo se transformará num poderoso partido de massas; pelo seu trabalho, ganhará influencia e autoridade em todas as organizações do povo brasileiro, e será o baluarte seguro para o desenvolvimento da Revolução".

Queria o partido assegurar, segundo suas proprias expressões, a "hegemonia do proletariado" no movimento da A.N.L., que se affirmava como nacional e até nacionalista, embora delle participasse o partido do Komintern.

Segundo o P.C.B., a missão da Alliaança Nacional Libertadora seria realizar a revolução democratico-burgueza. "Nos paizes coloniaes e semi-coloniaes, diz o órgão do

P.C., a victoria da revolução comunista só é possível, em geral, após uma série de etapas preparatorias e após um periodo de desenvolvimento da revolução democratico-burgueza e de sua transformação em revolução socialista". É essa, textualmente, a definição constante dos estatutos da III Internacional.

Mais tarde, por ocasião do fechamento da A.N.L., as autoridades documentam a veracidade de suas constatações acerca da participação do Komintern na vida politica nacional, com a transcrição do discurso de Van Mine, membro do Comité Executivo da Internacional. Van Mine — representante do Partido Comunista chinês e não do holandez, como pensaram alguns — emitindo parecer sobre o relatório da secção sul-americana do Komintern, declarou, segundo texto constante da denuncia offerecida ao Tribunal de Segurança pelo procurador da justiça especial: "A Aliança Libertadora, creada sob a orientação secreta, mas directa do Partido Comunista brasileiro, segundo as instrucções confidenciaes da Legação Sovietica em Montevideo..." O advogado de um dos réos, na defesa apresentada ao referido Tribunal, procura argumentar: "A orientação é secreta, as instrucções da Legação são confidenciaes, e o delegado hollandês vae bradar tudo isso ao mundo em alto-falante!". O argumento especioso não procede, embora fosse adoptado por muitos dos que pretenderam contestar a authenticidade do texto de Van Mine, transcripto da "Correspondance Internationale". Quando não bastasse a segurança da fonte, uma publicação official do Komintern, outros documentos, variados em numero e natureza, ratificariam a constatação feita pelas autoridades: a interferência do Komintern nos assumptos internos da vida nacional.

A agitação promovida por essa "frente unica" teve proporções calamitosas. Desde a forma aguda das greves, até as modalidades mais subteis das conversas e entendimentos com personalidades isoladas, tudo foi tentado, tudo foi realizado, no curto espaço de tres mezes, por essa tenebrosa organização. Cogitava-se, desde o inicio, de acclamar Luiz Carlos Prestes para a presidencia da A.N.L. Diz um documento comunista: "O prestigio de Prestes ou do P.C.B., partido do proletariado, dando seu apoio á A.N.L., são vehiculos da hegemonia do proletariado no grande movimento de massas a que ella se propõe. A posição de Prestes quanto á A.N.L. não pôde ser differente da do Partido neste momento, enquanto a A.N.L. não degenerar ou não se converter em perigo. Logo que fôr possível, Prestes dará sua adhesão publica á A.N.L., reforçando as linhas do apoio já dado pelo P.C.B.".

Pouco depois era elle acclamado, no VII Congresso do Komintern, membro destacado do Comité Executivo da Internacional Comunista.

Augmentava, á sombra da A.N.L., a força do Partido Comunista. O relatório rubricado por J.O. appenso aos documentos encontrados na casa em que foi preso o agitador allemão Berger é bastante significativo:

É difficil determinar a força exacta do P.C.B. O grande problema organizativo e politico é evitar ou reduzir a immensa fluctuação. Os órgãos inferiores do partido, em parte, politicamente estereis, graças a uma longa tradição sectaria, não são capazes de assimilar os elementos novos, ás vezes bastante desenvolvidos politicamente.

O trabalho de propaganda ficou melhorado, principalmente quanto á qualidade e influencia dos melhores elementos dos mais variados sectores do movimento operario.

A secção de organização elaborou um recenseamento cujos resultados, entretanto, são apenas parcialmente conhecidos por enquanto. Por ora, existe um controle sério sobre entradas e sahidas dos membros do partido nas cidades do Rio, São Paulo e Niteroy.

Novas escolas do Partido e cursos, especiaes para instructores e actividades de cellulas poderão fazer face efficaçmente ás grandes fluctuações. A influencia do partido sobre as massas decuplicou no decorrer de 1934. A transformação radical na nossa politica syndicalista e a criação do bloco popular anti-imperialista, as senhas adequadas nos diversos movimentos grevistas, elevaram extraordinariamente o prestigio do partido e reforçaram tambem sua influencia organizativa. São dirigidas pelos comunistas as federações syndicaes do Estado do Rio, Santos, Rio Grande, com 27, 18 e 21 syndicatos. 500.000 operarios estiveram em 1934 em greve sob nossas senhas e 200.000 sob nossa direcção. O Comité Unitario Nacional é por nós dirigido. Uma das tarefas mais importantes do partido é organizar a união do movimento syndicalista no Brasil, sem dissidencias. A C. G. T.B., confederação geral do trabalho brasileiro, é absorvida pelo movimento unitario nacional. Os syndicatos C.G.T.B. entraram collectivamente para os syndicatos legais. Os syndicatos secundarios, bancarios, typographicos, empregados no commercio, medicos, etc., estão sob nossa direcção.

A organização e influencia no Exercito e na Marinha de Guerra augmentou bastante, com melhor organização e controle do que em outros ramos. A influencia de officiaes e sargentos é relativamente grande, porém constituem a maioria das nossas organizações, os soldados e marinheiros.

**Frente Popular** — A idéa da criação de uma aliança popular abrangendo as amplas camadas da população, em opposição á contra-revolução feudal-imperialista teve seu inicio em outubro de 1934. O primeiro passo para a realização dessa idéa foi dado com a organização do Comité Juridico Popular para descobrir os actos de terrorismo da policia-politica.

Fundado sob a nossa orientação, por advogados e intellectuaes da esquerda, esse comité se transformou rapidamente num movimento de massas.

A grande maioria dos syndicatos, numerosos pequeno-burguezes, ateístas, positivistas, faculdades inteiras e milhares de diversos grãos adheriram ao movimento.

Tratou-se, a seguir, de reunir numa grande frente popular, com um programma popular, todas aquellas forças promptas a combater o imperialismo e o latifundismo. Foi assim organizada a A.N.L., organização do povo contra o imperialismo, tendo em vista:

a) desapropriação das empresas imperialistas; entrega de sua administração às organizações operárias; b) retirada das missões militares e commerciaes estrangeiras; c) não pagamento das dividas externas; d) expropriação e repartição das grandes propriedades entre os lavradores e populações pobres rurais; e) abolição de impostos, contribuições feudaes, arrendamentos, etc.; f) concessão dos mais amplos direitos democraticos contra todas as medidas reaccionarias e anti-populares. O exito de tal plano excedeu todas as expectativas e a A.N.L. conseguiu numerosas adhesões individuaes e collectivias.

Assim marchava o P.C., por seu turno, para a expansão numa grande organização de massas, impossivel de ser contida no ambito rigorosamente limitado em que vinha até então vivendo.

A agitação provocada pela A.N.L., onde se juntavam os elementos communistas manobrando por entre forças de esquerda de diverso matiz, alarmou a nação, e teve como consequencia a promulgação da Lei de Segurança Nacional (n.º 38, de 4 de abril de 1935), que definia a figura do crime contra as instituições e o regime.

Cresce, em audacia e impudencia, o movimento subversivo. Conspira-se abertamente, sob a allegação de que o integralismo (fascismo, diziam elles), era parte no governo. A 13 de maio de 1935, sob pretexto de comemorar o anniversario da Abolição, um grande comicio publico no Rio, secundado por manifestações em numerosas outras cidades do paiz, serve de palco para a apresentação de um manifesto de Luiz Carlos Prestes, falsamente datado de Barcelona. Esse manifesto, que concita os brasileiros á luta contra o regime, tem trechos como este: "A radicalização das grandes massas manifesta-se claramente pela influencia crescente do P.C.B., e a propria aclamação do meu nome nos comicios da Aliança é um indicio de tal influencia, porque não só os dirigentes da Aliança, como as grandes massas que os apoiam, sabem que sou communista e membro do P.C.B.".

O paiz todo está alarmado. Conflictos se succedem, entre forças da extrema esquerda e da extrema direita. A Lei de Segurança Nacional é insufficiente para enquadrar nas suas penalidades os perturbadores da ordem publica. A 5 de julho, entre furiosas manifestações subversivas, é lido o manifesto decisivo de Luiz Carlos Prestes, no qual, paro-

diando Lenine, elle queima as amarras e lança a palavra de ordem insurreccional: "Todo Poder á Aliança Nacional Libertadora".

Seis dias mais tarde, rendendo-se á evidencia, e no interesse superior da preservação da tranquillidade nacional, o governo, pelo decreto 229, de 11 de julho, determina o fechamento da A.N.L. O delegado encarregado da execução da medida encontra na séde central da organização duas salas vazias, um grande retrato do "presidente de honra", cadeiras, mesas, livros. O fichario, o archivo da secretaria, tudo foi removido a tempo. Lavra-se a acta do fechamento. Uma greve geral, que a Aliança Nacional Libertadora ameaçava decretar como represalia contra o fechamento, não se realizou. Sua força ainda era desconjunctada. Soffria do mal de gigantismo. Attrahira muita gente, com a seducção das suas promessas e do seu programma mirabolante. Mas não encontrava quadros organizados para a vida illegal. O Partido Communista, ainda uma vez, aproveita a situação e empolga o movimento. Treinado na illegalidade, conhecedor dos *trucs* e manejos da acção conspirativas, elle passará a ser, desde então, mentor da A.N.L.

Prestes, que se dizia em Barcelona, estava realmente no Rio, onde entrara com passaporte falso, em nome de Antonio Villar. Com elle se encontrava o Estado Maior communista da America do Sul, no qual figuravam representantes da Internacional. Estava Harry Berger, aliás Arthur Ernst Ewert, intitulado cidadão norte-americano, mas na realidade antigo deputado communista ao parlamento allemão em 1928. Estava Léon Jules Vallée, technico revolucionario belga. Estava Victor Allan Baron, agitador communista norte-americano. Estava Rodolfo Ghioldi, secretario do Partido Communista Argentino. Sob a direcção immediata de Prestes, acelera-se a conspiração. Veja-se, por exemplo, uma circular daquelles dias:

Por todo o paiz precisa agora ser repetida e proclamada a grande necessidade da organização de grupos de combate voluntarios... Para poder iniciar essa grande tarefa, chamo a attenção para os seguintes pontos:

1) — cada comité estadual e local da A.N.L. deve designar um ou mais companheiros para dirigir e orientar o trabalho de organização militar junto aos diferentes nucleos.

2) — sem fixar rigidamente o numero de homens de cada grupo, o que depende das condições especificas de cada localidade, da origem de seus formadores, etc., aconselhamos no entanto que sejam de cinco e raramente passem de sete.

3) — os dirigentes militares dos nucleos da A.N.L., á medida que forem formando os nucleos de combate, devem tratar de ligal- os uns aos outros, formando assim secções, pelotões, companhia e batalhão, e devem ter seu substi-

tuto ou ajudante capaz de assumir o commando da unidade em sua falta, e, portanto, conhecedor também dos commandantes das sub-unidades.

4) — em cada localidade, em cada bairro, nas grandes cidades, os nucleos locais da A.N.L. devem dirigir, por intermedio dos responsaveis pelo trabalho militar, todas as organizações militares sob sua jurisdição.

5) — os commandantes de secção, de pelotão, de companhia e de batalhão são os unicos responsaveis pelas forças sob seu commando.

6) — é indispensavel dar aos grupos populares de auto-defesa a maior actividade politica possivel. As tarefas militares de taes grupos não devem de maneira alguma servir de justificativa para que elles se afastem da actividade politica.

7) — a tarefa central da organização popular de auto-defesa da A.N.L. é participar activamente na Revolução Libertadora e na luta pela implantação do governo popular nacional revolucionario. Com este objectivo, e para que elle possa ser realizado, os membros de todos os

grupos devem preoccupar-se em seguir a instrução militar indispensavel (manejo de fuzil, lançamento de granadas, principios de combate, principalmente de ruas, etc.).

8) — No periodo actual de preparação das lutas decisivas, devem ser dadas aos diversos grupos tarefas concretas: defesa de reuniões e de demonstrações, defesa de oradores e chefes populares, diffusão de toda a propaganda da A.N.L.

9) — os grupos armados da A.N.L. podem receber a denominação de *Grupos Populares de Auto-Defesa*, e a organização militar da A.N.L., em seu conjunto, a de *Milicia Popular*.

10) — Dentro da organização precisa ser constante e pacientemente explicado o seu caracter de instrumento armado da luta revolucionaria, e que não tem nada a ver com simples golpes isolados, acções desesperadas e inefficientes, que só poderão ter o caracter de provocações, o que não quer dizer que devamos ser contrarios á maxima iniciativa em tudo que diz respeito ás acções ácima consignadas no item 7.

## PREPARAÇÃO REVOLUCIONARIA

Prestes controla então, por interpostas pessoas, o trabalho da organização illegal. Em carta a um dos seus collaboradores, declara: “Estamos incontestavelmente nas vespersas de grandes acontecimentos em todo o paiz. Isto não é simplesmente uma phrase, como tantas outras que se repetem vagamente. Resulta da analyse aprofundada da situação economica e politica em que nos encontramos. Marchamos a grandes passos para uma crise revolucionaria, crise durante a qual ninguem poderá ficar neutro. A A.N.L., apesar de lançada á illegalidade, será a força capaz de dirigir o povo, e todos os brasileiros serão obrigados a tomar posição clara, a favor ou contra ella. É o que precisamos explicar ahi. Todos sabem que sou comunista, que tenho idéas definidas sobre o futuro social do mundo, mas ninguem tem o direito de negar a honestidade com que luto presentemente pela implantação de um governo verdadeiramente popular nacional revolucionario no Brasil... Isto é, agora, possivel e indispensavel no Brasil...”

Berger, o representante da III Internacional, assim analisa o caracter da revolução que se prepara (documento de fls. 3.857 do 15.º volume do processo): “É uma revolução nacional, anti-imperialista. A finalidade desta etapa é: criação da mais ampla frente popular (operarios, camponeses, pequenos burguezes e aquella parte da burguezia que é contra o imperialismo); instituição de um governo popular nacional revolucionario com Prestes á frente, e no qual estarão representadas as camadas ácima citadas. Este governo se apoiará, antes de tudo, na parte nacional

revolucionaria do Exercito e sobre os operarios e camponeses e as formações armadas e organizações de massa destes. Nesta primeira etapa não organizaremos soviets; porque isso reduziria prematuramente a necessaria larga frente popular. Não obstante, o poder verdadeiro estará em maior escala nas aldeias, nas mãos das ligas e comités de camponeses que se formarão e que também crearão as formações armadas para protecção do governo popular e defesa de seus interesses”.

Ao movimento insuflado pelos communistas vêm juntar-se outras obscuras e confusas conspirações, de caracter politico. Depois de estudar detidamente os copiosos volumes do processo instaurado após a victoria sobre a mashorca, o juiz do Tribunal de Segurança, coronel Costa Netto, poude dizer, em entrevista a um jornal (14 de março de 1937): “Existiam duas revoluções parallelas, uma articulada por elementos politicos e alguns militares descontentes, e outra de caracter nitidamente comunista, chefiada por Luiz Carlos Prestes. Os communistas, aproveitando-se dessa circumstancia, tramaram o seu golpe, visando confundir os dois movimentos num só, occultando, para isso, a sua verdadeira finalidade. Conhecido, porém, o plano confusionista dos adeptos de Moscou, muitos elementos que tinham adherido ao movimento em preparo, recuaram, escapando, assim, de serem colhidos nas malhas da justiça de excepção, instituida para punir os que planejavam implantar no Brasil uma dictadura nos moldes da que vigora na Russia”.



Prosseguia a conspiração. Articulavam-se elementos militares, aparte dos elementos civis — e foi esse o erro feliz do movimento. Não podiam os mashorqueiros ligar a força dos quartéis com a das ruas.

Na noite de 23 para 24 de novembro, precipitando o movimento, irrompe em Natal (Rio Grande do Norte), Olinda e Recife (Pernambuco) um movimento militar organizado por soldados e inferiores, com a cooperação de elementos civis. Em pouco tempo se apossaram da capital do Rio Grande do Norte; em Recife e Olinda, as tropas fieis resistiram, travando-se lutas encarniçadas. Em Natal, saques e acções delirantes desmoralizavam, em poucas horas de domínio, o proprio movimento junto aos seus proprios adeptos.

Na madrugada de 27 de novembro, entre detalhes de barbaridade inaudita, irrompia na Escola de Aviação, no Campo dos Affonsos, e no 3.º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha — ambos na capital do paiz — uma rebelião destinada a apoiar a que irrompera no norte, como parte de um plano que se precipitava.

Graças ao heroismo e ao grande numero das tropas fieis, foi em poucas horas debellado o motim. Os revoltosos renderam-se em massa, depois de forte bombardeio dirigido contra o quartel que occupavam.

Seguiram-se as investigações e a prisão de numerosos elementos. O governo obteve do Congresso a equiparação do estado de sitio ao estado de guerra externa, por se tratar, consoante os documentos apprehendidos vinham demonstrar, de uma commoção intestina grave. Ao mesmo tempo foi reformada a Lei de Segurança, ampliando-se a conceituação dos crimes contra o Estado, e creado o Tribunal de Segurança Nacional, cuja actuação foi decisiva.

Dias depois era aprisionada a direcção do P.C.B., assim como os representantes da Internacional e o secretario do P.C. argentino. Finalmente, após uma extraordinaria investigação policial, era preso Luiz Carlos Prestes, com sua mulher, Maria Bergner Prestes, de nacionalidade allemã. Chegando preso á policia, Prestes declarou: (depoimento junto ao relatório do juiz Raul Machado), *que assume inteira responsabilidade politica pelos movimentos irrompidos no anno findo (1935) na Capital da Republica e no Nordeste*. E mais: *que, como membro do Partido Comunista, está naturalmente na vanguarda de todos os que lutam pela independencia do paiz*".

Fracassára o movimento. Desbaratára-se o Partido Comunista. Analysando os erros da insurreição, diria pouco depois o órgão tecnico da Internacional: "Attribuem os che-

fes communistas aos seguintes factores principaes a causa da derrota do movimento de novembro de 35: 1.º — a precipitação do movimento quando este ainda não estava "maduro" e sufficientemente articulado. 2.º — a falta de ligação entre os trabalhos das regiões e o preparo da insurreição. 3.º — a lentidão das ligações — a "falta que fez o radio", é constantemente notada, sendo dadas continuas instrucções para que essa falta pudesse ser remediada "para a proxima articulação". 4.º — a falta de contacto com a massa, e de adhesão do proletariado, é considerada como uma das causas principaes da derrota communista. 5.º — o "sectarismo" é apontado como uma das causas primordiales da derrota de novembro". Diz mesmo textualmente, a critica da I.C.: "Não souberam os communistas romper com o sectarismo e não souberam mostrar-se sensatos nacional-libertadores, sendo antes de tudo communistas".

As prisões que se seguiram á victoria sobre o movimento trouxeram preciosas revelações. O archivo do Partido Comunista foi apprehendido, e bem assim grande parte dos relatorios e schemas elaborados pelo secretariado sul-americano da Internacional. Essa documentação veio lançar nova luz sobre os factos, explicando muita circumstancia que estivera esquecida ou ignorada.

Entre as questões taticas mais discutidas, e mais ardentemente propugnadas pelo Partido, figurava a tactica de "guerrilhas". Um dos membros do Comité Central occupara, durante alguns mezes, paginas e paginas d' "A Classe Operaria", ensinando os militantes do Partido a organizar lutas armadas no interior. Essas lutas, feitas de accordo com a experiencia das condições especificas do nosso *hinterland*, eram moldadas no typo das "guerrilhas" que, como se sabe, tomaram esse nome nas lutas ibericas contra invasões militares: levando em conta a desproporção de armas e munições, assim como a menor preparação bellica dos seus homens, utilizava-se a pequena guerra — guerilha — de sortidas, emboscadas e ataques intermitentes. Era a applicação, adaptada ao Brasil, de um antigo principio de luta armada, já experimentado por Prestes durante a marcha da Columna por elle commandada, em 1924-27. Realmente, em 1924, ao enviar ao chefe supremo das forças revoltadas em São Paulo, general Isidoro Dias Lopes, o seu plano de campanha, dizia o então capitão de engenharia: "Desde já, peço a v. excia. a necessaria licença para que, armado, possa movimentar-me. A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra de movimento. E para nós, revolucionarios, o movimento é a victoria. A guerra de reservas é a que mais convem ao governo, que tem fabricas de munição, fabricas de

dinheiro e innumeráveis analphabetos para jogar contra as nossas metralhadoras”.

Que visava a Internacional Comunista, recomendando a aplicação da tática de guerrilhas no interior? Pretendia o Partido Comunista criar “regiões soviéticas”, nas quais se pudesse, paralelamente à luta armada, organizar centros de resistência, criando as condições necessárias à manutenção do seu regime. Esperavam, assim, enfraquecer a situação das regiões que fossem isentas da sua influência, e mais facilmente minar sua estabilidade. Focos de permanente perturbação política, económica e militar, ficariam assim pullulando no território nacional. Dessa maneira trocariam a agitação estéril pela sangrenta movimentação da guerra civil.

Mas não pôde o P.C. atingir esse objectivo. Encurralada nas cidades, a agitação bolchevista, tentando utilizar os diversos elementos afins, e a numerosa corrente de “sympathisantes” e tendenciosos, viu-se forçada a modificar, bruscamente, os seus primitivos planos.

Prova dessa afirmação é o documento de fls. 532/533, no processo, referente à organização da insurreição numa região sertaneja, a zona do rio São Francisco. Esse documento, redigido em francez, é bastante significativo:

Au moment de notre arrivée, tous les préparatifs étaient entrepris pour l'insurrection dans une région de six municipalités, comprenant une superficie de 20.000 kms<sup>2</sup>. e 135.000 habitants. Buts de l'insurrection: conquête du pouvoir ayant en vue la formation de soviets dans un court délai et l'instauration du pouvoir soviétique. Des décrets du futur gouvernement soviétique furent même élaborés déjà par nos camarades de Pernambuco et envoyés au rio São Francisco. Ces directives étaient évidemment fausses et en contradiction avec les directives du Comité Central. Celles-ci, en effet, n'étaient pas observées par les camarades dirigeants, qui déclaraient l'insurrection nécessaire, parce que les “caudillos” voulaient la lutte. Le camarade Silo essayait de défendre cette tactique, en se posant sur les anciennes décisions reconnaissant que la

formation de soviets au rio S. Francisco étaient fausses. Nous avons convaincu nos camarades de l'erreur de leur ligne de conduite, et après une longue discussion, les décisions suivantes furent prises: a) — reculer l'insurrection; b) — envoyer Cayt au rio S. Francisco; c) — préparer et développer le mouvement paysant et commencer la lutte, qui ne devrait pas être menée ni au nord du Parti, ni au celui de l'A.N.L. Au lieu de soviets, des comités et ligues de paysans devraient être formés; d) — la liaison avec ses meilleurs “cangaceiros” doit être réalisée.

Vemos assim que, reconhecendo a inopportunidade de uma acção armada ostensivamente dirigida pelo Partido Comunista, a direcção central do Partido encarava outras formas de luta, não desprezando nem mesmo a conquista de aliados entre “os melhores cangaceiros” na região sertaneja. A tentativa mallograda de organizar “guerrilhas” no interior do país, que encontrava em Prestes o seu mais entusiasmado adepto, não pôde realizar-se pela excessiva concentração do trabalho comunista nas cidades, e pelo extremo “sectarismo” dos elementos comunistas. Quanto às cidades, onde o movimento, crescendo horizontalmente, em ritmo vertiginoso, perdia em profundidade, pela incapacidade da organização acompanhar o trabalho da agitação e propaganda, abriu caminho, na surdina, uma conspiração de carácter militar, insuflada por elementos de diversa tendência, mas desligada da obra de penetração e preparação comunista nos meios civis. Para estes, foi de certo modo uma surpresa a irrupção do movimento armado. Não puderam, por isso, encontrar-se em forma quando chegou o momento da indispensável colaboração civil. No Rio de Janeiro, por exemplo, onde o movimento armado militar deveria, ao menos theoreticamente, ser apoiado pelas forças civis do extremismo, verificou-se esse facto surpreendente: enquanto na Praia Vermelha se travava a luta entre as forças da lei e as da mashorca, a cidade prosseguia sua vida normal, e grande massa popular acompanhava, da praia, o tiroteio na Urca.

## DEPOIS DE 1935

AS FORÇAS DA ORDEM, em rápidas manobras envolventes, cercaram o extremismo com todas as armas. Os principais chefes presos, os archivos apprehendidos, possibilitando a inutilização dos planos até então elaborados; o natural desanimo nas fileiras revolucionarias, entrecortado de crises de desespero, e, afinal, a prisão do chefe supremo da revolução, desmoralizára o inimigo. Entre os brasileiros ingenuos que haviam acompanhado, ao menos de longe, a intenciona, uma nova sur-

presa vinha desoriental-os e mesmo, em alguns casos, revoltal-os: a participação de elementos estrangeiros na preparação do movimento.

Berger, Ghioldi, Vallée, Baron, representantes do secretariado sul-americano e da Internacional Comunista, aqui estavam instalados, collaborando na preparação insurreccional. Desvendada essa espantosa realidade, teria o Partido Comunista, que ia começando a apparecer, por habilidosa propaganda,

como partido nacional, e até como nacionalista, o dever de explicar aos seus correligionários a razão do aparecimento desses orientadores estrangeiros. Tentou então, frouxamente, uma explicação tática, que devemos conhecer, para poder inutilizar: 1.º — o P.C. é secção brasileira de uma organização internacional, e, por isso, não guarda “preconceitos” quanto á nacionalidade dos seus participantes. 2.º — Trata-se de homens experimentados na luta, com conhecimentos theoreticos e praticos indispensaveis á preparação da insurreição. 3.º — O exemplo historico justificaria essa collaboração estrangeira. E então assistimos a essa absurda e estulta comparação com a collaboração de Lafayette na guerra da independencia americana; com o pedido de auxilio do estudante Maia ao embaixador americano Jefferson, para a Inconfidencia Mineira; com a presença de Garibaldi nas revoluções do sul; com a presença de chefes militares estrangeiros nas guerras da Independencia brasileira.

A inanidade dessas allegações dispensa qualquer commentario. Basta considerar que, naquelles casos, havia um objectivo nacional a attingir, sobrelevando a todas as demais considerações: ao passo que na novembrada, tratava-se de uma tutela caracterizada sobre o Brasil, em caso de victoria.

Os estrangeiros que participavam da direcção do communismo no Brasil, além dos que, como Ghioldi, pertenciam ao secretariado sul-americano, eram “residentes”. Os “residentes”, posto creado pela Internacional ha annos atrás, são revolucionarios profissionais, funcionarios da I.C., encarregados de controlar, em cada paiz, as actividades do respectivo Partido Communista. São observadores internacionaes junto das respectivas secções nacionaes do communismo, suggerindo medidas para melhor applicação das “directivas” emanadas da I.C. Assim como Berger aqui estava, poderia amanhã estar Prestes — eleito em 1935 membro do Comité Supremo Executivo da Internacional Communista — controlando o movimento comunista na China, na Argentina ou em qualquer outro paiz. É essa a concepção “nacional” do communismo.

Refazem-se, os communistas, pouco a pouco, daquelle desbarato de novembro. Seus quadros rarefeitos recompõem-se com difficuldade. Attingindo, por um natural movimento de refração, outras camadas, visava o P.C., depois de 1935, reorganizar suas forças. No terreno politico, procurava estender ainda mais o seu ambito de acção, ampliando as concessões programmaticas — segundo a fórmula leninista do “compromisso” politico. Pretendia evitar um novo movimento mal preparado e circumscripto a uma cidade

ou a um só Estado. Rechassava a idéa de um movimento de quartel, “de fórmula golpista”, recommendando a preparação de um movimento mais amplo e generalizado, com a participação da massa proletaria e popular, tomando como ponto de partida as reivindicações immediatas e a combatividade do povo. Prestes, dias antes de ser preso, recommenda aos seus fieis: “Parece chegar a hora de nos reorganizarmos, orientando por enquanto a nossa acção sem nenhuma preocupação doutrinaria apparente, para alcançar objectivos immediatos. . . Vencida essa etapa, e mesmo no decorrer da luta, a vanguarda das esquerdas que naturalmente será constituida pelos elementos avançados, procurará emancipar-se com habilidade dessas ligações, batendo-se pela realização de um programma minimo que, propositadamente, deixará abertas certas questões e omitirá outras que poderiam assustar, no momento, os espiritos timidos, sempre em maioria por toda parte e em todas as emergencias”.

Transfere-se para São Paulo a direcção central do Partido, que estava, no Rio, constantemente ameaçada. Elaboram-se novos pontos de partida para a propaganda e infiltração communista. A campanha da successão presidencial, que então se annuncia, será o thema a ser desenvolvido pela ardilosa acção subversiva do P.C. Alguns communistas, pressurosamente, deram seu apoio a um dos candidatos. Surge outro candidato e logo depois o terceiro, que é o chefe do Integralismo. A candidatura integralista irá naturalmente provocar uma reacção da parte dos elementos democraticos, que assim procuram uma fórmula de evitar lutas capazes de favorecer a terceira candidatura. Mas os dois candidatos democraticos proseguem com a campanha. O communismo infiltra-se então entre os dois, como uma força de rara habilidade e eficiencia, arrastando os timidos, os vacillantes, os indecisos; sobretudo os timidos “sempre em maioria por toda parte em todas as emergencias”, segundo a expressiva declaração de Prestes. Allegando que um dos candidatos negociára secretamente com o integralismo, os communistas reforçam a posição de um outro. Pretendem agir como uma quarta força, no conjunto, ou, em relação ás duas candidaturas liberaes, como uma terceira força necessaria, prompta a vender caro o seu apoio.

Percebendo o perigo, os ministros das pastas militares dirigem ao presidente da Republica, em plena campanha da successão, um memorial no qual se encontram os seguintes topicos:

Displencia ou desleixo, ignorancia ou incredulidade, o communismo medrou nas diversas camadas da sociedade brasileira, para explodir

violentamente, apanhando de surpresa, exactamente aquellos que mais precavidos se deveriam manter... E a consequencia desse descaso seria o desencadear da barbaria nas mais nefastas e perigosas manifestações: derrocada das instituições architectadas em seculos de laboriosa existencia e esforçadas lutas, desmoronados principios de moral que constituem monumento soberbo, abolição da religião em que se alcançara nossa cultura espiritual, destruição dos laços de familia, que sempre consideramos o mais intangível santuario em que cultuamos nossos mais nobres e acrysolados sentimentos... Não podemos, portanto, ficar inertes ante a catastrophe que se approxima. Nenhuma consideração nos pode toher as iniciativas. Leis defeituosas não modificarão nossa inacção. Processos capciosos não desculparão nossas vacilações. Legisladores suspeitos de cumplicidade no crime que se prepara não nos tolherão o legitimo direito de defesa, nossa (das forças armadas) e da sociedade que em nós tem o direito de confiar... A propaganda comunista invade todos os sectores da actividade publica e privada. O commercio, a industria, as classes laboriosas, a sociedade em geral e a propria familia, vivem em constante sobresalto. Já conhece a Nação o plano de acção comunista desvendado pelo Estado Maior do Exercito. É um documento architectado, cujo desenvolvimento metuculoso vem da preparação psychologica das massas ao desencadear do terrorismo sem

peias. Preparação inteligente e multiforme, maneirosa e solerte; execução violenta e segura, para garantia do exito, é o que nelle se revela.

O plano a que se refere o memorial dos ministros militares é um documento apprehendido pelo Estado Maior do Exercito que consignava os planos de uma insurreição comunista generalizada. A eloquencia desse documento, assim como a vehemente advertencia dos ministros militares, põem em guarda a nação contra os novos assaltos que lhe prepara o communismo. O Congresso decretou então novo Estado de Guerra, visto ter-se expirado pouco antes o prazo da lei anterior, o que facilitara extraordinariamente a liberdade de muitos communistas. Todavia, os perigos não desapareceram. Na impossibilidade de obstar-os pelos meios usuaes, dentro das paixões que a campanha presidencial accendera, desregrando a vida nacional, o presidente da Republica, em 10 de novembro de 1937, com o apoio das classes armadas, dissolve o Congresso e promulga uma nova Constituição — da qual surgiu o Estado Novo, buscando crear novos moldes para um regime brasileiro.

#### ATTITUDE DO P.C.

EM FACE DO GOLPE DE ESTADO de 10 de novembro, qual viria a ser a attitude do Partido Communista? Presentindo, ha tempos, que sua propria acção corrosiva viria a dar nesse movimento de recomposição nacional, como natural reacção das forças vivas contra esse assalto ás tradições nacionaes, o P.C. preparava-se para encarar essa nova realidade que agora surgia.

Mas uma opposição interna, de ha muito latente, explodiu então. Primeiro, fôra a fracção trotskista — partidaria dos pontos de vista de Trotski, o antigo chefe comunista expulso da Russia e violentamente combatido pelos stalinistas. Os trotskistas, adeptos da revolução mundial e permanente, representando a ala mais violentamente esquerdista do communismo, eram apontados pelos communistas-stalinistas como simuladores, que, através uma tactica errada, iriam levar a Revolução á fallencia, entregando-a aos seus inimigos. Essa fracção, rechassada no interior do Partido, fôra expulsa; a ella vieram juntar-se, no decorrer dos annos, outros elementos expulsos, indesejaveis no interior da "secção brasileira da Internacional comunista". Por occasião do apoio dado pelo Partido Communista á Aliança Nacional Libertadora, nos termos inequivocos que acima transcrevemos, uma parte dos trotskistas

tambem accorreu com seu apoio, e outra parte divergiu radicalmente. Não admittiam nenhuma alliança, nenhum compromisso com a burguezia, diziam elles. Eram uma minoria da minoria, deblaterando contra seus proprios alliados da vespera. Sua acção, por falta de ressonancia, ficara circumscripita a protestos platonicos, e á exploração, razoavelmente habildosa, dos erros praticados pela direcção do Partido Communista na applicação da tactica subversiva.

Agora, porém, essa minoria crescera. Dentro do Partido, em virtude dos chamados "erros de tactica" commettidos pela direcção central, certo numero de militantes, especialmente entre os intelectuaes, pendiam para a extrema esquerda do movimento, considerada, pelos communistas, mascara da extrema direita.

Cresceu a opposição interna, quando o Partido resolveu declarar seu ponto de vista em face do golpe de Estado. Um dissidio se verificou na Região de São Paulo, fraccionando aquella Região e attingindo, por reflexo, a estrutura já periclitante do Partido. Recompoz-se, afinal, segundo parece, a organização. Mas não tem consistencia, nem encontra possibilidades de expansão. Cortado todo pretexto legal á sua acção, faltou-lhe

também, por outro lado, a perspectiva do trabalho ilegal. Amesquinhou-se a envergadura da formação dos seus quadros. O que

existe, si existe, é uma sombra do que foi e uma fôrma diminuta daquillo que, em dado momento, poderia ter sido.

## O PRETEXTO FASCISTA

O PUTSCH integralista, mallogrado em março de 1938, serviu de pretexto a uma tentativa de recuperação do communismo. Assim é que a 16 de abril desse anno, o Partido Comunista lançou um manifesto-appello "ao governo do paiz e ás forças democraticas de toda a nação", para se unirem numa "frente de salvação nacional". Declara-se prompto a apoiar o governo (*sic*) "desde que este execute uma politica democratica e nacional". Mas em que consistirá essa politica, no entender do Partido Comunista? Conhecendo-se as suas intenções e a natureza dos seus objectivos, facil é perceber-se o que significa, para elle, a *politica democratica* que parecem preconizar. Acrescenta ainda a direcção do Partido, com incrível desfaçatez, no referido manifesto-appello: "O P.C. espera que sua attitude seja interpretada, não como uma manobra feita com segundas intenções, mas como o desejo ardente de cooperar na obra de salvação da patria, ameaçada pelo fascismo".

Uma nova tactica, portanto, se inaugura. Contrariando os seus partidarios da extrema-esquerda, que procuravam fazer vencer a these de uma conspiração para a queda immediata do governo actual — ao menos em these... — os remanescentes do Partido Comunista procuram recompôr suas forças desmanteladas. Mas será inútil. O exemplo do passado é bem eloquente. O communismo não encontrou fórmulas nacionaes. Si a primeira etapa da revolução que elles prégam pretende ter a apparencia "democratico-burgueza", etapa caracterizada por Lenine como um instrumento de transformação progressista do paiz, é para melhor e mais habilmente preparar a sua transformação em insurreição bolchevista, isto é, a implantação da chamada "dictadura do proletario". Paraphraseando Jaurès, cuja morte roubou um *leader* comunista em perspectiva, pode-se dizer que o communismo leva em si a revolução, como a nuvem leva a tempestade.

O desenvolvimento da idéa e da acção comunista no Brasil é uma constante lição e uma advertencia permanente, não só ao nosso paiz, como ás outras nações do continente. O governo soube aproveitar essa lição e contrarrestar essa advertencia. O Brasil não se tornou presa das forças de subversão da ordem social, e está prompto para resistir a qualquer nova tentativa, notadamente pela

sua luminosa legislação trabalhista, que afastou o operario da miragem moscovita e pelo cuidado com que saneou a direcção dos syndicatos trabalhistas.

A tactica de Frente Popular, preconizada pelo VII Congresso da Internacional, foi violentamente combatida pelos chamados "trotskystas". No Brasil, a pequena facção que acompanhou a scisão promovida por esse antigo *leader* bolchevique, tentou organizar uma nova organização, o "Partido Operario Leninista". Dizia o manifesto de apresentação desse partido: "O Partido Comunista deixou de ser o partido da classe operaria, transformando-se em partido pequeno-burguez". Era a transposição, para o plano nacional, da scisão havida no communismo internacional. Tendo o P.C. brasileiro recomendado, dentro do paiz, uma cessação da parte propriamente insurreccional de suas actividades, os trotskystas indigenas apressaram-se em "desmascarar" essa tactica como "trahição á revolução proletaria", oppondo-se, por sua vez, á Frente Popular, uma "Frente Revolucionaria", confusa e inviavel. Mas na "Correspondance Internationale", órgão theorico da Internacional, um chefe comunista brasileiro affirmava, em contraposição á these trotskysta (n.º de 18 de julho de 1938): "Os communistas brasileiros denunciam a palavra de ordem trotskysta de desmoronamento immediato do governo Vargas, lançada actualmente pelos trotskystas, como manobra para favorecer o fascismo, e lançam com a maior energia a palavra de ordem apregoada desde março de 1937: só a união nacional de todo o povo brasileiro em defesa da democracia poderá impedir a dominação fascista".

Assim pretendia o communismo traduzir, em termos nacionaes, as directivas da Internacional relativamente ao sentido actual da sua acção politica.

Mas, poderão realmente contar com forças capazes de lastrear a sua arrogante proposta? Devemos ver nisso um *bluff* comunista, ou será realmente uma ameaça a nova tactica annunciada no manifesto-appello? Como quasi sempre acontece, nenhuma das duas respostas, a essas duas perguntas, pôde ser affirmativa. Nem é um *bluff*, nem é uma ameaça com reaes possibilidades de effectivação. A verdade é, que o communismo poderia ainda levantar a cabeça, para negociar abertamente as "condições" do seu apoio, si

se creasse o ambiente necessario ás suas manobras envolventes. Mas no regime actual, com a centralização do poder, o prestigio do seu chefe e a união nacional de todos os esforços para uma obra de progresso e de paz, não é provavel que o communismo possa novamente desenvolver-se. A efficiencia da repressão policial vem juntar-se agora algo menos fulminante, talvez, e mais duradouro: a existencia de um programma que tende a ser estavel, fundamentando um verdadeiro trabalho constructivo. Todas as possibilidades estão contidas nesse programma. E como existe esse ponto de condensação de esforços, um novo rumo se imprime á orientação da politica geral do Brasil.

Os organizadores da Exposição Nacional do Estado Novo incluíram no programma da grande exhibição de realizações nacionaes um extraordinario mostruario sobre o Communismo. No pavilhão Anti-Communist da Exposição figurou farta documentação photographica relativa ás desordens communistas no mundo, á miseria na U.R.S.S. e ao levante de 1935 no Brasil. Acompanhando essa impressionante exhibição figuraram centenas de documentos e photographias, pamphletos,

monographias, cartazes, bandeiras e outros elementos de agitação e propaganda do communismo no Brasil.

O povo acompanhou com interesse a demonstração anti-communista effectuada em pavilhão especial, no recinto da Exposição. Um grande mappa-mundi assignalava os paises em que o Partido Communista é legal, semi-legal ou illegal. Numerosos esquemas figuravam a organização burocratica da Internacional Communista, com suas respectivas secções nacionaes. Grande copia de livros e material subversivo, inclusive uma reprodução photographica, grandemente ampliada, do ante-projecto de Constituição elaborado pelos communistas do Brasil, figuravam na exposição como peças de alto valor documentario.

Pelo relato circunstanciado, e, tanto quanto possivel, objectivo, da evolução do Partido Communista no Brasil, procurámos organizar os primeiros subsidios para a historia do communismo entre nós, completando a valiosa obra de esclarecimento iniciada com a exhibição de documentos impressos, autographados e photographicos realizada na Exposição Nacional do Estado Novo.

## CAPÍTULO XI

---

### ATENTADO DE TONELEROS

#### I. RELATÓRIO DA COMISSÃO MILITAR DE INQUÉRITO\*

*Íntegra do Relatório da Comissão Policial Militar de Inquérito, entregue, a 19 do corrente, pelo coronel João Adil Oliveira ao ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes:*

“Do Cel. Av. JOÃO ADIL OLIVEIRA, Encarregado do Inquérito Policial Militar — Ao: Exmo. Sr. MINISTRO DA AERONÁUTICA. — ASSUNTO: Remessa de autos do IPM — Faz ANEXO: 1 (Um) IPM em quatro volumes.

1 TENDO sido encarregado do inquérito Policial-Militar, aberto em virtude da possibilidade da existência de crime militar no atentado da Rua Toneleros, no qual perdeu a vida o major-aviador RUBEM FLORENTINO VAZ, designação esta feita em Portaria de 12 de agosto p.p. (fls. 4), pelo então ministro da Aeronáutica, iniciamos no mesmo dia os trabalhos de investigação a fim de apurar os fatos delituosos.

Nesse sentido de apuração dos fatos, avançamos consideravelmente, conseguindo atingir quase a etapa final.

Entretanto, já nas derradeiras investigações, chegamos a uma situação de incompatibilidade hierárquica para o prosseguimento do inquérito, em face do que estabelece o Código da Justiça Militar no § 1.º do Artigo 115, (fls. 408). Assim, impossibilitado de prosseguir nas investigações para o total esclarecimento do caso, remetemos o I.P.M. a V. Ex<sup>a</sup>., para os devidos fins.

Dada a natureza especial deste I.P.M., entendemos que é de nosso dever, no momento em que enviamos os autos a V. Excia., formular uma articulada exposição dos fatos em que deram origem, historiando a atuação que tivemos no processo e fixando conclusões parciais dos trabalhos de investigações de que

fomos encarregados. Com isso procuramos contribuir para uma exata interpretação das provas e informações coligidas e para o desenvolvimento de diligências complementares daquelas que encetamos.

2 NAS PRIMEIRAS HORAS do dia 5-8-54, a Rua Toneleros, no bairro de Copacabana, foi teatro de um bárbaro atentado onde perdeu a vida o major-aviador RUBEM FLORENTINO VAZ e foram feridos o jornalista CARLOS LACERDA e o guarda-municipal SÁVIO ROMERO. Quando, em frente ao edifício n.º 180 da Rua Toneleros, se despediam, após ligeira palestra, no final de uma viagem de automóvel, o major-aviador RUBEM FLORENTINO VAZ o jornalista CARLOS LACERDA e o seu filho menor SERGIO, foram eles inopinadamente atacados a tiros por um desconhecido que logrou atingir mortalmente o major e em um pé o referido jornalista, o qual reagindo à bala, provocou a fuga do agressor (fls. 470 e 472). Este teve sua retirada interceptada pelo guarda SÁVIO ROMERO, que armado de revólver procurou evitar sua fuga e contra ele disparou sua arma. Ferindo o guarda, conseguiu o malfetor fugir. O policial ainda atirou contra o automóvel que o criminoso utilizou para a evasão e tomou seu número, fato que contribuiu para que, horas depois, o motorista do auto se entregasse à prisão (fls. 281 a 284).

3 A NATUREZA DO CRIME exigiu que fossem de imediato apuradas sua causa e finalidade. A Polícia, momentos após o atentado,

---

\* Íntegra do importante documento entregue pelo Coronel João Adil Oliveira ao Ministro Eduardo Gomes no dia 19 de setembro.

praticado quase na porta da delegacia do 2.º Distrito Policial, deu início a um inquérito que, depois da apresentação do motorista do automóvel usado para a execução do crime, ficou "praticamente" paralisado, aumentando então as razões que exigiram a instauração do I.P.M.

A Portaria do então Sr. ministro da Aeronáutica (fls. 4), usando das atribuições que lhe confere o artigo 115 do Código da Justiça Militar, declina "a possibilidade da existência de crime militar", e estabelece, com isso, os fundamentos da instalação do I.P.M.

Com efeito, se assistia ao Sr. ministro da Aeronáutica, o direito de ordenar a abertura de um Inquérito Policial-Militar, era também de seu dever assim proceder, pois se tratava de um crime de homicídio na pessoa de um major da Aeronáutica, praticado em circunstâncias inteiramente desconhecidas.

Por outro lado, no local do crime, foi desde logo notificado que o criminoso se havia utilizado de armamento de uso privativo das Forças Armadas, fato que também dava lugar à presunção da participação de um militar na execução do delito (fls. 529 a 533).

Como oficial da Aeronáutica, designado para acompanhar as diligências encetadas, logo após o atentado, cumprimos o dever de sugerir, mediante parte, a instauração de Inquérito Policial-Militar para o fim de apurar a possibilidade da ocorrência de crime militar.

4 A OPINIÃO PÚBLICA, naturalmente sensível ao crime, reagiu alarmada pelas características de brutalidade e traição demonstradas na execução do atentado. A covarde eliminação de um jovem oficial, desarmado e indefeso, e a tentativa de fuzilamento de civis, em evidentes condições de concerto e surpresa, produziram na Aeronáutica um movimento de intensa indignação. Com esses sentimentos se solidarizaram o Exército e a Marinha unânimes, na condenação do selvagem atentado, que reforçava a generalizada sensação da existência de um ambiente de insegurança em todo o país, já que fatos dessa natureza ocorriam até mesmo na capital da República.

5 ACOMPANHAMOS as investigações da Polícia Civil desde o seu início. O Inquérito Policial foi presidido pelo delegado do 2.º Distrito Policial, Dr. JORGE LUIZ PASTOR DE OLIVEIRA e foram designados para assisti-lo o encarregado deste I.P.M., como representante da Aeronáutica, corporação à qual pertencia o major VAZ e o Dr. JOÃO BAPTISTA CORDEIRO GUERRA, Promotor Público, como representante do Ministério Público Civil.

A Portaria já assinalada à fls. 4, de S. Ex., o então ministro da Aeronáutica, na qual se determinava a abertura do I.P.M., e se fez a designação do nosso nome para encarregado do mesmo, foi assinada cerca de zero (0)

horas do dia 12 de agosto último. Desse mesmo momento iniciamos nosso trabalho, que teve a assistência do Promotor NELSON BARBOSA SAMPAIO, como representante do Ministério Público Militar.

A rapidez com que entramos em ação fez desaparecerem as causas de malogro das anteriores diligências policiais, já verificadas na captura de JOSÉ ANTÔNIO SOARES, que nos escapou por trinta minutos justamente o tempo que a patrulha da Aeronáutica esperou por um elemento da Polícia Civil que devia acompanhá-la a fim de "investi-la" de autoridade policial.

Tomaram então as diligências vigoroso impulso sendo magníficos os seus primeiros resultados. Já às cinco horas do dia 13, quer dizer (29) vinte nove horas após a abertura do I.P.M., capturamos o pistoleiro ALCINO JOÃO DO NASCIMENTO e nesta mesma manhã do dia 13 obtivemos sua confissão total, com a indicação precisa de outros participantes do atentado (fls. 35 e 44).

6 PARECE-NOS conveniente salientar, desde já, que com a apresentação voluntária do motorista NELSON RAYMUNDO DE SOUZA, na manhã do dia 5 (cinco), começou-se a ligar ao atentado, por associação de idéias, pessoal que servia no Palácio do Catete, pois se verificou que esse motorista "fazia ponto" na esquina das Ruas Silveira Martins e Catete, quer dizer em frente ao Palácio do Catete e, ainda mais, servia habitualmente aos homens da então extinta Guarda Pessoal do falecido senhor presidente da República.

Realmente, após sua prisão, NELSON RAYMUNDO DE SOUZA confessou que havia transportado ao local do atentado o guarda pessoal CLIMERIO EURIBES DE ALMEIDA, a serviço do Palácio do Catete. Dessa confissão resultou o indício de que a Guarda Pessoal do Sr. presidente da República de então, estava envolvida no atentado. Firmou-se mais essa convicção logo depois da confissão do pistoleiro ALCINO JOÃO DO NASCIMENTO, que também indicou CLIMERIO EURIBES DE ALMEIDA como participante do delito. (fls. 35 a 44).

Fixados certos pontos ou condições de imagem geométrica, será fácil chegar à equação algébrica do "lugar geométrico". Foi o que aconteceu, no caso, com os primeiros resultados colhidos e com os que se seguiram logo após, permitindo o delinamento seguro do rumo a dar às investigações. A orientação que os fatos forneciam indicava sempre, como uma constante o Palácio do Catete. E houve mesmo circunstâncias curiosas no prosseguimento das diligências, quando aparentemente éramos desviados desse rumo e os fatos, abruptamente, nos arrastavam ainda ao mesmo lugar, Palácio do Catete. Para citar um exemplo, lembramos o caso do deputado



Dr. EUVALDO LODI, seriamente envolvido no caso e aparentemente sem ligação com o Palácio do Catete. (fls. 258 a 259 — 267 a 268 e 303 a 306). As investigações prosseguiram e chegou-se à prova de que esse deputado fez sua trama dentro do Palácio do Catete, no quarto do próprio chefe da Guarda Pessoal do então presidente da República, e, ainda mais, o que é de estarrecer, estipendiava a referida guarda. Em suma, nunca mais conseguiu o I.P.M. afastar-se do Palácio do Governo, onde o crime foi estimulado, planejado e resolvido. Chegou-se mesmo a uma constatação surpreendente: das pessoas envolvidas no episódio delituoso, a que estava mais afastada do Catete era o motorista NELSON, que tinha seu “ponto” a cerca de cinquenta metros do portão principal do mencionado Palácio ou eram seus frequentadores habituais e, seja como for, utilizavam a residência do Primeiro Magistrado da Nação como “base de operações”.

Mesmo os familiares do ex-presidente da República fora envolvidos nas investigações e chegou-se à surpreendente verificação de que havia entre eles um culpado confesso “de favorecimento pessoal” (art. do C.P.M.), seu irmão BENJAMIN DORNELLES VARGAS. (fls. 414 dos autos).

7 CUMPRE-NOS ASSINALAR, a esse propósito, que, até a presente data, os indiciados ouvidos acabaram confessando sua participação integral no delito. Apenas o deputado EUVALDO LODI se apegava a uma grosseira distorção no sentido de vocábulos para procurar fugir à responsabilidade que lhe cabe (fls. 269 a 272). Esse parlamentar não teve porém nenhum receio de enfrentar o I.P.M. logo que solicitamos seu depoimento, assegurando plena ressalva de suas imunidades, como fizemos em relação ao deputado DANTON COELHO, outro indiciado como mandante, que se recusou a depor.

8 MILITARES dedicados às nossas específicas tarefas profissionais, logo que incumbidos do I.P.M. tivemos inicialmente de organizar um verdadeiro aparelho policial, inexistente na Aeronáutica, a fim de procurar desvendar um crime, que se apresentava aos olhos da Nação como envolto em denso mistério.

Justo é pois, ressaltar, nessa matéria, a colaboração eficiente que nos foi prestada pela Diretoria de Rotas Aéreas, onde sua equipe de inteligentes e dedicados oficiais, resolveu dar ao encarregado do I.P.M. todo o apoio, nos múltiplos e difíceis encargos da elucidação do crime em que foi imolado um de seus camaradas.

Seria, entretanto, injustiça de nossa parte, se não registrássemos que, na apuração da verdade, contamos também com a inesquecível colaboração dos nosso camaradas do

Exército e da Marinha, todos prontos, em todos os seus setores, a trazer-nos, como trouxeram, inteiro apoio para o completo esclarecimento do crime e para a indicação dos culpados à justiça. A mesma colaboração recebemos de outros colegas da Aeronáutica, como também os elementos civis, todos desejosos de trazerem qualquer esclarecimento que pudessem, fosse como fosse, elucidar um crime praticado em plena capital da República, ferindo a dignidade de um povo culto e civilizado.

9 A SEGUIR faremos um confronto dos diferentes depoimentos e com isso deixaremos demonstrado, de forma indiscutível, que todas as acusações se acham devidamente comprovadas. Foi uma denúncia espontânea de MANOEL JOAQUIM DO NASCIMENTO, levado à Diretoria de Rotas Aéreas (fls. 85 a 88), que provocou a prisão de ABIGAIL RABELLO, mulher de ALCINO JOÃO DO NASCIMENTO, a qual confessou, de modo convincente (fls. 22 a 26) a participação de ALCINO no atentado. Em consequência desse depoimento, foi determinada a captura de ALCINO, que se efetuou na madrugada de 13 de agosto, pelo 1.º sargento ELIAS DE CARVALHO GUEDES (fls. 65 a 67). Ouvido ALCINO, no decorrer do dia 13, confessou sem dificuldade, a autoria dos disparos que vitimaram o major-aviador RUBEM FLORENTINO VAZ e feriram o jornalista CARLOS LACERDA e o guarda municipal SÁVIO ROMERO. (fls. 35 a 44). Em sua confissão, esclareceu o pistoleiro que sua interferência no atentado foi provocada por indicação de JOSÉ ANTÔNIO SOARES, com quem já havia cooperado no assassinio, por engano de WALTER DE TAL, na Pavuna, quando SOARES lhe ordenara que matasse MARCUS DE TAL, (fls. ? 85, ? ? e 316). No novo empreendimento criminoso, por sua vez, atendia SOARES ao pedido de CLIMÉRIO EURIBES DE ALMEIDA (fls. 23, 36, 85, 204, 370 e 394).

Ao encarregado deste I.P.M. tudo indicava que ALCINO dizia a verdade, porque a participação de CLIMÉRIO no atentado já havia sido anunciada por NELSON RAYMUNDO DE SOUZA, motorista que conduziu os criminosos para a execução do crime. Esse motorista prestou seu depoimento na madrugada do dia oito de agosto p.p., perante o delegado PASTOR (fls. 97).

Desde a madrugada do dia oito de agosto, se ficou sabendo da participação de elementos da Guarda Pessoal do Presidente da República na execução do homicídio do major VAZ, mas a confirmação desse fato só se obteve, em definitivo, com a confissão de ALCINO, já que, desde aquela data (fls. 35 a 44), se verificou a impossibilidade da localização de CLIMÉRIO, JOSÉ ANTÔNIO SOARES, em face de suas estreitas ligações com este elemento da Guarda Presidencial e por di-

versas denúncias, passou também a ser suspeito, mesmo antes da confissão de ALCINO. Começou então a ser procurado.

Quando ainda na situação de representante da Aeronáutica junto ao Inquérito Policial, no dia dez de agosto p.p., observamos o reconhecimento e inquirição sumária dos membros da Guarda Pessoal, que havia sido extinta na véspera, notamos que o seu secretário JOÃO VALENTE DE SOUZA mentia ao ser por nós interrogado. Levando em conta sua atuação estranha, no Palácio do Catete, na madrugada do dia oito de agosto, quando lá estivemos, acompanhando o Sr. ministro da Aeronáutica, o Sr. ministro da Justiça e o Sr. chefe de Polícia e pedimos ao referido delegado sua detenção como suspeito (fls. 366, 395, 400, 422, 437, 453, 460 e 463). Também neste I.P.M. determinamos a prisão de VALENTE para averiguações, logo que iniciadas as diligências de nosso encargo (fls. 6, 20 e 30).

Ouvindo no dia 14 de agosto (fls. 72 a 75), VALENTE confessou sua participação na fuga de CLIMÉRIO e SOARES, e alegou ter atendido a uma solicitação de seu chefe GREGÓRIO FORTUNATO, que era o chefe da Guarda Pessoal do Sr. Presidente da República. A participação de GREGÓRIO na fuga dos criminosos consistiu no envio para CLIMÉRIO, através de VALENTE e SOARES, da quantia de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00). Necessária se tornou assim, a prisão de GREGÓRIO FORTUNATO, que se encontrava ainda no Palácio do Catete, desde o dia oito de agosto p.p. Essa prisão se efetuou somente no dia 15 do mesmo mês, porquanto a participação de GREGÓRIO só veio ao conhecimento do encarregado de Inquérito, com a prisão e confissão de VALENTE (fls. 168, 310, 345, 360, 366, 389, 396, 402, 453).

Ouvindo, GREGÓRIO FORTUNATO negou de forma categórica sua interferência no crime, mas a continuação das diligências permitiu que provas fossem colhidas, demonstrando de maneira cabal a participação do chefe da Guarda Pessoal não só na fuga dos criminosos, mas também na determinação do atentado.

Realmente, preso CLIMÉRIO, e ao confessar este, reiteradamente, sua participação no assassinato e nas tentativas (fls. 204 a 214 e 370 a 376), deixou positivado que GREGÓRIO, além de cooperar na fuga, tinha sido o mandante direto do atentado.

O fato de coincidirem a sequência numérica das cédulas novas, da mesma série e do valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), apreendidos na residência de GREGÓRIO, em poder de CLIMÉRIO, ALCINO e SOARES, ainda mais veio fortalecer a certeza da atuação de GREGÓRIO (fls. 105, 107, 108, 113 e 236). Diante dessas provas irrefutáveis de sua inter-

ferência no crime resolveu GREGÓRIO, em várias declarações que prestou, confessar, de forma ampla, sua ostensiva participação em todas as fases do atentado da Rua Toneleros (fls. 258 a 259, 359 a 360, 394 a 397, 398 a 404 e 408 a 410).

É de assinalar que a convicção da participação de GREGÓRIO, no atentado, foi se avolumando à proporção que eram ouvidas testemunhas como sejam ROBERTO ALVES (fls. 267 a 268 e 310 a 311), ARCHIMEDES MANHÃES (fls. 163 a 169), ARTHUR RAMOS DA SILVA (fls. 100 a 102 e 239 a 240), TOMAZ AMARAL (fls. 142 a 143 e 342 a 343), JOSÉ ALMEIDA AQUINO (fls. 354 a 356) e VICTOR COSTA PETRAGLIA GERALDINE (fls. 202 a 203 e 345 a 346), de cujos depoimentos se pode inferir que, no dia nove de agosto, data da dissolução da Guarda Pessoal, GREGÓRIO demonstrava grande inquietação, procurava obter dinheiro e deixar o Palácio do Catete, usando nesta ocasião de expressões que revelavam sua responsabilidade nos acontecimentos.

10 A CONFISSÃO plena de GREGÓRIO FORTUNATO, de sua participação no atentado, chamando a si a responsabilidade de mandante poderia parecer o ponto derradeiro das investigações, se os antecedentes do crime e suas circunstâncias, não nos levassem à convicção de que GREGÓRIO guardava outros segredos, além dos já revelados. Bastaria atentar para que, antes de confessar a posição de mandante do crime, GREGÓRIO acusara frontalmente o deputado EUVALDO LODI, como um dos instigadores do atentado, acusação que sustentou em vemente acareação, (fl. 273). Tínhamos, então, o ponto de partida para levarmos avante as investigações, com o único objetivo de esclarecer toda a verdade, apontado à Justiça todos aqueles que direta ou indiretamente levaram sua colaboração a GREGÓRIO FORTUNATO, na preparação intelectual do delito.

Com efeito, não distingue a lei Penal, no apreciar a responsabilidade, a posição dos autores materiais e a dos autores intelectuais do crime. Todos são co-autores (art. 53 do C.P.M.).

Desse modo, cumpre-nos examinar, dentro as provas colhidas no inquérito, a situação de todos aqueles que por ordem cronológica, são apontados, focalizando em síntese, a posição de cada um acima de GREGÓRIO FORTUNATO.

EUVALDO LODI — Foi o primeiro a surgir. Nas declarações que prestou, no dia 21 de agosto p.p. relata GREGÓRIO FORTUNATO a proposta que recebera de LODI por intermédio do ROBERTO ALVES, no sentido de “bombardear” CARLOS LACERDA. Refere que repeliu tal proposta, que foi reiterada, já agora no seu quarto no Palácio do Catete, pelo pró-

prio EUVALDO LODI, em termos violentos. Confessou ROBERTO ALVES a proposta que recebera de LODI, e que transmitiu a GREGÓRIO, proposta feita no Hotel Olinda, em Copacabana, na presença dos senhores JOÃO GAIA GOMES e NELSON JUNQUEIRA DA VEIGA AZEVEDO que, ouvidos, confirmaram as declarações de ROBERTO ALVES (fls. 303 a 306).

Ouvindo o deputado EUVALDO LODI, negou a acusação formulada por GREGÓRIO FORTUNATO e ROBERTO ALVES, necessária se tornou, assim, uma acareação entre GREGÓRIO FORTUNATO, ROBERTO ALVES e EUVALDO LODI. Sustentaram os dois primeiros, de forma enérgica, que este último, realmente, incitara GREGÓRIO ao homicídio.

Cremos não ser possível traduzir, no papel, a impressão causada pela veemência dos acusadores, no espírito daqueles que presenciaram a aludida acareação. Entre eles se encontrava o deputado JOSÉ AUGUSTO, então Presidente em exercício da Câmara dos Deputados. Enquanto GREGÓRIO e ROBERTO reafirmaram, de maneira categórica e vigorosa a acusação feita a LODI, este, pela atitude, timorata e passiva que assumiu, afastou qualquer sombra de dúvida sobre a verdade encerrada na imputação do incitamento.

BENJAMIN DORNELLES VARGAS — Na história deste atentado, preparado por GREGÓRIO FORTUNATO, chefe da Guarda Pessoal do Presidente da República, a figura de BENJAMIN DORNELLES VARGAS aparece. É BENJAMIN irmão do falecido ex-Presidente da República, o qual para ele apelava nos momentos difíceis do seu Governo, considerando-o como homem capaz de dar solução extraordinária para as crises que se afiguravam insolúveis pelos processos comuns ou anormais. Uma vez mais, como em 1945, ocorreu essa utilização dos préstimos de BENJAMIN DORNELLES VARGAS.

Na madrugada do dia 3 de agosto, revelava pela primeira vez o motorista NELSON RAYMUNDO DE SOUZA, o nome de CLIMÉRIO como participante do atentado da Rua Toneleros. Nessa madrugada, chegava ao conhecimento do Palácio do Catete o nome de CLIMÉRIO, logo identificado como elemento da Guarda Pessoal do Presidente da República.

Na mesma manhã, poucas horas depois, toma BENJAMIN VARGAS conhecimento de ser GREGÓRIO FORTUNATO mandante do crime. Dirige-se BENJAMIN ao encontro do ex-Presidente da República, pois que por ele fora chamado com urgência.

Este fato de inegável importância e gravidade, está provado pelas confissões de BENJAMIN VARGAS e GREGÓRIO FORTUNATO.

Vejamos como tais fatos se passaram: GREGÓRIO FORTUNATO é chamado pelo Presidente e, por este interpelado, nega a participação

de qualquer elemento da Guarda no atentado da Rua Toneleros, (fl. 400).

Na manhã do mesmo dia 8, ordena o Presidente da República que seu Ajudante de Ordens — major ACCIOLY, chame ao Palácio o Sr. BENJAMIN VARGAS. Localizado este em Petrópolis, a ordem foi cumprida. Mas GREGÓRIO FORTUNATO toma a iniciativa de ir ao encontro de BENJAMIN VARGAS. Esse encontro, se dá no início da serra de Petrópolis. GREGÓRIO convida BENJAMIN a vir em sua companhia, o que foi aceito. No trajeto da estrada Rio-Petrópolis para o Palácio do Catete, confabulam em voz baixa, para não serem ouvidos por ARCHIMEDES MANHÃES e pelo motorista ARTHUR RAMOS DA SILVA, acompanhado de GREGÓRIO (fls. 163 e 239).

Chamado BENJAMIN VARGAS para prestar declarações no dia 2 de setembro, procura mentir, afirmando que a palestra mantida com GREGÓRIO na viagem, se circunscreveu a um apelo que lhe fez GREGÓRIO para interceder junto ao ex-Presidente da República, pois este o despedira, e lhe declarara não merecer ele GREGÓRIO mais confiança. Segundo BENJAMIN, GREGÓRIO se queixara por ter sido tratado de modo áspero. Informa BENJAMIN VARGAS que, chegado ao Palácio do Catete, se dirigiu ao encontro do ex-Presidente da República (1.387).

Esse mentiroso depoimento se desmascara quando, ouvido novamente GREGÓRIO FORTUNATO, informa que na manhã do domingo, véspera da dissolução da Guarda Pessoal, quando se dirigiu à Petrópolis ao encontro de BENJAMIN VARGAS, encontro que se deu no meio da subida da serra, nessa ocasião confessou a BENJAMIN que mandara CLIMÉRIO "TOMAR PROVIDÊNCIAS PARA DAR SUMIÇO NO JORNALISTA CARLOS LACERDA". E admite que o mesmo BENJAMIN, logo à chegada, tenha levado ao conhecimento do ex-Presidente VARGAS, os fatos que lhe foram relatados pelo declarante, no automóvel durante a viagem para o Palácio do Catete (fl. 408).

Era óbvio que, com a confissão de GREGÓRIO da comunicação feita a BENJAMIN VARGAS, durante a aludida viagem impunha-se a necessidade de ouvir novamente BENJAMIN, o que foi feito no dia 9 do corrente mês, prestando novas declarações, diz BENJAMIN VARGAS que, efetivamente, no domingo, dia 8 de agosto do corrente ano, durante a viagem da estrada Rio-Petrópolis ao Palácio do Catete "GREGÓRIO CONFISSOU AO DEPENDENTE SER O MANDANTE DO ATENTADO DA RUA TONELEROS, QUE FOI POR ELE GREGÓRIO ARQUITETADO O PLANO "PARA ACABAR COM ESTE SUJEITO", (fl. 414).

Como se pode verificar, foi BENJAMIN VARGAS chamado pelo Presidente da República na manhã de domingo, dia 8 de agosto, em momento grave da vida do Governo. A

gravidade do assunto a ser com ele tratado é encarecida pelo major ACCIOLY, que lhe faz, por telefone, o chamado para vir ao encontro do ex-Presidente (fl. 421). E, no trajeto de Petrópolis para o Palácio do Catete, toma conhecimento da confissão do homem de confiança do ex-Presidente e chefe de sua Guarda Pessoal de ser GREGÓRIO o mandante do crime da Rua Toneleros. Chegando ao Palácio vai BENJAMIN, imediatamente, ao encontro do ex-Presidente da República.

Acreditamos não ser possível admitir que BENJAMIN VARGAS, chamado em momento grave (pois sobre a gravidade da situação o advertira o major ACCIOLY) tivesse deixado de comunicar ao Presidente da República que o chefe de sua Guarda Pessoal lhe confessara, na viagem, ser o mandante do atentado, a não ser por um ato de traição ao seu próprio irmão, o ex-Presidente da República.

E o mandante do crime permanece asilado no Palácio do Catete, durante sete dias, enquanto a Polícia Civil e a Aeronáutica procuravam em todo o Brasil o criminoso. E GREGÓRIO FORTUNATO somente foi entregue ao encarregado do I.P.M., no dia 15 de agosto do corrente ano e detido, em consequência, para averiguações.

DANTON COELHO — Como incitador do atentado aparece também este deputado Federal, apontado em declarações diretas, por GREGÓRIO FORTUNATO (fl. 408). Não nos foi porém possível apurar a medida exata de sua participação, pois esse parlamentar, valendo-se de suas imunidades, recusou-se a prestar qualquer esclarecimento no I.P.M.

General ÂNGELO MENDES DE MORAIS — O aparecimento de indícios contra este oficial-general determinou a remessa do presente I.P.M. a V. Ex.<sup>a</sup> na forma do parágrafo 1.<sup>o</sup> do artigo 115 do C.J.M. (fls. 408 a 416).

Como se depreende da leitura dos autos, e ficou bem claro no correr das investigações, os indícios inicialmente colhidos formavam como o que um feixe que, invariavelmente, se orientava para a pessoa de GREGÓRIO FORTUNATO, chefe da Guarda Pessoal do ex-Presidente da República. Até aí, isto é, até à pessoa de GREGÓRIO, as coisas andaram sem grandes dificuldades e foi relativamente fácil chegar à confissão de GREGÓRIO, no que diz com sua responsabilidade pessoal.

Entretanto, havia razões para supor que houvesse participantes de maior categoria e as diligências perseguiram agora com grandes dificuldades, pois esbarrávamos sempre nessa singular figura de criminoso que é GREGÓRIO FORTUNATO, endurecido na diligência e por isso mesmo de manipulação difícil por quem se proponha a investigar partindo de revelações suas. Homens desse

tipo só falam quando acham que isso lhes convém, e ainda assim quando, eventualmente, são encurralados por uma avalanche de provas.

É claro que procuramos abordá-lo sempre levando em conta as peculiaridades de seu caráter e acabamos por conseguir que dissesse algo mais sobre a verdade de seu conhecimento. Como último esforço, chegando, em reinquirição ao seu depoimento de fl. 408, no qual fixa ele a responsabilidade de três co-autores.

12 AINDA QUE CITADO o deputado LUTHERO VARGAS, em algum depoimento como possível mandante do atentado, somos levados a não indiciar, porque a preocupação dos criminosos em apontá-lo como responsável, por si só seria suficiente para evidenciar que constituía isso uma derivação com o fito de desviar as investigações de seu verdadeiro objetivo. Claro que não se chegou a uma conclusão positiva quanto à causa dessa tentativa de derivação, mas também é líquido que os depoimentos de CLIMÉRIO, SOARES e GREGÓRIO — quanto a LUTHERO VARGAS — tornam inverossímil a imputação.

12 Do ESTUDO deste I.P.M. ressalta a necessidade de se apurarem fatos delituosos nele descobertos e que, por não terem relação direta com este inquérito, deixaram de ser considerados.

O conteúdo das provas coligidas revelou a existência de um adiantado processo de corrupção no seio do Governo. Descobriu-se que a organização constitucional do Poder Executivo fora desnaturada e degradada como hipertrófico crescimento da influência de áulicos e válidos da Presidência da República. O I.P.M. pôs à mostra uma copiosa coleção de delitos marginais, praticados por elementos que viviam à sombra do Governo. Instaurado para investigação dos crimes contra a pessoa, nele se revelaram crimes contra o Patrimônio, crimes contra a fé pública e crimes contra a administração pública. Estes últimos, em impressionante seqüência, produziram profundo abalo na opinião pública, com inevitáveis reflexos sobre a dignidade do Governo, do qual hauriam os criminosos autoridade e prestígio. E, a esse propósito, entendemos de nosso dever deixar aqui constância da declaração do Exmo. Sr. Dr. GETÚLIO VARGAS, finado Presidente da República, ao inteirar-se dos fatos apurados: "Tenho a impressão de me encontrar sobre um mar de lama".

13 É PRECISO, a bem da verdade assinalar que, se se apurar a responsabilidade dos mandantes do atentado, procuramos agir com serenidade, para evitar pudessem de longe que fosse, atribuir-nos intuítos preconcebidos ou

objetivo de achar mandantes de qualquer modo.

Num inquérito deste vulto e gravidade, com a responsabilidade que a Aeronáutica assumiu de apurar o delito e apontar os seus autores à Justiça, um roteiro se nos impôs qual o de chegar à verdade usando tão só os recursos que a Lei nos permite.

Compreendendo que na apuração do atentado estavam em jogo interesses contrariados e, principalmente, tendo em vista as pessoas

envolvidas no crime, que se procuraria fazer para desviar-nos do roteiro traçado, colocamo-nos em ponto equidistante das paixões, para bem servir à Justiça.

O julgamento do dever cumprido devemos fazê-lo na nossa consciência. Dos fatos apurados o fará a Justiça, para cuja soberana apreciação, não temos dúvidas, procuramos reunir as provas de um bárbaro crime.

(As.) — JOÃO ADIL OLIVEIRA  
Cel. Av. — Encarregado do I.P.M."

## II. CONFISSÃO PORMENORIZADA DO EXECUTANTE DA EMPREITADA \*

*Íntegra do depoimento prestado no dia 13 de agosto, na Base Aérea do Galeão perante a Comissão Policial Militar de Inquérito, por Alcino João do Nascimento, autor dos disparos que causaram a morte do major Rubem Florentino Vaz e ferimentos no jornalista Carlos Lacerda, e no vigilante municipal Sávio Romero:*

"AOS TREZE DIAS do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, nesta cidade do Rio de Janeiro, no Quartel da Base Aérea do Galeão, presente o coronel-aviador João Adil Oliveira, encarregado do presente inquérito, comigo, Aldo Sartori, segundo-tenente IG., servindo de escrivão, compareceu Alcino João do Nascimento, a fim de ser interrogado sobre os fatos constantes da portaria fls. n. quatro, que deu origem ao presente inquérito, a qual lhe foi lida. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: Qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que seu nome é Alcino João do Nascimento, com trinta e três anos de idade, filho de José João do Nascimento e de Leonídia Maria do Nascimento, casado, natural do Estado do Rio de Janeiro, cidade Itaperuna, profissão carpinteiro, carteira do Ministério do Trabalho de número 53.916, série 69-A, emitida em 27 de setembro de 1948, residente no Parque Mirim em São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

Perguntado como se deram os fatos constantes da Portaria de fls. 4, e que lhe foi lida, declarou o seguinte: que sendo natural de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro, foi para Resplendor, Estado de Minas Gerais, onde se casou e de onde são naturais três dos seus filhos; que dadas as dificuldades de vida no interior, transferiu-se com a família para Itaperuna, indo residir com um seu irmão de nome Virgílio João do Nascimento. Não tendo, porém, seu irmão cumprido as promessas que fizera de ajudar o

declarante, retornou o declarante a Resplendor, onde permaneceu pouco tempo, dado continuarem as mesmas dificuldades, resolvendo então transferir-se para esta capital, no ano de 1948, indo localizar-se em Belford, mudando-se pouco depois para o subúrbio de Irajá, no Distrito Federal.

No ano de 1950, o declarante voltou novamente para Minas, indo para Mantempolis, a convite do sogro dele, declarante, onde permaneceu até o ano de 1952, quando resolveu, em virtude de uma desinteligência com seu cunhado Antonio A. Ribeiro, voltar para São João de Meriti, vindo nessa ocasião sozinho, e, cerca de dois meses depois, mandou buscar a família.

Continua até hoje a residir em São João de Meriti, na Rua Gil Queiroz, n.º 192, pagando de aluguel a quantia de quinhentos e cinquenta cruzeiros e mais a importância de cinquenta cruzeiros relativas ao gasto de luz; que, o declarante, para o sustento da família, montou uma oficina clandestina de móveis laqueados, onde morava.

Assim permaneceu até o ano de 1953, quando em outubro desse ano conseguiu um emprego na firma Aloísio Coelho dos Santos, sita à Rua Brazilina n.º 16, em Cascadura, onde trabalhou cerca de três meses, de onde saiu; em fins de dezembro do mesmo ano, passando a viver de biscates; na vida de biscateiro, não auferia proventos para o sustento de sua família, vivendo o declarante em grande dificuldade.

Há cerca de sete meses, em dia que o declarante não se recorda, ao sair de sua casa, viu parado perto um automóvel Che-

\* Alcino João do Nascimento, que já havia assassinado outra pessoa a mando de Soares, sob a proteção de Gregório e Climério, também esteve no Palácio do Catete antes do atentado.

violet de cor preta e junto do mesmo um cidadão, estatuto, digo, que não conhecia, e que mais tarde veio a saber chamar-se Antonio Soares, digo, José Antonio Soares, cuja pessoa reconhece na fotografia que neste ato lhe é mostrada; que, ao ver o declarante, Soares perguntou-lhe se conhecia uma mulher de nome Sebastiana, a quem estava procurando, informando o declarante não conhecer a mulher procurada indagou o declarante a Soares, se o seu destino era a cidade, recebendo afirmativa, pedindo então a Soares uma "carona", que durante o trajeto para a cidade passou Soares a indagar do declarante onde trabalhava, informando o declarante que estava desempregado e que vivia de biscates, lutando com muita dificuldade; passado cerca de um mês foi o declarante procurado por Soares, em sua residência, tendo antes, entretanto, tido alguns encontros com Soares, que manifestava sempre o desejo de ajudar o declarante, fornecendo-lhe pequenas quantias de dinheiro.

Como informou acima, foi procurado em sua residência por Soares, e depois de breve palestra convidou Soares ao declarante para sair, quando já na rua disse Soares que tinha um "negócio" para o declarante.

Manifestando-se o declarante interessado no referido "negócio", ocasião em que Soares informou que o "negócio" seria a "eliminação" de Naval, que posteriormente o declarante veio a saber que Naval tratava-se de um desafeto do Soares, pois este estava suspeito de que o mesmo procurava seduzir a sua mulher de nome Nely.

Soares prometeu e efetivamente pagou para atirar em Naval ao declarante a quantia de cinco mil cruzeiros, que efetivamente, na época do Carnaval, o declarante fez disparos contra um homem na suposição de ser Naval, matando-o, que isto ocorreu em uma rua cujo nome não sabe, mas foi perto da Estação de Pavuna.

Depois disso o declarante voltou aos seus biscates e quando estava muito apertado, Soares lhe dava uns cem cruzeiros.

Há cerca de uns dois meses voltou Soares à residência do declarante, com o objetivo de levá-lo à casa de um amigo, para entabular outro "negócio" que, efetivamente, em companhia de Soares, foi à casa da Rua Sucupira 32, em Cachambi, onde aí foi apresentado a Climério Euribes de Almeida.

Reunidos os três, declarou Soares que o novo "negócio" seria a prática de novo homicídio, que denominou de "ambulante", isto é, homicídio a ser praticado em local incerto.

Nesta ocasião não foi revelado o nome da vítima, o que somente ocorreu em um comício realizado na Praça da Liberdade, em Nova Iguaçu.

No dia do comício, data que não se recorda, estando presente o declarante, Soares

e Climério, este último, no momento em que discursava o Dr. Carlos Lacerda, apontou-o ao declarante, dizendo ser aquele o homem que deveria ser morto.

Este dia foi apenas de reconhecimento da futura vítima, que após o regresso de Nova Iguaçu, não podendo o declarante ir à casa de Climério, mandou que sua esposa apanhasse com o mesmo a quantia de mil cruzeiros conforme promessa que foi cumprida.

Ao regressar da casa de Climério, a esposa do declarante trouxe um recado no sentido de o declarante ir à casa de Climério, o que fez no dia seguinte; que na casa de Climério o declarante foi avisado de que deveria ir a Barra Mansa, onde se realizaria um comício, ocasião em que o Dr. Carlos Lacerda estaria presente nesse comício, quando se procederia ao seu assassinio.

Efetivamente, no dia do comício, data que não se recorda, o declarante foi para a casa de Soares, na Rua Padre Nóbrega n.º 911, casa 29, em Cascadura, local em que pouco depois chegou Climério, que por volta das 17 horas, o declarante, Climério e Soares se dirigiram para Barra Mansa, no carro deste último, que o dirigia.

Não conseguiram atingir a cidade de Barra Mansa, pois mais ou menos na distância de cinco quilômetros dessa cidade sobreveio uma avaria no carro, que, entretanto, Soares, ao mesmo tempo que providenciava sobre um reboque para o carro de sua propriedade, conseguiu um táxi para levá-los a Barra Mansa, quando ainda tiveram a oportunidade de assistir ao final do comício, momento em que discursava o Dr. Carlos Lacerda.

Quando o declarante não executou o homicídio planejado porque Climério e Soares ponderaram a dificuldade de fugir, uma vez que estavam sem o automóvel de Soares, que Climério e Soares conduziam cada um, uma pasta de couro, onde estavam guardadas as armas, sendo que uma das armas seria fornecida ao declarante para a execução do assassinio do Dr. Carlos Lacerda.

No dia seguinte os declarantes Climério e Soares aguardaram que fosse reparado o defeito do carro, o que só ocorreu à noite, regressando então os três para esta capital; que no dia do regresso recebeu o declarante, de Climério, a quantia de quinhentos cruzeiros.

De volta à sua residência, em conversa com a esposa dele, declarante, disse o declarante que estava disposto a desistir da empreitada, não só pela grande responsabilidade que ia assumir, assim como porque Climério e Soares haviam prometido mundos e fundos, sem que até aquele momento houvessem efetivado a promessa.

De acordo com sua esposa, resolveu o declarante procurar Climério e Soares para

o fim de demonstrar o seu descontentamento com a situação; que foi o declarante à casa de Climério que disse ao declarante que não se preocupasse com o emprego, pois lhe garantiria um cargo de investigador de Polícia, cargo cuja remuneração era de cinco a seis mil cruzeiros, achando o declarante interessante a promessa, resolveu continuar na empreitada.

Nesse mesmo dia, Climério comunicou ao declarante que deveria voltar a sua casa no dia 4 de agosto corrente, na parte da tarde, o que realmente fez, lá chegando cerca das 16 horas.

Cerca de uma hora depois se dirigiu o declarante, em companhia de Climério, até o jardim do Méier, onde procuraram um táxi.

Na hora que tomaram o táxi, informou Climério que "iam com destino ao Colégio São José, na Rua Barão de Mesquita, pois lá se encontrava o Dr. Carlos Lacerda, e que a oportunidade era cem por cento para que o declarante eliminasse o referido Carlos Lacerda."

Ao chegar na Rua Barão de Mesquita, saltaram do veículo em um ponto antes do Colégio para onde iam, fato esse que constatou quando chegaram no referido educandário que, logo após saltarem do táxi, Climério deixou o declarante em um ponto de bonde, dizendo-lhe que ia telefonar para o motorista de nome Nelson Raimundo de Souza a quem já conhecia de vista.

Cerca de dez minutos depois, voltou Climério à presença do declarante, informando que já tinha dado vários telefonemas, sem contudo encontrar o motorista Nelson no ponto de táxi, que, com pouco tempo depois disse Climério que iria tentar novamente se comunicar com o motorista Nelson, retornando poucos minutos após para dizer que não tinha conseguido falar com Nelson, deixando, entretanto, recado para ele, Nelson, comparecer ao local onde se encontravam o declarante e Climério.

Cerca de vinte e três horas, chegou o motorista Nelson ao local, entrando em conversação com Climério, ouvindo o declarante, Climério dizer a Nelson, apontando para ele, declarante, "esse camarada aí vai dar um tiro na perna dum, você faça a corrida com ele".

O declarante e Climério entraram no carro de Nelson, que estacionaram o carro numa rua transversal à Rua Barão de Mesquita e perto do Colégio.

Deixando o carro de Nelson estacionado, o declarante e Climério se dirigiram para o Colégio, ficando o declarante parado numa distância de mais ou menos uns vinte metros, sendo que Climério ficou na calçada frente ao colégio e o declarante, como já disse, mais ou menos a vinte metros da entrada do colégio.

Antes de o declarante se postar no local acima referido, havia recebido de Climério o revólver que este trazia em uma pasta de couro, arma que deveria ser usada para atirar no Dr. Carlos Lacerda, quando o declarante chegou ao local, observou que várias pessoas já vinham saindo do interior do educandário, não tendo o declarante conseguido descobrir a pessoa do Dr. Carlos Lacerda, fato que determinou o declarante ficasse aguardando a saída do último carro. Após a partida do último carro dirigiu-se para Climério para informá-lo que não havia visto o homem; que o declarante e Climério foram para o carro de Nelson, dizendo Climério que fossem para Copacabana; momento em que Climério, respondendo a uma pergunta de Nelson, informou que se destinava para a Rua Toneleros; que na ( ? ) Climério disse ao declarante que na Rua Toneleros, num edifício, morava o Dr. Carlos Lacerda; ao chegar à Rua Toneleros, o carro dobrou uma esquina onde estacionou, dele descendo o declarante e Climério, ao tomar a Rua Toneleros, adiantou um pouco, parando na outra esquina onde o declarante o alcançou e ficaram palestrando; pouco depois parou um automóvel em frente a um edifício de apartamentos que lhe fora apontado pouco antes por Climério, saltando do dito automóvel três pessoas que passaram conversando, dentre as quais reconheceu o Dr. Carlos Lacerda.

A emboscada, observou o declarante, se deu quando o Dr. Carlos Lacerda se despidia de uma das pessoas do grupo. Enquanto o Dr. Carlos Lacerda se dirigia para a porta da garagem do edifício, acompanhado da terceira pessoa, a pessoa que ficou, fez uma volta em frente ao carro como se fosse entrar no mesmo, ocasião em que o declarante procurou colocar-se na traseira do carro, passando a seguir para a calçada de onde alvejou o Dr. Carlos Lacerda, procurando atingi-lo nas pernas, o que lhe pareceu ter conseguido, pois o Dr. Carlos Lacerda deu impressão ao declarante de haver tropeçado, para em seguida correr para o interior da garagem. Logo em seguida ao disparo da arma foi o declarante surpreendido pela pessoa que procurava entrar no carro, a qual avançou para o declarante segurando o cano da arma com as duas mãos, colocando-se na frente do declarante, na distância dos braços de ambos esticados, na disputa da posse da arma, nesse instante acionou o gatilho disparando a arma contra seu contendor num instante de defesa, momento em que ouviu um disparo que deu a impressão de ter partido da direção da garagem do edifício, conseguindo o declarante ficar de posse da arma, provocando o desequilíbrio dos contendores, tombando ambos

para lados opostos, do que se aproveitou o declarante para fazer outro disparo na direção do seu contendor, sem fazer pontaria, ao mesmo tempo em que se punha em fuga.

Ao fugir, o fez em direção onde estava estacionado o carro de Nelson, já agora alvejado de diversas direções; que antes de alcançar a esquina onde estava estacionado o carro de Nelson, viu um guarda que vinha em direção do declarante, atirando.

Continuando na fuga e ao se aproximar da esquina, atirou contra o guarda, que na ocasião, gritava ao declarante “pára”, “pára”, “pára”, atingindo o carro de Nelson, cuja máquina já estava funcionando, nele embarcou o declarante, sendo o carro posto em movimento, em direção à cidade; que quando entrou no carro não viu Climério no seu interior, presumindo que ele teria fugido pela rua em cuja esquina ficara em observação aos acontecimentos; ao chegar à cidade o declarante saltou na esquina da Rua México com Santa Luzia, tomando um lotação para a Praça da Bandeira, onde saltou e a seguir tomou um táxi, dirigindo-se para a casa de Climério em Cachambi.

Algum tempo depois chegaram Climério e Nelson, no automóvel deste último, fato este que constatou por uma janela da casa, próximo da qual se achava sentado; quando chegou na casa de Climério, ali encontrou a esposa deste D. Elvira e seu filho Adão, sendo que D. Elvira ao ver o declarante exclamou: “barbaridade, ouvi pelo rádio que atiraram na perna do homem”, retirando para os fundos da casa, enquanto o declarante se dirigia ao banheiro, para tomar água, voltando depois para a sala indo sentar-se na mesma cadeira.

Assim ficou até a chegada de Climério e Nelson, que ao entrarem vendo o declarante na sala, perguntaram-lhe “o que é que havia e como estava”, ao que o declarante respondeu: “nada e estou bem graças a Deus”; voltando-se ainda Climério a perguntar ao declarante o que há, o que respondeu o declarante que “nada digo, não sei. D. Elvira está lá dentro ouvindo o rádio”, dirigindo-se Climério para o interior da casa, onde ficou palestrando com D. Elvira, tendo o declarante saído para a varanda a fim de fumar um cigarro, que quando o depoente estava na varanda, Climério, em companhia de Nelson, saíram do interior da casa para a rua, dirigindo-se para o automóvel mostrando Nelson a Climério os vestígios deixados no carro pelos tiros que foram disparados sobre eles, recordando-se o declarante que os tiros haviam sido dados contra o carro, partidos da direção do guarda e um, vindo de cima, da direção de um dos edifícios, por ocasião do início da fuga, no carro de Nelson logo após o atentado; depois de confabularem, Climério e Nelson, sobre assuntos que o de-

clarante não ouviu, retirou-se na direção de seu carro este último, voltando Climério para o interior da casa indo para o quarto, continuando o declarante na varanda.

Momentos depois voltou ao interior da casa e na sala passou a ouvir um rádio que estava ligado, tomando conhecimento, então, de que o atentado resultara em ferimentos no pé do Dr. Carlos Lacerda e ferido gravemente um major da Aeronáutica, cujo nome foi transmitido porém o declarante não se recorda, retirando-se em seguida o declarante para os fundos da casa.

Ao amanhecer o declarante, Climério e seu filho Adão dirigiram-se para a casa do declarante onde passaram todo o dia, quando por volta das dezoito horas, Climério declarou que iria até ao centro da cidade, o que fez.

Na sexta-feira, dia 6 de agosto, Climério retornou à casa do declarante por volta das 7 horas da manhã e retirando do bolso um maço de notas entregou-o ao declarante, ao mesmo tempo que pedia que ele contasse, verificando o declarante que o maço continha dez mil cruzeiros em notas de um mil cruzeiros, onde Climério disse para o declarante que ficasse com ele o dinheiro.

Nessa mesma ocasião ponderou Climério que não era conveniente que o declarante e ele, Climério, permanecessem ali, achando conveniente que fossem para a chácara de Climério, no Parque de São Bernardo.

Climério pediu ao declarante que separasse alguma roupa, que foi colocada na mala do próprio Climério, que a trouxera quando saíra de Cachambi com destino à casa do declarante ao amanhecer do dia anterior.

Em companhia de Adão, dirigiram-se os três para a chácara de Climério.

Ao chegar à chácara de Climério e como se mostrasse o declarante apreensivo, procurou Climério animá-lo, dizendo que nada aconteceria ao declarante e que tivesse confiança porque estavam amparados por força superior.

No decorrer da conversa, veio Climério a informar ao declarante que a força superior partia de Luthero Vargas, pois de Luthero Vargas tinham vindo os dez mil cruzeiros entregues ao declarante: que a declaração por parte de Climério, do nome de Luthero Vargas, trouxe ao declarante maior tranquilidade, mesmo porque veio confirmar a referência que já tinha ouvido sobre o nome de Luthero Vargas, nas conversas entre Climério e Soares, quando diziam que o negócio estava sendo feito por ordem do referido cidadão.

Sábado, pela parte da tarde chegou Soares ao sítio de Climério, demonstrando uma fisionomia preocupada, informando que a coisa não estava boa e achava bom Climério separar-se do declarante; que diante da infor-



mação de Soares, sugeriu Climério que o declarante pernoitasse em uma casa existente no morro perto da chácara, casa esta que estava desocupada.

Domingo pela manhã o declarante e Climério foram à casa de Soares com o objetivo de tomar conhecimento da situação, não encontrando Soares, quando lá chegaram, estando na casa Elvira, mulher de Climério, e Nely mulher de Soares, que na ausência de Soares, Climério solicita às duas mulheres a entrega da chave de uma casa de Soares, localizada na Pavuna, chave esta que não foi encontrada, motivo por que o declarante e Climério resolveram ir para a casa da Pavuna, deixando um aviso com as duas mulheres, que iriam aguardar na varanda da referida casa, a chegada de Soares, com a respectiva chave.

No mesmo dia, domingo, cerca de 23 horas, apareceu Soares com as duas mulheres já referidas, trazendo Soares a chave da dita casa, que foi aberta e onde todos entraram, depois de breve palestra de Soares com Climério, retirou-se Soares levando em sua companhia as duas aludidas mulheres.

No dia seguinte, pela manhã, apareceu Soares, trazendo café, pão e mortadela, para o declarante e Climério, nessa ocasião Soares, comprometeu-se com ambos, voltar à noite, com um carro para que ele, o declarante e Climério fugissem de onde estavam.

Cerca de 20 horas, chegou Nely, mulher de Soares, sozinha, informando que Soares só chegaria mais tarde; que, entretanto, o declarante olhando por uma fresta da janela viu Soares passar na calçada fronteira, de modo dissimulado, como que não querendo ser visto, fato que o declarante assinalou para Nely não ser Soares a pessoa vista pelo declarante, que o declarante disse para Nely que avisasse a Soares que iriam esperá-lo na ponte junto da estrada que vai para Caxias, à meia-noite.

Motivara, digo, que muito embora houvessem dito a Nely, que esperaria o Soares na referida ponte, assim não procederam o declarante e Climério, porque já não vinham satisfeitos com certas atitudes de Soares, sendo que o não comparecimento ostensivo de Soares e sim de Nely, veio robustecer as suspeitas do declarante e de Climério com relação a Soares, resolvendo então ambos se dirigir para uma casinha existente no Vilar dos Teles e pertencente a um empregado de Climério, onde o declarante e Climério passaram todo o dia de terça-feira, e a noite também, quando pela manhã de quarta-feira, resolveu o declarante sair, deixando Climério na dita casinha.

Não tendo o declarante destino certo e preocupado com a situação e com sua família resolveu esconder-se em uma capoeira

no subúrbio de Acari, que esse local ficava próximo de sua casa.

Estando escondido na referida capoeira, resolveu à noite se aproximar de sua casa, pois continuava muito preocupado com sua mulher e filhos, tendo antes ido à localidade de Acari, para cortar o cabelo e barba.

Passou a noite de quarta para quinta-feira, na referida capoeira bem como todo esse dia.

Na noite de ontem, quinta-feira, resolveu o declarante também pernoitar nessa capoeira e, às três horas da madrugada de hoje, apanhou um trem na estação de Acari, indo para São João de Meriti.

Nessa localidade o declarante apanhou um táxi, e mandou o motorista se dirigir para Caxias mas ao passar pela esquina da rua onde mora, mandou o motorista entrar na mesma rua, e ao passar em frente à sua residência observou parada uma caminhonete da Aeronáutica, e vários soldados da mesma corporação.

Mais adiante, pediu ao motorista para voltar, e parar o carro junto à caminhonete, sendo nessa ocasião o declarante preso pelos soldados da Aeronáutica, e conduzido para a Base Aérea do Galeão.

Perguntado se Climério lhe informou alguma vez as razões por que queria matar o Dr. Carlos Lacerda, respondeu que Climério declarara a ele, depoente, que o Dr. Carlos Lacerda falava muito de política e contra o partido PTB.

Perguntado se Climério ou Soares declarara ao depoente se alguém havia dado ordem para a execução do Dr. Carlos Lacerda, respondeu que, diretamente, nenhum dos dois lhe prestou qualquer informação, porém algumas vezes ouviu conversas de ambos, onde afirmavam que o mandante era Luthero Vargas.

Perguntado se se conformou com a quantia de dez mil cruzeiros que lhe foi dada por Climério, após a execução do crime, respondeu que não, porque esperava que ele cumprisse a promessa que fizera de lhe dar no mínimo quinhentos contos de réis e mais algumas porcentagens, além do emprego de investigador, como declarou anteriormente.

Perguntado se Climério lhe informou como conseguira o dinheiro para pagamento da quantia acima, respondeu que as quantias pequenas recebidas Climério declarou que provinham de Luthero Vargas, porém para os quinhentos mil cruzeiros prometidos deu uma explicação relativa à exploração de jogos de azar.

Perguntado se sabe ir aos locais onde esteve esperando o Dr. Carlos Lacerda e aonde está localizada sua residência, respondeu que não, mas que se levado a qualquer um deles, reconhecerá perfeitamente esses

locais, e que é capaz de fazer um desenho que represente os ditos locais.

Perguntado a quem pertencia a arma com que praticou o crime e qual o destino que lhe deu, respondeu que o revólver calibre 45, com que praticou o crime, lhe foi entregue por Climério, carregado com seis cartuchos sobresalentes e que o destino da arma foi determinado por Climério, isto é, jogá-la ao mar logo após o crime.

Para isto, no trajeto, apanhou no fundo do carro uma flanela de limpeza e enrolou com ela o revólver e ao chegar na Avenida Beira-Mar passando próximo ao cais, preparou-se para atirá-la ao mar, ao mesmo tempo que inesperadamente, para desviar-se de um outro automóvel, Nelson fez com o carro uma curva brusca, o que provocou a queda da arma antecipadamente no solo, e que este fato se passou nas proximidades da esquina da Rua México.

Perguntado se foi o declarante que disse o local que desejaria descer do carro de Nelson, respondeu que foi o próprio Nelson quem parou o carro na esquina de Santa Luzia com Rua México e o aconselhou a descer ali, porque naquela hora, a Rádio Patrulha já tomara certamente conhecimento do ocorrido e estaria à procura do automóvel dele, Nelson.

Perguntado qual a origem do revólver calibre 32, e da garrucha que hoje, ao ser preso, foram encontrados em seu poder, respondeu que o revólver foi Climério que lhe deu na quinta-feira, logo após chegar na chácara de Climério, e que a garrucha adquiriu há seis meses, aproximadamente, na localidade em que reside.

Perguntado se foi esta a primeira e única vez que praticou atentados e assassinios, respondeu que não; que tomou parte, com Soares, no assassinio do motorista Walter, tomando-o por Naval, que foi o declarante quem atirou em Walter.

Perguntado qual o calibre e a origem da arma que matou Walter, respondeu que era um revólver de calibre 38, de propriedade de Soares.

Perguntado se esteve alguma vez no Palácio do Catete e, no caso afirmativo, com que objetivo, respondeu que, de fato, certa vez, mais ou menos há vinte anos atrás, acompanhando Climério, que, segundo lhe

havia dito, ia buscar dinheiro para execução do atentado contra, digo, que estavam combinando, que ficou no jardim, próximo à portaria, enquanto Climério subiu para o fim que tinha em vista, que regressando, Climério, realmente, trouxera dinheiro, num total de dez mil cruzeiros.

Segundo está convencido o declarante, essa quantia foi toda fornecida por Valente, mas Climério, para tapear o declarante, alegou que só conseguira cinco mil cruzeiros de Valente e, para totalizar os dez mil cruzeiros, tivera de vender a Valente o seu revólver, que esta convicção tem base na oferta que agora Climério, para sua fuga, lhe fez do referido revólver.

Perguntado se se lembra de mais algum fato que se relacione com a fuga do declarante e de Climério, respondeu que agora, se lembra que, quando estava com Climério na chácara deste, no domingo passado, por volta das nove horas, apareceu na chácara D. Elvira, mulher de Climério, que comunicou em presença do declarante, a Climério que, às cinco e trinta horas daquela dia Valente tinha telefonado para ela, informando que "as coisas não estavam boas e que o Gregório queria mandar um recado para ele, Climério, que Valente não transmitiu porque desligou-se, repentinamente o telefone".

Este recado de D. Elvira foi a razão da mudança de Climério e do declarante para a casinha a que já se referiu. Perguntado se tem fatos para alegar ou provas para apresentar que justifiquem a sua inocência, respondeu que a sua família numerosa e a miséria em que vivia obrigaram o declarante a aceitar ofertas tão vantajosas, com que visava adquirir uma casa para minorar sua situação.

E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o encarregado do inquérito por findo o presente depoimento, mandando lavrar este termo, que depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado, as testemunhas Homero Sonto de Oliveira, coronel-aviador e Waldemar Rezende, capitão-canelão, e os Drs. Promotor da Justiça Militar Nelson Barbosa Sampaio e promotor João Batista Cordeiro Guerra, presentes a este interrogatório, e comigo, Aldo Sartori, segundo-tenente de Infantaria da Guarda, servindo de Escrivão, que o datilografei e assino.

CAPÍTULO XXXII  
PRISÃO EM 1968

I. CARTA À MULHER E AOS FILHOS

*No quartel da P.M.,  
Rua Frei Caneca, 20.12.68*

PARA MINHA MULHER E MEUS FILHOS:

Como vocês sabem, desde que fui preso, há 6 dias, não tomo nenhum alimento; apenas água, para aumentar a resistência à inanição. Bem sabem vocês quanto me custa submeter-me, e a vocês, a essa tortura. Mas, também sabem que é, neste país de farsas e imposturas, uma decisão séria — que será levada até o fim. Hoje vocês viram o último exame, já acusando acidose, albumina e os primeiros sinais da nefrite.

Por isto, vocês que sabem quanto quero bem à vida, à vida que vocês me dão, ainda mais grato me deixam pela compreensão e pela resignação com que suportam esta decisão.

Ela é tomada por vocês e por todos; até mesmo pelos que não sabem de nada e pelos que, sabendo, fingem que não sabem.

Sempre disse aos militares: no dia em que vocês cometerem contra o povo brasileiro o crime de levar, mais uma vez, este Brasil ao domínio de um grupo ambicioso, antidemocrático e, como vocês sabem muito bem, ainda por cima inepto e tão corrupto quanto os que mais o sejam, terão de me ouvir — ou me matar.

Não pude lutar pelas armas. O comportamento imaturo, de casta, menos do que de patriotas, de donzelas ofendidas, com que os espertos levaram os oficiais a reagirem a uma provocação dos políticos, não os deixou sequer raciocinar. Agiram por instinto, desprezaram a razão. E permitiram, entre tantos erros e crimes, a suprema covardia, injus-

tiça e mesquinharia que são estas prisões, esta orgia de arrogância e de estupidez. Pois bem, se eles juraram defender o Brasil, também eu tenho esse juramento. E se já não posso defender este povo, mães e filhos como vocês, pela palavra, que é a minha arma, pela ação, que é a minha vocação, defendendo-o como posso, com a única coisa que me resta: a vida.

Espero ainda que um acesso de bom senso, uma reserva de patriotismo, desperte nessa muralha de incompreensão e inconsciência. Essa esperança, não o desespero, move-me ao protesto que é o jejum voluntário no qual me arrisco a perder tudo o que me interessa na vida, a começar por vocês, meus queridos.

Mas, fora dela, nada, absolutamente nada me fará voltar atrás da decisão tomada.

Os heróis de fangaria vão ver como luta e morre, sozinho, desarmado, um brasileiro que ama a pátria — mas a pátria livre. Se isto me acontecer, malditos sejam, para sempre, os ladrões do voto do povo, os assassinos da liberdade. E os que calaram. E os que consentiram. E os que participaram. Em seu lugar se levante a certeza de que no Brasil também há quem saiba dar a vida para dar exemplo.

Um beijo de seu marido e seu pai.

(ass.) CARLOS

Não me dirijo a todos senão para dizer que espero tenha valor este testemunho que lhes dou.

## II. CARTA DO DR. ANTONIO REBELLO FILHO AO PRESIDENTE COSTA E SILVA\*

*Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1968*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE COSTA E SILVA:

Permita-me Vossa Excelência escrever-lhe na condição de médico assistente do ex-Governador Carlos Lacerda para, à revelia do meu paciente, dar a Vossa Excelência o depoimento que me impõe a consciência profissional.

Como não ignoram as autoridades que o mantêm preso, Sua Excelência o ex-Governador Lacerda, há quase 150 horas, jejua voluntariamente alegando "ser esta a única forma de protesto a seu alcance contra a prisão arbitrária, sem qualquer culpa formada, de que foi vítima".

Tal como era de prever-se, instalou-se um gravíssimo quadro de ceto-acidose, comprovado oficialmente pelos médicos da Corporação em que se encontra detido.

Nenhuma das autoridades até agora advertidas tomou qualquer providência no sentido

de prevenir as conseqüências da resolução inabalável que tomou Sua Excelência de manter a greve de fome, a qual a cada hora que passa mais o aproxima do desenlace fatal que, acredito, nem Vossa Excelência nem qualquer ser humano de formação cristã e humana desejará.

Assim, reitero a Vossa Excelência a advertência que auxiliares seus, com certeza, já lhe levaram a de que, infelizmente, ver-me-ei constrangido, por dever ético, a dar conhecimento às associações médicas nacionais e internacionais.

Respeitosamente,

(as.) ANTONIO REBELLO FILHO

Rua São Francisco Xavier, 603

## III. CARTA DO DR. ANTONIO REBELLO FILHO ÀS ASSOCIAÇÕES MÉDICAS

*Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1968*

SENHOR PRESIDENTE DA  
PREZADO COLEGA:

Tenho o dever de encaminhar-lhe cópia da carta hoje enviada ao Excelentíssimo Senhor Presidente Costa e Silva, a respeito do estado de saúde de Sua Excelência, o ex-Governador Carlos Lacerda.

Certo de que o colega compreenderá a minha atitude, subscrevo-me

Cordialmente,

ANTONIO REBELLO FILHO

---

\* A carta do médico Antônio Rebelo chegou às mãos do Presidente Costa e Silva por intermédio de um de seus ajudantes de ordens, o então Major-Aviador Ariel Chaves de Castro.

Em agosto de 1977 o hoje Tenente-Coronel Ariel contou que na noite em que a carta chegou, Costa e Silva, muito cansado e esgotado, ao deitar, tinha determinado que não fosse incomodado por ninguém. Mas o major, além da carta do médico, estava com a de Maria Cristina e uma terceira, enviada pelo Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, pedindo providências e comunicando a greve de fome que Carlos Lacerda fazia na prisão.

Preocupado, Ariel Chaves de Castro, por volta de uma hora da madrugada, tomou a iniciativa de acordar o Presidente da República e informar-lhe do que estava acontecendo.

Costa e Silva surpreendeu-se, conta seu antigo ajudante de ordens: não sabia da greve de fome e nem mesmo da prisão de Carlos Lacerda. Fez um comentário sobre a carta de Maria Cristina — "tão irreverente quanto o pai" — e mandou que o General Jaime Portela fosse procurado para que Lacerda fosse solto imediatamente.

Mas algo aconteceu e Lacerda não foi solto. No dia seguinte, informado pelo médico Antônio Rebelo que o ex-governador continuava preso, o Major Ariel voltou a procurar o Presidente Costa e Silva, que então transmitiu a ordem diretamente ao General Portela.

IV. DEPOIMENTO PRESTADO PELO SR. CARLOS LACERDA  
A AGENTES DO DOPS E DOIS CORONÉIS DO S.N.I.  
NO DIA 19.12.68 \*

*Meu depoimento,\*\* na íntegra, corrigidos alguns erros de cópia do escrivão, ditadas as perguntas pelo Delegado e as respostas por mim, foi lido no final a dois coronéis do Exército, do S.N.I., que chegaram para acompanhá-lo. Como eu tivesse de lê-lo, para conferi-lo, propus ler alto aos dois coronéis — e assim foi feito. Testemunhado, e assinado, afinal por dois majores da PM, que foram chamados à sala, eis o que me foi perguntado e o que eu disse:*

PERGUNTADO AO DECLARANTE qual sua participação no movimento denominado Frente Ampla foi respondido:

— Que tem o declarante muito prazer em repetir aqui o que tem dito publicamente em todas as oportunidades. O movimento político denominado Frente Ampla é da sua iniciativa, visando ao entendimento entre diferentes correntes democráticas, para assegurar a paz da família brasileira através de um regime de liberdade. Esse objetivo sempre foi modelado pelos melhores movimentos semelhantes na história do Brasil, como o da Aliança Liberal em 1930, também produto de entendimentos sem os quais a convivência democrática se torna impossível. Esse propósito foi sempre declarado publicamente, assim como públicos foram os encontros do declarante com outros líderes democráticos brasileiros; não tendo o declarante, nem qualquer dos citados, com seu conhecimento, praticado atos públicos a partir do momento em que a Frente Ampla foi interdita pelo atual Governo.

A partir daquele instante, compreende o declarante que a ruptura do processo democrático se tornaria inevitável, decidiu o declarante não servir de pretexto para que fosse suprimido o processo de retorno rápido à democracia no Brasil. Por isto, publicamente declarou-se no propósito de manter-se em silêncio, a fim de preservar a sua autoridade política quando chegou o devido momento.

O declarante apenas estranha que se lhe pergunte sobre fatos absolutamente notórios, como a sua participação decisiva em movimento pacífico, de caráter legal, que cessou ao ser posto na ilegalidade, e cujo objetivo só poderia escandalizar a quem não conheceu, no Império, exemplos como o do marechal — duque de Caxias, e na República, de Getúlio Vargas e Eduardo Gomes (para citar apenas dois), entendendo-se com adversários, anistiando-se uns aos outros, sempre

em benefício do povo; no que os políticos, aliás, apenas repetem o que fizeram os chefes militares da História, unindo os adversários de ontem para ganhar a guerra de hoje, contra o inimigo comum.

O declarante entende que o inimigo comum a vencer no Brasil é a miséria e o atraso em que jaz o seu povo. E para vencer esse inimigo, nenhum ódio pessoal, nenhum preconceito de credo político devem prevalecer.

Perguntado se houve divulgação de algum manifesto relativo à Frente Ampla, subscrito pelo declarante, declara:

— O manifesto inicial da Frente Ampla foi subscrito pelo declarante, bem como todos os seus documentos oficiais, aliás muito poucos, até a data da Portaria do Ministro da Justiça que proibiu o funcionamento da Frente Ampla; o que de resto era desnecessário, pois a Frente Ampla nunca foi um Clube, Associação ou Entidade mas apenas um movimento de idéias com os objetivos já citados.

Resumindo, consistia na idéia de unir para reformar, de transformar para democratizar o Brasil.

Perguntado se o manifesto intitulado “Alerta à Nação”, de lançamento da Frente Ampla, foi também assinado pelo declarante e sofreu alguma alteração (feita pelo declarante) no texto inicial, respondeu:

— Ao contrário, o rascunho é de autoria do declarante, com sugestões ligeiras, propostas pelos demais signatários.

Perguntado como, quando e onde ocorreu a primeira reunião da Frente Ampla, respondeu:

— A rigor, na casa do ex-presidente Kubitschek, em Lisboa, em data que não me recorde de momento; mas, como todo movimento político, foi precedido de reuniões informais, entre homens públicos de pensamento político diferente mas que, civilizadamente,

\* NOTA: O depoente não se alimenta, senão de água, desde as 14h 30m de sábado, dia 14, data de sua prisão arbitrária. A razão da atitude, como não poderia deixar de ser, é um protesto, — o único ao seu alcance. É precário o estado de saúde do depoente.

\*\* O depoimento foi tomado no Quartel de Cavalaria da P.M. na Rua Frei Caneca, onde estou preso. Começou cerca de 17h e 30m, acabou cerca de 20 horas.

podem entender-se sobre pontos essenciais, tais como a liberdade do povo e o progresso da democracia.

Aliás, antes de embarcar para Lisboa, o declarante procurou seu antigo Secretário de Segurança no Governo do Estado da Guanabara, General Sizen Sarmento, e lhe fez saber que, diante do rumo do Governo da chamada "revolução de 1964", entendia o declarante do seu dever procurar quaisquer líderes de correntes democráticas e propor-lhes um entendimento para promover a pacificação e redemocratização do Brasil.

Ao assim agir, o declarante apenas repetiu o que ele próprio e todos os demais líderes da revolução de 1964 haviam feito para torná-la possível; por exemplo o sr. Marechal Costa e Silva entendendo-se com o então governador Ademar de Barros, o sr. Marechal Castelo Branco, já depois do movimento armado vitorioso, procurando o então senador Juscelino Kubitschek para assegurar o voto deste e de seus amigos na eleição indireta do mesmo Castelo Branco pelo Congresso; e ainda no ano passado, o sr. ministro Mario Andreazza, mandando propor ao ex-presidente João Goulart, no exílio, em Montevideú, um acordo para eleições indiretas (de governador) em Estados, inclusive no Rio Grande do Sul, em troca de seu apoio indireto à candidatura do próprio Andreazza à Presidência indireta da República.

Apenas, diante de tão ilustres e notórios precedentes, estranha o declarante que as perguntas ora feitas pareçam incriminar, ou delinear figura de crime na sua participação na Frente Ampla *antes da existência de crime*; pois, até o momento em que o Governo atual proibiu-lhe a existência, a Frente Ampla não era crime; e depois de proibida, não teve o declarante qualquer participação na Frente Ampla, que continua a ser apenas uma tese.

Só podem ser inimigos de um entendimento básico entre todas as correntes democráticas os que quiserem servir-se do Brasil em vez de lhe servir.

Perguntado se poderia apontar os demais participantes da primeira reunião da Frente Ampla, em Lisboa, respondeu:

— Dita reunião foi apenas entre o Juscelino Kubitschek, aliás documentada por toda a imprensa.

Perguntado se houve outra reunião, no Uruguai, respondeu:

— Tal qual a anterior, de forma pública, sem nenhum subterfúgio ou mistério, dirigiu-se o declarante ao Uruguai, onde se encontrou com seu grande adversário, o ex-presidente Jango (assim escreveu o escrivão) e teve com ele uma conversa, que honra a ambos, pois não trataram de questões pessoais, nem mesmo de compromissos políticos envolvendo

ambições pessoais. Trataram de assuntos que foram objeto de nota conjunta, então divulgada, pela qual se verifica que o ex-presidente Goulart reconheceu o caráter irreversível do movimento de março de 64, afirmou o seu propósito de não alimentar ódios, de revanche, e proclamou o seu desejo de ajudar a encontrar solução pacífica para assegurar ao Brasil uma convivência democrática, na qual se discutam mais as idéias do que as pessoas, e mais se procurem as soluções da inteligência do que se imponham as decisões da força.

Perguntado se o Partido Comunista Brasileiro se fazia representar na segunda reunião da Frente Ampla, fato ocorrido no Uruguai, esclareceu:

— Talvez ninguém, no Brasil, tenha mais direito de alegar uma posição anticomunista do que o declarante. Por isto mesmo, inquietada-se ao ver transformar-se em obsessão, em idéia fixa, essa de ver comunista em toda parte.

Nunca o declarante pediu carteira de identidade ideológica a qualquer pessoa que conversou em relação à Frente Ampla; e a rigor, não saberia a que Partido Comunista se refere a pergunta, uma vez que existem diversas correntes, uma das quais predomina em dois terços do mundo, existindo em todos os países civilizados nos quais se respeita o direito às idéias, desde os mais fortes do que o Brasil, como os Estados Unidos, até mais fracos, como o Uruguai.

Pode informar que em nenhuma reunião da Frente Ampla de que participou apresentou-se ninguém que se dissesse do Partido Comunista, do Brasil ou do Afeganistão.

O declarante deseja claramente acrescentar que tem menos receio dos comunistas dentro da Lei do que dos anticomunistas fora da Lei. Conhece bem o problema comunista e afirma que o modo pelo qual se está procurando combatê-lo é o melhor para assegurar a vitória do comunismo em futuro próximo; *pois a um povo sem pão se procura impor o hábito de viver sem liberdade*. No dia em que o povo puder ter pão e já não prezar a liberdade, está pronto a aceitar o comunismo.

Uma vez mais o declarante deseja consignar que estas perguntas e respostas fazem-no remontar, melancolicamente, a mais de 30 anos passados, quando a pretexto de combater o comunismo se implantou o fascismo no Brasil; e então, na preparação fascista se tachava de comunista todas as idéias que não se conformavam com a falta de idéias reinante.

Perguntado se o depoimento ora prestado representa as razões de ter discordado da orientação do Governo revolucionário, respondeu:

— Evidentemente não. O movimento militar de 64 justificou-se pela:

— necessidade de preservar a ordem, mas a ordem com liberdade;

— de assegurar a realização de eleições diretas e livres

— e o princípio, tranqüilo, de que o país deve ser governado pela decisão da maioria de seus eleitores,

— bem como respeitada a formação cristã do povo brasileiro, que lhe caracteriza a cultura e a tendência;

— estas seriam *não* somente *defendidas* mas rigorosamente *respeitadas*;

— as Forças Armadas, cumprindo um destino histórico, entregariam ao povo a decisão final, mantendo-se no seu papel, que não é o dos legionários da República Romana da decadência, mas sim a de forças obedientes à lei e às melhores tradições do Brasil.

Em vez de tudo isso, transformou-se o Exército em partido político e único; o que é mais grave, partido único inexoravelmente dividido em correntes com candidatos; para evitar o povo, esse partido político e único teve de se aliar às oligarquias políticas que pretendia suprimir.

Tudo isso, usando e abusando de expressões como “segurança nacional”, que tem sentido definido, assim como abusando do nome, do entusiasmo e também das próprias decepções da imensa maioria dos oficiais das Forças Armadas. Por estranho que pareça quanto mais decepcionados se vêm com alguns chefes eventuais mais forças lhes concedem para continuar a decepção-los.

Mas tudo isso, e muito mais que o declarante tem a dizer não é matéria de inquérito policial e sim de debate livre, num país onde as Forças Armadas estejam tão unidas e tão fortes e, ao mesmo tempo, tão conscientes do seu grande papel que já não precisem ter medo de um homem cuja única

arma é a palavra e cujo crime é ter idéias e colocá-las a serviço do seu País.

Quando em 1955, o declarante procurava advertir as Forças Armadas do perigo de continuarem passivas diante do domínio de oligarquias políticas e econômicas, entre os muitos que tomaram armas para assegurar a posse do sr. Juscelino Kubitschek, e impedir a revolução que já era necessária desde há muito e até hoje não foi feita, estava o então major Costa e Silva — o que vem demonstrar quanto estava longe de ser revolucionário.

Finalmente, esclarece o declarante que esta matéria não é para autos de inquérito e sim para o grande debate nacional, no momento substituído pelo monólogo dos que falam sempre as mesmas palavras, cada qual lhes atribuindo sentidos diferentes. Por exemplo, a palavra *Revolução*.

Oportunamente, no que lhe restar de vida, pretende o declarante *continuar* a sua pregação. E um dia, (ainda que tarde para ele, mas a tempo para o Brasil), a imensa maioria dos oficiais das Forças Armadas compreenderá o sentido da sua pregação.

Finalmente (lendo o depoimento tal qual datilografado pelo escrivão) deseja retificar a expressão “Jango” substituindo-a por “o senhor João Goulart”; pois não tem com o ex-presidente intimidade para chamá-lo assim.

Nada mais, etc. etc.

(Inquiriu o delegado Darcy Araújo, funcionou como escrivão Floriano Escala Mazini, assinaram como testemunhas os maiores da PM — Neyson Rebouças e reformado Paulo Magalhães.

Este o depoimento tal qual foi lido pelo próprio declarante aos dois coronéis do S.N.I. que em seguida levaram cópia ao Palácio Laranjeiras.)

## CAPÍTULO XXXIII

---

### A FRENTE AMPLA

#### NOTA DO ENCONTRO COM JOÃO GOULART

TIVEMOS NÓS DOIS, dr. João Goulart e eu, convencidos da necessidade inadiável de promover o processo de redemocratização do Brasil, a iniciativa de reunirmo-nos em Montevideu. Sabemos o que significam as privações e as frustrações do povo, especialmente os trabalhadores, os que mais sofrem as consequências da supressão da liberdade democrática. Sabemos o que quer dizer o silêncio de reprovação dos trabalhadores, submetidos à permanente ameaça de serem presos e privados do direito de reivindicar seus direitos. É preciso que se transforme, corajosa e democraticamente, a estrutura de instituições arcaicas, que não mais atendem aos anseios de desenvolvimento do País. É preciso assegurar aos brasileiros o aproveitamento das riquezas nacionais em favor do seu povo e não de grupos externos e internos que sangram e exploram o seu trabalho. Ninguém tem o direito de suprimir pela mistificação, pela usurpação total do poder civil, ou pelo ódio, as esperanças do País revolucionar, pacificamente, os grandes problemas dos nossos tempos.

Pensamos que é um dever usar todos os recursos ao nosso alcance em busca de soluções pacíficas para a crise brasileira, sem cultivar ressentimentos pessoais e sem propósitos revanchistas. Não nos entendemos para promover a desordem, mas sim para assegurar o estabelecimento da verdadeira ordem democrática, que não é a do silêncio e da submissão. Um salário mais justo, mais do que nunca é uma exigência do trabalhador, esmagado pela pobreza, e de todo o País para expansão do mercado interno brasileiro.

A retomada do processo democrático pela eleição direta é essencial para combinar, ao mesmo tempo, o direito de decisão que pertence ao povo e a pacificação nacional, instrumento de mobilização do Brasil para o esforço do desenvolvimento com justiça social e autonomia nacional.

Queremos a paz com liberdade; a lei com legitimidade e a democracia não como uma palavra apenas, mas como um processo de ascensão do povo ao poder.

A “Frente Ampla” é um instrumento capaz de atender, com esse sentido, responsavelmente, ao anseio popular pela restauração das liberdades públicas e individuais; pela participação de todos os brasileiros na formação dos órgãos do poder e na definição dos princípios constitucionais que regerão a vida nacional; pela retomada dos esforços para formular e pôr em execução as reformas fundamentais e a reconquista da direção dos órgãos que decidem do destino do Brasil.

A formação desse movimento, uma verdadeira “Frente Ampla” do povo, integrada por patriotas de todas as camadas sociais, organizações e correntes políticas, é a grande tarefa que nos cabe realizar, com lealdade e coragem cívica, mobilizando novas energias e concentrando-as sem desfalecimentos para reconduzir o Brasil ao caminho democrático.

Movidos exclusivamente pela preocupação com o futuro do nosso País, não fizemos pactos, não cogitamos de novos partidos nem de futuras candidaturas à presidência da República. Conversamos, sim, longamen-



te, com objetividade e respeito sobre a atual conjuntura política, econômica e social do País. Não temos ambições pessoais nem o nosso espírito abriga ódio. Anima-nos tão-somente o ideal, que jamais desfalecerá, de lutar pela libertação e grandeza do Brasil, com uma vida melhor para todos os seus filhos.

Assim, só assim é que evitaremos a terrível necessidade de escolher entre a submissão e a rebelião, entre a paz da escravidão e a guerra civil”.

Montevidéu, 25 de setembro de 1967.

(ass.) JOÃO GOULART  
CARLOS LACERDA

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

### A

Abreu Sodré, Antonio Carlos — 89.  
 Abreu Sodré, Roberto — 89, 90, 197, 202, 204, 206, 207, 228, 271, 303, 338, 362, 364.  
 Adenauer, Konrad — 148.  
 Agripino, João — 177, 240, 262.  
 Aguiar, Rafael Tobias — 88.  
 Alcino — 134, 139, 143.  
 Aleixo, Pedro — 189, 362.  
 Alencastro Guimarães, Napoleão — 111, 204, 205, 206, 229.  
 Alkimim, José Maria — 158, 159, 160, 175, 176, 320, 321, 354.  
 Almeida Braga, Antonio Carlos — 194.  
 Almeida Braga, João Carlos — 246.  
 Almeida, Hélio — 214, 346.  
 Almeida, José Américo — 31, 32, 34, 35, 37, 64.  
 Almeida Magalhães, Dario — 75, 107, 180, 260, 276, 337, 366.  
 Almeida Magalhães, Rafael — 107, 172, 180, 181, 216, 222, 276, 287, 305, 319, 330, 337, 344, 345, 346, 348, 356.  
 Almeida, Pedro Geraldo (General) — 247, 248.  
 Almeida Prado, Dom Lourenço — 46, 50.  
 Almeida Prado — 305.  
 Altenfelder, Cristiano — 31.  
 Alvarenga e Ranchinho — 198.  
 Alves, Aluísio — 113, 148, 152, 241, 255, 292.  
 Alves, Hermano de Deus Nobre — 75, 397.  
 Alves, Osvaldo Ferreira — 94.  
 Amado, Agnaldo — 376, 377.  
 Amado, Gilberto — 85, 125, 311, 376.  
 Amado, Gilson — 114, 376.  
 Amado, Jorge — 81, 171.  
 Amaral, Amadeu — 44.  
 Amaral Neto, Fidélis — 59, 199, 222, 337, 344.  
 Amaral Peixoto, Ernani do — 153, 303, 354, 140, 195, 317, 318.  
 Amaral Peixoto, Ernani do — 153, 303, 354.  
 Amélia (imperatriz) — 220.  
 Amorim do Vale, Edmundo — 161, 163, 165, 167.

Amoroso Lima, Alceu (Tristão de Athayde) — 28, 29, 46, 75, 100, 316.  
 Andradá e Silva, José Bonifácio — 87.  
 Andradá, José Bonifácio Lafayette (Zezinho) — 188, 189, 190, 356.  
 Andrade, Mário — 86.  
 Antonio Maria — 195, 223.  
 Aquino, Ivo de — 180.  
 Aranha, Euclides — 122, 123, 133.  
 Aranha Filho, Osvaldo — 214, 346.  
 Aranha, Osvaldo — 30, 67, 71, 85, 86, 118, 119, 122, 123, 140, 145, 147, 307, 406.  
 Archer, Remy — 191, 192.  
 Archer, Renato — 191, 213, 277, 278, 303, 320, 321, 380, 384, 385.  
 Aragão, Cândido (Almirante) — 283, 284, 285, 287, 289.  
 Arrais, Miguel — 270, 275, 277, 278, 312, 396, 397.  
 Assis Barbosa, Francisco — 30.  
 Assis Brasil, Joaquim Francisco — 156.  
 Assis Brasil, Argemiro (General) — 271, 272, 283, 287.  
 Assunção, Roberto — 315.  
 Athayde, Austregésilo de — 366.  
 Avelino, Georgino — 78.  
 Azeredo da Silveira, Antonio — 179.  
 Azevedo Amaral — 48.

### B

Baby Face — 49.  
 Baciú, Stephan — 76.  
 Baffa, Ayrton — 284.  
 Bahout, Eduardo — 122, 123.  
 Baleeiro, Aliomar — 177, 209, 210.  
 Balthasar da Silveira, Carlos — 132, 145, 160, 161.  
 Bandeira, Manuel — 177.  
 Barata, Agildo — 41, 76.  
 Barbosa, Ari — 68.  
 Barbosa, Nestor — 68.  
 Barbosa, Rui — 27, 62, 63, 88, 108, 120, 156, 182, 183, 223, 235, 260, 339, 340, 405.  
 Barcelos, Mauro — 28.  
 Baron, Victor Allan — 40, 41.  
 Barreto Leite Filho — 85.

Barros, Ademar — 70, 87, 89, 97, 98, 100, 145, 271, 275, 283, 292, 294, 295, 296, 298, 321, 391.  
 Barroso, Ari — 229.  
 Barroso, Gustavo — 88, 89.  
 Bastos, Lígia Maria Lessa — 76.  
 Batista, Felisberto — 216.  
 Batista, Fulgêncio — 169, 170.  
 Batista, Odilon — 40.  
 Batista, Pedro Ernesto — 40, 43, 215, 233.  
 Beltrão, Hélio — 346, 347.  
 Ben Bella — 263.  
 Benjamin Constant — 111.  
 Berger, Harry (Ernest Arthur Ewert) — 40, 41.  
 Bernanos, George — 407.  
 Bernardes, Artur da Silva — 74, 79, 97, 167, 190, 194, 406, 407.  
 Bernardes Filho, Artur — 406.  
 Bias Fortes, José Francisco — 189, 190.  
 Bilac Pinto, Olavo — 78, 79, 177, 303, 304, 322, 324, 327, 347, 352.  
 Bittencourt, Alberto (Coronel) — 193.  
 Bittencourt, Alexino (Coronel) — 193.  
 Bittencourt, Paulo — 29, 31, 72, 74, 75, 158.  
 Boaventura, Francisco — 272, 393.  
 Bonfim, Antonio Maciel (Miranda) — 35, 41, 44, 45, 46.  
 Bonorino (Coronel) — 105.  
 Borer, Cecil — 43, 272.  
 Borges, Gustavo — 127, 132, 138, 174, 227, 275, 290, 359, 368, 393.  
 Borges, Mauro — 274, 292.  
 Borges de Medeiros, Antonio Augusto — 112.  
 Borghert, Alberto — 233.  
 Borghi, Hugo — 30, 64, 136.  
 Bouças, Valentim — 47.  
 Bournier, João Paulo — 188, 191.  
 Braga, Ney — 255, 275, 292, 296.  
 Braga, Odilon — 79.  
 Braga, Rubem — 48, 125, 129, 158.  
 Braga, Serafim — 43.  
 Brandão, Otávio — 77.  
 Brandi (carta Brandi) — 106, 107.  
 Brasilach, Robert — 406.  
 Brás, Wenceslau (*ver Pereira Gomes, Wenceslau Brás*).  
 Brito, Raimundo — 157, 300, 301, 344, 345, 347.  
 Brizola, Leonel — 69, 76, 94, 95, 149, 177, 243, 244, 268, 273, 274, 287, 329, 387, 388.  
 Brochado da Rocha, Francisco de Paula — 270.  
 Brunini, Raul — 185, 284, 362.  
 Buarque de Hollanda, Francisco (Chico) — 54.  
 Bukarin — 29.  
 Bueno, Luís — 131.  
 Bueno, Fernando — 131.

## C

Cabeção (*ver Lira, Natividade*).  
 Cabello, Benjamin Soares — 44.

Cabral (do Lيدador) — 368.  
 Caetano, Marcelo — 63, 124.  
 Café Filho, João — 123, 142, 145, 147, 148, 149, 150, 155, 156, 157, 158, 161, 220, 250, 252.  
 Caiado, Emival — 195.  
 Calmon de Sá, Angelo — 74.  
 Câmara, Dom Helder — 154, 173, 394, 395, 396.  
 Câmara, Dom Jaime Barros — 344.  
 Cambroni, Hélio — 339.  
 Campos, Francisco — 33, 34, 71, 137.  
 Campos, Milton — 75, 97, 98, 151, 154, 183, 189, 190, 207, 212, 239, 243, 254, 300, 302, 320.  
 Campos, Roberto — 175, 220, 300, 301, 305, 306, 307, 308, 309, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 338, 341, 348, 357, 386.  
 Campos Sales, Manuel Ferraz — 307, 340, 341, 342.  
 Cancela, Juliano — 316.  
 Candau (General) — 283.  
 Canguru — 84.  
 Capanema, Gustavo — 47, 79, 84, 143.  
 Capistrano de Abreu — 110.  
 Caó, Epitácio — 405.  
 Cardoso, Adauto Lúcio — 76, 129, 130, 135, 167, 169, 170, 176, 254, 344, 347, 348, 366.  
 Cardoso (General) — 350.  
 Cardoso, Maurício — 33, 350.  
 Carneiro, Glauco — 108, 181.  
 Carneiro, Luiz Fernando — 194.  
 Carneiro Mendonça, Ana Amélia — 114.  
 Carolina de Jesus — 228.  
 Carrera, Antonio — 132, 148.  
 Carreira Guerra, Luís — 38.  
 Carrol, Madeleine — 172.  
 Carvalho, Eric — 194, 195.  
 Carvalho, Horácio — 31, 68.  
 Carvalho Pinto, Carlos Alberto — 154, 198, 207, 208, 235, 255, 256, 262.  
 Castelo Branco, Argentina — 348, 357.  
 Castelo Branco, Carlos — 244.  
 Castelo Branco, Humberto — 62, 102, 104, 163, 193, 220, 271, 278, 279, 285, 286, 290, 294, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 327, 328, 329, 330, 331, 333, 335, 337, 338, 341, 342, 343, 344, 345, 348, 350, 351, 352, 354, 355, 357, 361, 362, 370, 373, 374, 382, 392, 402, 406.  
 Castelo Branco, Paulo — 329.  
 Castilhos, Júlio de — 112.  
 Castro Afilhado — 104.  
 Castro, Ariel Chaves de — 376.  
 Castro, Fidel — 63, 240, 245, 248, 261, 320.  
 Castro Maia, Paulo — 77.  
 Castro Maia, Raimundo — 77.  
 Castro Rebello, Edgard — 28, 40.  
 Cavalcanti, Alceu Barbedo — 81.  
 Cavalcanti, Sandra — 220, 225, 233, 309, 344, 345, 348, 357, 376.

Cavalcanti, Tenório — 60, 92, 96, 198, 214, 217, 345, 346.  
 Caxias, Duque de — 111.  
 Chagas Freitas, Antonio de Pádua — 29, 345.  
 Chaves de Melo, Gladstone — 76.  
 Chateaubriand, Assis — 29, 75, 87, 116, 117, 123, 126, 127, 140, 276.  
 Chirac, Jacques — 57.  
 Christie — 339.  
 Churchill, Winston — 80, 223.  
 Clarck, Marck (General) — 104, 289.  
 Clemenceau, Georges — 224.  
 Cleofas, João — 121, 122, 396.  
 Clímério — 139.  
 Coelho, Danton — 125, 177.  
 Coelho, Lopo — 294.  
 Coelho Neto (General) — 38.  
 Comte, Auguste — 112, 156.  
 Conde d'Eu — 219.  
 Condé, João — 338.  
 Corção, Gustavo — 46, 340, 342.  
 Collor, Lindolfo — 33.  
 Cordeiro de Farias, Osvaldo — 65, 104, 105, 113, 120, 121, 258, 259, 267, 268, 278, 285, 299.  
 Correia, André Trifino — 39, 40.  
 Correia da Costa, Fernando — 292, 297, 298.  
 Costa Cavalcanti, José (General) — 371, 372.  
 Costa, Cláudio Manuel — 159.  
 Costa Filho, Odilo — 30, 147.  
 Costa Leite, Carlos — 42.  
 Costa Rego — 31, 74.  
 Costa e Silva, Artur — 44, 290, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 321, 335, 351, 352, 354, 355, 360, 361, 362, 371, 372, 375, 376, 377.  
 Costa e Silva, Yolanda — 360.  
 Costa, Zenóbio da — 71, 104, 145, 146.  
 Coutinho, Alcedo — 81.  
 Coutinho, Lourivel — 276.  
 Couto e Silva, Golberi — 104, 123, 125, 126, 155, 301, 303, 309, 346, 348, 359, 392.  
 Cravo Peixoto, Enaldo — 94, 95, 346.  
 Cruz, Elmano — 355.  
 Cunto, Walter — 258, 271, 284.

## D

Dantas, Anekin — 38.  
 Dantas, João Ribeiro — 204, 205, 240, 263.  
 Dantas, Orlando — 29, 31.  
 Darré — 39.  
 De Gasperi, Alcides — 148, 154.  
 Dias de Figueiredo, Morvan — 78.  
 De Gaulle, Charles — 80, 311, 312, 313, 314.  
 De Vicenzi, Raul — 311, 312.  
 Delamare, Fernando — 272.  
 Denys, Odilo — 160, 241, 242, 251, 255, 262.  
 Di Cavalcanti, Emiliano — 311, 312.  
 Dietrich, Marlene — 82.  
 Dimitroff — 35, 36.  
 Dodsworth, Henrique Toledo — 316.

Dejardin — 312.  
 Dória (Professor) — 38.  
 Doxiades — 232.  
 Drapper, Dorothy — 82.  
 Duarte Filho, João — 173.  
 Duarte, Paulo — 207, 208.  
 Duque, João — 37.  
 Dutra, Elói — 359, 360.  
 Dutra, Eurico Gaspar — 64, 65, 66, 69, 70, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 81, 83, 84, 86, 87, 97, 100, 102, 104, 110, 117, 120, 123, 124, 279, 294, 299.  
 Dutra, Carmela — 78.

## E

E.G. Fontes (Viúva) — 217.  
 Eça de Queiroz, José Maria — 29.  
 Engle, Frederic — 29.  
 Engelke, Gustavo Adolfo — 145.  
 Escarano, José — 328.  
 Espírito Santo, Vítor — 38.  
 Estillac Leal, Newton (General) — 120, 121, 123.  
 Euclides (capanga) — 131.  
 Etchegoyen, Alcides — 288.  
 Etchegoyen, Leo — 288.  
 Etchegoyen (Viúva) — 288.

## F

Falcão, Armando — 117, 134, 158, 160, 176, 213, 282, 283, 305, 322, 402.  
 Famadas, José — 174.  
 Faria Coelho, Vicente — 286, 355.  
 Faria Lima, Floriano Peixoto — 132, 231.  
 Faria Lima, José Vicente (Prefeito de São Paulo) — 236.  
 Faria, Otávio — 228.  
 Fátima, Dona — 122.  
 Faucigny-Lucenge, Jean Louis — 313.  
 Feijó, Diogo Antonio — 88.  
 Fernandes, Elza — 44.  
 Fernandes, Hélio — 367, 368, 370, 371, 406.  
 Fernandes, Raul — 65, 74, 84, 85, 86, 149, 170, 180.  
 Ferrari, Fernando — 204, 206, 209, 243.  
 Ferraz, Álvaro — 260.  
 Ferraz, José Cândido — 177, 178.  
 Ferraz, Taís — 260.  
 Ferreira, Waldemar — 30, 66.  
 Figueiredo, Euclides — 97.  
 Figueiredo, Guilherme — 312.  
 Figueiredo, Pimentel — 29.  
 Fiuza, Yeddo — 67, 68.  
 Flexa Ribeiro, Carlos — 218, 230, 347, 348, 349, 350, 355, 362.  
 Flores da Cunha, José Antonio — 30, 33, 66, 67, 74, 167, 169.  
 Fonseca, Amando — 131, 232.  
 Fonseca, Deodoro — 351.

Fontenelle, Américo — 127, 132, 133, 138, 236, 283, 392, 393.  
 Fontes, Lourival — 101, 125, 126, 155.  
 Fortunato, Gregório — 108, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 144, 244, 273.  
 Foster Dulles, John — 311.  
 Foster Dulles Junior, John — 69, 329.  
 Franck, Ana — 405.  
 Frank, Julius Wilhelm — 88.  
 Franco, Ari — 35.  
 Franco, Francisco — 397, 398.  
 Franco Montoro, André — 57, 154.  
 Freyre, Gilberto — 152.  
 Freire, Luís Fernando (Lula) — 160.  
 Freire, Vitorino — 78, 160, 294.  
 Frias, Otávio — 408.  
 Furtado, Celso — 57.

## G

Gainza Paz, Alberto — 106, 284.  
 Galloti, Adriano — 28.  
 Galloti, Antonio — 386, 387.  
 Gama e Silva, Luiz Antonio — 90, 293, 297, 364.  
 Garcez, Martinho — 355.  
 Garcia, Marcelo de Amorim — 149.  
 Garrot, Madame — 339.  
 Gary Cooper — 122.  
 Gasparian, Fernando — 196.  
 Geisel, Ernesto — 70, 160, 290, 305, 321, 338, 343, 393, 406.  
 Geisel, Orlando — 160.  
 Giorgi, Bruno — 259.  
 Giroud, Françoise — 109.  
 Giscard d'Estaing — 57.  
 Godinho, Padre Antonio — 376.  
 Góes Monteiro, Pedro Aurélio — 31, 33, 102, 104, 120, 150, 157, 276.  
 Gomes, Eduardo — 30, 31, 34, 41, 46, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 83, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 109, 117, 120, 133, 134, 135, 137, 158, 165, 166, 167, 192, 193, 210, 277, 286, 339.  
 Gomes, Eliane — 99.  
 Gomes, Severo — 328, 401.  
 Gonçalves, Bento — 190, 191.  
 Gonçalves, Dercy — 373.  
 Gonçalves, Ledo — 87.  
 Gonzaga, Tomás Antonio — 159.  
 Gordon, Lincoln — 231, 287, 289.  
 Goulart, João — 69, 71, 103, 106, 107, 108, 121, 124, 140, 153, 154, 179, 180, 185, 186, 201, 209, 210, 243, 260, 261, 262, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 282, 283, 285, 287, 288, 289, 301, 304, 307, 309, 311, 327, 330, 355, 356, 373, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 396.  
 Goulart, João Vicente — 385.  
 Goulart, Maria Tereza — 385, 386.  
 Gouthier, Hugo — 174, 381, 382.

Gouveia de Bulhões, Otávio — 62, 300, 301, 348.  
 Grant, Ulisses (General) — 203.  
 Grun Moss, Gabriel — 251, 252, 254, 255, 259, 262.  
 Gudin, Eugênio — 149.  
 Guedes, Luís Carlos — 294.  
 Guevara (Jornalista) — 125.  
 Guevara, Ernesto Ché — 55, 56, 243, 244, 248.  
 Guimarães, Honório de Freitas — 45.  
 Guimarães, Hahnemann — 28, 29.  
 Guinle, Guilherme — 67.

## H

Hasslocher, Ivan — 197.  
 Haya de la Torre, Vitor Raul — 171.  
 Heck, Silvio — 164, 165, 251, 255, 262, 267.  
 Heiskell, Andrew — 172.  
 Henriques, Afonso — 42.  
 Higino, José — 182.  
 Hitler, Adolf — 35, 36, 63, 148, 151, 253.

## I

Isabel (Princesa) — 219, 220.

## J

Jabour, Abraão — 122.  
 Jabour, Jorge — 122, 123.  
 Jafet, Ricardo — 90, 124.  
 Janacopolis, Adriana — 88.  
 Janacopolis, Vera — 88.  
 Jesus (Assessor de Dom Jorge) — 394.  
 João (Mordomo do Palácio Alvorada) — 244, 252.  
 João VI, Dom — 210.  
 Jobim, Danton — 85.  
 Joppert, Maurício — 230.  
 Jorge, Dom (Bispo de Santo André) — 394.  
 José (Motorista) — 128.  
 Joxe, Louis — 313.  
 Juan Carlos, Dom — 398.  
 Júlio César — 63.  
 Julião, Francisco — 396.  
 Jurema, Abelardo — 330.

## K

Kelly, Celso — 82.  
 Kennedy, John — 93, 223, 224, 248, 386.  
 Kissinger, Henry — 181, 311.  
 Koster — 50.  
 Knight, John — 319.  
 Knopf, Alfred — 317.  
 Krüel, Amaury — 104, 279, 283, 294.  
 Kubitschek de Oliveira, Juscelino — 91, 100,

103, 107, 138, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 161, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 183, 185, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 201, 210, 211, 214, 227, 242, 277, 282, 283, 297, 303, 304, 307, 311, 320, 321, 335, 336, 342, 348, 349, 354, 355, 356, 368, 369, 373, 374, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 387, 390, 391, 395, 396, 397, 407.  
Kubitschek, Sara — 176, 380.  
Krushev, Nikita — 331.

## L

Labouriau, Ferdinand — 77.  
Lacerda, Carlos (Pianista baiano) — 259.  
Lacerda, Cláudio — 284.  
Lacerda, Cristina (ver *Simões Lopes*).  
Lacerda, Fernando — 28.  
Lacerda, Letícia — 46, 50, 105, 128, 147, 171, 172, 175, 178, 188, 236, 237, 247, 257, 271, 286, 313, 371, 372, 377, 378, 399, 400.  
Lacerda, Mauricio — 37, 70, 77, 79, 97, 119, 169.  
Lacerda Filho, Mauricio — 217, 372, 375.  
Lacerda, Olga Werneck — 39, 50, 173, 257, 286.  
Lacerda, Paulo — 28.  
Lacerda, Sebastião Eurico — 27.  
Lacerda, Sebastião — 171, 257, 377, 399, 400.  
Lacerda, Sérgio — 43, 46, 74, 114, 115, 116, 132, 133, 171, 172, 175, 243, 251, 252, 274, 347, 369, 377, 399, 400, 401.  
Lago, Lauro — 38, 39.  
Lago, Mário — 28, 367, 368, 369, 370, 371, 372.  
Lago, Zeli — 371.  
Lampião — 41.  
Landa, Gabriel — 169, 170, 171, 172.  
Landa, Sr.<sup>a</sup> Gabriel — 170, 171.  
Lamarca, Carlos — 55.  
Lara Resende Otto — 159.  
Lavanere Wanderley, Nelson — 296.  
Leão, Ester — 149.  
Lee, Robert Edward (General) — 203.  
Leitão da Cunha (Professor de Medicina) — 277.  
Leitão da Cunha, Nininha — 248.  
Leitão da Cunha, Vasco — 248, 301, 310, 320, 322, 323, 324.  
Leite, Hilcar — 75.  
Lenine — 49.  
Lessa, Pedro — 88.  
Levy, Herbert — 195, 196, 202, 203, 305.  
Lewis, Jerry — 249.  
Lima Cavalcanti, Carlos — 35.  
Lima, Estácio — 38.  
Lima, Hermes — 28, 29, 66.  
Lincoln, Abraão — 88.  
Linhares, Heitor Caracas — 160, 161, 170, 278, 294, 299, 383.  
Linhares, José — 117.  
Lins, Álvaro — 158, 275.

Lins e Barros, João Alberto — 27, 32, 35, 45, 76, 104, 117, 118, 119, 129, 130, 131, 307.  
Lins, Etelvino — 152.  
Lins, Miguel — 28, 220.  
Lins e Silva, Evandro — 29.  
Lira, Natividade (Cabeção) — 45.  
Lobo, Aristides — 219.  
Lodi, Euvaldo — 59, 78, 124, 137, 229.  
Lopes, Lucas — 175, 176.  
Lopes, Solano — 112.  
Lott, Henrique Dufles Teixeira — 65, 106, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 167, 175, 176, 190, 191, 193, 209, 213, 214, 242, 297, 346, 406.  
Lourenzo Fernandez, Mário — 218.  
Luchetti, César — 28.  
Lupion, Moisés — 296.  
Luz, Carlos — 99, 152, 157, 158, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 210.  
Luzardo, João Batista — 27, 108, 181, 406.

## M

Macedo Soares, José Carlos — 33, 60, 88, 89, 107, 129, 176, 179, 180.  
Macedo Soares, José Eduardo — 31, 60, 68, 129, 131, 182.  
Macedo Soares, Lota — 60.  
Machado (Ditador de Cuba) — 171.  
Machado, Alfredo — 174, 270, 284, 317, 318.  
Machado, Aníbal — 100, 159.  
Machado, Cristiano — 100, 101, 159.  
Machado, Hermes — 365.  
Machado Lopes, José — 268.  
Machado, Otávio — 100, 159.  
Machado, Wilson — 194, 248, 250, 253, 254.  
Maciel Filho — 140, 147.  
Maciel, Leandro — 66, 203, 204, 206, 207, 209.  
Mafusi — 106.  
Magalhães, Agamenon — 152, 193.  
Magalhães, Eliezer — 40, 103.  
Magalhães, Jacy — 103.  
Magalhães, Juraci — 32, 37, 38, 65, 74, 91, 92, 103, 178, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 209, 210, 211, 241, 255, 299, 309, 310, 317, 318, 319, 402.  
Magalhães Lins, José Luiz — 269.  
Magalhães, Mário (Médico) — 94.  
Magalhães Pinto, José — 203, 204, 209, 241, 244, 245, 250, 255, 269, 275, 277, 282, 292, 293, 294, 295, 296, 298, 315, 337, 349, 351, 391, 397.  
Magalhães, Sérgio — 60, 193, 214, 215, 217, 288, 345.  
Malraux, André — 50, 58, 311, 314.  
Malta, Otávio — 48.  
Mamede, Jurandir Bizarria — 104, 123, 155, 160, 166, 167, 170, 175, 352.  
Mangabeira, Ester — 73.  
Mangabeira, Francisco — 38.

- Mangabeira, João — 42, 66.  
 Mangabeira, Otávio — 30, 65, 72, 73, 74, 79, 80, 207, 208.  
 Manhães, Arquimedes — 136.  
 Manzon, Jean — 83.  
 Maquiavel — 119.  
 Marcondes Ferraz, Otávio — 163, 165, 167.  
 Marcondes Filho, Alexandre — 78.  
 Mariani, Clemente — 32, 65, 74, 84, 230, 243, 244, 304.  
 Marighela, Carlos — 81.  
 Marinho, Gilberto — 274, 348.  
 Marinho Rego, Alceu — 28, 38.  
 Marinho, Roberto — 31, 172, 174, 332, 384.  
 Martinez Marques — 172.  
 Martins, Ivan Pedro — 35.  
 Martins, Mário — 44, 76.  
 Martins, Paulo Egidio — 338.  
 Martins Rodrigues, José — 107, 108, 180, 183.  
 Marx, Karl — 29.  
 Mascarenhas de Moraes — 104.  
 Massey, Ilona — 82.  
 Matarazzo — 124, 127.  
 Mauá, Barão de — 341.  
 Maurell Filho, Emílio — 106.  
 Mayrink Veiga, Antenor — 84, 268.  
 Mayrink Veiga, Tony — 268.  
 Medeiros Neto — 32.  
 Médici, Emílio (General) — 105, 393.  
 Meira Lima — 167.  
 Meirelles, Cecília — 29.  
 Meirelles, Ilvo — 42.  
 Meirelles, Rosa — 42.  
 Meirelles, Silo — 42.  
 Melo Batista (Almirante) — 295.  
 Melo Filho, Murilo — 387.  
 Melo Franco, Afonso Arinos de — 91, 98, 110, 128, 139, 143, 146, 161, 167, 169, 170, 208, 209, 212, 237, 240, 243, 262, 268, 321, 344, 355.  
 Melo Franco de Andrade, Rodrigo — 189.  
 Melo Franco, Virgílio — 30, 65, 66, 67, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 117, 118, 128, 129, 189, 366, 406, 407.  
 Mendes Gonçalves (Família) — 145.  
 Mendes de Moraes, Ângelo — 60, 84, 137, 145, 214, 217, 219, 220, 229.  
 Mendes de Moraes, Justo — 188.  
 Mendes de Moraes, Luís — 188, 191.  
 Meneghetti, Ildo — 95, 286, 292.  
 Mendonça, Celso Furtado de — 122.  
 Mesquita Filho, Júlio — 30, 31, 34, 40, 60, 62, 63, 73, 87, 89, 110, 111, 112, 275, 276, 299, 300, 301, 312, 328, 329, 334, 338, 341, 355, 382.  
 Mesquita, Francisco — 31.  
 Mesquita Neto, Júlio — 401.  
 Mesquita, Ruy — 401.  
 Mesquita, Zulu — 402.  
 Miranda (*veja Bomfim Antonio Maciel*).  
 Miranda, Murilo — 125.  
 Mitterand, François — 57.  
 Molinaro, Humberto — 177.  
 Montagna, César — 287.  
 Monteiro de Barros, Willian — 82.  
 Monteiro de Castro, José — 292, 293.  
 Monteiro, Tobias — 338, 340.  
 Montesquieu — 112.  
 Montezuma, Nicolau (Carlos Lacerda) — 41.  
 Montini, Cardeal (Paulo VI) — 154, 173, 395.  
 Moore, Cullen — 284.  
 Moore, Wichliffe — 284.  
 Moraes Âncora, Armando — 285.  
 Moraes, Eneida — 44, 48.  
 Moraes Neto, Prudente — 68.  
 Moreira, Adriano — 359.  
 Moreira Alves, Márcio — 364.  
 Moreira Salles, Elisinha — 381.  
 Moreira Salles, Walter — 193, 381.  
 Moreyra, Álvaro — 36.  
 Moreyra, Eugênia — 44.  
 Moses, Hebert — 82.  
 Moura Andrade, Auro — 262.  
 Mourão Filho, Olímpio — 91, 276, 277, 283, 294, 357.  
 Moutinho, Paulo Celso — 114.  
 Muller, Filinto — 37, 39, 55, 56, 87, 120.  
 Muller, Lauro — 182.  
 Munhoz da Rocha, Bento — 345.  
 Muniz de Aragão, Augusto César (General) — 294, 295, 301, 343.  
 Muniz, Heitor — 48.  
 Muniz Sodré — 48.  
 Muniz Sodré, Niomar — 48, 158, 206.  
 Muricy, Antonio Carlos — 352.  
 Murtinho, Joaquim — 341.  
 Mussolini, Benito — 55, 125, 148, 153.

## N

- Nabuco, Carolina — 66.  
 Nabuco, José — 146, 172, 194.  
 Nabuco, Maria do Carmo — 146, 172.  
 Nabuco, Maurício — 200.  
 Napoleão — 63, 143.  
 Nascimento Filho, Celso — 367, 371.  
 Nascimento Silva, Luiz Gonzaga — 28.  
 Nasser, Gamal — 240, 261, 311.  
 Natel, Laudo — 401.  
 Negrão de Lima, Francisco — 60, 235, 348, 349, 350, 351, 395.  
 Nehru, Jawaharial — 313.  
 Neves da Fontoura, João — 30, 33, 108, 112, 113, 116, 118, 170, 181.  
 Neves, Tancredo — 269.  
 Niemeyer, Oscar — 189, 229, 249.  
 Nietzsche — 63.  
 Nixon, Richard — 147, 375.  
 Nóbrega da Cunha — 29.  
 Nogueira, Armando — 134.  
 Nogueira, Franco — 315.  
 Novais, Guiomar — 172.

Novelli Júnior, Luiz Gonzaga — 87.  
Núncio Apostólico — 236.

## O

Oest, Henrique — 44.  
Oest, Lincoln — 44.  
Oiticica, José — 39, 40.  
Oiticica, Sônia — 39.  
Olímpio, Guilherme — 47, 49, 82.  
Oliveira, Adil de — 137, 138, 139.  
Oliveira, Afrânio — 197, 207.  
Oliveira, Armando Daudt — 70.  
Oliveira Brito, Antonio Ferreira de — 107, 108.  
Oliveira, João Daudt — 170.  
Oliveira, José Aparecido — 196, 204, 250, 252, 269.  
Oliveira, Luís Carlos — 278, 284, 285.  
Oliveira, Minervino — 70.  
Oliveira Neto, Luiz Camilo — 30, 31, 74, 75.  
Osório, Carlos — 225, 231, 257, 258, 359, 368, 369, 375, 378.

## P

Padilha, Raimundo — 200, 217, 235.  
Padilha, Tarciso — 217.  
Paes Leme, Luiz Pinheiro — 38, 76.  
Paiva, Odilon Lacerda — 76.  
Paiva, Vera Lacerda — 226.  
Passos, Wilson Leite — 99.  
Paulo VI (*veja Montini Cardeal*).  
Pedro I (Guatemozim) — 87.  
Pedro II — 220.  
Pedro, Alim — 148.  
Pedro Gastão — 219, 406.  
Pedro Geraldo (*ver Almeida, Pedro Geraldo*).  
Pedroso Horta, Oscar — 204, 207, 212, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 262.  
Peixoto de Castro — 74, 307.  
Peixoto, Floriano — 356.  
Pena, Belizário — 148.  
Pena Boto, Carlos — 163, 164, 167.  
Pena Júnior, Afonso — 97, 98.  
Penteado, Olívia Guedes — 86.  
Peralva, Oswaldo — 367, 371.  
Pereira, Clemente — 87.  
Pereira Carneiro (Condessa) — 206.  
Pereira da Costa, Canrobert — 104, 123, 142, 155, 158, 160.  
Pereira Gomes, Wenceslau Brás — 88.  
Pereira de Souza, Washington Luiz — 30, 67, 77, 88, 395.  
Peron, Juan Domingo — 55, 102, 103, 106, 107, 108, 151, 179, 181, 261.  
Pessoa, Epiácio — 88.  
Pestana, Clóvis — 84.  
Pétain, Philip — 85, 406.  
Picasso, Pablo — 86.

Pilla, Raul — 177, 196, 261.  
Pimenta, Joaquim — 29.  
Pinay, Antoine — 199.  
Pinedo, Ignácio — 106.  
Pinheiro, Adalberto João — 36.  
Pinheiro, Alfredo (General) — 272.  
Pinheiro Filho, Celso — 39.  
Pinheiro, Israel — 293, 296, 349, 350, 351.  
Pinheiro, João — 36.  
Pinheiro, Paulo — 36.  
Pinho, Homero — 81, 218.  
Piquet Carneiro, Ignácio — 231.  
Pitaluga, Plínio — 350.  
Pomar, Pedro — 81.  
Portela, Jaime — 4, 362, 376.  
Portela, Petrônio — 343, 357.  
Prado, Antonio — 340.  
Prado Júnior, Antonio — 77.  
Prado Kelly, José Eduardo — 34, 64, 97, 99, 101, 163, 164, 167, 183, 254.  
Prestes, Anita Leocádia — 44.  
Prestes, Leocádia — 44.  
Prestes, Luís Carlos — 27, 33, 35, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 67, 68, 69, 70, 76, 78, 79, 156, 224, 278, 329.  
Prestes, Olga Benário — 44.

## Q

Quadros, Dirce Maria (Tutu) — 204, 205, 246.  
Quadros, Eloá — 205, 206, 246, 247, 257, 260, 262.  
Quadros, Jânio da Silva — 56, 69, 92, 93, 152, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 193, 196, 197, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 230, 235, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 267, 288, 304, 311, 330, 391, 396, 397, 405.  
Quaresma, Hélio Miranda — 368, 369, 372, 377.  
Queiroz Filho, Antonio — 154.  
Quintanilha Ribeiro, José — 204, 205.

## R

Rademaker, Augusto Hamann (Almirante) — 192, 295.  
Ramos, Joaquim — 320.  
Ramos, Nereu — 72, 99, 167, 169, 320.  
Rangel, Carlos — 56.  
Ranieri Mazzilli, Paschoal — 263, 267, 292, 293, 296, 298, 299, 335, 351.  
Rao, Vicente — 30, 89.  
Rebelo, Antonio Dias — 94, 369, 371, 372, 376.  
Regis Bittencourt, Sílvia — 313.  
Rezende, Leônidas — 28, 29.  
Ribeiro, Aquilino — 98.



Ribeiro de Castro, Edilberto — 121, 122, 177, 178.  
 Ribeiro, Jair Dantas — 285.  
 Rocha Miranda, Celso — 193.  
 Rocha Souza, Roberto — 191.  
 Rodrigo, Otávio — 104, 352.  
 Rodrigues Alves — 340.  
 Rodrigues, Mário — 125.  
 Rodrigues, Jaime — 94, 365, 369, 371, 372, 377, 378.  
 Rodrigues, Sérgio — 254.  
 Rolla, Joaquim — 81, 380.  
 Rolla, Mário — 82.  
 Romeiro, Sávio — 135.  
 Roosevelt, Franklin — 330.  
 Roquetti, Mauro — 180.  
 Rothschild — 340.  
 Rousseau, Jean Jacques — 56, 112.

## S

Sá, Mem (Senador) — 24.  
 Saavedra, Barão de — 134.  
 Sabatini, Rafael — 176.  
 Sabino, Fernando — 159.  
 Salazar, Antonio de Oliveira — 22, 242, 315, 316, 342, 359, 394.  
 Saldanha Coelho, José — 330.  
 Salles de Oliveira, Armando — 31, 32, 33, 34, 37, 73.  
 Salgado Filho, Joaquim Pedro — 120, 192.  
 Sampaio, Cid — 203.  
 Sampaio, Paulo — 194, 195.  
 Sánchez, Edgard — 29.  
 Santana — 81.  
 Santa Rosa — 82.  
 San Tiago Dantas, Francisco Clementino — 28, 149, 196, 220, 250, 252, 267, 277, 278, 355, 380, 386, 387.  
 Salazarte, Paulo — 72, 292.  
 Sarmiento, Sizeno — 175, 258, 296, 298, 299.  
 Schat, Hajalmar — 330.  
 Schimdt, Augusto Frederico — 158, 175.  
 Seabra, José Joaquim — 77.  
 Segadas Viana, José — 143.  
 Segall, Lazar — 405.  
 Segall, Oscar Klabin — 364.  
 Seixas, Dória — 274, 296.  
 Selmi Dei — 205.  
 Serrano Sunner — 184.  
 Servan Schreiber, Jean-Jacques — 107.  
 Sette Câmara, José — 196, 218, 219, 230.  
 Shakespeare, William — 149, 373.  
 Silva, Amauri — 385.  
 Silva, Hélio — 71.  
 Silveira Filho, Guilherme — 67, 292.  
 Silveira, Guilherme — 292.  
 Silveira, Joaquim — 292.  
 Silveira, Joel — 58.  
 Silveira Martins, Gaspar — 112.  
 Simões Lopes, Maria Cristina Lacerda — 46,

142, 171, 172, 175, 283, 372, 375, 376, 377, 399, 400, 401.  
 Simões, Nuno — 394.  
 Simonsen, Mário Henrique — 398.  
 Siqueira Campos, Antonio — 27, 35.  
 Soares Brandão — 39.  
 Soares, Flores — 94.  
 Soares Sampaio — 74, 193, 194, 371.  
 Sobral Pinto, Heráclito da Fontoura — 69, 75, 112, 129, 130, 135, 290.  
 Sodré, Tite — 395.  
 Sorbon, Robert — 87.  
 Souza Costa, Artur — 79, 80, 129.  
 Sousa Filho, Demócrito — 66, 152.  
 Sousa, Pompeu — 68, 71.  
 Spínola, Antonio (General) — 359.  
 Stalin — 161.  
 Stevenson, Adlai — 324.  
 Suárez, Adolfo — 398.  
 Svengali — 125.

## T

Talarico, José Gomes — 288, 383, 384, 385, 388.  
 Tamoio, Marcos — 233, 234, 338.  
 Tardini, Monsenhor — 154.  
 Tavares, Caio Júlio César — 41.  
 Tavares, Júlio — 37, 41.  
 Távora, Juarez do Nascimento — 27, 32, 65, 104, 152, 154, 155, 156, 157, 207, 234, 296, 297, 298, 300, 348.  
 Távora, Virgílio — 178.  
 Tedesco, Moacyr del — 127, 132.  
 Teixeira, Anísio — 73, 84.  
 Teixeira, Francisco (Brigadeiro) — 278.  
 Tito (Marechal) — 85, 240.  
 Toledo, Gilberto Sampaio — 278.  
 Torelly, Aparício (Aporelli, Barão de Itararé) — 76.  
 Torga, Miguel — 98.  
 Trajano, Silva — 95, 96.  
 Tranca Rua — 228.  
 Tristão de Athayde (*veja Amoroso Lima, Alceu*).  
 Truman, Harry — 85, 128, 404.

## U

Ulhoa Cintra, José (General) — 279.

## V

Valadares, Benedito — 32, 37, 38, 100, 151, 159.  
 Vallè, Leon Julus — 40, 41.  
 Valle-Inclán, Ramón Maria del — 112.  
 Valois, Félix — 92.  
 Vampré, Spencer — 28.  
 Vanderlubbe — 36.

Vargas, Benjamim — 82, 121, 129, 138, 139.  
 Vargas, Darcy — 70, 82, 114, 115, 116, 124, 136.  
 Vargas, Getúlio — 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 46, 55, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 76, 78, 79, 80, 87, 89, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 155, 157, 169, 170, 171, 179, 181, 183, 199, 232, 276, 300, 309, 329, 330, 338, 348, 376, 388, 389, 404, 407.  
 Vargas, Lutero — 124, 137, 138, 139, 153, 309.  
 Vargas, Manuel — 138.  
 Vargas, Pedro — 82.  
 Vaz, Rubens Florentino — 128, 132, 133, 134, 135, 143.  
 Veiga Brito, Luís Roberto — 350.  
 Velinho, Moisés — 110, 111.  
 Veloso, Haroldo — 188, 191.  
 Veríssimo, Érico — 95, 111.  
 Vergueiro (Senador) — 340.  
 Viana Filho, Luiz — 102, 329.

Viana, Durval — 285.  
 Vieira Carvalho, Arnaldo — 87.  
 Vieira de Melo, Tarcílio — 182, 183, 184.  
 Vieira Paixão, Vicente — 39.  
 Villas Boas (Senador) — 79, 110.

## W

Wainer, Samuel — 48, 49, 85, 114, 123, 124, 129, 198, 405.  
 Walters Vernon — 104, 289.  
 Werneck, Delmira Caminhoá — 27.  
 Werneck de Castro, Moacyr — 43, 48, 49.  
 Werneck, Geraldo — 131.  
 Whitaker (Família) — 87.  
 Whitaker, José Maria — 118.  
 White, Guilherme — 87.  
 Willy Brandt — 315.

## Z

Zouain, Paulo — 375.